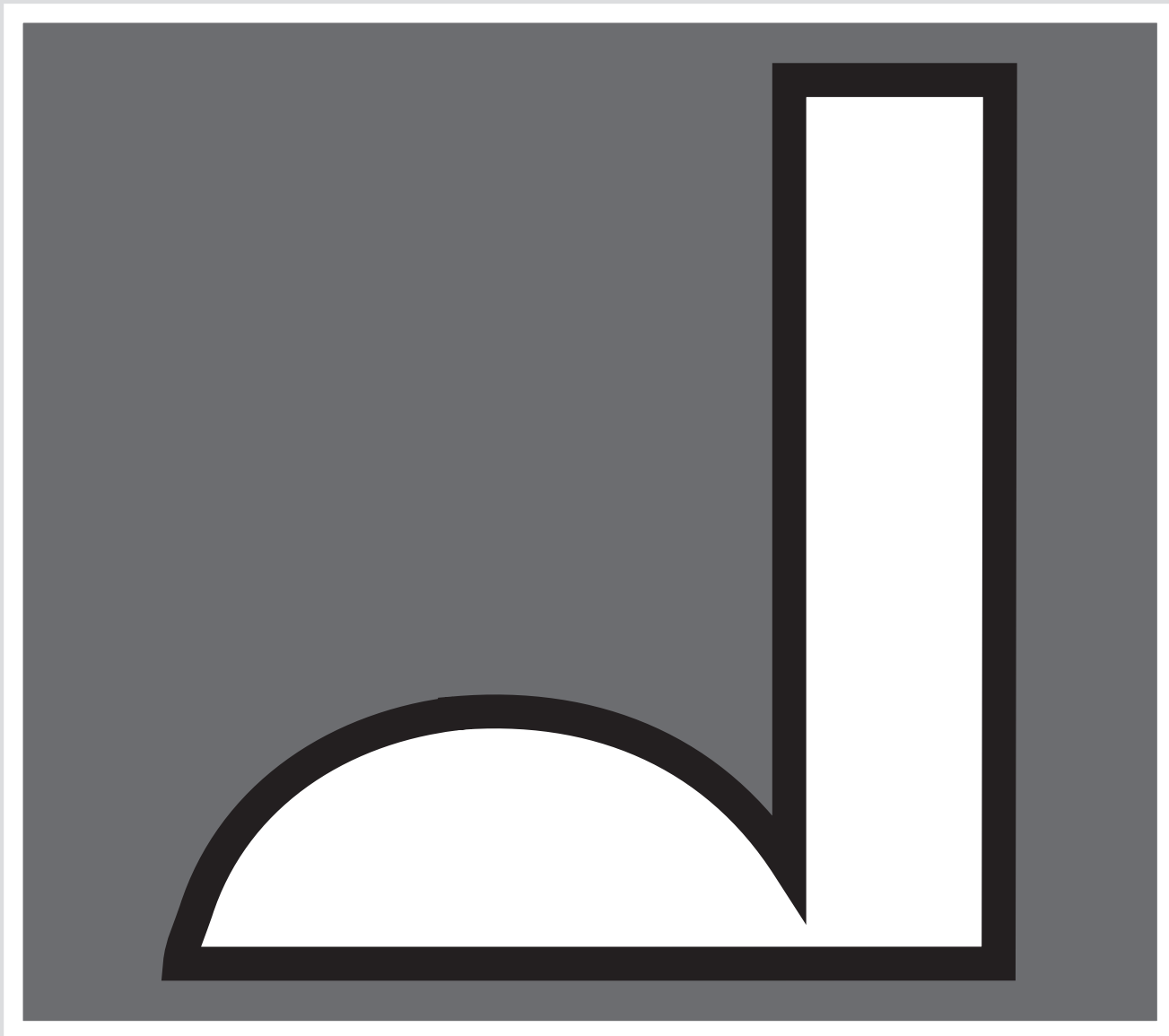




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - SUP. AO Nº 137 -QUINTA-FEIRA, 1º DE SETEMBRO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA		3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 18 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT	Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDERES DO PDT (vago) LÍDER DO PP – 1 Valmir Amaral LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe VICE-LÍDER DO PSB (Vago) LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT	VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 15 José Agripino VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 12-9-2005

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES		1.3 – Comissão de Educação	
1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos		Retificação referente à ata da 30ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 02 de setembro de 2003.....	203
16ª Reunião Ordinária, realizada em 07 de junho de 2005.....	5	Retificação referente à ata da 47ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 18 de novembro de 2003.....	203
18ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2005.....	22	Retificação referente à ata da 48ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 25 de novembro de 2003.....	203
19ª Reunião Extraordinária, realizada conjuntamente com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio-CD, Fiscalização Financeira-CD e com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em 30 de junho de 2005	45	Retificação referente à ata da 52ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 09 de dezembro de 2003.....	203
4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, realizada em 18 de maio de 2005.....	76	Retificações referentes à ata da 1ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 17 de fevereiro de 2004.....	203
5ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, realizada em 1º de junho de 2005	96	Retificação referente à ata da 46ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 07 de dezembro de 2004.....	203
1.2 – Comissão de Assuntos Sociais		Retificação referente à ata da 3ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 08 de março de 2005.....	203
16ª Reunião Extraordinária, realizada em 09 de junho de 2005.....	110	Retificação referente à ata da 5ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 15 de março de 2005.....	203
17ª Reunião Conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, realizada em 14 de junho de 2005.....	114	19ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2005.....	203
18ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de junho de 2005.....	160	20ª Reunião Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2005.....	222
19ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de agosto de 2005.....	163	21ª Reunião Extraordinária, realizada em 07 de junho de 2005.....	241
1ª Reunião (Instalação) da Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência, realizada em 07 de abril de 2005.....	172	22ª Reunião Extraordinária e 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, realizada em 08 de junho de 2005.....	257
1ª Reunião (Instalação) da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, realizada em 06 de abril de 2005.....	175		
2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, realizada em 29 de junho de 2005	180		
1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assistência Social aos Portadores de Necessidades Especiais, realizada em 17 de maio de 2005.....	196		

23ª Reunião Extraordinária, realizada em 14 de junho de 2005.....	280	e com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 30 de junho de 2005.....	536
24ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de junho de 2005.....	301	1.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	
25ª Reunião Extraordinária, realizada em 21 de junho de 2005.....	305	1ª Reunião (Instalação) da Subcomissão da Igualdade Racial e Inclusão, realizada em 07 de abril de 2005.....	568
26ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2005.....	321	2ª Reunião Ordinária da Subcomissão da Igualdade Racial e Inclusão, realizada em 14 de abril de 2005.....	584
27ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2005.....	333	3ª Reunião Ordinária da Subcomissão da Igualdade Racial e Inclusão, realizada em 13 de maio de 2005.....	588
28ª Reunião Extraordinária, realizada em 02 de agosto de 2005.....	351	5ª Reunião Ordinária da Subcomissão da Igualdade Racial e Inclusão, realizada em 16 de junho de 2005.....	620
29ª Reunião Extraordinária, realizada em 09 de agosto de 2005.....	364	6ª Reunião Ordinária da Subcomissão da Igualdade Racial e Inclusão, realizada em 23 de junho de 2005.....	649
30ª Reunião Extraordinária, realizada em 09 de agosto de 2005.....	366	1.6 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	
31ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2005.....	378	12ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de junho de 2005.....	652
1.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle		5ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2005.....	664
8ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de maio de 2005.....	388	6ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2005.....	675
9ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de maio de 2005.....	393	13ª Reunião Ordinária, realizada em 07 de julho de 2005.....	690
10ª Reunião Ordinária, realizada em 31 de maio de 2005.....	398	14ª Reunião Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2005.....	692
11ª Reunião conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, realizada em 08 de junho de 2005.....	402	16ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de agosto de 2005.....	698
12ª Reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 14 de junho de 2005.....	439	1.7 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	
13ª Reunião conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, realizada em 16 de junho de 2005.....	485	14ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de junho de 2005.....	708
14ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2005.....	515	15ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2005.....	715
15ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de junho de 2005.....	523	16ª Reunião Extraordinária, realizada em 02 de agosto de 2005.....	716
16ª Reunião conjunta com as Comissões de Assuntos Econômicos, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio-CD, Finanças e Tributação-CD, Fiscalização Financeira e Controle-CD			

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Décima Sexta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 7 de Junho, de 2005, às 10:00 Horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia sete de junho do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Almeida Lima, Lúcia Vânia, Heráclito Fortes, José Jorge, Flexa Ribeiro, Ramez Tebet, Garibaldi Alves Filho, Sérgio Cabral, Valdir Raupp, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, João Capiberibe, Patrícia Saboya Gomes, Antônio Carlos Valadares, Serys Slhessarenko, Osmar Dias e Jefferson Peres. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Bornhausen, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra, tendo falta justificada em virtude de estar representando o Senado Federal na 93ª Conferência Internacional do Trabalho, Tasso Jereissati, Mão Santa, Gilberto Mestrinho, tendo falta justificada em virtude de estar presidindo a Reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, José Maranhão e Fernando Bezerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente, Senador Luiz Otávio, faz a leitura do Requerimento, de autoria do Senador José Jorge, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Ministro de Estado da Fazenda, Antônio Palocci Filho, para prestar esclarecimentos sobre notícias publicadas nos órgãos de imprensa nacional, veiculando que o Ministro estaria liberando emendas parlamentares ao Orçamento da União, com o objetivo de abafar a CPI dos Correios, e do Requerimento, de autoria dos Senadores Luiz Otávio e Heráclito Fortes, que requer nos termos regimentais, seja realizada reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, na qual, em Audiência Pública, seja convidado o Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Deputado Paulo Bernardo, a fim de prestar esclarecimentos e informações sobre os critérios adotados para contemplar cerca de setenta obras do grupo de ações integrantes do “Projeto Piloto”, acertado pelo Governo Federal com o Fundo Monetário Internacional – FMI. Não havendo número regimental, no momento da leitu-

ra, para deliberação, fica adiada a discussão e votação dos referidos Requerimentos. Logo após, a Presidência dá início à 1ª Parte da Reunião, solicitando aos Senadores Edison Lobão e Valdir Raupp que conduzam o Senhor Vittorio Corbo, Presidente do Banco Central do Chile, ao Plenário da Comissão, a fim de dar início à sua exposição, em atendimento ao Requerimento nº 05/2005-CAE. Após a exposição, usam da palavra para interpelar o convidado o Senador Luiz Otávio, autor do Requerimento, e os Senadores Jefferson Peres, Eduardo Suplicy e Flexa Ribeiro. Fica adiada a 2ª parte da Reunião, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela rejeição das Emendas nºs 02 e 03 e favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 29/06/04, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 05/10/04, foi apresentado Voto em Separado, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, concluindo pela rejeição do Projeto. Em 08/03/05, foi apresentada a Emenda nº 02 de autoria do Senador Leonel Pavan. Em 22/03/05, foi apresentada a Emenda nº 03 de autoria do Senador Osmar Dias. Em 03/05/05, foi lido pelo Relator, Senador Jonas Pinheiro, o seu novo Parecer e, sendo solicitado Vista pelos Senadores Delcídio Amaral, José Agripino e Leonel Pavan, o Presidente concede Vista Coletiva nos termos Regimentais. A apreciação da matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Requerimentos do Senador José Jorge, que requer, nos termos do disposto no art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Ministro de Estado da Fazenda, Antonio Palocci Filho, com o propósito de prestar esclarecimentos sobre notícias publicadas nos órgãos de imprensa nacional, na data de hoje, informando que o Ministro estaria liberando emendas parlamentares ao Orçamento da União, com o objetivo de abafar a CPI dos Correios.

Justificação: na data de hoje, estampa em várias manchetes a informação de que o Governo Federal, por intermédio do Ministro de Estado da Fazenda, Antonio Palocci Filho, estaria liberando emendas parlamentares

ao Orçamento da União no valor de R\$ 400 milhões para os Parlamentares que se disponham a abafar a CPI criada no Congresso Nacional, com o intuito de apurar o escândalo de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

O jornal **Folha de S. Paulo** estampa na manchete que “A operação abafa da CPI custou R\$400 milhões, valor que o Governo dará às emendas parlamentares para que Câmara considere inconstitucional o pedido da criação da Comissão”.

O **Globo** declara: “Contra a CPI Palocci promete abrir o cofre. O Ministro se reuniu com os Líderes e, segundo eles, diz que vai liberar emendas para Parlamentares aliados”.

O **Correio Braziliense** informa serem R\$1,5 milhão contra a CPI. O Ministro da Fazenda promete a Líderes aliados liberar verba de emendas parlamentares.

Para o jornal **O Estado de S. Paulo**, “Palocci abre cofre para derrubar investigação. Ministro prometeu liberar R\$1,5 milhão em emendas ao Orçamento para cada Deputado que votar a favor do Governo”.

Tendo em vista a gravidade das informações divulgadas e que agredem a autonomia e credibilidade do Poder Legislativo, propõe o Senador José Jorge que esse convite seja discutido e votado no dia de hoje para que o Ministro Palocci venha prestar os devidos esclarecimentos junto aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Assina o Senador José Jorge, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

Eu apenas li o requerimento logo após a audiência pública do Presidente do Banco Central, Dr. Vittorio Corbo, nós discutiremos ou não e votaremos ou não ainda hoje o requerimento.

Temos um outro requerimento do Senador Eduardo Suplicy e tem um requerimento do Senador Heráclito Fortes, que requer também, nos termos do art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, conjuntamente com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, com o Ministro de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, o Deputado Paulo Bernardo, a fim de prestar esclarecimentos e informações sobre os critérios adotados para contemplar cerca de 70 obras do grupo de ações integrantes do projeto-piloto acertado pelo Governo Federal com o Fundo Monetário Internacional.

Esse é um outro requerimento do Senador Heráclito Fortes, assinado em conjunto, para que façamos uma audiência pública conjunta entre a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Infra-Estrutura,

em data a ser agendada para convidarmos o Ministro do Planejamento, o Deputado Paulo Bernardo.

Terceiro requerimento, do Senador Eduardo Suplicy, retira de pauta?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, eu preparei um requerimento, mas, atendendo à solicitação do Líder Delcídio Amaral, vou aguardar o momento que ele considerar adequado para a apresentação do mesmo.

Trata-se de um requerimento que leva em consideração a sugestão do Ministro Palocci quando aqui esteve, em 26 de março último, sugerindo que a Comissão de Assuntos Econômicos possa estar ouvindo os diretores do Banco Central, mas estarei considerando o momento adequado que a Liderança do PT considere, junto com a Liderança do Governo, melhor para a apresentação do mesmo. Então peço que deixe nas mãos do Presidente para ser apreciado no momento que a Liderança considerar adequado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Então fica sobrestada a leitura do requerimento para convidar o Presidente do Banco Central e os Diretores do Banco Central. Fica sobrestado o Requerimento proposto pelo Senador Eduardo Suplicy para que seja marcada uma nova data de apresentação do Requerimento.

A primeira parte da nossa pauta de hoje é a audiência pública com a participação do Sr. Vittorio Corbo, Presidente do Banco Central do Chile, com a finalidade de discutir sobre a regulamentação do Sistema Financeiro do Banco Central, em atendimento ao Requerimento da CAE de nº 2005.

Sr. Senador Edison Lobão, bom-dia.

Convido o Sr. Senador Edison Lobão que já está de pé, e na ordem, para, juntamente com o Senador Valdir Raupp, introduzirem no plenário da Comissão de Assuntos Econômicos o Presidente do Banco Central Vitório Corbo para a audiência pública já referida no início da reunião.

O convidado, Dr. Vittorio Corbo, Presidente do Banco Central do Chile, fará a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Sras. Senadoras e Srs. Senadores inscritos. A lista de inscrição está ao lado do livro de lista de presença.

Com a palavra o Dr. Vittorio Corbo, Presidente do Banco Central do Chile.

O SR. VITTORIO CORBO – Muito obrigado.

Vou falar em espanhol porque é mais fácil para mim. O meu Português é muito pobre. Assim, o que vou fazer é, primeiramente, me referir como surge esta autonomia dos Bancos Centrais e na segunda parte vou falar sobre a experiência do Chile por causa da sua Lei Orgânica Constitucional que, a partir do ano

de 1989, tem um Banco Central autônomo. Assim, eu vou falar em comum, em sendo essa experiência em que temos, há 16 anos, um Banco Central autônomo, que eu presido há dois anos.

Assim, na primeira parte, eu vou falar da autonomia do Banco Central e como surge, porque a maior parte dos países vem seguindo a direção, particularmente na última década, da autonomia dos seus Bancos Centrais, algo que era muito raro e porque hoje este é um fenômeno muito mais generalizado do que se acredita. Assim, eu vou dar as bases para isto porque, independente do ensino político dos governos, eles vêm percebendo que ter um Banco Central autônomo contribui para melhores resultados macroeconômicos que ajudam a todo o tipo de governo.

Na segunda parte, falarei da condição da política monetária do Chile e toda a experiência do Banco Central atualmente. Como veremos, esta experiência vem sendo muito bem-sucedida. No final dos anos 80, o Chile tinha uma inflação de 30% ao ano. No começo dos anos 70 era de 500 a 600% e agora teremos quatro anos com uma inflação que está levemente embaixo da meta do Banco Central atuando, o que é uma inflação de 3% ao ano. O que vou mostrar, também, é que, durante esse período, o país teve um crescimento mais elevado em muitas décadas. Também, durante esse período, a taxa de desemprego teve uma queda muito forte, particularmente no ano de 1990, e vamos ver que esse é um fenômeno que não acontece apenas no Chile, é um fenômeno bastante generalizado, sendo essa uma das vantagens do Banco Central autônomo.

Assim, na primeira parte, vou falar da autonomia dos Bancos Centrais e como ela surge. Nos últimos quinze anos, gerou-se uma espécie de consenso em torno dos limites enfrentados pela política monetária com relação a seus efeitos sobre o produto.

Em muitos anos se pensou que fosse possível comprar ou obter um nível de produto mais além da capacidade de produção através de uma política monetária e o que descobrimos, nos últimos quinze anos e nos avanços, tanto na área de macroeconomia como na experiência empírica de muitos países, é que a política monetária afeta apenas a inflação e as demais variantes nominais. Mas a política monetária não tem um grande efeito sobre o produto. O que ela pode fazer é facilitar o crescimento a longo prazo, mas não afetá-lo de maneira permanente.

Uma inflação elevada, ao contrário, é prejudicial para o crescimento. Vimos isso no Brasil e no Chile, uma inflação elevada faz com que seja muito difícil para os agentes econômicos avaliar bem os seus projetos, porque eles sabem o que é um bom negócio hoje, mas não amanhã. Uma inflação elevada encurta muito o

horizonte particularmente na grande incerteza com relação ao que vai acontecer no retorno sobre esse projeto daqui a cinco ou dez anos. Assim, uma inflação elevada prejudica o investimento.

A inflação elevada que é a contrapartida de uma política monetária muito expansiva, não apenas não contribui para o crescimento, senão prejudica. A principal contribuição da política monetária para o desenvolvimento de um país é conseguir manter uma inflação baixa, estável e previsível. É como no futebol, a principal contribuição que pode ser feita no futebol é ter um campo de futebol bem nivelado. Isso facilita e faz com que os jogadores não quebrem uma perna, os bons jogadores que vocês têm.

Assim é o Banco Central, é parecido, ele facilita o campo de jogo para que os empresários e os trabalhadores contribuam para o enriquecimento ou, pelo menos, que não incomodem. Apesar da neutralidade a longo prazo, a vivência nos ensina que a prazos mais curtos produtos de rigidez nominais ou reais na economia e na política monetária afetam os valores reais. Assim, podem ajudar os valores reais em prazos mais curtos. É o que precisamos levar em consideração nos Bancos Centrais.

Quando iniciamos uma estratégia para reduzir a inflação é preciso levar em consideração que, a curto prazo, dado a rigidez, é possível que existam efeitos de desemprego e de menor crescimento da política monetária. Isso é o que não discutimos. Se conseguirmos um consenso de uns dez ou quinze anos é que a política monetária não pode contribuir de forma permanente ao crescimento ou à queda do desemprego.

Uma condução adequada da política monetária, parcialmente por reconhecer que tentativas para utilizá-la levará à união de produto que vá mais além do seu potencial são inúteis. Acaba-se ficando com uma inflação que acelera os seus ganhos com relação à atividade. Isso foi o que se tentou fazer nos países industriais nos anos setenta com políticas monetárias expansivas.

O Reino Unido acabou com uma inflação acima dos 20%, os Estados Unidos com uma inflação em torno dos 15% na década dos anos setenta e isso é o que fez os países reconhecerem que a política monetária era melhor dedicá-la ao que era mais eficiente, ou seja, ao controle da inflação para facilitar o crescimento a longo prazo.

Existe um amplo reconhecimento de que a autonomia do Banco Central é um determinante importante nas ações de política implementada por ele e portanto o seu resultado inflacionário. A autonomia ajuda nisso. Por quê? Porque os Bancos Centrais autônomos estão menos expostos a tentar a política monetária para

estimular a economia mais além da sua capacidade produtiva. Muitas vezes, nos Governos se tenta usar a política monetária consciente de que existe um custo importante na aceleração da inflação.

Muitos Governos podem sentir-se tentados a usar a política monetária para efeito de eleições e os custos de se reduzir inflação, no futuro, recaem nas costas da administração. Mas o País acaba ficando com uma série de incentivos tão grandes que o crescimento, em médio prazo, sofre as conseqüências. Essa vem sendo a tragédia de muitos países, particularmente na América Latina, por muitos anos.

Bancos Centrais autônomos, cujo objetivo é a estabilidade de preços, contam com maiores graus de credibilidade, porque os agentes econômicos sabem que um Banco Central autônomo ficará preocupado em manter a inflação sob controle e os resultados econômicos acabam sendo melhores, porque os agentes agem sabendo que o Banco Central vai fazer o seu trabalho. Assim, eles têm maior grau de credibilidade e, portanto, podem ser mais eficientes no cumprimento da sua missão.

Essa maior efetividade tem duas raízes: a maior credibilidade associada a menores pressões sobre o Banco Central, para que tenham de levar o produto para além do potencial; existem menos pressões para que o Banco Central escape do que sabemos nós, economistas. E os efeitos dessa maior credibilidade rendem dividendos, porque afetam as expectativas dos agentes econômicos, com os quais é possível reduzir a inflação para um custo muito mais baixo.

Na medida em que os agentes econômicos formem as suas expectativas, antecipando que o Banco Central estará fortemente comprometido com a estabilidade, o custo em termos de desemprego vai ser menos pronunciado e haverá uma estratégia para reduzir a inflação. Como resultado, a inflação poderá ser reduzida com custos menores.

Essas aprendizagens resultaram num importante incremento no número de Bancos Centrais autônomos. Na década de 80, apenas dois Bancos Centrais conseguiram alcançar a autonomia. Já na década de 90, trinta e quatro países legislaram a favor da autonomia operacional para os seus Bancos Centrais, inclusive o Banco da Inglaterra, no começo da administração do Ministro Tony Blair, da atual administração.

Nos Bancos Centrais autônomos os membros do seu Conselho Diretivo em geral são nomeados pelo Executivo e confirmados pelo Senado da República. E o que dá a autonomia é que os seus membros somente podem ser retirados pelo Congresso se falham nas suas funções. Mas se não, pelo Poder Executivo. A remoção é iniciada pelo Congresso se eles falham

na sua missão ou se cometem atos não adequados às suas responsabilidades, ou incompatíveis com isso. Mas estão protegidos de que um Governo qualquer, pelo fato de que o Banco Central não siga as suas pressões de curto prazo, possa removê-los. Assim, eles têm um mandato para cumprir com os objetivos fixados pela sua carta orgânica. Geralmente é estabilidade de preços e de pagamentos, que não podem ser removidos pelo Governo em plantão, são uma instituição ou entidade do Estado, mas não dominados pelo Governo em vigor.

Assim, nessa primeira parte, eu falei em fundamentos básicos. Na segunda parte, vou descrever a experiência de um país. Cada um pode tirar as suas próprias conclusões. Eu vou escolher um país do qual eu sou Presidente do Banco Central por dois anos. Nunca antes eu tinha estado no serviço público. Convidaram-me, no ano de 2003, o Presidente Ricardo Lagos me convidou para ser membro do Conselho Central do Chile e, de acordo com a Lei Orgânica Constitucional chilena, uma vez que o Senado aprovou a nomeação do Presidente Lagos, o Presidente me escolheu para ser Presidente entre os cinco Conselheiros do Banco Central. Assim, vou contar a minha experiência nos últimos dois anos e também nos últimos trinta anos como analista macroeconômico. O Banco Central do Chile é autônomo, de acordo com a Lei Orgânica Constitucional de 1989, e tem por objetivos a estabilidade de preços e o funcionamento normal dos pagamentos internos e externos. O que isso quer dizer? Para que o sistema financeiro não nos surpreenda amanhã com uma crise sistêmica e velar para que os pagamentos externos estejam organizados de tal modo que amanhã não tenhamos uma crise de balanço de pagamentos. A segunda parte é feita através da regulamentação previdencial, mas não vou falar sobre isso agora, porque me convidaram para falar aqui sobre o papel da autonomia do Banco Central no que tem relação com a estabilidade de preços. Os membros do Conselho do Banco Central do Chile são designados pelo Presidente da República e confirmados ou rejeitados pelo Senado da República. Cada Conselheiro tem dez anos de mandato, que é renovado a cada dois anos. Perdão, um Conselheiro é renovado a cada dois anos. O Presidente do Banco Central do Chile é escolhido pelo Presidente da República entre os cinco Conselheiros e ele fica no cargo por cinco anos. Essa renovação de um membro a cada dois anos garante a manutenção de uma experiência institucional. Um Conselheiro é eleito a cada dois anos. Isso mantém a memória institucional, o que é muito importante nesse tipo de instituição. O Banco Central do Chile é autônomo, consciente do papel da política monetária, orienta o alcance da

estabilidade de preços. O nosso objetivo é conseguir alcançar a estabilidade de preços. Não é por sermos quadrados, senão basicamente pelo fato de que foi isso que aprendemos na profissão de economistas nos últimos vinte anos, tentar alcançar objetivos possíveis, tentar fazer jogadores de futebol competir no tênis não é uma coisa muito boa. Então, o Banco Central precisa se orientar. Esta é a tarefa do Banco Central. A política monetária do Banco Central do Chile se instrumentaliza usando um esquema de metas de inflação parecido com que o que vocês adotaram nos últimos anos. A vantagem desse esquema de metas de inflação é que ele é coerente com a visão moderna sobre os limites e o poder da política monetária, descrita na primeira parte da minha apresentação, ao mesmo tempo que outorga uma âncora melhor para a política monetária e as expectativas de inflação. As outras duas âncoras alternativas, que são uma agregada monetária e a taxa de câmbio, não são muito eficientes. A âncora serve até a próxima crise. É por isso que os países abandonaram as taxas de câmbio fixas. Assim, hoje em dia, essa ação ficou um pouco curta. Por isso, os países se moveram para um outro tipo de inflação. Assim, o objetivo de estabelecer metas de inflação a longo prazo aumenta a transparência, a prestação de contas da política monetária. Temos um objetivo claro do qual precisamos dar conta. Nós, como Senado da República, prestamos conta disso três vezes ao ano com relação ao que esperamos e com relação para onde vai a economia, o que estamos fazendo para cumprir o nosso objetivo de manter a inflação em torno da meta. Prestamos conta ao Executivo. O Banco Central autônomo presta contas ao Senado da República. Também toma conta do problema da inconsistência de tempo. Essa obrigação que tem o Governo de usar a política monetária de forma agressiva é irresponsável antes da próxima eleição, deixando que todos os custos sejam pagos pela administração seguinte. Finalmente, o país e todos os trabalhadores pagarão a conta também.

Hoje em dia, a política monetária do Banco Central do Chile é parte do sistema macroeconômico geral do País. Isso é muito importante. Não se consegue nada através da autonomia se ela, ao mesmo tempo, não estiver coordenada com os restos das políticas que facilitam o alcance de uma inflação baixa e estável (inaudível). No caso do Chile, isso faz parte de três pilares muito fortes: primeiramente, ter um Banco Central independente, com o mandato constitucional explícito de alcançar a estabilidade de preço e que use um esquema de metas de inflação complementado com uma taxa de câmbio flexível, um Banco Central autônomo, que ganhou e investiu em ganhar credibilidade. E hoje em dia, como vamos ver mais adiante, a maior parte

dos agentes econômicos, no Chile, pensa que o Banco Central vai ser bem-sucedido. (Inaudível) que as taxas de juros no Chile entraram em colapso. Há dez anos, o Governo emite bônus nominais que têm uma taxa de juros de 5 a 10% nominais, ou seja, a taxa real desses documentos, se considerarmos que nossa meta de inflação é 3%, é de 2,6% reais por ano. Há 200 anos que não vemos esse tipo de taxa de juros.

Ao mesmo tempo, o segundo grande pilar é que o Chile tem uma política fiscal muito responsável. No Chile, as receitas fiscais dependem, em grande parte, do cobre e do ciclo econômico onde está o produto com relação à capacidade produtiva. O orçamento no Chile é feito de tal modo que a receita fiscal é computada a um preço do cobre a longo prazo e a um nível de produto perto do seu potencial. O orçamento é feito de tal modo que, quando o preço do cobre é igual ao preço de longo prazo e o produto é igual ao potencial, o Governo Central precisa ter um superávit de 1% do produto para pagar os pequenos déficits que existem no resto do setor público. Assim, por exemplo, no ano passado, em que tivemos um preço de cobre muito bom, muito acima do preço de longo prazo, em que o preço do nível de produto esteve bastante mais perto da sua capacidade produtiva, houve um superávit do Governo Central de 2,2% do produto. Esse é o superávit total, não o primário. Depois de pagar tudo, houve o superávit de 2,2%.

Este ano, tendo em vista que o preço de cobre está muito bom, haverá um superávit novamente acima de 2% do produto: 2,2% do produto, novamente, neste ano, da mesma maneira que no ano passado. Isso foi anunciado pelo Ministro da Fazenda ontem.

Com isso, o que o Chile fez é que, de uma situação fiscal muito sólida, estamos muito preparados para quando vier um choque. Teremos uma capacidade de endividamento muito grande. O risco-país no Chile é de 60 pontos... menos de 1%. A dívida pública consolidada, a nível de reservas internacionais do Banco Central, fica em torno dos 5% de produto e, este ano, terminaremos em 3%. É a segunda mais baixa no mundo depois de Cingapura. Assim, no Chile há uma política fiscal muito responsável há 25 anos. Pagamos a tragédia de irresponsabilidade fiscal com déficits fiscais que chegaram a 30% do produto em algum momento. Hoje em dia, o país é muito cuidadoso fiscalmente. É um grande pilar da política macrochilena. O terceiro pilar é que temos o sistema financeiro robusto, bem regulado, bem supervisionado e, ao mesmo tempo, o mercado de capitais em desenvolvimento graças a uma reforma das aposentadorias que levou ao acúmulo de ativos que está hoje em torno dos 70% do Produto Interno

Bruto, ativos que têm sistemas de aposentadoria que dêem ao mercado um (inaudível) profundo.

Falo isso porque a autonomia do Banco Central, sozinha, com um sistema financeiro fraco e mal organizado, não pode alcançar muita coisa. De fato, a Rússia, no começo dos anos 90, tinha um Banco Central autônomo que presidia uma inflação de 500%, quando foi necessário resgatar o sistema financeiro que entrou em colapso.

Assim, faz falta mais de um para dançar um tango. Aqui temos três pilares importantes, que permitiram que o Chile fizesse progresso na redução da inflação, com grandes vantagens do ponto de vista de resultados macroeconômicos.

Se olharmos a dívida pública bruta, veremos que era de 75,5% do produto nos anos 90 e hoje é de 29,2% a dívida bruta. E a dívida líquida é consolidada com o Banco Central mais o Governo, porque o Banco Central foi usado nos anos 80 para resgatar o sistema financeiro. A dívida líquida, restando apenas as reservas internacionais, passou de 33,6% nos anos 90 para 5,7% hoje em dia. No ano de 2005, terminaremos abaixo de 4% e, em 2006, ela deve ficar em torno dos 2%. Ou seja, o país, graças ao seu crescimento e à sua responsabilidade fiscal, não tem um problema de dívida; é um grande ativo acumulado pelo Chile, particularmente através dos últimos três governos democráticos, nos últimos 15 anos.

Se observarmos os resultados fiscais, a linha vermelha, o resultado fiscal final, houve um superávit na transição para a democracia que começou nos anos 90. O primeiro Governo democrático teve um superávit de 2,3%, superado em todos os anos até o ano de 1997. Depois veio a crise russa, a crise asiática, a crise do Brasil, de janeiro de 1999, em que a região sofreu e o Chile também desacelerou. Houve pequenos déficits que passaram a ser novamente superávits, nos últimos anos.

O que é importante é que, desde o ano de 1991, o orçamento é preparado de tal modo que a preços normais do cobre, quando um produto está perto do seu potencial, que é a linha verde, é preciso que exista um superávit de 1% para preparar-nos para anos ruins.

Com relação ao preço do cobre, a longo prazo, tendo em vista que a receita é importante, em torno de 4% do Produto Interno, com a receita que o Governo Chileno entre 4% e 5% recebe pela sua participação nas minas de cobre. Assim, a estrutural inclui o preço do cobre, a longo prazo, e o nível de produto está perto da sua capacidade de produzir na economia. Quando esses dois parâmetros levam a uma comissão independente do Poder Executivo, uma comissão independente fixa esses parâmetros com os quais se prepara

o orçamento. Assim, é estrutural e é uma condição a mais longo prazo. E o gasto é determinado considerando que, quando o preço do cobre é muito bom, é tomado como temporário e é economizado.

Assim, o nível de gastos é determinado levando em conta o preço do cobre, a longo prazo. Por exemplo, no ano de 2004, se usou o preço do cobre a US\$ 0,18 centavos; e o preço médio foi de US\$ 1,30 dólares. A diferença entre dezoito centavos e um dólar e trinta foi economizada, foi tudo economizado. Tudo resultou num superávit.

Se examinarmos o Sistema Financeiro Chileno, os índices de solidez do Sistema Financeiro Chileno, veremos que ele é considerado tão sólido quanto o da Austrália e um pouco mais sólido do que o da Alemanha. Então, é um sistema financeiro sólido. Quando no Banco Central tomamos decisões de política monetária, não estamos limitados pela fraqueza do Sistema Financeiro. E também a transmissão da taxa de juros é bastante mais rápida num sistema financeiro mais sólido. Em sistemas financeiros fracos, isso acaba prejudicando a transmissão da política monetária. No Chile, outro grande ativo é este, e não tínhamos esse ativo antes, nem foi comprado pela Internet. Tivemos uma crise bancária monumental, no começo dos anos 80, a partir da qual o sistema financeiro foi reconstruído. E, a partir do ano de 1986, não tivemos mais nenhuma crise, graças a uma supervisão adequada e macroeconômica que evitou a grande volatilidade, nas principais variáveis macroeconômicas. Isto resultou num sistema financeiro muito sólido.

A política monetária no Chile – e já vou concluir – se orienta para o alcance de uma inflação anual de 3% num horizonte de doze a vinte e quatro meses. A política monetária hoje tem esse propósito. Quando o Banco Central também começou, em 1989, a inflação era de mais de 30%. Assim, estabeleceram-se metas anuais, que foram sendo reduzidas ano a ano, até que se chegou ao ano 2001, em que foi fixada uma meta, em longo prazo, de 3%. E 3% é uma faixa, é um centro de uma faixa que vai de 2% a 4%. É possível que existam choques. Quando há choques, não tentamos levar a inflação de volta a 3% imediatamente porque isso representaria um custo muito elevado, real, para a economia. Assim, o nosso propósito é que, quando houver um choque, nós possamos levar de doze a vinte e quatro meses para levar a inflação de volta aos 3%, porque estamos conscientes de que, em curto prazo, existem choques reais que podem nos levar a fazer a inflação voltar a 3% de maneira muito rápida, o que resultaria em grandes custos, em termos de produto.

A meta de inflação chegou a ser altamente credível, a ter grande credibilidade, como veremos logo no

gráfico. A política monetária também contribui para estabilizar – a política monetária em curto prazo, mas isso está subordinado ao alcance da meta de inflação.

No ano de 2003, a inflação ficou abaixo da meta, e o Banco Central do Chile autônomo desceu a taxa de juros, de forma agressiva, por duas vezes consecutivas: descemos meio ponto em dezembro de 2003 e mais meio ponto em janeiro de 2004, porque a inflação estava abaixo da meta e, para nós, é tão ruim ter uma inflação significativamente abaixo dos 3% ou significativamente abaixo dos 4%, com a qual nós contribuimos para a recuperação da economia.

Neste momento, temos uma taxa de juros de política monetária, que é equivalente à Selic de vocês, que está em 1,75 por ano, que é a taxa mais baixa registrada historicamente no Chile, e fizemos isso porque tínhamos a consciência de que a inflação não era um problema e que poderia tornar-se um problema porque estávamos estabilizando-a muito abaixo da nossa meta. Isso foi possível, e ninguém, entre os agentes econômicos, pensou que o Banco Central estivesse fazendo isso por causa de eleições ou por causa de pressão do Executivo. Sabíamos que estávamos fazendo isso porque a inflação estava descendo abaixo da meta e as expectativas inflacionárias, que são muito importantes, ficaram atreladas em torno dos 3%. Ninguém pensou que o Banco Central fosse responsável. Essa é uma grande vantagem da economia, é uma grande vantagem do trabalho feito pelo Banco Central nos últimos quinze anos. Isso tornou possível que a economia ganhasse forças novamente. Como vocês sabem, no ano passado, acabamos crescendo acima dos 6% e este ano as nossas estimativas de crescimento são de entre cinco e um quarto e seis e um quarto. E por aí vamos.

Enfim, graças ao trabalho do Banco Central autônomo, temos uma história muito boa no alcance das metas inflacionárias no período de 1991 a 2004. E graças à credibilidade do Banco Central, as taxas de juros são baixas, e, o que é mais importante, a redução da inflação foi acompanhada de um alto crescimento, ao contrário do que nós, economistas, pensávamos nas décadas de 1950 e 1960, que era que a redução da inflação teria um alto custo em crescimento. Aprendemos que os agentes econômicos olham para adiante e quando vêem que existe um Banco Central que enfoca a redução da inflação, eles se ajustam muito mais rapidamente do que pensávamos há 30 anos.

Observemos agora a história do Banco Central autônomo do Chile, desde 1979. Quando ele conseguiu a sua autonomia, a inflação estava acima dos 30%, que é a linha verde. Como a inflação estava muito elevada,

colocou-se primeiramente um mandato constitucional de conseguir a estabilidade de preços.

O Banco Central autônomo interpretou isso no sentido de que fosse feito de maneira gradual até que ganhasse credibilidade e os agentes financeiros entendessem que o Banco Central já sabia fazer o seu trabalho. E aqui estamos partindo com a experiência, eu começo da experiência de autonomia. Não esqueçamos que na década de 1980, apenas dois Bancos Centrais eram autônomos, o da Nova Zelândia e o do Chile, então, estávamos apenas começando.

Assim, vemos que se colocou uma meta anual, com uma faixa em que a inflação ficou perto da meta anual. Em setembro de cada ano se colocava uma meta para o ano seguinte, e já no ano de 2001 decidiu-se a fixação de uma meta a longo prazo de 3% com uma faixa entre 2 e 4%. Quando a inflação sai dessa faixa, não há um aumento agressivo das taxas de juros, mas se faz um esforço para fazer a taxa de inflação voltar aos 3% no período de 12 a 24 meses. Isso é possível que se faça agora, graças ao fato de que já há credibilidade. Quando começamos a investir na credibilidade, não é possível dar-se a esse luxo, porque é possível que as pessoas pensem que o Banco Central está tentando fugir e não fazer o seu papel. Então, aqui vemos que a inflação desceu por baixo da meta e fazemos um esforço para subi-la novamente. No Banco Central da Suécia, no Banco Central da Inglaterra se faz esse tipo de coisa também e não vou falar desses fenômenos devido a uma falta de tempo aqui. Se observarmos a confiança que existe em que o Banco Central vai fazer o seu trabalho aqui, estou comparando as taxas de juros dos títulos nominais do Governo do Banco Central e as taxas de juros dos títulos reais. Aqui estou comparando a taxa de juros reais com as nominais. E falo particularmente dessa expectativa de inflação, uma aproximação porque é preciso incluir ainda o risco de inflação. Se observarmos a diferença, teremos que estar em torno dos 3%. Até o fim de 2003, esta diferença estava entre 1 e 1,5, sendo que a nossa meta era de 3. Assim, o Banco Central concluiu que os agentes econômicos estavam ou talvez lendo que o Banco Central iria revisar a sua meta para baixo de descida. E nós reforçamos a nossa meta com duas quedas, reduções agressivas em que falamos que nós queríamos uma inflação de 3 e não de 2 e não de 1, porque a inflação baixa também é prejudicial. Nós queremos uma inflação que fique em torno dos 3%. E ela já voltou, e estamos novamente em torno dos 3%. Aqui estou comparando os títulos de 10 anos, títulos nominais e títulos reais. O Chile, hoje, pode emitir títulos de 10 anos, nominais. E eu, inclusive, quando era professor universitário, pensava

que isso era para mais várias gerações, já que nós tínhamos apropriado aqueles que obtinham títulos com inflações mais altas. Hoje há uma grande demanda dos nossos papéis para 10 anos, papéis nominais, títulos nominais, e a diferença de rendimento fica em torno dos 3%. Se observarmos para daqui a 3 anos, é um pouco menos de 3%. Então, tivemos aqui uma grande convergência nesses títulos. Se observarmos as taxas de juros hoje, veremos que a taxa de juros na linha azul são os títulos nominais de 10 anos, e eles ficam embaixo dos 3%. Na linha vermelha, temos os títulos nominais de 5 anos, um pouco mais de 5%, nominais. E se observarmos as taxas de títulos reais, eles estão se aproximando dos 2%. Um título real do Governo e do Banco Central no mercado paga uma taxa de juros real entre 2 e 2,5%, e as empresas trazem 50 pontos básicos sobre isso, para 10 anos pagando uma taxa de juros abaixo dos 10% reais.

Mas, novamente, ela estava muito alta. Em 2004, essas taxas eram muito elevadas há 10 anos, eram de 12 a 13%. Conseguimos isso através do tempo. Se observarmos a taxa de política monetária no Chile, a taxa de política monetária que ficava em torno dos 35% no Chile, no começo dos anos 90, veremos que essa taxa de política monetária hoje é igual à da FED. Ela era de 30% quando começamos e, hoje, está praticamente igual. Ela foi reduzida drasticamente nos últimos anos, na medida em que fizemos progressos na redução da inflação e na medida em que os agentes econômicos aceitaram que o Banco Central está fazendo o seu trabalho. Este é um trabalho árduo de muitos anos que beneficia a todos os agentes hoje em dia. Enquanto a inflação era reduzida, o crescimento se mantinha muito elevado, a taxa de crescimento que está do lado direito se manteve muito elevada com alguns vaivens, mas é muito menos volátil do que no passado, quando a inflação entrou em colapso. Assim, o custo em termo de crescimento foi um benefício, porque a inflação baixa criou um ambiente muito mais favorável para o crescimento e também criou um ambiente muito mais favorável para a redução da pobreza. Durante este período, graças ao alto crescimento e a baixa inflação, a porcentagem da população no Chile abaixo da linha da pobreza foi reduzida em 45%, em 1985, para 18% hoje em dia, que é a redução mais drástica na taxa de pobreza do mundo, comparável apenas à da China. Isso foi graças ao crescimento e à baixa inflação, porque inflação alta é um imposto mais regressivo, que afeta basicamente os mais pobres. Assim, tudo isso foi um investimento feito a seu favor.

O esquema da meta de inflação do Chile está bem desenvolvido. É uma meta do Banco Central, como a do Banco Central do Brasil. Há uma orienta-

ção para frente. O Banco Central orienta sua política monetária para que a inflação, num horizonte de 12 a 24 meses, fique em torno dos 3%. O Banco Central é extremamente transparente. Informamos o Senado a cada 4 meses, escrevemos um relatório de política monetária. Nossos comunicados, depois da reunião de política monetária, são muito detalhados. Nossas minutas de política monetária em que se inclui todo argumento usado para tomar as decisões quanto às taxas de juros se publicava 90 dias antes da reunião. Nos últimos 2 anos, reduzimos esse prazo a 45, e agora reduzimos para 3 semanas. É um comunicado extenso, com todos os argumentos, que se publica 3 semanas depois da política monetária se as reuniões de política monetária do Banco Central são anunciadas 6 meses antes. Também somos responsáveis, prestamos contas e damos explicações ao Senado da República, não ao Executivo, mas à Comissão Independente. Prestamos contas à Comissão Independente do Senado três vezes por ano.

Contudo, o trabalho não é fácil. Muitas vezes, quando projetamos a inflação num horizonte de 12 a 24 vezes, temos dificuldades em ver qual é o efeito da taxa de diferenças no Cone Sul, de ver o que está acontecendo na economia nacional, os efeitos do preço do petróleo. Há bastantes incertezas que fazem parte do nosso trabalho diário e, para isso, o único que precisamos fazer é sermos muito cuidadosos. À vezes, corremos alguns riscos, mas vamos aprendendo com os nossos progressos, tanto na área de pesquisa econômica, quanto na área prática. É o que vimos fazendo nos últimos 15 anos, enquanto o Banco Central atua.

Muito obrigado.

(Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Muito obrigado. Parabéns pela exposição.

Verifico que o Senador Luiz Otávio tinha razão, quando o convidou para esta exposição, visto que o Banco Central do Chile tem sido exemplo para os Bancos Centrais de vários países pela eficácia na condução da política monetária do Chile.

Peço permissão ao senhor para que os Senadores comecem a conversar com V. Ex^a.

Primeiro inscrito, Senador Eduardo Suplicy; segundo, Senador Jefferson Péres.

O Senador Eduardo Suplicy abre mão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Cedo para que S. Ex^a possa ser o primeiro arguidor.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Em primeiro lugar, meus agradecimentos ao Senador Eduardo Suplicy, sempre muito gentil. Obrigado, Senador.

Minhas saudações.

Em primeiro lugar, é um prazer recebê-lo nesta Comissão. Minhas congratulações ao seu País, o Chile.

O Chile é um exemplo para a América Latina e uma exceção. Seu País conseguiu aquilo que todo Governo busca, alcançar ao mesmo tempo três objetivos: em primeiro lugar, inflação baixa; em segundo lugar, taxa de crescimento econômico elevada; em terceiro lugar, redução sistemática do nível de pobreza.

Isso é um sonho para todos os países latino-americanos, que invejam o Chile, mas não se miram no exemplo chileno. Fazem tudo ou quase tudo errado, e o Chile não serve de modelo para esses países.

Mas eu vou lhe fazer poucas perguntas, apenas para esclarecimento. Em primeiro lugar, em algum ano vocês sentiram incompatibilidade entre taxa de inflação e crescimento econômico? Alguma vez, elevação de taxa de juros impediu o crescimento econômico do Chile? A primeira pergunta objetiva é essa.

Em segundo lugar, a flexibilidade cambial, a livre flutuação do câmbio é absoluta ou o Banco Central intervém algumas vezes no sentido de impor regras ao mercado?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra o Sr Presidente para responder. Temos dois...

O SR JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Há uma terceira pergunta. O Banco Central, além da taxa de juros, controla também a base monetária como instrumento de controle da inflação?

O SR. VITTORIO CORBO – Inicialmente, vou começar pelas duas últimas perguntas e dizer que nós, no Banco Central do Chile, como regra geral, acreditamos que temos um nível de reservas internacionais adequado. De forma que, a intervenção cambial é muito rara, não a intervenção política. Nos últimos dois anos e meio, nós não intervimos sequer um dia. Foi uma flutuação totalmente livre. No entanto, nos reservarmos o direito de intervir amanhã, caso achemos que a taxa de câmbio está muito fora da banda.

No entanto, não consideramos que esse tenha sido o problema nos últimos dois anos e meio. A última vez que o Banco Central decidiu intervir foi em outubro de 2002, época que coincidiu com uma grande incerteza com relação à situação no Brasil. Naquele momento, a nossa moeda estava muito debilitada e o Conselho do Banco Central considerou que a fragilidade do peso chileno não se justificava e decidiu intervir. Ele anunciou previamente de que forma e quando faria essa intervenção.

Quando a situação no Brasil começou a voltar à normalidade, em fevereiro e março de 2003, não foi necessário dar continuidade a essa política, de forma

que intervenção política não fazemos de forma alguma. E a volatilidade do peso chileno com relação ao dólar norte-americano é comparada com a volatilidade do euro em relação ao dólar, do iene japonês com o dólar e é menor, inclusive, do que a do dólar da Nova Zelândia, do australiano e do canadense em relação ao dólar.

De forma que não fazemos a intervenção e desenvolvemos um mercado de cobertura de risco cambial cada vez mais profundo, que, em grande medida, nós recebemos um benefício, um título pela reforma dos fundos de aposentadoria, porque esses são grandes avalistas da cobertura cambial. Eles fazem investimentos no exterior e para não ficar com esse risco cambial, eles vendem esses dólares de forma que o Chile tem um mercado de cobertura cambial muito mais, ou melhor, mais profundo do que o resto dos países emergentes.

Então, a questão da flutuação cambial.

A sua segunda pergunta diz respeito à preocupação nossa, ou melhor, se nós usamos um segundo instrumento. Nós usamos somente a taxa de juros porque percebemos que a taxa, perdão, a base monetária, como em todos os outros Bancos Centrais tem a pouco a ver, com a evolução da inflação. Sobre tudo a curto e médio prazo. De forma que a base monetária é observada. No entanto, não temos nenhum objetivo nessa base monetária, porque ela é um elemento muito ruim para a previsão da inflação. Então, usamos somente a taxa de juros interbancária.

O terceiro elemento é que há um **trade off**, sobretudo, nas etapas iniciais quando o país parte de uma inflação alta e investe em credibilidade. E quando um país passa a investir em credibilidade, se vê mais obrigado a responder de forma mais agressiva do que quando completa esse investimento.

De fato, entre 1990 e 1991, quando houve uma grande elevação do preço do petróleo durante a invasão do Kuwait pelo Iraque, nesse momento não apenas a inflação aumentou como também as expectativas dos agentes. De forma que o Banco Central investiu em credibilidade e esse investimento em credibilidade teve um grande retorno para o país. O Banco Central teve de elevar as taxas de juros para que a nossa população visse que o Banco Central estava preocupado com o controle da inflação.

Isso não aconteceu ultimamente quando os Estados Unidos decidiram invadir o Iraque há dois anos. Eu mostrei a vocês em gráfico que a inflação muito brevemente subiu, e o Banco Central sequer interveio porque sabia que seria uma questão de tempo e, posteriormente, essa inflação caiu.

Então, a resposta que lhe dou é que inicialmente nós nos preocupamos. Mas com um pouco de paciência o custo é cada vez menor e são colhidos frutos na forma de benefícios a longo prazo.

Com relação à sua primeira pergunta, o comentário sobre a experiência bem sucedida do Chile, eu posso lhe dizer que tivemos uma grande tragédia entre 1973 e 1990 que acabou nos levando a abandonar o sistema democrático e tudo contribuiu para essa tragédia.

Mas, atualmente, o modelo chileno é um modelo é muito mais amplo, e independentemente da situação dos outros países. Nessas eleições presidenciais, os três candidatos estão colocando como ponto central a proteção da situação econômica.

E no Chile quando se iniciou a autonomia do Banco Central havia dúvidas. No entanto, atualmente, nas pesquisas de opinião, o Banco Central é a segunda instituição de maior prestígio e credibilidade do País. Isso, aliás, conquistado com o tempo, e atualmente estamos colhendo os benefícios.

Mas essa não foi uma compra feita pela Internet. Foi conquistada com muito suor ao longo de muitos anos. E nós enfrentamos muitas tentações. De fato, tentações tão grandes quando o crescimento desacelerou no final da década de 90 devido à crise asiática e à crise Argentina.

E nós nos vimos tentados a elevar os gastos públicos para aquecer a situação. E o Governo, baseado no orçamento a longo prazo do cobre, manteve-se quieto. Quando o preço do cobre subiu novamente, fomos pressionados a elevar ainda mais os gastos, e o Governo disse: “Não. Estamos investindo a longo prazo no país”. Isso foi usado para a redução das dívidas.

Em 2004, o Governo chileno pagou a dívida e no ano de 2005 ele também pagará essas dívidas com o superávit. Isso porque estamos pensando que 2004 e 2005 serão anos muito favoráveis e que não se repetirão.

Então nos tornamos pessoas muito conservadoras e isso nos tem rendido grandes benefícios na redução da pobreza e na criação de uma sociedade muito mais estável do que aquela dos anos anteriores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Acho que uma expressão dele aqui vale para nós. O Banco Central funciona bem quando tem alta credibilidade.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, visto que o Senador Luiz Otávio abriu mão para V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, V. Ex^a está com o cartaz do Senador Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – É simpático. Mas, ele não quis trocar de lugar.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Senador Luiz Otávio, nosso Presidente agora, na Vice, foram....

E prezado e estimado Presidente Vittorio Corbo, do Banco Central do Chile, considero da maior relevância que nos traga a sua experiência e o conhecimento na prática do que tem sido a trajetória do Banco Central no Chile e de como houve progresso muito grande no Chile, em muitos aspectos. E, conforme salientou o Senador Jefferson Péres, temos muito a aprender com a experiência do Chile, sobretudo, por estar conseguindo, tanto a estabilidade de preço, em nível bastante razoável, o crescimento acelerado da economia e do nível de emprego – sobre isso quero perguntar um pouco – e também com respeito ao objetivo de diminuir a proporção de pessoas que vivem em condição de pobreza absoluta. E sobre isso também gostaria de lhe perguntar.

Tenho muitas perguntas e acho que hoje vou poder fazê-las, porque não é todo dia que temos aqui o Presidente do Banco Central do Chile. Mas, gostaria até de aproveitar essa oportunidade para aprender mais sobre a experiência chilena, e não apenas no que diz respeito aos objetivos da política monetária, mas, com respeito aos outros objetivos.

Gostaria de lhe perguntar, porque nos falou com brevidade, sobre a sua própria história, porque, um dos aspectos que, por vezes, preocupa a opinião pública e o Congresso Nacional refere-se à história daquelas pessoas que se tornam Presidente ou Diretores do Banco Central ou, ali no Chile, Conselheiros do Banco Central. Pergunto se os Conselheiros seriam, conforme o termo usado, os equivalentes aqui aos Diretores do Banco Central, pois no Brasil há o Presidente do Banco Central e mais sete Diretores, que seriam equivalentes aos Conselheiros.

Se há, quando o Presidente designa o Presidente e os Conselheiros do Banco Central, alguns requisitos relativamente ao o quê essas pessoas foram, quais foram os seus trabalhos; se, por exemplo, poderiam diretores de instituições financeiras, diretores acionistas, proprietários, passarem da direção de instituições financeiras privadas imediatamente para o Banco Central? E também se há alguma regra do que chamamos aqui de “quarentena”, ou seja, quando V. Ex^a terminar o seu período como Presidente do Banco Central, se há algum impedimento para que V. Ex^a não assuma de pronto, digamos logo após a Presidência de um banco privado no Chile, qualquer que seja ele. Se há alguma regra na Lei chilena a respeito disso.

O Senhor mencionou que há regras de transparência, de *accountability*, de prestação de contas, sobretudo ao Senado Federal. Por três vezes ao ano, o Banco Central deve prestar depoimento, perante o Senado, por suas ações e, além disso, as decisões do Banco Central sobre a taxa de juros básica é disponibilizada.

O Senhor mencionou que, após três semanas após a reunião, a Ata é divulgada. Atualmente no Brasil, quando se reúne o Conselho de Política Monetária com os oito Diretores do Banco Central, incluindo o Presidente, uma semana depois, é publicada a Ata da reunião. Tenho uma dúvida sobre isso – inclusive, tenho dialogado com o Ministro Palocci – e gostaria de saber da sua reação. Por acaso, já foi considerado a hipótese de, por exemplo, ser transmitida a reunião da Direção do Banco Central quando estão discutindo a taxa básica de juros? O Senhor pensou quais seriam as vantagens e as desvantagens, por exemplo, de algumas das televisões – não sei se no Chile há uma televisão do Governo, mas poderia ser a televisão do Senado, uma rede normal ou mesmo um canal só para interessados que gravasse a reunião da Direção do Banco Central, quando da definição da sua taxa de juros e de suas metas? São duas hipóteses: uma é gravar a reunião e transmita-la simultaneamente, ao vivo, e a outra é gravá-la e, ao invés de publicar a Ata três semanas depois, no dia seguinte, 24 horas depois, torná-la pública.

Por que considere essa hipótese, que já foi objeto de reflexões, por exemplo, de economistas como Joseph Stigler e Paul Krugman, até para as reuniões do FED? Esse é um assunto que tem sido, por vezes debatidos. Há economistas que consideram que isso seria interessante porque, na medida em que todas as pessoas saberão simultaneamente como é a reflexão dos Diretores e Conselheiros do Banco Central, não haverá, digamos, informação privilegiada para este ou para aquele segmento porque todos saberão simultaneamente como estão pensando os Diretores do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Senador Suplicy, V. Ex^a não terminou ainda?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Não terminei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Ocorre praticamente um diálogo. V. Ex^a está fazendo colocações da sua visão, que tenho ouvido em suas colocações. Não seria interessante dividirmos para que o Presidente as fosse respondendo?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na sequência, V. Ex^a poderia responder. Desculpe-me propor isso, mas é para dar mais dinâmica.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acho ótimo. Portanto, vou encerrar esta parte para que ele possa responder.

Quando perguntei ao Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a respeito dessa possibilidade, S. Ex^a respondeu-me, em março último, nesta Comissão, da seguinte maneira: “... que os membros do Copom e o Presidente do Banco Central Henrique Meirelles podem ser convidados e tenha a certeza que virão aqui – na nossa Comissão de Assuntos Econômicos –, com satisfação, dialogarem com os Senadores a respeito daquilo que preside as prioridades que o Copom estabelece ou que oriente as decisões. Tenho certeza de que eles virão com satisfação e vão fazer uma discussão muito mais apropriada do que no meu caso, que não participo das reuniões e não assento no Copom, mas acredito que a política monetária desenvolvida pelo Banco Central está tendo sucesso e é correta.” Ou seja, o Ministro da Fazenda sugeriu que possam vir aqui os Diretores do Banco Central, para que possamos com eles dialogar e ver como é que raciocinam para chegar... Esse é um caminho. E é esse até o propósito do requerimento que eu iria apresentar, mas, como o próprio Ministro da Fazenda, por sua assessoria, solicitou que eu esperasse um pouco, vou esperar. Mas gostaria de saber: quando o Banco Central vai ao Senado, vai apenas seu Presidente ou vão todos os Conselheiros?

O SR. LUIZ OTAVIO (PMDB – PA) – A lei permite que o Ministro da Fazenda, inclusive, lá participe das reuniões e tenha direito a voto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, mas pergunto: Quando eles chegam ao Senado cada três meses, é só o Presidente que vai, ou costumam ir todos os Conselheiros? E, se porventura, há diferentes pensamentos da parte dos Conselheiros, todos os externam para que os Senadores os conheçam? Então, essas são minhas primeiras indagações. Não terminei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Com a palavra o Presidente do Banco Central do Chile, Dr. Vittorio Corbo.

O SR. VITTORIO CORBO – Muito obrigado Sr. Senador Eduardo Suplicy. Eu poderia escrever um tratado para responder a sua pergunta, mas vou tentar responder a maior parte de suas indagações. Com relação aos Conselheiros do Banco Central chileno, a natureza deles é muito parecida com a dos membros do Federal Reserve System (FED) dos Estados Unidos e também muito semelhante ao esquema de

você aqui no Brasil. Contudo, a diferença é que nosso Banco é autônomo, cada Conselheiro é nomeado a cada dois anos e são cinco Conselheiros. O Presidente do Banco Central é eleito pelo Presidente da República dentre os cinco Conselheiros que foram aprovados pelo Senado, e o Vice-Presidente do Banco Central é eleito internamente entre os cinco Conselheiros.

Em segundo lugar, com relação ao funcionamento do Banco Central, o Ministro da Fazenda tem assento nas reuniões político-monetárias e tem direito à voz, mas não a voto, e as decisões da política monetária são tomadas entre os cinco Conselheiros. Com relação à sua indagação sobre os atributos desses Conselhos, geralmente o Presidente da República elege esses Conselheiros entre a comunidade de economistas. Da direção atual, do Conselho atual, três são economistas formados pelo MIT, outro é Conselheiro doutor pela Universidade de Yale em Economia, três somos formados pelo MIT – minha pessoa também – e um deles é formado pela Universidade Católica do Chile. Mas esse Conselho é formado por economistas. Isso é feito a fim de que o Banco Central, investindo em credibilidade, esteja representado por diferentes áreas do pensamento econômico.

Com relação ao progresso nos últimos anos, nos últimos 20 anos, houve bastante concordância entre os economistas com relação à condução da política econômica para controlar a inflação e, como o senhor nos disse, nós nos dirigimos ao Senado a cada três meses. Essas reuniões são televisadas pelo canal do Senado, em transmissão nacional, e as perguntas feitas pelos Senadores também são transmitidas a todo o País e, conforme a Lei Orgânica, o Presidente do Banco Central representa o Banco Central. Então, essa apresentação é realizada pelo Presidente do Banco Central e ele é acompanhado pelos Conselheiros. Então, eu me refiro a temas sobre os quais concordamos como Conselho, mas os temas que não têm a ver com a condução da política monetária eu, embora tenha uma opinião discordante, eu me reservo, eu não posso manifestar essa opinião neste momento, porque eu represento a minha instituição. Estou representando o Conselho e o trabalho. O nosso trabalho é feito em equipe. O nosso relatório sobre a inflação é elaborado durante cinco ou seis sessões e ele expressa as nossas concordâncias, muito embora, nós tenhamos divergências. Mas essas divergências, as arestas são aparadas, e o Presidente do Banco Central é o responsável pela apresentação dessa mensagem.

Acerca de outra pergunta sua sobre o término do mandato, não. Eu acho que não há limitações ao mandato. Perdão, mas eu acredito, sim, que deve haver uma quarentena, embora não exista no Chile isso, porque

muitos Conselheiros tiveram a prudência de assumir cargos que valiam a informação que eles tinham na sua formação. Mas agiram com prudência. Eu gostaria que fosse mais explícito. Por exemplo, se o País fosse alterar a sua Lei Orgânica para dar uma autonomia ao Banco Central, ela deveria levar isso em consideração e incluir a quarentena, isto é, a partir do momento em que termina o meu mandato, eu não recebo nenhum centavo a mais pelo Banco Central, e passo para a universidade, para o meio acadêmico, para retribuir essa honraria de presidir o Banco Central.

Com relação ao fato de ser positiva a transmissão da reunião do Comitê de Políticas Monetárias; bom, a transparência é muito importante, por dois motivos. A sociedade democrática deve prestar contas, ser transparente a prestar contas; mas a segunda parte da transparência é que é importante que os agentes econômicos entendam por que o Banco Central toma as decisões que toma.

Então, o Banco Central tem de ser transparente ao tomar essas decisões. Para essa transparência, eu acredito que é, sim, necessária a transmissão das reuniões, e que também haja uma explicação clara dos argumentos que levaram a essas decisões. E nós, nas nossas reuniões, emitimos um comunicado muito parecido com as minutas dos relatórios do Banco Central de quase uma página, que explicita os dispositivos, os argumentos de cada decisão, embora isso leve tempo. Após a reunião, nós fazemos, elaboramos esse relatório, essa minuta, com a ajuda de pessoas do Banco imediatamente após a reunião.

E essa minuta publicada três semanas depois da reunião é muito mais elaborada do que a de vocês. E nela nós explicitamos toda a argumentação de forma bem elaborada. E essa é parte da informação que nós transmitimos ou disponibilizamos aos agentes econômicos. E essa minuta é divulgada antes da próxima reunião. Então, nós, Bancos Centrais, somos bastante transparentes. Isso, basicamente, em função da política democrática, para tornar mais efetivas as nossas políticas econômicas.

Acho que é mais ou menos isso. Mas, enfim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A periodicidade das reuniões para a definição da taxa básica de juros é de um mês, aproximadamente? É uma vez por mês?

O SR. VITTORIO CORBO – As reuniões são uma vez por mês e nós anunciamos, com seis meses de antecedência. Assim, todo mundo sabe exatamente que dia serão as próximas reuniões. São uma vez por mês, e anunciadas com seis meses de antecedência.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Como o Senhor sabe, por exemplo, o **Federal Re-**

serve Board, pela legislação norte-americana, tem como objetivo não apenas a estabilidade de preços, mas também a maior taxa de crescimento econômico possível, de acordo com o potencial da economia americana e também a maior taxa com o objetivo de estar próximo do pleno emprego, além de outros instrumentos. Quando se pensou nos objetivos do Banco Central chileno, não se considerou importante que, ao lado das metas de inflação, levassem-se em conta também esses outros objetivos?

Eu gostaria de poder transmitir uma preocupação real que temos tido no Brasil. Como o senhor tem acompanhado, estamos vivendo agora, já por oito, nove meses consecutivos, uma elevação da taxa Selic no Brasil, que está acima de 19%. Trava-se um debate tanto no seio do Governo quanto no meio acadêmico. Economistas de renome têm escrito: será que o Banco Central não está exagerando no que diz respeito a persistir em aumentar a taxa de juros? Por exemplo, seria interessante para nós, Senadores, saber se ali, dentre os Conselheiros do Banco Central no Chile, haveria algum raciocínio do tipo: precisamos pensar, sim, no objetivo da estabilidade de preços, mas é necessário observar que uma redução gradual da taxa de juros poderá contribuir para estimular os investimentos, aumentando, conseqüentemente, a capacidade produtiva e a oferta de bens e serviços, o que, por sua vez, poderá contribuir para o próprio objetivo da estabilidade de preços. É claro que há uma verdadeira arte em se conseguir caminhar nessa direção, mas, na experiência chilena, tiveram também situações como essa? Considerando-se a preocupação de conseguir a estabilidade de preços – obviamente, os gráficos que apresentou mostram que isso foi conseguido –, de tal maneira a também alcançar a meta de crescimento, de acordo com a potencialidade da economia brasileira. Tivemos períodos de crescimento no pós-guerra que eram da ordem de 7% ao ano. Tivemos períodos em que a economia chegou a crescer por quatro anos consecutivos acima de 10% ao ano, nos anos 70. Então, todos sabemos perfeitamente - ainda mais porque a taxa de desemprego, pelo critério do IBGE, tem estado acima de 10% ao ano – que mais pessoas poderiam estar trabalhando, porque querem trabalhar, para ajudar o sustento de si próprios e das suas famílias, e, às vezes, têm dificuldade em encontrar trabalho. Os diretores do Banco Central têm uma responsabilidade muito grande em ajudar o Ministro da “Hacienda” e as autoridades econômicas a conseguirem alcançar esse objetivo. Então, às vezes, preocupa-me isto: será que os diretores do Banco Central estão olhando apenas a meta inflacionária de estabilidade de preços, sem ter em conta os outros objetivos?

Então, eu apreciaria muito se pudesse nos transmitir da sua experiência, para situações tais como as que estamos vivendo agora no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Eduardo Suplicy, se V. Ex^a permitir, eu gostaria de aduzir ao seu questionamento ao Presidente Vittorio Corbo uma questão que acho de suma importância. No Brasil, o Banco Central busca fazer o contingenciamento da meta inflacionária com o controle da taxa de juro, o crescimento da taxa de juro, como disse muito bem o Senador Eduardo Suplicy, chegando a uma taxa próxima dos 20%, com isso buscando reduzir a demanda de consumo que, como ele também mencionou, está contingenciada pelo desemprego, que atinge taxas enormes pelas pesquisas publicadas. Mas há um outro fator importante mencionado pelo Senador Eduardo Suplicy e que gostaria de submeter ao seu raciocínio, para que o senhor possa responder ao Senador, é que talvez pelo fato de o nosso Banco Central não ser independente, de estar atrelado ao Ministério da Fazenda, temos um superávit primário, cujo último índice que foi colocado à disposição do Senado e da sociedade brasileira, atingiu 7% do PIB, o que faz com que haja um enxugamento do meio circulante. No nosso entendimento, o enxugamento o meio circulante, o aumento da taxa de juro e o desemprego fazem com que haja um encaminhamento da Nação brasileira para um possível desaceleramento do desenvolvimento e talvez uma estagnação.

Gostaria de ter de V. S^a uma resposta ao Senador Eduardo Suplicy, agregando esse superávit primário de 7%, se isso não vem somar à questão da taxa de juro elevada para o combate, ou a redução, ou a manutenção ou a tentativa de se atingir a meta inflacionária determinada pelo Governo?

O SR. VITTORIO CORBO – A sua primeira pergunta foi o fato de que o Banco Central chileno tem por objetivo a estabilidade de preços e também o sistema de pagamento.

A sua pergunta foi o porquê na lei não foi feito da mesma forma que na Reserva Federal que é também aumentar o emprego ao máximo e fazer com que o produto fique perto da capacidade produtiva.

De fato, nos últimos vinte anos, como disse na minha apresentação, nós aprendemos que esses objetivos não se contrapõem uns aos outros. A única maneira de alcançar um nível de produto que fique perto do potencial, com uma alta taxa de crescimento e um forte crescimento do emprego, é através da estabilidade.

Isso não é dito apenas por mim senão por todos os profissionais, também por Greenspan. Quando perguntaram a Greenspan, onde estão os nossos objetivos,

já que ele fala muito da estabilidade, ele diz que o que nós aprendemos é que a melhor maneira de alcançar um crescimento elevado e sustentável com uma maior geração de emprego é através da estabilidade.

A melhor maneira de que Ronaldinho jogue um bom futebol é fazer com que o campo de futebol fique bem nivelado, com as traves bem marcadas, etc.

É isso que o Banco Central faz, ele facilita para que o Ronaldinho jogue muito bem o futebol. Então, como Banco Central, nós facilitamos o processo. E como mostrei a vocês, no caso do Chile, isso facilitou muito o crescimento.

Hoje em dia o Chile investe 20% do produto. E hoje em dia também, quando as pessoas investem, elas pensam que os incentivos que estão vindo, hoje, muito provavelmente ainda existirão no futuro.

O crescimento requer um pouco mais, é uma condição necessária para a estabilidade. Ele requer muito mais, requer o respeito aos direitos de propriedade e, ao mesmo tempo, que se mantenha os mercados relativamente flexíveis. É preciso fazer muito mais, para jogar um bom futebol, é necessário também que o Ronaldinho treine todo dia, que ele tenha uma excelente condição física, e a única coisa que o Banco Central faz é facilitar o processo, e isso não vai contra a manutenção de um crescimento elevado e sustentável.

O segundo ponto a levar em consideração é que a curto prazo, a longo prazo, não existe contradição, não há nenhum país no Planeta em que vivemos que possa crescer de maneira sustentável com uma desordem macroeconômica, podemos estudar a Ásia, que é diferente. Mas, finalmente, o que informa os países que crescem a uma taxa elevada é que são países que fizeram o seu trabalho, arrumaram a situação macroeconômica, países que não voltam atrás na incrementação da pobreza. São países que têm uma situação macroeconômica arrumada, ordenada. E os países que chegaram a crises, que acabaram com custos muito elevados, particularmente para os mais pobres, são os que chegaram por motivos políticos, qualquer outro, a uma situação econômica de crise. O que precisamos fazer na América Latina é investir na redução da probabilidade de crises. Esse é o projeto mais pró-pobreza que existe, a redução da pobreza no Chile, nos últimos 20 anos, se deu porque o país cresceu muito, foi um alto nível de crescimento que deu uma oportunidade aos pobres de vender o seu trabalho num mercado trabalhista. E houve pessoas dispostas a comprar esse trabalho. E, segundo, nós procuramos evitar as crises, as crises aumentam muito a pobreza, e, depois, é muito difícil tirar as pessoas da pobreza novamente. Mas a curto prazo, sim, é possível que exista um **trade off**, não vou me referir aqui à

política monetária do Brasil, pois, seria irresponsável da minha parte, mas eu posso dizer a vocês que, no caso do Chile, no começo dos anos 90, também houve taxas de juros elevadas em que o Banco Central estava nas etapas iniciais de ganhar credibilidade e investindo em que a sociedade soubesse que esse era um Banco Central diferente, com uma Lei Orgânica que iria se preocupar em construir um ativo para o País. E esse ativo significa ter uma inflação baixa e estável para que as pessoas possam planejar a longo prazo. E é isso que temos tentando fazer. E como mostrei a vocês, no Chile, no começo dos anos 90, tínhamos taxas de juros que ficaram em torno dos 30%, no começo dos anos 90, mas, agora, já há vários anos que temos uma taxa de juros muito baixa parecido á Reserva Federal, mas demoramos muitos anos a chegar lá. E cada país precisa julgar em que ponto se encontra para começar a se mexer nessa direção.

Como Banco Central, estamos muito conscientes de que, a curto prazo, existe um **trade off**. Às vezes, se formos muito agressivos, poderemos ter custos muito elevados em termos de desemprego, mas estamos conscientes de que acomodarmos muita a situação, poderemos perder o grande ativo que conseguimos, que é a credibilidade. Quando, no ano de 2003, reduzimos a taxa para 1,75, houve pessoas que disseram: por que vocês não reduzem ela mais? Nós dissemos que de 1,75 para zero ainda há bastante espaço, mas vamos fazer isso muito cuidadosamente, porque tínhamos o temor de que as pessoas interpretassem isso como sendo que o Banco Central estivesse assustado, e que essas pessoas fossem muito expansivas e pudéssemos acabar perdendo o grande investimento feito nos últimos 15 anos, de conseguir que o público e os agentes econômicos entendessem que o Banco Central ia fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para manter a inflação em torno dos 3%. E nós a mantivemos em 1,75. E, quando a inflação começou a subir para os 3%, começamos a aumentar, a elevar de forma paulatina a taxa de política monetária que, hoje, está em 3,25. Nós a aumentamos seis vezes, nos últimos 8 meses. Recentemente fui ao Senado da República, faz menos de um mês, apresentar o último relatório da inflação. Não houve nenhuma pergunta dos Senadores por que tínhamos subido a taxa de juros. Fomos extremamente transparentes, perguntaram outras coisas, mas ninguém perguntou por que aumentamos a taxa de juros. Todos sabiam que, para fazer o nosso trabalho, precisamos manter a estabilidade, e isso requer que as taxas de juros emergentes, que implantamos no fim de 2003, não sejam mais necessárias hoje em dia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Quero cumprimentar o senhor pela resposta dada, com respeito à questão de sua expectativa sobre o que fará quando sair, porque faz lembrar algo que está escrito no livro autobiográfico de Celso Furtado, quando ele viveu no Chile e conviveu com Raúl Prebisch, e eles gostavam de andar a pé e conversavam muito. Em uma dessas conversas, Celso Furtado perguntou-lhe quais as oportunidades que teve, depois de ter sido Presidente do Banco Central na Argentina. Ele disse que recebeu muitos convites das instituições financeiras, mas que não iria aceitar convites para ser Diretor da Instituição Financeira “a”, “b” ou “c”, porque conhecia a carteira de ações de cada uma, sabia tantas coisas a respeito de todas elas, que preferia fazer um trabalho no meio acadêmico como professor. Celso Furtado cita isso como exemplo de procedimento ético, consistente com as suas palavras.

Gostaria de perguntar, para me aprofundar um pouco no seu conhecimento de economia, o seguinte: ao dar uma resposta ao Senador Jefferson Peres, mencionou que a autoridade monetária chilena preferiu usar a taxa de juros a acompanhar a evolução dos agregados monetários, como a evolução da base monetária ou da oferta de moeda pelas suas diversas denominações. Como economista e estudioso, sabe que por algum tempo economistas como Milton Friedman avaliavam que o importante era manter o crescimento estável da oferta de moeda, e, conseqüentemente, seria atingida a estabilidade dos preços. Até porque seria difícil exatamente influenciar, seja o crescimento do produto, seja o nível de preço, se fosse muito variada a oferta de dinheiro. Progressivamente, adotou-se o sistema de definir a taxa básica de juros.

Gostaria que V. S^a pudesse nos transmitir um pouco mais a respeito desse conceito. Com relação à experiência chilena, por que foi importante essa decisão?

Gostaria de saber ainda se os Conselheiros do Banco Central também observam a evolução dos agregados monetários no exame?

A outra questão, que também está relacionada, é se na hora de se tomar decisões é colocada também, na mesa de reuniões, a questão das taxas de desemprego na economia chilena. Ainda que a meta de inflação seja a estabilidade dos preços, gostaria de saber se, na análise, é sempre considerado, como está evoluindo o crescimento da economia, a taxa de desemprego, as oportunidades de emprego e também a questão da equidade.

V. S^a já mencionou que é também examinada a questão do balanço de pagamento. Gostaria de saber se, além disso, também examinam a questão da erra-

dicação da pobreza absoluta. Essa questão, para nós, brasileiros, tem sido motivo de uma preocupação muito grande, especialmente para o Presidente Lula.

O SR. VITTORIO CORBO – Nós começamos a adotar o sistema de metas de inflação. Esse sistema é usado aqui no Brasil e em outros vinte e seis países no mundo. Esse processo se iniciou na Nova Zelândia, em 1990. No início, achava-se que os agregados monetários eram um instrumento eficiente para controlar a inflação. Contudo, ao longo dos anos, percebemos que essa relação é muito frágil. Nós, contudo, não abandonamos os agregados monetários, eles, sim, é que nos abandonaram, porque eles não foram de serventia para a projeção da inflação, e por isso não os usamos mais. Entretanto, às vezes, eles são observados porque a inflação tem as suas raízes monetárias, então são analisados só como um problema a longo prazo, a mais de dois anos de prazo, porque abaixo disso é muito difícil utilizar esses agregados monetários. E o Economista Milton Friedman, numa entrevista há dois anos, confessou que tinha cometido um erro ao dizer que os agregados monetários deveriam ser usados a curto prazo. O próprio Papa da Economia, Milton Friedman, disse isso, e tem muito a ver com a inovação financeira nesse prazo tão curto. Então ele é péssimo em se tratando de previsão. E nós, no Banco Central, éramos atacados pela imprensa que dizia que o Banco Central tinha dormido no ponto, o dinheiro estava crescendo a 20% em doze meses, e a inflação sairia do controle deles e nós analisávamos a situação e não acontecia nada. Mas também nos beneficiamos disso e não somos os únicos, o Canadá, a Suíça. A Suíça é um país que funciona de forma tão organizada, há dois anos não utilizam mais os agregados monetários, e atualmente não há um país sequer no Planeta que utilize os agregados monetários como previsor da inflação a curto prazo. Nenhum dos países industrializados ou países que já evoluíram com as metas de inflação. Atualmente, o Uruguai ainda utiliza os agregados monetários porque está em uma transição em direção às metas de inflação. O Peru também usa um pouco deles, mas todos os países industrializados os abandonaram, e nós também. E, quando nós realizamos as nossas reuniões de política monetária, o senhor me perguntou se analisávamos a taxa de desemprego e a taxa de crescimento da economia. É claro que fazemos isso, porque são elementos muito importantes na definição da taxa de inflação dos próximos doze meses, e sempre levamos isso em consideração. E se achamos que a inflação, nos próximos doze meses, vai se situar acima dos 3%, reduzimos a taxa de juros; e, ao contrário, se nós achamos que a inflação estará abaixo dos 3%, reduzimos a taxa de juros, desculpe, acho que disse

ao contrário, mas funciona mais ou menos dessa forma, se estiver além dos 3%, elevamos a taxa de juros; e, ao contrário, se estiver abaixo dos 3% reduzimos a taxa de juros e fazemos essa progressão em direção ao futuro, e essa é afetada diretamente pelo que está acontecendo com o produto e com a capacidade de produção e também com a taxa de desemprego e a relação entre, ou melhor, quando a taxa de emprego afete negativamente a dinâmica salarial. A pobreza é uma preocupação nossa, mas a única contribuição que o Banco Central pode fazer é criar as condições para um crescimento sustentado.

No passado, quando achávamos que poderíamos reduzir a pobreza com políticas monetárias, criamos uma tragédia, porque destruímos as condições para o crescimento a longo prazo. Então o Banco Central tem conhecimento que para reduzir a pobreza, ele deve oferecer as condições necessárias para o crescimento sustentado a longo prazo.

O SR. LUIZ OTAVIO (PMDB – PA) – Ainda na sua pergunta, gostaria de ter do Sr. Vittorio Corbo umas informações. Há quinze anos atrás, a taxa de inflação no Chile era algo em torno de 20%. Gostaria de saber de V. S^a a velocidade da desinflação foi definida pelo Banco Central chileno ou algum outro órgão também participou da definição da velocidade da desinflação? Qual a inflação hoje no Chile? Qual a taxa de juros anual no Chile hoje? E qual o superávit primário hoje?

O SR. VITTORIO CORBO – Quando o Banco Central autônomo foi criado em 1989, por Lei Orgânica Constitucional, ele tinha objetivo de estabilizar os preços. No mundo existem dois modelos. Distribuí um material de apoio à minha apresentação que explica muito bem isso. Temos dois modelos no mundo. Um em que o Banco Central autônomo tem autonomia para o uso de instrumentos, e a meta é estabelecida conjuntamente entre as autoridades políticas, Ministro da Fazenda e o Banco Central, ou é fixada pelo Governo, diretamente pelo Ministro da Fazenda, como é feito no Canadá e a Inglaterra. E o Banco Central tem a autonomia para usar os instrumentos para cumprir essa meta. No caso de Chile, a Lei Orgânica do Banco Central reza que o seu objetivo é a estabilidade dos preços. E a forma que vem atuando é baseada em uma independência para consecução dos seus objetivos.

No mundo existem dois modelos. Um de fixação de objetivos e outro de liberdade para a execução desses objetivos. Mas o Banco Central chileno tem autonomia total, tanto para fixar esses objetivos, como para escolher os instrumentos.

Essa é uma discussão meramente acadêmica, porque o país já conseguiu essa estabilidade de preços. Essa foi uma discussão muito interessante que pode-

ria ter sido feita no início da década de 1990, quando o Banco Central anunciava os seus objetivos anuais, em setembro, com uma redução gradativa e ciente de que, como em outros países, a curto prazo, haveria um *trade off* entre a inflação e o desemprego. E caso o Banco Central tentasse cumprir de forma muito agressiva a sua meta inflacionária, os custos seriam muito elevados. Portanto, fizemos isso de forma gradativa e demoramos dez anos para atingir essa estabilidade de preços, que é definida nos países emergentes com uma inflação de 3%, com uma banda de variação de 1%. E no Chile, 3,25% é a taxa de juros. Elevamos essa taxa seis vezes no último ano. E o nosso propósito atual é elevá-la pausadamente, porque a economia está crescendo a uma taxa acima do seu potencial. Então, para termos certeza de que a estabilidade será mantida ao longo do tempo, como disse a vocês, a economia teve um crescimento de 1,6% no ano passado, e este ano, o Banco Central estimou que ela crescerá ao redor de 5%, e a taxa de juros paga pelas Empresas Pline é cerca de 60 a 70 pontos, cerca de 4% por ano. E, daí por diante, com relação à taxa de juros.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de perguntar a respeito da perspectiva que existe no Chile de integração com os países da América do Sul e as suas repercussões inclusive na área monetária. As experiências e integração positivas na União Européia foram pouco a pouco chegando à formação de um Banco Central Europeu e do euro. Seria difícil para nós pensarmos nisso imediatamente, mas é responsabilidade nossa estarmos considerando isso, ainda mais porque os nossos governos, e aí o Presidente Ricardo Lagos e o Presidente Lula, assim como de outros países, tais como Argentina, Paraguai, Uruguai, Peru, Equador, Bolívia, mesmo Venezuela, têm muito conversado sobre a comunidade das nações da América do Sul na perspectiva de criarmos uma integração cada vez mais forte e maior.

A integração pode se dar em diversas áreas, do ponto de vista da liberdade de movimento dos capitais, da liberdade de movimento de bens e serviços, diminuindo-se, progressivamente, as barreiras alfandegárias, e a liberdade de movimento dos seres humanos.

Infelizmente, tem havido acordos crescentes pelos quais, hoje, brasileiros e chilenos podemos entrar aqui até mesmo sem o passaporte, só com a Carteira de Identidade. Pensa-se na possibilidade de, em breve, estarmos brasileiros, chilenos, argentinos, etc podendo escolher onde estudarmos, trabalharmos, vivermos entre os nossos países.

Considerando isso, será importante pensarmos em direitos sociais mais homogêneos no que diz res-

peito à legislação trabalhista, legislação previdenciária e do direito de as pessoas terem o seguro-desemprego ou a garantia de uma renda.

O Chile tem realizado acordos com o Brasil e com outros países do Mercosul, mas também com os Estados Unidos da América.

Gostaria de lhe formular uma pergunta: Quando fazem um acordo de livre comércio com os Estados Unidos, os economistas chilenos observam que, nos Estados Unidos, há a sistemática do Imposto de Renda Negativo, como o **Earned Income Tax Credit**. Ilustrarei com o seguinte exemplo: um trabalhador que ganha um salário mínimo nos Estados Unidos recebe US\$5,15 por hora. Se trabalhar 160 horas, receberá em torno de US\$800 por mês; se trabalhar 12 meses, receberá US\$10 mil; se ele tiver esposa e dois ou mais filhos, ele tem direito a um Imposto de Renda Negativo, na forma do **Earned Income Tax Credit** – não sei se conhece esse mecanismo – pelo qual ele recebe 40% a mais.

Do ponto de vista da economia chilena ou da brasileira, se não atentarmos para isso, o que acontece? Nos Estados Unidos, a sociedade norte-americana resolveu complementar a renda de quem trabalha, mas não consegue atingir certo patamar de renda, fazendo-o receber a mais para sair da condição de pobreza. Por outro lado, isso significa que as empresas norte-americanas se tornam mais competitivas em relação às chilenas ou brasileiras se não instituímos um mecanismo de natureza semelhante. Estão os chilenos olhando isso, pensando em algum mecanismo adequado?

No Brasil, estamos pensando nisso, mas com uma forma ainda mais avançada. Qual é a forma mais avançada? Prover a todo e qualquer brasileiro uma renda básica como direito à cidadania, conforme mais e mais, na literatura econômica, se está recomendando. Foi aprovada, no ano passado, a lei que instituiu uma renda básica de cidadania, a ser instituída gradualmente, começando pelos mais necessitados. Hoje, no Brasil, há o Programa Bolsa Família, com 7.200 milhões famílias já recebendo. No ano que vem, serão 11,2 milhões de famílias, um quarto da população brasileira, mas com a perspectiva de um dia estendermos o programa para todos, hoje, 183,5 milhões de brasileiros que têm o direito de receber a renda básica, como existe em apenas um lugar do mundo.

Pergunto ao Sr. Vittorio Corbo se V. Exª conhece a experiência de um lugar do mundo onde existe o pagamento de uma renda básica ou um dividendo pago igualmente a todos os seus habitantes e se sabe que o resultado deste mecanismo fez deste lugar um dos mais igualitários. Refiro-me ao Estado do Alasca,

nos Estados Unidos, que, além de ter o IATC e outros instrumentos com o **Food Stamp** e o seguro-desemprego, tem há 25 anos o pagamento de um dividendo igual para todos que fez do Alasca o mais igualitário dos Estados Norte-Americanos.

Para concluir, para que conheça bem a respeito disso, eu gostaria de lhe dar o meu livro sobre a renda de cidadania para que possa, com os economistas chilenos, participar desse debate.

Agradeço muito.

Acho que foi muito importante o depoimento de V. Exª para o Senado brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Sr. Vitório Corbo, V. Exª gostaria de complementar?

O SR. VITÓRIO CORBO – Farei um comentário breve porque me convidaram a minha opinião como Presidente do Banco Central e, como Presidente do Banco Central vou opinar. Sobre outros assuntos, tenho minhas posições pessoais, mas prefiro não dá-las. O que posso dizer a vocês com relação a isso tudo é que aqui na América Latina temos muito a progredir para conseguir aumentar os nossos laços na parte comercial. Se compararmos a nossa situação com outros lugares do mundo, o que se estranha muito é que comercializamos muito pouco entre nós e, nesse sentido, temos muito trabalho a fazer.

O Chile é um país muito aberto. Temos tarifas de comércio exterior no máximo de 6% e temos muito poucas restrições não-tarifárias. A nossa tarifa média é de pouco mais de 2%. Assim, estamos muito aberto ao resto do mundo.

Quando o país tiver um nível de renda parecido com o dos Estados Unidos, espero que tenhamos um sistema que também seja favorável àqueles que tem menos oportunidade na sociedade. Espero que cheguemos lá, mas, para isso, precisamos primeiro aumentar a renda, e não podemos ter atalhos. Não podemos procurar atalhos e, assim, prejudicar o funcionamento do mercado de trabalho porque isso acaba por prejudicar oportunidades de emprego principalmente para os mais pobres. Assim, não haverá atalhos, mas quando tivermos renda suficiente, esperamos que essa renda seja usada de maneira seletiva para ajudar àqueles que têm menos oportunidade na sociedade, mas ainda não chegamos lá.

No Chile, temos um sistema que enfoca muito os mais pobres, e isso tem feito com que a redução da pobreza se dê não apenas através do crescimento, mas tem resultado num gasto social que enfoca, particularmente, aqueles que mais necessidades têm. Isso

não ajuda com o nível de renda que o Chile tem hoje, ajudará mais quando o nível de renda for maior.

O senhor fez uma pergunta também com relação ao superávit primário. O Chile tem um superávit primário e também um superávit total, porque tem poucas dívidas. Então, não faz falta um superávit muito elevado, porque tem um superávit primário, que é o suficiente na ordem de 2,5%, que mais do que paga pelos juros e restos de 2,2%. Mas isso porque conseguimos reduzir a dívida significativamente, praticamente não temos dívida hoje em dia.

Então, o importante, no final, não é apenas o primário, mas o total, depois de pagar os juros. E nós, com o primário, pagamos os juros e ficamos com um superávit de 2,2% de produto para descer a dívida. Isso porque nós temos uma política fiscal muito ordenada, há muitos anos.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Quero agradecer o Senador Suplicy e, em especial, o Sr. Vittorio Corbo pela sua brilhante palestra que, com certeza absoluta, ao nos trazer as suas informações sobre a autonomia do Banco Central e a política monetária do Chile nos brindou aqui, ao Senado Federal e, especialmente, aos participantes da Comissão de Assuntos Econômicos, informações da maior importância para a discussão que levamos a termo no Congresso Nacional sobre a questão da autonomia do Banco Central Brasileiro, informações essas que nos mostraram, pelos números que aqui V. S^a colocou e finalizou, nos dando a informação de que o superávit primário do Chile de 2,5% e um superávit total de 2%, porque o Chile não possui dívidas fundadas e que, com isso, não há necessidade de ter essa diferenciação tão grande entre o primário e o total, faz com que, com certeza absoluta, todos nós brasileiros trabalheemos no sentido de que a nossa Nação também, num futuro próximo, tenha a certeza de possuir essa mesma condição que hoje desfruta o vosso País e que parabenizamos aqui.

Agradecemos o prestimoso atendimento do convite que o Senado brasileiro fez a V. Ex^a, através da Comissão de Assuntos Econômicos. O nosso Presidente, Senador Luiz Otávio, nos transmitiu que feito o convite, V. Ex^a logo pôs-se à disposição da Comissão de Assuntos Econômicos para que agendássemos esta data. E comparecendo aqui hoje V. Ex^a nos trouxe informações importantes que permitirão ao Senado Federal e ao Congresso brasileiro aprofundar as discussões, os estudos, e levar a termo o projeto que

está em discussão sobre a independência do nosso Banco Central.

Agradecemos a sua presença e nos colocamos à sua disposição para continuarmos trocando informações e as experiências exitosas da sua administração à frente do Banco Central do Chile, com o Senado Federal e com esta Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado, Sr. Vittorio Corbo pela sua visita à Comissão de Assuntos Econômicos e ao Senado Federal brasileiro.

Não havendo quórum regimental, damos por encerrada a 16ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 26 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Décima Oitava Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em Vinte e um de Junho, de 2005, às 10:00 Horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte e um de junho do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Demóstenes Torres, José Jorge, Álvaro Dias, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Mão Santa, Gilberto Mestrinho, Ney Suassuna, Hélio Costa, Antônio Leite, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, Patrícia Saboya Gomes, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Antônio Carlos Valadares, Roberto Saturnino, Serys Slhessarenko e Jefferson Peres. Deixam de comparecer os Senadores Almeida Lima, Ramez Tabet, tendo falta justificada para tratamento de saúde, Garibaldi Alves Filho, Sérgio Cabral, Valdir Raupp, José Maranhão, João Capiberibe e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente, Senador Luiz Otávio, comunica aos membros o recebimento do Ofício nº 854AAP/GM/MF, do Ministério da Fazenda, encaminhando cópia da Nota nº 932/2005/STN/CONED, do Tesouro Nacional, em resposta ao Requerimento nº 29/2005-CAE, sobre

os Municípios que eventualmente tenham infringido dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e que não tenham atendido a Resolução nº 43/01, em que se refere ao Programa RELUZ. Usam da palavra os Senadores César Borges, Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy e Romeu Tuma. Logo após, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da Pauta; Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela rejeição das Emendas nºs 02 e 03 e favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 29/06/04, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 05/10/04, foi apresentado Voto em Separado, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, concluindo pela rejeição do Projeto. Em 08/03/05, foi apresentada a Emenda nº 02 de autoria do Senador Leonel Pavan. Em 22/03/05, foi apresentada a Emenda nº 03 de autoria do Senador Osmar Dias. Em 03/05/05, foi lido pelo Relator, Senador Jonas Pinheiro, o seu novo Parecer e, sendo solicitado Vista pelos Senadores Delcídio Amaral, José Agripino e Leonel Pavan, o Presidente concede Vista Coletiva nos termos Regimentais. Em 20/06/05, a Senadora Ideli Salvatti solicita a retirada do seu Voto em Separado. Em 21/06/05, dando continuando à Discussão da Matéria, iniciada na Reunião anterior, após a leitura do novo Parecer pelo Relator, Senador Jonas Pinheiro, foi apresentado Voto em Separado de autoria do Senador Delcídio Amaral. Antes de encerrar a discussão, é lido e rejeitado o Requerimento nº 31-CAE/2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e dos Senadores Aloizio Mercadante e Ney Suassuna, de preferência para votação do Voto em Separado. Passando à votação, a Comissão aprova o Projeto nos termos da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo) por treze votos favoráveis, onze contrários e nenhuma abstenção. Votam vencido os Senadores Gilberto Mestrinho, Ney Suassuna, Hélio Costa, Antônio Leite, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Patrícia Saboya Gomes, Antonio Carlos Valadares e Serys Slhessarenko. Nos termos do art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal, ficam prejudicados o Projeto e as Emendas oferecidas. Nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria será submetida a Turno Suplementar de Discussão por ter sido aprovado Substitutivo Integral. Usam da palavra para discutir a Matéria os Senadores Aloizio Mercadante, César Borges, autor da Matéria, Sérgio Guerra, Ney Suassuna, Roberto Saturnino e Jefferson Peres;

Item 02-Ofício “S” nº 24, de 2004, não terminativo, que “comunica irregularidade na contratação de operação de crédito pela Prefeitura Municipal de Cunhataí (SC)”, de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador Demóstenes Torres, que oferece Parecer pela comunicação, mediante expediente, do Presidente desta Casa ao Prefeito Municipal de Cunhataí (SC), ao Chefe do Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas da respectiva jurisdição, aplicação de sanção prevista no parágrafo único do art. 27 da Resolução nº 43/2001 e pelo envio, ainda, de cópia deste Ofício “S” e do Parecer desta Comissão comunicando a decisão ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, para as providências cabíveis ao caso, e posterior arquivamento da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 03-Mensagem (CN) nº 37, de 2004, não terminativa, onde o “Presidente da República, encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 34, § 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, o demonstrativo das operações de crédito pendentes de contratação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer pelo conhecimento da Matéria à Comissão e posterior envio ao Arquivo. A apreciação da matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2001, terminativo, que “autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a conceder empréstimos com taxas de juros subsidiadas destinados à aquisição de geradores de energia”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece Parecer pelo arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004, não terminativo, que “concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos”, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que “acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema

Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29/06/04, a discussão da matéria foi encerrada, ficando adiada a votação. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido por empregadores pessoas jurídicas de encargos previdenciários, pagos durante o período que especifica, no caso de contratações adicionais de empregados, e dá outras providências”, de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 26/11/02, foi encaminhado o Requerimento nº 24/2002-CAE ao Secretário da Receita Federal solicitando informações para instruir a matéria, sendo o Requerimento atendido em 17/03/03. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2002, terminativo, que “altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que ‘estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências’”, de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre o seguro educacional”, de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2004, terminativo, que “institui o cheque promissivo”, de autoria do Senador Duciomar Costa, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, terminativo, que “modifica a redação do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo artigo 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo artigo 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Ofício “S” nº 28, de 2004,

não terminativo, que “comunica, nos termos da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Liberato Salzano (RS) e a empresa Rio Grande de Energia S/A”, de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador Papaléo Paes, que oferece Parecer pelo encaminhamento da Matéria à Procuradoria-Geral da República, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e ao Poder Legislativo local, mediante despacho da Mesa do Senado Federal, comunicando a ocorrência da irregularidade, com vistas à realização de providências pertinentes e cabíveis ao caso e posterior arquivamento da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que “altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas”, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos”, de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador João Capiberibe, que apresenta Parecer favorável ao Requerimento nº 803/04 e pelo sobrestamento do PLS nº 361/03 até que seja submetido à apreciação do Senado o Projeto de Lei nº 3.265, em tramitação na Câmara dos Deputados. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES”, de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2004, Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2004, não terminativo, que “altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar que pelo menos trinta por cento dos recursos a ele destinados sejam aplicados em educação”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como

Relator o Senador Mão Santa, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2004, não terminativo, que “institui o Programa de Incentivo à Conclusão da Educação Básica – ‘Poupança Escola’, e dá outras providências”, de autoria do Senador Cristovam Buarque, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 20-Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2004, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que autoriza antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 21-Ofício “S” nº 18, de 2004, não terminativo, que “comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha (RS) e o Estado do Rio Grande do Sul”, de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que apresenta Parecer pelo encaminhamento, pelo Presidente do Senado, do Projeto e do Parecer ao Ministério Público do Rio Grande do Sul e pelo encaminhamento aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo de Cachoeirinha (RS) e, também, ao Ministério da Fazenda e, em seguida, ao Arquivo do Senado Federal. A apreciação da matéria é adiada; Item 22-Ofício “S” nº 19, de 2004, não terminativo, que “comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste (SC) e a COHAB-SC”, de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador

César Borges, que apresenta Parecer pelo encaminhamento de Expediente, pelo Presidente do Senado, ao Prefeito de Herval D'Oeste e ao Ministério da Fazenda, informando a decisão da CAE e posterior arquivamento da matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 23-Projeto de Lei do Senado nº 448, de 1999, terminativo, que “altera o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que “dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências”, de autoria do Senador Luiz Pontes, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que apresenta Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 24-Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2001, terminativo, que “altera a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para excluir o setor elétrico do processo de privatização”, de autoria do Senador Roberto Freire e outros Senadores, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que apresenta Parecer pelo arquivamento da matéria. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A apreciação da matéria é adiada; Item 25-Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2002, terminativo, que “altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para instituir o registro de expressão ou sinal de propaganda no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)”, de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que apresenta Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 26-Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2003, terminativo, que “concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos próprios para radioamadorismo, quando importados ou adquiridos por radioamador habilitado e participante da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores (RENER), Integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC)”, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 27-Mensagem (SF) nº 156, de 2005, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até trinta e oito milhões de dóla-

res dos Estados Unidos da América, de principal, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – Promox”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Demóstenes Torres, que apresenta Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Demóstenes Torres, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 28-Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2004, não terminativo, que “autoriza o Poder Executivo a efetuar contribuições ao Grupo dos 24 (G-24)”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relatora a Senadora Lúcia Vânia, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. Após a leitura do Parecer da Senadora Lúcia Vânia pelo Senador Sérgio Guerra, a Comissão aprova o Parecer da Relatora favorável ao Projeto. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 29-Mensagem (SF) nº 146, de 2005, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de US\$ 33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro – Agrofuturo, cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Parecer do Senador Jonas Pinheiro pela Senadora Ana Júlia Carepa, usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Romeu Tuma e César Borges. A Presidência concede Vista ao Senador César Borges pelo prazo regimental de cinco dias úteis. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 30/2005-CAE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados o Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Henrique Meirelles, e os Diretores Alexandre Schwartzman, Alexandre Antônio Tombini, Afonso Sant’Anna Bevilaqua, Antônio Gustavo Matos do Vale, João Antônio Fleury Teixeira, Paulo Sérgio Cavalheiro, Rodrigo Telles da Rocha Azevedo e Sergio Darcy da Silva Alves, membros do Conselho de Política Monetária, Copom, para prestarem esclarecimentos perante a Comissão de Assuntos Econômicos acerca dos critérios utilizados na definição, mensal, da Taxa Selic. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às

doze horas e vinte minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Declaro aberta a 18ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, no dia 21 de junho de 2005, às 10 horas e 27 minutos, na sala de reuniões nº 19, da Ala Alexandre Costa.

Apenas para conhecimento da Comissão de Assuntos Econômicos, lerei um ofício do Ministério da Fazenda, do Gabinete do Ministro.

“Assunto: Requerimento 29 da CAE sobre Municípios que eventualmente tenham infringido dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e que não tenham atendido à Resolução nº 43, de 2001, referente ao Programa ReLuz.

Documento: ofício.

Sr. Presidente, referindo-nos à correspondência acima indicada, encaminhamos a V. Exª, de ordem do Sr. Ministro, cópia da Nota nº 932, com esclarecimentos prestados pela Secretaria do Tesouro Nacional sobre a matéria.

Com vistas a subsidiar a resposta desta Secretaria a requerimento de informação a respeito dos Municípios que descumpriram a Resolução nº 43, do Senado Federal, referente ao Programa ReLuz, constam-nos dos arquivos nove Municípios que contrataram a operação em descumprimento à Resolução do Senado Federal nº 43: Alvorada, no Rio Grande do Sul; Balneário Arroio do Silva, em Santa Catarina; Penha, em Santa Catarina; Viamão, no Rio Grande do Sul; Cunhaí, em Santa Catarina; Herval d’Oeste, em Santa Catarina; Cachoeirinha, no Rio Grande do Sul; Liberato Salzano, também no Rio Grande do Sul, e o Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.”

Então, são nove Municípios que descumpriram a Resolução nº 43 do Senado Federal referente ao Programa ReLuz, essa é a informação oficial do Ministério da Fazenda através do Tesouro Nacional, do Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios, Ronaldo Camilo, e com a ciência do Secretário do Tesouro Nacional.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador César Borges, do PFL da Bahia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu queria consignar neste momento que fica muito claro aqui, nesta Comissão, e perante os Srs. Senadores que colocações que foram feitas aqui, por diversas vezes, pelo Líder do Governo, Senador Aloisio

zio Mercadante, que se encontra neste momento aqui, arrolando a cidade de Salvador e também a cidade do Rio de Janeiro como aquelas que estariam infringindo a Resolução nº 43 do Senado Federal com relação à proibição de contratação sem autorização prévia da Secretaria do Tesouro Nacional não procede. Não procede, Sr. Presidente, porque V. Exª acaba de ler o ofício cuja origem é do Ministério da Fazenda, assinado pelo Sr. Ronaldo Camilo, se não me engano, com o conhecimento do Joaquim Levi, Secretário do Tesouro Nacional, relacionando as cidades, onde, das cidades importantes, de região metropolitana, capital de Estado, só está inclusa a cidade de São Paulo, mostrando, mais uma vez, que a medida provisória que foi votada aqui foi para resolver um problema específico da Prefeitura de São Paulo, administrada pela petista Marta Suplicy.

Com isso, Sr. Presidente, eu quero que fique bem claro que o que nós afirmávamos aqui, que a cidade de Salvador, na administração passada, do Prefeito Antônio Imbassahy, assim como a cidade do Rio de Janeiro, da administração do Prefeito César Maia, ambos, para minha honra, pefelistas do nosso Partido, não estavam inclusas naquelas que estavam ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal e, por isso mesmo, não precisavam de uma medida provisória, politicamente, para atendê-los.

Então, que isso fique muito claro e dito em alto e bom som, porque eu afirmava aqui que não poderia o Senador Aloizio Mercadante dizer que a cidade de Salvador também fez, que a cidade do Rio de Janeiro também fez. Eu dizia que isso não procedia, e está aí comprovado agora.

Muito bem, Sr. Presidente. Parabênizo a V. Exª por ter solicitado essas informações ao Ministério da Fazenda, que agora dá conhecimento a esta Comissão e para todo o País, para que fique bem claro quem é que precisava ser atendido, através de medida provisória, para se ver livre dos rigores da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª permite, Sr. Presidente?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma, do PFL...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, quero voltar a reafirmar...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A palavra foi concedida ao Senhor... Então ele se inscreve em terceiro lugar.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Cedo a V. Exª. Senador César Borges, dependendo do argumento dele podemos ficar até solidários.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, quero reafirmar o que eu disse, que a MP 237 beneficiou 130 municípios, inclusive Salvador e Rio de Janeiro, e trarei fundamentada, na próxima reunião da Comissão, as razões pelos dois municípios estarem beneficiados pela Medida Provisória.

Não procede a afirmação mencionada aqui, 130 cidades foram beneficiadas por aquela MP, sobretudo na relação entre a dívida e a receita líquida, e vou trazer todos os dados específicos para demonstrar que essas cidades foram beneficiadas pela Medida Provisória, que não era específica em relação a um único município. Ela beneficiava 130 cidades do Brasil, incluindo Salvador e Rio de Janeiro. Trarei os dados na próxima reunião e apresentarei ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, há um requerimento em que a resposta do Sr. José Ivo Vanuc, chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares do Ministério da Fazenda, diz o seguinte:

O Requerimento nº 29.205 cai sobre municípios que eventualmente tenham infringido dispositivos – peço atenção do Senador Aloizio Mercadante – municípios que eventualmente tenham infringido dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e que não tenham atendido à Resolução nº 43, de 2001, referente ao programa ReLuz. Mais claro é impossível. Aí começa a listar os municípios: Alvorada, Balneário, Aroio da Silva, Penha, Viamão, Cunhataí, Erval do Oeste, Cachoeirinha, Liberal do Salsano e São Paulo. Está aqui Senador Aloizio Mercadante.

Agora, querer tergiversar sobre esse informe, essa resposta dada pelo Ministério da Fazenda, é um direito de V. Exª, mas não passará de tergiversação. Muito obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Voltaremos a esse assunto na próxima reunião e trarei todos os dados detalhados, particularmente sobre Recife e Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Ainda com relação a este assunto, nós reiteramos o convite à ex-Prefeita Marta Suplicy para comparecer à audiência pública nesta Comissão, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Reiterado o ofício, datado ainda de março deste ano, convidando uma audiência pública aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, em atendimento ao Requerimento nº 12, aprovado por esta Comissão, cuja cópia seguiu em anexo.

A ex-Prefeita Marta Suplicy pediu, ainda em maio, que fosse adiado para junho que ela confirmaria a sua vinda e até agora não confirmou. Portanto, houve necessidade de reiterar o convite para a presença da ex-Prefeita Marta Suplicy.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Relacionado a este episódio, creio que seja importante que a Comissão de Assuntos Econômicos possa conhecer a fundamentação da decisão tomada ontem pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo em que por três votos a um foram aprovadas as contas da gestão da Prefeita Marta Suplicy. Eu gostaria inclusive de encaminhar à Presidência o teor da aprovação, porque vai servir de subsídio à análise desse episódio e também a nota da ex-Prefeita Marta Suplicy, que está chegando agora em minhas mãos, para o conhecimento dos Srs. Senadores. Acredito que a análise é feita pelo Tribunal de Contas do Município, aprovando as contas, inclusive analisando o episódio que foi objeto do requerimento dos diversos Senadores aqui presentes, vai contribuir para a análise da questão dos procedimentos adotados pela Prefeita.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Ontem, inclusive, Senador Eduardo Suplicy, a mídia nacional mostrou o julgamento da ex-Prefeita Marta Suplicy no Tribunal de Contas do Município e realmente as suas contas foram aprovadas por 3 votos a 1, conforme V. Exª confirma. As contas serão remetidas à Câmara Municipal de São Paulo para a votação dos Srs. Vereadores, sendo exigido **quorum** de 2/3, para a rejeição da matéria.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Queria saudar essa decisão, que é uma forma de demonstrar tecnicamente como foi feita a gestão financeira do Município. Tenho certeza de que a Câmara Municipal de São Paulo vai referendar pela consistência do parecer que foi apresentado.

Quero propor, Sr. Presidente, dado o nosso **quorum** ainda esta muito baixo, fazer uma inversão de pauta e votar os Itens 27, 28, 29, que são matérias inseridas na pauta e que têm uma certa urgência. Solicito, portanto, uma inversão de pauta.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, acho que chegou a minha vez, se permitir. Senador César Borges, V. Exª está tratando de um assunto pertinente a uma comunicação do Ministro da Fazenda, que veio ao conhecimento oficialmente desta Casa e desta Comissão, sob infringência nos dispositivos de Lei de Responsabilidade pela administração Marta Suplicy.

Não é a pessoa dele que está sendo analisada aqui, e sim o procedimento feito com o processo.

Até cumprimento por defender uma adversária política que vai concorrer com ele a indicação do partido, tem que ser aplaudido por isso. Mas o grande problema é que na medida em que aparecer fatos novos de outros municípios, teriam que ser denunciados nominalmente e não misturados os fatos. Aqui pedimos que fosse a cada caso analisado por esta Comissão e se fizesse um referendado no sentido de que se houve ou não a infringência da Lei de Responsabilidade, que já veio a notícia **criminis** aqui do próprio Ministro da Fazenda, que V. Exª leu o relatório da consultoria.

Senador Suplicy, V. Exª fala que vai ser encaminhada a análise final da prestação de contas de 2004. Gostaria que viesse toda a documentação, Senador, porque o voto contrário cria conflito entre a decisão dos três votos favoráveis e o que foi negativo; não há um encontro correto das contas, porque, segundo ele, houve uma manipulação de valores para dar um saldo positivo de 90 milhões. Este eu acompanhei de perto e acho e peço a V. Exª, já que há essa intimidade de conseguir todos os dados do Tribunal, que mande toda a análise feita, inclusive os votos dados pelos quatro membros, para que a consultoria aqui possa fazer uma análise em profundidade. Claro que aqui não vai se julgar, e sim a Câmara Municipal, mas como há dinheiro envolvido de financiamentos externos com a responsabilidade da União, inclusive com a responsabilidade da Comissão que aprovou esses empréstimos, seria bom que se analisassem essas contas, visto que a oferta veio de V. Exª e não há requerimento de nenhum dos Senadores. Faço particularmente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, acredito que a proposta do Senador Romeu Tuma é interessante e estou de acordo em receber a análise completa, ou seja, do voto dos três membros do Tribunal que votaram favoravelmente e a análise feita por aquele que discordou. Pergunto ao Senador Romeu Tuma, que sugeriu que pudessem vir todos os documentos...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não estou achando que a decisão está errada. Como V. Exª ofereceu só a análise final, acho que tem que se analisar por inteiro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Mas V. Exª deseja que venham todos os documentos da Prefeitura do ano de 2004 todo, porque, daí, vai precisar um avião?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A análise contábil que foi feita, de onde se buscou o saldo positivo e onde teria desaparecido...

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – A análise é justamente o relatório...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se eram 280 milhões, como reduziu para a 90? Pelo menos, a primeira informação é que era um saldo positivo de 280 e agora... Só essa parte de análise contábil.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Portanto, isso significa o relatório vencedor e o relatório vencido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Isso, a análise contábil...

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Porque, se formos pedir todos os documentos da Prefeitura, precisa trazer...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não. Se precisar, poderá indicar uma comissão externa que vá lá.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Sr. Presidente, se me delegar a função, disponho-me a telefonar para o Presidente do Tribunal de Contas, em nome de V. Ex^a, para obtermos essa documentação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com certeza. V. Ex^a pode usar desse reforço nosso para conseguir essas informações.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu assino com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Senador Romeu Tuma também subscreve o requerimento. Há um requerimento do Senador Eduardo Supply, que, com certeza, também dará muita discussão. Por isso, vou ler logo o requerimento, só anunciando a sua votação. (*Fora do microfone.*) Faremos quando houver quorum. O requerimento do Senador Eduardo Supply, nos termos regimentais, é que sejam convidados o Presidente Henrique Meirelles, Ministro Presidente do Banco Central, e os diretores do Banco Central do Brasil, Alexandre Schwartzman, Alexandre Antonio Tombini, Afonso Beviláqua, Antônio Gustavo Matos do Vale, João Antonio Fleury Teixeira, Paulo Sérgio Cavalheiro, Rodrigo Teles da Rocha Azevedo e Sérgio Darcy da Silva Alves, membros do Comitê de Política Monetária – Copom, para prestar esclarecimentos perante a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal acerca dos critérios utilizados na definição mensal da taxa Selic. O requerimento será votado em momento oportuno.

Ainda com a palavra o Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer que esse requerimento é baseado na própria sugestão do Ministro Antônio Palocci, que, quando esteve aqui em 29 de março, afirmou, quando perguntamos a respeito de possíveis diferentes visões dos membros do Copom, que – entre aspas as palavras do Ministro Antonio Palocci: “os membros do Copom e o Presidente Henrique Meirelles podem ser convidados e tenho certeza de que virão aqui, com satisfação, dialogar com os Senadores a respeito daquilo que preside as prioridades que o Copom estabelece e que orienta as decisões. Tenho certeza de que eles virão com satisfação e vão fazer uma discussão muito mais apropriada do que no meu caso, que não participo das reuniões e não assento no Copom, mas acredito que a política monetária desenvolvida no Banco Central está tendo sucesso e é correta”. Ou seja, foi com base na própria sugestão do Ministro Palocci que avaliei que poderíamos ter – e poderia ser programada para agosto próximo, Sr. Presidente – a reunião onde faríamos perguntas para que os oito membros do Copom aqui pudessem externar o seu ponto de vista. Assim, poderíamos conhecê-los melhor e saber por que tomam decisões de uma maneira ou de outra relativamente à taxa básica de juros na economia brasileira.

Acredito, Sr. Presidente, que já tenhamos agora o quorum necessário para tomar a decisão...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Ainda não. Faltam três.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Tudo bem. Então, vamos aguardar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a inversão de pauta. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Quando houver quorum, Senador Aloizio Mercadante, faremos a inversão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador César Borges, V. Ex^a poderia informar à Presidência como ficou o item nº 1 de V. Ex^a? Porque ficou de ser votado na outra reunião. Várias pessoas pediram vistas, e não sei se votou ou não ou Projeto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, posso me manifestar?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pois, não. Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, esse Projeto de Lei do Senado n. 517, de minha autoria, já está aqui há um tempo bastante dilatado e, até o momento, não foi possível ser apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Eu recebi uma solicitação, há uns três meses, do Líder do Partido dos Trabalhadores, o nobre Senador Delcídio Amaral, que demonstrou boa vontade em fazer uma intermediação, uma negociação, junto com a área econômica do Governo Federal, e de forma mais específica com o Ministério da Fazenda. E nós acatamos essa intermediação do Senador Delcídio Amaral. E as coisas não aconteceram. Depois de passadas algumas semanas, houve o início de negociação. Essa negociação inclusive, em determinado momento, envolveu o Senador Líder do Governo nesta Casa; e, apesar da interferência também do Senador Aloizio Mercadante, as negociações não evoluíram a contento.

O Relator da matéria, Senador Jonas Pinheiro, profundo conhecedor do assunto relacionado à agricultura no nosso País, tem tido a máxima boa vontade em flexibilizar inclusive as condições que estão previstas no Projeto. Flexibilizou e chegou a acordar que seria possível o novo relato, de tal forma que os valores que estavam previstos para a renegociação da dívida, no Projeto de Lei n. 517, de minha autoria, sofreria uma redução substancial, aproximadamente 50%, para que não tivesse um impacto maior sobre o fundo constitucional do Nordeste.

Entretanto, Sr. Presidente, apesar dessa boa vontade, encontrada pelo Senador Jonas Pinheiro, também não tivemos a possibilidade de ter uma posição firme, clara, nítida do Governo de que votaria o Projeto e que, aprovando nesta Comissão, estaria o Governo também, através de sua Bancada aqui, aceitando que o Projeto fosse votado no Plenário, para ser aprovado e, posteriormente, na Câmara dos Deputados.

Pois bem, não acontecendo isso, o Projeto viria à votação. Quando veio à votação, V. Ex^a foi portador de uma Mensagem do Ministro da Fazenda, o Deputado e Ministro Palocci, de que haveria uma disponibilidade e uma possibilidade de uma negociação, de uma aceitação. E pediu a V. Ex^a, V. Ex^a deve recordar bastante sobre o assunto, mais uma dilação desse prazo para votação; o que foi aceito também pelo Relator, Senador Jonas Pinheiro. Mas, de lá para cá, já decorrem aproximadamente mais de trinta dias.

E os Srs. Senadores, pelo menos aqueles comprometidos com o Nordeste brasileiro, com as regiões onde têm a agricultura como sustentáculo, e, principalmente, a pequena agricultura, sempre vêm a esta Comissão cheios daquela vontade de ver aprovado esse Projeto. Demonstram a máxima boa vontade. E estão

aqui, por exemplo, o Senador Sérgio Guerra e outros Senadores do Nordeste, desejando ver a aprovação desse Projeto. E os Senadores já colocam o seu desânimo, o seu descrédito, diante da possibilidade de aprovação do Projeto.

Então, eu não tenho, Sr. Presidente, mais nenhuma hipótese, nenhuma possibilidade de solicitar aos Senadores que aceitem uma nova prorrogação do Projeto, porque já cheira a uma procrastinação inaceitável para um projeto tão importante que deveria ter sido aprovado há muito tempo, para que os seus efeitos benéficos estivessem hoje trazendo um alívio aos pequenos agricultores do Norte e Nordeste.

Ora, se o Governo não quer a aprovação, se não aceita essa aprovação, que diga em alto e bom som, vote contrariamente ao projeto e assuma essa responsabilidade. Acho que isso é da democracia.

Nós colocamos um projeto dentro das melhores das intenções para atender o pequeno produtor, o que sofre efetivamente na sua condição de sustentabilidade econômica, que não tendo possibilidade de pagar o banco, não pode deixar, para pagar o banco, a sua família desprotegida e à míngua. Vamos fugir daquele pragmatismo monetarista que só olha para superávit primário, que já atinge mais de 7% neste País, onde tudo tem impacto sobre superávit primário e há raciocínio do tipo: nós não podemos flexibilizar para o pequeno produtor, porque isso significa induzir ao calote; então, outros virão e também não vão desejar pagar.

Hoje, Sr. Presidente, não é apenas mais a questão da pequena agricultura. Hoje, toda a agricultura, todo agronegócio brasileiro está passando por um momento extremamente difícil, por conta de uma política econômica que internaliza dólares especulativos que vêm para cá ganhar juros de 20%. A taxa Selic é de 19,75%, com garantias absolutas, porque são aplicados em títulos do Governo e fazem com que o dólar chegue a US\$2,38 ou US\$2,40, depreciando todas as nossas *commodities*. Todas estão aí depreciadas. A soja.

Eu estive, na semana passada, no Município Luís Eduardo Magalhães, no oeste da Bahia, um município progressista. Mas nós sentimos a revolta, o desânimo do produtor agrícola quando os insumos subiram – quando o dólar estava a US\$3,50 ou US\$4 – e não baixaram. Quando o PIS e a Cofins que incidiam sobre os insumos foram retirados, ficaram também com os produtores dos insumos e das máquinas. E esses benefícios não chegaram ao produtor com dívida nos bancos, dívidas em TJLP, enquanto o seu produto tem um decréscimo de 30% ou 40% em função da queda do dólar. Como ajustar essas contas para o pequeno produtor? Ajustar com redução de custos? Chegou-se

a um ponto praticamente inelástico no qual não se tem por onde avançar para reduzir os custos.

O que diz o Governo? Lava as mãos para esse problema: não podemos fazer nada! Promete e nada acontece. Tanto é, Sr. Presidente, que no dia 28 deste mês os agricultores vêm para Brasília; vêm para um “tratoração”. Milhares de tratores estarão aqui em Brasília, nas ruas da Capital Federal, diante do Planalto, para fazer pelo menos um protesto, na tentativa de sensibilizar o Governo Federal para o fato de que o agronegócio é responsável por 37% de toda mão-de-obra utilizada neste País e é responsável por um terço do Produto Interno Bruto.

É o agronegócio que sustenta o superávit comercial da balança comercial do País, porque o superávit do agronegócio é de US\$34 bilhões de dólares e o superávit deve atingir US\$35 bilhões, como no ano passado. Por que não se atende esse setor?

Esse projeto, Sr. Presidente, arranha o problema da dívida do pequeno produtor porque sequer tem o impacto de mais de R\$1 bilhão sobre o fundo, que está no Banco do Nordeste e não está atualmente sendo utilizado, porque não há sequer clientela, demanda. Todos estão inadimplentes e por isso não podem fazer jus a novos empréstimos.

Essa é a situação dramática que eu quero colocar aqui, solicitando que V. Ex^a mantenha a pauta, coloque o projeto em discussão e em votação; e quem quiser votar contra, que vote e assuma a sua responsabilidade perante a agricultura e o pequeno produtor brasileiro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador César Borges, V. Ex^a falou que dia 28 é o tratoração. Dia 29 completa um ano do primeiro pedido de vistas desse projeto. Foi pedido em 29 de junho de 2004, segundo a relação contida.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, apenas para registrar, havendo número legal, havendo quórum, peço primeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a dispensa.

Em votação a ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada também a ata.

Antes de conceder a palavra aos Senadores Sérgio Guerra, Aloizio Mercadante e Ney Suassuna, Líder do PMDB no Senado, vou colocar em votação o pedido de inversão de pauta, proposto pelo Senador Aloizio Mercadante, com relação aos três itens que se encontram na pauta, que são os itens 27, 28 e 29.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, relativamente aos...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Os avulsos foram distribuídos em separado.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem...

O SR. CESAR BORGES (PFL – BA) – Houve outra inversão de pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– O Senador César Borges...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, tinha sugerido inversão de pauta, porque não havia quórum. Vamos votar o item 1, não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) –

Gostaria de saber se os requerimentos já lidos serão objetos de votação?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Logo após a votação da...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Queria, em primeiro lugar, dizer que algumas informações expressas pelo Senador César Borges não têm procedência. Não têm procedência, em primeiro lugar, porque houve uma repactuação importante de dívida agrícola, especialmente os pequenos agricultores. Fizemos isso ainda no ano de 2003.

Quero lembrar que as bases que estamos discutindo é exatamente a repactuação de dívida. Num período, nesses últimos anos, a agricultura teve um desempenho exuberante, os melhores da História do Brasil, seja em termos de área plantada, em termos de safra, de volume de exportações, de geração de emprego, de superávit comercial. O agronegócio chegou a gerar 17 milhões e meio de empregos e mais de 40 bilhões de dólares de exportações. Foi um dos melhores períodos da história da agricultura brasileira, com uma rentabilidade espetacular.

É verdade que neste ano tivemos problemas de algumas culturas. Uma seca no Sul, que pegou principalmente os Estados do Sul e, em parte, o Sudeste, mais o Estado de Minas Gerais, e temos uma safra mundial que prejudica o preço de algumas commodities, como é o caso da soja, do trigo, do arroz, do algodão, além, evidentemente, da taxa de câmbio, que

é sempre um indicador em termos de rentabilidade e de exportação.

Mas, na outra parte, a taxa de câmbio beneficia a importação de insumos, especialmente os fertilizantes que ainda são predominantemente importados. O Brasil só produz 30% dos fertilizantes que consumimos.

Portanto, quero ponderar que parte dos fertilizantes, Senador César Borges, estão associados ao preço do petróleo, porque decorrem do petróleo como matéria-prima. Como o petróleo está batendo o recorde histórico, chegou ontem a US\$60 dólares, a taxa de câmbio ajuda a amortecer o preço e a pressão do petróleo também sobre a cadeia dos fertilizantes. É uma forma de deflação, ainda que do meu ponto de vista, precisamos ter uma taxa de câmbio que mantenha o equilíbrio de longo prazo desse saldo comercial que é recorde histórico, que é muito importante para o País ter saído da crise que herdamos do Governo anterior. Não tínhamos saldo comercial, não tínhamos reservas, não tínhamos crédito, o País estava à beira da bancarrota, dependendo do Fundo Monetário Internacional, porque o Governo anterior conduziu o Brasil para o FMI. E foi preciso muito trabalho para poder gerar esse saldo comercial, esse recorde de exportações e esse desempenho da agricultura.

E repactuamos as dívidas. Um milhão e oitocentos mil agricultores estão adimplentes. Estamos tratando de uma parcela bastante pequena, em torno de 8% dos contratos agrícolas que estão inadimplentes. Então, a inadimplência do setor é bastante significativa. E ela está concentrada, a inadimplência, em algumas Regiões, especialmente o Nordeste e o Norte. No Centro-Oeste, por exemplo, a inadimplência dos fundos constitucionais é da ordem de 3%. No Sul e Sudeste também a inadimplência é bastante pequena, agravada agora nessa crise específica.

Então, desejo ponderar, em primeiro lugar, que o relator não está aqui porque está negociando no Ministério da Agricultura. E, entre outras coisas, o Governo já postergou o prazo para repactuação dos contratos nos bancos.

Portanto, não está tendo esse prejuízo alegado pelo Senador César Borges. E o relator foi informado pelo Governo da disposição de repactuação dos contratos nos bancos. Portanto, todos os devedores que estão inadimplentes podem ir junto ao BNB, ao Basa repactuar seus contratos de dívida nas regras que tinham sido estabelecidas. Então, em primeiro lugar, quero destacar isso para mostrar que há, sim, boa vontade e disposição de construir uma saída.

A agenda da agricultura é muito mais complexa. Existe uma série de outros temas. Alguns, inclusive, o próprio relator acha totalmente impecunioso como re-

pactuar o que já foi securitizado, repactuação do Pesa, que não podem entrar nessa agenda. Em relação aos pequenos, nós sempre demonstramos total sensibilidade, e uma das decisões do Governo foi exatamente o de abrir a repactuação de dívida.

Agora, eu quero chamar a atenção sobre o que está propondo o relator, para que saibamos exatamente o que foi modificado e o que representa. Nós temos o limite do valor do contrato, da lei que nós tínhamos aprovado, que era R\$35 mil, na origem do contrato. O relator está propondo aumentar para R\$50 mil. Eu pergunto: A quem beneficia? Quantos contratos são beneficiados? No valor até R\$35 mil, nós temos 168 mil contratos. Ao elevarmos para R\$50 mil, nós vamos para 176 mil contratos. Portanto, é menos do que 5% dos produtores rurais. Nós não estamos falando dos pequenos, não. Nós estamos falando que a proposta do relator modifica, em relação à lei anterior, apenas 5% dos contratos. Porém, enquanto encarece para o fundo constitucional – e quero lembrar que aquilo que nós retiramos do fundo constitucional para repactuarmos dívida, deixará de financiar novos investimentos e custos para as safras seguintes. Então, é importante termos em conta as implicações dessa mudança. Se nós mantivermos o limite de R\$35 mil, o impacto primário do período de 2005 a 2014 é de R\$652 milhões; se nós passarmos para R\$50 mil, como quer o relator, o impacto é de R\$1,173 bilhão.

Então, nós estamos beneficiando apenas 5% dos devedores e dobrando o impacto no fundo constitucional, dobrando o impacto financeiro no fundo constitucional. Eu pergunto se esse é o melhor caminho para tratarmos desse tema. Acredito que não seja. E nem creio que seja responsabilidade do relator, porque eu ponderei que nós precisaríamos ter os dados consolidados, para poder fazer uma estimativa se realmente o problema da rolagem da dívida era o valor do contrato original. Porque o contrato original, hoje, significa pessoas que tomaram mais de R\$100 mil, se o valor for R\$50 mil, pois você tem de atualizar a inflação de todo esse período. Assim, nós vamos ter um impacto muito grande no fundo constitucional para atingir um volume de contratos muito pequenos, em apenas 5% dos devedores.

A discussão que nós tínhamos feito com o Senador César Borges e com o Senador Jonas Pinheiro era que, provavelmente, o fator determinante seria uma rede relativamente pequena de agências no Nordeste, em torno de 114 agências, o que dificulta para o pequeno a repactuação da dívida e, principalmente, aquele desembolso de 10% da dívida do contrato que ele era obrigado a fazer para ter direito à repactuação. Isso era o que estava inibindo a repactuação, dado

que, no Centro-Oeste, praticamente, foi resolvido o problema de inadimplência.

Então, a proposta que eu faço é que, em vez de nós aumentarmos o valor, nós mantenhemos o valor de R\$35 mil, porque, aí, nós estamos pegando, realmente, a massa dos pequenos. Noventa e cinco por cento do universo que estamos pretendendo atingir, estão contemplados até R\$35 mil (são 168 mil contratos), e a gente reduza o valor do desembolso inicial, em vez de 10%, para 5%. Com isso, nós estaríamos dando um novo estímulo à repactuação da dívida. O impacto primário é de R\$652 milhões, neste período de 2005 a 2014; o impacto da equalização seria de R\$96 milhões, e o impacto da disponibilidade seria de R\$327 milhões. É um impacto importante, em termo de fundo constitucional, mas estaria dentro do que nós estamos pretendendo. Lembrando que até R\$35 mil, 71%, no Nordeste, já repactuaram a dívida, já pagaram, estão adimplentes e, no caso do Norte, 78% já repactuaram. Se nós aumentarmos o valor, os que já pagaram serão prejudicados.

Então, nós devíamos manter o valor, simplesmente aumentar o prazo, o banco já está disposto a repactuar, está repactuando aqueles que estão dentro dessa regra e nós poderíamos reduzir o valor do desembolso originário. Com isso, teríamos algo que atinge 95% do universo que estamos pretendendo atingir.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Antes de conceder a palavra ao Senador César Borges, gostaria de lembrar que nós íamos votar a inversão da pauta, então, pergunto novamente: a pauta será mantida?

O Senador Aloizio Mercadante, então, retirou...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – A sugestão é porque nós não tínhamos quórum. Tendo quórum, vamos discutir...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – OK, então. Permanecemos no item 1 da pauta. O Senador Jonas Pinheiro, do PFL de Mato Grosso, Relator desta matéria, pediu para que informássemos à Comissão de Assuntos Econômicos, aos Srs. e Sras Senadores, que se encontra no Ministério da Fazenda discutindo esse assunto, esse projeto e que não estará aqui para relatar o projeto.

Com a palavra o Senador César Borges. Peço desculpas, o Senador Sérgio Guerra estava inscrito para usar da palavra. Depois o Senador Ney Suassuna e depois o Senador César Borges.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, eu apenas sugeriria que o Senador César Borges prestasse alguns esclarecimentos, antes mesmo da minha palavra, em face dos argumentos do

Senador Aloizio Mercadante, para que a nossa intervenção pudesse ser mais produtiva.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a abre mão?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Para a minha região, nobre Presidente...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Já que o Senador Ney não abre, o Senador Sérgio Guerra também não abre.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Continua fechado, então?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não há competição nenhuma.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Por favor, primeiro Pernambuco.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não é essa a questão. O Senador César Borges levantou uma questão. O Senador Aloizio prestou alguns esclarecimentos. Antes de entrarmos na discussão, acharia prudente ouvir qual a posição do Senador César Borges...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – De acordo com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador César Borges, do PFL da Bahia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, o Senador Aloizio Mercadante utiliza de números a seu bel-prazer. Há números que ele traz aqui como se fossem expressão da verdade. E não são efetivamente. São expressão da verdade dele, porque os números podem ser utilizados dentro da visão de cada um para ajudar a sua argumentação.

Primeiramente, o nosso projeto previa que com relação aos investimentos o valor iria de R\$35 mil para R\$100 mil. A proposta de R\$50 mil já foi uma argumentação feita com o relator, para que ele tivesse a compreensão para diminuir o impacto. O que nós consideramos é que, hoje, a inadimplência chega a mais de 60% no Nordeste. Essa inadimplência é alta porque consideram-se inadimplentes não apenas aqueles que deixaram de pagar – ele considera inadimplência apenas aquele volume que não foi pago, mas aqueles que não pagaram até agora não vão pagar daqui por diante. Então, tem que se computar todo o crédito que não será pago e chega-se a 60% dos valores que estão hoje alocados com os pequenos produtores e que não serão pagos. Se não foi paga uma parte, não será pago o restante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador César Borges.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Segundo, vejam como é interessante o argumento e como as coisas se procedem: o Governo, pelo Senador Aloizio Mercadante e do Dr. Geraldo Fonteles, esteve aqui e sugeriu a tentativa de um número para ser compatível a negociação. E convenceram o Relator, Senador Jonas Pinheiro, de que poderíamos ter um número palatável, de 50. Não seria 100 conforme a nossa proposta original, seria de 50. Na hora em que o relator aceita 50, a argumentação passa a ser a seguinte: mas 50 é muito pouco, porque só vai atender a 5% dos produtores...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador César Borges, V. Exª me concede um pequeno aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quer dizer, assim fica difícil uma argumentação e assim fica difícil um acordo, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E, hoje, inadimplência, na verdade, não existe apenas no Nordeste. A situação que houve em 2003 com o agromercado, que sustentou a economia brasileira, que provocou um crescimento de quase 9% do Produto Interno Bruto, proveniente do agromercado, da agropecuária. E esses números já se reverteram inteiramente na realidade de hoje. A realidade de hoje está aqui, no **Valor Econômico**: os produtores brasileiros estão propondo – inclusive já há um projeto de lei, na Câmara dos Deputados – uma renegociação de 12,6 bilhões de dívidas atrasadas com o setor. Isso está em análise na Comissão de Agricultura da Câmara, que já tem pronto um projeto de lei. Por isso, no dia 28, os agricultores estarão fazendo um trabalho para reforçar uma pressão sobre o Governo, que não tem tido sensibilidade com esse setor tão importante, gerador de mão-de-obra. São 37% dos empregos do Brasil que estão no campo e que, se entrarem em colapso, como se prevê, irão para as cidades viver de subemprego, aumentando as favelas das nossas cidades. Essa falta de compreensão está existindo no Governo.

Repito: é muito interessante essa argumentação. Era assim: “Não, vamos fazer um valor menor para se ter um impacto menor”. Volta-se para 50. “Não, 50 agora não vai atender quase ninguém. Então, não vamos aceitar os 50 também”.

Ora, Senador Mercadante, é preciso ter um mínimo de respeito à inteligência alheia nesta Casa, e não manipular exatamente os raciocínios, de tal forma que se possa vetar sempre a aprovação de projetos que venham ao encontro do agricultor, do pequeno agricultor ou que tenham origem na Oposição desta Casa. Infelizmente, tem sido essa a tradição última

nesta Comissão e em várias outras desta Casa, Sr. Presidente.

Era isso o que eu tinha que informar, lamentando que não esteja aqui presente o Senador Jonas Pinheiro, para que ele pudesse complementar informações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Sérgio Guerra, pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, de acordo com o art. 14, do Regimento Interno, peço a palavra. É muito breve a minha intervenção.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu não faria questão de ouvir brevemente o Senador Aloizio. Não faço questão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante por ter sido citado.

Eu mantenho a posição de apoiar o Senador Sérgio Guerra. Pernambuco é um Estado importante e tenho um respeito muito grande por Pernambuco e pelo Senador Sérgio Guerra.

Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Em primeiro lugar, a bem da verdade, quando estávamos iniciando a negociação desse tema, ponderei ao Senador Jonas Pinheiro, que é um grande conhecedor da área e uma pessoa bastante sensata nos seus procedimentos – espero que ele chegue a tempo, porque ele está exatamente negociando essa matéria no Ministério da Agricultura –, que deveríamos analisar os dados antes de tomarmos uma decisão.

A minha impressão preliminar era a de que R\$100 mil era totalmente improcedente, porque, veja, Sr. Presidente: se saímos do valor de R\$50 mil para R\$100 mil, só vamos aumentar em 2% o número de contratos. É mais grave ainda.

Então, a proposta de R\$100 mil foi feita sem nenhum estudo em base dos dados. Precisamos analisar os dados para poder verificar se temos, de fato, de aumentar o limite do valor do contrato original. E cheguei a falar: “Acho difícil 50, por que não 40 ou 20? Vamos analisar os dados”. Estão aqui os dados.

O Senador César Borges disse que esses dados não são os dados. Eu gostaria que ele apresentasse os dados dele e a fonte, porque ele não apresenta nem a fonte nem os dados. Estou dizendo que os dados que tenho aqui são do FNE, do FCO, são os dados do Basa, são os dados, portanto, do Banco do Brasil. São dados oficiais, que foram levantados inclusive nas reuniões que fizemos com os técnicos do Governo, do Ministério da Agricultura, em que ele estava presente. Ele viu que era complexo levantar todos os

contratos em várias instituições para se poder chegar a um dado final.

Vou repetir quais são os meus dados: no valor até R\$35 mil, são 168 mil contratos inadimplentes. Se formos para R\$50 mil, são 176 mil contratos. Vamos crescer menos do que 5% da inadimplência, dobrando o impacto do ponto de vista primário, prejudicando a disponibilidade de recursos no FNE, no FCO, enfim, nos fundos constitucionais.

E digo mais: estamos premiando aqueles que não pagaram, quando sempre deveríamos premiar aqueles que pagaram. Não podemos a cada vez que se repactuar a dívida, flexibilizar em relação às condições anteriores.

Portanto, vou repetir: o nosso argumento é manter o valor de R\$35 mil, que é o que atinge mais de 95% da inadimplência, e, além disso, reduzir o desembolso inicial de 10% para 5%. Com isso, daríamos um estímulo para que esse segmento dos pequenos produtores agrícolas de fato fosse beneficiado e motivado a poder resolver o problema da inadimplência. A inadimplência se concentra no semi-árido, no Nordeste, que tem 29% dos contratos, e na Região Norte, que tem 22% dos contratos. Ela é muito baixa na Região Centro-Oeste, abaixo de 3%. Essas informações foram oferecidas ao relator, que é familiarizado com a matéria e sabe que são absolutamente procedentes.

Portanto, proponho que mantenhamos o valor de R\$35 mil. Não há nenhum fundamento e nenhum dado apresentado aqui alternativo àquele que estamos apresentando.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra, o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, essa matéria, pela sua própria natureza, devia ser tratada com absoluta prioridade e urgência.

Eu me lembro bem que a questão foi levada por mim mesmo à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e não orientei nem defendi nenhuma posição como Presidente. A decisão da Comissão foi, para não prejudicar o andamento dessa discussão na Comissão de Assuntos Econômicos e não postergar a decisão sobre a matéria, de que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária não pleiteasse, como era justo e correto, que esse projeto fosse também examinado por ela, que é a Comissão que, finalmente, tem por objetivo o exame da questão rural de uma maneira geral.

Não consideramos a idéia de fazer o exame na Comissão pelo simples argumento de que era necessário resolver o problema na Comissão onde a questão já está sendo tratada faz bastante tempo.

Então, a minha primeira ponderação é a seguinte: é verdade que há uma crise crescente na agricultura.

Não fomos nós que inventamos isso. Não é verdade que a herança do Governo Fernando Henrique Cardoso, vamos ser sinceros, pelo menos no campo da agricultura, possa ser considerada negativa. Nem o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Governo Lula pensa dessa forma. No entanto, meu Líder Aloizio foi descobrir a herança maldita do Governo Fernando Henrique Cardoso na área da agricultura. Não há essa herança. Seguramente, a herança do Governo Fernando Henrique nesse campo não é sequer polêmica, é absolutamente clara e positiva.

Quero dizer que o fato concreto é que há uma crise real na agricultura, ela não foi inventada. Eu participei de alguns eventos da agricultura brasileira nos últimos dois meses. Há grande irritação, há crescente mobilização. Estive presente, bem como vários Senadores estiveram presentes, em eventos com mais de seis, de sete ou oito mil produtores rurais. Não senti ninguém tranqüilo.

Os fatos são os mais relevantes. Primeiro, o câmbio: gente plantou a US\$3,10 ou US\$3,20 e está, agora, tendo que vender sua produção a US\$2,4 ou US\$2,5.

Segundo, os números por si só são esclarecedores. Os preços, rigorosamente, no geral, neste ano são piores do que eram no ano passado.

Terceiro, a questão da seca teve um impacto muito maior do que se estimava sobre áreas do Brasil que não estavam habilitadas para conviver com esse tipo de impacto, com prejuízo relevante sobre várias agriculturas, de uma maneira especial, do Rio Grande do Sul.

Quarto, não é verdade que os lucros do sistema produtor tivessem acumulado reservas. Efetivamente, os últimos anos foram positivos, mas quem conhece a agricultura sabe que a natureza do investidor rural é para o investimento. Quanto mais é possível ganhar algum, mais esse algum é transformado em produtividade, em equipamento agrícola, enfim, em esforço para a melhoria da produção, o que é extremamente positivo.

De fato, o setor agrícola não acrescentou nem tem gorduras para gastar. Esse setor investiu e está endividado. Esse setor está consumindo insumos a preços que não tiveram nenhuma forma de deflação; ao contrário, foram amplamente inflacionados no campo dos fertilizantes, pela razão que o Senador Aloizio explicou, principalmente por ela, dos defensivos de uma maneira geral e até mesmo dos implementos agrícolas, que sofreram o enorme impacto da elevação dos preços por conta dos preços internacionais e nacionais do aço que têm relevante papel na composição dos custos e preços do setor fabricante de equipamentos.

Então, há uma crise nesse setor, uma desordem crescente; e mesmo que consideremos, e devemos ser sensatos no campo da oposição, a crise de caráter político e ético de grande relevância, pelo menos devemos ter a sobriedade de entender que o funcionamento do País, na sua área essencial, deve ser preservado. Vamos deixar de lado essa crise, que é forte e que não foi inventada pela Oposição nem por ela sustentada – toda se desenvolve no âmbito do Governo e dos seus aliados –, e vamos tomar providências para decidir sobre matérias que têm este foco, ou seja, o de equacionar a questão da pressão agrícola. Pelo que sei, essa matéria já foi aqui relatada pelo Senador Jonas Pinheiro, que já leu o seu relatório.

Não tenho autoridade para propor isso, mas acho que o Senador César Borges deveria dizer se não há mais interesse em negociação ou se há em apenas votar. Por que não votar então? Se há discordância, se não há esclarecimentos, por que não vamos tomar decisão? É assim que o Congresso tem que atuar. Este assunto já está aqui há muito tempo, é um assunto recorrente; argumentos já foram muitas vezes levantados. Não é real que exista tranqüilidade do lado do produtor, existe uma profunda intranqüilidade. O fundamental é que tomemos a posição que temos que tomar. Quem é a favor dessa renegociação e do projeto relatado pelo Senador Jonas que vote a favor dele; quem é contra, que vote contra ele, para que fique muito clara a responsabilidade de cada um; a Comissão cumpre o seu papel e o Senado também, dentro dessa perspectiva de não levarmos crises que não são estruturais do País para prejudicar exatamente o setor brasileiro mais estrutural, mais consistente e que maior desempenho tem dado ao desenvolvimento econômico brasileiro, que é o setor exatamente da produção rural.

Acredito que devemos votar e que cada um tome com clareza o seu papel. Essa questão também está sendo discutida na Câmara, também está sendo tratada lá. Não vejo por que não darmos encaminhamento nisso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Sérgio Guerra, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quero informar ao Senador Sérgio Guerra que eu já tinha externado aqui a minha opinião no sentido de que seja votado de imediato, Sr. Presidente, sem mais delongas. As posições já estão tomadas, cada um tem consciência exatamente da importância ou não do projeto. Quem estiver contra, vote contra; quem estiver a favor, vote a favor.

Essa é a nossa posição como autor, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu queria ouvir o Senador Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Antes de conceder a palavra ao Senador Ney Suassuna que está inscrito...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Só um instante, Sr. Presidente, estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Concedi um aparte ao Senador Aloizio Mercadante e outro ao Senador César Borges.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O Senador Sérgio Guerra fez uma intervenção bastante qualificada do debate da situação da agricultura. Procede essa avaliação macro. Quer dizer, viemos, nos últimos anos, de um resultado exuberante, com a agricultura batendo todos os recordes, com uma rentabilidade fantástica, com um nível de aumento de produtividade e de investimento sem precedentes, e, de fato, temos uma supersafra mundial em algumas culturas, como é o caso da soja, do trigo, do arroz, do algodão e do milho. Isso não ocorre, por exemplo, em relação ao café, que vive um excelente momento; não ocorre em relação ao suco de laranja; não ocorre em relação à pecuária e não ocorre em relação à avicultura, inclusive porque o preço da alimentação caiu muito, como é o caso do milho. Com isso, você tem uma situação bastante favorável no caso da avicultura e em relação a algumas outras culturas. Então, sempre o impacto é sazonal. Estamos diante de uma supersafra mundial e a taxa de câmbio, evidentemente, diminuiu a competitividade da nossa agricultura, além do subsídio dos países ricos que é o fator determinante inclusive dessa queda de preço. O preço do petróleo e o preço do aço, de fato, prejudicam o preço dos equipamentos; e o preço do petróleo, dos fertilizantes e dos defensivos. Assim, nas duas pontas, há o impacto desfavorável à agricultura.

Para responder a essa situação, o Governo, por exemplo, liberou R\$1 bilhão exatamente para repactuação da dívida com os equipamentos e máquinas agrícolas; fez um socorro, no caso do impacto da seca no Sul, de R\$400 milhões; abriu uma repactuação e renegociação de dívidas. Esse projeto, Senador Sérgio Guerra, não diz respeito a esse fato. Isso aqui são dívidas de 10 anos atrás, não tem relação com o pacote que precisa ser feito para a agricultura para reverter as dificuldades que estão postas. Isso é uma dívida muito antiga do governo anterior, repactuada neste Governo.

Agora, faço uma pergunta. V. Ex^a falou de tudo, menos do essencial. Concordo com a análise geral feita

por V. Ex^a e a considero muito qualificada, pois repõe o debate em outro nível. A agricultura precisa de uma resposta imediata. Pergunto se é correto, nessa resposta imediata de que a agricultura necessita – para compra de estoque, para refinanciamento de contratos, para estímulo do plano safra do ano que vem, para repactuação da compra de máquinas e equipamentos –, se devemos alterar as condições de repactuação da dívida antiga.

Volto a afirmar, e até agora não foi apresentado nenhum dado alternativo: se mantivermos R\$35 mil, vamos atingir 168.000 contratos; se aumentarmos o limite da repactuação para R\$50 mil, vamos atingir 176.000 contratos. Ou seja, menos de 5% dos contratos, dobrando o impacto, tanto no Fundo Constitucional quanto o impacto primário, que vai de pouco mais de 600 milhões de reais para mais de um bilhão e cem.

Pergunto, então: por que aumentar o valor? Por que não manter os R\$35 mil, que é o que tínhamos pactuado, sendo que a maioria dos produtores pagaram, repactuaram essa dívida antiga? Por que vamos aumentar o valor para R\$50 mil? Qual é o critério para R\$50 mil?

Se os dados que apresento não são oficiais, pergunto: quais são os dados da Oposição para fundamentar isso? Que critério leva a R\$50 mil? Por que R\$50 mil? Quantos contratos são beneficiados? Qual é o impacto primário e o impacto nas finanças públicas?

Sem essa resposta, fica difícil o debate, porque nós falamos do geral sem tratar daquilo que é a natureza da divergência. Portanto, faço uma ponderação, e tinha feito isso ao Senador Jonas Pinheiro, homem bastante equilibrado e profundo conhecedor do assunto. Não podemos arbitrar um valor para o teto do contrato na origem antes de sabermos a incidência disso no universo de que estamos tratando. Trata-se de menos de 5%, dobrando o impacto primário e prejudicando exatamente a capacidade que o setor e os fundos constitucionais têm de reagir e subsidiar, neste momento, a resposta de que o setor agrícola necessita para o plano safra de agora, para repactuar dívida e sobretudo para equipamentos e bens de capital.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Srs. Senadores...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Nós estamos votando o substitutivo. Caso o substitutivo seja aprovado, retornaremos a essa mesma matéria para uma discussão em turno suplementar. Poderá haver alterações, modificações e emendas para o turno suplementar. Apenas para explicação.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra; em seguida, aos Srs. Senadores Ney Suassuna, Roberto Saturnino, Alvaro Dias e Eduardo Azeredo.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Vou terminar a minha intervenção e gostaria de ouvir, de maneira especial, o Senador Ney Suassuna, homem do Nordeste, e dos bons.

Faço uma ponderação: primeiro, parece-me relevante o ponto colocado pelo Senador Aloizio Mercadante, ou seja, o tamanho da vantagem que se teria com a aprovação dessa nova base de repactuação. Tenho certeza de que o Senador César Borges saberá resolver e esclarecer isso.

Segundo, não é verdade que a pecuária, por exemplo, tenha tido algum ganho. Fizemos, na semana passada, uma audiência com o setor pecuário, envolvendo produtores pecuários do Brasil inteiro, donos de frigoríficos, donos de supermercados, e uma das constatações é a de que os custos subiram mais de 26% sobre a produção pecuária nos últimos dois anos, e os preços menos de 4%. Então, o setor perdeu, e muito, condições econômicas de rentabilidade.

Por último, em que pese entender os argumentos do Senador Aloizio Mercadante e do Senador César Borges, coloco-me na posição de alguém que, pelo menos, deseja que as coisas fiquem claras. Existe aqui uma matéria para ser votada, e ela já foi suficientemente discutida. Cabe decidir sobre ela: votar para aprová-la ou não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Sérgio Guerra, acaba de dar entrada na Comissão de Assuntos Econômicos um voto em separado do Senador Delcídio Amaral, Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado.

Nós votaremos, primeiro, o substitutivo do Senador Jonas Pinheiro e, logo após, o voto em separado do Senador Delcídio Amaral.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, esta matéria deve ser votada, não pode mais ser postergada. Não está repercutindo bem, para milhares de pessoas que nos acompanham, a postergação dessa decisão.

Sou de uma região onde há milhares de pessoas que estão fora da linha de financiamento porque não podem pagar os créditos, os financiamentos tomados hoje, amanhã, no Governo Fernando Henrique ou seja lá em que governo for. O fato concreto é que 60% ou 70% dos produtores rurais do semi-árido não podem ir aos bancos porque estão endividados, estão fora da linha de financiamento, fora da linha, portanto, de solução para seus problemas. Estão se transformando em miseráveis, além de pobres que já são.

Temos de ter uma posição sobre isso. Solicito ao Presidente Luiz Otávio, aos companheiros de maneira geral e ao Senador Aloizio Mercadante para votarmos imediatamente esta matéria, tomarmos uma decisão, ainda mais com a facilidade de haver um voto em separado do Senador Delcídio, que também conhece o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este é um assunto que cala muito fundo em todos nós, parlamentares do Nordeste. Temos quase 30% dos agricultores, principalmente dos pequenos agricultores, com problemas de inadimplência.

Acontece que, neste momento, o Relator está conversando com o Ministro Palocci. É uma descortesia nossa colocar em votação sem que ele esteja presente. Podemos fazê-lo, mas é uma descortesia. Em relação à cifra, sou testemunha de que o Ministério da Fazenda não queria, a princípio, nenhuma renegociação, porque isso já vem se arrastando a anos.

Votaríamos hoje sim, mas não precisamos fazê-lo na ausência do Relator, o que seria uma descortesia. Ele lutou um ano inteiro por seu parecer. Acho que não devíamos levar na ponta da faca se ganha fulano ou ganha sicrano. Se há possibilidade, se os números são verdadeiros, vamos, com frieza, analisá-los, porque, na realidade, são os pequenos que estão pagando mais caro. E são os pequenos, porque não têm produção que acompanhe o crescimento dos juros.

O cidadão toma emprestado R\$30.000,00 e, quando vai pagar, o montante é maior do que o valor da fazenda dele, maior do que o valor do sítiozinho dele, maior do que o valor do gadinho que ele tem. Sobre isso temos de pensar com mais profundidade no Brasil.

Isso está sendo discutindo na Câmara? Sim. Isso está sendo discutido na Câmara em muito maior volume, porque essa é uma atividade de risco, de muito risco. A nossa agricultura é uma atividade de muito risco. Algumas *commodities* subiram e outras caíram, na média houve equilíbrio, mas quem está no lado que desceu não se conforma. E não se conforma porque precisa voltar a produzir e não tem o dinheiro para, de novo, plantar. E, o que é pior, não tem o crédito.

O que o Senador Guerra disse é verdade: temos inúmeros produtores que não têm... Não é só o banco que não empresta, é todo o sistema de crédito que passa a recusar a concessão de empréstimos porque o produtor está com o nome sujo.

Que precisamos negociar, não há dúvida; que o PMDB vai votar favoravelmente, não há dúvida tam-

bém. Agora, precisamos analisar qual das propostas. Sei que, até ontem, o Ministério da Fazenda não queria nenhuma proposta; o Senador Mercadante já se sensibilizou para uma parcela. Acho que podíamos aguardar um pouco a chegada do Relator para que ele traga do ministério a conquista que obteve. Quem sabe se ele não consegue uma amplitude maior com os argumentos que levou ao Ministério da Agricultura?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Sr. Presidente, quando pedi a palavra o fiz pela ordem. Por isso mesmo, esta intervenção está um pouco defasada, porque se o Relator, como todos sabem, é um profundo conhecedor da matéria, que estudou com mais profundidade para emitir o seu voto, avisa à Comissão que está, neste momento, discutindo o assunto com as autoridades da Fazenda, vejo nisso um pedido de aguardo para que, quem sabe, ele possa trazer uma nova proposta. Votarmos isso sem a presença de S. Ex^a não deixa de ser uma falta de consideração, na medida em que ele avisou V. Ex^a e pediu que V. Ex^a avisasse à Comissão que, neste momento, está tratando precisamente deste assunto.

Estamos aqui há mais de meia hora. Sabemos que se trata de um assunto importantíssimo, polêmico, que tem que ser votado, mas há uma tradição nas Comissões de não se fazer as votações sem a presença do Relator, tanto mais que S. Ex^a avisou à Comissão que está tratando do assunto no presente momento.

Era essa, Sr. Presidente, a ponderação que gostaria de fazer: que, antes de se votar, se consulte o Relator se tem alguma proposta nova ou se podemos votar de acordo com o que já apresentou à Comissão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A minha sugestão é para votarmos os três que foram pedidos e, em seguida, voltarmos para este e resolvê-lo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Senador César Borges, o Senador Ney Suassuna pede novamente que seja votada a inversão de pauta e os três projetos de financiamento para a agricultura e para o Controle Externo sejam votados antecipadamente ao projeto que está em discussão.

O Senador César Borges está em comunicação telefônica com o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Estou com o Senador Jonas Pinheiro na linha e S. Ex^a diz que não está negociando nada a respeito do projeto que está em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Então, continuamos a discussão.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias. Em seguida, o Senador Eduardo Azeredo,

o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Antonio Carlos Valadares.

Gostaria de lembrar ao Plenário que, a partir do meio-dia, será argüido e votado, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o indicado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao cargo de Procurador-Geral da República. O indicado já se encontra no Senado Federal para ser argüido. E o Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da CCJ, pediu que antecipássemos o encerramento da reunião para dar condições à arguição e votação do indicado a Procurador-Geral da República.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Jefferson Péres, do PDT do Estado do Amazonas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, estou de saída, logo mais, para a CCJ, para a arguição do indicado para a Procuradoria-Geral da República, e o projeto ora em discussão, nesta Comissão, é importantíssimo. Mas confesso que não me considero em condições de votá-lo, sem ouvir antes o Senador Jonas Pinheiro, Relator. Portanto, eu pediria que esgotássemos a discussão e deixássemos a votação para a próxima reunião.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, acabei de falar com o Senador Jonas Pinheiro. Em primeiro lugar, S. Ex^a me disse que a discussão que se trava agora no Ministério da Fazenda é com relação ao projeto de lei que está na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, que é um problema de toda a agricultura brasileira no geral, uma questão que, segundo o Governo, chega a R\$30 bilhões e, segundo os agricultores, não passa de R\$12 bilhões. Isso para mostrar a divergência que há entre números levantados pelo Governo que não são trazidos ao nosso conhecimento e que são apresentados como verdades absolutas. Mas esses números não são democraticamente abertos. Então, a primeira discussão é essa e não sobre o projeto.

Segundo, o Senador Jonas Pinheiro me disse, com todas as letras, que está mantido o seu substitutivo, apresentado, lido e discutido nesta Comissão, e não há nenhuma negociação. Falei a S. Ex^a sobre o voto em separado do Governo. O Senador estranhou, mas é regimentalmente possível o voto em separado. Porém, o relato de S. Ex^a está mantido na íntegra. S. Ex^a me disse isso pelo telefone e pediu-me que transmitisse a V. Ex^a e aos membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Transmitida a informação do Senador Jonas Pinheiro de que S. Ex^a mantém o parecer.

Temos vários Senadores inscritos – o Senador Alvaro Dias está ali, pronto para usar da palavra, o Senador Eduardo Azeredo está inscrito, assim como os

Senadores Flexa Ribeiro e Antonio Carlos Valadares – e, se continuarmos a discussão, não votaremos este projeto hoje, por mais que o Senador César Borges insista, e com razão, na votação hoje. O plenário está se esvaziando, há reunião na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para votação do Procurador-Geral da República, e vários Senadores já manifestaram que têm por obrigação comparecer àquela Comissão.

Pergunto ao Senador César Borges se mantém a posição de votarmos ainda hoje o projeto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Eu pediria aos Senadores inscritos, inclusive os que estão inscritos pela ordem, para retirarem suas inscrições, para que pudéssemos votar agora. Essa é a proposta do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, abro mão de minha inscrição, se V. Ex^a colocar a matéria em votação imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Em votação o substitutivo do Senador Jonas Pinheiro.

Antes, o Secretário está me dizendo que sou obrigado, pelo Regimento Interno, a ler o voto em separado do Senador Delcídio Amaral.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não é necessário, porque recebemos a cópia. Todos nós já temos o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pelo Regimento, tenho que ler. Lerei apenas o cabeçalho.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – S. Ex^a não vai ler com a mesma disposição que o Senador Alvaro Dias lia à época da reforma da Previdência. É muito importante ler o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Voto em separado apresentado pelo Senador Delcídio Amaral, Líder do PT e Presidente da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, na Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências.

“Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, na forma do seguinte substitutivo:

Art. 1º – Fica concedido o prazo de 180 dias, a contar da data da publicação, para aplicação do disposto nos arts. 7º, 8º e 15 da Lei nº 10.696;

Art. 2º – Para efeito do disposto no art. 1º desta lei, a contrapartida prevista será de acordo com o art. 7º da lei, que fica reduzido para 5% no que se refere à alínea “c” do inciso I, e 2,5%, quando se tratar de financiamentos com recursos dos fundos constitucionais, e 5%, quando se tratar de financiamentos com recursos de outras fontes.

As condições estabelecidas nesta lei não se aplicam aos mutuários que renegociaram anteriormente com base no art. 7º da Lei nº 10.696.”

Vamos votar o substitutivo do Senador Jonas Pinheiro.

Como é terminativo, terá que ser votado nominalmente.

Votação nominal.

Há um requerimento apresentado pela Senadora Ideli Salvatti, pelo Senador Aloízio Mercadante e pelo Senador Ney Suassuna, pedindo preferência para votar o voto em separado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É anti-regimental. Temos que votar o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE Luiz Otávio) – É regimental.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É regimental.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – É regimental. Se for aprovado, é regimental. É só rejeitar o requerimento.

“Nos termos do art. 311, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos preferência para votação do substitutivo apresentado pelo Senador Delcídio Amaral ao Projeto de Lei nº 517.” Autoria: Senador César Borges.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado o requerimento, por maioria absoluta.

O SR. CESAR BORGES (PFL – BA) – Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Peço verificação da votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Votação nominal do requerimento. O requerimento já foi rejeitado por maioria absoluta.

Votação do parecer do Senador Jonas Pinheiro, ou seja, do substitutivo.

(Procede-se à votação nominal.)

Votaram SIM 13 Srs. Senadores e NÃO 12.

Aprovado o substitutivo do Senador Jonas Pinheiro.

Vai a turno suplementar e discussão na próxima semana.

O SR. (Orador não identificado) – Recurso ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio PMDB – PA) – Vamos votar rapidamente os itens 27, 28 e 29.

Item 27 :

MENSAGEM (SF) Nº 156, DE 2005. NÃO TERMINATIVA.

Propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até trinta e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros Promoex

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador Demóstenes Torres

Esse recurso é para modernização dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios. Inclusive, tivemos aqui a presença do Conselheiro ex-Senador Fernando Coutinho Jorge, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Pará que acompanha a aprovação desse financiamento do BID.

Com a palavra o Relator, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senhor Presidente da República encaminha para exame do Senado Federal...

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que solicite silêncio ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio PMDB – PA. *Fazendo soar a campainha*) – Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos reiniciar o parecer do eminente Senador Demóstenes Torres do PFL de Goiás, com relação à Mensagem nº 156 – não terminativa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senhor Presidente da República encaminha para exame do Senado Federal proposta de empréstimo, de contratação de operação de crédito externo no valor de até trinta e oito milhões e seiscentos mil dólares com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O dinhei-

ro destina-se à modernização do sistema de controle externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios brasileiros, chamado Promoex.

Na primeira fase haverá um desembolso de 64 milhões e 400 mil dólares, sendo que 25 milhões e 800 mil dólares serão ofertados como contrapartida da União e dos Tribunais de Contas dos Estados. Se houver um bom desempenho, numa segunda fase poderá haver uma contratação de até 34 milhões e 200 mil reais; isso se houver uma verificação do bom desempenho da etapa anterior, que é essa primeira que está sendo contratada e após a utilização de pelo menos 50% dos recursos externos e comprometimento de pelo menos 25% adicionais daqueles recursos.

Características: quem solicita é o Brasil; quem empresta é o BID, o valor é de 38 milhões e 600 mil dólares; a modalidade é de mecanismo unimonetário; o prazo de desembolso é de até 4 anos; a amortização é em parcelas semestrais e consecutivas, tanto quanto possível iguais, vencendo a primeira seis meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final, e a última, no mais tardar, vinte anos após a assinatura do contrato.

Os juros serão exigidos semestralmente e calculados com base no custo e na captação do banco para empréstimos unimonetários qualificados. A comissão de crédito será exigida semestralmente, nas mesmas datas de pagamento dos juros, e calculada com base na taxa de até 0,75% ao ano.

Os recursos para inspeção e supervisão não estão previstos, não serão reservados. E, em nenhum caso, esses recursos não poderão ser destinados com valor superior a 1% do financiamento.

Análise.

Os limites de endividamento da União estão preservados. O parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional deixa claro que essas cláusulas são admissíveis, porque não contrariam resolução do Senado Federal que veda disposições contratuais de natureza política, atentatórias à soberania nacional e à ordem pública, e nem são contrárias à Constituição brasileira.

É necessário fazer um dispositivo legal posterior, para que haja essas transferências voluntárias aos respectivos Tribunais de Contas, uma vez que o empréstimo está sendo tomado pela União.

Obedece-se também ao Plano Plurianual e à Lei Orçamentária Anual.

De acordo com cálculos e estimativas da Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar custos efetivos equivalentes a 5,1% ao ano flutuantes, o que é muito bom, porque a emissão de *global bonds* da República representa algo em torno de 7,6%.

No mérito, é óbvio que todos querem fortalecer os Tribunais de Contas, que são órgãos de fiscalização. Se bem aparelhados, com modificação de gestão, com otimização de recursos, podem, inclusive, diminuir a corrupção existente no Brasil.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Demóstenes Torres, uma pergunta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pois não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex^a fala em Tribunal de Contas. Os Municípios que têm Tribunal de Contas – e são dois ou três – são alcançados? Aqui não se cita.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Dos Municípios, para atendimento dos Municípios.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E são cinco os existentes no Brasil.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Certo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, poderão, sim, receber esse benefício.

V. Ex^a me lembrou de um “senão” que eu fazia: o fato de não haver um projeto preestabelecido de quanto irá para cada Tribunal de Contas. Fica ao alvedrio da União se quiser emprestar tudo para São Paulo, para o Rio de Janeiro etc.

Acredito que, se houvesse um plano preestabelecido, praticamente inviabilizaria, porque esses projetos teriam de ser muito grandes. E são muitas as exigências legais!

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Cada Tribunal deve ter o seu programa e apresentá-lo ao Governo, para que se possa aprová-lo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É claro.

E são tantas as exigências legais hoje no Brasil, que Juscelino Kubitschek, se fosse vivo, não construiria novamente Brasília em três anos.

Por conta disso, não estou criando qualquer problema, confiando que a União deverá emprestar esses recursos aos Tribunais de Contas dos Estados.

E mais: a própria União, naqueles Tribunais em que não houver capacidade de endividamento, poderá oferecer a contrapartida.

De forma que eu me manifesto pela concessão da autorização pleiteada pela Mensagem nº 156, nos termos da resolução anexa ao parecer.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O parecer é favorável.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer referente à Mensagem do Senado Federal nº 156, não terminativa, de 2005.

Passa-se ao Item 28 da pauta.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra, que, designado como Relator **ad hoc**, substituirá a Senadora Lúcia Vânia.

Trata-se de projeto do Poder Executivo para efetuar contribuições ao Grupo dos 24. É o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2004, não terminativo.

Tem a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, apresenta-se a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a contribuir para a manutenção do escritório em Washington, Estados Unidos da América, do Grupo Intergovernamental G-24 e também para o Fundo de Programa de Pesquisa do G-24, até o montante de vinte mil dólares americanos anuais, podendo inclusive contribuir com os montantes em atraso existentes nesta data.

Não foram apresentadas emendas ao PLC nº 89, de 2004.

Entre os assuntos defendidos pelo Grupo G-24 destacam-se:

1 – O cumprimento da meta de doação de 0,7% do Produto Nacional Bruto de cada país desenvolvido aos países em desenvolvimento, a fim de que se diminua a pobreza absoluta pela metade, até 2015, prazo estabelecido pela ONU na Declaração do Milênio pelo Consenso de Monterrey;

2 – O programa de alívio à dívida externa dos países pobres altamente endividados;

3 – A superação de assimetrias nos processos de integração regionais e multilateral, por meio de assistência financeira e técnica;

4 – A criação de linhas de financiamento preventivas de crises cambiais para os países que sejam atingidos por crises internacionais sistêmicas, oriundas na maioria dos países centrais, estabilizando, dessa forma, os fluxos financeiros de curto prazo;

5 – A maior participação dos países em desenvolvimento dos processos decisórios do FMI e do Banco Mundial.

Esses recursos são, portanto, indispensáveis à manutenção da presença brasileira nesse sistema.

Tendo em vista o exposto, manifesto-me favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2004, não terminativo.

Item 29:

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL

Nº 146 DE 2005,

não terminativa. Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor total de 33 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, cujos recursos destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro – Agrofuturo, cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. Autoria da Presidência da República. Relator, Senador Jonas Pinheiro, que se encontra ausente.

Designo a Senadora Ana Júlia Carepa, do PT do Estado do Pará, como relatora **ad hoc**.

Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Obrigada.

Sr. Presidente, trata-se de um crédito externo de 33 milhões de dólares entre a União e o BID, que se destinam à pesquisa sobre inovação tecnológica a ser realizada pela Embrapa. Esse programa é executado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com participação dos Tribunais de Contas estaduais e municipais e visa modernizar a atuação do controle e estado dessas esferas de Governo, especialmente por meio da intensificação das relações intergovernamentais e interinstitucionais.

A autorização para a realização da operação de crédito externo deve ser dada pelo Senado Federal, conforme o art. 52, § 5º, com a disciplina prevista na Resolução nº 96, de 15 de dezembro de 1989.

Entretanto, tais órgãos condicionaram a assinatura do contrato ao cumprimento das condições prévias para o desembolso, de forma a não haver pagamento desnecessário de comissão de compromisso. Ressaltaram também a necessidade de prévios ajustes na programação orçamentária e financeira da União.

Portanto, somos favoráveis nos termos do Projeto de Resolução que foi apresentado pelo Senador Jonas Pinheiro.

É esse o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Antes de colocar em votação, o Senador Romeu Tuma está com a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senadora

Ana Júlia Carepa, eu pediria licença, mas há um item aqui, que me parece que V. Ex^a não fez referência, e que considero muito importante citar, que é uma comunicação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O Agrofuturo, no valor de 60 milhões de dólares, para aplicação, em cinco anos, tem por objetivo fortalecer a capacidade de resposta do sistema PED agroalimentar e agroindustrial brasileiro em áreas estratégicas e críticas do desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Evidencia-se a necessidade do agronegócio. É importante que se diga isso nesse relatório feito pelo Senador Jonas Pinheiro, tão bem lido por V. Ex^a. O Programa contribuirá também para a melhora, competitividade e eficiência do setor agroalimentar. Penso ser importante que se dê conhecimento disso. Peço licença e agradeço V. Ex^a.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Obrigada,

Senador, pelo reforço, até porque vai melhorar tanto a competitividade quanto a eficiência desse setor, seja em matéria de segurança alimentar, seja em matéria de apoio às exportações, ou seja, ele é fundamental para o nosso País.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E reconhece a importância do agronegócio.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Com

base no exposto pelo Senador Jonas Pinheiro em seu relatório, que é pela aprovação do pedido, com um substitutivo que apresenta de acordo com as necessidades, o voto é favorável, ou seja, de acordo com o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Antes de passar a palavra ao Senador César Borges, que a pediu ainda para discutir, gostaria de lembrar o requerimento do Senador Eduardo Suplicy com relação ao convite à Diretoria do Banco Central. O Senador Suplicy disse, ainda há pouco, que ele gostaria de que a data a ser marcada para a vinda do Ministro Henrique Meireles e sua equipe seja em agosto. É isso?

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Depois das férias?

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Poderia

ser em agosto, dado o número tão grande de requerimentos de autoridades para estarem aqui. Portanto, acredito que este debate pode perfeitamente ser feito em agosto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Com a palavra o Senador César Borges, para discutir o relatório da Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presi-

dente, Srs. Senadores, o que se discute neste momento é uma autorização, pelo Senado Federal, de um crédito externo no valor de 33 milhões dólares, que o Governo pretende tomar junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, destinando esses recursos ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro, cuja execução é da Embrapa.

Vejam bem, Srs. Senadores. O Governo está pleiteando os recursos junto a um organismo multilateral, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que tem recursos a longo prazo e juros baratos para investimento em setores essenciais do nosso País. Essa é uma realidade, e nós a reconhecemos.

No entanto, ontem, na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, o Ministro das Cidades, Olívio Dutra, anunciou o cancelamento de um empréstimo junto ao Banco Mundial, de US\$150 milhões para o metrô de Salvador. Desses US\$150 milhões, 60 milhões já estavam gastos, restavam 90 milhões. Este Governo, há um ano, pediu o cancelamento de US\$32 milhões e, ontem, anunciou que pedirá o cancelamento total do empréstimo. A obra do metrô de Salvador está paralisada, e o argumento do Ministro é que não renovará o contrato com o Banco porque vai alocar recursos do Orçamento Geral da União. Senador Suplicy, do Orçamento Geral da União! Para concluir o metrô de Salvador, quando ele não tem alocado sequer os recursos da contrapartida para que o Banco possa liberar os recursos.

O Banco Mundial fez uma carta, dando quatro opções ao Governo Federal: honrar os compromissos bancando a contrapartida; renegociar o contrato para um prazo maior, mas que pudesse fazer os desembolsos necessários à contrapartida; cancelar o contrato ou repassá-lo para o Governo do Estado. Nenhum dos quatro itens colocados pelo Banco foi aceito. O Ministro Olívio Dutra anunciou que pediu o cancelamento de US\$52 milhões e já tinha pedido de 32 milhões. Como entender algo parecido, Sr. Presidente? Por um lado, pede-nos aprovação de US\$33 milhões para finalidades que consideramos extremamente justas. Mas será que não é justo concluir o metrô de Salvador para atender a população pobre da nossa cidade? Uma obra que deveria ter toda prioridade desse Governo! Um compromisso que foi, inclusive, assumido pelos próceres do PT baiano e nacional! O Deputado Nélson Pelegrino e o Ministro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Jacques Wagner, disseram que estavam liberando os recursos e, em lugar de liberar recursos de restos a pagar do ano passado, que foram liberados agora, na última hora, no valor de R\$9 milhões, o que o Governo está anunciando a todos nós, baianos, e que

está nos deixando estupefatos? Uma medida cruel e danosa à população mais pobre do nosso Estado. Um cancelamento de um empréstimo. E sabem os senhores aqui, principalmente os que foram governadores, como é difícil conseguir esses empréstimos. Foi uma equação feita numa somatória de esforços do Governo Federal, Governo do Estado e Prefeitura municipal de Salvador, para que tenhamos o metrô, pois Salvador é a maior cidade do País que não tem o sistema metropolitano, que não tem o seu metrô. Trata-se de uma capital de 2.600.000 habitantes. E o que foi anunciado é o pedido de cancelamento para que os recursos sejam alocados pelo Orçamento Geral da União.

Estão brincando de forma impiedosa com a população de Salvador!

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – V. Exª me permite um aparte, Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Permito, com satisfação.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Tenho notado que V. Exª, o Senador Antonio Carlos Magalhães e o Senador Rodolpho Tourinho têm travado uma batalha para que sejam encaminhados os recursos suficientes para o metrô de Salvador, especialmente V. Exª, que muitas vezes tem insistido nisso. Quero solidarizar-me a V. Exª, no sentido de estar junto ao Ministro Olívio Dutra, para que venhamos, primeiro, esclarecer inteiramente esse episódio e garantir que haja os recursos necessários para a construção do metrô da metrópole de Salvador. Gostaria de transmitir isso como um compromisso meu e acredito que seja também o da Senadora Ana Júlia, mas que possa V. Exª reconhecer, como aliás mencionou, o mérito da proposição para a Embrapa, para que possamos aqui aprová-la.

Queria inclusive, Sr. Presidente, requerer, uma vez aprovado este item, que os itens nºs 27, 28 e 29 obtenham urgência para apreciação pelo Plenário o quanto antes. Deixo apenas o meu respeito e a minha consideração pela sua observação, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Eduardo Suplicy, o que não podemos entender é que ele argumente ontem que vai cancelar o empréstimo de US\$52 milhões porque não pode endividar mais o País, não tem necessidade de endividar o País para concluir uma obra tão importante para a capital do meu Estado, que é o metrô e, hoje, proponha o endividamento, em US\$33 milhões, para um Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro. Não há como entender isso, Sr. Presidente.

Quero, nesse momento, não apenas lavar o meu protesto, mas também, em função disso, pedir vista desse projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Vista concedida ao Senador César Borges.

Votaremos o pedido de urgência dos itens 27 e 28, propostos pelo Senador Eduardo Suplicy.

Em votação o pedido de urgência.

As Srªs e os senhores Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Sr. Presidente, com respeito ao requerimento para que possam o Presidente e os diretores do Banco Central estarem aqui dialogando conosco, já que estamos no dia 21 – só há mais uma, na terça-feira – avalio que seria próprio podermos ter a presença deles em agosto próximo, mas, quem sabe, possamos já aprovar o requerimento, se não houver objeção.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Da parte da Mesa, com certeza, não.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Sr. Presidente, quero inclusive informar que, na quarta-feira passada, estive em Berlim, convidado para uma reunião com o Vice-Ministro da Economia, Caio Koch-Weser, que coincidentemente nasceu no Brasil, tem dupla nacionalidade e, por ser o Vice-Ministro das Finanças, tem um enorme conhecimento, inclusive esteve representando o Primeiro-Ministro Gerard Schröder, quando da posse do Presidente Lula. Tem sido considerado pelo Presidente Lula como um brasileiro amigo no governo alemão e me informou que virá, no segundo semestre, ao Brasil.

No diálogo que tive com ele, percebi que ele tem uma enorme experiência, até porque foi Vice-Presidente do Banco Mundial, no que diz respeito ao Banco Central europeu e poderia, Sr. Presidente, trazer-nos um depoimento de grande relevância sobre as relações entre o Brasil e a Alemanha, o Brasil e a Europa, e também para o tema que tem sido objeto da atenção de V. Exª sobre o Banco Central. Portanto, gostaria aqui de somar mais um nome. Verificarei quando ele virá, entre agosto e setembro, para apresentar o requerimento convidando-o para fazer um depoimento para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Em votação o requerimento do Senador Eduardo Suplicy, que requer, nos termos regimentais, a realização de uma audiência pública convidando o Ministro Presidente do Banco Central, Henrique Meireles,

e os diretores do Banco Central do Brasil, Alexandre Schwartzman, Alexandre Tombini, Afonso Beviláqua, Antonio Gustavo Matos do Vale, João Fleury Teixeira, Paulo Sérgio Cavalheiro, Rodrigo Telles da Rocha e Sérgio Darcy, membros do Conselho de Política Monetária do Copom, para prestar esclarecimentos à Comissão de Assuntos Econômicos acerca de critérios utilizados na definição mensal da taxa Selic.

A proposta do Senador Eduardo Suplicy é que esta audiência ocorra no mês de agosto.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, tratam-se de dois assuntos.

Primeiro, se o Governo não chegar a um entendimento com o autor do substitutivo, Senador Jonas Pinheiro, que aumenta de R\$35 mil para US\$50 mil o limite para renegociação das dívidas dos agricultores, no segundo turno, votarei com o substitutivo. Se for para o Plenário – naturalmente, irá –, e não houver recursos, votarei com esse substitutivo.

Faço essa declaração porque não considero que quem pediu R\$50 mil emprestados ao Banco do Nordeste e ao Banco do Brasil seja um grande agricultor, mas sim um pequeno agricultor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Antonio Carlos Valadares, se houver emendas, ele poderá ser rediscutido no turno suplementar; caso contrário, ele irá direto para votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Exatamente.

Um outro assunto é que gostaria de pedir urgência para os itens 27 e 28.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Já foi pedido, votado e aprovado.

Srs. Senadores, dou por encerrada a presente reunião, convocando os Srs. Senadores para a reunião da próxima terça-feira, dia 28, no Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 20 minutos)

Ata da Décima Nona Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em Conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio-cd; Finanças e Tributações-cd; Fiscalização Financeira e Controle-cd; e Com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização-cn, em Trinta de Junho, de 2005, às 15:00 Horas, no Plenário nº 2, Anexo II da Câmara dos Deputados.

Às quinze horas e vinte e seis minutos do dia trinta de junho do ano dois mil e cinco, no Plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Gilberto Mestrinho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal (CMA/SF); Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação, da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), com a presença dos Senadores César Borges, titular da CAE/SF, Romeu Tuma, titular da CAE/SF, titular da CMO/CN, Lúcia Vânia, titular da CAE/SF, titular da CMO/CN, Tasso Jereissati, titular da CAE/SF, Heráclito Fortes, suplente CAE/SF, titular CMO/CN, Ramez Tebet, titular CAE/SF, Luiz Otávio, titular da CAE/SF, Mão Santa, titular da CAE/SF, Gilberto Mestrinho, titular da CAE/SF, titular da CMO/CN, Antônio Carlos Valadares, suplente da CAE/SF e Osmar Dias, titular da CAE/SF; e dos Deputados Alexandre Cardoso, titular da CFFC/CD, Antonio Cambraia, suplente da CFT/CD, Assis Miguel do Couto, suplente da CMO/CN, Barbosa Neto, suplente da CFFC/CD, Carlito Merss, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD, Carlos Alberto Leréia, titular da CMO/CN, Coriolano Sales, titular da CFT/CD, Eduardo Cunha, titular da CFT/CD, Eduardo Sciarra, titular da CMO/CN, Eduardo Valverde, suplente da CMO/CN, suplente da CFFC/CD, Fernando de Fabinho, suplente da CMO/CN, titular da CDEIC/CD, Gilmar Machado, titular da CMO/CN, Humberto Michiles, titular da CMO/CN, Ildeu Araújo, titular da CDEIC, Inácio Arruda, suplente da CMO/CN, Jackson Barreto, titular da CMO/CN, João Leão, titular da CMO/CN, João Tota, suplente da CMO/CN, Jorge Alberto, suplente da CMO/CN, José Pimentel, titular da CFT/CD, Jovair Arantes, titular da CMO/CN, Leodegar Tiscoski,

suplente da CMO/CN, Leonardo Monteiro, suplente da CMO/CN, Luiz Bittencourt, titular da CMO/CN, Manato, titular da CMO/CN, Marcelo Castro, titular da CMO/CN, Nazareno Fonteles, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD, Paulo Afonso, suplente da CMO/CN, Paulo Bauer, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD, Paulo Rubem Santiago, suplente da CMO/CN, suplente da CFT/CD, Pedro Canedo, titular da CMO/CN, Pedro Chaves, titular da CMO/CN, Pedro Novais, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD, Ricardo Barros, suplente da CMO/CN, Ronaldo Dimas, titular da CMO/CN, titular da CDEIC, Sérgio Miranda, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD, Silvio Torres, titular da CFT/CD, Welinton Fagundes, titular da CMO/CN e Zé Geraldo, suplente da CMO/CN. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Almeida Lima, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra, Garibaldi Alves Filho, Sérgio Cabral, Valdir Raupp, José Maranhão, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, João Capiberibe e Patrícia Saboya Gomes. A reunião foi convocada para receber o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema “avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços” – 2º semestre de 2004, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Havendo número regimental, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, declara aberta a reunião, convidando para tomarem assento à mesa o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Deputado Eduardo Cunha, Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Ildeu Araújo, Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; e o Deputado Alexandre Cardoso, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. O Presidente informa que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no § 5º do mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente anuncia a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique

Meirelles inicia sua apresentação em *datashow* sobre o tema em referência, finalizando sua exposição às dezesseis horas e treze minutos. Usam da palavra para interpelar o expositor como integrantes do primeiro bloco de debatedores, os Deputados Sérgio Miranda, Eduardo Cunha e o Senador Tasso Jereissati. A seguir, o palestrante responde aos questionamentos efetuados pelo primeiro bloco de debatedores. É assegurada a réplica ao Deputado Sérgio Miranda. O expositor responde à réplica. O Deputado Ildeu Araújo, assumindo a condução dos trabalhos, solicita brevidade no prazo para uso da palavra, tendo em vista a existência de dez oradores inscritos para o debate. Compõem o segundo grupo de debatedores os Deputados Gilmar Machado, Ricardo Barros, Nazareno Fontelles, Paulo Rubem Santiago e Ronaldo Dimas. O palestrante responde aos questionamentos do segundo bloco. A seguir, o Senador Gilberto Mestrinho reassume a direção dos trabalhos. É assegurada a réplica ao Deputado Paulo Rubem Santiago, que é respondido pelo palestrante. O terceiro bloco é integrado pelos Deputados Fernando de Fabinho, Eduardo Valverde, Carlito Merss, Assis Miguel do Couto e Barbosa Neto. O Presidente formula ao palestrante indagação feita por um cidadão através do telefone. O expositor responde ao terceiro bloco de debatedores e apresenta as considerações finais sobre o tema em apreço. Agradecendo a presença do Dr. Henrique Meirelles, o Presidente encerra os trabalhos, às dezenove horas e sete minutos. Para constar, eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Declaro instalada e iniciada a primeira reunião conjunta de audiência pública de 2005, com a participação das seguintes Comissões: Câmara dos Deputados – Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Senado Federal – Comissão de Assuntos Econômicos; Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Congresso Nacional – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada para fazermos uma avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando

o impacto fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços no segundo semestre de 2004, em atendimento ao estabelecido no art. 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nosso convidado é o Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central.

O Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados está representado pelo Deputado Eduardo Cunha; e o Deputado Ildeu Araújo representa a Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Diz o art. 256, §§ 2º e 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados:

“Art. 256

§ 2º O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá, para tanto, de vinte minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado.

.....
§ 5º Os Deputados inscritos para interpellar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpellar qualquer dos presentes”.

A lista de inscrição está aberta.

Com a palavra o Sr. Ministro Henrique Meirelles.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Senador Gilberto Mestrinho, Presidente desta reunião, obrigado pela oportunidade; Srs. Deputados Eduardo Cunha e Ildeu Araújo, demais Parlamentares presentes, é um momento muito importante para o Banco Central o de fazer a sua prestação de contas semestral ao Congresso Nacional. Aliás, é um momento importante para qualquer Banco Central, em qualquer país do mundo, pois é quando temos a oportunidade de prestar contas das nossas ações, particularmente as que envolvem diretamente não só as operações do Banco Central, mas os seus reflexos diretos e indiretos.

Vamos, basicamente, começar nossa apresentação com o resultado contábil do Banco Central no segundo semestre de 2004. Em segundo lugar, trataremos dos objetivos do Banco Central no que diz respeito à inflação, ao crédito, à política cambial e às decisões sobre política monetária e possíveis efeitos fiscais. Em seguida, falaremos sobre a retomada da atividade econômica no período.

Vamos começar falando do resultado contábil do Banco Central no segundo semestre de 2004, mencio-

nando o art. 9º, § 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que define exatamente o que deve ser feito:

“§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços”.

Vamos começar com os resultados dos balanços.

O resultado do ano de 2004 do Banco Central do Brasil foi positivo, de 2,5 bilhões de reais, transferidos para o Tesouro Nacional. O resultado, especificamente, do segundo semestre de 2004 foi negativo em 258 milhões de reais.

(Segue-se exibição de imagens.)

Fazemos aqui uma projeção que mostra os resultados de 3 anos, portanto, 6 semestres, do Banco Central – desde 2002, quando o Banco Central teve perdas importantes, até 2003, quando teve ganhos importantes. Em 2004, houve ganho no primeiro semestre e uma pequena perda no segundo semestre.

É importante mencionar – e vamos deixar isso claro nos passos seguintes – que o objetivo do Banco Central, certamente, não é demonstrar lucro, mas fazer administração de política monetária e cambial. Como resultado desses aspectos existem alguns reflexos contábeis que iremos deixar claros no balanço do Banco Central do Brasil.

Iniciaremos pelo resultado consolidado. Em primeiro lugar, os resultados de juros foram positivos em 5 bilhões, 704 milhões de reais. A correção cambial foi negativa em 12.280. Por quê? Porque, pelas características do Banco Central, as reservas são denominadas em dólares e têm pequena parte de ativos, que são denominados em direitos especiais de saque, que é exatamente a parte que está no Fundo Monetário Internacional, capital do Fundo. Portanto, temos um grande ativo, que são as reservas internacionais brasileiras, que são em dólares. A contrapartida dessa reserva, que é a dívida externa do País, não está contabilizada no balanço do Banco Central, mas, sim, no Tesouro Nacional.

No momento em que há um certo movimento de câmbio, no qual o dólar se aprecia, existe ganho na conta. Quando o real se aprecia, o movimento é contrário, mas é compensado pelo movimento da evolução do valor em reais da dívida do Tesouro Nacional. Esse é o dado de correção cambial.

A operação reversa ocorreu nas operações de *swap* cambial. O Banco Central vendia em dólar, os mercados eram comprados em dólar. No líquido, com a desvalorização do dólar, há um ganho. Explicarei o que é marcação a mercado e outros resultados. O total do resultado é de 258 milhões de reais negativos.

Resultado de juros. Primeiramente, vamos demonstrar esse aspecto. Juros em moeda estrangeira: tivemos um resultado positivo de 154 milhões de reais, dos quais os juros de 1 bilhão e 185 milhões de reais e depósito de 709. São os títulos representados pelas reservas.

Empréstimos a pagar: 1 bilhão e 749 milhões de reais, representados principalmente pelas obrigações junto ao Fundo Monetário Internacional; outros, dão um total de 9. Em moeda nacional: 5 bilhões e 550 milhões, dos quais os títulos são 15 milhões, aproximadamente. A Conta Única do Tesouro é uma despesa de 6 bilhões e 400 milhões. Os depósitos compulsórios remunerados totalizam 3 bilhões e 500 milhões. Há repasses da CENTRUS e de instituições em liquidação etc., que totalizam 535. Portanto, no item juros, o resultado é positivo de 5 bilhões e 704 milhões de reais.

Em relação ao resultado da correção cambial, ele foi positivo para os direitos especiais de saque, que está no meio, e negativo para o dólar. Por quê? Porque houve desvalorização do dólar frente ao real. Como temos um ativo de reservas em dólar, principalmente, com a desvalorização do real, isso vira despesa. No caso de direitos especiais de saque, ocorre o contrário. Vou mostrar o resultado em termos líquidos. Como se trata de item de passivo, houve desvalorização de direitos especiais de saque. Portanto, houve ganho. Vice-versa com o euro e outros etc.

Para demonstrar o que acabei de dizer, notamos que o dólar desvalorizou no semestre, em relação ao real, 14,6%. Os direitos especiais de saque, que é a moeda que denomina as obrigações e as operações com o Fundo Monetário Internacional, desvalorizou frente ao real 9,8% e o euro, 4,6% no semestre.

Portanto, se olharmos a coluna da esquerda, veremos que há algum passivo em dólar, mas a maior parte das nossas transações em dólar são contas de ativo. Quanto aos direitos especiais de saque, é o contrário. Há uma pequena parte, principalmente a nossa contribuição ao Fundo Monetário Internacional e as nossas obrigações com o Fundo, como item de passivo, em azul. O euro também é uma parte de reserva, pequena parte de passivo e outras moedas também em outros itens, principalmente o de reservas.

Em relação ao resultado das operações com *swap*, como mencionei, é favorecido pela desvalorização do dólar frente ao real. Neste caso, mostramos o

resultado mês a mês, um resultado positivo, mostrando onde, em alguns meses, houve maior valorização do real. No caso, houve ganho maior nos meses de agosto e novembro. Em resumo, essa é uma conta de resultado favorável para o Banco Central de 8 bilhões de reais no total.

Quanto à questão da marcação a mercado – esse é um dado estritamente técnico –, houve mudança em algumas normas internacionais, que passaram a considerar ou sugerir que alguns títulos que não estavam sujeitos a uma possível venda ou compra freqüente deveriam ser classificadas no item de investimento, portanto, não sujeitos à variação de mercado. Como eram títulos que geraram ganhos na sua valorização de acordo com a marcação a mercado, portanto, que geraram apropriação de ganhos para o Banco Central em períodos anteriores, foi feita uma reversão de resultado, mas, ao mesmo tempo, um impacto positivo no patrimônio.

Em resumo, esse é um dado eminentemente técnico, e não vou gastar muito tempo nele, mas estarei certamente disposto a responder maiores perguntas caso haja interesse.

Outras receitas e despesas. Numa reversão líquida de provisões, de novo, é a avaliação que os auditores do Banco Central fazem a cada semestre, julgando o seu montante e sua adequação. No caso, houve reversão positiva pela melhora de alguns ativos, despesas administrativas; fabricação de cédulas e moedas, 192 milhões; despesas administrativas, 560; repasse do Tesouro Nacional, de acordo com normas regulamentares, outros 32. Portanto, um resultado de 250 milhões de reais.

Passaremos agora para a Lei de Diretrizes Orçamentárias e falaremos sobre os objetivos do Banco Central. Os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial são os objetos da nossa apresentação agora, bem como as metas de inflação estimadas para o exercício de 2004.

Vamos partir, portanto, para os objetivos do Banco Central no ano de 2004.

Política monetária. Cumprimento da meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional em 5,5% para 2004, com tolerância de mais ou menos 2,5%, condição necessária para o crescimento sustentável de médio prazo.

Política creditícia. Ampliação da oferta e do acesso da população ao crédito. Não há metas formais para a política creditícia.

Política cambial. Aperfeiçoamento do regime de câmbio flutuante. Também na política cambial não existem metas formais, mas metas qualitativas.

Vamos falar sobre objetivos do Banco Central no que diz respeito à inflação.

Política monetária. O objetivo do Banco Central em relação à política monetária foi o cumprimento da meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional, em 5,5% para 2004, com tolerância de mais ou menos 2,5%.

Se olharmos o comportamento mensal da inflação desde janeiro de 2002, vamos ver um aumento da inflação, principalmente na segunda metade do ano de 2002. A política monetária sendo aplicada pelo Banco Central, sem inflação, tem, portanto, uma convergência em direção às metas fixadas. Inflação do ano de 2002, de 12,5%, e convergindo. Os senhores e as senhoras podem ter, portanto, uma visão da evolução mensal da inflação.

Se mostrarmos agora, no entanto, de uma maneira anualizada, em termos do ano fiscal e da inflação acumulada no ano, vamos notar que, no ano de 2002, a inflação foi de 12,5%; em 2003, 9,3%; e em 2004, 7,6%. Pelo segundo ano consecutivo, portanto, a taxa de inflação caiu. A meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional foi cumprida pelo Banco Central no ano de 2004.

Essa é a parte mais importante da comunicação e da prestação de contas do Banco Central no que diz respeito aos seus objetivos. E o objetivo principal do Banco Central é o cumprimento das metas de inflação. Poderemos ter a satisfação de anunciar, fato já conhecido, mas é importante enfatizar na prestação de contas: a meta de inflação do ano de 2004 foi cumprida.

Gostaria de chamar a atenção para um fato interessante: a meta de inflação em 2004 foi atingida, a despeito da pressão dos preços administrados, que tiveram um aumento médio de 10,2% no ano de 2004. Os preços livres sofreram um reajuste médio de 6,5%. Se olharmos a projeção, vamos ver a evolução dos preços livres, dos preços administrados, do IPCA de 2003, 2004 e 2005. Vamos notar que em 2003 houve maior distanciamento dos preços administrados em relação aos preços livres e ao IPCA. Isso convergiu em 2004, converge um pouco mais em 2005. Os números de 2005 que aqui são mostrados são de acordo com a projeção do mercado para o IPCA, para os preços livres e para os preços administrados.

É importante mencionar que a convergência da inflação em direção às metas não se dá apenas em relação à questão dos preços livres, mas há uma convergência entre os diversos segmentos de preço na economia.

Vamos falar agora sobre preços no atacado. Esse é outro dado muito importante. Vamos notar que os preços no atacado sofreram uma forte pressão no

ano de 2004, em função, entre outros fatores, do aumento no preço das *commodities*, inclusive petróleo, no mercado internacional, além de outros aspectos, como já mencionei.

Portanto, é importante enfatizar que a meta foi cumprida, apesar dessa forte pressão também nos preços de atacado, além dos preços administrados.

Vamos agora partir para uma análise da evolução prospectiva da inflação. E vamos olhar aqui a expectativa de inflação pelo mercado 12 meses à frente, desde julho de 2004. Vamos notar que a perspectiva de inflação manteve comportamento consistente com a trajetória das metas de inflação de longo prazo, isto é, vemos, Sr. Presidente, uma trajetória cadente das expectativas de inflação, particularmente – é importante se notar – uma queda pronunciada nos últimos 2 meses.

Portanto, gostaria de enfatizar novamente o compromisso do Banco Central do Brasil com o cumprimento deste objetivo: as metas de inflação.

Passamos agora aos objetivos do Banco Central no que diz respeito a crédito: política creditícia, ampliação da oferta e do acesso da população ao crédito.

Não há metas formais. Então, vamos olhar, de novo, qual é a evolução do crédito na economia. Vamos nos concentrar no crédito livre. Em resumo, vamos retirar daqui os créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, crédito agrícola etc. Vamo-nos concentrar nos créditos livres.

A oferta de crédito do segmento livre passou a crescer, significativamente, a partir do 3º trimestre de 2003, subindo 21% em 2004, e mantendo a tendência em 2005. Portanto, esse é um objetivo importante do Banco Central. Estamos avaliando como esse objetivo está sendo cumprindo, isto é, como o Banco Central está observando o aumento do segmento de crédito livre na economia.

Passamos agora à análise do crédito livre para pessoas físicas e empresas em volume. Vamos ver que se pode destacar o crescimento da oferta de crédito para os consumidores, com avanço de 28,6% em 2004, comparativamente ao crescimento de 16,2% do crédito para as empresas. Então, estamos vendo como o crédito, principalmente para as pessoas físicas, tem crescido a taxas substanciais. Isso é muito importante.

Olharemos um dado importante, que é a questão do crédito consignado, isto é, o crédito com a consignação de folha de pagamento, portanto, crédito dirigido ao trabalhador. Esse tipo de crédito foi aprovado pelo Congresso no final de 2003 e cresceu 94,3% em 2004, muito acima do crédito livre, em função da menor taxa de juros e do menor risco para o agente financeiro.

Não há dúvida, portanto, de que essa foi uma medida, proposta pelo Presidente da República e aprovada pelo Congresso Nacional, da maior importância para facilitar o acesso ao crédito. Posso comunicar aos Srs. Parlamentares que é uma medida com sucesso comprovado.

Vamos dar uma rápida visão nos *spreads*. Os *spreads* das operações de crédito pessoal caíram 12 pontos percentuais em 2004 e mantiveram-se estáveis em 2005. O crédito consignado, no entanto, que tem um patamar de taxas bem mais baixo, continua a cair de forma consistente.

Vamos falar um pouco sobre inadimplência em operações de crédito. A inadimplência dos empréstimos para pessoa física tem recuado de forma paulatina. Quanto a pessoas jurídicas, também houve uma pequena recuperação no último trimestre, mas, de novo, uma tendência também de queda.

Vamos passar, agora, aos objetivos do Banco Central no que diz respeito à política cambial. O objetivo do Banco Central na política cambial é o aperfeiçoamento do regime de câmbio flutuante, portanto, não existem metas para taxa de câmbio. É muito importante mencionar este aspecto: o aperfeiçoamento do câmbio flutuante.

Aqui mostramos a evolução do real, desde julho de 1994, frente a uma cesta de moedas, que são as cestas das moedas mais importantes para o comércio brasileiro. A apreciação do real frente ao dólar, durante esse período longo, tem sido parcialmente compensada pela depreciação do dólar frente às demais moedas. A taxa de câmbio real efetiva nesta projeção construída com base numa cesta de 15 moedas manteve-se depreciada, se comparada à média do período 1994 a 2004. Vemos que houve uma depreciação grande do real. O real, depois, se apreciou, mas se manteve ainda depreciado em relação à média desses 10 anos.

Vamos olhar agora o que realmente é importante na questão cambial, que é a balança comercial. Vamos ver que este quadro favoreceu a balança comercial brasileira, que superou mês a mês sucessivos recordes históricos, fechando 2004 com o superávit de 33,7 bilhões de dólares e mantendo a tendência de resultados positivos, em 2005, sendo que nos últimos 12 meses temos o resultado acumulado de 38,1 bilhões de dólares até o mês de maio. Portanto, o Brasil tem uma balança comercial que mostra resultados expressivos, positivos e cada vez mais fortes.

Vamos olhar agora a balança comercial. De novo resultados acumulados nos últimos 12 meses, mas abrindo a parte as exportações das importações. Vamos novamente observar que a melhora no saldo comercial é explicada pelo desempenho das exportações.

Isso é muito importante, estamos aumentando o saldo não por um decréscimo de importações, mas pelo aumento das exportações. Essas exportações, em 2004, se aproximaram de 100 bilhões de dólares, valor já superado no acumulado de 12 meses, que até o mês de maio atingiram 106 bilhões de dólares. A diferença mostra o saldo comercial.

Se observarmos a balança comercial, abrindo a questão de preços para uma visão de preços de volumes de exportações e importações, veremos que o incremento das exportações é explicado não só pela melhora de preços de nossas mercadorias, mas principalmente pelo aumento das quantidades. Veremos que durante o ano de 2004 o aumento das quantidades foi responsável por aumento de valor de 19,2%. Isso mostra que temos aqui um dado da maior importância, isto é, o Brasil está cada vez mais competitivo, sendo capaz de aumentar as suas quantidades exportadas.

Passamos agora à conta corrente. O saldo das transações correntes brasileiras foi fortemente negativo até o ano de 2002; fechou o ano de 2004 com um saldo positivo, 11,6 bilhões de dólares, 1,9% do PIB, e mantém-se positivo em 2005, sendo que até abril de 2005 com um valor de 2,2% do produto positivo. Esse é um dado da maior importância, porque demonstra o Brasil não só está crescendo, mas está crescendo com saldo de conta corrente. Isso faz com que esse crescimento seja mais sólido.

Essa é uma das razões, não a única. Várias delas fazem com que o Brasil tenha hoje condições de enfrentar turbulências externas, aversão a riscos de mercado internacional, mudança de política monetária de outros países e, eventualmente, preocupações internas. Temos hoje uma economia que continua a mostrar resultados satisfatórios e não ameaça o País com crises econômicas, como ocorria no passado.

Outro dado importante que tem preocupado muito os analistas é a questão do investimento estrangeiro direto. O investimento estrangeiro direto também mostrou uma recuperação, alcançando 18,2 bilhões de dólares, em 2004, e já acumula mais de 21 bilhões de dólares nos últimos 12 meses, encerrados em abril deste ano. De novo, o investimento estrangeiro direto reflete a melhoria estrutural da economia brasileira.

Refiro-me agora à recomposição de reserva. Estávamos falando sobre os diversos fatores que têm justificado o fato de que a economia brasileira tem sido capaz de enfrentar problemas externos ou internos sem ser diretamente afetada de forma importante. Por quê? Porque a economia brasileira está hoje não só com um saldo comercial, como mostramos, saldo em conta corrente, mas também há diversos outros

fatores, como a inflação com o comportamento que já mencionamos.

No item reservas internacionais, por exemplo, veremos que o Banco Central adquiriu, em 2004, em função de um quadro de liquidez no mercado de câmbio, reservas internacionais do País, aproximadamente, de 5,3 bilhões de dólares no ano de 2004, 2,6 bilhões de reais em cada semestre.

Em 2005, o total adquirido até maio somava 10,2 bilhões de dólares. A atuação do Banco Central foi pautada pelas condições de mercado, procurando não se adicionar volatilidade à taxa de câmbio e não interferindo na sua tendência de flutuação, a exemplo dos objetivos do Banco Central de não-interferência.

Se olharmos as reservas internacionais, veremos que elas fecharam 2004 em 52,9 bilhões de dólares com crescimento de 3,1 bilhões de dólares no semestre e 3,6 bilhões de dólares no ano. Em 2005, esse crescimento vem sendo muito significativo.

Outro dado da maior importância: estávamos tratando da diminuição e da eliminação das vulnerabilidades econômicas do País. Uma delas dizia respeito à dívida cambial. Tínhamos grande percentual da nossa dívida doméstica indexada ao dólar, o que, de novo, está sendo resolvido. Deve-se destacar, portanto, a redução das rolagens da dívida cambial doméstica que foram limitadas em 2004 a 5,1% da dívida que venceu em dólar e zero no ano de 2005.

Em consequência, a dívida cambial doméstica, percentual da dívida mobiliária total, caiu para 9,9% no final de 2004, após alcançar mais de 40% na segunda metade de 2002. Esse também é um dado da maior importância para dar maior consistência à política econômica do País e torná-la menos vulnerável às turbulências que possam surgir de outras áreas, inclusive internacionais, como, por exemplo, o aumento da aversão a risco de mercados internacionais.

Objetivos do Banco Central. Decisões de política monetária e possíveis efeitos fiscais. Esse tema tem sido objeto de discussão muito profunda e profícua nos últimos anos. Gostaria de endereçar este assunto da forma que julgamos ser a mais objetiva e clara possível. O impacto direto da taxa de juros de curto prazo nas contas públicas é apenas parte do efeito macroeconômico da política monetária. A fixação da política monetária pelo COPOM e pelo Banco Central tem impacto direto nas taxas de juros pagas pelos títulos públicos, mas isso é apenas uma parte da equação.

A política monetária tem impactos fiscais indiretos fundamentais por meio de seus efeitos sobre as expectativas, a inflação, a taxa de câmbio e o crescimento econômico de longo prazo, fatores da maior importância.

Uma maneira de se avaliar o efeito fiscal da política macroeconômica é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público em proporção ao PIB. Portanto, isso sumariza uma série de fatores.

Olhando, portanto, a relação dívida líquida do setor público sobre o PIB podemos ver, por exemplo, que a relação dívida líquida sobre o PIB vem decrescendo desde 2002 em razão do crescimento do PIB e do superávit primário do setor público. Veremos que em setembro de 2002 era de 61,6 % a dívida pública total líquida em relação ao produto, 57,2% em dezembro de 2003, 51,6% em dezembro de 2004, 50,1% em abril de 2005.

Fatores condicionantes da dívida líquida do setor público. Trata-se de um gráfico demonstrativo, ao qual poderemos voltar mais tarde caso haja interesse dos Srs. Parlamentares, mas é importante mencionar que, se olharmos, por exemplo, para 2004, veremos que a dívida teve um decréscimo de 5,6% em relação ao produto, quando houve uma necessidade de financiamento do setor público de 2,5%. Houve o superávit primário, juros reais da dívida, atualização monetária, mas, por outro lado, houve o crescimento do produto. Em resumo, tivemos um efeito líquido de 5,6% do PIB e, até abril de 2005, tivemos um decréscimo de 1,5% equivalente ao produto.

Se analisarmos uma demonstração de tendências, veremos que houve uma tendência de crescimento dessa relação até 2002 e, depois, uma tendência de decréscimo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Convido o Deputado Alexandre Cardoso, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, para tomar assento à mesa.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Em verde, mostramos as expectativas do mercado, em junho de 2005, referente a uma evolução futura da relação dívida líquida do setor público sobre o produto.

Nesse aspecto, é necessário deixar claro que o superávit primário foi muito importante, evidentemente. Mostramos, portanto, um mapa da evolução do superávit primário desde 1998.

Passando à retomada a atividade econômica no segundo semestre de 2004, falaremos sobre o crescimento. O crescimento do produto, em 2004, de 4,9%, representou a taxa mais elevada desde 1995. Comparativamente à média dos últimos 10 anos, o PIB de 2004 foi 2,5% superior, isto é, nós tivemos, nos últimos 10 anos, uma média de crescimento do produto de 2,4%.

Se fizermos uma decomposição da demanda externa *versus* demanda doméstica, veremos que, apesar de importante, as exportações contribuíram com 1,3 pontos percentuais para esse crescimento enquanto a contribuição da demanda doméstica foi de 3,6 pontos percentuais.

Se abrirmos isso de outra maneira, mostraremos que o crescimento do produto, em 2004, foi disseminado pelos vários setores em atividade, com destaque para a indústria, que cresceu 6,2%, a agropecuária, 5,3%, e os serviços, 3,3%. Portanto, é necessário mostrar que o crescimento foi fortemente puxado pelo crescimento industrial, apesar do importante crescimento da agricultura.

Se olharmos o crescimento do produto desde 1999, mas incluindo o primeiro trimestre de 2005, notaremos que houve momentos de crescimento da economia, e houve momentos de contração de produtos na economia, isto é, momentos em que o produto decresceu.

Dentro dos ciclos de crescimento e de contração da economia, veremos que esses ciclos foram relativamente pronunciados no Brasil. É importante mencionar que depois de um ano de forte crescimento, muito acima do da média dos últimos 10 anos no Brasil, houve pequena acomodação no início de 2005. E esse gráfico mostra, com clareza, que esta acomodação se dá, mas com dado muito importante: não é que o País parou de crescer, mas, sim, que ainda está crescendo, um pouco menos do que no ritmo muito forte do ano passado, por uma questão de acomodação.

Poderemos voltar a esse tema posteriormente, mas os 2 grandes fatores importantes que geraram esta acomodação são, em primeiro lugar, a quebra da safra, com seus efeitos sobre a demanda interna e sobre a demanda por investimentos no mercado interno, e, também e principalmente, um aumento da inflação no primeiro trimestre, já contado, que levou a um decréscimo do poder de compra do trabalhador e a uma diminuição da previsibilidade do crescimento econômico. Em consequência tivemos uma diminuição do ritmo de investimento. Com a queda da inflação, com uma maior previsibilidade do crescimento econômico e do comportamento dos indicadores para o futuro, teremos condições de presenciar uma retomada ainda mais pronunciada da atividade econômica.

Passaremos agora à análise da produção industrial, que acumulou crescimento de 8,3%, em 2004, e vem-se mantendo em níveis próximos ao seu pico histórico. É importante notar este aspecto da maior importância. A produção industrial cresceu fortemente e está em um pequeno patamar de acomodação muito próximo ao seu pico histórico.

É importante mencionar que o crescimento industrial foi puxado pelos setores sensíveis ao crédito. Com a consolidação da retomada, no segundo semestre de 2004, os setores mais sensíveis à renda e ao emprego, os bens semi-não-duráveis, também foram favorecidos e começaram uma trajetória de recuperação.

Tivemos um momento muito importante da capacidade utilizada durante o ano de 2004, que atingiu um pico histórico, criando, portanto, algumas dificuldades de expansão em virtude de a capacidade de muitos setores estarem sendo usadas no limite. Houve acomodação a que me referi, o que deu certo tempo à maturação dos investimentos e permitiu, portanto, uma acomodação em um grau de capacidade utilizada, o que certamente nos dará melhores condições para o crescimento econômico no segundo semestre.

O grande desafio da política econômica continua sendo o de assegurar a sustentabilidade do crescimento a longo prazo, estimulando aumento da capacidade produtiva. Para isso, é necessário garantir a estabilidade macroeconômica e o cumprimento das metas de inflação. Sendo elas cumpridas, haverá estabilidade e previsibilidade na economia e os investimentos poderão aumentar.

A produção de bens de capital respondeu ao quadro de estabilidade econômica, à melhora da confiança em relação à economia, avançando 19,7% em 2004 e superando largamente seu pico histórico anterior de 2001. Em 2005, há estabilidade, com tendência ao crescimento.

Passaremos a um dado da maior importância: os empregos formais criados e o crescimento do produto. Mostramos o total de vagas criadas anualmente nos últimos anos. No ano de 2004 foram criadas 1,5 milhão de novas vagas no mercado de trabalho, o que mostra o resultado desta política econômica. Este é um dado importante para ser mostrado no relatório do Banco Central.

Entre janeiro e maio, comparando 1994 até 2005, veremos que, em 2004, foram criados 1,5 milhão de empregos. Se considerarmos de janeiro a maio, veremos que 2005 ainda mostra um patamar historicamente muito elevado de criação de empregos. Houve uma pequena acomodação, mas ainda com grande criação de empregos, em termos relativos, o que dá fortes condições para uma retomada ainda maior, puxada pelo fator renda.

Em dezembro de 2004, o desemprego foi de 9,6%, o melhor resultado da série, desde o início da pesquisa com a atual metodologia. Os níveis apresentados nos primeiros meses de 2005 são ainda historicamente baixos para o período. Se olharmos as diversas cores, veremos que há sempre uma tendência de aumento

do desemprego no começo do ano, questão sazonal, e uma diminuição do desemprego durante o correr do ano. Se considerarmos o segundo semestre, veremos que houve aumento em 2003, em 2004 baixou para o nível inferior a 2002 e em 2005 ocorreu o nível mais baixo da série. Enfatizamos que o desemprego é do nível mais baixo da série.

O emprego industrial vem repetidamente batendo recordes. Em dezembro de 2004, registrou-se a expansão de 7% em relação a dezembro de 2003. Vemos aqui uma demonstração importante do aumento do emprego no Brasil; mês a mês, são batidos recordes de criação de empregos na indústria brasileira.

Passando ao final da apresentação, terminaremos mostrando a massa salarial real na indústria, que vem apresentando crescimentos importantes, refletindo aumento do emprego e dos rendimentos médios, mantendo-se em patamar elevado em 2005.

Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, concluímos a primeira parte da nossa apresentação. Estamos preparados para responder as perguntas e questionamentos das Sras. e Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Darei início aos debates de acordo com a ordem de inscrição.

Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, meus colegas das várias Comissões presentes a esta audiência pública, saúdo o Presidente e os diretores do Banco Central.

Vindo ao Congresso Nacional apresentar este relatório de prestação de contas, o Banco Central se dirige ao povo brasileiro, o que faz com que esta reunião tenha grande importância. Podemos realizar um debate profícuo, esclarecer dúvidas e apontar soluções para alguns problemas.

Temos uma divergência em relação ao formato dessa apresentação do Banco Central. Seria possível passar o diapositivo 43?

A grande questão que se apresenta é a discussão do efetivo cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece que o Banco Central deve vir ao Congresso Nacional fazer prestação de contas do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados no balanço.

No relatório apresentado ao Congresso Nacional, o Banco Central considera que o impacto e o custo fiscal das suas operações são o seu resultado. Isso está escrito no relatório, o que não é possível aceitar.

O custo fiscal da política monetária dirigida pelo Banco Central foi amplamente superavitário, em torno de 2 bilhões de reais? É evidente que isso não é aceitável.

O impacto e o custo fiscal das políticas monetária, creditícia e cambial deveriam ser analisados sob o enfoque mais amplo. Na apresentação, no último ponto, foi dito que uma maneira de se avaliar os efeitos fiscais da política macroeconômica é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público em proporção ao PIB. Essa frase, na minha opinião, é um contra-senso. Quando se diz que o impacto direto da taxa de juros de curto prazo nas contas públicas é apenas parte do efeito macroeconômico e se justifica que efetivamente o custo fiscal da política monetária seja minimizada porque houve queda na relação dívida/PIB, não se leva em conta que a política macroeconômica é composta de políticas fiscal e monetária. Houve superávit primário expressivo, houve crescimento expressivo do País, com 4,9% do PIB, o que levou a uma queda na relação dívida/PIB.

Estamos dispostos a solucionar essa divergência, essa diferença. Apresentamos na LDO, do ano passado, proposta que mostrava exatamente o que pretendíamos. O que era? Que no relatório referente ao inciso II fossem avaliados especialmente os custos para a União da execução da política de meta inflacionária, de juros, de intervenção no mercado de câmbio, de manutenção de reservas do PROER, das operações com derivativos e outros fatores do endividamento público. Relatórios, mínimos relatórios, que tenho plena consciência de que a equipe de técnicos de alto gabarito do Banco Central do Brasil teriam todas as condições de viabilizar e trazer para debate.

Existe um custo fiscal da política monetária. Não temos condição de aceitar a afirmação de que esse custo fiscal se reduz ao cálculo do resultado contábil do Banco Central do Brasil. Esse artigo foi vetado pelo Presidente da República. As razões do veto são risíveis: *“Em relação ao § 1º não é possível avaliar inequivocamente, a priori, tais custos”*. Não estamos fazendo avaliação *a priori*, mas *a posteriori*. V.Exa. vem aqui prestar contas do ano passado, de 2004. Utilizar como razão do veto o fato de que não podemos fazer cálculos *a priori* quando do que se trata não é *a priori*, mas *a posteriori*, é inaceitável. O Congresso Nacional não derruba veto. Repetimos a proposta este ano. Vamos esperar que seja aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O tempo de V.Exa. já está esgotado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, deixe-me fazer outras perguntas, rapidamente.

Considero que esse ponto deveria ser mais esclarecido. De certa forma, a questão política não é de falta de competência, é tão-somente uma questão política. Procura-se transformar a ação do Banco Central do Brasil num fenômeno da natureza, e nós, pobres mortais, temos que suportar as conseqüências. Não podemos qualificar nem analisar aquelas atividades.

Sr. Presidente, na análise que fazemos da dívida, apesar dos resultados positivos do ano de 2004, há algumas questões que, de certa forma, merecem uma explicação. Por que no programa, no Plano Anual de Financiamento, o prazo médio da dívida pública não cumpriu as metas? Ficou aquém: 28,1, quando a meta mínima era de 34 a 38 meses. A parte vincenda da dívida era prevista de 30 a 35 meses; em 12 meses, ficou em 46.

E mais, o fenômeno que mais me chama atenção, nesse debate, é o crescimento da dívida pública mobiliária em poder do público, um efeito direto da política monetária. Ela representava, em 2002, 60% da dívida líquida do setor público. Em 2003, passou para 74%; em 2004, 80,3%; em 2005, até maio, 88,5%. Então, a dívida líquida mobiliária em poder do público, aquela que conta mesmo – não é a relação entre o Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil, título do Tesouro Nacional no Banco Central do Brasil –, o que está em poder do público é algo, assim, que espanta esse crescimento.

O comentário é que isso se deve ao chamado colchão de liquidez, na verdade, um mistério. Temos na conta única, agora em maio, quase que um orçamento completo da União: mais de 200 bilhões de reais. Se tirarmos a Previdência Social e o superávit é praticamente igual ao Orçamento na conta única.

Sobre o colchão de liquidez, fiz a conta, para evitar a sazonalidade, em determinados meses se emitem mais títulos. Em um ano, o resultado positivo, mais do que as necessidades de financiamento – refinanciar dívidas, pagar juros –, é de 40 bilhões a mais. Qual a interpretação que o Banco Central dá ao colchão de liquidez? Dizem que é para se preparar para algum efeito, algum momento em que o mercado não quer trocar títulos. Se pensa em monetizar dívida, é por isso que se faz um colchão desse tamanho? Qual a lógica? Eu não quero especular, quero entender: qual a lógica desse colchão de liquidez de mais de 200 milhões?

Uma pergunta bem objetiva: o Tesouro incluiu no relatório da dívida consolidada deste ano, aplicando a Lei de Responsabilidade Fiscal, os precatórios inscritos e não pagos. Acho que isso é uma grande transparência para os passivos públicos. Por quê? Esses passivos de Estados e Municípios não estão incluídos naquela relação da dívida líquida, necessidade de fi-

nanciamentos no setor público. O argumento que se usa: mas aquilo é dívida financeira. Mas não encobre passivos públicos, precatórios. Há uma proposta do Ministro Jobim nesse sentido. Precatórios já somam 60 bilhões não pagos, decisão judicial. Isso não é um passivo? É evidente que é um passivo público. Ao não se incorporar à dívida, se encobre e se trata a dívida apenas do ponto de vista financeiro. Restos a pagar também. Por que não é incluído? Não são uma dívida líquida e certa? Restos a pagar não são despesas liquidadas? Então, por que não se incorporam?

Recentemente, vários Municípios, não apenas um, cancelaram empenhos liquidados. Na minha opinião, isso é um calote. Quero saber a opinião de V.Exa. A obra foi feita, o serviço foi prestado, então, cancelar o empenho liquidado e depois propor a essas empresas para renegociar a dívida com deságio! Não sei qual a opinião do Banco Central sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Em que pese a importância, peço a V.Exa. que encerre.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Vou encerrar, Sr. Presidente. Só farei uma pergunta sobre a vulnerabilidade. V.Exa. apresentou, na sua exposição, o crescimento do nosso saldo comercial, o aumento das nossas reservas, mostrando que caiu a nossa vulnerabilidade em relação ao setor externo.

Considero que o mais grave da vulnerabilidade é a possibilidade de ativos nominados em real transformarem-se em passivos em dólar. Isso se deve a quê? Aumentou a liberalidade cambial no Brasil, principalmente quando se unificou os mercados de câmbio de taxa livre e de taxa flutuante. Antes se definia o que era possível; tudo que estava fora precisava ser justificado. Hoje, não. Os limites podem ser ampliados, o que dá enorme vulnerabilidade ao nosso País, ainda mais se levarmos em conta o montante de recursos que estão no *open market*, títulos com cláusula de recompra. O montante da dívida é uma enorme vulnerabilidade que temos.

Tinha outras perguntas para fazer, mas, infelizmente, o meu tempo está esgotado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Obrigado, Deputado Sérgio Miranda.

Com a palavra o segundo inscrito, Deputado Eduardo Cunha.

Está presente o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que será o terceiro orador.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Presidente do Banco Central, em nome

da Comissão de Finanças e Tributação, cumprimento V.Exa. e agradeço a presença.

Vou fazer alguns comentários e questionamentos.

Em primeiro lugar, preocupa-nos muito a análise que fazemos mensalmente, junto com a equipe do Tesouro Nacional e da Receita Federal, onde pudemos verificar que, no primeiro trimestre deste ano de 2005, a despesa com juros foi superior a toda a arrecadação de IPI e Imposto de Renda no País. É um dado real, não é ilação.

V.Exa. não falou, na sua exposição, sobre a expectativa da política de juros para o País. O crescimento dessa despesa está tornando praticamente inviável qualquer outra medida, com a necessidade de infra-estrutura, de investimento. Além disso, as formações de superávit primário são feitas à custa de contingenciamentos e de outros itens relevantes – por exemplo, a CIDE.

Como contradição, observamos o excesso de crédito no Brasil. No momento em que há inflação gerada na sua maioria, como demonstrou V.Exa., com preços administrados, há excesso de crédito e juros elevados – excesso de créditos concentrados em pessoas físicas, longe de ser somente o crédito consignado ao trabalhador. Verificamos a expansão de créditos de aposentados, que se está transformando em sorteio de casas, de televisão etc. A família pressiona os aposentados idosos para tomarem créditos em seu nome, a fim de que sejam utilizados por seus membros.

Nós, que somos políticos e andamos pelo País, verificamos muitas reclamações pela facilidade de obtenção de crédito de aposentado, que nem sempre vem sendo gerado para investimento, desenvolvimento e aplicação no País. A questão é preocupante, porque o aposentado, muitas vezes, não tem muita noção disso, mas, pressionado pela família, acaba aceitando tomar créditos. Quando vemos os preços administrados sendo fator e formador de inflação, não verificamos o porquê de os juros terem influência na baixa da inflação. Essa contradição é o primeiro ponto que exponho a V.Exa.

Segundo ponto: disse V.Exa., na sua exposição, que não há política cambial definida. Contudo, verificamos, desde o início da gestão do Presidente Lula, que houve uma política clara, explicitada várias vezes e publicamente pelo Banco Central, de redução da dívida cambial. Observamos o aumento das reservas cambiais. Só não podemos esquecer que a remuneração dessas reservas cambiais é subsidiada à custa do Tesouro Nacional, porque substituímos os títulos cambiais por títulos que têm outras modalidades de remuneração. À

medida que compramos reserva, também expandimos títulos públicos custeados à taxa SELIC.

Quanto à remuneração das reservas cambiais, sabemos que existe um percentual ínfimo. Quando observamos a reserva de 60 bilhões de dólares, verificamos 2 problemas – V.Exa. fez referência a eles na sua exposição: primeiro, a queda do dólar, a perda de ativo do Banco Central pelo valor em real daquilo que foi comprado anteriormente; segundo, o subsídio obtido pelas diferenças de taxas de juros da remuneração da reserva cambial e o que pagamos na taxa SELIC.

Então, existe política cambial. Ao mesmo tempo em que o Banco Central enxugou os títulos cambiais, de certa forma contribuiu para a redução da taxa cambial. Só não se refletiu nas balanças – como explicitou V.Exa. –, porque houve aumento de outras moedas, em relação ao dólar, e aumento de preços de importantes itens da importação brasileira.

Terceiro ponto: a não-compreensão do motivo de o Banco Central aceitar os depósitos compulsórios colocados como títulos de dívida pública. Se os depósitos compulsórios se compõem de depósitos à vista da população, não tem sentido o Banco Central aceitar título da dívida pública e nós termos de pagar por esses depósitos compulsórios. Vou mais além. Muitos gerentes de bancos de fundos de investimentos dizem-nos informalmente que o Banco Central oferece todo dia o *overnight* e a taxa SELIC, porque é muito mais cômodo para todos. Se não houvesse essa oferta, muitos desses recursos baixariam normalmente no mercado, na taxa de juros, ou simplesmente haveria uma busca por títulos de longo prazo, pela falta de opção do que fazer com o dinheiro.

Citou V.Exa. também dados sobre empregos formais. Solicito uma explicitação sobre a forma desse cálculo. Por exemplo, em 1994, o crescimento do PIB foi de 5,9% e gerou 274 mil vagas de emprego; em 1995, houve 4,2% de crescimento do PIB e perda de 412 mil vagas de emprego; em 2000, 4,4% de crescimento do PIB e geração de 657 mil vagas. Por que, em 2004, com 4,9%, geraram-se 1 milhão e 523 mil vagas? Quero saber a fórmula desse cálculo, porque não tem muita lógica. Não estou duvidando dos números que V.Exa. apresentou, mas quero entender a razão de disparidade tão grande em relação aos anos anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional.

O SR. SENADOR TASSO JEREISSATI – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Presidente Henrique Meireles, primeiramente apresento as escusas do Senado. Está havendo votação importante – da PEC paralela – no

plenário daquela Casa. Além disso, estão sendo iniciados os trabalhos da CPI e a Senadora Lúcia Vânia está especificamente envolvida em uma tratativa muito tensa de negociação com os agricultores.

Há uma dúvida que, a meu ver, está levando a essa política contraditória em si mesma. O Banco Central, na tentativa de segurar a inflação – e tem conseguido fazê-lo com sucesso –, aumenta os juros sistematicamente. Por outro lado, o Governo promove uma intensa política de expansão do crédito ao consumidor, principalmente o chamado consumidor em consignação, que tem possibilitado o maior crescimento de crédito dos últimos anos – significa, na verdade, medida oposta ao aumento dos juros para cumprir tal demanda. Ou seja, uma das duas vai ter de ceder. A política de juros terá de se acomodar a uma inflação maior ou a política de expansão de crédito ao consumidor consignado terá de ser modificada. Como são do mesmo Governo, quem vai ganhar?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Presidente Meireles.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, vou responder as questões do Deputado Sérgio Miranda.

Não só nessa gestão – parece-me que também na gestão anterior –, temos levado muito a sério este diálogo, este debate, as questões formuladas, bem como as sugestões apresentadas.

Deputado Sérgio Miranda, não tenha dúvida de que, caso venha a ser aprovado o substitutivo de V.Exa. ou a sua proposta para a LDO, certamente o Banco Central irá cumpri-los imediatamente, nos termos definidos por V.Exa. Dito isso, temos de seguir, segundo nossa interpretação, a redação da LDO em vigor, que se refere ao impacto fiscal e aos resultados das operações do Banco Central.

No nosso entendimento, existe uma definição muito clara do que seja operação do Banco Central. São as operações diretas do mercado aberto e de gestão de reserva, além dos impactos fiscais – o Banco Central persegue seus objetivos. Aqui é um pouco diferente, porque uma decisão sobre juros, por exemplo, não é necessariamente uma operação do Banco Central. Trata-se de decisão de política monetária, quando o Banco Central fixa uma taxa para operações nos mercados.

Portanto, é muito importante dizer que, de fato, a política monetária não atua sozinha. V.Exa. tem toda razão, ela atua em conjunto com a política fiscal. Não há dúvida em relação a isso. Exatamente por isso torna-se bastante complexa a avaliação sobre o resultado da política monetária e os seus impactos fiscais finais.

Vamos supor que o Banco Central erre na dose e fixe taxas de juros muito abaixo do adequado. Isso poderá causar um primeiro impacto aparentemente favorável, na medida em que diminui, em tese, o custo da dívida. Por outro lado, pode haver aumento da inflação pela imprevisibilidade da economia e, logo, na colocação dos prêmios de risco dos títulos do Tesouro. Isso pode custar muito mais ao Tesouro.

Respeitamos os argumentos de V.Exa. e os levamos muito a sério, mas realmente temos nossa opinião sobre a maneira de analisar essa situação. Devemos mencionar nosso esforço nos últimos anos, no sentido de endereçar essa questão para que se aproxime o máximo possível das preocupações de V.Exa., dos demais Parlamentares e da sociedade e, assim, mostrar exatamente que a política monetária tem a função de manter a inflação dentro da sua trajetória de meta, estabilizar a economia, o que causa diversos impactos na dívida pública. Um deles é o impacto direto da taxa nominal. Existem outros impactos, como, por exemplo, o prêmio de risco dos títulos públicos, conforme mencionei anteriormente.

Em alguns momentos da história brasileira, o risco do papel público era de tal magnitude que as taxas de desconto eram muito altas, o que gerava também enorme custo fiscal.

Continuamos à disposição de V.Exa. para discutir a matéria, não necessariamente no âmbito desse relatório da LDO. Talvez devêssemos promover um diálogo mais direto e até fornecer relatórios específicos, a que V.Exa. se referiu. Não vejo nenhum problema na emissão desses relatórios com o custo das diversas operações. Queremos apenas enfatizar nossa interpretação sobre a LDO e o impacto final da política monetária para a gestão da dívida pública.

Em relação às questões seguintes, abordadas por S.Exa., referentes a programações do Tesouro, cumprimento das metas, aumento da dívida mobiliária, colchão de liquidez, acredito que o mais adequado seja programar uma apresentação do Secretário do Tesouro Nacional para que S.Sa. possa discutir esses detalhes, que são de competência exclusiva daquela instituição. Não acredito que seja adequado discutirmos aspectos específicos da gestão fiscal por parte do Tesouro Nacional.

Em relação aos precatórios e à sua não-inclusão, tem V.Exa. absoluta razão. O § 7º do art. 30 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu que os precatórios judiciais não pagos durante a execução do Orçamento em que tenham sido incluídos devem integrar a dívida consolidada para fins de aplicação de limites. Foi uma medida positiva. Em observância a essa determinação, os valores dos precatórios orçados são

devidamente informados nos relatórios de gestão fiscal produzidos pela Secretária do Tesouro Nacional, órgão responsável pela divulgação das informações previstas em lei.

Quanto à dívida do Banco Central, essa questão tem de ser examinada com muito cuidado, porque há uma sistemática de publicação desses objetivos, com a finalidade de avaliar o impacto econômico das operações do setor público pela ótica do financiamento. Essa é a ótica do Banco Central. Ele analisa a questão pela ótica do financiamento – ou seja, qual o montante da dívida que vem sendo financiado a cada momento. E aqui não se trata de precatório, porque ele não está sendo financiado, apesar de constar da dívida e dos relatórios da Secretaria do Tesouro Nacional. Portanto, é totalmente transparente e divulgado.

O enfoque do Banco Central é mais específico, pois visa mostrar a dívida financiada nos mercados. É a que tem mais impacto sobre a gestão administrada pelo Banco Central nos mercados e nos mercados de dívida.

Mudar esses critérios criaria, primeiro, problemas de consistência intertemporal importantes. E todos, no Banco Central, olham a questão com muito cuidado. Isso também poderia causar impactos complicados, em termos de avaliação da economia brasileira.

Novamente, posso lhe assegurar que examinamos o assunto com toda atenção. De fato, os nossos órgãos técnicos têm analisado a situação. Então, há sólidas razões para o Banco Central atuar dessa maneira. Reafirmo: teremos muito prazer em continuar esse diálogo com V.Exa.

Em relação à vulnerabilidade cambial, devo fazer duas observações importantes. Em primeiro lugar, a unificação cambial aprovada pelo Conselho Monetário Nacional ordenou o mercado cambial, organizou-o mais objetivamente e com maior solidez normativa, mas não necessariamente aumentou a liberdade cambial, na medida em que foi introduzido pelas operações de transferência internacional de reais existentes o que já era conhecido como CC5, que, na prática, mantinha o mesmo nível de liberdade da presente unificação cambial. Antes, havia menos controle do Banco Central e grande insegurança normativa pela existência de 2 mercados separados, mas concomitantemente comunicantes, digamos assim. Isso gerava problema normativo e insegurança jurídica. Portanto, foi muito importante a unificação dos mercados, porque hoje todos os contratos de câmbio são registrados no Banco Central, que, por meio do SISBACEN, faz todo o monitoramento. Não existe esse risco mencionado por V.Exa., porque o Governo e o Conselho Monetário Nacional continuam com o controle total dos mercados

de câmbio. Portanto, não se abdicou de nenhum dos poderes assegurados por lei.

Além do mais, os passivos externos, tanto públicos, quanto privados, têm-se reduzido progressivamente desde a introdução do regime de câmbio flutuante no Brasil, o que vem confirmar que maior liberdade de flutuação de remessa não leva necessariamente a maior estabilidade – muito pelo contrário –, desde que bem normatizada, regulada e controlada pelo Banco Central. O novo regime unificado de câmbio permite que isso seja feito.

Passo agora às perguntas do Deputado Eduardo Cunha. Em primeiro lugar, em relação aos juros. É importante dizer que as decisões de política monetária levam em conta um cenário prospectivo para a inflação. Não é possível antecipar as decisões relativas à fixação da taxa SELIC, uma vez que elas são determinadas nas reuniões do COPOM, após exaustiva análise do cenário macroeconômico naquele dia, naquele momento. O que podemos dizer, no entanto, é que o cenário de médio prazo para a inflação, no Brasil, tem-se tornado mais favorável no período recente. Em resumo, é isso que podemos lhe assegurar, a respeito do processo decisório do COPOM e do seu interesse justo, legítimo e correto.

Todos nós, brasileiros – até eu, que participo do COPOM –, temos grande curiosidade de saber, muitas vezes, quais serão as próximas decisões. Gostaria muito que os meus colegas dissessem quais serão. Aliás, o Dr. Gustavo, que está ali, concorda comigo. Como é que se poderia saber qual seria a decisão do COPOM para o mês de dezembro? Infelizmente, precisamos ter em mente que a decisão do COPOM é tomada mês a mês, analisados os dados macroeconômicos daquele momento.

Asseguro a V.Exa., Deputado, que nós, do COPOM, mais do que ninguém neste País, temos consciência do custo dos juros. Mais do que ninguém neste País, sentimos isso no dia-a-dia, na medida em que somos objeto das demandas da sociedade, em relação ao assunto. Podemos dizer a V.Exa. que o nosso desejo é assegurar que o Brasil tenha, no futuro, a menor taxa de juros possível. Acreditamos fortemente que, para isso, seja importante ter uma inflação convergindo para as metas, ter inflações consistentemente nas metas. Isso, sim, vai permitir que os juros caiam e que também diminua o risco de inflação, diminuindo, portanto, os prêmios de risco.

O Deputado mencionou – corrija-me, Deputado, se eu tiver entendido mal, por favor – que eu teria afirmado que não há uma política cambial definida. Se de fato eu disse isso, foi um engano. Existe uma política cambial muito bem definida. Nós temos uma política

de câmbio flutuante absolutamente definida, um objetivo de gerência de reservas muito bem definido, um objetivo de diminuição da dívida cambial muito bem definido. O que eu disse, com clareza, foi que não temos uma meta de taxa de câmbio. De fato, não temos. E isso faz parte da nossa definição de política cambial – de que, em câmbio flutuante, não cabe a existência de meta de taxa de câmbio.

Quanto à remuneração das reservas e à queda do dólar, afirmo a V.Exa., Deputado, que são duas coisas diferentes. Em primeiro lugar, não há dúvida de que a remuneração das reservas é menor do que o custo de captação do Governo. Portanto, a reserva jamais deveria ser igual ou superior à dívida, porque não faria sentido. O que é a reserva? É um custo, não há dúvida, mas ela existe exatamente para evitar crises. Quando um país não tem reserva e tem premência cambial, pode entrar em crise. E a crise custa muito mais – como já vimos no Brasil, em passado recente – do que o custo das reservas. É a mesma coisa de uma família que tem certa prudência e mantém um pouco de dinheiro em conta. Isso custa. Seria melhor se nós pudéssemos ter zero na poupança, nada na caderneta, nada no banco. Mas o fato é que o País precisa ter um pouco de reserva.

V.Exa. menciona que a queda do dólar diminui o valor, em reais, da reserva; portanto, seria esse um outro custo da reserva. É verdade, V.Exa. tem toda razão. Mas é importante mencionar que a queda do dólar também diminui o custo da dívida, em dólares, do Governo Federal, que é muito maior do que as reservas. Portanto, a queda do dólar, do ponto de vista líquido (dívida total menos reserva), diminui sensivelmente o custo do Governo Federal, na medida em que a dívida líquida (dívida total menos reserva) cai, em reais. Isso tem ajudado, numa certa parcela, a diminuição da dívida líquida com percentual do produto, como mencionei.

Quanto ao compulsório, a observação do Deputado, de fato, faz sentido. Se existisse depósito à vista, em que o banco recebe, e todo ele fosse colocado em depósito compulsório e fosse remunerado, certamente teríamos esse efeito mencionado pelo Deputado. Mas não é exatamente assim a norma. É importante esclarecer – nossa função é deixar isso claro – que uma parte do compulsório é em títulos, como foi mencionado por V.Exa. Mas essa parte vem principalmente dos compulsórios sobre depósitos a prazo – e uma parte deles, de poupança; isto é, são remunerados também nos passivos das instituições. Mas existe uma parte importante dos compulsórios em espécie – aliás, é a maior parte –, sem remuneração. Portanto, o depósito à vista é em espécie.

Do total de compulsórios, temos 29 bilhões, 469 milhões em títulos e 65 bilhões, 750 milhões em espécie – portanto, sem remuneração. A exigibilidade adicional é de 34 e a de poupança é de 21, do total de 95 bilhões.

V.Exa. fez uma outra pergunta muito interessante. Afirmou o nobre Deputado que, aparentemente, não há muita lógica em dizer que houve maior criação de emprego em 2004, em relação a outros anos, que tiveram também grande crescimento. V.Exa. não entendeu a lógica desse cálculo. Gostaria de lhe dizer que não há uma lógica para o cálculo desses dados. Esses cálculos são feitos pelo CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego. São mera compilação do número de carteiras assinadas no País. Quer dizer, não se obedece a uma lógica. Portanto, foram criados no Brasil um milhão e meio de empregos formais simplesmente pelo fato de um milhão e meio de novas carteiras de trabalho terem sido assinadas, deduzidas aquelas que deixaram de existir.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Esse número é absoluto ou líquido? Porque há carteiras que deixam de ser assinadas no período das demissões. Apenas as novas carteiras assinadas formam o resultado líquido?

Para não atrapalhar os companheiros, na primeira pergunta, quando falei sobre o problema dos juros, também fiz menção ao crédito consignado, à expansão do crédito e à inflação por preço administrado. Esses componentes não seriam contraditórios?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Deixei para responder essa questão junto com a pergunta do Senador Tasso Jereissati, porque elas englobam o mesmo ponto.

Quanto ao número de empregos, gostaria de lhe informar, Deputado, que esse é o número líquido – isto é, a diferença entre o total de novas carteiras de trabalho assinadas e o total de carteiras que deixaram de existir. Portanto, esse não é um dado passível de discussão. É um dado real, apurado pelo Ministério do Trabalho.

Em relação a preços administrados *versus* aumento do crédito, a pergunta feita enquadra-se também no universo de questões apresentadas pelo Senador Tasso Jereissati, a que o Senador chamou de contradição: o Banco Central está aumentando os juros de um lado, visando contrair crédito; de outro lado, o crédito consignado e outros créditos aumentam na economia, inclusive os créditos livres.

Há importante debate sobre política econômica. O nível de crédito na economia brasileira é baixo, historicamente. Isso é negativo para a economia e inclusive para a política monetária, porque os canais de

transmissão da política monetária ficam menos eficazes com menor valor de crédito com percentual do produto. A longo prazo, com maior volume de crédito na economia, ela vai ter maior capacidade de crescimento e também a própria política monetária tornar-se-á mais eficaz. A curto prazo, V.Exa. tem toda razão, o aumento do crédito é fator expansionista e pode, portanto, contrapor-se a outros fatores contracionistas.

Existem diversos outros fatores na economia, não apenas esses fatores contracionistas e expansionistas. O que o Banco Central faz, na realidade, é observar, a cada momento, a cada decisão do COPOM, todo o conjunto de fatores econômicos; aqueles fatores expansionistas e contracionistas e, principalmente, o efeito disso tudo na perspectiva de inflação. A partir daí, o Banco Central toma a sua medida.

Em resumo, seria um pouco difícil que o Banco Central se pronunciasse contra algo que é intrinsecamente positivo para a economia: a expansão do crédito. E positivo principalmente, a longo prazo, por um objetivo de curto prazo de controle da inflação.

Então, o que o Banco Central faz é simplesmente não interferir na evolução normal da economia, principalmente quando a evolução é positiva, procurar avaliar os diversos fatores e tomar uma decisão técnica baseada na situação daquele momento.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, posso ter direito a rápidos minutos para uma réplica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo) – O próximo orador é o Sr. Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, pretendo apenas dar uma explicação. O Deputado Eduardo Cunha saiu, mas metade dessas vagas que o CAGED está divulgando, segundo dados do próprio Ministério do Trabalho, dizem respeito a formalizações, porque a fiscalização do Ministério do Trabalho avançou e está registrando trabalhadores sem carteira.

Uma pergunta técnica: que indexador de atualização monetária o Banco Central usa? V.Exa. tem de cabeça? O IGP? O IPCA? Qual é o indexador da dívida?

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Da dívida. É o Quadro 45: atualização monetária. Qual é o indexador? Alguém sabe? É o IGP?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELES – Vamos terminar as perguntas, Deputado, e V.Exa. terá todas as respostas.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Pois não. Mas se trata de questão técnica apenas.

No debate sobre a LDO, o Banco Central se dispunha a apresentar esses relatórios, sem nenhum problema, porque nós tomamos conhecimento de pressões para não viabilizar esse tipo de relatório. Mas o Relator da LDO está presente, e acho que manter essas informações sempre ajuda.

Quanto à questão da dívida, quando fiz as perguntas, não pretendi contrapor o Banco Central ao Tesouro. Era questão mesmo de esclarecimento sobre esse colchão de liquidez. Um dia ele vai passar de virtual para real, vai se tornar líquido. Quando penso nesse colchão de liquidez, lembro de colchão de água: se furar, inunda o mercado com moedas.

Em relação aos precatórios, V.Exa. leva em conta que, no relatório do Banco Central, a base monetária entra como dívida, como passivo, e os precatórios, direitos líquidos e certos transitados em julgado, não entram. O Ministro Nelson Jobim está propondo a securitização dos precatórios. Quando isso ocorrer, vão ter de entrar. Não haverá jeito de não entrarem.

São esses os comentários gerais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo) – Sr. Deputado, há 10 inscritos ainda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Pois não, vou encerrar.

Divirjo de V.Sa. no tocante às mudanças do câmbio. Elas, além de simplificadoras, agilizaram a remessa, a transformação do CC5 de instituição em transferência direta, inclusive por meio de TEDs. Acho que houve agilidade na transferência de recursos em reais para recursos passivos em dólar. E chamo a atenção de V.Sa.: o resultado disso é político. A pressão de quem tem real sobre o Banco Central, sobre o Tesouro, com essa possibilidade de ir para o dólar, é muito maior. Vários países da América Latina estão limitando o fluxo de capitais externos, como Argentina, Colômbia e Venezuela.

Essas as questões que queria levantar. Peço desculpas aos companheiros que ainda vão fazer perguntas.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELES – Muito obrigado, Deputado.

Em deferência aos demais Parlamentares, vou procurar responder rapidamente às perguntas.

Em primeiro lugar, Deputado, existe correlação positiva entre a pesquisa mensal de emprego do IBGE, que captura todos os empregos criados, inclusive os informais, e do CAGED, nas regiões metropolitanas, porque o IBGE só pesquisa as metropolitanas. Certamente, no universo pesquisado pelo IBGE, existe essa correlação positiva. Na nossa visão, não seria adequa-

do concluir que o total de empregos está caindo, está subindo menos ou que existe queda do emprego em função de uma formalização, e que isso seria meramente uma transferência. Poderemos, inclusive, colocar à disposição de V.Exa. essa correlação positiva entre os dados do CAGED e os da pesquisa mensal do IBGE.

Respondo à sua pergunta sobre a atualização da dívida: o IGP-DI.

Quanto ao colchão de liquidez do Tesouro, levaremos as suas observações ao Secretario do Tesouro Nacional para uma avaliação.

A respeito da securitização, em primeiro lugar, a dívida líquida do setor público, divulgada pelo Banco Central, serve de base para o cálculo das necessidades de financiamento do setor público. Esse é o conceito básico que estamos apresentando. Dessa forma, inclui-se a base monetária para avaliar o financiamento por emissão monetária, o que é considerado por todas as autoridades monetárias do mundo como forma de financiamento – financiamento por meio da emissão, mas é uma forma de financiamento público. Caso exista securitização dos precatórios, temos de ver de que forma isso será regulado. Certamente, vamos analisar o assunto da maneira mais precisa possível.

Em relação à flexibilidade das normas de câmbio, chamo a atenção de V.Exa. para o seguinte: quando houve a unificação das taxas de câmbio, se isso tivesse, naquele momento, aumentado a pressão dos detentores de real e o risco de eles correrem todos para o dólar, teríamos, possivelmente, aumento do dólar, como houve em outros momentos, inclusive no Brasil. Entretanto, isso não ocorreu, mas sim o fenômeno contrário. Quer dizer, não existe essa corrida para o dólar. Muito pelo contrário. Aliás, Deputado, é a experiência de muitos países do mundo. Países de economia estável, países de política monetária com inflação convergindo para metas, países com política fiscal responsável, países que têm saldos comerciais como os do Brasil etc. tendem a ter exatamente o fenômeno contrário.

Em resumo, felizmente é esta a situação no Brasil: temos uma economia cada vez mais sólida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo)

– Antes de passar a palavra ao próximo orador, pedimos a todos que assinem a lista de presença e também que se restrinjam aos 3 minutos, porque temos uma relação de 10 inscritos.

Muito obrigado.

Com a palavra ao Sr. Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, inicialmente, na qualidade de Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias – e todos os membros

da Comissão Mista de Orçamento sabem do esforço que estamos fazendo para aprovar a LDO –, comunico que estamos cancelado a reunião marcada para hoje às 21h. Não queremos trazer para esta Comissão o confronto que estamos vendo no plenário. Queremos votar com tranquilidade, queremos dialogar, como fizemos durante todo o processo.

Fica transferida para terça-feira, às 19h, a reunião destinada a examinar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. É o comunicado que faço. Espero que até terça-feira o clima seja de maior tranquilidade. Vamos dialogar, vamos discutir o assunto. É a melhor forma de agir. É exatamente isso que tenho aprendido em Minas Gerais, desde que iniciei minha carreira política.

Antes de passar aos questionamentos, agradeço ao Presidente do Banco Central as contribuições apresentadas.

Vou incluir em minhas perguntas a questão do Deputado Sérgio Miranda, com o consentimento de S.Exa., sabendo que não teremos, depois, problemas com o veto.

Quero saber a respeito da decisão que o Conselho Monetário tomou, já que estamos discutindo o semestre anterior. O Conselho Monetário baixou a Resolução nº 3.204 em 18 de junho de 2004. Ela restringiu o crédito para o setor público, trazendo-nos uma série de dificuldades, em especial para investimentos na área de saneamento. O Banco Central vai manter essa política restritiva ao setor público, em especial na área de saneamento, que é extremamente importante, já que ela não consta do projeto piloto, orçado em 3 bilhões, que prevê a redução de 0,15% para investimentos? Estamos trabalhando em infra-estrutura, mas principalmente com estradas e irrigações. Não consta saneamento, algo de que Municípios e Estados precisam muito – investindo em saneamento diminuem os gastos com saúde. Não adianta o Banco Central segurar o gasto em saneamento, porque depois vai ter de gastar com saúde. Todos sabem que é mais fácil e mais barato gastar na prevenção da doença do que com hospitais – os custos são maiores. Essa é a primeira pergunta.

Em segundo lugar, penso que o Governo está fazendo uma política correta, mantendo os gastos da União em 17% do PIB, incluídos os gastos sociais. Mas essa austeridade não pode existir somente na área social. Ela tem de estender-se à área fiscal e aos juros. Se continuarmos com essa política de juros extremamente elevados, vamos ter de sacrificar o social.

Na condição de Relator da LDO, estou vivendo essa contradição. Gostaria de saber a posição do Banco Central. Não só o social tem de dar a sua cota, mas

também a política de juros. Do contrário, não vamos conseguir resolver o problema.

Finalmente, a última pergunta. Estamos apresentando no relatório substitutivo a inclusão de uma política anticíclica, em relação ao superávit primário. O Banco Central estabeleceu, e estou mantendo no meu relatório, a inflação em 4,5%, com banda flexível, e o superávit fixo. Mas todos sabem que superávit não é fixo realmente. Por isso, queremos criar um dispositivo anticíclico: se crescermos acima do PIB, poderemos fazer um superávit um pouco maior; se não crescermos acima do PIB, poderemos ter uma redução de superávit, para que possamos induzir o investimento. Qual a sua visão em relação a essa proposta?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo) – Vamos passar às perguntas do Sr. Deputado Ricardo Barros. Logo após o Ministro dará as respostas.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Ministro, concordo com a afirmação feita pelo Deputado Sérgio Miranda, mas vou transformá-la em pergunta. O aumento de empregos dá-se pela formalização? A informação que temos é de que metade desses novos empregos, na verdade, não é fruto de crescimento econômico nem de aquecimento da economia, mas de pressão da fiscalização do Ministério do Trabalho. Ou seja, o Ministério do Trabalho obriga o empresário a formalizar a pessoa que já estava empregada mas que não tinha registro. Então, agora estou perguntando: sim ou não?

A respeito das tarifas públicas, força motriz da inflação – elas é que puxam a inflação para cima –, V.Sa. consideraria a possibilidade de o BNDES comprar a dívida das concessionárias e refinanciá-la a custo mais baixo – 3%, 4% ao ano, ou que seja de 8,75% –, como o da agricultura, de modo que a dívida das concessionárias não pressione o aumento das tarifas? Não seria mais lógico, em vez de transferir para o povo o custo dos juros, que o próprio Governo decreta tão elevado, criarmos no BNDES uma linha de compra e refinanciamento da dívida em patamares que não pressionassem a inflação pelo próprio custo da dívida das concessionárias de serviço público?

Outra pergunta. Sobre o crescimento do Brasil, V.Sa. apresentou um índice médio de 2,4%, desde 1995, que é baixo. Mas, especialmente nesse último período, estamos muito abaixo dos países emergentes que concorrem com o Brasil na atração de investimentos. Por quê? Qual é a sua visão sobre essa diferença? Por que o Brasil não consegue acompanhar os demais países emergentes, que têm taxas consistentes de 7%, 8% ao ano, em anos seguidos?

Quero também aproveitar a oportunidade de estarmos sendo filmados pela *TV Câmara* e pela *TV Senado* e pedir a V.Sa. que diga ao Brasil em “populês”, não em “economês”, por que temos taxas de juros tão altas. Por que o Brasil precisa cobrar as mais altas taxas de juros reais do mundo? Essa explicação será muito útil, se feita em linguagem que as pessoas comuns entendam.

Também gostaria que V.Sa. comentasse o déficit zero, de que estão falando alguns membros do Governo – déficit zero, com superávit primário de 7,5%. De novo, o componente juros. Superávit primário significa a diferença entre o que o Brasil arrecada menos o que ele gasta, fora os juros. Se os juros fossem menores, talvez tivéssemos mais facilidade de chegar ao déficit zero.

Gostaria que V.Sa. nos explicasse, de preferência em “populês”, como o Brasil pensa chegar em déficit zero, com a dívida alta que temos e os juros que estamos pagando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo) – Com a palavra o Sr. Deputado Nazareno Fonteles.

O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES – Sr. Presidente do Banco Central, ontem, José Antônio Moroni, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – o Conselho é consultivo, ajuda à Presidência –, escreveu um artigo sobre a decisão de se alterar o Conselho Monetário Nacional, a fim de que não façam parte dele apenas o Presidente do Banco Central, o Ministro do Planejamento e o Ministro da Fazenda. Oitenta conselheiros aprovaram essa alteração. Apenas 8 a rejeitaram – exatamente os que eram ligados aos banqueiros.

O que V.Sa. pensa da alteração da composição do Conselho Monetário Nacional sugerida pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, do ponto de vista do seu impacto na política do Brasil?

Segunda questão: por que o Banco Central não trabalha com metas de crédito? Sabemos – V.Exa. mesmo reconheceu – que, em comparação com países do mesmo nível, o volume de crédito, no Brasil, é muito pequeno. Por que não estabelecer metas e, conseqüentemente, medidas para o mercado com o objetivo de aumentar o volume de crédito, anualmente? Assim como há meta para superávit, teríamos também para crédito.

Outra pergunta na mesma linha: tendo juros altos e, principalmente, *spread* bancário altíssimo – um dos maiores do mundo –, por que não haver metas para redução gradativa do *spread* bancário, considerando os altos lucros recentes obtidos pelos bancos? É mais uma razão para termos essa meta.

Finalmente, a meta do emprego. Na própria Comissão de Finanças e Tributação tramita um projeto – era para ter sido votado esta semana – em que se prevê que o Banco Central deve assumir a responsabilidade por essa meta, em semelhança ao que ocorre nos Estados Unidos. O que V.Exa. acha disso, tendo em vista a dificuldade que o País atravessa, devido ao altíssimo índice de desemprego?

Considero calamidade pública estarmos beirando 11% de desemprego. Talvez o mais grave para uma família seja ter o pai ou a mãe desempregados. Quem lida com o dinheiro – portanto, com a política, que realmente afeta a vida das pessoas – deveria ter responsabilidade em relação a isso, mesmo que não fosse legal. Que dificuldade há para que se assumam metas de redução progressiva da taxa de desemprego?

V.Exa., que ocupa cargo de grande importância política e tem experiência, pois foi eleito Deputado Federal na últimas eleições, não acha que é muito o poder dado ao presidente do Banco Central, do ponto de vista político e de responsabilidade, quando se compara aos poderes desta Casa? Que medidas poderíamos sugerir para democratizar o poder, tão concentrado na autoridade monetária, a fim de que a população tenha maiores benefícios sociais?

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo)

– Com a palavra o Sr. Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO

– Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, da última vez em que V.Sa. esteve aqui – se não me falha a memória, no mês de novembro –, eu estava sentado do outro lado desta mesa. Comecei minha intervenção dizendo que, diante dos números que V.Exa. nos trazia, não seriam prudentes nem a euforia nem a depressão. Talvez V.Exa. se lembre disso. Eu até dei risada aqui.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELES –

Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO

– Desta vez, usarei mais duas expressões: nem a superficialidade nem o maniqueísmo.

Vou me cingir diretamente a essa danada fraçãozinha – o assunto já foi, em parte, abordado pelo Deputado Sérgio Miranda – expressa pela relação dívida líquida do setor público/PIB. Acho que é a fração mais famosa dos últimos meses, ou anos, na macroeconomia brasileira. Em torno dela tudo se encaixa, mas nem tudo se explica.

Observei atentamente os quadros apresentados por V.Exa. Um deles nos preocupa: exatamente a tentativa de se explicarem os efeitos fiscais da política

macroeconômica, observando-se a relação da fração dívida líquida/PIB. Evidentemente, no agregado dessa fração, observamos redução e até relação de 1 para 2, de 50%, em relação ao PIB. Mas, quando nos demos o trabalho de destrinchar a composição interna da dívida líquida do setor público e a componente externa, observamos que as consequências fiscais da política macroeconômica não reduzem a relação dívida/PIB. Ela tem aumentado. Os dados são oficiais. Acesso frequentemente as notas do Banco Central, da Secretaria do Tesouro Nacional. Por exemplo, passaram de 22,9% do PIB para 26,7%. Cinjo-me ao plano da União Federal. Não falo dos Estados nem dos Municípios.

Em relação à componente externa, evidentemente houve queda de 12,5% para 4,8%, embora não nos detenhamos aqui nestes pontos: qual foi a variação cambial, qual foi o crescimento do PIB, qual foi a variação das reservas, que também concorreriam para que houvesse redução, melhor capacidade de pagamento dessa dívida. Esse elemento está subjacente à pergunta do Deputado Ricardo Barros.

Nos últimos 10 dias – parece-me até que V.Exa. já teve oportunidade de participar de uma das reuniões em que o Deputado Delfim Netto fez a apresentação da sua proposta econômica –, temos observado que há forte enfoque na necessidade de reduzir essa relação. Só que os aspectos que são importantes e que podem variar essa relação não são necessariamente tratados.

Por exemplo, por que não se dá ênfase – como considerou o Deputado Nazareno Fonteles – à administração da capacidade de arrecadação do Estado para se prover maior meta de crédito no sentido indutor, a fim de que façamos variar o PIB, que é o denominador da fração?

Por que há uma incidência quase monotonal para que se mude a relação alterando-se o numerador? Mesmo que se trate da mudança do numerador da fração, que é o montante da dívida líquida, não se trata de componente que incide sobre o crescimento dessa dívida, que são as taxas de juros. Vai-se diretamente na sociedade. Tudo o que fazemos – inclusive nós, que fazemos as leis, que fiscalizamos os atos do Executivo, as atividades do Banco Central, as atividades administrativas, as funções-meio do Estado – é nos referir ao encargo tributário desigual, elevadíssimo, que a sociedade paga para financiar as competências do Estado.

Então, por que a insistência quase monotonal de que as metas de mudanças da relação dívida líquida/PIB não dão ênfase à necessidade de crescimento do PIB, metas de emprego, metas de crédito? Elas não dão ênfase a metas para que os juros possam, também,

ser administrados. Há outras metas, e não há qualquer preconceito contra elas. As metas são importantes para que se possa, periodicamente, administrar o conjunto das variáveis da política macroeconômica, da política fiscal, da política tributária, da política de crédito.

Sr. Presidente, tenho um exemplo disso: 3 extratos do SIAFI, de 3 Ministérios importantes.

O primeiro deles refere-se ao Ministério dos Transportes. Todos sabemos da situação crítica da infra-estrutura, da pouca capacidade de investimentos do Estado com recursos do Tesouro Nacional. Para isso criaram-se as propostas de parcerias público-privadas.

Vou fornecer-lhe um dado do atual quadro de contingenciamento orçamentário, em função da necessidade de atingirmos as metas de superávit: adequação de rodovias federais no Estado de Minas Gerais – em homenagem ao Deputado Gilmar Machado. Dotação orçamentária autorizada: 24 milhões e 184 mil reais. Dotação empenhada até o mês de maio: 209 mil reais. Há outras aqui; todas elas nesse mesmo patamar de disparidade.

Construção de trechos rodoviários na BR-364, aquele célebre corredor de transporte do Centro-Oeste, no Estado de Mato Grosso. Dotação orçamentária autorizada: 18 milhões. Dotação empenhada: apenas 5 milhões. E estamos quase na metade do ano.

Ministério das Cidades – vai bater no que disse o Deputado Gilmar Machado. Apoio à implantação ou melhoria de obras de infra-estrutura urbana. Dotação orçamentária: 704 milhões e 928 mil. Dotação empenhada: 250 mil reais.

Obras de infra-estrutura urbana em Municípios de médio e grande portes. Dotação orçamentária: 383 milhões e 683 mil. Despesa empenhada: 4 milhões e 800 mil reais.

Ministério do Desenvolvimento Agrário, cuja diferença é a estruturação de assentamentos e investimentos comunitários. Dotação orçamentária: 120 milhões. Dotação empenhada: 30 milhões. Despesa liquidada até maio: apenas 5 milhões de reais.

Por que razão, portanto, não são estabelecidas metas para o crescimento do PIB, metas de crédito e também metas de limite à expansão das taxas de juros?

Se não houver uma atuação consistente em todas essas variáveis, não poderemos dizer que a forma como se administra a política monetária creditícia e o impacto fiscal para a sociedade privilegia um componente do gasto público.

É lamentável que, ao nos referirmos a investimentos ou à administração das contas públicas, sempre que se fala em gasto público, continuemos, ou por ingenuidade ou por opção, a excluir do gasto público a

despesa financeira. Segundo o plano de administração federal da dívida, relatório da Secretaria do Tesouro Nacional, trata-se de montante concentrado numa parcela muito minoritária da sociedade.

Por isso, nós, Parlamentares de vários partidos, já estamos nos movimentando fora da Câmara e do Senado para criarmos um contraponto a essa proposta que o Deputado Delfim Netto começa a vender – “vender o peixe”, no bom sentido. Ela não é nova, é cheia de vícios, trata privilegiadamente um setor do gasto público em detrimento de outros segmentos importantes para a sociedade. Se não olharmos para isso, vamos ver o quê?

Para concluir, Sr. Presidente, vou apresentar outro dado de tabela oficial. A dívida interna líquida do setor público, Governo Federal e Banco Central, em 1994 e 2004. Em 1994, 6,5% do PIB; em 2004, 25,8% do PIB. Em valores: 33 bilhões e 400 mil para 477 bilhões e 400 mil. Isso significa processo progressivo de transferência de renda, transferência da carga tributária, que a maioria da sociedade paga e que deveria ser equilibradamente administrada para crédito ou investimento, para financiamento da infra-estrutura, para aparelhamento adequado do Estado brasileiro, a fim de prover serviços adequados à sociedade, transferência de carga tributária de 40% do PIB. Também não se fala em reduzir a carga tributária, ora porque a lei de responsabilidade quer compensações ora porque não se quer mexer na carga tributária, em função dos encargos que o Estado tem de honrar.

Então, por que há essa ênfase monotonal, exclusiva, até com certo viés de interesse? Ao se fazer referência a gasto público, fala-se apenas em pessoal, encargos sociais, custeio, administração, despesas correntes, deixando-se de fora despesas de natureza financeira. E são elas que vêm sendo privilegiadas nesse sentido.

Encerro lembrando o que V.Exa. nos disse em novembro: um Estado e um país que convivem com inflação alta perdem perspectivas no futuro, perdem a visão do rumo. E eu respondi a V.Exa. que um Estado “sobreendividado” também não tem capacidade de investimento. Esta é a situação: estamos numa eminente insustentabilidade fiscal. Por isso, prospeira agora a tese de superar o superávit primário para que engula o déficit nominal, aumentando de 20% para 40% a desvinculação de recursos, revendo a Emenda Constitucional nº 29, de financiamento para a saúde. Mas ninguém aparece para dizer que temos de estabelecer limites para os encargos financeiros, limites para as taxas de juros. É como se isso fosse uma despesa blindada. Já que a palavra está tão em moda, blindou-se a despesa financeira. Ela é intocá-

vel. Congelou? Nem tanto, porque, se pusermos um foguinho embaixo, ela derrete.

Essa é a questão central. Afirmam que uma das formas de se ver o impacto fiscal da política macroeconômica é a relação da dívida líquida. Não se trata somente disso. Quando nos debruçamos sobre ela para verificar a sua componente interna, vemos que, ao contrário, o que fez cair a relação dívida líquida/PIB não foi o impacto da política monetária sobre a dívida líquida interna, mas sim a apreciação do real frente ao dólar; foi o aumento das reservas cambiais; foi o próprio crescimento do PIB, em 2004. O componente interno não os reduziu. Pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo)

– Encerre, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO

– Essa questão tem de ser tratada de forma transparente, não pode ser vista como um dogma. Como nos parece, continua tendo hegemonia sobre as demais concepções de tratamento das contas nacionais, da política monetária, creditícia e do impacto fiscal para o conjunto da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo)

– Vamos ter mais um bloco. Então, para fechar o bloco atual, vamos ouvir o Sr. Deputado Ronaldo Dimas.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Obri-

gado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Henrique Meirelles – agora, Ministro –, V.Exa. é uma pessoa de muita sorte, não só em relação ao Banco Central, mas à vida também, por seu trabalho, por ser uma pessoa respeitada, com muito crédito, que traz muito orgulho a Goiás e também ao Brasil, uma vez que alçou o banco posição tão importante em âmbito mundial.

V.Exa. é uma pessoa de muita sorte, porque vivemos uma grande abonação econômica, em termos mundiais, embora não tenhamos, infelizmente, nestes últimos 2 anos, acompanhado o nível de crescimento de muitos países do Terceiro Mundo. Estamos muito longe de alguns países, como a China e a Índia, que têm a mesma capacidade de investimento do Brasil. Essa é uma das questões que apresento.

A outra questão, também relacionada a esse tema, é que não houve neste período nenhuma crise. Dois pontos são importantes para segurar uma crise, de acordo com meu ponto de vista, e eles foram utilizados duas ou três vezes, pelo menos, no Governo passado, que enfrentou crises mundiais. Um deles é a taxa de juros. Se há uma crise, automaticamente eleva-se a taxa de juros. No entanto, estamos vivendo um patamar elevadíssimo de juros, que dificilmente deixa brechas para que haja elevação momentânea, caso seja necessário. A outra estratégia é o superávit primá-

rio, a liquidez do País, basicamente. Mais uma vez, a política implementada foi de elevar esse superávit. Por incrível que pareça, a própria base do Governo está lhe fazendo críticas, porque não existe dinheiro para investimento, para políticas sociais, para infra-estrutura e para outras atividades do País. Tudo está indo para o ralo econômico, a fim de segurar uma inflação. Não sei se esse é o caminho adequado.

Um terceiro ponto, eminentemente político, é que V.Exa. ocupa um cargo de confiança e é um dos nomes cotados para o Governo de Goiás. Enquanto isso, está na imprensa de Goiás – vejo muitos goianos passeando por aqui, sinal de seu prestígio –, que o Presidente Lula está falando em fazer a reforma ministerial, e todos os candidatos ou pré-candidatos estarão dando lugar a não candidatos. V.Sa. vai permanecer no Banco Central ou será realmente candidato por Goiás?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo)

– Passamos a palavra ao Sr. Ministro, para suas considerações finais.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Va-

mos começar, portanto, pelas perguntas do Deputado Gilmar Machado.

Deputado, gostaria de deixar bastante claro um ponto, em relação à minha resposta ao Deputado Sérgio Miranda. Não compete ao Banco Central, evidentemente, influenciar ou determinar o que deve ou não constar da LDO. Eu disse exclusivamente que – frente a um pedido específico do Deputado, a respeito de determinadas informações – as áreas técnicas do Banco Central, dentro de um critério de transparência, farão, como sempre o fizeram, todo o esforço necessário para fornecer essas informações. Em nenhum momento disse que isso deve entrar na LDO, porque o Banco Central acha isso ou aquilo. O Banco Central entende que a LDO é uma prerrogativa do Congresso Nacional e, depois, do Sr. Presidente da República. Eu disse apenas que, evidentemente, proclamamos a nossa absoluta aderência às determinações. De maneira que, diante de qualquer mudança na LDO, estaremos prontos a segui-la, como sempre ocorreu em outras circunstâncias.

Quanto à questão da política restritiva ao setor público – a primeira pergunta de V.Exa. –, essa não é uma decisão do Banco Central, mas do Conselho Monetário Nacional. Sou membro votante, evidentemente, do Conselho Monetário Nacional, mas não é o Banco Central que determina isso. O Banco Central simplesmente controla os limites, sob determinação do Conselho Monetário Nacional.

Os limites de endividamento do setor público estão incluídos claramente na questão geral que está sendo discutida aqui: da dívida pública no Brasil, dos

juros etc. À medida que aumente cada item de endividamento, teremos mais expansão da despesa pública naquele setor e maior aumento da dívida.

Em resumo, como V.Exa. disse, com muita clareza, o grande desafio de governar é escolher as prioridades: vai-se investir numa estrada nesse Estado, ou num posto de saúde, ou num hospital noutro Estado; em infra-estrutura ou em Previdência Social; vai-se diminuir gastos e carga tributária ou aumentar gastos e carga tributária, aumentando-se a dívida?

Não compete ao Banco Central opinar sobre todos esses fatores. Essa decisão cabe à sociedade, por intermédio dos seus órgãos de representação, Congresso Nacional e Executivo, de que faz parte o Conselho Monetário Nacional.

Portanto, o que posso fazer é levar ao Conselho Monetário Nacional a observação de V.Exa. sobre esse item específico – os limites de endividamento do setor público – e seu pleito no sentido de que esses limites sejam revistos. Certamente, ela será levada à próxima reunião do Conselho.

Em relação à política anticíclica, é importante mencionar, Deputado, que se trata de política discutida em diversos países. É algo que realmente tem sido seriamente pensado. Sugerimos cuidado quanto à sua interferência em aspectos mais gerais, inclusive a famosa relação dívida/produto.

Em suma, discutir a questão anticíclica é válido, mas é muito importante ter em mente que em momentos de crescimento da economia é que se pode pagar maior parcela da dívida – é o que V.Exa. sugere – e não em momentos de crescimento menor. É preciso tomar um pouco de cuidado em momentos de menor crescimento, porque, dependendo do tamanho do componente anticíclico, pode haver elevação da dívida. Isso poderá ter outras consequências, que precisam ser analisadas com muito cuidado.

Uma coisa é o conceito, outra coisa é a situação. Quando a economia está crescendo, poupa-se um pouco mais e paga-se mais dívida. Quando cresce menos, temos de expandir para contrabalançar. Mas isso pode ter como efeito uma perigosa elevação do endividamento.

Deputado, não estou aqui, de maneira nenhuma, emitindo juízo de valor. Estou apenas respondendo à pergunta de V.Exa., manifestando o que temos observado em diversos países do mundo.

Os juros aparecem em várias perguntas dos senhores – é absolutamente normal que isso ocorra. V.Exa. pergunta se há limite para despesas da União (17%), por que não se estabelece limite para os juros. O Deputado Ricardo Barros pede-me que explique em “populês” – ou seja, com muita clareza – a questão

dos juros altos no Brasil, do déficit zero, do componente juros. O Deputado Nazareno Fonteles pergunta por que não há metas de crédito, metas para *spread* bancário, metas de emprego etc., além de metas de inflação. O Deputado Paulo Rubem pergunta: por que não aumentar as metas de crédito, para que isso possa gerar mais crescimento e fazer crescer mais o produto? Por que não dar mais ênfase ao crescimento na questão da relação dívida/PIB? Por que não fixar limites para juros?

E o Deputado Ronaldo Dimas menciona o risco de a crise ser aguçada por um nível elevado de juros.

Há uma série de perguntas referentes aos juros. Seria interessante falar sobre a questão como um todo, em vez de ficar respondendo pedaço por pedaço.

Assim, em primeiro lugar, diria que, de fato, os juros reais são altos no Brasil em comparação com outros países, mas eles têm caído progressivamente ao longo dos últimos anos. De 1999 para cá, os juros reais médios caíram pela metade, quando comparados ao período entre 1994 e 1999. Os juros reais médios de 1994 a 1999 eram aproximadamente o dobro dos praticados de 1999 para cá. E, no período de 2004 a 2005, eles caíram a dois terços do valor médio do período de 1999 a 2003.

Portanto, os juros reais têm caído consistentemente no Brasil, em resposta à melhora progressiva nos fundamentos macroeconômicos brasileiros. E é nossa expectativa que esse processo continue nos próximos anos. Então, é muito importante que levemos esse aspecto em conta.

Como já mencionei, não há dúvida de que nós, do Banco Central, temos grande interesse em que as taxas de juros caiam – e para isso nos empenhamos. O que não podemos fazer, pois a nossa responsabilidade nos impede, é adotar medidas artificiais, como se fez em diversos países e mesmo no Brasil, medidas que podem causar alívio momentâneo e depois gerar desastre, a crise que mencionamos.

Voltando à pergunta do Deputado Ricardo Barros sobre o porquê de os juros no Brasil serem altos, acredito que para responder tenho de deixar o papel de Presidente do Banco Central e me colocar no papel de analista, porque a questão dos juros altos extrapola em muito a competência do Banco Central, que é fixar a taxa base, a Taxa SELIC. O que influencia, de fato, a atividade da economia são os juros de mercado, principalmente os de médio prazo – e esses não são controlados pelo Banco Central.

Aliás, no passado, em alguns momentos o Banco Central forçou um pouco a taxa de juros para baixo – mais do que o mercado entendia ser adequado para o País naquele momento –, e as taxas de juro de médio

prazo do mercado subiram, prejudicando o crescimento econômico. Portanto, o Banco Central não tem, como se imagina, controle absoluto sobre a taxa de juros. Para definir a taxa de juros adequada, o BC considera diversos fatores, como meta de inflação a cumprir e outros. O Banco Central faz a sua avaliação.

Voltando à sua pergunta, Deputado – e não estou definindo o porquê de o Banco Central fazer isso ou aquilo; faço meramente uma análise –, há de se considerar vários aspectos. Primeiro, durante muito tempo, o Brasil teve hiperinflação. Isso tem uma história e envolve certo risco. Segundo, mesmo depois da estabilização, o Brasil tem enfrentado crises periódicas, por vulnerabilidades diversas. Em 2002, tivemos uma crise cambial que levou à depreciação do real. Em consequência, a inflação subiu muito, e rapidamente, o que gerou instabilidade e criou o que se chama de “prêmio de risco de inflação”, quer dizer, fez com que as pessoas que estavam investindo tivessem receio da inflação no futuro. Isso é uma coisa mais recente que se soma ao histórico de hiperinflação do passado.

Esta é uma das razões por que a taxa de juros média real está caindo nos últimos anos: o País está ficando mais estável, a parte fiscal está melhorando, a Lei de Responsabilidade Fiscal está sendo aplicada, a relação dívida/PIB está caindo, o regime de metas de inflação foi estabelecido, e o Brasil hoje já tem mais crédito nesse aspecto. Então, esse prêmio está caindo.

Com o devido respeito, alguns Parlamentares dão excessiva ênfase à relação dívida/PIB, o que é muito importante, porque a relação Dívida/PIB é que mede a capacidade de pagamento do setor público de qualquer país. Se a dívida é muito grande quando comparada ao produto, claramente ela será mais difícil de ser paga, claramente as taxas de juros tenderão a ser maiores. O mesmo acontece com uma empresa que está em grande dificuldade: ela normalmente pagará taxas de juros maiores do que uma outra empresa que está bem.

Portanto, o Brasil está indo no caminho certo. As taxas de juros reais vêm caindo paulatinamente e está diminuindo o endividamento do País. Ao mesmo tempo, isso aumenta a resistência do País aos choques internos e externos, com reconstituição de reservas e saldo comercial, o que envolve outro tipo de risco – já falei do risco de inflação e do risco da dívida e estou falando agora do risco externo.

Houve períodos, Deputado, em que o Brasil precisava, a cada ano, ir ao mercado internacional financiar mais de 6% do seu produto. Era o déficit em conta corrente. Para um país como o Brasil financiar 6% do seu produto nos mercados internacionais é muito.

Ficávamos sujeitos aos humores dos mercados internacionais, aos chamados fatores de aversão ao risco. Quando o fator de aversão ao risco subia, o Brasil tinha crise, tinha problemas, tinha dificuldades.

Portanto, é muito importante toda essa profunda transformação da economia brasileira. O Brasil hoje tem um superávit comercial elevado e tem saldo em conta corrente, o que significa que não está tendo necessariamente de financiar determinado valor. As necessidades de financiamento caíram em função disso. O Brasil diminuiu outras vulnerabilidades, como a dívida indexada ao câmbio, um problema terrível. A qualquer receio, saía recurso do País, o dólar subia, a dívida era indexada ao câmbio em grande parte – quase 40% –, subia a dívida como um todo, as pessoas se preocupavam com a dívida, corriam para o dólar, que subia ainda mais. Esse círculo vicioso foi quebrado. Hoje, pouco mais de 4% da dívida doméstica estão indexados ao dólar. Esse fator dá credibilidade do País.

Em resumo, a alta de juros é fruto de uma série de grandes, profundos e complexos fatores.

Tenho visto com otimismo a opinião de alguns analistas, inclusive alguns críticos do Banco Central. E, com satisfação, li artigo de um grande analista, que, com muita clareza, diz que, de fato, pela primeira vez em muitos anos, estamos conseguindo vencer a inflação no Brasil e termina o artigo com uma frase interessante. Diz ele que deveríamos gastar *“um minuto para elogiar o Banco Central e o resto do ano para discutir por que os juros são tão altos no Brasil”*. Trata-se de boa sugestão, porque a discussão sobre os juros altos não cabe simplesmente ao Banco Central. Por ser uma questão complexa, merece ser discutida por toda a sociedade brasileira.

Pergunta também o Deputado Ricardo Barros se o aumento de empregos se dá pela formalização.

Deputado, não há relação direta entre uma coisa e outra, na medida em que não temos registro do trabalho informal em razão da própria definição da informalidade. Não tenho como afirmar com certeza se o trabalho informal cresceu, se o trabalho formal cresceu e quantos trabalhadores hoje de carteira assinada são provenientes do trabalho informal. Não disponho desses números. O que posso fazer é repetir algo que já mencionei.

Existe uma pesquisa mensal de emprego do IBGE que nos dá uma visão do emprego como um todo nas regiões metropolitanas, formal e informal, e existem os números do CAGED, do Ministério do Trabalho, sobre a evolução do trabalho formal no País inteiro – não se trata de pesquisa, mas de dados reais sobre os registros em carteira assinada. Segundo essas fontes, cresce o emprego formal e cresce o emprego total nas regi-

ões metropolitanas, formal e informal. Isso, portanto, indica que não está ocorrendo mera transferência de emprego informal para emprego formal em função de melhor fiscalização do Ministério do Trabalho.

Dados do IBGE mostram que, nos últimos 12 meses, houve uma elevação de 4,46% no emprego com carteira assinada e de 5,86% nos empregos sem carteira nas regiões metropolitanas.

Como disse, os dados do CAGED são nacionais, são dados efetivos, e os dados do IBGE se referem apenas às regiões metropolitanas. Mas vemos que, nas regiões metropolitanas, há claramente essa correlação. Tanto que aí o emprego sem carteira cresceu 5,8%, contra um crescimento de 4,46% com carteira assinada. Mas as indicações são de que o emprego como um todo está crescendo.

Quanto a saber se seríamos favoráveis a uma troca das dívidas das concessionárias por uma dívida com custo mais barato, por meio, por exemplo, de empréstimo do BNDES, não sendo o custo desse empréstimo transferido para tarifa e, portanto, permitindo uma tarifa mais baixa, devo dizer, Deputado, que isso se enquadra exatamente no tipo de questão que se está discutindo no exame da LDO. E tenho certeza de que é discussão recorrente no Congresso Nacional a alocação de recursos. Teríamos, claramente, frente à sua proposta, parte dos recursos disponíveis da União transformando-se em subsídio para as concessionárias, pressupondo que elas repassariam o subsídio para o consumidor. É importante mencionar apenas que isso compete diretamente com outras necessidades de recursos da União – saúde, educação, infraestrutura, transporte.

Não me caberia, apesar de me sentir honrado com que os Deputados expressam a respeito do poder do Banco Central – e vou me referir a isso em algum momento –, opinar sobre algo cuja definição é prerrogativa expressa do Congresso Nacional: as prioridades na alocação do recurso público.

A terceira pergunta do Deputado é: por que motivo o Brasil cresce menos do que outros emergentes? Essa é uma pergunta importante, Deputado – como as demais aqui feitas.

Aliás, gostaria de dizer, com toda sinceridade, que este talvez seja um dos momentos mais importantes do ano para o Presidente do Banco Central. Vir a esta Casa para responder às questões feitas pelos Parlamentares é, de fato, muito importante.

Por que alguns emergentes crescem mais do que o Brasil? Vamos tomar como exemplo a China. Ela tem uma taxa de poupança enorme em relação ao seu produto interno. Os números informais – digamos assim, porque às vezes se discute muito as estatísticas da

China – mostram uma taxa de poupança e investimento substancialmente superior à brasileira.

Então, o que ocorre? Na China os trabalhadores têm muito menos direitos sociais do que há no Brasil. Além disso, têm muito menos direitos trabalhistas, uma segurança social muito mais frágil do que a brasileira e uma despesa com previdência social também muito mais baixa. Tudo isso se reflete em alta taxa de poupança que gera elevada taxa de investimento no país. Muitos chineses reclamam disso, acham que a China deveria fazer coisas similares ao que já fez o Brasil, como dar maior segurança para o trabalhador. Na China se trabalha 6 dias por semana. Lá, para muitos trabalhadores, a semana de trabalho é de 72 horas. De fato, o nível de trabalho é muito intenso, e os direitos sociais são muito baixos. Isso leva a elevado nível de poupança.

Eu diria que a questão fundamental é esta: escolha da sociedade. Mas existem diversos outros aspectos. Posso citar a questão populacional – a China controla o fluxo populacional – e os investimentos históricos em educação, como a Índia fez durante muitos anos, além de série de outros fatores. O setor público, por exemplo, em alguns desses países, é muito menor. No Chile, o total de gastos do setor público é de cerca de 17% do produto interno do país, portanto, muito menor do que o brasileiro. Em consequência, sobram mais recursos para investimento.

O que quero dizer é o seguinte: existem diversas questões a discutir, mas o importante é que as taxas de crescimento no Brasil estão aumentando. Crescemos 4,9% no ano passado – a taxa média de crescimento foi muito menor no passado. Para este ano, as previsões de crescimento estão muito acima da taxa média. Prevemos crescimentos superiores nos próximos anos. Esse o primeiro ponto.

Segundo: não se pode esquecer, quando se fala em menor crescimento do Brasil, das crises periódicas decorrentes de todas essas vulnerabilidades que já mencionamos. Isso está sendo equacionado. O Brasil está saindo desse padrão de crises periódicas.

Em resumo, esses são os fatores que fazem com que as taxas de risco venham caindo. Como mencionei, as taxas de juros reais vêm caindo, e tendem a continuar caindo. O importante é seguirmos trabalhando para que as taxas de crescimento no Brasil aumentem muito nos próximos anos.

O Deputado Nazareno Fonteles pede opinião sobre o aumento da composição do Conselho Monetário Nacional. Evidentemente, essa decisão não cabe ao Banco Central.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, faltou falar sobre o déficit zero.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Desculpe, V.Exa. tem razão.

O déficit zero é, de fato, uma proposta que tem diversos componentes, e não vou entrar no mérito de cada um deles. Direi apenas que, como proposta de diminuição do déficit nominal que vise dar maior flexibilidade de gestão ao Governo, ao próprio Congresso Nacional e ao Executivo, ano a ano, com uma desvinculação maior de receitas e despesas, à medida que isso possa gerar queda de novo na relação dívida/PIB e diminuir o fator de risco, certamente será favorável para a política monetária de médio e longo prazos, será favorável para o País. Medidas que viabilizem, em última análise, a diminuição do endividamento público parecem-me positivas.

Alguns Deputados já mencionaram, com muita clareza, pontos específicos e, portanto, não vou entrar nesse debate. Também não me cabe fazê-lo, porque esse debate será feito pelas duas Casas do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Quero agradecer, Sr. Presidente, e transferir o tempo que me é destinado à réplica ao Deputado Paulo Rubem Santiago, que certamente está mais bem preparado para o debate sobre execução orçamentária.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Modéstia sua, Deputado, suas perguntas foram excelentes, independentemente dos méritos do Deputado Paulo Rubem Santiago.

Respondendo ao Deputado Nazareno Fonteles, volto ao assunto do Conselho Monetário Nacional. Não sou membro do Conselho Monetário Nacional, portanto, não me compete dizer se o Conselho deve ou não ser aumentado. Essa decisão extrapola as competências do Banco Central.

Existem vantagens e desvantagens. Uma grande ampliação do Conselho, com a inserção de representantes de diversos segmentos da sociedade precisa ser analisada com relativo cuidado, porque, em última análise, quem representa a sociedade é o Congresso Nacional. Ele, sim, faz o julgamento do Governo como um todo.

Tentar replicar a representação da sociedade no Conselho Monetário Nacional é algo sem precedente na democracia, inclusive porque há desafios importantes. Quem será representado? A indústria? O comércio? Os trabalhadores? De que setor e representado por que federação? E os serviços? E os militares? E os funcionários públicos? É muito complicado.

Não estou opinando, mas apenas levantando pontos cujo debate é muito importante. Sou mero membro votante – os Presidentes do Banco Central o são –, e estarei, obviamente, preparado para participar ou não

de qualquer órgão, segundo a determinação do Executivo. Mas é evidente que os membros do Conselho são apontados pelo Presidente da República, que, em última análise, é eleito pelo povo brasileiro. Menciono esse aspecto, mas não vou me estender muito sobre algo que não é da minha esfera de decisão.

Agora a pergunta: por que não há metas de crédito, metas de *spread* bancário, metas de emprego, metas de redução de desemprego etc.?

Devo dizer, Srs. Parlamentares, que fico muito honrado com essa visão que se tem do poder do Banco Central, do poder que temos de controlar todos os diversos setores da economia. Infelizmente, devo-lhes dar uma má notícia: não temos esse poder todo. Esse poder é mais percebido do que real. Não controlamos, por exemplo, a criação de empregos, não controlamos o crédito concedido por instituições oficiais e privadas. Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e demais bancos públicos e privados concedem créditos ao seu melhor julgamento.

Uma série de fatores levam ao aumento do crédito. A estabilidade da economia, por exemplo. O trabalhador hoje sente mais confiança em tomar dinheiro emprestado.

Um dos senhores mencionou, até com preocupação, o fato de que o crédito para aposentados está aumentando muito, que as famílias estão insistindo com os aposentados para tomarem empréstimo. É importante que o Banco Central não se arrogue o papel de impor aumentos de crédito à população, primeiro porque não tem esse poder e, segundo, porque seria antidemocrático, autoritário. O aumento do crédito depende da disposição dos cidadãos e cidadãs de se endividarem, de quererem tomar empréstimo ou não, da decisão das empresas de quererem tomar empréstimo ou não e da decisão dos bancos de emprestarem ou não. Os maiores bancos do País são oficiais, e eles decidem, baseados no seu melhor critério de julgamento, pelo interesse público.

O caminho para o crescimento do emprego e para o crescimento do crédito são medidas que estão sendo tomadas na perseguição das metas de inflação, de disciplina fiscal, de estabilidade da economia, etc.

O mesmo digo em relação à meta de emprego. O Banco Central não tem poder para criar emprego, mas, certamente, tem grande satisfação em ressaltar que o emprego no Brasil está crescendo a taxas sem precedentes. E isso é resultado da política econômica, independentemente de o trabalho do Banco Central ter influenciado pouco ou muito nesse aspecto.

A última pergunta do Deputado Nazareno Fonteles se refere ao grande poder dado ao Presidente do

Banco Central. Questiona o Deputado como se pode diminuir esse poder.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que fico muito honrado, muito enaltecido pelo fato de o Deputado julgar que tenho tanto poder assim. Na realidade, não tenho. Limito-me a fixar algumas variáveis básicas, como metas de taxa de juros, SELIC, taxa base.

Como já mencionei, sequer temos tanta liberdade assim. Em alguns momentos, não só no Brasil como em outros países, quando o Banco Central tentou tomar medidas tecnicamente inadequadas, o resultado foi muito negativo. Estamos sujeitos a rígida disciplina: as metas de inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional. Na realidade, temos obrigações muito claras, e todas as vezes que o Banco Central não cumpre a meta o seu Presidente tem de escrever – como fiz no início de 2003, explicando 2002 – uma carta ao Ministro da Fazenda explicando por que não cumpriu as metas de inflação. Isso mostra com muita clareza as limitações de poder do Banco Central.

Evidentemente, se compararmos o Banco Central do Brasil com bancos centrais de outros países, eu diria até que o nosso tem muito menos poder do que os de outros países, principalmente porque a maioria deles hoje são independentes juridicamente. Por exemplo, os diretores do Banco Central do Chile e os membros do Conselho de Política Monetária têm mandatos de 10 anos, e só são demissíveis por fatores muito específicos. Nos Estados Unidos, o mandato é ainda mais longo. Na Itália, o Presidente do Banco Central tem cargo vitalício. Não estou propondo que seja vitalício no Brasil, absolutamente. E, independentemente de eu não querer, acho que não deveria.

O fato é que o Banco Central do Brasil não tem tanto poder assim. Estamos sujeitos à disciplina da sociedade, às metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional, e todos os cargos ficam absolutamente à disposição do Sr. Presidente da República. Todos são demissíveis *ad nutum*.

Passo agora às perguntas do Deputado Paulo Rubem Santiago. Primeiro, a relação dívida/PIB. Indaga o Deputado se em vez de nos concentrarmos no numerador não deveríamos nos concentrar no denominador, aumentando mais o produto, por exemplo, aumentando mais o crédito.

Falando novamente na questão das metas de crédito, por que não dar mais ênfase ao crescimento? Vai na mesma direção.

Em última análise, Deputado, o objetivo de qualquer política econômica é o maior crescimento econômico. O que se discute não é se devemos crescer ou não, se temos ou não o objetivo de crescer. É claro que temos o objetivo de crescer. Qualquer política eco-

nômica, particularmente a brasileira, tem o objetivo de crescer o máximo possível. O que se discute é como crescer, o que fazer para crescer.

Uma das conclusões a que chegamos, após análise de experiências, é a de que a diminuição do endividamento público – esse, sim, um fator fundamental – e a inversão da trajetória de crescimento do endividamento público, que existiu no Brasil durante muito tempo, levam à diminuição das taxas de risco, o que leva, a médio prazo, à diminuição das taxas de juros – está acontecendo no Brasil, como disse, a longo prazo – e gera maior disponibilidade de recursos para investimento pelo setor privado, além de maior estabilidade da economia e maior capacidade de financiamento do setor público.

O que existe é uma conclusão empírica, não só a partir da realidade brasileira, mas de diversos países, de que a diminuição do endividamento público favorece o crescimento do País, ao contrário do que se pensou durante muitos anos.

Não existe essa decisão de esquecer um pouco a dívida pública e apenas concentrar em crescer um pouco mais. Não. Estamos nos concentrando em crescer, mas, para crescer, temos de diminuir o endividamento público, diminuir o fator de risco e, com isso, diminuir, a longo prazo, a taxa de juros, ter mais recursos disponíveis para investimento no setor privado. Portanto, ter mais recursos disponíveis para o crescimento.

Em função disso, podemos ter também outras discussões. Por exemplo, a relativa à pergunta seguinte de V.Exa: por que não estipular um limite para a taxa de juros? Por uma razão muito simples, Deputado. A inflação já foi combatida de diversas maneiras no mundo. No Brasil já fizemos tablita, congelamento, enfim, inúmeras coisas para combater a inflação. Infelizmente, fracassamos muito. Tivemos também o controle da taxa de câmbio, que gerou problema mais na frente. Muitos países tentaram isso. Muitos tentaram, durante muito tempo, com relativo sucesso, o controle dos agregados monetários, meta de agregado monetário. Não vou entrar nessas tecnicidades, mas o fato concreto é que isso foi superado pela evolução da economia. E a experiência mostra que a taxa de juros é o instrumento de política monetária mais eficaz para o controle de inflação. E o sistema de metas de inflação é o mais eficaz para coordenar as expectativas da sociedade, aplicando-se o instrumento de política monetária para maior controle da inflação.

Portanto, o risco de se estabelecer limite constitucional, legal, jurídico ou pelo Conselho Monetário para taxa de juros daria uma sinalização de que o Banco Central não tem todas as condições de combater a inflação. Isso poderia levar a inflação a subir, o

que seria negativo para o País, e poderíamos perder o controle da inflação.

Portanto, é muito importante deixar claro que queremos a menor taxa de juros possível. Todos queremos que isso aconteça com o correr do tempo, mas temos de tomar as medidas necessárias. Para tanto é necessário que a inflação, durante vários anos, esteja de acordo com as metas a fim de que todos confiem na economia do País, na política monetária e no Banco Central, como acontece em outros países.

Agora as perguntas do Deputado Ronaldo Dimas. A primeira, relativa à taxa de crescimento menor do que os emergentes, já respondi. A questão da alta taxa de juros também já foi respondida. A última pergunta do Deputado é, considerando-se a homenagem e o prestígio que me passam os meus colegas de Goiás, se eu serei candidato a Governador de Goiás no ano que vem. A minha resposta é não.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – O PSDB lá já estava satisfeito, Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, apelo para V.Exa. no sentido de que me deixe fazer uma brevíssima réplica em relação à resposta do Dr. Henrique Meirelles.

Observei, Dr. Henrique Meirelles, que V.Exa. recorreu várias vezes às mesmas expressões. Todos nós, por vício ou por dever de ofício, contentamo-nos, às vezes, em responder dessa forma. V.Exa. foi muito hábil ao responder algumas questões – não lhe estou faltando com a gentileza, nem sendo agressivo –, mas, se eu lhe devolver as mesmas expressões, faltará resposta.

Perguntei por que não há ênfase em reduzir a relação dívida/PIB com foco centrado no crescimento do PIB. V.Exa. respondeu que não há discordância quanto a isso, que o problema está em como promover esse crescimento. E V.Exa. insistiu que é preciso reduzir a dívida, mas não disse como. Há contradição nisso.

Disse V.Exa. ainda que todos queremos o menor juro. Não é verdade. Não digo que V.Exa. ou o Banco Central não queiram, mas que nem toda a sociedade quer. Afinal, há uma parcela que ganha com isso – essa é a regra da macroeconomia –, porque financia o déficit público. Uma parcela da sociedade não quer o menor juro, como se vê, de uma forma ou de outra, em notícias de jornal.

Ainda ontem li notícia da *Agência Estado* que começava dizendo: “*Analistas do mercado estão preocupados com a proposta do Relator*”. Nunca pensei que o Deputado tivesse tanto poder. Quem são os analistas do mercado? Eles não têm cara, não têm nome, não têm CPF, não têm e-mail. Essa é uma forma cínica de

alterar a formação da opinião pública e de manipular informações.

Não é, portanto, verdade que todos queremos juros baixos. Pequena parcela da atividade econômica privada quer maiores taxas de juros, porque isso lhes permitirá maior rentabilidade em seus investimentos.

V.Exa. disse mais, que a questão dos juros não pode ser tratada mediante parâmetros ou limites. Temos a Agência Nacional de Telecomunicações que estabelece, de acordo com os contratos, o reajuste das tarifas de telecomunicações. Temos a Agência Nacional de Energia que estabelece, de acordo com os contratos e o marco regulatório, o reajuste das tarifas. Temos a Agência Nacional de Saúde e outras tantas Agências que estabelecem reajustes. Por que não há um mecanismo de estabelecimento do preço do crédito no Brasil? É o único setor da atividade econômica que não tem eira nem beira, não tem, de parte do Estado nem de parte da sociedade, parâmetro algum.

Por que essa desigualdade no setor econômico, na esfera financeira que vende crédito? Não é pecado, não é crime; é legítimo, é democrático e necessário, mas não há parâmetro. Por que não, se há para todos outros segmentos? Alguns têm até algumas benfeitorias. Se os contratos de energia tivessem outros indicadores, a tarifa do setor energético seria muito menor no Brasil.

Então, devolvo-lhe a pergunta. Diz V.Exa. que é preciso reduzir a dívida. Mas por que o mecanismo de redução da dívida não interfere nos fatores que fazem com que a dívida cresça?

Insistimos nessa lógica de que a taxa de juro é o instrumento mais eficaz para promover a redução da inflação – e há nisso componente real, verdadeiro –, mas ela não incide sobre preços administrados, não incide sobre preços agrícolas sazonalizados, não incide sobre preços tributados, como o preço dos combustíveis, cuja metade é representada pela CIDE e pelos impostos. Juro não incide sobre isso. Combustível é insumo. Energia é insumo.

Não é totalmente verdadeiro, do ponto de vista da eficácia, que a taxa de juros é o remédio ideal, até porque tem brutal efeito colateral na dívida e, segundo V.Exa. disse, todos a queremos reduzir.

Sinto alergia quando, em debate econômico, ouço dizer que somos populistas, que queremos a volta da inflação. Não é verdade. Ninguém no País quer isso, até porque, quem ganhava antes com a inflação elevada, continua ganhando hoje com o financiamento da dívida pública. A grande maioria continua nadando de braçada.

Concluo, Sr. Presidente, pedindo ao Presidente do Banco Central que destrinche um pouco mais essa

afirmação, que a passe por Raios X para vermos além da parte externa, para vermos a musculatura, o sistema venoso, a ossada, enfim, os órgãos desse sistema de redução da dívida. Tem de haver equilíbrio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Antes de passar a palavra ao Presidente Henrique Meirelles, quero dizer que estamos aqui há 3 horas exatamente, e ainda há vários oradores inscritos, mais precisamente 7.

Peço, então, aos Srs. Parlamentares que sejam econômicos em suas considerações, o que também peço ao Presidente do Banco Central, uma vez que a maior parte dos assuntos já está bastante esclarecida.

Como se sabe, Economia não é uma ciência exata e, portanto, suas questões podem ser discutidas infinitamente, por dias e dias. Os economistas se baseiam num axioma de estatística que diz: *“o que é constante no passado é provável no futuro”* – e, na realidade, não é assim.

Por tudo isso, peço também ao Presidente Meirelles que seja econômico nas suas respostas.

Com a palavra S.Exa.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Atendendo à determinação do Sr. Presidente desta Comissão, serei extremamente curto na resposta.

Em relação à redução da dívida, portanto, Deputado, o meio mais eficaz é por intermédio de superávits primários consistentes e persistentes no tempo. Tentativas anteriores de primeiro fazer crescer geraram deterioração nos índices e acabaram surtindo efeitos contrários. Foi o que aconteceu na década de 50, quando o Brasil tentou expandir a base monetária – meu avô chamava de tocar a viola à emissão de moedas. O Brasil expandiu a base monetária esperando que fosse crescer e compensar, mas, na realidade, só obteve inflação.

Não vou entrar em detalhes sobre como o superávit primário pode se conseguido, até porque essa é uma definição do Executivo e de V.Exas. – o Banco Central não tem ingerência nesse aspecto.

V.Exa. observa com muita clareza que juros não são o remédio ideal e têm brutais efeitos colaterais. Concorro. Esclareço que não disse serem o remédio ideal, apenas o mais eficaz para se combater a inflação, segundo a experiência dos diversos bancos centrais nos últimos anos, inclusive do Brasil. Outros remédios tentados, como correção, congelamento, tablita, controle da taxa de câmbio ou de agregados monetários etc. foram muito piores.

Em resumo, é o remédio mais eficaz e – de novo –, sendo aplicado consistentemente, com a inflação

convergingo para as metas de forma consistente em vários anos e com a disciplina fiscal etc., etc., etc. – novamente não me estenderei atendendo à determinação do Sr. Presidente –, faz com que as taxas de juros reais e as taxas de prêmio de risco tendam a cair ao longo do tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente Henrique Meirelles, sei que é um incômodo para V.Exa. vir a esta Casa, pois acaba recebendo críticas sinceras à esquerda e críticas oportunistas à direita, e evidentemente não consegue contemplar todos os companheiros.

Faço um elogio: apóio a linha adotada pelo Banco Central. Embora não seja economista, entendo que uma das razões que levou o País a atual situação foi o endividamento causado por políticas populistas ao longo de algumas décadas. É óbvio que não há mágicas na economia, mas renúncias e opções a serem feitas, e muitas vezes, para superar as dificuldades, opções duras. Não há facilidades. A riqueza não aparece do nada, ela tem de ser construída e tem de ser dividida.

Experiências do passado eu vivi. Fui sindicalista e fiz várias greves contra Plano Real, Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Collor, tentando recuperar a perda salarial dos trabalhadores, e vi que era coisa de momento: depois que passava aquela fase, estava novamente nas ruas. E acabei aprendendo que não se faz populismo com o Erário, não se faz populismo com política estruturante – depois de implementada, tem-se de dar tempo para ela se consolidar. Defendo isso com tranquilidade, mesmo que haja divergência na nossa bancada.

Sr. Presidente, sabemos que a taxa de juros é influenciada pela meta de inflação e que, muitas vezes, temos inflação de demanda, provocada por preços administrados – preços de contrato, tarifas de telefone e de energia elétrica, que muitas vezes as Agências Reguladoras são obrigadas a conceder, ou outros preços administrados, como é o caso do petróleo –, em cujo controle a taxa de juros não teria muita eficácia.

Pergunto: é adequada aquela proposta de retirar do núcleo da inflação esses preços administrados, para que se possa tão-somente aquilatar a inflação de demanda, sensível à taxa de juros? Pronunciar-se sobre isso não é competência do Banco Central, mas do Conselho Monetário Nacional. Portanto, pergunto se V.Exa., na qualidade de membro votante do Conselho, tomaria essa atitude.

E qual seria a condição do País hoje se as ações do Banco Central, as decisões de política macroeconômica do Governo tivessem sido tomadas em 1994? Se em 1994, em vez do Plano Real, tomássemos essa atitude, qual seria o cenário macroeconômico do País?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Fernando de Fabinho.

O SR. DEPUTADO FERNANDO DE FABINHO – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero registrar minha alegria e satisfação em poder participar desta brilhante explanação a respeito da situação econômica do País. Acho que quem tem uma base aliada como esta, que não está satisfeita com a situação econômica do País —e muitos dos seus membros já tiveram oportunidade de falar isso—, tem muito pouco a fazer.

Desejo fazer breves comentários, porque a sessão plenária está começando agora. Em abril, o CAGED deu a seguinte informação: 1 milhão, 250 mil novos contratos em carteira assinada; 250 mil demissões entre os que ganham acima de 2 salários mínimos, 400 mil novas contratações entre os que recebem menos de 2 salários mínimos. Com isso, sentimos que a folha de pagamento diminuiu.

Afirmou V.Exa. que a taxa real de juros vem caindo. De setembro de 2004 a junho de 2005, saímos de uma Taxa SELIC de 16,25% para 19,75%. De um IPCA esperado de 6,18%, chegamos em junho a 4,96%; de uma taxa real de 9,48% em setembro de 2004, chegamos em junho de 2005 com cerca de 14,9%. Mas vou pular esses outros pontos, V.Exa. já teve oportunidade de explicar a questão dos juros.

Afirmou também que não havia uma corrida para o dólar. O investidor internacional que aplicou recursos em títulos públicos brasileiros, desde o início de setembro de 2004, auferiu retorno de 41% em dólares, no período 10 meses, em decorrência da taxa de juros e da valorização cambial. Essa taxa corresponde a um retorno mensal de 3,5% em dólares, o que pode ser comparado com uma taxa anual de 3,1% nos Estados Unidos.

Esse extraordinário ônus financeiro pago pela economia brasileira é resultado de um regime de câmbio flutuante e da política monetária restritiva. Não vamos criticar uma nem outra. Mas faço a seguinte pergunta: o que deveria ter sido feito para que o País não tivesse pago ônus tão elevado? Seria um resultado primário mais elevado? Se a resposta for “sim”, V.Exa. discorda da política fiscal do Ministro Palocci. Se a resposta for “não”, V.Exa. não vê problema de o País pagar um ônus para sustentar a política de gastos do Governo.

Estou tecendo comentário antecipado porque não terei o prazer de ouvir a explicação de V.Exa.

Agradeço a oportunidade e peço desculpas por ter de me retirar, mas, como disse, está se iniciando a sessão em que será votada medida provisória e, na qualidade de Líder, tenho de estar presente ao plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Sr. Presidente, Sr. Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Um momento, Deputado, é a vez do Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Não, o Deputado Luiz Carlos Hauly foi embora. A Oposição foi embora, disse estar sem argumentos. O último representante da Oposição elogiou o Banco Central e foi embora. *(Risos.)*

Sr. Presidente, fico feliz por ver que uma das coisas que o Governo Lula tem mudado no Brasil é o fato de se chegar a um local qualquer e ver as pessoas falando de Taxa SELIC – “*Você viu? Aumentou de novo! Esse Banco Central é inflexível, aumentou de novo a Taxa SELIC!*” Acho muito bom isso. De certa forma, estamos angustiados por ver a Oposição, de qualquer jeito, tentar tecer críticas, algumas justas, outras não, mas estamos conseguindo, pelo menos, popularizar essas questões.

É claro que, se fizermos um levantamento nesta sala, verificaremos que a maioria das pessoas não sabe o que significa SELIC. Mas já entenderam: “*Ópa, essa taxa é básica, é ela que remunera os títulos e tal*”. Assim, estamos conseguindo implementar outra discussão, isto é, separar esse tema da taxa diária que incide no cheque especial do pobre mortal, que sempre está arrebitado e que nunca sai do negativo. Quando vemos aqueles dados, além da CPMF, dá-nos até um arrepio.

Participei do grupo que discutiu durante um ano e meio a Lei de Falências e lembro que, quando iniciamos o Governo, a média de *spread* bancário estava na faixa dos 150% ao ano, hoje parece estar entre 140%, 146%, conforme a última informação. Os bancos alegavam que o problema estava na nossa Lei de Falências. Inclusive, na Comissão de Finanças, tivemos um grupo de trabalho que analisou durante mais de um ano os motivos do *spread*. Ficava impressionado com aquilo. Os bancos alegavam – e diversos de seus representantes estiveram aqui – que o principal motivo do *spread* era a Lei de Falências, que era muito antiga, arcaica, não dava segurança etc.

Como essa lei foi sancionada recentemente e está vigorando há uns 2 meses, gostaria de saber se

o Banco Central já tem algum estudo em relação à redução do *spread*, algum mecanismo para baixá-lo, ou esse é um argumento fraco que, como sempre, os bancos acabam utilizando para ter mais lucros do que já têm?

Não sei quem é o atual representante ou coordenador das cooperativas de crédito no Banco Central. O Presidente Lula, há alguns meses, com sua simplicidade, disse que temos de começar a brigar com os bancos para que realmente reduzam as taxas. É óbvio que, quando os bancos oficiais começam a reduzir as taxas, mesmo a contragosto, diversos bancos privados fazem o mesmo.

Não tenho dúvida de que uma das principais fermentas é o crédito consignado. A Oposição pensa que os genros e noras estão obrigando seus sogros e sogras a emprestar dinheiro para comprar carro e pagar cartão, o que está trazendo outro tipo de endividamento. Esse é o argumento da Oposição, que até pode ter certa lógica.

O Banco Central, ou o Governo, não sei, resolveu fazer o levantamento das graves denúncias sobre as arapucas de algumas entidades que se denominam bancos. Segundo as denúncias, esses bancos estavam prometendo uma coisa e vendendo outra. Apresentadoras diziam na televisão: “*Olha, vem aposentado*”, mas, depois, além de emprestar dinheiro, queriam vender outros produtos.

Sr. Presidente, o que aconteceu neste último período em relação especificamente às cooperativas de crédito? Não preciso dessa resposta hoje, mas gostaria de tê-la daqui no máximo duas semanas. Quantas cooperativas de crédito foram instaladas e quantas estão ainda sendo analisadas no Conselho? Qual o principal óbice? São os sindicatos, as corporações? Há alguma legislação que dê mais segurança ao Banco Central a esse respeito?

Além disso, quero confirmar algo que realmente nos angustia. É óbvio que esse aumento da taxa básica trouxe problemas, conforme disse o Deputado que me antecedeu. Claro que os que ganham sempre, não sei quantos mil, mas provavelmente aqueles que freqüentam as lojas Daslu, ganham muito com a taxa alta. Ganham. O Deputado tem razão: há quem queira que os juros sejam o dobro do que são. O que esses que colocam notas editoriais nos jornais podem esperar, até o final do ano, a permanecer do jeito que está a economia, sem que haja nenhuma grande crise internacional? É possível claramente, dada essa conjuntura, que haja redução da taxa básica até o final do ano?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Assis Miguel.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO

Sr. Presidente, serei breve. Cumprimento V.Exa., Senador Gilberto Mestrinho, e o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Também não sou economista, mas todos temos de ter algumas noções básicas de economia.

Fui dirigente de cooperativa de crédito por algum tempo. Portanto, entendo um pouco do assunto, e conheço bastante o Dr. Sérgio Darcy, diretor da área no Banco Central.

Reforçando importante ponto levantado pelo Deputado Carlito Merz, creio que o debate sobre *spread* bancário realmente tem muito a ver com nosso sistema financeiro e bancário: sua pouca capilaridade e a concentração dos sistemas dos bancos nos últimos anos. Também vejo não como único caminho, mas um dos caminhos para resolvermos parte dos problemas deste nosso Brasil continental, que possui enormes diferenças regionais, o cooperativismo de crédito de base comunitária, como aconteceu na Europa há 100 anos. Nosso País precisa investir muito nisso. E o Presidente Lula tem a clareza, o entusiasmo, a vontade de fazer esse projeto caminhar. E V.Exa. conhece bem isso.

Nesse sentido, temos algumas inquietações em relação ao desempenho do cooperativismo de crédito, não por responsabilidade do Banco Central, mas talvez por deficiência estrutural da instituição. O art. 192, alterado por esta Casa por meio de uma PEC, foi desmantelado em favor de uma regulamentação do cooperativismo de crédito, mas até agora não fizemos movimento nesse sentido.

Por iniciativa própria, apresentei projeto de lei específica para o cooperativismo de crédito. Essa proposta está tramitando atualmente na Câmara dos Deputados, apensada a outro projeto. Qual a preocupação do Banco Central e do Governo nesse sentido? Ao longo dos mais de 10 anos em que acompanho essa questão, tenho sentido que essa tarefa é difícil, por mais vontade que tenha e esforço que faça o Banco Central. Parece que fica um pouco no acelerador e um pouco no freio, porque há realmente preocupação quando se trata do crescimento do cooperativismo de crédito quanto à sustentabilidade, à solidez e à segurança.

A minha proposta com esse projeto de lei era, em princípio, retirar do Banco Central a responsabilidade de autorizar e fiscalizar o surgimento das cooperativas de crédito. Depois caminhamos para uma outra idéia: criar no Banco Central uma diretoria específica para essa área. Foi isso que ficou no projeto que aqui apresentei. Então, queria saber qual a discussão travada no Banco Central sobre o assunto?

Além disso, há mais dois pontos que considero importante frisar. O primeiro é relativo ao BNDES. O

BNDES precisa flexibilizar mais o investimento público. Não sei o quanto o Presidente do Banco Central pode influir sobre isso, sei que responsabilidade direta não tem. Segundo, a forma como o BNDES trata as cooperativas de crédito. O banco poderia ser uma espécie de segundo piso para as cooperativas, mas não há internamente no BNDES uma estrutura preparada.

Por último, abordo a questão dos empregos. Mesmo que haja crescimento do número de trabalhadores que passaram do emprego informal para o formal com a assinatura de suas carteiras, a pergunta é: por que eles eram informais? Por hipótese, se 500 mil desses empregos saíram da informalidade para formalidade, quais fatores levaram a isso? Considero esse dado extremamente positivo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO – Sr. Presidente, inicialmente, cumprimento o Presidente do Banco Central por tudo o que disse até agora e, em particular, manifesto minha satisfação de ter à frente do Banco Central um conterrâneo da população goiana.

Dr. Henrique, percebi em todas as demonstrações apresentadas por V.Exa., que do ponto de vista macroeconômico os dados são satisfatórios, seja em relação ao crescimento do nosso produto interno bruto seja em relação à queda do processo inflacionário nos últimos anos. Há a flutuação do câmbio, mas, apesar da perda de reserva, há a melhoria da *performance* em relação à dívida total. O saldo da balança não se dá apenas pelo crescimento da exportação, ou seja, estamos exportando mais, com apenas 2% de diferença, de 32% para 30%, entre aquilo que exportamos e o que importamos. Além do mais, cresceram os investimentos estrangeiros e há saldo entre perda e geração de novos empregos, com curva crescente em relação à massa salarial.

Infelizmente a taxa de juros ainda não é a ideal, mas não tenho dúvidas de que com todas essas curvas positivas, crescentes ou decrescentes, num futuro próximo, caso não haja pirotecnia ou alguma medida do Governo, teremos a taxa de juros que a sociedade merece.

Ontem, na Comissão de Desenvolvimento Urbano, da qual sou integrante, vi a apresentação da demanda de investimentos na área de saneamento, algo em torno de 100 bilhões. Devido à capacidade de execução, não temos como investir mais de 8 ou 10 bilhões. Além disso, há a questão das estradas e das ferrovias e a apresentação dos objetivos do milênio, hoje a grande referência para o índice de desenvol-

vimento humano não só no Brasil, mas em todos os países do mundo.

Objetivamente, devemos reconhecer a competência e a dedicação do Banco Central e da área econômica do Governo, grande sustentáculo neste momento de dificuldades por que passamos. Por outro lado, o volume de investimentos nos dá clareza de que a presença do setor público na área macroeconômica é pequena. Ou seja, todos esses dados são positivos, apesar do volume de investimento em todas as áreas sociais estar bem aquém do que necessita a sociedade brasileira.

Os dados me tranquilizam. E quando vejo o Banco Central ser presidido pelo Deputado Federal mais votado do meu Estado e conterrâneos do Deputado Carlito Merss falarem sobre Taxa SELIC, tenho a certeza de que estamos fazendo com que a atividade política e a participação da sociedade fiquem num eixo que não represente risco.

Faço a minha pergunta, Sr. Presidente, levando em conta justamente a sensibilidade política adquirida por V.Exa. no processo político-eleitoral, consolidada agora ao dirigir uma instituição financeira no setor público. Qual a mensagem de V.Exa.? V.Exa. disse que o Banco Central tem a função de dar sustentação à possibilidade de reversão de todos esses quadros que temos. Não tenho dúvida de que o remédio é fundamental, porque outras cirurgias feitas de forma brilhante no passado trouxeram as conseqüências que conhecemos.

Talvez V.Exa. possa se desnudar do papel de Presidente do Banco Central e de analista econômico e conhecedor das demandas sociais para nos dizer qual será o momento em que o Brasil sofrerá esse *upgrade*, no sentido de mostrar ao mundo não só esses dados macroeconômicos, mas também aquilo que é referência para o mundo hoje. Como e quando vamos iniciar a inserção do Brasil na área social de forma positiva atendendo aos objetivos do milênio?

Parabenizo mais uma vez V.Exa. por sua atuação à frente do Banco Central. Pessoalmente, tenho o maior respeito e admiração por V.Exa. E espero que as afirmações aqui feitas por V.Exa. sejam todas verdadeiras. Talvez uma ou duas não sejam tão concretas quanto as outras, nenhuma, entretanto, pode ser contestada do ponto de vista econômico, mas da sua influência no desenvolvimento de Goiás e do Brasil.

Muito obrigado a V.Exa. e a todos os Parlamentares pela presença nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Sr. Presidente Henrique Meirelles, um telespectador fez uma pergunta. Não se trata de matéria

da competência do Banco Central, embora seja ligada a matéria bancária.

V.Exa. não é obrigado a respondê-la, mas poderá comentá-la se quiser.

Pergunta Walter César, de Brasília:

“Se os bancos prestam serviços, por que as agências não recolhem junto às Prefeituras imposto sobre serviços, já que esses serviços são o lucro dos bancos?”

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Em primeiro lugar, vou responder a pergunta do Deputado Haully sobre a razão de não se adotar o modelo de núcleo por exclusão. Temos no Brasil uma medida de inflação: exclusão dos preços administrados e dos alimentos no domicílio. A maior parte dos países usam a taxa de inflação cheia ou a taxa de inflação equivalente ao nosso IPCA. Poucos países usam alguma medida de núcleo. Mas é importante mencionar que a meta já leva em consideração que parcela dos preços é administrada. Na fixação da meta já se leva esse aspecto em consideração. Não é algo que se descobre durante o ano. No momento em que o Conselho Monetário Nacional se reúne para fixar a meta, já se sabe que uma parte dos preços é administrada, e já se leva isso em consideração na fixação da meta.

Há outro aspecto importante a ser mencionado: em 2004, o núcleo por exclusão, que retira preços administrados e produtos destinados à alimentação, fechou acima do IPCA de 2004, o chamado IPCA pleno, que estava chamando de núcleo cheio.

Experiência de outros bancos centrais mostram que a inflação cheia, portanto o IPCA pleno, coordena melhor as expectativas. Mesmo entre os bancos centrais que começaram com núcleos, muitos mudaram para o índice cheio. Isso é: na medida em que o índice de inflação cheio é aquele mais percebido pela população e pelos agentes de maneira geral, então a medida da inflação pelo índice IPCA pleno tende a gerar experiência de melhor coordenação de expectativas.

Isso não quer dizer que não se use o núcleo por exclusão ou não se use outras medidas de núcleo. Elas podem perfeitamente ser usadas. E isso faz parte do debate. Estou apenas dizendo que essas são as razões pelas quais se usa o IPCA pleno no Brasil e na maioria dos países.

Em função desse fato, é importante dizer que, se olharmos os resultados que mostramos até aqui, o regime de metas de inflação no Brasil tem sido uma experiência bem-sucedida.

Passo à segunda pergunta formulada pelo Deputado Haully: qual seria a situação se medidas desse tipo tivessem sido tomadas desde 1994. É sempre difícil

dizer o que teria acontecido. É difícil fazer uma análise macroeconômica. Não tenho dúvida de que, por exemplo, se tivéssemos superávit primário há mais tempo, se tivéssemos mantido, por diversas razões, uma relação dívida/PIB mais baixa, se tivéssemos um regime de metas de inflação há mais tempo, possivelmente a situação no Brasil poderia estar um pouco melhor.

Mas, de qualquer maneira, é bom considerar que a política macroeconômica está melhorando. Por exemplo, o regime de meta de inflação só foi implantado em 1990 pela Nova Zelândia. Já se pensava nisso antes, mas muitos países só a adotaram muito tempo depois.

Responder à hipótese levantada por V.Exa. seria o mesmo que responder sobre o que teria acontecido se na década de 60 os Estados Unidos já tivessem essa visão de inflação de hoje, ou, melhor ainda, sobre como seria se, no final da década de 20, o FED americano já tivesse conhecimento de que não deveria, no momento de um estouro da bolsa, contrair a base monetária. Teria sido muito melhor, sem dúvida, mas evidentemente isso faz parte da aprendizagem do País e do progresso da ciência econômica.

O Deputado Fernando de Fabinho faz perguntas na mesma linha, ou seja, o que deveria ter sido feito a esse respeito. A melhor resposta é dizer que estamos fazendo aquilo que acreditamos que deve ser feito, que deveria ter sido feito e que deverá continuar a ser feito. Evidentemente, a ciência econômica progredindo, quem sabe, daqui a 10 anos, concluamos que existem sistemas ainda mais avançados para lidar com todos esses aspectos, não só na economia mas na ciência.

Passemos às perguntas do Deputado Carlito Merss. A Lei de Falências vai fazer baixar o *spread*? Nossa expectativa é que sim. Explico o porquê. A experiência do crédito consignado nos mostra que essa modalidade de crédito permite algumas coisas interessantes. Primeiro, melhor garantia; segundo, melhor previsibilidade de pagamento; terceiro, e muito importante, maior transparência, na medida em que há participação não só dos funcionários mas também dos representantes das centrais, dos bancos, da empresa. Esse é um debate público. Então, existe maior competição; e, na medida em que há maior competição e maior garantia, os *spreads* caem.

Existe algo semelhante no arrendamento mercantil, cujo nome técnico é *leasing*, no Brasil. Nele as taxas são mais baixas do que taxas normais de financiamento, e novamente por uma questão de garantia e outras similares.

Portanto, nossa expectativa é de que a nova Lei de Falências permita uma queda consistente no *spread* para pessoa jurídica. Estou falando como ana-

lista. Ou seja, essa é uma expectativa, e não quer dizer que o Banco Central está afirmando que isso vai acontecer.

Em relação às cooperativas de crédito, Deputado, agradeço a generosidade de V.Exa. ao dizer que poderemos trazer esse número, na próxima semana. Nossa equipe, que está presente, está levando muito a sério tudo isso. Como já foi observado, fez questão de mostrar serviço e reagir rapidamente. Aprovamos nessa administração, a partir de janeiro de 2003, 144 cooperativas. Existem, hoje, 203 pedidos em análise. O total de ativos das cooperativas no Brasil é de 21 bilhões de reais, e as operações de crédito são 8,9 bilhões de reais.

Damos a maior importância às cooperativas no Brasil. Temos de fato dedicado-lhes enorme esforço. E, antecipando-nos a uma sugestão, embora não tenhamos chegado ainda à criação de uma diretoria, podemos dizer que estamos promovendo algumas modificações estruturais, como, por exemplo, a criação de uma área especializada em cooperativa, na área de fiscalização.

Qual é o principal óbice ao crescimento? Eu diria ser uma questão de esclarecimento, de capacitação técnica. Celebramos um convênio com o SEBRAE e o Banco Central para a criação de um sistema de treinamento de cooperativas. O grande óbice é que o sistema, futuramente, não leve a problemas como perda de crédito, prejuízo para os cooperados, etc. Esse é de fato um trabalho duro, realizado no dia-a-dia.

Gostaríamos muito de manter esse diálogo e, eventualmente, nos reunir para tratar especificamente desse assunto, usando a experiência dos senhores. Realmente é algo que também interessa ao Banco Central. Disse, em outras oportunidades, que é muito importante a descentralização do crédito no Brasil e que cooperativa é muito importante para que isso aconteça.

Passemos à última pergunta.

Em última análise, como vai se dar a evolução da taxa de juros até o final do ano e se o COPOM poderá baixar as taxas de juros etc. As decisões, no tocante a políticas monetárias, levam em conta o cenário prospectivo para a inflação. Não é possível antecipar as decisões relativas à fixação da taxa SELIC, uma vez que elas são determinadas nas reuniões do COPOM, após exaustiva análise do cenário macroeconômico. No entanto, podemos dizer de importante, Deputado, que o cenário de médio prazo para a inflação tem se tornado mais favorável no período recente. Diria apenas que precisamos tomar muito cuidado com essas respostas, porque há implicações de mercado, e não cabe aqui muita improvisação.

Já respondi a pergunta feita pelo Deputado Miguel sobre a criação da diretoria do cooperativismo. De fato, já criamos uma área especializada no Banco Central. Quem sabe, um dia, ela possa evoluir para uma diretoria; alguns companheiros podem até pensar em se candidatar para a função de diretor.

Abordemos agora a questão dos empregos. Por que trabalhadores saíram da informalidade para a formalidade? É importante dizer que não dispomos desse número. Portanto, não temos como dar essa explicação. Mencionei apenas um estudo feito pelo IBGE nas regiões metropolitanas sobre o crescimento dos mercados formal e informal. Tal estudo demonstra uma correlação. Em alguns momentos o trabalho informal cresce mais do que o formal. Portanto, devemos entender isso como crescimento do nível de emprego de maneira geral e não necessariamente como uma transferência apenas.

Deputado Barbosa Neto, em primeiro lugar, quero agradecer pelas palavras de incentivo.

Em relação à inserção do País nos objetivos de milênio, é importante deixar claro que o Brasil precisa criar empregos e, depois, crescer. Em consequência, deve haver aumento da arrecadação pública e de recursos para investimento na área social, com foco na qualidade da gestão do gasto público, e não apenas aumentar a parcela da arrecadação pública por meio do crescimento da economia. Considero importante termos em mente a diminuição do total da arrecadação tributária em relação ao produto, visando todos esses ganhos que inspecionamos. Discute-se sobre o déficit nominal, etc. Mas quero dizer basicamente que o importante é o crescimento do País, a estabilidade e a queda da inflação. A inflação pune as classes menos favorecidas e impede o crescimento.

Devo dizer, ainda, que a alocação dos gastos públicos no Orçamento é prerrogativa do Congresso Nacional.

Enfatizo minha satisfação por ter participado, mais uma vez nesta Casa, da discussão sobre política monetária e econômica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Nós é que agradecemos a V.Exa.

Declaro encerrada a presente reunião.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Ata da Quarta Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 18 de Maio, de 2005, às 14:30

Horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia dezoito de maio do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, com a presença dos Senadores Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, César Borges, Mão Santa, Serys Slhessarenko, Ana Júlia Carepa, Sibá Machado, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino e, ainda, do Senador Cristóvam Buarque. Deixam de comparecer os Senadores Heráclito Fortes, José Jorge e Ney Suassuna. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos convidando o Senhor João Paulo Lima e Silva, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, para sentar-se à Mesa a fim de dar início à sua exposição para discorrer sobre as matérias de interesse dos Municípios no Senado Federal. Em seguida, o Presidente convida, ainda, para sentar-se à Mesa o Senhor Wilson Santos, Vice-Presidente de Relações Legislativas da Frente Nacional de Prefeitos, para fazer uso da palavra. Usam da palavra os Senadores Sibá Machado, Roberto Saturnino, César Borges, Mão Santa, Sérgio Guerra, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral e, ainda, o Senador Cristóvam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quatro minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, em 18 de maio de 2005, às 14h30min, na sala de reuniões da Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a ata.

Sr^{as} e Srs. Senadores, contamos, neste instante, nesta Subcomissão de Assuntos Municipais, com a presença muito honrosa para todos nós de João Paulo de Lima e Silva, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos e Prefeito da Cidade de Recife, capital de Pernambuco.

O Prefeito recebeu nosso convite para aqui discorrer sobre a realidade das capitais do Brasil inteiro, levando-se em conta que hoje a crise municipal não poupa nem os pequenos, nem os médios, nem os grandes municípios. Há que se dizer que os maiores municípios têm hoje maiores recursos para fazer face aos seus problemas. Mas os desafios que estão aí apontam no sentido de que os prefeitos, mesmo os das capitais, os das maiores cidades, enfrentam grandes dificuldades no exercício das suas funções.

Quero saudar o Prefeito João Paulo de Lima e Silva, prefeito reeleito, e dizer a S. Ex^a que eu também já fui prefeito de capital e, ao contrário dele, que vai ter oito anos de mandato, só tive três anos, porque foi um mandato atípico, que começou em 1986, no dia 1º de janeiro, e se terminou no dia 1º de janeiro de 1989.

Mas esses três anos, meu caro Prefeito – se me permite –, foram suficientes para que eu pudesse ter a idéia precisa para realmente poder enfrentar esse dia-a-dia desgastante que é administrar uma capital, principalmente uma capital como Recife. E olha que me estou referindo a Natal. Natal é uma cidade de 700 mil habitantes; Recife possui um milhão e meio de habitantes. Então, V. Ex^a, melhor do que ninguém, tem autoridade, tem legitimidade, para falar a respeito dos desafios que os prefeitos das capitais enfrentam.

Fico muito feliz em transmitir a palavra a V. Ex^a, agradecendo o seu pronto atendimento ao nosso convite. V. Ex^a imediatamente tratou de marcar uma data, uma hora, para comparecer a esta Casa. E hoje aqui está, não apenas na qualidade de Prefeito de Recife, mas de Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, porque certamente a liderança de V. Ex^a transcendeu aos limites da sua capital e V. Ex^a passou a liderar esse grupo de prefeitos do Brasil inteiro.

Concedo a palavra ao Prefeito João Paulo de Lima e Silva.

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Quero dar meu boa-tarde aos Exm^{os} Srs. Senadores em nome do Senador Garibaldi Alves Filho, do nosso Senador Sibá Machado e da Senadora Serys Slhessarenko.

Quero dizer que contamos aqui também com a presença do nosso Prefeito Sérgio Stasinski, de Gravataí, Rio Grande do Sul.

Eu gostaria de saber de quanto tempo disponho para organizar a exposição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a fique à vontade. Só leve em consideração que hoje é dia de uma pauta muito cheia aqui no Senado. Mas pode ficar à vontade. V. Ex^a é quem sabe de quanto tempo precisará.

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Início esta exposição agradecendo a oportunidade de estar

no Senado Federal, uma Instituição de tanta importância e relevância que define os destinos do Brasil no processo de elaboração de nossa legislação. Agradeço a oportunidade em nome da Frente Nacional dos Prefeitos do Brasil, que abrange principalmente as capitais e as prefeituras das regiões metropolitanas brasileiras.

Não poderíamos deixar de fazer esta apresentação sem nos situarmos no contexto nacional e internacional. Vivemos em um País e em um mundo onde há concentração de riqueza e de poder nas mãos de poucos, constituindo um fato cada vez mais desigual. Essa situação também ocorre no Brasil, um País que poderíamos chamar de emergente, havendo também, conseqüentemente, o desdobramento nos Estados e nos Municípios.

Vivemos um processo, ao longo da história do Brasil, em que os Municípios foram sempre tratados como entidades de terceira categoria, havendo uma grande concentração de arrecadação na União, à qual cabe em torno de 70%; os Estados arrecadam 20%, e os Municípios cada vez mais recebem atribuições, porque é onde a comunidade faz reivindicações mais imediatas.

O Senador, que conviveu com essa situação, sabe dos desafios de um prefeito, que tem, a toda hora, de atender aos mais diversos e complexos problemas urbanos de uma cidade – infra-estrutura, áreas de encostas, calçamentos de rua, saúde, educação, entre outros quadros. Essa questão diz respeito, conseqüentemente, a todas as cidades.

Em particular, fornecerei alguns dados sobre a cidade do Recife a fim de que possamos ver um pouco da dimensão dos problemas que os Municípios vivem hoje. Em Recife, há um 1,5 milhão de habitantes, dos quais um milhão e cinquenta mil pessoas vivem na pobreza e abaixo da linha da pobreza.

Quando apresentamos esses dados, poderíamos até dizer que Recife, em relação ao conjunto de Municípios do Estado de Pernambuco, é rico, em tese. Recife abrange, conforme o último dado do IBGE, 33% da arrecadação do Estado. Aproximadamente 54% da arrecadação dos Municípios é dividida em torno de quatro Municípios: Recife, Jaboatão, Petrolina e Porto de Galinhas (Ipojuca). Portanto, quando se pensa nas dificuldades que Recife enfrenta, com 33% do PIB, e se verifica que, nessas quatro cidades, há em torno de 54% da arrecadação, observamos a gravidade em que se encontra a grande maioria dos Municípios brasileiros.

Inúmeros Municípios foram criados por um processo mais eleitoral, sem nenhuma condição de se tornar Município. Em nosso Estado, eu, quando Deputado

Estadual, e o companheiro Djalma Paz, que também já foi Deputado Federal, impedimos um processo de proliferação de Municípios. Mesmo assim, em Pernambuco, já existem 176 Municípios.

Dito isso, é importante resgatar o processo das responsabilidades dos Municípios e essencialmente a diminuição da arrecadação, que teve maiores avanços na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Então, em alguns aspectos, melhoramos a arrecadação do Município.

Estou com um documento para deixar para a Comissão, mas poderíamos começar talvez pela reforma tributária, a PEC nº 285, de 2004, que expressa a segunda parte da reforma tributária. Está parada na Câmara dos Deputados. A Frente Nacional tem interesse na sua aprovação porque ela vai aumentar o FPM de 22,5% para 23,5%, portanto, aumenta em 1% a arrecadação dos Municípios, e também há mudanças nas regras de distribuição de ICMS.

Essa questão está empacada hoje, porque não houve um entendimento com os governadores em relação à guerra fiscal. Então, alguns Estados defendem ainda a guerra fiscal, o que tem impossibilitado o acordo. Nós defendemos a aprovação da reforma tributária como um todo para que ela possa minimizar a questão dos Municípios.

Sobre o ISS, o principal imposto das grandes cidades brasileiras, há uma legislação que atende a muitos anos de luta de prefeitos e prefeitas de nosso País, resultado de muitas lutas. No dia 31 de julho de 2003, foi promulgada a Lei nº 116, legislação recente que ainda sofre muitas ameaças. Nós já tivemos alguns avanços no recolhimento de ISS para os Municípios, mas estamos vendo diversos *lobbies* articulados tentando derrubar esses descontos.

Quero também resgatar a aprovação do Fundo de Estabilização Social, que retirou basicamente 20% do PIB para amortização dos juros da dívida. Desses 20%, também foram sangrados os Municípios porque não foram assegurados da retirada desses recursos os repasses nem para os Municípios nem para o Governo do Estado. Então, isso ainda enfraqueceu, de 1994 para cá, ainda mais o poder dos Municípios.

O PL nº 183, que deveria corrigir eventuais perdas dos Municípios decorrentes dos vetos do Presidente à Lei nº 116, de 31 de julho de 2003, está atualmente servindo para muitos interesses, justamente aqueles relativos ao ISS.

A nossa preocupação é que não venhamos mais uma vez a ver recursos dos Municípios serem perdidos por essas intervenções de *lobbies* na Câmara dos Deputados.

Sobre os autônomos e as sociedades uniprofissionais, defendemos suprimir os §§ 6º e 7º que prevêm o valor fixo dos profissionais. Tem que ser mantido o imposto sobre serviços e não sobre o profissional, como estabelecido pelos dispositivos referidos. Acharmos até que é uma injustiça o estabelecimento de um valor fixo.

Sobre a construção civil e a incorporação imobiliária, manter a atual redação da lista de serviços, suprimindo a proposta da nova redação, o item 7.02.

Sobre o enquadramento das atividades de intermediação de títulos de valores, temos uma preocupação muito grande com essa questão concernente aos precatórios judiciais. Algumas Prefeituras, já estão basicamente se inviabilizando pela emissão dos precatórios. Estamos defendendo a instituição de um patamar. É lógico que não estamos questionando aqui os direitos, mas pode-se também inviabilizar as cidades, a situação dos cidadãos e das cidadãs, que vão ter esse recurso retirado dos Municípios e isso, conseqüentemente, vai inviabilizá-los.

Um outro elemento a destacar aqui é muito grave também, concernente à relação dos Municípios com o INSS. Essa é uma questão também muito grave, da mais alta gravidade. Eu assumi um Governo com aproximadamente R\$375 milhões de dívida com o INSS, porque o Governo anterior não pagou nem as contribuições patronais nem a dos trabalhadores.

Estamos com uma série de ações na Justiça. E o que eu fiz? Começamos a pagar as nossas responsabilidades; o que, essencialmente, arrecadamos, pagamos.

As ações estão entrando na Justiça e cada vez mais nos obrigamos a retirar recursos de investimentos na cidade para atender ao INSS. Então queremos um parcelamento no mínimo de 240 prestações, para que os Municípios possam ter condições de respirar. Há um processo de penalização muito grande. E, se tivermos a incidência dessa dívida de forma direta no nosso orçamento, isso vai significar um pouco mais, eu diria, de um terço da nossa arrecadação, que seria superior a qualquer investimento na cidade.

Então, Recife ficaria impossibilitado de qualquer investimento, se continuar o processo que vai até a sangria dos cofres públicos do INSS.

Temos um processo também de regularização fundiária, que, a nosso ver, é uma questão muito importante. Temos até avançado com o Governo Federal nesse sentido. Uma série de áreas da União já foram transferidas diretamente para o Município para fazermos a legalização dessas terras; também a Câmara instituiu uma comissão especial para tratar do parcelamento do solo e da regularização fundiária, que tem como relator

o Deputado Barbosa Neto. É um projeto de lei que nos interessa muito. Juntamos os documentos produzidos durante os últimos dois anos, nos colocamos à disposição da Câmara Federal para contribuir no debate em busca de construir essas soluções.

Um outro elemento também que, para nós, é fundamental é o concernente às cidades portuárias. Por exemplo, Recife tem um aeroporto com a estrutura altamente moderna – acho que é um dos mais novos aeroportos do Brasil –, mas, no processo de discussão sobre as questões do aeroporto, normalmente as cidades são deixadas de fora. Em Recife temos uma área que circunda o aeroporto da cidade do Recife. E um dos aeroportos mais belos, a meu ver, do Brasil, porque foi recém-inaugurado, com arquitetura belíssima, mas, em torno dele, usando uma linguagem popular, a bagaceira é grande: favelas, ausência de infra-estrutura e de saneamento, enfim, pobreza generalizada. Então, vemos um aeroporto de primeiro mundo – digo isso no sentido figurado –, belíssimo tanto interna quanto externamente. Todos que chegam a Recife reconhecem a beleza da estrutura daquele aeroporto, que é muito grande, moderno, com muito rendimento, mas convive com uma situação de miséria avassaladora. Citei Recife, mas poderia citar Rio de Janeiro ou Belo Horizonte, cujos aeroportos ficam na parte central da cidade.

Outra questão a ser discutida é a PEC nº 40, que trata da obrigatoriedade e da gratuidade da educação infantil para crianças de 0 a 6 anos. A alteração do inciso IV do art. 208 da Constituição Federal estabelece o acolhimento obrigatório, público e gratuito de toda a demanda da população infantil, em creches e pré-escolas, das crianças de 0 a 6 anos de idade. Esta é uma imposição de obrigação aos Municípios, a quem compete a educação, de acordo com o §2º do art. 212 da Constituição Federal. Na verdade, aumenta-se a responsabilidade, mas não se diz de onde virá o recurso para bancar isso.

Para que tenham uma idéia, em Recife, em quatro anos de Governo, tínhamos em torno de 3,5 mil professores. Contratamos 2 mil novos professores, uma média de 500 por ano, além de garantirmos a merenda e o uniforme: sapato, meia, calça, camiseta, mochila e material escolar para 155 mil alunos. A situação chega ao limite. Não se tem mais como estender essa conquista para as crianças.

Apostamos na educação para a resolução dos problemas nacionais. Temos a clara compreensão de que o futuro se constrói hoje, educando as crianças de hoje.

Nosso orçamento está zerado em função dessa ampliação e de um trabalho que começamos em sete escolas, que estão funcionando em tempo integral,

quer dizer, a criança chega pela manhã e sai à tarde. Para isso, também se fazem necessários recursos. Então, na verdade, há necessidade de recursos federais para nos apoiar a fim de que possamos apostar na educação.

Outro grave problema é o transporte coletivo. Quase 33 milhões de pessoas não têm condições de pagar ônibus. Andam a pé, porque não conseguem ter dinheiro para a passagem.

A Frente Nacional dos Prefeitos promoveu dois encontros. Tínhamos um acúmulo, desde a gestão passada, mas promovemos dois grandes encontros: um em Curitiba e outro em Salvador, onde foram feitas sugestões para serem apresentadas em audiência ao Presidente da República, dando uma série de indicativos para que sejam reduzidas as tarifas. Recife é uma cidade que viveu, durante muitos anos, o problema do transporte clandestino; era uma cidade impraticável, com excesso de peruas e de vans circulando, dirigidas por motoristas sem habilitação, por adolescentes ou por marginais. É lógico que nem todas eram dirigidas por essas pessoas; havia também pais e mães de família, mais os atritos, os acidentes de trânsito, mais o que parecia pior: a destruição do sistema público de transporte.

Fizemos uma articulação e, mesmo pensando diferente, porque sou do PT e o Governo é do PMDB, temos estabelecido parcerias significativas ao longo de quatro anos de Governo – estamos no quinto ano –, priorizando que as necessidades da população estão acima de qualquer divergência política e ideológica.

Assumimos o trânsito com dois anos de Governo, elaboramos uma lei que disciplina o trânsito na cidade e retiramos as kombis. Recife foi palco de conflitos também, e, particularmente, tive que andar em carro blindado durante quase 10 meses, mas retiramos o transporte clandestino, o sistema, hoje, é auto-suficiente, e implementamos o transporte complementar. Então, para muitos daqueles que eram profissionais, o Banco do Nordeste do Brasil está financiando vans, que estão fazendo a linha de alimentação para o sistema de transportes públicos. Isso foi uma grande conquista.

Paralelamente, estamos aguardando audiência – viajarei no próximo dia 24 para a China e voltarei no dia 12 – com o Presidente da República para entregarmos o elenco de reivindicações da Frente Nacional dos Prefeitos, a fim de que tenhamos a redução.

Em Recife, depois da retirada do transporte clandestino, conseguimos garantir a meia passagem aos domingos, sem onerar a tarifa. Essa meia passagem permitiu o encontro de famílias que não tinham mais como pagar a passagem para ter o contato com pes-

soas que moram em outros bairros, em Recife, na própria região metropolitana.

Na questão do Fundeb, a Frente Nacional está participando do debate e tem grande interesse no projeto que será apresentado pelo MEC às entidades municipalistas na reunião do Comitê de Articulação Federativa.

A Frente Nacional saúda a notícia, ansiosamente aguardada, de que o Presidente Lula cumpre o previsto no seu programa de Governo para a área de educação, que aponta para a substituição do Fundo de Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e a valorização do magistério Fundef pelo Fundeb.

O que vivíamos? Aquelas Prefeituras que tinham condições um pouco melhores eram niveladas pela miséria. Eram retirados recursos dessas Prefeituras em função de um entendimento nacional. Defendemos a tese da alocação de mais recursos da União para serem investidos em educação e podermos garantir os avanços.

Na área de saneamento, sabemos da gravidade do saneamento no Brasil. Por exemplo, Recife tem menos de 27% da cidade saneados e em torno de 6% do que é coletado são tratados. É uma gravidade muito grande.

Estamos discutindo todo esse processo da titularidade e quero dizer que criei em Recife uma Secretaria de Saneamento Ambiental e Educação Ambiental, e estamos fazendo, já numa parceria com o Governo do Estado, ações de saneamento integrado. Pegamos três comunidades que eram campeãs mundiais de incidência de filariose na população – vocês vão desculpar o termo técnico, porque não sou médico, mas em contaminação pelo verme filário eram campeões mundiais – e conseguimos implementar metade dos recursos municipais e metade dos estaduais na implementação do saneamento integrado, que prevê não só a rede de esgoto, mas a ligação de todos os domicílios à rede de esgoto, a implantação da rede pluvial, o calçamento das ruas, a desapropriação de casas, dando condições de ir e vir a essas comunidades. Esse projeto tem sido um sucesso muito grande.

Deixamos duas equipes, sendo uma de manutenção, porque, se você não tiver uma manutenção permanente ali, se for esperar que a manutenção venha, na verdade, há uma destruição do sistema, como também uma equipe de educação ambiental, com a qual a comunidade discute os problemas ambientais da limpeza, do lixo. Temos uma comunidade hoje que é uma referência, porque é extremamente carente, de renda muito baixa, de miséria, e fizemos lá todo o saneamento integrado, deixamos as duas comissões. Hoje, quando se vai a esse bairro, não se imagina que está

indo a um bairro pobre, popular, no Nordeste, numa cidade como Recife, pela educação, acima de tudo, ambiental, porque muitas vezes se ensina, mas não há o monitoramento. Então, essa questão da titularidade, para nós, é importante que o município a assuma.

Sobre a dívida ativa, o Projeto de Resolução 57.3 do Senado, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que autoriza os municípios a acederem à dívida ativa consolidada dos municípios e a instituições financeiras para cobrança em troca de antecipação de 30% do valor dos créditos, está paralisado porque sua redação atual permite interpretar tal operação como endividamento.

Quero registrar aqui que o Prefeito Wilson Santos, de Cuiabá, está aqui conosco, assim como o Vice-Presidente de Assuntos Legislativos da Frente Nacional dos Prefeitos.

Por último, não poderíamos deixar de registrar que tivemos avanços também significativos nestes dois primeiros anos do Presidente Lula. Primeiro, pela participação do Presidente na 6ª, 7ª e 8ª Marcha dos Prefeitos, juntamente com grande número de Ministros integrantes do Governo, ressaltando a preocupação do Presidente com a situação dos Municípios. Ele até dizia que, na medida em que os Municípios não estiverem bem, nem os Estados nem a União vão estar bem. Então, isso foi uma atenção. Sua Excelência também participou de todas as principais reuniões desde 2002, tendo, inclusive, recebido todos os Prefeitos das Capitais e, pacientemente, ouvido o depoimento de todos os Prefeitos. O próprio Governo Federal propôs a constituição do Comitê de Articulação Federativa, que passou a ser um grande e qualificado espaço de interlocução com as principais entidades de representação municipalista do País. Então, esse Comitê tem desempenhado também um papel muito importante nessa articulação.

Poderíamos apontar, talvez, como algumas vitórias, por exemplo, a nova Lei do ISS, que ampliou a base tributária dos Municípios e obtivemos, no caso, aumento entre 21% e 23%; tivemos a Lei do Salário-Educação, que permite recursos serem repassados diretamente para o Município, porque tínhamos aquelas dificuldades que eram passadas para o Estado para poder chegar ao Município, o que causava uma confusão muito grande, e permite que recursos sejam repassados diretamente para o Município, sem a intermediação do Estado; a Lei do Transporte Escolar, que define a responsabilidade pelo transporte do aluno àquele ente federado que responde pela sua matrícula; a Lei dos Depósitos Judiciais, que dá aos Municípios tratamento igual ao que é dispensado aos Estados e à União; o acesso a recursos dos depósitos judiciais; a

participação na arrecadação da Cide, na proporção de 25% dos 29% repassados aos Estados – essa parcela representa em torno de 7,25% e é repassada diretamente aos Municípios; a arrecadação integral do ITR pelos Municípios; a aprovação da Lei dos Consórcios, que também é uma grande conquista dos consórcios públicos, o que atende a uma antiga reivindicação da Frente Nacional dos Prefeitos, e permitirá a associação entre os entes públicos.

Em linhas gerais, apresentei aqui uma breve amostragem da problemática, mas queira registrar que a situação dos Municípios é gravíssima e é também urgente. Faz-se necessário que o Senado Federal desempenhe um papel muito importante no nosso Brasil e, na verdade, que possa também interagir.

Agradeço imensamente esta oportunidade, para que possamos atuar juntamente com o Senado, porque é muito importante essa articulação, para que o Senado possa nos ouvir também. Apesar de o Presidente da Comissão ter sido prefeito – o que talvez já seja um elemento de compreensão maior, de quem viveu na prática o drama do Município –, essa articulação, para nós, é fundamental.

Deixo nas mãos do Presidente o documento que elaboramos na Frente Nacional dos Prefeitos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero também dizer da nossa satisfação por estar aqui em nossa Mesa, fazendo parte dos nossos trabalhos, o Sr. Wilson Santos, Prefeito de Cuiabá e Vice-Presidente da Frente Nacional de Prefeitos.

Agradeço, em nome desta Comissão, a exposição do Prefeito João Paulo – inclusive o documento que acaba de entregar-nos formalmente – e pergunto aos Srs. Senadores se querem dirigir alguma interpelação ao Prefeito.

Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, saúdo aqui os nossos convidados, o Prefeito de Cuiabá e o Prefeito de Recife, Vice-Presidente e Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, respectivamente.

Esta Subcomissão tem na Presidência uma pessoa que não poderia ser melhor, o Senador Garibaldi Alves, com experiência também vivida na pele, por ter sido Prefeito, Governador de Estado, estando atualmente no Congresso Nacional. Penso que não podia ter sido melhor a junção de dedicação e conhecimento da área. Estou acompanhando recentemente essas reuniões, e elas têm sido para mim uma aula sobre o Brasil.

Tivemos, na semana passada, a presença do Presidente do IBGE, e os números apresentados aqui me deixaram bastante preocupado, para não dizer atônito.

Tramita uma série de sugestões aqui no Congresso Nacional sobre alterações na Constituição, para que se possa retornar ao período de décadas anteriores quanto à criação de Municípios.

Eu já tinha uma desconfiança empírica sobre isso, não tinha nenhum fundamento para poder dizer que o Brasil tem brincado de democracia. Justifico isso porque, após ter passado por tantos períodos de cerceamento democrático, é comum que a sociedade venha com um pouco de impaciência exercitar essa democracia.

Tanto em relação a essa matéria de criação de Estados e de Municípios, quanto em relação aos processos eleitorais, constantes e sucessivos, continuo acreditando que o Brasil está vivendo uma roda, um ciclo que não vai a lugar nenhum; dispêndio financeiro e complicações.

Com isso, queria fazer uma primeira pergunta ao nosso Prefeito João Paulo: de que mesmo se compõem, em lei, as receitas de um Município? Se existem diferenças entre as receitas de uma capital e de Municípios do interior, quais são elas? De que um Prefeito ou Prefeita pode arvorar-se para compor a receita da Prefeitura? Quais são as despesas obrigatórias vinculadas e seus percentuais de gastos? V. Exª pode até usar exemplos da sua administração.

Que propostas de aumento de receita há, além dessa já colocada, que é a reforma tributária, a 285, que dá o aumento de 1%? Além disso, há outras sugestões de aumento de receita? Eu ouvi Prefeitos de pequenas cidades dizerem: 1% sobre o quê? Ou seja, 1% para quem tem dez, para quem tem cem, para quem tem mil? Assim, 1% para cidades do porte de Recife, São Paulo, Belo Horizonte e Rio, ou das cidades que estão naquele percentual mínimo de 0,6%, estabelecido em lei, para o FPM? Há Prefeitos que dizem que não estão importando-se com isso e que não foram para a marcha porque esse percentual de 1% é inócuo para eles. Então, quero saber se há outras sugestões que poderiam ser trabalhadas nesta Subcomissão.

É possível, é pensável a idéia de que o IPTU progressivo vire uma lei nacional? Dessa forma, não ocorrerá mais essa situação difícil. Há Prefeitos que não têm coragem de falar nesse assunto, sob pena de serem expostos a situações complicadas de divergências sociais e políticas em seu Município.

Estou dizendo isso, Prefeito, mas não vou falar do milagre, sem falar do santo. Houve o caso em que o Prefeito de um Município grande, do Sudeste, falou de imposto progressivo. A campanha foi tão acirrada, tão complicada, que uma pessoa foi para a rua, para bradar, porque até a casinha do cachorro ia ser tributada. Essa pessoa não tinha cachorro, não tinha abso-

lutamente nada, estava protegida. Aliás, a progressão ia deixá-la protegida e fazer com que baixasse a sua contribuição para o Município. Mas ela entrou na onda e foi fazer coro com aqueles que tinham muitas casas de cachorro. Gostaria de ouvir alguma consideração de V. Exª sobre isso.

Por último, ouvindo os números do IBGE, ficou claro que há nove cidades no Brasil que, juntas, são responsáveis por 25% do PIB de 2002. Se isso subir para 70, vai para 50%; se subir para 407, vai para 90% do PIB. Há, em contraponto, 1.270 Municípios, que, juntos, respondem por apenas 1% do PIB.

Diante disso, em vez de se mexer na lei, na Constituição, para abrir novos Municípios, não seria melhor colocar na Constituição, imediatamente, o que se chama a viabilidade econômica para esses Municípios? E, num segundo momento, aquele Município que não alcançasse, em determinado tempo, essa viabilidade mínima estaria passível de fechamento, tudo isso para que se possa repartir o bolo.

Por que digo isso? Porque me disseram que o bolo da receita é um só. Para cada Município novo, esse mesmo bolo é dividido por mais um, na fila dos consumidores. Fico pensando na minha velha mãe Arcângela e nas oportunidades em que conseguíamos comprar um quilo de carne, na década de 60. Éramos tão pobres – éramos 12 – que, se um vizinho fosse almoçar conosco, era aquele mesmo quilo de carne e mais um para almoçar. Era um terror, quando tínhamos vizinhos em casa, na hora do almoço! Estou querendo saber se podemos diminuir os vizinhos na hora do almoço do FPM.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srªs e Srs. Senadores, registro, com muita satisfação, a presença do Prefeito Sérgio Stasinski, de Gravataí, no Rio Grande do Sul. S. Exª também faz parte da direção da Frente Nacional dos Prefeitos.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Quero tão-somente fazer uma pergunta ao Prefeito João Paulo sobre esse assunto recente dos consórcios públicos. O Prefeito parece estar vislumbrando possibilidades e perspectivas boas. Gostaria de conhecer um pouco melhor as perspectivas desse consórcio porque, tempos atrás, houve uma grande expectativa em torno das regiões metropolitanas que não prosperaram. Na verdade, cada Município tinha seus problemas, suas questões, e nunca houve um entendimento em uma proporção significativa nessa coisa das regiões metropolitanas, que seria uma espécie de um novo ente federativo entre os Municípios e o Estado. Em Recife,

por exemplo, como se pode organizar um consórcio com Municípios vizinhos? Têm de ser Municípios contíguos, não é? Fazer o que com isso? Quais são as perspectivas que o Prefeito vislumbra nessa coisa dos consórcios municipais?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Roberto Saturnino. Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Prefeitos. Sr. Presidente, peço-lhe desculpas por ter chegado atrasado. Estava numa reunião com o novo Conselho Administrativo da Varig e o novo presidente executivo. Parece que nasce um novo momento para a recuperação dessa empresa tão importante e estratégica para o nosso País, e, acredito, para todas as cidades brasileiras servidas pela Varig e para tantas outras que desejam ter o serviço aéreo que não têm. Então, não pude acompanhar a explanação do Prefeito João Paulo Lima e Silva, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, mas tenho algumas indagações.

Creio que uma de minhas indagações já foi feita pelo Senador Roberto Saturnino, que se refere à expectativa que se cria diante da lei que foi aprovada, a Lei nº 11.107, de 2005, como se ela pudesse ser uma grande solução para os Municípios. Do nosso ponto de vista, hoje, os consórcios já existem; quando há intenção, os consórcios existem. A institucionalização é que se deu por meio dessa lei. Há juristas que argumentam que há inconstitucionalidade. Parece que, inclusive, vai haver uma Adin com relação a isso, porque seria mais um ente federativo. Senador Roberto Saturnino, aproveitando-me da revista que recebi aqui, rapidamente li: “O Espaço Urbano dos Prefeitos. Os consórcios poderão ser firmados de quatro formas: Município/Município, Município/Estado, Estado/Município e Município/União.” Quer dizer, não é apenas Município com Município, é uma coisa bastante ampla e, a meu ver, pelos convênios firmados, são feitas parcerias que podem ser chamadas de consórcios.

Então, como há inclusive uma declaração sua, algumas estão participando da reportagem... Porque, a meu ver, pelo que ouvimos aqui, Prefeito, essa legislação foi uma vontade do Governo para que, a partir dela, pudesse vir agora um novo projeto de regulação do setor de saneamento para se desestruturar o sistema hoje existente das empresas estaduais e passarem essas empresas a operarem do ponto de vista apenas municipal, distribuindo com os Municípios as empresas de saneamento.

Foi encaminhado um projeto de lei do Senador Gerson Camata, discutido entre os secretários estaduais de saneamento, os presidentes de empresas esta-

duais. Fui governador, fui secretário de saneamento e sabemos que, hoje, 75% dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são de responsabilidade das empresas estaduais. Não vejo, nos Municípios – vamos abstrair as capitais, vamos para o interior, para os pequenos Municípios, aqueles que estão entre os mil e tanto que têm 1% da renda –, como eles teriam condições de operar sistemas onde a água está cada vez mais distante, em que você só consegue abastecer com um sistema integrado, que vai buscar uma água às vezes, como no caso da Bahia, a Adutora do Feijão, a 150km de distância, quatro elevatórias, a um custo alto. Só é possível sobreviver aquele sistema porque há subsídio cruzado, que, vamos dizer, a capital, Salvador, termina pagando por toda a região de Irecê, que são 300 mil habitantes abastecidos.

Trata-se de uma questão que – parece-me – não tem merecido a atenção do Governo. Porque, ao invés de organizar ou regular pode desorganizar um sistema. No passado já vimos os Municípios sem condições de fazerem os investimentos necessários à ampliação dos serviços para atender a toda a população. Podemos ter essa nova realidade. Essa é, hoje, uma preocupação que perpassa todos nós. Inclusive o Governo fez noticiar, saiu até na revista **Veja**, que o projeto elaborado no Ministério da Cidade deve chegar ao Congresso muito em breve, e que o consórcio foi feito mais para viabilizar a passagem dessa titulação do serviço de abastecimento de água para os Municípios.

Um outro aspecto que queria também ouvir do Prefeito é com relação à distribuição de receitas tributárias. Sabemos que a Constituição de 88 estabeleceu uma realidade, que vem sendo modificada nos últimos tempos, com a concentração da receita mais com a União; em segundo lugar, com os Estados e, por último, com os Municípios, que têm, cada vez mais, recebido tarefas outras e estão sendo onerados em obrigações junto à população, que não podem ser correspondidas porque não têm a devida parcela tributária com os Municípios.

A partir de um ponto específico, inclusive conversei sobre isso com o Presidente desta Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, com a repartição do ICMS... A repartição constitucional, hoje, é a de que 75% é feita mediante o valor agregado, e apenas 25%, mediante a legislação criada pela Assembléia e distribuída dentro do ponto de vista apenas do Estado. Acontece que muito da receita é feita em determinado Município, que concentra uma industrialização, concentra uma refinaria de petróleo, concentra às vezes usina hidroelétrica, e termina tendo uma repartição extremamente injusta. Municípios grandes, como é o caso da capital do Estado da Bahia, Salvador, e talvez

Recife também, têm uma população muito grande, mas é uma cidade dormitório, porque as indústrias estão localizadas no entorno, na região metropolitana de Recife ou de Salvador. Então, essas grandes capitais terminam com a renda **per capita** muito baixa, quer dizer, com o tributo **per capita** para que possa fazer frente às necessidades.

Qual seria a solução? Seria talvez, apenas a título de provocação, diminuir de 75% para um outro parâmetro, o que seria distribuído pelo valor agregado, e se colocar em uma divisão tipo uma lei Robin Hood, o que foi feito em Minas e Bahia, para contemplar esses Municípios mais pobres.

Essa a questão que eu queria que V. Exª nos esclarecesse.

Por fim, a grave questão que todo o País sofre e, infelizmente, a União faz de ouvido de mercador. Refiro-me à questão do transporte público. Hoje, milhões de brasileiros andam a pé, porque não podem pagar tarifa de transporte público.

Em Salvador, hoje, há a greve dos rodoviários. Vejam: os empresários, na maioria das vezes, estão complacentes com a greve porque, se tiver que dar aumento aos rodoviários, as tarifas também aumentarão. Mas a população não pode pagar porque temos distúrbios sociais ao se aumentar a tarifa.

No entanto, temos uma série de encargos, todos eles tributários, possivelmente do Governo Federal, mas também dos estaduais e municipais, sobre essa atividade, que é fundamental, é básica para a vida da cidade e do cidadão, que é o transporte público.

Houve uma reunião nesse sentido em Salvador, mas, parece-me, que nada avança quanto a esse aspecto. Quer dizer: desonerar o *diesel* dos tributos, elaborar um preço especial sobre o *diesel* para o transporte público, isso, a meu ver, se afigura uma grave dificuldade para a estabilidade social das grandes cidades brasileiras – São Paulo, Rio de Janeiro e todas as capitais.

Então, essa é outra questão sobre a qual também queria ouvir a opinião de V. Exª, porque entendo que o assunto é momentoso e que vai estourar aí com imensa dificuldade para os administradores públicos municipais.

Muito obrigado.

É um prazer estar aqui com V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Obrigado, Senador César Borges.

Quero frisar que temos alguns ex-Prefeitos de capitais presentes: o Senador César Borges, o Senador Mão Santa e eu.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, ex-Prefeito da cidade de Parnaíba.

Antes, porém, faço o registro da presença aqui do Prefeito Milton Lima, de São Carlos, Vice-Presidente temático da Frente Nacional de Prefeitos, e do Prefeito José Felipe, de Diadema. A eles, as nossas saudações e a satisfação de recebê-los na nossa Subcomissão.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, já que V. Exª fez a referência, vamos complementá-lo dizendo que fomos prefeitos no período que penso que as prefeituras tiveram o pior em termos de receitas. Com a Constituição de 1988 – do dia que deixamos a prefeitura, em 24 horas –, no Município do Rio, cresceu a sua arrecadação duas vezes e meia por causa da participação do ICMS. As prefeituras melhoraram muito. Houve a perda hoje de novos Municípios, mas no nosso tempo foi uma pedreira!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De 1986 a 1º de janeiro de 1989 – 1988 praticamente.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Foi 31 de dezembro de 1988.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi 31 de dezembro de 1988, um período muito difícil.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Foi um período de três anos muito difícil, e coloca difícil nisso, porque lá no Rio foi uma calamidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi um desafio.

Concedo a palavra, portanto, ao Senador Mão Santa, do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Fui prefeitinho. E digo isso porque, nessa escalada do Executivo, penso que é o ente mais importante é o prefeito. Fui e gostei de sê-lo, porque é o prefeito que vive mesmo. Administra, e não tem pessoa mais compromissada do que o prefeito, mais idealista do que ele, porque ali ele reside. É como o Presidente Sarney disse: a minha Pátria começa onde começa o meu chão, em Pinheiros, no Maranhão.

Sêneca dizia que não era nem de Esparta nem de Atenas; era de uma pequena cidade, a sua cidade. Acho o prefeito essa figura, a melhor figura.

Foi uma pena o Presidente Lula não ter sido prefeitinho. Do núcleo duro, o melhorzinho é o Palocci, porque foi prefeitinho. O resto não está com nada, não sabe... Ser prefeito é uma experiência extraordinária.

Tenho 68 anos de luta, que foram longos e sinuosos. Reputo a experiência de prefeito. Penso que deveria ter uma escalonamento. Ao papado, é uma confusão doida para se chegar – não podia ser assim. Isso é o que quero dizer.

Fui privilegiado, porque trabalhei com três presidentes da República, pós-Constituição. O Presidente

Sanrey foi, sem dúvida alguma, o mais generoso de todos. Generoso, não é só por aquele negócio do Programa do Leite, não. S. Ex^a tem sensibilidade; caso contrário, não estaria onde está, porque a política devora o homem. E S. Ex^a está nadando no velho mar. Na canoa Chita Verde do romance, S. Ex^a vai nadando, navegando.

S. Ex^a tem sensibilidade, e deve tê-la. Foi prefeitinho e governador. O décimo terceiro mês é uma desgraça; se não se pagar o décimo terceiro, cai o mundo, porque é uma expectativa, é da cultura, o Natal, o Ano... V. Ex^a sabe disso.

Por volta de 1988, ele arrumou... Há três fundos, entram nos dias 10, 20 e 30 – aquele negócio do Fundo de Participação. S. Ex^a arrumou um quarto fundo – sei que todo mundo pagou e navegou. Não sei como é que deu o pulo dele... Tem que ter essa sensibilidade política.

Depois, veio o Collor, figura extraordinária na história. E vou dizer o porquê: tem que ter comando. Ele teve. Havia respeito. É interessante: ele tinha essa característica. Ele governou durante dois anos, mas com autoridade. Depois, eu não estou falando disso... Estou contando a minha história. Isso é importante. Ele tinha a força dele. E isso se transmite ao prefeito.

Agora, está uma confusão doida. Estamos com carência de autoridade. Autoridade! A autoridade não pode ser suspeita. Ensinem isso, pelo amor de Deus, ao Lula. Eu tenho essa experiência. Sou muito mais experimentado do que Sua Excelência. Muito mais! Eu tenho 62 anos e trabalhei muito. Aposentei como cirurgião. Sei que Sua Excelência trabalhou pouco. Foi um acidente.

Eu quero lhe dizer sobre uma coisa de que eu estava falando, que interessa ao Sr. João Paulo. Na minha cidade, apareceu um capitão Correia Lima. Era uma cidade pacata, ordeira, onde nunca tinha havido... E começou a morrer gente. Atentai bem. Por felicidade minha, ele foi suspeito de matar uma pessoa da capitania dos portos. Em um litoral pequeno como o do Piauí, depois do militar, a autoridade é o capitão.

Então, eu aproveitei e, suspeitando, procurei o capitão. Vi que o que ele estava dizendo... Vamos dizer assim, não fazia parte da cultura do povo de Parnaíba ocorrer tantos crimes assim. Falei para o capitão que autoridade não podia ser suspeita. Ele não podia, eu não podia, o Bispo também não podia... Eu estava suspeitando...

Depois, Deus me fez governador do Estado, e eu prendi o Coronel Correia Lima Viriatro, chefe do sindicato do crime.

Você entendeu o negócio? Autoridade não pode ser suspeita. Isso eu disse para o capitão dos portos.

Depois eu que o prendi. Mas é porque houve esse fato.

Então, a autoridade não pode ser suspeita, Lula! E há esse negócio aí de autoridades todas suspeitas! Não pode! Autoridade é moral!

Sabem o que aprendi também? Nessa mesma época, havia um outro lá que era violento. Era mais violência. Aí o delegado prendeu lá um enfermeirozinho. Fui ao juiz pedir um **habeas corpus** e tal... Aí eu disse, mas o senhor vai lá só e lhe diz que autoridade é moral. Estava acompanhando o juiz para soltar o meu enfermeiro.

Então, essas coisas... O Collor depois caiu. Estou falando antes, o reflexo. Ele tinha autoridade naquele período que ele...

E aquilo irradia, João Paulo. Estamos em uma crise sem autoridade. Esse é um fato. O que está havendo aí é uma barbárie.

João Paulo, sei que V. Ex^a é extraordinário. Eu mesmo não acreditei que você fosse ganhar, não. Sou do Nordeste. Tenho ligações lá, tenho irmão. Mas V. Ex^a surpreendeu, e foi uma grata... E queremos lhe render... Mas por quê? Porque o que está havendo no Brasil é uma barbárie. Nunca esteve pior, não, rapaz. Acorda. Vai lá... O senhor tem... Andei até dizendo que a gente só faz três coisas uma vez na vida: nascer, morrer e votar... mas posso mudar. O Petrônio Portela, que foi do Piauí, disse “Só não muda quem demite o seu direito de pensar.” Se V. Ex^a for candidato pode ser até que sim...

Quero lhe dizer o que eu vi. O que eu vi é o seguinte. Sei que li aqui em um jornal “Foram assassinados 150 mil brasileiros em um ano.” E o seu Recife, do Pernambuco, é o pior do Nordeste. É o campeão. Sei que o senhor é bom. O senhor não é o culpado disso, não. Mas é a realidade. Não agrediu os fatos, ensinou o Petrônio Portela. E esse é um fato, de que o senhor não tem... Mas é a realidade. E no seu Estado, a sua cidade é a que mais nos envergonha, é a cidade que tem maior criminalidade.

Sei dos feitos, o senhor merece a vitória, é, ainda, uma perspectiva invejável na política de Pernambuco. Esse é o quadro.

Agora, que piorou, piorou muito. Isso mesmo, ser prefeitinho. Por isto é que o Palocci é o melhorzinho: porque ele foi prefeitinho lá do núcleo duro. O resto não foi. Essa é a realidade. Sou cirurgião e, para você aprender a operar, tem que estudar anatomia.

Sim, Dr. João Paulo, vou lhe dizer a minha experiência, e para ensinar mesmo. Fui prefeitinho, e os que estão no núcleo duro não foram. O senhor, que foi, é bom fazer uma reflexão e levar a verdade. Dou valor médico... O senhor é advogado, não é?

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Não, sou peão de fábrica.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É bom o trabalho, nada melhor do que o trabalho, o trabalho é a melhor escola.

O médico dá muito valor à etiologia, não dá valor à febre, à convulsão, é a causa. A causa é simples, é clara, é a Constituição. O núcleo duro tem que entender que aquilo não é uma palhaçada não, aquilo tem a sua razão de ser, aquilo é bíblico. Moisés escutou: “Toma, Moisés, estão aqui as leis”. Era a constituição para se viver no mundo de Deus. Aquilo é para ser obedecido. E nunca se viu tanta desobediência à Constituição como agora.

O Senhor foi Constituinte, não foi?

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Não.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois é, sei que Ulysses beijou... Quer dizer, desrespeitar a Constituição é rasgar a bandeira. É simples. A ignorância é audaciosa. A gente pensa que aquilo não tem sentido... A ignorância é audaciosa – não fui eu quem disse isso não, foi um filósofo. Está lá escrito: Orçamento. É simples, fui prefeito.

Tem que ter o bolo – mesmo aquele bolo do Delfim Netto, que vai crescer e vamos dividir, mas tem o bolo lá. Pelo menos, escreveram lá que, do bolo da riqueza, 54% é do governo, da União. Aí eles vão, com fome e com ignorância, e já estão comendo mais de 60! 22,5 para os Estados; 21,5 para os Municípios. Hoje, para os Municípios, é 14, e com agravante: aumentamos muitos Municípios – no meu Estado mesmo, criei 78. Então, o bolo ainda é menor. E os Estados cresceram: Tocantins, Mato Grosso... Então, a causa é essa: desobediência à Constituição. Os Municípios estão mal, a situação é precária.

Tínhamos esperança, votei no Presidente Lula, trabalhei muito. Mas a esperança fica ainda no Prefeito João Paulo, que surpreendeu com uma retumbante vitória – o povo é sábio!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Prefeito João Paulo.

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Foram abordadas tantas questões, e de forma tão profunda... Vou tentar, dentro dos meus limites também, abordar as diversas questões apresentadas aqui.

Preliminarmente, poderíamos discutir aqui a situação de cerca de cinquenta e quatro milhões de pessoas que vivem na miséria no Brasil, sob o ponto de vista de uma concepção de mundo mesmo e de sociedade. Vivemos essa realidade de concentração de renda e de poder no nosso Brasil. Eu tinha clara certeza de que não iria resolver isso nos meus quatro anos de governo, e nem o Presidente Lula iria resolver

tamanha desigualdade em dois anos de governo. Mas penso que temos que ter essa compreensão e ver no que, essencialmente, podemos avançar. Acho que é essa é a questão central que está colocada.

O Senador Sibá Machado abordou a questão dos municípios. Ora, se nós vivemos no Brasil em que um terço da população vive abaixo da linha da pobreza, é lógico, então, que esse quadro por si só mostra a impossibilidade política e econômica de os municípios resolverem isso a curto prazo. Por quê? Porque o recurso da União é um só. Já foi mais concentrado. Eu dizia aqui que houve avanços significativos já no Governo do Presidente Lula, mas 70% ficam para a União, 20% para os Estados e 10% para os municípios.

Como falou o Senador Sibá Machado, a nossa arrecadação principal são as transferências da União, por meio do Fundo de Participação do Município, o ISS e o IPTU. O resto é muito pouco.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – De Recife?

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas é nessa ordem? A transferência da União é mais do que o ISS?

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Do que o IPTU, não. A transferência da União é maior se forem somados os diversos fundos, da Saúde, da Educação etc. A nossa arrecadação do IPTU é significativa para o município, mas em relação a Recife, que é uma cidade grande, possui muitos serviços e uma classe média relativamente grande. Então, o bolo é um só. Deve haver a discussão de um pacto federativo. Creio que o Governo está cada vez mais interessado em avançar nesse sentido, porque o bolo é um só, então alguém tem que perder algo. Entretanto, como cada vez mais são atribuídas responsabilidades para os municípios, é normal que as condições deles sejam melhoradas.

Em relação aos recursos, quando eu cheguei à prefeitura, o gasto com a saúde era de 4,6% ao ano. Nós saímos de 4% para 15% por um compromisso político mas também constitucional de atingirmos esse patamar. Saímos do ano anterior, que era de 4,6%, e chegamos a 15%. Fizemos uma melhoria significativa e extraordinária na saúde. Saímos de 27 equipes de Saúde da Família para 217. Recuperamos duas maternidades que estavam fechadas, construímos uma nova maternidade, contratamos aproximadamente 6.500 trabalhadores, sanamos as urgências odontológicas. Houve em nossa cidade um processo de modificação muito grande na saúde, com significativas melhorias.

O gasto com a educação é de 25%. Se retiramos 25% da educação e 15% da saúde... Quando eu passei

de 4,6% para 15%, tive que tirar esse dinheiro de outras Secretarias. Não há como, não existe mágica.

Esse processo de melhoria se dá nessa relação com a União, mas também com os Estados. A reforma tributária está emperrada por conta de alguns governadores. Não adianta, então, os prefeitos quererem se contrapor aos governadores nem ao Governo Federal. A posição política que a Frente defende é de estarmos permanentemente sentados à mesma mesa com os governadores porque o que temos são só os prefeitos e a União. Os Estados, essencialmente, não têm representação, e a participação para nós é fundamental, do ponto de vista da concepção de um pacto federativo.

É importante frisar que o consórcio não vai ser outro ente federado. Ele não tem autonomia, não tem poder tributário, não tem base territorial, por exemplo. São essas as condições. Esse consórcio, inclusive pela própria contribuição do Senado, está enquadrado do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal, e se pode responder por crime de responsabilidade pelo não cumprimento da lei. Esse foi um adendo muito bem colocado pelo Senado Federal para que se possa garantir que esse recurso seja bem aplicado e permeado de transparência para que possa atender...

Em Pernambuco, estamos com um consórcio do ponto de vista da região metropolitana. Eu acho que as regiões metropolitanas foram criadas e cumpriram um papel importante, mas há mudanças significativas para as quais essas organizações precisam se atualizar. É isso que estamos construindo lá, com um Governador que pensa de modo diferente de mim – ele é do PMDB –, mas conseguimos fazer as parcerias em relação ao consórcio. Recife foi a primeira prefeitura que assinou o consórcio de transportes urbanos com o Governo do Estado. Quer dizer, são consórcios ainda precários, para os quais estamos aguardando a regulamentação da Lei dos Consórcios pelo Governo Federal, o que vai permitir, inclusive, uma possibilidade maior de investimentos. Por exemplo, no Município de Olinda... Olinda é uma cidade que tem cerca de um terço da população de Recife e um doze avos da arrecadação. E trata-se de uma cidade que é patrimônio histórico da humanidade. Isso é para sentirmos na pele o que são – inclusive, a Luciana fala que sou o primo rico dela – as condições em que vivemos em Recife. Então, os consórcios, para nós, foram um grande...

Em relação à questão do saneamento, veja bem o que assistimos em Pernambuco: hoje, a companhia que foi criada, em determinado momento que teve a sua importância, não respondeu, do ponto de vista da eficiência. Eu não estou colocando culpa em governo nenhum, até porque passaram muitos governos por lá. Mas os Estados, na sua grande maioria, estão tendo a

maior dificuldade do mundo para cuidar da política de saneamento de 187 cidades para garantir manutenção, acompanhamento, ampliação dos serviços.

Então, creio que não pode ser assim que as prefeituras... por exemplo, podem assumir a distribuição da água, podem estabelecer convênios para que a gente possa...

Em Recife, estamos tendo uma experiência muito exitosa na medida em que conversamos, discutimos e, conjuntamente, trabalhamos as questões, como a questão de saneamento. Acho que é difícil para o Estado cuidar de tudo sozinho nas mais diversas cidades. Por exemplo, temos Recife, Petrolina, Cabrobó para o Governo do Estado cuidar de tudo. É muito difícil.

Então, nesse processo de discussão, estamos vendo qual é a atribuição concreta que o Município pode ter, do ponto de vista do saneamento e da distribuição de água. Eu diria não talvez da produção de água porque Recife não tem como produzir água. Lá existem algumas fontes de água mineral. Recife é uma das menores cidades do Brasil: tem 222 quilômetros quadrados. É uma cidade pequena, que vive de serviços, basicamente, e de algumas poucas indústrias. Creio que a necessidade de sentarmos e conversar é mais do que fundamental.

Quanto à questão concernente ao transporte público, penso que, cada vez mais, temos que enfocar com mais profundidade essas questões porque não adianta apenas baixar os tributos e aumentar os subsídios na área de combustível se não tivermos, por exemplo, controle do sistema, da qualidade dos serviços; se não se combater o transporte clandestino e evitar a superposição de linhas... A população sem dinheiro para andar, e os ônibus vazios porque as empresas ganhavam por quilômetros rodados.

Então, a necessidade desse entendimento – e temos parcerias com o Governador – foi justamente por conta dos objetivos do nosso projeto, mas acima de tudo pela participação do Governo do Estado porque não temos o poder de polícia. Como iríamos tirar o transporte clandestino da cidade, se não tivéssemos a Polícia do Estado de lado para enfrentar isso? E enfrentamos a situação com um Governo diferenciado, o que considero uma coisa interessante.

Estamos vivendo um momento em Recife talvez ainda não vivido na História do Brasil: há uma parceria de um Governo de Oposição, mas que deixa dificuldades tanto dentro do campo PT como do PMDB e do PFL, por conta das parcerias. Contudo, a cidade aprova em mais de 87% essas parcerias para melhorar a qualidade de vida da população.

Quero dizer que o Senador essencialmente não acreditava que ganhássemos a eleição, não é?

O SR. – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Era muito forte mesmo, e com o dobro do meu tempo de televisão.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Valorizando a sua liderança, e foi um grupo muito forte, desde a sua primeira vitória. E havia aqueles candidatos todos contra V. Ex^a.

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – É verdade. E o candidato do Governador, o candidato Joaquim Francisco, que foi Governador e Prefeito duas vezes.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Foi uma surpresa agradável.

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Na verdade, Recife mudou muito a partir da nossa administração, seja pela participação popular, pelo saneamento integrado, pela contratação dos professores, pela retirada de palafitas, seja pelo trabalho de proteção dos morros da cidade do Recife. Houve uma série de elementos, mas acima de tudo fizemos política. Não atacamos ninguém, defendemos só o que fazemos e o que queremos construir. E o resultado foi, na verdade, maravilhoso porque ganhamos em todas as zonais da cidade.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E os seus adversários foram muito fortes. No Nordeste, conhecemos todos. Isso valorizou a sua vitória.

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Por último, o Senador sabe que sou militante e fundador do Partido dos Trabalhadores, mas eu tenho a minha avaliação em particular sobre o Governo, o Presidente e suas dificuldades. Sempre faço todas essas avaliações, muitas vezes duras. Mas internamente, em relação ao Partido, sou uma pessoa extremamente disciplinada. Até quem vem de uma organização comunista e revolucionária tem muita disciplina.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite vinte segundos?

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Pois, não.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Fui Deputado em 1980, ouvindo um homem inteligente, que saiu da Câmara e foi Senador. Falo do Senador João Lobo, que disse que há dois brasis: o Sul e o Norte do Nordeste. Eles ganham duas vezes. Naquele tempo, em 1980, Pernambuco e Bahia eram os Estados mais ricos do Nordeste, e Piauí, Maranhão e Paraíba eram os Estados mais pobres. Ganha a metade o Piauí, então somos quatro vezes mais pobres.

V. Ex^a se lembra de Juscelino e da Sudene para retirar essa desigualdade. A proporção era de quatro vezes o mais rico e o menos rico – o Maranhão, o Piauí

e a Paraíba. Hoje, segundo o IBGE, entre Brasília – essa ilha da fantasia – e o Estado mais pobre – o Maranhão – a diferença é quase nove. Assim, aumentou. Isso é o que me preocupa.

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – É, mas também diminuíram as desigualdades dentro do Nordeste. Em Pernambuco já significou em torno de 43% a 45% do PIB do Nordeste; na Bahia, 35%, mas também houve influência do pólo de Camaçari e tudo o que discutimos.

Creio que, dentro do pacto federativo, temos que pensar no todo, mas com a preocupação de não dividir a miséria. Temos que garantir certas condições para as cidades para que elas possam se desenvolver e prosperar. Então, acho que pode haver um termo de ajuste entre essas 400 cidades, etc, que também possa haver certo equilíbrio para também não haver uma mudança de patamar tão grande que inviabilize as outras cidades. Temos de ter esse equilíbrio e também a implantação de projetos estruturadores. Essa é uma das preocupações com o Presidente. Por exemplo, no Nordeste, com a Transnordestina, transposição do rio São Francisco, o estaleiro, a indústria de hemoderivados, todos são projetos que, essencialmente, levarão o desenvolvimento e o crescimento para a região.

Quanto à violência abordada pelo Senador, essencialmente, ainda há algumas questões colocadas concernentes aos registros de óbitos. Não estou levantando nenhuma dúvida. Mas, desde o Governo Arraes, em Pernambuco, tornamos cada vez mais eficiente o registro dos óbitos. Não sei se em todo o Brasil, na verdade, consegue-se tanta precisão quanto em Pernambuco. Não ficamos orgulhosos pelo índice de assassinatos, mas, acima de tudo, porque também é feito um registro geral, que nos permite isso.

O Senador falou que é a minha cidade. Mas é importante lembrar que a minha responsabilidade constitucional não é o combate à violência. Essa responsabilidade é do Governo do Estado e do PMDB, Partido de V. Ex^a.

Digo, Senador, que tenho comungado com o Governador e, inclusive, com o próprio Secretário de Defesa Social, João Braga, que foi Vereador comigo, e Deputado Estadual, durante dez anos, comigo na Assembléia Legislativa. Temos buscado, ao máximo, apoiar e buscar parcerias com o Estado no sentido de combater a violência. Estamos em processo de discussão com a União, o Governo do Estado e a Prefeitura de Recife, que é referência nacional do ponto de vista da consolidação da criação do Susp, que dará claramente as atribuições do Município quanto à segurança. Na campanha eleitoral, essa coisa foi colocada,

como a criação da Secretaria de Segurança Pública Municipal.

Temos dado uma grande contribuição no sentido do trabalho preventivo, Sr^{as} e Srs. Senadores. Nós, a Prefeitura de Recife, fizemos um mapeamento de todos os bairros mais violentos da cidade. O que fizemos a partir desse mapeamento? Depois do mapeamento, fizemos implementação de políticas públicas direcionadas a combater a violência. Por exemplo, no bairro do Ibura, que era campeão de violência, implementamos uma escola profissionalizante, cuidamos da iluminação, inauguramos creche, levamos o esporte e a cultura à região. No último dado deste ano, o próprio Secretário de Justiça constatou que houve até um aumento de violência no Estado, mas que Recife reduziu – não ainda como queremos – a violência, os homicídios em nossa cidade. Estamos fazendo um esforço muito grande.

Senador, eu falava das dificuldades em administrar uma cidade com 1,5 milhão de habitantes, dentre os quais 1.050 milhão são pessoas que vivem na pobreza e abaixo da linha da pobreza. O desafio é muito grande. Com Fernando Henrique Cardoso e, agora, com o Presidente Lula, a articulação é grande. Eu diria que é até maior ainda porque Lula tem dado um tratamento diferenciado aos Prefeitos e na parceria com o Governo do Estado.

V. Ex^a pode ligar para o Governador Jarbas agora para dizer o quanto temos sido parceiros para equacionar os problemas da cidade e do Estado. Tenho dito que, em minha experiência de quatro anos como Prefeito, Senador, de uma metrópole, talvez muito mais importante do que fizemos, que foram coisas que marcaram definitivamente a história da cidade, talvez tenha sido ele não ter me atrapalhado nem eu o ter atrapalhado na cidade. Porque um Governador pode atrapalhar, e muito, um Prefeito e um Prefeito pode atrapalhar, e muito, um Governador. Então, conseguimos lá tipo: Orla de Boa Viagem, que é um cartão-postal, conseguimos uma implantação de sanitários na orla da praia, o que nunca foi feito, e só foi possível por conta da parceria. Conseguimos garantir uma grande via, que é a Paralela da Caxangá, a Maurício de Nassau, que passamos por dentro da Exposição de Animais, que é um equipamento do Governo do Estado, passamos por dentro, rasgamos e não pagamos nenhuma indenização. O Governo deu a licença ambiental para que pudéssemos construir os sanitários públicos. Construímos as condições para fazê-los. Tiramos as kombis, em parceria com o Governo do Estado. Então, temos nos ajudado muito, a partir de nossas próprias dificuldades.

Particularmente, tenho feito o que posso, do ponto de vista até do Governo Federal, em ajudar o Governo

do Estado, para que as verbas destinadas a Pernambuco, inclusive tentando ajudar num conflito que existe, que estamos resolvendo agora, entre a Caixa Econômica Federal e o Governo do Estado, pelo processo de venda das ações da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), com o compromisso de privatizar. Isso está em torno de R\$300 milhões, que a Caixa bancou, e agora não foi privatizado. A Caixa entende como um prejuízo para ela. Tenho lutado de forma muito incisiva para que seja encontrada uma alternativa, porque Pernambuco está há dois anos sem receber recursos de financiamento por conta desse atrito. E sou Prefeito hoje, amanhã saio e a cidade fica, meu Estado fica. Então, o que eu puder fazer para ajudar, independente da posição política e ideológica, faço isso, e a sociedade vai julgar se é essencialmente errado ou não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Prefeito, eu queria ter uma informação, já que essa ação de parceria é em prol da cidade. Eu queria saber sua impressão sobre o andamento do metrô de Recife, porque temos hoje, na cidade de Salvador, um grande problema que traz uma inquietação muito grande à população: não temos conseguido que o Governo Federal tenha a sensibilidade devida para liberação dos recursos. Para V. Ex^a ter uma idéia, temos R\$86 milhões alocados no orçamento deste ano e, desses R\$86 milhões, R\$76 milhões estão contingenciados, R\$10 milhões estão descontingenciados mas não foram liberados, e já estamos no meio ano. Agora o Governo está aventando a possibilidade de liberar R\$9 milhões de restos a pagar, de 2004 – agora. Então, como sei que esse não é um problema só de Salvador, mas compartilhamos com Salvador, Recife e Fortaleza, a mim parece que há um compromisso com Belo Horizonte, que deve ser a prioridade do Governo Federal, mas esse é um assunto que está palpitante no Estado da Bahia. Então, lhe pego nesta oportunidade para me passar um pouco de sua experiência. Quem sabe V. Ex^a possa até ajudar Salvador, liberando e convencendo as autoridades monetárias de que o povo trabalhador de Salvador precisa dos recursos para concluir logo seu metrô. Eu lhe agradeço.

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Na verdade, essa é a preocupação nossa com a implantação do metrô de Recife, Salvador e Fortaleza. No mínimo, a última informação que recebi do Ministro das Cidades era a de que eles vão garantir a questão dos metrôs, tanto Recife, quanto Fortaleza e Salvador. Então, foi o último informe que tive, de que no mínimo os recursos alocados para este ano estariam assegurados. Inclusive, comuniquei isso ao Silênio Guedes, que é o administrador do metrô.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas até agora não foram liberados ainda lá em Recife, não é?

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Não, ainda não, mas estão liberando. A informação que tenho é de que está sendo liberado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Vamos aguardar.

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Senador Sérgio Guerra, boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Peço desculpas ao Presidente Garibaldi Alves Filho por não ter podido chegar aqui antes, mas eu acho que é indispensável uma imediata ação nossa para conciliar os acontecimentos das diversas comissões. É inteiramente impossível cumprir minimamente a responsabilidade nossa como Parlamentares. Acho que alguma coisa tem que ser feita com a maior urgência, porque está completamente impossível a nossa ação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está inadmissível.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Pois é. Não haveria nada que eu consideraria mais importante do que estar aqui hoje nesta reunião, desta Comissão, presidida pelo Senador Garibaldi, com a presença do Prefeito da minha capital.

É uma situação realmente fora de controle. Hoje nós realizamos uma reunião na Comissão de Agricultura, setor do açúcar e do álcool e no setor de distribuição de combustíveis, lembro-me bem, o Líder Delcídio, por exemplo, estava absolutamente interessado na reunião e não pôde ficar. Outros líderes tiveram que ir para a reunião de liderança, havia outras, se não três ou quatro, reuniões de comissão. Teríamos que ter 800 Senadores e não a quantidade que temos para encarar minimamente essa situação.

O que é grave, porque são chamadas pessoas relevantes. E, na verdade, há interesse dos Parlamentares e não há a devida participação de todos, pelo menos de um quórum aceitável.

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Senador, apenas um aparte, eu me coloco inteiramente à disposição para quando necessário. Agora há um problema interno que cabe aos Senadores, na verdade, resolver.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não tem nada a ver com o comparecimento dos convidados, muito menos do nosso Prefeito.

O que tenho insistido aqui nas nossas reuniões e em outras, tem a ver com o fato de que, primeiro, a capacidade de investimento do Governo Federal não

é boa, nem má, é ridícula. Não vai aí nenhum combate oposicionista, mas a princípio a constatação dos números, se compararmos o que pagamos de juros com o que investimos no País, ninguém quer ser Argentina no Brasil, mas é evidente que este rumo está certo. São juros demais para investimento de menos.

O Brasil investiu três, quatro bilhões o ano inteiro. Isso não representa nem uma política responsável para a restauração das estradas, por exemplo. Como imaginar que com R\$4 bilhões alguém possa fazer uma coisa relevante do ponto de vista de um investimento público. Esse é um cenário. Então, a União não está realmente investindo.

Segundo, investe de uma forma muito pouco racional. Nós vivemos sob o contexto dos contingenciamentos. Os contingenciamentos, por natureza, são ações arbitrárias, cuja reflexão é apenas de caixa, não sendo, em alguns casos específicos, de ciência e tecnologia, que estão fora da linha de contingenciamento, todas as outras despesas e investimentos voluntários estão submetidos a regimes de contingenciamento drástico. Se contingencia recursos para a agricultura, por exemplo, que tem que estar na hora certa, porque ninguém pode combinar com a natureza uma safra e a necessidade dessa safra. E contingencia, assim, quase tudo, de maneira imprudente. As transferências para o Nordeste são mínimas. Eu tenho o levantamento de dois meses atrás: mais de 600 obras, pequenas e médias, paralisadas. Isso não produz notícia, são pequenas e médias obras. Mas o fato é que são recursos públicos desperdiçados.

Além do mais, uma pequena obra e média para um pequeno e médio municípios são relevantes. Podem não ser para o País, podem não ser para a região, às vezes não são para os Estados, mas são para os Municípios. O Recife é uma cidade que concentra demandas, expectativas, conflitos do Nordeste inteiro. Não diria que é a síntese do problema do Nordeste, mas é quase isso. O Prefeito do Recife é uma pessoa – vocês já devem ter percebido e nós de lá já sabemos – absolutamente harmoniosa, alguém que tenha sempre uma preocupação de contribuir. Entre as suas boas qualidades, essa é uma.

Eu perguntaria ao Prefeito, o que ele teve de recursos federais, transferências voluntárias da União, para investimento no ano de 2004. Quanto o Prefeito de Recife, João Paulo, recebeu de recursos federais em 2004?

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Precisamente, não tenho essa informação. Porém, acredito que foram destinados R\$8,5 milhões a uma das principais obras do Estado. Resgatou-se uma área muito importante para a nossa cidade, a área de Bra-

sília Teimosa, com a retirada das palafitas, permitindo, conseqüentemente, o acesso a uma área muito importante, que é o Parque das Esculturas, deixando Brasília Teimosa num processo de integração à Boa Viagem. Hoje, na verdade, apesar das dificuldades de ser... Além disso, houve outros investimentos de que não tenho informação.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Mas o mais relevante foi o de Brasília Teimosa?

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Exatamente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – De R\$8,5 milhões?

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Estou falando de recursos utilizados na cidade pela Prefeitura. Porém, destinaram-se recursos para o Governo do Estado e para outras Prefeituras.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Neste momento, não estou sendo opositorista nem ao Prefeito nem à União, mas quero dizer que R\$8,5 milhões é um número extremamente baixo.

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Com mais R\$6,5 milhões para os morros.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Oito mais seis são quatorze. Continua sendo um número mínimo. R\$14 milhões não são números paulistas; são números nordestinos. Os investimentos federais na cidade de São Paulo são infinitamente maiores do que esse.

Esse quadro nos leva a uma situação que precisamos enfrentar. A economia de São Paulo cresceu, no ano passado, 7,2%. A economia do Nordeste, menos de 2%. Não podemos pensar em um País equilibrado nem afirmar que estamos promovendo políticas socialmente equilibradas, avançadas, progressistas, se São Paulo cresce a 7% e o Nordeste, a 2%. São Paulo é governado na capital e no interior por tucanos. Estou dando um exemplo especial. São Paulo cresceu mais de 7%, e o Nordeste cresceu menos de 2%. Por mais talentoso que seja o Prefeito de Recife, ele não poderá enfrentar os graves problemas de infra-estrutura daquela capital com apenas R\$16 milhões. Não terá capacidade nenhuma de enfrentá-los com essa quantidade de recursos.

De outro lado, a capacidade de investimento dos Municípios é uma constatação a que tenho certeza de que esta Comissão chegará. A capacidade de investimento das Prefeituras está anulada, a dos Estados quase sempre e a da União, por uma questão de política geral, também é insignificante.

Sendo assim, quais são os fundamentos para sustentar tanto otimismo? A safra agrícola? Neste ano, ela sofrerá um declínio importante. Quem plantou a safra

a R\$3,10 o dólar está colhendo a R\$2,50. Os preços internacionais tiveram uma redução de mais de 30%. Os insumos que estão no custo da produção agrícola cresceram mais de 60%. As taxas de juros brasileiras são sempre não-competitivas, até essas que são destinadas à atividade rural agrícola brasileira.

Quero dizer que sempre reclamei da falta de uma política para o Nordeste. Não é agora que essa falta é tão visível, pois já vem de antes.

Estamos participando de uma Subcomissão Permanente que trata dos assuntos municipais e do Prefeito de uma grande cidade do Nordeste, cujo prestígio é grande. Queremos dizer que é humanamente impossível a manutenção desse **status quo**. Como faremos o que deve ser feito no Recife com R\$16 milhões de recursos públicos federais e com uma capacidade modesta de investimento – como sei – da Prefeitura e também do Estado? Esse cenário aponta na direção de conflitos crescentes que precisamos evitar e demonstra a necessidade urgente... Criminalidade, desordem civil, não se pode esperar outra situação. Se não damos emprego, o que vamos fazer? Se não criamos centros de geração de renda, como vamos sustentar tanta gente? Há milhões de pessoas nos morros de Recife. Ao se procurar uma atividade econômica para sustentá-las, nada se encontra, nem há previsão de que serão reproduzidas.

Acho que estamos num grande apagão social e as “políticas sociais” – na verdade, políticas assistenciais – são inteiramente insuficientes para o enfrentamento dessa questão. A marca é o desemprego, que continua aberto e que, em Salvador e Recife, está a cada dia mais alto. O desemprego não está declinando, mas crescendo. As taxas de desemprego aberto naquelas áreas dinâmicas, do ponto de vista da exportação no Brasil, tiveram declínio. Mas nas outras áreas que não são dinâmicas do ponto de vista de exportação, não há declínio, mas crescimento.

Este é o País em que vivemos. É muito importante ter a presença do Prefeito de uma cidade simbólica, politizada e conflituosa como é o Recife, administrada pelo Prefeito João Paulo, que tem o nosso respeito, a nossa estima e a nossa consideração.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Prefeito João Paulo.

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Só gostaria de expor que temos a compreensão dessas dificuldades. Mas poderíamos afirmar também, Sr. Senador, que, nos anos do Governo FHC, não houve sequer um terço desse índice. Está certo?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Mas, no passado, já houve mais.

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Não, eu só estou apenas fazendo a constatação. Estou dizendo que foi até pior.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O Governo vai olhar sempre pelo retrovisor, Sr. Prefeito?

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Não, não é olhar pelo retrovisor. Eu estou dando um dado concreto. Poderia ter sido outra informação. Fizemos cinco vezes mais no Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No meio desses desencontros citados agora, quero pedir desculpas ao Sr. Prefeito, pois entre esses desencontros que foram citados agora, houve elogios a uma parceria entre o Governo do Estado de Pernambuco e a Prefeitura Municipal de Recife.

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Sim, durante esses quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Essa parceria tornou-se, inclusive, freqüente. Acho que esse é um bom exemplo, num momento de recursos escassos para ambos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Pernambuco é um Estado democrático. Ele não aceitaria que Governadores e Prefeitos não colaborassem entre si. Eu acho que o Prefeito faz isso com correção, e o Governador também.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/ PT – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Deixo clara a minha satisfação de estar com o Prefeito da minha cidade, por quem eu fiz campanha e voltaria a fazer, e que está desenvolvendo um grande trabalho.

Mas eu vim aqui, Prefeito João Paulo, não só por isso, mas por outra coisa. Tem a ver com a ponderação do Senador Sérgio Guerra. Aproveito para pedir o apoio dos Srs. Senadores – não do Senador Mão Santa, que já está apoiando.

Apresentei, Sr. Prefeito – e V. Ex^a sabe disso, porque vi na pauta –, um projeto para que nós pudéssemos um perdão de 20% da dívida dos Estados e dos Municípios com a União, à condição de que esse dinheiro fosse investido em educação.

O Governo Brasileiro, por meio do Presidente Lula e do Ministro Tarso Genro, está defendendo a idéia da troca da dívida externa para investir em educação em escala mundial. Acho ótima a idéia, tenho estado envolvido nisso. Mas, por que não darmos o exemplo nós os brasileiros?

Para se ter uma idéia do impacto dessa medida, com esses 20% de redução da dívida dos Estados e dos Municípios com a União, nós poderíamos ter um aumento de R\$208,00 por aluno-ano – para cada um deles. Hoje, o Governo transfere R\$36,00 por aluno para a merenda, valor que subiria para R\$342,00. Permitir-se-ia, assim, haver um certo salto, pois daria R\$10 bilhões a mais por ano.

A proposta que estou fazendo, graças a uma emenda do Senador Mão Santa, é a de que, em vez de deixar no Estado os 20% que ele deixaria de pagar, esse montante iria para o fundo, que distribuiria *per capita* R\$208,00. Se não fizermos assim, São Paulo ficará com o dinheiro inteiro. E isso está na linha do que falou o Senador Sérgio Guerra, porque São Paulo tem hoje 51% da dívida. Então, 51% de tudo iriam para São Paulo, aumentando-se a desigualdade, melhorando-se a educação de São Paulo, em detrimento das outras.

Contudo, se destinarmos tudo isso a um fundo rateado aos Estados, poderemos dar um grande salto. Precisariamos de R\$7 bilhões, para dar o salto educacional. Por aqui há 10.

Então, a idéia está andando. O Senador Mão Santa é o Relator. Esta emenda adicional existe graças a S. Ex^a, pois não havia na idéia inicial, e espero que a Frente Prefeitos se manifeste sobre o assunto. É mais fácil a Frente dos Prefeitos, do que os Governadores. Creio que não haverá grande problema de o projeto passar nesta Casa.

Meu caro Prefeito, vim aqui mais para isso. Um pessoas estão esperando-me ao lado. Depois, gostaria de voltar para lhe dar um abraço. Queria contar com o apoio da Frente nessa luta: um perdão de 20% - não de 100% - da dívida da União com os Estados e Municípios, desde que o dinheiro vá inteiro para a educação.

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Totalmente apoiado, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento o Prefeito, que também é meu Prefeito, apesar de não ser da minha cidade. Considero-o meu Prefeito, porque é um companheiro do PT, que me orgulha muito pelo trabalho que vem fazendo à frente da Prefeitura de Recife, que é um referencial.

Senador Cristovam Buarque, pretendia abordar também a troca da dívida por educação, que podemos realmente discutir. É um assunto que tem sido suscitado e que tem de ser abraçado por todos nós,

independentemente de Partido, porque isso, sim, é uma negociação soberana sobre dívida, que nos vai pôr no caminho do desenvolvimento, que se dá pelo investimento em educação. Então, é importante que haja mobilização de toda a sociedade, para que os organismos internacionais aceitem isso. Já há o apoio da Unesco, e se contará com o apoio da sociedade. Devemos aclarar isso para toda a sociedade.

Prefeito João Paulo, concordo com V. Ex^a no que tange à importância do consórcio. Não é um ente federativo, mas que vai permitir, sem a menor dúvida, a solução de algumas situações às vezes até simples, mas que, por falta de recursos de um Município, não podem ser resolvidas. Vou citar um exemplo: neste final de semana, estive no sul do Pará, em Xinguara, onde houve um seminário de Prefeitos da região, ocasião em que defendi a figura dos consórcios, assim como os Prefeitos.

Fui a Eldorado dos Carajás, Município que ficou famoso não só no Brasil, mas no mundo, em face do massacre de sem-terra ocorrido em 1996. O Município de Eldorado dos Carajás é extremamente pobre, mas há Municípios lá na região em que é possível fazer um consórcio. Contudo, o Município de Eldorado talvez tenha dificuldades até de financiar uma patrulha mecânica agrícola, embora 70% do Município seja agrícola e de agricultura familiar.

Então, esse consórcio aponta na direção de resolver esses problemas. Municípios próximos, como Parauapebas e Canaã dos Carajás, por serem Municípios mineradores, onde tem produção mineral – é no Município de Parauapebas que fica a Serra de Carajás –, a exploração do ferro, esses municípios recebem recursos dos *royalties*. Não que eles não tenham problemas, eles têm problemas imensos porque o crescimento deles também é absurdo. Só em Parauapebas chegam, por semana, pelo trem da Vale, sai o minério, mas chegam de 100 a 150 famílias por semana, o significa um crescimento tão absurdo que é completamente impossível uma prefeitura conseguir atender a esse crescimento, é completamente inviável.

Se houver um investimento, inclusive um consórcio, que possa fazer com que todos os Municípios da região tenham uma condição melhor é claro que isso é será muito bom, pois pelo menos se dividirá e não se concentrará tanto essa situação apenas em um ou outro Município.

Eu queria só fazer esse registro e também cumprimentar o Prefeito de Cuiabá que está no início do mandato. Fui Vice-Prefeita de Belém, o PT passou oito anos administrando Belém e deixando marcas importantes no nosso Município. Temos procurado fazer com que os Municípios tenham melhores condições, mas

não temos dúvida de que sozinho ninguém consegue fazer nada. As parcerias hoje são o caminho da solução dos problemas. Penso que esse é o caminho.

Quero parabenizar a Frente de Prefeitos por estar com essa batalha, que agora já passou pelo Senado. Estamos, portanto, só aguardando a regulamentação disso que é fundamental para os nossos Municípios, principalmente para os mais pobres.

O SR. JOÃO PAULO DE LIMA E SILVA – Só queria, Senadora, se V. Ex^a permitir, abordar a questão colocada pelo Senador Mão Santa de que o Governo está sob suspeita.

Acima de tudo, sou um militante político; tenho 35 anos de militância política. Comecei no movimento da Igreja, na JOC – Juventude Operária Católica, fiz movimento sindical, fiz comissão de fábrica clandestina, passei alguns anos em uma organização comunista revolucionária. Depois fui presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, presidente da CUT, Vereador, Deputado e, agora, pela segunda vez, Prefeito da cidade de Recife.

Durante toda a minha vida pública sempre tive muito cuidado no tratamento de denúncias e acho que a política no Brasil tem tratado isso de forma muito mais eleitoral do que de outra forma. Defendo o direito da investigação, do aprofundamento, da busca da responsabilidade dos fatos, mas quero dizer a V. Ex^a – vou-lhe contar um fato e essa tem sido a minha relação política com quem pensa diferente de mim – que prefiro perder uma eleição a usar métodos não compatíveis com a ética no respeito às pessoas.

Quero dizer a V. Ex^a que teve um acontecimento este ano que muito me marcou na política e vou-me sentir bastante à vontade para contá-lo aqui. O meu secretário de governo havia recebido diversos *e-mails* de uma pessoa querendo insistentemente falar comigo. Eu disse que não conhecia a pessoa, não sabia de onde era e não ia conhecer essa pessoa sem ter uma referência, sem nada. Como ele colocou que era uma questão política grave e urgente, pedi ao meu secretário de governo, Múcio Magalhães, que recebesse esse senhor. Ele o recebeu e colocou o seguinte para o nosso secretário: ele se apresentou como membro de uma organização responsável por fraudar crimes contra a autoridade; que se estava fazendo uma armação dessas contra mim, mas que ele estava querendo denunciar isso desde que assegurássemos para ele redução de pena; que não estava querendo dinheiro, mas que estava querendo dar essa contribuição, porque discordava dessa coisa; e que ele tinha sido um dos responsáveis por preparar essa farsa contra a ex-Prefeita de Natal.

Eu, essencialmente, fiquei perplexo, no primeiro momento, sem saber o que fazer, e aí foi que falei com o Ministro Márcio Thomaz Bastos. Pegamos os *e-mails* dele e mandei meu secretário falar com o Ministro, para entregar nas mãos da Polícia Federal, para que esse fato fosse apurado. A Polícia Federal inclusive já estava atrás desse cidadão.

Então, defendo a apuração em todas as instâncias. Às vezes, sabemos que a coisa é escabrosa, tanto de um lado como do outro, tanto o que necessita de apuração como a farsa, para comprometer a imagem de uma autoridade. Nós que somos políticos, quando assumimos um posto importante no Brasil, sabemos o quanto a nossa imagem é fragilizada. O político, no Brasil, na verdade, tem imagem a pior possível. Então, acho que essa questão da preservação... Acho que o direito da investigação...

Agora, nunca faço prejulgamento, seja de quem for, seja de que posição política for. Tendo, normalmente, a querer que a coisa seja apurada da forma mais correta possível, e que, a partir dessa apuração, se coloque uma pessoa sob suspeição ou não.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não. Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu queria só aproveitar, Prefeito, concordando inclusive com o que V. Exª colocou sobre a questão da suspeita, para dizer que hoje a **Folha de S. Paulo**, apesar de colocar um título diferente nas matérias, deixa claro que o contrato dessa empresa com os Correios foi feito em julho de 2002; não foi feito no Governo Lula.

É engraçado porque eles dizem que a empresa de Mauro Dutra já liderava a venda de equipamento de informática ao Governo. Consolidou essa posição depois da posse de Lula. Consolidou. Ao mesmo tempo, eles dizem que os negócios com a Administração direta registraram aumento no segundo ano de mandato de Lula, mas, ainda assim, ficaram aquém, ou seja, foram menores do que o volume de negócios fechados pela Novadata no último ano do Governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2002.

Quer dizer, é uma tentativa... Parece-me que é com isso que devemos ter cuidado: temos que apurar, sim, mas temos que ter cuidado, não podemos fazer disso uma bandeira para combater o Governo, que tem, sim, se voltado para a maioria do povo. Principalmente em se tratando de uma revista que tem tido como matérias críticas a, por exemplo, gastos do Governo com o povo mais pobre; gastos do Governo com os sem-terra; que tem criticado gastos do Governo com

a reforma agrária; uma revista que representa, infelizmente, as elites mais reacionárias, mais conservadoras, mais podres deste País. Então, acho que temos que ter cuidado, e muito cuidado, porque já vimos muitas vezes na história, inclusive do nosso Brasil, filmes semelhantes. Quando governantes, inclusive da América Latina, tomam posições defendendo os mais pobres deste País, eles sofrem um ataque visceral daqueles que não conseguem tirar o nó da garganta de ter um Presidente que foi operário, sim, que não tem curso superior, mas que tem se voltado para a maioria do povo, para o povo mais pobre. Acho que é isso que temos considerar. E temos de ter essa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Muito obrigado, Senadora Ana Júlia.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, Líder do PT no Senado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Quero cumprimentar nosso Prefeito João Paulo, nosso Prefeito Wilson, lá da nossa querida Cuiabá. Éramos um Estado só, não é, Prefeito? Agradeço e cumprimento especialmente, nesta oportunidade, nosso querido Senador Garibaldi Alves, uma pessoa que todos respeitamos pelo Senador que é e pelo companheiro que sempre tem sido aqui no Senado Federal.

Parabenizo o Prefeito João Paulo, o Prefeito Wilson, pelo trabalho desenvolvido, especialmente o Prefeito João Paulo, que já foi à reeleição, o que mostra que a população de Recife, majoritariamente, para não falar esmagadoramente, aprovou sua gestão à frente de uma cidade, de uma Capital tão importante como Recife.

Queria ouvir um pouquinho dos dois Prefeitos, aproveitando a oportunidade da presença do Wilson, sobre dois pontos muito importantes. Infelizmente, Presidente, Senador Garibaldi, hoje e ontem, está um verdadeiro caos para trabalharmos nas comissões temáticas e nas subcomissões aqui do Senado. São várias comissões trabalhando ao mesmo tempo e no final das contas não conseguimos fazer uma ação parlamentar, porque ficamos a cada hora correndo de um lado para o outro, e não nos aprofundamos em nenhum assunto. Perdi boa parte da exposição dos convidados.

Queria só fazer duas perguntas. A primeira sobre transporte urbano. Fala-se muito em convênios ou adaptações que estão sendo feitas, principalmente na substituição do óleo diesel pelo gás natural – pelo menos São Paulo tem uma experiência muito clara. Pergunto isso, até porque as duas capitais, Cuiabá e Recife, dispõem de gás natural. E acredito que muitos veículos tenham feito a conversão para o gás natural veicular.

Esta é a primeira pergunta: Recife ou Cuiabá já tem algum plano nesse sentido? Até olhando uma das prioridades absolutas dessa frente, uma das prioridades absolutas dos Prefeitos é o barateamento do transporte urbano.

E o segundo ponto é se V. Ex^{as} já viram ou pelo menos se já analisaram esse projeto, essa proposta de saneamento, esse marco regulatório do saneamento que está sendo apresentando e que foi encaminhado à Câmara dos Deputados agora. Acho que vai provocar um dos debates mais importantes no Congresso Nacional, até pelo que representa o saneamento para o País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço o Líder do PT e concedo a palavra ao Prefeito Wilson Santos, Prefeito de Cuiabá.

O SR. WILSON SANTOS – Com a permissão do nosso Presidente, João Paulo, quero dizer que Cuiabá ainda não tem nenhum veículo movido a gás, porque em que pese possuir já o gás oriundo da Bolívia. São 700 quilômetros de gasoduto que já se encontram em Cuiabá há quase quatro anos, mas ainda não houve a distribuição. O Governador prometeu para a primeira quinzena de agosto a distribuição. Não será feita através de redes de pequenos gasodutos. Vai ser veicular. Os postos vão buscar o gás comprimido, levá-los em caminhões e fazer a distribuição.

O problema do transporte é algo que tem nos incomodado profundamente. No ano passado houve um quebra-quebra em Salvador. Este ano, em abril, o transporte urbano coletivo foi paralisado por oito vezes em Belo Horizonte; agora em maio, por três vezes em Cuiabá. É um setor sensível da população. Hoje em Cuiabá, os motoristas e cobradores estão em greve, cumprindo apenas o que o TRT determinou: 30%. É algo sensível, que machuca a população que precisa de atendimento médico, de uma audiência no fórum, de pagar suas contas, de se deslocar até a escola. E é um serviço essencial.

O que a Frente tem proposto sob a liderança do Prefeito João Paulo? Que o transporte coletivo urbano seja tratado como mais um elemento da cesta básica; que sobre ele não recaia nenhuma carga tributária. Para isso, os três entes federativos devem abrir mão, no caso dos Municípios, do ISSQN, do IPTU das garagens, dos imóveis das empresas. No caso do Estado, o ICMS, no caso de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, aquele fundo chamado Fetab, e, em nível nacional, do PIS, da Cofins, da Cide e mudar a fórmula do cálculo da carga previdenciária sobre a empresa, que hoje é feita individualmente sobre cada empregado e que deve passar a ser sobre o faturamento total e mensal da empresa. Ao fazermos toda esse isenção,

nós teríamos condições de retirar da tarifa aproximadamente 30%.

Em Cuiabá, a tarifa custa hoje R\$1,60; em Campo Grande, R\$1,80. Nós temos condições, se desonerarmos completamente esse setor, de reduzir em quase 30% o valor da tarifa; 30% sobre R\$1,60, são R\$0,48, quase R\$0,50. A tarifa cairia automaticamente para R\$1,12, no máximo R\$1,15. Hoje, há, no Brasil, quase 40 milhões de brasileiros que não conseguem pagar a tarifa no metrô, no trem e no ônibus. Eles andam a pé. São quase 40 milhões de brasileiros das classes D e E excluídos de qualquer deslocamento mecanizado nas cidades.

Nós precisamos acordar para esse assunto. O deslocamento a pé aumenta o número de estupro, de violência, de danos à pessoa física. O Brasil não pode ficar de costas para isso. Então temos feito, ao longo deste ano, sob a liderança do Prefeito João Paulo, importantíssimas reuniões da Frente Nacional dos Prefeitos. Em março, em Curitiba; em abril, em Salvador, onde o tema exclusivo foi o barateamento do transporte coletivo urbano no País. Condições nós temos; falta-nos vontade política. Por intermédio do Prefeito João Paulo, nós estamos organizados, determinados a apresentar, detalhadamente, a forma como isso pode acontecer.

Com relação ao saneamento,...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Prefeito, quero pedir desculpas ao senhor e a todos aqui presentes. Mas estão nos chamando agora ao Plenário, porque haverá votação nominal. Não sei, Sr. Presidente, como sairíamos dessa situação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Prefeito João Paulo...

O SR. WILSON SANTOS – Vou dar uma sugestão, porque nós abordamos essas questões: a do marco regulatório e a do transporte, que foi reforçada agora. Estamos deixando uma documentação aqui e nos colocamos inteiramente à disposição de V. Ex^{as} para que, em qualquer momento, possamos... Vamos mandar para todos os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Prefeito pode concluir.

O SR. WILSON SANTOS – Cuiabá é ímpar, lá o saneamento já é municipalizado. O Governo do Estado anterior fez toda a municipalização. Não há mais uma empresa do Estado que cuida disso. A Constituição dá aos Municípios – essa discussão é importante só para reafirmar – atribuição e a prerrogativa sobre o saneamento básico. Cuiabá é do Município.

Agora, quero dizer ao senhor que o Município de Cuiabá não tem nenhuma capacidade de investimento no setor. A empresa chamada Sanecap tem quatro

anos de existência, um déficit mensal de R\$1,6 milhão até dezembro. Conseguimos nesses primeiros quatro meses reduzir para R\$1 milhão o déficit mensal, uma dívida de mais de R\$50 milhões. Não consegue sequer pagar energia. Se não houver um consórcio que envolva Município, estado e União, nós não temos condições, sob pena de sermos tachados de irresponsáveis, de deslocar essa concessão que hoje está nas mãos dos Estados para os Municípios. Cuiabá é um exemplo. O Brasil inteiro pode visitar Cuiabá. Nossos números estão acessíveis e abertos.

Essa questão é séria: não é simplesmente repassar, devolver aos Municípios. Não temos condições. Os Municípios brasileiros, na sua esmagadora maioria, estão falidos. Cuiabá é um exemplo claro: não tem nenhuma capacidade de investimento. Pegamos a empresa com quase mil servidores, houve o desligamento de quatrocentos e temos uma empresa mais enxuta com seiscentos servidores. Com seiscentos servidores, conseguimos ampliar os serviços. Melhoramos a arrecadação, diminuímos custos e, mesmo assim, temos um déficit mensal de R\$1 milhão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A próxima reunião será de trabalho, no mesmo horário e no mesmo dia.

Encerro a reunião, agradecendo ao Prefeito Wilson Santos e ao Prefeito João Paulo.

Muito obrigado a V. Ex^{as}, em nome de todos desta comissão.

(Levanta-se a reunião às 17h05min.)

Ata da Quinta Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 1 de Junho, de 2005, às 14:30 Horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às quinze horas do dia primeiro de junho do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, com a presença dos Senadores Heráclito Fortes, José Jorge, César Borges, Valdir Raupp, Hélio Costa, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino e, ainda, do Senador Flávio Arns. Deixam de comparecer os Senadores Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Mão Santa, tendo falta justificada, Ney Suassuna e Sibá Machado. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos esclarecendo que a presente reunião tem como objetivo analisar as matérias em tramitação no

Senado Federal, que poderão ser discutidas no âmbito da Subcomissão. Em seguida, convida o Senhor Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios, para compor a Mesa, que, em seu discurso, expõe sobre a importância do PLS nº 194/04. Usam da palavra os Senadores Hélio Costa, que destaca o PRS nº 57/03, PLS nº 145/05 e o PLS nº 42/04, Sérgio Cabral, destacando o PRS nº 57/03 de sua autoria, César Borges, destacando o PLS nº 145/05 e o PLS nº 97/05, Delcídio Amaral, que destaca o PLS nº 97/05, Roberto Saturnino, destacando o PRS nº 57/03, o PLS nº 194/04 e, principalmente, o PLS nº 97/05, e, ainda, o Senador Flávio Arns. A Subcomissão decide que será solicitado pelo Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Subcomissão, juntamente com o Senador Sérgio Cabral, ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Luiz Otávio, a inclusão na pauta da Comissão do PRS nº 57/2003, de autoria do Senador Sergio Cabral. Decide, ainda, uma visita dos Senadores Garibaldi Alves Filho e César Borges ao Deputado Virgílio Guimarães, para tratar sobre pontos da Reforma Tributária relacionados aos municípios. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Convido o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Dr. Paulo Ziulkoski para compor a Mesa ao lado do nosso Vice-Presidente da Comissão, Senador Heráclito Fortes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Subcomissão de Assuntos Municipais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, em 1º de junho de 2005, às 14:30h, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Quero dizer da imensa honra e satisfação de receber hoje, nesta Subcomissão, novamente o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Dr. Paulo Ziulkoski e também registrar aqui a presença da Prefeita de Coronel Ezequiel, minha conterrânea, Michele Medeiros; a presença do Secretário Execu-

tivo Luiz Antônio Cruz, da Associação Amazonense dos Municípios; José Irineu Carvalho, Tesoureiro da Confederação Nacional dos Municípios, ele é cearense; Heitor Petry da Famurs, do Rio Grande do Sul, Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul; Celso Vedana da Fecam, de Santa Catarina, Florianópolis; Miguel Faraco, da Associação Municipal da Grande Florianópolis; Vilmar Souza, da Associação Municipal da Grande Florianópolis, em Santa Catarina; Heitor Medeiros, da Associação Municipal de Mato Grosso; Luiz Lázaro Sorvos, da Associação dos Municípios do Paraná; Juarez Henrich, da Associação dos Municípios do Paraná; Raimundo Sales, da Associação do Maranhão; João de Oliveira, da Associação dos Municípios do Tocantins; e Ricardo Queiroz, da Associação dos Municípios do Rio de Janeiro. O Sr. Joaquim, representando a Associação dos Municípios da Paraíba. Perdoem-me se estiver esquecido algum nome.

Está presente agora aqui, aos nossos trabalhos, o Senador Hélio Costa, do PMDB de Minas Gerais. Antes que eu fale a respeito desta reunião, quero dizer que esses representantes, das Federações dos Municípios dos mais diversos Estados do Brasil, estão atendendo a uma convocação do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios e estão reunidos aqui no Senado Federal. É uma reunião que vai se prolongar até o início da noite. Desde as 9h30 que esses representantes dos Municípios estão reunidos. E fiquei muito feliz, porque tive a oportunidade de convidá-los para a nossa reunião, quando vamos tratar hoje de analisar as matérias em tramitação no Senado Federal, que poderão ser discutidas no âmbito da Subcomissão.

Essas matérias estão dispersas em algumas comissões. Estão, sobretudo, Sr. Senadores, Srs. Prefeitos e Srs. Representantes de associações, na Comissão de Assuntos Econômicos, algumas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e outras na Comissão de Assuntos Sociais.

Há, portanto, da parte desta Comissão, uma preocupação no sentido de fazer com que essas matérias venham até esta Comissão. Em princípio, alguns poderiam se preocupar pensando que iria demorar mais a tramitação das matérias, mas vamos apenas apreciá-las, não temos poder de deliberação. Vamos apreciá-las, dar um parecer e remetê-las de novo para as comissões permanentes. Porque só as comissões permanentes podem dar um parecer.

O nosso papel é aglutinador, de mobilização, no sentido de fazer com que essas matérias não fiquem dispersas nessas comissões, sem que tenhamos uma conclusão. Sabemos muito bem que uma matéria pode demorar muito na sua tramitação no Legislativo, se

não houver uma permanente vigilância para que elas efetivamente tramitem.

Então, hoje vamos discutir algumas matérias, ouvir a opinião dos Senadores e do Presidente da Confederação e de qualquer um convidado nosso que queira interferir na nossa reunião. Isso já ficou perfeitamente determinado e faço questão de esclarecer que a participação dos senhores não será apenas como ouvintes, se quiserem se manifestar poderão fazê-lo. Naturalmente que vou dar prioridade aos Senadores, até pelo fato de que S. Ex^{as} terão, dentro de algum tempo, de se dirigir para o plenário. O próprio Senador Hélio Costa já esteve no plenário onde fez um discurso, e eu fiz um apelo a S. Ex^a que viesse até aqui. S. Ex^a, gentilmente, com muita atenção à causa municipalista, veio ao nosso encontro, assim como o Senador Valdir Raupp. O nosso Vice-Presidente pediu desculpas, porque teve de sair.

Acho que há um entendimento da parte dos senhores, o presidente então já está familiarizado, de que aqui no Senado Federal temos hoje muitas comissões como esta e que funcionam às vezes ao mesmo tempo. Para os senhores terem uma idéia, quando começamos o processo de designação de comissões, cheguei a ser designado para três comissões, mas não foi só isso, comissões que iriam funcionar no mesmo horário. A Comissão de Legislação Participativa e Direitos Humanos, a Comissão de Desenvolvimento Regional e a Comissão de Assuntos Econômicos. A princípio, elas estavam convergindo para o mesmo horário. Então, fica impossível esse desdobramento.

Mas os Senadores estão fazendo um esforço muito grande e estamos fazendo um esforço em especial para não faltar a este compromisso com os Municípios do Brasil. Estou empenhado, já ouvimos alguns depoimentos, esta é a 5ª reunião. Tivemos a primeira de instalação; a segunda, quando ouvimos o depoimento do Dr. Paulo Ziulkoski; a terceira, quando ouvimos o depoimento do Presidente do IBGE; a quarta, quando ouvimos o depoimento do Presidente da Frente Nacional de Prefeitos das Capitais, o Prefeito João Paulo, do Recife, e esta reunião que considero muito objetiva e que abre uma segunda etapa de trabalho da nossa Comissão, que é essa de mobilização em função dos projetos em tramitação. Teremos um horário nos nossos trabalhos para discutirmos sempre essa questão dos projetos.

Por outro lado, quero convidar os Senadores para uma reunião, que será realizada na quarta-feira, – já convidei o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Dr. Paulo Ziulkoski –, com o Ministro da Previdência. S. Ex^a vai-nos falar a respeito de uma medida provisória que está já na Casa Civil da Presi-

dência da República sobre os débitos previdenciários. A reunião será no nosso Gabinete porque, como não foi formalizada ainda a proposta, o Ministro...

Quero cumprimentar o Senador César Borges, que é um dos mais assíduos e mais interessados Senadores – todos o são, mas S. Ex^a se mostra cada vez mais empenhado nesta Comissão, Senador César Borges, do PFL, da Bahia.

Então, eu ia dizendo que, na próxima quarta-feira, teremos oportunidade de discutir com o Ministro Romero Jucá esse anteprojeto, porque ainda é um anteprojeto, do novo parcelamento, novo equacionamento dos débitos previdenciários. Mas, neste instante, quero perguntar aos Srs. Senadores, diante dessa pauta que está na mesa de cada um, se algum Senador tem alguma prioridade de discutir algum desses projetos, porque iniciariamos pela intervenção do Senador e, depois, ouviríamos o nosso Presidente, que está bem a par também da tramitação e do conteúdo desse projeto.

Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Ilustre Senador Presidente Garibaldi Alves, em primeiro lugar, agradeço a V. Ex^a a preocupação de estar, constante e semanalmente, colocando em pauta os assuntos municipalistas, os assuntos de interesse do Município na sua Subcomissão e, ao mesmo tempo, agradecer à constante presença do nosso companheiro, Dr. Paulo, ex-prefeito, Presidente Nacional, que vai estar sempre conosco aqui, subsidiando a nossa Subcomissão, os nossos companheiros Senadores sobre as questões relacionadas, conforme colocou muito bem o nosso Presidente, e de interesse do Município.

Nesta pauta, Senador Garibaldi, eu gostaria de levantar observações sobre três dos itens: os de nºs 1, 4 e 7.

A matéria constante do item 1, de autoria do Senador Sérgio Cabral, nós já discutimos amplamente na Comissão de Economia, já tivemos oportunidade de discuti-la em diversas oportunidades, dispõe sobre a autorização de cessão para a cobrança da dívida ativa dos Municípios às instituições financeiras e dá outras providências. Isso é, na realidade, a resolução de um antigo problema que existiu no passado com os Municípios com relação a ARU, a Antecipação de Receitas da União, pois, a partir do momento em que não se pôde fazer mais, isso aqui talvez seja uma solução para ajudar os Municípios a recuperarem um pouco do poder de fogo que teriam se tivessem recursos disponíveis para fazer as obras municipais por meio dessas situações.

O Relator é o Senador Jonas Pinheiro, e sei que S. Ex^a tem parecer favorável. Esse assunto precisa ser

trazido para a discussão definitiva e levada a Plenário, para que tenhamos uma decisão sobre ele. Então, toda vez que pudermos destacá-lo, evidentemente, isso será bom para a sua discussão.

Em segundo lugar, vejo aqui o projeto do Senador Cristovam Buarque, que permite o abatimento de 20% do pagamento mensal do serviço da dívida pública dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal em favor da educação. Sr. Presidente, também tenho um projeto de lei nesse sentido; não falo em 20% até para não percentualizar a minha proposta, mas a apresentei pensando muito nas dívidas dos Estados. Os Estados do Sul têm dívidas enormes com a União. O Estado de Minas Gerais, que é o meu Estado, hoje, deve algo em torno de R\$47 bilhões, uma dívida que começou por volta do final da década de 80, que em 1994 chegava a R\$5,2 bilhões e que hoje está em R\$47 bilhões, sem que o Estado tenha recebido nenhum dinheiro novo. Isso é só rolagem de dívida, juros sobre juros, que se vão somando e vão virando uma bola de neve, que chega a R\$47 bilhões.

Então, foi feita a proposta de que usássemos um mínimo desse pagamento mensal, que, no caso de Minas Gerais, chega a R\$150 milhões/mês de pagamento do serviço da dívida e um pouquinho do capital, evidentemente. Nós recebemos do Governo Federal, para as ações de saúde e educação, um valor em torno de 160 e devolvemos 150, Paulo. Quer dizer, é um absurdo o que está acontecendo.

E, na medida em que estamos propondo que um pouquinho dessa obrigação mensal seja utilizada, para injetarmos recursos nas universidades públicas federais, estaduais e municipais, vem o Ministério da Fazenda – hoje isso é manchete do **Correio Brasileiro**, diga-se de passagem, e está em praticamente todos os jornais do País – dizer o seguinte: “A Fazenda é contra”. A Fazenda é contra tudo que seja bom para o Município e para os Estados.

Uma questão que não discutimos aqui e sobre a qual não há ainda nenhum projeto é a DRU, a tal Desvinculação das Receitas da União. Enquanto tivermos 20% no começo da arrecadação... Ou seja, tiram-se 20% e, depois, todas as contribuições, sem o Município participar; dessa maneira, não vamos nunca fazer com que o Município recupere a capacidade, que teve no passado, há anos, quando foi instituído o ICMS principalmente, de possuir recursos para aplicações na saúde, na educação etc. Então, temos de voltar com isso.

Essa proposta do Senador Cristovam Buarque é muito importante, porque vai, na realidade, trazer condições ao Município de aplicar na educação superior. São inúmeras as universidades, as instituições

de ensino superior, hoje, municipais. Hoje existe até a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais, cujo Presidente é o ilustre Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais, Professor José Antônio dos Reis. Então, temos de ver isso por esse lado também.

Finalmente, vejo também uma proposta da Senadora Heloísa Helena, que autoriza a União a consolidar as dívidas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio de renegociações das Leis nº 8.727, de 1993, e 9.496, de 1996.

Vou-lhe passar os números, Paulo: Lei nº 8.727, de 1993, e 9.496, de 1996.

Ora, enquanto estávamos, vamos dizer assim, engessados pelo acordo com o FMI – e falei isso na última reunião desta Subcomissão que fizemos –, não tínhamos condição sequer de chegarmos ao Ministro Antônio Palocci e propormos uma renegociação da dívida tanto do Município, quanto do Estado, porque o Fundo Monetário Internacional impedia qualquer renegociação. E isso estava explícito no art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quer dizer, não havia como discutir, não havia como abrir um diálogo, sequer para rediscutir dívida municipal e estadual.

O Governo do Presidente Lula decidiu sabiamente, há cerca de dois meses, não refazer o acordo com o Fundo Monetário Internacional, até porque não precisamos mais que o FMI fique dizendo para os outros que somos bons pagadores. Somos excelentes pagadores, pagamos em dólar todo mês; tiramos até do leite das crianças, mas pagamos em dólar, pagamos tudo. Não devemos a ninguém a quem não possamos pagar, isso já está escrito. O Governo Fernando Henrique não cumpriu nada direitinho, e o Governo Lula cumpre rigorosamente, paga cada tostão ao Fundo Monetário Internacional, aos banqueiros internacionais. Tudo isso está sendo pago. Porém, precisamos que o Governo Federal nos dê um pouquinho de alento com relação às dívidas dos Estados. Se não tivermos uma renegociação nas dívidas estaduais... Isso é um absurdo, porque não temos mais de onde tirar. Não existe mais como penalizar o contribuinte; não há mais como ir atrás do empresário que dá emprego; não há mais como bater em cima daquele que produz, porque esse já está esgotado. Não há mais como tirar sequer um real de ninguém. Então, temos que tirar de onde há recurso. Por exemplo: antes de distribuir-se o bolo, retiram-se, por exemplo, 20%, e nessa quantia ninguém toca, porque é do Governo Federal. Essa é a famosa DRU (Desvinculação das Receitas da União).

Todas as outras obrigações criadas pelo Governo Fernando Henrique, inteligentemente criadas, são todas contribuições. Contribuição não é imposto

– dizem eles – e também não entra no bolo dos Municípios. Como vamos fazer? De onde virá o dinheiro para ajudar os Municípios?

Assim, penso que o caminho é discutir esses assuntos, batendo na tecla até cansar, como faz o meu amigo Paulo, insistentemente defendendo os Municípios. Ainda bem que temos você e seus companheiros, que também participam. Você sabe que nesta Casa, no Senado, nesta Subcomissão – o Senador Garibaldi tem feito isso permanentemente –, Paulo, você tem um palanque, um fórum. A TV Senado está aí aberta para que você possa falar claramente sobre a situação que os Municípios estão vivendo.

Muito obrigado, Senador Garibaldi. Lamentavelmente, terei que me retirar, pois tenho, a pedido do Presidente Renan Calheiros, de estar na Presidência agora para receber uma delegação italiana.

Evidentemente, se houver condições, volto em seguida para cá para poder acompanhar esse bonito trabalho seu e dos nossos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Muito obrigado, Senador Hélio Costa, do PMDB de Minas Gerais.

V. Exª fez comentários sobre os itens nºs 1, 4 e 7 da nossa pauta.

Voltarei ao item nº 1 e conceder a palavra ao Senador Sérgio Cabral, autor desse projeto destacado pelo Senador Hélio Costa, que autoriza a cessão para cobrança da dívida ativa dos Municípios a instituições financeiras e dá outras providências. O autor é o Senador Sérgio Cabral, que vai falar dentro de poucos instantes, e o Relator é o Senador Jonas Pinheiro.

Trata-se do Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2003, não terminativo. A tramitação dele certamente será abordada pelo Senador Sérgio Cabral, que nos fornecerá informações sobre a tramitação desse projeto.

Depois ouviremos os comentários do Presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Roberto Ziulkoski.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Presidente Garibaldi Alves, com todo o respeito aos demais oitenta Senadores, incluindo a mim, não poderia ser melhor a escolha do nome de V. Exª para presidir esta nova Subcomissão do Senado Federal, a Subcomissão de Assuntos Municipais, criada nesta gestão pelo Presidente Renan Calheiros.

Presidente Paulo Ziulkoski, grande líder municipalista, que hoje, mais que o líder dos Municípios é o líder de uma pensata da descentralização econômica e administrativa de um Brasil que deve agir diferente, mas que, infelizmente, ainda não é assim; Srs. Sena-

dores Roberto Saturnino, Hélio Costa e Valdir Raupp; Srs. Prefeitos que nos acompanham, em especial o do meu Estado, da Cidade de Maricá, Ricardo Queiroz, recentemente reeleito e que aqui se faz presente; Sr. Presidente, seguindo a orientação e o desejo de V. Ex^a, passo a V. Ex^{as} a trajetória desse projeto.

Esse projeto nasceu de uma iniciativa minha, foi à Comissão de Assuntos Econômicos, onde foi excepcionalmente bem relatado pelo Senador Jonas Pinheiro, do PFL do Mato Grosso.

Lá, por um substitutivo do Senador Jonas Pinheiro, ele foi aprovado, depois de muitas idas e vindas, onde o presidente Paulo Ziulkoski muita força fez para que ele fosse aprovado. Foi aprovado na Comissão; foi ao Plenário, onde, pronto para ser votado, a Senadora Maria do Carmo, do PFL de Sergipe, solicitou o adiamento da discussão para reexame pela Comissão de Assuntos Econômicos. A vinda para a Comissão de Assuntos Municipais foi consequência seguinte. Não foi isso?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está correto. Vamos solicitar a vinda para esta Comissão para uma apreciação rápida porque, diante de um projeto como esse, que já teve essa tramitação, não queremos que ele demore mais. O nosso objetivo é acelerar.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Está na Comissão-mãe, que é a Comissão de Assuntos Econômicos, e na Subcomissão, onde acho fundamental que seja o mais breve possível votado. É um projeto, Sr. Presidente, absolutamente responsável. Já foi dito aqui pelo Senador Hélio Costa e por outros Senadores que é um projeto que permite ao município brasileiro um mínimo de mobilidade numa área em que 99% dos municípios brasileiros não têm estrutura para buscar esse legítimo direito de recuperar sua dívida ativa. Não têm! Essa é a realidade. Os Municípios no Brasil não têm essa condição.

É uma proposta absolutamente pragmática, em que o Senador Jonas Pinheiro deu uma feição, depois de negociar com o Governo, que, de certa maneira, por intermédio de seu líder, procrastinou essa decisão. É um projeto de resolução, porque, na verdade, é uma autorização – cabe ao Senado, por dever constitucional, analisar e autorizar esse tipo de operação, permitindo aos municípios a cobrança da dívida ativa por intermédio das instituições financeiras.

O projeto é simples:

(...) Podem os Estados, o Distrito Federal e os Municípios cederem a instituições financeiras a sua dívida ativa consolidada, para cobrança por endosso ao mandato, mediante a antecipação de até o valor de face dos créditos,

desde que respeitados os limites e condições estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 2000, e pelas resoluções seguintes.

Art. 2º. A Instituição financeira endossatária poderá parcelar os débitos tributários nas mesmas condições em que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios endossantes poderão fazê-lo. A instituição financeira endossatária prestará contas mensalmente dos valores cobrados. Uma vez autorizada a antecipação referida no art. 1º, a instituição financeira repassará mensalmente ao Ente Federativo (o Estado, Distrito Federal ou o Município) o saldo da cobrança efetivada, descontados os custos operacionais fixados no contrato. O endosso ao mandato é irrevogável enquanto não amortizada a antecipação referida no art. 1º.

Enfim, é um projeto simples. Houve uma discussão se era uma espécie de retomada, de ressurgimento das operações chamadas “ARO” – Antecipação de Receita Orçamentária. Não tem nada a ver com isso, absolutamente. Estamos falando de uma outra operação: de receitas que são, por justiça, do Ente Federativo, que não tem condições de resgatar e de uma parceria que permitirá, com isso, ao município brasileiro, quem sabe, em muitos casos, retornar à solvência, porque muitos hoje estão insolventes. V. Ex^a sabe disso, pela sensibilidade que tem, pela experiência administrativa que tem e pelos municípios do Rio Grande do Norte, grande parte dos quais vive esse problema.

Então, essa é a intenção. Lamento profundamente que esse projeto, apresentado em 2003, até hoje não tenha sido votado. Um projeto de suma importância, que o Governo deveria abraçar.

A respeito das razões alegadas, penso que o nosso eterno Prefeito Paulo Ziulkoski pode falar mais, de maneira imparcial, sobre o assunto.

O SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI – Obrigado, pela oportunidade, saúdo o nosso Presidente, Senadores Saturnino, Sérgio Cabral, nossos companheiros, Prefeitos e Prefeitas, apenas nesse aspecto, aduzindo o seguinte: realmente as antecipações de receitas orçamentárias foram inviabilizadas pela Lei nº 101, ou seja, só pode fazer uma antecipação de receita orçamentária não antes do dia 10 de janeiro de cada ano e tendo de serem pagas até o último dia do exercício.

Quer dizer, como estávamos ano passado em final de mandato, praticamente era final de ano, havia o entendimento de que, se isso fosse aprovado e os municípios viessem a adotar esse procedimento, estaria ferindo esse aspecto, porque seria feito com prazo superior ao final do mandato, atingiria um novo gestor.

Então, a Lei de Responsabilidade é muito clara, nos últimos oito meses de mandato, o gestor não pode contrair uma despesa nova ou deixar sem que houvesse dinheiro em caixa ou obra ou serviço, seja o que for, enfim, ele tem de deixar as contas liquidadas no último dia do mandato, não pode deixar restos a pagar. E essa antecipação, se houvesse, poderia e seguramente iria para o novo gestor. Isso estaria burlando a Lei, o que não está ocorrendo agora, porque volta ao normal, só iremos concluir o mandato, os prefeitos atuais, em 2008. Então estaria afastada essa situação inicial.

Por outro lado, deve ter entrado algum problema no encaminhamento, no projeto, porque houve uma emenda para que os estados também pudessem fazer isso com as suas dívidas. E aí houve um movimento dos fiscais, do sindicato dos fiscais, dos auditores estaduais, que em tese estariam perdendo uma parte, a Procuradoria dos estados, que seria praticamente terceirizado e tiraria um serviço que seria dele. Esse segmento não estaria de acordo com essa aprovação, com a emenda que teria vindo. Destacando dois ou três pontos essenciais, que não permitiram porque havia o próprio interesse do Executivo Federal, temos lá no Executivo um comitê chamado Comitê Federativo, onde fazemos as reuniões mensais, discutindo uma pauta como a que está sendo feita no Senado. Havia interesse do Governo em apoiar a aprovação do projeto do Senador Sérgio Cabral.

Essas coisas é que complicaram um pouco. Deve ter entrado questão conjuntural da eleição também. Por isso acredito que ele não tenha sido aprovado na oportunidade. Vejo que agora estão removidos os obstáculos, acho que a Subcomissão, com a Liderança dos Senadores e Senadoras, poderão tocar isso. Acho que o Presidente do Senado teria condições de viabilizar esse projeto, sem antes, lógico, se acautelar das possíveis consequências que adviriam do projeto, que é interessante. Como disse o Senador Sérgio Cabral, é que, no momento em que o art. 1º faculta o tomador do serviço, no caso o agente financeiro adiantar até 30% do montante, isso seria, embora seja um crédito da Prefeitura, é um dinheiro que estaria vindo de um outro setor e seria exatamente um endividamento do município.

Não sou técnico da área, estou aqui de ouvido dizendo alguma coisa. É por aí que deve ter passado a situação. Creio que agora há situação plena de os Senadores e a Comissão encamparem essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de conceder a palavra ao Senador César Borges, creio que os Senadores devam concordar comigo de que essa é uma matéria já amadurecida, não há por que trazer para maiores discussões à sub-

comissão. Ela já foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, foi pedido um reexame no plenário, ela voltou à Comissão. Eu e o Senador Sérgio Cabral, numa comissão – nós dois, para não fazer uma comissão grande – vamos ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, pedir que se faça logo esse reexame e vamos ao Senador Renan Calheiros, e ao Senador Aloizio Mercadante e os outros Líderes, claro, fazer uma rodada de negociação e aprovar isso. Não vejo por que maior demora.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, e para colaborar nessa linha de raciocínio, é bom que os prefeitos saibam e tenham a informação com clareza. Se aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos a ratificação do projeto – como disse o Senador Garibaldi –, sem procrastinação, e aprovada no plenário, ao contrário do trâmite normal da ida à Câmara, está resolvido. Basta o Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É um projeto de atribuição.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – É uma atribuição do Senado Federal legislar sobre matéria financeira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Sérgio Cabral, V. Exª está convidado por mim para compor esta Comissão. Nós dois iremos amanhã mesmo, não sei dos compromissos de V. Exª. Hoje, logo após o plenário, vamos acertar essa estratégia.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pelas suas palavras elogiosas com relação ao meu interesse em participar desta Comissão.

Esta Subcomissão tem a maior importância, porque diz de perto a um ente federativo que está junto com a população. Sabemos que os municípios brasileiros não têm tido a atenção devida do ente federativo principal, que é a União, para dar condições para que possam sobreviver e atender bem a sua população.

Sabemos que os municípios têm passado uma situação muito difícil. Aliás, Sr. Presidente, até os Estados brasileiros passam a ter problemas sérios de manter o atendimento à sua população, de expandir os serviços pelos quais são responsáveis, como a parte da educação, principalmente – no caso dos Estados –, educação de segundo grau.

Sr. Presidente, procurando atender a proposta da pauta e também a presença honrosa de Paulo Ziulkoski entre nós, quero dizer da importância deste projeto do Senador Cristovam Buarque. Tudo o que puder ser feito pela educação ajudará o País a sair dessa situação difícil em que vive o povo brasileiro, em particular, com

relação à disparidade da distribuição de renda, que é algo que nos deixa relativamente abatidos.

Hoje o Brasil está na penúltima colocação entre países em distribuição de renda. Só perdemos para um país africano, porque a distribuição de renda no País é uma coisa assustadora. A riqueza do País está concentrada na mão de pouquíssimos, enquanto há uma pobreza, um praticamente indigência de quarenta milhões de brasileiros.

Se o Governo Federal tivesse a sensibilidade de utilizar uma parcela da dívida que os municípios e estados têm com a União, que hoje levam 15%, 16% a 18% das receitas correntes líquidas desses entes federativos, em projetos educacionais, estaríamos dando um grande avanço. Esse é um projeto fundamental que esta Subcomissão possa se debruçar.

Quero ouvir também a opinião de Paulo Ziulkoski.

Sr. Presidente, com relação ao projeto do item 8, à política nacional de saneamento, ao projeto que aqui está com autoria do Senador Ney Suassuna, na verdade, há um projeto que foi encaminhado a esta Casa, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal que procura também fazer uma espécie de marco regulatório para o setor de saneamento do País. Sou até Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Esse projeto teve origem num trabalho conjunto de todos os secretários estaduais de saneamento, também com a participação de municípios, das empresas estaduais de saneamento, e vamos discutir essa questão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Sei também que, paralelamente, o Governo apresentou um projeto de origem do Ministério das Cidades, via Câmara dos Deputados. O Ministro Olívio Dutra já deu entrada.

Temos, então, dois projetos, que têm conflito entre si. Quero até dizer ao Paulo Ziulkoski, que, no meu requerimento, para que eu tenha subsídios para fazer o relato na CCJ, pedi a presença do Ministro, do Presidente do Fórum de Secretários Estaduais de Saneamento, do Presidente da Aesbe, Associação das Empresas Estaduais de Saneamento, também da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, Assemae. Mas achei que era conveniente ouvir exatamente o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, por isso, pedi a presença dele. Foi aprovado esse requerimento hoje na CCJ. Então, muito em breve V Ex^a será solicitado a comparecer a esta comissão para debater essa questão do saneamento, fundamental para o nosso País. Assunto diretamente ligado à questão de saúde; é saneamento, compreendendo abastecimento de água e esgota-

mento sanitário, que têm que ser universalizado no nosso País. Não adianta o Governo dizer que fez um estudo, no qual constatou precisar de 8 ou 9 bilhões durante vinte anos, para resolver o problema. E daí? Onde estão as fontes de financiamento?

Sabemos que o FGTS hoje tem 2 bilhões e 700 milhões disponíveis para contratação. Sabe quanto foi contratado este ano? Zero, porque bate exatamente na incompreensão do Governo. Quem tem que usar esses recursos são os Municípios e Estados. Mas há a Lei de Responsabilidade Fiscal, a falta de capacidade de endividamento dos Estados e Municípios. Por isso, os recursos não são aplicados. Se forem contratados, Senador Saturnino Braga, aí a burocracia da Caixa é tamanha que, durante o ano de 2003 e 2004, foram contratados 4 bilhões e não foram liberados mais do que 320 milhões. A burocracia da Caixa – penso que estou falando com alguém que conhece do assunto – cria tantos empecilhos para os Municípios e os Estados, e esses recursos não são aplicados.

Por fim, Sr. Presidente, gostaria de ouvir a opinião do Paulo Zukowski sobre a distribuição do ICMS entre os Municípios. A Constituição fixa que 75% desse ICMS será distribuído mediante o critério do valor agregado, do que produz de riqueza cada Município, e 25% dentro de critérios distributivos igualitários que podem ser fixados pelas assembleias legislativas.

Alguns Estados, como Minas e mesmo a Bahia, em relação aos 25%, já fizeram uma lei Robin Wood, tentando distribuir melhor, de forma mais equitativa, mais equânime, para os Municípios mais carentes. Mas penso que isso é muito pouco ainda.

Temos assistido à concentração da receita em cidades que detêm alguma unidade industrial pesada, seja uma refinaria de petróleo, seja uma grande indústria, seja até uma geradora de energia, que faz a concentração de recursos desses Municípios. E, às vezes, como a população é muito pequena, esses Municípios ficam com a renda tributária **per capita** enorme, enquanto Municípios maiores, como capitais, regiões metropolitanas, que são cidades mais de dormitórios, não têm uma base econômica forte, termina ficando com uma renda baixíssima e sem capacidade de atender às necessidades da população.

Pergunto a V. S^a: não será o momento de se repensar uma fórmula diferente? Há quem fale em redistribuir esses recursos: 50% pelo valor agregado, 50% dentro de fórmulas que redistribuíssem melhor os recursos. Quer dizer, é algo que me angustia, que vivo a pensar. Mas sei que a reação dos Municípios que já recebem hoje recursos maiores... Mas qual é a saída? Penso que seria uma maneira justa de fazer a redistribuição do ICMS: 75% ficam com o Estado e

25% são redistribuídos por Municípios. É a distribuição desses 25%, que voltam a ser 75% pelo IVA e 25% pelos critérios estabelecidos pela assembléia.

Era essa a intervenção que queria fazer, aproveitando aqui a oportunidade do amigo Paulo Ziulkoski.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Presidente Paulo Ziulkoski.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Bom, vou tentar ser breve. O assunto é muito extenso e pode propiciar um grande debate. As duas questões abordadas pelo Senador são da maior envergadura.

A questão do projeto saneamento, realmente V. Ex^a já sintetizou bem. Há um projeto de origem do Executivo, inclusive em regime de urgência. Se não me falha a memória, em 7 de agosto estaria expirando o prazo de votação pelo Regimento da Câmara. Ele foi muito discutido, veio para a Câmara e vai ter que ser bem discutido, é o fórum, é o Congresso, onde vamos debater. Por outro lado, já há alguns projetos, como o do Senador Ney Suassuna, e outro recente, pela Aesb, se não me engano, que teria entrado aqui no Senado também.

Portanto, se me permitir, Senador, penso que esse é um assunto a respeito do qual teremos oportunidade de falar bastante. Inclusive, estamos fazendo estudos sobre a repercussão de cada um deles. Vamos ter oportunidade de discutir muito, e eu fico contente em saber que V. Ex^a é o Relator e que isso virá para o Senado – mesmo aprovado na Câmara, virá para cá –, e vamos ter oportunidade de debater bastante.

Penso que, como V. Ex^a já falou, é um dos assuntos da maior importância para o Brasil. E nós, logicamente, de início, temos muitas coisas... Poderíamos começar, por assim dizer, discutindo a questão do subsídio cruzado. Alguns entendem – inclusive a Aesbe – que ele tenha terminado, e podemos mostrar que não. Eu não estou aqui querendo defender o projeto “a” ou “b”. Eu estou procurando analisar o que está escrito. O projeto de lei do Governo tem outro sentido. Eu acho que não termina o subsídio cruzado porque isso é importante para as cidades menores. E a questão da titularidade que, também, mantém com os municípios. Aliás, é o que está na Constituição. O Supremo está até decidindo algumas questões – questões regionais ou de lei complementar – em que haverá decisão. Mas, no projeto do Governo, preocupa-me a questão de que o município que quiser aderir ao sistema para recrutar e buscar recursos para o seu saneamento vai ter que se adequar às normas da União. Está se criando uma nova modalidade de critérios. Não posso lhe adiantar porque, honestamente, eu ainda não vi quais são esses critérios, mas é um problema que já interfere na própria autonomia e que terá que ser bem avaliado.

Por outro lado, esse projeto da Aesbe que entrou aqui no Senado tem também os seus problemas históricos. Penso que é um patrimônio que foi investido, e temos que procurar preservá-lo. Mas temos que avaliar bem como isto poderá ser feito. É lógico que no saneamento, Sr. Senador, de momento, eu não poderia lhe dizer muito mais do que isso porque vamos estudar esse projeto melhor e nos posicionar. Sempre que possível, devemos estar juntos com V. Ex^a para passarmos as nossas posições. Inclusive, vamos – já decidimos isso hoje pela manhã, aqui na Comissão ao lado – fazer eventos, praticamente em todos os Estados do Brasil sobre a questão do saneamento, dentro do possível, além da Bahia onde sei que o senhor irá estar. Será bom se o senhor puder estar em alguns dos outros eventos estaduais. Vamos fazer uma média, uma avaliação, até para legitimar as posições que iremos passar a defender aqui. Esse projeto, então, será seguramente muito discutido, e vamos poder talvez contribuir bastante nessa discussão.

Quanto à questão do ICMS, fazia oito anos que o IBGE não divulgava o PIB do Brasil e dos municípios. Nós, da Confederação, ressentimo-nos disso, contratamos a assessoria de uma universidade e levantamos o PIB. E divulgamos o resultado há cerca de um mês. O IBGE tinha alguma coisa pronta, mas depois que viu o nosso resultado, divulgou o seu, que não é muito diferente do nosso. Agora, eles dão números à realidade, e nós, também, procuramos interpretar essa realidade. A interpretação é exatamente na linha do que o senhor coloca. A grande distorção que existe nesse resultado é o maior tributo do Brasil. Ele, hoje, representa R\$140 bilhões, num total nominal de R\$650 bilhões. É o maior tributo do Brasil. E a grande discussão da Reforma Tributária, que ainda não passou na Câmara, é a questão da unificação de alíquotas, e tudo o mais.

Então, Sr. Senador, essa questão do valor adicionado vem nos preocupando há muito tempo porque já vimos isso, e esse PIB, agora, mostrou a situação. São Francisco do Conde, no seu Estado, por exemplo, tem um investimento, que não sei qual é, mas deve ter um investimento público bastante grande como uma refinaria, como há em Triunfo, no nosso Estado, e em Paulínea, em São Paulo. São cidades que foram beneficiadas por um investimento que é público, é de todos. E ali se mostrou muito o seu valor adicionado – VAF, Valor Adicionado Fiscal – e concentração da arrecadação. Se V. Ex^a olhar nesses próprios municípios, verá que o IDH desses municípios não corresponde à realidade, quer dizer, está muito aquém. Municípios pequeninhos – como o meu que tem 12 anos – tem o IDH superior ao de um município desse. Paulínea precisa de 272 municípios de São Paulo para se equi-

parar ao mesmo retorno que vai para um município que tem 50 mil habitantes. Esta é uma distorção que tem que ser corrigida.

Quando o Presidente Lula enviou para a Câmara as duas Reformas – a da Previdência entrou aqui, e a Tributária, lá – nós, naquele comitê que se criou a pedido de muitos prefeitos, colocamos isto na discussão lá dentro do comitê, onde ficou acertado que já viria essa alteração na Emenda da Reforma Tributária. Inclusive, à época, no Palácio do Planalto, tivemos que subscrever um documento dizendo, por assim dizer, que aquela era uma proposta dos municípios porque a União não queria assumir sozinha porque poderia ter desgaste político em relação a um município com outro. E assumimos essa proposta, e o Presidente a encampou e mandou, junto com a Reforma Tributária, a retirada do valor adicionado, fixado em 75%, delegando para a lei complementar federal os critérios a serem atendidos para, dali em diante, ser executada a distribuição do ICMS pelos Municípios. Isso vem na reforma. O que é que ocorreu? Foi aprovado na Câmara como veio do Senado, retirando os 75%. Veio para o Senado. Aqui no Senado, o Senador Eduardo Azeredo introduziu uma alteração, qual seja, de que não seriam os 100% de retorno do ICMS do Município a ser fixado por lei complementar federal e, sim, 75% por lei complementar federal e 25% por lei estadual. Cada Estado faria a complementação dos outros 25%. Aprovado isso no Senado – essa matéria já foi portanto vencida aqui – voltou para a Câmara. O que é que ocorreu na Câmara? Os Municípios, alguns que em tese estariam perdendo, organizaram uma associação que se chama Associação Nacional dos Municípios Produtores – como se os outros não fossem produtores – e centraram fogo politicamente. Lamentavelmente, na Comissão Especial da Câmara que tratou da reforma tributária, o Relator Virgílio Guimarães não acolheu mais no seu relatório; portanto ficou fora o que já tinha sido aprovado na Câmara e no Senado, corrigindo-se o início dessa situação. Então agora estamos tentando, lá na Câmara, que isso seja novamente introduzido em plenário para poder essa situação passar. Senão ele estaria remetendo para uma segunda etapa, ou terceira ou quinta da reforma tributária – eu não sei quantas etapas vão ser – para ser discutido mais adiante.

O Senado teve aqui a sabedoria de colocar que os Municípios que estão hoje num patamar de arrecadação, por seis anos, eles não perderiam nada; ficariam naquele patamar que estariam no momento da vigência da lei e os demais é que iriam começar a se beneficiar pelo aumento eventual nominal ou real do ICMS. E depois dos seis anos teriam um prazo, que

eu não tenho aqui ao certo qual é, mas seria por mais cinco ou dez anos; paulatinamente, eles iriam no restante se adequando até isso ficar numa margem de dez anos, quinze anos. Então isso corrigiria. E aí, sim, a lei complementar federal, se passasse originalmente a da Câmara, do Governo, sendo 25 dos Estados, é que iria dizer qual o percentual.

Numa simulação que nós fizemos, e são várias – o senhor pode colocar 50 de valor adicionado, 30 por população, 10 por extensão, alguma coisa por valor da renda ou o inverso proporcional à renda para beneficiar inclusive os mais pobres... São várias hipóteses. E isso dá, cada um, um cenário. Se se corrige tremendamente, daria um reajuste em que cerca de 90% dos Municípios teriam uma situação melhor, teriam mais equilíbrio e 10% apenas – um com 0,5 – que teriam alguma diminuição.

Eu acho que é o típico assunto que o Senado, que representa a Federação e toda essa situação tributária, tem que continuar. Se isso não for aprovado lá, e vai ter que ser num outro momento, ou a lei complementar, como vai ser disciplinada. Portanto, essa discussão já está bem adiantada e isso vem, na nossa avaliação, dar mais justiça na distribuição. Para o senhor ter uma idéia, um morador de Triunfo, no meu Estado, Rio Grande do Sul, que tem 29 mil habitantes, recebe por ano de retorno de ICM R\$2,5 mil por habitante. É um cálculo feito para exemplificar. Pelotas, que tem 380 mil habitantes, Viamão tem 220 mil, totalizando 600 mil, Alvorada tem 200 mil, somando, dá 800 mil e a média é R\$38 por ano de retorno. Se se colocar pelo menos 10% ou 20% a mais de população, que é mais justo, já corrigiria muito. Acho que seria muito importante porque isso tem reflexo onde? Na saúde, na educação, porque tem vinculação dessa arrecadação, não é, Senador? Então é fundamental, e acho que a subcomissão é o fórum para continuar esse trabalho. Tentando fazer um breve relato na resposta a sua pergunta, é isso que eu queria colocar. Eu acho que nós vamos aprofundar. Eu acho que é muito importante esse tema.

Para concluir pelo menos essa parte, antes que os Senadores tenham que ir para o plenário, eu diria, sim, Senador Garibaldi, que temos dois projetos aqui unânimes com todos os prefeitos de todo o Brasil. Um já tramita aqui, em parte, do Senador Romero Jucá, que cria isenção de IPI para o setor de segurança na aquisição por parte das Prefeituras. Só que as Prefeituras não fazem segurança. É muito pouco, é alguma coisa. Nós temos um projeto já há muito discutido com o Governo que consiste em dar isenção para os Municípios de IPI na aquisição de máquinas e equipamentos para renovação das suas frotas, dos seus

parques rodoviários, que estão todos eles sucateados. Os Municípios não têm mais como recuperar sua frota e não têm dinheiro para fazer isso. Se o IPI diminuísse, à semelhança da isenção concedida aos taxistas – nada contra eles. Então, acho que os Senadores da Subcomissão poderiam fazer um substitutivo a esse projeto que tramita, porque temos um acordo com os Governadores, um acordo político resultante de conversas, no sentido de que, no momento em que a União concedesse isso, o Confaz iria mudar a sua tributação de ICMS sobre máquinas, porque não é possível comprar um ônibus para o transporte escolar, uma ambulância, uma patrula para uma estrada, que é necessário, e um ente ficar pagando tributo para o outro. Deveria haver quase uma unanimidade nisso.

O Projeto 194, que está na pauta, pode ser melhorado. Isso geraria muito emprego no Brasil. Voltando ao que o Senador César Borges havia dito, a alegação do Governo de que o BNDES não estava podendo financiar as prefeituras para recomposição do seu parque de máquinas era a de que isso geraria déficit público e o FMI não o permitiria.

Hoje, como já não existe esse teto, vejo que há dinheiro para isso. Provamos em um estudo que mandamos para o Ministério da Fazenda que milhares de emprego seriam gerados, porque as prefeituras poderiam alocar esses recursos, diminuindo custo, e comprar suas máquinas. Haveria produção e o desenvolvimento poderia ser retomado. Haveria geração de emprego. A prefeitura economizaria. Soma por todos os lados. Se essa não for a situação ainda, poderia o BNDES ou alguém financiar diretamente os fornecedores e eles fazerem o financiamento para as prefeituras.

Portanto, esse é um projeto que daria à Subcomissão um somatório muito grande. É unânime. Essa questão da diminuição da retirada do IPI, do ICMS nessa situação das máquinas e equipamentos faz parte da pauta das marchas há seis anos.

E outro, que já terminou, que quero passar ao Senador Garibaldi Alves Filho, é o projeto que o Governo já mandou, porque os senhores aprovaram na reforma tributária, e já foi promulgada, a questão do ITR (Imposto Territorial Rural). É um imposto que a União não sabe cobrar. São sete milhões de propriedades no Brasil, e a União cobrou duzentos e poucos milhões. Isso é histórico, não é do Governo atual, vem de todos os governos. Então, o Governo, na negociação que fizemos no Palácio quando veio a reforma tributária, abriu mão do ITR, o qual poderia passar integralmente para as Prefeituras, que fariam a cobrança.

Houve um consenso, que foi aprovado no Senado e na Câmara. Aqui houve uma emenda de um Senador – não lembro qual –, que ficou para ser vota-

da na Câmara, mas já está aprovada a possibilidade de que, por lei, o Município faça um convênio com a União – ele não é automático, o Município tem de manifestar o interesse – e passe a cobrar o ITR, ficando com 100% para ele.

Isso já passou. É o IPTU dos municípios agrícolas. Não há bases tributárias nos municípios menores, que são mais de 4.500 no Brasil. Há um consenso, o Governo concordou e já está aprovado. O que estamos precisando agora? Eu disse ao Presidente Lula, numa manifestação que fizemos na marcha ainda, que isso foi aprovado há mais de um ano e meio, quando promulgaram no Senado aquela parte da reforma, e, lamentavelmente, ainda não conseguimos pôr em execução algo que já foi consensual. Há esse atraso e temos de dar celeridade à execução.

O Governo mandou o projeto, que está tramitando na Câmara, estamos fazendo algumas sugestões e entendemos que ele poderia ingressar no Senado também para adiantar e até para corrigir possíveis entendimentos para que tenhamos dinheiro, para poder celeremente passar isso para as Prefeituras. Isso seria um grande avanço para os Municípios agrícolas do País inteiro.

Portanto, são estes dois assuntos: o IPI e a questão do ITR junto com o projeto do Senador Sérgio Cabral. Eu diria que são coisas sobre as quais há consenso. O projeto do Senador Cristovam é importante, mas vai ensejar uma discussão muito grande. Lógico que tem de ser apreciado também, mas esses são projetos que, como se dizia no Senado, figuram como “injeção na veia”. É coisa imediata, para amanhã começar a melhorar a arrecadação da Prefeitura.

Isso é o que pediríamos aqui sucintamente nessa intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Presidente Paulo Ziulkoski, aproveito a presença na Mesa do Líder do PT, Senador Delcídio Amaral, para passar às mãos de S. Ex^a um projeto do Governo, para que S. Ex^a possa, junto ao Governo, com o seu prestígio, que é inegável, que está faltando apenas celeridade na votação.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para esse projeto?

O SR. (Orador não identificado) – Para esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É um adendo à sugestão da Confederação.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral, Líder do PT.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, nas últimas reuniões de que participei sempre arrumei serviço. Hoje pela manhã, foi na Comissão de Agricultura; agora, na Subcomissão que V. Exª preside.

Eu já tinha conhecimento do assunto, até porque tenho acompanhado, ao longo de todo esse tempo, o movimento dos Prefeitos, especialmente a marcha em que o Presidente Lula esteve presente. Com certeza, Sr. Presidente, vou trabalhar, como dizia alguém valioso para determinado país europeu, com sangue, suor e lágrimas. Trabalharei fortemente para tentar encaminhar o projeto, que já é do meu conhecimento. Tenha certeza de que sou municipalista e que acredito na descentralização. Penso que é uma oportunidade para que o Governo faça um belo gol.

Sr. Presidente, V. Exª sabe das nossas dificuldades, mas pode contar com meu empenho, porque considero o projeto muito importante e creio que ele está muito bem encaminhado, mas precisa de um empurrãozinho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sei das dificuldades, mas sei como V. Exª as supera.

Registro a presença do Senador Flávio Arns, que nos honra com sua presença.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, não resta praticamente nada a dizer diante do que já foi debatido aqui e muito bem sintetizado pelo Dr. Paulo Ziulkoski. V. Exª fez o levantamento criterioso dos projetos em tramitação que são importantes para os municípios.

É claro que o Item 1, um projeto importante do Senador Sérgio Cabral, como foi visto, tem todas as condições de ser aprovado agora. Ele não as tinha naquele instante passado em razão de situar-se dentro do período de oito meses finais de mandato, mas agora podemos tratar da sua aprovação. Trata-se de uma resolução do Senado.

O Item 8 será tratado pelo projeto do Executivo que tramita em regime de urgência e, por conseguinte, vai caminhar rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª é o Relator do Item 7.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sim, mas quero dizer que os demais projetos são propostas de alívio dos compromissos do endividamento dos municípios, entre os quais este do qual sou

Relator e, especialmente, esse de autoria do Senador Cristovam Buarque, que me parece importante e fértil. Contudo, sabemos que há um dogma a enfrentar. Falo do dogma da Fazenda, que era do Governo passado e foi herdado por este e que é uma dureza. Sou mais radical do que o próprio projeto de autoria da Senadora Heloísa Helena que relato, o qual tem o teor de um projeto do então Senador José Alencar, que reduzia o nível de comprometimento de 13% para 5% ou para 7,5%.

Creio que esses endividamentos de Estados e Municípios são – pelo menos certa vez fiz um cálculo estimativo – de 40% a 50% de responsabilidade do Governo Federal, por causa da política de escalada de juros, da espiral de juros.

É claro que o prefeito A, B ou C e o governador A, B ou C andaram fazendo estripulia mesmo. Isso existe. Mas, na grande maioria dos casos, o endividamento entrou em espiral com os juros, que andaram pela casa dos 40%. Quem tinha dívida submetida a esses juros, de repente, ficou sem poder pagá-la. O Governo Federal passado fez o magnânimo ajuste, a renegociação, concedendo prazos e juros até razoavelmente baixos, porém incorporando todo o passivo, o valor da dívida, o principal da dívida, que tinha sido adquirida por responsabilidade do Governo Federal e não dos Municípios.

Na minha opinião, essa devia ser uma política do Governo Federal, semelhante ao que fez o Secretário do Tesouro Americano, Brad, nos anos 80, que propôs o famoso Plano Brad, pelo qual os Estados Unidos concederam uma redução do principal da dívida de todos os países, incluindo o Brasil – que se beneficiou disso –, pelo reconhecimento de que o endividamento dos países tinha crescido muito em função da política unilateral dos Estados Unidos em elevar a taxa de juros para fortalecer o dólar nos anos 70.

Assim como houve o Plano Brad no campo internacional, poderia haver um plano Brad no campo nacional. O Governo Federal reconheceria sua parcela de responsabilidade e faria um ajuste com os Estados, cancelando dívidas e não simplesmente diminuindo o pagamento, mas mantendo o principal porque, a longo prazo, isso mantém os Municípios endividados e, por conseguinte, com dificuldades em obter mais financiamento. Sei que isso fere dogmas. Mas é bom falar porque, falando-se, falando-se, falando-se, em certo momento, abre uma luz e aparece a solução.

O Dr. Paulo foi muito objetivo. Além do Item 1, que é o projeto do Senador Sérgio Cabral, poderemos nos fixar nos Itens 5 e 8, que dizem respeito ao IPI dos produtos ligados à questão da segurança porque

o assunto segurança público é da maior prioridade neste País todo e não só no Rio de Janeiro. Trata-se do reconhecimento dessa prioridade, de uma política de enfrentamento dos problemas da segurança. Um dos itens seria esse.

O outro item é a questão do convênio para cobrança do ITR, que é inteiramente justo. Se obtivéssemos êxito na aprovação do projeto do Senador Sérgio Cabral e desses dois outros projetos – compreendendo também a questão do saneamento –, esta Comissão, Sr. Presidente, teria lavrado uma vitória fantástica em termos de justificação da sua existência.

Era isso o que eu tinha dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado, Senador Roberto Saturnino.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, aproveitando a exposição muito precisa de como tramitou a reforma tributária com relação à redistribuição de ICMS e como isso se encontra hoje na Câmara dos Deputados, que esta Subcomissão, por meio de V. Ex^a, mantenha contato com o Deputado Virgílio Guimarães e com o próprio Presidente da Câmara dos Deputados para que se restabeleça aquilo que saiu do Senado, que é um avanço bastante substantivo sobre a questão e que vem muito ao encontro de uma melhor distribuição de renda para os Municípios brasileiros. É algo de que o Senado já participou e sobre o qual já deliberou, e está na Câmara dos Deputados. Deve-se fazer valer a posição do Senado, que vem ao encontro também da posição da Federação dos Municípios.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – E da própria Câmara, que aprovou também. Agora, como houve uma emenda do Senador Eduardo Azeredo, teve que voltar para a Câmara, senão já teria sido liquidado, promulgado, na oportunidade aqui. Era 100% por lei complementar federal. S. Ex^a sugeriu que ficasse em 75% a federal e 25% para o Estado. Então, voltou para a Câmara e, ao voltar para a Câmara, agora ficou fora do relatório do Deputado Virgílio. Para quando ficará essa votação? Não se sabe quando ocorrerá a votação. Haverá muita pressão. E também há culpa dos prefeitos porque 90% seriam beneficiados, mas não estão muito interessados. Eu cobro isso deles. Temos que fazer como V. Ex^a está fazendo, ou seja, assumir uma posição e trabalhar essa questão politicamente para que ela seja votada. Já que as duas Casas já se pronunciaram, por que agora vai ficar fora?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Essa é a sugestão que eu queria dar ao Presidente para que possamos objetivar o trabalho de apoio dessa Comissão às questões municipais.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, a exemplo do que foi proposto com relação ao projeto do Senador Sérgio Cabral, eu também proponho a formação de uma comissão pequena, composta por mim e por V. Ex^a, para conversarmos com o Deputado Virgílio Guimarães. Nós dois podemos ir à Câmara conversar com o Deputado e, se necessário, conversar também com o Presidente da Câmara dos Deputados.

V. Ex^a concorda comigo?

O SR. PAULO ZIULKOSKI – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então está composta mais uma comissão; será uma comissão pequena, uma minicomissão, para que possamos atuar mais eficazmente.

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Da minha parte, quero também dizer da minha satisfação de estar presente nesta Comissão voltada a algo tão essencial no Brasil: o fortalecimento dos municípios. Não faço parte desta Subcomissão, mas faço parte da Comissão de Assuntos Econômicos como suplente. Fui convidado para esta reunião porque também estão presentes o atual Presidente da Associação dos Municípios do Paraná e Prefeito de Nova Olímpia, bem como o ex-presidente da Associação, ex-prefeito de Barracão, no Paraná. Realmente, fico imaginando o porquê de não haver um entendimento, um diálogo maior no Legislativo e, particularmente, no Executivo. O Legislativo, nessas áreas, atua muito em decorrência do posicionamento assumido pelo Executivo. É um desafio, um drama. Se quisermos realmente um Brasil diferente, com mais participação, isso passa pelos assuntos municipais. Todos nós temos certeza disso, Senador César Borges e Senador Roberto Saturnino. Todos nós falamos e repetimos isso. Todos temos convicção disso. E é tão difícil falar sobre esse tema.

Então, mesmo sendo da base do Governo e do partido do próprio Presidente da República, o Partido dos Trabalhadores, eu diria que, se conseguíssemos estabelecer canais de comunicação em todos os assuntos, inclusive neste, creio que avançaríamos muito.

Não sei o que pensa nosso Líder, Senador Delcídio Amaral, que é um batalhador nessa área, que sempre está disponível e solidário. Creio que S. Ex^a pensa assim também porque esse é o sentimento da bancada do PT no Senado Federal, bem como de todos os partidos, sejam da base do Governo ou não. Penso que esse é um desafio suprapartidário. Devemos decidir como estabelecer esses mecanismos de diálogo e começarmos a conversar para encontrar uma solução

para que possamos fortalecer o ente básico da nossa federação, que é o Município, onde, infelizmente, todas as coisas acontecem. E é um drama permanente para o Município fazer com que os recursos cheguem lá para o desenvolvimento das políticas sociais e econômicas tão necessárias.

Coloco-me também à disposição da Comissão. Vou conversar bastante com o Senador Delcídio Amaral, nosso Líder no Partido. E faço esse apelo para que todos os Partidos e o Executivo se sensibilizem para esse problema. Há pouco, indaguei ao Senador César Borges se o Ministro Palocci já tinha vindo e discutido o assunto. S. Ex^a disse que acredita que o Ministro deve querer distância desse debate, dessa discussão. Apesar de ser uma discussão, não é bem assim, Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Ele disse que é preciso suor, sangue e lágrimas.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Temos que montar ou aprimorar, se não houver, esses mecanismos para que haja pelo menos uma busca conjunta de soluções para os problemas que afligem essa área. Sei que é uma tarefa que exige sangue, suor e lágrimas, mas, pelo menos, V. Ex^a conta com o apoio de outros 12 senadores. Tenho certeza de que pelo menos os 13 Senadores do PT e os 81 Senadores da Casa pensam nesse sentido.

Obrigado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, até porque estamos com excesso de Comissões e de Subcomissões, é uma verdadeira loucura aqui no Senado e o Plenário também funcionando, não pude chegar com o devido tempo, não tive condições de chegar na hora.

Acompanhando as falas do próprio Senador Flávio Arns e dos Senadores Roberto Saturnino e César Borges e fruto até de encaminhamento que foi dado aqui no que se refere aos Municípios e aos pleitos que o nosso Presidente Paulo Roberto aqui apresentou, pode ser até que eu seja repetitivo, mas eu gostaria de aproveitar e insistir nesse tema, porque sei que o Senador César Borges tem feito esse trabalho e tem se aprofundado nessa questão, que é o saneamento.

Sr. Presidente, nós deveríamos fazer um debate. Hoje existe um projeto do Senador Gerson Camata, se não me engano, na CCJ, do qual V. Ex^a é o Relator, e, ao mesmo tempo, hoje, tramita na Câmara dos Deputados um projeto do Ministério das Cidades sobre esse tema também. Creio, Sr. Presidente, que esse

assunto é de tamanha relevância para os Municípios, que talvez esta Subcomissão seja o lugar ideal para fazermos esse debate também. Se vale uma sugestão, procurarei encaminhar a V. Ex^a essa sugestão e essa ponderação para que aproveitássemos esta Subcomissão para ouvirmos um pouco o que o Ministério das Cidades pensa sobre saneamento e esse projeto que está tramitando na Câmara. Algumas pessoas podem dizer que está ainda na Câmara e ainda virá para o Senado, mas penso que o tema é de muita relevância, e vejo o Senador Borges insistir bastante nesse assunto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Só para lhe dar informação, hoje aprovei o requerimento na CCJ, pedindo audiência com o Ministro Olívio Dutra, com o Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Saneamento, com o Presidente da Aesbe – Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais e também com o Presidente da Assemae – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, com a presença também do Paulo para me subsidiar no relato do projeto do Senador Gerson Camata. O Dr. Paulo já disse e sabemos que foi entregue um projeto oriundo do Ministério das Cidades, mas sobre o qual não há consenso. Penso que não há consenso em nenhum dos dois. Teremos que criar o consenso no Congresso Nacional. E há urgência constitucional para aprovar até 7 de agosto. V. Ex^a poderia ajudar a retirar essa urgência constitucional para que esse assunto pudesse ser debatido com muita amplitude e com a profundidade necessária. Não adianta ter urgência constitucional de um problema tão complexo como esse do saneamento, para o qual queremos as melhores soluções.

Agradeço o aparte para dar essa informação.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, concluindo, em razão do que agora é relatado pelo Senador César Borges, esta Subcomissão é o foro adequado para discutirmos, entre outros, esses temas, especialmente a questão do saneamento.

Vou retomar este assunto com V. Ex^a para que, por meio desta Subcomissão, possamos trazer este debate especialmente pelo que ele representa e pelo fato de termos um projeto tramitando aqui no Senado e outro encaminhado pelo Governo Federal tramitando na Câmara em regime de urgência urgentíssima. Em razão dos argumentos do Senador César Borges, vou conversar também com o Senador e com V. Ex^a para encaminharmos alguma coisa neste sentido nesta Subcomissão, que é talvez o melhor foro para se discutir saneamento no Brasil, até porque estamos falando de Municípios, e este tema é absolutamente intrínseco ao dia-a-dia dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Presidente Paulo Ziulkoski.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Penso que é recorrente, esses assuntos são importantes. Vejo a tranquilidade dos nossos prefeitos que estão aqui conosco. Normalmente, eles são muito agitados. Mas está todo mundo aqui, e eu acredito, interpretando a situação, que eles acompanham este debate. Esta Subcomissão está realizando um trabalho de muito interesse, não dos prefeitos, mas das comunidades do poder local. Pelos assuntos que estamos abordando aqui, se não existisse esta Comissão, estariam todos divagando. E esta Subcomissão foi criada em uma boa hora. Tenho certeza, Presidente Garibaldi, que esta Subcomissão vai se constituir no foro onde vão ocorrer os maiores debates e a maior participação, inclusive popular, dentro do Senado Federal. Como disse o Senador Líder do PT, este é o local onde vamos poder discutir, especificamente, estes assuntos. Logicamente, nós, os prefeitos, devemos fazer o nosso trabalho também. Em uma audiência como esta, como esta reunião, cada um de nós vai ter que trazer o Senador do seu Estado para vir aqui e nos ouvir, ombrear junto à Comissão, quer dizer, ter a participação efetiva. Sabemos de todo o compromisso dos Senadores, mas penso que, uma vez ou outra, eles poderão estar aqui nos honrando, como estão fazendo os Senadores presentes, discutindo esses assuntos.

Eu devo ainda dizer que, logicamente, amanhã teremos que ouvir o próprio Ministro da Fazenda que, antes de ser Ministro, era um municipalista, Vice-Presidente da Associação Paulista de Municípios, um ex-prefeito e um grande conhecedor do tema e, portanto, tem muito a contribuir com toda esta discussão federativa sobre os municípios.

E o Senado, hoje, vai votar a Emenda Constitucional nº 12 – se não me engano é esse o número. É importante essa votação. Concordamos com essa PEC porque está legitimando cerca de 60 emancipações feitas posteriormente à vigência da Emenda Constitucional nº 15, aquela que retirou a competência dos Estados de, por meio de lei complementar, legislar sobre criação de municípios.

Então, desde 1996, foram suspensas as emancipações no Brasil fruto da Emenda Constitucional nº 15 que está em vigor. E há a emenda constitucional que prevê que é por meio de lei complementar federal que se vai disciplinar as emancipações e, ao mesmo tempo, determina que, quando for criada a lei complementar, nela esteja explicitamente colocado no seu conteúdo que o plebiscito, quando houver, nas áreas autorizadas, terá que envolver não só a área interessada, mas toda a

área demandada. Não só a área em emancipando, mas, sim, todo o Município. Por exemplo, se um município da cidade do Rio de Janeiro, fosse emancipado, ter-se-ia que envolver toda a cidade do Rio de Janeiro, para dizer se concorda ou não com aquela emancipação. Não existe esta lei complementar, mas, mesmo assim, no Rio Grande do Sul foram instalados 30 municípios e um, inclusive, foi extinto pelo Supremo, agora, no ano passado, ou seja, 30 municípios que foram criados antes da Emenda nº 15, mas não foram instalados em função de que não teriam cumprido a lei eleitoral para fazerem a eleição em 1996. Então, em 2000, eles foram instalados e depois foram criados outros municípios: no Mato Grosso, 13; na Bahia, um. Alguns municípios foram criados, e esta emenda agora está legitimando e tornando legalizados estes cerca de 60 municípios que foram instalados porque, realmente, se não for assim, vai-se criar um problema muito sério na desconstituição desses municípios. Inclusive, já existem muitos há oito anos praticamente. Então, hoje, o Senado vai votar – creio que sabiamente –, regularizando essa situação. Logicamente, muitos foram criados ao arrepio da lei, mas existem. As Assembléias os aprovaram. Então, acredito que o Senado cumpre esse papel exatamente importante e que apoiamos até para terminar com essa possível extinção de Município e discussão que se trava hoje no Brasil.

Para nós, é uma alegria estar aqui. Sei que isso é objetivo de todos os Senadores. No momento em que tiverem oportunidade de ouvir um pouco mais, não a mim, mas aos Municípios, vamos seguramente melhorar a federação no País, relação que hoje é muito contenciosa e muito cara, principalmente para o Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou encerrar a reunião, agradecendo a presença dos Srs. Senadores, do Presidente Paulo Ziulkoski e de todos os Presidentes, Prefeitos e representantes das Federações dos Municípios.

Com relação ao debate do saneamento, vamos esperar as sugestões do Senador Delcídio Amaral, Líder do PT, e no que tange às Comissões formadas por mim e pelo Senador César Borges, por mim e pelo Senador Sérgio Cabral, vamos entrar em ação imediatamente.

Agradeço ao Senador Flávio Arns, que, embora não seja membro da Comissão, esteve presente à reunião e acredito que vai continuar a dar sua contribuição.

Está encerrada a reunião. Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 16h27min.)

Ata da Décima Sexta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura Realizada no dia 9 de Junho de 2005, Quinta-feira, às 10:00 Horas.

Às dez horas e quarenta e oito minutos, do dia nove de junho de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, com a presença dos (as) Senadores (as) **JONAS PINHEIRO, RODOLPHO TOURINHO, FLEXA RIBEIRO, REGINALDO DUARTE, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, SÉRGIO CABRAL, PAPALÉO PAES, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, PATRÍCIA SABOYA GOMES, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA E EDUARDO SUPPLY**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando ausência o Senhor Senador Sérgio Guerra. O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica que a pedido da relatora, Senadora Lúcia Vânia, fica retirado de pauta o Item 8 – Projeto de Lei do Senado nº 93 de 2003. O Senador Antônio Carlos Valadares, passa a Presidência para a Senadora Patrícia Saboya Gomes. **Item 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25 DE 2004.** “Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização de Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências” e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”. **Autoria:** Deputada Zulaiê Cobra. **Relator:** Senador Augusto Botelho. **Parecer:** Favorável na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Concedido Vista ao Senador Paulo Paim. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2005.** “Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e dá outras providências”. **Autoria:** Deputado LUIZ ALBERTO. **Relator:** Senador Marcelo Crivella. **Parecer:** favorável nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 03 – OFÍCIO “S” Nº 43, DE 2000.** “Encaminha ao Senado Federal cópia completa do Acórdão relativo ao Recurso de Ofício na Averiguação Preliminar nº 08000.000518/96-06, em que são Representadas as empresas NATIONAL MEDICAL CARE INC., BAXTER INTERNATIONAL INC. E BAXTER HOSPITALAR LTDA, referentes às denúncias de monopolização e cartelização da hemodiálise no País”. **Autoria:** Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. **Relator:** Senador Sérgio Cabral. **Relator “ad hoc”:** Senador

Flávio Arns. **Parecer:** Pelo Arquivamento. **Resultado:** Aprovado o Parecer. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2003.** “Dispõe sobre o trabalho do menor aprendiz e dá outras providências”. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatora:** Senadora Lúcia Vânia. **Parecer:** Favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame, a pedido da relatora. A Presidência comunica que o prazo para recebimento de emendas perante esta Comissão à LDO será até o dia 14 de junho, próxima 3ª feira e a Reunião para a deliberação será na 5ª feira, dia 16 de junho. Os demais itens da pauta 4, 5, 6, 7, 9 e 10 foram adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores: **Paulo Paim e Flávio Arns**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e doze minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes Vice-Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**, Presidente em exercício

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Valadares. PSB/SE) – Declaro aberta a reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.).

Aprovada.

A pedido da Senadora Lúcia Vânia, relatora do PLS nº 93/2003, fica retirado de pauta o Item nº 8, para reexame.

Srs. Senadores, existem alguns projetos em pauta que são de natureza não-terminativa e outros de natureza terminativa. Como é evidente a falta de quórum para os terminativos, vamos, então, começar pelo Item nº 1, que trata do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004, que altera a Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização de seguridade social, institui o plano de custeio e dá outras providências, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências, dispõe sobre o segurado de sociedade conjugal ou união estável. A Relatora é a Deputada Zulaiê Cobra, e o relator é o Senador Augusto Botelho, a quem concedo a palavra para a leitura do seu parecer.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Bom dia, Sr. Presidente.

Relatório.

É submetido ao exame desta Comissão Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004, que tem por finali-

dade ampliar a cobertura previdenciária para abranger os integrantes da sociedade conjugal ou união estável que prestem serviços sem remuneração em suas próprias residências e que não sejam enquadrados em nenhuma categoria de segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social.

A proposição estabelece também que a responsabilidade pelo recolhimento da contribuição cabe ao cônjuge ou companheiro que perceba rendimentos. Ao justificar a iniciativa, afirma:

Se a conscientização e a luta da mulher ao construir um espaço no mercado de trabalho já alcança níveis razoáveis principalmente nos grandes centros urbanos em especial nas gerações mais novas, também é inegável que a grande parcela de mulheres brasileiras seja por questões culturais, seja por imposições conjunturais ainda exerce exclusivamente seu papel de dona de casa. Para esse grupo de mulheres que, torno a afirmar, ainda representa parcela ponderável do universo feminino nos centros rurais e das gerações mais antigas, a nova postura dos tribunais representa a condenação a um futuro de penúria ou de dependência de filhos ou de outros parentes para a sua própria sobrevivência.

Com vistas a reduzir o impacto dessa situação, trago à apreciação desta Casa a presente proposição que institui uma nova categoria de segurança obrigatória da Previdência, o segurado de sociedade conjugal ou a união estável.

Nesta Comissão não foram apresentadas emendas à presente matéria.

Da análise.

Embora a legislação vigente permita a qualquer pessoa que não seja segurada obrigatória contribuir para o Regime Geral da Previdência Social e receber benefícios na condição de segurado facultativo, constata-se, na realidade, que, não havendo qualquer obrigatoriedade de recolhimento da contribuição, as donas de casa, em especial as com dedicação exclusiva aos afazeres do lar, acabam ficando sem qualquer cobertura previdenciária.

Por outro lado, essas mulheres que se dedicam exclusivamente às atividades domésticas, em caso de dissolução do seu casamento ou união estável, na maioria das vezes, terão dificuldades na velhice em promover o seu sustento e o de sua família. É imprescindível, portanto que sejam criados mecanismos para um significativo aumento da cobertura do sistema da Previdência Social. Segundo dados da Pesquisa Na-

cional por Amostra de Domicílios – PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística– IBGE, de 2003, há cerca de vinte milhões de mulheres que se dedicam exclusivamente aos trabalhos domésticos e não são contribuintes da previdência pública.

A situação é preocupante, pois essas mulheres, não estando filiadas ao sistema, estão expostas aos riscos sociais do trabalho e não poderão enfrentar com qualidade de vida o declínio de sua capacidade laboral e muito menos o seu envelhecimento. Mais ainda, por não serem filiadas à Previdência, acarretarão altos custos sociais no futuro, já que ficarão à mercê de programas assistenciais do Estado ou da ajuda dos familiares, que terão suas rendas diminuídas e, conseqüentemente, terão uma piora de suas condições de vida.

A inclusão da dona-de-casa que se dedica exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito da Previdência Social representa um grande passo na sustentação da renda e no combate à pobreza entre os idosos.

Com grande efeito, a expansão da cobertura representa o principal desafio, em curto prazo, tanto para o desenvolvimento do sistema previdenciário brasileiro, quanto para a comunidade: a continuidade da política de sustentação de renda dos idosos. Do contrário, um contingente enorme de brasileiras irá pressionar por aumento de gastos públicos em programas assistenciais e ainda reduzirá a renda média dos membros de sua família.

Nunca é demais enfatizar que, no contexto de aumento da longevidade e de diminuição da fecundidade, a falta de cobertura previdenciária representa uma verdadeira bomba de efeito retardado. Por outro lado, o esforço social do Estado apresenta custos elevados, ao mesmo tempo em que provoca a deterioração das contas previdenciárias.

Assim, com o objetivo de adequar a nova contribuição previdenciária aos trabalhadores de baixa renda, estamos propondo, por meio de substitutivo, uma alíquota de 7,65% sobre o menor salário de contribuição para aqueles que percebem remuneração mensal igual ou inferior a R\$623,44. Vale ressaltar que a alíquota proposta corresponde à contribuição dos trabalhadores que percebem a remuneração mensal de R\$800,45. Já em relação ao valor da remuneração mensal do trabalhador de baixa renda, R\$623,44, tomou-se por base o fixado na Portaria MPS 822, de 11 de maio de 2005, para concessão de quota de salário-família, que, nos termos do art. 7º, inciso XII, da Constituição Federal, só é devido a essa categoria de trabalhadores.

Por fim, em conformidade com o art. 201, do § 12, também da Constituição Federal, determina-se que a esses contribuintes de baixa renda seja assegurado o

acesso a benefício de valor igual a um salário mínimo, exceto aposentadoria por tempo de contribuição.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004, na forma do seguinte substitutivo:

“Art. 1º. Dispõe sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua sem fins lucrativos no âmbito de sua própria residência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Os artigos 12, 21, 28 e 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12.

(...)

VIII – Como segurado de sociedade conjugal ou de união estável, todo aquele que, em razão de casamento ou união estável, exerce atividade contínua no âmbito de sua própria residência sem fins lucrativos, desde que não incluída em nenhuma outra categoria de segurado obrigatório.

(...)

Art. 21. A alíquota de contribuição dos segurados contribuintes individual facultativo e do segurado de sociedade conjugal ou de união estável é de 20% sobre o respectivo salário de contribuição.

§ 1º. A alíquota de contribuição do segurado de sociedade conjugal ou de união estável cujo cônjuge ou companheiro perceba remuneração mensal igual ou inferior a R\$623,44 é de 7,65 sobre o menor salário de contribuição, não se aplicando o disposto no inciso V do art. 28.

§ 2º. Ao segurado de que trata o § 1º é garantido o acesso a benefícios de igual valor a um salário mínimo, exceto aposentadoria por tempo de contribuição.”

Os valores do salário de contribuição serão reajustados na mesma época e com os mesmos índices que os do reajustamento dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social.

“Art. 28.

(...)

V – Para o segurado de sociedade conjugal ou união estável, o salário de contribuição observado o limite máximo a que se refere o § 5º.

(...)

Art. 30.

(...)

II – Os segurados contribuinte individual, facultativo e o de sociedade conjugal ou de união estável estão obrigados a recolher sua contribuição por iniciativa própria até o dia 15 do mês seguinte ao da competência, e no caso de segurado em sociedade conjugal ou união estável a obrigação do recolhimento é do cônjuge ou do companheiro que perceber renda relativamente ao outro.

O art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII.

Art. 11.

(...)

VIII – Como segurado de sociedade conjugal ou união estável, todo aquele que em razão de casamento ou de união estável exerça atividade contínua no âmbito de sua própria família sem fins lucrativos.

Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.”

Meu voto é favorável neste substitutivo, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS-CE) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, sei que V. Exª é uma das estudiosas desse tema, conforme autoria do projeto da Câmara, da Deputada Zulaide Cobra, e o brilhante relatório feito pelo Senador Augusto Botelho.

Trabalhamos com esse tema há muitos anos, ainda com Benedita da Silva quando Deputada e depois, como Senadora, que também apresentou projeto exatamente nesse sentido. Não pode continuar apenas com optativo o ingresso das trabalhadoras domésticas na Previdência, e, conseqüentemente, assegurando-lhes o direito à aposentadoria como uma obrigação regulamentada por lei.

Nesse caso específico, discutimos amplamente na Bancada, somos favoráveis. A única questão que restou – e não há uma decisão da área correspondente – é quanto às alíquotas. Então, devido a isso, gostaria de pedir vista para que pudéssemos já ajustar a alíquota para assegurar esse legítimo direito.

Então, pediria ao Senador Augusto Botelho que nos concedesse uma tolerância para que possamos ajustar o valor da contribuição, que, também entendo, deve ter menos de dois dígitos. Apenas esse ajuste que gostaríamos de fazer, contribuindo com uma sugestão à relatoria.

Somente por esse motivo, mas sendo favorável ao projeto, pediria vista em nome desse entendimento.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS-CE) – Concedido o pedido de vista ao Senador Paulo Paim.

Quero também neste momento parabenizar o Senador Augusto Botelho pelo seu relatório. Nós, que somos mulheres, como disse o Senador Paim, estamos nessa luta já algum tempo, portanto gostaria de parabenizar a autora do projeto, como também o relator. Depois de avaliar esses detalhes que o Senador Paulo Paim pede em seu pedido de vista, iremos votar, certamente, o projeto na Comissão de Assuntos Sociais.

Gostaria de propor à Comissão uma inversão de pauta, porque do segundo item é relator o Senador Marcelo Crivella, e, como S. Exª está se encaminhando para Comissão, pediu que votássemos agora o terceiro item, e em seguida chegaria para fazer a leitura do seu relatório.

Item 3, se todos concordam com a inversão de pauta. (Pausa.)

O item 3 encaminha ao Senado Federal cópia completa do acórdão relativo ao Recurso de Ofício na Averiguação Preliminar nº 0800000518/96-06, em que são representadas as empresas *National Medical Care Incorporation* – o Senador Valadares me pregou uma peça (risadas) – e *Backster Hospital Ltd.* referente às denúncias de monopolização e cartelização da hemodiálise no País. A autoria é do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Cadê. O Relator é o Senador Sérgio Cabral.

Eu pediria ao Senador Flávio Arns, com a ausência do Senador Sérgio Cabral, que, como Relator *ad hoc*, lesse o relatório do Senador Sérgio Cabral.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Não vou repetir o relatório do Senador Sérgio Cabral sobre assunto que V. Exª mencionou, em razão da complexidade das expressões.

Passo a ler o relatório do Senador Sérgio Cabral, como Relator *ad hoc*.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, encaminhou ao Senado Federal Ofício nº 1.732, datado de 30 de maio de 2000, com cópia completa do Acórdão relativo ao recurso de ofício na Averiguação Preliminar nº 08000.000158/96-06, em que são representadas as empresas *National Medical Care e Backster International e Backster Hospitalar Ltd.* referente a denúncias de monopolização e cartelização da hemodiálise no Brasil.

A Presidência do Senado recebeu o citado documento – Ofício “S-43/200 –, encaminhando-o ao Plenário, que o reencaminhou a esta Comissão de Assuntos Sociais. Trata-se de acórdão do Conselho Administrativo

de Defesa Econômica, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, em que se analisou possível prática de cartelização e dominação do segmento de hemodiálises no Brasil, suscitando a prática das infrações à ordem econômica decorrentes do exercício de coordenação e monopolização do mercado pelas empresas *NMC do Brasil, National Medical Care, e Backster International e Backster Hospitalar Ltda.*”

O Cade, assim, sumariza o ato apurado. O ato sobre o qual versam essas denúncias é a realização de operações de compra de empresas ou clínicas de diálises peritoneais ou de hemodiálises realizadas por *NMC e Backster* que visavam à aquisição de todas essas empresas localizadas no País.

O acórdão, inicialmente remetido ao Senado, publicado em 02 de dezembro de 1997, dava provimento por maioria ao recurso de ofício da Secretaria de Direito Econômico e determinava o prosseguimento das averiguações. O encaminhamento do acórdão ao Senado se deu em razão de sugestão do então Presidente daquela autarquia para que se transmitisse aos foros competentes dos Três Poderes a preocupação quanto à eventual contradição entre o dispositivo contido no § 3º do art. 199 da Constituição Federal e o princípio constitucional da livre concorrência. Mais tarde, foi anexada aos autos do processado a decisão final sobre a matéria, datada de 29 de maio de 2002, em que o Cade conclui pelo arquivamento do feito por entender que não houve conjunto probatório suficiente para a caracterização da conduta das representadas como indício de infração, segundo o art. 21 da Lei nº 8.884/94.

Análise.

Não compete a esta Comissão de Assuntos Sociais realizar e emitir juízos sobre a correção da decisão do Cade, que é autoridade competente para autonomamente decidir sobre a matéria nos termos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, visto que não tendo dúvida sobre a lisura do procedimento daquela autarquia. Além disso, não vislumbramos alegada contradição entre o §3º do art. 199 da Constituição Federal, que proíbe a participação de empresas ou capitais estrangeiros no auxílio à saúde no Brasil, salvo nos casos previstos em lei, e a defesa da livre concorrência, erigida a princípio da atividade econômica pelo art. 170, IV, da Carta Magna, porque se trata de dois dispositivos constitucionais originários de igual hierarquia normativa.

Na verdade, o que o CADE descreve como uma contradição constitucional nada mais é que uma opção política do legislador constituinte, que legitimamente delimitou a extensão da livre concorrência, que, como

todos os princípios constitucionais, não é absoluto no que tange à assistência à saúde.

Quanto ao mérito do dispositivo, entendemos que foge à competência desta Comissão discutir o assunto, uma vez que não lhe cabe, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, a iniciativa de proposta de emenda à Constituição. Se vier à apreciação desta Comissão texto de PEC nesse sentido, esse será o momento adequado para a análise em questão.

A propósito, vale salientar que a supressão do § 3º do art. 199 já foi examinada por este Senado Federal por ocasião da PEC nº 52, de 1995, arquivada ao final da legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, em 1999.

Dessa forma, tratando-se de ofício informativo, recomendamos o seu arquivamento.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pelo arquivamento do Ofício “S” nº 43, de 2000.

É o relatório do Senador Sérgio Cabral, que eu, como relator *ad hoc*, também apresento a esta comissão.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerramos a discussão.

Em votação, o parecer ao Ofício nº 43, de 2000, que conclui pelo arquivamento da matéria.

As Srªs e os Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Voltando ao item 2, faço uma consulta ao Plenário desta Comissão. O relatório já foi lido pelo Senador Marcelo Crivella. Foi pedida vista pela Senadora Ideli Salvatti, que devolveu o projeto para esta Comissão sem nenhuma manifestação. O projeto ainda está em discussão. O Senador Marcelo Crivella ainda não compareceu, mas já leu o relatório na reunião passada. Consulto ao Plenário se concorda em podermos fazer a votação, já que se trata de uma votação simbólica, e não uma votação nominal. (Pausa.)

Se todos concordam, colocaremos em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2005, que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e dá outras providências.

Autor: Deputado Luiz Alberto. Relator: Senador Marcelo Crivella.

O parecer é favorável nos termos do substitutivo que apresenta.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Senadores que concordam com o substitutivo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Infelizmente, não temos quórum qualificado para votar os outros projetos, que são terminativos.

Antes de encerrar a reunião, comunico, por decisão do Presidente desta Comissão, Senador Antonio Carlos Valadares, que o prazo para recebimento de emendas da Comissão à LDO será até o próximo dia 14 de junho, próxima terça-feira. A reunião para deliberação será na quinta-feira, dia 16 de junho.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião.

Muito obrigada a todos pela presença.

(*Levanta-se a reunião às 11h13min.*)

Ata da Décima Sétima Reunião, Conjunta, da Comissão de Assuntos Sociais, Com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura Realizada no dia 14 de Junho de 2005, Terça-feira, às 10:00 Horas.

Às dez horas e vinte e dois minutos, do dia quatorze de junho de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, com a presença dos (as) Senadores (as) **JONAS PINHEIRO, RODOLPHO TOURINHO, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, VALDIR RAUPP, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATTI, MARCELO CRIVELLA, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA E EDUARDO AZEREDO** e também com a presença dos Senhores Senadores **CESAR BORGES, LUIZ OTÁVIO, VALDIR RAUPP, LEOMAR QUINTANILHA, ANA JÚLIA CAREPA, SERYS SLHESSARENKO, ÁLVARO DIAS, E ANTÔNIO LEITE**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando ausência o Senhor Senador Sérgio Guerra. O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública conforme Requerimento nº18/05 – CAS, de autoria do Senador Flávio Arns e aos Requerimentos nº 13, de 2005-CMA, de Autoria do Senador Antônio Carlos Valadares; nº 14, de 2005-CMA, das Senadoras Ideli Salvatti, Serys

Slhessarenko e Ana Júlia Carepa com aditamento dos Senadores Delcídio Amaral e Augusto Botelho; nº 16, de 2005-CMA e nº 20, de 2005-CMA, de autoria do Senador César Borges, com a Finalidade de instruir o PLS 216, de 2003 que “Dispõe sobre as exigências de contrapartida Ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil.” São convidados a tomar assento à mesa os seguintes Senhores: ROBERTO REQUIÃO – Governador do Estado do Paraná; CLÁUDIO LANGONE – Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente; FABIANO GERALDO PIMENTA JÚNIOR – Diretor de Gestão da Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde; ELIANE FONTES, Diretora em exercício do Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e ALFREDO CARLOS LOBO – Diretor de Qualidade do INMETRO; CLÁUDIO PÉRET DIAS – Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC do Ministério da Justiça; REGINA HELENA DANTAS SIMÕES CHACUR, Coordenadora Geral de Produtos Industriais do Ministério da Fazenda; JOSÉ MANUEL VILLAR GULIN – Gerente Geral da Unidade de Negócio da Industrialização do Xisto – SIX – PETROBRÁS; MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Coordenador Geral de Controle e Qualidade Ambiental do IBAMA; FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Presidente da Associação de Fabricantes de Pneus – ABIP; PAULO FERNANDO MOREIRA – Presidente da Associação Brasileira do Segmento da Reforma de Pneus – ABR; VILLEN JOSÉ SOARES – Diretor Geral da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos – ANIP e EDUARDO MARTINS – Assessor Técnico. Após a apresentação dos convidados, fazem uso da palavra os Senhores Senadores **AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, HERÁCLITO FORTES, JONAS PINHEIRO, FLEXA RIBEIRO, FLÁVIO ARNS, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, LEOMAR QUINTANILHA, EDUARDO AZEREDO, ÁLVARO DIAS, SERYS SLHESSARENKO e ANA JÚLIA CAREPA.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Declaro aberta a 17ª reunião

conjunta da Comissão de Assuntos Sociais com a 12ª reunião da Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata das reuniões anteriores de ambas as Comissões.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública em conjunto das duas Comissões, atendendo ao Requerimento nº 18 de 2005, de autoria do Senador Flávio Arns e aos Requerimentos: nº 13 de 2005 CMA, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares; nº 14 de 2005 CMA das Senadoras Ideli Salvatti, Serys Slhessarenko e Ana Júlia Carepa, com aditamento dos Senadores Delcídio Amaral e Augusto Botelho; nº 16 de 2005 CMA e de nº 20 de 2005 CMA, de autoria do Senador César Borges, com a finalidade de instruir o PLS 216 de 2003 que dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil.

Para esta audiência pública conjunta foram convidadas várias autoridades para instrumentalizar o andamento do PLS 16 de 2003, que dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou de fabricação nacional. Este projeto é de autoria do nobre Senador Flávio Arns, do Estado do Paraná, PT.

Eu gostaria de convidar para tomar assento à mesa as autoridades convidadas, mas antes, porém, destacaria a presença e co/presidindo esta reunião, o Senador Leomar Quintanilha, que é o Presidente da CMA, que, no decorrer dos trabalhos, irá presidir também esta reunião. S. Exª fez questão de que eu assumisse logo de primeira, achando ser eu o mais velho. Vamos olhar a certidão de nascimento para confirmar depois. Nobre Presidente, isso não passou de uma delicadeza e uma bondade do Presidente.

Convido o Governador Roberto Requião e sugiro o nome de nosso Presidente da CMA para fazer o ingresso neste plenário do Governador; o Sr. Cláudio Langoni, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Fabiano Geraldo Pimenta Júnior, Diretor da Gestão da Secretaria da Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde; a Srª Eliane Fontes, Diretora em exercício do Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria do Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio; o Sr. Cláudio Dias, Coordenar-Geral de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor;

a Srª Regina Helena Dantas Simões, Coordenadora-Geral do Produtos Industriais do Ministério da Fazenda; o Sr. José Manoel Villar, Gerente-Geral da Unidade de Negócios da Industrialização do Xisto da Petrobrás; o Sr. Márcio Rosa Rodrigues de Freitas, Coordenador-Geral de Controle e Qualidade Ambiental do IBAMA; o Sr. Francisco Simeão Rodrigues Neto, Presidente da Associação de Fabricantes de Pneus; o Sr. Paulo Fernando Moreira, Presidente da Associação Brasileira do segmento da reforma de Pneus; o Sr. Vilian José Soares, Diretor-Geral da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos.

Srs. Membros da Mesa, Srs. Senadores, Srª Senadora, esta audiência pública, ansiosamente esperada, por todos os segmentos interessados na aprovação ou na rejeição do projeto. Trata-se de uma proposição que nasceu da iniciativa do Senador Flávio Arns, tendo em vista a operação que se faz no Estado do Paraná da contrapartida ambiental, executada, com muito brilho, pelo Governo do Estado, sob o comando do ex-Senador e atual Governador Roberto Requião.

Como primeiro palestrante e convidado, passaremos a palavra, em primeiro lugar, ao Governador Roberto Requião, tendo em vista que S. Exª, devido a seus altos afazeres não somente em seu Estado como aqui, em Brasília, tem a necessidade imperiosa de ocupar a palavra em primeiro lugar. Nós o faremos com muito prazer, Governador Roberto Requião. Sabemos da grande administração que V. Exª está realizando no Estado do Paraná. A sua passagem aqui, pelo Senado Federal, o pontificou como um dos mais nobres e eminentes integrantes da política brasileira, pela sua coragem e pelo seu destemor em defender as grandes causas sociais e econômicas do Brasil. Passo a palavra, então, ao Senador e Governador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Senador sempre, não é, Senador Antonio Carlos Valadares?

O meu limite de tempo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, deve-se ao fato de que participei, depois do almoço, de um debate com o Ministro Nelson Jobim, na sede da OAB nacional, sobre precatórios. O Ministro procura uma solução para o grande problema dos precatórios que carregam e oneram os Estados e os Municípios brasileiros.

Sou Governador de um Estado verde ou, pelo menos, sou chefe de um Governo verde. O Paraná criou uma força verde que se compõe pelos técnicos do Instituto Ambiental do Paraná e pelo Batalhão Ambiental, criado pelo Governo do Estado. Patrulhamos o território do Estado com motoplanadores, um avião Sêneca, dois helicópteros e um avião Skyline.

A luta do Paraná pela preservação ambiental é dura e radical. O Paraná é o único Estado brasileiro que se opôs à proliferação dos transgênicos, colocando-se frontalmente contra o monopólio da Monsanto, na sua tentativa de dominar a agricultura brasileira. O Estado joga pesadamente na produção de orgânicos e tem um número enorme de áreas de preservação - praticamente 96% delas foram criadas na minha administração anterior como Governador de Estado. A nossa preocupação ambiental é conhecida por todo o País e, seguramente, pelo Ministério do Meio Ambiente. Mais recentemente, junto com o Ministério do Meio Ambiente, estamos tentando viabilizar parques nacionais da floresta ombrófila, a floresta de araucárias, porque já temos uma destruição da ordem de 97% das nossas matas.

Então, o que estaria um Governador que tem essa posição nesta reunião de comissões do Senado Federal, falando sobre os pneus remoldados? Acompanho esse processo desde quando era Senador e me opunha, por exemplo, à comercialização de pneus usados, o que ocorria no País com frequência. Principalmente a Europa, com suas delimitações muito claras de verão, de inverno e outono, estradas em excelentes condições, viabilizava uma sobra de pneumáticos, com meia vida, que eram comercializados no Brasil e importados por grupos econômicos que com isso conseguiam viabilizar um lucro razoável.

Eu nunca fui partidário disso. No Senado da República, a minha posição sempre foi muito clara. Mas, posteriormente, a importação de pneus se prendeu ao seu uso como matéria-prima, matéria-prima para remoldagem completa de pneumáticos. Por que matéria-prima importada? Porque as estradas brasileiras não dão condições de utilização para os nossos pneus usados no sentido do seu reaproveitamento por remoldagem.

Mas vamos fazer uma análise rápida da história dessa batalha entre os fabricantes de pneus e os remoldadores, notadamente a BS Colway no Estado do Paraná.

Quando esse processo iniciou, os pneus brasileiros duravam mais ou menos 20 ou 25 mil quilômetros, e as fábricas não davam nenhuma garantia. O preço dos pneus no monopólio estabelecido pelas fábricas era extraordinariamente alto.

O primeiro resultado da remoldagem foi que a remoldagem, examinada pelos órgãos competentes, garantida pelo Inmetro, passou a dar uma garantia de 80 mil quilômetros.

Essa garantia obrigou os fabricantes tradicionais de pneus a darem para o seu produto garantia também

e o preço praticamente desabou no Brasil em função da concorrência.

A grande questão que se coloca, do ponto de vista ambiental, é o que fazer das carcaças. O grupo que se instala no Paraná com uma fábrica modelar, é praticamente uma fábrica jardim, com a assepsia de uma sala de cirurgia, lançou alguns programas em nível nacional para a eliminação de resíduos.

No Paraná, nós iniciamos com um programa que se intitulou “Rodando Limpo”, uma participação do Estado com a BS Colway. Nós passamos a recolher pneus em todo o Estado e junto com o recolhimento de pneus, fizemos um trabalho de prevenção contra o *Aedes Aegypti*, o mosquito da dengue.

Esses pneus eram destinados à Petrobras, que os utilizava na mistura asfáltica, o famoso asfalto com borracha, o famoso asfalto com polímero. Posteriormente, para aumentar a temperatura de autoforos da indústria de cimento, economizando inclusive para o Brasil a importação do carvão, coque de petróleo, que não é encontrado com facilidade em nosso território.

O resultado desse processo no Paraná é que a dengue foi eliminada. Ela não foi eliminada em 10% ou em 20%. Ela foi eliminada em 100%. E esses programas de recolhimento de pneus e sua utilização em processos industriais do asfalto e do processamento do cimento se transformaram em um exemplo para o Brasil.

O meu depoimento pode se resumir nisso. A importação de carcaças para utilização e remoldagem não traz prejuízo ambiental para o Brasil, inclusive foi o setor de remoldagem que engendrou e propôs essas políticas de utilização, procurando inicialmente a Petrobrás e, posteriormente, as cimenteiras. Essa ação eliminou, no Paraná, o problema do mosquito da dengue e dos resíduos de pneus abandonados. Estende-se hoje para todo o Brasil. Por outro lado, estabeleceu uma concorrência extraordinariamente saudável para o País e para o consumidor em relação aos fabricantes tradicionais de pneus. Foram obrigados, vendo quebrado o seu monopólio, a dar garantia de rodagem – coisa que nunca tinha havido no País – e abaixar sensivelmente o preço. Esses dados seguramente serão mencionados por outros depoentes e pelos membros da Associação dos Remoldadores de Pneus, com muito mais precisão do que eu poderia fazer neste momento.

É com a consciência de um Governo e de um Governo que seguramente é o mais rigoroso no País na proteção do meio ambiente que me dispus, a convite da Comissão, a prestar aqui esse breve, sucinto e enxuto depoimento.

Presidente, por enquanto é o que poderia dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – CE) – Concedo a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Antonio Carlos Valadares, Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Leomar Quintanilha, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senhores convidados, a pergunta é para o eminente Governador Roberto Requião. S. Ex^a falou que o recolhimento das carcaças para aproveitamento, tanto na remoldagem quanto na recapagem, é uma coisa importante. Acredito que seja, concordo plenamente. Mas não vi o Governador falar da importações de pneus usados de outros países. Pelas informações que temos, 40% desses pneus são descartados ao chegarem ao Brasil. Gostaria de saber se o Governador é favorável à importação ou só ao aproveitamento interno dos pneus usados no Brasil.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – O aproveitamento interno é impossível. As condições das estradas brasileiras, que todos nós conhecemos, não fornecem para a indústria de remodelagem carcaças em condição de reaproveitamento. Então, são a favor da importação do insumo da indústria nacional de remoldagem apenas para remoldagem. Agora, o processo de destruição das carcaças que sobram dessa indústria está estabelecido e garantido pela utilização na indústria de asfalto com polímero e no abastecimento dos fornos de cimento.

Senador Valdir Raupp, creio que teremos, inclusive, que aperfeiçoar maneiras para que a seleção fosse estabelecida de uma forma que qualquer excesso não aproveitável pudesse ser, talvez, afastado já na origem da importação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Passo a palavra ao autor da proposição, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Em primeiro lugar, quero saldar todos os convidados, os Presidentes das duas Comissões, os Senadores que estão aqui presentes. De uma maneira muito particular e com muito respeito saldo o Governador do meu Estado, Roberto Requião, que tem tido posturas, iniciativas, a favor do Brasil, do meio ambiente, do emprego, da renda. S. Ex^a merece, sem dúvida, o respeito de todo o País.

Diria que essa audiência pública – e vou até reservar-me para ao final fazer as indagações necessárias – vai permitir que essa iniciativa voltada à questão dos pneus, de uma maneira geral, contrapartida ambiental para pneu novo, para pneu recauchutado, recapado, remoldado, reformado, para termos uma nova sistemática para o Brasil, em termos de liminares, em termos de acusações que existem por aí. Dessa forma, teria-

mos novos procedimentos, como o Governador mencionou em relação à vinda de pneus, eventualmente inservíveis, para o objetivo a que se propõe o Projeto de Lei. Então penso que seja um momento muito propício e muito bom.

Creio que seria interessante, Sr. Presidente, só saudar o Governador, dizendo da importância de estar aqui e dizer para o Brasil todo do excelente trabalho econômico, social, de cidadania, desenvolvido em nosso Estado.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Há mais algum orador inscrito?

A Senadora Ana Júlia deseja falar agora ou posteriormente? Também o Senador Jonas Pinheiro.

Tenho o prazer de transferir a Presidência para o Presidente da CMA, Senador Leomar Quintanilha, para dar continuidade aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares! Registramos também os nossos agradecimentos ao Governador Roberto Requião e, praticamente, alteramos um pouco o **modus operandi** da reunião, exatamente para aproveitarmos a oportunidade de termos o depoimento dele, que tem compromissos fora desta Casa e veio contribuir com a sua experiência, com a sua opinião, para esse debate que as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Assuntos Sociais, nesta reunião conjunta, decidem fazer, ouvindo todos os segmentos da sociedade brasileira interessados no tema, interessados nessa matéria palpitante, para que possamos efetivamente buscar o encaminhamento mais adequado para essa questão relacionada com a importação de pneus ou de carcaças servidas.

Passaremos, agora, a ouvir o depoimento das pessoas convidadas para se manifestarem a respeito. Gostaríamos de tentar intercalar aqueles que tivessem opinião favorável e opinião contrária, exatamente para, nesse estabelecimento do contraditório, oferecermos aos Srs. Senadores, uma visão tão ampla quanto possível, para que cada um depois possa efetivamente manifestar a sua opinião a respeito.

Em razão da quantidade de expositores, e procuramos não cercear segmento ou instituição alguma que desejasse participar do debate, para que fosse o mais amplo possível, procuraremos, então, restringir o tempo das manifestações ao prazo de dez minutos.

Passaremos, então, a palavra ao Dr. Cláudio Langoni, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente.

Com a palavra V. S^a.

O SR. CLÁUDIO LANGONI – Desejo saudar o Senador Leomar Quintanilha, que preside esta reunião, o Senador Valadares, o Governador Requião, que tem sido um parceiro importante do Ministério do Meio Ambiente, em várias discussões, em várias questões ambientais nacionais e no seu Estado, o Senador Flávio Arns, autor desse projeto que motiva esta audiência, todos os convidados que compõem a Mês! Senhoras e Senhores, trago saudações da Ministra Marina Silva, Senadora desta Casa e, em primeiro lugar, gostaria de dizer se trata de um debate complexo. Quem pensar que esse debate pode ser resolvido a partir de uma equação simples está equivocado. É um debate complexo do ponto de vista econômico, político e técnico. Em geral você precisa de um determinado nível padrão de discussão para compreender todos os elementos contidos nesta questão relativos a pneus.

Para o Brasil essa questão está abaixo de uma discussão maior, uma discussão que envolve relação entre comércio e meio ambiente e que tem um grande movimento internacional nos países desenvolvidos, nos fóruns internacionais que participamos, no sentido de tentar viabilizar a comercialização ou a importação entre bens usados de países desenvolvidos para países pobres ou em desenvolvimento, sendo isso considerado às vezes ajudam humanitárias, às vezes, uma destinação ambientalmente correta para a resolução de problemas de países em desenvolvimento, aliás, desenvolvidos, previstos na legislação que a exportação de produtos enfim de um ciclo de vida possam ser vendidas ou doadas para países em desenvolvimento como uma solução ambientalmente correta, principalmente para países que têm problemas de espaços para a disposição de resíduos.

O Governo brasileiro tem uma postura já de muitos anos contrária à importação de bens usados e tem discutido isso tem todos os fóruns ambientais de saúde e comerciais, e isso motivou uma série de normativa, tanto do Ministério do Desenvolvimento Indústria e do Comércio que está presente aqui e vai falar sobre isso, quanto do Conama, regulando essa questão da entrada de pneus usados ou inservíveis ou mesmo remoldados no País, e também disciplinando o movimento que o Conama vem fazendo no sentido de disciplinar a destinação pós-consumo no Brasil, onde o Conama já legislou sobre pilhas e baterias, sobre pneus e discute outros elementos antes e se antecipando a uma Lei de Política Nacional de Resíduos que está em tramitação na Câmara dos Deputados e para o qual nós estamos buscando uma saída para o impasse que envolveu o relatório do Deputado Emerson Capaz.

Essa questão dos pneus tem uma novidade no cenário atual que nós temos especificamente uma nor-

mativa da União Européia proibindo a disposição de pneus em aterro a partir do ano que vem, na Europa.

Isso significa que um universo de cerca de 80 milhões de pneus ano, que são mais ou menos 26% dos pneus produzidos na Europa, precisarão encontrar outra destinação que não a destinação em aterro que passa a ser proibida. E na verdade as tecnologias utilizadas para a disposição final de pneus usados ou inservíveis, em todo o mundo, são praticamente as mesmas. Esse leque de alternativas tecnológicas que o Brasil adota, e algumas delas foram citadas pelo Governo Roberto Requião, são praticamente as mesmas em todos os lugares. Porque se nós tivéssemos uma solução de destinação final para resíduos de pneus usados em algum país, principalmente nos países desenvolvidos, melhor do que o Brasil, nós não teríamos uma discussão sobre a disposição desses países de enviar esses pneus usados para outros países, principalmente países em desenvolvimento.

Então, há um movimento forte de vários países em desenvolvimento no sentido de agir na OMC e em outras instâncias internacionais para evitar esse fluxo e evitar que os nossos países se transformem em destinatários de resíduos, e destinatário como solução barata para a solução de resíduos nos países em desenvolvimento.

Esta situação fez com que partindo da demanda da associação empresarial que age em oito países europeus, a Organização Mundial do Comércio decidisse, e publicou recentemente no último dia 21 de maio, no **Diário Oficial da União Européia**, entrar com um contencioso na Organização Mundial do Comércio contra o Brasil, pedindo que o Brasil permita a entrada de pneus usados.

O Governo brasileiro discutiu isso no âmbito da Câmara de Comércio Exterior e tomou a decisão de enfrentar esse contencioso e manter a posição brasileira de não permitir a entrada de bens usados ou de pneus usados no Brasil.

Temos uma resolução do Conama que dispõe sobre o conjunto de obrigações dos fabricantes ou importadores de pneus. As quotas foram variando desde o seu início, estabelecendo-se a obrigatoriedade de destinação adequada para os pneus usados, ou para o passivo de pneus, variando e relacionando-se com a entrada de pneus novos.

A estimativa inicial que o Conama utilizou foi de cerca de cem milhões de pneus, de passivo, no Brasil e a entrada de quarenta milhões de pneus/ano, que seriam, digamos, objeto de algumas dessas destinações, desde a remoldagem, ou as diferentes gradações da reforma de pneus, recauchutagem ou recapagem,

até a destinação em aterro, passando por queima em forma de cimento, uso em manta asfáltica, etc e tal.

Agora, nenhuma dessas alternativas consegue dar conta de resolver ainda, adequada e plenamente, o problema dos passivos dos pneus no Brasil.

Recentemente, fizemos um questionário dirigido a todos os Governos estaduais brasileiros. A grande conclusão desse questionário é que ainda temos um problema muito grande para a destinação e um passivo muito grande de pneus a ser resolvido no Brasil, embora tenhamos avanços significativos em relação ao tema.

Isso deve nos levar, inclusive, a buscar o aperfeiçoamento das normativas que o Brasil já tem em relação a essa questão, entre elas a resolução do Conama, que neste momento está sendo objeto de uma discussão interna em uma das Câmaras técnicas do Conama. Temos enfrentado uma discussão difícil e polêmica, porque temos tido a entrada de pneus, utilizados como matéria prima para remoldagem, através de liminares judiciais.

Há o reconhecimento, parece-me que consensual, de que um percentual significativo desses pneus chega aqui inservível. Foi uma questão levantada pelo Senador Raupp, que consideramos grave porque, na verdade, a quota que deveria ser utilizada como elemento de reposição, de recolhimento de pneus do ambiente, já vem acompanhada de 30% de pneus inservíveis que são um problema no Brasil.

Por outro lado, consideramos, primeiro, que o Brasil deve ter um elemento que incentive a indústria brasileira de pneus, desde que ela cumpra as quotas, estabelecidas na legislação brasileira, em relação ao recolhimento. Há desafios importantes, ainda, em relação a superação desse passivo. Por outro lado, nós entendemos que, se o Brasil deve promover o incentivo à remoldagem de pneus, deve fazê-lo a partir dos pneus produzidos no Brasil, de maneira que não tenhamos o aumento do passivo porque não há condições.

Como a exportação de pneus usados, de países desenvolvidos, é considerada uma destinação ambientalmente correta, e é uma destinação mais barata do que a destinação nesses países de origem, não há condições de a indústria de reformas de pneus no Brasil concorrer com a matéria-prima que vem de fora.

Por outro lado, a vantagem que nós temos é que, no caso dos pneus produzidos no Brasil, nós teríamos duas vidas, porque o pneu só pode ser recuperado uma vez. Nós teríamos o pneu novo e depois o pneu que entra para a recuperação e pode ser reaproveitado no mercado, enquanto para o pneu que vem de fora nós só teríamos uma vida. E há divergências técnicas sobre

a vida útil desses pneus que vêm de fora e a diferença entre esses pneus que vêm de fora e os do Brasil.

Portanto, consideramos que a grande novidade que temos no projeto de lei apresentado pelo Senador Flávio Arns é a resolução da questão da entrada dos pneus que vêm de fora para remoldagem. Nós consideramos que é legítima essa questão, mas ela choca com a posição do Governo brasileiro em relação ao tema, e, portanto, o Governo brasileiro, consensualmente, tem uma opinião contrária a essa questão, não só pelo significado dela em si, mas também pela repercussão que isso teria para a questão do comércio de bens usados no contexto internacional, para o Brasil e para os países em desenvolvimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradecemos a manifestação do Dr. Cláudio Langone e passamos a palavra ao Dr. Fabiano Geraldo Pimentel Júnior, Diretor de Gestão da Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde.

Tem V. S^a dez minutos.

O SR. FABIANO GERALDO PIMENTEL JÚNIOR – Srs. Senadores Presidentes das Comissões aqui presentes, demais Senadores, Governador Requião, sucintamente, quero apresentar a questão da problemática de pneus relacionada à questão da dengue, que é a questão mais evidente e mais aguda em relação à questão dos pneumáticos.

O Brasil é um País que tem uma dispersão importante para o *aedes aegypti*, que pode ser colocado no *slide*. Nós temos aproximadamente 3.800 Municípios brasileiros infestados pelo principal vetor da dengue.

Pode colocar o próximo.

E, concomitantemente, nós temos, nos 25 Estados brasileiros que têm transmissão ao toque de dengue, circulando mais de um sorotipo, o que significa um risco aumentado para a ocorrência das formas graves da doença, a chamada Febre Hemorrágica da Dengue. Exceto Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nós temos transmissão de dengue em todos os Estados brasileiros, com a identificação de mais de um sorotipo circulando.

Por favor, o próximo.

O Brasil tem um Programa Nacional de Controle da Dengue, que tem três objetivos destacados, que é reduzir a infestação pelo *aedes aegypti*, que é o principal vetor, reduzir a incidência da doença e reduzir o número de óbitos pela Febre Hemorrágica de Dengue, que é a forma mais grave da doença.

O próximo, por favor.

O programa de dengue, acho que é o primeiro ponto a ressaltar, é extremamente complexo. Na verdade o programa tem doze, dez componentes, uma

vez que a questão do controle da dengue não se passa unicamente por uma única vertente, ou seja, não é a vertente de aplicar o biolarvicida nos criadouros, não é a vertente de tampar as caixas d'água, ou seja, é um programa multissetorial que envolve desde a questão da legislação, que viabiliza a entrada do agente na casa dos moradores em áreas – e isso, principalmente nas grandes cidades, é extremamente importante – até a questão do acompanhamento e avaliação do programa, ou seja, o enfoque do dengue é um enfoque multissetorial. Não existe, na avaliação do Ministério da Saúde, uma única medida que possa determinar, decisivamente, a redução da transmissão da dengue, passa por uma série de outros aspectos que os dados mais à frente vão procurar demonstrar.

O próximo, por favor.

Com a implantação do Programa Nacional de Controle da Dengue, o País conseguiu uma redução extremamente importante no número de casos de dengue em 2003 em relação a 2002, da mesma forma em 2004 em relação a 2003. Em linhas gerais, nós tivemos 56% de redução em relação a 2002 e 66% em 2004 em relação a 2003. Mas, por ser um problema multissetorial e multifatorial, a sustentabilidade desses resultados é muito difícil – podemos assim colocar – e os dados de 2005 em relação a 2004 demonstrarão isso, principalmente em função de rotatividade de profissionais nos Municípios que mudaram de gestão e uma série de outros fatores.

Pode passar o próximo, por gentileza.

Então vemos que, por exemplo, quando comparamos os dados de janeiro a abril de 2005 com 2004 – e aqui há que se esclarecer que aproximadamente 85% a 90% dos casos de dengue no Brasil ocorrem no período de janeiro a abril, janeiro a maio, pela marcada sazonalidade que nós temos, no nosso País, de temperaturas elevadas e chuvas mais frequentes nesse período –, nós temos aí, na Região Sudeste, o Estado de São Paulo apresentando um aumento de dengue quando comparado com 2003.

Pode passar o próximo.

Na Região Nordeste, praticamente todos os Estados com acréscimo em 2005 em relação a 2004 – pode passar o próximo – e aí as exceções nesse ano de 2005 são Pernambuco, Alagoas e Sergipe, com reduções. Na média, a Região Nordeste teve um aumento de 32% nesse ano.

Pode passar o próximo.

Na Região Norte, nós temos um aumento de 73%, aí a entrada do Sorotipo 3, o sorotipo que foi introduzido mais recentemente no Brasil se deu de forma mais tardia na Região Norte, aí se tem um encontro de populações susceptíveis, ocasionando epidemias,

como nós tivemos em Rondônia, Acre, Roraima, como os dados estão aí apresentados.

Próximo.

Ocasionalmente epidemias como as que tivemos em Rondônia, Acre e Roraima, conforme os dados aí apresentados.

Na Região Sul, em 2005, o Estado do Paraná tem um aumento, assim como o Estado do Rio Grande do Sul, em relação aos dados de 2004. A nossa avaliação nossa é que a questão da dengue passa por sustentabilidade de pessoal nos municípios e por uma multifatorialidade de ações, como já havia mostrado no slide anterior. Assim como a região Centro-Oeste, apenas aqui o Distrito Federal tem redução de dengue no ano de 2005.

A problemática da dengue no nosso País, com a circulação de mais de um sorotipo simultaneamente mostra a evolução, o aumento dos casos de febre hemorrágica de dengue. Nós tivemos o pico em 2002, com 2.714 casos, com 150 óbitos e mostra também que com o agravamento das formas graves da doença, a proporção de internações por dengue aumenta significativamente no nosso Brasil. Tivemos um salto de 2001 para 2002 para 55.000 internações e esse número se manteve em 2003, mesmo que a transmissão da doença e o número de casos da doença tenha se reduzido a cerca de 60%, confirmando uma das teorias que mostram que a circulação de mais de um sorotipo simultaneamente no País é um fator de risco importante para a ocorrência de formas graves.

Aí nós temos um investimento importante na capacitação dos profissionais da área de saúde no sentido de trabalhar corretamente os pacientes com dengue e um dado importante é que a proporção de óbitos por cada 10mil internações tem reduzido, de 2003 para 2004, para 50%, mostrando o quanto é importante a rede estar preparada para lidar com as formas graves da doença.

Focando na questão dos pneus, na verdade, temos uma série de criadouros chamados preferenciais para *aedes aegypti* no País que migram de acordo com as características sociais, econômicas e demográficas das populações. Por exemplo, nas regiões do Nordeste os tambores para acumular água são um dos principais criadouros, em função de suas próprias características, e alguns outros locais as caixas d'água, pratos dos vasos de plantas e assim sucessivamente.

Mas, enfocando para o assunto colocado, temos um dado, de acordo com o sistema de informação do programa nacional de controle da dengue, na região Norte – vou sintetizar para ser mais rápido – ou seja, em todas as regiões do Brasil nós tivemos, em 2003, duzentos e oitenta e quatro municípios que tiveram

os pneus como criadouros predominante para infestação por *aedes aegypti*, sendo o segundo depósito predominante, ou seja, em primeiro lugar pode ser o tonel, o vaso de planta, 491 municípios e como um terceiro depósito 465 municípios, dos 3.800 municípios infestados.

Dados demonstrados enquanto localização geográfica. Nesse primeiro ponto, em marrom, estão os municípios que têm o pneu como criadouro predominante para *aedes aegypti*. Podemos ver que praticamente toda a área infestada do Brasil também tem esse tipo de problema, numa concentração menor do Nordeste porque o problema maior do Nordeste são os tonéis e as tinas para acumular água, que são criadouros favoráveis para *aedes aegypti*. Enquanto que o primeiro, segundo e terceiro criadouro predominante a sistemática de pneus em relação à infestação por *aedes aegypti*.

Mais uma vez, gostaria de focar que não se trata de um problema unilateral, focado num só fator. A questão da dengue é um problema multifatorial dos quais a questão do pneu está inserida, assim como as caixas d'água abertas, os pratos de vaso de planta e assim sucessivamente.

Em relação à importação, o principal ponto a ser discutido é que os ovos de *aedes egypt* entra num processo que chamados de dessecação, entra num fenômeno biológico que chamamos diapausa, que é permanecer viável por mais de um ano a partir do momento em que ele tem um novo contato com a água. Nesse período, a grande possibilidade que ele tem é de ser transferido para outros locais por meio da movimentação, que chamamos de dispersão passiva. Foi o que aconteceu provavelmente na infestação por *aedes albopictus*, que é um vetor secundário da dengue nas Américas, nos Estados Unidos, e no Brasil não muito bem ovicidado, mas uma das hipóteses poderia ter sido essa. O maior risco, nesse caso seria a importação de uma variedade ou cepa de *aedis aegypti albopictus* com maior capacidade vetorial, maior possibilidade de transmitir a doença ou que seja resistente a inseticidas indicados para seu controle.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – O Governador Requião parece que gostaria de fazer um comentário a respeito da exposição.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – É um aparte sobre a questão de fato. O ilustre representante do Ministério da Saúde deu dados que não conferem com os dados do Estado. E não estou aqui para brincar nesta reunião. Tivemos no Paraná dez mil casos em 2003. Quando entramos com o programa de recolhimento de pneus e outras ações, derrubamos, para 2004, em noventa casos. Em 2005, tivemos um aumento generalizado no

Brasil. No Paraná subiu também para cerca de 180 casos. Então, a nossa redução é de dez mil para noventa e cento e oitenta. Aquele dado estatístico que apresentou um crescimento de pouco mais de quinhentos não tem nenhum sentido. Me perdoa o nosso representante, mas o dado não é verdadeiro. E aqui quero deixar clara a minha indignação com o Ministério da Saúde que não viemos aqui brincar, e não posso permitir que uma manipulação estatística desmoralize a política de combate à dengue do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra V. S.

O SR. FABIANO GERALDO PIMENTEL JÚNIOR

– Os dados são os que foram informados pelas Secretarias Estaduais de Saúde, encontram-se à disposição de todos. São dados públicos de todos os participantes. E absolutamente o Ministério da Saúde tem a intenção de desmoralizar qualquer Secretaria Estadual de Saúde. Na verdade, gostaria de falar que os dados estão à disposição e que foram informados pelas respectivas Secretarias Estaduais de Saúde. Pode haver o problema da informação das Secretarias.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Pela ordem, por favor. Acho que pode estar havendo divergência. Não sei se a sua estatística é de casos notificados, e a do Governador pode estar falando em casos confirmados.

Pode haver uma divergência estatística. Temos que esclarecer bem isso. O Sr. pode estar apresentando casos notificados, e o Governador pode estar se referindo a casos confirmados.

O SR. FABIANO GERALDO PIMENTEL JÚNIOR – Todos os casos apresentados são casos notificados...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – E quem fala pela Secretaria de Saúde do Paraná é o Governador do Estado.

O SR. FABIANO GERALDO PIMENTEL JÚNIOR

– O critério, com todo o respeito, do Acre ao Rio Grande do Sul, é um, casos notificados. E ali, se quiserem voltar à apresentação, lá está colocado como casos notificados de dengue.

Mas os dados, repetindo, são públicos, estão à disposição e só são lançados a partir da notificação das Secretarias Estaduais de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradecemos a manifestação expendida pelo Dr. Fabiano Geraldo Pimentel Júnior, da Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde.

Com a palavra a Srª Eliane de Souza Fontes, Diretora em exercício do Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria do Comércio Exterior do

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A SRª ELIANE DE SOUZA FONTES – Bom-dia.

Agradeço a oportunidade de participar dessa audiência pública a todos os Senadores e a todos os presentes. O nosso Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior terá um depoimento de minha parte, pela Secretaria de Comércio Exterior, que será complementado pelo representante do Immetro, Dr. Alfredo Lobo, que também pertence ao nosso Ministério, é uma agência que trata do assunto.

O nosso depoimento está voltado para a questão de importação de material de consumo usado. O Brasil sempre proibiu a importação de material de consumo usado. Até 1990, a proibição era feita no âmbito da desativada Casex, com normas internas não publicadas em Diário Oficial. Sempre entendemos que material de consumo usado se enquadram os pneus usados e que, dentro de pneus usados, enquadram-se os reformados, os recapados, os recauchutados, os remoldados, os regenerados ou outras formas que possam vir a existir. Isso porque, antes de 1992, a nomenclatura tarifária de todos os países englobava no mesmo código os pneus usados e reformados.

A partir de 1990, com a abertura comercial brasileira, que todos vocês conhecem, o Brasil empreendeu um forte processo de redução das tarifas de importação de forma unilateral e também redução das medidas não tarifárias ou barreiras às importações. Nessa época também foi desativada a Carteira de Comércio Exterior – Cacex, do Banco do Brasil. O então Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, que foi a junção dos Ministérios da Fazenda, Indústria e Comércio e Planejamento, naquela época, por meio do Departamento de Comércio Exterior – Decex, editou, em março de 1991, a Portaria nº 8/91, deixando claro que o Brasil proibia a importação de bens de consumo usados, quaisquer que fossem. Até hoje não houve nenhuma contestação a essa portaria, que depois de vários julgamentos é considerada hoje como força de lei.

Também é certo que muitas importações de bens usados, no caso pneus usados ou até mesmo reformados, vêm sendo feitas mediante liminares judiciais. Essas liminares têm afetado a indústria de produção de pneus novos instalada no Brasil desde 1936, que hoje se compõe de 15 empresas, 21 fábricas, em 17 Municípios, 8 Estados, gerando cerca de 20 mil empregos diretos.

A preocupação do nosso Ministério é, sim, com a proteção da indústria nacional, instalada no País, e com a geração de renda e emprego e não só com pneus usados, mas com qualquer material de consu-

mo usado. Temos uma arrecadação hoje de ICMS e IPI desse setor da ordem de R\$1,5 bilhão.

Em 2002, houve um forte incremento dessas medidas liminares e decidimos, então, aclarar que aquela proibição de material de consumo usado que se referia a pneus afetava também pneus recauchutados. A Secex publicou a Portaria nº 8, de setembro de 2000, e houve uma reclamação do Uruguai, que fazia exportação de pneus remoldados, no caso, que é uma reforma mais nobre, vamos assim dizer, e entrou em um tribunal arbitral contra o Brasil, no Mercosul. Na época, ainda estávamos operando com base no Protocolo de Brasília, cujo laudo arbitral não era recorível. Hoje, pelo Protocolo de Olivos, já se permite que o laudo seja recorível. Perdemos, mas não por questões ambientais e econômicas, mas simplesmente porque se interpretou que aquela legislação de setembro de 2000 era posterior ao Tratado de Assunção, que era de março de 1991, e, portanto, era uma legislação nova e não poderia se aplicar ao Mercosul. Então, o Brasil foi obrigado, dentro dos seus compromissos no Mercosul, a abrir a importação de pneus remoldados, apenas, originários e procedentes dos países do Mercosul, no caso basicamente Uruguai e Paraguai.

Também lembro a V. Ex^{as} que, no âmbito da política automotiva do Mercosul entre Brasil e Argentina, firmada, há uma proibição expressa de importação e comércio de veículos usados e pneumáticos usados.

Diante desse quadro – e o Inmetro deverá complementar a fala do nosso Ministério –, consideramos que esse projeto de lei, na realidade, ao trazer uma destinação ambientalmente adequada para pneus que segue um pouco a Resolução do Conama nº 258, 99, inova, ao permitir a importação de pneus usados. Achamos que é um precedente muito perigoso para a nossa indústria nacional de poder vir, numa série de demais produtos, querer a importação de material de consumo, porque até hoje não teve contestação da medida no Brasil. Muito obrigada.

Gostaria de pedir que o Dr. Alfredo Lobo complementasse aqui, com a visão do Inmetro, na parte da regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Dr. Alfredo Lobo para complementar a exposição da Dr^a Eliane Souza Fontes.

O SR. ALFREDO LOBO – Bom-dia a todos. Gostaria de centrar minha exposição no programa de certificação de pneus reformados que o Inmetro vem desenvolvendo. O Inmetro tem como principal papel propiciar a confiança nas medições e na conformidade de produtos em relação à norma, ou seja, preocupamo-nos com a qualidade dos produtos, principalmente

voltados para a proteção do consumidor e proteção da concorrência.

A maneira de propiciarmos confiança na conformidade de um produto em relação a uma norma e a um regulamento é através de um programa de certificação. Nesse sentido, desenvolvemos um programa de certificação de pneus novos, e depois o setor demandou a criação um programa de certificação de pneus reformados.

A certificação é um mecanismo que, através de uma terceira parte, que é uma entidade acreditada pelo Inmetro, faz uma avaliação da conformidade desse produto em um processo absolutamente técnico. Nesse sentido, temos um regulamento que vai entrar em vigor a partir do dia 1º de julho de 2006, tornando obrigatória a certificação de pneus reformados, ou seja, todo pneu reformado, para ser comercializado, à semelhança do pneu novo, para ser comercializado no mercado brasileiro, vai ter de ter passado por um processo de certificação e terá de ter a marca do Inmetro. A razão de termos dado esse prazo dilatado é que existem cerca de 1.250 reformadores no País - muitas vezes, pequenos reformadores - que seriam eventualmente punidos pelo fato de tornarmos obrigatória a certificação, que demanda um investimento.

Então, nesse sentido, nós, em articulação como Sebrae, estamos desenvolvendo um trabalho para facilitar o acesso a esse programa de certificação, por parte de todas essas 1250 reformadoras existentes no Brasil, muitas vezes microempresas, empresas familiares.

A entrada em vigor então do programa, a partir de 1º de julho de 2006, significa dizer que nós passaremos a exercer, através dos estudos estaduais de pesos e medidas, uma fiscalização, e vamos retirar do mercado aqueles pneus que não apresentarem a marca de conformidade.

Eu gostaria de chamar a atenção que esse processo de certificação de pneu reformado tem três etapas. Em uma primeira etapa, nós fazemos uma inspeção da carcaça. Nós avaliamos se a carcaça está em condições de passar pelo processo de reforma. A seguir, nós fazemos uma avaliação do processo de reforma e, em uma terceira etapa, nós fazemos um controle de qualidade do pneu reformado.

Eu queria chamar a atenção para a primeira etapa, ou seja, na medida em que fazemos uma inspeção, e não aceitamos que uma carcaça não adequada passe pelo processo de reforma e, tendo em vista a possibilidade de importação de carcaças usadas, nós teremos um problema que é o descarte dessas carcaças que não se mostraram tecnicamente adequadas para serem submetidas ao processo de reforma.

Eu gostaria de fazer referência, por fim, a uma nota técnica que vem sendo utilizada freqüentemente, inclusive em um folder de que tomei conhecimento aqui, nesta Casa. É uma nota técnica que foi efetivamente elaborada por membros de uma comissão técnica nomeada por profissionais do Inmetro que fala do nosso posicionamento para dizer que a carcaça nacional não é adequada para a reforma de pneu. O fato é que durante o desenvolvimento de um programa de certificação - e um programa de certificação é desenvolvido com uma ampla participação da sociedade, de todas as partes interessadas -, nós elaboramos várias atas de reunião, várias notas técnicas, e efetivamente uma nota técnica manifesta essa posição de que a carcaça nacional não é adequada. Isso tecnicamente não tem fundamento. O posicionamento oficial do Inmetro está consistindo em uma Portaria, ou seja, em um regulamento que foi publicado no Diário Oficial, através de uma Portaria, que não ratifica essa posição dessa nota técnica, que foi elaborada no início do desenvolvimento do programa de certificação.

Os estudos posteriormente desenvolvidos não ratificaram o ponto de vista de que a carcaça nacional não se presta para a reforma. Muito pelo contrário, desde que ela atenda aos requisitos técnicos, ela é absolutamente válida para o processo de reforma. E gostaria, por fim, de manifestar que, no nosso entender, nós confiamos plenamente que um pneu, passado por um processo de reforma e devidamente avaliado, com sua conformidade avaliada de acordo com esse regulamento, é um pneu confiável e seguro, independentemente da forma, do processo de reforma, quer seja remoldagem, recapagem ou a recalchutagem.

É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Nossos agradecimentos ao representante do Inmetro, o Dr. Alfredo Lobo.

O SR. FERNANDO GABEIRA (PV – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente. É só para que o depoimento dele não desapareça rapidamente. Eu gostaria de saber que, se essa nota não é a posição do Inmetro, por que o Inmetro não tomou as providências legais na Justiça, pelo uso inadequado das suas posições? Eu gostaria que ele respondesse.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Deputado, nós vamos aguardar as explanações dos oradores inscritos.

Regimentalmente, V. Exª não poderia se manifestar nesta Comissão.

Com a palavra o Sr. Cláudio Peret Dias, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos do Departamento

de Proteção e Defesa do Consumidor, DPDC, do Ministério da Justiça.

O SR. FERNANDO GABEIRA (PV – RJ) – Sr. Presidente, eu não posso me manifestar porque não sou do Senado, mas há Senadores para fazer a pergunta aqui.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Se for pelo Senado, eu gostaria de endossar a pergunta do Deputado Fernando Gabeira.

Eu acho que é só, Sr. Presidente, pelo momento em que foi solicitado....

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu somente solicitaria que V. Exª se inscrevesse e eu o considero.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – No momento oportuno V. Exª fará o questionamento.

Com a palavra o Dr. Cláudio Peret Dias.

O SR. CLÁUDIO PERET DIAS – Sr. Presidente Senador Leomar Quintanilha, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Senhoras componentes da Mesa convidadas, Senhores Convidados, Senhoras e Senhores, como bem colocou o Secretário Executivo Cláudio Langoni, do Ministério do Meio Ambiente, essa é uma posição intergovernamental de preocupação sobre a questão objeto do projeto de lei em debate nesta reunião e estamos aqui, o órgão técnico de proteção e defesa do consumidor, do Ministério da Justiça, para justamente demonstrar essa posição que é mesmo de órgão de governo, porque a defesa do consumidor, como foi bem colocado por aqueles que me antecederam, é uma questão muito complexa. E por isso estamos acompanhando desde o início – o órgão técnico de defesa do consumidor. Há questões políticas, comerciais e técnicas. Compete-nos, portanto, a análise das questões técnico-jurídicas em particular.

Como bem sabemos, o Código de Defesa do Consumidor, uma lei aprovada por unanimidade neste Congresso, é uma norma de conceitos abertos, imprecisos, que quando defende o consumidor tem alguma base “principlológica” muito forte, para justamente permitir o preenchimento desses conceitos imprecisos, indeterminados e abertos do Código de Defesa do Consumidor. A própria norma dá o caminho e aponta a direção.

Como diz o atual Ministro do Supremo Tribunal Federal Eros Roberto Grau, é o que se chama tecnicamente de norma-objetivo, que aponta o objetivo. É a norma dizendo o seu objetivo, para a integração de conceitos abertos e imprecisos. Essa norma-objetivo

está no art. 4º do Código de Defesa do Consumidor, que é a Lei nº 8.078, de 1990.

Nós estamos, inclusive, comemorando o aniversário de 15 anos do Código de Defesa do Consumidor. E a norma, apontando o objetivo da aplicação do Código de Defesa do Consumidor, mostra o sentido da melhoria da qualidade de vida do consumidor, ou seja, o do consumo sustentável, um tema que está na pauta de todos nós; de todas as nossas preocupações.

O consumo sustentável, portanto, faz com que a preocupação do órgão técnico do Ministério da Justiça não seja apenas e tão somente – não poderia ser diferente – sob a perspectiva do consumo individual ou do consumidor formalmente considerado. É também, com o consumo sustentável, sob a perspectiva difusa da proteção do Código de Defesa do Consumidor; é também com os *bystanders*, que podem eventualmente ser atingidos por acidentes de consumo. Portanto, uma visão difusa, que é também da Lei nº 8.078.

Nesse sentido, percebemos que essa orientação é da melhoria da qualidade de vida, também trazendo como princípio dessa norma-objetivo de aplicação de todo o Código a harmonização, de modo a viabilizar os princípios nos quais se fundamenta a ordem econômica. Esse é um princípio do Código. Portanto, ele cria canais de comunicação interdisciplinar com outras áreas.

O consumo sustentável está intimamente ligado à defesa do meio ambiente. O próprio Código de Defesa do Consumidor trabalha com conceitos ambientais a todo momento. Ele veda a publicidade abusiva, por exemplo, aquela publicidade que desrespeita valores ambientais; considera como abusiva uma cláusula contratual que infrinja ou possibilite a infração das questões ambientais. Portanto, a nossa defesa técnica do consumidor brasileiro se preocupa, não apenas com o consumo formalmente considerado, como também com base nos princípios nos quais se funda a ordem econômica, que estão previstos no art. 170 da Constituição da República e que trazem a harmonização da defesa do consumidor e da defesa do meio-ambiente. Sobre essa perspectiva essa é a nossa interpretação. O consumo tem que ser defendido como consumo sustentável; ele se comunica com o meio-ambiente e, portanto, também estamos juntos nessa posição de Governo, preocupados com a questão ambiental que se comunica diretamente com a proteção em defesa do consumidor. Estas normas do Código, portanto, abertas, nos indicam claramente uma prática abusiva do fornecedor desrespeitar valores ambientais. Isso está previsto no art. 51 como cláusula abusiva; as práticas abusivas, previstas também no art. 39, estão previstas num elenco exemplificativo; uma alteração que foi

feita pela Lei Anti-Trustes nº 8.884; e há na doutrina brasileira uma clara intercomunicação entre os artigos 39 e 51. Portanto, essa leitura é amplamente possível. A base principiológica do Código aponta a defesa do consumidor e a defesa do consumo sustentável. E essas são as razões, portanto, para que o Órgão de Defesa do Consumidor esteja junto também do Ministério da Justiça nesta preocupação em prol da defesa do consumidor sobre a perspectiva difusa, com base nos princípios nos quais se funda o próprio Código de Defesa do Consumidor preocupado, portanto, com as repercussões que a questão ambiental comunica com o Código de Defesa do Consumidor.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradecemos ao Dr. Cláudio Peret Dias, do Ministério da Justiça, pelas suas manifestações.

Concedo a palavra à Drª Regina Helena Dantas Simões Chacur, Coordenadora-Geral de Produtos Industriais do Ministério da Fazenda.

A SRª REGINA HELENA DANTAS SIMÕES CHACUR – Bom-dia, Sr. Presidente Leomar Quintanilha.

Bom-dia, Senhores e Senhoras Senadoras e aos demais convidados.

A nossa presença aqui, inicialmente o Ministério da Fazenda não estava arrolado como representante nessa audiência pública. E estamos vindo aqui para elogiar o mérito do Projeto de Lei, ele inova a resolução atual do CONAMA. Mas, acreditamos que ele não resolve e persiste a preocupação com o agravamento da questão do passivo ambiental. Há um descompasso claro nas notas que andamos lendo entre a oferta de pneus inservíveis, seja pela produção doméstica, seja pela importação que atualmente esse Projeto de Lei está trazendo, e a destinação adequada aqui dentro.

Nós do Ministério da Fazenda acreditamos que isso gera custos econômicos e sociais para o país. Além disso, não ficou claro qual o custo de importação de uma carcaça versus o custo de uma coleta de um pneu aqui dentro do mercado nacional. Essa desvantagem associada à proibição que teremos, a partir do ano que vem, dos lixões de pneus inservíveis na União Européia faz com que o custo de importação se torne irrisório ou até inexistente em frente ao custo de coleta do nosso pneu nacional.

Então, essa desvantagem obviamente pode gerar um processo de inibição de geração de empregos com o processo de remoldagem com os pneus fabricados no Brasil. E com todos os processos decorrentes para a saúde, para a fiscalização, e os custos econômicos óbvios.

Essas seriam basicamente as nossas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Dr^a Regina Helena.

Ouviremos agora o Presidente da Associação de Fabricante de Pneus – ABIP – Dr. Francisco Simeão Neto. Tem V. S^a 10 minutos.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Sr. Presidente, antes de fazer as minhas colocações, queria colocar um argumento. Nós temos aqui, o Governo em peso, oito oradores falando contra o projeto. Temos dois falando a favor e, provavelmente, mais um. Para o esclarecimento dos Srs. Senadores presentes, e para melhor orientar a votação desse projeto de lei tão importante para o País, tão importante e tão controverso, eu gostaria que os senhores avaliassem a possibilidade de nos ampliar um pouco do nosso tempo. Eu, neste momento, apenas apresentaria um vídeo, consumindo esse tempo inicial nosso – de um pouco mais de 10 minutos – e, depois, na seqüência, gostaria de trazer algumas informações, abordando o que eu ouvi aqui. Eu ficaria muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Naturalmente, como a Mesa e todo o Plenário pretendem dar oportunidade igual a todos aqueles que queiram se manifestar sobre uma questão tão importante e tão polêmica. V. S^a tem razão quanto à argumentação de que as manifestações contrárias são em número maior. A Mesa vai conceder mais 5 minutos a V. S^a.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Então, eu gostaria de passar o vídeo, por favor...

(PASSA-SE O VÍDEO.)

(Suspende-se a apresentação do vídeo por problemas técnicos.)

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Por favor, está sem imagem. Nós temos de retornar e passar para o som, inclusive.

Enquanto corrige-se o vídeo, eu percebi que toda argumentação colocada contra a importação de matéria-prima, ela traz o argumento do material usado, do bem-de-consumo usado. Bem-de-consumo usado é alguma coisa que é importada e continua sendo utilizada como o mesmo produto. Então, é diferente. Nós não podemos usar esse mesmo argumento, essas mesmas portarias, essas mesmas leis que definem bem-de-consumo usado para decidir se importa ou não importa a matéria-prima, que é algo muito diferente: é algo que vai ser transformado e fabricar-se-á um produto novo. No aspecto do meio ambiente, nós da Abip e da BSCowail*, fomos os únicos no País que, efetivamente, nos preocupamos e trouxemos uma solução para o lixo-pneu no Brasil, que foi a Resolução/Conama 258/99, que é de nossa lavra. Nós levamos esse texto pronto para o Conselho Nacional do Meio Ambiente, em 1998.

Conseguimos convencer a Comissão Temática – Defesa do Meio Ambiente – para que criasse um grupo de trabalho e debatesse aquela nossa sugestão que se mostrou vitoriosa depois de 18 meses de luta e de trabalho político junto aos Conselheiros. E o Brasil está dotado de um instrumento mais moderno do mundo, penalizando, ou melhor, responsabilizando quem ganha dinheiro na atividade, começando uma solução para o lixo-pneu no Brasil. Por outro lado, quando se diz aqui: “Pneus em aterro serão proibidos na Europa a partir de 2006”. O fato de se proibir o lançamento de pneus nos aterros na Europa de centenas de milhões de unidades não significa que elas poderão vir para o Brasil, até porque, para trazê-las ao Brasil, precisaríamos primeiro, de acordo com o projeto de lei do ilustre Senador Flávio Arns, antes de liberá-las na aduana, comprovar com documento do Ibama dizendo que coletamos e destruimos quantidade equivalente de pneus aqui, no Brasil. Portanto, para importar os 500 milhões de pneus usados na Europa, teríamos que, primeiro, encontrar outros 500 milhões de pneus aqui, e esses pneus ora parece que não existem, quando se trata do entendimento da Goodyear, Firestone e Pirelli, que não conseguem encontrar os pneus no Brasil, e ora eles vão poluir o meio ambiente, e existem aos montes aqui. Então precisamos decidir primeiro: eles existem no Brasil ou não existem? Se não existem nesse volume, teríamos que coletá-los primeiro para trazer daí esses pneus que iam sobrar na Europa. Portanto, é impossível, é uma situação impossível.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Sr. Francisco, seu vídeo já está no ponto de exibido. Se V. Ex^a preferir...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem porque há uma dúvida muito grande aqui. O Dr. Simeão disse que, em 1999, foi votada no Conama uma resolução de sua lavra.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Nós elaboramos o texto original, levamos como sugestão; um dos Conselheiros pediu a palavra e nos outorgou; nós, num discurso inflamado à época, exortamos a que se criasse um grupo de trabalho do qual participamos; e, ao final, o Conselho decidiu porque realmente era uma boa sugestão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Era esse registro, só para esclarecer uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito obrigado. V. S^a com a palavra.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Sr. Senador, o vídeo pode ser exibido.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Por favor, o vídeo então.

(PROCEDE-SE À EXIBIÇÃO DE VÍDEO.)

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO

– Vimos que, de um lado, existe um argumento aceitando as considerações da Goodyear, da Fire e da Pirelli, representadas por sua associação de classe que diz que não consegue encontrar pneus velhos no Brasil, por isso não consegue cumprir sua obrigação ambiental.

Apenas em 2004, de acordo com a multa do Ibama, no dia 3 de junho – essa multa foi lavrada depois que fizemos uma representação criminal na Procuradoria-Geral da Justiça –, foi aceita a nossa denúncia e encaminhada à Polícia Federal. Aí, sim, o Presidente do Ibama, não tendo alternativa, multou. O argumento é que tem de reduzir a obrigação.

Seguramente temos mais de 100 milhões de pneus inservíveis no território brasileiro. Esta é a obrigação que as multinacionais ainda têm de saldo: quase 70 milhões de pneus de automóveis – equivalente em quilos, a multa do Ibama é em quilos – e outro tanto em 2005. Isso ultrapassa 100 milhões de pneus. Retirando esses 100 milhões de pneus do território brasileiro, aí, sim, poderíamos rever com tranqüilidade a resolução do Conama ou então outorgar a esse órgão, como está no texto do Senador Flávio Arns, que defina qual a quantidade ideal em relação à produção e à necessidade de coleta. Primeiro temos de cumprir a retirada desses mais de 100 milhões de pneus inservíveis.

Não eram encontrados os pneus. Começamos pelo Nordeste e estamos encontrando todos os pneus do mundo.

Para não abusar do tempo, ainda quero dizer duas coisas: primeiro, constrange-me ouvir do Sr. Lobo, Diretor do Imetro, que a nota técnica não vale mais a partir de hoje. Ela não precisava ser ratificada. Aliás, o caso dessa portaria foi muito interessante. Quando era para publicar a Portaria nº 06201, cujo texto não me interessava, não era do agrado da Goodyear, da Fire e da Pirelli, o Sr. Lobo fazia corpo mole. Estivemos numa reunião em que contamos com a presença do então Senador Roberto Requião, que lembra bem disso. S. Ex^a questionou ao Sr. Lobo se ele iria ou não publicar a portaria. Ele disse que iria e publicou trinta dias depois. Na sequência, por determinação superior, essa portaria foi modificada para modificar alguns termos da portaria ao gosto de futuras campanhas publicitárias da Goodyear, Firestone e Pirelli. E a portaria, só com essa modificação, se tornou Portaria nº 133, anulando a anterior. Os técnicos que colocaram a verdade neste momento da regulamentação do remoldado, também passaram a ser malvistas no Imetro porque não atenderam a vontade. Nos constrange até ter que dizer que

para resgatar a verdade, talvez tenhamos que iniciar uma ação criminal para restabelecer a verdade dentro do Imetro. Quero alertar algo muito importante: o Mercosul ganhou por unanimidade contra o Brasil e exporta pneus remoldados para o Brasil, que não é um pneu usado, é um pneu novo fabricado pelo processo da remoldagem. Assim é que é entendido, juridicamente, ele é um processo industrial, um novo produto, com marca, com CGC, com tudo. Ele é então, importado, pelo Decreto nº 4.592 do Presidente Lula.

Esses mesmos argumentos estão sendo levados na OMC e a OMC vai ganhar do Brasil e vai exportar pneu remoldado para o Brasil, e poderemos estar assistindo o fechamento da nossa indústria de pneus remoldados porque imperioso é a utilização de carcaças importadas de excepcional qualidade – teremos que fechar ou transferir a fábrica para o Uruguai, aceitando o convite do governo de lá e daí podemos exportar as mesmas carcaças, os pneus remoldados para o Brasil, mas desempregando 1.026 funcionários da **BS Golway** e admitindo em seu lugar funcionários uruguaios.

Sr. Senadores, queremos matéria-prima, só isso. O texto de consenso hoje entre os Srs. Senadores é proibir o importado para uso tal como meia vida – e somos a favor dessa proibição, mas permitir a matéria-prima. Queremos matéria-prima, queremos ter o direito de trabalhar no nosso país, nós não podemos admitir que empresas venham de fora, a Goodyear, a Firestone e Pirelli e dizer : eu prefiro que você não trabalhe no meu ramo, que você não fabrique pneus, que você não concorra comigo, vá trabalhar em outro lugar que fica tudo bem. Somos brasileiros, queremos o respeito dessa gente, o direito de trabalhar no Brasil, de empregar brasileiros e ser uma indústria-modelo no mundo como somos. Já convidei muitas e muitas vezes a própria Ministra para ir visitar, para ver se ela mudava o seu entendimento.

Queremos isso, justiça, queremos o direito de manter 1.026 trabalhadores que, em 5 anos, nenhum sequer pediu demissão, felizes que estão na nossa indústria. Alguns Senadores que já nos deram o prazer e o privilégio da visita podem atestar isso. Estou vendo o Senador Flexa Ribeiro que esteve lá, outros Senadores o acompanharam e podem atestar que será uma perda para o país essa postura fundamentalista do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente contra nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito obrigado, Sr. Francisco Simeão Neto.

Vamos ouvir agora o Sr. José Manuel Vilar Golim, Gerente-Geral da Unidade de Negócios da Industrialização do Xisto, na Petrobras.

O SR. JOSÉ MANUEL VILAR GOLIM – Bom-dia a todos. Saúdo a todos os Srs. Senadores, ao Senador Leomar Quintanilha, ao Exmº Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, que tem sido um símbolo na defesa do meio ambiente.

É uma grande honra estar aqui representando a Petrobras uma empresa nacional que considera a atuação com responsabilidade sócio-ambiental como fator determinante para sua sobrevivência. O processo de reciclagem de pneu, o domínio tecnológico desse processo pela Petrobras, na verdade, é um dos exemplos dessa consciência. Saliento que é um processo que temos desenvolvido, é um processo licenciado junto ao Instituto Ambiental do Paraná, cadastrado e acompanhado pelo Ibama que, ao longo de 4 anos, a gente obteve como resultado a reciclagem de aproximadamente de 9 milhões de toneladas de pneus.

Quero dizer também que a gente tem tentado buscar a excelência desse processo. O desenvolvimento dele a gente tem buscado atendimento de aspectos regulamentados e outros que não são, no sentido de obter as melhores referências em termos mundiais de parâmetros e ter uma reciclagem com extrema qualidade. E eu deixo aqui o convite para todos os senhores aí, quem tiver interesse, seria um grande prazer e uma grande honra que nos visitassem em São Mateus do Sul, unidade a qual eu represento para poder apresentar em mais detalhes o processo. É um processo que, no nosso entendimento, contribui com a saúde pública, contribui com o meio ambiente e agrega valor, pois, do pneu, a gente obtém óleo e outros derivados aí que são utilizados aí pela sociedade.

Um grande abraço.

E é só isso que tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito obrigado, Dr. José Manuel. V. Sª colaborou muito com o tempo, aliás, os Srs. Expositores, têm todos contribuído com o tempo, e a reunião tem fluído bem.

Eu passo a palavra ao Dr. Márcio Rosa Rodrigues de Freitas, Coordenador-Geral de Controle e Qualidade Ambiental do Ibama.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Bom-dia a todos. Eu vou ser bastante objetivo, até por que o tempo é curto. Eu tinha uma apresentação, eu pediria que passassem.

Há uma série de citações ao Ibama e, naturalmente, a gente fica motivado para contra-argumentá-las. Eu pediria aos Senadores que, após a apresentação, me argüissem a respeito dos questionamentos que foram feitos pelo Dr. Simeão, mas eu não vou entrar nesse tipo de debate porque há, a gente do Ibama sempre tem entendido isso, há uma componente comercial

muito grande nessa chamada guerra dos pneus, e nós não vamos entrar nisso, como órgão regulador, não podemos entrar. Agora, os esclarecimentos, é claro, eu estou à disposição para prestar todos, e tenho todos os esclarecimentos, inclusive, desde o histórico da Resolução do Conama, está aqui o Dr. Roberto Monteiro que coordenou o grupo, que conhece bem esta história, e há uma série de contestações a todas essas argumentações do Dr. Simeão, mas eu prefiro fazê-las depois porque o objetivo aqui é discutir o projeto de lei, eu acho que isso é mais importante do que entrar num debate de posições.

Pode passar, por favor.

Enfim, eu vou ser bastante sintético porque o problema, como já foi dito, é bastante complexo também. Eu acho que não há dúvida nenhuma de que pneu inservível é um problema mundial. A pressão internacional, as soluções de destinação encontradas na Europa não são diferentes das nossas, e, como nós vamos ver mais adiante, as nossas também não são suficientes para resolver a questão ambiental do problema, e nós temos ainda uma agravante, que é a questão de saúde pública.

O problema no Brasil, ele pode ser caracterizado em dois aspectos: nós temos problema de coleta de pneu e nós temos problema de destinação de pneu. Nos países desenvolvidos, o problema da coleta está bem equacionado. Eles equacionaram isso de diversas maneiras, cada país tem uma solução distinta, mas, basicamente, os pontos de troca são o ponto de coleta, é por isso que é fácil exportar pneu inservível, o pneu usado ou carcaça de pneu porque eles têm um sistema de coleta que funciona com bastante economia. E a questão da destinação, eles enfrentam, como já foi dito, os mesmos problemas que nós.

Em relação ao PL, especificamente, eu diria que os principais méritos do PL é que ele incorpora no texto legal as obrigações pós-consumo, já previstas na Resolução do Conama, tipifica a infração na base do decreto que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais. Essa tipificação não existia e não existe na Resolução 258, aquela que foi citada no vídeo do Dr. Simeão se refere à importação de pneu, e não à ausência de destinação de pneu. Então, há um jogo ali que não está claro. A lei de crimes ambientais não prevê punição por não destinação de pneu, ela prevê o enquadramento como não cumprimento da Resolução, e foi nesse artigo que as empresas foram enquadradas. Em relação aos principais problemas do PL, ele regulamenta a importação de pneus usados, até então proibida, essa importação é feita hoje, como já foi dito, através de liminares, agora, é preciso a gente ter claro que, hoje, nós temos uma quantidade entrando no País de

pneus usados muito maior que a produção de pneus remoldados. Então, alguma coisa está acontecendo aí nessa importação que não está bem clara que nós estamos investigando.

Permite a importação de pneus meia vida, isso está colocado no art. 1º, no substitutivo, já há uma mudança nisso, mas no PL original, isso caracterizaria claramente a importação de bens de consumo usado, que até então era proibida também e dificulta o controle ambiental, que essa é a questão que eu pretendo colocar aqui com mais ênfase, porque é a experiência que o Ibama pode trazer para contribuir com esta Comissão.

Temos a experiência de aplicação da Resolução nº 258, desde 2003, desde 2002, quando ela começou a ser implementada e podemos criticá-la com toda a consciência de quem é obrigada a fazê-la cumprir. O grande problema do Ibama é que ele não faz as leis, ele é obrigado a cumpri-las. Só no PL, dos 17 artigos do PL, o Ibama é citado explicitamente em 11. E ninguém perguntou ao Ibama se tem pernas para fazer o que está colocado ali. Então, estou aqui justamente para discutirmos aspectos desse tipo.

Um dos problemas que temos no controle da importação de pneu usado como matéria-prima, que é a proposição original é que não há como distinguir, como matéria-prima, não há como distinguir carcaça de pneu inservível. Se a carcaça tiver impossibilitada de ser remoldada não temos como controlar isso a não ser abrindo o container e olhando, ainda por cima quem olhar tem que ser um especialista em pneus. Não há como controlar isso. A NCM, o Código de Importação é o mesmo para pneu usado e inservível. Então, é complicado, essas coisas são complicadas quando vão ao campo operacional.

Então, a situação atual da aplicação da resolução e a gente pode falar isso de cadeira é que ela não resolveu os problemas de coleta de pneus, ela apresenta dificuldades de controle, nós praticamente temos hoje o controle por base em certificados. A gente não sabe se esse certificado corresponde efetivamente à destinação. Isso só pode ser feito diante fiscalização, e a fiscalização é cara.

Destinadora, temos problemas com todas as destinadoras, vamos ver depois sob o ponto de vista ambiental e a questão de que hoje estamos, por força da resolução, controlando inclusive a importação e exportação de veículos que vão com pneus dentro.

A estrutura que o Ibama montou para fazer o controle da aplicação da 258 é uma coisa maluca e o resultado avaliamos que é muito aquém da expectativa que se tinha quando se aprovou a Resolução.

Conseguimos aumentar o valor agregado do pneu usado, antes as cimenteiras pagavam para receber pneus, hoje elas cobram e cobram bem para receberem pneus. Conseguimos diminuir a oferta de pneus usado à reforma, essa é uma reivindicação inclusive da ABR, que vai comentar depois, porque a resolução passou a destruir pneus que poderiam ser reformados, por força do cumprimento da meta de destinação.

A necessidade de novos critérios para licenciamento da destinação. Quero esclarecer que o Ibama não licencia as destinações, quem faz esse licenciamento são os órgãos estaduais de meio ambiente, são eles que tem essa competência e autonomia para fazer o licenciamento da destinação. O Ibama simplesmente licencia coisas do nível Federal, da esfera do nível Federal, as coisas que tem impacto estadual são licenciadas pelos órgãos estaduais.

Essa é a situação que temos hoje, o que está em azul são os pontos de coletas de pneus que temos espalhados no País. Esses dados podem não estar exatamente atualizados. Em vermelho os pontos de destinação final que temos no País. Vamos ver que são muito poucos e concentrados na região Sudeste. Essa cor mais escura e clara dos estados mostra a densidade populacional e a densidade de frota.

Pode passar.

Esse é o mapa da saúde que mostra que as endemias, os vetores de Dengue e Febre Amarela estão localizadas em áreas rurais. Com essa concentração de pontos de coleta e destinação no litoral, estamos sujeitos a urbanizar as endemias de Dengue e Febre Amarela, porque há um risco de trazer esses pneus para destinar aqui.

Pode passar.

Essas são as situações de cumprimento da Resolução 258. O que aparece em azul, à esquerda, é a meta de destinação e estão separadas as entidades da Anip, as empresas da Anip e as importadoras de pneus, inclusive as importadoras de pneus usados. Vejam que ninguém cumpriu a Resolução 258, nem as importadoras de pneus usados nem aquela diferença entre o gráfico maior, a barra maior e a menor é a diferença entre meta e cumprimento.

Pode passar.

Esses são os principais destinadores de pneus hoje no Brasil. A maioria não laminadores e fabricantes de artefatos de borracha, cimenteiras e depois vários outros tipos de manufatura e finalmente a extração e tratamento de minerais, que entra a Petrocix, que foi citada pelo Dr. Simeão naqueles cinco por cento.

Pode passar.

Os problemas fundamentais que temos de destinação são os colocados aí, emissões, no caso das

cimenteiras e resíduos no caso da extração de minerais. No caso das laminadoras, o grande problema é que é um mercado informal e, portanto, algumas não têm nem licença ambiental para operar. Isso causou, inclusive, toda a questão da discussão do não cumprimento da ANIP. A ANIP apresentou certificados de destinação suficientes para cumprir a meta. O que acontece é que o Ibama rejeitou esses certificados porque alguns deles eram de empresas que não eram licenciadas do ponto de vista ambiental, como destinadoras, e outras não tinham cadastro no Ibama. Então, a razão da discussão, a demora da multa tem a ver com essa discussão que houve no âmbito da legalidade ou não. Posso explicar esse processo depois com mais calma. A proposta do PL, então, é de que a matéria prima da reforma seja o pneu usado importado. Vemos nisso uma série de problemas. Risco para a segurança por dificuldades de controle da origem do número de reformas do pneu porque, como já foi dito, a nossa norma só permite uma reforma para o pneu de passeio. Risco para a saúde por causa do controle epidemiológico de vetores, já foi falado aqui da importação de cepas de mosquito. O problema ambiental por causa da menor vida útil do pneu, que já vem com uma reforma de lá e vai virar resíduo mais rápido, sem falar da quantidade de resíduo que já vem junto com a carga, como já foi comentado aqui, e geração mais rápida de resíduos. Problema comercial por causa da abertura do mercado de bens de consumo usados, problemas operacionais pela dificuldade de controle, que já comentei, entre bem usado e resíduo, e a vantagem principal é o baixo custo da matéria prima porque não necessita de coleta, já chega o container direto na fábrica e a própria seleção já gera o resíduo para ser destinado e cumprir a meta ambiental da resolução. Então, esse é para nós o fundamento dessa questão. Em síntese, o que o Ibama propõe é que a matéria prima seja o pneu usado. As dificuldades que temos para a reforma de pneus usados é a má qualidade dos nossos pneus pela excessiva rodagem. Não é verdade que o problema sejam as nossas estradas, porque a maior parte dos pneus que se re-moldam no país são pneus de passeio, que rodam dentro do ambiente urbano. A dificuldade de coleta é porque são poucos pontos de coleta, pouco oferta e alto custo de transporte e a vantagem principal é que a reciclagem do pneu nacional dá maior vida útil e menor geração de resíduos.

Passar por favor.

Então, o que propomos, basicamente, é que se trabalhe na inspeção veicular, teríamos aí um aumento da geração de pneus em condições de serem reformados e teríamos, em paralelo, uma redução dos acidentes de trânsito, porque um dos problemas que temos é

a falta de inspeção de segurança veicular, que faz com que a gente rode com um pneu além do necessário, que gera todos esses problemas de reforma depois, e uma integração do ciclo de coleta. A proposta que estamos apresentando ao Conama, na revisão da Resolução 258, contempla que o ponto de troca do pneu seja igual, seja o mesmo ponto de coleta e seleção do destino do pneu. Com isso, vamos poder integrar o setor de reforma como o setor que vai receber esse pneu. Então, vamos fazer do uso da reforma um crédito de destinação. Quer dizer, destinar pneu para reforma vai implicar num crédito, uma coleta com menor custo de transporte, um incentivo à reciclagem, uma maior vida útil para o pneu antes de ele virar resíduo e uma menor geração de resíduos. Então, essa seria a nossa proposta para acabar com essa dita guerra de pneus que, para nós, é uma guerra comercial, pura e simplesmente. Teremos maior facilidade de controle e poderemos ter a coleta praticamente regulada pelo mercado porque o valor agregado do pneu usado estaria sendo negociado com as reformadoras até ele virar inservível, quando ficará disponível no ponto de troca para ser destinado. Então, teríamos praticamente reduzido os custos de coleta. Temos pontos de troca em todos os lugares do país, praticamente, e a área ambiental poderia se dedicar à questão da destinação final, que é o nosso problema maior, que é o que requer maiores cuidados ambientais.

Era isso.

Fico à disposição para esclarecer outros pontos que não tenha abordado aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Só gostaria de saber do Sr. Márcio se ele está deixando cópia do material exibido para a ilustração da discussão dos Srs. Senadores.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES – Já está no computador.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito obrigado. Ouviremos agora o Dr. Vilien José Soares, Diretor-Geral da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos, a ANIP.

O SR. VILLEN JOSÉ SOARES – Senador Leomar, Senador Valadares, prezados Senadores aqui presentes. Agradeço muito a oportunidade de a Associação vir mostrar a sua posição contrária à importação de pneus. Primeiramente, queria explicar que a nossa Associação não só congrega as três maiores empresas citadas aqui, mas também outras onze empresas nacionais de tamanho menor.

Entendemos, então, que esse tema realmente é muito importante é muito oportuna essa discussão nesse momento, porque coincide também com a retomada

da proposta conjunta do Governo, do projeto de lei dos resíduos sólidos, consolidando já um total de setenta projetos que estão em tramitação, além do que, com essa proposta que acabamos de ouvir do Ibama, para a adaptação, para a mudança da Resolução 258.

Não temos aqui, não preparamos um vídeo tão completo, como foi mostrado anteriormente, que, aliás, eu entendo que o apresentador Marcos Rúbio talvez tenha que mudar, porque com o depoimento do Sr. Alfredo Lobo aqui, que altera aquele documento, esse vídeo teria já uma alteração já a ser feita.

Mas para explicar melhor a nossa posição contrária ao projeto, eu pediria, Presidente, que o nosso Assessor, Dr. Eduardo Martins, apresentasse então as transparências, que melhor farão a compreensão da nossa defesa.

Por favor.

O SR. EDUARDO MARTINS – Muito obrigado.

Eu queria iniciar dizendo que o setor de pneus novos produzidos no Brasil não tem nenhuma dificuldade nem com a área de remoldagem nem com a questão de reforma de pneus. A nossa posição contrária diz respeito à importação de pneus usados. E vamos tentar apresentar um conjunto de fatos em três linhas.

Primeiro, a importação de pneus usados destrói a cadeia econômica do setor. A segunda questão para nós que é bastante relevante diz respeito à transferência de resíduo de países envolvidos para o Brasil. E a terceira, na nossa opinião, tem a ver com uma promoção de uma concorrência que entendemos desleal e o consumo enganoso.

O próximo.

O que nós temos, simplificando, é o seguinte: eu pego um pneu usado, importo, o custo é muito próximo de zero, e com as imposições, principalmente na Europa, vão pagar para trazer o pneu, aí eu pego essa carcaça, escarifico essa carcaça, só que resta 70% da carcaça do pneu velho. Boto uma máscara de borracha e transformo isso num pneu remoldado e digo o seguinte: ele é novo, é vendido como novo. E ofereço um desconto de 30% e 40%.

Isso, para nós, é desleal e é a promoção do consumo enganoso. A prova disso são as derrotas sistêmicas que os pneus remoldados vêm sofrendo no âmbito do Conar.

O próximo.

Acreditamos, também, com todo o respeito, Senador, que algumas premissas do PL são falsas.

Primeiro, existem pneus usados para reforma no Brasil. Um trabalho feito pelo IPT em todo o Brasil constatou que existem cerca de dez milhões de pneus usados em condições de reforma.

Apesar do compromisso de destinação ali previsto, a importação de pneus usados aumenta o passivo ambiental. Depois vamos demonstrar e provar isso.

Segundo, a maioria do pneu importado ela, na realidade, não é destinada à reforma. Vamos mostrar como isso está evoluindo, qual é a capacidade do setor e fica uma interrogação enorme.

O próximo.

Acho que o desmentido do Inmetro já foi feito, não é necessário citar.

O próximo.

Esse é um gráfico muito interessante. Se pegarmos de 1999 e analisarmos a evolução da importação de pneus usados, vocês percebem que ela tem uma tendência exponencial. Estamos em 2005 com uma estimativa de que essa importação chegue a onze milhões de pneus.

Se analisamos a capacidade do setor de remoldagem, vamos estar em torno de 2,5 milhões de pneus. Se ainda crescêssemos a capacidade de reforma, no máximo bateríamos em 4,5 milhões. Então, existe uma grande interrogação. Qual a diferença entre 4,5 milhões ou até 6,5 milhões e 11 milhões? Para onde está indo essa quantidade de pneus?

Daí um receio, uma preocupação de algo levantado pelo Governador Requião de que a importação pode, na realidade, estar trazendo. Ou resíduo mesmo. Já não serve para nada. Ou estar trazendo uma coisa, pneu que é vendido na Europa aqui com meia-vida.

O próximo.

Como já foi dito aqui, se o DECEX diz que não pode importar. A própria Resolução, a 258, aqui indicada como da lavra do Dr. Simeão, que proíbe a importação, se é vetado, como importa? Como é que o lixo chega ao Brasil? O lixo chega ao Brasil através de um sistema de liminares. Como é que isso funciona? Fizemos uma amostragem bem ampla, em todas as regiões, desde o Rio Grande do Sul, incrível que também há liminares no Acre, inclusive. Na 1ª Instância eles conseguem cerca de 73% de êxito na liminar. Quando a gente evolui e vê o que chegou para a 2ª Instância, as decisões favoráveis são revogadas em 92%. Só que essa liminar tem aquele caráter que em Direito chama-se “satisfativo”. Satisfativo, eu não sei para quem! Para a sociedade brasileira, certamente não é. É uma situação bem interessante, porque a liminar importa, resolve, inclui, entra no processo, depois revoga. Mas aí o estrago está feito.

Próximo.

O que se identifica como perda para a economia nacional e entendemos que destrói a cadeia econômica brasileira? Fizemos a conta, e para cada 1 milhão de pneus importados usados, de emprego direto

corresponde a 430 empregos, de empregos indiretos chega na ordem de 1620 empregos. Se formos pegar o conjunto de insumos pagos à indústria nacional, siderurgia, borracha natural e produtos petroquímicos, porque o pneu é feito disso, chegaríamos para cada 1 milhão de pneus cerca de 104 milhões de reais. E de tributos, a perda é de 52. Estou falando de 1 milhão, lembrem que hoje estamos batendo numa base de 11 milhões de pneus importados.

Próximo.

Aqui há uma outra coisa interessante para analisar como é que a história do custo e como são os impostos. Isso é um pneu comprado, são os dados da nota fiscal. O pneu fica em 144 e tem uma série de impostos, mas a carga tributária sobre o pneu hoje é da ordem de 54.26%.

Próximo.

Aí mostra como é a seqüência do pneu remoldado. O preço ao consumidor é cerca de 125, o tal de 30 a 40% de desconto. E a carga tributária, por incrível que pareça é da ordem de 28%.

Próximo.

Aqui foi dito muito que a NIP vem tentando criar uma série de situações. Queria deixar bem claro o que a NIP representa.

1º – São oito empresas. Existem 13 fábricas distribuídas em 5 Estados. São mais de 20 mil empregos diretos, e cerca de 100 mil indiretos. De tributos, em 2004, ICMS e IPI, a contribuição foi da ordem de 2.7 bilhões. Exportamos 704 milhões contribuindo para a balança comercial do Brasil. Temos cerca de 4.500 pontos de distribuição em todo o País, e tem previsto cerca de 1.2 bilhões de investimentos entre 2003 e 2007, com novas fábricas de expansões. Não só os produtos, mas uma série de outros aspectos possui certificações de desempenho ambiental.

Próximo.

Aqui falou-se muito de não respeitar, de não atender.

Para os Senhores terem uma idéia, nós já destinamos de forma adequada e aceita pelo IBAMA cerca de 80 milhões de pneus. Não existe nenhum setor que tenha feito um esforço de pós-consumo como o setor de pneus. Isso é suficiente para atender à Resolução? Não é na forma com que a Resolução estabeleceu. E desde março de 2004, informamos a Ministra do Meio Ambiente, por meio de um ofício, dizendo que o setor não tinha condições de cumprir. Portanto, não existe nenhum jogo, nenhum processo de fazer escondido, de não fazer. Nós próprios nos autodenunciamos mostrando as nossas limitações. Agora, o compromisso de pós-consumo é mantido, está sustentado. Temos grande condição de dar um exemplo incrível. Aliás, falando

do Paraná, se formos comparar o que destinamos no Paraná, chega, Sr. Governador, chega a 17 milhões de pneus. Espero que isso também signifique uma grande contribuição, não só para a dengue, mas para as questões de tratamento de resíduos no Paraná.

Próximo.

Queremos finalizar, nos colocando à disposição para qualquer esclarecimento. O nosso compromisso com o pós-consumo está mantido. Acharmos e entendemos que é necessário rever. Acharmos que a iniciativa do Senador Flávio Arns é extremamente interessante. Mas nós não podemos admitir que o Brasil se transforme em lixeira do mundo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concluimos a primeira etapa desta reunião conjunta das duas Comissões.

Perdão, ainda falta um expositor.

Com a palavra o Sr. Paulo Fernando Moreira, Presidente da Associação Brasileira de Segmentos de Reforma de Pneus.

Em seguida, daremos a palavra ao Governador Roberto Requião, que foi citado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Só uma observação, Sr. Presidente. Fiquei fascinado o porte da indústria pneumática no Brasil. Só não sei que com esta grandeza toda, porque que se incomoda com algumas fabriquetas de remoldagem de pneus nacionais. A única observação que posso fazer.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Sr. Paulo Fernando Moreira.

O SR. PAULO FERNANDO MOREIRA – Srs. Presidentes, ilustres Membros Debatedores, Srs. e Srs. Senadores, ilustres Deputados presentes, Senhores convidados, ilustre Platéia, preliminarmente, a nossa exposição relacionada com o Projeto de Lei do Senado de nº 216, gostaríamos de ressaltar que a BR-Associação Brasileira do Segmento da Reforma de Pneus vem a esta audiência pública, na condição de representante de 1.600 empresas. São empresas genuinamente brasileiras, distribuídas em todos os recantos do Território Nacional, obedecendo a uma relação geo-econômica.

Tais empresas atuam na reforma de pneus, independentemente da tecnologia aplicada na reforma, seja ela de recapagem, de recatuchagem ou remoldagem de pneus.

A reforma de pneus no Brasil é praticada no espectro amplo de usos, cobrindo todas as modalidades de transporte terrestre e aéreo, tais como:

Reforma de pneus para automóveis;

Reforma de pneus para caminhões e ônibus;

Reforma de pneus para máquinas agrícolas;

Reforma de pneus para terraplenagem agrícola, movimentação e transporte de materiais em todos os tipos de operação.

Reforma de pneus para motocicletas;

Reforma de pneus para aviões de todas as categorias, principalmente, os megaaviões de passageiros.

O setor de reforma de pneus no Brasil proporciona cerca de 80 mil empregos que gerou um faturamento da ordem de 4 bilhões de reais no ano de 2004. Queremos frisar que a reforma de pneus é uma atividade presente do Brasil há mais de 50 anos, sendo umas das mais evoluídas e conceituadas em todo o mundo.

Isso posto, passamos aos comentários.

O Projeto de Lei do Senado nº 216, apresentado pelo Senador Flávio Arns, teve o mérito de trazer para a discussão, num foro nacional, diversos temas inerentes ao setor de pneus e a proteção do meio ambiente. Tem gerado sim debates acirrados sobre aspectos que fogem da essência do problema, algum dos quais, a nosso ver, são centrais no debate, e que deveriam ser objeto de fundamental atenção por essas Comissões.

São eles:

1 – Disponibilidade de pneus no mercado para equipar os veículos de forma a garantir e assegurar o transporte necessário à viabilização das metas de crescimento sustentado da economia, evitando-se assim o potencial risco de um apagão logístico.

2 – Proteção e preservação do meio ambiente, com solução e gestão eficazes nas disposições de pneus inservíveis, evitando danos ambientais.

Com isso, gostaríamos de pautar a nossa posição, segundo esses dois fatores fundamentais ao interesse nacional, independentemente dos interesses econômicos dos setores que atuam na área de pneus.

É de conhecimento geral que enfrentamos, num passado recente, ainda em 2004, uma escassez na oferta de pneus de transporte e de passageiros e de automóveis no mercado nacional, seja para o abastecimento de equipamentos originais, seja para o abastecimento do mercado de reposição. O mercado atualmente sustenta-se na importação descontrolada de pneus. Isso é fato.

É de fundamental importância no interesse nacional garantir e normalizar a oferta de pneus, regulamentando a importação de carcaças como matéria-prima para reforma, devido aos riscos iminentes de colapso no sistema de transporte, assim como do risco do não atingimento das metas nacionais.

Seria realmente embaraçoso restringir o nosso volume de exportações e a movimentação interna de cargas, mesmo dispondo de mercadorias, clientes e

contratos. E, ainda assim, deixar de concretizar os negócios por falta de transporte interno.

Do ponto de vista do nosso segmento, essa falta de planejamento seria um desastre. Também do ponto de vista nacional, acreditamos que seria interpretado como falta de planejamento e também um grande desastre.

Conclamam o empenho de todos no sentido de evitar o agravamento desse risco. Existe deficiência de suprimento de pneus no País.

Durante essa audiência, provavelmente, ouvimos ou ouviremos objeções daqueles que são opositores à importação de carcaça de pneus para reforma, calcado nos seguintes quesitos:

Importar pneus usados é transformar o País num depósito de lixo.

A – “Discordamos frontalmente. Precisamos da importação para regularizar a oferta de pneus no mercado. O pneu é o elemento fundamental na matriz do transporte e, ao mesmo tempo, um problema potencial no plano ambiental, caso sua disposição, quando inservível, não seja feita da maneira correta. Não buscamos importar pneus usados como lixo, mas sim carcaças de pneus como matéria-prima para o setor de reforma. Do ponto de vista estrutural, a carcaça para a reforma tem de oferecer as mesmas características de um pneu novo. Deveremos, portanto, encontrar soluções que permitam importar sim e que ao mesmo tempo busquem eliminar o risco ambiental.”

B – A importação de pneus usados aumenta o “passivo ambiental”. Discordamos. O que determina a geração de passivo ambiental é o volume de pneus necessários à operação da matriz de transporte, e não o fato do pneu ser novo ou não. Uma carcaça de pneu importada como matéria-prima para reforma, uma vez processada, proporciona hoje a mesma vida útil de um pneu novo. Não contribui, portanto, para aumentar o passivo ambiental. Por outro lado, este passivo só será aumentado se não encontrarmos um sistema eficaz de reciclagem.

C – “É proibida a importação de bens usados no Brasil, portanto, a importação de pneus usados.” Discordamos parcialmente. Concordamos que não deveremos autorizar a importação de pneus usados como tal, aqueles conhecidos como meia-vida. Porém, defendemos veementemente a importação de pneus como matéria-prima para reforma e para uso exclusivamente comprovado pela empresas reformadoras de pneus. Pelos motivos já expostos, notadamente, os de aspectos econômicos e sociais.

D – O segmento de reforma de pneus deveria usar todos os pneus usados que estão poluindo o meio ambiente antes de pensar em importar “lixo”. Discor-

damos totalmente. Os pneus para ser reformados têm de obedecer a padrões técnicos e quanto a estado de conservação da carcaça, compatibilidade com o prazo de validade e de diversos outros fatores.

Os pneus dispostos em lixos, fundo de rios e estocados de maneira inadequada, não apresentam a menor possibilidade de reforma. Tais pneus, dispostos aleatoriamente ao relento no meio ambiente podem e devem ser reciclados com vista a outro segmento e para outros usos que não sejam o da reforma. Entretanto, nossa participação nessa Comissão não visa discordar de posições consolidadas, visa, sim, propor soluções para a problemática em discussão. A proposição da ABR é a de que deve ser permitida a importação de pneus usados, qualificados como carcaças, exclusivamente caracterizados como matéria-prima para o setor de reforma de pneus. Tais importações devem ser feitas de forma controlada e através de sistema eficaz. Nesse sentido, fizemos, em 1991, proposta ao DECEX. Se a nossa proposição de controle tivesse sido adotada, teríamos evitado a invasão de pneus inservíveis ou parcialmente servíveis, que ocorreu em nosso País. Tanto importador como fabricante de pneus novos tem igual responsabilidade ambiental, devendo cumprir legislação específica e realista a ser estudada e estabelecida.

Estamos convencidos, e temos competência e disponibilidade para propormos a formação de um grupo de trabalho, composto de representante do Legislativo, do Executivo, de entidades representativas do ramo de produção e reforma de pneus. Tal grupo teria como objetivo buscar uma solução definitiva à questão aqui debatida, que atenda aos interesses do mercado e privilegie os interesses nacionais.

Isso é possível. Pode ser feito em prazo razoavelmente curto, sendo ainda extremamente interessante para o nosso País.

Certamente que essa exposição não esgota nossa possibilidade de contribuir com esses debates. E aqui nos colocamos à disposição da Mesa e dos Srs. Senadores para complementando as nossas informações, oferecer alguns aspectos coadjuvantes de peso nessa formação de opinião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Dr. Paulo.

Srs. Senadores, concluímos a primeira etapa dessa audiência pública, realizada pelas Comissões de Assuntos Sociais e Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle que servirá para instruir a discussão do Projeto de Lei do Senado nº 216 que dispõe sobre a contrapartida ambiental pela

colocação de pneus no mercado interno seja ele importado ou fabricado no Brasil.

Passaremos agora a ouvir as intervenções dos eminentes Srs. Senadores, e havendo vários inscritos, nós o faremos em bloco de 3. Ouviremos 3 Srs. Senadores, nos seus questionamentos, e passaremos a palavra aos expositores indicados para as respostas.

Como já se manifestaram o Relator e o autor, nós reservaremos a palavra aos dois ao final para que possam fazer seus questionamentos.

A primeira inscrita seria a Senadora Ana Júlia Carepa, mas por permuta, tem a palavra o Senador César Borges.

Com a palavra V. Ex^a

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, Srs. Convidados e Expositores, sem sobra de dúvida, essa reunião tem uma importância muito grande pelas exposições que foram aqui feitas e trouxeram esclarecimentos dentro do ponto de vista de cada um dos segmentos, mas esclarecimentos para formação da opinião dos Srs. Senadores.

Creio, Sr. Presidente, que acima de tudo, o que temos que decidir aqui nessa Comissão em relação ao projeto do nobre Senador Flávio Arns, é no sentido de preservar, antes de tudo, o interesse nacional. Não teremos nunca uma solução que seja completa e acabada, que possa satisfazer a todos. Mas a solução que melhor seja da razão dos Srs. Senadores, com certeza, deve ser presidida pelo interesse nacional, uma vez que se trata de uma questão efetivamente de amplo alcance e extremamente controversa.

Acho, Sr. Presidente, que não devemos confundir a necessidade de preservar o meio ambiente, de exigir das empresas produtoras de pneumáticos no País, cumprimento de resoluções que protejam o meio ambiente, como a Resolução Conama 258 com a necessidade de matéria-prima para a indústria dos reformados ou remodelados, como queiram chamar. O importante é que as indústrias de pneumáticos têm sua responsabilidade ambiental, social. Tem a Resolução do Conama que pode ser aperfeiçoada, pode inclusive ser mais exigente. Temos que trabalhar para livrar o País de qualquer tipo lixo que venha prejudicar o meio ambiente, a saúde da população brasileira e o nosso espaço urbano e mesmo rural. Isso aí é inquestionável. Isso é de responsabilidade do Governo Federal através do IBAMA, do Conama, do Ministério do Meio Ambiente.

Outra questão é a necessidade de matéria-prima para o setor industrial, que é o da remodelagem. Pela apresentação feita aqui, nesta manhã, sem sombra de dúvida, acredito que o aproveitamento dessa ma-

téria-prima, produzida internamente no País, leva a ter a possibilidade de funcionar essa indústria de remodelagem, e, por outro lado também, ter assegurado o cumprimento da própria Resolução do Conama, protegendo também o meio ambiente.

Não vejo, Sr. Presidente, como argumentação, no sentido de que importar produtos utilizados, sejam eles para qualquer finalidade, porque aqui o importado parece que tem 3 finalidades. Se tem a finalidade de que teríamos defendido por aqueles que estão aqui propugnando uma matéria-prima para o setor de remodelagem, que seria para a remodelagem. Mas foi visto que vem muito mais, numa quantidade 2 ou 2 vezes e meia a mais da necessidade dessa indústria. E este restante é o quê? Ou é pneu inservível, que vai, de alguma maneira ser descartado, ou para a indústria cimenteira ou para qualquer outra utilização, ou que poderá ser utilizado para rodar em nossas estradas com vida útil bastante curta e depois estar depositado no meio ambiente ou ficar disponível para o seu recolhimento.

Portanto, Sr. presidente, acredito que temos que respaldar. Veja bem, V. Ex^a, que eu tenho uma imensa dificuldade de ver correção, às vezes, na política do atual governo, porque, efetivamente, tenho divergências de fundo com essas políticas. Mas, aqui, vejo o Partido dos Trabalhadores dividido. Perguntava à Senadora Ana Júlia como é que é o PT contra a importação de pneus. Estou ladeado aqui por duas excelentes Senadoras, que me parecem que têm uma posição, e o Senador Flávio Arns, também do PT, que, por ser paranaense, está defendendo uma posição que, sem sobra de dúvida, é de todo interesse do Paraná. Então esta é uma divisão. Neste caso, fico com o PT majoritário, porque estou ladeado pelas duas Senadoras, fico com o meio ambiente, fico com os interesses nacionais. Vejo uma indústria de pneumáticos, que apesar de ser de multinacionais, e não vejo nada demais, até fico com satisfação que o PT está aliado à multinacionais, porque se formos alijá-las, vamos acabar com a indústria automobilística do País, que ela é toda de multinacionais e que gera riquezas para o País, emprego, renda. Uma renda que é multiplicadora porque eu lutei muito, como Governador da Bahia, para levar uma indústria automobilística como a Ford, estamos lutando, fizemos lá uma indústria da Pirelli com produção de 3 milhões de pneus por ano. Chegará agora a Firestone, vai chegar a Continental. Não vejo mal, não tenho preconceito com o capital internacional, desde que ele gere emprego, renda, tributos para suprir as necessidades dos governos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir, nobre Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Para concluir, Sr. Presidente. É apenas que o interesse nacional prevaleça. É um interesse específico de “a” e de “b” do Estado “a” “b” ou “c”. Está certo? Acho que aqui, o fundamental, é que prevaleça, acima de tudo, o interesse nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu queria apenas cumprimentar essa ação moderadora do Senador César Borges, que o PT crie juízo e retire o veto a ele como Relator, hoje à tarde. O primeiro passo está dado. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Consulto a Senadora Ana Júlia se já está em condições de fazer a sua intervenção.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Se a Senadora Júlia me permitir, só como uma observação, eu vou me manifestar também, mas só para deixar claro de que o Projeto de Lei não é contra, absolutamente, seja reformador, seja remoldados ou seja pneus novos. Não é esse nosso objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Flávio, V. Ex^a terá a oportunidade de se manifestar na hora de sua inscrição.

Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu só desejo fazer o registro, Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, Senador Leomar Quintanilha, Senador Antonio Carlos Valadares, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, nossos Convidados e Convidadas de hoje, Governador do Paraná, que, neste momento, não está presente, hoje ex-Senador, mas como Senador, eu ainda não era Senadora, todos os representantes de Ministérios e de órgãos governamentais ou não, entidades representativas do setor produtivo, não tenho a menor dúvida, como disse há pouco, conversando com o Deputado Gabeira, que o Senador Flávio Arns é um homem de bem, de muito bem, aliás. É uma pessoa para quem que a gente tem o maior respeito, é nosso companheiro de Bancada. Mas temos visões, muitas vezes, diferentes e isso, aliás, ainda bem existem. Graças a Deus, porque se não tivéssemos posições contrárias, se todos pensassem igual, como já disse Nelson Rodrigues, toda unanimidade é burra. É positivo, eu digo sempre, que é do debate de idéias, inclusive idéias diferenciadas, contrárias, é que surgem as melhores idéias, as melhores propostas. Eu acho que trazer aqui essa questão de que o que fazer, acho que o projeto do Senador Flávio Arns tem muitas coisas positivas, que é a preocupação com a destinação de uma coisa que já é completamente resolvida hoje.

Vou fazer algumas questões tanto para o representante, no caso da indústria, o Presidente da Associação de Fabricantes de Pneus quanto também para o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama, a quem for adequada a resposta. E tem a ver o que o Senador César Borges falou. Como é que vamos controlar, como é que vai ser feita essa seletividade desses pneus para remoldagem, visto que 30% da importação é de pneus inservíveis. Outra coisa, as estatísticas dizem que cerca de 40% dessas carcaças realmente importadas não se prestam a qualquer tipo de processo de reforma e seriam já inservíveis.

O substitutivo apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, na Comissão de Assuntos Sociais, proíbe a importação de pneus usados, mas permite a importação de carcaças apenas. Eu pergunto, como será feita essa distinção? Temos hoje no Brasil mecanismos para controlar isso? O Inmetro poderá falar a respeito, os órgãos dos Ministérios competentes também para controlar a entrada de carcaças sem que os pneus usados entrem no País? É uma outra pergunta. Ou, na verdade, a gente vai acabar nesse bojo, como citou o Senador, fazendo com que tudo entre e parte deles seja inservível mesmo e entre mais lixo, essa é que é a verdade. Não queremos, pelo contrário, somos favoráveis. Acho que a indústria nacional ou.. – não tenho este preconceito, Senador César Borges – se vem de uma empresa multinacional, se ela aqui gera emprego, paga impostos, deixa, inclusive, seu lucro aqui, investe, reinveste aqui. Mas também apoiamos a empresa nacional. Queremos isso. Agora, eu quero dizer que tenho preocupações imensas, porque fico me perguntando, por que que os países mais desenvolvidos do mundo estão pagando para trazer esses pneus? Por quê? Não é possível que isso daí não seja questionado. Por que que esses países não querem esses pneus? Há que se questionar isso. São países desenvolvidos, tem tecnologias, muitas vezes, mais avançadas do que as nossas, por que que não querem esses pneus? Por que que estão incentivando a vinda desses pneus, que são aqui colocados quase que de graça? Será que eles são bondosos? São bondosos para uma coisa e não são para outras. Porque em outras questões nada disso é real. Eu coloco isso como questionamentos. Acho que temos que garantir sim as nossas empresas nacionais, mas como também temos que garantir sim um controle. Sou de um Estado que já passou por muitas fases de avaliação, hoje faz parte do passado essa história da Amazônia como algo intocável. Isso não existe. Isso faz parte do passado. Como já disseram que era uma região desabitada, há mais de 20 milhões de pessoas na Amazônia. Sou do Estado mais populoso da Amazônia, que é o Pará. E nós

defendemos ardorosamente a produção, a exploração dos produtos florestais de forma sustentável. Inclusive, fazer até uma divisão nesse setor. Tem aqueles defendem a exploração de forma sustentável, tem aqueles que defendem inclusive a legalidade, e tem aqueles que preferem a ilegalidade nesse setor florestal. Isso existe. Nós defendemos isso. Somos favoráveis à utilização dos nossos recursos naturais de forma sustentável. Mas nós temos um compromisso, e cada maior. Não apenas conosco, não apenas com esse presente, mas até a noção de Direito contemporânea já permite que gerações futuras possam nos responsabilizar por atos que praticamos ou possamos permitir que sejam praticados. Nós seremos responsabilizados. Ainda bem que o Direito avança como o mundo. Temos de ter, sim, essa preocupação. Por isso, tenho muito preocupação quanto às importações. Fiz essas perguntas que podem nos ajudar a esclarecer esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra à próxima Senadora inscrita, Senadora Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Srs. Senadores que presidem as duas Comissões, Senhores representantes dos Ministérios, Senhores representantes de organizações, Srªs e Srs. Senadores, imprensa e todos os presentes, antes de começar meus questionamentos, gostaria de tratar dois pontos.

Primeiro: a Senadora Ana Júlia Carepa já fez uma colocação muito bem – feita quanto ao nosso companheiro Senador Flávio Arns, Parlamentar da maior grandeza. Digo ao companheiro Senador Flávio Arns que seu projeto é 98% perfeito e precisa apenas de uma emenda.

Eu, Senadora Serys Slhessarenko, presido a Frente Parlamentar para o Desenvolvimento Sustentável, que envolve quase 200 Parlamentares, entre Deputadas, Deputados, Senadoras e Senadores. Temos realizado uma luta bastante significativa com relação ao meio ambiente.

Uma das preocupações que estamos trabalhando bastante não é essa aqui, mas é a poluição do meio ambiente de um modo geral, principalmente o resgate do meio ambiente que envolve o comércio do crédito de carbono. É uma história antiga que muitas pessoas nos colocam. Países estrangeiros destruíram suas florestas, deixaram seus rios em situação difícil, etc, etc. Hoje, pessoas querem bancar políticas preservacionistas da natureza no Brasil.

O Brasil tem de preservar sua natureza, mas não por pressão desses que já destruíram. O Protocolo de Kyoto existe. Temos de fazer valer questões atuais, como o comércio de crédito de carbono, e para o meio ambiente de um modo geral. Aqueles que destruíram

terão de pagar, sim, para que realmente preservemos o meio ambiente e para que a vida, neste planeta, esteja assegurada. Se eles destruíram, pagarão para a preservação da Amazônia, que está infiltrada de pesquisadores estrangeiros que atuam de forma irregular; para que as populações ribeirinhas, nativas, façam a preservação com condições dignas de vida e não em estado em miserabilidade.

Deixo essas questões bem claras porque, quando ocorre a situação específica... Passo a ler dois parágrafos, Sr. Presidente, e farei as perguntas.

Os países da Comunidade Européia, Estados Unidos e Japão, hoje, os maiores produtores de pneus usados... Aliás, os Estados Unidos são o maior destruidor do meio ambiente. Quando eles brigam com o Afeganistão e o Iraque, eles viram seus mísseis para lá. Quero saber contra quem eles virarão os mísseis quando os furacões atingirem a Flórida. Deve ser contra eles, não é? Falo de Bush.

Esses países, os maiores produtores de pneus usados hoje, também têm dificuldades no manejo adequado desses resíduos. “A solução ambientalmente adequada, encontrada por esses países, foi a transferência do problema para as nações em desenvolvimento sob o pretexto de exportação para reutilização e remoldagem. Em 2004, a União Européia descartou 300 milhões de pneus, dos quais 26% foram destinados a aterros e 12% exportados para países em desenvolvimento. A diretiva européia para resíduos proíbe a partir de 2006 a disposição final de pneus em aterros sanitários, mesmo que triturados, e cada vez mais restritas estão as autorizações para queima. O que eles vão fazer com os pneus deles? – eu pergunto. Aí vou tentar formular algumas perguntas aqui, em primeiro lugar,...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Só solicitaria à eminente Senadora que fosse mais objetiva em seus questionamentos.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MS) – Sim, vou fazer as perguntas agora. Até agora não fui objetiva, Sr. Presidente, com certeza.

Eu faria ao Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Cláudio Langoni, duas perguntas: uma primeira, que o senhor repetisse o dado do número de pneus que hoje vão para aterro na Europa e a partir de 2006 não poderão mais ir. Para onde irão esses pneus? – é a pergunta. Segunda pergunta também ao Sr. Cláudio Langoni: favor comentar o questionário enviado aos Estados que trata sobre a questão dos pneus, especialmente quanto à capacidade do Estado do Paraná para dar destinação ambiental adequada aos pneus usados. Uma terceira pergunta, ao Sr. Dr. Paulo Fernando Moreira*: por que a prefe-

rência por carcaças de pneus estrangeiros para serem remodelados, e não só remodelar, ou também remodelar principalmente pneus brasileiros? E por que são perdidos tantos pneus brasileiros no Brasil, que não chegam ao setor de reforma? O que pode ser feito? – se é que existe solução na opinião do senhor. Ainda dizer que no filme não ficou claro – eu não sei a quem seria destinada essa questão – se a Convenção de Basiléia aborda ou não a questão de pneus usados. Gostaria que...

(Manifestação fora do microfone)

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MS) – Quem?

O SR. – (Manifestação fora do microfone)

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MS)

– Gostaria que o Sr. Francisco Simeão esclarecesse, porque eu, realmente precisei sair, para mim não ficou claro. Se a Convenção de Basiléia aborda ou não a questão de pneus usados. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Antes de passarmos a palavra aos expositores para a resposta aos questionamentos já expendidos pelos três primeiros Senadores inscritos, porque, citados, passamos a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Quanto ao questionamento formulado pela eminente Senadora Ana Júlia Carepa, sobre um parecer que estaria, ou teria sido apresentado, na Comissão de Assuntos Sociais, mudando a expressão “pneu usado” por “carcaça de pneu”, na verdade esse parecer ainda sequer foi apresentado à Comissão de Assuntos Sociais, notadamente porque vimos que, com o ingresso no Senado Federal de novos Senadores, com a mudança da composição das Comissões, muitos Senadores, tanto da Comissão de Assuntos Sociais como desta Comissão, da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle*, não tinham conhecimento do projeto. Por essa razão, atendendo a uma pretensão que é sempre um princípio do Senado Federal, nós, em comum acordo com o Presidente desta Comissão, achamos melhor que o parecer definitivo só seria apresentado depois de uma nova audiência pública, onde os mais diferentes segmentos da sociedade seriam ouvidos, interessados, na aprovação e rejeição. E, com base nessa pretensão, apresentamos, V. Exª também apresentou um requerimento na Comissão de Fiscalização e Controle e apresentei lá, juntamente com o Senador Flávio Arns, um outro requerimento para que houvesse uma reunião conjunta dessas Comissões com este objetivo de discutirmos de forma democrática este assunto

tão complexo e tão polêmico, quanto é a importação de pneus usados.

Quanto à mudança da terminologia ou do termo pneu usado ou carcaça, penso que essa mudança tem sentido, porque se você importa um pneu usado, dá a entender que ele pode ser utilizado na estrada, tal como ele veio do exterior. Já, se você tem uma obrigatoriedade de que só pode utilizar-se de uma carcaça de pneu usado com o objetivo de ser utilizado na indústria de transformação, como é a de remoldagem, na prática, você está proibindo que aquele pneu importado seja usado na estrada, o que poderá causar, sem dúvida alguma, sérios perigos a quem utiliza desse pneu. Tanto que essa mudança de terminologia foi com esse objetivo, mas, nós retiramos o parecer, na prática ele não existe, porque só vai existir depois que nós ouvirmos, de forma definitiva, todos os segmentos interessados. Inclusive, nós queremos saber nesta Comissão, não só por meio daqueles que têm interesse em importar, como daqueles que querem proibir, qual a diferença de qualidade entre o pneu usado no Brasil, que poderia ser utilizado na remoldagem e o pneu usado que poderia vir por meio da importação do exterior para ser utilizado com a mesma finalidade. Queremos ouvir isso aqui, porque, já que a questão do meio ambiente está sendo ultrapassada pelo recurso da destruição do pneu, que de cada pneu importado será destruído um outro pneu de forma adequada no meio ambiente, resta, a meu ver, a questão comercial, com base na defesa do interesse nacional. Se, por acaso, quanto à utilização do pneu usado, ficar provado que não há condição nenhuma de utilizar o pneu nacional, isso tem que ficar provado aqui, neste debate, pelo Inmetro, pela Adema. Os órgãos competentes do Governo Federal têm que demonstrar que o pneu brasileiro pode ser usado para remoldagem, ou os interessados na industrialização têm que provar, por exemplo, que não podem usar o pneu brasileiro com esse objetivo de industrializar. Ao final, se a indústria nacional de pneumáticos pode importar, por exemplo, borracha do exterior, por que não importa para a produção do pneu a borracha, por exemplo, do Acre? É uma questão de qualidade. Se é questão de qualidade, só é válida para as indústrias nacionais de produção de pneumáticos e não é válida para aqueles que produzem o pneu remoldado? São perguntas que devem ser respondidas nesta audiência para que, tanto o Valdir Raupp, que é Relator nesta Comissão, e eu, que sou Relator na Comissão de Assuntos Sociais, cheguemos a uma conclusão. Porque, do contrário, ficam dois times jogando – um de um lado e outro do outro – e o nosso time único e exclusivo é o time brasileiro, é a sociedade brasileira, que defendemos de corpo e alma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Com a palavra, Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador, minha pergunta, de qualquer forma, não é inválida. Falei exatamente sobre essa diferença, mesmo sendo retirada, existe essa idéia, por isso estamos aqui, para tirar as dúvidas e esclarecer. Como será feita essa distinção. Esse tema é (inaudível)...Não é só uma questão de garantir as carcaças, que serão remoldadas e não serão usadas. Como é que vamos fazer essa distinção e quais os mecanismos. São essas dúvidas que temos. Por isso fiz a pergunta independente do seu relatório ter sido retirado.

O SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Vamos ouvir então os eminentes expositores.

Com a palavra Dr. Cláudio Langoni, do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. CLÁUDIO LANGONI – A primeira questão é sobre a nomenclatura.

Você pode chamar o Túlio, que jogava no Gama e agora está no Juventude, de Ronaldinho. E o Ronaldinho de Túlio. Mas o Túlio será sempre o Túlio, e o Ronaldinho sempre será o Ronaldinho.

A proposta de substituir a terminologia bem usada por uma matéria-prima, ela é, do nosso ponto de vista, inviável. Essas nomenclaturas estão dadas por uma padronização internacional. O Brasil pode importar a CFC para reciclar e substituir o gás de geladeira quando se faz a troca do gás de geladeira. Mas a prioridade deve ser o Brasil recolher o gás que está nas geladeiras que ainda usam CFC, reciclar e usar o seu próprio. Achamos que essa questão não tem solução simples, e ela obedece a lógica de uma nomenclatura internacional onde bem usada, bem usado. Há uma conexão entre essa discussão aqui e o contencioso da União Européia. A comitiva da União Européia a primeira coisa que fez quando veio ao Brasil foi ir ao Paraná. A União Européia está entrando com um contencioso agora, já decidiu, que ela tem um problema a partir do ano que vem. Ela tem que pegar 80 milhões de pneus que iam para o aterro e jogá-los para um lugar. E ela não resolverá isso dentro de seu território. Ela resolverá isso com uma destinação que eles dispõem como ambientalmente adequada que é mandar esses pneus para países pobres. Todos aqui admitem que cerca de 30 a 40% dos pneus que vêm nos contêineres são inservíveis. Agora, se a gente estabelece quota de obrigatoriedade para recolher pneu inservível, e a quota já vem, a matéria-prima e a quota juntas, aí não nos parece que seja razoável essa lógica. Os dados

que MDC tem dão conta do seguinte, comparando o número de pneus usados que entraram no Brasil em 2004 versus o preço, temos pneu sendo comercializado custando 73 centavos de dólar por peça. Seria interessante que se colocassem aqui essas comparações entre preço do pneu que chega aqui, porque a destinação ambientalmente adequada reconhecida pelos europeus como mais barata é mandar para países pobres. A grande pergunta que temos é: por que a União Européia não abre seu mercado para a entrada de pneus reformados no Brasil? Nós entramos com um a lógica de reciprocidade de mercado. A União Européia é radicalmente contrária ao ingresso de pneus reformados daqui para lá. E se nós estivéssemos falando então de igualdade de mercado, nós poderemos provocar a União Européia a fazer isso. Temos uma posição contrária a isso. A questão levantada aqui sobre o Uruguai, quero registrar que o Brasil foi contrário ao pleito do Uruguai. O Uruguai hoje manda por ano para o Brasil 65 mil pneus, e o teto permitido ao Uruguai, na decisão do Tribunal Arbitral é 130 mil pneus por ano. Portanto, mesmo que o Dr. Simeão queira se instalar no Uruguai a convite do Governo uruguaio, o Tribunal Arbitral do Mercosul não permite uma quantidade superior a 130 mil pneus/ano. E nós discutindo essa questão no âmbito dos Ministros do Meio Ambiente do Mercosul, porque a Argentina agora tem um contencioso desse tipo e está associada ao Brasil para evitar essa questão, porque a prerrogativa aberta pela decisão do Tribunal Arbitral abre um buraco para a União Européia, e nós estamos falando do seguinte: Temos 65 mil pneus/ano que entram via Uruguai, e temos milhões de pneus que vêm via União Européia. Se a OMC abriu o mercado brasileiro para a entrada de pneus usados da União Européia, como matéria-prima, ou seja, que nomenclatura for, o Uruguai perderá absolutamente a oportunidade de mercado no Brasil. O Uruguai perde porque não dá para competir com o custo de matéria-prima ou de bem usado como esse, que é a destinação de resíduo mais barata que temos.

Por último, eu gostaria de registrar que esse debate sobre a questão dos pneus em geral, sobre como o Brasil resolverá esse problema, deve ser analisado sob um ponto de vista estratégico. Precisamos considerar que é muito importante envolvermos a sociedade brasileira nesse debate, porque há um contencioso, que o Brasil já decidiu enfrentar na OMC, que gera uma jurisprudência que consideramos muito grave.

Temos depoimentos dos nossos colegas Ministros de Meio Ambiente da África do Sul e de outros países em desenvolvimento sobre pressões de países desenvolvidos para mandar outros materiais que poderiam entrar nessa lógica de matéria-prima **versus** produto.

Consideramos perfeitamente possível que tenhamos a resolução dessa questão. Acreditamos que os pneus brasileiros estão aptos a serem utilizados como elemento para remoldagem.

Por último, Sr. Presidente, eu gostaria de informar que procederei à leitura de duas frases sobre o questionário que fizemos aos órgãos estaduais de meio ambiente sobre a sua situação em relação a pneus inservíveis. Todos eles apontam a mesma realidade, inclusive o Paraná, que, respondendo à pergunta “Quais os problemas identificados quanto à coleta, ao armazenamento e à destinação final de pneumáticos inservíveis”, diz o seguinte: “Não dispomos de dados relativos à coleta e ao armazenamento de pneumáticos inservíveis. Com relação à destinação final, tivemos um problema isolado, relativo a um depósito clandestino de pneus a céu aberto em Almirante de Tamandaré. Além desse, continuamos enfrentando o problema de destinação final de pneumáticos inservíveis em aterros sanitários ou mesmo em vazadouros de lixo urbano a céu aberto. Não dispomos de dados relativos à coleta de pneumáticos inservíveis. A princípio, não nos parece ser suficiente, tendo em vista ainda existir o lançamento de pneumáticos inservíveis em locais não adequados”. Assinado pelo Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, janeiro de 2005, com a resposta similar de todos os órgãos ambientais do País. Portanto, pode haver uma discrepância entre a informação prestada aqui e a informação técnica que recebemos do órgão ambiental, mas estamos nos valendo do questionamento formal, feito pelo Governo brasileiro, sobre a capacidade do Governo do Paraná de resolução desse assunto, o que demonstra que a situação no Paraná tem uma similitude em relação a todos os outros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Presidente da Associação de Fabricantes de Pneus, é isso?

O SR. PAULO FERNANDO MOREIRA – Associação Brasileira do Segmento da Reforma de Pneus.

Muito obrigado, Senadora Serys Slhessarenko, pela oportunidade de trazer esclarecimentos a algumas questões potencialmente conflitantes e, principalmente, por poder iluminar um pouco essa questão da importação ou não de pneus para fins de reforma e o porquê da utilização ou não de pneus nacionais.

Devo esclarecer à Mesa, agradecendo o aparte de V. Ex^a, que o Brasil é o maior importador, do ponto de vista relativo, de pneus de cargas do mundo. Quantitativamente, temos uma pequena diferença para os Estados Unidos, que têm uma demanda de pneus três vezes maior que a nossa.

Processamos, no Brasil, a reforma no segmento de pneus de carga prioritariamente e quase totalmente carcaças nacionais. Essa é um questão de cultura e de procedimento econômico. Os nossos transportadores, sejam eles de carga ou de passageiros, há muitos anos, incorporaram em suas planilhas de custo, até por necessidade econômica, a recapagem de pneus ou a recauchutagem de pneus. Isso tem feito com que o custo final do pneu tenha um resultado um pouco maior que 40%, se comparado inicialmente ao custo do pneu novo.

Fazemos isso historicamente e há muitos anos com carcaças nacionais, que reputamos de excelente qualidade para essa finalidade.

De alguns anos até então, um coadjuvante muito importante apareceu nesse mercado, que foi a desastrosa situação das nossas rodovias. Uma quantidade que não sei explicitar, mas é extremamente representativa de acidentalidade, tem impedido que os pneus cheguem em condições técnicas compatíveis com a reforma ao nosso segmento.

(Fala fora do microfone)

Por enquanto estou falando de pneus nacionais.

A indústria de pneus tem destinado ao Brasil, pelo menos pelos números que me constam, um número próximo de quatro milhões de pneus – o Dr. William pode esclarecer melhor essa questão – destinados aos segmentos de transporte e de equipamentos originais bem como ao mercado de reposição.

A demanda de pneus no segmento de reforma, hoje, tem-nos pressionado a volumes muito maiores de 10 milhões. Nós alcançamos atualmente um quantitativo de nove milhões de reformas de pneus para o setor de transporte, seja ele de transporte de carga ou de passageiros. Evidentemente, uma carcaça de pneus, para ser reformada, deve obedecer às mesmas características estruturais de um pneu novo, porque trabalhará em condições de competitividade com aquele – seja em velocidade, em volume de carga ou em peso por eixo.

Houve em 2004 e até hoje uma deficiência bastante grande no suprimento de pneus no mercado. A imprensa noticiou esse fato, que ocupou, em destaque, as primeiras páginas dos principais veículos nacionais. V. Ex^a, que tem uma convivência muito grande com o segmento de transporte, sabe que os nossos transportadores estão carentes do abastecimento de pneus.

No setor de automóveis, a questão é um pouco mais complexa e passa também por um aspecto cultural e econômico. Não acredito que a carcaça brasileira ofereça deficiência em relação a carcaças de

qualquer país fabricadas no mundo, até porque as indústrias que aqui produzem esses pneus o fazem com igual condição e tecnologia de qualquer outro país por mais desenvolvido que ele esteja no mundo. As nossas condições de uso, todavia, tem trazido aos pneus uma extraordinária degeneração durante o seu uso, seja no perímetro urbano ou nas rodovias.

No País, o pneu é, mais ou menos, igual paletó de gente pobre: não tem tamanho nem cor; no verão, é guarda-chuva; no inverno, é cobertor. Ele vai degradando, numa categoria socioeconômica, até ocupar o que o nosso amigo João Arthur, sobrinho do Senador Flávio Arns, chama de “pacheco”, que são os automóveis Passat, Chevette e Corcel. Nessas condições, eles desaparecem sem ter oportunidade de chegar ao segmento de reforma.

Não sendo um porta-voz desse setor especificamente, mas tentando trazer um pouco de luz a esse debate esclarecedor, nos países da Europa, como foi dito aqui, existe uma inclemência muito grande das questões climáticas e ambientais, fazendo com que haja a necessidade imperativa, até por questões econômicas e de insegurança, da troca de pneus até duas vezes por ano. Esses pneus são descartados em condições de carcaças extraordinariamente favoráveis em relação aos pneus brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha (PMBD – TO) – Dr. Paulo, ofereça as suas conclusões.

O SR. PAULO FERNANDO MOREIRA – Não entendemos o porquê do excesso de importação. Se precisamos – disseram aqui – de 2,5 milhões de pneus, pelo menos do ponto de vista de um dos debatedores, para o segmento de remoldagem, a situação deve-se pautar a isso. Se temos uma deficiência de abastecimento de pneus para o setor de transporte que impede que se possa alcançar potencialmente um milhão de pneus, 500 mil pneus, é uma questão a ser estudada e ela deve-se ater a isso. O resto entendemos que seja uma questão absolutamente de interesse que não atende às necessidades do País. Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha (PMBD – TO) – Concedo a palavra ao Dr. Alfredo Lobo, do Inmetro.

Dr. Alfredo, sente-se aqui.

O SR. ALFREDO LOBO – Obrigado, Senador. Gostaria de fazer um comentário acerca da observação da ilustre Senadora Serys Slhessarenko, particularmente com relação à carcaça. A carcaça nacional tem origem em um pneu novo certificado pelo Inmetro, com base em requisitos, em normas técnicas que adotam requisitos semelhantes aos países pelo mundo afora. Portanto, é uma carcaça semelhante à carcaça importada.

Creio que a questão central não é se a carcaça nacional é melhor ou pior do que a importada. O fato é que, quando a carcaça é nacional o que fizemos, como tivemos a oportunidade de dizer na nossa fala, foi inserir no Regulamento como primeira etapa do processo de certificação do pneu reformado a inspeção técnica da carcaça, envolvendo medições feitas por inspetor especializado.

O fato é que, quando rejeitamos uma carcaça nacional, assumimos o ônus de uma disposição de um produto que é nosso. Mas, quando temos que fazê-lo, para disponibilizar um produto importado, estamos assumindo o ônus dos outros, ou seja, eles estão-se livrando de um grande problema e nós estamos assumindo esse problema. Essa é a questão central. Quer dizer, tanto a carcaça nacional como a importada têm que passar por uma inspeção para verificar se ela presta ou não para reforma. A questão central é esta: quando rejeitamos a carcaça importada, estamos resolvendo um problema de disposição dos outros.

Senador Leomar Quintanilha, se me permitir, queria aproveitar o ensejo para fazer uma observação rápida em relação àquela pergunta do ilustre Deputado Gabeira, ou seja, por que não questionamos a Colway em relação àquela nota técnica que vem sendo usada indevidamente. Demos um tratamento semelhante ao dado em relação a uma informação indevida que também a Colway vinha transmitindo no sentido de usar a mídia para dizer que o pneu Colway é o único de certificação nota 10 pelo Inmetro. Isso é tão inverdadeiro como a afirmativa que fez de que mudamos a resolução por pressão do então Senador Roberto Requião, que realmente compareceu espontaneamente a uma reunião de uma comissão técnica lá no Inmetro, o que foi de nosso agrado. Mas o fato foi que, quando S. Ex.^a lá compareceu, já estávamos em consulta pública para rever a resolução anteriormente em vigor, a portaria anteriormente em vigor, por um fato muito simples: o prazo inicialmente negociado com o setor se estava esgotando sem que o setor de reforma – mais de mil reformadores, muitas vezes pequenas empresas – estivesse preparado, tivesse feito os investimentos necessários inerentes a um processo de certificação. Então, o setor veio ao Inmetro e negociou conosco uma dilatação do prazo. Quando o então Senador Roberto Requião lá compareceu, estávamos em consulta pública para dilatar o prazo, que é esse novo prazo de 1º de julho de 2006. Em absoluto o fizemos por pressão e muito menos mudamos a resolução, que foi no sentido de dilatar prazo. Não houve nenhuma mudança por pressão das multinacionais de pneus, como se afirmou.

O que fizemos foi dar um tratamento da seguinte ordem: antes de remeter à Justiça, tratamos a coisa administrativamente. Fizemos uma notificação tal como fizemos agora no último certificado pelo Inmetro, com nota 10. Fizemos uma notificação administrativa alertando que aquilo era uma informação indevida e pedindo que mudasse a propaganda, o que foi feito. Parou de fazer a propaganda. O mesmo tratamento demos em relação à nota. Mas realmente fomos surpreendidos aqui ontem com um *folder* que fala da nota técnica como posição oficial do Inmetro. A posição oficial do Inmetro está espelhada na portaria, no regulamento vigente e, portanto, vamos mais uma vez consultar nossa área jurídica para verificar os tratamentos devidos.

Com relação à ameaça que ele me fez de ir para a Justiça, gostaria de lembrar ao Dr. Simeão que ele já foi à Justiça, fez uma representação criminal contra a minha pessoa que, sem maiores defesas de nossa parte, foi rejeitada pela justiça em primeira instância.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Voltamos à lista de oradores.

A SR.^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, acho que só faltou, não sei qual foi o órgão, em relação a uma resposta... Se há mecanismos de controle para fazer essa separação do que é carcaça tanto na entrada quanto no País.

O SR. ALFREDO LOBO – Eu posso fazer rapidamente.

A SR.^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O que é carcaça o que é pneu usado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Solicitaria que fosse bem objetivo.

O SR. ALFREDO LOBO – Isto demanda uma inspeção por um profissional especializado com instrumentos de medição.

O fato é que é possível, mas logisticamente falando você fazer uma inspeção antes disso ser exportado para o Brasil pneu a pneu vai inviabilizar hoje esse pneu usado. O importado está chegando no Brasil a custo zero.

Se tivermos que fazer essa inspeção ela é possível, mas criarmos um mecanismo que obrigue uma inspeção lá com o profissional especializado, com instrumentos devidamente calibrados irá inviabilizar a exportação de pneu usado para o Brasil ou vai, pelo menos, dificultar muito, vai onerar o processo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, para complementar o que disse o representante do meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra V. Ex.^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Gostaria de me referir à Portaria nº 133, de 27 de setembro de 2001 do Inmetro que faz a distinção muito clara entre carcaça, pneu reformado, recapagem, recauchutagem, remoldagem, pneu usado e pneu inservível que são expressões bem distintas, terminologias bem distintas utilizadas por uma portaria do Inmetro.

Por exemplo, o que é carcaça? É uma estrutura resistente do pneu constituída de uma ou mais camadas sobrepostas de lonas.

O que é pneu usado que o representante do meio ambiente não soube explicar? Pneu usado é aquele que foi submetido a qualquer tipo de uso ou desgaste. Significa dizer que ele é usado, mas ele pode ser utilizado na estrada, não é?

O que é pneu inservível? É o pneu que apresenta danos irreparáveis em sua estrutura. Além disso, Sr. Presidente, o pneu reformado é o que passou por um dos seguintes processos: recapagem, recauchutagem ou remoldagem.

Recapagem é diferente de remoldagem e também é diferente de recauchutagem. O pneu reformado, quem diz isso é o órgão técnico através de uma portaria, o Inmetro. Pneu usado é o que passou por um dos seguintes processos para reutilização de sua carcaça: recapagem, recauchutagem ou remoldagem.

Recapagem é o processo pelo qual um pneu é reformado pela substituição de sua banda de rodagens e recauchutagem é o processo pelo qual um pneu é reformado pela substituição de sua banda de rodagem e dos seus ombros. Pneu também tem ombro, segundo o Inmetro e a remoldagem é o processo pelo qual um pneu é reformado pela substituição de sua banda de rodagem, dos seus ombros e de toda a superfície de seus flancos. Daí que é considerado quase um pneu novo. Esse processo também é conhecido como recauchutagem de talão a talão.

Quero crer que com uma portaria de um órgão técnico como o Inmetro definindo a situação diferenciada de cada um dessas terminologias, espero, Senadora Ana Júlia, que eu tenha satisfeito a V. Ex.^a.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – V. Ex.^a, se me permite, até incluiu as definições no substitutivo ao projeto de lei.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Exatamente, no substitutivo tem alguns: pneus remoldados, pneus recauchutados e pneus recapados fazendo a distinção entre cada um deles baseado justamente em uma portaria do Inmetro.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Dr. Márcio Rosa, do

Ibama que quer fazer uma consideração a respeito do que foi colocado.

Em seguida, o Dr. Francisco Simeão.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu queria só dizer que não esclareceu, Senador porque não é a dúvida do que cada um significa, mas se há o controle disso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Inmetro é que vai fazer essa distinção.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES – Por favor, a minha intervenção é justamente no sentido de esclarecer essa dúvida. O Ibama, ao longo desses três anos em que vem acompanhando a Resolução nº 258, se obrigou a conhecer um pouco de comércio exterior também. Então, fazemos o controle da importação de pneus no Brasil. E o grande problema que existe, e foi apontado aqui pelo Secretário, é o problema de distinguir.

Temos três nomenclaturas de importação, no caso. Basicamente são três grandes grupos: o pneu novo, o pneu usado e o pneu reformado. Dentro dessa categoria pneu usado cabe tudo. Todas essas definições do Inmetro vêm no mesmo contêiner, sem nenhuma distinção. Então eu não tenho como fazer esse controle prévio da importação. Só posso fazer o controle, como falou o Dr. Lobo, no momento em que o contêiner chega aqui, ou antes de sair, se eu colocar um técnico lá distinguindo carcaça do que é pneu usado. Porque a nomenclatura comum é uma só, a NCM que vem na licença de importação é uma só. Esse é o problema.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Permite-me um aparte?

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra V. Ex.^a.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Porque este debate justamente permite que várias opiniões sejam manifestadas. A preocupação, que é de todo mundo, é no sentido de que essa questão do pneu atenda os interesses nacionais, em geração de emprego, de renda, de preservação do meio ambiente, transparência, todos esses aspectos.

Então, a grande dúvida realmente é pneu usado. Inclusive, no projeto original constava pneu usado com uma contrapartida ambiental muito severa que, teoricamente, inviabilizaria a importação. Nós tiramos isso, em função dos debates todos das comissões, já no ano passado e tudo. Mas existem sugestões, inclusive dos reformadores, para que haja, previamente ao embarque, a raspagem do pneu. Aí não haveria mais dúvida alguma de que estivesse entrando um pneu meia vida

para ser comercializado como pneu meia vida, porque aí você eliminaria essa possibilidade. Porque esse é o grande debate.

Tanto que o pessoal colocou o item de que são necessários mais ou menos 4 milhões e vêm 10 milhões. Onde estão os outros 6 milhões. Eu diria que isso vem prejudicando, seis milhões de pneus para a indústria de pneus novos. E, ao mesmo tempo, seis milhões de pneus que provavelmente estarão sendo vendidos como usados, como de meia vida, no caso, e não como matéria prima.

Mas existem mecanismos. Por isso acho que, fruto deste debate, Sr. Relator, Sr. Presidente, ainda existe um espaço para sentarmos, discutirmos, para ver se ainda existem alternativas que dêem essa segurança. Porque ninguém vai querer, no Brasil, que entre pneu meia vida para ser usado como meia vida. Isso já foi abandonado. Não é isso. Até para ajudar o Ibama.

Acho que existem mecanismos. Se nos sentarmos e discutirmos. O que aconteceu foi uma radicalização muito grande, também. E o pneu existe na nossa realidade está aí, está aí o pneu novo, o recauchutado, o reformado. Precisamos achar essas soluções.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES – Não tenho dúvida. Acho que precisamos, efetivamente, debater esse tema. E a única questão é que, efetivamente, se essa raspagem for feita lá, reduz bastante o nosso problema aqui, porque boa parte do resíduo já fica lá e teríamos uma garantia maior de que esse pneu seria matéria-prima.

Agora não podemos esquecer duas coisas. Primeiro, duvido que eles tenham interesse em fazer esse trabalho lá e mandar o pneu para cá já pré-qualificado para a remoldagem. Esse é um primeiro problema. O segundo problema é que não existe essa nomenclatura de carcaça preparada para a remoldagem no sistema comum de comércio exterior, então, teríamos que criar isso também.

Torno a dizer que entendo que a proposta que nós apresentamos é uma proposta que parece uma alternativa mais interessante, porque nós resolvemos o problema da coleta de pneus, resolvemos o problema da oferta de pneus, que está sendo reclamada pelo setor de remoldagem, e resolvemos o problema da segurança veicular, que é um problema sério neste País.

Então, acho que o Brasil tem plenas condições de ser auto-suficiente inclusive na solução de seus problemas. A Europa faz isso. Por que eles não têm problema de coleta? Por que eles conseguem juntar os pneus usados deles, colocar num *container* e mandar para fora? Se conseguíssemos só reunir os pneus, nesse sentido, o Paraná rodando limpo, e todos os outros programas que foram feitos de coleta

têm alto mérito, porque efetivamente reduzimos um problema ambiental, na medida em que acondicionemos os pneus em melhores condições, etc., não tenho dúvida de que o ponto de troca – que, aliás, é o que a Espanha, por exemplo, usa – é o ponto ideal para fazer isso. O ponto de troca seria o ponto de seleção do pneu. Olha, esse pneu aqui está bom para fazer remoldagem, vai para a remoldagem. Esse aqui está bom para fazer recauchutagem, vai para a recauchutagem. Esse aqui é inservível, tem que ser disposto. Pega ele e vai ser disposto. Quer dizer, vamos reduzir o custo de coleta de pneus, vamos gerar pneus para reforma, para re-moldagem, para todas as situações e vamos, se instituírmos... Por que os europeus trocam de pneu mais seguido do que nós? Porque eles têm uma preocupação com a segurança. Eles têm uma inspeção veicular que funciona mesmo. E se andarmos de “pacheco”, como foi dito, se verificarmos quais as condições dos Passat, Chevette e Corcel, vamos verificar que efetivamente os pneus andam na lona. Isso coloca em risco até quem tem pneu bom que está andando do lado, na estrada.

Então, acho que temos que trabalhar no sentido de fechar esse círculo dentro do próprio País, resolvendo não só o problema ambiental – e aí eu gostaria só de salientar mais uma pequena questão: ouvimos seguidamente o pessoal dizer a questão ambiental está resolvida com a destruição de pneus. Gente, não tem como resolver problema de resíduo. Resíduo é sempre problema. Se destruímos pneu, está gerando problema ambiental de emissões, como coloquei aqui, ou de resíduos sólidos, como coloquei aqui também, naquela transparência. O problema ambiental não se resolve. Tanto não se resolve, que a Europa quer mandá-lo para outros países, porque eles não conseguem resolver.

É isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Sr. Francisco Simeão, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Primeiro, comentando as observações do representante do Ibama, Dr. Márcio Rosa, tenho que dizer aos senhores que ele não entende do setor de pneus usados, efetivamente, muito menos na Espanha. Não existe na Espanha um sistema de governo, por exemplo, que tenha um ponto básico de seleção dos pneus: vai esse para recauchutagem, vai aquele para reforma, esse outro para um outro tipo de reciclagem, seja o que for. Não existe. O que existe lá é uma atividade empresarial como existe aqui. Aqui no Brasil também existe isso. Existem as lojas de pneus, de mercado de

trocas, que já fazem isso. Eles selecionam aqueles que dão para vender para os “carcaceiros”, que levam para a indústria de carcaças e fabricam os pneus recauchutados, de automóvel e de caminhonete. Os pneus de caminhão no Brasil têm excelente qualidade, são pneus muito reforçados, e os próprios donos dos pneus tratam da sua reforma por diversas vezes, para baratear transporte. Então, já existe uma estrutura, que é similar a da Espanha.

Portanto, isso é algo para empresário fazer, algo para aqueles que têm interesse no produto promover a seleção, ter a liberdade. O capitalismo prevê exatamente isso: a liberdade de decisão e o risco de, em realizando um trabalho malfeito, ter prejuízo, em realizando um trabalho bem feito, ter lucro.

O Dr. Langoni faz uma observação aqui que é absolutamente inverídica. Ele propõe inclusive que no Brasil proponhamos, aos países da Europa, aos países do Primeiro-Mundo, exportar para lá pneus remoldados – que ele afirma, é proibido importar. Não é verdade. Quero aqui até dizer: se eu pudesse passar por alguns crivos de prova daquilo que digo em relação àquilo que tenho ouvido aqui, e essa é uma delas, e me servisse para alguma coisa, eu exportaria amanhã para a Europa, eu exportaria um *container* para cada país de pneu remoldado. E por que não exporto? Não exporto porque não há interesse comercial de exportar, o mercado do Brasil é melhor. Tanto é melhor que os europeus querem vender os pneus para cá, e não se desfazer do seu lixo. Então, para que vou disputar lá e onde tenho que vender mais barato? É só por isso. E tem mais uma informação importante – e coloco aqui para o Dr. Langoni: se ele tem alguma dúvida, ele que me diga. Olha, se você provar, vou mudar de idéia. Ou você me prova uma série de tudo o que digo aqui, tudo, nos *folders*, é verdade e posso provar. Não digo nada que não posso provar. Então de que gostaria? De que o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama, o Senado Federal me colocasse, me prove todos esses fatos e daí você pode trazer a sua matéria-prima. Eu faria. Pois não, Senador. Desculpe

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Desculpe interromper, mas estou inscrito para falar depois. Mas não seria o caso de ...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Senador Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não seria o caso de a empresa fazer. Esse é um assunto que merece que se gaste tempo. Há muita coisa aqui no Senado, no Congresso, que demora muito tempo indevidamente, esse não, esse merece porque a questão é realmente complexa. É razoável que os empregos que se ganham na fábrica de modelação de remoldagem

existem, é evidente que sim, mas também perdemos empregos naqueles que fabricam o aço, por exemplo, no caso do meu Estado que fabricam a matéria-prima que é utilizada na confecção do pneu novo. Mas queria apenas uma questão. Não é razoável fazer um teste? Exporte para a Europa mesmo que custe um pouco, mesmo que não tenha interesse comercial. Não seria válido fazer esse teste? O senhor estaria resolvendo a questão.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO

– Se eu ganhar com isso a sua simpatia eu faria isso imediatamente. (Risadas.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O senhor tem a minha simpatia. Estaria me ajudando a decidir.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO

– Na próxima reunião vou lhe trazer os documentos de embarque e a prova de que embarquei pneu remoldado para a Europa. O senhor tem algum país de preferência?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não, não tenho, mas pode ser a França.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO

– Estados Unidos?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Pode, pode, qualquer deles.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO

– Não, um contêiner. Tem que ser um contêiner. Exportar um contêiner para a França, um contêiner para a Europa, um contêiner para a Inglaterra, um para os Estados Unidos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não, é o que estou dizendo, esse assunto não tenho... Ele é polêmico, quero ouvir todas as opiniões, mas esse é um dado importante. Vamos fazer um teste.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO

– Perfeitamente.

Veja o senhor outra informação que é importante. Não há proibição dos Estados Unidos sobre a importação de pneus usados. Os Estados Unidos importam pneus usados da Europa e a Europa importa pneus usados dos Estados Unidos.

Tenho um gráfico aqui. Essa atividade de pneus usados como recapagem, como matéria-prima é enorme, é uma atividade grande no mundo inteiro. Deixei um gráfico para os senhores verem com a fonte na *Internet* que pode ser consultada, mostrando, por exemplo, que a Europa importa mais pneus usados do que exporta. Está demonstrado, importa mais do que exporta pneus usados. Está aí dito. E nos Estados Unidos, mostra também, que 77% são reciclados de diversas formas, depósitos. Enfim, tem o gráfico aí a fonte para consulta.

Nós que conhecemos esse setor muito bem no mundo inteiro temos acompanhado isso. Então essas preocupações todas manifestadas aqui têm um objetivo e sem dúvida é um objetivo comercial. Desassossegadamente, por exemplo, quando vêm me falar em nome da Anip, da Goodyear, da Firestone, da Pirelli e todos os seus demais associados um ex-Presidente do Ibama que está aqui conosco, um ex-Presidente do Ibama. Sempre digo essa proximidade do Ibama com a Goodyear, Firestone, Pirelli é algo que nos desencanta, que nos levou às barras dos Tribunais, até porque não encontramos nenhum ambiente de bom senso para discutir da forma que o senhor coloca para mim. Faça isso, como o senhor está me dizendo, e vou ter simpatia. Pois eu vou fazer. Então essa oportunidade é que tenho pedido há muito tempo ao Ibama e não tem conseguido. E sei que tiver um ex-Presidente trabalhando conosco lá no Ibama seria muito mais fácil. Sem dúvida nenhuma.

Mas respondendo especificamente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedi a palavra a V. S^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Vamos aguardar que ele conclua.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Até porque quero estabelecer o debate aqui e não chegamos a uma conclusão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Sr. Simeão.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Aqui foi colocado, por exemplo, que a matéria-prima de lá é muito mais barata do que aqui e que 0,73 é o que consta das guias. É verdade. Mas custa além disso transporte, custos de liberação portuária, tributos, 25% de taxa de renovação da marinha mercante, ou seja, as carcaças importadas custam mais caro do que as carcaças brasileiras, considerando a qualidade evidentemente. Tem um aspecto que precisava ser dividido. O que é meio ambiente e o que não é meio ambiente. O projeto de lei e a Resolução Conama 258/99 estabelece para liberar a importação de pneus usados é necessário previamente coletar no Brasil e destruir e provar na liberação aduaneira que foram coletados idêntica quantidade no território brasileiro daquele produto e destruído. Portanto, se a importação de 7,5 milhões de pneus no ano passado continuar sendo feita nesse critério, que é a forma melhor de fiscalizar, não se libera mercadoria nenhuma sem que haja contrapartida aqui. Portanto, a preocupação dos 80 milhões da Europa que terão que ter outra destinação no ano que vem, claro que não virão para cá. Porque para que viessem

para cá – é uma suposição, uma subjetivação que nos impede de trazer matéria-prima. Não tem lógica. Se a determinação é que para liberar na Aduana pós-importações, tem-se que provar que coletou e destruiu idêntica quantidade, evidente, o passivo ambiental é zero. São 7 milhões que entram e 7 milhões que são coletados, saldo zero para o meio ambiente. Teríamos que primeiro coletar no Brasil. Até não existe este pneu em adicional tanto grande no País para coletar.

Sobre a importação do ano passado de 7,5 milhões, vou me atrever a dar alguma avaliação, já que nunca estudei isso aprofundadamente. Mas a fabricação de 2005, de pneus remoldados deve alcançar 3 milhões de pneus. E as importações do ano passado devem servir para a fabricação desse ano. Nunca se tem a importação e no mesmo minuto nasce o pneu remoldado. Ele vai para o estoque, entra no processo de produção. Temos hoje um estoque estratégico, porque há um litígio permanente com o Ibama, um litígio com o DECEX que é permanente. Nós, empresa, temos que ter um estoque para suportar, às vezes, 3, 4 meses de mercadoria presa no porto. Só a BSColway, do ano passado para cá, estocou 1 milhão de carcaças. Estão lá para qualquer um ver. Então, está justificado pelos 1 milhão de carcaças dessas que estariam faltando. E outras empresas, naturalmente, também fazem o mesmo. Não somos os únicos remoldadores do Brasil. Mas, de qualquer forma, nessa avaliação preliminar, chega-se à conclusão que, efetivamente, tem sim quem esteja trazendo pneu meia-vida, para uso meia-vida. Se formos analisar no aspecto ambiental, isso não tem problema nenhum. Porque, no aspecto ambiental você trouxe 7,5 milhões, e antes disso tirou do meio-ambiente 7,5 milhões, então é zero. Onde pega? É o maior problema do Brasil hoje, chama-se emprego. Esse é o abacaxi. Se vier o pneu meia-vida, é evidente que vai gerar um número de emprego reduzidíssimo em relação à atividade de fabricação de pneus novos da ANIP, e também, que nos prejudica. Somos contra, por duas razões: uma é em razão do emprego, somos patriotas, temos programas de geração de emprego, e a outra, porque também concorre conosco e nos tira mercado. Pneus usados não tira mercado só das empresas representadas e conduzidas na Associação pelo senhor Villien. Também para nós é um problema sério. E somos contra. Mas existe forma de controlar com muita facilidade, sem esse tipo de coisa de ir lá no exterior, de raspar o pneu, de criar problemas secundários e aumento de custo. É só conferir no faturamento das empresas. Então, como são poucas as empresas, nós deveríamos ter na lei, que faço como sugestão agora, uma obrigação de encaminhar nossas informações com cópia do que foi entregue para a Receita Federal

e para o Fisco estadual a prova dos pneus que nós vendemos. Se provarmos os pneus que vendemos, e sobre eles recolhemos tributo, mostrarmos com transparência o que fizemos com o resto das carcaças, ou estão estocadas ou foram destruídas porque houve perda no processo industrial, e nós podemos então dizer isso. Se tiver a perda no processo industrial, podemos então comprovar isso também como atividade industrial e fica resolvida a prova.

Então, no aspecto ambiental, em nenhum momento, desde a importação. E o controle é também bom.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para fazer as suas conclusões.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO

– Pois não, Sr. Presidente.

No pneu remoldado, por exemplo, geram-se quase 4 empregos diretos para cada um gerado na indústria de pneus novos.

Houve um questionamento da senhora sobre Basiléia. Se Basiléia aborda

Pneus usados ou não aborda. Não aborda. Não existe a palavra “pneu” na Convenção de Basiléia.

(Interferências fora do microfone.)

Na língua que for. Seria o caso de “tyres”, mas não existe a palavra “tyres” também lá.

E o interesse nacional. Temos de pensar no meio ambiente. Ninguém fez um trabalho melhor para o meio ambiente do que realizamos aqui, sob o aspecto dos pneus. É só procurar na história e verificar quem fez o trabalho e quem não fez o trabalho.

E a defesa do interesse do consumidor. Ele tem um produto para decidir se ele vai comprar esse ou vai comprar aquele, por um preço mais barato.

Tenho de colocar o fecho aqui, sobre o Inmetro. Quando formos certificados pelo Inmetro, não tivemos uma sequer não-conformidade na primeira auditoria. Isso nunca aconteceu em inspeções de certificação de qualidade. Sempre ficou uma peninha, alguma coisa mínima, mas ficou. Marketing para nós, claro, que passamos a dizer que éramos nota 10 no Inmetro. Alertados pelo Inmetro de que não tinha pontuação - nós nos demos a nota 10, porque realmente tiramos nota máxima e achamos que a nota máxima podia ser dito como nota 10, mas não foi por má-fé -, passamos a dizer, então, que realmente o Inmetro nos certificou e que somos nota 10 em qualidade. Em qualidade, julgamos que a nossa nota deve ser 10. Daí, ninguém nos incomodou para mudar esse texto.

A Portaria 062/01 do Inmetro, quando o Dr. Lobo disse que estava em estudo para rever, não tinha sido nem publicada. Foi depois que ela foi publicada e, depois, ela foi revista. Ela foi revista para mudar a definição do pneu remoldado. Houve uma encrenca muito

grande durante a regulamentação, porque as multinacionais, representadas pela ANIP, queriam que disséssemos que era um pneu usado. Nosso pneu, depois de fabricado, não é um pneu usado. Ele não é usado. Vejo isso aqui ser dito diversas vezes. Ele tanto não é usado que Curitiba, na Receita Federal, acha que temos de pagar o IPI do pneu novo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir.

O SR. O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – – E não é mesmo.

Na nota técnica, ela foi emitida pela Inmetro. Foi legítima. Nunca ninguém disse que ela não valia.

Esse assunto é tão constrangedor, que não existe outra possibilidade de não trazermos mesmo com uma ação declaratória, para trazer todos os testemunhos de quem participou, na época, dessa regulamentação, para trazer a verdade, que também quero trazer aqui para o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito obrigado.

Ainda há tempo...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente. É que o Sr. Simeão e eu...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem a palavra V. Exª pela ordem.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Estou muito tranqüila hoje, não é? Por isso, vou falar com essa tranqüilidade. Algumas vezes, eu não teria essa reação. Hoje, estou muito tranqüila.

O senhor falou aqui que todas as pessoas que questionam ou que possam ser contra têm interesses econômicos. Quero lhe dizer que eu não tenho nenhum tipo de interesse econômico. Portanto, não faça prejulgamentos, assim como eu não vou prejulgar as pessoas que estão defendendo. Eu poderia, por ilação, achar que essas também têm interesse econômico.

Conheço o Senador Flávio Arns.

Eu quero lhe dizer que o senhor não pode fazer esse tipo de ilação em relação às pessoas que estão questionando, porque nosso tipo de preocupação não tem absolutamente nada a ver com questão econômica ou interesse econômico.

Então, eu quero lhe dizer isso com uma tranqüilidade que, nesses casos, eu não costumo ter.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Não falei, Senadora. Perdoe-me. Eu não falei. Eu me referi a outras pessoas, não... E também me referi às afirmações.

(Manifestações da platéia.)

Eu também me referi às diversas manifestações.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT)

– Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB

– TO) – Eu pediria aos senhores que não se manifestassem.

Senadora Serys Slhessarenko, temos ainda quatro Senadores inscritos. V. Exª já falou.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT)

– Só meio segundo. Só meio minuto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB

– TO) – Vou conceder a palavra a V. Exª, mas eu gostaria de mencionar que ainda temos quatro Senadores inscritos que ainda não usaram da palavra e V. Exª já. Seria importante que ouvíssemos a manifestação dos Srs. Senadores.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT)

– É somente por causa da Convenção da Basiléia.

Quem fez essa pergunta fui eu e ele se dirigiu à Senadora. Então, para mim, não ficou claro. Porque aqui, nas disposições contidas na Convenção da Basiléia: embora a convenção não classifique pneus usados como resíduo perigoso, reconhece que qualquer dos países signatários tem o direito soberano de proibir a entrada do depósito de resíduos estrangeiros em seu território.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB

– TO) – Antes de conceder a palavra aos Senadores inscritos, porque foi citado, ouviremos o Sr. Eduardo Martins, assessor de meio ambiente da Anip.

Eu pediria que fosse bastante objetivo, por gentileza.

O SR. EDUARDO MARTINS – Eu deixei o Ibama há seis anos e tenho atuado na Anip desde 2003 e temos feito um trabalho bastante positivo e produtivo com o setor.

Desde lá esse esforço chegou a uma destinação de 80 milhões de pneus, que é um volume de material difícil de ser destinado, enfrentando dificuldades, buscando encontrar e estruturar uma logística. Isso me orgulha muito.

Então, entendo que as ilações são desnecessárias, ninguém está fazendo referência a alguém que veio assessorando o outro lado. Portanto, ficar sobre fatos, tentar esclarecer por exemplo que esse número a respeito da Europa, não é importação externa da Europa, mas é movimentação entre países da Europa. Portanto, é uma contabilidade que não faz sentido.

Esclarecer o Inmetro, Esclarecer o que significa isso do ponto de vista de valores.

Eu acho isso mais produtivo e significativo para a discussão do que esse tipo de ilação que o Dr. Simeão é contumaz em fazer.

O SR. PRESIDENTE ((Leomar Quintanilha. PMDB – TO)) – Agradecemos os esclarecimentos de V. Sª. Vamos passar aos oradores inscritos.

Com a palavra o eminente Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de saudar todos os convidados da nossa audiência pública e parabenizar o Senador Flávio Arns por trazer um tema extraordinariamente apaixonante, relevante...

O SR. PRESIDENTE ((Leomar Quintanilha. PMDB – TO)) – Um instante, Senador Marcelo Crivella.

Transfiro a Presidência dos trabalhos ao Senador Antonio Carlos Valadares.

(Assume a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, Antonio Carlos Valadares, acho que o Senado Federal e esta Comissão estão de parabéns.

Eu tenho me debruçado sobre esse tema, em primeiro lugar, pela simpatia que tenho pelo Sr. Francisco Simeão. Eu tive oportunidade de ver o vídeo e ver o trabalho social que ele faz com os funcionários, com a sua empresa.

É algo bonito. De tal maneira que me interessei pelo tema e comecei a ler a documentação. Hoje assisti com pequenos intervalos a nossa audiência porque sou Líder do meu Partido e, a toda hora, temos de participar de alguma outra reunião, mas o ponto central, que precisamos ver aqui e que foi mencionado pelo Dr Paulo, da Associação Brasileira das Empresas que fazem remoldagem, recauchutagem e recapagem.

O ponto principal é que o Brasil, no seu projeto de desenvolvimento – e nós precisamos muito crescer. Temos 26 milhões de brasileiros que estão desempregados ou subempregados. Penso que se queremos defender o meio ambiente, temos de começar por aí.

O ponto crucial é: hoje somos importadores de milhões de pneus. Importamos milhões de pneus. E se vamos olhar esse pneu agora como matéria-prima, sem sombra de dúvida, amanhã ele será também um dejetto.

Há o que se evitar? Não. Podemos evitar. Nós precisamos de pneus, precisamos crescer. Infelizmente, a nossa matriz de transporte no Brasil é focada no rodoviário. Não temos grandes expressões de transpor-

te ferroviário, e é nesse ponto que eu queria me ater. Se somos importadores de pneus será justo... Somos importadores de pneus ou não somos?

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO (Falando fora do microfone.) - Mas em pequena quantidade, Senador. Ela é insignificante. Somos muito mais exportadores... Trinta por cento da nossa (...) é importados. A importações de pneus novos que fazemos é considerada em o (...) de um milhão, um milhão e meio no máximo de pneus, para complementar determinados pneus específicos para produtos regionais.

Então a importação de pneus novos é insignificante ao volume total...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)
– Duzentos milhões...

Duzentos milhões de dólares não é tão insignificante.

Duzentos milhões de dólares é alguma coisa.

O que eu queria estabelecer aqui, Sr. Presidente, é que ... há uma necessidade na nossa marcha de desenvolvimento de mercado para o pneu remoldado. Hoje adotamos uma política neoliberal, econômica neoliberal, nós permitimos, para dando nosso patrimônio, projeto de privatização extraordinário, fluxo de capitais, pagamos juros altíssimos, exatamente para nos apegarmos à regra de mercado. E existe neste País, Dr. Cláudio Langoni, um mercado para pneu remoldado. Existe e não podemos negar isso, existe, com aquele preço, com aquela especificação, de tal maneira que eu acho, Sr. Presidente, que nós precisamos, diante desses fatos que apresentei, fazermos um grupo de trabalho.

Quem não gostaria de que os pneus usados do Brasil abastecessem nossas fábricas de pneus remoldados? Claro que queremos isso! Acho fundamental, resolveria toda essa questão, garantiríamos uma cadeia de suprimento e produção. Mas até que isso não seja obtido, honestamente, ouvi com muita atenção todos os argumentos brilhantes e plausíveis, mas uma coisa não impede a outra. Se nós tivéssemos aqui um pneu remoldado que fosse, diria, uma competição, se me dissesse, se ficasse provado hoje aqui que realmente é uma competição desleal, não fiquei convencido, exatamente por causa do volume de importação.

Acho que dentro desse aspecto, precisamos sim estabelecer um grupo de trabalho, chegar a um acordo, a um consenso com o Governo, mas dentro das regras que estamos vivendo hoje no Brasil que são neoliberais, queiramos ou não. Existe um mercado. Se proibirmos vamos ter contrabando, o mercado vai encontrar outra saída, vão burlar a lei e vamos naufragar.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de concluir dizendo que temos um trabalho árduo à frente, quero

consultar nossos companheiros a prestar colaboração. Meu gabinete está aberto, quero participar dessas reuniões com a ANIP, com o Ministério do Meio Ambiente, com a indústria e comércio, quero ouvir com bastante detalhe o Inmetro, a associação brasileira desses que dão destino ao pneu fundamental, mas esse grupo de trabalho tem que encontrar uma saída para que esse mercado de pneus remoldados possa ter uma parcela nesse desenvolvimento do País.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente Senador Leomar Quintanilha, Sr. Presidente Antonio Carlos Valadares, Srs. Convidados, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi atentamente a todos os depoimentos, a todos os questionamentos e respostas, e é importante que se diga aqui, porque estamos sendo ouvidos atentamente pela sociedade brasileira, por meio da TV Senado, nós que, representamos esta sociedade no Parlamento brasileiro, a maior preocupação nossa e dever é defendê-los no Congresso Nacional.

O que estamos vendo aqui, senhores depoentes, é uma guerra comercial entre as multinacionais produtoras de pneus e as empresas nacionais, sejam de recapagem, sejam reformadoras. E os órgãos governamentais, que têm a responsabilidade de defender os consumidores, tomando partido, ora a favor de uns, ora a favor de outros.

Foi dito aqui que estive visitando a empresa BS Colway. Realmente estive. E gostaria de receber o convite para visitar a Goodyear, a Firestone, porque teria o maior e imenso prazer de visitar essas indústrias que, com certeza, são de alta tecnologia.

Fui ao Paraná a convite do Senador Alvaro Dias, acompanhado do Senador Arthur Virgílio. E penso que, como disse o Senador Crivella, que todos os Senadores que tiverem oportunidade deveriam visitar o projeto do Paraná, que orgulha a qualquer brasileiro que foi até lá.

Não vou entrar nem fazer juízo de valor, Presidente Leomar Quintanilha. Mas penso, como disse o Senador Crivella, e bem disse, que devemos – e o Senador Antonio Carlos Valadares já fez propostas tentando conciliar esses interesses – encontrar o meio de viabilizar e dar continuidade, porque não é somente a empresa do depoente que nos visita hoje, existem várias empresas, assim me foi informado. Se não me falha a memória, são 16 empresas que usam essa tecnologia de utilização de carcaças importadas.

A verdade é uma só. Dizem que existe a verdade de um, a verdade de outro e a verdade verdadeira. Fiquei tonto aqui. De um lado, dizem uns números; de outro, dizem outros. Estão aqui documentos dizendo que os países do Primeiro Mundo importam pneus usados mais do que exportam.

Aí o depoente diz que isso não é verdade, porque é uma troca de pneus entre eles próprios, no caso da Comunidade Européia. Mas é exportação. Se a Inglaterra exporta para Alemanha, é exportação. Está aqui o gráfico mostrando de onde vem, para onde vai.

Fico perplexo e aí vou começar, Presidente Antonio Carlos, a fazer algumas perguntas para saber. Penso que incomoda muito às multinacionais termos empresas nacionais produzindo pneus – deve incomodar. É lógico que incomoda comercialmente. Mas é evidente que incomoda, porque se não incomodasse não estaríamos aqui, às 2 horas e 15 minutos da tarde, numa audiência pública. Estaríamos deixando as empresas produzindo, dando empregos a brasileiros, como os senhores também dão.

A primeira pergunta que gostaria de fazer aos nossos convidados, Sr. Presidente – não vou apontar nenhum deles, aqueles que puderem responder que o façam –, acho que a questão ambiental, que o Ibama tanto defende, e eu também não vou fazer valor de juízo do Ibama porque tenho esse valor de juízo e acho que o Ibama não é defensor do meio ambiente, não é defensor do meio ambiente. Vou repetir isso. E a TV Senado está mostrando para o Brasil inteiro. O Ibama é controlado pelas ONGs internacionais e está a serviço dos países do Primeiro Mundo e não a serviço do Brasil. Estou dizendo isso como Senador da República. E digo isso como amazônida, e é lá que o Ibama age, principalmente na Amazônia, dessa forma, principalmente na Amazônia. E isso vai vir a público. E não vai demorar muito não.

Perguntaria: Está provado que não é a questão ambiental. Quero parabenizar o Senador Flávio Arns pelo seu projeto. Ele procura dar uma solução. Porque o problema do pneu inservível é mundial. Todos os países do mundo querem, pelo que vi aqui, dar uma solução para essa questão desse lixo ambiental. A solução...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – A Pergunta, nobre Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já vou perguntar, Sr. Presidente. A solução de triturar e colocar na indústria cimenteira, usar como matéria prima para o clínquer, o representante do Ibama diz que tem a questão residual. Colocou aqui a questão das emulsões, das emissões, melhor dizendo, mas sabemos

que têm tecnologias de filtros em que podem ser evitadas essas emulsões.

Mas pergunto: Se não é dessa forma, qual a solução que o Ibama tem para retirar do meio ambiente os pneus usados? Porque é fácil dizer que não pode ser assim, então como será? A segunda pergunta, Sr. Presidente: Qual o percentual de pneus re-moldados no mercado brasileiro? Para saber se há risco. Porque foi dito aqui pelo representante da Anip, vou tentar...: “destrói a produção, a cadeia produtiva brasileira de pneus.” Então deve ser alguma coisa enorme de produção que põe em risco. Não quero de maneira nenhuma colocar em risco a Goodyear, a Firestone, a Continental, muito pelo contrário, quero ser parceiro, as notas taquigráficas podem ser reproduzidas, se eu tiver entendido errado. “Destrói a cadeia produtiva brasileira...”. Referindo-se à produção de pneus.

Bom, a terceira pergunta que ia fazer está respondida aqui. Seria o caso de se os países do Primeiro Mundo também importam pneus usados. Parece-me que isso está reproduzido aqui na documentação que foi distribuída aos Senadores.

Era esses os questionamentos que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – O próximo orador inscrito é o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não vou formular nenhuma indagação, até porque não poderia aguardar a resposta, o Plenário do Senado nos aguarda, mas queria fixar uma posição desde já, e sobretudo dizer que respeito a luta legítima que se trava pelo mercado de pneus no Brasil. Respeito os empresários multinacionais e obviamente tenho que aplaudir a persistência, a resistência e a ousadia do empresário nacional, representado aqui pelo Francisco Simeão. Que até nesta audiência pública vem em desvantagem porque na correlação de força à Mesa ele é minoritário. Evidentemente sem prejuízo para a qualidade da sua exposição e da defesa que faz dos interesses do negócio que, com brilhantismo, empreende no Brasil, gerando emprego, exercitando na sua plenitude a função social da empresa no capitalismo moderno e, sobretudo, oferecendo lições de preservação ambiental.

Imagino que, realmente só vendo, temos condições de avaliar corretamente o que se faz no Paraná, tanto no que diz respeito ao exercício da função social da empresa, quanto no que diz respeito à necessidade inadiável da preservação ambiental como lição permanente de amor à vida.

É evidente que o projeto do Senador Flávio Arns nos dá essa oportunidade, porque é correto sob o pon-

to de vista da preservação ambiental. A preocupação maior do seu projeto é a preservação ambiental. A preocupação é também a importação da matéria-prima para o desenvolvimento de um empreendimento industrial importante para o nosso País, mas é, acima de tudo, a preservação ambiental.

Quero crer, Sr. Presidente Antonio Carlos Valares, Relator desse projeto, que é sob esse ponto de vista que deve ser encarado o projeto do Senador Flávio Arns. Eu, que conheço tão bem a sua história, a sua vida, a sua respeitabilidade no meu Estado, a sua credibilidade, a sua formação, não poderia evidentemente entender de outra forma a apresentação desse projeto por S. Ex^a. E não seria respeitoso se fosse encarado de outra maneira e não desta, ou seja, um projeto que se preocupa com a preservação ambiental em nosso País como prioridade indiscutível.

Não vou fazer indagações, mas reflito sobre indagações que podem ser feitas.

Os Estados Unidos, a Alemanha, a Inglaterra, a França, a Itália, a Holanda, a Espanha, a Suécia, a Bélgica e outras dezenas de países avançados vêm a indústria de pneus remoldados em franco crescimento. Os Estados Unidos, como aqui já se falou, têm 77% de pneus reciclados.

É esta a indagação que faço para reflexão e não para resposta: esses países são mais depredadores que o nosso? Ou de forma mais simpática: o nosso País tem condições de oferecer lições de preservação ambiental àqueles?

Faço outra indagação: aqueles países necessitam mais de empregos que o nosso? Ou o nosso não estaria a necessitar de mais empregos do que aqueles?

Por que, então, impedir que uma organização de empresas possa investir nesse setor, compatibilizando – e é necessário compatibilizar – os interesses da preservação ambiental com a necessidade do progresso econômico, com a geração de emprego, de renda e de receita pública para o País? E o que se faz? A proposta do Senador Flávio Arns é exatamente a busca dessa compatibilização. É possível, sim, compatibilizar os interesses do progresso, da prosperidade, com a necessidade inadiável da preservação ambiental.

Ouvi, aqui, de forma contundente – e o debate sempre exacerba quando os interesses são significativos: o Brasil é o lixo do mundo, o Brasil é a lixeira do universo! Enfim, é preciso considerar que as empresas multinacionais são responsáveis por 90% dos pneus colocados no meio ambiente, conforme afirma o próprio Relator, Presidente Antonio Carlos Valares, corretamente. Não podemos responsabilizar uma incipiente indústria de remoldados por aquilo que consideramos lixo atirado ao meio ambiente. O que há, de novo, na

verdade, é a retirada desse lixo, exatamente porque, quem chega, agora, de forma incipiente – porque não é responsável nem por 10% do mercado de pneus no Brasil – e que oferece um preço 40%- inferior mas com a possibilidade de que esses pneus rodem em média mais de 80.000 quilômetros.

Na verdade, o que se introduz é um parâmetro para a definição de preços e, talvez, é isto que preocupa os interesses econômicos localizados. É óbvio que se nós temos à disposição dos usuários um pneu com qualidade semelhante – não quero discutir porque não sou técnico mas a possibilidade de utilização desses pneus remoldados já se comprovou que é extraordinariamente expressiva e nós o colocamos por um preço 40% inferior, nós, obviamente, estamos contendo a evolução dos preços dos pneus novos a favor do brasileiro, a favor do nosso País. Como eu não quero usar e abusar do tempo, nós queremos dizer que este modelo de preservação ambiental me parece ecologicamente correto. É evidente que podem se discutir outras alternativas, mas essa que se ofereceu até agora tem apresentado resultados expressivos, onde é empreendida – e, aí, eu tomo como exemplo o Paraná que eu conheço melhor. Portanto, este é o modelo de preservação ambiental que nos possibilita crescer economicamente e gerar empregos.

Eu vou concluir, Sr. Presidente, fazendo um apelo à reflexão, realmente, para que a decisão não signifique a redução de oportunidades de trabalho, não signifique o desperdício da oportunidade para praticarmos preços mais adequados na comercialização de pneus no nosso País e que possibilite, também, limitar os gastos com importação. Não sei se isto pode ser expressivo para uns e para outros não mas o dado que tenho é de que o País gasta US\$200 milhões/ano com a importação de pneus novos e isto me parece, sim, significativo – então, limitar gastos com a importação, gerar emprego e preservar o meio ambiente.

Eu quero dizer ao Senador Flávio Arns que, não só pelo fato de se paranaense mas por ter amor à vida e por defender uma preservação ambiental correta, é evidente que, evitando o fundamentalismo ecológico e o radicalismo ambientalista, mas buscando os caminhos para a correta preservação ambiental, exatamente com esta convicção de que sou favorável ao seu Projeto.

E, para concluir de forma mais suave, quero fazer uma brincadeira para “distensionar”, a Senadora Serys Slhessarenko propôs a remoldagem do Projeto do Senador Flávio Arns através de uma Emenda. Mas a única remoldagem que eu estou achando conveniente e aquela que propõe o Senador Antonio Carlos Valada-

res e, desta forma, nós votaríamos um Projeto que eu considero de interesse do País e não do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. convidados, este assunto não está maduro – certamente não está – e eu não me convenci, ainda, a votar favoravelmente a ele. O Senador Flávio Arns, evidentemente, é um Senador de grande respeito. Pessoalmente, eu tenho por ele e aos demais uma grande amizade, mas ainda não estou convencido. Existem questões que são graves, aqui, envolvidas. Nós temos questões ambientais, questões econômicas, questões técnicas, questões de segurança. É preciso, portanto, que nós continuemos com essa discussão. Não se vai chegar a um bom termo ainda hoje.

Eu vou discordar aqui do Senador, nosso colega do Pará, Flexa Ribeiro, que colocou em relação ao Ibama. Olha, o Ibama pode ter os seus excessos, mas, de maneira alguma, eu posso concordar com o Flexa. O Ibama é um órgão importante no Brasil, é o órgão de defesa do meio ambiente, é um órgão que tem que ser prestigiado.

A questão ambiental não é uma questão secundária mais. A questão ambiental é uma questão primordial, passou a época em que a gente falava em meio ambiente do ponto de vista setorial. O meio ambiente hoje é uma questão que tem que estar no dia-a-dia de todos nós. Não é brincadeira o que nós temos visto pelo mundo afora e especialmente aqui no Brasil.

Com relação à multinacional, vamos deixar isso de lado também. Essa não é a questão que interessa aqui, não. A Petrobras é multinacional lá na Bolívia, a Embraer é multinacional lá no Salão Le Bourget, está vendendo avião lá em Paris. Então não dá pra gente ficar nessa discussão se é multinacional ou nacional. Isso não vem ao caso. Tem que se discutir é realmente a questão do meio ambiente, a questão dos empregos. Os empregos que são trazidos pela remoldagem – evidentemente que eu sei que existem, eu sei que são importantes, não só na remoldagem mas na recapagem – mas eles são também em detrimento de outros empregos, parcialmente pelo menos, na cadeia produtiva dos pneus novos.

Então, não há que se dizer, não pode se fazer esse balanceamento dessa maneira, assim.

Outra questão que eu deixaria aqui... eu gostaria de ter realmente uma informação, um esclarecimento é sobre a durabilidade dessas carcaças. Veja bem: a carcaça é feita de **cordoalha**; cordoalha vem de metal,

vem do aço. Essa cordoalha, pelas informações que tenho de seus fabricantes, não dura mais do que... ela começa a ter riscos de segurança após duas remoldagens com uma quilometragem média. Existe esse controle? Sabe-se bem se o pneu foi remoldado uma, duas, três vezes? Qual é o controle que existe disso? Nós temos condição de ter esse controle aqui?

Esse é um ponto importante do ponto de vista da segurança. Nós não podemos ficar usando... essa coisa de achar que pela Europa ter menos buraco do que as estradas brasileiras – aliás, as nossas são péssimas e eu da Oposição tenho brigado sempre por isso; não é possível continuar como está –, a questão das estradas não pode ser também uma justificativa. Eu acho que ela... por outro lado, você tem problema de temperatura, frio excessivo que também desgasta a carcaça um pouco. Então, essas coisas têm que ser analisadas de maneira adequada.

Eu termino então, Sr. Presidente, colocando essa questão da durabilidade da cordoalha e fazendo realmente essa solicitação: nós precisamos de mais tempo. É preciso mais explicações, mais esclarecimentos para que nós possamos ter uma decisão de interesse maior do País. Essa questão ambiental é primordial. Os empregos também são primordiais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O que sugere V. Ex^a, então, para maior esclarecimento?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Além dessa grande audiência pública aqui, eu acho que nós temos realmente que ter um grupo de trabalho mesmo, uma discussão menor entre nós, entre os Senadores que são envolvidos na área. Modéstia à parte eu me considero um ambientalista, sim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu aceito a sugestão de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Vamos montar então um grupo de trabalho.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu queria registrar a presença aqui do Deputado do Paraná Ricardo Barros, que veio prestigiar esse evento, muito importante para o Senado e para a sociedade brasileira.

E agora vamos conceder a palavra ao autor da proposta, o nobre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu quero, em primeiro lugar, me solidarizar também com o Senador Eduardo Azeredo nas colocações que fez em

relação ao meio ambiente, em relação ao Ibama. É o grande desafio hoje do Brasil e do mundo trabalharmos todos, independentemente de Partidos políticos, a favor do meio ambiente e num processo de diálogo, de entendimento com a sociedade para que os resultados possam ser bons também. Eu acho que isso é fundamental.

Eu só quero dizer em relação ao Projeto de Lei que foi apresentado e depois da apresentação, na Comissão de Assuntos Sociais, que V. Ex^a preside – porque meio ambiente era parte da Comissão de Assuntos Sociais – foram feitas algumas audiências públicas e também fizemos inúmeras reuniões com representantes do setor dos reformados. Não fizemos com a Anip – Associação Nacional, fizemos com os remoldados, fizemos com o Governo, com vários setores do Governo e naturalmente com o projeto de lei vai sendo adequado, adaptado, discutido, melhorado, tanto que já temos inclusive um substitutivo de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, fruto desse debate que aconteceu na época, e, como o Senador Eduardo Azeredo disse, necessitando ainda de um “debruçamento” das pessoas que são interessadas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Esse substitutivo, Senador, está em suspenso até o consenso que queremos obter, envolvendo todas as entidades, envolvendo os Senadores.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Inclusive, lamentando de minha parte as expressões que ouvimos ou nos jornais, nos meios de comunicação, ou nas falas, dizendo que realmente, se o projeto de lei for aprovado, o Brasil vai se tornar a lixeira do mundo. Quer dizer, foi exatamente espírito contrário a esse que motivou a elaboração do projeto de lei. Por que isso? Foi porque pensamos que pneus existem no Brasil.

Sou do Paraná, conheço a fábrica BS Colway, que fica na região metropolitana de Curitiba. Já visitei a fábrica também e conheço todo o trabalho que é desenvolvido. Mas que pneus existem no Brasil? Existem pneus novos, existem pneus com a terminologia geral, que são os reformados, que, inclusive, nesse sentido mudamos; o Senador Valadares mudou inclusive no substitutivo e, dentro dos reformados, estão os recauchutados, os recauchutados e remoldados.

Então, temos esses pneus no Brasil, sejam importados, sejam nacionais, como liminares ou sem liminares. Portanto dissemos: para cada tipo de pneu, tem que haver uma contrapartida ambiental, especificada no projeto de lei.

Foi nesse sentido o objetivo principal dessa argumentação toda. Inclusive se olharmos do ponto de vista do consumidor, que também foi abordado hoje,

é bom até que as pessoas entendam, porque se pegarmos um pneu de caminhão novo, esse pneu custa R\$ 1.500,00. Se olharmos o recauchutado, com carga nacional, esse pneu está na faixa de R\$ 350,00. Quer dizer, custa 20% do preço do original. Isso para o consumidor é ótimo.

É seguro o pneu? O pneu anda 90 mil quilômetros. Um pneu novo anda 80 mil, 90 mil. Então, é o mesmo prazo de duração. É mais barato, é seguro. E aquelas borrachas que vemos pela estrada volte e meia, sempre dissemos: este é um pneu recauchutado. Era antigamente, porque, hoje em dia, o índice de segurança é 0.3 em mil e, do novo, é 0.8 em mil.

Assim, é algo que também tem que ser pensado, mas existe segurança, existe preço e, se olharmos o remoldado para o consumidor, do ponto de vista de segurança, é a mesma coisa. Também sou da opinião do Eduardo Azeredo: todos são importantes. O novo é importante, o recauchutado é importante, o recapado, o remoldado, todos eles são importantes dentro da nossa realidade. Isso do ponto de vista dos preços.

Agora, se pensarmos do ponto de vista de importados, é uma questão de bom senso. Temos que importar pneus remoldados do Uruguai. Houve uma decisão no Mercosul. Gostando ou não, estamos importando remoldados do Uruguai, e existe o debate na Organização Mundial do Comércio se não deve ser importados também da Europa.

Se isso acontece, pelo menos duas coisas temos que considerar. Esses pneus não podem entrar no Brasil sem a contrapartida ambiental. Tem que haver a contrapartida ambiental para esses pneus que também vêm da Europa, do Paraguai, do Uruguai, Mercosul, seja onde for. E o segundo fato é que não podemos permitir que empresários do Paraguai e do Uruguai fabriquem o pneu, gerem emprego lá, renda lá, imposto lá, e não gere no Brasil. Dizemos para o empresário brasileiro: você não pode fazer, mas se permite a importação dos outros países.

Creio que isso é totalmente contra o senso comum. Agora, existem dúvidas – como foi levantado no debate com os órgãos do Governo, em que também houve explicação já anterior a esta minha fala – no sentido de se analisar a seguinte situação: se se embarcam mil pneus e somente utilizam-se seiscentos ou setecentos, como ficam os outros trezentos? Do ponto de vista ambiental, como foi dito, até não existe esse problema porque, se a pessoa importa mil, tem de demonstrar, antes do embarque, que destruiu mil. Mas isso não é correto também. Tem de ser discutido isso e, ao mesmo tempo, o fato levantado de que se estão importando dez milhões de pneus, enquanto a produção é de três milhões, com algumas explicações

dadas, inclusive da formação de estoque, em função de problemas. Como podemos fazer? Estão deixando de vender seis milhões de pneus novos ou recauchutados ou remoldados, seja qual for. Temos de discutir isso porque significa menos emprego, menos renda, etc.

Nesse projeto de lei, temos de tratar ainda das liminares, que estão conturbando a vida nacional nessa área. Às vezes, uma pessoa sem vocação alguma para a área desiste de ser professor, por exemplo, e monta uma fábrica de recauchutados, remoldados e ganha uma liminar, sem fábrica, sem empregados, sem tecnologia, sem nada nessa área. Temos de amarrar melhor esses aspectos para haver compatibilização – o Simeão já sugeriu outros caminhos a serem buscados – para se ter a certeza de que o que está acontecendo está realmente de acordo com a realidade.

Essa área é assim em todo o mundo. Em todo o mundo, há o pneu novo, remoldado, recauchutado. Cem por cento dos pneus dos aviões são reformados, não são pneus novos. Não digo 100%, mas, pelo menos, 80% a 90% dos pneus de aviões são reformados no sentido de remoldados. Então, há um espaço, uma discussão. Sei que, no caso do pneu de caminhão de R\$350 que mencionei, se fosse uma carcaça importada, iria para R\$700 a R\$800. Seria um pneu mais caro. Por que é mais caro? O consumidor estaria sendo prejudicado porque justamente não existe a regulamentação adequada de acordo com a qual a pessoa tem de pagar pela carcaça também. Existem atravessadores, etc. Esse mercado tem de ser regulado e regulamentado.

Essas são observações e motivações para esse projeto de lei. Naturalmente, tudo começou em função do nosso conhecimento, mas, depois dos remoldados, fizemos contato também com outras áreas do Governo.

Como o Senador Eduardo Azeredo colocou, creio que exista ainda um espaço para sentarmos, discutirmos e ponderarmos. Tem de ficar claro que, em hipótese alguma, nenhum de nós quer fazer algo contrário ao Brasil, seja em termos de meio ambiente, seja em termos de geração de renda, de emprego, seja em termos de criação de imposto ou o que quer que seja.

Ninguém dirá que a Associação Nacional dos Fabricantes de Pneus não é importante. Eles são fundamentais, assim como os reformadores dos pneus. São 1.600 postos de trabalho e 300 mil empregos no Brasil. Como podemos utilizar essa infra-estrutura para pensarmos numa solução definitiva e, ao mesmo tempo, nos remoldados, que também existem em qualquer país do mundo?

Estamos falando em 5%. No Brasil, há cerca de 55 milhões de pneus, considerando-se os exportados.

Estamos falando de dois milhões e meio a três milhões, o que não chega a 5% ou 6% por enquanto. Mas há aquela dúvida que você levantou quanto à importação. Temos de discutir o que está acontecendo.

Senador, o projeto está em boas mãos. Eu acho que temos que discutir bem, não radicalizar, é um problema esse no Brasil, é um problema que tem que ser enfrentado – não é, Senador Eduardo Azeredo? –, e vamos chegar a bom termo nessa discussão, para que possamos nos sentar aí e chegar a uma conclusão que seja fruto desse debate. Já chegamos a conclusões aqui no Congresso Nacional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada por consenso, a reforma do Poder Judiciário, também por consenso, e a reforma tributária, também por consenso. Não é possível que não cheguemos a uma espécie de consenso na questão dos pneus, da mesma maneira, não é?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Senador Flávio Arns, corroborando a intenção de V. Ex^a em estabelecermos uma agenda de consenso para aprovação desta matéria, de minha autoria foram apresentados três requerimentos na Comissão de Assuntos Sociais, buscando esse entendimento, visando ouvir autoridades federais, segmentos industriais ligados à produção de pneumáticos no Brasil, e, nesse tempo, de 2003 até 2004, ouvimos pelo menos 16 pessoas, 16 segmentos, e hoje ouvimos mais 12. É verdade que alguns deles, alguns desses grupos se repetiram nessas audiências, não é? Mas isso demonstra o esforço que estamos fazendo no sentido de proporcionarmos ao Brasil uma lei que venha a atender a todos, porque, como eu disse, nosso único Partido é a sociedade brasileira, nosso único interesse é a defesa do consumidor, é a manutenção do emprego, a preservação do meio ambiente. Então, todos esses fatores têm que ser levados em conta e estão sendo levados em conta, notadamente quando V. Ex^a apresentou, com a melhor das intenções, esse projeto de lei visando resolver um problema que já existe. Quer dizer, há uma fábrica no Estado do Paraná, existem outras indústrias com o mesmo objetivo, de remoldagem de pneus. São centenas e centenas de empregos e, se realmente fecharmos esta importação e não permitirmos de forma nenhuma a utilização de pneus pré-moldados no Brasil com a utilização de carcaças vindas do exterior, claro que esses empregos vão desaparecer. Mas como resolver esse problema? Por um lado, há uma legitimidade das empresas produtoras de pneumáticos no Brasil, no sentido de estarem preocupadas com uma possível redução de seus lucros, uma possível redução dos empregos. Tudo isso é legítimo, mas, quem sabe, podemos até, no decor-

rer das discussões com esse grupo de trabalho que vamos criar, com o apoio do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle* – vamos fazer uma reunião inicial, prévia, V. Ex^a e o Relator já designado pela Comissão, Senador Valdir Raupp, e com minha própria presença, vamos criar esse grupo de trabalho. Quem sabe, uma das alternativas seria, já que estamos na época da fixação de cotas, estabelecermos e fixarmos, com base na realidade do Brasil, a importação, permitindo até um determinado limite à importação de carcaças de pneus usados para a utilização com esse fim. Então, essa é uma saída, vamos dizer assim, democrática, que poderá obter o apoio dos demais segmentos que rejeitem o projeto de V. Ex^a. Então, eu concederia a todos os presentes aqui à Mesa, os debatedores, cinco minutos, para que possam responder, caso queiram, não é obrigado que todos falem. Então, vamos começar aqui pela direita. Aqueles que desejam se habilitar têm cinco minutos para participar do debate e assim estarão terminando essa audiência pública que, tenho certeza, foi da maior utilidade para o andamento desta matéria tão importante do Senador Flávio Arns.

Em primeiro lugar, falará o Sr. Paulo Fernando Moreira.

O SR. PAULO FERNANDO MOREIRA – Senador, Paulo Fernando Moreira, da ABR.

Obrigado, Senador. Em nome da ABR e em nome do segmento da reforma de pneus do Brasil foi dito e eu repito – são 1.600 empresas do segmento de recapagem englobando um universo bastante grande das empresas fabricantes de matéria-prima para reforma de pneus, no total de 13 empresas e, ainda, cerca de 13 empresas também do segmento fabricante de máquinas e equipamentos para o setor da recapagem.

Para deixar registrado o número que considero extremamente interessante, eu gostaria de ressaltar que cada reforma de pneus no Brasil, notadamente as reformas do segmento de transporte, tem um fator gerador de empregos de 7 para 1 se comparado à indústria de pneus novos. Isso, porque trabalhamos em base absolutamente artesanal contra uma indústria extremamente bem-montada, com altas tecnologias. Mas, do ponto de vista social, esses números não podem ser ignorados.

Temos dados que estão à disposição desta Mesa e do Senado para comprovar essas afirmativas que fazemos. Somos partidários sim de que possamos trabalhar com carcaças de pneus nacionais, tantas quantas seja possível serem coletadas para essa finalidade. Lamentamos profundamente que estejamos perdendo tantas carcaças por acidentalidades em nossas rodovias. Lamentamos profundamente que a

nossa situação econômica e social tenha remetido, numa escala de degradação sistemática das carcaças servíveis inicialmente colocadas à disposição num primeiro plano nas lojas, que depois passam para os carcaceiros, não tenham possibilidade de chegar à indústria de pneus remoldados.

Temos certeza absoluta, e já propusemos para a indústria de pneus novos, numa gestão anterior à sua, que a Associação Brasileira do Segmento de Reforma de Pneus dispõe de uma logística próxima de 10 mil caminhões e que esses veículos estariam à disposição para fazerem a coleta e registrarem ecopontos, como a Anip decidiu fazer, para que fizéssemos a seleção e evitássemos que uma grande quantidade de pneus fosse para o descarte, sendo possível ir para o segmento da reforma. Lamentavelmente, a nossa proposição não foi aceita. Isso não quer dizer que ela não esteja de pé. Colocamo-nos com a maior disposição para colaborar nesse sistema.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Próximo.

O SR. VILLIEN JOSÉ SOARES – Eu queria finalizar nossa participação nesse debate extremamente importante, colocando a seguinte questão. Primeiramente, não somos contra o setor de reforma nacional. É um setor legítimo, válido, deve existir e é um setor complementar ao nosso. Portanto, a falsa idéia de que estaríamos querendo acabar com esse setor não é verdade. Desde que haja uma concorrência leal, essa é a questão. Como já foi explicado aqui, estamos colocando a concorrência desleal que está instalada. Estamos dispostos, Senador. A criação do grupo de trabalho é uma excelente idéia, queremos trabalhar e dar nossa experiência no setor. Damos um dado a mais: o número de pneus importados usados que neste ano poderá entrar no Brasil, que é da ordem de 11 milhões, já corresponde, o mercado de reposição é da ordem de 24 milhões de pneus. Ou seja, do montante de pneus que o setor de pneus novos fabrica e vende para o mercado de reposição é de 24 milhões. Se nós pensarmos que já estão entrando 11 milhões de pneus, é uma proporção significativa e, se essa concorrência não for adequada e leal, teremos sérios problemas para a indústria nacional. Repito que não somos contra o setor de reforma. Entendemos que há possibilidade e pneus nacionais em condições de serem reformados, e estamos abertos a essa discussão e à possibilidade de montarmos um sistema para coletar pneus, para que pneus em condições de serem reformados não sejam destruídos, mas que o Brasil não tenha que despendar energia para destruir ambientalmente aqui um produto

que veio de fora, onde gerou emprego, sem essa necessidade. Essa é a nossa posição.

Repito que acho a idéia do trabalho excelente, que estamos dispostos a participar desse grupo de trabalho e que nos oferecemos efetivamente a participar desse grupo de trabalho com a nossa experiência.

Obrigado.

A SRª ELIANE FONTES – Serei breve. Ouvi vários comentários sobre uma preocupação com o consumidor, que pode ser interesse do consumidor um produto mais adequado, com garantia e com um preço mais barato. Volto a pedir uma reflexão a respeito: se abirmos o precedente para pneus usados, mesmo que seja para reforma no Brasil, estaremos dispostos a abrir a importação de automóveis usados, de máquinas usadas, ferramentas, eletrodomésticos, autopeças, roupas usadas, equipamentos médicos e outros bens de consumo usado para reforma no Brasil? Acho que é preciso refletir sobre isso. Por que só pneus? Por que pneus geram empregos ao remoldar? Esses equipamentos também poderão ser importados usados para eventual reforma no Brasil. Acho que estará aberto um precedente muito perigoso.

Semana passada, em Genebra, na reunião do Grupo de Acesso a Mercados da OMC, que discute exatamente a liberalização de produtos não-agrícolas, houve verdadeiros *shows* hollywoodianos da indústria americana de reforma, principalmente de reforma de maquinárias e de algumas partes e peças de máquinas agrícolas para que seja realmente liberalizada a tarifa de produtos regenerados, reformados ou recauchutados, como queira.

O Brasil hoje permite bens de capital usados, desde que venha acompanhado, máquina por máquina, de um certificado, com vida útil de no mínimo cinco anos, têm que ter garantias e tudo mais e sujeito à valoração aduaneira. É caso a caso. Acho que se realmente formos pensar só na ótica dos pneus, peço uma reflexão porque a portaria do nosso Ministério é muito mais ampla. Ela trata da proibição da importação de qualquer bem de consumo usado, e a nossa separação é bem de capital ou bem de consumo. Não há essa ótica da matéria-prima porque, na nomenclatura, não podemos colocar uma tarifa diferente ou fazer uma abertura diferente em função da destinação. O nosso Direito objetivo nos obriga a fazer uma descrição do bem. Então, na descrição tarifária da tarifa externa comum que, no caso, é a ANCN, não se tem como destinar se é matéria-prima ou para consumo final. Assim, peço uma reflexão sobre isso porque poderemos abrir um precedente muito perigoso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Com a palavra, o Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Serei breve também. Na verdade, já é a segunda vez que venho para debate aqui e reputo que considero que este debate foi de bem mais alto nível do que o outro de que participei, do ponto de vista do aprofundamento das questões que estão envolvidas aqui.

Tenho a lamentar alguns comentários que foram feitos e que procuramos não enfrentar aqui porque entendemos que era mais importante utilizar o tempo no interesse da discussão do projeto de lei. Mas devo dizer que é com muito pesar que vejo esse tipo de manifestação. O Ibama é um órgão que tem 16 anos de serviços prestados na área ambiental, e vê-lo tratado desta forma é algo que agride a todos nós que trabalhamos na área ambiental. Trabalho na área ambiental desde 1978, e quando estamos em um cargo de direção estamos preparados para qualquer tipo de crítica pessoal e qualquer situação. A gente vem aqui de peito aberto enfrentar qualquer tipo de crítica, mas é um desserviço criticar um órgão que tem essa tradição e que é responsável pela construção do setor do meio ambiente no Brasil, um setor de considero de muito bom nível do ponto de vista técnico e de muita isenção. Não é à toa que apanhamos o tempo todo. Apanhamos porque não nos omitimos em questões sobre as quais temos uma opinião clara, seja ela contrária ou favorável aos interesses do Governo. Somos criticados de ambos os lados. Basta V. Ex^{as} abrirem o jornal para verificarem que apanhamos o tempo todo. Encontra-se nesta reunião o Eduardo, que saiu do Ibama há seis anos e continua sendo citado como Presidente daquele órgão.

Quem trabalha na área ambiental sabe disso. Nós, como dirigentes, estamos preparados para isso, e não tenho problema algum com essa questão. Porém, vamos separar o joio do trigo. Vamos deixar que as instituições e os serviços que elas prestam à comunidade sejam valorizados. Nesse sentido, quero destacar que toda a defesa que fazemos e fizemos o tempo todo foi na busca de soluções. Inclusive, apresentei hoje uma solução que não foi contestada. Continuo acreditando, por estar convicto disso, que essa é a melhor solução para todos os problemas que encontramos aqui.

Quero responder à pergunta que fez o Senador Flexa Ribeiro no sentido de que não apresentávamos soluções, mas apenas problemas. Não é nada disso. Apresentamos os problemas justamente para dizer que não há destinação de resíduos que não gere outro problema. Todas aquelas soluções são licenciadas pelos órgãos ambientais do Sisnama e são reconhecidas como adequadas na falta de outras melhores. Entretanto, não vamos dizer que com isso o problema ambiental está resolvido, porque não está. Estamos

gerando dioxinas, estamos gerando furanos, estamos gerando resíduos, e esse problema precisa ser contabilizado nessa economia. Lamento também que essa discussão esteja sempre centrada na questão comercial. Falamos sempre que isso gera emprego etc. Devo dizer que, na OMC, há apenas uma abertura para se discutir questão de fechamento de comércio ou algo assim: justamente quando o problema afeta questões de saúde pública e de meio ambiente. Nós, da área de Governo, viemos falar das questões de saúde pública e de meio ambiente, mas, o tempo todo, ouvimos dizer que não há problema de saúde pública e de meio ambiente. Estamos dizendo que há problemas de saúde pública e de meio ambiente na importação de pneus, e o Governo brasileiro está convicto disso.

Se precisarem, estamos à disposição para apresentar todos os argumentos necessários para convencê-los daquilo que temos certeza. Não há dificuldade alguma de realizarmos esse papel, porque estamos convictos disso, com base em informações, em dados. Não entrarei nessa questão, pois é sempre fácil manipular os dados, os números. Procuramos fugir disso para trazer uma discussão mais conceitual.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. – Estamos à disposição para essa discussão conceitual e para contribuir com o grupo de trabalho.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. S^a ainda dispõe de 50 segundos.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Abro mão dos meus 50 segundos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao próximo orador, Dr. Cláudio Langoni, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. CLÁUDIO LANGONI – Sr. Presidente, registro que iniciei a minha fala, dizendo que se trata de um tema complexo em todas as suas dimensões e que, portanto, deve ser debatido em profundidade. Essa é a intenção do Senador Flávio Arns ao apresentar esse debate, esse projeto de lei.

Primeiramente, quero criticar as ilações feitas nesta reunião, porque acredito que elas não ajudam no debate. Poderíamos, por exemplo, fazer ilações a respeito da presença do Governador Requião no vídeo da ABS Cover, mas o Governador Requião defende as suas idéias e está participando e dando seu depoimento em virtude de uma convicção. O Governo deve ser considerado assim também.

É importante registrar que a posição do Governo brasileiro sobre esse tema não mudou ao longo das últimas gestões; não se trata de uma posição do Governo do Presidente Lula. Houve alguns avanços e uma formulação mais adequada no sentido de articular a legislação ambiental com as legislações comerciais.

No debate, é correto que todos apresentem seus argumentos, mas não é correto que algum setor se sinta dono da verdade em relação a isso. A afirmação, por exemplo, de que pneus não estão previstos na Convenção da Basiléia poderia aqui ser contestada. O Ministério do Meio Ambiente é o ponto focal do Brasil na Convenção da Basiléia e temos os elementos que descrevem, nas conferências das partes subsequentes à sua ratificação, a previsão dos pneus na referida Convenção.

Portanto, consideraremos todos os debates legítimos. Ninguém é dono de nenhuma legislação nem de resolução. O proprietário das resoluções do Conama é ele próprio. Esse fato auxilia bastante o debate que devemos fazer, porque nos debruçamos em deixar de lado as ilações e em respeitar a legitimidade dos argumentos que estão aqui colocados.

Objetivamente, o que há é um debate que mostra que todos os países têm problemas para a destinação adequada dos resíduos de pneus. Há uma diferença significativa entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e um movimento internacional daqueles no sentido de considerar adequada ambientalmente a destinação de bens usados para países pobres – não só nos pneus. Esse é o debate maior.

Senador Flávio Arns, gostaria de chamar atenção de V. Ex^a para esse fato. Há um debate maior que o problema dos pneus no Brasil ou que a viabilização das atividades da BS Colway – ou de outras empresas no Paraná. Há um debate que orienta a posição do Brasil e dos países em desenvolvimento nas negociações comerciais, em que a questão ambiental e sanitária nos parece extremamente relevante.

Poderíamos considerar que há uma situação diferenciada no Paraná por todos os elementos apresentados aqui. Mas não é esse relatório que temos de parte do órgão do Governo do Paraná, que foi questionado sobre esse assunto e poderia ser chamado para essas audiências ou para acompanhar o grupo de trabalho eventualmente formado em relação a esse tema.

É verdade que temos que fazer aperfeiçoamentos importantes no tocante ao assunto, mas também é objetivo que há uma questão de interesse comercial sobre os valores dos pneus usados que entram aqui

para recuperação e são contaminados – sendo 30% a 40% de pneus inservíveis.

Desse modo, Senador Flávio Arns, essa questão não foi levantada no seu diálogo com o Sr. Márcio. Não se trata apenas de pneu usado para ser utilizado diretamente aqui. É que existe pneu que não é aproveitável para fazer a remoldagem e que está vindo dentro desses containeres, havendo uma diferença no número de pneus que entram e naqueles que são remoldados no Brasil – que deve ser enfrentada e respondida.

No minuto que me resta, gostaria de referir-me também à questão levantada pelo Senador Flexa Ribeiro de que o Ibama não serve ao interesse do País, estando a serviço do Primeiro Mundo. Para não entrarmos no debate sobre a situação do modelo de desenvolvimento no Pará e as opções que ele historicamente fez em relação à questão do desmatamento da Amazônia – porque há, a partir de uma ação fortíssima do Ibama no referido Estado, ao contrário do Mato Grosso e de Rondônia, uma redução significativa dos índices de desenvolvimento, que se deve, sobretudo, ao trabalho que o Ibama está fazendo no local –, nesse debate, pelo menos, há uma situação de inversão. De um lado, há a União Européia, que me parece que se enquadra no bloco dos países desenvolvidos, que tomou a decisão de ingressar com uma reclamação contra o Brasil na OMC com base na motivação de uma associação de empresas de oito países europeus, estando também presente uma empresa inglesa chamada Colway. Tomou-se a decisão de ingressar contra o Brasil com uma reclamação na Organização Mundial do Comércio.

Quando a Comissão da União Européia chegou aqui, a primeira rota que ela fez foi em direção ao Paraná a fim de visitar a fábrica da BS Colway, dizendo: “A partir da verificação que fizemos naquele Estado, constatamos que o Brasil pode receber um número muito maior de pneus usados do que vem recebendo, razão pela qual entraremos com a reclamação na União Européia”.

De outro lado, há a posição do Governo Brasileiro, que também é a do Ibama, que se coaduna com o posicionamento de um bloco muito significativo de países em desenvolvimento contrário à importação de bens usados e da decisão de que o Brasil brigará na Organização Mundial do Comércio em relação a isso. Portanto, pelo menos aqui, não vale a afirmativa feita pelo Senador Flexa Ribeiro. Se alguém aqui está atendendo a interesses dos países desenvolvidos, não é o bloco que está tomando a decisão de enfrentar o contencioso no âmbito da Organização Mundial do Comércio, que será o maior contencioso envolvendo questões sanitárias e ambientais que a OMC já teve e

que será liderado pelo Brasil e vai gerar jurisprudência não só para pneus, mas para vários outros elementos. E aí eu acho que é muito importante que façamos um debate, um diálogo com o Senado Federal, sobretudo com o Senador Flávio Arns e todos os Senadores envolvidos como Relatores neste projeto, porque de fato a diferença mais significativa introduzida pelo projeto é justamente a liberação da entrada de pneus usados no Brasil. E a aprovação do projeto dispensa a União Européia de ingressar com a reclamação na OMC, porque a aprovação do projeto atende à reivindicação que a União Européia está fazendo dentro da Organização Mundial do Comércio e, portanto, estaria resolvido esse contencioso **a priori**. Certamente, sei que o Senador Flávio Arns está disposto a apresentar uma proposta global de gestão de pneumáticos no Brasil que não atenda especificamente nem a um nem a outro setor, e talvez aí haja um grande desafio, Senador Flávio Arns, que seria um diálogo mais efetivo entre as três associações aqui representadas, para ver quais seriam as políticas a ser adotadas, do ponto de vista comercial, que permitiriam que o Dr. Simeão, que gostaria de utilizar pneus fabricados no Brasil para fazer remoldagem, pudesse utilizá-los. Talvez aí pudéssemos ter um conjunto de políticas que viabilizassem, então, o atendimento desse desejo aqui expresso, de que, se eventualmente, tivéssemos pneus fabricados no Brasil em condições de ser matéria-prima para remoldagem pelas empresas vinculadas à Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados (Abip), não estaríamos discutindo a importação de pneus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Concedo a palavra ao Dr. Francisco Simeão Rodrigues Neto, Presidente da Abip.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Primeiro, fazer uma observação sobre o comentário da Drª Eliana Fontes, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), sobre a importação da matéria-prima, como não existe essa Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), a norma comum do Mercosul, não existe o código, essa matéria-prima então é importada formalmente como pneu usado e desta forma estaria abrindo as comportas do País para a importação de todos os tipos de pneus, de produtos usados, o que não é a política brasileira. Bem, quero comentar o seguinte: primeiro, que já importamos, sem oposição do Mdic, sem oposição do Ibama, em várias ocasiões, baterias usadas. Já são importadas baterias usadas. E nem por isso se criou o precedente para se abrirem as comportas brasileiras para qualquer tipo de importação. E me parece muito mais fácil criar um subcódigo, uma nova NCM, um subtítulo, para essa

matéria-prima, do que desempregar milhares de pessoas desse setor, que carece de matéria-prima para desenvolver sua atividade industrial. Então, não podemos, por uma razão burocrática – não tem o código; então, não tem o código, não tem atividade. E demite milhares de pessoas, permite que seja produzido então nos países vizinhos ou na Europa, se lograr êxito contra o Brasil, e daí importar todo o produto pronto, empregando gente fora do País em vez de manter nossos empregados onde se encontram.

Depois, em razão da colocação, de novo, de Basiléia. Realmente, não constou do termo, do acordo de Basiléia, não existe proibição de Basiléia contra pneu usado. Tanto é que todos os Países de Primeiro Mundo exportam entre si – da Europa para os Estados Unidos, dos Estados Unidos para a Europa –, pneus usados mesmo, pneus usados como carcaças, pneus usados para uso como meia-vida, que não existe restrição nenhuma nos Estados Unidos, importam pneus meia-vida da Europa para usar como meia-vida nos Estados Unidos. Não existe qualquer tipo de restrição e nunca a Convenção de Basiléia estabeleceu qualquer tipo de proibição e recomendação nesse sentido. Bom, depois ele coloca com propriedade que o Conama é dono de suas resoluções.

Ninguém é dono de uma das resoluções do Conama e nunca foi essa a nossa pretensão, mas ninguém vai apagar a história que se essa resolução existe no Conama muito bem debatida, consensualmente estabelecida em diversos, no grupo de trabalho, por exemplo, no seu texto definitivo, sem dúvida, o mérito do Conama, dos seus conselheiros, titulares, suplentes que participaram também dos debates, do grupo de técnicos, do Dr. Roberto Monteiro que não sei se está aqui, mas que liderou todos os trabalhos e que me viu lá desde o primeiro dia ajudando na confecção das atas, datilografando os textos, isso jamais será apagado da história. Foi efetiva a nossa contribuição? Sim. Não tivéssemos nós tomado a iniciativa, sem dúvida, não teria nascido essa resolução naquele momento.

Finalizando, quero colocar que por mais de seis vezes eu procurei o pessoal da Anip, o pessoal da Associação das Empresas Multinacionais de Fabricantes de Pneus do Brasil até porque eu acho que esse litígio não tem mais razão de ser. Desde a edição da primeira portaria, no dia 13 de maio de 1991, a Portaria 08/91 que foi editada por um trabalho político da Anip no Ministério da Indústria e do Comércio criando a proibição da importação de bens usados em geral, a preocupação maior naquele momento eram os pneus, e se seguiram tantas outras depois e temos aí um litígio que já vai para quatorze anos. Está na hora de acabar

porque algumas coisas foram provadas, já foram conquistadas. Há a necessidade de entendimento.

Eu disse ao Dr. Villien que me deu o prazer de uma visita à BS Colway, e eu o visitei umas duas vezes em São Paulo antes disso e cobreí que depois de visitá-lo duas vezes eu merecia uma visita em retribuição e ele o fez muito educadamente e dizia naquela oportunidade “Olha, Dr. Villien...”. Ele me perguntava “por que não usa as nossas carcaças?” “...porque não são boas, mas tem o meu compromisso. Se vocês me garantirem a carcaça, mas sem me manietar, sem prometerem pura e simplesmente, eu deixar de importar, mas se vocês me derem a carcaça ou estabelecerem comigo um contrato com uma multa que realmente me deu o conforto que vocês vão cumprir não quero mais importar, não interessa importar. Eu prefiro nosso produto brasileiro, claro que eu prefiro. É mais barato, é menos desgastante para nós”, mas eles teriam que garantir isso.

No Inmetro eles não garantem as carcaças de automóvel e de caminhonete. Tem documento formalizado ao Inmetro. Eles garantem algumas condições em pneus de caminhão. Tenho colocado isso e é da nossa motivação que isso possa acontecer um dia com as nossas estradas melhores, ruas melhores, que aconteça tudo aquilo que o nobre representante do Ibama coloca como ideal, melhorar as estradas, melhorar as carcaças. Enfim, todo um trabalho que não acontece do dia para a noite. Não dá para fechar a fábrica hoje e só abrir depois que tiver tudo isso realizado. Nós temos um problema hoje e tem que ter o abastecimento da matéria-prima já, mas evidnete que se todos colaborarmos poderemos, quem sabe um dia, não precisar importar mais.

Tem aqui o meu compromisso. Se a *Good-Year* e a *Pirelli* fizerem um compormisso comigo me garantindo a carcaça na qualidade em que preciso, com uma multa grande para que eles não deixem de cumprir e eu possa ficar tranqüilizado e eu também com uma multa grande, com a obrigação de pagá-los o valor que foi estabelecido, eu topo parar de importar, eu preciso mesmo é de matéria-prima. Já fiz essa proposta para o Dr. Villien, refaço agora, acho que essa briga foi longe demais e está na hora de acabar.

Da nossa parte há toda a boa vontade, senão, também vamos continuar brigando se não tiver outra solução, mas não nos encanta brigar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Por último, vamos ouvir o Dr. Fabiano Geraldo Pimenta Júnior, Diretor de Gestão da Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde.

O SR. FABIANO GERALDO PIMENTA JÚNIOR

– Bom, são colocações muito rápidas. Em primeiro lugar, quero registrar que o Senador Flávio Arns sempre foi um parceiro do Ministério, sempre teve e nos deu a abertura necessária para discutir os projetos que têm alguma interface com o setor de saúde. Acho importante isso ficar registrado.

Em segundo lugar, quero colocar que há preocupação do Ministério da Saúde, o que tentei enfatizar na minha apresentação, com a dengue. A questão da dengue é extremamente complexa no nosso País. Talvez esse seja um dos programas de saúde pública que mais requerem recursos públicos. Se somarmos os recursos que Governo Federal, Estados e Municípios despendem no controle da dengue, veremos que estamos beirando de R\$800 milhões a R\$1 bilhão por ano. É uma cifra que, com certeza, sai do imposto que todos nós pagamos.

Precisamos tomar as medidas necessárias para que esse problema seja minorado no nosso País, a partir da perspectiva de que não temos nenhuma evidência científica de poder, com as condições de País tropical, com altas densidades populacionais, erradicar o vetor da dengue, o *Aedes aegypti*, a curto prazo. Isso está muito claro.

Então, qualquer medida que for adotada para diminuir o número de depósitos ou criadouros, ou qualquer nome que se queira dar, para que o *Aedes aegypti* possa se reproduzir é de fundamental importância para que os recursos públicos que são despendidos no controle da dengue sejam otimizados. A preocupação que nós levantamos, e acho que a situação ideal está aqui colocada, era que pudéssemos contribuir para que as carcaças já existentes fossem retiradas. Não teríamos acréscimo de carcaças, porque, por via direta, estamos reduzindo os criadouros de *Aedes aegypti* no Brasil.

Lembramos que isso não resolve o problema da dengue no Brasil, que é um problema muito mais complexo, multifatorial, como a questão do abastecimento de água no Nordeste, e, assim, sucessivamente.

Para finalizar, eu só queria comunicar, registrar, que está nas mãos do Presidente. Que absolutamente o Sistema Único de Saúde é feito a três mãos. Os sucessos e os insucessos não são atribuídos a nenhuma esfera de Governo, seja ela municipal, estadual ou federal. O nosso sistema de saúde foi conformado dessa forma, com responsabilidade das três esferas de Governo, e a apresentação de dados de Estados não é nada mais do que o reflexo do somatório de trabalhos que são feitos pelos Estados, pelos Municípios, e pelo Ministério da Saúde, sem se eximir qualquer um dos três de responsabilidade.

Os dados que utilizei para todos os Estados são dados que as próprias Secretarias Estaduais de Saúde nos dão, o Ministério da Saúde não tem autonomia para imputar dados a qualquer dos Estados, e os dados que vêm do Estado do Paraná estão nas mãos do Sr. Presidente, porque pedi à minha assessoria que me encaminhasse, para que não ficasse nenhuma dúvida nos presentes. Mais uma vez, ressalto que o objetivo não é desqualificar o trabalho de ninguém, mas apontar os pontos em que nós podemos avançar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Bom, acho que o debate foi altamente construtivo para o que nós queremos, e a questão não vai ser finalizada nesta reunião conjunta. Por sugestão dos Srs. Senadores e do próprio autor, vamos conversar com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e formar um grupo de trabalho para a finalização dessa matéria. Afinal de contas, precisamos chegar a um denominador comum. Espero que isso seja possível, apesar das resistências, das divergências, que achamos, do ponto de vista democrático, totalmente legítimas. Portanto, temos que respeitá-las.

Sendo assim, quero agradecer a todos os participantes desta Mesa, aos debatedores, que compareceram em massa, atendendo ao nosso convite. Que fiquem todos alertas, pois vamos constituir o grupo de trabalho com membros das duas comissões e dos diferentes segmentos que têm interesse no debate construtivo.

Quero também registrar que, apesar de, em determinado momento, ter havido divergências e palavras um tanto duras e enérgicas com relação ao Ibama, não concordamos realmente com elas. Achamos que o Ibama é uma instituição que tem o maior valor para a preservação do meio ambiente em nosso País, tem serviço prestado ao longo de 16 anos de sua existência. Muita destruição que não aconteceu neste País devemos ao Ibama, logicamente que as fragilidades em um ou outro Estado ficam por conta da fragilidade também da nossa estrutura funcional. Mas, no momento em que o Governo se dispuser a colocar à disposição do Ibama mais técnicos, fizer concursos para a inclusão... **(Intervenção fora do microfone.)** Está aqui o Secretário nos dizendo que o Ibama vai – e é uma boa notícia – absorver agora, por meio de concurso, mais 900 técnicos. É uma prova evidente de que o Governo está se dispondo a fortalecer o meio ambiente em nosso País para a preservação das nossas florestas, nossos rios.

Está aí o rio São Francisco numa situação muito difícil, no momento em que o Governo propõe a transposição, quando achamos que a revitalização deveria

ser a grande preocupação do Governo, em função até de uma emenda constitucional que foi aprovada recentemente pelo Senado Federal, por unanimidade. Já na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara há um parecer favorável, está na Comissão Especial, do Relator Fernando Ferro, onde demonstramos que só por meio da transferência de recursos certos, fixos e determinados, durante 20 anos, poderemos recuperar o Velho Chico, o rio da unidade nacional, o rio que prestou e ainda presta tantos serviços à nossa Região Nordeste. Prova disso é que ali estão as grandes represas hidrelétricas que fornecem energia elétrica para a industrialização e o desenvolvimento da agricultura e demais serviços da Região Nordeste.

Por isso, encerro esta reunião, parabenizando a todos e convocando uma outra, a da Comissão de Assuntos Sociais, para a próxima quinta-feira.

Obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 25 minutos.)

Ata da Décima Oitava Reunião (Ordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura Realizada no dia 23 de Junho de 2005, Quinta-feira, às 11:30 Horas.

Às onze horas e trinta e um minutos, do dia vinte e três de junho de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora PATRÍCIA SABOYA GOMES, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARCO MACIEL, JONAS PINHEIRO, FLEXA RIBEIRO, REGINALDO DUARTE, WIRLANDE DA LUZ, MÃO SANTA, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATTI, PAULO PAIM, PATRÍCIA SABOYA GOMES, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, EDUARDO SUPICY E FÁTIMA CLEIDE**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando ausência os Senhores Senadores Rodolpho Tourinho e Papaléo Paes. A Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2005.** “Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Musicoterapeuta”. **Autoria:** Deputado Gonzaga Mota. **Relator:** Senador Papaléo Paes. **Parecer:** Contrário. **Resultado:** Retirado de Pauta para Reexame a pedido do Relator. **Item 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº 25, DE 2004.** “Altera a lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização

de Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências” e a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”. (Dispõe sobre segurado de sociedade conjugal ou união estável). **Autoria:** Deputada Zulaiê Cobra. **Relator:** Augusto Botelho **Parecer:** Favorável na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado. **EXTRA PAUTA. Item 11 – REQUERIMENTO Nº 24 DE 2005 – CAS.** “Requer, nos termos do Art. 267 e parágrafos, do Regimento Interno do Senado Federal, a reconstituição do PLC nº 94, de 2000, por motivo de extravio, quando distribuído ao Senador Júlio Eduardo para Relatar, em 09 de novembro de 2000”. **Autor:** Senadora Patrícia Saboya Gomes **Resultado:** Aprovado. **Item 12 – REQUERIMENTO Nº 25 DE 2005 – CAS.** “Requer nos termos regimentais a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Proteção e defesa as Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais, no dia 29 de junho de 2005, para abordar a padronização do tratamento da Fibrose Cística. Deverão ser convidados para expor na Audiência Pública as seguintes autoridades: um médico especializado em Fibrose Cística, um familiar, pai ou mãe, de pessoa com Fibrose Cística, um representante do Ministério da Saúde e um representante do Ministério Público”. **Autor:** Senador Flávio Arns. **Resultado:** Aprovado.

Os demais itens da pauta 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 foram adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores: **Flávio Arns, Augusto Botelho e Wirlande da Luz**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**, Presidente em Exercício.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. S/Partido-CE) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Se todos estiverem de acordo... (Pausa.)

Aprovada.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram.

Relembro aos ilustres membros desta Comissão que, de acordo com o Requerimento nº 13 de 2005, da

CAS, de autoria do nobre Senador Augusto Botelho, será realizado o Simpósio sobre Política Nacional de Saúde nos dias 28, 29 e 30 de junho, com o objetivo de discutir os rumos do Sistema Único de Saúde e avaliar o seu processo de construção.

O evento é resultado de uma iniciativa conjunta da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados e da Frente Parlamentar da Saúde, com o apoio técnico das Consultorias Legislativas de ambas as Casas. As palestras, os debates e a elaboração de relatório serão coordenados por parlamentares, os temas serão abordados por especialistas de renome e pautados por três eixos temáticos: seguridade social como política pública da sociedade e do Estado; gestão, regulação e responsabilidade sanitária e financiamento de recursos humanos para o SUS.

A importância do Simpósio e o principal resultado almejado é que os relatórios parciais e final possam subsidiar a elaboração de proposições legislativas e de outras iniciativas parlamentares, respaldadas nas discussões com representantes oficiais das entidades da sociedade envolvidas com o SUS.

A pedido do Senador Papaléo Paes, relator do PLC nº 25/2005, fica retirado de pauta o item 1 para reexame.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos constantes da pauta.

Item 2:

Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004, que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização de seguridade social, institui o plano de custeio, e dá outras providências; e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefício da Previdência Social, e dá outras providências. Autoria: Deputada Zulaê Cobra; Relator: Senador Augusto Botelho.

Esclareço que, na reunião do dia 9 de junho de 2005, após leitura do relatório do Senador Augusto Botelho, foi concedida vista ao Senador Paulo Paim, que devolveu a matéria sem manifestação.

A matéria continua, portanto, em discussão. (Pausa.)

Não sei se o Relator deseja ainda se manifestar.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Já fiz o relatório na outra reunião.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. S/Partido-CE) – Isso, na reunião passada, Senador.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu só irei ratificar o meu voto.

“Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004, na forma do seguinte substitutivo”, que está aqui exposto.

Esse projeto dispõe sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua sem fins lucrativos no âmbito de sua residência.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. S/Partido-CE) – Encerrada a discussão, está em votação.

O parecer é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004, na forma do substitutivo que apresenta.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Aprovação na forma do seguinte substitutivo:...

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. S/Partido-CE) – Parecer conforme o substitutivo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Isso, pela aprovação. Foram alterações só de redação que eu fiz.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. S/Partido-CE) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado, na forma do substitutivo.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Há um requerimento que queria colocar em votação.

Requer, nos termos do art. 267 e parágrafos do Regimento Interno do Senado Federal, a reconstituição do PLC nº 94/2000 por motivo de extravio quando distribuído ao Senador Júlio Eduardo para relatar, em 9/11/2000.

É apenas algo interno, administrativo, da própria Comissão de Assuntos Sociais, para que possamos recuperar esse projeto, que infelizmente foi extraviado.

Todos concordam? (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Temos o item 3, que poderia ser votado. Mas a Relatora é a Senadora Lúcia Vânia. Então, até para que S. Ex^a pudesse estar aqui para defender o seu relatório, pergunto aos Srs. Senadores se poderíamos adiar a votação do item 3 para a próxima reunião da Comissão de Assuntos Sociais, para que a Senadora Lúcia Vânia possa ter a oportunidade de defender o seu relatório.

Se todos concordam... (Pausa.)

Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Obrigado, Srª Presidente. Eu fui procurado pela Associação Brasileira de Pais e de Pessoas que apresentam fibrose cística, que é um dos problemas identificados na realização do “teste do pezinho”. Se identificadas e tratadas desde uma idade bem precoce, essas pessoas podem ter uma

vida, eu diria, normal ou quase normal. Se não tratados, terão problemas sérios de pulmão, de respiração, terão uma vida muito precária e acabarão falecendo, inclusive numa idade bem precoce. Essa associação nacional mostrou as dificuldades que vem enfrentando no Brasil para a realização do “teste do pezinho”. Só três Estados estão fazendo essa triagem neonatal para a identificação da fibrose cística, e, ao mesmo tempo, colocando a necessidade de se reverem os valores de acordo com os quais o Ministério da Saúde paga pelo exame. O custo do exame é de R\$7,00, e o Ministério da Saúde repassa R\$5,00. Ao mesmo tempo, é um grande debate sobre o acesso aos medicamentos. Para o atendimento, não adianta apenas identificar e diagnosticar: tem que tratar, na seqüência, também, a decorrência da identificação da fibrose cística. Então, é uma grande preocupação dessas famílias.

Eles querem fazer uma discussão sobre isso – o que eu acho extremamente válido –, chamando as partes para fazer. Temos a Subcomissão de Saúde aqui – o nome é mais extenso. O Senador Papaléo Paes é o Presidente, já conversei com S. Ex^a a esse respeito, e ele concorda. Falei, inclusive, com o Senador Augusto Botelho – acho que nós falamos no cafezinho outro dia – para que a gente fizesse uma audiência pública, talvez nessa Subcomissão de Saúde, para discutir esse assunto, já que é uma demanda importante e necessária da sociedade.

Então, se V. Ex^a permitir, gostaria de apresentar um requerimento – entregaria já, na seqüência – para que seja realizada audiência no âmbito da Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Proteção e Defesa da Saúde da Comissão de Assuntos Sociais ainda neste primeiro semestre. Proponho que seja no dia 29 de junho, semana que vem. Com a assessoria da Comissão, veríamos qual seria o melhor horário, se duas da tarde ou de manhã, ou plenária – a gente está num horário muito irregular em função dos problemas todos. Porque as pessoas poderiam estar aqui para abordar a padronização do tratamento da fibrose cística.

Deverão ser convidados para expor na audiência as seguintes autoridades: um médico especializado em fibrose cística. Inclusive, em São Paulo, existe um trabalho, pelo que a Associação descreve, já bem consolidado. Então, o médico viria aqui para dizer o que é necessário para o tratamento. Um familiar – pai ou mãe – também. Acho que é o ponto de vista da família. Então, essa Associação Nacional de Fibrose Cística, um representante do Ministério da Saúde envolvido com essa área, para dizer o que pode ser feito, e um representante do Ministério Público que venha acompanhando os problemas de saúde nessa área e que poderia, assim, contribuir, fiscalizar e acompanhar.

O Ministério da Saúde, na justificção, já manifestou a intenção de elaborar um protocolo nacional visando a padronização do tratamento da fibrose cística, identificada pelo chamado “teste do pezinho”, devendo o assunto ser cuidadosamente examinado para assegurar que a legislação atenda as efetivas necessidades das pessoas com fibrose cística. Acho que é uma oportunidade – é uma demanda da sociedade – para discutir, e a gente colaborar para que a preocupação dessas famílias seja encaminhada através dessa discussão que possa acontecer nessa audiência pública na Subcomissão de Saúde.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB-RR) – Senador Flávio Arns, me permite?

Quanto à questão da identificação no “teste do pezinho”, nessa audiência, segundo entendi, está para ser verificada a padronização do tratamento da fibrose cística. Mas é de interesse que se dê o diagnóstico. Porque padronizar, e ficarem muitos Estados sem conseguir dar o diagnóstico, com muitas crianças sem o diagnóstico, não adianta. Como foi colocado por V. Ex^a no início, a questão maior é a seguinte: todos os Estados brasileiros fazem o “teste do pezinho”. Só que existe o “teste do pezinho” simples e o ampliado. O ampliado cobre, inclusive, toxoplasmose, mononucleose, AIDS, fibrose cística. O simples engloba apenas a fenilcetonúria, o hipotireoidismo e o hipertireoidismo, só identifica essas três. É um exame mais barato. Na verdade, o recurso que o SUS paga não paga o “teste do pezinho” ampliado, que é bem mais caro. Então, todos os Estados fazem o “teste do pezinho”, mas em torno de 13 – eu achava que era bem menos, que eram apenas cinco Estados – fazem o “teste do pezinho” ampliado. Essa diferença os municípios cobrem com recurso próprio, porque é uma diferença muito grande. Eles fazem uma cobertura com recurso próprio. A questão está em definir o recurso do Ministério da Saúde para que todos os municípios cubram não apenas a fenilcetonúria, o hipotireoidismo e o hipertireoidismo, como cubram o “teste do pezinho” ampliado, em que vamos conseguir pegar um diagnóstico bem mais ampliado de várias patologias.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr^a Presidente, eu concordo com o que foi dito, e até o Ministério da Saúde pode explicar isso. Porque já existe, na verdade, esse protocolo do Ministério da Saúde para, além da fenilcetonúria, que é um problema da fenilalanina, que pode ocasionar a deficiência mental, ou do hipotireoidismo congênito, que também pode ocasionar a deficiência mental, outras áreas já vêm sendo cobertas pelo Ministério da Saúde. Entre elas, a fibrose cística, a anemia falciforme também e algumas outras prioridades. Então, esse pessoal do Ministério da Saú-

de pode vir aqui, só que o pessoal da fibrose cística diz o seguinte: “apesar de autorizado, só três Estados estão fazendo o exame”. Por quê? Do ponto de vista deles, porque o recurso já repassado pelo Ministério da Saúde não cobre o custo do exame, que seria de R\$7,00 e R\$5,00.

Então, sem dúvida, tem que diagnosticar, identificar precocemente, com o “teste do pezinho” – por isso é que é nos primeiros dias de vida –, e, identificando, tem que ter o tratamento. Então, tem que ter acesso ao medicamento. E a preocupação deles é: além da identificação, do diagnóstico, tem que tratar também. Então, tem que ter acesso ao medicamento. Mas que medicamento? Existe uma polêmica – pelo que pude deduzir – de que certos médicos e certas tendências vão por uma linha de tratamento, e outros por outro. Por isso é que eles estão fazendo esse protocolo nacional. Então, eles querem se sentir participantes, para não haver decisões – naturalmente, não seria assim, eu acho, do Ministério da Saúde – unilaterais, mas que houvesse esse debate.

Mas eu acho que tudo isso poderia ser objeto dessa audiência pública, onde as pessoas esclareceriam. O Ministério Público, que vem tendo uma demanda, enorme. O Ministério da Saúde esclarece. Os pais esclarecem. E virá o médico especialista, que naturalmente não será a única opinião, porque existem opiniões certamente – não sei, imagino – diferentes sobre o assunto. Mas seria uma ocasião oportuna para a gente dar, como Subcomissão de Saúde, um encaminhamento para a solução desse problema. O que está ocorrendo? As crianças estão morrendo, não estão tendo acesso a medicamentos, quando poderiam ter. Se a gente olhar as fotografias, é um drama: vão para o hospital, vão para a UTI, não respiram. É um drama familiar, pessoal. Lá no Paraná, felizmente, no meu Estado, todas as crianças fazem o teste da fibrose, são assistidas e têm uma vida normal ou quase normal. Até, no futuro, estão pensando já na questão do transplante de pulmão e tal. Mas isso é uma coisa que no futuro pode ser vista. Isso deve ser debatido desde agora.

Então, é nesse sentido o pleito. Entrego o requerimento a V. Exª para que seja aprovado, e, na semana que vem, na Subcomissão, já falado com o Senador Papaléo Paes, discutamos esse assunto, pelo menos começemos a discutir, até podemos, na seqüência, pensar em outras coisas também nessa questão da triagem neonatal.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. S/Partido-CE) – Obrigada, Senador Flávio Arns. Permita-me louvar a iniciativa de V. Exª em buscar uma audiência pública em que se possa debater algo tão

importante e fundamental para a saúde, inclusive, das nossas crianças.

Tive a honra, no Ceará, quando Deputada Estadual, de apresentar um projeto tornando obrigatório o “teste do pezinho” no nosso Estado, em todos os hospitais públicos.

Eu acho que é um avanço nessa natureza, nesse sentido, para que a gente possa discutir profundamente e encontrar uma solução para que essas famílias que hoje vivenciam esse drama – como V. Exª mesmo colocou – possam ter um mínimo de conforto e segurança de que seus filhos poderão, também, desde que precocemente detectado, por meio do “teste do pezinho” ampliado – como diz o Senador Wirlande da Luz –, para que possamos ter como tratar na hora esses problemas de saúde das nossas crianças. Porque o “teste do pezinho”, detectado precocemente, pode ter um tratamento muito mais eficaz.

Então, queria parabenizar V. Exª.

Coloco em discussão o requerimento do Senador Flávio Arns. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Todos aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Se não houver mais nada a ser tratado, damos por encerrada esta reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

Muito obrigada a todos.

(Levanta-se a reunião às 11h50min.)

Ata da Décima Nona Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura Realizada no Dia 4 de Agosto de 2005, Quinta-feira, às 10:00 Horas.

Às dez horas e quarenta e oito minutos, do dia quatro de agosto de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARCO MACIEL, JONAS PINHEIRO, MARIA DO CARMO ALVES, FLEXA RIBEIRO, REGINALDO DUARTE, NEY SUASSUNA, MÃO SANTA, PAPALÉO PAES, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, FLÁVIO ARNS, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, PATRÍCIA SABOYA GOMES, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, TEOTÔNIO VILELA FILHO, JOSÉ MARANHÃO, FÁTIMA CLEIDE E JUVÊNCIO DA FONSECA.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando ausência os Senhores Senadores Valdir Raupp e Rodolpho Tourinho.

O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir o Senhor Presidente comunica que esta Comissão recebeu o AVISO Nº 906-SGS-TCU-Plenário do Tribunal de Contas da União, referente ao Processo TC-015.513/2004-5, apenso: TC-001.194/2004-0. Trata-se de Relatório de Auditoria de Natureza Operacional realizada na Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos do Estado do Rio de Janeiro – CNCDO/RJ (vinculada à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio de Janeiro), no Instituto Nacional de Cardiologia Laranjeiras – INCL, no Instituto Nacional do Câncer – INCA, no Instituto Nacional de Traumatismo-Ortopedia – INTO, no Hospital Geral de Bonsucesso – HGB e no Hospital dos Servidores do Estado – HSE. O Relatório que tem o voto pelo arquivamento encontra-se à disposição dos Senadores e Senadoras na Secretaria da Comissão. Também do Tribunal de Contas da União foi recebido nesta Comissão o AVISO nº 755-SGS-TCU-Plenário, referente à cópia de Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 011.661/2004-0. Trata-se de auditoria de natureza operacional realizada nos Programas Assistência Jurídica Integral e Gratuita, Reforma da Justiça Brasileira e Prestação Jurisdicional na Justiça Federal, geridos respectivamente, pela Defensoria Pública da União, Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal do Poder Judiciário. O Relatório da Auditoria, o Voto, assim como as recomendações e determinações encontram-se na Secretaria da Comissão, à disposição de Vossas Excelências. A Presidência Informa aos Srs. E Sras. Senadoras que no último dia 06 de julho foi devolvido à comissão de Assuntos Sociais o PLC nº 25, de 2004, de autoria da Deputada Zulaiê Cobra, que altera a lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “Dispõe sobre a organização de Seguridade Social, Institui Plano de Custeio, e dá outras providências” e a lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras Providências”, para adequação da redação do texto do substitutivo aprovado por esta Comissão à lei complementar nº 95/1998 e outras, conforme recomendação do Presidente Renan Calheiros ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, contida no Ofício SF nº 1.460, de 06.07.2005. Esclareço ainda aos Senhores Membros desta Comissão que o parecer, por nós aprovado, não sofrerá qualquer alteração de mérito, uma vez que as alterações efetuadas, modificou a redação dos comandos dos dispositivos do substitutivo ao projeto de lei da câmara, nº 25/2005. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 1 – PROJETO DE**

LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2005. “Altera o caput do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. (Substitui a expressão “atendimento médico” por “atendimento integral à saúde”). **Autoria:** Deputada Marinha Raupp. **Relator:** Senador Valdir Raupp. **“ad hoc”:** Senador: Reginaldo Duarte. **Parecer:** Favorável. **Resultado:** Aprovado. O Senador Antônio Carlos Valadares passa a Presidência para a Senadora Patrícia Saboya Gomes. **Item 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, DE 2000.** “Dispõe sobre reserva de 5% (cinco por cento) das vagas em universidades públicas para índios, sem exigência do vestibular”. **Autoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relator:** Cristovam Buarque **“ad hoc”:** Senador Paulo Paim. **Parecer:** Favorável na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado. **Item 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 2004** “Disciplina os alimentos gravídicos e a forma como será exercido e dá outras providências”. **Autoria:** Senador Rodolpho Tourinho. **Relator:** Senador Marco Maciel. **Parecer:** Favorável com 2 emendas. **Resultado:** Aprovado. O Senador Antônio Carlos Valadares retorna à Presidência dos Trabalhos. **Item 11 – REQUERIMENTO Nº 26, DE 2005 – CAS.** “Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais – CAS do Senado Federal, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 131/01, que cria o Serviço Social da Saúde (SESS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (SENASS), ouvindo, com esse intuito, os representantes de tais instituições”. **Autor:** Senador Sérgio Guerra e Senador Reginaldo Duarte. **Resultado:** Aprovado. Foi lembrado aos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras que, conforme proposta do Excelentíssimo Senhor Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, de agendar as reuniões das Comissões de Inquérito para às 11h30, as próximas reuniões da Comissão serão marcadas para às 9h30.

Os demais itens da pauta 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 foram adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores: **Reginaldo Duarte, Paulo Paim, Marco Maciel, Patrícia Saboya Gomes e Flexa Ribeiro.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo,** Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas

taquigráficas. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco. PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos constantes da pauta.

Gostaria de comunicar aos ilustres Colegas que esta Comissão recebeu o Aviso nº 906 SGS-TCU Plenário do Tribunal de Contas da União, referente ao Processo TC-015513/2004-5, Apenso TC-001194/2004-0. Trata-se de relatório de auditoria de natureza operacional realizada na Central de Notificação, Captação e Distribuição de órgão do Estado do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Cardiologia, Laranjeiras; Instituto Nacional do Câncer; Hospital Geral de Bonsucesso; HGB e Hospital dos Servidores do Estado, HSE.

O relatório, que tem o voto pelo arquivamento, encontra-se à disposição dos Senadores e Senadoras na Secretaria da Comissão.

Também do Tribunal de Contas da União foi recebido, nesta Comissão, o Aviso nº 755– SGS-TCU-Plenário, Plenário, referente à cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº PC 011661/2004-0. Trata-se de auditoria de natureza operacional realizada nos programas assistenciais de assistência jurídica integral e gratuita, reforma da Justiça brasileira e prestação jurisdicional na Justiça Federal, geridos respectivamente pela Defensoria Pública da União, Secretaria de Reforma do Judiciário e do Ministério da Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal do Poder Judiciário.

O relatório da auditoria, o voto assim como as recomendações e determinações encontram-se na Secretaria da Comissão à disposição de V. Exªs.

Informo ainda que está sendo distribuído a todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras relatório das atividades realizadas por esta Comissão, durante o primeiro semestre do ano de 2005, sendo projetos aprovados e rejeitados, requerimentos aprovados em audiências públicas realizadas assim como as atividades realizadas pelas Subcomissões.

A Presidência informa aos Srs. e Srªs Senadoras que, no último dia 6 de julho, foi devolvido à Comissão

de Assuntos Sociais o PLC nº 25, de 2004, de autoria da Deputada Zulaiê Cobra, que altera a Lei nº 8.212, que dispõe sobre a Organização de Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para adequação da redação do texto do Substitutivo aprovado por esta Comissão, a Lei Complementar nº 95, de 1998, e outras, conforme recomendação do Presidente Renan Calheiros ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Há um ofício de autoria do Senador Renan Calheiros encaminhando Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004, que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização de Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

A adequação ora requerida far-se-á por meio de adendo ao parecer do referido Projeto de Lei da Câmara. Esclareço ainda aos Srs. Membros desta Comissão que o parecer por nós aprovado não sofrerá qualquer alteração, uma vez que as alterações efetuadas modificaram a redação dos comandos dos dispositivos submetidos ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004.

O Item nº1 é o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005, não-terminativo, que altera o *caput* do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Substitui a expressão “atendimento médico” por “atendimento integral à saúde”. Autora, a Deputada Marinha Raupp, Relator, o Senador Valdir Raupp, com o parecer favorável.

Eu concederei a palavra ao Senador Reginaldo Duarte para como Relator **ad hoc** fazer a leitura do Parecer ao Projeto de Lei nº 42, da Câmara, de 2005.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, encontrasse sob exame o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005, de iniciativa da Deputada Marinha Raupp, que altera o *caput* do art. 2º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Para substituir a expressão “atendimento médico” por “atendimento integral à saúde”.

A proposição em tela compõe-se em três artigos, sendo o último a cláusula de vigência que determina que a lei em que o projeto se transforma entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

O art. 1º explica o direito do atendimento integral à saúde de crianças e adolescentes.

O art. 2º da proposição estabelece que no caput do art. 11, da Lei nº 8.069, Estatuto da Criança e do Adolescente a expressão “atendimento médico” seja substituído por “atendimento integral à saúde”.

Cabe registrar que o projeto em tela foi aprovado na Câmara dos Deputados pela Comissão de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça.

Nesta Casa veio à Comissão de Assuntos Sociais onde deverá ser analisado quanto à constitucionalidade e juridicidade e regimentalidade técnica, legislativa e mérito.

ANÁLISE:

Não há reparos a serem feitos à proposição no que se concerne quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria.

A iniciativa da parlamentar conforma-se no texto do caput do art. 61, da Constituição Federal.

Portanto, formalmente, ajusta-se à Constituição.

Do ponto de vista material vai ao encontro do exposto do art. 196, da Lei Maior que garante o acesso à saúde como um dos direitos essenciais da cidadania. Quanto ao mérito é inegável a importância da proposta.

Trata-se da iniciativa que muito contribuirá para que as crianças e adolescentes de nosso País tenham direito a um atendimento integral à saúde, médico, odontológico, psicológico, fisioterapêutico e de outras áreas cientificamente profissionais que lidam com a saúde.

Ficam assim caracterizadas a relevância, a propriedade e a oportunidade do PL nº 42, de 2005. Quanto à técnica legislativa faz-se necessário renumerar o artigo que estabelece a causa de vigência do art. 3º, o que poderá ser corrigido pela redação final, para atender ao disposto no Inciso I do art. 10, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto em vistas das considerações expedidas, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005.

Sr. Presidente, esse é o relatório, é feito pelo Senador Valdir Raupp e eu fiz a leitura como Senador **ad hoc**.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Muito obrigado, Senador Reginaldo Duarte.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar a autora desse projeto, a Deputada Marinha Raupp e também o Relator Senador Valdir Raupp porque de fato a alteração pro-

posta, nos termos o atendimento médico para atendimento integral à saúde, há uma grande distância e uma distância positiva, que modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente na linha que efetivamente a criança e o adolescente tenham todo o atendimento, naturalmente, no campo da saúde, e não somente o atendimento médico.

Por isso, não poderia, Sr. Presidente deixar de me manifestar neste momento favorável ao projeto da Deputada Marinha Raupp, e também ao parecer do Relator Senador Valdir Raupp, e à brilhante exposição feita aqui pelo Senador **ad hoc** Reginaldo Duarte. A extensão social do projeto é de fato relevante, e esperamos que aquilo que dá a impressão no primeiro que seja apenas uma questão de redação demonstrará, na prática, que o conjunto da população brasileira vai ser beneficiada muito com esse projeto da forma que foi colocado, por isso, Senador Valadares, eu fiz questão de dar o meu parecer aqui também, favorável à aprovação do projeto.

Era isso, Sr. Presidente, na certeza que ele será aprovado por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 02:

Também decisão não-terminativa, isso significa que o projeto de lei irá para a Comissão de Educação, onde a decisão deverá ser terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2000, que dispõe sobre reserva de 5% das vagas em universidades para índios sem exigência do vestibular.

O autor é o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Relator é o Senador Cristovam Buarque, com parecer favorável na forma do substitutivo que apresenta.

Eu pediria ao nobre Senador Paulo Paim que lesse o parecer como Senador **ad hoc** desta matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Antonio Carlos Valadares, é com satisfação que representarei como Senador **ad hoc**, o Senador Cristovam Buarque e já rendendo as minhas homenagens ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que é o autor do projeto que foi estudado com carinho pelo nobre Senador Cristovam Buarque, que fez algumas alterações que melhoram já inclusive a proposta já muito boa do Senador-autor, Mozarildo Cavalcanti. Fiquei feliz por V. Exª ter me indicado como Relator **ad hoc**, porque todos sabem o carinho que tenho pelas chamadas

minorias, que nem sempre são minorias, se tornam majorias, se somarmos a realidade hoje só desses dois setores, negros e índios, por exemplo, que são maioria no Brasil, se somarmos ambos, enfim por aqueles que de uma forma ou outra são discriminados neste País. Sou simpatizante, sou alguém que tem defendido uma política de cota como uma política de integração, uma política como alguns dizem, que poderia ser até uma discriminação ao contrário.

O que nós queremos com a política de cota, e nesse momento o Senador Mozarildo Cavalcanti foi muito feliz na questão dos indígenas, é assegurar que aqueles que foram assassinados, massacrados, quase que aniquilados, e que em tese daria para dizer que são aqueles que foram os verdadeiros donos deste País, porque aqui chegaram primeiro, porque aqui mantiveram as suas tradições e foram massacrados por aqueles que chegaram aqui no segundo momento.

Então, nesse momento, assegurar em território nacional, uma política de cota para indígenas de 5% é mais do que adequado. E eu quero dizer, quando faço essa defesa e farei, Senador Antonio Carlos Valadares, em um Congresso no Ministério Público, em São Paulo, agora na próxima segunda-feira, eu entendo que a política de cota é um meio e não um fim. Sonho com dia de não podermos aprovar a política de cotas, e que efetivamente todos tenham acesso ao nível superior. Quer dizer, com essa minha exposição, acho que não há necessidade de eu fazer toda a leitura do brilhante trabalho feito aqui pelo Senador Cristovam Buarque, que faz algumas considerações. Vou diretamente à leitura somente de uma parte do relatório e depois lerei o voto, se V. Ex.^a assim concordar.

Então, relatório, só para situar aqueles que estão neste momento assistindo à nossa TV Senado, da Comissão de Assuntos Sociais, Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2000, que dispõe sobre reserva de 5% das vagas em universidades públicas para índios sem exigência de vestibular. Relator: Senador Cristovam Buarque.

O Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2000, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, busca assegurar aos indígenas brasileiros o acesso aos cursos superiores de graduação mediante reserva de 5% das vagas nas universidades públicas e dispensa do vestibular.

Justifica-se tal medida pela necessidade de evitar a marginalização dos índios quando inseridos na sociedade urbana, principalmente nas metrópoles, diante do fato peculiar que distingue o indígena e diante da dificuldade de ingresso às universidades. Visando a igualdade de condições que a Constituição Federal garante, torna-se necessário fornecer os mecanismos

que permitam ao índio o acesso à educação superior sem exigência de prova de caráter eliminatório.

Depois de oferecidos dois pareceres, ambos não votados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por requerimento do autor foi concedida pelo Plenário audiência na Comissão de Assuntos Sociais.

Ao longo da exposição que ora fiz, Sr. Presidente, e preliminarmente dando meu parecer já favorável, vou diretamente ao voto.

Em face de tudo aquilo que aqui acabei expondo, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2000, nos termos do Projeto de Lei 135, substitutivo, de 2000.

Vou ler o substitutivo para saber como ficou a redação final.

“Reserva aos índios percentual de vagas nos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior.

Art. 1º. As instituições de educação superior públicas, incluídas as universidades, reservarão percentual de vagas em concurso seletivo geral para ingresso dos índios nos cursos de graduação.

Parágrafo único. O percentual a que se refere o **caput** corresponderá, primeiro, no mínimo, ao da população indígena do Estado onde está instalada a instituição, segundo dados demográficos oficiais e atualizados pelo órgão federal competente, no máximo a 5% das vagas.

Art. 2º. As vagas remanescentes da reserva referida no **caput** serão remanejadas integralmente para o curso seletivo geral, curso a curso.

Esta lei entra em vigor em 90 dias após a sua publicação”.

Era esse o relatório, Sr.^a Presidente Senadora Patrícia Saboya Gomes, o qual dou com muita satisfação porque vai permitir que a nação indígena tenha também um espaço na universidade, que já vem sendo conquistado por aqueles outros que são também discriminados, que são os negros do nosso País.

Por isso o meu parecer é favorável, e rendo aqui as homenagens ao autor, Senador Mozarildo Cavalcanti, e ao relatório com as emendas, que estão contempladas no substitutivo, do Senador Cristovam Buarque.

A SR.^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. S/Partido – CE) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O parecer é favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2000, na forma do substitutivo que apresenta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o substitutivo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 3:

Decisão não-terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2004. Disciplina os alimentos gravídicos e a forma como será exercido e dá outras providências. Autor: Senador Rodolpho Tourinho. Relator: Senador Marco Maciel.

Com a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr^a Senadora Patrícia Gomes, que preside a reunião, Srs. Senadores Paulo Paim, Reginaldo Duarte e José Maranhão, senhoras e senhores Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2004, do ilustre Senador Rodolpho Tourinho, disciplina o direito de alimentos da mulher gestante e a forma como será exercido. Na justificativa da proposição, o autor observa que o projeto visa a assegurar à mulher grávida o direito de pleitear ajuda financeira do suposto pai, com vista a garantir-lhe uma gravidez saudável.

A proposição, é bom ressaltar, prevê algo que já expressamente vem sendo adotado no Brasil por construção doutrinária e jurisprudencial: a possibilidade de se conceder alimentos com vista a assegurar o mínimo necessário durante o período da gestação que é, por natureza, o período onde a mulher possui necessidades especiais.

Examinando a matéria, Sr^a Presidente, gostaria de observar que o art. 2 da proposição dispõe que os alimentos de que trata o projeto compreenderão valores suficientes para arcar com despesas de exames médicos, pré-natal, medicamentos, alimentação especial, entre outras indispensáveis a uma gravidez saudável.

Os próximos sete artigos do projeto tratam de questões jurídicas, tais como fórum, proposta de orçamento e julgamento, conteúdo da petição inicial, etc. Se o Plenário da Comissão concordar, eu me dispensaria de lê-lo, porque são tecnicidades jurídicas e que não têm a ver com o mérito do projeto, já que o mérito do projeto será apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Por fim, Senhoras e Senhores Senadores, o art. 11 estabelece que a vigência da lei ocorrerá, quase como regra geral, salvo casos especiais, com todas as leis que são sancionadas ou promulgadas.

Saliente-se que o projeto foi distribuído inicialmente só à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para receber decisão em caráter terminativo. Porém, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 163, de 2005, do próprio autor da proposição, o projeto vem primeiro a esta Comissão, de onde voltará a

CCJ. Ressalte-se que, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Passo agora a uma breve análise do projeto.

Em primeiro lugar, gostaria de lembrar que, como seguirá para a CCJ, para decisão em caráter terminativo, vou restringir o relatório à análise do mérito da proposta, que, aliás, é o que, de modo mais próximo, cabe a esta Comissão.

É inegavelmente louvável, friso mais uma vez, o projeto, no sentido de assegurar à gestante o direito de receber uma quantia que ajude a custear os gastos extras que advém de uma gravidez, na forma de propiciar-lhe um período mais tranquilo e saudável. Isso é especialmente relevante para o universo das mulheres que o projeto irá alcançar, aquelas gestantes que não se encontram na segurança de um relacionamento conjugal estável, no qual, de forma geral, a paternidade responsável se expressa naturalmente.

Tendo em vista, portanto, a relevância da proposta, faz-se necessário salientar que a redação do art. 2 não abarca todas as despesas, nem as mais expressivas que se podem originar de uma gestação, quais sejam: alimentação especial, assistência médica e psicológica, exames complementares, ecografias, exames laboratoriais, por exemplo, medicamentos e outras prescrições preventivas e terapêuticas, como sessões de fisioterapia ou hidroterapia, internações no parto e durante a gravidez, no caso de alguma doença ou complicação, e principalmente o próprio parto, que, via de regra, requer um dispêndio relativamente alto.

Por essa razão, sugerimos alterar a redação do dispositivo na forma da Emenda nº 2, abaixo apresentada. Também sugerimos a Emenda nº 1, para sanar um erro existente na ementa do projeto. É algo meramente redacional.

O nosso relatório, portanto, é favorável à aprovação da proposta, com as contribuições aqui oferecidas às duas emendas a que me reporte, uma friso, diz respeito à ementa da proposição, e a segunda, diz respeito à uma questão aqui referida, ampliando um pouco a atenção que se deve dar à mulher gestante.

A Emenda nº1 que diz respeito à ementa, que geralmente é pouco observado nas proposições, ficará com a seguinte redação: disciplina o direito a alimentos gravídicos, a forma como será exercido e dará outras providências.

A segunda e última emenda é o art. 2º, que também já me referi, do projeto em tela, que, se aprovado, teria a seguinte redação: os alimentos de que trata esta lei compreenderão valores suficientes para cobrir as despesas do período de gravidez, da concepção ao parto, inclusive as referentes a alimentação especial, assistência médica e psicológica, exames comple-

mentares, internações, parto, medicamentos e demais prescrições preventivas e terapêuticas, além de outras que o juiz considere pertinentes.

Este é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. S/Partido – CE) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. S/Partido – CE) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, não poderia deixar de manifestar-me pela importância do projeto apresentado pelo ilustre Senador Rodolpho Tourinho e pelo brilhante relatório com as emendas do Senador Marco Maciel.

Talvez não fosse nem necessário eu falar. Ninguém mais que V. Exª, que vai comentar o projeto, deverá, no meu entendimento, com mais brilhantismo do que nós, fazer a defesa do projeto original, como também do relatório apresentado pelo Senador Marco Maciel, com as devidas emendas.

Faço uma rápida consideração, dizendo que, sem sombra de dúvida, no momento da gravidez, da gestação, é o momento mais importante, em que a mulher deve ter o maior apoio possível, não somente do pai, como da própria sociedade. Todos sabemos o quanto a criança ainda no corpo da mãe sente todo o carinho, o apoio que a mãe está recebendo na sua gestação.

Então, o projeto vem nesse sentido, para garantir de fato uma gestão que eu gostaria que fosse do mais alto nível, com o carinho que, enfim, os familiares devem dar para mãe especialmente, diria, porque neste momento não é só para a mãe, a mulher, é para a mãe e para a criança. Então, o projeto, para mim, é relevante, sensibiliza todos nós, tem uma repercussão enorme no campo social porque esta vida ali sendo gestada será, queira Deus, aquele que estará dirigindo o nosso País no futuro, seja homem ou mulher, e por isso é fundamental que todo o atendimento seja dado à mãe, à criança nesse momento.

Por isso, Senadora Patrícia Saboya Gomes, é com satisfação que registro aqui o meu total apoio tanto ao projeto original do Senador Rodolpho Tourinho, como ao relatório feito pelo Senador Marco Maciel, que aperfeiçoa o texto pela grandeza da proposta original.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. S/Partido – CE) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Gostaria também, antes de colocar em votação o projeto, de parabenizar tanto o autor, Senador Rodolpho Tourinho, quanto o Relator, Senador Marco Maciel, por essa iniciativa tão importante e expressiva

para que mulheres e crianças possam ser beneficiadas com esse projeto.

V. Exªs, Senadores Paulo Paim, Marco Maciel, ao relatar a importância desse projeto, colocam uma situação em que vivem milhões de mulheres brasileiras que muitas vezes passam por uma gravidez, uma gestação com muitas dificuldades. E a criança acaba sendo a vítima de todo esse processo. Portanto, não tenho tanto a acrescentar a não ser parabenizar. Essa é uma luta de todas as mulheres e homens de bem. Fico muito feliz porque, coincidentemente, sábado passado, participei, no Rio de Janeiro, junto com a Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho Nacional de Pediatría e a Maria Paula, do Casseta & Planeta, de uma campanha que visa justamente prorrogar a convivência da criança com a mãe durante os seis primeiros meses. Todos os especialistas são unânimes em dizer da importância desse vínculo afetivo que começa já na gestação.

Estaremos dando entrada também nesse projeto, que é facultativo, que as empresas poderão aderir dando mais dois meses de licença-maternidade e recebendo, em troca, benefícios fiscais. É uma nova cultura que se instala no País, que queremos estimular até criando um programa empresa cidadã, ao qual empresários de todo o Brasil – e alguns já têm feito isso de forma voluntária – podem aderir e dar a possibilidade a milhões de mulheres de ter, com tranquilidade, essa convivência, esses laços afetivos, principalmente, cada vez mais estreitos entre mãe e filho. Quero parabenizar, mais uma vez, o autor e o Relator desse projeto, colocando em votação.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o parecer favorável, com duas emendas, ao Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2004.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o parecer e com as duas emendas queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o projeto.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, apenas gostaria de, secundando as suas palavras, chamar a atenção para a lúcida iniciativa do Senador Rodolpho Tourinho e também agradecer, na mínima parte que me cabe, a referência elogiosa que fez ao meu parecer. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. S/Partido – CE) – Obrigada. Eu que agradeço, Senador Marco Maciel.

Gostaria de propor a inversão da pauta, já que não temos quórum para votar as outras matérias, para que possamos votar um requerimento.

Se todos concordam, o Presidente Antonio Carlos Valadares colocará em votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Obrigado, Senadora Patrícia Saboya Gomes.

O requerimento requer a realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, que cria o serviço de saúde e o serviço nacional de aprendizagem da saúde. Os autores são os Senadores Sérgio Guerra e Reginaldo Duarte.

Em discussão.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com o requerimento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, para discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com muito prazer, concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Rapidamente, cumprimento por esse requerimento encaminhado de audiência pública para discutir um tema tão importante quanto à saúde e ao aprendizado profissional nessa área. Diria que vem num momento adequado porque sou daqueles que entende que, independente do trabalho das CPIs, que devem fazer o seu papel, as Comissões não podem parar, pois temas de interesse da população em geral precisam ser debatidos, analisados, votados. Por isso, cumprimento a iniciativa dos dois Senadores, circundados por V. Ex^a, que, de imediato, numa posição praticamente de extrapauta, coloca em votação o requerimento para que façamos aqui um bom debate de um tema que interessa a 180 milhões de brasileiros.

Apenas cumprimento os autores e também V. Ex^a por trazer esse assunto ao debate aqui, numa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Peço ao Senador Reginaldo Duarte que faça a leitura do requerimento, inclusive as sugestões para ouvir as pessoas a serem convidadas do setor saúde e do setor comércio.

Sr. Presidente, requero, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, CAS, do Senado Federal, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei nº 131, de 2001, o qual cria o Serviço de Saúde, o Serviço Nacional de Aprendizagem de Saúde, ouvindo, com esse intuito, os representantes de tais instituições.

Resolvemos convidar o Dr. Cláudio José Allgayer, da Confederação Nacional de Saúde, o Dr. José Caetano Rodrigues e o Dr. José Rafael de Pinto. No setor do comércio, o Dr. Gil Sílvio Pereira, a Dr^a Léa Maria Sussekund e o Dr. Josias Silva de Albuquerque. Isso

justamente para instruir mais o projeto, para que seja mais discutido e melhorado, se possível, com a oitiva desses cidadãos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Em votação o requerimento de autoria do Senador Reginaldo Duarte e do Senador Sérgio Guerra.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Queria fazer uma comunicação aos membros desta Comissão de Assuntos Sociais, comunicação esta vinculada a uma fala do Presidente do Senado, ontem à tarde, na sessão deliberativa. Depois que S. Ex^a ouviu os Líderes do Senado, resolveu propor aos Presidentes das Comissões Permanentes que, nesse período de funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito, as Comissões Permanentes funcionassem nos dias previstos no Regimento, mas no período de 9h30 às 11h30, justamente o período em que funcionam as Comissões Permanentes. As Comissões Parlamentares de Inquérito, segundo o entendimento do Senado com as mesmas, deverão funcionar a partir de 11h30. A idéia é de que fique reservado um espaço para as Comissões Permanentes e um espaço para as investigações que são geridas por intermédio das Comissões Parlamentares de Inquérito, e assim possamos aprovar matérias da maior importância para o Brasil, que exigem e atendem a demandas da sociedade. Essas matérias deverão também tramitar no Plenário, que se alimenta das matérias ou dos projetos que são aprovados pelas Comissões, de modo que considero da mais alta relevância o atendimento a esta sugestão do Presidente Renan Calheiros que, em boa hora, atendeu ao apelo das Lideranças, no sentido de que o Senado Federal não pode parar as suas atividades em virtude das investigações, que são graves, é bem verdade, são importantes para a elucidação de todos os fatos que estão preocupando o Brasil. Mas, apesar da importância delas, o Senado deve dar continuidade normal ao seu funcionamento, com o trabalho nas Comissões Permanentes e também atendendo às reivindicações das Lideranças, que querem ver os seus projetos aprovados pelo Plenário do Senado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Antonio Carlos Valadares, aproveito a oportunidade da sua fala para elogiar o Senador Renan Calheiros e os Presidentes de todas as Comissões, porque ontem, no Plenário, não tive a oportunidade de falar e gostaria de endossar a posição que os Senhores tomaram, até porque tenho cobrado, indiretamente, de forma

construtiva, numa pauta positiva, que não paremos de trabalhar. Creio ser mais do que legítimo – V. Ex^a foi feliz quando disse – as Comissões, como falamos, já que virou quase que um chavão, fazerem o seu papel, doa a quem doer, irão até o fim. Mas não chega a 100 Parlamentares envolvidos nas três Comissões. E os outros 500 farão o quê? Porque somos praticamente 600, não é? São 513 e mais 81. E os outros 500 Parlamentares? No mínimo, 500, farão o quê? Ficarão somente assistindo ao debate nas Comissões.

Por isso eu quero cumprimentar, de público, aqui na Comissão, o Senador Renan Calheiros. Assisti ontem ao parecer e à opinião de V. Ex^a, no Plenário, sobre o tema. É mais do que apropriado. Não há problema nenhum de nós estarmos aqui para iniciar uma reunião às 9h30min. Percebo aqui inúmeros projetos terminativos que dependem de votação nominal. Então, os Senadores estarão aqui, com certeza, a partir dessa nova metodologia que será aplicada. Vamos deliberar. E o Plenário, pela parte da tarde, votará. Se tiver que interromper por cinco, dez, quinze minutos, somente para efeito de voto, aqueles que estão na Comissão Parlamentar de Inquérito, eles sairão, vão ao plenário, votam e o trabalho continua no plenário e também nas Comissões. Defendo a agenda mínima assim falada.

Acho que seria fundamental que tivéssemos uma agenda mínima. Cheguei a ter dito, Senador Valadares, que num momento como esse em que há – queiramos ou não – uma crise no sistema político, por que não aprofundarmos o debate da reforma política? Ou ficaremos, o ano que vem, numa outra disputa eleitoral e quem sabe uma outra CPI daqui a dois anos. Então, algumas medidas terão de ser tomadas, tanto pelo Plenário da Câmara quanto do Senado. Enfim, deveremos fazer mudanças que passam pelo viés da reforma política.

Acho, também, que na reforma tributária dá para amassar alguns pontos. E eu vou mais além. Sempre se diz que toda vez que o Senador Paim fala... Alguém já disse: o Senador Suplicy vai falar em renda mínima; o Senador Paim vai citar o salário-mínimo e os aposentados. Mas é voz corrente no País, enfim. Todos dizem que o salário-mínimo passa pelo Orçamento, o qual nós teremos que votar até dezembro. Por que não debatemos, então, um projeto definitivo para o salário-mínimo nos meses – eu nem digo agosto – de setembro, outubro e novembro, para deliberar em dezembro e, quem sabe, entrar em vigor a partir de janeiro? Então, nós teríamos...

Eu estou fazendo toda essa ilustração para cumprimentar V. Ex^a pela sua fala; pela força que eu sei que V. Ex^a fez junto aos outros Presidentes de Comissão;

pela sensibilidade do Senador Renan Calheiros, que entendeu que as Comissões não podem parar, principalmente as Permanentes, como também os Plenários da Câmara e do Senado.

Era isso, rendendo as minhas homenagens a V. Ex^a e a todos os Presidentes. Enfim, a toda a Direção da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Flexa Ribeiro, o que nós estamos discutindo aqui é a proposta do Presidente do Senado Renan Calheiros de reservar dois períodos distintos para as reuniões das Comissões Permanentes e das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Nós sabemos que há uma prioridade, neste momento, sem dúvida alguma, ao funcionamento das Comissões investigativas propostas tanto pelo Senado como pela Câmara ou pelo Congresso. E o que deseja o Presidente do Senado, com o apoio dos Líderes, é que não haja um paradeiro; não haja qualquer obstáculo ao funcionamento normal das Comissões Permanentes e conseqüentemente do andamento das matérias no Plenário do Senado.

Ora, quais são esses dois períodos? O primeiro período seria destinado, nos dias marcados pelas Comissões, às Comissões Permanentes. Esse período começaria às 9h30min e terminaria às 11h30min, para a tramitação normal das matérias. E a partir das 11h30min, haveria o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Sendo assim, eu acho que essa sugestão vem atender aos reclamos de todos os Parlamentares que desejam não apenas fazer discurso no plenário, mas também desejam ver os seus projetos aprovados e a tramitação normal das mais diferentes matérias que estão no momento paradas exclusivamente porque há uma atenção especial às investigações que estão sendo procedidas pelo Congresso Nacional.

De sorte que nós estamos inteiramente de acordo. Já comuniquei isso ontem no plenário, na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e estou comunicando, também, a esta Comissão que iremos funcionar. A partir da próxima semana, em atendimento a essa solicitação da Presidência do Senado e dos Líderes, a partir das 9:30h até às 11:30h – 11:30h terminaremos impreterivelmente a nossa reunião para que haja o segmento normal do funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Era isso o que queria comunicar à Casa.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, essa proposta, essa medida, é da maior importância. Quero

aqui parabenizar o Presidente Renan Calheiros e os Presidentes de todas as Comissões que estão enviando todos os esforços para que o Congresso não fique paralisado, que tenha seu andamento normal com a tramitação de todos os projetos e requerimentos que são da maior importância para o país. E tem todo o nosso apoio nesse proposta de fazer as comissões funcionarem das 9:30h às 11:30h, deixando a partir das 14:30h para as comissões investigativas.

Mas, gostaria aqui de aduzir, Sr. Presidente, que temos um outro problema também de que há funcionamento de comissões no mesmo horário – hoje, por exemplo, eu teria que estar presente, já estive em duas, aqui na Comissão de Assuntos Sociais; na Comissão de Infra-Estrutura – aprovamos agora um projeto importantíssimo de regulamentação da Agência Nacional de Aviação Civil; na Comissão de Relações Exteriores; e ainda teríamos a Comissão de Orçamento. E todas elas marcadas para às 10 horas. Então, é humanamente impossível o Senador estar presente, ao mesmo tempo, em quatro comissões.

Então, além de termos essa questão do horário, que acho que é importantíssima, também que houvesse uma interligação entre os presidentes das comissões de tal maneira para que pudessem ajustar os horários para que não houvesse a coincidência de tantas comissões no mesmo horário e no mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Flexa Ribeiro, V. Exª tem inteira razão, porque dois corpos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço. Então, é o seguinte: nossa reunião normal seria, pelo Regimento, às quartas-feiras, às 14:30h, quero dizer, fica meio difícil fazer uma reunião... às quintas-feiras....Não, mas, regimentalmente é às 11:30h. Poderíamos fazer na quinta-feira à tarde? Não, às 11:30h.

Então, poderíamos, mas vai depender do entendimento com os demais Senadores – marcar uma reunião na quarta-feira, às 15 horas, porque não está funcionando ainda a sessão deliberativa, quer dizer, as matérias não estão sendo deliberadas. Até às 16h ou 16:30h poderíamos funcionar a Comissão de Assuntos Sociais numa quarta-feira, às 15h. Poderíamos fazer um teste na próxima semana. O que V. Exªs acham? Ou deixaríamos para quinta-feira mesmo? Por que V. Exª falou em quantas?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Hoje, quatro Comissões se reúnem às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Na quarta-feira, só teríamos a reunião de uma Comissão às 15 horas, que seria a Comissão de Assuntos Sociais. Seria apenas uma sugestão. É que não pode, não é?

É porque eles estão colocando, em regime extraordinário, o funcionamento de outras Comissões. O problema é esse. Então, como a nossa reunião seria às 11:30h, faríamos uma reunião extraordinária às 9:30h, porque aí seria extraordinária, não seria uma reunião normal.

Então, vamos continuar na próxima quinta-feira, às 9:30h ou 10h até às 11:30h e se não der certo, vamos partir para outra solução. Poderia ser na quarta-feira, das 15h até às 16:30h. Uma hora e meia seria um tempo bastante razoável.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Tem todo nosso apoio, Sr. Presidente para o funcionamento da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Muito obrigado.

Declaro encerrada, então, a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 36 minutos.)

Ata da Primeira Reunião de Instalação da Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura Realizada no Dia 7 de Abril de 2005, Quarta-feira, às 10:30 Horas.

Às dez horas e trinta e um minutos, do dia sete de abril de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúne-se a Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência, com a presença dos Senadores **LUCIA VÂNIA, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, LEONEL PAVAN E PATRÍCIA SABOYA GOMES**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores **MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM E LEONEL PAVAN**. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, a Senhora Presidente convida o Senhor Senador Augusto Botelho para servir como escrutinador, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente – Senador Paulo Paim, com 3 votos a favor; para Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella, com 3 votos a favor. São declarados eleitos o Senador Paulo Paim e o Senador Marcelo Crivella, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Senador Paulo Paim, presidente eleito assume a presidência, agradece os votos de seus pares. Foi aprovado o Requerimento nº 01 de 2005 de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das questões do

Desemprego e Redução de Jornada de Trabalho, a luz da propositura legislativa PEC 75/2003 em trâmite nesta casa. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS-CE) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião de instalação da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, criada pelo Requerimento nº 02, de 2005, em 24 de fevereiro de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim.

A presente reunião se destina à eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Subcomissão. Foi registrada, até o momento, a seguinte chapa: Para Presidente, o Senador Paulo Paim; para Vice-Presidente, o Senador Marcelo Crivella.

Sobre a mesa encontra-se à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

Começarei a votação, porque logo em seguida temos uma audiência pública.

Senador Marcelo Crivella, que já pode votar, Senador Paulo Paim e Senador Augusto Botelho.

Encerrada a votação, convido o Senador Augusto Botelho para proceder à apuração dos votos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Por unanimidade, três votos.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS-CE) – Por unanimidade, três votos.

Presidente: Paulo Paim.

Vice-Presidente: Marcelo Crivella.

Convido, então, os eleitos, Senadores Paulo Paim e Marcelo Crivella, para ocuparem seus lugares à mesa e, em seguida, usarem da palavra.

Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente desta Subcomissão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ) – Sr^a Presidente, Sr. Senador Paulo Paim, Sr. Senador Augusto Botelho, quero dizer que é uma honra para nós, do Partido Liberal, compormos essa Subcomissão, principalmente neste momento, Sr^a Presidente, porque estamos discutindo nesta Casa uma obra, que foi a PEC Paralela, que teve a participação fundamental do Senador Paulo Paim na sua construção, elaboração, encaminhamento e luta para que ela passasse na Câmara dos Deputados, onde ficou parada por mais

de um ano. Penso que começamos com muita alegria esta Subcomissão, porque hoje vamos ouvir aquelas representações profissionais que não foram incluídas na questão do teto que foi votado na Câmara.

Portanto, é com muita alegria, com muito prazer e com muita disposição para o trabalho que assumo o cargo de Vice-Presidente da nossa Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS-CE) – Obrigada, Senador Marcelo Crivella.

Com a palavra, o Presidente da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, Senador Paulo Paim.

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS) – Sr^a Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, é uma alegria estarmos aqui neste momento.

A Subcomissão do Trabalho e Previdência, ora instalada, também tem o Senador Marcelo Crivella, também lutador pelas causas populares, pelo campo social. Também é o que V. Ex^a, Senadora, representa como ninguém, por isso é a nossa presidente em exercício.

Teremos muito trabalho, sem sombra de dúvida. Depois, em seguida, sei que V. Ex^a vai acabar passando a presidência a mim e ao Senador Marcelo Crivella para presidirmos, já, um trabalho que é da Subcomissão e é da Comissão, que é o debate sobre a PEC Paralela, para o qual já está confirmada a presença de todas as entidades envolvidas no tema e, também, do Senador-Relator Rodolpho Tourinho.

Se o Senador Marcelo Crivella me permitir, eu queria, já como primeiro ato desta Comissão, que nós votássemos hoje, ainda, uma audiência pública para o dia 2 de maio para discutirmos a questão do desemprego vinculado à redução de jornada.

Eu vou dizer porque eu trouxe hoje este Requerimento. Por incrível que pareça, eu tive, ontem, na **TV Senado**, um debate com o empresário mais bem sucedido deste País – do Paraná, não é do meu Estado. Ele me provou que, na empresa dele, ele reduziu de 44 para 36 horas a jornada de trabalho e aumentou a produtividade, aumentou o lucro.

Então, eu quero que ele conte essa experiência para nós, aqui, na Comissão de Assuntos Sociais. Porque, normalmente, na questão de emprego, de renda e jornada, fica o empresário contra e o trabalhador a favor. Esse empresário – diz ele que é muito bem sucedido –, com 2.500 empregados, quer vir contar aqui a sua experiência.

Então, se a Presidência permitir – e, também, o nosso Vice –, nós aprovaríamos, extrapauta, já uma

audiência pública, em resumo, para discutirmos o desemprego no próximo dia 12 de maio.

Pergunto à Assessoria se há algum encaminhamento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS)

– Com a palavra, V. Ex^a, para encaminhar a votação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ) – Sr.

Presidente, eu gostaria de encaminhar esta votação porque eu conheço esta empresa – é a Colway.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS)

– Exatamente – é essa empresa. Eu fiquei conhecendo ontem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ)

– Ela tem uma extraordinária estratégia de trabalho. Ela reduziu a jornada de trabalho – eles trabalham em quatro turnos de seis horas – produzem 200 mil pneus por mês e vendem. Está crescendo muito e é fantástico porque os empregados participam de academia de ginástica, recebem assinatura de jornal em casa e são pagos para lerem o jornal. Realmente, é um avanço nas relações de trabalho que precisa ser notificado, aparecer no Brasil, para nos mostrar o caminho – e é uma maneira de se diminuir o desemprego, que hoje é a pior coisa que aflige o Brasil.

Então, acho que V. Ex^a traz este Requerimento num momento exato, e, com certeza, ele deve ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS)

– Então, encaminho, já em nome da Subcomissão, com o orgulho da presença, aqui, da minha Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Se os Srs. Senadores concordam...

A SR^a PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE)

– Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, antes de V. Ex^a colocar em votação, eu gostaria só de parabenizar o Presidente da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência e o Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, dizendo que, certamente, esta Subcomissão terá um papel fundamental para tratar, que é, principalmente, a questão a que V. Ex^a se refere: a questão do desemprego.

V. Ex^a tem uma história de vida e uma trajetória política dedicada a essas questões, principalmente às questões sociais. Ao longo da minha vida, também, eu tenho procurado me dedicar, dando ênfase à questão da infância e da juventude. Nós sabemos que esses problemas e as mazelas que existem em nosso País infelizmente colocam, de forma vulnerável e fragilizada, um dos segmentos mais importantes – mas infelizmente que ainda não recebe atenção suficiente –, o

das crianças e dos adolescentes que são obrigados, cedo, a saírem de casa, na labuta diária de trabalhar e de abandonar a escola, que, infelizmente, ainda não é boa e nem de qualidade. Se nós tivéssemos um outro tratamento para a questão de suas famílias, de seus pais, talvez tivessem um trabalho digno. Sei porque venho de um Estado muito pobre e muito sofrido, que é o Estado do Ceará, onde o número de desempregados é algo também alarmante e que dói no coração de uma gente tão boa, tão generosa, tão criativa e tão disposta a trabalhar, mas que, infelizmente, acorda e dorme sem a possibilidade de emprego. Certamente, esta, talvez, seja uma das maiores humilhações que um homem, que um pai de família, que uma dona de casa pode sofrer.

Eu tenho certeza de que, pelo perfil de V. Ex^a, pelo perfil humanitário do Senador Marcelo Crivella, esta Subcomissão vai, também, poder fazer um trabalho nessa direção.

Portanto, antes de colocar em votação, eu gostaria de passar a Presidência para V. Ex^a e ficar aqui ao seu lado, desejando boa sorte e que nós possamos, mais uma vez, trabalhar em conjunto, trabalhar unificado por um Brasil mais justo e por um Brasil melhor de verdade.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS)

– Mais uma vez cumprimento a Senadora Patrícia pelo depoimento que deu aqui, um depoimento sempre carregado de uma dose de emoção. Acho isso muito bonito, muito bonito mesmo, quando fala do desemprego, das crianças, das mulheres e dos homens que lutam para ter direito a um posto de trabalho.

Mediante tudo o que foi dito aqui e querendo agilizar o trabalho, o Senador Crivella, com quem vamos dividir a Presidência dos trabalhos hoje e sempre, já pedia a mim a possibilidade de as pessoas poderem entrar e sentar para iniciarmos a audiência específica que vai debater a PEC Paralela.

Senador Pavan, eu vou colocar em votação o requerimento para discutir – casualmente V. Ex^a acompanhou o trabalho dessa empresa lá do Paraná que tem uma experiência interessante de redução da jornada sem redução de salário e gerou muitos empregos.

Estou encaminhando o requerimento já como primeiro trabalho desta nossa Subcomissão e com o apoio da Comissão principal, para debatermos emprego, redução de jornada. S. Ex^a seria um dos painelistas principais.

Se V. Ex^a concorda, assim como os que estão à Mesa, nós colocamos em votação o requerimento.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado por unanimidade.

Vamos fazer um pequeno intervalo para retomarmos os trabalhos da Comissão principal.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS) – Senador Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Seria um outro assunto, só para deixar registrado em ata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS) – Nós suspendemos os trabalhos por cinco minutos para que as pessoas possam chegar.

Estão encerrados os trabalhos da Subcomissão. Voltaremos à audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais, para a qual a Senadora Patrícia terá que se deslocar.

Se V. Ex^a quiser, inclusive, pode dizer o motivo da sua ausência. É um projeto interessante.

A SR^a PATRICIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – Obrigada, Senador Paulo Paim. É que hoje vai ser sancionada a lei de autoria da Senadora Ideli Salvatti que autoriza aquelas mulheres que forem ter filhos na maternidade, nos hospitais públicos, a que possam ser acompanhadas daqueles que desejarem.

Esse também é um projeto de humanização no serviço de saúde e que vai garantir que tantas mulheres, numa hora tão preciosa e tão bonita da sua vida, possam estar ao lado de quem mais querem bem, de seus companheiros, de seus familiares ou de seus amigos.

Como fui relatora do projeto, dando parecer favorável, e este também é um momento importante na luta dos direitos da criança e do adolescente, eu farei a abertura dos trabalhos e logo em seguida irei ao Palácio, acompanhando a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS) – Estão encerrados os trabalhos da Subcomissão.

(Levanta-se a reunião às 10h46min.)

Ata da Primeira Reunião de Instalação da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura Realizada no Dia 6 de Abril de 2005, Quarta-feira, às 11:30 Horas.

Às onze horas e trinta e sete minutos, do dia seis de abril de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores **EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES,**

FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, ROMEU TUMA E PAULO PAIM. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores **EDUARDO AZEREDO, AUGUSTO BOTELHO E PAPALÉO PAES.** A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, a Senhora Presidenta convida o Senhor Senador Eduardo Azeredo para servir como escrutinador, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente – Senador Papaléo Paes, com 4 votos; para Vice-Presidente – Senador Augusto Botelho, com 4 votos. São declarados eleitos o Senador Papaléo Paes e o Senador Augusto Botelho, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Senador Papaléo Paes, presidente eleito assume a presidência, agradece os votos de seus pares e comunica a visita à Subcomissão permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde de membros do Conselho Nacional de Saúde. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Papaléo Paes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Papaléo Paes**, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Senadora Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Bom-dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a reunião de instalação da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, criada pelo Requerimento nº 09, de 2005, em 10 de março de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes.

A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Subcomissão.

Foi registrada, até o momento, a seguinte chapa: para Presidente, o Senador Papaléo Paes, e para Vice-Presidente, o Senador Augusto Botelho.

Sobre a Mesa, encontram-se, à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

Procedo à chamada nominal neste momento. Cada Senador deverá pegar sua cédula rubricada e colocá-la na urna.

(Procede-se à chamada nominal.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, quero dizer da importância da instalação desta Subcomissão de Saúde, que abordará um dos temas mais importantes do País. Tanto o Senador Papaléo Paes quanto o Senador Augusto Botelho participam da Frente Parlamentar de Saúde, que é ativa e tem meu conterrâneo, o Deputado Federal Rafael Guerra, como Presidente. Para a Comissão de Assuntos Sociais, a instalação desta Subcomissão de Saúde tem grande relevância. Sem dúvida alguma, merece a presença de todos, pois precisamos ter vigilância sobre as questões de saúde.

Ainda hoje teremos a presença do ex-Deputado Ronaldo Cezar Coelho, Secretário de Saúde do Rio de Janeiro, na reunião da Executiva do PSDB, expondo sua posição em relação à questão da saúde no Rio de Janeiro, que é grave, mas não única. Os problemas do SUS ocorrem em todo o País, daí a importância da nossa Comissão estar sempre subsidiando as ações da Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª PRESIDENTE (Senadora Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Agradeço a palavra do Senador Eduardo Azeredo e o convido a fazer a contagem dos votos.

Em seguida, passarei a palavra ao Senador Augusto Botelho.

Concluída a apuração, o resultado é o seguinte: 4 votos para a chapa em que é Presidente o Senador Papaléo Paes e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho.

Convido os 2 para ocuparem seus lugares à Mesa e, em seguida, usarem a palavra.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu gostaria de agradecer o apoio dos companheiros e dizer que esta Comissão é muito importante porque é a voz da saúde dentro da Casa. Claro que há vozes mais ativas como as de V. Exª e do Senador Eduardo Azeredo, e, principalmente, quero reafirmar meu compromisso e o do Senador Papaléo em continuar fazendo com que o SUS se aperfeiçoe e chegue às pessoas. Vamos continuar uma batalha que começamos ano passado em relação aos medicamentos, uma ferida que tem no SUS que temos que trabalhar para corrigi-la. Também vamos rever e analisar algumas metas da 11ª Conferência de Saúde para tentar aperfeiçoar e seguir os rumos propostos por ela.

Este é o nosso compromisso neste mandato na Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Com a palavra o nosso Presidente da Subcomissão da Saúde, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Srª Senadora Patrícia Gomes, Presidente desta reunião. Quero cumprimentar os Senadores Augusto Botelho e Eduardo Azeredo e agradecer a confiança que estão mais uma vez nos dando para que possamos continuar desenvolvendo este trabalho que, acredito, muito importante para a Comissão de Assuntos Sociais e para o Senado Federal.

Tínhamos a Subcomissão de Saúde Provisória, que foi proposta no início do nosso mandato e que resultou em ações importantes, inclusive, hoje, daqui a pouco, vou fazer o registro, estamos dando entrada num projeto de decreto legislativo e 2 projetos de lei, resultados das nossas audiências públicas. Mas, mais importante do que a nossa Subcomissão de Saúde foi exatamente termos conseguido transformá-la em uma Subcomissão Permanente, que passou a ser denominada Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. Então, este termo consegue abranger toda a questão saúde e faz com que possamos discutir mais intensamente nas nossas audiências públicas este problema gravíssimo que estamos enfrentando na saúde brasileira, e não quero dizer que seja problema de governo, mas realmente de consequências das nossas dificuldades nesta área que são permanentes. Sempre digo, pela nossa experiência, não é, Senador Augusto Botelho, que nunca tenhamos a utopia de pensar que vamos resolver os problemas da saúde, porque nunca conseguiremos resolvê-los, o que podemos fazer é organizar, gerar expectativas positivas, é ter condições de solucionar questões imediatas ou mediatas, mas resolver definitivamente, isso não existe. Por isso, a importância dessa vigilância permanente que temos que ter nesta questão da saúde.

Srª Presidente, registro, com muita honra, o trabalho da Subcomissão de Saúde, que trouxemos para cá como uma continuidade daquele trabalho. Isso resultou num projeto de lei no qual vamos dar entrada agora, que dispõe sobre incentivos fiscais à produção de fármacos, dos seus insumos e de medicamentos resultados das nossas audiências públicas. Então, quando assinamos aqui como Presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, estamos assinando pela definição atual, mas é resultado daquelas nossas audiências públicas.

Um outro projeto de lei, que altera a Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a incidência da Contribuição para Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pis/Pasep, e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, nas operações de venda dos produtos a que especifica a Lei nº 10.865, de

30 de abril de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pis/Pasep, e da contribuição para o financiamento da seguridade social, incidente sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências, para reduzir as alíquotas desses produtos nas operações com produtos farmacêuticos de que trata.

Isso também foi muito discutido na nossa então Subcomissão de Saúde e um projeto de decreto legislativo. Este projeto de decreto legislativo dispõe sobre a sustação do parágrafo único do art. 7º do Decreto 3.181, de 23 de setembro de 1999.

Inclusive, vou lê-lo, porque é curtinho:

O Congresso Nacional decreta:

Fica sustada a vigência do parágrafo único do art. 7º do Decreto 3.181, de 23 de setembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nome genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.

Então, aqui apresentamos uma justificativa que realmente vem a atender uma necessidade que já tínhamos a respeito desse assunto.

Srª Presidente, agradeço mais uma vez a confiança de todos e desejar que todos nós possamos justificar esta Subcomissão como uma Subcomissão Permanente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Bem, eu gostaria de parabenizar o Senador Papaléo e o Senador Augusto Botelho por mais uma missão tão nobre dentro de seus mandatos, duas pessoas, dois Senadores que têm buscado, ao longo dos seus mandatos, defender a saúde das pessoas no nosso País, principalmente daqueles mais pobres, os mais humildes, aqueles que não têm, infelizmente, tido acesso a uma saúde boa e de qualidade.

Esta Casa é testemunha do trabalho que os dois Senadores e tantos outros vêm fazendo.

Acho que esta Subcomissão poderá, como disse o Senador Eduardo Azeredo, fazer um **link** importante com a Frente Parlamentar, que tem tido uma atuação forte, determinada e importante nos momentos difíceis que o País possa estar passando.

Portanto, quero desejar aos dois boa sorte, colocar o nosso trabalho também à disposição de V. Exªs, para que possamos tratarmos aqui de assuntos bastante relevantes.

E eu, como aquela que vem buscando, ao longo da minha vida pública e da minha pessoal, defender os direitos da criança e do adolescente, coordenando

do a Frente Parlamentar pelos Direitos da Infância e da Adolescência no Senado, que possamos trabalhar juntos, porque, infelizmente, as crianças acabam sendo o segmento da nossa sociedade mais frágil e mais vulnerável, inclusive as questões de doenças.

Coloco o trabalho também da Frente Parlamentar à disposição de V. Exª, esperando que essa Subcomissão possa servir de exemplo e os resultados V. Exª já aponta com projetos de lei, que foram estudados e debatidos. Que possamos, enfim, dar continuidade a esse trabalho.

Portanto, para finalizar, encerrar esta nossa reunião, eu gostaria de convidar a todos para amanhã, às 10h30min, participarmos da instalação de uma Subcomissão do Trabalho e Previdência, e, em seguida, às 11h30min, participar de uma audiência pública que vai tratar dos assuntos relacionados à PEC Paralela.

Antes de encerrar as minhas palavras, passo a Presidência ao Senador Papaléo, para que possa encerrar, com as suas próprias palavras, esta reunião.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Srª Presidente, muito obrigado pela deferência. Nós ficamos muito honrados de podermos neste momento, até abrilhantando a instalação desta Subcomissão, receber a visita dos membros do Conselho Nacional de Saúde – Dr. Antonio Alves, do Ministério da Saúde; Srª Francisca Valda, representantes dos trabalhadores; Francisco Monteiro, representante das entidades médicas; Geraldo Adão Santos, representante os usuários; Lirce Lamonier, representante dos usuários; Luiz Fernando Silva, representante dos prestadores de serviços; Volmir Raimondy, representante dos usuários, mais a Srª Solange Belchior, representante dos trabalhadores.

Assim, é muito importante essa visita. Eu poderia até convidá-los para compor, no nosso plenário...

(Cumprimentos.)

Quero registrar a satisfação, repito, de estarmos recebendo os membros do Conselho Nacional de Saúde, exatamente na véspera do Dia Mundial da Saúde, que é amanhã. Isso é uma honra muito grande para nós. É lógico que tiveram oportunidade de participar neste momento da instalação desta Subcomissão de Saúde, Acompanhamento, Defesa e Promoção da Saúde. Nós queremos colocar à disposição dessa instituição tão importante, que é o Conselho Nacional de Saúde, a nossa Subcomissão.

Nossa Subcomissão tem como característica a discussão da questão da saúde. Recebemos, inclusive, sugestões sobre temas que podemos discutir exaustivamente. O Conselho é uma instituição extremamente

abrangente da área da saúde e por isso esperamos receber dele sugestões que são realmente importantes para a questão da saúde nacional.

Peço permissão a Sr^a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais para, em nome dessa Comissão, reconhecer a importância da visita dos membros do Conselho Nacional de Saúde e também para nos colocarmos à disposição desse Conselho, para que possamos colaborar com as ações importantes que desenvolve no cenário nacional.

Vamos conceder a palavra à Senadora Patrícia Gomes, ao Senador Papaléo Paes, ao Senador Augusto Botelho, ao Senador Eduardo Azeredo, aos nossos colegas do Conselho e às demais pessoas presentes.

O SR. GERALDO ADÃO SANTOS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senhoras e Senhores, em nome do Conselho Nacional de Saúde, sentimo-nos honrados em termos sido convidados para essa solenidade e aqui estamos representando esse Conselho na representação de todos os segmentos. Particularmente, eu, Geraldo Adão Santos, sou representante dos aposentados, pensionistas e idosos no Conselho Nacional de Saúde e também no Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Sabemos avaliar a importância da transformação de uma Comissão Temporária para uma Comissão Permanente e da importância da relação entre o Conselho Nacional e o Parlamento. Já temos uma relação de convivência longa e muito importante, de muita contribuição, através da Frente Parlamentar. Agora, tendo essa Comissão, certamente, será muito oportuna a nossa relação mais estreita entre o Conselho e o Senado também.

Somos, como representantes dos usuários, como todos os representantes de outros segmentos, realmente pessoas comprometidas com esse sistema, que acreditam no SUS como um sistema considerado por nós a maior conquista da sociedade brasileira, que completa agora 15 anos. Já é um sistema consolidado, mas ainda está em fase de efetivação. Sabemos que, pelos seus princípios e diretrizes, o SUS está muito bem estruturado, muito bem legalizado, já está organizado, implantado em praticamente todos os Municípios brasileiros. Mas temos defendido que, desde 1999, quando chegamos a este Conselho, além de um esforço conjunto de todos os atores do sistema, que são os gestores, os prestadores, os trabalhadores e os próprios usuários, há necessidade de um esforço para uma integração de maior responsabilidade conjunta e que o SUS, para sua efetivação, depende não só do cumprimento pleno dos seus princípios e diretrizes, mas também da incorporação definitiva dos atributos da qualidade dos serviços e da humanização no atendimento. Esse é um trabalho que o Conselho

vem desenvolvendo desde 1999 e que, felizmente, no Governo do Fernando Henrique Cardoso, foi transformado em Política Nacional de Humanização, abrangendo o atendimento a nível hospitalar. Agora, com o Governo do Presidente Lula, foi transformado em Política Nacional de Humanização. Então, sabemos que é um passo importante para o aperfeiçoamento desse sistema. Vamos precisar muito da participação dos membros desta Casa, do Senado e da Câmara, assim como os Conselhos Estaduais precisarão muito das Assembléias Legislativas e os Conselhos Municipais das Câmaras Municipais para que tenhamos realmente força para fazer esse SUS se efetivar conforme está previsto, conforme está organizado e conforme ainda está na expectativa de seus usuários. Senadora, ouvi V. Ex^a dizendo agora, há pouco, que o SUS, para atender às pessoas mais carentes, mais necessitadas – realmente, temos uma população muito carente, muito necessitada, muito grande –, é preciso que todos os olhares dos brasileiros e todos os esforços realmente se voltem para o SUS. Também trabalhar não só a questão da saúde sob o aspecto curativo, mas precisamos começar a trabalhar a prevenção. Sabemos da importância da intersectorialidade da saúde com a educação para trabalharmos a prevenção a partir da educação, da questão do Ministério da Agricultura, da questão da alimentação, que ainda é uma carência muito grande neste País, a questão do meio ambiente e tantas outras. Então, é uma interação muito ampla que precisamos exercer e o SUS ainda carece dela. Evidentemente que a sociedade, organizada através dos Conselhos, através das suas entidades e com o Poder Legislativo, acredito que vamos caminhar muito mais rápido e vamos solucionar melhor essas questões. Agradeço imensamente essa oportunidade e essa honra de estar aqui falando nesta Comissão em nome do Conselho Nacional, de todos os nossos companheiros e companheiras do Conselho Nacional, e principalmente em nome do cidadão brasileiro. O SUS foi criado para atender a todos os brasileiros e atender bem, sem discriminação e sem privilégios. Evidentemente, temos de dar uma assistência mais adequada e mais imediata aos mais necessitados, mas todo brasileiro, mesmo aquele que não paga imposto, está sustentando esse sistema para atender a todos. Que esse dinheiro seja efetivamente bem fiscalizado e bem aplicado para o bem-estar de todos os brasileiros, porque esse é um esforço que todos nós devemos fazer. Qualquer pessoa que tenha a saúde fragilizada merece toda a atenção, todo o respeito, toda a consideração e todo esforço de todos nós.

Agradeço a oportunidade destas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Também agradecemos as suas palavras, porque realmente elas vêm traduzir a definição exata do que é o SUS. Hoje, realmente, vemos que existe essa expectativa muito positiva no sentido de conseguirmos orientar algumas situações que ainda são deficitárias, normais.

Lembro que, em 1984, era Secretário de Saúde do Estado do Amapá e fui assinar o primeiro convênio – que seria aquele convênio de onde nasceu o SUS, que eram as ações integradas e descentralizadas da saúde, depois passou para Sistema Único e Descentralizado da Saúde – e quando chegamos ao SUS, de qualquer maneira, não foi nada inventado, sendo apenas uma evolução de um processo por isso que ele é estabelecido como um sistema forte, que precisa dos seus aperfeiçoamentos principalmente nessa questão de recursos, porque a área da saúde necessita de muitos recursos.

Mas existe essa confiança de todos nós de que só temos a evoluir com esse sistema. Já estamos conseguindo observar essa evolução, realmente, sentir que melhorou em muito a saúde pública brasileira, nesse sentido. Claro que temos as diversas deficiências, podemos ser críticos 24 horas dessa questão, mas não podemos desprezar a evolução que tivemos no Sistema Único de Saúde.

Então, parabenizo o senhor, parabenizo todos os membros do Conselho. E digo, mais uma vez, que estamos aqui à disposição para as suas sugestões, críticas e as referências que precisamos ter para melhorar o nosso trabalho na área legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Com a palavra a Senhora Solange Belchior.

A SRª SOLANGE BELCHIOR – Sou Solange Belchior, Conselheira Nacional de Saúde, represento os trabalhadores no Conselho. Queríamos deixar uma solicitação para a Comissão. Primeiro, um trabalho mais próximo nosso com a Comissão.

O Conselho Nacional de Saúde, criado por lei, tem a função de deliberar sobre as políticas de saúde. E existem algumas construções já elaboradas com a sua trajetória de 80 anos de existência, que poderiam estar contribuindo com a Comissão com alguns projetos que aqui tramitam, inclusive até sugerindo alguns projetos que ainda faltam para o SUS assim funcionar.

Estamos solicitando uma aproximação mais direta com esta Comissão em especial. Não que as outras não sejam importantes, mas nossa identidade é muito mais com esta do que com as outras Comissões da Casa.

Além disso, temos uma grande preocupação e queríamos solicitar de V. Exª uma prioridade, enquan-

to Presidente, e a todos os membros desta Comissão em relação à regulamentação da Emenda à Constituição nº 29, que ainda está em pauta e que já está passando do prazo.

A Emenda à Constituição nº 29 garante recursos da esfera federal ou municipal e nacional no Sistema Único de Saúde. O que temos convivido, além de tudo o que foi falado, corrupção, uso da verba inadequadamente, é a renúncia de receita.

Muita vezes uma cidade inteira ou um Estado inteiro funcionam com o recurso unicamente do Ministério da Saúde. E é claro que o recurso somente de uma das receitas não é suficiente.

Então, é preciso que alguns projetos de lei que aqui hoje tramitam e que vão chegar a esta Comissão, em algum momento, sejam realmente prioritários e que possamos estar contribuindo, inclusive, com as discussões aqui desenvolvidas. Estamos aqui, enquanto Conselho Nacional de Saúde, com um pedido a esta Comissão, solicitando que ela sensibilize as outras Comissões para que a Emenda à Constituição nº 29 seja aprovada com a maior agilidade de tempo possível, para que ela já seja incorporada nos Orçamentos de 2006 das Prefeituras e dos Governos Estaduais.

Além disso, outros projetos de lei que aqui tramitam, que vão chegar aqui, que são referentes ao Sistema Único de Saúde, que temos parecer favorável a eles, alguns temos parecer desfavorável, porque prejudicariam a organização da saúde no País, que gostaríamos de estar construindo uma pauta contínua com o senhor, deixar que um convite do Conselho Nacional de Saúde para que o senhor esteja presente em uma das nossas reuniões, sei que o senhor tem uma agenda difícil, obviamente o convite é extensivo a todos os membros da Comissão. Teremos enorme prazer de recebê-los lá, mas gostaríamos de não só recebê-los numa visita, mas estar construindo pautas contínuas das políticas de saúde que temos ainda; como o senhor disse, o SUS é um processo em construção, não está acabado, e temos muito o que fazer, achamos que podemos contribuir com V. Exªs, com esta Comissão em especial.

Agradecemos muito pelo Dia Mundial da Saúde, que comemoramos no dia 07, mas hoje já sentimos que é uma atividade do Dia Mundial da Saúde, que é a possibilidade do controle social e do Parlamento construírem juntos as próximas políticas de saúde que venham implementar.

Em nome do Conselho Nacional de Saúde agradeço e gostaria de deixar o convite de todo o Pleno do Conselho para que o senhor nos visite, de acordo com a sua agenda, se possível na próxima reunião que vai acontecer 12, 13 e 14 de abril aqui em Brasília.

lia. O Conselho tem sede no Ministério da Saúde, 1º andar, anexo, gostaríamos muito de ter a presença do senhor lá.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Agradeço, em nome da Subcomissão, o convite. E a intenção é exatamente essa: integração com as instituições que fazem a saúde no nosso País.

Alguém deseja fazer uso da palavra?

Agradeço, então, mais uma vez, a presença muito honrosa para todos nós, e o convite que nos foi feito estendo à toda a Subcomissão porque somos cinco membros, e aguardamos uma comunicação oficial de data para também, com muita honra, comparecermos à reunião.

Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, encerramos a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 09 minutos.)

Ata da Segunda Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura Realizada no Dia 29 de Junho de 2005, Quarta-feira, às 13:00 Horas.

Às treze horas e quinze minutos, do dia vinte e nove de junho de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador Papaléo Paes, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO E WIRLANDE DA LUZ**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Fez uso da palavra o Senhor Senador **FLÁVIO ARNS**. O Senhor Senador Papaléo Paes declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início à Audiência Pública com a presença das seguintes autoridades: Dra. Neiva Damasceno – Representante do Grupo Brasileiro de Estudos da Fibrose Cística; Sr. Sérgio Henrique Sampaio – Presidente da Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose (Fibrose Cística); Dr. Carlos Henrique Martins Lima – Procurador da República representante do Ministério Público; Dr. José João Lanceiro da Palma – Diretor do Departamento de Atenção Especializada (Substituto) – Ministério da Saúde; Sr. José Alcides Marton – Presidente da União Brasileira de Serviços de Referência em Triagem Neonatal – Unisrt. O debate abordou questões sobre a padronização do Tratamento de Fibrose Cística. Foi aprovado Requerimento nº 01, de 2005 – CASSAUDE, U:\CAS\CAS 2005\SUBCOMISSÃO PROM.ACOM.E DEF.SAÚDE\ATA\2ª ATA 29-06-05.docque “Requer a realização de audiência pública

com um representante do Ministério da Saúde para que seja apresentada a proposta do custo do teste do pezinho, custo do exame de confirmação e o repasse em dia dos pagamentos da triagem neonatal, em data a ser marcada para o início de agosto. Autor: Senador Flávio Arns. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Papaléo Paes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Papaléo Paes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à audiência pública para abordar a padronização do tratamento da fibrose cística, de acordo com o Requerimento nº 25 de 2005 – Comissão de Assuntos Sociais –, de autoria do nobre Senador Flávio Arns, aprovado no dia 23 de junho de 2005.

Foram convidadas as seguintes autoridades: Sr. Sérgio Henrique Sampaio, Presidente da Associação Brasileira de Assistência a Portadores de Mucoviscidose, Fibrose Cística.

Os convidados comporão a Mesa: o Sr. José Alcides Marton; Presidente da União Brasileira de Serviços de Referência em Triagem Neonatal; Drª Neiva Damasceno, do Grupo Brasileiro de Estudos da Fibrose Cística; Dr. José João Lanceiro da Palma, substituto do Diretor do Departamento de Atenção Especializada do Ministério da Saúde; Dr. Carlos Henrique Martins Lima, Procurador da República, representante do Ministério Público.

Faço uma saudação aos Srs. Senadores, aos senhores membros da Mesa e aos demais presentes.

Iniciamos a nossa audiência pública, concedendo a palavra ao Sr. Sérgio Henrique Sampaio. O senhor terá dez minutos para sua apresentação, e, logicamente, havendo necessidade, prolongaremos esse tempo.

Lembro a todos que hoje, extraordinariamente, teremos uma sessão deliberativa do Senado Federal às 14h30min. Por conseguinte, após o início da Ordem do Dia, não podemos dar continuidade à nossa reunião.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE SAMPAIO – Em primeiro lugar, agradeço ao Senador Flávio Arns pelo encaminhamento da nossa requisição à Subcomissão da Saúde. Estamos aqui com o intuito de pedir guarida ao Senado Federal, no sentido de que não se venha a

cometer uma grande arbitrariedade no Direito Constitucional, direito fundamental à vida dos portadores dessa doença em nosso País.

Nossa vinda até ao Senado vem em atenção à nossa dificuldade de relacionamento com o Ministério da Saúde. Há mais de um ano, tentamos estabelecer uma política de assistência à fibrose cística, completamente sem sucesso. Verificamos a proliferação de ações mancomunadas entre o Ministério da Saúde e algumas secretarias de saúde no sentido de restringir cada vez mais o tratamento dispensado aos portadores dessa patologia.

Farei uma apresentação da situação real que trouxemos ao Senado em relação à fibrose cística. Em primeiro lugar, quero dizer que sou pai de um paciente fibrocístico. Meu filho tem 17 anos e eu presido esta causa em atenção ao futuro do meu filho e de outros 2.200 pacientes brasileiros.

A Associação Brasileira foi fundada em 24 de novembro de 1979; é uma entidade com 25 anos.

É de utilidade pública federal e, nesse momento, sua sede executiva é em Curitiba, na Rua João Negrão-539, conjunto 2.

No eslaide seguinte, podem ser vistos nossos endereços.

A Associação Brasileira representa 21 Estados brasileiros que têm portadores de fibrose cística. Nosso número atual de portadores é de 2.185. Segundo todos os estudos genéticos, isso representa 20% do número de pacientes que deveriam estar em tratamento no País. Temos uma demanda de pacientes portadores de fibrose cística não diagnosticados e sendo tratados de forma errada, causando um gasto errôneo para o próprio Estado, para o SUS, pois, não identificando a doença e não tratando a patologia corretamente, acabam-se despendendo os recursos que já são escassos.

Podemos ver a faixa etária dos nossos pacientes. Vejam o quadro comparativo. Nos Estados Unidos, existem 39 mil portadores de fibrose cística em acompanhamento e tratamento. No nosso País, são 2.185. A faixa etária dos pacientes norte-americanos acima dos 21 anos é de 39%. Temos 14%. Desses 311 pacientes, a maior parte – eu diria 90% – está no estágio terminal da doença.

Por que estamos aqui? Porque é inadmissível que o Ministério da Saúde não tenha uma política de atenção à fibrose cística. Vejam a questão do *screening* neonatal. O *screening* neonatal foi implementado pela Portaria nº 822, de 6 de junho de 2001. Até o momento, somente três Estados implementaram essa portaria: o Paraná, desde outubro de 2001; Minas Gerais, desde junho de 2003; e Santa Catarina, desde março de 2002.

Vejam o porquê do baixo número de casos: uma portaria que já completou quatro anos ainda não foi implementada em todos os Estados brasileiros.

O mais grave que venho trazer ao conhecimento desta Subcomissão de Saúde, neste momento, é a postura do Ministério da Saúde em relação ao tratamento dos pacientes fibrocísticos.

Peço desculpas pela qualidade do material que trouxe, pois se tratam de cópias de documentos. São protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para fibrose cística que estão sendo discutidos à revelia de especialistas da doença e do acompanhamento da sociedade civil. Todos podem observar que este é um protocolo clínico para atender à fibrose cística no que se refere a algumas manifestações da doença: o trato respiratório, o trato hepático e o tratamento antimicrobiano. Vejam que isso foi elaborado conforme acordo proposto pela Secretaria de Saúde do Estado Rio Grande do Sul e pelo Ministério da Saúde. Se há um protocolo para atender uma coletividade, por que não está presente a coletividade na discussão desse protocolo?

Ressalto outro ponto: se estamos discutindo uma política pública para atender determinada patologia, nesse protocolo não deveria estar escrito: “caráter confidencial desta versão”. Está sendo feito às escondidas? Por que isso? Faço essa indagação no primeiro momento. Por que o Ministério da Saúde escolheu justamente o Rio Grande do Sul? Por que a nossa revolta de ser o Rio Grande do Sul a patrocinar esse protocolo de medicamentos?

Os materiais produzidos pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul – trata-se de documento oficial –, carregam algumas afirmações como “publicar” ou “submeter a consulta pública”. Isso é impossível. Não conheço protocolo algum, até o momento, no nosso sistema de saúde, publicado diretamente.

No entanto, aquele protocolo, feito por meio de acordo, foi publicado diretamente; não foi à consulta pública. Portanto, nem a sociedade civil, muito menos os especialistas na doença, puderam manifestar-se acerca do conteúdo desse protocolo.

Esse protocolo foi patrocinado por pessoas – não discuto a qualidade técnica desses profissionais, mas, sim, o aspecto moral. Este aqui é um dos integrantes escolhidos pela Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul, que coloca claramente:

Como médico pneumologista da Secretaria de Saúde do Estado Rio Grande do Sul, sou funcionário de Estado. Tenho a obrigação de participar de pareceres técnicos ou de câmara técnica designada pelas instâncias superiores. Acho que isso é, no mínimo, comprometedor.

Seguindo aqui, nós teríamos, no próprio Rio Grande do Sul, uma das pessoas que foi o precursor do tratamento da fibrose cística em nosso País, que é o Dr. Fernando Abreu e Silva, a quem o Dr. Paulo Dalcim envia esse *e-mail*, e ele coloca aqui: “Sempre me posicionei que o senhor fosse incluído na lista de pessoas consultadas pela Secretaria de Saúde. Na verdade, até momento, não existe uma câmara técnica propositadamente dita para esse instrumento”. Então, veja, o Estado do Rio Grande do Sul, por meio desse pseudo-acordo com o Ministério da Saúde, veio patrocinando a discussão de um protocolo restritivo, cerceador e que vinha a impor limites no tratamento dos pacientes.

Vejam: esse mesmo Estado não aceita tratar os pacientes portadores de doenças crônicas, conforme coluna que peguei há pouco no **Zero Hora**, do Rio Grande do Sul, que diz que, há 30 dias, a Secretaria de Saúde não compra mais medicamentos distribuídos gratuitamente à população. Decreto, publicado no **Diário Oficial**, de 29 de dezembro de 2004, transferiu a atribuição para a central de licitação vinculada à Secretaria de Administração. Assim, o Ministério Público passará a acionar judicialmente o Secretário Jorge Gobbi pela falta de remédios. Então, é um Estado que está sempre colocando subterfúgios ao atendimento dos portadores de doenças crônicas.

Aqui, estabeleceu-se até um fórum, em Porto Alegre, patrocinado pela Secretaria de Saúde, com o intuito de discutir o fornecimento dos medicamentos a portadores de doenças crônicas. Eu gostaria até de, posteriormente, encaminhar à Subcomissão da Saúde esse documento inteiro, porque ele é vergonhoso. O Dr. Osmar Terra e o Dr. Luiz Roberto Klassmann, aliados ao Dr. Picon, patrocinaram uma pouca vergonha; chegaram nesse documento a ventilar a mudança dos direitos constitucionais, suprimindo o direito à saúde. Nisso, o Dr. Luiz Carlos, Procurador da República se posicionou contrariamente.

E esse Estado, a que me estou referindo com veemência do não-cumprimento e não-respeito aos direitos fundamentais, só para que tenham uma idéia, é sentenciado duplamente, com trânsito em julgado no STF para o cumprimento de ações pertinentes aos direitos dos pacientes portadores de fibrose cística no Rio Grande do Sul. E continua inadimplindo isso, não patrocinando o atendimento aos pacientes e tornando – os senhores poderão ver a seguir – o estado dos pacientes daquele Estado...

Essa situação do Rio Grande do Sul foi publicada recentemente no *site* do Tribunal de Justiça: “Estado beira a litigância de má-fé ao descumprir dever constitucional de atendimento à saúde”. Então, vejam que isso

aqui é um artigo publicado pelo juiz que sentenciou o Estado do Rio Grande do Sul diversas vezes, porque não se conforma com isso. Só quero fazer a relação de que o Estado do Rio Grande do Sul é o referencial do Ministério da Saúde.

E essa é a relação extremamente atual, de 27/06/2005. Poderia trazer diversas outras, mas vejam:

Após 35 dias internado no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, vítima de desnutrição causada por fibrose cística, Mateus Bacon, 13 anos, encontrou uma saída para se manter vivo e alimentado: usa um kit de dieta de medicação vencida em fevereiro, herdado de jovens pacientes mortos em 2004.

Gente, isso é desumano, é uma ofensa à dignidade da pessoa humana. Complementando aqui:

Nas filas da farmácia de medicamentos especiais em clínicas, hospitais e nos fóruns de justiça, dramas individuais semelhantes estão-se tornando epidemia no Rio Grande do Sul, em São Paulo e em todo o País.

E vejam aqui o posicionamento do Secretário de Saúde, aquele que fez o acordo com o Ministério da Saúde:

O rombo orçamentário e as demandas judiciais tornaram recorrentes mandados de prisão contra secretários de saúde sem dinheiro para cumprir sentença.

Osmar Terra, titular da pasta gaúcha, está entre os ameaçados. E veja o que ele diz:

Chegamos ao limite de fornecimento dos medicamentos excepcionais, porque o custo não é mais suportável pela sociedade civil, e o pior é que não passam de 200 os produtos que são consenso médico, em uma lista de 2 mil solicitados. A Justiça nos obriga a fornecer drogas pelas quais valeria a pena ser preso.

Essa é a postura do Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul. E nós estamos tentando mostrar isso para o Ministério da Saúde há longa data. Encaminhamos diversas requisições para o Ministério da Saúde, na pessoa do Dr. Luis Roberto Klassmann, mas não obtivemos respostas. Os questionamentos encaminhados ao Dr. Carlos Armando Nascimento também ficaram sem resposta.

Próximo.

Procuramos a Promotoria de Defesa da Saúde e a da Defesa do Cidadão. A Dr^a Livia Nascimento encaminhou as três requisições para o Ministério da

Saúde querendo saber se o Ministério da Saúde havia adotado a política de discussão baseada no protocolo do Rio Grande do Sul; se ele estaria trazendo para essa discussão profissionais com conhecimento no tratamento da doença e se integrariam essas discussões representantes da sociedade civil. A Procuradora enviou isso para o Ministério da Saúde, e este, através do Dr. Carlos Armando, respondeu de forma completamente diferente.

Ele respondeu que, em setembro de 2004, o Ministério da Saúde, por meio de uma da Secretaria de Atenção à Saúde, instituiu grupo de trabalho para tratar da fibrose cística com o objetivo de discutir e implementar um protocolo de atenção à fibrose cística. Isso aqui não caminhou. Nós estamos caminhando para um ano e meio...

Próximo, por favor.

Aqui, o complemento da resposta do Dr. Carlos Armando: designou para uma outra Secretaria, que respondeu à Procuradora, baseando-se num protocolo de medicamentos do ano de 2001, que já está sacramentado, já está enterrado isso.

Próximo, por favor.

Mesmo assim, nós levamos toda essa situação para o Dr. Jorge Sola – agora, recentemente, no dia 9 de maio –, e, para nossa surpresa, obtivemos resposta. Disse que – pena que o documento não possa ser bem visto aqui – toda a reivindicação da Seção Brasileira já estaria sanada, já estaria resolvido tudo isso.

Próximo, por favor.

Para nossa surpresa, verificando o *site* do Ministério da Saúde, na data de 31 de maio, encontramos a Portaria nº 816, do Gabinete do Ministro, na qual se constitui o Comitê Gestor Nacional de Protocolos de Assistência, Diretrizes Terapêuticas e Incorporações Tecnológicas de Saúde e dá outras providências.

Até agora eu não consegui entender. O Jocelito tentou me explicar, mas eu não consegui. Eu só vi que, nos artigos – aqui, no art. 3º, inciso VII, § 2º –, se diz que “fica facultado a esse Comitê convidar técnicos e instituições para participarem de suas reuniões para discutir os termos tratados”.

Eu não estou entendendo. Houve um compromisso do Ministério da Saúde em estabelecer uma política para a fibrose cística baseada na participação da sociedade civil e representantes dos hospitais que fazem o atendimento clínico, mas, agora, surge uma nova portaria que faculta esse convite, eu não estou entendendo aonde o Ministério quer chegar.

Próximo, por favor.

Só para encerrar, Senador.

Isso aqui é importante. Eu trago isso, que é o Protocolo de Medicamentos do Estado do Paraná,

que foi implementando desde 1998. O Paraná implementou toda a política de tratamento e fornecimento de medicamentos aos pacientes de fibrose cística – nós temos 250 pacientes. Isso não quebrou o Estado; o Estado não vem inadimplindo. Repassa todos os medicamentos há mais de seis anos, atende todos os pacientes com todo o necessário e, volto a dizer, isso não quebrou o Estado.

Próximo, por favor.

Esta aqui é a realidade dos pacientes brasileiros: falta diagnóstico, falta tratamento correto.

Segure agora, por favor.

O paciente não faz o diagnóstico; ele não tem desenvolvimento saudável; ele é desnutrido; ele tem problemas respiratórios; ele não consegue evoluir. O que o Ministério da Saúde e os governos estaduais não conseguem entender é que a falta de tratamento significa um gasto errado e um final de vida desta forma: ocupando um leito de UTI e gerando um gasto possivelmente muito maior.

Próximo.

Vejam o estado dos pacientes quando chegam para nós. Isto aqui é real: uma paciente portadora de fibrose cística que foi a óbito há vinte dias; essa menina tem sete anos.

Próximo.

Aqui se vê a realidade do Estado do Paraná: pacientes bem desenvolvidos, integrados à sociedade...

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*) Escola Militar.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE SAMPAIO – Pode continuar.

Pacientes do Teste do Pezinho. Vejam a diferença.

O próximo.

Deixo essa imagem para finalizar. Para onde vamos caminhar? Para o conluio – desculpem-me a palavra – entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a partir para uma política séria, coerente, como a implementada no Paraná.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Agradeço ao Dr. Sérgio Henrique Sampaio, Presidente da Associação Brasileira de Assistência a Portadores da Mucoviscidose.

Passo a palavra ao Sr. José Alcides Marton da Silva, Presidente da União Brasileira dos Serviços de Referência em Triagem Neonatal. Peço a compreensão quanto ao tempo, porque, quando começar a Ordem do Dia, temos que encerrar imediatamente a nossa reunião.

Feita a observação, agradecemos a excelente explanação que o senhor fez.

Com a palavra o Sr. José Alcides Marton da Silva.

O SR. JOSÉ ALCIDES MARTON DA SILVA

– Muito obrigado. Agradeço também o convite e a deferência pela nossa instituição.

Conhecemos muito bem a realidade exposta pelo Sérgio, porque há muito tempo também a acompanhamos. De certa maneira, já fui pai de fibrocístico, porque o meu filho, que tem uma deficiência, teve diagnóstico de mucoviscidose quando era bebê, e só conseguimos a confirmação quatro meses depois. Vivemos durante quatro meses o drama de termos um prognóstico muito difícil para enfrentarmos.

O Programa Nacional de Triagem Neonatal já se chama “programa”, porque a Portaria que o criou, em 2001, determina que, para ser um serviço credenciado como Programa de Triagem Neonatal, tem que ser responsável pela conscientização da comunidade, pela coleta do sangue em todos os postos de coleta no Estado ou em sua região, o exame em si e o tratamento.

Causa-nos tristeza o dado apresentado pelo Sérgio, segundo o qual, mesmo depois de uma Portaria em vigor, que é de 6 de junho de 2001, somente três Estados conseguiram se credenciar como serviço de referência para a fibrose cística.

Para ser credenciado, o Estado precisa garantir o tratamento. O Ministério da Saúde não o credencia se o paciente não for tratado lá. Esse tratamento é muito caro. Eu não sei hoje, mas há uns dois anos falávamos que um paciente de fibrose cística custava ao Estado de dois a três mil reais por mês. Não sei se esse dado já foi mudado ou não, mas deve ser isso. É caro.

Existe uma outra doença que estamos tentando incluir também na triagem neonatal, que é a deficiência de biotinidase, uma doença cujo tratamento é superbarato. Mesmo sendo superbarato, porém, não conseguimos convencer as pessoas da importância de se colocar essa doença nessa triagem. Hoje, com R\$4,80 por mês, pode-se tratar uma criança com deficiência de biotinidase.

Quando o assunto é biotinidase, é fácil. Agora, por que a triagem relativa à fibrose cística não foi implementada em outros Estados? No Estado do Paraná, logo que saiu a Portaria, o serviço de referência do Estado – é a Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, instituição que presido –, por ser um programa modelo, um programa bom, um programa que sempre teve a preocupação de estar na vanguarda, sem fazer nenhuma conta, solicitou ao Ministério da Saúde o seu credenciamento. Depois de sermos

credenciados, depois de começarmos a fazer os exames é que descobrimos o preço de cada coisa. Hoje, fazemos o exame para a fibrose cística.

Vejam bem, o primeiro problema é que os Estados não garantem o tratamento. Como a questão do tratamento não é um problema cuja solução se encontra no Serviço de Triagem Neonatal, sobre isso não temos resposta. Por que não há esse convênio? Por que o Estado não assumiu? Por que o Rio Grande do Sul está tão resistente, e outros Estados não estão? Isso foge da nossa alçada.

Quanto ao exame em si, ou seja, por que não é feito o Teste do Pezinho para a fibrose cística? Hoje, o custo do exame está em R\$5,34, só o exame. O SUS paga, de acordo com sua tabela, R\$5 por esse exame. Isso é impossível. Esse é um fator que desmotiva qualquer programa a pedir credenciamento.

Ontem eu perguntei a uma pessoa do Ministério da Saúde por que não está havendo credenciamento, e a resposta foi que os serviços não pedem credenciamento. Mas é lógico, como é que se vai pedir um credenciamento para se ter prejuízo? E não é prejuízo à toa não, é prejuízo que não se tem como cobrir.

Além disso, temos um agravante: depois que o atual Governo tomou posse, o pagamento está sempre atrasado. Nós recebemos, este mês, o pagamento relativo ao mês de março e tivemos a sorte de receber o mês de abril também. O normal, porém, é atrasar quatro ou cinco meses o repasse para o pagamento do teste. Chega-se ao cúmulo de serviços emprestados à Caixa Econômica Federal... De haver o adiantamento desse pagamento, pagando juros de 18%. Acreditem se quiserem. Ou seja, tem programa emprestando dinheiro do seu devedor, pagando juros, e esse devedor, quando paga, não paga com juro algum.

Assim, para o Teste do Pezinho, a realidade é esta: o custo do exame não é coberto por aquilo que é pago pelo SUS.

Desde maio de 2003, temos pedido, insistentemente, que essa situação seja revista – inclusive, trouxe todas as nossas solicitações e tudo aquilo que o Ministério da Saúde já pediu para termos reajustado esse preço. Anteontem, na segunda-feira, eu quase tive um colapso, porque às 20 horas eu abri meu *e-mail* e tinha mais uma mensagem do Ministério da Saúde pedindo para abrirmos mais os nossos arquivos. Já passamos todos os dados, mas toda semana eles mandam um pedido de uma nova tabela. Isso é um absurdo! Agora estão pedindo para dizermos quanto ganha cada técnico e qual o tempo que o técnico gasta para fazer um exame. Eu tive que ser mal-educado: respondi que o técnico fazia um exame por mês e o resto do tempo

ele dorme em cima da bancada. É absurda a maneira como estão nos tratando!

Eu só queria salientar que o Programa de Triagem Neonatal, se não for o melhor, é um dos melhores programas de saúde pública que este País jamais teve. É uma pena que o Ministério da Saúde e o Governo Federal tratem esse programa com tanto descaso.

Eu só tenho uma notícia, Sérgio: se isso continuar assim, se não tivermos um reenquadramento dos preços dos exames, possivelmente daqui três ou quatro meses, vamos ter que começar a fechar esses programas e não vai mais ser feito o Teste do Pezinho.

Eu trouxe um material para estudo, mas em dez minutos não dá para colocar tudo. Por exemplo, a portaria de 2001 determinou que, quando houver a confirmação dos casos suspeitos de fibrose cística, deve ser feito um exame de DNA. Conseguimos, no Paraná, o laboratório do Dr. Salmo Raskin, que normalmente cobra R\$470 por esse exame, recebesse os 60 que o SUS paga. Nós temos mais ou menos uns 20 casos... Feito o exame confirmatório, a tabela do SUS determina que se pague R\$60, quando o preço mínimo no mercado não é menor do que R\$460. O Dr. Salmo, de maneira generosa e filantrópica, aceitou fazer o exame por R\$60.

Para resolver ou amenizar esse problema, nós, no Paraná, começamos a fazer o exame confirmatório pelo Teste do Suor, e temos pedido há muito tempo que o Ministério da Saúde inclua na tabela do SUS o pagamento por esse teste. Hoje estamos gastando 40 reais e 28 centavos por um exame desses, e ninguém nos paga nada. Fazemos esse teste para facilitar as coisas, porque a gente poderia mandar tudo para o Laboratório Genetika fazer, os vinte casos – acabam indo um ou dois casos, até para não ficarmos com muita vergonha do Sr. Salmo Raskin, que já colabora conosco. Essa é a realidade.

Trouxe todos os documentos que tenho, os pedidos de reajuste que fizemos. Sem o reajuste é impossível implantar o Teste do Pezinho para a fibrose cística em todos os Estados do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Agradecemos o Sr. José Alcides Marton da Silva, Presidente da União Brasileira dos Serviços de Referência em Triagem Neonatal.

Concedo a palavra à Drª Neiva Damasceno, do Grupo Brasileiro de Estudos da Fibrose Cística. Peço permissão à senhora para registrar a presença do Dr. Mário Sérgio Nunes, Secretário-Adjunto de Saúde do Distrito Federal. Faça esse registro, que é muito importante para nós.

A SRª NEIVA DAMASCENO – Vou ser bastante breve, porque sei que o tempo é restrito. O meu papel aqui, como médica e como integrante do Grupo Brasileiro de Estudos da Fibrose Cística, é mais para prestar esclarecimentos sobre a patologia e sobre o tratamento, para chamar a atenção para a necessidade da implementação dessa política e, sem dúvida alguma, afiançar que hoje temos evidências muito claras de que o Teste do Pezinho, a triagem, assegura um início de vida normal, uma primeira década de vida normal, sem desnutrição.

Vamos assegurar a esses indivíduos a chegada à adolescência sem internações. Não podemos generalizar, mas podemos dizer que, na maioria dos casos, poderá ser assim. As crianças que não contam com um diagnóstico precoce têm pelo menos uma dúzia de internações no primeiro ano de vida.

É muito difícil discutir custo de doença, custo de tratamento – para mim é quase impossível –, mas, sem dúvida, vamos assegurar um prognóstico muito melhor. Há a necessidade dessa política para que haja uma orientação para todos os Estados, para que fique claro para todos e se possa lutar para melhorar a situação desses doentes. Caso contrário, vamos continuar perdendo vidas, vamos dar continuidade a uma trajetória bastante triste, que é constatar que não conseguimos desenvolver um programa de medicamentos até o momento apesar de todo o nosso empenho.

Coloco-me à disposição para esclarecimentos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Muito obrigado, Drª Neiva Damasceno, que é representante do Grupo Brasileiro de Estudos da Fibrose Cística.

Passo a palavra ao Dr. José João Lanceiro da Palma, Diretor do Departamento de Atenção Especializada do Ministério da Saúde.

O SR. JOSÉ JOÃO LANCEIRO DA PALMA – Boa tarde.

Queria, em nome do Ministério da Saúde, da Secretaria de Atenção, saudar todos, agradecer o convite, agradecer ao Senador Flávio Arns e aos demais Senadores, autoridades e representantes da sociedade civil aqui presentes.

Como o tempo é curto – há uma sessão na sequência segundo o que entendi –, vou procurar ser muito breve. Tentarei sobretudo esclarecer algumas questões levantadas aqui a respeito do funcionamento desse tal Sistema Único de Saúde, que é, provavelmente, a política pública mais importante em curso neste País, política que é uma conquista da sociedade brasileira, na qual teve destaque especial a sociedade civil organizada. Nesse sentido, queria saudar as entidades

de portadores de problemas de saúde em geral, que são o motor, o dínamo principal que nos empurra, que empurra o Ministério, que empurra os secretários de Estado, que empurra os secretários municipais para a ação e viabilizam um *link*, uma ligação muito fina entre o Brasil real e o Brasil para o qual, durante muito tempo, nos gabinetes, traçavam-se determinadas políticas públicas por meio de portarias.

Acho que a situação atual tem uma história mais ou menos evidente até 1988, quer dizer, ontem, faz muito pouco tempo isso. Foi uma grande conquista colocar na Constituição as diretrizes centrais do Sistema Único de Saúde – acho que é de conhecimento de todos que uma parcela significativa ou a maioria da população brasileira era tratada como indigente nos próprios registros dos hospitais. A saúde era um favor, ela não era um direito, e foram as entidades da sociedade civil organizada que constituíram esse sistema que se baseia na universalidade, na integralidade das ações, no princípio da equidade, no princípio da participação. Não há, hoje, nenhuma política de saúde, nenhum pedaço de política no Ministério da Saúde de que esteja sendo construído sem a participação dessas entidades, não só as médicas ou de setores das universidades, da academia, mas de entidades de usuários. Isso é evidente, eu posso falar isso, porque isso é fato. Por isso, eu posso estar aqui nesta mesa, olhando olho a olho as entidades; isso é o que acontece e isso precisa ficar muito claro.

Foram colocadas algumas questões a respeito de uma espécie de conluio entre Ministério e secretários estaduais e municipais. Isso tem que ser esclarecido.

Uma das bases desse Sistema Único de Saúde é a descentralização. É um sistema tripartite que é composto, na esfera federal, pelo Ministério de Saúde, mas grande parte das atribuições se dão – e é bom que se dêem – nas esferas estaduais e municipais de modo pactuado.

Criamos, nesses anos de Sistema Único de Saúde, instâncias importantes de pactuação. Por exemplo, a comissão entre gestores tripartites, onde o Ministério da Saúde, gestores estaduais e municipais podem acordar, concordar, discordar, ver os consensos e dissensos para a implantação das políticas, porque é lá na ponta, é no município onde a vida real acontece, onde a pessoa está sendo atendida.

O Ministério da Saúde, evidentemente, tem um papel fundamental nessa história. O seu papel é mais geral, de órgão normatizador, de órgão regulador, de órgão que ajuda a construir, a dar uma espinhal dorsal para esse sistema de saúde, mas ele, obrigatoriamente, tem que ser feito junto dos secretários estaduais e municipais – e aqui não estou falando isso, em ne-

nhum uma medida, para desobrigar o Ministério da Saúde nem para tirar qualquer problema que porventura aconteça, e acontecem.

Há limites claros em nosso trabalho. Sou médico sanitário, trabalho há mais de vinte anos nessa área, tenho clareza dos limites, das dificuldades e dos problemas que se tem com políticas específicas. Minha área é a de medicina preventiva e me dói ver as dificuldades de implantação de determinadas políticas.

Agora, o planejamento do sistema de saúde... O lugar onde acontecem as coisas é lá na ponta, é na unidade básica, no hospital, no centro de saúde. Qualquer política de planejamento de saúde, para nós, é muito fácil. É muito fácil, como foi feito durante muitos anos neste País, nos trancamos numa salinha no Ministério e fazer belas portarias, inclusive até juntos, a quatro, seis mãos, mas serão políticas que, por vezes, não terão base na vida real.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Permite-me uma interrupção, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Pois não, Senador.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, tenho uma votação agora na CPI dos Correios e por isso vou ter que me ausentar. O Dr. Augusto é relator num simpósio do SUS, e está tudo funcionando agora.

Gostaria muito de ficar para este debate, que me interessa, até por que sou pediatra, fui Secretário de Saúde durante dez anos e conheço todas as dificuldades do setor, mas, infelizmente, vou ter que me retirar.

Senador Flávio Arns...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Vamos discutir depois.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Obrigado.

O SR. JOSÉ JOÃO LANCEIRO DA PALMA – Vou tentar ser breve, não quero fazer um discurso genérico, temos de chegar na conversa mais concreta do problema da fibrose cística. Esse processo passa de modo central, então não se trata... Gostaria de deixar isso bastante claro, até para termos essa compreensão e trabalhar de modo articulado com os Estados e os Municípios.

Não se trata – usando os termos que foram usados – de nos mancomunar ou de tirar a responsabilidade do Ministério e colocá-la para qualquer nível, municipal ou estadual. Quer dizer, juntos, de modo participativo, com a presença das entidades, precisamos criar espaços, mecanismos que façam com que essas políticas, que se tornam portarias, instrumentos institucionais, não sejam meros documentos feitos a quatro, seis mãos; é

preciso que se tornem operacionais. Essa missão tem que envolver Estados e Municípios.

De posse dessa primeira informação, a segunda é que a questão da fibrose cística, como qualquer outro problema de saúde, tem que ser enxergada à luz mais geral dos problemas de saúde como um todo para se perceber o esforço imenso que está sendo feito. E ele não é do Ministério, é também do Ministério, mas é dos Estados e Municípios, particularmente dos Municípios na expansão de programas como o PSF, como programas de atenção básica, que são aqueles que vão permitir dar sustentabilidade material à política que venhamos a definir para a fibrose cística, para que ela consiga atingir, de fato, não só as populações de centros urbanos no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, mas também – sei que é menos freqüente lá – populações ribeirinhas do Amazonas, populações que moram no interior do Nordeste. Essa permeabilidade, essa capilaridade está na base de qualquer política, inclusive na da fibrose cística. Não dá para desmerecer o esforço que está sendo feito por Estados, Municípios e pela União nesse sentido.

Um terceiro ponto é a questão da responsabilidade sanitária, cujo projeto de lei está tramitando aqui no Congresso, que vai ter que nos forçar, Ministério da Saúde, mas também os gestores municipais e estaduais, ao cumprimento concreto daquilo que venha a ser feito, daquilo que está pactuado nessas comissões.

Estou falando isso já para, de certa forma, me antecipar. Serão inócuas as decisões tomadas pela comissão tripartite, pelo Ministério, pelos Estados e pelos Municípios, se não tiverem, por um lado, a sociedade civil em seu encalço, os órgãos de controle externo olhando muito bem o que está sendo fazendo. Assim deve ser para que possam cobrar legislações – vide episódios recentes, dificuldades que se tem com determinados sistemas locais de saúde, o negócio não vai para frente.

Não há políticas em desenvolvimento no Ministério que não tenham a participação da sociedade civil, que não estejam abertas a essa permeabilidade. Digo isso para tentar desmontar algumas afirmações que me parecem equívocos. O Ministério é parte central nisso, é responsável, mas é uma das partes integrantes de uma história da qual Estados e Municípios têm de participar também.

Nesse período recente, graças à luta dos senhores – isso é fato, reconhecemos isso e esperamos que isso continue –, chamamos as representações dos Estados e Municípios para que uma câmara técnica, num período relativamente curto, com a participação das entidades possa fazer – vou me encaminhar para o encerramento –, possa, num período curto, definir

uma política integral de atenção à fibrose cística. Não adianta tratá-la de modo hospitalar, depois do estrago feito, como bem foi mostrado aqui, mas permeabilizando essa política com o PSF, com as demais políticas e tudo o mais.

Então, essa portaria deve estar sendo publicada amanhã, com as diversas coordenações que interlocutaram. Não estamos saindo do zero, mas de um patamar bastante elevado, fruto do acúmulo que se conseguiu até agora. Os consensos e os dissensos estão bem claros, quer dizer, não estamos partindo de um patamar zero, mas de um nível elevado de discussão. E, num período curto – o Ministro estipula um prazo de até cento e oitenta dias –, que pode até ser muito mais rápido, pelo acúmulo que se tem dado. Há participação de todos os espaços do Ministério, da Anvisa, dos secretários municipais de saúde, dos secretários de Estado de saúde, da Associação Brasileira de Mucoviscidose, do Centro de Estudos de Fibrose Cística, das diversas sociedades médicas.

E todas essas políticas, uma vez aprovadas, têm passado por outras instâncias. O Conselho Nacional de Saúde tem que saber com muita clareza o que estamos fazendo a respeito disso, para que tenha um mecanismo de controle público e para que não fiquem mal entendidos entre nós, nos acusando, ou dizendo que está bem ou que está mal. Então, essa é uma questão.

Essa portaria é uma vitória dos movimentos, não é uma vitória do Ministério; ela é dos usuários, das entidades que a forçaram e a conseguiram. O SUS também é uma conquista, é uma vitória, com todos os atropelos. E estamos absolutamente abertos a caminhar na linha de uma política integral. Não se trata aqui, e respeitando o que foi posto, de uma política voltada para a questão hospitalar, ou para pedaços, ou para a questão farmacêutica, para a incorporação disto ou daquilo, mas uma política que consiga, na integralidade, tratar a questão, dentro dos avanços que temos na triagem neonatal e tudo mais.

Por fim, um outro mal entendido a ser resolvido é que a incorporação de tecnologias no interior do Ministério vinha sendo feita – isso é uma coisa histórica, de vinte, trinta, quarenta anos – por conta mais dos interesses do capital que está envolvido nisso do que propriamente pelos interesses de saúde da população, dos usuários, das entidades. E chegou a hora, de uma vez por todas, de separarmos o joio do trigo. Não dá para o Ministério da Saúde sair incorporando equipamentos, medicamentos, procedimentos que levam a determinados custos e que podem interessar ou favorecer determinados grupos privados de interesse, sem

que isso passe por um filtro muito claro e onde não haja conflitos de interesse entre as coisas.

Então – estou respondendo de certa forma a sua questão –, o Ministro Humberto Costa criou, há cerca de um mês, um comitê gestor no interior do Ministério, de modo que todos os protocolos, equipamentos, PET Scan, equipamentos de altíssimo custo, possam passar por um debate técnico de avaliação dessas tecnologias, em cima da melhor evidência científica disponível. Dessa forma, evitaremos um ralo de recursos públicos, jogá-los em lobbies ou em interesses privados, para dar garantia às entidades de que isso está acontecendo. E esse espaço, que não tem nada a ver com a fibrose cística mas com o conjunto de protocolos, diretrizes, equipamentos, medicamentos que o Ministério venha a incorporar nas suas práticas, possa contar, mais uma vez, com a participação da sociedade civil em um debate público, que tenha como meta não os interesses do capital, mas da melhor evidência científica disponível no País.

Estamos seguindo, tardiamente, o exemplo do Canadá, da Austrália, do Reino Unido, de diversos países, mas conseguimos. E é outra vitória fundamental, que não deixa de ser fruto desse tipo de interlocução. Quer dizer, todos os protocolos, equipamentos, medicamentos têm que passar por testes e evidências científicas, portanto, é uma mão dupla.

E o grupo de trabalho constituído para discutir a política de atenção integral à fibrose cística já deve ter isto no seu horizonte, tem-se que trabalhar com a melhor evidência científica disponível e não na base – não é o caso da fibrose cística, que é bastante organizada – do “achismo”, de consensos, de experiências de profissionais, que por mais respeitosa que sejam são experiências locais. Temos que trabalhar com evidência científica, porque o que está em jogo é a vida dessas pessoas, como se mostrou nessas fotos, e é o dinheiro público, o recurso público brasileiro, que é parco e precisa ser extremamente bem gasto.

Não sei se fui confuso – espero que não –, mas eu estava querendo, primeiro, situar a importância da articulação dos gestores federais, estaduais e municipais, junto da sociedade civil, no desenho dessa política. Isso está dado, está sendo publicado e, agora, temos que ir do patamar que não é pequeno e que já foi acumulado até hoje para, em um prazo curto, avançarmos. E deve ser feito em conjunto com os gestores, entendendo o papel do Ministério, que é uma parte. Talvez a parte mais importante seja a de V. Ex^{as} e não a nossa.

O segundo ponto é a formalização institucional, que está garantida e é uma vitória, uma conquista de V. Ex^{as} nesse processo.

E o terceiro é esclarecer como se dá a incorporação de tecnologias no âmbito do Ministério, outra vitória que tem que ser saudada. Nós não estamos criando instâncias burocráticas seguidas para criar filtros ou dificuldades, mas estamos tratando com respeito a saúde dos pacientes e o dinheiro público – que é pouco – que temos no Ministério da Saúde.

Coloco-me à disposição para questões mais específicas, que poderemos falar no debate.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)
– Muito obrigado, Dr. José João Lanceiro Palma.

Passo a palavra ao Dr. Carlos Henrique Martins Lima, Procurador da República e representante do Ministério Público.

O SR. CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA
– Sr. Senador Presidente da Comissão, Srs. Senadores, Parlamentares presentes, componentes da Mesa, boa tarde a todos, boa tarde à platéia, tentarei ser bastante breve e demonstrar a participação do Ministério Público Federal em todo esse processo. O problema já está devidamente colocado mas vou tentar trazê-lo para um nível concreto.

O direito à saúde, em nosso País, está constitucionalmente consagrado. Foram colocados, aqui, princípios constitucionais do direito à saúde e vou me deter apenas a dois, pela importância que me parece que eles detêm no presente caso. São os princípios da integralidade e da universalidade, que, falando popularmente, seria colocar tudo à disposição da população. Então, a Constituição traz muito claro que nós, na área da saúde, devemos fazer essa prestação completa a toda a sociedade.

Foi trazida uma representação ao Ministério Público Federal sobre um problema no Rio Grande do Sul. Havia, como há, o temor dos representantes desta patologia – da fibrose cística – de que o problema se alastrasse por todo o País. No Rio Grande do Sul, há um caso peculiar. Há uma sentença judicial, transitada em julgado, que obriga o Estado a fornecer os medicamentos aos portadores da fibrose cística. Isso pode parecer redundante – e de fato o é. A rigor, creio que não seria necessária essa sentença, já que acabamos de afirmar que a Constituição estabelece que o direito à saúde deve ser integral e universal. Logo, uma sentença que diga que você deve fornecer os medicamentos estará apenas reiterando o que já está dito na Constituição. Logo, podemos perceber que ainda não conseguimos atingir o ponto social de atendermos todos e de os contemplarmos com tudo o que há de melhor. Não sei se o atingiremos. O representante do Ministério da Saúde narrou o esforço – que reconheço – do Governo em tentar tratar a questão com seriedade.

E por que não conseguimos atender os princípios da integralidade e da universalidade? Nós vamos que ter que conversar sobre custos. E foi trazido por um dos representantes da Mesa que os custos de determinadas patologias, especificamente da fibrose cística, são relativamente elevados.

O Ministério Público não poderá se furtar a realizar o debate sobre custos. É necessário e devemos participar dele, mas acho que ainda não há elementos que tornem o debate transparente. Por que informo isso? Porque a Dr^a Neiva noticiou que um portador de fibrose cística, por exemplo, não assistido, tem em média, no primeiro ano de vida, cerca de doze internações. Tudo isso é custo que a sociedade é levada a arcar.

O representante da Abran informou que os casos diagnósticos ainda são baixíssimos no País. Nós temos custos imputados aí também, não só pelo diagnóstico como pela falta de diagnóstico, que levam a internações, a medicamentos errados, a equívocos no tratamento, que são custos.

Então, precisamos, sim, discutir com transparência a questão dos custos, pensar a saúde globalmente, pensar políticas de saúde inteligentes que contemplem a saúde preventiva, que também está na Constituição. Essa é uma diretriz para quando formos conversar sobre custo.

O que mais nos preocupa especificamente no problema do Rio Grande do Sul? A notícia que nos foi trazida é que restou adotado um protocolo clínico posterior à sentença, que já disse, talvez fosse desnecessário – creio, tenho certeza, era desnecessário –, foi feito um protocolo clínico para atendimento aos portadores da fibrose cística.

Não vai aí uma crítica ao protocolo clínico, mas protocolos clínicos devem ter por objetivo a forma de melhor tratar a doença, a forma de melhor lidar com determinada patologia. Essa é a finalidade do protocolo clínico. E parece-me que há grandes equívocos na gênese desse protocolo clínico no Rio Grande do Sul. Por quê? Porque sendo posterior à sentença que já determinava a colocação dos medicamentos à disposição dos portadores, ele foi adotado com uma intenção equivocada. Na verdade, eles voltaram a discutir uma questão – ressalto – importante, mas que deve ser discutida de outra forma. Eles voltaram a discutir custos com protocolo clínico. Ou seja, eles tentaram simplesmente restringir o acesso a medicamentos com adoção de um protocolo clínico, medicamentos esses que já deveriam estar sendo fornecidos. E essa é a grande preocupação da Associação e é o que foi trazido ao Ministério Público Federal.

Essa não é a melhor maneira de se pensar política de saúde globalmente. Precisamos discutir custos,

mas ele não pode ser o objetivo da adoção de protocolo clínico. Protocolo clínico deve ser adotado como a melhor forma de tratar a doença. Vamos discutir quais são os medicamentos disponíveis e se medicamentos mais baratos fazem o mesmo efeito de medicamentos de ponta ou mais caros. Essa discussão precisa ser feita, mas não pode ser invertida, sob pena de não estarmos atendendo a política de saúde, sob pena de não estarmos sendo inteligentes em discutir política de saúde.

Qual é o papel do Ministério Público Federal nessa discussão especificamente? Garantir, como já foi trazido aqui pelo representante do Ministério da Saúde, a participação dos interessados, para que o protocolo clínico adotado no Rio Grande do Sul, formalizado, publicado no veículo oficial, não seja adotado no País inteiro, para que haja no restante do País como política pública, sob responsabilidade do Ministério da Saúde, que é o grande formulador, participação. O que parece não ocorreu no Rio Grande do Sul. E essa participação, deixou-nos claro o representante do Ministério da Saúde, haverá, e essa é uma das incumbências do Ministério Público Federal nesse processo todo.

E, por fim, além disso, além da participação, pode ser que cheguemos, ao fim de todo esse processo, à adoção de um protocolo clínico, colocado pelo Ministério da Saúde e que não estejamos de acordo. Não precisamos estar necessariamente de acordo em tudo.

Assim, o Ministério Público Federal tem um outro papel nessa questão, que seria dizer: com esse protocolo, ou com essa diretriz, ou com tal política, nós não concordamos. Assim, vai-se às esferas que forem necessárias para se discutir e vai-se resolver da forma que for. Por exemplo, uma das esferas que seria possível e até recorrente seria o Judiciário. O Ministério Público poderia levar ao Judiciário uma ação para garantir o atendimento, desde que entendido que determinada política, ainda que contemplada e chancelada pelo Ministério da Saúde, não atende aos princípios, não atende à integralidade da saúde, não atende à universalidade, e, neste caso, seríamos levados a esse outro papel.

Estamos no momento anterior, estamos no momento de garantir a discussão e de formatar a melhor política possível para os portadores da mucoviscidose.

Então, essa é a idéia da participação do Ministério Público Federal e é para isso que estamos à disposição de todos os interlocutores nessa batalha.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Agradeço a todos que fizeram suas exposições e quero registrar que esta audiência pública está sendo

realizada graças a um requerimento do Senador Flávio Arns, que nos concedeu essa grande oportunidade, por meio da nossa Subcomissão.

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que esta Subcomissão, presidida por V. Ex^a, é de promoção, acompanhamento e defesa da saúde. Quero dizer ainda aos convidados, a todos aqui presentes, que, de fato, a composição da Comissão é muito interessante, porque os Senadores e Senadoras que fazem parte têm todo o interesse em participar e contribuir. Inclusive o Senador Augusto Botelho, que é médico, e o Senador Wirlande da Luz, que também esteve aqui e é ex-Secretário de Saúde, querem se envolver.

Realmente, este final de semestre foi, por motivos sobejamente conhecidos, bastante tumultuado aqui. Além de tudo, é o final do semestre. Temos também a votação da PEC paralela da Previdência no dia de hoje, o que demanda várias votações no plenário. Mas quando falei com o Senador Papaléo Paes, que é a pessoa certa para estar na Presidência, eu disse: vamos tentar fazer a audiência pública – e tivemos que a antecipar em uma hora, em função de notícias de ontem para hoje –, porque não dá para esperar. Nessas situações, não podemos esperar mais um mês, mais um mês e meio, mais dois meses, porque estamos falando de crianças que não estão sendo identificadas, não estão tendo acesso a tratamento, estão desnutridas, como foi mostrado, estão com problemas respiratórios. Um drama pessoal, familiar.

Sempre digo que não gostaria que isso acontecesse com o meu filho, então não gostaria, da mesma forma, que acontecesse com o filho das outras famílias. É um sentimento de solidariedade, que, na verdade, tem que acompanhar os atos de todos nós também.

Observando o Dr. Sérgio, por exemplo, com a veemência que tem como pai e como Presidente de uma associação, ele tem realmente que trazer as preocupações, os dramas, porque representa a comunidade toda do Brasil e, às vezes, pode até entrar em conflito. Sabemos das preocupações do Ministério da Saúde e do Ministério Público, ao acompanhar o caso; José Alcides, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal e pai, também tem que trazer as preocupações, junto com a Dr^a Neiva, porque afinal é a sociedade organizada.

Mas o que temos que pensar é o seguinte: temos uma população, que tem que ser bem atendida, como um direito humano fundamental. Quer dizer, o direito à saúde, como o Dr. Carlos disse muito bem, está previsto na Constituição em termos de integralidade e universalidade. É para todos terem acesso – e

bom acesso! Ou seja, todos tendo acesso àquilo que as pessoas merecem, sejam elas pobres, ricas, do Norte, do Sul, sejam de onde forem.

Dr. José, creio que poderíamos obter soluções, algumas rápidas e outras mais demoradas. Naturalmente, o debate tem que ocorrer. Esse protocolo clínico é uma discussão que tem que ser feita, é lógico, porque não podemos ter tratamentos diferenciados. Tem que haver uma linha de conduta bem discutida, adequada, porque, se não for adequada, a demanda judicial continuará infinitamente. E ninguém quer isso. O próprio Ministério certamente quer que a conduta seja adequada, quer atender bem a população.

Entendo o seguinte, pensando na população de uma maneira geral. O teste do pezinho, a triagem neonatal já é feita no Brasil inteiro. Existe o pagamento pelo Ministério da Saúde para fazer o teste do pezinho que identifique a mucoviscidose, a fibrose cística. Então, esse teste do pezinho tem que ser feito no Brasil inteiro. Então, é inconcebível que, de imediato, não se veja o custo do exame. O custo é alto. É fácil fazer o levantamento e a atualização dessa tabela pelo menos para que as pessoas tenham acesso ao exame. É mais gente para brigar no Brasil, inclusive. Se digo que não farei exame porque não há tratamento, se eu sou pai e identifico que meu filho tem fibrose cística, começo a brigar por isso também. Quer dizer, é uma forma até de fazer com que a cidadania aflore no sentido do debate. Então, isso independe de final de ano. Acho que é uma coisa técnica: olhar quanto custa, quando faz, ver aqui, ver lá.

O segundo aspecto levantado: faço o exame e identifico que a criança tem um problema. Tem que ter a convicção de que é positivo, não um falso positivo, se não começa a se fazer um tratamento quando é um falso positivo. Então, tem que se ter a confirmação do teste, tem que pagar. É uma coisa tão óbvia. Faz para três taxa de nascimento no Brasil, 2%, não sei quanto é, em torno disso, três milhões de crianças por ano; quinhentos casos identificados como positivos já é uma grande minoria aí no caso. Mas não pode a entidade que está fazendo o exame ser penalizada com isso.

Então, entendo que é uma coisa burocrática, no sentido de dizer: está bom, vamos fazer a confirmação e vamos pagar. Tem que pagar. É tão pouco porque, se fizer o exame de todos no Brasil que nascem para identificar, em termos de Brasil, teremos um custo de 20 milhões ou 22 milhões. E o custo depois da confirmação... Não sei quantos são identificados, mas é muito menos. É claro que aí vem a discussão que é o protocolo. Identificado o positivo, precisa-se ter o tratamento. Então, já há grupos, os pais mesmos... Apesar de não serem médicos, hoje em dia, os pais já têm

uma vivência do que funciona, do que não funciona. Já há o grupo brasileiro de estudos da fibrose cística, há o pessoal que se dedica, que estuda, e chegam a uma conclusão.

Quanto a essa questão dos custos que o Dr. Carlos abordou, penso ser um absurdo quando a pessoa chega com o argumento de que não tratará a outra porque o tratamento é muito caro. Então, se não pode tratar AIDs, que é caro, não pode tratar hepatite, Alzheimer. Isso por um lado.

Por outro lado, se não se tratar, costumamos dizer – pois trabalho muito na área de pessoas com deficiência – que é milhares de vezes mais barato identificar logo e atender do que não atender. Então, se a pessoa vai tomar remédio, vai para o hospital, com custo pessoal, exames, não sei o quê, sai muito mais caro. Se colocarmos na ponta do lápis, acabará saindo muito mais caro do que atender o paciente. Temos de ter esses protocolos para saber o que atender, o que é bom, o que não é, como já foi bem colocado.

Quem faz o exame tem de receber em dia. É inviável e impossível nos programarmos e pensarmos: “Fiz o exame, fiz tudo e ainda estou recebendo atrasado”.

Com isso, quero dizer que há certas coisas que poderiam ser resolvidas burocraticamente, e outras coisas que realmente precisam de um estudo maior.

Pessoalmente, tenho muito medo. Por um lado, é necessário e, sem dúvida, a questão tem de ser debatida e discutida. Mas, muitas vezes, se queremos procrastinar, fazemos comissões, comissão, comissão, e sabe-se lá quando termina o trabalho da comissão. Cento e oitenta dias é muito tempo, são seis meses.

Como o senhor falou muito bem – também não quero culpá-lo nesse sentido –, já existe um acúmulo de conhecimento. Trata-se de reunir as partes. As pessoas já sabem. Temos de dizer: “Neste ponto do conhecimento, vamos fazer isso”. Daqui a um mês ou dois meses, talvez surja um fato novo. Tem de haver algo permanente. No Brasil, não podemos demorar demais, tendo conhecimento. E há conhecimento nessa área. Basta reunir os atores na discussão com calma, é lógico, e vendo o que pode ser feito.

Sugiro ao senhor que encurtemos esse prazo em 90 dias, apesar de a portaria sair em 180 dias, e que, daqui a 30 dias, no nosso retorno, saibamos como foram encaminhadas, pelo menos, estas questões burocráticas: preço, pagamento, por que está atrasando o pagamento, qual o preço do exame e o pagamento do teste de confirmação. Se já fizéssemos isso, daríamos uma amenizada no problema. E devemos fazer para o Brasil inteiro. Se o preço é adequado, pelo menos, o Brasil inteiro fará o exame. Aí temos a pressão

legítima e justa de 10 mil a 20 mil pessoas. Nada mais legítimo do que se dizer: “Fui identificado e quero ver o que vocês vão fazer com isso junto com a gente também”. Não é verdade?

O Ministro Humberto Costa até concordaria com isso. Não se precisa discutir. Ou se paga, ou não se paga, faz-se rápido ou não. E o outro, discutir um pouco mais – não digo que não possamos discutir nesse tempo – para chamarmos outros grupos com o acompanhamento do Ministério Público, cujo trabalho enalteço.

Poderíamos sugerir ao Ministério: burocracia até começo de agosto, quando vamos discutir para ver como é. Depois, a própria Subcomissão pode acompanhar todos esses fatos. O Brasil quer que funcione. Isto tem de funcionar: burocracia e coisas mais de fundo.

Gostaria de fazer duas perguntas. Quanto ao remédio mais especializado, fico pensando por que o Estado tem de comprar o remédio. Dentro do SUS, quando o remédio é altamente especializado, como, por exemplo, para a Aids e outros, não é o Governo Federal que adquire o medicamento?

O SR. JOSÉ JOÃO LANCEIRO DA PALMA

– Não só.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Não só o Governo Federal? Mesmo para a Aids?

O SR. JOSÉ JOÃO LANCEIRO DA PALMA –

Para a Aids, tem comprado. Para se ter uma noção do volume, nos últimos três a quatro anos, o custo que o Governo Federal tem desembolsado para esses medicamentos passou de R\$750 milhões/ano para, neste ano, R\$1,2 bilhão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Para que tipo de problemas? Aids?

O SR. JOSÉ JOÃO LANCEIRO DA PALMA

– Retirando-se a questão da Aids – porque essa conta iria para R\$2 bilhões –, para todos os demais medicamentos excepcionais. Quer dizer, isso é o que o Ministério da Saúde repassa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – E como o senhor decide se alguma coisa fica no âmbito do Governo Federal ou Estadual?

O SR. JOSÉ JOÃO LANCEIRO DA PALMA – É

muito curioso. É interessante o Ministério Público estar junto com a questão, que está muito judicializada. Durante muito anos, por uma questão de inércia, os protocolos feitos eram poucos e muitas vezes problemáticos, sem participação, e o interesse de laboratórios e grupos privados acabavam levando a distorções nesse processo.

A Justiça e o Ministério Público, sabedores disso, têm sistematicamente forçado gestores municipais, estaduais e o Ministério da Saúde a disponibilizarem o recurso. Aproveitando a presença de um representante

do Ministério Público, ressalto que acredito que quase a metade desse recurso já está judicializado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Não tenho esse dado.

O SR. JOSÉ JOÃO LANCEIRO DA PALMA – É um debate interessante. É um volume de recursos absolutamente insuportável, porque é um recurso atomizado, que não está sendo direcionado organizadamente para o tratamento de nenhum problema de saúde e que gera uma série de problemas. Então, essa série de protocolos – este que estamos discutindo aqui é um deles e queremos fazer isso para uma série de outras questões – tem que ser acelerada mesmo, concordando com V. Ex^a, no âmbito do Ministério, mas com a participação de Estados e Municípios nesse processo.

Neste caso aqui, queremos que o próprio Conselho Nacional de Saúde esteja presente para conferir transparência ao processo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O senhor concordaria em dividirmos em duas partes este debate sobre a fibrose cística? A questão de preço, porque creio que a questão de fundo mais complicada é a do protocolo, medicamentos, Estado, Município – tem que haver esse debate – e a outra parte, que chamei de burocrática.

O senhor concordaria que os esforços do Ministério fossem feitos neste mês de julho e no começo de agosto pudéssemos, nesta Subcomissão, ter os encaminhamentos?

O SR. JOSÉ JOÃO LANCEIRO DA PALMA – Da nossa parte, ficamos inteiramente abertos a isso. Queremos incorporar inclusive um sujeito novo que o Ministério criou agora que é um Departamento de Economia da Saúde, para fazer estudos mais claros até sobre o custo e a efetividade dos medicamentos. Não é o caso aqui – peguei algumas listagens –, creio que não há medicamento **subjudice**, mas para várias questões, sim. Quer dizer, precisamos ter clareza da evidência científica disponível para determinados procedimentos para que não acabemos nos enganando e enganando os usuários.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Mas isso nos medicamentos.

O SR. JOSÉ JOÃO LANCEIRO DA PALMA – Isso nos medicamentos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Universalização, quer dizer, atualização do preço do exame propriamente dito, pagamento do preço da confirmação e, ao mesmo tempo, o terceiro aspecto, que seria a garantia desse repasse dentro dos prazos ajustados, para que houvesse clima de tranquilidade. Assim, daqui a um mês poderíamos estar aqui para discutir o assunto.

E o segundo aspecto, que demandaria mais tempo, como o senhor menciona, refere-se à validade, ao protocolo ser adequado ou não. Então, será discutido um prazo maior, mas, assim pelo menos, essa parte de realização de exames.

O SR. JOSÉ JOÃO LANCEIRO DA PALMA – Se me permite, Senador, não vejo nenhum problema nisso, mas compreendendo que isso envolve Estados e Municípios.

Enquanto V. Ex^a falava, eu estava lembrando que de 15 a 17 Estados da Federação não cumprem a Emenda Constitucional nº 29. É importante a sociedade civil organizada e o Ministério Público atentarem para isso, porque existem tetos que são pactuados entre Estado, Municípios e União.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu sei. Desculpe-me estar interrompendo-o. A triagem neonatal é financiada, paga pelo Governo Federal.

O SR. JOSÉ JOÃO LANCEIRO DA PALMA – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O que é muito bom. Até temos que dizer que o Governo Federal paga a triagem neonatal. Ótimo! Identifica-se precocemente o problema. Então, o Governo Federal precisa atualizar a tabela da fibrose cística, independentemente do teto do Estado e do Município. Esse é outro debate que tem de ser feito também.

O SR. JOSÉ JOÃO LANCEIRO DA PALMA – Podemos comprometer-nos, Senador, no prazo de 30 dias ou, nem precisamos esperar agosto, num prazo até menor, a estar numa conversa aberta aqui, munidos de todos os dados a respeito da tabela, para apresentá-la e, em conjunto, ver essa possibilidade ou não. Essa é uma decisão que, evidentemente, ultrapassa a esfera até do próprio Ministro.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Gostaria, Sr. Presidente, que houvesse resposta, para, antes disso, chamarmos o Presidente da União Brasileira, que tem os dados todos, e fazermos as reuniões técnicas, a fim de que o pessoal da área diga qual é realmente o preço no Brasil, quanto se paga, ou para, eventualmente, até se chegar a outro valor.

O programa de triagem demanda a confirmação, não é verdade? A confirmação de que seja paga e, ao mesmo tempo, de que quem faça o exame receba o dinheiro em dia. Refiro-me a receber dentro do tempo, porque o Ministério já paga no terceiro mês subsequente à realização do exame. Essa já é uma prática histórica, porque demanda também passar pelo Estado, pelo Município e chegar aqui. Então, no terceiro mês depois do exame, o Ministério paga, esse é o acerto. Só não pode ser no quarto, no quinto ou no sexto mês; tem que ser no terceiro, porque, senão, desestrutura-se

o processo. Sabemos que depende da Fazenda, mas a acusação que existe é a de que neste governo está acontecendo isso. Essa é uma acusação séria. Sou do PT, sou do Partido do Governo e gostaria de saber se neste Governo está acontecendo isso, porque não pode acontecer.

O SR. JOSÉ JOÃO LANCEIRO DA PALMA – V.

Ex^a me permite, só para encerrar?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– O senhor pode responder.

O SR. JOSÉ JOÃO LANCEIRO DA PALMA

– Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB –

AP) – Sim.

O SR. JOSÉ JOÃO LANCEIRO DA PALMA

– Muito obrigado.

O que posso afirmar é o seguinte: neste Governo isso não tem acontecido como regra, pelo contrário. Podemos pegar uma série histórica dos diversos atrasos dos últimos oito anos e trazer ao Plenário. Essa é uma primeira coisa. A segunda, que é essa questão que o Senador apresentou, para nós é tranqüilo resolver. Estou vendo que dois dos principais técnicos que estão envolvidos no processo estão presentes no plenário. Podemos, então, assumir perfeitamente – essa é a parte mais tranqüila – o compromisso público, sobre o que o Senador Flávio Arns mencionou, de levantarmos o tamanho do problema, dimensionarmos a questão, vermos os gastos, os custos reais, os impactos sobre a tabela e a divisão desse impacto nos Estados e Municípios num prazo de 30 dias. Os dois técnicos centrais nessa história estão sentados aqui – o Joselito e a Paula –, e, num prazo de 30 dias, eles teriam plena condição de trazer todos os levantamentos aos Srs. Senadores – isso seria algo positivo para nós e poderia acontecer neste plenário ou em outro local – do custo real. Pediremos apoio às entidades, evidentemente, para fazermos um levantamento fino, o que já temos feito com relação a outras áreas. O que não pode acontecer, de forma nenhuma, é o financiamento do sistema parecer uma caixa-preta ou uma questão que não seja aberta à própria compreensão da sociedade civil e ao controle. Quanto a isso, não há problema nenhum.

Houve o recurso para cá. Ele passa, evidentemente, por uma série imensa de outras ações, e, nesse período mais recente – eu estava vendo alguns dados que o pessoal levantou –, vários dos indicadores estão em avanço franco no sentido do aumento do nível de cobertura. Por exemplo, há um gráfico bonito que o pessoal fez. Quanto ao exame de IRT para fibrose cística, ou seja, a dosagem da tripsina imunorreativa, na época de abertura, havia algo em torno de 57 mil exames

para 284 mil procedimentos. Não estou mencionando isso, querendo dizer que é muito ou que esse número resolve nosso problema, porque temos de caminhar realmente para a universalização do atendimento. Isso corresponde a 10% do total. Agora, com a saúde da família crescendo, com a expansão toda que se está dando, com estudos mais claros sobre a natureza do problema, que se concentra mais em algumas regiões do que em outras. Podemos, perfeitamente, ter clareza disso, ter uma política que dê conta da universalização. Estou falando isso aqui não é apenas pelo número, que é muito expressivo. Em todas as linhas que pegamos, o aumento que está tendo ainda é pequeno – parece-me –, mas é bastante expressivo. É que isso aqui impacta em outras linhas. Quer dizer, a universalização do teste do pezinho vai levar aos gestores estaduais e locais outras necessidades: de equipamento, de laboratório, de reagentes, de contratação de equipes, de formação de médicos, de especialistas, de pessoal de laboratório, de qualidade, de avaliação, estudos de caráter epidemiológico. Não adianta fazer e jogar esses recursos todos. Temos que avaliar, quer dizer, qual o impacto desse recurso e dessa política na saúde da população. É pouco? É muito? Tudo isso envolve não apenas o Ministério, que está perfeitamente aberto a isso, mas envolve os gestores estaduais e os municipais. Por conta disso, o levantamento é de todo desejável trazer aqui. Agora, os outros atores – encerro aqui – têm que estar presentes até porque é desse jeito que a política vai avançar. Eles já vão estar presentes aqui no desenho do protocolo. É desse jeito que avança a política: trazendo-nos aqui, forçando o debate, mas não somos os únicos atores nisso. Somos fundamentais, mas há mais pessoas na história.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Senador, permita-me. O nosso tempo já está bastante avançado. Temos dez minutos além das 14h30min. Antes de passar a palavra para as considerações finais dos Srs. Expositores, quero ler o requerimento apresentado pelo Senador Flávio Arns. Requer a realização de audiência pública com representante do Ministério da Saúde para que seja apresentada proposta do custo do teste do pezinho, custo do exame de confirmação e o repasse em dia dos pagamentos da triagem neonatal. A data seria o início do mês de agosto.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

Vamos tomar essas providências.

Vou passar a palavra para as considerações finais. Logicamente, o Sr. José Alcides Marton fará uso da palavra. Serão concedidos dois minutos para

o senhor. Até peço desculpas aos demais membros da Mesa. Vamos ter a consideração final de cada um dos presentes.

O SR. JOSÉ ALCIDES MARTON DA SILVA – A questão do atraso, em janeiro de 2003, primeiro mês do Governo Lula, recebemos novembro de 2002; em fevereiro de 2003, recebemos dezembro de 2002; ou seja, fechou o ano de 2002; em março de 2003, quando este Governo devia fazer o pagamento do primeiro mês de competência dele, não foi pago. Pulou e até hoje continua atrasado. Vamos abrir o sigilo bancário da nossa fundação que vocês vão rever todos os depósitos que foram feitos e daí comprovamos. É regular, sistemático o atraso. O Joselito está aqui. Ele nem me atende mais quando é ligação minha. O Senador sabe porque todo mês pedimos para o gabinete do Senador fazer a caridade de ficar cutucando o Ministério da Saúde ou Fundo Nacional de Saúde.

E mais: também não participo mais de nenhum grupo para estudo de tabela, porque não agüento mais. Está pronto aqui. Está também desde maio de 2003 – o Dr. La Paula está ali – quando tivemos a primeira reunião naquela sala que não cabia todos, em maio de 2003, quando começamos a fazer esse estudo. Até agora só tivemos prejuízo, quer dizer, é passagem para vir para cá, funcionário trabalhando nessa tabela. Não dá mais. A partir de agora, está pronto. Os técnicos do Departamento de Economia poderiam ir lá, estudar cada custo e abrir as notas fiscais, os nossos custos, para saber se estamos mentindo ou não, porque não há mais o que estudar – já está estudado.

Sr. Presidente, agradeço a paciência e principalmente o empenho do Senador Flávio Arns, que, historicamente, está ligado a nossa área e, especificamente, à área da prevenção de deficiências e da causa do portador de deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Muito obrigado. Passo a palavra à Drª Neiva Damasceno para as considerações finais.

A SRª NEIVA DAMASCENO – Sr. Presidente, farei minhas as palavras... Também ressaltamos que o projeto está pronto, assim como os protocolos, que nos foram solicitados. Queremos, agora, estabelecer datas para a discussão, que é realmente muito cansativa. Adiam-se muito essas datas. Creio que chegamos a um momento em que queremos ação, pois já passamos dessa fase. Há o amadurecimento necessário para discutirmos os temas. Queremos datas, definições agora.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Para as considerações finais, passo a palavra ao Sr. Sérgio Henrique Sampaio.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE SAMPAIO – Sr. Presidente, gostaria de dizer que a Associação Brasileira, representando os pacientes portadores, não é contra a discussão do protocolo, de forma alguma. Já ventilamos esse assunto desde 2000. O que não podemos admitir é que ele seja discutido a quatro ou seis mãos, como o representante do Ministério falou. Queremos uma discussão ampla, aberta, que não deixe margem de dúvidas para tendências judiciais posteriores. Queremos que esse protocolo seja discutido, sim, e estamos cobrando do Ministério a definição de um calendário, de um cronograma de ação. É isso que queremos.

Quero enfatizar também que não estamos representando grupo econômico algum, laboratório algum. Sou pai de um fibrocístico e sei das necessidades. Tenho trazido algumas questões até que estariam viabilizando uma economia no Ministério. Não há eco no Ministério. José Elcides, não é apenas a você que o Joselito não responde, nem por telefone nem via *e-mail*. Não há eco por parte do Ministério. A sociedade civil organizada traz proposições que gerariam economia, e o Ministério sequer dá chances de serem apresentadas.

Para encerrar, quero dizer que estamos aqui, para defender os nossos pacientes, esperando que os direitos fundamentais sejam respeitados e principalmente a dignidade humana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Passo a palavra ao Dr. José João da Palma.

O SR. JOSÉ JOÃO LANCEIRO DA PALMA – Sr. Presidente, serei breve. Uma parte grande das questões que precisava ser resolvida aqui está bem encaminhada.

Registro a nossa satisfação. Por mais que “doam no lombo”, às vezes, algumas questões, é assim que caminha a história. Está absolutamente aberto... Acreditamos que o controle externo é central, e todos nós, Estados e Municípios, precisamos ser empurrados para isso. Está muito claro o nosso papel.

Nesse prazo, Senador, creio que conseguimos obter, com clareza, um quadro do estudo econômico. O Joselito é um técnico exemplar do nosso Ministério e vai-nos ajudar bastante nisso.

Estamos à inteira disposição. Agradeço muito o convite e registro que foi muito agradável a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Muito obrigado.

Para encerrar, concedo a palavra ao Dr. Carlos Henrique Martins Lima, para fazer as suas considerações finais.

O SR. CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA – Sr. Presidente, quero encerrar, noticiando que, na

verdade – esqueci-me de anunciar na primeira vez –, já existe um inquérito civil público instaurado na Procuradoria da República no Distrito Federal para acompanhamento específico desse caso.

Para que não pareça alguma desinformação, alguma incompreensão sobre a natureza do inquérito civil público, ressalto que ele só pode ser encerrado no momento em que o interesse público estiver atendido. Portanto, há um inquérito civil público aberto para acompanhamento dessa e de todas as demandas relativas a esse problema. Queremos chegar ao final desse inquérito com o interesse público resolvido, atendido, com a sociedade satisfeita com a questão da universalidade da saúde atendida, inclusive, o assunto referente ao diagnóstico, que, conforme foi noticiado, ainda é muito baixo para os padrões e para a população que acaba nascendo no País.

Mas precisamos avançar mais. Precisamos dar garantia de tratamento digno a todos, porque senão pararemos no meio do caminho. Ainda que consigamos que haja universalidade de diagnóstico, ela só se completará, se pudermos oferecer um tratamento de qualidade para toda a população.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Papaleo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para que S. Ex^a faça suas considerações.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Agradeço a participação e a presença de todos nesta audiência pública, inclusive das pessoas do Ministério da Saúde. Peço desculpas, novamente, em razão das alterações de horário.

O objetivo principal que deve ficar claro é o de que nós, em conjunto, temos de trabalhar, para que o direito fundamental do ser humano de ter o seu problema identificado o mais cedo possível e atendido com qualidade seja perseguido. Todos têm esse direito. Este é o objetivo principal: que as pessoas com fibrose cística – ou mucoviscidose –, no caso, sejam identificadas, atendidas, e as famílias, apoiadas.

Assim, haverá um Brasil mais justo, que vai sendo construído pelos direitos de todas as parcelas da sociedade. Essa é a mensagem. Às vezes, utilizamos mais veemência nos argumentos, mas, no fundo, devemos unir-nos com o propósito de trabalhar bem, de resolver esse problema e de passarmos a nos preocupar com os outros, já que esse terá deixado de ser um problema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaleo Paes. PMDB – AP) – Obrigado, Sr. Senador.

Agradeço a todos os senhores e à senhora, que vieram aqui, para tratar de assunto tão importante, que deixa todos nós angustiados.

Logicamente, reconheço que a participação dos representantes de grupos que lidam com esse tema relevante da saúde pública é, de fato, muito importante. São essas as verdadeiras linhas de frente no tocante ao Ministério da Saúde, que sabemos que tem suas dificuldades. Não seria por um capricho qualquer que ele deixaria de atender a essa necessidade da população que sofre dessa doença ou das famílias que querem assistir bem seus entes queridos.

No entanto, muitas vezes, por um pequeno detalhe, até por falta de comunicação e de conhecimento de causa lá na ponta – não digo que seja o caso do Ministério da Saúde, que dispõe de técnicos bastante competentes –, deixamos de alcançar o objetivo maior, que é exatamente a evolução para que esses doentes sejam mais bem atendidos. É um drama muito grande para as famílias; acompanho algumas pessoas que dramaticamente tentam dar o que há de melhor para o seu ente querido, mas encontram dificuldades.

Creio, todavia, que não existe má vontade do Governo – não deve haver. Pode existir dificuldade burocrática ou, então, alguma questão referente aos próprios técnicos. Ouvi o Dr. Joselito e desejo homenagear os técnicos do Ministério da Saúde por intermédio da figura dele, que foi tão citada. Olhei no seu rosto a angústia e a ansiedade. Pode ser até que seu telefone tenha tido o ramal cortado e que ele esteja sendo crucificado por não atendê-lo. Mas o técnico, às vezes, sente-se impedido de fazer aquilo que deseja e fica tão angustiado quanto todos nós, que queremos seja dada uma assistência adequada a esses pacientes.

Então, há boa vontade do Ministério da Saúde – estamos aqui com um representante, que demonstra esse sentimento. E muito mais boa vontade parte daqueles que representam as necessidades e a busca do atendimento das necessidades dos pacientes portadores de fibrose cística. Então, muito obrigado a todos.

Senador Flávio Arns, nosso agradecimento pela iniciativa de V. Ex^a de apresentar um requerimento que proporcionou a audiência pública.

Agradecemos a todos os presentes, aos que estão aqui acompanhando esta importante reunião, à imprensa.

Queremos, com essa audiência, levar à população a dificuldade das famílias e dos pacientes que sofrem de fibrose cística; mostrar ao Governo a necessidade de centralizar o serviço objetivamente, com base em alternativas que melhorem o atendimento desses pacientes; e, logicamente, a partir de hoje, também por

proposta do Senador Flávio Arns, acompanhar o desenrolar dessa questão burocrática dentro do Ministério da Saúde.

Agradecemos aos técnicos do Senado Federal e aos demais presentes, que nos possibilitaram a realização desta boa audiência pública.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 14h54min.)

Ata da Primeira Reunião de Instalação da Subcomissão Permanente de Assistência Social aos Portadores de Necessidades Especiais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura Realizada no Dia 17 de Maio de 2005, Terça-feira, às 18:30 Horas.

Às dezoito horas e cinquenta e oito minutos, do dia dezessete de maio de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, reúne-se a Subcomissão Permanente de Assistência Social aos Portadores de Necessidades Especiais, com a presença dos Senadores **LÚCIA VÂNIA, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, PAPALÉO PAES, FLÁVIO ARNS, EDUARDO AZEREDO E PATRÍCIA SABOYA GOMES**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores PAULO PAIM, PATRÍCIA SABOYA GOMES, LÚCIA VÂNIA, E AUGUSTO BOTELHO. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Assistência Social aos Portadores de Necessidades Especiais. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, a Senhora Presidente convida o Senhor Senador Augusto Botelho e o Senador Papaléo Paes para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente – Senador Eduardo Azeredo, com 5 votos; para Vice-Presidente – Senador Flávio Arns, com 5 votos. São declarados eleitos o Senador Eduardo Azeredo e o Senador Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Senador Eduardo Azeredo, presidente e o Senador Flávio Arns eleito assumem a presidência agradecendo os votos de seus pares. Foi realizada pelo Engenheiro Adriano Bezerra de Faria Presidente Comissão de Acessibilidade de Senado Federal, uma exposição acerca das atividades que estão sendo desenvolvidas no Senado Federal. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dezenove horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Eduardo Azeredo, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente

com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Valadares. PSB-SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª reunião de instalação da Subcomissão Permanente de Assistência Social aos Portadores de Necessidades Especiais, criada pelo Requerimento nº 12, de 2005, em 16 de março deste ano, de autoria do nobre Senador Eduardo Azeredo.

Gostaria de indicar o eminente Senador Paulo Paim como membro suplente desta Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide.

A presente reunião se destina à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão.

Existe apenas uma chapa registrada, dos eminentes Senadores da Comissão de Assuntos Sociais. Para Presidente, o Senador Eduardo Azeredo; para Vice-Presidente, o Senador Flávio Arns.

As cédulas para votação já se encontram devidamente rubricadas pela Presidência da Comissão de Assuntos Sociais. Então, iniciaremos de imediato a votação pela chamada a que iremos proceder.

Senador Eduardo Azeredo, se V. Exª quiser poderá votar em si mesmo.

Senador Flávio Arns.

Senador Papaléo Paes, V. Exª já pode votar.

Depois V. Exª, Senador Augusto Botelho.

Convido os Senadores Papaléo Paes e Augusto Botelho para servirem de escrutinadores.

Por unanimidade, portanto, contando os votos dos membros da Subcomissão, foram eleitos: para Presidente, o Senador Eduardo Azeredo e para Vice-Presidente, o Senador Flávio Arns. (Palmas.)

Antes de convidar os eleitos a assumirem a Mesa dos trabalhos e a tomarem posse nessa função importante, gostaria de parabenizar os escolhidos, pois são Senadores da melhor qualificação, preparados para o exercício de qualquer missão neste Senado Federal. Ambos têm se desincumbido com raro brilhantismo, eficiência e espírito público nas Comissões de que participam e também têm tido uma atuação muito efetiva e preponderante no Plenário do Senado Federal.

Essa Subcomissão tem uma tarefa muito importante a realizar, uma vez que o Brasil, sendo – como é ainda – um país subdesenvolvido, tem muito a trabalhar para reduzir a deficiência de todos os matizes que existem no Brasil.

Sou um político que governei um Município do interior de Sergipe, onde comecei a minha vida política, Simão Dias, e pude verificar pessoalmente que havia toda espécie de deficiência a ser combatida. O governo municipal tinha que se desdobrar, naquela época, para dar assistência aos desvalidos da sorte.

Por exemplo, para pessoas que tinham um defeito na visão, a coisa mais difícil era arranjar um médico – que chamávamos de médico de vista – oftalmologista. Hoje, ainda, em algumas comunidades do interior do Brasil, apesar dos recursos que foram aumentados por meio do SUS para dar assistência a todos os setores deficientes no nosso País, ainda existem dificuldades tremendas para o atendimento nesse campo.

Portanto, devemos discutir, debater e trazer aqui autoridades do setor de saúde, autoridades governamentais, municipais, estaduais e federais, para que encontremos os caminhos e possamos construir novos rumos, em função desse problema grave existente no Brasil, onde mais de 14% são deficientes, segundo dados informados pelo próprio autor do requerimento para a criação dessa Subcomissão. A correção passa por um trabalho conjunto e integrado do Senado Federal, por meio da nossa Subcomissão, com o Ministério da Saúde e os demais órgãos da administração estadual e municipal.

Também quero registrar a presença da Senadora Patrícia Saboya Gomes, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Neste momento, convido o Presidente, Senador Eduardo Azeredo, e o Vice-Presidente, Senador Flávio Arns, para assumirem as elevadas funções para as quais foram designados pelo nosso Senado Federal.

Com muita honra, passo a V. Ex^a a Presidência. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB-MG) – Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores que aqui comparecem, quero inicialmente agradecer aos meus colegas que nos honram com a sua confiança – e mim e ao Senador Flávio Arns – para a instalação desta Subcomissão de Assuntos Sociais para Pessoas com Deficiência. Esse nome, na próxima reunião, já precisamos acertar para que fique em definitivo: **“Subcomissão de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência”**, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

O nosso Presidente é o Senador Antonio Carlos Valadares e a nossa Vice-Presidente a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que aqui estão presentes. Temos como objetivo dar seguimento a um trabalho que foi realizado pelo Senador Flávio Arns, nos últimos dois anos.

A minha palavra, além de agradecimento, é no sentido de registrar a importância do trabalho do Senador Flávio Arns, que já tem uma vida dedicada à questão ligada às pessoas com deficiência.

Registro também a presença do Deputado Federal Eduardo Barbosa, que foi presidente da Federação das APAEs de Minas, foi Secretário de Assuntos So-

ciais no meu Governo – era um nome bem grande lá: Secretaria do Trabalho, Assuntos Sociais, da Criança e do Adolescente. S. Ex^a é também dedicado às questões das pessoas com deficiências.

Senador Flávio Arns, como todos dissemos aqui, é o nosso guru no Senado nas questões relacionadas às pessoas com deficiência.

Pessoalmente, o meu primeiro cargo público que ocupei depois de ser analista de sistemas por 11 anos foi o de Presidente da Prodemge, a Empresa de Informática de Minas, no Governo Tancredo Neves. Naquela época, fui procurado por uma pessoa que me pediu que abrisse oportunidade de estágio para dois deficientes visuais para serem programadores de computador. Cocei a cabeça e disse: Meu Deus, como eu vou fazer agora? Como eles serão programadores de computador?

Buscamos o apoio dos fabricantes de computadores à época e, com os equipamentos especiais, que eram muito difíceis à época – tiveram de ser importados – tivemos um trabalho inicial. Foi então que eu pude ver a importância das pessoas e a sua dedicação.

Lembro-me que era uma época difícil, de altos índices de inflação, quando havia uma efervescência sindical, havia sempre a busca de novos salários, porque os salários, depois de três meses de correção, já estavam defasados outra vez. Uma das análises de sistemas que trabalhavam me disse que o de mais importante aconteceu foi ver a valorização do ambiente de trabalho a partir da presença das pessoas deficientes. Os outros funcionários todos passaram a valorizar muito mais o trabalho vendo o esforço, o incentivo e a solidariedade, ao verem o esforço que faziam os deficientes visuais.

Daí eu pude, a partir desse momento que foi muito importante para mim, ao ver a importância de uma pessoa deficiente trabalhar, dar o seu esforço no dia-a-dia, nos outros cargos que pude ocupar até hoje, sempre exercitar, com muito sucesso, a participação de outras pessoas com deficiência em várias outras situações, seja na prefeitura de Belo Horizonte, no Governo do Estado e aqui no Senado.

Na verdade, as Sr^{as} e os Srs Senadores, já conseguimos avanços importantes junto com a Câmara dos Deputados para que haja sempre conquistas nos vários setores da Sociedade, seja na Previdência, no trabalho e em todos os segmentos em que é importante o reconhecimento do setor público e da iniciativa privada de que as pessoas com deficiência precisam, por mérito, ter um tratamento diferenciado no sentido da discriminação positiva.

O objetivo nosso, portanto, é o de aprimorar toda essa legislação; de cobrar o que existe, afinal, o Brasil

é, eu diria, muito avançado em termos de legislação. Temos uma boa legislação, entre as melhores do mundo. O problema é o cumprimento da legislação, o que nem sempre acontece.

Para isso convidamos, para essa primeira reunião de instalação da subcomissão, que o grupo do Senado Federal, responsável pela acessibilidade ao Senado Federal, o Presidente é o Engenheiro Adriano Bezerra de Faria, que ele pudesse fazer uma apresentação para nós sobre o que está sendo feito no Senado, em termos de adaptação da acessibilidade, depois de um trabalho muito bem feito no ano passado.

Antes de convidar o Adriano para fazer sua apresentação e de conceder a palavra ao Senador Flávio Arns, quero registrar algumas presenças: Carolina Sanches, que é assessora técnica da Corde, da Secretaria de Direitos Humanos; Rosana Cipriano Jacinto, que é da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Brasília; Francisca Oliveira Pereira, chefe de gabinete; Cristina Portela; Otílio Rodrigues Santacruz; de Emens Pereira de Souza, advogado e presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas do DF; Leonardo Cortes Almeida; Ricardo Leite Chaves, técnico legislativo do Prodasen, no suporte dos nossos trabalhos; Lúcia de Fátima Silva Leite, do GDF; Cláudio Rechman, do Instituto de Projetos Avançados; Susana Rui, da Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado; Bárbara Campos Ramos, secretária parlamentar da Deputada Marinha Raupp; Tatiana Mares Guia, assessora do Senado Federal; Afonso Celso Vieira de Queiroz, diretor da Secretaria de Engenharia e de Ana Valéria Araújo de Assis.

Agradecendo a presença de todos, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Gostaria, em primeiro lugar, de destacar essa iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

O Presidente é o Senador Antonio Carlos Valadares; a Senadora Patrícia Saboya Gomes é Vice-Presidente. Trata-se de uma comissão que se preocupa, entre outros aspectos importantes, com a construção da cidadania para grupos fundamentais, marginalizados, muitas vezes, em nossa sociedade. Há estudos e trabalhos voltados para a criança e para os adolescentes. A Senadora Patrícia Gomes tem um trabalho reconhecido no Brasil inteiro nesse sentido. É um trabalho voltado para os idosos e, também, para as pessoas com deficiência. É uma comissão que se preocupa com dignidade, com direitos humanos e com respeito para que o Brasil se transforme por meio da construção da cidadania.

Temos aqui o Senador Augusto Botelho, sempre entusiasmado nessa área. S. Ex^a é membro da Co-

missão. Temos, também, o Senador Paulo Paim, que é o autor do Estatuto do Idoso, já aprovado, e é autor também do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que está em tramitação no Senado Federal e está sendo debatido com a sociedade – esse projeto será objeto de análise este ano.

Está presente o Deputado Eduardo Barbosa, amigo de Minas Gerais e, como já foi mencionado, ex-Presidente da Federação Nacional das Apaes – dois mil municípios no Brasil contam com as associações de pais e amigos dos excepcionais.

Temos, agora, a formação desta Comissão. Como o Senador Eduardo Azeredo falou, vai haver uma proposição para que se promova uma pequena alteração de nome. A comissão vai passar a chamar-se Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais para Pessoas com Deficiência. Esta comissão é de Assuntos Sociais, porque trata de assistência, saúde, Previdência, trabalho, são várias áreas que têm como objetivo a promoção social do cidadão. No meio desses cidadãos, há pessoas com deficiências.

De acordo com todos os debates acontecidos no Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, optou-se por uma definição que englobasse as pessoas com problemas visuais, auditivos, físicos, com características mentais diversas, altistas, com problemas múltiplos: pessoas com deficiência. Há um grande debate sobre os termos “necessidades especiais” e “pessoas portadoras de deficiência”. Então, é uma unificação, vamos dizer, da terminologia a partir do que os movimentos sociais consideram.

Quero dizer que estou ao lado do presidente, o Senador Eduardo Azeredo. S. Ex^a é uma pessoa que possui uma capacidade extraordinária para o diálogo, uma grande capacidade de aglutinação, tem interesse e uma grande sensibilidade para um conjunto de áreas, incluindo a área das pessoas com deficiência. Minha esposa e eu somos pais de uma pessoa de trinta anos de idade com deficiência. Eu posso dizer, com absoluta confiança, que confiamos 100%, como pais e como parlamentares, no trabalho do Senador Eduardo Azeredo.

Assim, é uma honra, é um privilégio para todos os pais e amigos e pessoas dessa área no Brasil poderem contar com vários Senadores e Senadoras, mas particularmente, poder contar com alguém, na Presidência desta Comissão, tão importante, que é da mais absoluta confiança e credibilidade para com o movimento, que é o Senador Eduardo Azeredo.

Que nós possamos sempre nos reunir, discutir, ver o que é necessário para a área, conhecer os desafios que estão colocados para a área, junto com toda a comunidade que está aqui presente e também

nos assistindo pela televisão, particularmente com a Corde, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência, aqui representada pela Carolina e por todos os movimentos, para que todos juntos – Senado, Câmara dos Deputados, com o Deputado Eduardo Barbosa – possamos transformar a realidade do Brasil a favor de todos e também da pessoa com deficiência.

Que bom que estamos aqui! Que a gente possa, ao final deste trabalho, dizer: valeu a pena!

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB-MG) – Quero registrar a presença da Kátia Regina Alexandrino de Oliveira, Presidente da Associação dos Surdos de Brasília.

Concedo a palavra à Senadora Patrícia Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE)

– Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Sr. Vice-Presidente, Senador Flávio Arns, Srs. membros da Comissão e demais presentes, antes de mais nada, quero pedir desculpas, porque estava no Plenário e por isso não tive a possibilidade de dar um voto tão importante como esse.

Mas quero trazer aqui as minhas palavras de congratulações, os meus parabéns a esta Comissão que, sem dúvida alguma, vai poder fazer um trabalho extraordinário. Eu tenho muito orgulho de ser membro dela. É fácil de fazer uma previsão como essa, porque temos à frente dos trabalhos duas pessoas que, antes de serem parlamentares, são dois seres humanos que têm uma grande sensibilidade não só com relação a essa causa das pessoas com deficiência, mas também com relação a tantas outras causas que eu tenho tido privilégio e a oportunidade de debater com os dois Senadores. Tive o privilégio de ter o Senador Eduardo Azeredo como Vice-Presidente de uma CPI muito dura, muito difícil, que investigou, por mais de um ano, as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes em nosso País. Tive também o privilégio de ter o Senador Flávio Arns com a sua palavra, com a sua sensibilidade, com seu equilíbrio, em nossa Comissão.

Espero poder dar o melhor de mim, dar o que pude aprender ao longo da minha vida pública e pessoal nesta Comissão que fará a diferença, pela dedicação, pelo assunto tão relevante que nós estamos tratando.

O Senador Eduardo Azeredo acaba de colocar aqui uma experiência, na sua forma mineira de falar, com tanta delicadeza, sobre o momento que o levou a despertar para a importância da inclusão das pessoas com deficiência em nossa sociedade. Infelizmente, a realidade de nosso País ainda é muito dura, e muitas

pessoas acabam sendo excluídas da nossa sociedade. Às vezes a gente anda fora do nosso País e vê, em países mais desenvolvidos, como a convivência com as pessoas que têm deficiência é algo diferente. Certa vez viajei com meu filho, ainda pequeno, para a Disney, e ele me perguntou: mãe, aqui tem mais deficientes do que no Brasil? Eu não sei das estatísticas, mas certamente há outro tipo de condição, de estrutura que dá uma garantia às pessoas que têm deficiência possam participar da sociedade.

Portanto, esse é um problema não só político, não só de legislação, mas que envolve também uma mudança cultural. Cabe a nós, como parlamentares, como representantes dos nossos Estados, trazer esse problema para cá e lutar por uma sociedade mais justa, mais livre, mais democrática, em que todas as pessoas que tenham as suas diferenças possam conviver em harmonia e, mais do que isso, como muita felicidade.

Portanto, quero trazer apenas a minha palavra aqui, a felicidade de fazer parte desta Comissão, parabenizar os dois Senadores pela condução da Comissão e dizer da certeza da seriedade e da profundidade com que esse assunto será tratado nesta Subcomissão.

Parabéns. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB-MG) – Muito obrigado, Senadora Patrícia Saboya, pelo depoimento e pelas palavras.

Realmente, hoje tivemos no Plenário um clima muito tenso, e é bom que estejamos aqui, nesta Subcomissão, em paz, em nome do PT, do PSDB, todos juntos neste objetivo maior, que é o da inclusão, e que realmente possamos ter um avanço significativo.

Registro a presença da ex-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Lúcia Vânia, ao lado dos Senadores Augusto Botelho e Paulo Paim. Nós os consideramos pessoas sempre dispostas a discutir as modificações e os avanços necessários.

Antes de começar – ainda no meu estilo mineiro, como disse a Senadora Patrícia Saboya –, quero falar das experiências que temos na vida. Neste último domingo, eu estava almoçando em um restaurante em Belo Horizonte, quando um rapaz me abordou e, com um jeito alegre, disse-me, com toda franqueza, com toda sinceridade, suas opiniões sobre questões políticas. Naquele momento simples, pensei como é que, ali, na maior tranquilidade, ele estava tão à vontade, tão por dentro dos assuntos, pela espontaneidade com que traduzia suas opiniões. Todos que estavam à mesa naquela hora ficaram atentos com essas pessoas que chamamos de excepcionais, que são excepcionais na alegria, na forma de enfrentar a vida.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, gostaria aqui de manifestar o meu voto favorável, embora tenha chegado atrasada, mas não poderia deixar de vir cumprimentar dois grandes Senadores comprometidos com o social.

É com muita alegria, Senador Eduardo Azeredo, que vejo V. Exª conduzindo esta Subcomissão, que é da mais alta importância. Acredito que, juntamente com o Senador Flávio Arns, podemos aqui e agora realmente fazer um trabalho em favor daqueles que tanto lutam para ter assegurados os seus direitos.

A questão da acessibilidade é fundamental e deve ser tratada com muita veemência. É preciso que este País pare e enxergue a necessidade que todos os seres humanos têm de ter qualidade de vida. E esta Subcomissão, sem dúvida alguma, vai lutar e, pela garra de V. Exª, pela experiência, pela sensibilidade, eu tenho certeza de que tudo que faremos aqui será com muito boa vontade e com sucesso.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Passo a palavra ao engenheiro Adriano Bezerra de Faria, que vai fazer uma apresentação sobre os trabalhos da Comissão de Acessibilidade do Senado. Vemos já no dia-a-dia as modificações que aqui acontecem. Pode sentar-se aqui conosco, por favor.

O SR. ADRIANO BEZERRA DE FARIA – Exmº Sr. Presidente da Comissão das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, Senador Eduardo Azeredo, Exmº Sr. Senador Flávio Arns, Senador Paulo Paim, Senador Augusto Botelho, Senadora Lúcia Vânia, Senadora Patrícia Saboya, meus senhores e minhas senhoras. Vou fazer uma apresentação da nossa Comissão de Acessibilidade, que tem por finalidade dar soluções aos problemas existentes no Senado.

A nossa Comissão de Acessibilidade foi criada através do Ato nº 147, do Diretor-Geral, Dr. Agaciel Maia, mas toda a iniciativa foi do Senador Flávio Arns. Lembro-me bem de que, desde que o Senador chegou ao Senado Federal, em seu Gabinete, já pediu: “Como vamos fazer para os meus convidados chegarem até aqui?” Foi um problema, e tivemos que fazer algumas adaptações no gabinete dele para atender aos convidados dele.

A partir disso, foi editado um Ato do Diretor-Geral, e a Comissão de Acessibilidade vem trabalhando em cima do Decreto nº 5.296, de 2004, que regulamentou as Leis de nº 10.046 e 10.098, do ano de 2000.

A partir daí é que vamos começar o nosso trabalho. Além disso, também queremos e vamos trabalhar em cima do Estatuto da Pessoa com Deficiência, um projeto do Senador Paulo Paim que está em tramitação

no Senado Federal. Após a sua aprovação, queremos trabalhar em cima dele.

O Programa de Acessibilidade do Senado Federal, para ter uma eficiência maior, para fazermos um trabalho melhor, resolvemos subdividi-lo em três grupos. Esta é uma foto que mostra a dificuldade que há no Senado para o acesso às galerias e ao Plenário pela parte superior. Ela mostra um triciclo, com o nosso companheiro de Comissão, Sr. Aires. Podemos ver a dificuldade. Pretendemos dar soluções a esses problemas existentes no Senado.

O primeiro subgrupo criado foi o subgrupo de infra-estrutura predial. O nosso subgrupo, inicialmente, atua em cima do trabalho que foi feito pela Corde, que fez um trabalho para o Senado no ano passado por solicitação do Senador Flávio Arns. Trabalhando em cima disso, já realizamos mais ou menos 30% dos problemas existentes no relatório.

Dentre os problemas que já solucionamos estão as guias de acesso às entradas. É perfeitamente visível que já foram quebradas essas barreiras. Havia problemas de placas do Detran em cima das calçadas que dão acesso ao Senado, o que já solucionamos; todas já foram retiradas. Quanto às plantações, havia até Coroa-de-Cristo na beirada das calçadas, o que dava muito problema aos deficientes que chegavam aqui, e até as mulheres reclamavam porque agarrava nas saias delas.

Outro problema que estamos atacando é o problema das instalações sanitárias para deficientes, que são muito precárias no Senado. Já vínhamos trabalhando nisso, mas com pouco entusiasmo. Agora estamos trabalhando mais intensamente para dar soluções aos problemas das instalações sanitárias para deficientes.

Caminhando nas entradas do Senado, primeiramente, fomos quebrando o problema das rampas de acesso. Hoje ao se chegar ao Senado já se encontram as guias quebradas, as calçadas, já fizemos algumas rampas na biblioteca para diminuir os degraus e chegamos até o ponto central, que é o Palácio do Edifício principal, onde fizemos rampa no café dos Senadores e a rampa de acesso à tribuna de honra do Senado.

Hoje é perfeitamente acessível aos cadeirantes chegarem até esses locais. Também destacamos uma reforma que fizemos na gráfica do Senado, na Data Senado, onde funciona o 0800, para o qual já fizemos o projeto totalmente adaptado que já está funcionando 100% para os deficientes.

Devemos enfatizar que o Senado já está adquirindo dois triciclos para colocar nas portarias do Senado. Esses triciclos visam atender as pessoas com deficiência e as pessoas com necessidades especiais,

como idosos e outros que não tem condições devido às longas distâncias no Senado Federal. O complexo do Senado é muito grande. Então, nós precisamos de carrinho para o deslocamento dessas pessoas com necessidades especiais.

Ao lado ali, aquela foto significa o problema de elevadores que nós temos no Senado Federal, do difícil acesso aos elevadores. Por exemplo, este prédio aqui, Ala Senador Alexandre Costa e Ala Senador Nilo Coelho. Nós temos problemas no subsolo. As obras civis já foram feitas, agora falta comprar os equipamentos, e esses equipamentos, tanto da Ala Senador Nilo Coelho como do Salão Negro do Senado Federal, estão sendo adquiridos para solucionar esse problema de acesso. E nós vamos ter acesso para os deficientes ao Plenário do Senado Federal, o que não existe. Aquela escada vai ser usada pelas pessoas com boa locomoção. Os deficientes vão usar o elevador, que já está em processo de licitação.

O subgrupo também tem informações. Nós podemos informar que todos os novos projetos do Senador, todos os projetos de arquitetura do Senado para a Unilegis, Anexo III e auditório já foram elaborados pelo escritório de Oscar Niemeyer, todos perfeitamente adaptados à nova legislação.

Queremos também enfatizar que nós temos um contrato com o escritório de Oscar Niemeyer para fazer estudos sobre essas adaptações que são necessárias no Senado. Tudo isso nós levamos ao escritório, e o escritório nos dá soluções para implementarmos dentro do Senado Federal.

O outro subgrupo criado foi o subgrupo de acessibilidade digital. Esse subgrupo está tendo um apoio muito importante do Presidente da Casa. O Presidente tem mandado assessores até à Comissão, porque quer dar prioridade muito especial a isso. Por quê? Porque o Decreto nº 5.296 prevê que seja instalado o Portal do Senado até dezembro de 2005. Então, S. Exª está interessado em solucionar esse problema. Tornar o portal acessível, dentro dos padrões internacionais, é uma prioridade do Senado Federal. Para isso, já está em licitação a contratação de empresas para que possam fazer o treinamento das equipes que desenvolverão as páginas para o sítio do Senado. Esse contrato está sendo feito para que sejam contratadas pessoas para fazer o treinamento e também de consultoria de implantação do portal. A comissão de acessibilidade não esqueceu dela própria e está fazendo um portal da sua comissão, que será implantado brevemente.

O terceiro grupo é o grupo de capacitação e sensibilização. Foi feita uma autorização para que o ILB fizesse um treinamento das pessoas no Senado. Quais são essas pessoas? As pessoas que recebem, as pes-

soas de portaria, as pessoas das relações públicas, as pessoas de biblioteca, todos esses, para saber como se recebe um deficiente, para saber como atender melhor. O Senado quer dar esse exemplo.

A TV Senado também tem nos ajudado bastante nos seus programas e colocado à disposição a sua estrutura, para que a acessibilidade seja mais divulgada.

O subgrupo de capacitação e sensibilização também tem trabalhado num manual de acessibilidade. Esse manual visa a mostrar quais são as dificuldades que existem para que sejam solucionados os problemas. E daí, do grupo de sensibilização e capacitação, sai o trabalho da nossa logomarca. Essa logomarca foi criada pelo pessoal da Secretaria de Comunicação, que tem à frente o nosso criador, Caetano Rê. Então, ele criou isto, e a nossa comissão acatou: o símbolo de uma borboleta. Por que a borboleta? A borboleta foi criada como o símbolo da sensibilidade por ser um animal em transformação, um animal de beleza, leveza e acessibilidade. Esse foi o principal motivo. Queremos levá-lo à frente.

Concluindo, quero dizer que, por meio da Comissão de Acessibilidade, dos Senadores, o Senado quer dar um exemplo aos demais órgãos. O Senado quer trabalhar para dar um exemplo sobre a necessidade da acessibilidade. O movimento de acessibilidade está tomando corpo, está crescendo aos poucos. Cremos que, com o apoio de nossos parlamentares, chegará à sociedade muito rapidamente, a exemplo de outros movimentos. Falo de movimentos em defesa dos negros, em defesa da mulher, de movimentos ambientalistas. Esses movimentos chegam à sociedade para divulgar a acessibilidade.

Contamos com o apoio da alta direção da Casa e dos senhores Senadores para que nossa Comissão seja mais bem divulgada.

Citaremos uma frase do ex-Presidente John Kennedy: “Admito que a pessoa com deficiência seja vítima do destino, mas não posso admitir que seja vítima da indiferença”. É o nosso ponto final.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB-MG) – Nossos agradecimentos ao Dr. Adriano pelo trabalho de toda a equipe. Pudemos ver que, realmente, vamos dando passos importantes na acessibilidade no Senado Federal.

Alguns Senadores deseja usar a palavra? Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT-RS) – De forma bem rápida quero cumprimentar o Dr. Adriano, que fez sua exposição há alguns momentos. Cumprimento

também o nosso Presidente, Senador Eduardo Azeredo, e o Senador Flávio Arns.

Quero falar de minha satisfação por estar aqui. Confesso que estava muito magoado por não estar na Comissão. Vejam bem como é interessante: esta é uma Subcomissão. Falei com a assessoria da Comissão, que entrou em contato com o Presidente e com o Relator. Disseram-me que iriam dar um jeito.

Quero, de público, agradecer à Senadora Fátima Cleide. Como apreciaria muito estar aqui, S. Ex^a cedeu-me seu lugar de suplente. Estou muito feliz como suplente, em função da causa, do movimento.

O Senador Flávio Arns era ainda Deputado Federal. Tomei a liberdade, um dia, de apresentar a proposta do Estatuto lá. Falei com o Senador Flávio Arns. Vou apresentar a proposta, mas faremos um longo debate com a sociedade. Estou muito feliz com o trabalho realizado. Por isso, S. Ex^a é o nosso mestre nessa área, como disse o nosso Presidente. Está debatendo com todo o Brasil. Diria que foram, quem sabe, centenas de reuniões. É aqui nesta Comissão que faremos o grande debate. Falo não só do Estatuto, mas de todos os temas que envolvem as pessoas com deficiência.

Muitos não sabem, mas darei o meu depoimento. Tenho uma irmã que é totalmente cega. Ficou cega com quarenta anos de idade. Foi nessa ocasião que acordei para uma questão que envolve tanto a nossa gente, o nosso povo.

Estou aqui para ser um soldado raso no encaminhamento dessa mensagem, que é muito bonita. É uma mensagem que mexe muito com todos nós. É claro que o tema da igualdade racial mexe muito comigo, tanto quanto o tema do idoso e o do salário mínimo. No entanto, nenhum tema mexe tanto comigo quanto esse, que mexe com os nossos corações, com a nossa mente, com a nossa alma, com os nossos sentimentos.

Sabemos que as pessoas com deficiência – elas podem ter uma ou outra deficiência; podem ter duas, três –, com certeza, são muito eficientes em 95% das outras áreas.

Por isso, meus parabéns a vocês. Estou muito feliz em estar aqui ao lado de vocês, caminhando nessa cruzada nacional para, mais do que nunca, fazer com que as pessoas com deficiência tenham o espaço de que têm direito. Esse espaço elas estão conquistando. Por isso, vocês estão de parabéns!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB-MG) – Obrigado, Senador Paulo Paim. V. Ex^a não é soldado raso, mas um general aqui conosco.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Bom, gostaria de parabenizar o expositor e de dizer que estou muito feliz em estar nesta Comissão, porque uma das coisas que mais fazia sofrer nos meus 32 anos de Medicina era chegar perto de um pai – fiz muitos partos –, quando constatava que a criança era deficiente, e comunicar ou apenas confirmar. Isso me fez sofrer muito.

Esse sentimento me trouxe para esta Comissão, e tenho esperança de que agora, com V. Ex^{as}, que já têm, Senadores Flávio Arns e Azeredo, experiência nesse campo, possamos fazer muitas coisas por eles. Tenho certeza de que, com essa equipe – com o nosso companheiro Paim, um lutador dessas causas; com a Senadora Lúcia Vânia –, vamos conseguir melhorar a vida e contribuir para que essas pessoas tenham independência. O nosso principal objetivo para os deficientes é a sua independência econômica e financeira. Vamos contribuir para isso.

A minha esperança é muito grande, e a deposição na experiência de V. Ex^{as}. Podem contar com o meu trabalho no que puder ser feito para melhorar a vida das pessoas.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB-MG) – Obrigado, Senador Augusto Botelho.

Registro o trabalho da TV Senado, que tem sido muito positivo em favor da inclusão das pessoas com deficiência, e o apoio do Diretor-Geral, Agaciel Maia, e dos nossos Presidentes, o Presidente José Sarney e o Presidente Renan Calheiros, que têm dado todo o apoio para que o Senado possa avançar com o seu projeto de acessibilidade.

Para concluir, registro também que nós, Senadoras e Senadores, nesta Comissão, procuramos exatamente avançar muito na legislação brasileira, o que é a nossa obrigação. Fazemos isso numa época em que a classe política é muito atingida por exemplos de maus políticos. É muito importante que estejamos aqui unidos, trabalhando muito a favor da boa política, da política que dá resultados efetivos para a população.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Aplausos.)

(Levanta-se a reunião às 19h16min.)

RETIFICAÇÃO DE ATAS**2003**

Ata da 30ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 2 de Setembro de 2003.

Ao Item 03 ***acrescente-se após o*** “Projeto de Resolução do Senado nº 021, de 2003,” ***de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella (...)***

Ata da 47ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 18 de Novembro de 2003.

Ao Item 01 ***acrescente-se após o*** “Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2003,” ***de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi (...)***

Ata da 48ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 25 de Novembro de 2003.

Ao Item 01 ***acrescente-se após o*** “Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2003,” ***de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi (...)***

Ata da 52ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 9 de Dezembro de 2003.

Ao Item 01 ***acrescente-se após o*** “Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2003,” ***de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi (...)***

2004

Ata da 1ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 17 de Fevereiro de 2004.

Ao Item 03 ***acrescente-se após o*** “Projeto de Lei da Câmara nº 030, de 2002,” ***de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Enio Bacci (...)***

Ao Item 05 ***acrescente-se após o*** “Projeto de Lei da Câmara nº 006, de 2001,” ***de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Jaques Wagner (...)***

Ata da 46ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 7 de Dezembro de 2004.

Ao Pauta-Extra: Item Único ***acrescente-se após o*** “Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2003,”

de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko (...) e o ***acrescente-se após o*** “Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2003,” ***de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia (...)***

2005

Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 8 de Março de 2005.

Ao Extra-Pauta, Item 01 ***acrescente-se após o*** “Projeto de Resolução nº 066, de 2002,” ***de caráter não terminativo, de autoria do Senador Arlindo Porto (...)***

Ata da 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 15 de Março de 2005.

Ao Item 07 ***acrescente-se após o*** “Projeto de Lei da Câmara nº 030, de 2002,” ***de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Enio Bacci (...)***

Ata da 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 24 de Maio de 2005.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, José Jorge, Marcelo Crivella, Geraldo Mesquita, Reginaldo Duarte, Valdir Raupp, Gilberto Mestrinho, Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Tasso Jereissati, Garibaldi Alves Filho, Luiz Otávio, Paulo Paim, Delcídio Amaral e Nezinho Alencar, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Teotônio Vilela Filho, Leonel Pavan, Maguito Vilela, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Maranhão, Wirlande da Luz, Aelton Freitas, Flávio Arns e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 060, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que “Permite a utilização dos re-**

cursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para pagamento de anuidades do ensino superior”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo solicitação do relator. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 086, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos”. O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É concedida vista coletiva, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 03: Substitutivo**, de autoria do Senador Sérgio Cabral ao **Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2003** de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Dispõe sobre o acesso aos cursos de graduação no ensino superior público”. O substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 04: Projeto de Lei da Câmara nº 089, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Luiz Piauhyllino, que “Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial)”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer favorável, com a retirada da emenda supressiva apresentada, é aprovado. **Item 07: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Hélio Costa e Sérgio Cabral, que “Com amparo no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Educação em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, para a discutir a *Implantação da TV Digital no Brasil*. deverão ser convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e representantes das entidades nominadas a seguir: 1) Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações, Paulo de Tarso Lustosa da Costa; 2) Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), José Inácio Pizani; 3) Presidente da Associação Nacional dos Prestadores de Serviço Móvel Celular (ACEL), Amadeu de Paula Castro Neto; 4) Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos

Eletroeletrônicos (ELETROS), Paulo Saab; 5) Diretor da TV Digital da Fundação CPqD, Ricardo Benetton”. O requerimento é aprovado. Em seguida o Senhor Presidente, Senador Hélio Costa inicia a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Divulgação Comunitária da Vila Tropical e Região Sul de Santa Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Santa Edwiges a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Paraíso de Comocim Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultura e Cidadania de Jardim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Jaguapitã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguapitã, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão OM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, apro-

vada por dezesseis (16) votos. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Terra FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Benevente de Moradores a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anchieta, Estado do Espírito Santo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Mestrinho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Central de Pompéia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pompéia, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora Convenção de Itu S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itu, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por dezesseis (16) votos. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Contemporânea Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 1256, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Televisão Atalaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe”. O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão a Studio G Comunicação e Marketing Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sono-

ra em frequência modulada na cidade de Catalão, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 090, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro de Itapeua a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Raposa, Estado do Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Nezinho Alencar e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à E.F. Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso”. O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Alagoas Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maceió, Estado de Alagoas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho para relatar os seguintes itens: **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 1185, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM 101.1 de Pouso Alegre Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 1214, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tropical de Três Corações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Três Corações, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 1223, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão do Sistema De Radiodifusão Veredas de Unaí Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa

e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Dando prosseguimento a deliberação da pauta o Senhor Senador Hélio Costa reassume a Presidência.

Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube do Pará PRC-5 Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Dando prosseguimento o Senhor Presidente, Senador Hélio Costa inicia a deliberação da Pauta-Extra: **Item Único: Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado José Chaves, que “Cria no âmbito do Ministério da Cultura o Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer favorável é aprovado. Os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti e Hélio Costa pedem a palavra, e requerem oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta, do seguinte projeto, requerimento e aditamento a requerimento: Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2005, Requerimento de Urgência e Aditamento ao Requerimento n.º 002, de 2005-CE. Os requerimentos são aprovados. **Extra-Pauta: Item 01: Projeto de Decreto Legislativo n.º 213, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – FUVATES para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02: Requerimento de Urgência**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que “Nos termos do artigo 336, Inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 089 de 2003, que ‘Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências’. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial)”. O requerimento é aprovado. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho para apresentar o seguinte requerimento: **Item 03: Aditamento nº 07 ao Requerimento 002,**

de 2005-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa, que “Requeiro, nos termos regimentais, seja incluído na lista de convidados relacionados no Requerimento nº 002/05, de minha autoria, aprovado em 01/03/05, o Ministro de Estado da Educação, Tarso Genro, para participar nesta comissão, de audiência pública que irá discutir a Reforma Universitária”. O aditamento ao requerimento é aprovado. Dando prosseguimento a reunião o Senhor Senador Hélio Costa reassume a Presidência. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2004 e Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2004**. Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz o comunicado que se segue: **Comunicado**: “Retifico a designação da composição da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia: Titulares pelo Bloco de apoio ao Governo (PT/PSB/PTB/PL/PPS): Roberto Saturnino, Flávio Arns e Delcídio Amaral. Suplentes: Mozarildo Cavalcanti e duas vagas”. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinquenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Bom dia, senhoras e senhores.

Havendo quórum regimental, iniciamos os trabalhos da 19ª reunião extraordinária da 3ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura, no dia de hoje, 24 de maio de 2005.

Vamos inicialmente aos projetos do Senado sobre as rádios comunitárias.

Inicialmente, peço ao Senador Paim que verifique a página 11 do seu livro para que relate o item nº 1 sobre as rádios comunitárias. Trata-se de rádio do Rio Grande do Sul, estado que V. Exª representa com muita dignidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT-RS) – Item nº 1, terminativo:

Projeto de Decreto Legislativo nº 169/2005, que aprova ato que autoriza a Associação Cultural de Divulgação Comunitária da Vila Tropical e Região Sul de Santa Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul.

Favorável Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Muito bem.

Em discussão, o relatório apresentado pelo Senador Paulo Paim. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos ao próximo item.

Vou pedir ao Senador Reginaldo Duarte que verifique, na página 19, os itens 2, 3 e 4.

O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE (PSDB-CE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o parecer é favorável ao ato que aprova a outorga de permissão à Rádio Paraíso de Camocim Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tabuleiro do Norte, estado do Ceará.

Da mesma forma, autoriza a Associação Cultural de Santa Edwiges a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, nossa capital do Ceará.

Da mesma maneira, autoriza a Associação Comunitária Cultural e Cidadania de Jardim, na minha região, no sul do estado do Ceará, a executar os serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim, no estado do Ceará.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão, os relatórios apresentados pelo Senador Reginaldo Duarte. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, eu, pela ordem, ofereço a palavra ao Senador Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Eu solicito a inclusão, extrapauta, do Projeto de Decreto Legislativo 213/2005, com parecer favorável, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Vale Taquari de Educação e Desenvolvimento Social a executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajeado, no estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem. Submeto à apreciação das Sras. e dos Srs. Senadores a proposta do Senador Zambiasi.

Aqueles que forem a favor permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado para inclusão extrapauta ao final dos nossos trabalhos.

Peço ao Senador Zambiasi que se refira à página 45 do nosso livro de pauta, para que ele possa relatar os itens 5, 6 e 7, do Senador Flávio Arns, funcionando como relator *ad hoc*.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Pois não, Presidente Hélio Costa.

Item nº 5:

Parecer em caráter terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 162/2005, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico Jaguapitã a executar os serviços de radiodifusão comunitária da cidade de Jaguapitã, estado do Paraná.

O relator é o Senador Flávio Arns, e o parecer favorável, Sr. Presidente.

Item nº 6:

Projeto do Decreto Legislativo 163/2005, que aprova o ato que renova a comissão outorgada à Rádio e Televisão OM Ltda. para explorar os serviços de radiodifusão de sons e imagens da cidade de Londrina, estado do Paraná.

O relator é o Senador Flávio Arns, e o parecer é favorável.

Item nº 7:

Projeto do Decreto Legislativo 170/2005, que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Terra FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Rica, estado do Paraná.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem. Vou pedir a V. Ex^a que inclua também o PDL 213, cuja inclusão em pauta V. Ex^a acabou de solicitar, para que nós possamos aprovar os quatro itens.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2005, que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – Fuvates – para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão os pareceres apresentados pelo Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo ao próximo item.

Peço ao Senador Romeu Tuma que se refira à página 77 do livro de assuntos a serem discutidos hoje, para que S. Ex^a possa relatar os itens 9 e 10 da pauta.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o item 9 aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Central de Pompéia Ltda.

Todos os documentos necessários foram apresentados e o voto é favorável.

Item 10:

Rádio Emissora Convenção de Itu Sociedade Civil Ltda., que também, da mesma forma, juntou todos os

documentos necessários. Houve apenas uma emenda apresentada pela Comissão de Educação.

Penso que o projeto está pronto para ser aprovado, com a emenda de redação apresentada nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo ao próximo item.

Peço ao Senador Jonas Pinheiro que se refira à página 122 do livro de pauta, para que S. Exª possa relatar o item 15.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estou relatando o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o ato que outorga a permissão à EF Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedra Preta, no Estado do Mato Grosso.

Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação desse ato que outorga a permissão à EF Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedra Preta, no Estado do Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Somos pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo ao próximo item.

Peço ao Senador Gilberto Mestrinho que, por favor, se refira à página 69, para que S. Exª possa relatar o item 8 em substituição ao Senador Gerson Camata.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)

– Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de autorização para executar serviço de radiodifusão na cidade de Anchieta, Estado do Espírito Santo, pela Associação Benevente de Moradores.

O parecer do Senador Gerson Camata é favorável, haja vista que todas as exigências legais foram cumpridas.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão o relatório apresentado pelo Senador

Gilberto Mestrinho em substituição ao Senador Gerson Camata. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo ao próximo item.

Peço ao Senador Roberto Saturnino que se refira à página 92, para, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, relatar o item 11.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o item 11 se refere à aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Contemporânea Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade do Rio de Janeiro.

O relatório apresenta toda a documentação exigida, e o parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Roberto Saturnino, em substituição ao Senador Marcelo Crivella. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo ao próximo item e peço ao Senador José Jorge que substitua a Senadora Maria do Carmo Alves, como Relator *ad hoc* do Item 12, página 100.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.256, de 2004, nº 623/2003 na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que renova permissão outorgada à Televisão Atalaia Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

Nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão, o relatório lido pelo Senador José Jorge. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo ao próximo item e peço ao Senador Demóstenes Torres para ler o conteúdo da página 108, substituindo a Senadora Lúcia Vânia, como Relator *ad hoc* do Item 13.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão, o relatório lido pelo Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo ao próximo item e peço ao Senador Nezinho Alencar que substitua o Senador Edison Lobão, para relatar o Item 14, página 114.

Posteriormente, pedirei ao Senador Reginaldo Duarte que relate o Item 16, em nome do Senador Teotônio Vilela Filho.

Concedo a palavra ao Senador Nezinho Alencar.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO)

– Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 90/2005 não evidenciou violação da legislação pertinente e que não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão, o relatório lido pelo Senador Nezinho Alencar. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo ao próximo item e peço ao Senador Reginaldo Duarte que, como Relator *ad hoc*, substitua o Senador Teotônio Vilela Filho no Item 16.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr.

Presidente, o relatório de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho é favorável à aprovação da outorga à Alagoas Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão, o relatório lido pelo Senador Reginaldo Duarte. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo ao Item 20, página 161, e peço ao Senador Augusto Botelho que substitua o Senador Luiz Otávio.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Trata-

se do Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2005, nº 1.238/2004 na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube do Pará PRC5 Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará.

O parecer do Senador Luiz Otávio é pela aprovação do dispositivo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão, o relatório lido pelo Senador August-

to Botelho, substituindo o Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo a Presidência ao Senador Augusto Botelho, para que eu possa relatar os três itens do Estado de Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Na Presidência, concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, para relatar os Itens 17, 18 e 19 da pauta.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – O Item 17 renova a concessão da Rádio FM 101.1 de Pouso Alegre Ltda., no Estado de Minas Gerais, na Cidade de Pouso Alegre, uma das mais importantes do sul de Minas.

O Item 18 refere-se à Rádio Tropical de Três Corações Ltda. Três Corações é uma importantíssima cidade do sul de Minas. Igualmente, trata-se de renovação de concessão.

O Item 19 diz respeito à renovação de concessão do Sistema de Radiodifusão Veredas de Unaí Ltda. Unaí é uma das mais importantes cidades da região noroeste de Minas Gerais.

Os três pareceres são pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Em discussão, os projetos apresentados pelo Senador Hélio Costa. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, retorno a Presidência da Comissão a S. Ex^a o Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho.

Passamos, agora, à votação nominal de todos os projetos relatados nesta manhã diretamente ou por intermédio de relatores *ad hoc*.

(*Procede-se à votação*)

Aprovado, por unanimidade.

Pergunto às Sr^{as} e aos Srs. Senadores se também aprovam as emendas apresentadas aos respectivos projetos. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. que estão de acordo, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, antes de V. Ex^a iniciar a segunda pauta relativa aos projetos específicos, gostaria de encaminhar a V. Ex^a um ofício no seguinte teor:

Sr. Presidente, tendo sido honrado com a dignificação de V. Ex^a para representar o Senado Federal, como integrante da Comissão de Educação desta Casa, no Simpósio Internacional, realizado no último dia 29 de abril do corrente, na cidade de Buenos Aires, encaminho ao seu conhecimento e aos demais membros desta Comissão o texto da palestra que proferi no mencionado evento, abordando o tema “Educação no Processo Político: Desafio para os Governos, Parla-mentos e Partidos Políticos”.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e consideração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito obrigado por V. Ex^a haver representado com dignidade e brilhantismo a nossa Comissão nessa importante reunião ocorrida em Buenos Aires. Ao mesmo tempo, cumprimento V. Ex^a pelo seu discurso, muito bem proferido em espanhol.

Item nº 1:

Submete à apreciação da Comissão de Educação o PLS nº 60, de 2005, que pede a utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para pagamento de anuidade do Ensino Superior.

Relator: Senador Paulo Paim, que tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, o meu parecer é favorável ao projeto do eminente Senador Leomar Quintanilha.

Ressalto que o próprio Senador Sérgio Zambiasi apresentou projeto semelhante a esse, tendo sido, infelizmente, rejeitado na Comissão de Assuntos Econômicos.

Independentemente do meu parecer favorável e da posição contrária do Ministério do Trabalho e do Codefat, eu, quando Deputado, debati bastante a questão do FAT. Os Deputados José Serra e Jorge Wecker e eu construímos juntos o projeto do Seguro-Desemprego. O Fundo de Amparo ao Trabalhador, FAT, tem, de fato, hoje, um superávit de quase R\$ 50 bilhões, o que é muito positivo, usado para o Seguro-Desemprego e também como incentivo na formação do trabalhador. Mas, como foi solicitado um estudo mais detalhado, quem sabe até para buscar um entendimento que possa recuperar até mesmo o projeto do Senador Sérgio Zambiasi, pediram-me que eu não votasse o meu parecer no dia de hoje. Então, peço a V. Ex^a, em nome dos interessados, que a matéria não seja votada hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Portanto, retirado de pauta o item e adiada a apresentação do relatório do Senador Paulo Paim.

Item nº 2:

PLS nº 86, de 2004, que dispõe sobre a isenção do imposto de importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos.

O Relator é o Senador Demóstenes Torres, a quem passo a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Lei nº 86, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti. O projeto é muito simples e foi apresentado a pedido do Conselho Regional ou do Conselho Nacional da Ordem dos Músicos do Brasil.

Segundo o conselho, esses músicos necessitam ter instrumentos de primeira qualidade, até para que possa haver concorrência entre os músicos brasileiros e os músicos internacionais. Alguns instrumentos de altíssima qualidade são extremamente caros e onerosos por serem produtos importados.

Qual é a proposta? A proposta é que, quando importados diretamente por orquestras ou entidades afins, haja isenção do imposto de importação e, quando for para uso pessoal, a importação seja feita através do conselho regional de ordem a que pertence o músico – nesse último caso, a importação fica restrita a um instrumento musical a cada cinco anos.

A medida poderia levar a uma competição com a indústria nacional de instrumentos. É óbvio que os músicos profissionais e especialmente as orquestras nacionais farão essa importação com absoluta parcimônia, até porque elas querem é o aprimoramento de seus componentes.

Apresentei uma emenda suprimindo dois artigos do texto porque criavam obrigações para o Poder Executivo, e o Poder Executivo não pode ser obrigado pelo Poder Legislativo nem mesmo quanto à definição de prazo para regulamentação, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal. Daí porque voto favoravelmente, mas com a emenda que apresento.

Esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o parecer do Senador Demóstenes Torres.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, há outro projeto parecido com esse em tramitação, por isso gostaria de pedir vista. A minha intenção é, além de tentar dar algumas contribuições, tentar combiná-lo com outros projetos. Ressalto que sou francamente favorável à proposição e até acho, indo além do que defendeu o Senador Demóstenes, que eles devem usar da prerrogativa sem parcimônia,

porque, quando se trata de instrumento musical e livro neste País, quanto mais melhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Desculpe-me, mas acho que V. Exª não entendeu. O instrumento musical deve ser usado sem parcimônia. A parcimônia a que me referi é quanto à importação de instrumentos, que pode abrir uma brecha para a importação transversa. A importação do instrumento deve ser feita com parcimônia, até para preservar a indústria nacional, mas, adquirido o instrumento, que o músico o utilize e nos encante sem qualquer parcimônia, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Eu peço vista para complementar e, ao mesmo tempo, para tentar compatibilizar a matéria em apreço com outro projeto em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Se V. Exª me permite, sugeriria a V. Exª, Senador Cristovam Buarque, que também contemplasse, por favor, algo que me chamou a atenção ao fazer a leitura do relatório do Senador Demóstenes Torres. Por mais que eu queira entender que a qualidade dos instrumentos importados é excepcionalmente boa, não posso deixar de manifestar aqui a minha preocupação com a indústria nacional.

Nós também produzimos instrumentos da melhor qualidade. O Brasil exporta violões, guitarras, o Brasil exporta dezenas de instrumentos para o mundo inteiro. Li cuidadosamente o art. 1º, o parágrafo único, os arts. 2º, 3º, 4º e 5º e, em nenhum lugar, a lei apresentada – não o relatório, que simplesmente resguarda o direito de poder exportar – diz especificamente do produto produzido no Brasil.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Permita-me, Senador. V. Exª tem razão quando diz que não há essa restrição, mesmo porque não poderia haver. Mas fica bem claro, no parágrafo único do art. 2º, que esse é o objetivo. Veja bem V. Exª por quê.

Diz o parágrafo único: A isenção de que trata este artigo, quando outorgada a pessoa física, abrange apenas um instrumento musical por beneficiário, e não será outorgada novamente antes de decorrido o prazo de cinco anos, contados do despacho concessivo de isenção anterior.

Ou seja, não há uma abertura irrestrita. A abertura para pessoas físicas existe nestas condições: a cada 5 anos poderá importar apenas um instrumento, por meio do conselho regional, e, no caso das orquestras ou entidades afins legalmente constituídas, essas, sim, podem usar – como eu disse –, com parcimônia, esse instrumento de importação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Por mais que eu queira entender a defesa que V. Exª

faz, continuo insistindo que estamos concedendo isenção de impostos para importar instrumentos. E eu diria que devemos, sim, conceder isenção de impostos para os instrumentos não produzidos no Brasil.

Quem quiser comprar diferente do que se propõe no Brasil, que pague o imposto. O cidadão não vai ficar sem o instrumento.

Se ele acha que o que ele vai comprar é melhor, então que pague o imposto do instrumento importado. Agora, se houver produto nacional...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Parece-me, Sr. Presidente, que, a não ser os instrumentos exóticos, o Brasil produz todos. Então, se se quiser importar um instrumento de uma tribo, aí, sim. Se for esse o objetivo. Mas o Brasil produz, sim. Agora, no caso de um Steinway, de um violino Stradivarius, de tantos outros instrumentos, de um piano Hammond... Esses instrumentos inclusive já são mais caros, porque quase todos os metálicos têm prata na composição, quando estrangeiros, o que os encarece demais. E com o imposto de importação de 100%, isso praticamente inviabiliza que o músico brasileiro tenha acesso a esses instrumentos maravilhosos, que, realmente, constituem exceção.

Ninguém vai querer importar um instrumento tão caro para aprender a tocar nele. Tem que ser profissional, tem que pertencer a uma orquestra. Então, parece-me que, nesse caso, a indústria nacional não vai sofrer prejuízo, porque não é uma importação em escala.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem. Tem a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu queria fazer minhas as palavras de V. Exª com respeito à preocupação também com a indústria nacional. O Relator, o Senador Demóstenes Torres, referiu-se a tarifas que chegariam a 100%, mas aqui no relatório eu vejo que, para instrumentos musicais, foram estabelecidas alíquotas de imposto de importação de 10% a 18%.

É claro que todos nós queremos o aperfeiçoamento, a melhoria das nossas orquestras, e elas dependem, efetivamente, obviamente, de instrumentos de grande qualidade. Eu estaria disposto até a reduzir ainda mais essa proteção à indústria nacional reduzindo as alíquotas, mas me parece também que a isenção completa é alguma coisa que deveria se limitar a instrumentos que não tenham fabricação, que não tenham similar fabricado no País.

Senador Demóstenes Torres, estou tomando conhecimento agora, pela primeira vez, da matéria, é evidente que o Senador Cristovam Buarque, que

pediu vista, vai estudá-la ainda mais profundamente. Só estou levantando essas observações para que, nesse reexame, sejam levadas em consideração as observações que V. Exª fez e com as quais estou de inteiro acordo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Perfeitamente, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Senador Cristovam Buarque pediu vista, para melhorar o projeto e também para juntá-lo a outros já existentes. O Senador Roberto Saturnino também faz uma proposta. O meu parecer está lançado. Acredito que não vá interferir na indústria nacional. Mas é claro que todo texto pode ser aprimorado. Daí por que, se houver alguma idéia melhor, estou inteiramente disposto a discutir e ver como chegamos a um entendimento.

Agora, digo e repito, é um pleito dos músicos profissionais do Brasil, para melhorar a qualidade das nossas orquestras, que dispõem de músicos extraordinários, mas nem sempre há o instrumento musical correspondente à qualidade dos músicos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Sr. Presidente, associo-me ao Senador Cristovam Buarque e faço também o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Perfeitamente. Senador Cristovam, faço a mesma coisa, acrescento meu nome aos que pedem vista coletiva.

Item nº 3:

Trata-se de projeto cujo relator é o Senador Sérgio Cabral. O parecer ao PLS nº 453, de autoria deste Senador, é favorável ao projeto na forma do substitutivo oferecido. Foi aprovado na reunião do dia 17/05/05, não sendo oferecidas emendas ao projeto até o fim da discussão. A matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria, portanto, está adotada.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presiden-

te, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presiden- te, esse projeto de que trata o item 03 é semelhante a muitos outros que já aprovamos aqui, que, na prática, fornecem cotas nas universidades públicas. Na realidade, se formos somar aqui as cotas que já aprovamos, já ultrapassaram 100%, creio que de acordo com de-

terminados critérios, seja por raça, vindos do ensino público e assim por diante.

A minha preocupação com relação a essa questão das cotas fundamentalmente é a garantia da autonomia das universidades, pois penso que no momento em que criamos uma regra geral para o Brasil inteiro, não apenas estamos podando a autonomia das universidades, por um lado, e é um artigo que está na Constituição, como por outro lado também estamos retirando a criatividade das universidades na busca de uma solução que seja mais inteligente, mais nova e diferente uma da outra, para, quem sabe, no futuro, uniformizarmos ou chegarmos perto da uniformização pelas melhores soluções.

Preocupado com isso, apresentei um projeto, e não estou com ele em mãos, incluindo na LDB um artigo que dizia que as universidades deverão, nos seus processos seletivos, criar critérios para privilegiar as minorias e aqueles que, não lembro bem a expressão que usei, estivessem incluídos nessas cotas. Mas deixaria para cada universidade.

Essa semana teve um noticiário no jornal, inclusive comentei com o Senador Paulo Paim, mostrando que o Itamaraty ofereceu, a fim de possibilitar a inclusão racial, uma bolsa de R\$2.500,00 para aqueles afrodescendentes que quisessem prestar exame para o Itamaraty, prepararem-se e, a partir disso, disputarem em igualdade com os outros. Foi uma forma que considerei criativa e que, na realidade, não discrimina posteriormente, depois de aprovadas as pessoas, que entrariam com uma nota maior ou menor. Muitas universidades têm tido soluções criativas.

Gostaria de fazer um apelo a V. Exª para que meu projeto pudesse ser incluído na pauta, a fim de que pudéssemos votá-lo na próxima semana e assim dar ao Governo uma alternativa, já que até agora o Governo ainda não apresentou um projeto específico sobre isso, apesar de diversos parlamentares o terem feito, o que garantiria ao mesmo tempo a autonomia da universidade e abriria espaço para a criatividade, como também garantiria que algum critério de inclusão social teria que ser colocado nos seus exames.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Considerando, Senador José Jorge, que a matéria em pauta é vencida, já foi votada, evidentemente, em segunda apreciação pelo nosso Plenário, atendo a solicitação de V. Exª e solicito à Secretaria da Comissão que procure incluir na pauta da próxima semana o projeto citado por V. Exª.

Passemos ao item nº 04.

O item nº 04 altera o Decreto Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940, que é o Código Penal, e a Lei

nº 9296, de 24 de julho de 1996 e dá outras providências, dispondo sobre os crimes cometidos na área da informática e suas penalidades, dispondo ainda que o acesso de terceiros não autorizados pelos respectivos interessados às informações privadas mantidas em redes de computadores dependerá de prévia autorização judicial. A autoria é do Deputado Luiz Piauhylo. A relatoria é do Senador Eduardo Azeredo. O parecer foi favorável, com a emenda supressiva oferecida, acatando parcialmente o voto em separado, na forma do substitutivo oferecido pelo Senador Hélio Costa.

Observação: foi concedida vista ao Senador Hélio Costa, na reunião do dia 24/08/2004, que apresentou voto em separado, na forma de emenda substitutiva. Em virtude da alteração no parecer do relator, foi concedida nova vista ao Senador Romeu Tuma, na reunião do dia 3/05, que não apresentou manifestação por escrito.

Em discussão a proposta lida anteriormente pelo Senador Eduardo Azeredo.

V. Exª quer usar da palavra?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, já foi lido todo o relatório da outra reunião. Mais uma vez, enfatizo a importância da urgência na aprovação do projeto a fim de que possamos ter a tipificação de crimes eletrônicos no Código Penal.

Ainda na semana passada, houve uma decisão do Tribunal do Trabalho a respeito do uso indevido de correio eletrônico, levando até à demissão, o que mostra que tais assuntos estão sempre sendo modificados. Daí meu pedido de aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Como autor do voto em separado, gostaria de fazer uma observação.

V. Exª, ao acatar a proposta que fiz no voto em separado, principalmente no que diz respeito ao item relacionado com o crime de informática, como designa no que diz respeito à pornografia infantil, acatou minha sugestão. No Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Código Penal previa uma pena, substituída em 2003, quando da aprovação do novo texto votado pela Câmara dos Deputados, que, infelizmente, não foi adequado ao texto votado por esta Comissão de Educação. Por essa razão, a pena ficou menor. Se adotássemos o texto conforme veio da Câmara dos Deputados, a pena que se imputaria ao criminoso que, utilizando a Internet, por exemplo, apresentasse fotografias pornográficas de uma criança, ficaria menor. V. Exª, portanto, aceitou a inclusão de minha sugestão, fazendo a supressão da parte do texto que se referia especificamente a esse artigo.

V. Exª disse, em sua exposição de motivos, que deixou até mesmo de incluir determinadas outras su-

gestões que faço em meu substitutivo por uma razão muito simples: se modificássemos o conteúdo da proposta, ela teria de voltar à Câmara dos Deputados. Isso, portanto, atrasaria a aprovação da matéria que V. Exª julga – e é evidente que todos concordamos – ser da maior importância que seja aprovada o mais rapidamente possível.

Tive a oportunidade e a preocupação de procurar a Mesa do Senado Federal e de pedir informações – o mesmo fez a Secretaria da Comissão, por meio do competente Secretário Júlio Linhares – a respeito da alteração feita por V. Exª, que fez, na realidade, uma emenda supressiva ao texto original vindo da Câmara dos Deputados. Se isso importava mexer no conteúdo da proposta, no mérito, e forçava o retorno de todo o projeto àquela Casa. A informação da Mesa do Senado Federal, passada para a Secretaria e para o Senador, é a de que a matéria tem de voltar à Câmara dos Deputados, mesmo sendo uma emenda supressiva, conforme V. Exª disse. Porém, à medida que se altera, no texto, a pena imputada ao criminoso que usar a Internet para efeitos de cometer um crime, automaticamente, a proposta tem de voltar à Câmara dos Deputados. Portanto, já que vai voltar à Câmara dos Deputados, pergunto se V. Exª estaria disposto a refazer a sua proposta. Até porque V. Exª também menciona que algumas das sugestões que faço poderiam ser aproveitadas como projeto de lei. Bom, se vai voltar à Câmara, quem sabe V. Exª já aproveita algumas dessas sugestões dentro do novo texto que voltaria à Câmara? É uma sugestão que eu faço a V. Exª, uma vez que infelizmente se fosse para aprovar imediatamente, sem ter que voltar à Câmara, nós todos concordaríamos com V. Exª. Mas, já que tem de voltar, evidentemente podemos fazer uma nova apreciação do texto.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Senadora Ideli.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu gostaria de fazer a seguinte ponderação: esse projeto está tramitando há muito tempo e a aprovação dele é necessária. Ou seja, existem inúmeros crimes que continuam sendo cometidos e ampliados de forma significativa. E, pelo fato de não termos uma atualização legislativa que tipifique esses crimes e estabeleça formas legais de punição, eles continuam crescendo e permanecendo impunes.

Portanto, a minha questão de ordem é a seguinte: podemos trabalhar e encontrar uma solução para um assunto que já foi fruto de longos anos de debate, de tal forma que o aprovássemos imediatamente sem

que tivesse de voltar à Câmara? Após a aprovação, trabalharíamos, aí sim, para aperfeiçoar os itens já estão identificados.

Essa questão evolui tão rapidamente que o ritual legislativo não acompanha as mudanças. Então, enquanto estivermos terminando de aprovar, já teremos novidade para nós podermos...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Senadora Ideli Salvatti, a única solução seria aprovar o texto como ele veio da Câmara, que seria enviado ao Presidente da República, que, por sua vez, teria de vetar a parte relacionada ao texto...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E é essa a proposta que eu, como Vice-Líder do Governo, quero fazer nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – É a única solução.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Com o compromisso do veto do Presidente da República a esse artigo, que, assim, não precisará retornar à Câmara. Dessa forma, teremos um mínimo de legislação em vigor que puna esses crimes tão graves, que crescem a cada dia. Todavia, isso não impede a apresentação de novos projetos, que aperfeiçoariam o que já tivemos capacidade de...

A minha questão de ordem apela para o bom senso de podermos...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senadora Ideli Salvatti, V. Exª me concede um aparte?

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – A questão para mim – e eu não sou um perito em Regimento Interno. Para mim, sendo emenda supressiva não seria necessário. Mas se há essa informação já confirmada, eu penso que a solução que teríamos é a que está sendo proposta pela Senadora Ideli Salvatti. Seria o acatamento de um veto, uma vez que esse projeto é anterior à legislação. Realmente ele, no caso da pornografia infantil, é inadequado.

O meu objetivo era suprimir, acatando o que V. Exª propôs.

Assim, penso que a proposta da Líder Ideli Salvatti é adequada para que possamos aprovar de uma vez por todas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – O único problema, se me permite V. Exª, é que o que Senador Eduardo Azeredo, na proposta do Deputado Luiz Piauhyllino, aprimorou um texto, que lamentavelmente vinha faltoso em vários setores da informática, notadamente nos crimes que são cometidos no setor.

Então, vamos aprovar o texto original da Câmara, que vai ficar evidentemente dependente de uma nova legislação que tem de ser encaminhada na Câmara ou no Senado, para atender a uma lista que tenho aqui de mais de 15 itens que têm de ser incluídos na lei.

Não basta, pura e simplesmente, aprovar a lei que foi apresentada pelo Deputado Luiz Piauhyllino, porque ela é antiga, está superada em vários itens. Ela precisa ser aprimorada, e foi o que fez o Senador Eduardo Azeredo. E eu achei que, além do que S. Exª fez, ainda caberiam outros aprimoramentos. Então, tem de haver um compromisso aqui. Retornamos com o texto original da Câmara e aprovamos para que possa entrar em vigor imediatamente, mas assumimos um compromisso do Governo com esta Comissão, de que vamos apresentar aqui uma nova proposta.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Hélio Costa, então já complemento a proposta. Aprovamos o texto originalmente vindo da Câmara, para que não haja nenhum tipo de postergação no mínimo que já está estabelecido lá com o compromisso do veto ao art. 5º, que é o causador da polêmica. Quero sugerir que nos possamos ter um projeto da Comissão. Poderíamos ter a apresentação do projeto da Comissão fazendo toda a complementação em cima daquilo que já está detectado. Essa proposta vinda da Câmara já exige aprimoramento, até para dar força e tramitação mais ágil no Senado do aprimoramento de algo que a gente já sabe que vai entrar em vigor imediatamente com a sanção do Presidente e o veto ao art. 5º.

Complemento a proposta nesses termos, Senador Hélio Costa. Creio que devemos aprovar o texto original como veio da Câmara com o compromisso do veto no art. 5º. Que a Comissão de Educação apresente um projeto para aperfeiçoar aquilo que já estamos aprovando e que já identificamos que deve ter aprimoramentos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Perfeitamente. Fico na expectativa aguardando o Senador Eduardo Azeredo providenciar para que o texto original retorne, retirando-se a emenda supressiva, para que possamos votá-lo.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Isso tudo não pode ser feito de imediato?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Pode ser feito agora. Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quero fazer uso da palavra porque pedi vista, para não parecer que carreguei o papel e o trouxe de volta.

Tive a cautela...

O SR. (orador não identificado) – (Inaudível).

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Precisava tomar conhecimento. Não foi essa minha pretensão.

É claro que tenho que dar todo o apoio ao Senador Eduardo Azeredo e ao voto em separado do Senador Hélio Costa. O que fiz de imediato, Senador Marco Maciel, meu exemplo permanente nesta Casa? Reuni-me com autoridades da polícia e do Ministério Público que estão lutando muito para enquadrar os crimes cometidos por meio da informática. Fizemos uma análise. É claro que houve elogios ao relatório do Senador Eduardo Azeredo e de V. Ex^a, Senadora. Pedem a supressão ao art. 5º. Discutimos muito sobre os arts. 15 e 12. A tese era suprimi-los. Também sobre a ação incondicionada, que não precisasse de representação, principalmente no caso de exploração sexual de crianças. Mas já há um projeto da Senadora Patrícia Gomes, da Comissão que S. Ex^a presidiu, que visa especificamente a esse aspecto. V. Ex^a foi membro da Comissão e lembra-se.

Precisamos dar meios à Polícia e ao Ministério Público para que realmente possam denunciar. Os crimes estão aumentando em uma velocidade incrível. O juiz, hoje, pode apenas pedir penas alternativas: pagamento de cesta-básica. Há prejuízos enormes para o sistema bancário. Creio que a aprovação imediata do relatório do Senador Eduardo Azeredo dará uma avanço rápido. Nós poderemos pegar toda a documentação que foi triada, analisada, discutida. O Senador Hélio Costa poderá ser o autor do novo projeto pela Comissão. Daremos prosseguimento. V. Ex^a terá o nosso voto, sem dúvida nenhuma, pelo que foi feito com zelo e carinho. Creio que já será um passo bom para que possamos trabalhar em cima de um crime que tanto prejuízo tem trazido à nação, principalmente à sua parte moral, qual seja a exploração do sexo envolvendo crianças. É algo que vemos, atualmente, com muita intensidade. É assustador, Senador.

Creio que os projeto que a Comissão Parlamentar que investigou a exploração de menores já estão em abundância e devem vir para cá para serem discutidos, e não só para a Comissão de Assuntos Sociais. Talvez, possamos enquadrá-los dentro das perspectivas que V. Ex^a apresentou.

Cumprimento os dois Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge pela lista de inscrições.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, na realidade, não gosto desse tipo de solução em que aprovamos o mesmo projeto que vem da Câmara para apressar e depois realizamos outro. Creio que estamos abrindo mão de nossa capacidade de efetivamente melhorar o projeto. Esse projeto está aqui, no Senado, há

mais de um ano, se não me engano. Ele foi aprovado na Câmara, em 2003, e já estamos em 2005; portanto, há mais de um ano que ele está aqui.

Por outro lado, essa era uma situação em relação a qual o próprio governo deveria se pronunciar, encaminhando projeto que tivesse a devida completeza, porque sabemos que os projetos que são elaborados pelos parlamentares, em regra geral, não têm a estrutura técnica de que dispõem os projetos do Executivo. Portanto, muitas vezes eles não têm a abrangência necessária. Foi o que aconteceu exatamente com esse projeto.

Então, na realidade, melhor seria que fizéssemos as mudanças necessárias no projeto, mesmo que ele volte à Câmara, porque, se isso fosse realmente urgente, o próprio Poder Executivo já teria encaminhado algum projeto. O Governo tem dois anos e meio, vai completar três; e até agora não mandou projeto algum sobre esse tema. Por que vamos abrir mão das modificações devidas para que pudéssemos, de certa maneira, não discutir aqui e elaborar um relatório compatível com as necessidades?

Ou o projeto está bom e, então, devemos aprová-lo....

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não!

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador José Jorge, sou sempre um seguidor das suas opiniões, mas, nesse caso, quero divergir.

Veja bem, se o Governo mandar um projeto, vai ser uma medida provisória, vai ser um projeto de lei. Vamos dar, nesse caso, um benefício ao projeto de origem parlamentar, que é o do Deputado Luiz Piauhyllino.

Estamos apenas reconhecendo que o processo legislativo está muito moroso. Esse projeto entrou em 1999, foi aprovado na Câmara em 2003. Dei o meu relatório aqui ainda no fim do ano passado. Aí realmente, com esses questionamentos, estamos chegando já a 2005.

O assunto é urgente, mas não me parece que haja prejuízo algum em se aprovar uma parte da lei, fazendo uma complementação depois. A lei é dinâmica sempre, especialmente nessa área de eletrônica. Ela é extremamente dinâmica.

Por isso que eu gostaria de insistir nessa questão. Volto a dizer, todos aqui já tivemos telefone clonado, todo mundo já teve cartão de crédito fraudado. Então, precisamos tipificar corretamente. Pelo menos essa parte estaria resolvida!

Em relação aos outros problemas que estão surgindo, vamos fazer um projeto; eu e o Senador Hélio Costa temos várias sugestões. Porque, se não apro-

vamos, hoje, Senador José Jorge, vamos ficar ou dependendo de o Governo mandar medida provisória, que nós, da Oposição, não desejamos que mande, ou então vamos demorar, seguramente, mais um ano.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Compreendo o ponto de vista de V. Ex^a, mas, na verdade, esse é um caso que se repete muitas vezes. Se não tivermos cuidado, vamos ficar aqui com o projeto na mão da Comissão durante um ano, um ano e pouco, como foi o caso desse, e, depois, vamos aprová-lo exatamente como veio da Câmara. Essa é a preocupação que tenho, no sentido geral. Se a maioria desejar fazer assim, tudo bem; não posso fazer nada, mas temos que levar em conta essa lição. Se o projeto fosse tão urgente que devesse ser aprovado do jeito como veio da Câmara, teríamos de ter feito isso há um ano. Não fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Um aparte, Senador!

A questão da informática é tão dinâmica que as coisas vão surgindo. Em dois anos, desde que esse projeto de lei chegou aqui, muita coisa já mudou, inclusive a própria interpretação do crime cometido na área da ciência da tecnologia da informação.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Tudo bem, mas penso que, como princípio geral, devemos ter aqui nesta Comissão e aqui no Senado, já que somos a Casa Revisora, o seguinte princípio geral: ou o projeto é bom e deve ser aprovado, ou o projeto é ruim e deve ser melhorado. Se ele é ruim não porque começou ruim, mas porque a realidade mudou, então a razão para ele ser modificado é mais forte ainda.

Portanto, na realidade, como princípio geral, creio que a proposta da Senadora Ideli, de o Governo vetar um artigo, depois se fazer outro projeto, é boa, mas, em muitas outras situações, isso não foi cumprido.

Eu me lembro muito bem, por exemplo, da emenda paralela, que, quando foi aprovada, foi feita a promessa pelo Governo; por todos os Líderes, os Líderes mais importantes; pelo próprio Senador Tião Viana, que era o Relator; pelo nosso querido Senador Paim, que foi o grande porta-voz para que votássemos favoravelmente, de que ela ia ser aprovada. Faz dois anos já e, na realidade, a emenda paralela está longe de ser aprovada.

Então, acho que, como princípio, deveremos realizar isso, mas sabendo que, se for feito, será uma exceção que não poderemos usar em outros projetos, sob pena de acontecer sempre e não realizarmos o nosso trabalho, que é melhorar os projetos e não mandar do jeito que veio da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Na realidade, devemos levar em consideração, Senador José Jorge, que ao sair daqui da Comissão de

Educação, onde o projeto não é terminativo, ele ainda vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde pode, evidentemente, sofrer novas alterações. Então, não estamos simplesmente mandando daqui de volta à Câmara dos Deputados. E, saindo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ainda vai ao Plenário. Quer dizer, então, ele ainda tem pelo menos duas fases para passar pelo Senado antes de retornar à Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, Sr. Presidente, penso que isso fortalece o que falei.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, estou encaminhando as sugestões à Mesa para que, se houver um novo estudo, tenhamos que consultar o trabalho...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Quero dizer que o projeto é bom, Senador José Jorge, ele não é ruim. Precisa ser complementado. Na CCJ...

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – O projeto em si é bom, Senador José Jorge...

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SP) – Ele é apenas insuficiente para o avanço e as mudanças da tecnologia.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Porque a dinâmica que há nesses tipos de crimes é que todo dia uma novidade é descoberta. Então, a dificuldade de enquadramento surge.

Então, penso que temos que dar para os que aplicam a lei meios para que realmente consigam... e não tem passado na informática. O passado é no minuto que se passou.

Então, ela é dinâmica e tem crimes que ainda estão em andamento e apuração, quer dizer, a legislação não vai modificar o enquadramento anterior, não há lei nova que possa voltar para punir, só para beneficiar. Então, aqui é só para punir e é o que vale.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – É importante, então, ao aprovarmos a sugestão da Senadora Ideli Salvatti, reconhecer a necessidade de fazer de imediato uma comissão ou uma subcomissão dentro da Comissão de Educação que possa apresentar um projeto mais elaborado com as sugestões do Senador Eduardo Azeredo, com as sugestões que apresentamos ao substitutivo e de outros Senadores e Senadoras. Mas, no momento em que aprovamos esta proposta, é fundamental lembrar, sobretudo para a Imprensa, que o projeto da forma como está sendo aprovado, voltando à Câmara dos Deputados, ele vai com uma incorreção. Por quê? Porque no texto original dá uma pena de reclusão apenas de um a quatro anos e multa, quando na realidade pelo Estatuto da Criança e do Adolescente aprovado em 12 de novembro de

2003, a pena de reclusão é de dois anos e seis meses e multa, ou, perdão, então é o contrário. A pena maior é dada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e não pela lei em vigor.

Então, evidentemente, fica parecendo que estamos enviando de volta para a Câmara uma lei que imputa uma pena menor para o criminoso. Nós não estamos fazendo isso. O que estamos fazendo é devolvendo o texto original para que seja vetado, e, ao ser vetado, passa a valer o texto... Vai para a CCJ daqui; depois, para o Presidente. O Presidente veta o texto no que diz respeito à pornografia infantil porque passa a valer a pena maior do Estatuto da Criança e do Adolescente, que já está valendo, não é isso? E nós nos incumbimos...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SP) – Aliás, Sr. Presidente, a Casa Civil nem pode ter outra atitude, porque, quando chegam as proposições aprovadas pelo Congresso, ela é obrigada a fazer a adequação da legislação em vigor. Portanto, esse é um artigo que não tem como não ser vetado pelo Presidente da República, tendo em vista que afronta a legislação já em vigor.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Exª poderia dizer melhor por que isso, porque não estou entendendo. V. Exª poderia explicar melhor?

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SP) – Porque a Casa Civil, como em todo e qualquer governo, Senador José Jorge, tem a prerrogativa de preparar a sanção da legislação pelo Presidente da República. E, portanto, uma das prerrogativas da equipe que faz esse trabalho da Casa Civil é fazer a verificação da adequação legislativa. Ou seja, se vai algo aprovado pelo Congresso Nacional sobre o que há uma controvérsia, como é o caso, nós vamos aprovar uma pena inferior a algo que já está em vigor com pena maior. Então, a indicação obrigatória da casa civil é o veto.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Desculpe-me mas discordo, Senadora, porque quando o Congresso aprova qualquer coisa, o que é aprovado por último altera o que foi aprovado primeiro.

Se um crime previa uma pena de cinco anos, depois se aprova três anos...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas, Senador José Jorge, V. Exª acredita que a orientação será de desmontar o Estatuto da Criança e do Adolescente?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não estou falando a V. Exª, em termos gerais. Foi por isso que não entendi.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – V. Exª está muito preocupado com as regras gerais. Nós estamos tratando aqui de um caso absolutamente colocado,

urgente, necessário, que penso ser do consenso de todos nós, inclusive a legislação, o estatuto da Criança e do Adolescente, prevê uma punição mais rigorosa para a questão da pornografia infantil.

Penso que pairar dúvidas de que haverá o veto não cabe.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Não há a menor dúvida, Senadora.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Se V. Exª como líder do Governo diz que o Presidente vai vetar...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A não ser que o senhor esteja duvidando da minha palavra? Aí é outra história, nós podemos debater.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pelo contrário, vou exatamente concordar com a sua palavra. Se V. Exª, como líder, está prometendo que vai ser vetado, eu confio na palavra de V. Exª. Agora, não é obrigatório o veto, é isso o que quero dizer.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço a confiança de V. Exª.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agora, não é obrigatório o veto, é isso o que quero dizer.

Vai ser vetado porque V. Exª está dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Senador, permita-me um aparte. Até por sugestão de V. Exª, a sua lembrança de que a lei mais recente tem que vigorar sobre a lei anterior.

A lei de 12 de novembro de 2003 fala de dois a seis anos de reclusão, enquanto a lei anterior fala de dois a quatro.

É evidente que ela tem que ser levada em consideração.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Obrigado, acho que esclareceu.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem, continua em discussão.

Não havendo quem quera discutir o projeto, vamos votar o parecer ao projeto originário da Câmara dos Deputados.

As Srªs e os Srs. que são a favor do parecer originário da Câmara permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar o entendimento que temos com relação a essa matéria, à sua relevância, ao fato de o projeto ser, como já foi dito, bom mas insuficiente, que precisa ser revisto, com a mesma velocidade que a tecnologia avança e a maldade também, porque vão sendo cometidos crimes a partir do avanço tecnológico, para que pudéssemos apreciar, e quero

apresentar a proposta para que a comissão aprecie, o requerimento de urgência a ser encaminhado ao Plenário para que o projeto possa ser votado em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– V. Exª pode esclarecer sobre o que é a urgência?

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sobre o projeto que terminamos de aprovar, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania encaminhe ao Plenário, conforme aprovado por nós, o requerimento de urgência para o Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Perfeitamente.

Vamos providenciar encaminhando diretamente a proposta de V. Exª.

Os relatores dos Itens nºs 5 e 6 não estão presentes.

Vamos, em poucos minutos, passar ao Item nº 7, mas teria que colocar em votação o requerimento de urgência solicitado pela Senadora Ideli Salvatti.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de urgência.

É importantíssimo que todos os senhores que estavam envolvidos na discussão anterior sobre a lei de informática, sobre os crimes de informática, estejam presentes, na discussão do Item nº 7, porque na verdade é um requerimento, com amparo no art. 58, do § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, onde requeremos a realização de uma audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema Teatro e Comunicação Social e também com a subcomissão permanente de ciência e tecnologia para discutirmos a implantação da TV Digital no Brasil.

É fundamental que se faça essa discussão, uma vez que o Executivo criou uma comissão de alto nível para fazer sugestões sobre a implantação da TV Digital no Brasil. Esta Comissão ficou com a incumbência de oferecer sugestões ao Presidente da República, mas, infelizmente – e eu tenho citado isso permanentemente – o Congresso Nacional não foi chamado a participar dessa comissão. Nós não tivemos condição de discutir esse assunto no nível desta Comissão de alto nível porque o Senado Federal não foi convidado, a Câmara dos Deputados não foi convidada. Então, entendo que este é o fórum para se fazer a discussão sobre a tevê digital. Nós precisamos fazer uma longa e profunda discussão sobre essa questão, e acho que devemos, imediatamente, organizar a primeira – talvez de duas, três, quatro ou quantas forem necessárias – audiência pública sobre a implantação da tevê digital.

Estou aproveitando uma série de sugestões apresentadas dentro desse contexto para o convite que deveremos fazer àquelas pessoas que viriam discutir conosco a implantação da tevê digital. É evidente que estamos totalmente abertos para que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras possam oferecer ainda sugestões, mas, em princípio, estamos propondo o Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações, Sr. Paulo de Tarso Lustosa da Costa, porque S. Sª está encarregado, na realidade, de fazer a condução desse trabalho, dessa discussão, no âmbito do Ministério das Comunicações, e é responsável pelos recursos que são alocados para a implantação da tevê digital. Então, é fundamental que S. Sª esteja presente aqui para discutir essa questão.

O Presidente da Associação Brasileira de Emisoras de Rádio e Televisão (Abert), Sr. José Inácio Pizani. Na semana passada, tivemos aqui o congresso da Abert, e esse assunto foi insistentemente ventilado, ele foi discutido, inclusive, em alguns pequenos comitês, e eu acho da maior importância que S. Sª esteja presente.

O Presidente da Associação Nacional de Prestadores de Serviço Móvel Celular (Acel), Sr. Amadeu de Paula Castro Neto, por quê? Porque, com o advento da tecnologia que nós conhecemos já como imagens seqüenciadas do telefone celular, o chamado 3G, quer dizer, isso é uma tecnologia moderna que vai acabar transformando o seu telefone num aparelho de televisão, isso tudo tem a ver, evidentemente, com a implantação da tevê digital. É fundamental que as operadoras venham aqui dizer por que, muitas delas sendo empresas internacionais inclusive, que não têm sequer autorização constitucional de fazer transmissões de televisão, estão transmitindo imagens de televisão através do seu celular. Isso é proibido por lei. Não existe nenhuma regulamentação a respeito, fazem rigorosamente o que querem, como querem, do jeito que querem, e não dão satisfação a absolutamente ninguém, muito menos ao Governo ou ao Congresso Nacional. Então, têm que vir aqui dizer como é que têm esse poder todo, principalmente as nossas empresas estrangeiras de telefonia fixa e de telefonia celular.

Estou sugerindo também o Diretor da TV Digital da Fundação CPqD, que é o Sr. Ricardo Benetton. Acho que ninguém mais apropriado do que o CPqD para vir aqui falar sobre a tevê digital.

Então, são esses os nomes que, inicialmente, estão apresentados, como resultado, inclusive, de discussões anteriores. Evidentemente, estamos aberto para outras sugestões de V. Exªs.

Esse é o requerimento e essa é a justificativa.

Coloco, portanto, em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para discutir, encerro a discussão.

Vamos à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Temos uma rápida pauta extraordinária, que começa com um parecer do Relator, Senador Cristovam Buarque, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2005 (PL 520, de 2003, na Casa de origem), que cria, no âmbito do Ministério da Cultura, o Prêmio de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça e dá outras providências.

Tenho certeza de que o Senador Cristovam Buarque vai querer se pronunciar sobre isso, como Relator, sobretudo, lembrando essa figura extraordinária, esse jovem que fez um trabalho tão bonito nas artes plásticas e que, lamentavelmente, nos deixou tão cedo, que é o Marcantonio Vilaça.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Sr. Presidente, é com um sentimento muito especial e tristeza pela ausência do Marcantonio Vilaça, e pela possibilidade de fazermos justiça e promovermos as artes no Brasil, que eu relato o parecer que vem da Comissão de Educação de um Projeto de Lei da Câmara n. 27, de autoria do Deputado José Chaves que cria, no âmbito do Ministério da Cultura, o Prêmio de Artes Plásticas Marco Antonio Vilaça, e dá outras providências.

O referido Projeto estabelece que as despesas para a execução da lei ocorrerão por conta do Programa Nacional de Apoio à Cultura.

Em sua justificação, o autor ressalta a inexistência, no âmbito do Ministério da Cultura, de um prêmio exclusivamente dedicado às artes plásticas e alega que, além de suprir essa ausência, o Projeto de Lei também pretende homenagear um dos mais importantes promotores de artes plásticas no Brasil.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada na Comissão de Educação e Cultura, na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. No Senado Federal, o PLC n. 27 encontra-se em exame na Comissão de Educação. Não foram oferecidas emendas ao Projeto.

Por isso, a análise que nós fizemos é de que, sem dúvida, é bastante oportuna a iniciativa de criação deste Prêmio. Nossos artistas plásticos, ao longo da história, têm revelado com muito talento e criatividade, toda a riqueza e diversidade que compõem a sociedade brasileira. Mesmo assim, a obra desses

artistas ainda não é conhecida por nosso povo, e as artes plásticas brasileiras não recebem a atenção e o reconhecimento conferidos a nossa produção musical, por exemplo, sobretudo no exterior.

É preciso lembrar que a arte plástica e as artes em geral ficam conhecidas não apenas do mérito do próprio artista, mas também da ação dos promotores de arte, dos *marchands*, como são conhecidos em muitas das atividades que fazem. É nesse sentido que é muito procedente a homenagem a Marco Antonio Vilaça, que foi um dos maiores defensores das artes plásticas no Brasil, cujo trabalho foi reconhecido pelo Governo brasileiro, que lhe conferiu a Ordem do Rio Branco, a mais alta condecoração do País.

Quanto à utilização dos recursos do Pronac para custear as despesas referentes à premiação, vale ressaltar que, entre as finalidades do Programa, relacionadas pela lei que o instituiu, está a de apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais em seus respectivos credores.

Desse modo, a concessão do Prêmio de Artes Plásticas Marco Antonio Vilaça enquadra-se perfeitamente nesse objetivo. Os artistas recebem o reconhecimento público pela sua obra e prêmios. Os promotores nem sempre são reconhecidos. Ao criarmos um prêmio com o nome de Marco Antonio Vilaça, vamos promover e reconhecer os artistas e vamos fazer uma homenagem a esse que foi um dos grandes promotores da arte no Brasil.

É diante desse exposto que voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 2005, com muita satisfação e convicção, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão, o parecer do Senador Cristovam Buarque. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, há quatro semanas – vai fazer um mês e meio – estamos tentando convidar o Ministro da Educação, Sr. Tarso Genro, para estar conosco aqui, na Comissão de Educação, para discutirmos a reforma universitária, que é uma proposta do Governo, a proposta de reforma do ensino superior.

Nós, insistentemente, fizemos o convite ao Ministro para que S. Ex^a viesse participar de um debate aqui, nesta Comissão, sobre o assunto. O Ministro já esteve aqui em outra oportunidade para falar sobre a questão dos estudantes brasileiros em Cuba. Nós sempre temos tido a maior atenção do Ministério da

Educação para o comparecimento do Ministro. Eu não quis incomodar o Ministro no início desta discussão e na primeira audiência pública que fizemos sobre a reforma do ensino superior. Nós convidamos o Secretário Executivo, Fernando Haddad, que esteve aqui, e participou conosco das discussões. Mas chegou a hora de vir o Ministro.

Então, o Ministro, querendo ou não, tem de ter tempo para a Comissão de Educação no Senado. Está bem, Senadora Ideli Salvatti? Eu peço a V. Exª que diga ao nosso Ministro Tarso Genro que faremos o convite mais esta semana somente. Na outra semana, o Presidente da Comissão vai pedir que membros da Comissão convoquem o Ministro, com data marcada, porque nós não podemos esperar mais. O assunto chegou a um ponto em que nós precisamos do Ministro aqui para discutir essa questão em detalhes. Nós sugerimos a vinda também do Ex-Ministro Paulo Renato. Temos aqui o ilustre Senador Cristovam Buarque, Ex-Ministro, que também pode estar conosco na mesma discussão. Mas se está chegando a um ponto em que o Brasil inteiro discute a reforma universitária ou do ensino superior. O Ministro foi à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Nós estamos acompanhando esses procedimentos todos. Fizemos insistentes pedidos. É a quarta vez que nós estamos procurando encontrar uma data. É a quinta vez! Lamentavelmente não conseguimos, Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Hélio Costa?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Então, eu peço a V. Exª que interceda junto ao nosso ilustre Ministro, para que venha falar sobre a reforma que ele mesmo propôs.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Hélio Costa, durante a Presidência do Senador Osmar Dias, também o Senador Osmar Dias reclamava insistentemente para que o Ministro viesse a esta Comissão. Eu quero buscar o testemunho de vários Senadores, porque, naquela ocasião, eu fiz o telefonema durante a reunião. Nós marcamos, e o Ministro veio, compareceu. Isso se deveu, não à minha capacidade de trazer o Ministro, mas da disponibilidade de S. Exª, que aqui esteve várias vezes desde que assumiu o Ministério.

Penso que não há nenhum problema do Ministro Tasso Genro vir a esta Comissão para debater, até porque já houve ocasião em que S. Exª veio, em que não houve quórum. Nós tivemos uma reunião de Comissão de baixíssimo quórum para debater a reforma universitária.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Com o Ministro, não. Este ano também não.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não, não. Mas com o Ministro sim. Com o Ministro sim.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Nós tivemos outras audiências públicas, no ano passado. Possivelmente pode ter acontecido. Este ano não.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O Ministro, sim. Ele veio...

É porque há várias questões para serem discutidas, mas o Ministro veio e nós inclusive dissemos: não vamos debater a reforma universitária hoje, porque o quórum é muito baixo. Eu me lembro disso. Isso aconteceu efetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Foi no ano passado, Senadora.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ele se dispôs a vir tão logo fosse necessário.

Agora, Senador Hélio Costa, nós queremos debater a reforma universitária com o Ministro Tasso Genro? Eu terei todo o empenho em pedir que S. Exª venha. Tenho certeza de que S. Exª virá prontamente. Mas nós vamos debater a reforma universitária com o Ministro Tasso Genro, numa audiência exclusiva com o Ministro Tasso Genro.

Há referências a outras personalidades, e não vamos fazer, nesta sala aqui, nesta Comissão – com isso eu não posso concordar –, um painel de debate como o que tivemos em outras situações, quando o próprio Ministro Tasso Genro se prontificou a vir e delas participou, não aqui no Senado, mas em outras esferas, como aconteceu na **Folha de S. Paulo**.

Então, eu quero ter esse entendimento. É uma audiência pública com o Ministro Tasso Genro sobre reforma universitária? Eu dou a V. Exª a resposta e a data assim que eu conseguir falar com S. Exª, ainda no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Veja só, Senadora, eu entendo ser boa uma discussão que pudesse contar com o Ministro da Educação, Tasso Genro, que conhece esse projeto em profundidade, em detalhes, mas que pudesse também contar com a participação de outras autoridades no assunto. O próprio Senador Cristovam Buarque está aqui e vai participar.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas o Senador Cristovam é Senador e vai estar participando automaticamente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – É evidente. Mas por que nós não podemos convidar? É evidente que basta o Ministro dizer que se for assim não virá, que S. Exª virá sozinho. Agora, se quisermos realmente fazer um debate bonito, acalorado, capaz, competente, é preciso haver um contraponto do ou-

tro lado, porque senão fica um monólogo. Quer dizer: por que nós sugerimos trazer o Ministro e falamos em convidar um Ex-Ministro, para debater com o atual Ministro durante a audiência pública? Bom, se esse é o problema, por isso o Ministro não quer vir? Olha, S. Exª fez uma discussão tão bonita! Eu vi a discussão no painel da **Folha de S. Paulo**. Sem dúvida alguma, foi absolutamente primorosa a participação do Ministro Tarso Genro, como também foi muito inteligente a participação do ex-Ministro. Por isso, lembramos aqui essa possível discussão. Agora, se não é assim que o Ministro quer o encaminhamento, tudo bem. Então, que venha o Ministro.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Hélio Costa, até porque o próprio Ministro se comprometeu, naquele dia em que estávamos com baixo quorum, na Presidência ainda do Senador Osmar Dias. Tenho certeza absoluta de que ele virá. O Projeto da reforma universitária sequer foi concluído e encaminhado ao Presidente da República, para, depois, ir ao Congresso Nacional.

Portanto, com relação à reforma universitária, não vai haver nem uma, nem duas, nem três audiências públicas, mas muitas, porque até chegar a ser encaminhada ao Congresso, vai tramitar inicialmente na Câmara dos Deputados, para depois vir para o Senado. Vamos ter a oportunidade de debater à exaustão uma matéria que é absolutamente relevante.

Quero dizer o seguinte: Comprometo-me a trazer a data que o Ministro vai cumprir aquele compromisso que ele assumiu nesta Comissão. Ou seja, quando ele veio, e não havia número suficiente de Senadores para fazer o debate à altura do tema, ele se comprometeu a vir. Com certeza ele virá, e eu me comprometo a trazer a data em que o Ministro Tarso Genro irá debater ainda, digamos, o pré-Projeto de reforma universitária, porque nem projeto ainda temos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Na verdade, sempre reclamamos a falta de tempo que temos para discutir as propostas que vêm do Executivo. Quando chegam aqui, já chegam com o tempo vencido, e não temos mais condições de fazer alguma coisa. São raríssimas as oportunidades em que as Comissões Mistas são formadas. Quer dizer, quando vem uma medida provisória, ela vem com uma comissão que sequer é formada; quando é formada, não se reúne; quando se reúne, nada pode decidir, porque o tempo já venceu.

Então, o que tentamos fazer aqui é antecipar o debate. O caso específico da reforma universitária do ensino superior é o estamos fazendo aqui na Comissão: estamos tentando participar do debate, antecipá-lo. Foi por essa razão, inclusive, que conseguimos mudar

a Lei de Biossegurança, na medida em que nós aqui fizemos uma série de audiências públicas e conseguimos movimentar setores do Governo que entenderam ser importantes as observações feitas aqui.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E é legítimo, Senador. Só para corroborar com a sua linha de raciocínio, com relação à medida provisória do microcrédito produtivo orientado, de que fui Relatora, cuja Comissão Mista não havia, realizamos duas belíssimas audiências na Comissão de Assuntos Econômicos para poder subsidiar o debate, as emendas, o aperfeiçoamento do projeto.

Como está em aberto ainda, está passível de alterações no pré-projeto, as audiências subsidiam. Acho que trazer o Ministro aqui, fazer um bom debate com ele e até poder questionar sobre situações ou itens já pautados, do conhecimento público, no site do próprio Ministério da Educação, é absolutamente correto. Eu não teria a ousadia de propor que não realizássemos o debate. Acho que seria extremamente positivo e tenho certeza de que o Ministro Tarso Genro virá como já veio. Não realizamos o debate à época, porque, volto a dizer, foi numa semana parecida com esta, de feriado, com um quorum baixíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem. Creio que talvez a melhor solução seja fazer esse requerimento imediatamente, submetendo evidentemente, através da sugestão da Senadora Ideli Salvatti, um convite para que o Ministro venha, então, à nossa Comissão o mais rapidamente possível, para que possamos dar prosseguimento, porque temos várias outras audiências marcadas sobre o tema reforma universitária, mas, depois de três já realizadas, com autoridades em vários setores, chegou a hora de o Ministro falar sobre ela. Depois que o Ministro se manifestar, outras autoridades poderão fazê-lo. Então, precisamos da sua presença aqui.

Então, submeto à apreciação do Plenário este requerimento para a visita do Ministro, o convite feito ao Ministro, para que participe conosco de audiência pública.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Só quero fazer, finalmente, uma retificação de uma leitura feita aqui por uma incorreção técnica no comunicado lido na reunião do dia 17 de maio do corrente. Farei, portanto, novamente a leitura dos Srs. Senadores membros do Bloco de Apoio de Governo designados para comporem os quadros da Subcomissão Permanente de Ciências e Tecnologia, e os titulares do Bloco de Apoio do Governo PT, PSDB, PTB, PL e PPS. São os Senadores: Roberto Saturnino do PT; Flávio Arns

do PT; Delcídio Amaral do PT. E os suplentes são: Mozarildo Cavalcanti do PTB; a segunda vaga está vaga e a terceira também.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores e está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h58min.)

Ata da 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 31 de Maio de 2005.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Wirlan de da Luz, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Jonas Pinheiro, César Borges, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Mão Santa, Luiz Otávio, Paulo Paim, Delcídio Amaral e Nezinho Alencar, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Maguito Vilela, José Maranhão e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta: **Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2001**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Aldo Rebelo, que “Dá nova redação à alínea e do inciso I do artigo 23 da Lei nº 8977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências (disponibilidade de um canal universitário para uso compartilhado de instituições de ensino superior em locais de área de prestação de serviço)”. O relator designado é o Senador Sérgio Cabral e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido é aprovado. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que “Altera o inciso III do artigo 36 da Lei nº 9.394, de 1966, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para inserir o estudo da Filosofia e da Sociologia nos currículos do ensino médio”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo solicitação do relator. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2004**

de caráter terminativo, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que “Institui o Dia Nacional de Combate à Psoríase”. O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa passa a Presidência ao Senador Roberto Saturnino, Presidente Eventual, para relatar o seguinte item: **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marco Maciel, que “Denomina ‘Ordem do Mérito das Comunicações Jornalista Roberto Marinho’ a ‘Ordem do Mérito das Comunicações’”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por doze (12) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por treze (13) votos. Dando prosseguimento a deliberação da pauta o Senhor Senador Hélio Costa reassume a Presidência. **Item 06: Projeto de Resolução do Senado nº 017, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Dispõe sobre o estágio remunerado de estudantes universitários nos Gabinetes do Senado Federal”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável, com a emenda nº 01-CE, de autoria do Senador Flávio Arns, é aprovado. **Item 07: Emenda nº 01-PLEN**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, ao **Projeto de Lei da Câmara nº 091, de 2004**, que “Denomina Milton Santos o Atlas Nacional do Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer é pela rejeição. A matéria é retirada de pauta, atendendo solicitação do relator. Em seguida o Senhor Presidente, Senador Hélio Costa inicia a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Defensores da Cultura e da Arte Popular de Catunda a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catunda, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Amigos de Pinhais a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhais, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Alto Alegre a executar serviço de radiodifusão comu-

nitária na cidade de Cascavel, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Sociedade de Assistência e Ocupação do Menor – PROAME a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Alves, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Rolim de Moura Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 1247, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Capivari de Baixo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capivari de Baixo, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 058, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Centralinense de Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Centralina, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 1254, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Princesa do Vale de Camapuã S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à SJC – Sistema Juinense de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Castanheira, Estado de Mato Grosso”. O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do

Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Nossa Gente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracás, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza o Grupo de Apoio Comunitário – GAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Mestrinho e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa passa a Presidência ao Senador Flávio Arns, para relatar o seguinte item: **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 1267, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Eldorado de Mineiros Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mineiros, Estado de Goiás”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Dando prosseguimento a deliberação da pauta o Senhor Senador Hélio Costa reassume a Presidência. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Unidos para Sempre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Araguaia, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por dezenove (19) votos favoráveis. O Senhor Senador Leonel Pavan pede a palavra, e requer oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta, dos seguintes Projetos de Decretos Legislativos: Projeto de Decreto Legislativo nº 1305, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 015, de 2005, Projeto de Decreto Legislativo nº 020, de 2005, Projeto de Decreto Legislativo nº 033, de 2005, Projeto de Decreto Legislativo nº 038, de 2005 e Projeto de Decreto Legislativo nº 057, de 2005. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta: Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 1305, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Continental Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 015, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a per-

missão outorgada à Rádio Floresta Negra Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis.

Item 03: Projeto de Decreto Legislativo n.º 020, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da TV O Estado – Florianópolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis.

Item 04: Projeto de Decreto Legislativo n.º 033, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade do Contestado – Campus de Concórdia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis.

Item 05: Projeto de Decreto Legislativo n.º 038, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Joinville para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis.

Item 06: Projeto de Decreto Legislativo n.º 057, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Interativa de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Fica adiada, em virtude da ausência do relator a seguinte matéria da pauta: **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2003**. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Havendo número regimental, vamos iniciar os trabalhos da 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Esportes.

Antes de começarmos a deliberar sobre as proposições, principalmente a respeito das artes comunitárias, eu queria fazer um comentário sobre uma notícia veiculada hoje pelos principais jornais, notadamente pelo jornal **Estado de Minas**, sobre o envio ontem, pelo Ministro da Educação, do novo anteprojeto da reforma do ensino superior. Conforme os senhores se recordam, na semana passada, insistimos aqui na presença do Ministro para que S. Exª pudesse vir falar sobre a reforma do ensino superior ou reforma universitária, e S. Exª disse que estava à disposição agora que ele tem uma segunda versão da proposta de reforma.

Como já estamos para marcar essa data – e espero que ela seja no dia 29 de maio – para a presença do Ministro nesta Comissão, seria importantíssimo que os Srs. e as Sras. Senadoras estivessem preparadíssimos e afiadíssimos para fazerem uma boa sabatina com o Ministro da Educação, Tarso Genro, porque, pela notícia que vejo nos jornais, estamos deixando de aproveitar uma grande oportunidade. A notícia diz que, muito embora haja a preocupação do anteprojeto de contemplar uma proposta que já se encontra aqui na Comissão de Educação, como um projeto de lei, que apresentei já como Presidente da Comissão, de aproveitamento da conversão das dívidas dos Estados em ajuda e apoio, principalmente, às universidades públicas.

Esse projeto encontra-se nesta Comissão e está para o Senador José Jorge relatar desde o dia 29 de abril. Eu, inclusive, tão logo chegue o Senador José Jorge, vou pedir a S. Exª que faça a apresentação do seu relatório para que, de certo modo, ele possa ser contemplado durante o debate que vamos fazer com o Ministro Tarso Genro porque esta conversão da dívida estadual em ajuda às universidades públicas é absolutamente importante.

No caso específico da matéria que li hoje no jornal, o Ministro diz que existem recursos, dentro da nova versão que ele está apresentando, para que as dívidas sejam convertidas, mas ele não diz especificamente como fazer isso no novo texto apresentado. Então, não adianta entendermos que se pode utilizar uma nova versão para fazer a conversão se ela não diz isso especificamente.

Creio que nesse momento que vamos ter com o Ministro durante essa sabatina, vamos perguntar-lhe onde S. Exª vê especificamente essa possibilidade porque, em princípio, as pessoas que leram a nova versão não encontram essa observação que fez o Ministro.

A vinda de S. Ex^a deverá ocorrer no dia 29. É um pouquinho demorado, mas, evidentemente, vai nos dar tempo de preparar a nossa sabatina para o Ministro e, ao mesmo tempo, quem sabe, vamos já poder relatar o projeto de lei que foi apresentado nesta Comissão de Educação, que se encontra com o Senador José Jorge para ser relatado.

Antes de iniciar a apresentação dos projetos sobre as rádios comunitárias, vou apresentar para os Srs. Senadores uma alteração que estamos fazendo no Requerimento nº 17, de 2005, que é exatamente aquele que propõe uma audiência pública sobre a implantação da TV digital no Brasil. Tínhamos estabelecido que seriam convidados o Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, Paulo de Tarso Lustosa da Costa, que está encarregado de um setor importantíssimo desse projeto de implantação da TV digital; o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, Sr. José Inácio Pizani, porque, na verdade, ele representa a indústria, é um empresário; o Presidente da Associação Nacional dos Prestadores de Serviço Celular – ACEL, Sr. Amadeu de Paula Castro Neto, até porque, com a implantação do 3G, ou seja, a tecnologia da TV digital dentro do telefone celular, é fundamental que as companhias de telefonia estejam aqui presentes.

E eu queria propor aos senhores a substituição de um representante da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, a Eletros, que é o Sr. Paulo Saab, por um representante da Abine porque, na realidade, a Eletros faz parte da Abine e é afiliada a ela. Então, é fundamental que a Abine esteja presente e não, necessariamente, um representante da Abine.

Nós, então, vamos substituir o Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos por um representante da Abine, que, evidentemente, representa muito mais a indústria eletroeletrônica. Teremos também um diretor da TV Digital da Fundação CPQD, Sr. Ricardo Benetton, que, tenho certeza, vai poder nos ajudar muito no entendimento do procedimento da instalação da TV digital no Brasil.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – V. Ex^a tem a palavra, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, sobre este assunto, nós, à época em que eu estava na Primeira Secretaria, criamos uma comissão especial da consultoria para termos um técnico para acompanhar os projetos de lei. Não sei se eles fazem parte, para dar uma explicação, porque eles acompanharam, até agora, toda a discussão sobre o problema, inclusive o

que seria discutido na Presidência da República sobre a implantação do sistema digital.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Na verdade, nobre Senador Romeu Tuma, nós, neste ano, fizemos duas indicações no começo das atividades da Comissão de Educação, sob a minha Presidência. Nós indicamos um especialista do próprio Senado, um assessor parlamentar do Senado, para acompanhar todos os entendimentos da Comissão instituída pelo Executivo para a implantação da tevê digital. Diga-se de passagem que foi até quase que uma imposição da Comissão de Educação, porque nós não fomos convidados, nós não fomos comunicados e não foi sugerido à Comissão absolutamente nenhuma participação, o Senado não participa da Comissão, a Câmara dos Deputados não participa da Comissão e, na verdade, eu até gostaria que me informassem quem é que participa desta Comissão e que realmente tem que participar. Em função da nossa chegada à Presidência da Comissão, eu insisti e consegui a aprovação da presença de um técnico legislativo do Senado nesta Comissão do Executivo, e ele está acompanhando todos os entendimentos que estão sendo feitos e se reportando à Presidência da Comissão. Evidentemente, eles estão inteiramente à disposição de todas as Srs. Senadoras e de todos os Srs. Senadores para qualquer esclarecimento sobre a posição.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, eu só consultei V. Ex^a porque, às vésperas de deixar a Primeira Secretaria, recebi um perfeito relatório de toda a evolução da discussão do assunto, que a parte do Senado estava praticamente cumprida e que eles provavelmente iriam participar, a requerimento de V. Ex^a. Mas é aqui que nós vamos discutir se ela vai ser ou não aprovada e não vamos deixar ninguém entrar na tiara, já que eles acham que são os sábios do Sião.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Sem dúvida.

Nobre Senador Romeu Tuma, nós recebemos o relatório da Primeira Secretaria, que, evidentemente, também está à disposição dos nossos membros da Comissão.

Quero também informar que temos um outro consultor do Senado envolvido diretamente na Comissão que está revendo a legislação sobre as rádios comunitárias, em que, evidentemente, todos nós estamos interessados.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, quero homenagear os consultores, se V. Ex^a permitir. À época, foi sugerido pela Comissão Especial de Radiodifusão que funciona no Senado contratar técnicos especializados em tevê digital. Não concordei. Achei que teríamos que ter consultores aperfeiçoados nisto para

discutir a legislação que viesse, porque tem a parte legal e a parte técnica e científica. Então, ficou caracterizado que não se contrataria ninguém de fora para discutir e a nossa consultoria tem dado conta do recado. Acho que ela é perfeita, dedicada e excepcional na conduta dos trabalhos e cumprimento V. Exª pela imposição da presença deles na Comissão do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)
– Muito bem.

Vamos, então, aos Projetos de Lei do Senado sobre as rádios comunitárias.

Inicialmente, com a palavra o Senador Reginaldo Duarte. Na sequência, terão a palavra o Senador Flávio Arns. O terceiro é o Senador Romeu Tuma. Digo isso apenas para se prepararem na eventualidade de serem chamados.

Peço ao Senador Reginaldo Duarte que, por favor, relate o Item nº 1.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o nosso parecer é favorável ao ato que autoriza a Associação Defensora da Cultura e da Arte Popular de Catunda a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catunda, Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)
– Em discussão o relatório do Senador Reginaldo Duarte. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão..

Passemos ao próximo item.

Peço ao Senador Flávio Arns que leia as páginas 15 e possivelmente 16, os itens 2 e 3 da pauta.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Os pareceres em relação aos itens 2 e 3 são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)
– Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para discutir os relatórios dos itens, encerro a discussão.

Passamos ao próximo item, com o Senador Romeu Tuma, página 29, item 4.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2005, que aprova o ato que autoriza a Sociedade de Assistência e Ocupação do menor – Proame a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Alves, Estado de São Paulo.

Toda a documentação pertinente foi apresentada. Portanto, somos favoráveis a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)
– Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Romeu Tuma. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos ao próximo item. Senador Valdir Raupp, página 37, item 5.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, nosso relatório é favorável à renovação da outorga da Rádio Clube de Rolim de Moura, uma emissora importante naquela cidade.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)
– Em discussão o relatório do Senador Valdir Raupp. (Pausa)

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS)
– Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)
– Não havendo quem peça a palavra para discutir, passamos ao próximo item, mas antes passamos a palavra ao Senador Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS)
– Obrigado, Presidente Hélio Costa. Peço a compreensão do Presidente e dos colegas da Comissão para a inclusão extrapauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 239, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Barra do Ribeiro a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul, cujo parecer já está pronto e é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)
– Ao final da relação dos projetos que nós temos, evidentemente que vamos colocar para V. Exª relatar esse item.

Neste momento, coloco em votação o requerimento para entrada em pauta extra.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Senador Jonas Pinheiro, página 69, item 9, por favor.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este Projeto de Decreto Legislativo que outorga permissão ao Sistema Juinense de Comunicação Ltda, apesar de ser original de Juína, é para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Castanheira, que é uma cidade vizinha ao Município de Juína, Estado de Mato Grosso – na forma do Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)
– Em discussão o relatório do Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos ao próximo item.

Senador Aelton Freitas, na página 53, por favor, relate o item 7.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS nº 58, de 2005, que não evidenciou violação legislativa pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação, que autoriza a Associação Centralinense de Radiodifusão Comunitária a executar serviços de radiodifusão na cidade de Centralina, no Triângulo Mineiro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos ao próximo item.

Vou pedir ao Senador Sérgio Zambiasi que, por favor, relate para o Senador Delcídio Amaral o item 8, que está à página 61, como Relator *ad hoc*.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Pois não, Presidente.

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.254, de 2004, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Princesa do Vale de Camapuã para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador Zambiasi, substituindo o Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos ao próximo item.

Senador Pavan, à página 45, o item nº 06, por favor.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, somos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Capivari de Baixo a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capivari de Baixo, Santa Catarina.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador Leonel Pavan. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passemos ao próximo item. Pedirei à Senadora Maria do Carmo Alves que relate, à página 77, o item nº 10, em substituição ao Senador César Borges.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o parecer é pela apro-

vação do ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Nossa Gente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracás, no Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório apresentado pela Senadora Maria do Carmo Alves. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos ao próximo item. Senador Gilberto Mestrinho, peço a V. Exª que, à página 85, relate o item nº 11, em substituição ao ilustre Senador José Maranhão.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de autorização ao Grupo de Apoio Comunitário de Campina Grande, Estado da Paraíba.

O projeto de decreto legislativo autoriza a exploração de radiodifusão naquela cidade.

O parecer do Senador Maranhão é favorável e recomenda a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Gilberto Mestrinho, em substituição ao Senador José Maranhão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos ao próximo item. Passarei a Presidência ao Senador Flávio Arns.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, vou tentar falar, pois estou meio rouco. Gostaria de pedir à Presidência que analise a possibilidade de incluir na pauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.305, da Sociedade Rádio Continental; o Projeto nº 15, da Rádio Floresta Negra; o Projeto nº 20, da TV O Estado de Florianópolis; o Projeto nº 33, da Fundação Universidade do Contestado; o Projeto nº 38, da Fundação Cultural de Joinville; o Projeto nº 57, do Sistema Interativa de Comunicação, de Laguna; e o Projeto nº 1.247, da Associação de Radiodifusão Comunitária de Capivari de Baixo. Aliás este já foi votado.

Sr. Presidente, se for possível, gostaria que V. Exª incluísse na pauta para que pudesse encaminhar todos esses projetos legislativos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em votação o requerimento de inclusão extrapauta, apresentado pelo Senador Leonel Pavan.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ao final, passaremos a palavra a V. Exª para relatar os itens sugeridos.

Passo a Presidência ao Senador Flávio Arns, para que eu possa relatar o item nº 12.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Passo a palavra ao Senador Hélio Costa para fazer o relatório do item nº 12 da pauta.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Na realidade, Senador Flávio Arns, estou relatando o projeto de concessão da Rádio Eldorado de Mineiros Ltda. É a renovação de concessão para explorar serviço de radiodifusão.

Na verdade, é a cidade de Mineiros, no Estado de Goiás. Evidentemente, fico muito honrado de ser o Relator. Houve aqui um pequeno equívoco, mas como os mineiros e os goianos estão sempre muito presentes em todas as ações na região, fico muito honrado de poder relatar favoravelmente à renovação da concessão da Rádio Eldorado de Mineiros LTDA.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Eu diria que nada melhor que um mineiro para relatar o projeto de uma rádio do Município de Mineiros.

Em discussão o relatório do Senador Hélio Costa. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passo a Presidência para o Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Principalmente quando temos ao nosso lado o Senador Flávio Arns e o Presidente da Comissão de Economia do Senado Federal, gostaria da atenção dos senhores presentes.

Passo a palavra ao Senador Luiz Otávio, como Relator do Item nº 13.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, em primeiro lugar, agradeço a atenção de V. Exª, a deferência para com a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e a atenção dos Srs. Senadores. Suspendi a reunião a fim de relatar esta matéria tão importante, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2005, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Unidos para Sempre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Araguaia, no Estado do Pará.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão o parecer do Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação conjunta de todos os itens relatados na manhã de hoje.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Aprovado, por unanimidade.

Pergunto às Srªs e aos Srs. Senadores se aprovam todas as emendas, se essas existirem. (Pausa.)

Não havendo quem queira se manifestar com relação às emendas, estão aprovadas por unanimidade.

Srªs e Srs. Senadores, vamos entrar na pauta do dia.

Vamos ao Item nº 1, que tem como Relator o Senador Sérgio Cabral. Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2001, que dá nova redação à alínea “e”, do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo e dá outras providências.

Refere-se à disponibilização de um canal universitário para uso compartilhado de instituições de ensino superior, em locais de área de prestação de serviço.

Na verdade, já discutimos amplamente a questão.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Cabral para que leia o relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– V. Exª tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – SP) – Havia uma discussão em relação ao Item nº 7 da pauta, e uma solicitação do IBGE a fim de que haja uma discussão mais aprofundada. Peço a V. Exª que aceite o requerimento de retirada desse item da pauta para debate com o IBGE, voltando à pauta nas reuniões subsequentes.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Na verdade, Senador, há uma emenda de plenário, mas como V. Exª é o Relator, evidentemente, atenderemos à solicitação.

O projeto será retirado de pauta, e aguardaremos a comunicação de V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, peço a licença de V. Exª para convocar as Srªs e os Srs. Senadores da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, que, com muita honra, presido, para uma reunião amanhã, às 10 horas, nesta sala, para tratarmos de diversos requerimentos que comporão a pauta de todo o ano de 2005 da Subcomissão, como também da eleição do Vice-Presidente, que, conforme já acordado, será o Senador Demóstenes Torres, com muita honra.

Assim, amanhã, às 10 horas, convoco os Srs. membros titulares e suplentes da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática.

Obrigado, Sr. Presidente.

Quanto ao relatório, V. Ex^a já introduziu com muita propriedade assunto que já foi por demais discutido nesta Comissão, por mais de uma vez.

Portanto, serei sintético, usando um jargão da nossa atividade, e basicamente lerei o *lead* do que muda nessa nossa nova versão do relatório apresentado ao projeto do eminente Deputado e hoje Ministro Aldo Rebelo.

Trata-se de exame do Projeto da Câmara dos Deputados nº 108, de 2001, do Deputado Aldo Rebelo, que dá nova redação à alínea e do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo e dá outras providências.

A norma em questão dispõe atualmente que a operadora de TV a cabo deve disponibilizar o canal universitário, reservado para uso compartilhado entre as universidades localizadas no município ou municípios da área de prestação do serviço.

A proposta do autor do projeto é de se ampliar o acesso a esse canal gratuito de TV a cabo a todas as instituições de ensino superior localizadas no município ou nos municípios da área de prestação do serviço.

O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados na forma como apresentado e foi encaminhado ao Senado Federal. Nesta Casa, foram apresentadas emendas, como a do Senador Romeu Tuma e a do então Senador Ricardo Santos.

A questão ora em discussão diz respeito à amplitude de acesso de instituições de ensino de nível superior ao canal gratuito de TV a cabo. Atualmente, somente universidades dispõem desse favor legal.

O projeto, em sua redação original, aprovada pela Câmara dos Deputados, pretende ampliar esse acesso para toda e qualquer instituição de ensino de nível superior.

Duas emendas foram oferecidas ao Projeto. A primeira, de autoria, como já disse, do Senador Romeu Tuma, pretende reduzir a amplitude do acesso pretendida no projeto. A segunda, de autoria do Senador Ricardo Santos, pretende ampliar ainda mais o acesso à TV a cabo para instituições de ensino em relação ao disposto no projeto, estendendo-se não somente às instituições de ensino superior, mas também aos centros federais de educação tecnológica.

A ampliação pretendida pelo ilustre Senador Ricardo Santos iria trazer o risco de uma pulverização muito grande do direito de acesso ao canal de TV a cabo, o que, certamente, iria comprometer e muito

a qualidade da programação, devendo, por isso, ser rejeitada.

No que diz respeito à emenda do ilustre Senador Romeu Tuma, a questão merece uma análise mais apurada. As justificativas por S. Ex^a apresentadas para restrição de acesso a canal de TV a cabo residem justamente no risco de queda de qualidade da programação desses canais de televisão e no risco de pulverização do tempo de participação de cada instituição no horário do canal.

É sabido, pelas avaliações efetivadas pelo MEC, que muitas instituições de ensino superior não têm apresentado um nível de qualidade de ensino em sala de aula razoável. É provável que esse baixo nível de qualidade seja reproduzido no canal de televisão, dessa vez atingindo não apenas os alunos matriculados, mas toda e qualquer pessoa que assistir a esse canal de televisão a cabo.

A emenda do ilustre Senador Romeu Tuma, portanto, é bastante pertinente, até porque cria um critério de mérito para as faculdades que pretendam participar do canal de televisão a cabo, o que certamente reverterá em proveito da busca da melhoria da qualidade do ensino. Ela merece, porém, algumas considerações no sentido de aperfeiçoá-la.

Inicialmente, deve ser considerado que o termo “excepcionalmente”, utilizado para qualificar o acesso das demais instituições de ensino superior que não universidades, acaba por atribuir um caráter dúbio à norma. Ou existe o direito de acesso ao canal ou esse direito não existe. Qualificar o direito de acesso ao canal ou esse direito não existe. Qualificar o direito de acesso como excepcional, sem qualquer critério objetivo, traria enormes dificuldades para aplicação da norma, já que o acesso é ordinário para quem preencha os requisitos previstos na norma.

A emenda cria também um critério diferenciado para participação de instituições de ensino superior que não são universidades:

a) nos Municípios onde haja universidades, somente poderiam participar outras instituições de ensino superior que tivessem a maioria de seus cursos de graduação avaliados com conceitos A ou B no Exame Nacional de Cursos;

b) nos Municípios onde não haja universidades, poderiam participar instituições de ensino superior que possuísem, pelo menos, um terço de seus cursos reconhecidos pelo MEC, com avaliação global A ou B.

Esse critério diferenciado atinge o objetivo de evitar uma grande pulverização do tempo de programação, mas parece criar uma diferença de tratamento entre as faculdades, o que poderia ferir o princípio da isonomia, comprometendo a constitucionalidade da norma.

Outro aspecto a ser considerado, porque relevante, diz respeito ao fato de o Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão, ter sido substituído pelo Enad, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, juntamente com outras três avaliações, num sistema bastante complexo, ainda não definitivamente implementado. Eu até poria mais: sistema bastante precário a atual norma do Ministério da Educação.

Em razão da falta de definitividade nesse sistema, melhor seria a utilização de um critério de avaliação que se tenha mostrado mais eficaz, como o da avaliação do MEC para credenciamento de instituições de ensino superior, sugerido pela ABTU, a Associação Brasileira de Televisão Universitária, por intermédio de seu Presidente, professor Gabriel Priolli. Recebi uma ligação e um contato do professor Gabriel Priolli, que preside essa entidade, dando essa sugestão para materializar de melhor maneira a norma e o critério para o acesso à TV a cabo.

Diante do exposto e tendo em vista o mérito do projeto apresentado pelo ilustre Deputado Aldo Rebelo e das alterações propostas pelo ilustre Senador Romeu Tuma, proponho a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2001, nos termos do seguinte substitutivo – uma emenda substitutiva, dá nova redação, etc., alínea “e” do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

e – o canal universitário reservado para o uso compartilhado entre as universidades localizadas no Município ou Municípios da área de prestação dos serviços, ou que tenham **campi** na região, bem como das demais instituições de ensino superior que tenham sido credenciadas pelo Ministério da Educação e que tenham, no mínimo, 70% de seus cursos reconhecidos pelo sistema de Avaliação MEC/INEP com o conceito “bom”, ou que tenham um conceito equivalente, na mesma proporção de 70% de seus cursos, em qualquer outro sistema de avaliação que o MEC venha a adotar.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito bem.

Continua em discussão. (Pausa)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Esse projeto é de extrema importância. Não sei se ainda cabe alguma emenda. Acredito que não.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Cabe em plenário, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Só em plenário, então? Porque eu gostaria de sugerir o seguinte: que, inclusive, os canais de TV que irão trabalhar na TV a cabo, os de origem, no caso da cidade, teriam preferência até na escolha da grade, porque se ela é a geradora na cidade, teria preferência em relação a um outro canal de outra cidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Esse é um outro projeto, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu não sei se consta.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– É um outro projeto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas é de grande importância, porque se a TV a cabo é da cidade e se há uma universidade na cidade, ela deveria ter a preferência na escolha da grade, no caso o número que seria colocado à disposição da TV, para evitar que haja uma discussão, uma disputa para quem vem primeiro, depois ou no final. Seria de extrema importância que colocássemos também esse item, até para regulamentar a situação.

Então, tem que ser em plenário?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– A emenda tem que ser feita em plenário. V. Exª pode apresentá-la aqui.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Apresento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– A menos que o Relator queira dar um parecer imediato sobre a proposta do Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Existe o seguinte: todas as geradoras têm prioridade. Poderia incluir no item das unidades geradoras de TV da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Se V. Exª me permite, Senador, a disposição dos canais, principalmente na TV a cabo, não é aleatória, não vai ao canal 3 e ao canal 4 simplesmente porque são canais 3 e 4. Depende, evidentemente, da transmissão, do modelo e do tipo de transmissão. Ele tem uma classificação técnica para entrar. Os canais que são mais altos, por exemplo, tendem a ter uma imagem um pouco menos nítida. Há uma série de situações técnicas que precisam ser avaliadas. Não se esse é o procedimento.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Penso que a preocupação do Senador Leonel Pavan é absolutamente pertinente. Porém, V. Exª fez uma observação de caráter técnico. Penso que isso é muito mais uma matéria de regulamentação do que propriamente da legislação, quer dizer, é muito mais da regulamentação entre o Ministério da Educação e das Telecomunica-

ções do que propriamente de lei. O espírito do projeto é esse: prestigiar as universidades que tenham sede nos Municípios. A partir desse princípio legal, creio que, na regulamentação, cabe, quem sabe, à Comissão, uma recomendação às autoridades competentes nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– V. Ex^a pode solicitar um estudo ao departamento legislativo e, evidentemente, apresentar como emenda no plenário no instante em que for discutida essa questão.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Correto, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão. (Pausa.)

Senador Sérgio Cabral, gostaria de fazer um comentário sobre o relatório de V. Ex^a. Talvez eu apresente uma emenda, em plenário, no momento da discussão dessa matéria, porque, todas as vezes em que falamos de TV a cabo, nos esquecemos que se trata de uma atividade da iniciativa privada. Na verdade, é uma permissão do Governo para se gastar muito dinheiro para se estabelecer cabos em cidade, em uma comunidade, em um investimento gigantesco e, depois, o Governo começa a interferir: canal para isso, canal para aquilo. Vejam: já temos canal para a comunidade, canal universitário e canal da igreja. Todo o sistema de TV a cabo já fica com essa imposição. Concordo plenamente com a proposta do canal universitário. Penso que precisa de um pouco mais de regulamentação de quem vai ter acesso, nos moldes da preocupação do Senador Romeu Tuma e do próprio autor do projeto, que V. Ex^a acolheu como emenda. Realmente, se deixarem todos participarem desse canal, será um problema sério. Mas, o que me deixa preocupado é que enquanto temos duas ou três universidades nas grandes cidades participando de um canal de sistema a cabo, mas, na medida em que se abre isso para todas as entidades de ensino superior, uma fila de entidades participará desse canal. Aí, vem um custo adicional para o operador, porque isso envolve estar permanentemente com o estúdio à disposição, energia elétrica, pessoal técnico para receber e gravar, enfim, terá que estar permanentemente à disposição de todas aquelas entidades que usarão esse canal. Creio que seria perfeitamente viável que o projeto se referisse a isso, dizendo da utilização ampla por todos os serviços, sem prejuízo para a operadora. Por quê? Porque agora estamos dizendo que as entidades particulares poderão usar esse canal. Enquanto tratamos de universidade pública, tudo bem. Mas, na medida em que se permite que a entidade de ensino particular utilize esse canal, ela tem que pagar por isso. Isso tudo não

pode ser simplesmente debitado da operadora de TV a cabo, que já luta com todas as dificuldades – diga-se de passagem –, notadamente no que diz respeito ao ICMS e ao ISS.

Pergunto a V. Ex^a como receberia, em plenário, uma proposta nesse sentido ou se V. Ex^a tem como acatá-la neste momento?

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, esse é um tema mais de regulamentação.

Na verdade, o espírito do Autor, Deputado e Ministro Aldo Rebelo, é exatamente no sentido do acesso por parte das universidades numa relação mais próxima com os seus Municípios e as suas regiões. Uma regionalização que nós procuramos, com o Senador Romeu Tuma, aperfeiçoar, privilegiando as universidades que tenham um desempenho mais eficaz na prestação do seu serviço fundamental, que é a educação. Eu diria à V. Ex^a que, hoje, os canais universitários existem, já são uma realidade. Não estamos aqui criando canais universitários. Eles já são uma realidade. Estamos, sim, organizando o acesso a esses canais. Essa é a preocupação do autor do projeto e a minha como Relator.

Então, do ponto de vista da geração de custos, não há nenhum acréscimo à geração de custos, e a produção fica por conta das universidades. Não há nada que obrigue, no caso, o provedor, quer dizer, as empresas que tenham o direito à exploração dos canais a cabo, de produzir este programa. Ao contrário. É uma responsabilidade das universidades que terão esse acesso de produzirem os seus programas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Não está prevista na lei esta responsabilidade, razão pela qual levantei a questão.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Mas já é assim. Já é assim.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Pois é, mas não está escrito que é assim. Quer dizer, tem-se o direito de utilização de um canal. Não está dizendo que a responsabilidade financeira de manutenção do canal é da universidade.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Mas, hoje, os canais universitários já são mantidos pelas universidades públicas e privadas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Senador Sérgio Cabral, enquanto V. Ex^a está lidando com a universidade pública, eu reconheço as leis nesses termos. Amanhã, se houver entidades particulares para fazer uma grande produção dentro do canal universitário que imponham à operadora uma série de situações que ela tenha a cumprir, não há nada na lei que a proteja.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Deixe-me esclarecer a V. Ex^a. Hoje, as universidades particu-

lares já utilizam o canal universitário custeando a sua produção. Já é uma realidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito bem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, o que vou colocar aqui talvez não tenha relação com o projeto. Trata-se da aquisição das TVs a cabo. Os Municípios não recolhem impostos das TVs a cabo. Não recolhem. No entanto, há o visual dos fios pendurados, a paralisação do trânsito, seguidamente sendo chamado o Poder Público municipal para atender a comunidade quando há transtornos, caem postes, há algum acidente. E nenhuma das TVs recolhem impostos para os Municípios. A lei é para o governo, é para a União.

Eu também vou encomendar um estudo para verificar a possibilidade de os Municípios serem ressarcidos com o ISS dessas empresas, que recolhem impostos no Município, usam o patrimônio público – as calçadas, os postes, a linha de energia elétrica e fica aquele visual horrível, horrendo. Há cidades que têm uma certa organização. Esses cabos colocados sem nenhum cuidado ou planejamento acabam prejudicando o visual de cidades.

Levanto esta questão, porque vamos sugerir estudos para verificar a possibilidade de as TVs a cabo contribuírem com os Municípios pelo menos no ISS.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Apenas um esclarecimento, Senador Leonel Pavan. Durante a reforma tributária que discutimos e votamos aqui no plenário, eu mesmo fui autor de uma proposta rigorosamente dentro do tema que V. Exª levantou. Essa proposta foi derrubada nas discussões da reforma tributária na Câmara dos Deputados e sequer chegou a ir ao plenário. Pensava exatamente que a TV a cabo deveria pagar, no mínimo, o ISS às cidades. Então, está perfeitamente na hora de V. Exª fazer isso.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, mais esclarecimento como Relator. V. Exªs podem ter acesso na pág. 18 à Lei nº 8.937, de 6 de janeiro de 1995. No item d do art. 23, como está citado aqui na pág. 18, está reservado, inclusive, um canal para o Senado Federal. Foi a partir daqui que surgiu a TV Senado. O item E é o que reserva, desde 1995, um canal universitário para uso compartilhado.

O interesse do Deputado Aldo Rebelo foi exatamente o de democratizar esse acesso, e o nosso interesse – tanto meu quanto o do Senador Romeu Tuma – foi o de aperfeiçoar essa democratização, valorizando as instituições que tenham um desempenho considerado, no mínimo, bom pelo Ministério da Educação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Ainda em discussão.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr.

Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Tendo em vista essa discussão sobre canais universitários, solicito a V. Exª que coloquemos em pauta, independentemente desse projeto, a votação da matéria referente ao canal universitário de Ouro Preto, que é relatado por V. Exª, levando em consideração o tempo que já se passou desde a sua apresentação. Seria razoável que também esse canal pudesse ser analisado dentro desse espírito de compartilhamento.

Sei que, hoje, o canal está restrito apenas a uma instituição de ensino, e existe a intenção de que ele possa ser usado pelo canal da universidade federal. No mérito, está perfeito. Então, com esse espírito, peço que coloquemos essa matéria em votação, fazendo, talvez, esse adendo no sentido de que esse canal seja compartilhado pela atual instituição de ensino dele detentora e pela universidade federal. Para isso, é necessário haver a votação, o processo não deve ficar paralisado, como está há mais de um ano.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Na realidade, o processo não está paralisado, Senador Eduardo Azeredo. Eu, como relator, encontrei uma disparidade na questão de Ouro Preto, onde há uma das mais importantes universidades do País – V. Exª reconhece e sabe perfeitamente disso –, que é a Universidade Federal de Ouro Preto, que ficou sem ter acesso ao canal universitário de televisão, que foi cedido a uma instituição particular que não está representada nem possui nenhum estabelecimento de ensino superior em Ouro Preto.

No Governo passado, vimos fatos dessa natureza, ou seja, conceder um canal de televisão educativo para uma instituição que não está presente na cidade, deixando uma universidade federal como a de Ouro Preto sem ter acesso a esse canal.

Fiz uma série de contatos e enviei requerimentos ao Ministério das Comunicações. Estive em contato permanentemente com o novo reitor da Universidade de Ouro Preto, com o prefeito e com todas as pessoas interessadas para encontrar uma solução, porque o que não poderíamos fazer era entregar um canal educativo de televisão a uma instituição particular que sequer está presente na cidade – na realidade, ela se encontra em Belo Horizonte, mas não em Ouro Preto.

Estou aguardando uma série de informações técnicas, porque existe também a possibilidade de estendermos o canal de Ouro Preto para Mariana e de

fazermos, na verdade, dois canais – ou então tornar sem efeito o canal existente e abrir outro em Mariana, que cobriria esta cidade e Ouro Preto.

Peço a V. Exª que aguarde um pouco mais, porque essa questão é mais confusa e complexa do que simplesmente submetê-la à votação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas quero que não haja a procrastinação da decisão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Procrastinar é atrasar propositadamente. Não estou agindo assim, mas aguardando resultados técnicos que subsidiarão a minha informação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Desde setembro de 2003?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Desde setembro de 2003 para não entregar nas mãos daqueles que não merecem uma emissora de televisão educativa sem licitação, de graça, sem se pagar um tostão.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não foi essa a opinião do Ministério, que, na época, aprovou.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – A opinião do Ministério no passado não é consubstanciada nos relatórios que li daqueles que estão realmente envolvidos e preocupados com a divulgação dessa emissora de televisão numa cidade como Ouro Preto, onde, conforme eu disse, a mais importante universidade da cidade da região não foi contemplada – uma empresa particular, que não está presente, tem o canal.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim, defendo que seja também destinado à Universidade Federal.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral pela ordem.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Privilégio é Minas Gerais ter uma cidade como Ouro Preto e Mariana e Senadores como Hélio Costa e Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Sérgio Cabral.

Em votação o relatório do Senador Sérgio Cabral.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 2...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, como tenho outro compromisso, terei que me retirar, mas antes de sair, gostaria de registrar a minha opinião sobre essa questão do item 3, ou seja, inclusão de mais duas disciplinas no ensino médio. Há sempre uma tentativa de incluir mais disciplinas não só no ensino médio, como no fundamental, e não só Filosofia, mas também Sociologia. A idéia da LDB não é especificar disciplina, trabalho do próprio Conselho Federal de Educação. A LDB já contempla a questão da Sociologia e da Filosofia. Considero este projeto muito grave. Conversei com a Senadora Ideli Salvatti, a qual me disse que o Governo está favorável. Então, vou deixar. Cabe ao Governo examinar todos esses aspectos operacionais. Do ponto de vista teórico, é ótimo aprender Filosofia e Sociologia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG. *Fazendo soar a campanha.*) – Há orador na tribuna.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Será que havia alguma festa aí ao lado?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG.) – Está parecendo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Do ponto de vista teórico, é ótimo aprender Filosofia e Sociologia, mas, hoje, no ensino médio, já há muitas disciplinas e os alunos, inclusive, não conseguem acompanhar todas. Portanto, criar mais duas disciplinas é um grande problema operacional, mas, como o Governo está favorável, vamos deixar que o Governo se responsabilize pela aprovação deste projeto, sem o estudo mais detalhado. Era só essa opinião que queria registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador, queria que V. Exª aguardasse um instante, porque, uma vez que não temos a presença do Relator do item nº 2, Senador Luiz Otávio, certamente o referido item fica prejudicado e vamos imediatamente ao item nº 3, cujo Relator, Senador Paulo Paim, está presente e certamente poderá falar sobre o assunto ao qual V. Exª se referiu.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Só queria registrar minha opinião exatamente porque vou ter que me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, vou direto à análise. O intento de tornar o ensi-

no de Filosofia e Sociologia obrigatório no nível médio não é propriamente uma novidade.

O Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2000 (nº 3.178, de 1997, da Câmara dos Deputados), com idêntico fim ao desta proposição, já tramitou no Congresso Nacional, onde obteve aprovação, por unanimidade, em 2001, e, a despeito do apoio expressivo das duas Casas, não logrou a sanção presidencial do ex-Presidente da República.

No veto apresentado na época, o Presidente Fernando Henrique Cardoso considerou a mudança contrária ao interesse público, amparado essencialmente na justificativa de que a medida aumentaria as despesas de contratação de professores, principalmente dos Estados e do Distrito Federal. Esse foi o argumento usado na época.

Em reforço à negativa, o Executivo entendeu adequado o tratamento do conteúdo das disciplinas com os temas transversais, aduzindo ainda a opinião de que o quantitativo de profissionais disponíveis não seria suficiente para atender a demanda decorrente da implantação das novas disciplinas.

Pois bem, Sr. Presidente! Diante da importância da matéria, a motivação da proposição remanescente atual e oportuna, eis que o domínio do conhecimento de Filosofia e Sociologia, conforme previsão dos arts. 36, § 1º, e 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, figura entre as competências que devem ser demonstradas pelos concluintes do ensino médio.

No nosso entendimento, a realização de estudos sociais, éticos e morais sobre a perspectiva crítica inerente à Sociologia e Filosofia pode contribuir significativamente para a compreensão das relações do homem com o mundo e naturalmente com seus pares e para a conseqüente assimilação do papel de sujeito do processo de construção social.

Com efeito, os estudos atinentes a essas disciplinas têm destacada importância política, na medida em que melhoraram a qualidade do exercício da cidadania e, via de conseqüência, da própria democracia. Constitui ainda verdadeiro alento à edificação de uma visão de homem e de mundo comprometida com a superação das perversas condições sociais a quem tem sido submetida historicamente a parcela da população brasileira socialmente menos favorecida.

Desse modo, a filosofia e a sociologia proporcionam, Sr. Presidente, conhecimento tão ou mais importante que o domínio dos princípios das chamadas ciências nobres e das formas contemporâneas de comunicação por assumir papel preponderante na formação da consciência crítica.

Entendemos que devem ser alçadas à condição de disciplinas, a gozar o *status* ao da matemática, da física, da biologia, da língua portuguesa, da história e da geografia. Ademais, no que concerne à possibilidade concreta da implantação da mudança, sabe-se que a parcela significativa dos sistemas estaduais de ensino já promoveu nas escolas da rede pública de modo que a edição da medida ajudaria tão-somente a sedimentar os passos que foram dados até aqui pelas escolas.

Por tudo isso, a preocupação do autor, Senador Alvaro Dias, com a formação crítica dos educandos é mais do que pertinente, a gozar de indiscutível relevância social, Sr. Presidente, especialmente se considerarmos que muitos desses estudantes encerram a sua escolarização no ensino médio, ficando alijados do acesso a conteúdos semelhantes, embora mais avançados, que são ministrados no ciclo básico da educação superior.

No que concerne à conformação jurídica e constitucional, a proposição não reclama reparos apresentando-se igualmente adequada às prescrições de técnica legislativa esculpidas na Lei Complementar nº 95, de 25 de fevereiro de 1998.

Por tudo isso, Sr. Presidente, é que, ao examinar o Projeto de Lei do Senado nº 04, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, o nosso parecer é favorável à aprovação, entendendo que é a segunda vez que o Congresso Nacional, Câmara e Senado deliberam sobre esse tema.

O Senador Alvaro Dias, do partido do ex-Presidente, infelizmente não logrou a sanção dessa matéria. Quando fui procurado pelo Senador Alvaro Dias, de pronto aceitei porque entendi que o veto anteposto na época, com as justificativas aqui colocadas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, neste momento, tenho certeza absoluta, já que tenho o aval do Presidente Lula, essa matéria não será vetada, será sancionada atendendo a uma demanda histórica do movimento.

Era isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador Paulo Paim.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Senador Hélio Costa, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente, Senador.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Tendo em vista as questões suscitadas anteriormente pelo Senador José Jorge, eu gostaria de consultar V. Exª sobre se haveria consistência regimental o fato de pedir o adiamento da discussão da matéria, para que ela pudesse ser novamente apreciada em uma próxima reunião e,

no caso, ensejando o debate que seria enriquecido, a meu ver, com a contribuição dos Senadores que, a esta altura, já não se encontram mais na Comissão.

Consultaria V. Ex^a sobre essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Na realidade, Senador Marco Maciel, depende mais do Relator Paulo Paim do que desta Presidência.

Por outro lado, V. Ex^a pode pedir vista, se julgar assim conveniente. Mas se o Relator quiser, poderá adiar a discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como o autor da matéria, o Senador Alvaro Dias, não se encontra, não vejo nenhum problema. Vou manter naturalmente o meu parecer, e estando aqui o Senador Alvaro Dias na próxima reunião, poderemos aprofundar o debate, com a presença do autor, se assim V. Ex^a concordar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– É importante ressaltar que o Senador Alvaro Dias não é membro da nossa Comissão, portanto teríamos de convidá-lo a estar presente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente, S. Ex^a viria como nosso convidado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Sim, S. Ex^a ouviria a exposição que o ilustre Senador Marco Maciel vai fazer.

Retirado de pauta, portanto, a pedido do Relator, o Item nº 3.

Item nº 4, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei nº 282, de 2004, que institui o Dia Nacional de Combate à Psoríase. O Relator é o Senador Mão Santa, a quem passo a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, o Projeto de Resolução nº 17, de 2004, de iniciativa do Senador Valdir Raupp, estipula, em seu art. 1º, que o estágio de estudantes de educação superior... Não é esse, não. O meu é o Item 4.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– O Projeto é o de nº 282, Item 4, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Em pauta, nesta Comissão de Educação, o PLS nº 282, em caráter terminativo.

O Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2004, é de autoria do Senador Delcídio Amaral. Trata-se de um projeto curto, com apenas dois artigos, que define o dia 29 de outubro como o Dia Nacional de Combate à Psoríase.

Na justificativa, o autor da proposição salienta que a escolha da data deu-se em função de o dia de 29 de outubro ser o Dia Mundial da Psoríase e objetiva sintonizar o nosso País nas campanhas mundiais em torno da doença.

Análise.

A prática de insistir em datas comemorativas tem sido amplamente utilizada pela sociedade moderna como forma de desenvolvimento da cidadania e engrandecimento social. Sem maiores efeitos práticos, tais datas revestem-se de grande simbologia, permitindo o engajamento social pelas mais diversas causas, principalmente relacionadas à saúde, por iniciativa de instituições públicas ou privadas, de caráter nacional.

Em alguns casos, o Congresso Nacional tomou essa iniciativa e instituiu algumas datas comemorativas por meio da aprovação de leis ordinárias federais. Como exemplo desse fato, podemos citar a Lei nº 10.465, de 27 de maio, de 2002, que instituiu o dia 25 de outubro como o Dia Nacional da Saúde Bucal; a Lei nº 10.456, de 13 de maio de 2002, que instituiu o Dia Nacional de Combate ao Glaucoma, celebrado em 26 de maio; e a Lei nº 10.439, de 30 de abril de 2002, que instituiu o Dia Nacional da Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial, celebrado em 26 de abril.

No caso em pauta, pretende-se instituir o Dia Nacional de Combate à Psoríase, a ser celebrado no dia 29 de outubro. A psoríase é uma doença crônica de pele, que afeta 3% da população em geral. Traduzindo esses números para a nossa realidade, acredita-se que mais de quatro milhões de brasileiros sofram dessa patologia. Mas, embora a psoríase atinja tantas pessoas, a doença é praticamente desconhecida da sociedade.

A psoríase não possui cura e não é contagiosa. A doença se manifesta pela formação de manchas e placas avermelhadas, podendo atingir praticamente qualquer região da pele.

A psoríase não atinge nenhum órgão vital, mas, por afetar a aparência das pessoas, provoca grande prejuízo na qualidade de vida dos portadores, afetando a auto-estima e conduzindo-os ao isolamento social. Soma-se a isso o fato de que, no subconsciente social, as doenças de pele estão recheadas de preconceito. Por diversas vezes, os portadores de diversas doenças de pele eram banidos da sociedade, sendo obrigados a viver em colônias isoladas.

A aprovação do projeto de lei em análise servirá como instrumento de combate a esse preconceito, pois servirá como incentivo para a realização de campanhas educativas que contribuirão para a construção de uma sociedade fraterna e livre do preconceito.

Voto.

Considerando as leis anteriormente citadas, podemos concluir que não há impedimento jurídico ou constitucional que seja impeditivo à aprovação do projeto de lei em análise, mas, ao contrário, consideramos louvável a presente iniciativa, sendo a mesma merecedora de aprovação por parte do Congresso Nacio-

nal pelos amplos benefícios que trará na construção de uma sociedade moderna e engajada no combate a todo tipo de preconceito.

Por essa razão, manifestamos nosso voto favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 282, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PSDB – MG)

– Em discussão o relatório do Senador Mão Santa sobre o Projeto de Lei nº 282, de 2004.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PSDB – MG)

– Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Há algum tempo, ouvi do nosso Senador Mão Santa algumas discussões na tribuna sobre o caso da psoríase. Eu mesmo ocupei a tribuna para fazer um pronunciamento a respeito dessa doença e de todo esse aspecto negativo que o Senador Mão Santa, como médico, pôde expressar no seu relatório.

Penso que a importância desse Dia de Combate à Psoríase é o objetivo, provavelmente, de mostrar à população do que se trata, com toda essa vocação do seu relatório para que não haja esse preconceito contra essa doença, por ela não ser transmissível.

Digo isso porque minha senhora tem psoríase desde os 14 anos e sempre conseguiu vencer qualquer tipo de dificuldade quando a doença se assenta. Ele tem mais um fundo psíquico, nervoso, do que propriamente do metabolismo. Penso que é isso, não é Senador Mão Santa? Ela tem a reação psíquica: com o *stress* ela aparece com mais força e traz essa consequência.

Provavelmente a ação clínica e psicológica que o Senador Mão Santa propõe no combate para o dia 29 de outubro penso que vem em boa hora. É uma doença que alcança, segundo os cálculos do Senador, mais de quatro milhões de brasileiros e brasileiras. Com isso, elas não têm propriamente um tratamento igual e um conhecimento público para que a doença possa ser respeitada, até porque ela não é contagiosa. Infelizmente, até hoje, a cura não foi descoberta.

Então, somos favoráveis à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Continua em discussão o relatório do Senador Mão Santa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 282.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Senador Flávio Arns, V. Exª tem a palavra para discutir.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, também quero me manifestar favoravelmente à instituição de um dia para esta questão.

A determinação de um dia, muitas vezes, é algo questionado e criticado por várias pessoas, em função de que haveria dificuldades e de que isso não seria propriamente uma tarefa do Senado Federal. Entretanto, quero dizer que isso é fundamental. É uma ocasião em que grupos importantes da sociedade têm a oportunidade de refletir, de discutir, de tomar posições, de alertar a sociedade, de conscientizar, de sensibilizar e de cobrar iniciativas do poder público seja municipal, seja estadual, seja federal. Então, a instituição de um dia, particularmente na questão da psoríase, é fundamental em termos de sensibilização e de conscientização.

Houve uma grande audiência pública aqui, na Comissão de Educação, com uma participação muito interessante e muito importante dos setores envolvidos. Nada mais justo e nada melhor que aprovarmos o projeto de lei para que todos esses trabalhos possam ter uma seqüência no Brasil de conscientização e de sensibilização da comunidade para esses fatos todos.

Então, também, com alegria, meu voto é pela aprovação do parecer do Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Continua em discussão. (Pausa.)

É importante ressaltar que foi realizada audiência pública para instruir esse projeto no dia 19/04/2005, também por solicitação do Senador Mão Santa. A matéria constou da pauta do dia 24/05/2005.

Portanto, não havendo mais quem queira discutir o assunto, vamos à votação nominal.

Inicialmente, serão as Srªs e os Srs. Senadores do Bloco da Minoria, PFL e PSDB.

Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL

– AC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Com o relator.

Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Com o relator.

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) –

Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Titulares do Bloco, no PMDB.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)

– Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) –

Senador Mão Santa. Voto conhecido, evidentemente.

Titulares do Bloco de Apoio ao Governo, PT, PSB, PTB, PL, PPS.

Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – RR) – Com

o relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o

relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Titulares do Bloco do PDT não estão presentes.

Portanto, foi aprovado por unanimidade o relatório do ilustre Senador Mão Santa.

Passo a presidência ao Senador Roberto Saturnino para que possamos entrar no item nº 5, do qual sou relator.

Senador Roberto Saturnino, por favor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Por ser o mais jovem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Por ser o mais jovem em espírito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – O item 5 é o Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2004, que denomina Ordem do Mérito das Comunicações Jornalista Roberto Marinho a Ordem do Mérito das Comunicações. A autoria é do Senador Marco Maciel e o relator é o Presidente desta comissão, Senador Hélio Costa, a quem passo a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Na verdade, Sr. Presidente, sem nenhum reparo ao mérito da matéria, apresentei uma emenda por julgar que, no art. 1º, ela tinha de fazer referência ao Decreto nº 87.009, de 15 de março de 1982, que institui a Ordem do Mérito das Comunicações. Portanto, fiz uma emenda que passou a ter a seguinte redação:

Art. 1º. A Ordem do Mérito das Comunicações, de que trata o Decreto nº 87.009, de 15 de março de 1982, passa a denominar-se Ordem do Mérito das Comunicações Roberto Marinho.

A proposta do ilustre Senador Marco Maciel foi apenas uma questão de técnica legislativa, para que essa emenda pudesse se enquadrar rigorosamente no decreto que criou a Ordem do Mérito das Comunicações.

Cumprimento V. Exª, Senador Marco Maciel, pela lembrança de sugerir o nome do ilustre e saudoso jornalista Roberto Marinho à Ordem do Mérito das Comunicações.

Ninguém mais no século passado – evidentemente, nos últimos anos – fez jus a essa indicação, porque a verdadeira revolução da mídia no Brasil, principalmente da televisão aberta e, posteriormente, de todos os meios modernos de comunicação de massa deve-se, sem dúvida, em grande parte, ao gênio e à extraordinária capacidade empreendedora do jornalista Roberto Marinho.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, porque sei evidentemente que gostaria de se referir ao relatório que apresentamos.

Sinto-me muito honrado de ter contribuído para a proposta de V. Exª.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, desejo em rápidas palavras fazer dois registros: em primeiro lugar, nada tenho a opor, pelo contrário, acho que melhora a técnica legislativa a emenda do Senador Hélio Costa. Daí por que quero demonstrar já o meu total assentimento ao acolhimento da emenda.

Sempre que apresento uma proposta, tenho ao final colocar “sei que a proposição será melhorada pelo exame dos Pares”, porque isso sempre ocorre. Dois olhos podem ver bem, mas quantos mais olhos melhor.

Em segundo lugar, subscrevo o que V. Ex^a disse a respeito do jornalista o Dr. Roberto Marinho. Ele realmente teve no século XX, o grande século da explosão das comunicações no mundo, um papel proeminente. Mas do que isso, ele teve também uma visão de Brasil que ajudou a projetá-lo, inclusive, no exterior.

Portanto, ele foi mais do que um jornalista e empresário. Foi, eu poderia dizer, um homem republicano. Ele possuía o que Machado de Assis disse certa vez, naturalmente referindo-se a outro personagem, um sentimento de nacionalidade. Ele amava o País e procurou fazê-lo maior.

Daí por que quero dizer a V. Ex^a que fico satisfeito em ver esse projeto acolhido. Com isso, estamos homenageando alguém que merece esse reconhecimento, sobretudo por se tratar de uma Ordem que, diferentemente das outras, não tem um patrono. Daí por que não estamos desalojando – jamais eu faria um projeto nesse sentido – qualquer outra ilustre personalidade da vida pública brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT-RJ) – Continua em discussão o relatório do Senador Hélio Costa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Tem a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu gostaria de cumprimentar o Senador autor da proposta, Marco Maciel, que, com a sua vocação democrática e humanística, sempre faz com que se vote cegamente em seus projetos.

Mas a proposta tem em si partes emocionantes na exposição de motivos. Vi o pronunciamento de Roberto Civita, do Grupo Abril, do Presidente Jorge Bornhausen, do Senador Antonio Carlos Magalhães, do Senador Jefferson Péres e, inclusive, de Leonel Brizola, que declarou ter tido divergência por diversas vezes com Roberto Marinho. Conversando com Roberto Marinho, ele me disse dessas divergências com Leonel Brizola. Brizola disse: “era um homem do qual podíamos discordar, e muitas vezes o fizemos, mas que, no curso de sua vida, mereceu a admiração de todos”.

Essa é uma homenagem correta. Recentemente, propus – V. Ex^a inclusive foi um dos oradores – uma homenagem à TV Globo pelos 40 anos. A imagem de Roberto Marinho é praticamente um símbolo do jornalismo, de um jornalismo histórico, pela evolução e participação ativa dentro de uma redação de jornal. Projetou a televisão como uma das coisas mais importantes do País, inclusive na parte da criação da telenovela, que hoje é uma concorrente clara do cinema.

Parabéns, Senador Marco Maciel! Parabéns, Senador Hélio Costa, pelo relatório que fez.

Nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT-RJ) – Continua em discussão o parecer do Senador Hélio Costa.

Se ninguém mais desejar discutir, vamos passar à votação nominal.

(Procede-se à votação.)

O projeto foi, por conseguinte, aprovado por unanimidade.

Volto a Presidência ao seu titular, Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino.

Vamos ao Item nº 6 da pauta. Projeto de Resolução do Senado nº17/2004. Dispõe sobre o estágio remunerado de estudantes universitários nos gabinetes do Senado Federal. O projeto é de iniciativa do ilustre Senador Valdir Raupp, que se encontra presente. O Relator é o Senador Edison Lobão.

Como o projeto já passou por duas reuniões da Comissão de Educação. Certamente, esta é a terceira inclusão em pauta na Comissão de Educação. Temos que votá-lo. Peço ao Senador Romeu Tuma, que como 1º Secretário da Casa deve estar envolvido diretamente na concepção desse projeto, que o relate em nome do Senador Edison Lobão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Resolução nº 17, de autoria do Senador Valdir Raupp, estipula, em seu art. 1º, que o estágio de estudantes de educação superior no Senado Federal poderá ser feito nos gabinetes parlamentares em Brasília ou nos escritórios parlamentares dos Estados.

O art. 2º da proposição determina que, no âmbito dos gabinetes e escritórios parlamentares, a supervisão do estágio será exercida pelos chefes de gabinetes, que zelarão pelo respeito às normas pertinentes, de modo especial as contidas na Ato da Comissão nº19/2001.

Já o art. 3º estabelece que o órgão central de coordenação e execução providenciará a alocação dos recursos orçamentários necessários ao cumprimento do que dispõe a resolução.

Por fim, o art. 4º contém cláusula de vigência, que é a data de publicação da resolução.

O Relator, o nobre Senador Edison Lobão, cita toda a legislação pertinente ao estágio de estudantes. Diz claramente que toda essa legislação, com efeito, não veda a destinação de estagiário para os gabinetes

parlamentares, embora a Administração da Casa não adote tal procedimento.

Acredito que vem em boa hora pela falta de local de estágios para aqueles que se foram ou que estão cursando a faculdade e não têm condições de fazer o estágio, que é obrigatório pela Lei de Diretrizes.

Em vista disso, o voto do Senador Edison Lobão é favorável à aprovação da Resolução nº17, com a qual concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem.

Continua em discussão o Projeto de Resolução nº17, de autoria do Senador Valdir Raupp.

V. Exª deseja falar, Senador Flávio Arns?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Gostaria de fazer uma observação, dizendo que concordo também com o mérito do projeto, que é importante. Só perguntaria ao Senador Valdir Raupp por que não existe a possibilidade, conforme prevê a Lei nº6.494, e está colocado no relatório do Senador Edison Lobão, de ampliação do estágio também para alunos do ensino médio, de educação profissional e de escolas de educação especial, inclusive a pessoas portadoras de surdez, de cegueira, e até a alunos da Apae, que poderiam também estagiar aqui no Senado Federal. Porque o estágio é permitido apenas para os alunos que freqüentam cursos de educação superior, objeto do projeto de resolução.

Assim, haveria uma alteração do art. 1º: estágio remunerado de estudantes de estabelecimentos de ensino superior, de ensino médio, de educação profissional ou de escolas de educação especial. E repetiríamos aquilo que está escrito na Lei nº6.494.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Já está citado no relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Exatamente, está citado no relatório.

Seria muito interessante. Naturalmente, existe o mérito para quem está num estabelecimento de ensino superior, mas sabemos que é um drama também para o pessoal do ensino médio, para quem está em programas de educação profissional, e a lei prevê que isso possa ser feito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador, como Relator *ad hoc*, posso pedir vista, para que, com o Senador Valdir Raupp e com o Senador Flávio Arns, possamos alterar?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Na realidade, Senador Romeu Tuma, V. Exª, como Relator *ad hoc*, não pode pedir vista. Quem tem que pedir vista é o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Se o Senador Valdir Raupp concordar, também concordo.

É bom, creio que podemos aprimorar. Se o Senador Valdir Raupp concordar, ficaria o estágio, e repetiríamos o que está na lei: o estágio remunerado de estudantes em estabelecimentos de ensino superior, de ensino médio, de educação profissional, e de escolas de educação especial, que é o texto que consta do relatório. O resto ficaria igual.

Ampliaríamos a expressão. E assim abriríamos, pelo menos, a possibilidade para estudantes de ensino médio, de educação profissional e de educação especial, além do ensino superior.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – (*Inaudível*) a Medida Provisória nº2.164.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Exatamente! Até me lembro bem desse debate.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Poderia repetir o texto da legislação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, como é uma proposição para aprimorar, para melhorar o projeto, é claro que sou plenamente favorável. E, se puder já ficar inserido no contexto do projeto, podemos votar já dessa forma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Depois da votação, de acordo com a proposta do Senador Arns, como Relator *ad hoc* posso aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – O Senador Flávio Arns tem que formalizar a emenda, Senador Romeu Tuma, passando a V. Exª, que é o Relator *ad hoc*, para que possamos, ainda agora, aprová-lo. Nesta mesma reunião evidentemente. E, até o final da nossa reunião, estaremos com o texto pronto para aprovação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O texto é a repetição da legislação em vigor, pelo que entendi do Senador Flávio Arns e com a concordância do Senador Valdir.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – V. Exª me fez lembrar dos meus primeiros anos de estudante nos Estados Unidos, Senador Raupp, porque uma das primeiras visitas que pude fazer à época foi ao Senado dos Estados Unidos, onde existe a figura do *page*. O que é o *page*? É exatamente o estagiário, o estudante, que fica no gabinete do Senador americano, remunerado, diga-se de passagem, para que possa aprender a técnica legislativa, *in loco*, com o próprio Senador. Então, V. Exª teve uma técnica excepcionalmente interessante, aprimoradíssima pela sugestão do Senador Flávio Arns, cobrindo, na realidade, todos os níveis, até o ensino médio, evidentemente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Senador Valdir Raupp pede uma abrangência maior para ocupação de cargos de estagiários, que o Senado já tem mas não coloca nos gabinetes de Senadores e nem

nos escritórios, só coloca nas comissões e nas assessorias da Casa. Então, ela não tem essa possibilidade e não o faz, apesar de a lei o permitir. A Resolução nº 17 pede para que essa resolução seja obrigatória, se é que eu entendi o projeto.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Recebi inúmeras reclamações dos estagiários, porque eles gostariam de estagiar nos gabinetes, de aprender um pouco mais da vida do parlamentar dos Senadores. Foi por isso que tive a idéia de apresentar esse projeto.

Quero agradecer ao Relator Edison Lobão, pelo parecer favorável, ao Relator **ad hoc**, Senador Romeu Tuma, e ao Senador Flávio Arns, pela sugestão de aprimoramento do projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Vou submeter, portanto, à votação o parecer do Relator **ad hoc**, Senador Romeu Tuma, que tem a emenda do Senador Flávio Arns com parecer favorável.

Portanto, fica submetido à votação não só o relatório apresentado pelo Relator **ad hoc**, Senador Romeu Tuma, como também a emenda apresentada.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Antes de passarmos ao próximo item, temos que votar, na realidade, emenda de minha autoria que fez a observação técnica no projeto de lei de resolução que foi apresentado pelo Senador Marco Maciel. Nós, na verdade, não votamos a emenda que fez a modificação sugerida, denominando Ordem do Mérito da Comunicações Jornalista Roberto Marinho a Ordem do Mérito das Comunicações.

Em votação a emenda apresentada, que foi absorvida pelo Relator, mantendo, evidentemente, o voto de todos os Srs. Senadores.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Temos um item extrapauta, a pedido do Sr. Senador Leonel Pavan, que diz respeito à concessão da Rádio Continental Ltda, da Rádio Floresta Negra Ltda, da TV O Estado de Florianópolis Ltda, Fundação Universidade Contestado **Campus** da Concórdia, Fundação Cultural de Joinville e Sistema Interativo de Comunicação Ltda.

Todas estas propostas foram aprovadas no início da nossa reunião de hoje como extrapauta.

Passo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan, para que possa, resumidamente, apresentar as razões do seu parecer.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, conforme já lemos os nomes anteriormente

e tivemos aprovação, para que pudéssemos colocar em pauta, eu apenas queria ler em conjunto, para que tivéssemos uma votação única, se for possível. Seria o Projeto Legislativo nº 38, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Joinville para executar o serviço de radiodifusão, bem como também o Projeto Legislativo nº 15, que...

Sr. Presidente, V. Ex^a permite que eu leia todos em uma votação única ou tem que ser individual? (Pausa.)

Então lerei individualmente.

Então, queremos dizer que somos favoráveis à Fundação Cultural de Joinville, que outorga permissão para as atividades de difusão sonora, à Rádio Floresta Negra, também de Joinville, que outorga permissão ao Sistema Interativo de Comunicação de radiodifusão sonora, de Laguna, também renova a concessão à TV O Estado de Florianópolis. Também somos favoráveis à renovação de concessão à Sociedade Rádio Continental de Coronel Freitas, bem como a outorga de permissão à Fundação Universidade do Contestado, **campus** de Concórdia, Santa Catarina.

Eram esses os nossos pareceres, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem, eu pergunto às Sr^{as} e aos Srs. Senadores se concordam com o parecer apresentado pelo Senador Leonel Pavan, de acordo com o voto que colhemos individualmente, no momento em que estávamos no início da nossa reunião, aprovando todos os relatórios apresentados pela manhã dos projetos de decreto legislativo.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Recebi, agora, uma pesquisa, em primeira mão, da Sensus, que mostra que o Presidente Lula caiu na sua avaliação pessoal de 60,9% para 57,4%. Também diz aqui que 41% dos entrevistados, contra 35% no ano passado, dizem estar inadequada a condução da política econômica do atual Governo.

Com relação à questão da área social, 42,8% dizem que está inadequada a condução da política social do atual Governo, contra 33% no passado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Leonel Pavan, concedi a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É apenas para comunicar ao povo brasileiro que o Governo está errado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – V. Exª deve se ater ao assunto que estamos discutindo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ótimo, Sr. Presidente. Queria deixar relatada essa questão do Brasil, inclusive com relação ao salário.

Sobre a questão da CPI, 86% querem a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente. Na sessão que começa às duas horas da tarde, V. Exª com certeza vai poder falar sobre esse assunto.

Aqui vamos nos ater às questões que estamos discutindo na Comissão.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senadora Ideli Salvatti, faço a comunicação de que amanhã, às 10 horas da manhã, teremos uma reunião da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, sob a Presidência do ilustre Senador Sérgio Cabral, para que possa ser apresentada a pauta de assuntos a serem discutidos na Subcomissão.

Às 11 horas, estamos convidando as Srªs e os Srs. Senadores para a reunião da Subcomissão de Ciência e Tecnologia para a instalação dos trabalhos deste ano e, evidentemente, a escolha do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu já fui informada de que V. Exª já comunicou à Comissão a resposta do Ministro Tarso Genro para vir a esta Comissão. V. Exª me havia feito o apelo, eu fiz o contato telefônico e, como eu estava relatando um projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, não tive oportunidade de estar aqui quando V. Exª comunicou à Comissão a disposição de o Ministro de vir, mais uma vez, a esta Comissão para debater esse assunto tão importante. Inclusive, creio que o anúncio da vinda do Ministro é mais relevante, tendo em vista que profundas e significativas alterações foram feitas no pré-projeto da reforma universitária. E estamos com bastante expectativa de poder fazer um bom debate na vinda do Ministro, e poder, dessa forma, ainda continuar aperfeiçoando o projeto. Esperamos que, efetivamente, até lá, nós já tenhamos em tramitação no Congresso Nacional, o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), que é a nossa grande expectativa, para poder acoplá-lo a essa reforma universitária, e, inclusive, com a am-

pliação da obrigatoriedade de um ano a mais escolar para termos, ao invés de oito anos obrigatórios, nove anos obrigatórios no Ensino Fundamental.

Entendo que essas são medidas e questões extremamente importantes na evolução da nossa área educacional que vamos ter a oportunidade de apreciar com a vinda do Ministro Tarso Genro

Agora, eu só queria registrar, Sr. Presidente...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Até pedindo um aparte para a Senadora Ideli Salvatti, ficou para que dia sua presença?

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Dia 29.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Dia 29 de junho. Daqui a um mês, aproximadamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Certo.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E aí, Sr. Presidente, eu só queria dizer que foi uma pena V. Exª ter interrompido a questão feita anteriormente porque eu queria ver até onde ia a ordem, se ia chegar até determinados dados da pesquisa que dizem também que o Lula continua ganhando a eleição, derrota todos os candidatos, só o Serra é que pode, talvez, levar ao segundo turno. Então eu queria só saber até onde ia a tal da questão de ordem, que de ordem não era nada. Vamos para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Nós deixamos essa parte para V. Exª destacar, Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Está bem. Muito obrigada.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sobre educação, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Sobre educação.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Governo Lula só investiu 1,97% do Orçamento em educação até agora. Uma vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião, agradecendo a todos e desejando-lhes uma boa tarde.

(Levanta-se a reunião às 13h04min.)

Ata da 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 7 de Junho de 2005.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia sete de junho de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Cos-

ta e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, José Jorge, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Wirlande da Luz, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Augusto Botelho, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Romeu Tuma, Lúcia Vânia, Garibaldi Alves Filho, Luiz Otávio e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Teotônio Vilela Filho, José Maranhão e Sérgio Zambiasi. Justificam a ausência os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 090, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que “Introduz modificações na Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para obrigar as emissoras oficiais de televisão a veicular imagens de pessoas desaparecidas”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. A matéria é retirada de pauta, atendendo a proposta dos Senadores Demóstenes Torres, Hélio Costa e com a aquiescência do relator. **Item 04: Projeto de Lei da Câmara nº 011, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Luiz Bittencourt, que “Estabelece a obrigatoriedade de as companhias teatrais ou de atores que tenham obtido financiamento público ou incentivos fiscais previstos na legislação cultural federal vigente realizarem apresentação gratuita para as escolas públicas do ensino fundamental e médio”. O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o parecer pela rejeição é aprovado. **Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 056, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o parecer favorável é aprovado. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho para apresentar o seguinte requerimento: **Item 07: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Hélio Costa, Sérgio Cabral e Flávio Arns, que “De acordo com o que preceitua o art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeira

a realização de Audiências Públicas, no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social em conjunto com a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia e a Comissão de Educação, para debater a regulamentação dos arts. 221 e 222 da Constituição Federal, cujo Projeto de Lei encontra-se em elaboração no âmbito do Poder Executivo, com suporte no Decreto de 26 de abril de 2005”. O requerimento é aprovado. Dando prosseguimento a deliberação da pauta o Senhor Senador Hélio Costa reassume a Presidência e inicia a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada Sairé/PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sairé, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Beneficente Elshadday a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Recife, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Jamacaru – ACJ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Missão Velha, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural de Saudade do Iguaçu – Paraná a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Barra do Ribeiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que

autoriza a Associação de Integração da Comunidade de Três Lagoas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Stênio Congo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis.

Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Artística e Cultural de Ouvidor – GO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouvidor, Estado de Goiás”. O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Centro América Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso”. O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza o Conselho Comunitário do Arraial D’ajuda a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Seguro, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores do Município de Mirinzal – ASMOMI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirinzal, Estado do Maranhão”. O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Serra Redondense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Redonda, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legisla-**

tivo nº 118, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Quinze de Novembro – ASCOMOQUINNO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pentecoste, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho para relatar o seguinte item: **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 1317, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Manchester Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. Dando prosseguimento o Senhor Senador Hélio Costa reassume a Presidência. Nesse momento, o Senhor Senador Romeu Tuma requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2005, o que é aprovado. **Extra-Pauta: Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Nascente Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mongaguá, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2000 que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado, nº 136, de 2000, Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 004, de 2005 e Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2004**. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)
– Bom-dia Senhoras e Senhores, havendo **quorum** regimental, iniciamos a 21ª reunião extraordinária da 3ª

Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, hoje 7 de junho de 2005.

Vamos, inicialmente, às proposições com respeito às emissoras de rádio e de televisão.

Vou, primeiro, pedir ao Senador Demóstenes Torres que, à pág. 62, relate o Item nº 8.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito bem.

Em discussão o relatório sucinto, breve, absolutamente curto do Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos ao próximo item.

Senador Marco Maciel, à pág. 9, Itens 1 e 2.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 2005 aprova ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada, Sairé, Pernambuco, Município da Zona do Agreste no meu Estado, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sairé, do Estado a que me referi e que tenho a honra de representá-lo aqui nesta Casa.

Meu parecer, Sr. Presidente, é favorável.

O mesmo poderia dizer, Sr. Presidente, com relação ao Item nº 2, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Beneficente Exandêi a executar o serviço de radiodifusão comunitária cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

O meu parecer é igualmente favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Marco Maciel. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos ao próximo item.

Senador Jonas Pinheiro, pág. 69.

Peço que V. Ex^a relate o Item nº 9.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta aqui é a renovação da outorga à Televisão Centro-América de Cuiabá. Esta televisão é a pioneira do Estado de Mato Grosso, ainda quando Mato Grosso não era dividido, e a TV Centro-América, além de prestar um grande serviço a Mato Grosso, obedeceu a todos os requisitos legais para a sua renovação.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão o relatório do Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo vamos ao próximo item.

Senador Edison Lobão, pág. 83.

Por favor, relate o Item nº 11.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, trata-se de decreto legislativo que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores do Município de Mirinzal, no Maranhão, a executar serviço de radiodifusão comunitária da cidade de Mirinzal.

Como não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza esta associação a executar o serviço de radiodifusão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão o relatório do Senador Edison Lobão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, ao próximo item.

Vou pedir ao Senador Flávio Arns que, à pág. 33, relate o Item nº 4.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O Item 4 se refere à Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural de Saudade do Iguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária naquele Município.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão o relatório do Senador Flávio Arns. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos ao próximo item.

Vou pedir ao Senador Valdir Raupp que, à pág. 25, possa relatar o Item nº 3, em que o Senador Reginaldo Duarte é o Senador-Relator, mas não estando presente peço a V. Ex^a que faça o relatório **ad hoc**.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Como Relator **ad hoc**, Sr. Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão o relatório do Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos ao próximo item.

Vou pedir ao Senador Gerson Camata que relate o Item nº 12, de autoria do Senador José Maranhão, que não se encontra presente.

A matéria está na pág. 90, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se da autorização para a Associação Comunitária Beneficente Serra Redondense executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Redonda, Estado da Paraíba.

O relatório é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão o relatório do Senador Gerson Camata.

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos ao próximo item.

Senador Flávio Arns, vou pedir a V.Ex^a que relate o Item nº 5, que é de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que não se encontra presente.

Esse item está na pág. 40 da nossa pauta de trabalho do dia de hoje.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O relatório do Senador Sérgio Zambiasi é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Flávio Arns, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi.

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos ao próximo item.

Vou pedir ao Senador Augusto Botelho que relate os Itens 6 e 7. O Relator é o Senador Delcídio Amaral, que não se encontra presente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Aprova ato que autoriza a Associação de Integração da Comunidade de Três Lagoas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul.

O parecer do Senador Delcídio Amaral é favorável.

Eu, Relator **ad hoc**, também sou favorável.

Item 7. Aprova ato que outorga permissão à Fundação Stênio Congro para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Aparecida da Taboado, Estado do Mato Grosso do Sul.

O Senador Delcídio Amaral deu parecer favorável e eu também, como Relator **ad hoc**, sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Augusto Botelho.

Não havendo quem queira discuti-los, vamos ao próximo item.

Vou pedir ao Senador Marco Maciel, por favor, pág. 76, Item nº 10, apresente o relatório, como Relator **ad hoc**, em substituição ao Senador César Borges.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2005, tem o objetivo de submeter à aprovação desta Casa o ato que autoriza o Conselho Comunitário do Arraial da Ajuda a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Seguro, Estado da Bahia.

Meu parecer, Sr. Presidente, face às informações recebidas, é favorável à aprovação da referida proposição.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) –

Em discussão o relatório do Senador Marco Maciel.

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos ao próximo item.

Peço ao Senador Lobão que, por favor, relate o Item nº 13. Esse item está na pág. 97 e é de autoria do Senador Tasso Jereissati, que não se encontra presente.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou a violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Quinze de Novembro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pentecostes, no Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) –

Em discussão o relatório do Senador Edison Lobão.

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos ao próximo item.

Passo a Presidência da Comissão ao Senador Augusto Botelho, para que eu possa relatar o Item nº 14.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Eu designo o Senador Hélio Costa para relatar o Item nº 14.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, o Item nº 14 é o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Manchester Ltda. de Juiz de Fora, Minas Gerais, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

O relatório é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Em discussão o relatório do Senador Hélio Costa.

Passo novamente a Presidência ao Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito obrigado, Senador Augusto Botelho.

Vou passar a palavra ao Senador Romeu Tuma, que está pedindo a palavra pela ordem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Gostaria de pedir a V. Ex^a que, se e pudesse, incluir extrapauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2005, que outorga permissão à Nascente Comunicações Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão na cidade de Mongaguá, no meu Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em princípio, vou submeter à aprovação do Plenário o

Requerimento do Senador Romeu Tuma para inclusão em pauta extra a aprovação do Decreto 217.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Imediatamente, passo a palavra ao Senador Romeu Tuma para que ele possa ler o seu relatório.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O projeto aprova e outorga permissão à Nascente Comunicações Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mongaguá. Examinamos toda a documentação, corretamente apresentada. Portanto, somos favoráveis à sua aprovação, visto que já há aprovação originalmente na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador Romeu Tuma.

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos à votação nominal de todos os itens, cujos relatórios foram lidos nesta manhã na nossa reunião. Inicialmente, os titulares do Bloco da Minoria, PFL e PSDB, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Titulares do PMDB. Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Com o Relator, com o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Titulares do Bloco de Apoio ao Governo, PT, PSB, PTB, PL e PPS.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Flávio Arns. Com os Relatores, Sr. Presidente.

Titular do PDT, Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Aprovado por unanimidade. Pergunto se o Plenário concorda com alguma emenda que possa ter sido incluída nos processos.

Os Srs. Senadores que são a favor permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos agora à nossa pauta estabelecida para a reunião de hoje, da Comissão de Educação.

Passamos inicialmente ao Item nº 1.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Pela ordem, o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu, na realidade, gostaria de solicitar a V. Ex^a que iniciasse pelo Item 3, porque vou pedir vista. Então, gostaria, se V. Ex^a pudesse iniciar pelo Item 3, de fazer algumas observações e pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Submeto ao Plenário a proposta de inversão de pauta do Senador José Jorge.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos, então, para o Item nº 3 da Comissão de Educação.

Decisão terminativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2005, que altera o Inciso III do art. 36 da Lei 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para inserir o estudo da Filosofia e da Sociologia nos currículos do Ensino Médio. O Senador Relator, Paulo Paim, não se encontra presente e a autoria é do Senador Alvaro Dias. Evidentemente, temos de adiar. É a praxe da Comissão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer algumas observações. Na realidade, na semana passada, discutimos rapidamente esse projeto, depois ele foi retirado de pauta. Esse projeto tem a idéia de incluir duas matérias, Filosofia e Sociologia, no Ensino Médio. Isso é um assunto antigo, vive sendo discutido. Quando a Lei de Diretrizes e Bases foi elaborada teve uma discussão muito ampla no Brasil inteiro, demorou dez anos para ser aprovada. Inclusive, teve um primeiro projeto da Câmara, esse

projeto foi enviado pelo Senado, na época, o Senador era o Senador Darcy Ribeiro, um grande sociólogo, um grande político, que elaborou um projeto que mudava muito da Câmara. Posteriormente, esse projeto dele foi para a Câmara, na época, eu era Deputado e fui o Relator. Então, tinha dois projetos completamente diferentes, o da Câmara e o do Senado. Tivemos, então, de elaborar esse que hoje está em vigor. Naquela época, o Senador Darcy Ribeiro, havia muito **lobby**, digamos assim, para se incluir disciplinas na LDB. O Senador Darcy Ribeiro era radicalmente contra se incluir, como também sou, não tão radicalmente como ele, mas também acho, porque isso é uma atribuição dos sistemas dos Conselhos Nacionais, dos Conselhos Estaduais, etc., mas ficam sempre insistindo em incluir essas disciplinas. Essa questão da Sociologia e da Filosofia... Inclusive, já teve um projeto aprovado aqui que, no Governo passado, foi vetado. Esse certamente, se for aprovado do jeito que está, será vetado, apesar de que o Ministério não está, a meu ver, dando o acompanhamento correto a esse projeto. Inclusive, na semana passada, a Senadora Ideli Salvatti prometeu que os Assessores do Ministério viriam me procurar para discutir o projeto. Passei a semana toda aqui esperando, não fui nem a Recife, fiquei o fim de semana aqui e ninguém me procurou. Falei com a Senadora Ideli, perguntei a ela, que disse: pode ficar tranquilo que alguém vai procurá-lo, fiquei tranquilo, mas ninguém me procurou.

Na realidade, Sr. Presidente, nem a Porto de Galinhas eu fui, fiquei esperando aqui a semana toda, só não procurei os Assessores, primeiro, porque não sei quem são; segundo, porque teve muito problema no final de semana com a questão do mensalão, com a questão chamada “Operação Abafa” da CPI. Fiquei muito ocupado, mas sempre disponível o final de semana inteiro.

O que vejo aqui neste Projeto é que existe no art. 36 da LDB, que é esse que ele está querendo alterar, no Item nº 3, § 1º:

“Domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania.”

A Filosofia e a Sociologia já estão incluídas na LDB não como uma disciplina, mas já com seu conteúdo. Gostaria de pedir vista, já que não vai ser votada, deixo para pedir na próxima vez, para que pudéssemos encontrar uma forma de atender a essa idéia de que os alunos aprendam sociologia e filosofia, que eu também sou favorável, é ver não o Item 3 do artigo, mas o Item 3 do § 1º de forma que se solicitasse ao Conselho que regulamentasse, que encontrasse formas diferenciadas de fazer com que esse ensino seja feito.

Para isso é preciso que o Ministério participe, converse, para que possamos dar uma solução que seja de comum acordo, que não fique ninguém contra.

Sr. Presidente, deixo para pedir vista na hora em que estiverem aqui o Relator e o autor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito bem, então adiado para a próxima semana o Item nº 3, de autoria do Senador Alvaro Dias, cujo Relator é o Senador Paulo Paim.

Vamos ao Item nº 1, Relator Senador Gerson Camata, Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2004, que introduz modificações na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para veicular imagens de pessoas desaparecidas. Projeto do Senador Rodolpho Tourinho, Relator Senador Gerson Camata, a quem passo a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro sou um pouco avesso a esses projetos que regulamentam programas de televisão, horários. Há tantos projetos tramitando na Câmara e no Senado regulamentando as programações das televisões que se fossem todos aprovados, as emissoras de televisões poderiam dispensar seus diretores artísticos, diretores técnicos e deixar a programação por conta do Poder Legislativo de tanto projeto que tem, e talvez não haveria tempo para cumpri-los todos nas 24h do dia das estações de televisões. Entretanto, esse projeto do Senador Rodolpho Tourinho tem um envolvimento também social, profundamente humano. Fiz apenas uma emenda, porque ele anuncia como “emissoras oficiais”, eu coloquei “emissoras de televisão mantidas pelo poder público”, fica mais claro que emissoras oficiais, é uma emenda apenas de redação.

Peço a aprovação do projeto do Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão.

Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a mesma preocupação do Senador Gerson Camata. Participei de um encontro que a Abert fez aqui, no máximo em um mês. Lá catalogaram os projetos de lei, as Propostas de Emenda à Constituição que estão em tramitação aqui no Senado ou na Câmara. Se aprovados isso obrigaria a televisão a apresentar no mínimo 27h de programação diária, em relação a indígenas, ou em relação a afrodescendentes, ou a pessoas desaparecidas, ou a portadores de necessidades especiais. Quer dizer, todas matérias que isoladamente são relevantes, mas se formos aprovando, evidentemente que inviabiliza-

remos, de qualquer forma, a atuação, embora, é claro que por ser uma beneficiária do serviço público, tem que apresentar sua contraprestação.

Mas vou votar com o Senador Gerson Camata, do jeito que S. Ex^a disse, relatou. Mas é uma preocupação, assim como a preocupação que acaba de externar o Senador José Jorge. Quantas vezes não temos aqui uma preocupação de incluir uma disciplina no currículo, línguas estrangeiras, isso ou aquilo, mas é mais uma atribuição do Ministério.

Se ficarmos, através de um projeto de lei, fazendo isso aleatoriamente daqui a uns dias vamos diminuir a carga horária de Português, de Matemática, disso ou daquilo, para que as novas disciplinas sejam introduzidas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pois não, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É o mesmo caso da questão das cotas. Só nós aqui, desde que sou Senador, de cotas nas universidades já aprovamos mais de 100%.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Com certeza.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Porque a cada dia vem para um critério diferente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Justamente.

Então, vou votar, como é que vamos votar contra um projeto que obriga as televisões comerciais a colocarem ali pessoas desaparecidas?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Só as oficiais, as mantidas pelo Poder Público.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Justamente.

Como é que podemos ser contra um projeto dessa natureza, isoladamente? Agora, esses projetos deveriam tramitar numa globalidade que permitisse que esses serviços fossem prestados, mas que, ao mesmo tempo, não inviabilizássemos a atuação de televisões comerciais, etc.

Digo e repito, não tenho preocupação nenhuma se vamos tomar ou não espaço de quem quer que seja, mas se todos os projetos forem aprovados, vamos ter veicular 27 horas por dia. Infelizmente, só temos 24 horas.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Queria usar da palavra como Senador até por ser do ramo, para manifestar a minha opinião.

Na verdade, o projeto é inteligente, precisa ser aprovado. É muito claro, está-se referindo especifica-

mente às emissoras públicas que saem do ar num determinado momento, não ficam a noite inteira.

E como todo e qualquer entendido em comunicação sabe, um transmissor de televisão acima de 20 quilowatts não pode ser desligado de uma vez numa chave – pluf, desligou o transmissor –, tem que desaquecer.

Então, evidentemente, que as emissoras americanas fazem isso com muita propriedade há muitos anos. De madrugada, na hora em que vai fechar as suas operações, ao invés de créditos ela passa uma série de fotografias de crianças, principalmente crianças desaparecidas, ao finalzinho da sua transmissão.

É perfeitamente normal que se faça isso no Brasil. É fundamental que se adote esse sistema, porque se não tiver lei não faz. Se ficar dependendo de Ministério mandar, ninguém cumpre. Tem que haver lei sim. Penso que é por aí, esse momento é importantíssimo para se apresentar isso.

Senador Camata, há cerca de cinco anos, ainda Deputado Federal, apresentei um projeto de lei rigorosamente nesse sentido. Lamentavelmente, cometeram o erro de não entenderem a minha proposta na Câmara dos Deputados. Era exatamente o que fez o Senador Tourinho. Primeiro, as emissoras oficiais que têm a obrigação de cumprir uma agenda pública, exclusivamente pública.

Ao sair do ar, fui um pouquinho além, determinava que era ao término das suas transmissões, ao encerrar as suas transmissões ela faria, enquanto desaquece, por assim dizer, o seu transmissor, uma série de transmissões de fotografias de crianças desaparecidas.

Penso que o serviço de televisão público não perde em absolutamente nada, Senador Demóstenes. Não se trata, evidentemente, de entrar no mérito aqui das emissoras particulares, das emissoras que têm comercial a apresentar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Permita-me, não sou entendido como V. Ex^a no assunto, mas, naturalmente, que até passar no final da programação, de madrugada, não vai resolver nada também.

De qualquer forma vou votar favoravelmente. Já disse que vou votar, porque penso que esses projetos têm ser trabalhados numa globalidade. É claro que todos são absolutamente meritórios. E não é só para a televisão pública, mas para a televisão comercial, que tem que ter a obrigação. Mas, à medida que votamos isso isoladamente, quem é que vai votar contra? Ninguém vai ser contra um projeto desse. Por mais altruísta que ela seja agora, acaba de uma forma ou de outra não estabelecendo uma política de comunicação.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – MG) – Presidente Hélio Costa, o Senador Tuma tinha....

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – O Senador Tuma tinha pedido a palavra anteriormente.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – MG) – Mas S. Ex^a sempre tem...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas eu espero, a sua voz é mais suave.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – MG) – Senador Tuma, por favor, estou aqui para ouvi-lo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só para acrescentar, acho que os dois têm razão, o Senador Hélio Costa e o Senador Demóstenes. Temos tido várias campanhas de crianças desaparecidas, não só através dos saquinhos de supermercados, como os **tickets** de pedágio hoje colocam crianças desaparecidas, e acho que é um projeto meritório. E o Relatório do Senador Camata é claro e inclusive faz uma correção numa emenda de redação, dando o aspecto legal de emissoras custeadas pelo Poder Público. Mas, talvez, fosse interessante Presidente Hélio Costa, juntar todos os projetos que dizem respeito à imposição às redes de transmissão de televisão para uma audiência, conforme propõe o Senador, para se discutir. É claro que é meritório, há um desespero pelas crianças desaparecidas e até pelo Estatuto das Crianças que tem uma obrigatoriedade. Então as televisões que têm uma responsabilidade do Estado nas suas programações que as façam, as tevês educacionais. Então somos favoráveis ao projeto, não afastando a possibilidade de uma discussão conjunta que é proposta pelo Senador Demóstenes.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Apenas para esclarecimento, Senador Tuma, neste momento, na Comissão de Educação temos apenas este projeto tratando desse assunto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E a convocação do Senador Demóstenes deu-me a impressão de que há outros em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Presidente Hélio Costa, Sr^{as} e Srs. Senadores, da mesma forma, repito o que disse há pouco o Senador Demóstenes, não podemos... ou por outra, temos que votar a favor desse projeto e a razão é muito simples, Senador Hélio Costa, a tecnologia utilizada pelas redes de televisão hoje é uma coisa tão fantástica que a aparição de imagens de pessoas desaparecidas no vídeo, hoje, pode se fazer concomitantemente com a programação normal, e acho até que deve ser feito dessa forma. Porque lembrou bem o Senador Demóstenes, naquela ocasião, em que V. Ex^a propôs o

projeto e, segundo entendi, reservando aqueles finais de transmissão. É verdade, já seria o importante. Mas, olhe, Senador Hélio Costa, com o desenvolvimento da tecnologia utilizada pelas televisões, assistimos jogos pelas redes e interativamente participamos de pesquisas de opinião ali na transmissão de jogos, isso não atrapalha a transmissão de jogos, não atrapalha qualquer programação das redes de televisão. Acho que é uma questão de utilidade pública de fundamental importância. E o projeto, da mesma forma, terá o meu voto favorável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Apenas um comentário final. Acho até que se não soubermos usar pode atrapalhar sim. Programação de televisão é uma coisa muito delicada e que pode representar perda de audiência qualquer alteração que se faz na grade de televisão. Acho que começa pela sugestão que foi feita pelo autor da proposta de que através de emissoras oficiais começa a se fazer um trabalho. Evidente, que dali para a frente tudo pode acontecer.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Senador, posso lhe oferecer uma sugestão como Presidente da Comissão, V. Ex^a evidentemente é um homem de comunicação e, mais ainda, um homem de televisão, que entende a fundo, se destacou na profissão, conhece bastidores, funcionamento não só no Brasil como no estrangeiro. Há essa alegação de que existem na Câmara e no Senado diversos projetos. Talvez V. Ex^a pudesse reunir, não só a Abert, mas todas as outras associações, Ministérios, para que pudéssemos tratar desse tema numa globalidade, quem sabe, embora só tenha um projeto na Comissão de Educação, mas outros devem ter efetivamente tramitando pelo Congresso Nacional, nas duas Casas, que V. Ex^a fizesse uma compilação desses projetos e, quem sabe, não poderíamos discutir globalmente essa propostas e encontrar uma solução inclusive sobre, ou sob, melhor dizendo, o comando de V. Ex^a, que conhece do assunto, sabe perfeitamente. Então, poderemos usar, inclusive, a nova Subcomissão, presidida pelo Senador Sérgio Cabral, para que essas audiências, tudo isso possa ser analisado, sem inclusive tumultuar o trabalho da Comissão de Educação.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, tenho inclusive uma Proposta de Emenda à Constituição que regulamenta inclusive essas novas plataformas eletrônicas, como transmissão via satélite, cabos e outras formas. Penso que seria uma discussão realmente muito boa com a Abert e outras instituições, ouvir para a gente tomar uma deliberação,

como disse o Senador Demóstenes Torres, de uma forma global, inclusive nesses projetos. Porque a Constituição de 1988 não previa essas novas plataformas eletrônicas. E o que pretendemos, inclusive, é colocar no sistema jurídico nacional, ou seja, na Constituição, é como a regulamentação dessas novas plataformas eletrônicas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Na verdade, Senador Maguito Vilela, como as PECs não passam pela Comissão de Educação, elas são discutidas e votadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, queria pedir a atenção de V. Ex^a e dos Srs. e Sr^{as} Senadores, para a audiência pública que temos programada para amanhã, às 10 horas da manhã, aqui neste plenário, em conjunto com a Subcomissão de Cinema, para que possamos discutir a implantação da TV Digital no Brasil. Fiz até questão, Senador Maguito Vilela, de incluir entre os convidados a participar desta audiência pública o Sr. Amadeu de Paula Castro Neto, que é Presidente da Associação Nacional dos Operadores de Celulares. É exatamente em função do chamado 3G, que é essa nova tecnologia de transmissão de imagens seqüenciadas recebidas pelo telefone celular, que já existe no Japão, que já está chegando da Europa e que certamente aqui no Brasil já está em andamento, e sem nenhuma regulamentação. Então, a discussão que vamos fazer amanhã, sobre a TV Digital, que inclui também essas plataformas, ela é muito apropriada.

Queria até aproveitar a oportunidade para lembrar que estamos também convidando o Dr. Paulo de Tarso Lustosa da Costa, que é Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, que está perfeitamente inteirado de todas essas situações que estamos vivendo no momento. Convidamos o Sr. José Inácio Genaro Bizane, que é o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT, na próxima, convidaremos os representantes das outras associações, o Sr. Amadeu de Paulo Castro, conforme eu disse, representando as operadoras de celulares, o Sr. Rui de Sales Cunha, Presidente da Associação Nacional da Indústria Elétrica e Eletrônica, ABINEE, e o Sr. Ricardo Beneton Martins, Diretor da TV Digital da Fundação CPQD, Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Telecomunicações.

Penso que é uma excelente oportunidade que vamos ter amanhã de fazer uma boa discussão sobre a implantação da TV Digital no Brasil.

Com respeito a esse item e essa sugestão, evidentemente que podíamos apresentar um recurso durante a discussão em plenário, uma vez que essa matéria é terminativa aqui nesta comissão. No momento em que estamos discutindo, vamos votar essa matéria

e, automaticamente, ela está aprovada. Cabe recurso, evidentemente, com onze Senadores no plenário, que poderemos fazer.

Portanto, lamentavelmente, não temos como influenciar, de forma alguma, na tramitação de uma matéria, uma proposta semelhante na Câmara dos Deputados.

Então eu, na verdade, sugeriria que pudéssemos retirar de pauta esse item, para que, na próxima semana, a gente venha com uma sugestão que contemple todas as propostas existentes, ou no Senado ou na Câmara dos Deputados, mas que possa evidentemente acertar as bases dessa idéia inteligente, que acho que vale a pena ser um pouquinho explorada para que possamos melhorar ainda mais o seu conteúdo.

E pergunto ao Senador Gerson Camata se ele concorda com a sugestão.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, concordo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito bem. Então, vamos retirar de pauta. Tanto o Senador Gerson Camata, que é o Relator, tanto eu, na condição apenas de colaborador nesse processo, vamos apresentar, o Senador Geraldo Mesquita, se quiser, evidentemente, participar e todos os demais Senadores e Senadoras, uma sugestão para a próxima semana. Portanto, voltamos a tratar do assunto na semana que vem.

Vamos, então, ao Item nº 2.

O Relator, Senador Juvêncio da Fonseca, não se encontra presente.

A Senadora Ideli Salvatti, autora do Requerimento, também não se encontra presente. O item nº 2, fica, então, automaticamente, adiado para próxima reunião.

O Item nº 3 já passou – atendendo à solicitação do Senador José Jorge.

Passamos, agora, ao Item nº 4 cujo Relator é o ilustre Senador Demóstenes Torres.

A Presidência apenas anuncia o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2005, que obriga companhias teatrais e autores que tenham obtido incentivos fiscais, a fazerem apresentações gratuitas em escolas do ensino fundamental e médio. É uma proposta do ilustre Deputado Luiz Bittencourt que, ao que me parece, é, também, um Deputado do Estado de Goiás.

Sendo o Senador Demóstenes Torres o ilustre representante do Goiás, foi designado Relator.

Passo, então, a palavra a V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, este é um projeto que eu gostaria que V. Ex^{as} pres-

tassem atenção no espírito dele. É um projeto que, aparentemente, é muito bom. Quem é que pode ser contra um projeto que obriga companhias teatrais ou autores beneficiados, Senador Sérgio Cabral, com financiamento público ou incentivos fiscais a realizarem apresentação gratuita para as escolas públicas de ensino fundamental e médio? E mais: ele prevê que o órgão competente do Governo Federal, do Poder Executivo, deve divulgar, semestralmente, nas escolas de ensino fundamental e médio, a relação das peças teatrais que se enquadram na proposição. Além disto, os órgãos federais, estaduais e municipais devem estabelecer critérios de escolha das peças teatrais a serem apresentadas.

Então, fica logo definido que a intenção do autor é nobilíssima. É uma intenção muito boa. É uma intenção que quer fazer com que aqueles que recebam incentivos fiscais, especialmente e unicamente os atores ou as peças teatrais que recebem esses incentivos fiscais, que eles possam ir a esses estabelecimentos públicos do ensino fundamental e médio.

Muito bem. Primeiramente, é preciso dizer que ela é uma iniciativa inconstitucional porque obriga o Poder Público a estabelecer um cronograma, etc., e esta é uma atividade precípua da Presidência da República. Esse vício, então, é insuperável. Mas, ainda que ela fosse superável, ela, também, teria outro vício: como ela não se refere à Lei Rouanet – a Lei Complementar nº 95 – é claríssima. É uma nova lei que faz referência a um assunto já disciplinado a uma outra lei, ela deve complementar ou alterar, etc.. Também não age desta forma, mas isto é um vício formal que nós até poderemos superá-lo. Mas o pior disto é que, apesar da boa intenção, paradoxalmente, ao invés de incentivar, ao invés de proporcionar esses espetáculos, a proposição, na realidade, se bem entendida, se aplicada, ela pode inviabilizar os espetáculos teatrais. Nós vamos imaginar o seguinte: por que apareceu a Lei Rouanet? A Lei Rouanet apareceu porque as atividades de cinema, de teatros e outras atividades culturais não têm o recurso necessário para que elas possam se realizar sozinhas. Elas precisam que o Poder Público interfira e que o poder privado entre, também, com alguma contribuição e, para isto ela estabelece condições e estabelece uma contrapartida. A contrapartida pode ser a apresentação gratuita, pode ser a distribuição gratuita de bilhetes, pode ser a apresentação num horário especial, ou seja, existe uma contrapartida para quem recebe esses recursos e isto em forma de livro, de filme, etc. Agora, imaginem os senhores o seguinte: uma peça teatral que recebe um incentivo, o produtor, só para se ter uma idéia, precisa de que? Ele precisa de ator, de figurino, de sonoplastia, de iluminação, de cenário, de

teatro, de bilheteria, de segurança, são tantos detalhes, divulgação, etc. Isso só se torna possível em alguns casos, e, em outros casos nem se torna possível, se houver apresentação efetivamente no teatro.

Imaginem os Srs. o seguinte: Goiânia que é uma cidade, não vamos dizer fora do eixo cultural, mas que é uma cidade que não recebe tantos espetáculos como recebe Brasília. Se tivéssemos que obrigar essa companhia teatral a se apresentar gratuitamente numa escola de ensino fundamental ou de ensino médio, ela nunca mais apareceria com uma peça de teatro em Goiânia. Quer dizer, a população inteira ficaria prejudicada por isso. Porque diversos desses itens, talvez exceto bilheteria, todos teriam que ser reproduzidos na escola. E mais, sem o ambiente próprio do teatro, quer dizer, sem iluminação, sem sonoplastia, ou seja, tudo de uma forma bastante improvisada.

Outra coisa, isso poderia desincentivar, inclusive, a chamada meia-entrada, que existe em quase todos os Estados do Brasil. Por quê? E essa meia-entrada contempla não só peças teatrais, mas todas as atividades culturais, e contempla também não só as peças que recebem incentivos culturais ou recursos federais, estaduais ou municipais. A essas peças, todos os estudantes podem ter acesso. E mais, a Lei Rouanet já prevê essa contrapartida. Ela pode ser feita a critério do Ministério. E aí temos que dar confiança em quem financia. Se o Ministério libera o recurso, então ele estabelece qual a contrapartida. Pode ser a distribuição gratuita de bilhetes. Isso quer dizer o seguinte: O teatro pode não ir ao aluno, mas o aluno já pode ir ao teatro. Basta um aperfeiçoamento do Poder Executivo. Em tese, embora não esteja escrito exatamente o que pretende o autor da proposta, é, naturalmente, como a lei tem que ser mesmo genérica – o objetivo da lei é ser genérica, é contemplar. A lei não pode dizer, olha peça de teatro tem que ser apresentada na escola, ou isso ou aquilo. Isso é uma obrigação do Poder Executivo. Então, de sorte que votar contra o projeto. Vou votar contra porque ele é um projeto meritório, a intenção do autor é ótima, é excelente, só que se implantada, ela ter um efeito contrário. Então, votarei contra o projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Com a palavra o Senador Sérgio Cabral. Para discutir.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, o autor do projeto é o Deputado Luiz Bitencourt, do Estado de Goiás, um dos melhores Parlamentares que temos na Câmara dos Deputados. Eu o acompanho há muito tempo. Foi Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. É um homem extraordinário. Quando fui Presidente da Assembleia

do Rio de Janeiro, fizemos muitas ações em conjunto. Amigo do autor do relatório, esse brilhante relatório do Senador Demóstenes Torres, que foi, a meu ver, absolutamente correto no seu relatório. Eu começo de trás para a frente. O mérito, o desejo do Deputado Luiz Bittencourt é o melhor possível. Já tivemos, neste País, nas escolas públicas, dentro do currículo escolar, atividades culturais de excelente qualidade, isso dentro das escolas públicas. Eu estudei em escola pública, no primário, tínhamos aula de música, de atividades culturais. Hoje, certamente, o Deputado Luiz Bittencourt, imbuído e estimulado dessa ausência e precariedade de oferta cultural, sobretudo para as crianças das escolas públicas, pensou nesse projeto.

Mas, Sr. Presidente, hoje, e aqui falo como Presidente da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, junto com o Senador Demóstenes Torres, estamos discutindo, exatamente, como salvar o teatro brasileiro. Hoje, a Lei Rouanet é tão abrangente, atende à tantas demandas, e eu não critico, tem ajudado a tantos segmentos da atividade cultural, que o teatro brasileiro carece de uma lei específica para ele. Essa é a grande demanda do teatro brasileiro, que já chegou a esta Comissão, uma Comissão humana, a Comissão de Educação e que já está motivando a Subcomissão para promovermos uma audiência pública. Será objeto, inclusive, de um requerimento meu na próxima reunião da Subcomissão para promovermos uma reunião com produtores culturais, produtores teatrais, a crise de atores brasileiros, para discutirmos uma forma de financiamento do teatro brasileiro semelhante à Lei do Audiovisual, que deu uma possibilidade de vida ao cinema brasileiro, que, no início da década 90, todos eram céticos quanto à permanência da produção cinematográfica brasileira e hoje o cinema brasileiro é uma realidade cada vez produzindo mais e crescendo.

Temos até que discutir, porque há pontos da Lei do Audiovisual que caducam no próximo ano e já será objeto, inclusive, de uma outra audiência pública.

Portanto, o mérito do projeto é o melhor possível, mas ele, na prática, é absolutamente inviável.

Acompanho o Relator, o eminente Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Com a palavra, o Senador Geraldo Mesquita, depois o Senador Roberto Saturnino.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Estou aqui, diante de um expert de cinema e teatro, que é o Senador Sérgio Cabral, um brilhante Senador Relator, Senador Demóstenes Torres, que fundamentou muito bem o seu relatório, mas eu vou discordar dos dois. Vou discordar primeiro mencionando uma questão de interpretação, Senador Demóstenes.

V. Exª considerou impraticável, por exemplo, e V. Exª lembrou bem... Numa peça teatral, a produção dela é algo complicado, porque reúne atores, iluminação, cenário, etc.

O projeto e a ementa que estão à minha frente dizem o seguinte: estabelece obrigatoriedade das companhias teatrais que tenham obtido financiamento público ou incentivos fiscais, previstos na Lei (inaudível), realizarem apresentação gratuita para as escolas públicas do Ensino Fundamental e Médio.

Entendo que não há necessidade da peça teatral se deslocar para o ambiente da escola. Quando ele diz: para as escolas públicas, essa apresentação pode ser disponibilizada no ambiente teatral.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Neste caso, já há a Lei Rouanet. A Lei Rouanet já permite. Já estava previsto em Lei.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Então, é inócuo aqui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Se for para ir à escola, dobra o custo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Aí discordo. Mas o princípio que acho que V. Exª também admite e aceita é de que não custa nada. Por exemplo, uma peça teatral vai a Goiânia, quantas apresentações? Por que não uma apresentação no teatro para uma escola pública, para uma escola de Ensino Fundamental? Desde que isso signifique financiamento com recurso público ou inversão de incentivo fiscal...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Claro. Veja só, Senador: é o art. 3º, Inciso IV, alínea “a”, da Lei nº 8.313, de 1991, que é a Lei Rouanet. O citado artigo diz o seguinte:

Que poderá haver, entre outros, a distribuição gratuita e pública de ingressos para espetáculos culturais e artísticos, como uma das formas de estímulo ao conhecimento dos bens de valores culturais.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Mas não é dirigido às escolas de Ensino Fundamental?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pode ser, depende do Ministério. Se o Ministério disser: o senhor tem que fazer isso. Agora a Lei não pode dizer, porque a Lei tem que ser genérica. Então, essa distribuição gratuita pode ser para escola, pode ser para funcionário público, pode ser para trabalhador, pode ser para qualquer um.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Então, não se trata de discordar do projeto. É porque o projeto, neste caso, é inócuo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O projeto é inconstitucional.

Segundo, ele já tem essa disposição. Também interpretei dessa forma: se for para apresentar, já tem a distribuição gratuita e, se for para ir para lá, dobra o valor.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR(P-SOL – AC) – Aí concordo com V. Ex^a.

Nesse caso, acompanho o seu voto por considerar que o dispositivo é inócuo, por já existir dispositivo regulando a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Passo a palavra, agora, ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, muito brevemente vou acompanhar o Relator, cumprimentando pelo seu trabalho de exame e relatoria. Imagino quanto foi difícil ao Senador Demóstenes Torres dar esse parecer contrário. Mas as razões dele, a meu ver, estão absolutamente corretas. Tivemos, há pouco tempo aqui aquela audiência pública que mostrou à Casa e à Comissão a situação crítica que vive o nosso teatro hoje, não podemos acrescentar novas obrigações que poderiam, enfim, inviabilizar grande parte dos espetáculos teatrais que conseguem se realizar no Brasil, sabe lá Deus como.

Então, Sr. Presidente, quero manifestar o meu voto favorável e cumprimentar o Relator pelo seu esforço, e julgar, corretamente, o assunto, ainda que reconhecendo méritos no projeto original.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Quero, ao finalizar a discussão, cumprimentar o Senador Demóstenes pelo seu brilhante relatório. Na verdade, mais do que simplesmente o Relator, o Senador Demóstenes é o Vice-Presidente da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, cujo Presidente é o Senador Sérgio Cabral. A preocupação que S. Ex^a teve em deixar muito claro que, na realidade, os méritos dessa proposta são enormes. Porém, totalmente, a proposição é totalmente inadequada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite depois, apenas alguns comentários?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Ela vem colocando em risco, inclusive, a sobrevivência do próprio teatro que já é de uma fragilidade imensa.

Tivemos a preocupação de nas discussões que fizemos aqui, anteriores à criação da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, incluir o teatro, que sequer constava da Subcomissão. Então, a palavra teatro foi incluída, a atividade teatral foi prestigiada, na medida em que nós incluímos no próprio texto, no próprio nome de nossa Subcomissão o teatro, exatamente para poder ajudar no contexto de que, lamentavelmente, no Brasil, não temos a cultura de fazer de

fazer a cultura. Vejo que, antigamente, no meu tempo de estudante, de escola primária e secundária, cada companhia teatral que passasse por minha cidade, os atores, os diretores, as pessoas da companhia iam às escolas, até para convidar os alunos, para poder divulgar o teatro. Isso não acontece mais. Então, infelizmente, está faltando esse dever cultural também, que nós esperamos que todos aqueles que fazem teatro possam readquirir e reassumir para que o teatro leve uma empurrada, por assim dizer, para que possa ser melhorada a atividade teatral em todo o País.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só para acrescentar, eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a por essas palavras e dizer que a sensibilidade do Senador Demóstenes Torres fica sempre demonstrada, não só sob o aspecto humanístico dos seus relatórios, mas a sua capacidade jurídica de fazer uma análise perfeita para que aquilo que é nobre, mas que, infelizmente, fere a legislação, não se faça amanhã a possibilidade de o Governo vetar o projeto. Essa é a virtude, sempre permanente, do Senador Demóstenes Torres.

Eu me lembro, o Sr. falou aqui, quando era garoto, o teatro...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – O que não é muito tempo, não é Senador?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É contemporâneo, não é?

Mas eu, no início de minha carreira, como Delegado de Polícia, era obrigado a fazer vistoria nos locais de expressão artística para ver a garantia da segurança. Eu lembro que uma vez eu estava lá, na cidade de Tejuapá, na fronteira do Paraná, e fui ver um circo. O circo desfilava pela cidade para atrair as crianças para o espetáculo, e eles tinham um rasgo grande na lona, Senador Saturnino. E o escrivão disse: O senhor não pode autorizar. O sujeito coitado, a gente via que o circo era a sobrevivência dele. Eu perguntei: Quanto custa para costurar? Manda arrumar que eu mesmo pagarei. O teatro mambembe, que fez a revolução no Vietnã, foi levar ao conhecimento da população uma obra teatral, porque o artista gosta de se exibir, de apresentar, mas é uma coisa que custa caro. Hoje não podemos dizer que o teatro não tem economicamente a sua razão de exploração do espetáculo.

Acho que V. Ex^a tem razão.

Cumprimento o Senador Demóstenes Torres pela capacidade de poder conjugar, no seu relatório, todos esses sentimentos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Quando falo da cultura – e fazer teatro é parte disso –, Senador Demóstenes Torres, falo com a experiência da minha própria terra, a cidade de Barbacena, onde,

há vinte anos, surgiu um pequeno grupo de teatro chamado Ponto de Partida. Hoje, esse grupo teatral é um dos mais importantes do Brasil e já representou este País em mais de vinte países. Há cerca de três semanas, o Coral Meninos de Araçuaí e o grupo Ponto de Partido participaram da Semana do Brasil em Paris, na França. Esse grupo teatral da minha terra já rodou todos os países da América Latina, já esteve nos Estados Unidos e em quase todos os países europeus. É um sucesso! É algo extraordinário! Tudo em função, só e exclusivamente, do amor à Arte e de querer fazer teatro, o que resultou nessa extraordinária companhia teatral que é hoje o grupo Ponto de Partida. Assim, em termos de teatro, tudo é possível quando queremos.

O parecer é pela rejeição.

Submeto-o à votação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Uma vez que o Autor e o Relator do Item 5 não estão presentes, passamos ao Item 6, cujo Relator é o Senador Reginaldo Duarte, que é da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei nº 56, de 2005, que dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil e Israel e dá outras providências.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 56, de 2005, de iniciativa do ilustre Senador Marcelo Crivella, institui o Dia da Celebração da Amizade Brasil e Israel, a ser, anualmente, comemorado no dia 29 de novembro (art. 1º).

O art. 2º – Da Composição – preceitua que cabe ao Poder Executivo a adoção de medidas destinadas à difusão e à comemoração do dia que se pretende instituir.

Por fim, o art. 3º traz a cláusula de vigência: a partir da publicação.

Na justificativa correspondente, está registrado que a proposta pretende formalizar as comemorações da data em que se celebra a amizade entre Brasil e Israel, fomentando as relações de cooperação política, econômica e cultural entre os dois países em prol da maior solidariedade e integração.

Ademais, consigna-se o reconhecimento da importância para o Brasil de solidarizar e aprofundar suas relações com o Estado de Israel, não apenas pelo aspecto político e estratégico, mas ainda pelo significado ético e histórico da civilização hebraica, lembrando-se também a importante participação do Brasil no surgimento do Estado de Israel.

Outrossim, registra-se ainda que o Estado de Israel foi criado em 1948, como lar de todos os judeus do mundo, após séculos de diásporas, de perseguições e de extermínio, erigindo-se sobre o clamor da comunidade internacional, sensibilizada pelo holocausto perpetrado durante a Segunda Guerra Mundial.

Análise:

Cabe a esta Comissão de Educação opinar sobre a matéria, nos termos regimentais, devendo, a seguir, a proposição ir à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em que deverá ser decidida em termos terminativos.

Assim, a posição brasileira é pela existência de comunidade internacional plural, capaz de refletir anseios de diferentes povos e de diferentes culturas.

Desse modo, como também já expressei na justificativa desta proposta, a instituição, de data que celebra a boa relação entre Brasil e Israel, simboliza marco político de relações espontânea e cordial, reiterando o propósito de cooperação duradoura e de comprometimento saudável e promissor.

Por fim, devemos ainda ressaltar ser muito feliz a escolha do dia 29 de novembro, pois foi nesse dia que, em 1947, deliberou-se, no seio da Organização das Nações Unidas, favoravelmente à criação do Estado de Israel, com atuação firme e historicamente conhecida do Embaixador brasileiro Oswaldo Aranha*, que presidia a Assembléia Geral da ONU, naquele conturbado período.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Para discutir, o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a proposta do Senador Marcelo Crivella, muito bem relatada pelo Senador Reginaldo Duarte, é merecedora de aprovação. O Estado brasileiro tem uma amizade histórica com o Estado de Israel. Inclusive, foi muito bem lembrado aqui pelo Senador Reginaldo Duarte que, quando da aprovação do Estado de Israel, em 1947, quem presidia a Assembléia Geral da ONU era o brasileiro Oswaldo Aranha. Eu mesmo já estive no Estado de Israel, era Secretário de Segurança Pública, fui ver tecnologia de segurança pública, aproveitei para conhecer os lugares históricos, os lugares religiosos, conheci Jerusalém, que é uma cidade internacional. Israel é um país fantástico, maravilhoso. E a aprovação desse Estado, ou dessa condição da celebração, de um dia de celebração da amizade Brasil e Israel, não quer dizer que estejamos arrostando o mundo árabe, o mundo palestino, que tem também sua causa nobre, principalmente os pa-

lestinos, o desejo de que se instalem num local dentro do próprio Estado de Israel. Quer dizer, acho que isso, inclusive, contribui, já que o Brasil sempre foi um país que teve preocupações nessa área. A despeito, inclusive, de uma possível celeuma que existe, de que o Governo brasileiro estaria se afastando tradicionalmente de sua amizade com Israel, em detrimento de uma aproximação com o mundo árabe, eu acho que devemos ter essa aproximação muito grandiosa com os dois mundos. Temos ao lado aqui um representante libanês de primeira linha e que admiramos, que vem todo ano nos lembrando, nas festividades do Natal e em todas as ocasiões, sua ascendência.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – De maneira muito agradável.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito agradável, muito boa. Então, não devemos ter, de forma alguma, qualquer querela com o mundo judeu, não há razão para isso, e acho que a propositura do Senador Marcelo Crivella, juntamente com o Senador Reginaldo Duarte, merece o aplauso meu e de toda a casa, porque, efetivamente, o Brasil deve pugnar sempre em sua condição para que o mundo viva em paz, especialmente o mundo árabe/judeu, porque temos muita proximidade com esse mundo, e uma proximidade muito agradável. É isso aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não como citado, mas para agradecer as palavras do Senador Demóstenes Torres e do Senador Gerson Camata de simpatia à minha pessoa. Sou filho de imigrante árabe, meu pai é da Síria, minha mãe é de origem libanesa, já de segunda geração, nascida na cidade de Mococa, em São Paulo. Nasci na rua 25 de Março em casa, pela parteira. Então, 25 de Março é considerada a rua dos árabes e, desde a época, vão-se lá mais de 70 anos, aprendi, através de meu pai, a convivência com os membros também imigrantes da colônia judaica que vivem em São Paulo e, durante todos esses anos, isso não se modificou.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Permite-me um rápido aparte? Nós brasileiros nunca tivemos problema de convivência com a colônia judaica. Quem tem é o Sharon com a colônia árabe.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só para dar um exemplo, quando fui candidato a Senador, Senador Demóstenes, minha candidatura foi lançada na Hebraica por cinco amigos da colônia judaica, porque, como Diretor do então Departamento de Ordem Social, sempre havia nazistas que queriam agredir e atacar no período depois da guerra, e tínhamos a dimensão da proteção que deveria existir à colônia judaica. Desde

então, eu e meus irmãos, quando há os dias de comemoração judaica, comparecemos nas suas realizações. Esse projeto de paz é profundamente de fé, Senador. Como V. Exª diz, defendendo a fé, sou um pregador da fé. Temos que ter fé que a paz vai vingar no Oriente Médio, porque, praticamente, é o nascedouro de toda a civilização. As decisões da ONU – que ainda não se conseguiram fazer respeitar – na instalação de um país independente para os palestinos – o Brasil defende também. Isso não quer dizer que não podemos ter nenhum tipo de relacionamento com Israel. Acredito que, historicamente, o Brasil está comprometido com a paz no Oriente Médio. Isso não afasta, em hipótese alguma, o relacionamento com todos os países que lá existem e, provavelmente, com a criação do Estado independente da Palestina.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB) – Na continuidade da discussão desta matéria, passarei a palavra ao autor do projeto, que é o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, muito obrigado. Agradeço ao Senador Duarte por esse lindo relatório, no qual S. Exª conseguiu captar meu pensamento.

Devemos comemorar o Dia da Amizade com Israel, até porque somos um exemplo no Brasil dessa amizade. Amizade que nos une a árabes e a judeus e amizade que, no solo brasileiro, une judeus e árabes, num dos exemplos mais bonitos de que a atmosfera da cidadania brasileira é capaz, aqui no nosso País, de fazer com que comunidades que nas suas origens são tão distintas, aqui cresçam, desenvolvam-se, sejam felizes e nos ajudem a construir esse País plural, democrático e livre, no qual os princípios de justiça e de amor ao próximo prevalecem sobre tudo.

Eu gostaria de fazer um pequeno comentário rapidamente sobre o que nosso sábio Senador Romeu Tuma falou, a distinção que existe entre religião e fé. V. Exª nunca viu pessoas entrarem em conflito por causa da fé. V. Exª vê pessoas entrarem em conflito por causa da religião. A fé une, a religião, desagrega. A religião é motivo para cristão brigar contra cristão, católicos e protestantes. Creio que V. Exª fez uma matéria na sua época de **Fantástico** sobre isso na Irlanda. Lembro-me disso. Há várias matérias, não estou errado não. Mas há também entre sunitas e xiitas no mundo árabe. Há budista sendo massacrado no Tibet por chineses. Vemos religiões fazendo conflito até entre os religiosos da mesma seita. Como podemos ser a favor disso? Jesus nunca foi de religião. A Bíblia nunca fala de religião. A religião faz preconceito contra o homossexual, contra prostituta e Jesus, não. Quem queria apedrejar a prostituta eram os religiosos. Jesus disse: “Aquele que não

tiver pecado atire a primeira pedra”. Não é verdade? É assim que penso que temos que viver. Temos que fazer o bem e não o mal.

Sr. Presidente, muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito bem. Senador Crivella, espero que a aprovação deste projeto de lei, sabiamente colocado por V. Ex^a à votação nesta Comissão possa ajudar no estreitamento dos povos israelenses e palestinos. Nós, que já fomos, e V. Ex^a, quantas vezes estivemos naquela região conflagrada. Sabemos da realidade, da situação, que vivem, neste momento, tanto israelenses quanto palestinos, nessa região. Então, na medida em que nós fazemos uma demonstração de amizade como esta, estabelecendo até força de lei, um dia para se comemorar a amizade entre brasileiros e israelenses, seria importantíssimo que esta data seja sempre lembrada e que o Brasil é um país onde as raças convivem, onde as religiões convivem, onde nós temos uma perfeita harmonia entre as mais diversas posições, sejam elas dogmáticas, sejam elas religiosas, científicas, em todos os pontos Brasil é um país pacífico. Mas ao mesmo tempo nós queremos que este projeto de lei, sendo transformado em lei, ele sirva como instrumento para que haja sempre uma vontade de se promover a paz entre os povos israelenses e palestinos. Eu vou colocar em votação simbólica, lembrando que este projeto de lei sendo aprovado aqui, neste momento, ele ainda vai para a Comissão de Relações Exteriores para que, lá, na discussão na Comissão de Relações Exteriores, ele seja terminativo e a partir de lá que, evidentemente, ele vai ser mandado para ser transformado em lei.

Então, submeto à votação pelas Sr^{as} e Srs. Senadores.

Aqueles que concordam com o relatório apresentado pelo Senador Reginaldo Duarte num projeto de lei pelo Senador Marcelo Crivella, permaneçam sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

Eu quero, agora, no Item nº 7 da pauta, colocar em votação o Requerimento nº 20 sobre a realização de audiências públicas no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social em conjunto com a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia e a Comissão de Educação para debater a regulamentação dos artigos nº 221 e nº 222 da Constituição Federal, cujo projeto de lei encontra-se em elaboração no âmbito do Poder Executivo com suporte no Decreto de 26 de abril de 2005.

Na realidade, o requerimento aprovado na Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social precisa, também, ser aprovado aqui pelo

Plenário da Comissão de Educação, onde também será analisado. Esses artigos nº 221 e nº 222 se referem, evidentemente, à Lei de Comunicação Social Eletrônica em elaboração pelo grupo de trabalho que foi criado pelo Decreto de 26 de abril de 2005 e que deverá ser encaminhado para o Congresso Nacional ainda nesta sessão legislativa para ser discutido. É um assunto da maior importância, razão pela qual nós estamos sugerindo a realização de audiências públicas.

Submeto, portanto, a votação do requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Eu queria fazer uma declaração, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes.

Eu vou, amanhã, embarcar numa viagem para os Estados Unidos, onde vou representar a União Interparlamentar Brasileira e o Senado Federal, numa reunião na Organização das Nações Unidas. Organizada pela União Interparlamentar das Nações Unidas e Departamento de Economia das Nações Unidas. O Brasil tem a oportunidade de fazer um pronunciamento por 15 minutos perante representantes de, pelo menos, 70 países que estão convidados. E eu fui, muito honrosamente, escolhido para representar o Senado Federal. Esta participação nossa se dá em função de uma discussão que a ONU está iniciando sobre as novas formas de financiar o desenvolvimento. Então, nós estamos incluindo, entre as diversas propostas que o Brasil faz, através do pronunciamento que eu estou levando, a conversão da dívida externa em investimentos em educação. Na verdade, nós estamos fazendo um relato, muito objetivo, mostrando que a dívida externa brasileira custa hoje aos cofres públicos, Senador Demóstenes Torres, US\$1,4 bilhão por mês – só o serviço da dívida. A dívida toda, evidentemente, chega a US\$46 bilhões/ano, mas só o serviço da dívida externa custa US\$1,4 bilhão por mês ao Brasil.

Por isso, levaremos essa proposta, evidentemente com várias outras. Apresentarei, oficialmente, nessa convenção, nessa conferência, uma proposta de auditoria da dívida externa brasileira. Fiz essa proposta, Senador Gerson Camata, quando Deputado Federal. Lamentavelmente, fui crivado de balas de todos os lados, tentando impedir, de todas as formas, a aprovação do meu requerimento. Eu era Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Estou repetindo essa proposta que está baseada, fundamentada em um relatório muito bem elaborado pelos auditores fiscais da Receita Federal, que chegaram à conclusão de que, nos últimos quinze anos, Senadores, o Brasil possivelmente pagou cerca de US\$10 bilhões a mais do que deveria ter

pago de serviços da dívida externa. Imaginem V. Ex^{as} que esses pequenos erros percentuais – deveríamos pagar US\$5,7 bilhões, mas pagamos US\$5,7 bilhões e algo mais –, num espaço de quinze anos, podem ter causado um prejuízo ao Brasil de US\$10 bilhões.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Recebem um “mensalão” lá.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Receberam um “mensalão” todos eles.

Concluindo, sugiro que se faça no Brasil, Senador Demóstenes Torres, o que os americanos adoram fazer. Vivi “n” anos nos Estados Unidos e na Europa e percebi que tanto os americanos quanto os europeus gostam muito de auditoria. Para eles, o bom é passar por uma auditoria que disseca tudo: o que está errado e o que está certo.

Evidentemente, não existe nada mais claro do que um pedido de autoria do que pagamos aos bancos internacionais nos últimos quinze anos. Tenho certeza de que essa proposta tem substância, porque estou levando os números, estou levando os dados, desde a época em que Portugal empurrou para o Brasil a dívida com a Inglaterra. Quer dizer, a nossa dívida externa, lamentavelmente, começou até para aceitarem a independência do Brasil. Portugal, que devia à Inglaterra e não sabia fazer nada – até para cunhar moeda tinha de mandar para a Inglaterra –, empurrou para o Brasil a sua dívida com a Inglaterra por segurança, com medo de Napoleão, desde a época que D. João VI chegou ao Brasil.

A minha proposta será apresentada na sexta-feira, pela manhã, perante o Conselho Econômico das Nações Unidas. Fiquei extremamente honrado de representar o Brasil nesse sentido, razão pela qual faço essa comunicação.

Muito obrigado.

Srs. Senadores, já cumprimos toda a nossa pauta e não há mais nada a decidir. Apenas convoco V. Ex^{as} para a nossa audiência pública de amanhã, que é da maior importância, sobre a implantação da TV Digital. Contaremos com a presença de Paulo Tarso Lustosa da Costa, Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações; José Inácio Gennari Pizani, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert; Amadeu de Paula Castro Neto, Presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares – Acel; Ruy de Salles Cunha, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – Abinee; e Ricardo Benetton Martins, Diretor da TV Digital da Fundação CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações – amanhã, às 10 horas, neste plenário.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 46 minutos.)

Ata da 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e da 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 08 de Junho de 2005.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia oito de junho de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Geraldo Mesquita, Reginaldo Duarte, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, José Maranhão, Flávio Arns, Roberto Saturnino, Augusto Botelho, Marco Maciel, Romeu Tuma e Garibaldi Alves Filho, reúne a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Leonel Pavan, Hélio Costa, Gerson Camata, Wirlande da Luz, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi e Mozarildo Cavalcanti, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 17-CE, de 2005 e 01-SCTC, de 2005, de autoria dos Senhores Senadores Hélio Costa e Sérgio Cabral, que tem como objetivo debater sobre a “Implantação da TV Digital no Brasil”. Comparecem à Audiência Pública os seguintes convidados: Paulo de Tarso Lustosa da Costa, Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações; Fernando Bitencourt, Consultor da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Fernando Guerra, Diretor da Área de Componentes Eletrônicos da Associação Nacional da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE e Ricardo Benetton Martins, Diretor da TV Digital da Fundação CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações. O Senhor Amadeu de Paula Castro Neto, Presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares – ACEL, justifica a ausência. Finda a exposição, a Presidência franqueia a pa-

lavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Hélio Costa e Valdir Raupp. Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz o comunicado que se segue: **Comunicado:** “De acordo com o que preceitua o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado, fica designado o Senador Flávio Arns para compor o quadro da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social pelo Bloco de apoio ao Governo (PT/PSB/PTB/PL/PPS)”. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Sérgio Cabral** Senador **Hélio Costa**, Presidente da Subcomissão Permanente Presidente da Comissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Bom dia, Sr^{as} e Sr^s. Senadores.

Estamos iniciando a 22ª reunião extraordinária e 3ª reunião extraordinária da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social da 52ª Legislatura, hoje, dia 8 de junho, com a finalidade de ouvir, em audiência pública sobre a implantação da TV digital no Brasil, os seguintes convidados: Sr. Paulo Lustosa da Costa, Secretário Executivo do Ministério das Comunicações; Sr. Fernando Bittencourt, Consultor da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Abert; Sr. Fernando Guerra, Diretor da Área de Componentes Eletrônicos da Associação Nacional da Indústria Eletroeletrônica, Abinee; Sr. Ricardo Beneton Martins, Diretor da TV Digital da Fundação CPqD, Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações.

O Sr. Amadeu Castro, Presidente da Acel – Associação Nacional das Operadoras de Celulares, foi convidado com uma antecipação de duas semanas, e nos mandou uma cópia do art. 60 do seu Estatuto, dizendo o seguinte:

“Art. 60 – Nas situações de ausência, vacância ou impedimento do Presidente Executivo, este será representado por um dos diretores previamente aprovados pela Diretoria-Executiva.”

Como ele disse anteriormente que não houve tempo para reunir a Diretoria-Executiva, não pôde mandar nem sequer o seu representante.

Este é o Estatuto de uma associação que não se modernizou, que não pega o telefone celular para chamar outro Diretor da Associação das Empresas de Telefonia Celular para mandar comparecer – o que é muito honroso – a uma audiência pública do Senado.

O que nós vamos fazer é o seguinte: como estão criando CPI para tudo nesta Casa, nós vamos pedir uma CPI sobre toda essa questão de comunicação, então convocaremos esse cidadão para vir aqui.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL-AC) – Era isso que eu ia sugerir a V. Ex^a, Senador Hélio Costa, que seja convocado para prestar depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Da próxima vez, será convocado. Não será convidado.

Por favor, solicito ao nosso Secretário Júlio Linhares que faça entrar e tomar assento à mesa o ilustre Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, Dr. Paulo de Tarso Lustosa da Costa, jornalista conhecidíssimo de todos nós; o Sr. Fernando Bittencourt, Consultor da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão, Abert, que, diga-se de passagem, é o exemplo contrário do que fez a Acel – o Presidente da Abert, que está em viagem, não pôde comparecer, pegou o telefone da Acel, ligou para o Fernando Bittencourt, pediu-lhe que comparecesse, e ele está aqui, participando conosco; o Sr. Fernando Guerra, Diretor da Área de Componentes Eletrônicos da Associação Nacional da Indústria Eletroeletrônica, Abinee – nós convidamos o Presidente da Abinee, que está em viagem e não pôde estar presente, mas nos mandou o Fernando Guerra, que é altamente qualificado para responder a qualquer pergunta relacionada com a empresa, sobretudo com a indústria eletroeletrônica; e o Dr. Ricardo Beneton Martins, que é Diretor da TV Digital da Fundação CPqD, o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento de Telecomunicações.

Agradeço a todos os que atenderam a este convite e se encontram aqui presentes para discutirmos esta questão extremamente importante: a implantação da TV digital no Brasil.

Ao meu lado está o ilustre Senador Sérgio Cabral, que é Presidente da Subcomissão de Teatro, Cinema e Comunicação Social e que, junto comigo, assinou o requerimento para a realização desta audiência pública. O Senador Sérgio Cabral vai nos ajudar na condução destes trabalhos, até porque é do ramo, conhece todas as questões relacionadas com a televisão e a televisão digital e poderá, juntamente com os nossos convidados, discutir a questão.

Como de praxe, vou deixar para fazer os comentários iniciais no instante em que, como autor do requerimento, tiver a oportunidade de apresentar as minhas perguntas e, ao mesmo tempo, fazer as minhas colocações.

Inicialmente, vamos convidar o Dr. Paulo de Tarso Lustosa da Costa, Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, para fazer a sua exposição.

Cada expositor terá quinze minutos. Ao final do tempo, vai soar automaticamente a campainha, então a pessoa deverá fazer um resumo de tudo e passar a palavra, para que todos possam também fazer as suas exposições.

Concedo a palavra ao Dr. Paulo de Tarso, Secretário Executivo do Ministério das Comunicações.

O SR. PAULO DE TARSO LUSTOSA DA COSTA

– Meu caro Senador Hélio Costa, meu caro Senador Sérgio Cabral, Srs. Senadores, senhores participantes desta audiência pública, senhores jornalistas convidados, minhas senhoras e meus senhores, em primeiro lugar, meu caro Presidente, sinto-me profundamente gratificado pela oportunidade de comparecer a esta Casa, porque tenho sido, pelo menos por dez anos, Parlamentar, tendo convivido com vários companheiros presentes nesta audiência pública, sinto-me à vontade para trazer algumas das minhas ponderações e observações em nome do Ministério das Comunicações sobre essa questão relacionada ao sistema brasileiro de TV digital.

Antes de mais nada, queria dizer que há, da parte do Ministério das Comunicações, um empenho muito grande em ter definições claras relacionadas a essa questão, pois temos uma noção precisa do quanto isso envolve uma série de questões e interesses de nível nacional, não apenas um interesse de universalização de comunicações, um dos grandes propósitos nossos, fazendo com que as pessoas tenham acesso a esse instrumento mais moderno de interatividade.

Mas, ao mesmo tempo, estamos muito atentos àquilo que representa o interesse das empresas de televisão e de rádio, porque elas necessitam urgentemente se integrar a esse novo mundo da digitalização. Da mesma forma, também temos uma noção muito precisa da urgência das decisões nessa área, uma vez que isso afeta a nossa indústria, que tem um peso muito significativo, não só na América Latina, como também em nível internacional, envolvendo também os nossos programas e os nossos interesses no programa de inclusão digital.

Sem maiores delongas, queria fazer, então, algumas colocações rápidas sobre o sistema brasileiro de TV digital.

Aqui há um histórico rápido sobre a TV digital em teste no Brasil. Foram feitos testes com o sistema americano, ATEC, o sistema europeu, DVVT, e o sistema japonês, GSDB. A condução foi feita pela Sociedade de Engenheiros de Telecomunicações e pela Abert, depois, pela Anatel, como está mostrado. Os testes de laboratório foram feitos no Instituto Presbiteriano Mackenzie, em 1999 e 2000; os testes de campo dependem da situação de transmissão da TV Cultura e os pontos de medida, até 40km de transmissor.

Em 2001, houve uma consulta pública, com relatório integrador feito pela Anatel, com o apoio do CPqD. Depois foi feito um trabalho pela Anatel, de CPqD da análise de risco da implantação de TV digital no Brasil, em função da escolha de um dos três padrões existentes. A análise de risco é mais a avaliação das implicações de se escolher o padrão japonês, que tem mais mobilidade, o padrão americano, de alta definição, ou o padrão europeu, um pouco mais próximo do que seriam as demandas da sociedade brasileira, mas também não atendendo efetivamente.

Foram feitas essas análises de risco das várias limitações, para se adaptar ao perfil socioeconômico e às expectativas da sociedade brasileira. Em 2002, houve uma espécie de paralisação das ações relacionadas aos vários trabalhos e estudos em relação à TV digital.

Em novembro de 2003, foi criado o Decreto nº 4.901, que institucionalizou uma maneira de tentar buscar essa definição da alternativa brasileira para a televisão digital.

Essa concepção, como é bem cabível na lógica da administração pública brasileira, embora não possamos aceitar, tanto que, como dizia o nosso Millôr Fernandes, o único animal desenhado por um grupo de trabalho foi um dromedário, por isso ele é difícil de ser utilizado, de se cavalgar...

Foram criados o Comitê de Desenvolvimento, o Comitê Construtivo e um grupo gestor, com atribuições específicas para cada um. Os membros dos vários grupos estão aí definidos. O Comitê de Desenvolvimento fixa as políticas, os critérios, estabelece diretrizes estratégicas, define o planejamento das ações, controla e acompanha as ações e o desenvolvimento das pesquisas.

Cabe ainda ao Comitê de Desenvolvimento decidir sobre as propostas de desenvolvimento, fixar as diretrizes, apresentar relatório, contendo propostas referentes à definição do modelo de referência do sistema brasileiro de TV digital, ao padrão de televisão digital a ser adotado no País, à forma de exploração do serviço de TV digital, ou seja, o modelo de negó-

cio, e ao período e o modelo de transição do sistema analógico para o digital.

O prazo de apresentação desse relatório para decisão política do Presidente da República foi estabelecido: fevereiro de 2003. Isso já está estabelecido e não há como fazer alterações de prazo, porque complicaria bastante não apenas as questões relacionadas à adequação das estruturas das empresas operadoras de telefone e à própria indústria, mas também uma outra questão que deve ser considerada seriamente: devemos ter uma cautela para que países... Digamos que o nosso caro Presidente Hugo Chaves ache que o modelo mais adequado seja o japonês, por ter as suas restrições aos americanos, resolvendo adotá-lo, que os chilenos, pela sua intimidade e proximidade com os americanos, resolvam adotar o modelo americano, e os argentinos, porque são bastante europeus, embora falem espanhol, queiram adotar o modelo europeu, então haverá uma dificuldade enorme para a integração, inclusive para a própria indústria.

Estamos levando isso em conta e correndo para que essas ações sejam definidas da maneira mais rápida.

Para que não haja apenas essa decisão de membros do Governo, porque, como os senhores viram, o Conselho de Desenvolvimento é todo montado com entes de Governo, temos um Conselho Consultivo, que é a sociedade civil representada. Distribuímos esse Conselho em algumas câmaras específicas para apresentar sugestões, proposições e avaliar o que o próprio Comitê de Desenvolvimento está fazendo.

O Conselho de Desenvolvimento objetiva a definição de estratégia das grandes linhas; o Comitê Consultivo serve para alimentar o sentimento, a avaliação e o pensamento da sociedade civil envolvida direta ou indiretamente no processo, tanto na parte da indústria como na parte dos operadores, do pessoal da área de engenharia, dos produtores, da comunidade acadêmica, e o Grupo Gestor é formado pelo pessoal que tem uma responsabilidade mais direta de operar as várias decisões relacionadas ao encaminhamento dos estudos e dos trabalhos relacionados ao tema. É composto por vários membros mencionados e lhe compete fundamentalmente a execução das ações relativas à gestão operacional e administrativa voltada para o cumprimento das estratégias e diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Desenvolvimento, usando, para a sua operação, a Finep como um instrumento de contratação da comunidade científica, aliada à indústria para desenvolver os vários itens que compõem os estudos relacionados à TV digital e ao CPqD, que é uma entidade de reconhecida competência e respeitabilidade, que é financiada, inclusive, pelos nossos recursos.

Aliás, atualmente nos toma por ano, de forma direta 50,5% dos recursos de que dispomos para estudos e pesquisas e, de forma indireta, às vezes atinge até 80%. Quer dizer, nós vivemos para ajudar o CPqD a construir o conhecimento científico e a pesquisa na área de telecomunicações.

Temos estabelecido também para esse Grupo Gestor o prazo até 10 de dezembro para que tenha todas as alternativas e opções técnicas relacionadas ao sistema de transmissão definidas, ao *middle ware*, à parte da própria definição de conteúdos – não que se vá estabelecer nada da forma de tratamento dos conteúdos –, aos modelos de negócios, respaldado em cenários plausíveis do desenvolvimento da área de televisão digital e, inclusive, dentro desse cenário que vivemos hoje, de convergência tecnológica.

Farei um histórico rápido.

Eu e o Ministro Eunício assumimos o Ministério das Comunicações em 2004, mas, no final do mês, veio a época de reflexões mais profundas – o Carnaval –, e só pudemos realmente fazer as coisas operarem em março, quando criamos todos os entes de um modo geral, qualificamos, até junho, as entidades de pesquisa, fizemos emissão de carta-convite, através da Finep e do CPqD, principalmente através da primeira, de agosto a outubro de 2004, e há ainda uma pequena parte que está sendo contratada para quase todos os segmentos da área de pesquisa.

Fizemos o lote 1, o lote 2, já em andamento, e o lote 3, que está sendo contratado. Estamos enfrentando pequenos problemas relacionados a contingenciamentos, a limite de empenho, a limite de pagamento, pequenas questões que, às vezes, angustiam existencialmente o gestor público.

Sei que todos conhecem essas questões, mas dizem que não devemos ter medo do óbvio. Às vezes, o óbvio não é tão óbvio para algumas pessoas.

Aqui há algumas indicações dos benefícios da digitalização das comunicações, e, quando se fala em digitalização, não é só para a televisão, mas também para o rádio digital; ambos terão benefícios. Implica a transferência do meio com relação aos conteúdos transmitidos, isto é, transmite qualquer tipo de conteúdo, espanhol, francês, de qualquer natureza, de qualquer meio; proporciona a convergência de mídias, o barateamento do processamento de informação e maior flexibilidade do serviço. Tudo é feito na configuração de serviços por software, o que reduz os custos, inclusive para determinadas mudanças e alterações no processo.

E aí vêm os demais benefícios.

No caso específico da radiodifusão, melhor qualidade de som, maior alcance do sinal, permite a utili-

zação do espectro eletromagnético e maiores possibilidades de oferta de conteúdo.

Na rádio digital, podem-se ter quatro programações definidas para uma emissora de rádio; na própria televisão digital, pode-se separar em quatro ou em cinco a sua recepção de imagem e som, ao mesmo tempo em que há toda a capacidade de guardar programas, porque se faz um DVD embutido na própria televisão. Também existe aquela história: se o leite está derramando, dá-se um pause na novela, fecha-se o fogão e volta-se para continuar vendo a novela. Existem todas essas facilidades, além da possibilidade de transmitir conteúdo de outras mídias, que é a convergência de mídia.

Quanto aos benefícios da digitalização, apenas apresentarei rapidamente, porque já é reconhecido.

Em termos de resolução de imagem, qualidade da imagem, qualidade do áudio e dos novos recursos, o que nos interessa muito em relação à questão da interatividade. Há chance de existirem múltiplos fluxos de áudio e vídeo com a potência transmitida, porque se gasta menos energia – no sistema analógico gasta-se até 100 quilowatts, enquanto no digital são 10 quilowatts. A otimização do espectro permite, hoje, no caso de se querer usar o canal 5, depois o 7 e, em seguida, o 9... Há um caso um pouco distinto que os técnicos depois podem explicar, mas se pode fazer isso sem que ocorra a poluição do espectro. Há uma nítida limpeza do espectro.

A fase 1 foi de apoio à decisão até fevereiro de 2006; é a fase que vamos ter a partir de agora, com esses elementos todos apresentados em dezembro que serão levados ao Presidente da República. A decisão será política. Podemos concluir que é melhor utilizar um sistema X de transmissão ou um *mix* desse sistema – misturar japonês com americano – para se tornar um sistema específico, que atenda particularidades.

A experiência do Pal-M não nos traz boa lembrança. Tenho certeza plena de que isso não irá ocorrer. Até lá, haverá uma definição do ambiente social, econômico, cultural, regulatório e técnico, modelo de negócio. A partir da decisão, haverá algo muito importante.

Só o trabalho do Brasil ao tentar mexer com a comunidade científica e acadêmica, indústrias e universidades, para trabalharem nesse projeto já permitiu que os sistemas americanos, europeus, japoneses fizessem alterações, modificações, nos próprios conceitos do seu sistema de TV digital para que, aos poucos, ajustem-se àquilo que seria uma demanda, uma necessidade brasileira.

Temos também que fazer algo fundamental nesse processo. Há 60 milhões de aparelhos de televisão, e 75% desses aparelhos têm quatorze polegadas com

antena interna. Já temos desenvolvido, para algumas áreas, o *set up box*, que receberá a imagem digital e fará a conversão para analógica com chip de memória e todas as vantagens, como melhor definição, sem chuva, etc. Isso já está bem definido.

O que se pretende, em nosso projeto, é que haja robustez, como está registrado, em termos de recepção, para que possa ser recebido bem por qualquer tipo de equipamento de televisão; flexibilidade, permitindo que as emissoras escolham esquema de programação e modelo de negócio de acordo com sua estratégia; evolução e implantação gradual – todos esses países estão fazendo implantação de forma gradual; ninguém a fez de uma vez; interatividade e inclusão digital, que é uma das grandes questões de que estamos perseguindo, instrumento fundamental para nos garantir a inclusão digital.

Existem alguns problemas tecnológicos a serem vencidos. Na transmissão por satélite, não se conseguem devolver 60 milhões de sinais dos internautas. Se fosse da televisão, podem-se receber 60 milhões. Mas ainda é muito complicado, hoje em dia, transmitir de volta com múltiplas combinações. Há muito o que se fazer nisso. E a baixa complexidade para o usuário. Está dito, mais uma vez, o que se pretende com o projeto de TV digital.

Já que se encerrou meu tempo, quero dizer que uma série de outros aspectos desse programa será debatida e analisada pelo Beneton, nosso coordenador do CPqD.

Para nós, muito já está em processo. De acordo com o cronograma, essa parte do planejamento já está vencida. Agora estamos na parte de concepção e depois entraremos no processo de construção de protótipos, softwares e hardwares de serviço, testes unitários e documentação técnica. No final, haverá a parte de integração, realização de testes integrados e consolidação das recomendações tecnológicas para modelo de referência.

Sr. Presidente, para não ultrapassar o tempo previsto, concluo, dizendo que o Ministério das Comunicações não tem nenhuma preferência, entusiasmo ou interesse específico no modelo A, B ou C. Segundo ponto, o Ministério das Comunicações não admite a presunção de que, de repente, iremos – já até paguei um preço por esta frase – reinventar a roda. Estamos trabalhando nisso e já conseguimos grandes avanços porque trouxemos a comunidade científica brasileira, que está fazendo alguns trabalhos interessantes. Se, por acaso, ao final disso tudo, conseguirmos pelo menos aumentar a capacidade de barganha na negociação com o sistema que escolhermos e julgarmos mais adequado, podemos embarcar numa série de softwares

desenvolvidos, qualificações e adequações que atendam aos interesses da sociedade brasileira, o que já será um grande ganho. Pretendemos chegar lá. Se, porventura, conseguirmos desenvolver, por exemplo, um *middle ware* – não entendo desta questão, mas o *middle ware* seria algo que nos permitiria ler qualquer aplicativo e qualquer conteúdo de quem que fosse e, ao mesmo tempo, transmitir para qualquer chip de qualquer equipamento – Samsung, LG, qualquer um –, uma espécie de biblioteca da TV digital em si –, o *set up box* adequado, o sistema de transmissão, mas estabelecendo mais um modelo de negócio que atenda àquilo em que as empresas de televisão estão interessadas e pretendem fazer, se conseguirmos desenhar esse projeto, já teremos alcançado aquilo que o brasileiro deseja: colocar à disposição da sociedade.

Mas não olhamos apenas o problema das TVs, como **Globo, Bandeirantes**, etc., nem da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee); olhamos aqui a questão da sociedade brasileira dispor dessa conquista, que, num acesso adequado em termos de custos, poderá nos integrar não só em termos de América Latina, mas de mundo, fazendo com que tenhamos a chance, inclusive, de ter um espectro de radiofrequência de tal maneira organizado e otimizado que nos permita garantir vários usos para rádio, televisão, celular, saindo da segunda para a terceira geração, de 2G para 3 G, fazer com que a frequência de 450 possa ser usada por Ymax, o que nos dá chance de promover inclusão digital de uma maneira excepcional. Enfim, o que queremos é que se resguarde o interesse maior da sociedade brasileira, mas sem que o trabalho que estamos desenvolvendo comprometa os planos de negócio dos investidores, dos operadores, da indústria e dos produtores de conteúdo como um todo.

Eu me penitencio pela pressa em concluir em prazo adequado e também pelas lacunas e talvez omissões ou imprecisões nas quais tenha incorrido durante esta breve exposição sobre o sistema brasileiro de TV digital.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Nós é que agradecemos a Paulo de Tarso Lustosa da Costa, Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, pela sua exposição.

Ao passar a palavra ao Fernando Bittencourt, que é consultor da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), devo falar da importância da participação dos executivos e dirigentes das emissoras de televisão e de rádio numa audiência pública como esta, porque, ainda recentemente, cerca de mês e meio atrás, participei, nos Estados Unidos, daquela grande feira, a NAB, que é a associação dos dirigentes de rádio

e televisão do mundo inteiro que se reúnem anualmente para discutir os caminhos da indústria. Participei de uma palestra em que havia uma grande preocupação de uma região dos Estados Unidos onde a televisão digital está sendo implantada agora em julho, e foram todos colhidos de surpresa – isso nos Estados Unidos, imaginem! –, porque seu aparelho não ia mais captar as imagens de televisão. A menos que se comprasse o tal *set up box*, que é essa caixinha conversora, não haveria televisão. E foi uma gritaria enorme. V. Ex^a certamente estava lá presente também.

Então, ao passar-lhe a palavra, espero que possa, ao final de sua palestra, nos dizer como vamos resolver esse problema no Brasil.

Fernando Bittencourt, Consultor da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Senador, muito obrigado pelo convite para a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) participar deste fórum de debates. É realmente muito importante discutirmos este tema, que é bastante complexo, não é fácil, tanto no lado de negócios, quanto no lado tecnológico.

Preparei uma apresentação que seria um pouco didática em relação a este assunto, e queria chamar a atenção para um aspecto interessante: talvez não mais que dez anos atrás – 10, 12 anos atrás –, a única forma de assistir à televisão era pelo ar. Tínhamos que colocar uma antena em nossa casa e receber pelo ar a televisão; a única forma de vídeo em casa era pelo ar. E o sistema de telecomunicações, na época, estatal, simplesmente fazia a comunicação de voz, isso não mais do que 10 anos atrás.

Hoje, o cenário de mídias mudou inteiramente. Neste painel, tentarei mostrar como ele está hoje.

Do lado de cá, estou simbolizando toda a atividade de geração de programa e de conteúdo e, do lado direito, as formas de distribuição desse conteúdo.

Há 10 anos, como falei anteriormente, a única forma de recepção de televisão era pelo ar; produzia-se o programa e distribuía-se pelo ar. De lá para cá, começaram a surgir outras mídias.

A primeira mídia que surgiu foi o cabo, que começou a distribuir também conteúdo. As pessoas passaram a receber esse conteúdo por meio de cabo em casa.

Em seguida, surgiu o satélite. Hoje, o satélite também é uma forma de receber programação em casa. Tudo isso, evidentemente, competindo com o sinal que está no ar.

Recentemente, com o surgimento da Internet, especialmente a de banda larga, pode-se consumir conteúdo de som e de imagem pela rede de telecomunicações, o que já é algo bastante utilizado.

Simultaneamente, surgiu outra forma de consumir conteúdo que não apenas os programas gerados tempo real, que chamei aqui, mas também os programas armazenados. Ou seja, hoje, por meio da Internet e da rede Telecom, posso consumir programas *on demand*, programas sobre demanda do usuário, portanto, não estou mais limitado a assistir ao programa na hora em que ele é exibido; posso assisti-lo quando quiser, por meio da Internet, via rede de telecomunicações.

E não pára por aí. Hoje, temos também a rede celular, que há alguns anos era puramente de comunicação de voz. A rede celular também começa a oferecer conteúdo de som e de imagem. Há outras mídias, como DVD, cinema, etc. Estou listando todas as formas de se consumir som e imagem que surgiram nos últimos anos.

Vivemos hoje uma miríade de tecnologias, todas elas já digitais. Hoje há o satélite, o cabo está digitalizando, a Telecom já é digital, a Telecom Celular é digital e o DVD é digital. A única mídia que não é digital é a TV aberta, é a TV chamada de radiodifusão. É importante chamar a atenção, pois quando falamos de TV digital estamos nos referindo a este setor, a esta transmissão. A produção do conteúdo já é digital e não está em discussão neste momento. Estamos discutindo neste momento como transmitir esse conteúdo digital.

Essa é a situação atual. Como vemos isso no futuro? É fundamental essa visão de futuro para analisar como deve ser a televisão digital.

No futuro, cada vez mais, esses provedores de conteúdo vão prover conteúdos de alta qualidade, bem como essas três mídias pagas – satélite, cabo e Telecom –, que oferecerão conteúdos ditos de alta definição.

A televisão não surgiu como está hoje, com 525 linhas, como vemos hoje na nossa casa; a televisão surgiu há 50 anos, com a qualidade muito inferior. Ela foi evoluindo, o número de linhas foi aumentando, passou de preto e branco para cores, aumentou o número de linhas, até chegar ao ponto em que estamos hoje. Ela continuará evoluindo, evidentemente, como tudo na vida. A televisão caminha para ser de alta definição, que é uma definição similar à de cinema, com o número de linhas que é o dobro do que temos hoje em casa, ou seja, uma definição seis vezes maior do que a que nós temos em casa, digital.

O que se entende é que essas mídias, que não têm problema algum de regulamentação, de banda, de capacidade, vão oferecer para o consumidor conteúdos de alta qualidade.

Aqui, simbolizei um televisor de alta resolução, com tela ampla, larga e coloquei um computador simbolizando que estes aparelhos, no futuro, serão um misto

de computador e televisão. O televisor será um aparelho inteligente que vai armazenar e gravar conteúdo, quer dizer, será um misto de computador e televisão.

Outras mídias também vão evoluir. A telefonia celular vai encaminhar, como já está encaminhando, para capacidades maiores e poderá oferecer vídeos de qualidade. Hoje, com a tecnologia que temos no Brasil, o conteúdo de vídeo é pobre, de baixa resolução, mas, fatalmente, como já está acontecendo em países, como Japão e Coreia, e na Europa, a telefonia celular vai oferecer vídeo de boa qualidade.

O DVD, que hoje tem resolução melhor que a televisão, vai se tornar um DVD de alta definição, ou seja, o DVD é uma mídia que também caminha para a alta qualidade.

O que eu reparo é o seguinte: todas essas mídias são pagas. O que está faltando neste gráfico é exatamente a televisão aberta, a televisão radiodifusão.

E vou voltar rapidamente para dizer a radiodifusão é a única mídia livre e gratuita, e deverá continuar assim com a digitalização; vai continuar vivendo de publicidade.

Então, como nós vemos a televisão aberta, radiodifusão, inserida nesse cenário de mídias? A televisão aberta deve chegar à casa do consumidor em condições de oferecer altíssima qualidade também, porque, primeiro, tem que competir com essas outras mídias; segundo, também tem que oferecer, para quem não pode pagar, tecnologia de alta qualidade. Ela tem de estar em condições, tanto regulamentais quanto de tecnologia, de oferecer mídia, programas, de alta qualidade, ditos programas de alta definição. Coloquei esta setinha para mostrar que ela também vai chegar às casas das pessoas, competindo com as outras três, em condições de transmitir com alta qualidade.

Mas não é só isso. Ela também, como é possível fazer com televisão digital, poderá oferecer conteúdo para ser recebido em aparelhos móveis, ou seja, para ser recebido fora de casa, o que hoje não é possível. Hoje, se V. Ex^{as} ligam o televisor, ou no ônibus ou no carro, não conseguem receber com qualidade. Com a TV digital, isso será possível, o que consideramos fundamental, porque será uma forma de deixar as pessoas informadas e de entretê-las fora de casa. Coloquei aqui um ônibus somente como símbolo. Pode ser carro, táxi, trem ou qualquer outra coisa móvel.

Além disso, esse mesmo conteúdo poderá ser oferecido no telefone celular. Esse telefone celular que já vai receber o vídeo pela rede Telecom também terá a possibilidade de receber vídeo do lar em um modelo interessante que detalhei aqui. Este é um aparelho celular capaz de receber o conteúdo via televisão aberta, livre e gratuito, assim como pela rede Telecom. Há

diferenças muito grandes neste processo, porque este conteúdo é pago, e caro, será sempre caro, porque é especificamente para ser visto por aquele usuário que demandou; é o que nós chamamos de um para um. Se recebo um conteúdo, estou recebendo um conjunto de programas só para mim. Esse conteúdo que vem por aqui é gerado por televisão tradicional, aberta, ou seja, é o conteúdo broadcast, que recebi simultaneamente por todos.

Citarei um exemplo bastante interessante que fatalmente ocorrerá no futuro: você está assistindo a um jogo de futebol pela televisão aberta, livre e gratuito, que está dois a zero. Se você quer assistir aos gols daquele jogo, basta demandas, você pede o gol por meio da rede Telecom e assiste àqueles gols que você perdeu. Claro que você pagará por isso, pois é um conteúdo pago. Essa é uma convivência que visualizamos para o futuro entre a televisão digital aberta e a rede de telecomunicações digital.

Esse é o cenário. Consideramos essas aplicações fundamentais para a sobrevivência da televisão aberta e para o benefício da sociedade, eu diria, porque se oferece conteúdo de alta qualidade para ser visto em elementos móveis e portáteis. Essa é a análise do cenário.

Quero falar rapidamente agora sobre a situação no mundo. A televisão digital, como falei, tem duas aplicações muito importantes: a alta definição e a mobilidade. A alta definição é algo que está sendo difundido fortemente em todos os países que já aplicaram a TV digital. Os Estados Unidos são os primeiros deles. Nos Estados Unidos, a aplicação maior é a televisão de alta definição. Tenho um detalhe da grade de programação de uma das emissoras americanas, a CBS, a grade de programação do horário nobre. Tudo que está colorido aqui representa os programas gerados em alta definição neste momento.

Há outro detalhe aqui das vendas de aparelhos de alta definição nos Estados Unidos. Percebe-se esta curva: aparelhos vendidos versus tempo de lançamento, os anos de lançamento. Reparem como foi lento o crescimento da venda de TV em cores nos Estados Unidos. Aqui está registrado o crescimento da venda de aparelhos de alta definição, do DVD, ou seja, as coisas atualmente ocorrem muito mais rapidamente do que no passado.

O modelo adotado na Europa anteriormente não foi de aplicação da alta definição; eles optaram por múltiplos programas no ar. Porém, nos últimos anos, eles estão revendo esse modelo e já começam a produzir e a distribuir programas em alta definição por meio de cabos e de satélites. Um exemplo típico da adoção de alta definição na Europa é que a Copa do Mundo do

próximo ano, que se realizará na Alemanha, será toda produzida e exibida em alta definição. Todos os jogos serão gerados em alta definição.

O Japão é o país da alta definição, que foi desenvolvida lá. Não há dúvidas de que só se fala nisso naquele país. Esses outros países já anunciaram a adoção da tecnologia de alta definição nas suas aplicações.

Falarei rapidamente sobre a mobilidade que também está surgindo no mundo inteiro. Não voltarei a esse assunto, porque o meu tempo estourou, mas falarei rapidamente sobre o Brasil. O que consideramos? No Brasil, a adoção da televisão digital deverá, como comentei anteriormente, obrigatoriamente permitir que as emissoras façam e transmitam alta definição, mobilidade e interatividade. São aplicações fundamentais para a sobrevivência dessa mídia da radiodifusão no Brasil.

Posteriormente, poderei fazer outro comentário sobre a televisão no Brasil, mas, enfim, acho que o mais importante...

Posso falar por mais cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Cinco minutos.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Acreditamos que esse modelo de negócio de que falei há pouco deve ser utilizado. Refiro-me à questão da alta definição e da mobilidade. Aqui há uma análise interessante que é importante ser comentada.

Muito se tem falado no Brasil que temos que começar a TV digital com aparelhos muito baratos, com *set up box* muito baratos para que a introdução seja viável e aplicada rapidamente às classes de baixa renda.

Essa assertiva nos causa grande preocupação. Muito mais importante do que o custo inicial dos aparelhos é escolher o modelo bem adequado. Pode-se decidir por um modelo com custo inicial baixo, mas, se não for universal... E aqui há uma curva muito interessante. Supondo um aparelho de baixo custo que só tenha o Brasil como cenário de consumo e um aparelho de alto custo, massificado mundialmente, a tendência desse aparelho com a massificação mundial é baixar de preço e, a médio prazo, ficar mais barato do que outro que tem um universo de consumo muito menor.

Então, consideramos muito perigosa essa assertiva de que temos que começar com modelos muito baratos. O importante é que sejam sistemas e tecnologias massificadas mundialmente, para que o custo abaixe. Hoje, um telefone celular custa R\$200,00 porque decidimos por uma tecnologia mundial. Se, há dez anos, tivéssemos decidido pelo GSM do B, com certeza, não teríamos hoje um aparelho de R\$200,00.

Então, é muito perigosa essa questão da tecnologia brasileira exclusiva, algo que não existe no mundo, porque certamente vai onerar o consumidor brasileiro. É algo que tem que ficar bastante claro, porque tem sido bastante comentado no Brasil.

Temos muita preocupação em relação ao tema sistema brasileiro de televisão digital que seja diferente, com característica diferente do resto do mundo.

Só para os senhores terem uma idéia, de todos os países que já adotaram a TV digital, 70% adotaram alta definição, portanto a tendência é de que os aparelhos de alta definição caiam de preço fortemente, em face da massificação mundial.

Os preços do *set up box* de alta definição e de não alta definição tendem a baixar fortemente, porque a maioria dos países já adotou o sistema de alta definição.

Vou voltar rapidamente, para falar sobre a questão do prazo.

O prazo de definição já está atrasado. Estamos imputando uma perda em relação à nossa indústria de consumo, que está parada, esperando a definição do cenário brasileiro. Enquanto isso, em países que já decidiram, as indústrias estão evoluindo e produzindo não só para seu País, mas exportando. Ou seja, estamos perdendo a oportunidade de ganhar mercado com a TV digital.

Há um último ponto que considero fundamental e que já foi comentando. Trata-se da questão do espectro, o último item.

Com a TV digital, haverá uma liberação do espectro analógico. Com a TV analógica, como é hoje, os canais analógicos serão liberados, o que significa reuso do espectro para outras aplicações, inclusive para outras televisões. Isso implica muito dinheiro para o Estado, para a sociedade. É o que está acontecendo no mundo inteiro. Todos os países que já adotaram a TV digital estão acelerando o processo para liberar os canais analógicos e utilizá-los para outras coisas.

Há um interesse inerente da sociedade em acelerar esse processo, porque isso se reverte em benefício dela própria. Inclusive, países como a Itália estão subsidiando os aparelhos de TV digital do consumidor, para que o processo seja acelerado.

Vamos ficar durante muitos anos com TV digital e analógica no ar, até que todos recebam a TV digital e o analógico seja apagado. Esse apagamento gera um espectro que vale bilhões. Por conseguinte, o atraso nesse processo significa atrasar também o uso desse espectro que vale bilhões.

Tive que correr, mas enfim cheguei ao final.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)
– Obrigado ao Fernando Bittencourt, representando

aqui a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.

Vamos, agora, passar a palavra ao Diretor da Área de Componentes Eletrônicos da Associação Nacional da Indústria Elétrica e Eletrônica – Abinee, Fernando Guerra.

O SR. FERNANDO GUERRA – Prezados Senador Hélio Costa, gostaria de reforçar a satisfação que a Abinee tem ao participar desta audiência. O nosso objetivo é partilhar com V. Ex^{as} a visão que a indústria eletroeletrônica tem do assunto TV e rádio digital. Esse material foi preparado pelo nosso colaborador Toshiro Komatsu para uso da Abinee há quinze dias passados, em São Paulo.

Os tópicos que pretendemos compartilhar são: impacto na indústria de componentes com a implantação da TV digital, do ponto de vista de uso dos componentes e como isso será afetado; as oportunidades que teremos para o que chamamos de remodelamento do complexo eletrônico no País; o impacto eventual disso na balança comercial do setor eletrônico e o ponto de vista de fabricação dos componentes disponíveis no Brasil, hoje.

Começando pelo impacto da produção da TV digital para a indústria de componentes, é importante deixar claro que, independente do sistema escolhido, a indústria brasileira já tem disponível boa parte desse tipo de componentes necessários. O grande desafio que se iniciaria a partir do momento que fosse definido o sistema de transmissão estaria mais relacionado ao software do que ao hardware propriamente dito. Uma vez escolhido esse sistema, teremos capacidade para analisar a disponibilidade de componentes locais e aquilo que eventualmente será necessário desenvolver com tecnologia local.

Do ponto de vista de componentes, falando especificamente da base dos produtos eletrônicos, que é a placa de circuito impresso, não haveria necessidade de nenhum tipo de investimento para suportar qualquer que fosse a escolha do sistema de transmissão digital, uma vez que temos hoje empresas capacitadas, ou até poderia dizer supercapacitadas, para a aplicação em questão.

Em termos de componentes passivos e conectores, a indústria atual também tem esses produtos disponíveis. Não existe nada de que tenhamos conhecimento por intermédio dessa tecnologia disponível em outros países que implicaria desenvolvimento específico para o Brasil.

Entrando agora na parte crítica, os semicondutores, que o Brasil não fabrica. Teríamos uma grande oportunidade para, eventualmente, por escala, justi-

ficar ou viabilizar a indústria de componentes semicondutores.

Os circuitos integrados específicos para a função de TV digital poderiam ser planejados para serem fabricados no Brasil em diversas fases, obviamente partindo de uma fase inicial, em que poderíamos ter um baixo investimento na parte de hardware e um alto investimento na parte de software para suportar esses componentes locais.

Do ponto de vista de memórias, temos hoje disponíveis no Brasil tecnologias superiores às demandadas pelo sistema específico. A grande vantagem que visualizamos nesse assunto é a sinergia que existe com a área de tecnologia de informação, que é o nosso principal driver para a definição dos investimentos nas tecnologias de memórias, por exemplo.

Entrando na questão de CRT, que é o Tubo de Raios Catódicos, hoje temos a indústria nacional produzindo no Brasil até 29 polegadas. Obviamente, se houvesse necessidade de ajustes, essa indústria é bastante experiente e detém tecnologia nas suas corporações que poderia ser rapidamente transferida para fabricação local.

No tópico específico de HDTV, ou seja, TV de alta definição, teríamos duas opções de tubo de imagem: o LCD e o display de plasma. No Brasil, nenhuma das duas tecnologias é fabricada hoje. Esse também é um requisito para a área de monitores, para aplicação em informática. Há, nesse caso também, uma grande oportunidade eventual para que se faça um trabalho de nacionalização, uma vez que a escala já vem sendo bastante crescente.

As oportunidades que visualizamos para um re-modelamento da política industrial do complexo eletrônico no País.

Poderíamos ter uma reversão do déficit do setor – na próxima transparência, teremos acesso aos números desse setor –, poderíamos ajudar na formação do capital intelectual por meio do desenvolvimento de software e hardware, então, obviamente, estaríamos ajudando na linha principal do Governo, que busca incentivar alguma empresa no mundo para que faça investimento na fabricação de semicondutores e eventualmente até microprocessadores no Brasil. Obviamente, na carona disso, o software é consequência.

Dentro do tema de modelo industrial, temos a situação atual da TV analógica, que gostaríamos de dividir com V. Ex^{as}.

Hoje o sistema consiste da seguinte forma: montagem de um conjunto mais agregação final. Com esse modelo, o que tem acontecido? O Brasil vem diminuindo, ano a ano, o conteúdo local para componentes fabricados aqui.

Temos agora esse quadro, por área de atuação, da indústria eletroeletrônica, de 2002 a 2004, onde todos os números demonstram um crescimento nas importações, com exceção de equipamentos industriais. O gráfico procura mostrar a balança comercial do setor, em que podemos notar claramente um déficit relevante. E, dentre os componentes mais importados, temos os semicondutores, com uma variação de 38%, de 2003 para 2004; componentes para telecomunicações, e aí entra uma quantidade muito grande de produtos, 58%; também nos chama a atenção o cinescópio, com 56% de crescimento nas importações.

Continuando, então, com o modelo industrial, quais são as possibilidades que teríamos para a TV digital? Basicamente continuar no mesmo modelo que vem sendo utilizado para a analógica, que, na posição da Abinee, seria uma continuidade da situação que acabamos de expor. E as oportunidades que teríamos para a mudança seria sintonizarmos isso com a atual política industrial, através do apoio e desenvolvimento do projeto, do software e da fabricação de mais componentes no Brasil.

Com isso, certamente aproveitaríamos o momento da inclusão de uma tecnologia de importância relevante para o País para auxiliar o Governo na implementação da indústria local, que está alinhada com a política industrial.

Os componentes que temos, hoje; padrões disponíveis no Brasil.

Como já cometei, a placa de circuito impresso é a base onde se montam os componentes eletrônicos, alguns semicondutores. Aí se incluem as memórias, mas não se incluem os de maior valor agregado, que seriam microprocessadores e periféricos do microprocessador, componentes passivos. Todos estão disponíveis. Temos displays, porém não temos ainda o LCD e plasma em alta definição, a não ser na forma standard, que não acredito que será demandado na inclusão da TV digital, porém a base está aí, está disponível. É uma questão, como comentei antes, de que essas grandes empresas corporativas de atuação global façam a transferência dessa tecnologia muito rapidamente para o Brasil. Obviamente os componentes indicados vão nascer com essa nova tecnologia e, certamente, incentivamos que o projeto e o desenvolvimento do software tenham oportunidade de ser desenvolvidos no Brasil, gerando, como consequência, benefício para a área de hardware.

Alguns exemplos de como poderemos fazer a implantação da disponibilidade de componentes dedicados.

Poderemos dividir em três etapas ou três fases; em cada fase, efetuiremos um tipo do estágio do pro-

cesso de fabricação, da concepção até a montagem e caracterização.

Precisaríamos buscar – e esta tem sido uma bandeira da Abinee – regras definidas e claras por intermédio da política industrial do Governo: pensar não só no curto prazo, mas no longo prazo; continuar com componentes de fabricação local; uma melhor clareza na definição do modelo industrial que possa ser rediscutido na fase de implantação dessa nova tecnologia, trazendo uma esperança renovada para a indústria de componentes.

Muito obrigado.

Era o que tinha a apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Vou dar crédito ao senhor de três minutos e 19 segundos, para as outras perguntas e respostas.

O SR. FERNANDO GUERRA – Ok. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Então saldo à disposição da Abinee para responder a outras perguntas. (*Risos.*)

Vou passar a palavra ao Ricardo Beneton Martins, Diretor da TV Digital da Fundação CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações), sabendo que aqui do seu lado está o Paulo de Tarso, que falou que vive em função de arranjar dinheiro para o CPqD. Não se esqueça disso.

Com a palavra o Ricardo.

O SR. RICARDO BENETON MARTINS – Dr. Hélio

Costa, em nome do CPqD, cumprimento as autoridades presentes nesta sala, outras autoridades presentes, senhoras e senhores, muito bom dia a todos.

Antes de mais nada, é uma honra estar aqui, inclusive, como já foi dito, sendo pago pelo Dr. Paulo Lustosa. (*Risos.*)

Não vou fazer apresentação com slides; acho melhor falar um pouco do que o CPqD vem fazendo nesse trabalho e como se insere a metodologia que o CPqD adotou para atuar neste assunto, que, como os senhores estão vendo, é bastante interessante.

O CPqD foi chamado pelo Governo, na verdade, como órgão de apoio à decisão. Como o Dr. Paulo Lustosa mostrou muito bem, esse projeto precisou, por assim dizer, em função da sua complexidade e dos interesses que existem em jogo, de uma fase de apoio à decisão. O Brasil entendeu que era melhor pensar com muito cuidado no que vai fazer com relação a essa transição que poderia ser meramente tecnológica e se mostrou muito mais do isso, como os senhores viram aqui, em apenas dois grupos diferentes de interesse; teremos outras opiniões, outros interesses, outros desejos, todos eles expressados por meio do Comitê Consultivo, por exemplo.

Então o que ficou claro é que temos em nossas mãos uma decisão que ultrapassa em muito a questão tecnológica, envolvendo política industrial, modelo de negócio e uso adequado do espectro, assuntos prementes que estão na mídia o tempo todo.

Em função disso o CPqD foi chamado e desafiado – vou fazer uma brincadeira com o Dr. Paulo Lustosa, se ele me permitir – a evitar o “dromedário”, ou seja, como poderíamos, num grupo de trabalho envolvendo dez Ministérios, um Comitê Consultivo com mais de 30 representantes e interesses tão diversos em assuntos aparentemente desconexos, como tecnologia, política, inclusão digital, ação social, coordenar tudo isso em uma única metodologia, de forma a permitir uma análise consistente e séria que possibilitasse a decisão mais adequada possível? Esse desafio o CPqD encampou com maior tranquilidade, porque, na verdade, ele já vinha nessa direção há muito tempo. No início de 1998, como disse o Professor Paulo Lustosa, o CPqD já havia iniciado esse trabalho da TV digital.

Também iniciamos com uma visão meramente técnica, mas, ao longo dos trabalhos, nos relatórios integradores, contamos com as respostas da sociedade organizada. No trabalho que fizemos com a Natan, em 2002, percebeu-se claramente que o assunto ultrapassava em muito a questão técnica e que se deveriam discutir vários outros aspectos além da questão técnica.

Em 2003, então, houve a demanda de ampliar esse debate. O Governo expressou o seu desejo de verificar as possibilidades de usar essa transição tecnológica para obter outros resultados, como, por exemplo, uma melhoria da inclusão digital, conforme observado pelo pessoal da Abinee, e o fortalecimento da nossa indústria de cultura audiovisual. Na verdade, todos esses atores entraram em jogo, tornando a análise do sistema bastante complexa.

Vou falar rapidamente como o CPDQ está fazendo esse trabalho junto com o Grupo Gestor e o Ministério das Comunicações.

Adotamos uma abordagem chamada – desculpem o tecnicismo – *forecasting*, que nada mais é do que trabalhar com análise de riscos e cenários. Os cenários com os quais trabalhamos não são previsão de futuro. Não é possível prever o futuro da TV digital. O que se faz é traçar cenários possíveis, cenários plausíveis do que seria o Brasil com a TV digital. Esse tipo de análise é o que chamamos cenário de cadeia de valor.

Fizemos um levantamento das diferentes possibilidades de integração ou não dos diferentes atores da indústria, produtor, consumidor final, usuário e emissoras atuando no mundo com a TV digital em função dos diferentes modelos existentes. A partir

desses cenários, é possível começar, por exemplo, a externar questões do tipo: como fica, então, o mundo da política industrial e o setor eletroeletrônico em cada um desses cenários?

Para isso foram levantados esses tipos de cenários. Pedimos à sociedade civil organizada que se imaginasse nesses possíveis cenários e verificasse o que atenderia a sua expectativa com relação à introdução da TV digital.

Além desses cenários de cadeia, também fizemos análise de cenários macroeconômicos e observamos algo muito importante para nós e do qual não podemos abrir mão: a renda disponível do brasileiro. Fizemos uma análise macroeconômica, trouxemos para a microeconomia e concluímos que o Brasil tem um sério problema de renda – é claro, todos sabemos disso.

Temos uma certeza muito clara de que não podemos impor à sociedade brasileira o desejo de comprar um equipamento sem que isso traga nenhum tipo de benefício, muito menos se esse custo for elevado. É claro também que temos de respeitar, como disse muito bem o Fernando Bittencourt, o Brasil. Nós sabemos, o senhor melhor do que eu, que o Brasil tem uma pirâmide social muito díspar e, portanto, não se pode, numa tentativa de trazer benefícios às pessoas de baixa renda, criar legados ou dificuldades para o setor que vende, para as pessoas que, efetivamente, podem consumir.

Isso traz, além do aspecto político, um outro desafio para o nosso projeto: o aspecto tecnológico. Mais de 800 mil pesquisadores foram contratados para trabalhar soluções tecnológicas que permitam, se possível, o que chamamos de modelo flexível. O que seria isso? De que forma seria possível garantir que as emissoras que queiram passar a HDTV ou SDTV ou programas interativos possam fazê-lo à vontade e que o usuário final tenha usufruto dessa possibilidade sem um ônus excessivo por isso?

Como muito bem disse o Bittencourt, vemos hoje a situação do HDTV e do SDTV. Há uma diferença de preço significativa entre esses dois, por enquanto. Há uma tendência de que boa parte dessa CPU, desse computador, tenda a baixar de preço ao longo do tempo. Mas nós temos uma questão de implantação no Brasil. Sabemos que vamos passar pelo menos 10 ou 15 anos nessa transição simultânea, quer dizer, analógica e digital ao mesmo tempo. E é um tempo muito longo. Também se sabe que, durante esse tempo muito longo, como muito me disse o Senador Hélio Costa, regiões e pessoas não vão querer fazer esse tipo de coisa.

Então, como posso garantir que a indústria ofereça equipamentos tanto de baixo custo, para aque-

las pessoas que querem pouco ou não querem muito, quanto de alto custo, para aquelas pessoas que terão na sua casa um televisor de plasma de 42 polegadas, por R\$ 19 mil, e tudo mais?

O grande desafio do projeto é definir uma arquitetura de sistema que seja suficientemente flexível para garantir que a indústria possa produzir equipamentos tanto sofisticados quanto muito mais simples, garantindo à população de baixa renda o acesso a essa tecnologia e também à população com mais poder de compra o acesso ao HDTV e a todas as possibilidades de alto custo que envolvem a TV digital.

Aqui, abro um parêntese – desculpem-me. É bom lembrarmos sobre o *set up box*, essa caixinha que vai ficar colocada em cima do televisor que vai fazer a conversão digital/analógico. Hoje, quem tem TV por assinatura – todos aqui devem ter – tem em casa isso, a caixinha que recebe um sinal ou do cabo ou do satélite e que converte para um sinal na sua televisão, que pega em PAL-M, analógico. O digital será uma coisa muito parecida. Algumas pessoas poderão comprar um televisor integrado que já vem com um conversor embutido ou nem converter mais, pois tudo será digital. Outras pessoas ainda vão passar um bom tempo comprando apenas o conversor, porque não terão condições de comprar o televisor digital inteiro.

Esse conversor nada mais é que um pequeno computador. É um computador simplificado, com algumas funções como as de um computador. Então, quando ouvimos palavras assim como *middleware* ou *set up box*, pensem que é um pequeno computador, uma caixinha, que tem dentro algo muito parecido com um computador. Vai haver lá o seu disco rígido, a sua memória fixa, a sua memória RAM, a sua memória operacional, um sistema de software que vai fazê-lo funcionar quando é ligado e os aplicativos que todos usamos aqui – seja Windows, seja Linux, todos usamos esses pacotes de aplicativos - que são, na verdade, os programas de televisão que vão estar entrando lá dentro. É uma arquitetura muito parecida com a de um computador.

Portanto, não há nenhum problema em imaginarmos arquiteturas que resolvam problemas brasileiros e elas não se tornarem uma arquitetura isolada. Isso é muito importante. Não tem mais sentido compararmos essa questão do padrão brasileiro com o PAL-M, por exemplo. Na verdade, o PAL-M foi uma decisão de transição analógica, uma decisão de se fazer uma transmissão em cores. Discutiu-se somente a questão da transmissão e é analógico. Com o digital, agora, quando se fala em fazer uma arquitetura digital, pode-se fazer uma arquitetura de computador que seja, por exemplo, voltada a um tipo de público, mas que funcione

e para o qual se encontrem componentes no mundo inteiro. Hoje em dia, o próprio programa PC Conectado é isso. Na verdade, é uma tentativa de procurar diferentes arquiteturas de computadores que abaxiem o preço, mas os componentes estão aí no mercado. Então, é muito difícil – eu diria que é quase impossível – fazermos algum sistema ou desenvolvermos uma arquitetura que vai me isolar do mundo. Não tem como. Na verdade, vamos estar sempre comprando peças, partes, conjuntos para montar esse circuito impresso, como foi dito pelo pessoal da Abinee.

O desafio tecnológico que está sendo colocado agora no Brasil é que tipo de projeto o País tem condições de fazer, então volta o que disse o pessoal da Abinee. O projeto, a arquitetura do sistema é a inteligência do processo. Que tipo de projeto podemos fazer para atender a essa complexidade e flexibilidade, que também provoque, por exemplo, a indústria audiovisual para que ela possa atingir o mercado que deseja e a política industrial, a indústria de condutores, de semicondutores e componentes, para que ela possa também produzir mais software e componentes, a fim de dar ao Brasil uma certa autonomia nesse aspecto?

O CRT é um exemplo muito claro. Sabemos muito bem que, se nada for feito, com a televisão digital entrando no Brasil, nossos monitores vão ser todos importados – vamos ter de realmente pensar nisso.

Além disso, temos o projeto. Podemos imaginar uma espécie de uma Embraer. Não é preciso fazer o avião com peças nacionais, mas pode-se pensar o avião com várias peças importadas e montar um avião que tenha a cara do Brasil.

Na verdade, nada impede que esse mesmo conjunto arquitetônico seja muito bem exportado, porque se pode exportar o *set up box* ou exportar partes dele, pode-se exportar o projeto do *set up box*, pode-se adaptá-lo para diferentes países, como acontece exatamente hoje na indústria de semicondutores, na indústria digital, na indústria de computadores. Há diferentes arquiteturas para diferentes usuários e diferentes mercados. A mesma coisa acontece com o celular. O celular, hoje em dia, é um pequeno computador também, em que há diferentes possibilidades de arquitetura para atender a celulares que vão desde R\$100 até R\$1500, em função do que se quer oferecer naquele pequeno componente eletrônico. A mesma coisa se aplica à TV digital.

Com relação ao que o CPqD está fazendo é, de um lado, trabalhando de forma integrada com o grupo gestor, procurando oferecer, em função das demandas desse grupo, as informações significativas, relevantes, apoiadas em decisões outras que tecnológicas, além da tecnológica. Essa questão do modelo de exploração,

do modelo de negócio, como vai ser feita a outorga. Tudo isso está em discussão.

Por outro lado, o CPqD trabalha também como integrador, ou seja, ele recebe todas as informações desses vinte consórcios que foram formados pelas universidades, que estão trazendo pedaços desse pequeno computador. É a camada de transporte. Vamos imaginar pequenas pecinhas que montam essa caixinha. O CPqD está recebendo isso e montando; nós dizemos “integrando” isso tudo, porque, no final, não vai sair um dromedário, e sim alguma coisa que funcione e que tenha uma configuração interessante para o mercado.

Então, esse trabalho vem sendo feito pelo CPqD como instrumento de apoio ao Governo. Vamos deixar isso claro. As decisões são tomadas pelo Governo. O CPqD é apenas o instrumento demandado para fazer o levantamento de algumas questões e entregar essas informações para o Governo, que as analisa e toma as suas decisões a partir delas. Depois, então, o CPqD incorpora as informações em função do que o Grupo Gestor decidiu.

Então, prefiro dar esse mapa muito rápido de como o CPqD está trabalhando. Depois, durante a discussão, se houver algumas perguntas, poderei apresentar alguns desses pontos com mais detalhes.

Aproveitando esse gancho, eu gostaria de mencionar outra coisa importante. A questão da interatividade é outra coisa que o Brasil elegeu como diferencial. É bom deixarmos muito claro.

Quando o Governo lançou o desejo de desenvolver o padrão nacional, ele colocou claramente o desejo de ver o quanto esse padrão pode ajudar na inclusão digital. Esse é um diferencial do Brasil em relação ao resto do mundo, tanto que, não sei se os senhores sabem, na Europa há um projeto chamado Atenas. É um projeto da Comunidade Européia, que está discutindo exatamente como vão fazer o desligamento.

Como disse o Fernando Bittencourt, em algum momento, terá que ser desligada a transmissão analógica, para ficar apenas a digital. Na Europa, alguns países não tiveram e não vão ter problemas, como é o caso da Alemanha, da Dinamarca e da Noruega. Mas boa parte dos países da Europa do Leste tem sérios problemas. Eles não estão sabendo como promover em uma população de baixa renda, de uma renda bastante reduzida, o desejo de comprar um receptor digital, porque ela não sabe o que vai fazer com isso.

Citaram, nesse documento deles que saiu no início deste ano, o Brasil como grande exemplo. A idéia do Brasil de considerar a televisão como instrumento, de trazer *set up box* como instrumento para favorecer a inclusão digital pode ser, sim, um vetor que promova

nas pessoas de baixa renda o desejo de adquirir o *set up box* para ver televisão e também para outros serviços que elas queiram usufruir. O Brasil é citado em documento da Comunidade Européia como um bom exemplo de país que teve uma decisão interessante, que pode ser rica no momento do *sitting off*.

Com isso encerro e fico à disposição de perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Obrigado ao Sr. Ricardo Beneton Martins, Diretor da TV Digital da Fundação CPqD.

Como autor do requerimento, juntamente com o Senador Sérgio Cabral, peço permissão aos meus colegas Senadores para fazer a apresentação das minhas propostas de perguntas para os ilustres convidados, inicialmente, manifestando a preocupação da nossa Comissão em discutir esta questão amplamente e obter as informações que estamos tendo a partir desta audiência pública.

Vejo, por exemplo, que o Paulo de Tarso Lustosa da Costa trouxe informações importantíssimas. Nem o Ministério das Comunicações nem ele, como Secretário Executivo, estão preocupados com o que nós chamamos de atraso da implantação da TV digital, citando datas muito definidas, como dezembro do ano que vem. Então, temos uma data marcada. O nosso encontro com a TV digital já tem data, não é uma coisa perdida no espaço.

Não sabendo quando esta Comissão vai se manifestar e quanto tempo terá a indústria, principalmente aqueles diretamente envolvidos na produção de TV para implantar a TV digital, senti nas palavras de Fernando Bittencourt o otimismo com que ele encara a implantação da TV digital, concentrando praticamente as suas observações sobre a HDTV, ou seja, a televisão de alta definição. Nesse sentido, vou fazer-lhe uma pergunta na seqüência.

Fernando Guerra, certamente, mostrou que a indústria está se adaptando, adequando-se a uma nova era que está chegando, e com data marcada, conforme dissemos.

Há a preocupação do Ricardo Beneton Martins com o sistema, que é analógico/digital. Como vamos nos enquadrar nessas necessidades?

Citei, no início de nossas observações, a questão americana. Nos Estados Unidos, está havendo uma dificuldade imensa para determinados setores absorverem a TV digital, que entra em operação agora em julho. Imaginem para nós, que temos, conforme disse Paulo Lustosa, 80% de nossos aparelhos ainda com 14 polegadas, muitos em preto-e-branco. Ainda estamos muito atrasados nesse departamento para falarmos de uma forma tão especial da HDTV, mas não da TV

digital. Não podemos nunca fazer confusão entre TV digital e TV de alta definição. TV de alta definição é para rico – vamos colocar nesses termos. Quem tem TV de alta definição já pagou US\$1 mil, R\$3 mil para ter um bom aparelho de TV digital. A TV digital, nesse momento, tem que ser via satélite. São mais R\$70,00 por mês. Assim, vão-se somando as coisas.

Quando a TV de alta definição vai chegar ao povo? No Brasil, não sei. É algo tão remoto que não me atrevo a dizer quando vamos chegar a ter TV de alta definição lá na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, Senador Roberto Saturnino, ou em um conglomerado de qualquer grande cidade do Brasil.

Agora farei as perguntas, iniciando pelo Dr. Paulo de Tarso, meu amigo.

Paulo, o Governo teve a preocupação de retirar o PIS/Cofins do programa do PC Conectado. A Receita Federal, que não abre a mão de nada, é munheca, aperta todo mundo pela cabeça, fez uma concessão, porque se trata de um programa que tem a chancela do Presidente Lula e do Palácio do Planalto.

Primeiramente, queriam vender computadores ao pobre por R\$1.600,00, a prestação. Já chegaram à conclusão de que ofereceram por R\$1.600,00, mas as lojas todas de eletrodomésticos anunciaram por R\$850,00. Para montar em casa sai por R\$700,00. Então, retiraram o PIS/Cofins do PC Conectado.

Pergunto a Paulo Lustosa se é possível tirar o PIS/Cofins e o Ministério fazer esse entendimento com a Receita a respeito do *set up box*. Se ele é tão importante para fazer-se a interação digital da sociedade, quem não puder comprar um aparelho de TV digital poderá comprar o *set up box*? Se essa caixinha é tão importante, é evidente que o Governo deve defender que não haja tributação, principalmente de PIS/Cofins. É a mesma coisa que se fez com o PC Conectado. Quem tiver o PC Conectado deverá ter a caixinha de conversão. É a primeira pergunta. Podemos fazê-lo. Se pudermos, vamos trabalhar nesse sentido.

Há outra coisa importante para tratarmos com o Paulo. Fiz aqui uma série de anotações importantíssimas.

V. S^a recorda-se de que a MP nº 195, a respeito dos bloqueadores nos aparelhos de televisão, foi rejeitada no Senado? Vinha corrigindo uma MP anterior e foi rejeitada. Ao rejeitarem essa MP, a indústria ficou em uma situação complicada. A partir de junho de 2004, a indústria tinha que implantar em cada aparelho de televisão produzido no Brasil esse dispositivo bloqueador. Não o está fazendo. A multa para quem não está fazendo a inclusão do bloqueador é de 30% sobre o valor do aparelho. Então pergunto mais uma vez ao Paulo: o que está sendo feito no Ministério das

Comunicações para encontrarmos uma solução para isso? Já temos dez milhões de aparelhos feitos, cinco milhões de consumo interno; eles não estão vindo com esse bloqueador, e, de repente, se tiver que pagar essa multa de 30%, vai quebrar a indústria toda. Pergunto a opinião, primeiro, do Paulo Lustosa, e, evidentemente, quero também ouvir o nosso Fernando Guerra, Diretor da Abinee, sobre o que essa situação.

Devo apresentar ao Fernando Bittencourt, com relação à Abert, a preocupação maior, porque notei o grande entusiasmo dele com relação a todos os sistemas que serão disponibilizados. Ele fez uma exposição muito qualificada, mostrando que todo o resto, fora a TV aberta, é pago, quer dizer, telefonia celular, imagens seqüenciadas, 3G, tudo isso é pago, TV a cabo, etc. Mas na TV aberta é que eu estou interessado, porque a TV digital, da maneira como nós pretendemos implantar no Brasil, vai abrir uma extraordinária avenida de opções para toda aquela população que usa TV aberta, que não tem recursos para pagar TV a cabo, que não tem como acessar a TV via satélite, que terá que conviver com a TV a cabo. Então, o que essa TV digital vai conseguir colocar no mercado para todos nós?

Ainda agora pela manhã, ouvindo os nossos consultores – nós pedimos insistentemente e conseguimos incluir nessa famosa comissão que está estudando a TV digital, Paulo Lustosa, dois jovens competentes, consultores do setor de apoio legislativo do Senado, o Igor Villas Boas e o Luís Fernando, que estão acompanhando esses entendimentos –, é exatamente o que nós estávamos discutindo agora há pouco, porque um dos serviços que serão colocados à disposição do grande público dizem respeito à educação à distância, que vai usar um desses canais, quando se produzir televisão de alta definição. Nós precisamos de quatro canais – isso já foi falado aqui várias vezes. Cada um tem 1,5 MHz, então se juntam os quatro para fazer uma transmissão em alta definição. Mas pode-se fazer isso à noite, no Jornal Nacional, no filme das nove horas da noite, agora não precisa fazer com aqueles apresentadores da tarde, aqueles programinhas que, na verdade, pouco têm a ver com televisão instrutiva em alta definição. Não preciso ver a barriga de ninguém em alta definição, ou a feiúra de ninguém em alta definição; pode ser em baixa definição. Prefiro usar os canais para situações muito mais produtivas, como, por exemplo, a educação à distância.

Então, você pegaria um desses quatro canais e converteria num portal da educação interativa. Por isso a TV digital é importante. O Telecurso, da TV Globo, por exemplo, foi um grande sucesso, mas não tinha

interatividade. Com a TV digital será possível ter a interatividade? Sim.

Já existe hoje uma larga discussão – e o Paulo Lustosa está acompanhando – a respeito da utilização dos canais, cinco e seis, exatamente para fazer o acesso de retorno. Eu estarei em casa, assistindo a um curso, com a TV digital, daqui a quatro, cinco anos, mas poderei falar também; não vou apenas ouvir e ver, mas poderei falar, dar a minha opinião, discutir, perguntar.

Essas coisas todas é que me fazem considerar a TV digital como algo da maior importância. Não é, necessariamente, para nós assistirmos a uma TV de alta definição, porque, se eu quiser TV de alta definição, já tenho. Alugo um DVD, coloco no meu aparelho; se ele tiver número de linhas suficiente para ser um aparelho de alta definição, não preciso de mais nada, já tenho televisão de alta definição em casa. Ou então qualquer uma dessas transmissões via satélite, alguns dos canais, até os melhores, diga-se de passagem. O Discovery, por exemplo, é em alta definição. Basta ligar no Discovery para ver uma belíssima imagem.

Preocupo-me em saber de se nós estamos orientando toda essa proposta de TV digital para que a grande população tenha acesso e possa receber todos os benefícios que a TV trará. Caso contrário, será um grande esforço que vai, na realidade, atender aos ricos, como eu falei, não àqueles que realmente precisam dessa interatividade.

Preciso que o Paulo me diga rapidamente como está a liberação de recursos no Ministério das Comunicações, porque, vez ou outra, o Dr. Palocci interfere nesse processo e contingencia o que deveria liberar. A palavra é difícil de se falar, mas facilíssima para o Ministério da Fazenda pôr em prática. Colocou o dedo na frente, não sai um tostão.

O que está acontecendo com os recursos destinados à implantação da TV digital? O Ministério está conduzindo, por intermédio desse projeto especial, dez projetos importantes que contam com a participação de 80 instituições brasileiras. Houve liberação de uma parte dos recursos, mas precisamos liberar mais. Como está isso? As notícias são boas ou más? Como estamos caminhando?

Não quero ficar falando o tempo todo sem dar oportunidade para os meus companheiros Senadores. Prefiro passar a palavra a V. Ex^{as}.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Convidados e Palestrantes, inicialmente quero parabenizar o Presidente pela iniciativa de promover esses debates tão impor-

tantes para esclarecer não só aos Senadores, mas à sociedade brasileira sobre a TV digital no Brasil.

A pergunta que vou fazer é para o Dr. Paulo Lustosa. Todas as palestras foram importantes, elucidativas e fiquei preocupado com a possibilidade de se instalar na América do Sul, nos países do bloco comum do Mercosul, modelos diferentes: um opta pelo japonês; outro, pelo americano; e um terceiro, pelo europeu. Já temos problemas na área de energia elétrica da conexão – as redes de transmissão de energia elétrica dos países da América do Sul são diferentes –, o que cria muitas dificuldades. A integração ferroviária dos países da América do Sul também representa uma grande dificuldade em função das diferenças de bitola dos trilhos. Gostaria de saber se está havendo alguma tratativa dos Governos desses países no sentido de colocar um sistema comum que facilite a indústria do Mercosul e todo o trabalho nessa área digital?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Foram muito interessantes as exposições, mas preferiria ouvir as respostas principalmente às indagações do Presidente que foram extremamente oportunas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Passo a palavra ao Dr. Paulo de Tarso Lustosa.

O SR. PAULO DE TARSO LUSTOSA DA COSTA – Meu caro Senador, fiquei feliz com a intervenção de V. Ex^a. A marca maior da política do Governo na área de telecomunicações ou na área de comunicações **latu sensu** é a responsabilidade constitucional. Somos responsáveis pela formulação e implementação das políticas de comunicação do Governo: a comunicação rádio televisiva, a comunicação digital e a comunicação postal. Todas essas políticas devem convergir para um processo de inclusão social, tanto é que a grande marca – e isso foi bem colocado pelo Senador – da política de comunicação do Governo é a política de universalização do acesso. Estimulamos a competição entre os operadores exatamente para reduzir custos e ampliar a universalização, que é o ponto focal.

V. Ex^a colocou muito bem quando disse *high definition*. É ótimo termos 1.460 megapictures por 1360, mas podemos ter, no nosso sistema de televisão digital, algo em torno de 480/480, o que possibilita uma belíssima definição, sem chuva. Não tenho dinheiro para comprar um DVD; a minha TV digital vai ser o meu DVD. Não tenho chance de ter três ou quatro televisões, mas a minha mulher pode assistir à televisão numa banda e eu, ao jogo da seleção brasileira em outra banda. Posso fazer aquilo que o Sr. Senador falou: interatividade. Posso ter canal de retorno para ter interatividade. Com isso, a educação à distância passa ser muito mais sofisticada.

Fico muito feliz com a sua exposição, Senador, porque bate com o que estamos pensando. Não estamos olhando se teremos *high definition* ou não. Os seus consultores aqui já falaram. Com uma TV de plasma, uma tela de LCD a imagem possui uma qualidade belíssima, mas quem pode ter acesso a isso? Na área da telefonia celular estamos estimulando a migração do 2G para 3G para melhorarmos a qualidade, mas as pessoas poderão pagar? Aqui no Brasil usa-se o celular para falar, mas, na China – e estive lá –, ele é usado para ouvir, porque o pré-pago é só para ouvir. É um instrumento fundamental para a inserção no mercado de trabalho, o bombeiro, eletricitista, etc. Na China, o celular desses profissionais é usado somente para curtas mensagens. Essa é uma característica da sociedade porque o mandarim opera por ideogramas, e um ideograma fala por uma frase enorme. Por isso, 60% das receitas dos celulares da China provem das pequenas mensagens.

Temos 60 milhões de televisores de tamanho ínfimo, e estão incentivando o PC conectado. Sou totalmente de acordo com a idéia de dar incentivo para que se tenha um *set up box*. Também temos de discutir com as redes de televisão aberta, inclusive com a Abinee, pois com a quantidade de *set up box* que vamos fazer, só com o tamanho da produção necessária, o preço cairá de maneira dramática. Em segundo lugar, se reduzirmos os tributos federais, se excluirmos os tributos que ainda não existem nos Estados, já que temos uma tributação enlouquecida nos Estados – em termos de serviços industriais de utilidade pública as tributações vão de 25% a 35% de ICMS, e provavelmente embutiram esse valor nos equipamentos –, se tivermos uma redução... E como se trata de parceria por adesão dos Estados, a redução é plenamente aceitável. Essa alternativa também é viável para as redes, já que elas vendem publicidade, ou seja, quanto mais cabra, mais cabrito, quer dizer, quanto mais gente assistindo à televisão, melhor para eles. As redes também devem colaborar para a redução do preço do *set up Box*. O anúncio do Bombril chegará a um número maior de pessoas e venderá com muito mais facilidade.

A segunda colocação feita pelo Senador diz respeito à MP-195, aos bloqueadores. Na verdade, houve um atraso geral nessas definições. Entramos em contato com a Casa Civil e sugerimos uma dilação de prazo. Isso foi feito. A Abinee foi comunicada desse adiamento. Mas, Senadores Roberto Saturnino e Valdir Raupp, temos de começar a criar uma lógica, uma regra para as relações do Estado com o cidadão. Não é possível impor uma multa ao cidadão se a precariedade, a falha, a indefinição e a indecisão foi do Estado.

Temos que começar a estabelecer um tipo de relação de reciprocidade Estado/cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Fiz essa observação, Dr. Paulo, porque está em vigor a multa.

O SR. PAULO DE TARSO LUSTOSA DA COSTA

– Mas sugiro até que a Comissão proponha uma alternativa. Já que o Senador Renan Calheiros está propondo um fórum de desburocratização, essa é uma medida para chegar até o próprio Congresso Nacional. Será a Comissão dizendo que não tem sentido impor a multa se o atraso deriva de uma indefinição por parte do Governo.

Essa é a posição que queria expor.

Como foi dito pelo Beneton, e queria apenas fazendo uma referência ao Fernando Bittencourt, a arquitetura não é isolada. Mais uma vez, insisti com aquilo em que fui mal interpretado. Não estamos querendo reinventar a roda. As tecnologias estão aí. Sabem qual é o lado bom da globalização? É quando vemos que o Prêmio Nobel não é mais de apenas uma pessoa, mas de quatro, cinco. Tem uma pessoa em Bangladesh e outra na Boca do Acre trocando informações, experiências e conhecimentos, promovendo essa sinergia. Isso é importante. Hoje, a velocidade da inovação tecnológica, a instantaneidade da informação e o processo de integração do sistema em todo o mundo não nos permitem pensar em inventar. Você está querendo fazer o quê? Aquilo que disse o Senador de maneira muito objetiva e precisa: queremos que o povo tenha acesso. Não é demagogia. Não é populismo barato. Estamos olhando os modelos de negócio... Eu, pessoalmente, tenho uma tese: não quero nenhuma empresa nem tem a responsabilidade social. O empresário sim, mas a empresa não. A empresa é para dar lucro, para ser competente. E o Estado é para cobrar os tributos delas. Queremos que as empresas dêem resultado, que elas não devam, apesar das multas oficiais para nada, das reservas de mercado, das proteções e que possamos dar acesso. O que estamos querendo...

O senhor falou no PC conectado. Agora estamos lutando por algo chamado professor conectado e aluno conectado, porque acreditamos que será o maior instrumento de política pública. Por isso estamos discutindo hoje o *laptop* de 100 dólares. Pode até não sair. E já começamos. Uns “milicos” que trabalhavam com informática já estão querendo apresentar e trazer um protótipo deles. O pessoal da USP e o Negro Point, nos Estados Unidos, também. Se o *laptop* não for por 100 dólares, mas se conseguirmos chegar aqui por 200 ou até 300 dólares para vender e fazer um esquema em que o Governo Federal entre com um bônus, o estadual, com outro, o municipal, com outro, e o professor,

que ganha uma renda muito miserável, entre com uma parte pequena, financiada na base da TJLP, não será nem de 2%, que não é justo; devia ser pela TJLP.

Alonguei-me um pouco nessas colocações. O último ponto a falar para os Senadores seria relacionado aos recursos.

A vida de gestor público é um negócio. Um meninas da imprensa até se comprometeram a escrever para mim, ajudar-me a ser *ghost writer* no livro que quero mostrar a via *crucis* do gestor público, porque ele sonha com algo bacana e, depois de seu projeto passar por uma série de passos dramáticos, em um momento como o de agora, vem o contingenciamento, como disse o Senador. Lamentavelmente, depois de dois meses, o ano estava rolando, veio o contingenciamento...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) –

Aliás, vou mudar essa palavra. Em vez de contingenciamento, que é tão difícil, vou botar “palocciamento”.

O SR. PAULO DE TARSO LUSTOSA DA COSTA

– Mas isso não é culpa do Ministro Palocci. Isso é uma crônica de uma morte anunciada. Essa história já vem de muito tempo.

Mas vem o tal do contingenciamento – temos que aumentar o superávit fiscal, etc. Aí o sujeito comunica assim: secretário executivo, avise o Sr. Ministro que precisamos fazer um contingenciamento de apenas 70% dos seus recursos. E acrescenta: não dá para pagar nem o plano de saúde. Mas dá. Aperta, faz a racionalização. Então, o contingenciamento nos levou a alguns problemas dessa natureza, mas não é apenas ele. Depois que se contingencia, vem outra etapa: limites de empenho. Aí você fica esperando o decreto. Vem o decreto do limite de empenho e permite empenhar bem pouquinho. Mas é possível dar um jeito, dá para resolver uns negócios. Mas não saiu o seu limite de pagamento. Então, não adianta nada. Ganhou, mas não tem como pagar. Então, a novela, normalmente, é essa lógica de operação dos recursos do setor público.

Quero apenas dizer que nós liberamos. Está aqui. Vou dizer para o Senador o que já deliberamos. Temos três lotes dos estudos de pesquisa, fora os trabalhos desenvolvidos pela CPQD. Quanto ao valor total da primeira parcela, já liberamos 19 milhões só para a Finep. Ela ainda não desembolsou tudo. Está fazendo um pouquinho de caixa. Porque esse negócio de fazer caixa ficou uma lógica de todos. Todos querem fazer um pequeno superávit. Ela não desembolsou tudo por causa do andamento dos cronogramas. Falta liberar isso. Nós assinamos anteontem os contratos. O Dr. Gadelha está aqui. Todos já assinamos os contratos; empenhamos, pois só podíamos assinar o contrato

depois de estar empenhado. E todos da CPqD cobravam os contratos e eu falava “Como é que eu assino o contrato, se não tem empenho?” Recebi o limite de empenho, empenhei ontem onze milhões e poucos para o programa. Estamos esperando o decreto que não saiu. Saiu de todos os Ministérios, mas o nosso não saiu. Eu falei que foi um erro do tipógrafo – mas não existe mais tipógrafo agora -, da pessoa lá, do revisor, que não colocou o nosso limite. Deve ter saído o digitador.

Então, estamos já programados para pagar um milhão e meio que falta de saldo do primeiro e do segundo lote, e liberar mais oito milhões do terceiro lote. Já está tudo pronto para ser realizado dessa maneira. Agora, se houver um empenho adicional para liberar mais rápido esses limites para nós, isso entra em um fluxo normal e natural.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Muito bem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Pois, não, Senador.

O SR. PAULO DE TARSO LUSTOSA DA COSTA

– O Senador é um grande amigo-irmão, meu patrocinador, e eu esqueço exatamente de Casa. Nós temos feito o seguinte trabalho: temos mantido contato com vários países - o Dr. Gadelha e a Drª Regina estão conosco -, em reuniões constantes e permanentes, para que não ocorra isso, pois temos o temor de sermos atropelados por decisões de outros países. A princípio, os entendimentos estão indo muito bem, e nós estamos resguardando essa questão. Não vai acontecer como as bitolas dos *trainers*, nem as redes de energia elétrica, com alteração de tensão dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Há até uma explicação. O Senador Valdir Raupp deve certamente conhecer isso. As bitolas eram feitas diferentes, porque nós tínhamos medo de os argentinos invadirem e aproveitar os nossos trilhos. O Brasil colocava bitola estreita na fronteira.

O SR. PAULO DE TARSO LUSTOSA DA COSTA

– E não dava para eles chegarem aqui, não é?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– E agora não existe mais isso.

O SR. PAULO DE TARSO LUSTOSA DA COSTA

– Então estamos atentos a isso. Estamos procurando desenvolver. Mas algo foi colocado e ressaltado mais uma vez o que falou o nosso Senador, também corroborando as colocações aqui: estamos prontos em termos de indústria para tudo e temos algo objetivo. Nós insistimos. Isso foi até presidido por mim. O Minis-

tro não estava. O Dr. Gadelha e a Drª Regina sabem disso, na reunião em que eu disse “Não tem jeito. O Decreto vai ter o prazo fatal. No dia 10 de dezembro, vocês têm de entregar esse trem todo. Tem de ser tudo já devidamente com as convergências todas, ouvida a indústria, tudo, a conciliação. A conciliação, não. Como se chama? O processo de integração das propostas, nos termos do modelo de negócio, respaldado o tipo de avaliação da demanda pelo serviço, o modelo de transmissão, os softwares que nós podemos embarcar, nacionais, etc.” Até o dia 10 de dezembro isso será entregue ao Presidente, que terá dois meses para tomar a decisão política sobre qual é a melhor opção, o melhor caminho, a melhor alternativa.

Então, como V. Exª mesmo disse, nós temos prazo definido. A indústria e os operadores de televisão podem trabalhar. Agora, existem coisas relacionadas a, por exemplo, essa idéia de *set up box*, colocada pelo Senador. Nós já vamos propor ao próprio Conselho que estude isso para que seja alguma recomendação. E propor às indústrias e aos operadores que comecem a fazer um cenário para baratear o *set up box*, com a colaboração das televisões abertas e da Abinee, para reduzir o valor e dar uma contribuição social mais ampla.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Na sequência, nós vamos ouvir o Fernando Bittencourt, que vai responder às perguntas que foram feitas, mas queria acrescentar à pergunta que fiz para o Fernando Bittencourt, relativa à educação à distância, de que maneira nós poderemos utilizar a TV digital para fazer com que ela chegue ao povão, não só a educação à distância, mas também o acesso a serviços de governo.

O Governo usa hoje o cadastro, banco de dados, informações do SUS, a Receita Federal, as certidões, imposto de renda, tudo isso são informações que podem ser canalizadas dentro de um dos canais de televisão. Há então a TV de acesso institucional, que poderia ser também uma das utilizações dos quatro canais, desde que não estejamos transmitindo 24 horas por dia a TV de alta definição; além, evidentemente, do acesso também à própria rede mundial de computadores por meio dos canais da televisão.

Com a palavra, Sr. Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Obrigada, Senador.

Voltando ao tema da alta definição, de que falei bastante, nós, que vivemos nesse mundo da televisão, sabemos – eu acabei de chegar, há um mês, de uma feira em Las Vegas sobre equipamentos e tecnologia de televisão – que realmente a televisão do futuro é a de alta definição. Assim como hoje ninguém mais fala

“TV a cores”, e sim “televisão”, daqui a dez anos a televisão será a de alta definição. Talvez, daqui a dez anos, a alta definição seja outra coisa. Então, do nosso ponto de vista, não há dúvida de que a televisão do futuro é a hoje chamada de televisão de alta definição, e o que não estiver nessa mídia será visto como um produto de segunda categoria.

Eu diria, fazendo uma analogia bem grosseira, que é como se há trinta e cinco anos se dissesse que televisão a cores somente haverá no cabo e no satélite; a televisão no ar não existe a cores. Evidentemente, quem está no ar será considerado um produto de segunda categoria. Ou então, quando se decidiu por TV a cores, que dissessem que a TV educativa não seria a cores.

Nós estamos discutindo algo para daqui a vinte ou trinta anos, não para amanhã. Uma visão de curto prazo nesse processo pode criar legados e soluções para os quais nós vamos pagar caro nas próximas décadas. Então, a visão é de que todo e qualquer produto que seja feito daqui a dez ou mais anos seja produzido na alta definição; caso contrário será considerado produto de segunda categoria, inclusive a TV educativa. Pensar vamos segmentar o espectro e fazer quatro ou cinco programas de TV educativa é ilusório. Pode funcionar a curto prazo, mas daqui a dez ou quinze anos ninguém vai assistir, porque será um produto de baixa qualidade.

Evidentemente, há solução para a educação: são os atuais canais educativos que poderão utilizar a TV digital muito melhor do que hoje, com interatividade e mais qualidade. Eles serão mais atraentes do que hoje. É uma ilusão pensar que daqui a dez ou quinze anos alguém vai transmitir uma qualidade inferior e conseguirá ser visto. Não vai, porque existirá, no canal do lado, algo de muito maior qualidade que vai atrair os telespectadores.

Então, esse processo, no meu entender, é inexorável. A TV vai evoluir para uma televisão de mais qualidade. Claro que não será da noite para o dia. Com a TV a cores, nós levamos dez ou quinze anos para aumentar a programação. No entanto, hoje eu diria, sem conhecer profundamente, que 90% a 99% de quem mora na Rocinha tem TV a cores, com certeza.

O processo, como todos, começa com aparelhos caros, como foi com o celular. Quanto custava um aparelho celular há dez anos? US\$5 mil? Hoje custa R\$200. Quanto custava um DVD há quatro anos? R\$3 mil ou R\$4 mil? Hoje custa R\$200. É assim que tudo começa, e a TV digital começará também.

Nós temos que desenhar o modelo correto, evidentemente, bem discutido com a indústria e com as áreas de produção de conteúdo, para que seja intro-

duzido de maneira a se disseminar de cima para baixo. Não vejo como poderá ser diferente. Quem vai pagar a conta será realmente as classes A e B, como pagou a conta do celular, do DVD e do CD. No meu entender, isso será dessa forma. Hoje um celular custa R\$200 porque a classe A começou a comprar por R\$5 mil ou R\$10 mil há alguns anos.

A discussão do modelo é importante, pois ele precisa ser bem introduzido e decidido. O custo inicial? É natural a queda do custo do modelo bem decidido.

Não sei se respondi a tudo, mas tentei fazê-lo. Quanto à questão da TV educativa, eu diria que nós temos uma vasta rede de TV educativa no Brasil que, usando a TV digital corretamente, vai se beneficiar muito e alavancar bastante a educação

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Como sou autor da pergunta, vou usar o direito da réplica e, conseqüentemente, lhe darei a tréplica.

É muito importante ressaltar o que eu disse: nós não podemos confundir TV digital com TV de alta definição. Evidente que não há ninguém contrário à TV de alta definição. No futuro, espero que o Brasil inteiro possa comprar caríssimos televisores de alta definição e que todas as emissoras brasileiras estejam transmitindo 24 horas por dia em alta definição, essa é a minha posição, mas lamento dizer, meu caro Fernando Bitencourt, que você está no Brasil com a cabeça americana, você está pensando que temos “um Estados Unidos” dentro do Brasil, e é até verdade. Existe uma França dentro do Brasil? Sim. Agora, quando pensamos no Brasil inteiro, tem que ser por etapas.

Eu morava nos Estados Unidos quando da implantação da TV em cores. Lá, com todos os recursos, com o salário mínimo de US\$1.700,00 por mês, levamos cinco anos para fazer uma conversão do preto e branco para o colorido; o Brasil levou quinze anos para fazer a conversão e ainda produz aparelhos de televisão em preto e branco.

Nos Estados Unidos, 2005 é o último ano em que se produz televisão analógica; o nosso Fernando sabe disso. A indústria americana, a partir deste ano de 2005, não produz mais televisão analógica, só televisão digital para forçar o consumidor americano a trocar o seu aparelho. Nós não podemos fazer isso. Teremos que fazer isso devagar, vamos adotar o mesmo procedimento que fizemos para passar do preto e branco para a televisão a cores, para que a TV em cores chegue a toda a população, aos mais pobres. E, até ela chegar, vai levar um tempão.

Então devemos fazer uma adaptação, sim. Nós não precisamos necessariamente transmitir, conforme eu disse, em alta definição 24 horas por dia. Nós não temos a obrigação de transmitir os apresentadores

barrigudos da televisão brasileira em alta definição. Podemos nos limitar a transmitir os programas educativos, as novelas maravilhosas, os nossos documentários muito bem feitos. Podemos transmitir os filmes que já são tecnicamente em alta definição. Mas por que razão transmitir programa de discussão de auditório? Por que transmitir programas de entrevistas em alta definição? Não há necessidade alguma. Agora – vou até me alongar um pouquinho nessa discussão –, se cada emissora brasileira tivesse que comprar e pagar em licitação pública, feita pelo Ministério das Comunicações, por três canais para completar os quatro canais necessários para a transmissão de TV em alta definição, duvido que alguma delas se propusesse a comprar três canais, mas, como será dado, como o Ministério das Comunicações vai disponibilizar esses canais gratuitamente para cada emissora de televisão que transmitir em digital...

Veja a diferença. Lá nos Estados Unidos, as emissoras comerciais estão recebendo os canais para compor os 6 megahertz para transmitir em alta definição, mas terão que devolver. Depois de implantada a TV digital, depois de tudo funcionando direitinho, terão que pagar o canal ou devolvê-lo. Aqui, não; aqui você vai dar um canal. Por isso existe essa pressa de todos em fazer HDTV. Todos querem fazer alta definição porque querem ganhar mais um canal.

Como é vamos fazer nas grandes capitais? Já não há mais espaço, está tudo tomado. Vamos dar mais um canal para cada um? Quando abrir a TV digital, todos vão receber um canal? Há emissoras, como a própria **Rede Globo**, que o Fernando conhece tão bem, que têm condições, sim, de fazer um belíssimo aproveitamento da TV a cabo, como o **SBT**, e outras redes, mas a grande maioria não tem. O investimento é uma coisa gigantesca para se produzir um estúdio em alta definição.

Aqui no Senado, passamos por essa experiência. Recentemente, o estúdio da **TV Senado** foi convertido em HDTV; custou cinco vezes mais. Tudo é mais caro. É importante? Sim. Temos que nos adaptar às necessidades do momento. Lá na frente, vamos transmitir tudo em HDTV. Agora vamos transmitir utilizando os recursos que a televisão digital nos oferece, que é a educação à distância, conforme eu disse, o portal para a educação, o acesso à rede mundial de computadores, com canal via Internet para interação, acesso de serviços de governo, cadastro, SUS, Imposto de Renda, etc. Tudo isso é serviço da TV digital. É assim que vejo a TV digital; não apenas transmitindo TV de alta definição.

O senhor tem direito à tréplica.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Com relação à questão da devolução do canal, não tenho dúvida de que no Brasil vai acontecer igualzinho.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Mas a lei não diz isso.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Não. Esse é um item da regulamentação da TV digital que deverá sair até final do ano. Parece que isso aconteceu no mundo inteiro e vai acontecer no Brasil também. As emissoras que ganharam canal de televisão vão ficar durante um período, provavelmente durante uns 10 anos ou mais, transmitindo nos dois canais, até que a população inteira toda receba o digital, então o canal analógico será apagado e devolvido. E, quando me referi, na minha apresentação a esse canal devolvido para o Estado, significaria um recurso fantástico.

Então eu diria que o interesse é inerente ao processo de aceleração da transição, porque isso vai gerar benefícios muito grandes para a sociedade, na medida em que esses canais analógicos devolvidos poderão ser usados para outras emissoras de televisão ou para outros serviços. Então não tenho dúvida de que no Brasil vai acontecer igualmente em termos de devolução do canal.

Eu diria o seguinte, com experiência própria, porque trabalho na **Globo**: todos sabem que a **Globo** já produz programas em alta definição, e o custo de produção não é mais alto, é um custo muito próximo do atual. O cuidado da produção tem que ser maior, mas o custo...

Hoje em dia dos equipamentos, já têm custo muito próximo. Ninguém mais compra equipamento que não seja de alta definição. O custo das câmeras é mais ou menos o mesmo, e alguns equipamentos, uns ou outros, são um pouco mais caros, mas a tendência é que fiquem iguais e até caiam.

Falei nessa feira de Las Vegas, em que estive há um mês. Ali só existiam equipamentos de alta definição. Se alguém quiser comprar uma câmara que não seja de alta definição não consegue mais, porque as câmeras já são todas de alta definição. Não é algo que seja inviável. Consideramos que o futuro é esse e tem que ser. Estamos discutindo algo que vai acontecer no Brasil daqui a 10 ou 15 anos, então não podemos perder essa perspectiva.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Antes de passar a palavra para o Fernando Guerra, da Abinee, eu queria dizer ao Fernando Bittencourt que estive na mesma feira. Há câmeras, todas elas digitalizadas, de 10 mil até 500 mil; você compra a que você quiser. Há câmeras de 10, de 20, de 30, de 50, de 100, de 200, de 300, de 400, de 500 mil dólares. Você compra a que quiser.

Dr. Fernando Guerra, Diretor da Área de Componentes Eletrônicos da Associação Nacional da Indústria Eletroeletrônica.

O SR. FERNANDO GUERRA – Nessa questão dos bloqueadores, para a Abinee, somos muito mais um meio que um fim. Representamos uma classe da indústria que segue a legislação e, de uma certa forma, transformamos sonho em realidade, porque apuramos a necessidade da sociedade em termos de consumo de produtos eletroeletrônicos e, através de procedimentos que são muitas vezes corporativos, seja de grandes multinacionais ou de empresas nacionais, executamos e entregamos o produto na casa do nosso cliente, seja o cliente final ou o nosso distribuidor.

Para nós, essa questão do bloqueador é clara. Se recebermos a diretriz através da nossa indústria, ou seja, a nossa indústria receberá a diretriz de que temos que colocar e ativar os bloqueadores, isso é tão simples quanto uma chave de software dentro dos equipamentos de *set up box*.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – E representa quanto de custo?

O SR. FERNANDO GUERRA – Não tenho idéia do que representaria de custo. Imagino que o software hoje disponível dentro dos equipamentos não deva ser mais do que 5% do valor total de venda do produto.

A questão que nos preocupa é – estendendo um pouquinho da nossa responsabilidade – que a sociedade brasileira, infelizmente, não respeita essa questão de bloqueadores ou de misturadores, como o americano chama. Nos Estados Unidos ou numa sociedade desenvolvida, o que, infelizmente, como brasileiro, não posso dizer que sejamos, nos Estados Unidos e na Europa, todos sabem que quem for pego burlando um sistema de bloqueador será preso, independe do sobrenome da família ou da função; ele simplesmente vai preso. Por isso a quantidade de pessoas que se arriscam a ter o benefício é muito menor. Já, no Brasil, infelizmente, temos conhecimento de que, em relação ao *top box* atual da TV paga, existe uma quantidade muito grande de infrações.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Passo agora a palavra a Ricardo Benetton Martins para suas observações com relação às perguntas colocadas.

O SR. RICARDO BENETTON MARTINS – Agradeço muito.

Vou aproveitar e responder de trás para frente.

O bloqueador, por exemplo, na nossa visão, tem dois mundos: um mundo analógico e um mundo digital. O bloqueador no mundo analógico infere em custos, sim, porque, na verdade, tem que colocar semicondutores e chip no televisor, então aumenta o valor do

televisor. Já no caso digital, sem dúvida, ele será facilmente incorporado em nível de software, deve ser quase irrisório o custo pensando como bloqueador de canais.

Agora, muito cuidado com o exemplo que citamos com relação à TV por assinatura, porque, na verdade, aquele codificador serve para evitar que você tenha acesso à informação que você já paga, e isso encaixa. Então, por exemplo, no caso do Brasil, também sabemos – esse é um problema que aconteceu na Europa... A Inglaterra, por exemplo, quando começou com a TV digital, imaginou que o modelo adequado era a TV digital paga, a TV que era, originalmente aberta, a TV terrestre, seria um modelo pago. E colocaram o *set up box* para vender com esse decodificador, que custava na faixa de US\$300,00. O modelo não funcionou e, assim que eles começaram a vender os *top boxes* chamados *fitware*, ou seja, sem bloqueador, que é muito mais sofisticado do que o bloqueador da MPC, como se fosse TV por assinatura, porque codifica todos os canais, baixou para US\$100,00.

Portanto, se for um bloqueador como na TV por assinatura, ele encarece mesmo no caso da TV digital terrestre. Se for um bloqueador apenas, como no caso da MPC, para evitar alguns canais, ele não vai encarecer em nada, porque é uma questão de software: não vai ter que codificar; você terá apenas que proibir que aquele sinal seja acessado, fazendo uma programação nos *top boxes*. Então, com relação a isso, podemos resumir dessa forma.

Quanto à questão de HDTV, que o Bittencourt mencionou, a preocupação da televisão aberta, considero bastante pertinente. Concordo com todos os senhores que a HDTV é realmente inexorável, não há como evitar esse tipo de coisa, mas o que eu queria deixar claro para os senhores é o seguinte: no processo de análise que nós estamos fazendo junto com o Governo, foi bem colocado pelo Dr. Paulo Lustosa que estamos numa fase de apoio à decisão. Vocês devem lembrar que virá depois a fase de desenvolvimento e fase de implantação.

Dentro dos cenários que estamos traçando e discutindo com o Governo, já consideramos desenvolvimento e implantação, ou seja, estamos justamente oferecendo para o Governo os cenários de produtos industriais e de modelos de exploração, imaginando que, em função da escolha de cenários com relação à implantação e ao desenvolvimento, ele opte, por exemplo, pela implantação gradual. Existe nos estudos: se a implantação for gradual, o que significa isso? E se liberarmos um canal, parte dele ou o canal inteiro, mas solicitarmos algumas coisas a mais, como aconteceu, por exemplo, na Austrália? Nos estudos que estamos

fazendo, essas possibilidades todas estão sendo traçadas e levadas até o limite, para saber o que isso significa para todos os atores envolvidos: emissores, produtores de conteúdo, TVs universitárias, fabricantes de equipamentos, Governo e população.

Então, dados os cenários que estamos analisando e as condições propostas para a sua implantação, o que vai acontecer?

A nossa intenção é justamente verificar, em função da escolha da implantação, o que será mais favorecido ou menos favorecido, o que vamos privilegiar. E isso faz parte do estudo.

Então, quando a decisão for tomada, ela levará em conta a forma de implantação e o desenvolvimento. Portanto agora estamos decidindo, sem dúvida, o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Passamos agora às considerações finais de todos os Srs. Convidados.

Concedo, inicialmente, a palavra ao Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, Dr. Paulo de Tarso Lustosa da Costa.

O SR. PAULO DE TARSO LUSTOSA DA COSTA

– Srs. Senadores, em nome do Ministro Eunício Oliveira e da nossa equipe que está cuidando dessa questão no Ministério das Comunicações, queremos agradecer esta oportunidade de discutir vários aspectos. Deixamos para os Srs. Senadores um CD-rom que resume os nossos avanços, os cenários plausíveis e o que já foi feito, para uma avaliação mais profunda. O Conselho está totalmente à disposição. Proponho, inclusive, um contato mais próximo com a Comissão, para que, surgindo novas idéias, sugestões ou propostas, possamos incorporá-las ao trabalho que vamos realizar.

O nosso maior interesse é este, e nos fixamos nesta preocupação: a política pública de comunicação no Brasil tem que ser voltada para a inclusão social; deve ser instrumento fundamental de inclusão social. Oferecer computador não resolve problema de ninguém, mas, se pudermos oferecer um computador conectado, a um preço adequado, ou, caso não haja como viabilizar essa sugestão, se pudermos organizar telecentros, como sugeriu o Senador, já haverá uma melhora.

A nossa experiência com o “Exporta Fácil” está excepcional. Temos cinco mil e quinhentas micro e pequenas empresas exportando para 150 nações e, se o limite fosse aumentado para US\$20 mil, chegaríamos, este ano, a mais de US\$ 200 milhões.

Então há um espaço grande...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Já ultrapassamos a China em exportação, não é mesmo?

O SR. PAULO DE TARSO LUSTOSA DA COSTA

– Um pouquinho acima, uns 10% mais.

Quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade e me penitenciar se porventura algumas das colocações não se adequaram à precisão e à expectativa desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Agradecemos, Paulo Lustosa, a sua presença e as suas informações muito detalhadas e competentes.

Concedo a palavra agora ao Fernando Bittencourt.

Fernando, o fato de termos sido colegas me permite discordar concordando, e a você, também concordar discordando.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Para terminar, reforço que não podemos perder a perspectiva da TV digital. Posso aparentar pouca modéstia, mas o Brasil deve se orgulhar da sua televisão aberta. É uma das melhores do mundo. Não podemos perder essa oportunidade, pois a TV digital vai valorizar ainda mais a TV brasileira. A nossa TV tem importância cultural, é uma fonte fundamental de entretenimento. Outras mídias inclusive dependem da TV aberta, como cinema, teatro e diversas outras atividades culturais. É uma atividade que exporta a imagem do Brasil para o mundo inteiro. Assim sendo, a TV digital tem que ser vista no sentido de valorizar essa TV aberta, e não de pulverizá-la, de maneira a colocar em risco esse recurso de que devemos nos orgulhar.

Em relação a isso, é importante que os prazos sejam cumpridos, porque já estamos defasados em relação a outros países onde a televisão não é tão importante. Tais países já estão com o processo de televisão digital em andamento, mas nós estamos ainda discutindo. Enquanto a maioria dos países discute o fim da TV analógica, estamos discutindo ainda o início da TV digital.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Muito bem.

Concedo agora a palavra ao Dr. Fernando Guerra, Diretor da Área de Componentes Eletrônicos da Associação Nacional da Indústria Eletroeletrônica – Abinee.

O SR. FERNANDO GUERRA – Mais uma vez, a Abinee agradece a oportunidade e, como mensagem final, relembro alguns números que foram citados: a tendência do custo de hardware para o usuário final vem caindo de forma dramática. Temo o dia em que vamos analisar quanto pagar para fornecer um tipo de produto para o nosso cliente. Sou um pouco cético, porque, pela formação de engenharia e teoria de

limites, fico preocupado quando vejo nos gráficos onde estaremos passando de 2020.

Obviamente, contamos com o bom senso do Governo e o apoio dos governos e das entidades afins, no sentido de realmente pensar numa política industrial.

Existem alguns segmentos hoje, dentro da indústria eletrônica, que estão pagando mais impostos do que o nosso cliente final, que importa e paga impostos sobre o produto final. Essa situação é totalmente contraditória, mas é de conhecimento do Governo, já virou até choradeira da Abinee. É um fato.

Esperamos que nesse projeto de suma importância, porque é um grande *driver* da indústria eletrônica para o futuro, ter a oportunidade de pelo menos eliminar essas discrepâncias e ter uma indústria competitiva e competente.

Coloco-me à disposição para eventual pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Para as suas considerações finais, o Sr. Ricardo Beneton Martins, Diretor da TV Digital da Fundação CPqD.

O SR. RICARDO BENETON – Agradeço ao Senador Hélio Costa este convite e fico à disposição também.

O CPqD tem o maior interesse em fornecer mais explicações sobre o trabalho que vem fazendo, de forma totalmente transparente. Não sei se vou tranquilizá-los ou não, mas, na verdade, só gostaria de fazer um pequeno marketing.

A metodologia que estamos usando é aplicada em países da Europa para fazer estudos de políticas públicas, portanto não estamos tirando nada da cartola. A abordagem que o CPqD usa já é de consenso, inclusive adotamos pontos voltados a países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Estamos sendo elogiados na própria Europa por pesquisadores, pessoas que estudam políticas públicas, pela nossa metodologia. Somos considerados uma referência nesse assunto.

O Brasil está tratando de forma bastante consistente essa decisão. Tenho certeza de que chegaremos a bom termo, porque, se os atores são ouvidos e inseridos de forma consistente na discussão, todos os anseios, ou praticamente todos eles, serão atendidos. Trata-se simplesmente de acertar a forma através das políticas adequadas de governo.

Muito obrigado.

Fico à disposição para qualquer nova eventualidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O Fernando Bittencourt mencionou, de forma muito objetiva, o fato

de o Brasil, ao discutir a TV Digital, ter um histórico que precisa ser destacado: a qualidade da TV brasileira.

Somos testemunha do que o mundo pensa da nossa televisão.

Como jornalista, passei por 73 países. É raro o local aonde se chega em que a TV brasileira não tenha presença. Da China ao Japão, à Índia ou a qualquer país africano, há sempre um programa produzido no Brasil.

Recordo-me de que era momento de muita emoção, e até ficava muito honrado, quando, no exterior, alguém dizia que assistia a um programa da **TV Globo** na TV local. Abre as portas para toda e qualquer conversa o fato de pertencer ao chamado grupo das grandes redes de televisão do mundo: as três redes americanas, **ABC**, **CBS** e **NBC** – agora existe uma quarta, a **Fox** – e a **Rede Globo**.

O primeiro produto de exportação do talento brasileiro foi o programa de televisão. Por mais que no passado o cinema brasileiro tenha feito algumas incursões de sucesso lá fora, como no caso de “O Pagador de Promessas”, etc., foram instantes pontuais do talento brasileiro. Com a televisão, isso não ocorreu. Ela se fixou, mostrando a sua capacidade de produzir com a qualidade da televisão internacional.

Realmente esse é um momento importante e temos que destacar que sabemos fazer televisão. Agora vamos aprender a fazer, e fazer bem, a TV digital.

Faltou – e este é meu comentário final – o representante das operadoras de telefonia celular. Ele, lamentavelmente, não participou porque não quis, mas fica convidado para qualquer hora que quiser comparecer.

Teremos, eventualmente, que discutir a questão da telefonia celular. Como ela entra nesse contexto, transmitindo imagens, ao se tornar um aparelhinho de televisão, um instrumento de comunicação poderoso?

Espero que tenhamos, nos próximos meses, leis que regulamentem principalmente a cobrança de impostos. Todo este trabalho feito hoje pelas operadoras de telefonia celular representa valor agregado, tem que ser taxado, cobrado.

Devemos que ter muito cuidado, porque, na medida em que descobrirem os anunciantes, e vão transmitir essas imagens muito bonitinhas pelo telefone, roubarão os seus anunciantes. Sabemos disso. Eles serão uma pequena emissora de televisão.

Temos que discutir tudo isso neste fórum importante que é a Comissão de Educação, que também é a Comissão de Comunicações do Senado Federal.

Muito obrigado ao Senador Roberto Saturnino, a todos os Srs. Senadores que estiveram presentes,

aos senhores convidados, meu caro amigo Lustosa, a todos os presentes.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 51 minutos.)

Ata da 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 14 de Junho de 2005.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia quatorze de junho de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Gerson Camata, Wirlande da Luz, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi Augusto Botelho, Marco Maciel, Romeu Tuma, Lúcia Vânia, Mão Santa, Aloizio Mercadante, Delcídio Amaral, Nezinho Alencar e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Bornhausen, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Sérgio Cabral, José Maranhão e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta: **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que “Inclui nos currículos do ensino fundamental conteúdo obrigatório que trate dos direitos das crianças e adolescentes, e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, na forma do substitutivo oferecido. A matéria será submetida a turno suplementar segundo o que preceitua o artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2000**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “Acrescenta artigos à Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio), dispondo sobre a reserva de vagas nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas” que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2000**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “Dis-

põe sobre reserva de 5% (cinco por cento) das vagas em concursos públicos realizados em todo o território brasileiro aos índios”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo solicitação do relator. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que “Insere inciso no art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, para incluir a dedução de doações de livros a bibliotecas públicas no cálculo do imposto de renda devido por pessoas físicas”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o parecer favorável é aprovado. **Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Telma de Souza, que “Que inscreve o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva no Livro dos Heróis da Pátria”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável é aprovado. Em seguida o Senhor Presidente, Senador Hélio Costa inicia a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Sociedade Amiga dos Moradores da Vila Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macatuba, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Sociedade Comunitária Costa Sul – SCCS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 1081, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Boa Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barro, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova

o ato que autoriza a Associação Cultural do Conjunto Prefeito José Walter a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis.

Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunidade Friburgo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação da Comunidade de Janaíba de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Verdelândia, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Mestrinho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Nova Glória a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Glória, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Itapuranga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapuranga, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural do Município de Jandaia – Estado de Goiás (Rádio Cultural Jandaia FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jandaia, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Enéas de Carvalho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipiranga do Piauí, Estado do Piauí". O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Exe-

cutivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Água Fria e Barra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água fria, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a APAI – Associação de Proteção ao Adolescente de Itacaré a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacaré, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 1342, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio do Leste Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Aloizio Mercadante e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 1349, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Central de Pompéia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pompéia, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Aloizio Mercadante e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 1350, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Municipal de Botucatu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Botucatu, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Aloizio Mercadante e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 1354, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Central de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Aloizio Mercadante e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 1361, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura De Lorena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lorena, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Aloizio Mercadante e o projeto é aprovado por quatorze (14)

votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda n.º 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 1385, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Votuporanga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Aloizio Mercadante e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 1386, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Emissoras do Centro-Oeste Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garça, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Aloizio Mercadante e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 1388, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissoras do Centro-Oeste Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Garça, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Aloizio Mercadante e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda n.º 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 1420, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Victorio Lanza para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Aloizio Mercadante e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vip FM de Promissão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pirapozinho, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Aloizio Mercadante e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Os Senhores Senadores Juvêncio da Fonseca, Lúcia Vânia e Romeu Tuma pedem a palavra, e requerem oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta, do Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2005, Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2005 e de Requerimento de Urgência. Os requerimentos são aprovados. **Extra-Pauta: Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação

Stênio Congro para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural – RTVE para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás”. A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 03: Requerimento de Urgência**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “Nos termos do artigo 336, Inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 026 de 2005 que, ‘Inscreve o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva no Livro dos Heróis da Pátria’”. O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2005 e Item 06: Projeto de Resolução do Senado nº 62, de 2003**. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e vinte e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)
– Vamos iniciar os trabalhos da 23ª reunião extraordinária da Comissão de Educação.

Inicialmente, quero fazer um comunicado. Na quarta-feira da semana passada, fui aos Estados Unidos, mais precisamente a Nova York – voltamos ontem à noite –, para participar, a convite da Organização das Nações Unidas, da União Inter-parlamentar, que congrega parlamentares, deputados e senadores, dos países membros da ONU. A convite do Departamento Econômico das Nações Unidas, fomos participar de um encontro de parlamentares para discutir as novas fórmulas de financiamento do desenvolvimento, principalmente dos países do terceiro mundo, países em desenvolvimento.

Estávamos presentes senadores e deputados da Inglaterra, da Austrália, do Canadá, do México, do Brasil, e observadores de outros países. Tive a oportunidade de apresentar uma tese que julguei da maior importância por se tratar de novas formas de financiamento do desenvolvimento em países como o Brasil. Apresentei uma tese que teve o apoio de todos os congressistas presentes, referente especificamente ao assunto de que tratei na semana passada: a conversão de parte da dívida externa brasileira em investimentos em educação.

Os presentes ficaram surpresos ao saber que o Brasil paga mensalmente, só de juros da dívida externa, US\$1,4 bilhão. Minha tese é a de que só o pagamento dos juros, acrescido do capital que é pago todo ano, chega a US\$48 bilhões de pagamentos de compromissos com a dívida externa brasileira. Só esse compromisso inviabiliza todo e qualquer procedimento de investimentos, principalmente em educação, saúde, infraestrutura, etc.

Minha proposta era a de que se fizesse uma auditoria da dívida externa brasileira. Sugeri aos países presentes que fizessem a mesma coisa com as suas dívidas externas, até porque, pelas informações muito bem balizadas que obtivemos do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal, o Brasil deve ter pago, nesses últimos quatorze anos, US\$30 bilhões a mais do que deveria pelos serviços e pelo capital da dívida externa. Possivelmente, temos US\$30 bilhões para serem ressarcidos por aqueles que receberam os pagamentos da dívida externa brasileira.

Está nas Disposições Transitórias da Constituição Federal a previsão de que o Brasil tem que criar uma comissão para analisar essa questão da dívida externa e seus pagamentos.

Estamos propondo, no Senado da República – e farei um pronunciamento nesse sentido, hoje à tarde –, que se constitua essa comissão pelo Presidente do Senado, que é Presidente do Congresso Nacional, para que possamos apurar o que pagamento de dívida externa nos últimos quinze anos. É preciso verificar se confere com as informações dos auditores fiscais da República, que dizem que pagamos US\$30 bilhões a mais. Se isso realmente aconteceu, que se contratem empresas internacionais para fazer uma auditoria da dívida externa brasileira.

Essa foi a missão que desempenhei com muita honra em Nova York, durante essa reunião de parlamentares para uma longa discussão sobre o assunto de financiamento e desenvolvimento.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Perfeitamente, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Permita-me V. Ex^a cumprimentá-lo pela realização dessa missão.

É oportuna e corajosa a proposta de V. Ex^a. A nação brasileira está a mercê desse mercado financeiro há muito tempo. Estamos verificando que, hoje, o destino do País depende justamente do melhor equacionamento dessas questões financeiras internacionais. V. Ex^a propõe o início de um trabalho sério, objetivo, sem nenhuma politicagem de terceiro mundo, em relação a um País como o Brasil, que, hoje, faz parte das nações que mais produzem riqueza neste Planeta.

Portanto, parabéns pela atuação de V. Ex^a nessa missão, parabéns pela iniciativa. Serei um daqueles que estará à frente, aplaudindo V. Ex^a e contribuindo decisivamente com o meu voto, com a minha palavra, para que um assunto como este possa aflorar como uma iniciativa fundamental para que o País encontre o seu caminho de desenvolvimento com o saneamento dessas questões financeiras em nível internacional.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca.

Para nós, na realidade, foi um momento muito especial, muito honroso, sobretudo porque a nossa tese recebeu aprovação imediata dos presentes. Mostramos que 10% do que se gasta com os juros da dívida externa já seria suficiente para fazer um investimento em educação maior do que fazemos atualmente. E o Presidente da República está assinando hoje a medida provisória do Fundeb, que prevê R\$4 bilhões e 300 milhões de investimentos para a sua criação. Uma medida como essa, se nós conseguirmos aprovar, coloca o dobro desses recursos a cada ano, retirando-os do pagamento da dívida externa brasileira.

Outra coisa que é importante ressaltar – e o fizemos durante a reunião na ONU: é impossível pensar em novas formas de desenvolvimento no Brasil quando gastamos US\$1,4 bilhão por mês só com os juros da dívida externa. Isso inviabiliza o País e todos os projetos não só da educação, mas da saúde, da infraestrutura, em qualquer circunstância.

Muito obrigado pelas suas palavras.

Eu quero também fazer um anúncio importante fazer neste momento. Até vou pedir ao Senador Gilberto Mestrinho que, após esta reunião, converse conosco para pautar – temos um consultor aqui do nosso lado. Fomos comunicados agora, Senador Gilberto Mestrinho, pela Secretaria da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que o colegiado de representantes das Lideranças Partidárias com as-

sento naquele órgão decidiu pela prorrogação do prazo para a apresentação de emendas ao PLDO para 2006 (PLN 04, 2005), que vence no dia 17, sexta-feira. Então, a partir deste ano, o que não era comum, poderemos apresentar emendas à LDO. Nós apresentávamos as emendas ao Orçamento da Comissão; agora a Comissão tem o direito de apresentar emendas à LDO. Não são emendas orçamentárias, financeiras, mas de texto, para incluir na LDO aquilo que a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, Esporte e Cultura considera importante figurar na Lei Orçamentária entre os recursos que serão liberados pelo Governo.

Então, vou pedir ao Senador Gilberto Mestrinho, Presidente da Comissão Mista no ano passado, que representou o PMDB tão bem nesse importante cargo, que nos ajude na decisão que nós vamos tomar.

Vamos iniciar, então, a análise dos PDS, Projetos de Decreto Legislativo do Senado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Requeiro a V. Ex^a, se possível, colocar em extrapauta o PDL nº 230, de 2005, que aprova ato de outorga de permissão à Fundação Stênio Congro para executar serviços de radiodifusão na cidade de Paranaíba. É rádio educativa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Eu vou propor, submetendo o requerimento do Senador Juvêncio da Fonseca à aprovação dos Srs. Senadores.

Quem estiver a favor permaneça como se encontra. (Pausa)

Aprovado o requerimento.

Será acrescentado à lista dos PDLs que serão hoje apresentados.

Vamos começar, então.

Senador Romeu Tuma, peço a V. Ex^a que faça o relato dos Itens de 1 a 3, que são as emissoras comunitárias no Estado de São Paulo, que V. Ex^a tão bem representa no Senado da República. Portanto, Itens de 1 a 3.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – **Item 1:** Projeto de Decreto Legislativo nº 195, que aprova ato que renova concessão da Fundação Padre Anchieta, Centro Paulista de Rádio e TV Educativa, para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Todos os documentos solicitados foram apresentados, o que confere autorização para a renovação.

A TV Educativa Padre Anchieta de São Paulo é histórica, e V. Ex^a deve conhecê-la bem, principalmente os programas educativos que são feitos através da Fundação Padre Anchieta.

Item 2: autoriza a Sociedade Amiga dos Moradores de Vila Nova, radiodifusão comunitária Macatuba, Estado de São Paulo.

Também com toda a documentação apresentada, o relatório aprova a autorização.

Item 3: autoriza a Sociedade Comunitária Costa Azul a prestar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de São Sebastião, no litoral de São Paulo.

A documentação foi apresentada com todas as características de legalidade. Portanto, pela aprovação.

Os três itens são pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, encerro a discussão.

Peço ao Senador Reginaldo Duarte que relate os **Itens 4 e 5**.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação, que acompanha o PDS nº 1.081, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova concessão da Rádio Boa Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade de Barro, no Estado do Ceará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Reginaldo Duarte. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, encerro a discussão.

Vamos ao próximo item.

Peço ao Senador Gerson Camata que relate o **Item 6**, do Senador Marcelo Crivella, página 48.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se da autorização para a Rádio Comunidade Friburgo, para serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Friburgo.

O relatório do Senador Marcelo Crivella é favorável, e pedimos o apoio dos demais companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão o relatório do Senador Gerson Camata, substituindo o Senador Marcelo Crivella. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos ao próximo item.

Senador Maguito Vilela. Peço a V. Exª que relate o **Item 10**, do qual é Relator, e também os **Itens 8 e 9**, da Senadora Lúcia Vânia, do Estado de Goiás.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero prestar as minhas homenagens às cidades de Nova Glória, Itaporanga e Jandaia, que estão sendo contempladas com uma emissora de radiodifusão comunitária. Nova Glória, Itaporanga e Jandaia são cidades importantes e merecem esse benefício.

Como está tudo dentro dos parâmetros legais, o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão a favor queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Senador Mão Santa, peço a V. Exª que, na página 83, relate o **Item 11**.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, trata-se de uma solicitação da Fundação Cultural para radiodifusão comunitária na cidade de Ipiranga, Estado do Piauí.

Como satisfaz todas as exigências legais, opinamos pela aprovação dessa cadeia de comunicação da cidade de Ipiranga.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador Mão Santa. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão a favor queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos ao Senador Mestrinho, pedindo a V. Exª que, à página 55, relate o **Item 7**, na qualidade de relator **ad hoc**, substituindo o Senador Eduardo Azeredo, que não se encontra presente.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, trata-se de autorização para a Associação da Comunidade de Janaíva Radiodifusão executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Verdelândia, Estado de Minas Gerais.

O parecer do Senador Eduardo Azeredo é favorável.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Mestrinho. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão a favor queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Próximo item. Peço ao Senador Geraldo Mesquita que, à página 91, relate os **Itens 12 e 13**.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-Sol – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Água Fria e Barra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Fria, Estado da Bahia.

O relatório é do Senador César Borges e o voto é favorável.

Item 13:

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 209, que aprova ato que autoriza a Associação de Proteção ao Adolescente de Itacaré, também Estado da Bahia, relatado pelo Senador César Borges, com parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Geraldo Mesquita, em substituição ao Senador César Borges. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão a favor queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Itens 14 a 16, do Senador Aloizio Mercadante, página 105.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – **Item 14:** Projeto de Decreto Legislativo nº 1.342, de 2004, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio do Leste Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo.

O nosso parecer é favorável.

Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 1.349, de 2004, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Central de Pompéia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Pompéia, Estado de São Paulo.

Parecer favorável.

Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 1.350, de 2004, que aprova ato que renova a concessão da

Rádio Municipalista do Botucatu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora de onda média na cidade de Botucatu, Estado de São Paulo.

Parecer favorável.

Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 1.354, de 2004, que aprova ato que renova a permissão outorgada à Rádio Central de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Nosso parecer é favorável.

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.361, de 2004, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Lorena Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Lorena, Estado de São Paulo.

Parecer favorável com a emenda oferecida.

Projeto de Decreto Legislativo nº 385, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Votuporanga Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Votuporanga, no Estado de São Paulo.

Nosso parecer é favorável.

Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2004, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Emissora Centro-Oeste Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Garça, no Estado de São Paulo.

O parecer é favorável.

Projeto de Decreto Legislativo nº 388, que aprova o ato que renova a concessão à Rádio Centro-Oeste Paulista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Garça, no Estado de São Paulo.

O parecer é favorável.

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.420, de 2004, que aprova o ato que outorga a permissão da Fundação Vitório Lanza para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Guarujá, no Estado de São Paulo.

O parecer é favorável.

Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2005, que aprova o ato que outorga a permissão da Rádio Vip de Promissão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Pirapozinho, no Estado de São Paulo.

Nosso parecer é favorável.

São essas as relatorias que tínhamos que apresentar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Aloizio Mercadante. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, encerro a discussão.

Vamos ao próximo item.

O Senador Juvêncio da Fonseca pede a inclusão, já aprovada, do PDL nº 230, de 2005.

Passo a palavra ao ilustre Senador Juvêncio da Fonseca, como Relator.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, chega à Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2005, que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Stênio Congro para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada com fins exclusivamente educativos, na cidade de Paranaíba, no Estado do Mato Grosso do Sul.

O ato foi submetido à apreciação no Congresso Nacional por intermédio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XI, combinado com o art. 233, ambos da Constituição Federal.

O projeto tramitou regularmente. A documentação exigida foi apresentada.

Nosso parecer é favorável, exaltando a Fundação Stênio Congro, que presta um grande serviço público à região de Paranaíba, Três Lagoas, Aparecida e Casilândia, no bolsão de Mato Grosso do Sul.

Nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o parecer do Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Vamos à votação nominal.

Há um item extrapauta da Senadora Lúcia Vânia.

Tem V. Exª a palavra.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, solicitaria que fosse examinado extrapauta o Decreto Legislativo nº 191, de 2005, nº 1.388, de 2004, na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Submeto à votação do Plenário o requerimento de inclusão em pauta extra do PDL nº 191, de 2005, por solicitação da Senadora Lúcia Vânia.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passo a palavra, de imediato, à Senadora Lúcia Vânia para relatar o item.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Opina-mos pela aprovação do ato que outorga a concessão à Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural – RTVE para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na

cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão o relatório da Senadora Lúcia Vânia. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a votação.

Vamos à votação de todos os itens relatados nesta manhã.

(Procede-se à votação nominal.)

Pergunto às Sr^{as} e aos Srs. Senadores se apóiam e aprovam as emendas dos **Itens 18 a 21** e todas as outras emendas incluídas. (Pausa.)

Não havendo quem queira se pronunciar, consideramos aprovadas todas elas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Pois, não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Somente uma correção. Como pensei que fosse somente da Senadora, eu falei “com o Relator”. Mas é “com os Relatores”, porque são vários relatórios. Se não, pode haver algum recurso contra nós. É “com a Relatora e com os Relatores.”

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Aprovados todos os pareceres e relatórios apresentados nesta manhã.

Vamos agora a nossa pauta oficial do dia.

Item 1 da Comissão de Educação: Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2005, que permite a utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para pagamento de anuidades do ensino superior. O Relator é o Senador Paulo Paim, que não está presente. Portanto, nós vamos retirar de pauta a matéria.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Aliás, é razoável que V. Ex^a tome essa providência. Eu estava lendo aqui, conversei com os Senadores Aloizio Mercadante e Cristovam Buarque e creio que também o Senador Marco Maciel deve ter a preocupação sobre como retirar recursos do FAT para pagamento de anuidades de curso superior. Esse é o projeto do Senador Leomar Quintanilha, projeto sadio e bom, mas requer um esclarecimento mais aprofundado. Há muitos pobres e trabalhadores no País que gostariam de fazer o curso superior. Os critérios seriam do Conselho. Mas quais seriam eles? Seria realmente importante que V. Ex^a retirasse de pauta, para que o Relator pudesse nos esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Perfeito, até porque nós precisamos de, no mínimo,

duas reuniões com ausência do Relator para votar com a participação do Relator **ad hoc**. A sugestão de V. Ex^a é perfeitamente correta.

O Item 1 é, então, retirado de pauta até a próxima semana, quando o Senador Paulo Paim certamente estará aqui para defender esse importante relatório.

Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 315, que inclui nos currículos do ensino fundamental conteúdo obrigatório que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes e dá outras providências.

O Relator é o ilustre Senador Cristovam Buarque, a quem eu passo a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora presente, este é um daqueles projetos que nos surpreendem por não saber como demorou tanto para que algum de nós tomasse a iniciativa. E fico feliz que a Senadora Patrícia Saboya tenha apresentado este projeto que visa que no ensino fundamental sejam incluídos como conteúdo obrigatório os assuntos dos direitos das crianças e dos adolescentes.

No art. 1º, o projeto estabelece que os referidos conteúdos a serem obrigatoriamente incluídos nos currículos do ensino fundamental tenham como diretriz para ensino às crianças o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O art. 2º, pois se trata de um projeto de lei muito curto, determina que o Programa Nacional do Livro Didático promova a distribuição gratuita de exemplares com o texto integral ou em versão simplificada com ilustrações a todos os estudantes das escolas públicas de primeiro grau, a cada quatro anos.

Como justificção, a Senadora alega que a escola é o meio mais fácil de propagar aos jovens o Estatuto da Criança e do Adolescente e, dessa forma, transformá-los em protagonistas da luta pela garantia dos direitos a eles assegurados.

S. Ex^a apresenta uma experiência concreta disso.

Registro, Sr. Presidente, que isso vai fazer com que crianças e adolescentes possam defender os seus interesses. Mas a grande qualidade deste projeto é que, daqui a algumas décadas, algum jovem que tenha passado por esse tipo de educação na primeira infância será senador, como nós próprios.

Por isso, conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto do Senado nº 315, de 2004, em anexo:

“O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É obrigatória a inclusão nos currículos do ensino fundamental de conteúdo que trata dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz

a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança.

Art. 2º. O Programa Nacional do Livro Didático deverá prever a distribuição gratuita de exemplares da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para todos os estudantes das escolas públicas do ensino fundamental.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.”

Isso era o que eu tinha a apresentar, Sr. Presidente, sugerindo o voto favorável.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Para encaminhar, tem a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Somente queria prestar uma homenagem à Senadora Patrícia Saboya Gomes, autora do projeto tão bem relatado pelo Senador Cristovam Buarque, como sempre, conhecedor profundo da área de Educação. Mas a Senadora Patrícia Gomes acumulou conhecimentos por intermédio da CPMI. A nossa Senadora Lúcia Vânia também acompanhou de perto e soube da importância dessa CPMI.

E há um detalhe. Não sei, Senador Cristovam Buarque, se V. Exª, na análise, notou de onde surgiu a idéia da Professora Keila Valéria Avelino Abreu. V. Exª leu aqui?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – Não li, apenas fiz uma referência.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A importância da crítica é porque foi V. Exª quem criou esse prêmio de incentivo, quando Ministro da Educação. Por isso estou chamando a atenção para o fato de que ele reflete realmente proposições importantes como esta.

No art. 2º, V. Exª diz que o Programa Nacional do Livro Didático deverá prever a distribuição gratuita. Não seria interessante que houvesse um comentário, além do texto seco da lei, Senador, para que as crianças pudessem interpretar melhor?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – O projeto da Senadora diz que pode ser feito não somente o texto da lei, seco, que até para nós é árido, mas poderá vir com ilustrações e comentários, de tal maneira que seja lido com gosto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Como V. Exª se entusiasmou tanto...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – Eu sou entusiasmado com esse projeto. Parabenizo a Senadora e me pergunto como demoramos tanto a fazer isso. Mas a sua idéia é previsível, e o texto não será

apenas aquele conforme está na lei para os juristas, mas sim reescrito para as crianças.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, parabenizar a Senadora Patrícia Saboya Gomes primeiro pelo seu trabalho em relação aos problemas da infância e da juventude.

Naturalmente, ao presidir a CPMI de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, S. Exª foi acumulando uma série de experiências, por intermédio dos relatos que ouviu em todo este País. Ao lado disso, é uma pessoa de grande sensibilidade para a área educacional e presta, com esse projeto, um grande serviço ao País, principalmente às crianças e adolescentes brasileiros.

Quero também cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, educador, que tem sido o nosso professor aqui quando se trata de educação. Naturalmente, uma relatoria feita pelo Senador Cristovam Buarque é motivo de orgulho para todos nós, porque sabemos da sua preocupação com essa área, dos seus conhecimentos e principalmente da sua criatividade em relação ao tratamento que se deve dar às crianças e adolescentes do nosso País.

Portanto, de parabéns está a Senadora Patrícia e, de forma muito especial, o Senador Cristovam, pela colaboração que tem dado a esta Casa quando se trata das questões educacionais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem.

Com a palavra, para discutir, o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Primeiro, Sr. Presidente, cumprimento a Senadora Patrícia Saboya Gomes pela iniciativa do projeto e o Relator, que, com a emenda, tornou o projeto mais atualizado e exeqüível. Mas desejo que não se suceda com a Senadora Patrícia o que aconteceu com a Deputada Rita Camata, que foi a Relatora do Estatuto, brigou, criou a bancada e, quando candidata a Prefeita de Vitória, perdeu a eleição porque foi alcunhada de tia dos marginais, protetora dos vagabundos, quando, na verdade, o Estatuto protege os nossos filhos, todos os menores do Brasil. Puseram na televisão menores tarjados, maltrapilhos, dizendo: “Agora nós podemos matar e assaltar, porque a tia Rita nos protege”. E foi a eleição da Rita para o brejo; estava em primeiro lugar e ficou em último. Então, que não ocorra com a

Senadora Patrícia e com aqueles que defendem os menores brasileiros o que ocorreu com ela.

É o que desejo. Voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Quería acrescentar às palavras do Relator, Senador Cristovam Buarque, que as primeiras linhas do seu relatório lembram que, na realidade, estamos falando de inclusão nos currículos do ensino fundamental. Então, o que quero dizer – e o Senador deixou muito claro – é que se trata de um conteúdo obrigatório; não é disciplina. Em outras palavras, pode entrar em qualquer disciplina esse conteúdo, um dia, dois dias por semana, um mês, o ano inteiro, como quiserem. Existe flexibilidade para se incluir numa disciplina esse conteúdo obrigatório, que é, sim, fundamental.

Essa leitura do projeto da Senadora Patrícia Saboya Gomes é muito importante, porque realmente o Senador Gerson tem toda razão: é fundamental que se faça a inclusão no ensino fundamental desse conteúdo obrigatório para atender e proteger as crianças e os adolescentes, mas que também fique muito claro que não se trata de proteção indevida a ninguém.

Continua em discussão o relatório do Senador Cristovam Buarque. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Qual é o item, Sr. Presidente? Cheguei agora.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Estamos analisando o Item 2, projeto de lei do Senado que inclui nos currículos do ensino fundamental conteúdo obrigatório que trata dos direitos das crianças e dos adolescentes. Uma leitura toda especial para V. Ex^a, que é um freqüentador assíduo da nossa Comissão e não poderia perder essa oportunidade.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Só queria um esclarecimento do Relator, Senador Cristovam Buarque. Na verdade, não se prevê a inclusão de mais uma disciplina se ela será colocada nas outras disciplinas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – Ela será colocada nas outras disciplinas, pois o projeto não prevê a criação de uma disciplina específica. E o Presidente fez questão de esclarecer isso. Ela pode ser incluída num ciclo de debates. O importante é que cada criança receba o Estatuto reescrito ao nível da criança e que haja debates e conhecimento do assunto.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agora, outra questão. É um artigo a ser incluído na LDB ou é um projeto independente?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – É um projeto independente do Senado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sim, mas não se inclui esse assunto na LDB.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – Não há proposta de entrar na LDB.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Ex^a não considera mais interessante incluir o tema como um artigo da LDB? Assim ficaria tudo em conjunto. Seria melhor do que ter um projeto só para dizer isso. Seria melhor incluir na LDB, que cita todos esses fatos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – Senador, é uma boa idéia, mas o melhor seria aprovarmos, entrar em efeito e depois incluir na LDB. Com isso, não perderemos tempo, porque, para incluir na LDB, vai demorar muito.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Por quê? É a mesma coisa. V. Ex^a poderia deixar para votar o assunto depois do próximo projeto, só para eu examinar aqui?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador José Jorge, já estávamos, na realidade, em processo de votação. E estamos fazendo uma deferência toda especial a V. Ex^a, para que V. Ex^a manifeste a sua opinião. Mas já não podemos mais interromper o processo de votação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – Senador José Jorge, o que aprovarmos agora não impede que a sua proposta seja levada adiante, porque é uma boa idéia a ser considerada.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, na verdade, todas essas questões que dizem respeito à forma de estruturar currículos, programas, etc, em regra geral, devem ser feitas pelo próprio Conselho Nacional de Educação. Sempre discutimos esse tema. Se não é para acrescentar uma matéria específica, e sim um conteúdo como esse, é aceitável que realizemos isso. Mas esse assunto deveria ser concentrado na LDB, porque, se começarmos a aprovar projetos independentes, será até difícil para as pessoas acompanharem efetivamente aquilo que está acontecendo na legislação. Na LDB, não. Qualquer pessoa do setor educacional tem uma LDB que vai se atualizando pouco a pouco.

Então, a minha sugestão, já que se trata apenas de um conteúdo, não de disciplina, é que ele seja aprovado como um artigo ou um item na LDB. Seria melhor.

Aqui no Senado é sempre bom fazer o maior esforço possível para que possamos... Lamento dizer isso agora, mas V. Ex^a sabe melhor que eu que temos aqui várias atribuições ao mesmo tempo, em locais diferentes. Talvez o Senador Cristovam pudesse fazer um esforço para incluir o assunto como um item ou

um artigo na LDB, porque ficaria até melhor; facilitaria, depois, a sua própria tramitação na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – Em primeiro lugar, consulto se isso adiará ou não, porque tenho impressão de que levaria muito mais tempo incluir um artigo novo na LDB do que aprovarmos aqui este assunto.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O tempo é o mesmo. Pode-se aprovar um projeto independente ou dizer aqui: inclua-se no artigo tal da LDB esse conteúdo. Só precisamos do tempo necessário para verificar na LDB em qual artigo vamos incluir. Por isso eu estava pedindo 15 minutos para analisar a LDB. V. Ex^a, como Relator, poderia examinar em que artigo ficaria melhor colocado. Ou poderemos aprovarmos aqui, se V. Ex^a propuser, a disposição: “inclua-se na LDB onde couber”.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – Se alterar apenas nesse sentido, como Relator, não vejo problema algum. Pode ser uma boa sugestão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Assim ficaria melhor: “inclua-se na LDB onde couber”. Então veremos qual seria o artigo. Como ele será votado novamente, na segunda vez, já diremos qual é o artigo específico da LDB em que a matéria vai entrar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – De qualquer maneira, seria interessante ouvir a opinião da autora do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Na realidade, teríamos que forçosamente iniciar a votação desta matéria, porque a discussão estava encerrada. Mas é da maior importância que se ouça a autora do projeto, o que, evidentemente, vamos fazer, de forma não oficial, mas especial, assim como as observações que poderão ser feitas após a palavra da autora do projeto.

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que o Senador Cristovam Buarque, como Relator, pode aceitar a sugestão do Senador José Jorge, fazendo uma pequena alteração redacional, o que é perfeitamente compatível antes da votação. Uma vez que já iniciamos o processo, caberá recurso pelo plenário, exatamente dentro daquilo que o Senador José Jorge está propondo. Ele mesmo poderá recorrer no plenário ou seguir com esta proposta que pode ser incluída pelo Senador Cristovam Buarque.

Senadora Patrícia Saboya Gomes, autora do projeto.

A SR^a PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria, em primeiro lugar, de parabenizar e agradecer o Se-

nador Cristovam Buarque pelo seu relatório tão minucioso, que certamente vem ao encontro daquilo que acreditamos ser o melhor para as nossas crianças e para os nossos jovens no Brasil.

Há uma Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente que tenho a responsabilidade, a honra e o privilégio de coordenar aqui no Senado.

Certamente essa é uma demanda que existe há muito tempo, principalmente dos movimentos sociais no nosso País, que desejam o fortalecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma grande conquista para a sociedade brasileira. Todos, quando discutem o Estatuto da Criança e do Adolescente, ressaltam a sua importância e modernidade. Alguns até criticam o fato de essa lei ser tão avançada numa realidade ainda tão difícil e tão cruel. Sou daquelas que defende o Estatuto da Criança e do Adolescente, porque o considero o fortalecimento e a garantia dos direitos de crianças e jovens que, infelizmente, num país repleto de injustiças sociais, acabam sendo o segmento mais vulnerável, mais frágil da nossa sociedade. É comum ouvirmos dos políticos, nas vésperas de eleição, a afirmação de que é preciso cuidar do futuro das nossas crianças. Mas certamente isso não será possível se não atentarmos, nos dias de hoje, para a necessidade de proporcionar-lhes uma qualidade melhor de vida, uma educação boa e de qualidade. E o desconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente ainda vem sendo, muitas vezes, um empecilho para que possamos conquistar esses direitos. As próprias crianças, os jovens, os pais, as famílias, os professores, muitas vezes, não têm acesso a esse conteúdo, que é fundamental para preservar esses direitos. Alguns pensam inclusive que o Estatuto apenas dá garantias de direitos, e não cobra os deveres de jovens e adolescentes. É a discussão que muito se vê, principalmente no momento difícil que vivemos, de muita injustiça, violência e insegurança, quando o debate vem à tona em relação à redução da maioridade penal, justamente porque o Estatuto da Criança e do Adolescente não é cumprido na grande maioria dos Estados brasileiros. Não há um sistema que garanta essa proteção integral e, muitas vezes, aquelas crianças ou aqueles jovens que cometem delitos leves ou mais graves acabam sendo protegidos não pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, mas porque a lei não é cumprida. E alguns dizem: mas crianças e jovens são envolvidos em crimes praticados por adultos. Por que são envolvidos?

Existe uma lei que foi aprovada, se não me engano, do Senador Aloizio Mercadante, que prevê uma pena maior para aqueles adultos que utilizarem crianças

em crime, mas isso é pouco discutido ainda no Brasil, pela falta de conhecimento.

A minha intenção ao propor essa lei é justamente tornar obrigatória essa inclusão nos currículos. Concorro com o Senador José Jorge de que a previsão na LDB poderá fortalecer, Senador Cristovam, o nosso entendimento e o debate em relação aos direitos de crianças e adolescentes no nosso País.

Portanto, quero agradecer a colaboração de todos, principalmente ao Senador Cristovam Buarque, que é reconhecido por todos nós, brasileiros, pelo seu empenho e dedicação e, mais do que isso, o amor e a paixão que ele tem pela educação no nosso País. Nessa hora, o Senador Cristovam é mais ou menos parecido comigo, porque é intransigente na defesa desses direitos – e é assim que se deve proceder –, mas quero concordar. Se isso puder fortalecer esse debate, que V. Exª possa encontrar essa saída.

Não sei se já incluída agora pelo próprio Senador Cristovam Buarque a sugestão muito positiva do Senador José Jorge. Como autora do projeto, eu concordo, porque sei que há interesse de todos nesta Comissão e de todos os Senadores em aprovar a matéria, mas que possamos também garantir a melhor forma para que esta lei não fique apenas no papel, e sim na prática, no dia-a-dia, de modo que crianças e adolescentes, assim como suas famílias e professores tenham conhecimento dela e possam, enfim, colocá-la em prática.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Antes de tudo, eu queria lembrar que declarei que já estávamos em processo de votação.

Pelo Regimento Interno, art. 299, não poderíamos nem sequer continuar discutindo a questão, mas não podemos esquecer que, na semana passada, votamos um nome para um determinado cargo federal, e, no dia seguinte, desvotamos o nome. Não foi, Senador? Então vou abrir a discussão novamente para que V. Exª, havendo unanimidade na Casa, possa apresentar a sua sugestão, e o Senador Cristovam Buarque, como Relator, possa aceitar ou não. Se o Senador Cristovam Buarque aceitar a sua sugestão, ela será incluída; se não aceitar, V. Exª poderá apresentar recurso no Plenário.

Pergunto se algum outro Senador...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – De minha parte, está aceita a sugestão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então vamos aprovar e verificar em que artigo incluiremos matéria na LDB. Pedimos à assessoria para examinar como incluiremos essa idéia na LDB.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – E o Senador Cristovam fará uma emenda redacional.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – Farei a emenda e a trarei no momento oportuno, com a sugestão do Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – O Senador Mão Santa queria se pronunciar a respeito?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu já ia votar quando chegou a Senadora Patrícia.

Vivemos um momento muito feliz neste instante. Louvo as legisladoras, entre elas, a primeira, a Princesa Isabel, com a Lei Áurea, e a encantadora Rita Catama. S. Exª perdeu as eleições, mas a moralização administrativa e a responsabilidade fiscal devem-se à inteligência e à coragem de Rita Camata. Já fui Prefeito e Governador e posso atestar isso. A inteligência – e parece que é possível – igualou-se à beleza física.

As prefeituras apresentavam 105% de gasto com funcionários; era impossível. S. Exª mostrou um rumo. Foi o Divino Espírito Santo que baixou ou foi o Camata mesmo. Por trás de um grande homem há sempre uma grande mulher; e atrás de uma grande mulher há sempre um grande homem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Agora é “ao lado”, para ser politicamente correto, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Dou meu testemunho: era inadministrável. E não é só isso. Com a generosidade de uma mãe, ela prolongou para a gestante o benefício para quatro meses. S. Exª é a autora dessa mudança.

Mas um bem nunca vem só. Temos agora a Senadora Patrícia Saboya, com sua inteligência e generosidade. Há agora uma dupla. Na semana passada, o Brasil aplaudiu a Senadora e o Professor Buarque, que alertaram o País sobre o combate ao trabalho e à exploração sexual das nossas queridas crianças.

São votos com aplausos.

Isabel, Camata e Patrícia, que S. Exª disse que perdeu a eleição.

Agora vou falar pelos homens. Winston Churchill, que venceu a guerra, perdeu a eleição depois da conquista. Isso nada significa. Ela não tem que perder, Camata, é o seu amor.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS–CE) – Sr. Presidente, queria aproveitar as palavras do Senador Mão Santa, porque cheguei correndo, estava em outro compromisso, e não tive a lembrança de fazer os mesmos elogios, talvez até maiores, à Deputada Rita Camata, que, na verdade, foi quem abraçou a causa da criança e do adolescente.

Em todas as ocasiões, faço questão de ressaltar a importância dos mandatos da Deputada Rita Camata. S. Ex^a é reconhecida no Brasil inteiro por amor à causa da criança e do adolescente. Por suas mãos, inteligência, generosidade, compreensão e sensibilidade conseguimos hoje tantos avanços em relação ao tema criança e adolescente. Certamente, pela interlocução e habilidade da Deputada Rita Camata, alcançamos tantas conquistas.

Senador Gerson Camata, leve também à Deputada Rita Camata o nosso aplauso. Certamente, procuro dar continuidade a um trabalho que S. Ex^a desenvolveu brilhantemente. Sou sua fã por tudo o que ela tem feito, por tudo o que já pôde fazer, pela contribuição tão grande que ela ofereceu a esta Casa e a este País. Leve, Senador, de todos nós, Parlamentares, e da sociedade brasileira, os nossos cumprimentos, o nosso abraço. Que ela possa, em breve, estar aqui, ao nosso lado, trabalhando e reforçando cada vez mais essa luta.

O SR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ela tem me dito, constantemente, que se sente recompensada por V. Ex^a continuar a sua luta.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS–CE) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB–MG) – É muito importante esclarecer, Sr^{as} e Srs. Senadores, que acabo de ser informado pelo nosso Secretário Júlio Linhares que há uma solução técnica para a questão levantada.

Como esta matéria, se aprovada, vai à segunda votação, em turno suplementar, na realidade, e como a emenda não é contrária à própria matéria, ela poderá ser apresentada no segundo turno. Se a aprovarmos agora, a emenda será feita pelo Senador José Jorge e pelo Relator, Senador Cristovam Buarque, em acordo, e apresentada no turno suplementar. Na votação do turno suplementar, já será apresentado o texto definitivo, sem precisarmos recorrer ao Plenário.

Se o Senador Cristovam Buarque concorda com essa proposição, vamos à votação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT– DF) – Concorro plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Então vamos à votação.

(Procede-se à votação.)

Aprovado o substitutivo.

Vai ao turno suplementar na próxima reunião, já com a sugestão de emenda apresentada pelo Senador José Jorge.

Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 136, que dispõe sobre reserva de 5% das vagas em concursos públicos realizados em todo território brasileiro aos

índios, e o nº 155, de 2000, que acrescenta artigos à Lei nº 6001, de 1973, Estatuto do Índio, dispondo sobre a reserva de vagas nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas.

O Relator é o Senador Juvêncio da Fonseca, pela aprovação, com as emendas oferecidas, e pela rejeição do PLS nº 136, que tramita em conjunto.

A matéria é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e constou da pauta do dia 7 de junho.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o requerimento da Senadora Ideli Salvatti chega a esta Comissão em tramitação conjunta com os projetos de lei referidos.

O PLS nº 136, de 2000, e ambos os projetos são de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti. O PLS nº 136, de 2000, em seu § 1º, assegura ao indígena brasileiro 5% das vagas em concurso público; o PLS nº 155, de 2000, dispõe sobre a matéria de forma mais detalhada, acrescentando três artigos ao Estatuto do Índio, Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973, em sequência ao art. 14.

O primeiro projeto estabelece o coeficiente de 5% das vagas em concurso público em favor dos indígenas. Já o PLS nº 155 acrescenta algo mais, inclusive modificando o Estatuto do Índio – a Lei nº 6001 –, estabelecendo que o candidato indígena, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservado, no mínimo, o percentual de 5%. Caso a aplicação do percentual de que trata o parágrafo resulte em número fracionário, este deverá ser levado até o primeiro número inteiro subsequente.

Acrescenta que não se aplica o disposto nesse artigo aos casos de provimento de cargo em comissão e funções gratificadas, o que é normal. Também o candidato indígena participará do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

É proibido a qualquer autoridade competente vetar a inscrição de candidatos indígenas, sob pena de improbidade administrativa.

Fizemos análise aprofundada do projeto e entendemos que é importante. Tem um interesse público muito forte, principalmente em razão da inclusão dos indígenas na sociedade civil, dos já mais aculturados, no sentido de aproveitamento no serviço público.

Apenas oferecemos duas emendas: a primeira, diz respeito à redução do índice de 5% para 1%. Qual a razão dessa redução? É que a população indígena brasileira é de 450 mil, mais ou menos, ou seja, 0,25% da população brasileira, que é de 180 milhões de pessoas. Isso significa que o projeto deve adequar a proporcionalidade da população indígena à população não indígena.

Quando eu cheguei aqui, o Senador Gerson Camata dizia que essa proporção era importante. Fiz fazer a conta e cheguei à conclusão, matematicamente, que é 0,25% da população brasileira, razão por que reduzimos para 5%, para 1%.

E a Emenda nº 2, dizendo o seguinte: nos concursos públicos, para provimento de professores e outros profissionais das escolas indígenas poder-se-á reservar qualquer percentual de vagas até sua totalidade a candidatos indígenas, a critério do sistema de ensino a qual pertencerem.

Ora, se a escola é essencialmente indígena, nada mais justo do que os indígenas qualificados tenham condições de preencher todas as vagas em concurso público, seja para professor, seja para cargo administrativo, porque é uma escola indígena.

Em razão disso, somos pela rejeição do Projeto nº 136 e pela aprovação do PLS nº 155, de 2000, com essas duas emendas, fazendo ressaltar o seguinte: a população indígena no Brasil está crescendo a cada ano, e os indígenas estão com o seu órgão de tutela, que é a Funai, praticamente, órfãos de pai e mãe dessa tutela objetiva, estrutural, que possa fazer com que eles exerçam realmente todos os direitos à preservação da sua cultura, dos seus costumes, a sua integração com a sociedade civil, com os brancos, na medida do possível. Infelizmente, a Funai está gastando 75% de todos os recursos de que dispõe no orçamento em atividade-meio e apenas 25% em atividade-fim. Nós estamos vendo, nas aldeias indígenas, por este Brasil todo, o abandono do índio. O indígena tem sofrido muito com esse abandono, apesar de a Funai ser um órgão institucional que tutela os indígenas no Brasil. Este projeto do Senador Mozarildo Cavalcanti é um esforço de inclusão do indígena na nossa sociedade que deve ter a atenção de todos os nossos pares, aprovando-o, com a rejeição do PLS nº 136 e a aprovação do PLS nº 155, de 2000, com as duas emendas que oferecemos.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão o parecer do Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)

– Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Perfeitamente. Em primeiro lugar, o Senador Romeu Tuma; em segundo lugar, o Senador Mestrinho.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Senador Mestrinho entende mais de índio do que eu. Então, não sei se ele quer falar em primeiro, porque eu captarei os seus ensinamentos e ainda vou na carona dele.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Senador Mestrinho, por favor.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)

– Nós somos índios da mesma tribo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós estamos vivendo no Brasil uma fase em que fugimos das normas reais do que é a sociedade brasileira. A nossa sociedade sempre se constituiu por igualdade, por não **apartheid**, mas, de uns tempos para cá, temos sentido que querem impor à força o **apartheid** no Brasil. Primeiro, estabelecendo quotas nas universidades, quotas para índios, quotas para negros; haverá quotas, daqui a pouco, para presidiários. Isso tudo faz com que o nível da sociedade caia.

O que devemos fazer é proporcionar a todos condições de desenvolvimento, para que possam normalmente concorrer nos concursos públicos, nos vestibulares, no ingresso em qualquer atividade que exija conhecimento, senão estaremos caminhando para uma redução da capacidade da sociedade brasileira. Essa é a realidade.

Querem dar ao índio o direito a 5%, depois reduzido para 1%, em concurso público.

O concurso público é a apuração do nível de conhecimento do candidato para uma determinada função. Se dermos preferência, no percentual que for, para o índio, estaremos fazendo o quê? Estaremos tirando o direito de alguns mais capazes e colocando outros que não tiveram formação naquilo. Conheço muito índio que já faz universidade e ocupa cargos públicos em igualdade de condições de disputa com os não-índios. Isso é assegurado a eles, é a busca do conhecimento. Essa é a realidade.

Como se vai fazer um concurso, por exemplo, para a população indígena, aceitando o índio que nem sequer fala a nossa língua? É difícil, é muito difícil!

Agora o que acontece, e foi dito também pelo Senador, é que o órgão supostamente tutelar do índio, a Funai, não cumpre as suas finalidades. A Funai deveria ter sido extinta há muito tempo, porque ela não tem finalidade, a não ser a de dar emprego a uma meia dúzia. A Funai não tem função. E estão entregando agora a saúde do índio a ONGs que recebem uma verba e gastam um quinto ou um sexto dessa verba

com a saúde do índio. São outros profissionais para a proteção ao índio. E o Brasil está cheio de falsos protetores de índio.

Tivemos há pouco essa coisa terrível no Brasil, e o Brasil futuro vai mostrar isso, que foi a demarcação contínua da Raposa Serra do Sol naquela área, que era a última entrada para o escudo da Guiana, cobido pelo mundo há muitos anos, e que, por engano da Cláudia Andujar, não foi incluída na reserva quando fizeram a demarcação das terras ianomâmis. Então, demarcaram a Reserva Ianomâmi, a Reserva Tucano, a Reserva do Javari, e ficou aquela entrada no escudo da Guiana, que é a Raposa Serra do Sol, exatamente naquele canto, entre a República da Guiana e a Venezuela, onde vivem cinco etnias que não se dão entre si, com exceção dos uapixanas e os macuxis, que têm um convívio mais ou menos aceitável. Os tauarepangues, os patamonas e ingaricós, que vivem na serra, esses não se dão. Basta dizer, por exemplo, que, se uma índia ingaricó olhar para um índio de outra tribo, tauarepangue ou patamonas, e rir, ela será expulsa da tribo, tamanho o ódio que há entre eles.

Agora resolveram, a pedido de grupos e por pressão internacional, para fechar a fronteira norte do País, fazer a demarcação contínua da Raposa Serra do Sol, fechando, assim, toda aquela reserva petrolífera. Trata-se de petróleo duro, efetivamente, mas hoje há tecnologia para isso, que vem desde o Orenoco e vai até o Amapá. Essa é a maior reserva do mundo. Tudo isso além do diamante, do ouro, da tantalita e da cassiterita que há naquela região.

Assim, essa questão de se usar o índio, dando-lhe direitos e obrigações, é algo muito bonito. Mas o índio já tem direitos assegurados. Por exemplo: a minha avó era índia, e isso não impediu que eu chegasse até aqui e governasse o Amazonas nem que eu fizesse concurso público. Eu era fiscal de consumo por concurso público; hoje sou auditor da fazenda nacional.

Essa é a razão por que, Sr. Presidente, voto contra isso. Não há razão de ser. Temos que incluir o índio na sociedade, porque ele quer isso. Ele quer receber os benefícios da civilização: luz elétrica, água encanada, boa escola. Ele quer desfrutar daquilo a que não tem direito.

Fala-se na medicina indígena. O índio usa aqueles preparados porque não tem acesso a outros remédios. Mas, à medida que ele conseguiu obter medicamentos como o Melhoral e a Cafiaspirina, não usou mais aqueles preparados. Quer dizer, ele hoje quer os direitos que nós temos.

Há pouco tempo, estive falando com um grupo de Tuxauas/Ianomâmis. Perguntei aos Ianomâmis: a vida de vocês mudou com essa demarcação de terras? Eles

responderam o seguinte: ficou muito pior que antes. A verdade é essa. Por quê? Porque proibem o acesso do não-índio às tribos e permitem que contrabandistas, falsos pastores, falsos evangelistas e falsos missionários penetrem lá. O estrangeiro também pode. Se ele for americano ou francês é ainda mais fácil. Eles podem entrar livremente nas reservas, e a Funai não diz nada, porque eles fazem parte do contexto. Essa é a situação.

Por isso, Sr. Presidente, voto contra, pelo arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – É importante essa observação do ilustre Senador Gilberto Mestrinho, um profundo conhecedor da questão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, eu tinha razão quando disse que o Senador Mestrinho conhecia mais o problema do que eu; o Senador Juvêncio, também. Lá em Dourados, ele já passou um aperto, nessas duas últimas semanas, com a morte de crianças, e tentando intervir no processo de invasões de comunidades indígenas situadas em terras produtivas. Isso vem trazendo grandes problemas para o agronegócio do Mato Grosso, não é, Senador Juvêncio?

Quando jovem, eu pensava que só havia índios Tupis e Guaranis no Brasil. Eu não conhecia nada sobre isso, porque no Sul não se fala na variedade de línguas indígenas existentes na Amazônia. Só vim a aprender isso quando assumi meu cargo na Polícia Federal. Participei de várias reuniões com o então Governador Mestrinho.

Certa vez, quando fazia uma visita, dormimos no mesmo quarto – pedi licença a ele para isso –, cada um em uma cama, é claro. Ele me disse que era de origem indígena e que já havia dormido em tribos. Foi nessa ocasião que tomei conhecimento de que ele tinha origem indígena e tem parentes índios da Região Norte do país.

Ele tem razão sobre os índios ianomâmis. É um sofrimento tremendo com a promiscuidade de algumas culturas que vão para lá, acabando por explorar aquelas terras sem que eles tenham possibilidade de usufruir desses benefícios. Vi comunidades indígenas, as crianças, comendo minhocas e outros bichos por falta de alimento. É um sofrimento muito grande.

O ianomâmi tem uma vida curta, Senador. Aos vinte e poucos anos eles não sobrevivem mais. O Senador Juvêncio tem razão: a Funai é ultrapassada, há um centenário sem se alterar. Não sei quantos anos

tem a Funai. Ela quer dominar a política indigenista no país, mas não tem estrutura para fazer isso.

O senhor verificou na Presidência da sua Comissão...

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)

– Um aparte, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)

– A Funai é uma espécie de Ibama dos índios.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A Comissão que o nosso ilustre Juvêncio preside, de Direitos Humanos, tem feito um trabalho excelente sobre a saúde dos índios. S. Ex^a mostrou aqui a falta de assistência total. Eles não têm, na região do Senador Juvêncio, nem os preparos que eles faziam, porque não existe árvore para fazer isso, não há planta para isso, e os medicamentos não chegam. Nem alopatas, nem homeopatas. Só a figura ilustre do Senador que lá esteve para tentar reverter esse processo.

Não sei se isso é bom ou ruim, porque, quando houve um problema grave na região dos índios Uaiuai, no Maranhão – o Senador Edison Lobão era o Governador –, eles seqüestraram alguns policiais, era difícil até chegar ao local. Fomos lá e, infelizmente, Senador, consegui, por intermédio do Presidente da Funai da época, um indigenista, um homem que se separou da família porque andou atrás de um índio que não tinha contato com a civilização por dois anos, e a mulher, depois disso, não o quis mais, segundo o relato dele. No fim da discussão, as ameaças que sofremos, com flechas no rosto e tal, o capitão perguntou: “Tem um dinheirinho aí, doutor, para a gente resolver isso?” Não é o “mensalão”, mas foi pedido dinheiro. E eu tinha pouco. Acabei dando porque fiquei com pena do capitão. É uma distorção total.

Não sou contra o seu relatório. O que eu ia perguntar, quando pedi a palavra, era sobre os pré-requisitos que os concursos exigem, se os índios são obrigados ou não a preencher nessa cota.

Lá no Maranhão, depois eu me encontrei com vários índios que estavam lá na aldeia, tentando manter sob seqüestro os policiais, nas escolas. Estavam cursando o 2º Grau, o 3º Grau, todos colegas de não-índios.

Então, a evolução natural que o Governo tem que oferecer é escola, para eles progredirem pela cultura e pelo conhecimento.

Vou procurar a orientação do Partido sobre isso. O que for maioria aqui... Tenho uma apreciação muito grande pelas comunidades indígenas. Temos de nos dedicar mais para oferecer meios, e não cotas, porque as cotas não vão resolver a vida deles. Talvez não tenham

nem meios para chegar à escola. Então, vou seguir o que o nosso Líder, Senador José Jorge, disser.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Inicialmente, Senador José Jorge. Depois, Senador Nezinho Alencar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos os dias estamos analisando essa questão das cotas. São cotas para vestibular, agora é cota para concurso...

O caminho correto é o que o Ministério das Relações Exteriores, inclusive agora, no Governo Lula, realizou. No concurso para o Ministério das Relações Exteriores, em relação aos afros-descendentes, eles resolveram, ao invés de reservar uma parte das vagas, preparar melhor aquelas pessoas, para que elas pudessem concorrer em igualdade de condições. Então, o que fizeram? Fizeram um curso de preparação e deram uma bolsa de R\$2.500 para cada uma daquelas pessoas que entrasse nesse curso, somente afros-descendentes, índios etc.

Eles vão se preparar, durante esse período, vão receber essa bolsa e depois vão concorrer em igualdade com os outros. Esse é o caminho correto para que dar oportunidade a todas as minorias.

Então, para cada concurso, ao invés de se reservar uma determinada quantidade de vagas, para que depois a pessoa seja discriminada... Suponhamos que seja um piloto de Boeing, por exemplo. O cara diz: não, o piloto de Boeing entrou pela cota, então algum passageiro vai se recusar a ir. Não é isso? Na realidade, termina-se fazendo um novo tipo de discriminação.

Temos que encontrar uma solução que não discrimine mais. Para isso, é necessário preparar melhor, dar um curso, dar uma bolsa e fazer com que os índios tenham tratamento privilegiado para se preparar para o concurso, sem uma vaga específica, para ele não entrar mais despreparado que os outros. Essa é minha opinião. Se o Ministério das Relações Exteriores já evoluiu dessa forma, devemos trabalhar para que outros órgãos sigam o mesmo caminho.

Isso foi feito agora. É uma coisa certa. Por isso que eu, que sou da Oposição, estou concordando com o caminho que o Ministério das Relações Exteriores adotou.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito bem, continua em discussão.

Senador Nezinho Alencar.

O SR. NEZINHO ALENCAR (PSB – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a convicção de que o Senador Juvêncio da Fonseca deu seu parecer fundamentado em informações e estudos profundos. Quero apenas fazer uma indagação ao Senador:

existe alguma lei que proíbe o índio de participar em condição de igualdade de concurso público?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Essa foi realmente grande dúvida que eu tive, não dúvida, mas a verificação da grande contradição desse projeto. Ao mesmo tempo em que o projeto prevê igualdade de condições para o ingresso, para o concurso, para as notas, reserva 1%. Se por acaso tem acesso e tem que atender inclusive à classificação através das notas, ficou um tanto contraditório o projeto. Com as afirmações feitas até agora, a partir do nosso brilhante e sempre lúcido e inteligente Gilberto Mestrinho, todos esses argumentos me assaltaram a consciência na hora de elaborar o parecer. No entanto, como o autor é um homem do Amazonas, o nosso querido Senador Mozarildo Cavalcanti, eu apenas reduzi de 5% para 1%, mas já mostrando a minha preocupação no sentido de apreciar realmente com profundidade este projeto, na medida em que também conheço a questão indígena e sei o quanto temos a oferecer ao indígena que não seja por essa via.

Não sei se respondi a sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo fazer uma breve intervenção, começando por aquilo que observou o Senador Gilberto Mestrinho, cuja manifestação eu reputaria muito completa, diria até brilhante.

Sem fazer qualquer divagação, gostaria de lembrar que uma só cidade que viva de fato no estado democrático de direito tem que partir de dois pressupostos: a liberdade com o princípio de igualdade de oportunidade e a igualdade de oportunidade como fim. Isso constitui o cerne de uma sociedade efetivamente democrática. As pessoas não são iguais, mas se deve pelo menos assegurar a igualdade de oportunidades.

Então, parece-me que o Senador Mestrinho lançou uma questão que se põe quase como preliminar à análise deste projeto.

Ouvi depois outras manifestações que enriqueceram o debate, do Senador Tuma, do próprio Senador Nezinho e do Senador José Jorge. E faria uma proposta.

O Relator é uma pessoa que, além dos seus méritos pessoais, inclusive no plano jurídico, conhece também a questão indígena e pode fazer um reexame da questão. Mesmo porque, uma vez aprovado projeto desta natureza, isso suscitaria uma série de outras proposições relativas à questão de reserva de vagas, etc. Penso que deveríamos ter um princípio diretor a orientar a nossa conduta com relação a este tema.

Era a sugestão que gostaria de fazer ao nobre Relator e, de modo particular, ao Presidente da reunião, Senador Hélio Costa.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Pela ordem, Senador Juvêncio.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Sr. Presidente, o Senador Marco Maciel foi objetivo na sua colocação, dizendo que o Relator deveria reexaminar a questão para colocar nos seus devidos lugares, se assim julgar necessário.

A idéia é interessante, mesmo porque o autor do projeto não está presente, que é o Senador Mozarildo Cavalcanti, a quem podemos indagar um pouco mais, buscar mais subsídios para justificar a razão por que S. Ex^a realmente ingressou com esses dois projetos de lei. E, principalmente, o Senador Mozarildo, que é da Região Norte, está envolvido continuamente com a questão indígena, é um idealista desse setor e merece de nossa parte todo respeito.

Portanto, sugiro acatar a proposta feita pelo Senador Marco Maciel para um reexame, pela relatoria, do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito bem, penso que é uma boa decisão de V. Ex^a, Sr. Relator, até porque, depois do depoimento absolutamente preciso do Senador Mestrinho, seria difícil aprovar esta matéria, a menos que fosse, evidentemente, revista por V. Ex^a.

Então, fica V. Ex^a com a matéria novamente para rever o seu relatório.

Vamos agora ao **Item nº 4**: Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2005, que insere inciso no art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, para incluir a dedução de doações de livros a bibliotecas públicas no cálculo do Imposto de Renda devido por pessoas físicas.

O Relator é o Senador Marco Maciel, a quem passo a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto de lei a que se reportou o Presidente Hélio Costa é do Senador Roberto Saturnino, que visa alterar a Lei nº 9.250, de 1995, que altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

Tentando fazer um parecer simplificado da proposição do nobre Senador Roberto Saturnino, diria que a primeira alteração incide sobre a redação do inciso I do art. 12, incluindo nas três possibilidades de dedução de Imposto de Renda devido por pessoas físicas previstas nesse dispositivo as doações de livros adquiridos pelo contribuinte às bibliotecas públicas até o limite da entrega da declaração de ajuste.

A segunda adiciona o § 3º ao inciso II do art. 12 da referida lei, com a intenção de estipular que, no caso de doação de livros, além do comprovante emitido pela biblioteca pública a ser contemplada, o contribuinte deverá conservar por cinco anos as notas fiscais correspondentes à aquisição de livros adquiridos e doados, documentos sujeitos à fiscalização, conforme as normas vigentes.

Encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos para decisão terminativa, o projeto recebeu a Emenda nº 1, do Senador Marcelo Crivella, que propõe nova redação para a ementa, de forma a promover a correta identificação do alcance das alterações pretendidas.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto não chegou a ser apreciado. Foi aprovado o Requerimento nº 145, de 2005, do atual Presidente da Comissão de Educação, Senador Hélio Costa, solicitando o encaminhamento da matéria ao exame desta Comissão.

É lógico que, uma vez apreciada aqui, a proposição voltará à Comissão de Assuntos Econômicos.

Na Comissão de Educação não foi oferecida emenda à proposição do Senador Roberto Saturnino.

Sr. Presidente, fiz uma análise do projeto que está contida nos avulsos que os senhores receberam e, para não consumir muito tempo, gostaria, se o Presidente concordar, de, ao final, dizer que o meu parecer, apreciado o mérito da proposição e não identificando óbices preliminares, como de natureza constitucional, jurídica e de técnica legislativa, é pela aprovação do projeto. Portanto, a partir de agora, apresento a matéria para discussão dos nobres integrantes desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O relatório foi apresentado.

Em discussão o Projeto de Lei nº 27, de 2005, que insere inciso no art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, para incluir a dedução de doações de livros a bibliotecas públicas no cálculo do Imposto de Renda devido por pessoas físicas.

Para discutir, o autor do projeto, Senador Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, agradecendo as observações do Senador Marco Maciel, quero apresentar aos nobres colegas a intenção deste projeto, que é de difundir mais a aquisição e a utilização de livros, visto que o Brasil tem índices de utilização e aquisição de livros muito baixos. Por este projeto, as classes que pagam Imposto de Renda, isto é, as classes médias e mais ricas, seriam incentivadas a adquirir livros, desde que feitas a sua utilização, durante um ano, doando-os às bibliotecas

públicas. Assim, as classes mais pobres teriam acesso gratuito aos livros. Desta forma, estaremos incentivando a ampliação do hábito de leitura, a aquisição de livros e a sua utilização pela população brasileira, sem prejuízo algum praticamente, porque esses incentivos que estão capitulados no projeto já são oferecidos a outras utilizações e normalmente não se completa o limite máximo. De modo que o Estado brasileiro não estaria perdendo praticamente recurso algum, e o avanço em termos de aquisição e utilização de livros poderia ser bastante apreciável.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, se fosse possível, gostaria de fazer duas achegas às colocações do nobre autor da proposição, Senador Roberto Saturnino.

Na realidade, por não ter lido toda a análise que fiz do projeto, não mencionei um fato que considero importante. Nós vivemos numa sociedade ágrafa, a qual, como lembrou o Senador Saturnino, lê pouco, e, de alguma maneira, a proposição cria estímulo para bibliotecas públicas e aumenta, conseqüentemente, a possibilidade de acesso à leitura. Tudo isso concorre para o melhor desenvolvimento da educação no País, que é a questão central brasileira ainda não adequadamente resolvida.

Por outro lado, quero chamar a atenção para um fato que o Senador Saturnino observou. A bateria de deduções que podem ser feitas não se exaure muitas vezes por parte do declarante, e isso em nada prejudica a Receita. Pelo contrário, já existe a previsão de deduções que poucos conseguem exercitar em sua plenitude.

Gostaria também de mencionar que tenho uma especial sensibilidade com relação à dedução do Imposto de Renda para educação, uma das formas de estabelecer um pouco de igualdade na oferta de oportunidades.

Na década de 60, tive a oportunidade de concorrer para que se aumentasse a dedução de despesas com educação na declaração do Imposto de Renda, que, no passado, foi maior. Mas depois veio uma legislação que praticamente impedia a dedução para a educação, que conseguimos restabelecer, ainda que em limites aquém do desejado.

Era o que eu gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Romeu Tuma, para discutir.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Discutir, não, porque a competência é dos Senadores Marco Maciel e Roberto Saturnino, principalmente nessa área tão importante, que é o hábito de leitura.

Senador Marco Maciel, Senador Roberto Saturnino, tenho uma boa relação com a então Secretária

de Educação, Cláudia Costim, e toda conversa dela sempre era voltada para incentivar as bibliotecas nas escolas estaduais. E ela encontrava muita dificuldade na aquisição de livros, mas entendia que a formação cultural do jovem dependia do seu hábito de leitura.

Este projeto é importantíssimo.

Como hoje as grandes empresas têm um balanço social, pois centenas delas têm atendido a população devido à incapacidade econômica do Governo, não sei se a inclusão da pessoa jurídica também não seria importante na doação para bibliotecas, pela capacidade econômica que têm, conforme o balanço social que eles apresentam. Não só a pessoa física, mas a pessoa jurídica também, que tem muito mais capacidade de financiar uma biblioteca por inteiro ou de apadrinhar uma escola, duas ou dez, para formar sua biblioteca.

Então, eu queria cumprimentar o Senador Saturnino pela iniciativa, o Senador Marco Maciel, por ser um profundo conhecedor do assunto, fazendo no seu relatório, inclusive, uma análise sobre prejuízo ou não da Receita na sua arrecadação com esse procedimento tão sadio para a nação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Ao que me parece, e vou até consultar o Senador Marco Maciel, a proposta se refere a doações também para o Conselho da Criança e do Adolescente, não é isso? Nós estamos analisando aqui exclusivamente a doação de livros para bibliotecas públicas.

Na verdade, tudo aquilo que se refere a tirar algum poder da Receita Federal tem o meu apoio...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A filosofia da Receita é arrecadar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – ...e o meu apelo para que todos votem por unanimidade, principalmente por se tratar de livros, Senador Marco Maciel, que constituem uma grande deficiência nacional.

Infelizmente, não temos bibliotecas, não temos lugares para onde as crianças principalmente possam se dirigir. Essa é uma lacuna que precisa realmente ser corrigida pela lei; é o único jeito. A lei é assim: vamos tirar um pouquinho da receita e fazer doações de livros, quer dizer, eu vou doar meu livro e poderei descontar aquela doação no Imposto de Renda. Nada mais justo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – São livros novos porque tem que...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Agora, veja, Senador Tuma, isso não é novidade; isso existe nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra. Todos os países industrializados têm essa lei; nós é que não temos, não é isso, Senador Roberto Saturnino?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Já existiu no Brasil, o Senador Marco Maciel lembrou muito bem. Já existiu e foi revogada. Agora nós estamos restabelecendo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Até para estudante a compra de livros era deduzida do Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Então nós estamos corrigindo um erro do passado, refazendo, portanto, essa lei que será tão importante para a recomposição das bibliotecas no País inteiro.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Em votação. Faremos votação simbólica.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Marco Maciel permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2005, PL nº 5.873, de 2001, da Câmara dos Deputados, que inscreve o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva no Livro dos Heróis da Pátria.

Vou me inscrever como primeiro orador, como primeiro debatedor – não é meu conterrâneo; ele é de Santos –, em razão, Senador Gerson Camata, da apresentação desta proposta, porque está havendo uma grande comemoração em Santos. Evidentemente, os Deputados daquela região fizeram esta apresentação que considero perfeitamente válida.

Foi um brasileiro que, no seu tempo, certamente se destacou pelo seu trabalho, sobretudo intelectual, em favor do Brasil e da sua independência.

Vou apenas acrescentar uma emenda, depois que o Relator fizer a sua leitura do relatório. Portanto, passo a palavra ao Relator da matéria, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tenho a impressão que V. Ex^a já desempenhou o seu papel com distinção ao se referir à importância de José Bonifácio de Andrada e Silva, nascido em Santos e considerado o Patrono da Independência. Foi o principal Conselheiro de D. Pedro I. Então, tem a sua vida na história da nossa Pátria. De forma que é com atraso que se registra o nome do ilustre brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva no livro “Os Heróis da Pátria”.

Como ele nasceu em Santos, em 1793, comemora-se a Semana de José Bonifácio, e acredito que a aprovação deste projeto trará uma grande alegria aos santistas, aos paulistas e aos brasileiros. E, sem dúvida alguma, será incluído nas comemorações que se realizam naquela cidade.

Estou à disposição para aceitar a sua emenda.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Nobre Senador Romeu Tuma, V. Ex^a que é paulista, conhece muito bem a história do Brasil e do seu Estado. Vou usar de um exemplo também paulista: todos nós nos lembramos do extraordinário jogador de futebol que foi Pelé, que se destacou no Santos, que fez o Santos cinco vezes campeão do mundo. Foi a glória do esporte brasileiro. Antes mesmo de o Brasil se tornar campeão do mundo pela primeira vez, o Santos era a verdadeira expressão de uma seleção nacional, que se superava como seleção do Brasil, e nós nos esquecemos do Coutinho, Senador Gerson Camata que era aquele extraordinário jogador que, ao lado de Pelé, preparava as bolas que Pelé jogava dentro da rede.

Estou fazendo esta observação, Senador, porque pediram a inclusão de José Bonifácio de Andrada e Silva no livro “Os Heróis da Pátria”.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O projeto é da Deputada Telma de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – O projeto é da Sr^a Telma de Souza, ex-Prefeita de Santos.

Esta emenda pode até ser derrotada, mas sugero que seja lembrado também o Sr. Joaquim Gonçalves Ledo.

Joaquim Gonçalves Ledo era um adversário de José Bonifácio. Um era um conservador – o José Bonifácio – e imperialista, amigo da realeza, que defendia o Império, e o outro era um republicado. O outro queria a independência. Lutou, da mesma forma, pela independência do Brasil, mas queria também a República. Ele imaginava o Brasil como um país, e, lamentavelmente, Gonçalves Ledo teve a cabeça pedida pelo José Bonifácio. E foi grave, porque o que se pediu, na realidade, era a cabeça, e não a cabeça política. Pediu-se a cabeça mesmo, pediu-se para degolar o Gonçalves Ledo. Naquela época, isso era perfeitamente viável e possível. Gonçalves Ledo teve que fugir e se refugiar em Buenos Aires. Ele foi para a Argentina porque, caso contrário, seria guillotinado, por assim dizer. Mas por quê? Porque queria a independência do Brasil, mas queria uma independência republicana. Não queria a independência com o Imperador. Não queria a independência com a realeza portuguesa, insistindo, aquela mesma que nos roubou US\$48 bilhões em ouro de Minas Gerais, o meu Estado.

O Estado de Minas fez, recentemente, quatro extraordinárias e formidáveis reportagens, mostrando como se saqueou o Estado de Minas Gerais em quase US\$60 bilhões que estão hoje, evidentemente, nas igrejas e nos palácios de Portugal e da Inglaterra, que,

diga-se de passagem, era quem cunhava as moedas de ouro dos portugueses.

Então farei uma leitura rápida, aproveitando a **TV Senado** para informar aos nossos companheiros que nos acompanham, sobre quem foi Joaquim Gonçalves Ledo, que, logo após a partida de D. João VI para Portugal, se entregou à luta pela independência do Brasil, da mesma forma que o outro que está sendo homenageado aqui:

“Apesar de não ter se distinguido pelos historiadores como protagonista da independência, foi Joaquim Gonçalves Ledo, com a coragem sem limites que o distinguiu, que chefiou a campanha libertadora.”

E tenho a honra de dizer que existe uma importante rua na minha cidade, lá no interior, chamada Gonçalves Ledo, assim como no Rio e em vários lugares.

Ele fez parte do Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil, criado por D. Pedro, do qual também participaram Barão do Rio Branco, José Clemente Pereira, Januário da Cunha Barbosa e o Brigadeiro Luiz Pereira Nóbrega.

Graças ao grupo de Gonçalves Ledo, D. Pedro foi conquistado para a causa da independência do Brasil. Na realidade, é ele quem faz a cabeça do Imperador de que o Brasil tinha que se livrar de Portugal e ser independente.

Gonçalves Ledo tinha um cunho liberal e desejava a independência imediata do Brasil, mas, conforme eu disse, além da independência, ele queria a república. Aí começava a briga com o Bonifácio, que queria continuar com o Imperador. Ele era um monarquista, defendia a monarquia, queria que toda a família de D. Pedro continuasse. Até hoje, se possível, o rei de Portugal seria o rei brasileiro.

“José Bonifácio também queria a independência, mas era um conservador, inclusive pugnava pela continuidade do Império.

Democrata ardoroso, Gonçalves Ledo pressionava pela convocação de uma assembléia constituinte, enquanto José Bonifácio era contra essa convocação e favorável a uma Constituição outorgada, o que acabou finalmente acontecendo.”

Ou seja, um queria, pelo voto, resolver a questão do Brasil; o outro queria na penada, e acabou ganhando a questão.

Em 1º de agosto de 1822, Gonçalves Ledo redigiu um manifesto ao povo do Brasil, começando com uma frase direta e incisiva que tenho guardada até hoje, dizendo o seguinte: “Está acabado o tempo de enganar os homens”. Vejam que coisa maravilhosa! Na verdade, ele se referia à monarquia.

“Num discurso inflamado, em 20 de agosto de 1822, Gonçalves Ledo tomou como proclamada a in-

dependência do Brasil. Por toda parte, turbilhonava o sentimento de liberdade. Por conta dessa atitude libertária, em 1822, Gonçalves Ledo foi perseguido de morte [que significa o seguinte: saíam à procura de Gonçalves Ledo. Se o encontrarem, podem matá-lo. Então ele deixa o Brasil para se refugiar em Buenos Aires.]

Em 17 de junho de 1823, por fim, calaram-se as vozes contrárias e Gonçalves Ledo e outros grandes e sinceros batalhadores da liberdade em prol da nossa independência puderam regressar ao Brasil.

Gonçalves Ledo foi agraciado por D. Pedro com a Dignitária do Cruzeiro.

Em 19 de maio de 1847, ele morreu, depois de haver incinerado as suas memórias, manancial riquíssimo de documentos e observações sobre fatos de que fora principalmente protagonista e testemunha.

Na realidade, era o grande adversário de José Bonifácio e esquecido pela história.”

Então faço a proposta, e posso ser até derrotado: para botar o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva no rol do heróis da Pátria, tem que ser acrescentado também o nome de Gonçalves Ledo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, diria a V. Ex^a, com todo o respeito, que a independência tinha prioridade no caminho histórico do Brasil. É claro que passaria pela continuidade do Império. A república viria, automaticamente, na evolução política dos homens que propuseram a independência.

Concordo com V. Ex^a, mas, se outro nome for inserido neste projeto, ele voltará à Câmara, e será perdida a oportunidade das homenagens que se prestam a José Bonifácio de Andrada e Silva, que não representaria o conceito moderno de imperialista que se atribui àqueles que realmente têm uma visão diferenciada do comportamento republicano do Estado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Conceda-me um aparte, por favor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Se não estou enganado, ele era um monarquista, mas um monarquista constitucional. Chegou a ser exilado.

Ademais, ele não pode ser classificado como conservador, porque lutava pela reforma agrária, pela abolição da escravatura, já naquele tempo, era um homem de visão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E voltou à Câmara dos Deputados para fazer...

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Não sou contra a homenagem, mas...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu também não, mas proponho que V. Ex^a apresente um projeto em separado, para não prejudicar este, que praticamente

está aprovado. Nem sei se é possível uma emenda com dois nomes no mesmo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Se V. Ex^a me permite, eu queria apenas me posicionar.

É evidente que não sou contra a homenagem que se faz nem que se aprove imediatamente a proposta que V. Ex^a relata.

Com certeza absoluta, ele deve ter o seu lugar reservado na história, no livro dos heróis da Pátria. Só quero aproveitar esta oportunidade para dizer o seguinte: este herói também foi algoz e, lamentavelmente, a sua vítima era um grande brasileiro que também precisa ser lembrado.

Vou fazer um projeto de lei, então.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Para discutir, Sr. Presidente, se me permite o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Já não gostei muito do Gonçalves Ledo, porque ele queria direto a República. Naquela época, o Brasil teria se esfacelado em cinco países se se tornasse de imediato a República. Foi o Império que garantiu, naquela época – é claro que a República veio na hora oportuna, na hora certa...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Não sabia que V. Ex^a era monarquista, Senador Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – O Império garantiu a unidade do País. Primeiro, D. Pedro I é a maior figura da história moderna. Creio que ele é superior a Alexandre Magno, à altura de Felipe IV, da Espanha, na história universal. Ele era um menino de vinte e poucos anos quando proclamou a independência do Brasil. E era educado no Brasil, uma figura impressionante para o universo. Era um músico. Ele fez o Hino da Independência, que, vamos falar a verdade, é mais bonito até hoje do que o Hino Nacional. Fez a Missa da Independência, e não tivemos até hoje um compositor que fizesse uma peça musical como a Missa da Independência, à qual assisti em Petrópolis, com o Coral do Seminário Metropolitano do Rio de Janeiro, da São José, em latim; algo impressionante. Ademais, ele era um estadista. Foi convidado para ser o Rei da Grécia, porque ele é da linhagem, e não quis, e para ser o Rei da Espanha, quando aquele país começou a se esfacelar, com aquele negócio do reino de Astúrias, e não quis. Ele acabou obrigado a ser Rei de Portugal, até para evitar que Portugal fosse anexado à Espanha, mas fez uma coisa muito importante: quando comunicou às cortes européias que havia separado o Brasil

de Portugal, lançou uma teoria que provocou o fim de muitos impérios e de muitas dinastias.

Era princípio sólido, dogmático, religioso, a origem divina do poder. E ele, quando assinou a declaração da independência do Brasil e mandou para as cortes européias, scandalizou o mundo dos reis e dos imperadores, porque assinou assim: D. Pedro I, por vontade de Deus e aclamação unânime dos povos do Brasil, Imperador. Ele começou a reconhecer a origem popular do poder, e não a sua origem divina. Foi o primeiro governante de origem dinástica a reconhecer que o poder não era de origem divina.

E quando ele saiu daqui para invadir Portugal, com 58 guerrilheiros, foi o primeiro guerrilheiro da história a derrubar a dinastia portuguesa e se proclamar Rei de Portugal, D. Pedro IV.

Esse homem fundou o maior império das Américas, tirando os Estados Unidos, e foi rei na Europa. Nenhum grande mito da história mundial fez isso em dois continentes, e morreu com 33 anos. E ainda estava fazendo muita besteira. Manteve um país e fundou o maior país da América do Sul.

Ele teve uma história muito bonita. Morreu de tuberculose, e resistiu ao cerco no porto comendo sola de sapato. Ele invadiu Portugal com 58 pessoas. Quando veio a armada portuguesa para o porto, ele tomou Lisboa, que estava desguarnecida. Era um guerrilheiro, um estrategista militar de primeira categoria.

Quando o seu confessor foi lhe dar a extrema unção, ele disse assim: “Quero que vocês, ainda com o meu corpo quente, arranquem o meu coração e ponham na Catedral do Porto”, porque havia resistido ali às investidas. E o confessor lhe perguntou: “E para o Brasil?” Ele falou: “Deixei o que eu tinha de mais querido, o meu filho, que nunca mais eu vi. Esse foi o presente que dei ao Brasil”.

E todos sabem que D. Pedro II foi um sábio que garantiu a unidade territorial deste País. Somos brasileiros hoje, do Chuí ao Oiapoque, graças ao Império de D. Pedro I e D. Pedro II.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador. V. Exª ilustrou a história e a importância desta homenagem, para a qual eu pediria o voto favorável, sem prejuízo ao projeto de S. Exª.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Mas eu voto com o projeto do Ledo também; não gosto muito dele não.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Vamos, então, à votação simbólica.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Romeu Tuma permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pediria urgência para a tramitação no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Submeto à votação, portanto, o requerimento de urgência realizado pelo Senador Romeu Tuma.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Como o ilustre Relator da matéria seguinte, Senador Sérgio Cabral, não se encontra, fica adiada para a próxima semana.

Vou designar o Senador Juvêncio da Fonseca como relator. Deverá ser feito um relatório verbal pelo menos para a nossa Comissão, para esclarecer as pretensões e preferências da Comissão de Educação em relação à LDO.

Fica designado, portanto, o Senador Juvêncio da Fonseca. O prazo é até hoje, às 16 horas. Os Senadores, evidentemente, terão prazo até as 15 horas para fazer sugestões sobre o que a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, Esporte e Cultura pode ou deve apresentar para a LDO.

Amanhã pela manhã, teremos que votar as propostas da Comissão. Conversaremos sobre isso imediatamente após o encerramento da reunião.

Lamento, ao vivo, se possível, pela **TV Senado**, o fato de a Comissão de Educação se reunir por toda a manhã para discutir matérias da maior importância, e a **TV Senado** se ocupar em apresentar uma audiência pública na Comissão de Educação.

Quando uma comissão está em reunião, evidentemente deve ter a preferência, para mostrar o seu trabalho ao público por meio da **TV Senado**.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h24min)

Ata da 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 15 de Junho de 2005.

EMENDAS À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2006

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia quatorze de junho de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Edison Lobão, Geraldo Mesquita, Reginaldo Duarte, Valdir Raupp, Gerson Camata, Wirlande da Luz, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma, Paulo Paim, Nezinho Alencar e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Edu-

cação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Leonel Pavan, Maguito Vilela, Sérgio Cabral, José Maranhão, Gilberto Mestrinho, Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que o objetivo da reunião é o de discutir as Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2006. Neste momento o Senhor Presidente, passa a palavra ao Senador Senador Juvêncio da Fonseca, relator das Emendas à LDO 2006 nesta Comissão de Educação, para proferir seu parecer. **Emenda 01 – Espaços Culturais (Instalação e Modernização de Espaços Culturais)**, apresentada pelo Senador Hélio Costa. A emenda é aprovada. **Emenda 02 – Esporte Educacional (Implantação de Infra-Estrutura para o Desenvolvimento do Esporte Educacional)**, apresentada pelo Senador Hélio Costa. A emenda é aprovada. **Emenda 03 – Educação Profissional (Modernização e Recuperação de Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional)**, apresentada pelos Senadores Paulo Paim e Juvêncio da Fonseca. A emenda é aprovada. **Emenda 04 – Educação Ensino Superior (Interiorização de Universidades Federais)**, apresentada pelos Senadores Hélio Costa e Gerson Camata. A emenda é aprovada. **Emenda 05 – Biotecnologia – Pesquisa com Células Tronco (Apoio a Projetos Estratégicos em Biotecnologia)**, apresentada pelo Senador Juvêncio da Fonseca. A emenda é aprovada. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2006, o Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Bom dia, senhoras e senhores.

Havendo quórum regimental, iniciamos a 24ª reunião extraordinária da 3ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura.

A reunião de hoje tem por finalidade ouvir os Srs. Senadores e o relator ontem indicado, Senador Juvêncio

da Fonseca, sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias com respeito a indicações que faz a Comissão de Educação para a antecipação, o balizamento do Orçamento. Na verdade, estamos ajudando na decisão sobre o que pode e o que não pode ser feito dentro desse Orçamento através dessas indicações na LDO.

São as linhas gerais do Orçamento, e a Comissão tem direito de fazer cinco indicações. Como fazemos normalmente no Orçamento, apresentamos cinco emendas da Comissão. Vamos fazer aqui cinco emendas, que são, na realidade, textuais, para que sejam enquadradas dentro das prioridades nas linhas gerais da LDO.

Feito isso, tivemos a oportunidade de conversar com vários dos Srs. Senadores membros da Comissão, recebemos as inúmeras sugestões, que vêm do Senador Camata, do Senador Juvêncio, do Senador Hélio Costa, do Senador Paulo Paim e de vários outros Srs. e Sras. Senadoras. O resultado dessa discussão levou ao relatório que será apresentado pelo Senador Juvêncio da Fonseca.

Vou pedir, portanto, a S. Ex^a que faça a sua apresentação, que leia o seu relatório ou que faça as exposições que julgar necessárias para que possamos aprovar a sua proposta.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço ao nosso Presidente minha designação como Relator para o nosso projeto que preencherá os requisitos necessários ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 na área da educação. Foram apresentadas a esta Comissão sete emendas, Sr. Presidente, de acréscimo ao anexo de medidas e prioridades do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006, as quais foram enumeradas e classificadas conforme abaixo.

Há a emenda apresentada pelo Senador Hélio Costa na área da cultura, contemplando a instalação e a modernização de espaços culturais. A meta a ser atingida é de 165 espaços culturais instalados.

A Emenda nº 2 é apresentada pelo Senador Hélio Costa também, na área de esporte, propondo a implantação de infra-estrutura para o desenvolvimento do esporte educacional. Serão beneficiadas 114 instituições de ensino.

A Emenda nº 3, apresentada pelos Senadores Juvêncio da Fonseca e Paulo Paim, é na área da educação profissionalizante. O texto propõe a modernização e a recuperação de infra-estrutura física de instituições federais de educação profissional, com a execução de melhorias em área de 1 milhão de metros quadrados.

A Emenda nº 4, apresentada pelo Senador Juvêncio da Fonseca, é na área da educação. A ação

é da revitalização de redes internas de comunicação de dados de universidades e unidades de pesquisas federais, rede nacional de pesquisa, com a meta de revitalizar 69 redes de comunicação de dados.

Emenda nº 5, apresentada pelo Senador Juvêncio da Fonseca, é na área de ciência e tecnologia, concedendo apoio a projeto estratégico em biotecnologia, pesquisas com célula-tronco. Doze projetos científicos serão beneficiados.

Emenda nº 6, apresentada pelo Senador Paulo Paim, na área de cultura, propõe a construção de bibliotecas públicas em 200 Municípios que não as possuem.

Emenda nº 7, apresentada pelo Senador Paulo Paim, é na área de educação profissionalizante. A emenda fomenta projeto de desenvolvimento da educação profissional em 100 unidades educacionais.

Houve também a proposta da Consultoria com referência a um projeto que coincide com a sugestão apresentada pelo nosso Presidente, Senador Hélio Costa, que é da interiorização de universidades federais. A proposta do Senador Hélio Costa, que foi acatada pela relatoria, tem a meta de 14 unidades dessa interiorização de universidades federais no valor de R\$12 milhões. A justificativa é a revitalização de redes de comunicação de dados, ou melhor, substitui a revitalização de redes de comunicação de dados de universidades e unidades de pesquisas federais, RNP. E tem também, na área da cultura, identidade e cidadania, a instalação e modernização de espaços culturais e pontos de cultura, e difusão da popularização da ciência, apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos.

De todas as emendas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a relatoria acatou as seguintes emendas: a de nº 1, de autoria do Senador Hélio Costa, que é da instalação e modernização de espaços culturais: 165 espaços culturais a serem instalados. Também a Emenda nº 2, apresentada pelo Senador Hélio Costa, na área de esporte, propondo implantação de infra-estrutura para o desenvolvimento do esporte educacional. Serão beneficiadas 114 instituições de ensino. E a Emenda nº 3, apresentada pelo Senador Juvêncio da Fonseca e pelo Senador Paulo Paim, na área da educação profissionalizante, propõe a modernização e a recuperação de infra-estrutura física de instituições federais de educação profissional. E a Emenda nº 4, que foi acatada em substituição a que eu havia apresentado, do Senador Hélio Costa, de interiorização de universidades federais, no valor de 12 milhões, com a meta de 4 unidades a serem instaladas. E acatada também a Emenda nº 5, apresentada pelo Senador Juvêncio da Fonseca, na área da ciência e tecnologia,

concedendo apoio a projetos estratégicos em biotecnologia, pesquisas com célula-tronco. Doze projetos científicos serão beneficiados.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Agradeço a V. Ex^a, principalmente pela presteza com que atendeu a esta convocação da Presidência da Comissão, lamentando evidentemente que o prazo tenha sido o mais exíguo que nós observamos nos últimos meses aqui.

Na verdade, essa decisão chegou aqui ontem à tarde, tivemos notícia pela manhã, trazida pelo Secretário Júlio Linhares, mas à tarde é que começamos a nos movimentar, pedir aos Senadores que participassem, que trouxessem as suas sugestões e idéias de emendas. Hoje pela manhã é que fizemos a reunião, inicialmente para ver as sugestões dos Srs. Senadores, e concluímos agora para chegarmos ao plenário com este relatório do Senador Juvêncio.

Então, foi tudo muito feito em nível de medida provisória, que chega na véspera para a gente votar no mesmo dia, sem poder nem ler o texto. Felizmente o Senador Juvêncio da Fonseca consegue fazer um resumo inteligente e objetivo daquilo que discutimos.

Eu queria, Senador Juvêncio, fazer uma observação específica sobre a emenda que V. Ex^a acatou, como a de nº 4, que destina 12 milhões de reais para a interiorização das universidades federais, até porque quero dividir com o Senador Gerson Camata a autoria desta emenda, é um prazer e uma honra evidentemente, até porque estamos neste momento vivendo uma situação que vale a pena ser colocada para os Srs. Senadores. Na região do Vale do Aço, em Minas Gerais, Vale do Rio Doce, na verdade, na cidade de Governador Valadares, extensão pelo Vale do Aço, não temos uma universidade federal a uma distância de, no mínimo, 500 quilômetros.

Então, uma associação de bairro da cidade de Governador Valadares chamada Chonim de Dentro, sugeriu ao Congresso Nacional que se fizesse um estudo sobre a viabilidade de se instalar ali na região, por estar muito longe de qualquer instituição pública, uma universidade federal.

A Comissão de Participação Legislativa deu parecer favorável e enviou para a Comissão de Educação. Aqui na Comissão de Educação fui o relator, até por ser Senador de Minas Gerais, Presidente da Comissão, fiz questão de relatar esta matéria. Aprovamos a matéria, imediatamente entrei em contato com o Reitor da Universidade de Viçosa, que é uma das instituições mais consagradas no Brasil, conversei longamente com o Reitor da Universidade de Viçosa sobre a possibilidade

de se fazer uma extensão da Universidade de Viçosa em Governador Valadares.

Ainda ontem também rapidamente conversei com a Reitora da Universidade Federal de Belo Horizonte, professora Ana Lúcia Gazola, sobre a mesma possibilidade.

Hoje sinto que as universidades federais têm como se expandir. E como elas podem se expandir? Fazendo esses *campus* avançados – *campi* avançados, na realidade, usando o plural em latim.

Imagino ser esse o caminho para fazermos a interiorização das universidades e das instituições federais.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Perfeitamente, Senador.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, primeiramente quero agradecer-lhe a honra que me deu de assinar com V. Exª essa emenda, que é muito importante, conforme prova V. Exª por meio de sua fala.

No Espírito Santo, ocorreu algo semelhante. O que está ocorrendo hoje com as universidades federais? Elas são muito úteis e boas para aqueles que moram na cidade, na capital onde está a universidade.

Aqueles estudantes mais humildes, mais pobres, que moram no interior, não têm acesso à universidade federal gratuita, porque o pai teria de pagar uma anuidade, uma prestação, pagar a permanência do filho na cidade ou conseguir um trabalho para ele lá. Normalmente, eles saem da área rural e não têm um currículo para conseguir rapidamente um trabalho na cidade enquanto não entram na universidade.

No norte do Estado do Espírito Santo, em São Mateus, há um movimento para se fazer uma extensão. Quando o Presidente Lula esteve naquela região, há pouco tempo, o Bispo de São Mateus, Dom Aldo Gerna, e o Prefeito da cidade, Lauriano Zancanela, estiveram com Sua Excelência. V. Exª deve lembrar-se de que discutiu e apoiou um projeto de minha iniciativa autorizando a criação da universidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Sim.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Quando o Bispo disse ao Presidente da República que havia um projeto nesse sentido, Sua Excelência falou: “Não é necessário esperar a aprovação do projeto. Até duas mil vagas, o Ministro, por uma portaria, pode estabelecer uma extensão, como estamos fazendo em Santo André – [isso feito neste ano]. Vocês devem procurar o Ministro.”

Fomos ao Ministro Tarso Genro, conhecedor do assunto, que nos recebeu muito gentilmente. Eu falei: “Viemos a mando do Presidente.” Manda quem pode, obedece quem tem juízo. S. Exª disse que levaria o problema ao Presidente, já que esse projeto seria uma grande conquista para o Espírito Santo.

Sr. Presidente, a emenda que V. Exª me permite assinar, além de resolver o problema de Minas, possibilita um refrigério ao Espírito Santo, à cidade de São Mateus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Veja, Senador Gerson Camata, que é uma proposta se aplica a qualquer Estado da Federação.

Notei, recentemente, o esforço do Senador Reginaldo Duarte para instalar em seu Estado, o Ceará, a Universidade do Cariri. Lembro-me de que, na ocasião, fiz essa sugestão. Eu dizia: “Sempre que você pensar em levar para o interior uma universidade federal, pense primeiro em levar a extensão de uma universidade federal.”

Historicamente, os Presidentes da República de Minas Gerais sempre levaram, primeiramente, uma universidade para o Estado. Por isso, há nove universidades e mais quatro instituições de ensino superior. Por isso, os Presidentes da República de Minas Gerais tiveram grande importância. Assim ocorreu com Tancredo Neves, que fez a Universidade de São João del Rey; assim ocorreu com Itamar Franco, que ajudou na instalação da universidade em Minas Gerais; e com Arthur Bernardes, que fez a Universidade Federal de Viçosa. Cada Presidente da República que passou por Brasília, sendo de Minas Gerais, criou uma universidade federal.

Curiosamente, é importante lembrar que as nove universidades federais de Minas Gerais têm o mesmo orçamento de uma única universidade federal em outro Estado – não quero sequer dizer que Estado é esse. Uma única universidade em outro Estado gasta a mesma quantia das nove universidades federais de Minas Gerais. Sendo assim, ninguém pode acusar-nos de haver muitas universidades no Estado. Pelo contrário.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, concede-me V. Exª um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Perfeitamente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Quero apenas esclarecer aos colegas Senadores, diante da argumentação de V. Exª, que reafirma tanto Minas Gerais, que esta proposta da Comissão é para o Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Sem dúvida alguma.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Naturalmente, cada Estado fará a sua pressão política, a sua articulação política no sentido de buscar esse benefício para o seu Estado. Não há nada dirigido a Estado definido, mas sim ao País inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Essa é uma oportunidade que tem cada Estado da Federação de fazer a extensão universitária, de chegar com a universidade pública federal até o interior. Por essa razão, é tão importante a aprovação desta emenda, pois, estando na LDO, há a contrapartida do orçamento. Vamos ter os recursos e, evidentemente, as linhas gerais de aplicação desses recursos que são inseridos no orçamento para a utilização no próximo ano.

Então, peço aos Srs. Senadores presentes, inclusive aproveitando a oportunidade de o Senador Paulo Paim estar também neste momento conosco, para que possamos votar o relatório apresentado pelo Senador Juvêncio da Fonseca, a menos que o Senador Paulo Paim queira fazer alguma observação sobre, evidentemente, as emendas que estamos aprovando e por S. Ex^a sugeridas.

Na verdade, o que S. Ex^a deve estar explicando a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, é que juntamos a sua Emenda nº 7, do ensino profissional, com a Emenda de nº 3, que é a infra-estrutura física das instituições federais de educação profissional. Na verdade, ela tem mais chance de ser aprovada dentro da dotação orçamentária e nas orientações da Lei de Diretrizes Orçamentárias, razão pela qual fizemos essa alteração que facilita a aprovação da emenda de V. Ex^a.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Sr. Presidente, pela ordem.

Consta, na Emenda nº 3, à qual V. Ex^a fez referência, de autoria do Senador Paulo Paim, também minha autoria, mas foi uma providência que tomei hoje em razão de S. Ex^a ter trazido a emenda ontem, no prazo regimental. Talvez S. Ex^a não estivesse presente, e, para que eu pudesse viabilizar a emenda do Senador Paulo Paim, assinei junto. Contudo, essa emenda é de autoria do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, apresentei 13 emendas. Confesso a V. Ex^a que a mais importante para mim, de fato, é a do ensino profissionalizante. Entendo que o encaminhamento feito pelo Senador Juvêncio da Fonseca contempla a minha preocupação. Fico contente em que S. Ex^a praticamente incorpore a sua emenda e a minha numa

única, que conseqüentemente vai permitir que o ensino profissional seja contemplado em uma emenda da Comissão de Educação.

Então, queria só dizer da minha satisfação de saber que a relatoria acatou a Emenda do Ensino Profissional Paulo Paim e Juvêncio da Fonseca – conforme está aqui na minha frente – e que contempla a minha preocupação maior. Sempre digo, Senador Hélio Costa, que, se o Governo Lula conseguir efetivamente permitir que a nossa juventude tenha acesso ao ensino profissional neste País, será o grande passo e a grande revolução no mercado de trabalho e de educação. Por isso, meus cumprimentos pelo encaminhamento feito e, naturalmente, voto junto com toda a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Pergunto se algum outro Senador quer usar da palavra.

Vamos, então, à votação do relatório do Senador Juvêncio da Fonseca.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado o texto do Senador Juvêncio da Fonseca, que vamos encaminhar nesta tarde, até às 16 horas. Este foi o problema que tivemos, Senador Paulo Paim: recebemos ontem ao final da nossa reunião a informação de que tínhamos de proceder a toda essa liturgia orçamentária, para chegarmos hoje, pela manhã, já com uma solução e o texto aprovado pelo Relator.

Então, infelizmente, foi, conforme eu disse, ao ritmo de medida provisória. Chegou ontem para votar ontem mesmo. Portanto, estamos em condições agora de atender, evidentemente, a todos os requisitos da Lei de Diretrizes Orçamentárias *vis-à-vis* a Lei Orçamentária propriamente dita, para que possamos viabilizar todos essas idéias, todas essas propostas.

Se não temos nenhum outro Senador que queira pronunciar-se a respeito, vamos encerrar a reunião, agradecendo a todos pela presença, com o dever cumprido, rigorosamente dentro que determina a lei.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11h02min.)

Ata da 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 21 de Junho de 2005.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores

Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Maguito Vilela, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Wirlande da Luz, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, César Borges, Marco Maciel, Romeu Tuma, Sérgio Guerra, Lúcia Vânia, Mão Santa, Paulo Paim, Aloizio Mercadante, Patrícia Saboya Gomes e Nezinho Alencar, reúne-se a Comissão de Educação. Comparece à reunião o Senhor Senador Leomar Quintanilha (PMDB/TO), não membro da Comissão e o Ex-Senador Chiquinho Escorcio. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Valdir Raupp, José Maranhão, Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa instado a comparecer a Comissão de Assuntos Econômicos– CAE, transfere momentaneamente a Presidência ao Senador José Jorge, que inicia a deliberação da pauta: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 060, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do senador Leomar Quintanilha, que “Permite a utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para pagamento de anuidades do ensino superior”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. O Senhor Senador Hélio Costa reassume a Presidência, dando prosseguimento a deliberação da pauta. **Item 02: Substitutivo (Turno Suplementar):** de autoria do Senador Cristovam Buarque ao **Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que “Inclui nos currículos do ensino fundamental conteúdo obrigatório que trate dos direitos das crianças e adolescentes, e dá outras providências”. No turno suplementar, foram apresentadas três (3) emendas de autoria do Senador José Jorge. As emendas, com relatório favorável do relator, são aprovadas por quatorze (14) votos sendo incorporadas ao Substitutivo que é ratificado por 14 votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que “Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, e a Lei nº 8918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os alimentos e bebidas que contenham cafeína indiquem, em rótulo, a presença e a concentração dessa substância”. O relator designado é o Senador Mão Santa e o parecer é pela rejeição. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação

do relator. **Item 06: Projeto de Lei da Câmara nº 031, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, que “Que institui o Dia Nacional de Combate à Pobreza”. O relator designado é o Senador César Borges e o parecer favorável é aprovado. Em seguida o Senhor Presidente, Senador Hélio Costa inicia a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipueiras, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária ‘São Francisco’ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alcântaras, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a ASCOLI – Associação Comunitária do Município de Lidianópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lidianópolis, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Nova Olímpia – ADECUAR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olímpia, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pompéia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pompéia, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Bastos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bastos, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprova-

do por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Independência FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piacatu, Estado de São Paulo”. O relator designado, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Divulgação Comunitária de Júlio de Castilhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Júlio de Castilhos, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação do Movimento de Desenvolvimento Social e Radiocomunicação da Cidade de São Pedro do Butiá – Amor Butiá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Butiá, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tiradentes Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parintins, Estado do Amazonas”. O relator designado é o Senador Gilberto Mestrinho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Shalon a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Casilândia, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Mestrinho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Santo Antônio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Couto Magalhães, Estado do Tocantins”. O relator designado é o Senador Nezinho Alencar e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro II a executar serviço de ra-

diodifusão comunitária na cidade de Pedro II, Estado do Piauí”. O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Nova Canaã Diácono Bruno Oliveira – ACNCDBO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Canaã, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão a Squadron FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Jacuípe, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Ambientalista de Marilândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marilândia, Estado do Espírito Santo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rede Elo de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea Alegre, Estado do Ceará”. A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya Gomes e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 1106, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nova São Manuel Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Aloizio Mercadante e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 1348, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Panamericana S/A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Aloizio Mercadante e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 1363, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que re-

nova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Campinas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Aloizio Mercadante e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda n.º 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 1373, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Educadora Música e Cultura Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Batatais, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Aloizio Mercadante e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda n.º 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 1474, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Record S/A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Aloizio Mercadante e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 076, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Sociedade Distribuidora de Pão aos Pobres a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Aloizio Mercadante e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 096, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Comunidade de Restinga – SP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Restinga, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Aloizio Mercadante e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Horizontes para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Artur Nogueira, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Aloizio Mercadante e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Transamérica de São Paulo Ltda., para explo-

rar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Aloizio Mercadante e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. O Senhor Senador Hélio Costa pede a palavra, e requer oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento de informação. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta: Item 01: Requerimento de Informação nº 021, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa, que requer “... na forma do art. 50 § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam fornecidas pelo Ministro de Estado das Comunicações as informações solicitadas abaixo, a respeito da concessão outorgada à Fundação Cultural de Belo Horizonte, por meio do **Decreto Presidencial de 27 de fevereiro de 2002, para fins de instrução do Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 563, de 2003**, do qual sou relator. 1) é possível outorgar a concessão de canal educativo para o serviço de geração de sinais de sons e imagens (GTV) a uma instituição privada que não desenvolve projetos educativos ou culturais na região em que se pretende atuar e nem mesmo possui sede no município onde se deseja obter o canal GTV? 2) a concessão de um canal GTV no Município de Ouro Preto-MG, à Fundação Cultural de Belo Horizonte, poderá inviabilizar a obtenção, pela Universidade Federal de Ouro Preto, de um outro canal de GTV naquele município? 3) caso não haja restrição à outorga de concessão de um canal educativo de geração de sons e imagens à Universidade Federal de Ouro Preto, já tendo, naquele município, em operação um canal GTV de outra instituição, quais os procedimentos que a Universidade Federal deva adotar para o recebimento do canal?”. O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 085, de 2005 e Item 05: Projeto de Resolução do Senado nº 062, de 2003**. Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz o comunicado que se segue: **Comunicado:** “Convite, formulado pelo Deputado José Henrique, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, para participar de reunião de audiência pública, no Município de Governador Valadares, que tem por finalidade debater a criação da Universidade Federal do Vale Rio Doce, no próximo dia 24 de junho.” Por deliberação do Plenário, fica indicado o Senador Hélio Costa, para representar a Comissão de Educação na Audiência Pública. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião,

às doze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Havendo quórum regimental, damos início à 25ª reunião extraordinária da Comissão de Educação.

Antes de iniciar os trabalhos, faço uma observação sobre matéria de hoje noticiada na Internet, jornal **O Globo**. Trata-se de uma fotografia do menino protagonista do filme Cidade de Deus, apontando uma arma para a cabeça de uma pessoa, sob o seguinte título: “Filme brasileiro nos Estados Unidos, para fazer sucesso, tem que ter violência”. Isso é um certo absurdo, porque não é necessariamente a violência o que leva o público americano ao cinema. Não é assim com o cinema francês, não é assim com o cinema australiano, que está em moda, não é assim com o cinema europeu, de um modo geral, mas, com o nosso cinema, eles acham que, para fazer sucesso nos Estados Unidos, tem haver a violência urbana, como aconteceu com o filme Cidade de Deus, Carandiru, Madame Satã, Ônibus 174. Faço esse comentário porque acredito muito no cinema brasileiro e não vejo a razão pela qual essa deva ser a maneira de se colocar um filme nacional no circuito americano.

Essas coisas aconteceram em razão do Festival do Cinema de Miami, na semana passada, em que estiveram presentes vários diretores e produtores do cinema nacional. Foi em função desta discussão, ou seja, de como colocar no mercado americano os filmes brasileiros, que foi suscitado esse debate, que, afinal, acabou na primeira página, da Internet, do jornal **O Globo** de hoje.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É a degradação humana que eles querem mostrar como se fosse chamar a atenção para algo tão destruidor, tão maldoso. O americano, o francês, o europeu faz o filme de violência, mas sempre prevalece o herói. O herói é quem pratica o ato de combate à criminalidade. Aqui fazemos uma subversão, como se nada ocorresse em benefício do combate à criminalidade e, sim, à prevalência do criminoso. Quer dizer, a infância está se promiscuando com a criminalidade. Então, V. Exª tem toda a razão, a reação tem que ser clara aqui, na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Até porque somos também a Comissão do Cinema,

Teatro e Comunicação Social. Essa é a razão pela qual estamos fazendo o comentário.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O principal fator é a Comissão de Educação.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, mas isso deve ser discutido e informado aos diretores e produtores de televisão. São eles os responsáveis. Não é o americano, nem o estrangeiro o responsável por isso. Nossos filmes é que transformam o bandido em herói. São os diretores que o fazem e são os diretores os responsáveis. Não há o que reclamar da crítica.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador, há algumas conotações curiosas. O filme Cidade de Deus, pelo menos segundo os comentários que ouvi, nos Estados Unidos, de americanos amigos meus, gerou confusão naquele País. O povo americano achou que aquela era uma história real, contada por um menino que talvez fosse o próprio protagonista da realidade dos fatos. Não é verdade. Trata-se de verossimilhança. Quer dizer, parece verdade, mas não é verdade. Pode até sê-lo no dia-a-dia, mas aquela história particularmente não é verdadeira.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Mas nesses filmes citados, todos, o bandido é o herói. Então, o responsável por isso é o diretor, o produtor. A crítica do jornalista americano ou do povo americano, no caso, é consequência da irresponsabilidade dos diretores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem, fica o comentário e a preocupação, que agora passo ao Senador Sérgio Cabral, Presidente da Subcomissão do Cinema, Teatro e Comunicação Social. Passo-a ainda ao Senador Demóstenes Torres, Vice-Presidente, e ao Senador Roberto Saturnino, ex-Presidente dessa Subcomissão e interessado no assunto, e ao Senador Romeu Tuma, que é suplente da Subcomissão.

Vamos, então, à discussão dos relatórios apresentados hoje para os projetos de decreto legislativos sobre as rádios comunitárias.

Peço ao Senador Reginaldo Duarte que, por favor, na página 13, apresente os relatórios dos itens 1 e 2.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 235, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência

modulada na cidade de Ipueiras, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Passemos ao segundo relatório.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, com relação ao ato que aprova autorização à Associação Comunitária São Francisco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alcântara, no Estado do Ceará, nosso relatório também é favorável, porque essa Associação obedeceu a todos os critérios exigidos pelo Ministério das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão os relatórios. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, passamos ao próximo item.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para proferir parecer sobre os itens 3 e 4, à página 27.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, os relatórios em relação aos itens 3 e 4 da pauta são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão os relatórios do Senador Flávio Arns. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo item.

Senador Romeu Tuma, página 41, itens 5, 6 e 7.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com respeito ao item 5, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pompéia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pompéia, no Estado de São Paulo, e tendo sido toda a documentação apresentada, nosso parecer é favorável.

O item 6 diz respeito à Associação Comunitária Cultural de Bastos, cidade do Estado de São Paulo. Da mesma forma, tendo sido apresentada toda a documentação, o nosso parecer é favorável à aprovação do projeto de decreto legislativo.

Com respeito ao item 7, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Independência FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piacatu, Estado de São Paulo, e tendo sido preenchidos todos os pré-requisitos, o nosso relatório é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo item.

Senador Paulo Paim, peço a V. Ex^a que relate os itens 8 e 9 à página 62.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, quanto ao item 8, aprova-se o ato que autoriza a Associação Cultural de Divulgação Comunitária de Júlio de Castilhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Júlio de Castilhos, Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, é favorável.

O item 9, Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2005, aprova o ato que autoriza a Associação do Movimento de Desenvolvimento Social e Radiocomunicação da cidade de São Pedro de Butiá – Amor Butiá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Butiá, Estado do Rio Grande do Sul. O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Paulo Paim. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo item.

Senador Gilberto Mestrinho, página 76, item 10.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)

– Sr. Presidente, trata-se de processo em que se autoriza a Rádio Tiradentes a executar serviço de frequência modulada no Município de Parintins. O parecer é favorável.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador, vem para ser aprovado em boa hora, pelo fato de a festa de Parintins ser nesta semana.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão o parecer do Senador Gilberto Mestrinho. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo item.

Senador Nezinho Alencar, página 91, item 12.

O SR. NEZINHO ALENCAR (PSB – TO) – Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 228, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Beneficente de São Antônio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Couto de Magalhães, Estado de Tocantins, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados. Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão o parecer do Senador Nezinho Alencar. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo item.

Senador Mão Santa, item 13, página 98.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, trata-se de autorização para a Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro II.

Pedro II é uma importante cidade do Piauí, cidade serrana; é a Campos do Jordão do Piauí. Lá, há festival de inverno e a maior riqueza de opala do País, com artesanato e a melhor rede.

Examinando, vemos que satisfaz todas as exigências da lei. Portanto, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o parecer do Senador Mão Santa. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo item.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, tenho em mão o relatório referente ao item 3, da Senadora Lúcia Vânia. S. Ex^a pediu para fazer uma reflexão e retirá-lo de pauta.

Atendendo à solicitação da Senadora Lúcia Vânia, autora do projeto, peço a V. Ex^a que endosse a solicitação de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente, Senador Mão Santa. Está anotada a solicitação e, quando estivermos na discussão da pauta normal do dia, atenderemos V. Ex^a.

Solicito a V. Ex^a que continue relatando. Trata-se do item 16, do Senador Gerson Camata, do PMDB do Espírito Santo. Página 119.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, trata-se de autorização à Associação Ambientalista de Marilândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marilândia, Estado do Espírito Santo.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 198, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o parecer do Senador Mão Santa. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo item.

Solicito ao Senador Gilberto Mestrinho que, em nome do Senador Juvêncio da Fonseca, relate o item 11, como Relator **ad hoc**. Página 84.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, trata-se de autorização à Associação Comunitária e Cultural Shalon para executar serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul. O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o parecer do Senador Gilberto Mestrinho. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passamos aos próximos itens.

Peço, inicialmente, ao Senador José Jorge que relate os itens 14 e 15 e, posteriormente, que o Senador Aloizio Mercadante relate os itens de 18 a 26.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Qual é a página, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Página 105, itens 14 e 15, substituindo o Senador César Borges.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2005, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Nova Canaã Diácono Bruno Oliveira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Canaã, Estado da Bahia.

O nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador José Jorge, Relator **ad hoc**, em substituição ao Senador César Borges. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo item.

Solicito ao Senador Aloizio Mercadante que relate os itens 18 a 26, página 133.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, V. Ex^a não solicitou que eu relatasse o item 15 também?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Sim, Senador José Jorge.

Então, passemos ao item 15.

Com a palavra V. Ex^a, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2005 (nº 1472, de 2004, na Câmara), que aprova o ato que outorga permissão à Squadron FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Conceição do Jacuípe, Estado da Bahia.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador José Jorge, em substituição ao Senador César Borges. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo item.

Solicito ao Senador Aloizio Mercadante que relate os itens 18 a 26, página 133.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos encaminhando renovação de concessão.

O item 18 aprova o ato de renovação de concessão à Rádio Nova São Manuel Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo.

O item 19 aprova o ato que renova a concessão da Rádio Panamericana S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O item 20 aprova o ato de renovação de permissão outorgada à Rádio Cultura de Campinas para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

O item 21 aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Educadora Música e Cultura Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Batatais, Estado de São Paulo.

O item 22 aprova o ato que renova a concessão à Rádio e Televisão Record S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O item 23 aprova o ato que autoriza a Sociedade Distribuidora de Pão aos Pobres a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

O item 24 aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Comunidade Restinga, São Paulo, a executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Restinga, Estado de São Paulo.

O item 25 aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Horizontes para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Artur Nogueira, Estado de São Paulo.

O item 26 aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Transamérica de São Paulo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a deseja discutir?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, Sr. Presidente. É apenas para dizer que o Senador Aloizio Mercadante leu os relatórios mas não disse se

era pela aprovação ou não das renovações. Somente para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Como o verbo utilizado é “aprova” penso que está subentendido. Mas, de qualquer forma, para o nosso rigor legislativo, fica mais favorável ainda.

Peço a aprovação dos itens 18 a 26, que se referem a renovação de concessão, a renovação de permissão e autorização para funcionamento, beneficiando rádios e TVs comerciais, rádios educativas, rádios comunitárias dos Municípios São Manuel, Campinas, Batatais, Ribeirão Preto, Restinga, Artur Nogueira e São Paulo, todos no Estado de São Paulo. O meu parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão os relatórios do Senador Aloizio Mercadante, pela aprovação dos itens 18 a 26.

Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo item.

Senadora Patrícia Saboya Gomes, página 126, item 17.

A SR^a PATRÍCIA SABOYA GOMES (Sem Partido – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nosso parecer é favorável ao ato que outorga permissão à Rede Elo de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea Alegre, Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o parecer da Senadora Patrícia Saboya Gomes. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação nominal de todos os relatórios apresentados nesta manhã.

Inicialmente, os titulares da Minoria (PFL/PSDB), começando com o Senador José Jorge.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – A Presidência anuncia que a matéria teve o apoio de todos os Srs. Senadores.

Portanto, ela está aprovada por unanimidade.

Passa-se, agora, à votação das emendas dos itens nºs 20 e 21.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Vamos, agora, à pauta normal de nossa reunião de hoje, começando pelo item 1, que é da Comissão de Educação, para o Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2005, *que permite a utilização dos recursos do Fundo*

de Amparo ao Trabalhador – FAT para pagamento de anuidade do ensino superior.

O Relator é o Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, foi destinado a mim relatar o Projeto do Senador Leomar Quintanilha, e, na última reunião, solicitei um prazo porque haveria algumas ponderações por parte do Ministério do Trabalho. Como as ponderações não me foram passadas sobre o tema, passo a ler o relatório, tendo em vista que eu já havia dado parecer favorável.

O Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2005, permite a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT para pagamento de anuidade do ensino superior.

O formato utilizado é a concessão de uma Bolsa de Ensino Superior, conforme denominação constante do projeto que poderá ser dada ao trabalhador de baixa renda (empregado ou desempregado), conforme os critérios estabelecidos pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat. A utilização da Bolsa gera obrigação para o beneficiário de prestar trabalhos comunitários, a critério do Poder Público.

Não houve apresentação de emendas no prazo regimental. A matéria veio a esta Comissão de Educação em decisão terminativa.

No que concerne à constitucionalidade e juridicidade e à regimentalidade, não detectamos vícios que prejudiquem o projeto. Além disso, o texto segue a boa técnica legislativa.

Relativamente ao mérito, o projeto é pertinente e de elevado alcance social, pois permite que o trabalhador de baixa renda (empregado ou desempregado) tenha alguma chance de cursar o ensino superior cujo custo é alto nas faculdades particulares e de difícil acesso na universidade pública. Além disso, a obtenção de uma graduação aumentará a produtividade e a qualificação do trabalhador, ajudando-o a conseguir melhores postos no mercado de trabalho, ou mesmo livrá-lo do desemprego.

Voto.

Em vista das considerações apresentadas, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2005, de autoria do Senador Leomar Quintanilha.”

Sr. Presidente, o meu parecer é favorável até porque ele é muito mais autorizativo, ele autoriza ao Codefat, por meio do FAT, naturalmente, regulamentar a situação e, assim, baixar critérios que permitam ao trabalhador de baixa renda, empregado ou desempregado, receber uma Bolsa com a finalidade de pagar a sua faculdade ou universidade.

Entendendo o mérito do autor, Senador Leomar Quintanilha, eu dizia, em outra oportunidade, que na época em que o Seguro-Desemprego foi criado – foram três Deputados, e fui um deles, que formularam o Projeto do FAT, que garante o Seguro-Desemprego – o objetivo era gerar mais emprego e, naturalmente, pagar o Seguro-Desemprego.

Essa alternativa aqui levantada de forma autorizativa vai depender do Fundo de Amparo ao Trabalhador tomar a decisão de como será encaminhada. E vejo-a de forma positiva, permitindo aos pobres o acesso à universidade mediante uma Bolsa em que os critérios serão estabelecidos pelo Codefat, que é o espaço do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que é quem dará a palavra final.

Devido a isso, Sr. Presidente, sou pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PSDB – PE) – O parecer do Relator é favorável.

Em discussão o projeto.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, quero apenas, para não votar de maneira discreta, explicitar o meu apoio ao projeto. Sei que ele é muito polêmico, há muitas contradições entre as pessoas da área da Educação, mas quero ser coerente. Se eu acho que educação é um grande investimento, no mínimo, tão importante quanto se fazer uma casa, não vejo por que não se usar essa poupança para financiar a educação. O ideal é que ninguém precisasse pagar por educação neste País. Vai demorar muito. Até lá, acho que este projeto alivia a situação de milhares e milhares de pessoas que são impedidas de estudar por falta de recursos.

Por isso, Sr. Presidente, sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PSDB – PE) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para discutir.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, também a exemplo do Senador Cristovam Buarque, quero manifestar-me favoravelmente ao projeto, inclusive dizer que já houve audiências públicas na Câmara dos Deputados há algum tempo, muito debate neste Senado, e o argumento é sempre o de que é um recurso direcionado para o trabalhador, para a habitação. Mas sabemos que já foi direcionado também para a compra de ações. Eu diria que nada é mais justo do que comprar ações para a educação dos filhos, que é o maior patrimônio que muitas famílias brasileiras tentam assegurar para si. Então, nada mais justo que o dinheiro, que é do trabalhador, seja

usado para uma prioridade tão marcante quanto é o processo educacional.

Por isso, Sr. Presidente, o meu posicionamento sempre foi e continua sendo favorável à utilização desses recursos para a área da Educação.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PSDB – PE) – Tem V. Exª a palavra para discutir.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Desejo apenas registrar o meu voto favorável e cumprimentar o Senador Paim pelo relatório, porque, em 2003, apresentei o PLS nº 52 que obedece mais ou menos esta proposta, embora esta venha mais ampliada. Mas, à época, entendíamos que os recursos do FAT poderiam ser utilizados por filhos de trabalhadores de baixa renda para financiar o seu ingresso em cursos profissionalizantes de 2º Grau e curso universitário.

Infelizmente, o projeto foi rejeitado, em março de 2004, na Comissão de Assuntos Econômicos e enviado a esta Comissão de Educação, tendo como Relator o Senador Leonel Pavan.

Vejo que este projeto apresentado pelo Senador Quintanilha recebe o relatório favorável do Senador Paim e, por esta razão, deixo aqui a minha satisfação em vê-lo aprovado por esta Comissão.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PSDB – PE) – Tem V. Exª a palavra para discutir.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo congratular-me com o Senador Leomar Quintanilha e, ao mesmo tempo, com o Relator da matéria, Senador Paulo Paim. Acho que essa é uma providência momentosa e muito importante, porque quando saímos pelo interior do País vimos que há milhares e milhares de mães, pais e também jovens, que vão à procura de uma Bolsa, de um estágio ou de alguma coisa que possa contribuir para o pagamento do seu curso superior. E sabemos que hoje os cursos de nível universitário são caros, as mensalidades são altas, principalmente para os cursos de Medicina, de Odontologia. Temos conhecimento de mensalidades que chegam a custar R\$3 mil em determinadas faculdades.

Então, essa providência é importantíssima que nós a tomemos, ou seja, permitir que sejam utilizados recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para pagamento de anuidade do ensino superior. Trata-se de uma medida que precisa ser tomada, pois tudo o que for investido em educação é importante para o País, é importante para a sociedade.

De forma que eu quero patentear o meu voto favorável ao Projeto de Lei do Senado do ilustre Senador Leomar Quintanilha e muito bem relatado pelo Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PSDB – PE) – Pois não, V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só por uma questão de justiça, eu havia citado o Senador Zambiasi, e hoje não citei, dizendo que via até a possibilidade de fazer o encontro com o Projeto do Senador Zambiasi, que tem o mesmo objetivo, mas não foi possível, porque ele havia sido rejeitado numa comissão. Mas eu queria, de público, registrar que a idéia do Senador Zambiasi vem de encontro a esta mesma proposta e considero o Senador Zambiasi co-autor deste projeto em que dei parecer favorável, Senador Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PSDB – PE) – Muito bem. Que o Senador Zambiasi se considere homenageado como co-autor deste projeto.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

A Presidência esclarece que a votação será nominal, porque o projeto é terminativo.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PSDB – PE) – O projeto está aprovado por unanimidade.

Passo a Presidência ao titular. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Obrigado, Senador José Jorge.

Item 2:

Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2004, *que inclui nos currículos do Ensino Fundamental conteúdo obrigatório que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes e dá outras providências*.

O parecer ao PLS nº 311, de 2004, de autoria do Senador Cristovam Buarque, favorável ao projeto na forma de um substitutivo oferecido, foi aprovado na reunião do dia 14/06/2005, não sendo oferecidas emendas ao projeto até o fim da discussão.

A matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, de acordo com o art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

No dia 17 de junho, o Senador José Jorge apresentou três emendas ao substitutivo, no turno suplementar, aguardando parecer do relator sobre as subemendas oferecidas.

Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Sr. Presidente, quero dizer que o Relator estava a favor desde a outra vez, continua a favor e passa a palavra ao Senador José Jorge para apresentar as emendas que elaborou.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço ao Relator Senador Cristovam Buarque.

Na realidade, discutimos, aqui, na reunião passada o assunto e sabemos do objetivo da projeto da Senadora Patrícia Saboya que é o de incluir o estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente no currículo do Ensino Fundamental não como uma disciplina, mas como conteúdo. Na realidade, ela elaborou um projeto independente da LDB. Na discussão realizada aqui, chegamos à conclusão de que se pudéssemos colocar um artigo na LDB, o projeto ficaria mais divulgado – mesmo tendo que ser aprovado – porque esta lei é um instrumento que está no dia a dia no setor da Educação. Sendo um projeto que trata apenas de um conteúdo, ele termina se perdendo no meio dessa legislação enorme que existe aqui no Brasil.

Portanto, essas três emendas que elaborei são de natureza técnica apenas para fazer isso, ou seja, permitir incluir um artigo na LDB versando, exatamente, o que o projeto dizia, com pequenas mudanças. A idéia era incluir no art. 32 da LDB, Seção III, do Ensino Fundamental.

Caput do art. 32:

O Ensino Fundamental, com duração mínima de 8 anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:..

Temos, aqui, uma série de itens e parágrafos. Nossa idéia é incluir um § 5º, dizendo o seguinte:

O currículo do Ensino Fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos da criança e do adolescente, tendo como diretriz a Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.

Na verdade, em vez de explicitar que seria distribuído o texto da lei com está no projeto original, inclusive que ele viria no Programa Nacional do Livro Didático, dizemos que: “serão distribuídos material didático adequado”.

Procedemos assim porque no Ensino Fundamental temos crianças na faixa etária de 7 a 14 anos. Evidentemente que o próprio texto da lei poderia representar dificuldade para que essas crianças pudessem utilizá-los. Portanto, produzindo material adequado fica mais fácil para o Conselho analisar. Estando isso aprovado em lei, o Conselho Federal de Educação ainda vai trabalhar esse tema, depois os Conselhos Estaduais, as escolas, etc. Damos, dessa forma, uma diretriz

obrigatória, mas permitindo que cada escola, dentro da sua criatividade, possa realizar esse trabalho

Basicamente, essa era a emenda. As outras emendas são de natureza técnica. Por exemplo: “Suprime-se o art. 2º do PLS 1315 de 2004”, renumerando o artigo seguinte. Depois, “inclui novo parágrafo no art. 32 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro, para inserir conteúdos que tratem do direito da criança e do adolescente no currículo do Ensino Fundamental”.

Na realidade é mais uma questão de natureza técnica de como foram elaboradas as emendas, já que não podiam ser apresentadas no substitutivo. Mas a idéia é manter o mesmo projeto da Senadora Patrícia Saboya, só que, em vez de torná-lo uma lei independente, que, a meu ver, se perderia nessa grande quantidade de leis que temos, colocamos um artigo na LDB – sempre é publicada e atualizada –, o que permitirá que essa idéia tenha mais divulgação do que sendo um projeto independente.

Era apenas isso, Sr. Presidente.

Agradeço o parecer favorável do Senador Cristovam

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Nós é que agradecemos ao Senador José Jorge a sua contribuição. É importantíssima a observação de V. Ex^a

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque e, posteriormente, a autora, Senadora Patrícia Saboya.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – Sr.

Presidente, na última reunião chamei a atenção dos senhores para o fato de que essa proposta da Senadora Patrícia é tão importante que eu estranhava que nenhum de nós houvesse tido acesso. Eu dizia também que as crianças que tiverem esse acesso, daqui a algumas décadas, provavelmente serão melhores senadores e senadoras do que nós.

A proposta do Senador José Jorge vista aqui, na semana passada, foi no sentido de técnica legislativa de colocar na LDB. Entretanto ele trouxe mais uma contribuição no sentido de que não seja a distribuição dos exemplares, que, de fato, até nós temos dificuldade em compreender, mas sim material didático que sirva para entendimento do Estatuto.

É preciso que fique claro – e gostaria de ouvir a opinião de outros Senadores, principalmente da Senadora Patrícia – o seguinte. É sabermos se, da maneira como ele coloca, ficará claro que o Governo Federal terá responsabilidade de oferecer esse material. Quero repetir, Senadora Patrícia, que, na última semana, fiz referência a que essa proposta era tão importante que eu estranhava que ninguém a tivesse apresentado antes. E que as crianças que passarem por uma escola que tenha acesso a isso serão melhores Senadores e

Senadoras do que nós, porque crescerão respeitando mais o direito da criança. O que o Senador José Jorge trouxe de positivo foi de ordem de técnica legislativa: incluir na LDB, o que me parece extremamente positivo. Mas também trouxe uma contribuição de técnica pedagógica que, em vez da distribuição do Estatuto, seja a distribuição do material que ajude as crianças a entender. E estou de acordo, porque com relação ao Estatuto tenho dificuldade, às vezes, de entender o que a lei quer dizer.

O importante, creio, é que fique claro para todos nós que o Governo Federal é o responsável a que as escolas do Brasil tenham acesso a esse material didático e pedagógico, porque temos cidades em nosso País com 16 mil reais de renda **per capita**, por ano, e outras com 650 mil. Portanto, não podemos esperar que essas cidades mais pobres tenham condições de fabricar o material. Ficando claro que é uma responsabilidade do Governo Federal, como é o livro didático, creio que a contribuição do Senador agrega isso, do contrário essas crianças vão ter que guardar o Estatuto para lerem quando forem Senadores, e vão ter dificuldade de entender.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, Sr. Presidente, a Senadora Patrícia me expôs aqui a preocupação com essa nova redação. Na proposta original esse material didático viria do Programa Nacional do Livro Didático, obrigatoriamente. Ocorre que nesse programa quem define o material didático, os livros a serem distribuídos, na verdade, não é o Governo Federal. Ele produz um catálogo com todas as publicações didáticas existentes no Brasil das editoras, privadas ou públicas, que se candidatam a distribuir material. Esse catálogo é enviado às escolas e aos professores; nessa oportunidade, são escolhidos os livros que desejam receber. Isso é uma evolução do processo, de muitos anos, objetivando: democratizar a escolha; descentralizar a escolha para a escola, dando oportunidade a que a escola diga qual o material que deseja receber. Na verdade, não temos como colocar de forma explícita que o Programa Nacional do Livro Didático não funciona dessa forma. Entretanto, no momento em que você diz que é necessária a aquisição do material didático apropriado, evidentemente o Governo Federal tem outros programas que poderão produzir esse material e distribuí-lo no País, contratar editoras que poderão fazer e oferecer inclusive no Programa Nacional do Livro Didático. Não está proibido. Na realidade, as editoras privadas e o próprio Governo

tomarão a iniciativa. Por isso, achei melhor que ficasse com essa redação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Com a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, especialmente, o Senador José Jorge, eu tinha realmente essa preocupação e peço até desculpas, porque eu estava discutindo com o Senador José Jorge a questão da distribuição do livro didático. Mas creio que a explicação do Senador contempla a todos nós. Realmente, foi muito importante essa explicação detalhada que o Senador expôs sobre o projeto. Acredito que as modificações, emendas e propostas expostas irão aprimorar e fortalecer ainda mais o que disse tão bem o Senador Cristovam Buarque: a possibilidade de as crianças e adolescentes do nosso País, já nas séries iniciais, terem acesso ao Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei maior que garante os direitos e deveres da criança e do adolescente em nosso País. O importante é que esse conteúdo chegue à sala de aula e aos nossos jovens e crianças para contribuir e fortalecer o direito de cidadão, conscientizando-os dos seus direitos, deveres e obrigações.

Como autora posso, mais uma vez, agradecer a sensibilidade do Relator dessa matéria, Senador Cristovam Buarque, que também teve uma grande dedicação que, na verdade, para nós, é uma grande referência na área principalmente da educação. Desejo agradecer, mais uma vez, ao Senador José Jorge pelas alterações positivas que vem fortalecer o nosso intuito e nosso objetivo que é dar mais consciência aos nossos jovens e crianças.

Agradeço a esta Comissão a colaboração de todos os Senadores que se empenharam em aprimorar essa nossa lei.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Para esclarecimento aos telespectadores da TV Senado, num determinado momento vocês deixaram de ver essa figura simpática da Senadora Patrícia para ficar vendo as costas do Senador Chiquinho Escórcio. Isso acontece. Costas largas.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quero, também, da minha parte, em primeiro lugar, enaltecer a Senadora Patrícia Saboya, também exaltar, reforçar os elogios feitos aos Senadores Cristovam Buarque e José Jorge. Eu diria que é fundamental tornar acessível à criança e ao adolescente os seus direitos expressos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Este é o grande objetivo. A emenda que o Senador José Jorge colocou e que foi acatada pelo Relator, que estamos discutindo, creio que fortalece, e muito, a idéia. Essa iniciativa

dentro da própria LDB com o acréscimo de um parágrafo ao art. 32 fará com que todas as pessoas, além do público voltado à criança e ao adolescente, todos os que se dedicam à educação possam perceber nesse novo parágrafo essa intenção. Então, eu diria que essa emenda é muito importante e vai reforçar a idéia inicial de todos aqueles que querem ver os direitos das crianças e adolescentes assegurados, em nosso País. Sou favorável e como fruto dessa discussão acredito que teremos uma lei mais forte, mais adequada e um processo bem mais interessante.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB– MG)
– Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente Hélio Costa, gostaria, rapidamente, de cumprimentar a Senadora Patrícia Saboya Gomes, os Senadores Cristovam Buarque e José Jorge pela iniciativa. Acho que foi uma falha do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente. Sou um apaixonado por esse estatuto e foi nele que nos inspiramos para apresentar propostas em outros Estatuto.

No Estatuto do Idoso já consta a proposta que V. Ex^{as} estão colocando aqui. Parablenizo pela iniciativa correta, adequada e, naturalmente, votarei a favor com muita satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)
– Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas para parabenizar a iniciativa da Senadora Patrícia Saboya sempre cuidadosa e zelosa com relação às questões sobre a criança e o adolescente. Senadora Patrícia, acredito que, futuramente, tenhamos que pensar na formação e capacitação dos nossos professores para tratar de questões diversas relacionadas a crianças e adolescentes, temas como a violência contra a mulher, enfim, esses assuntos que acreditamos serem transversais, que devem ser transversais, principalmente no ensino fundamental.

Mais uma vez, quero parabenizá-la, como também ao Senador Cristovam Buarque. Felicito igualmente o Senador José Jorge, sempre atento a todos os projetos.

Obrigada.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)
– Perfeitamente, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Primeiramente, gostaria de cumprimentar a Senadora Patrícia Saboya Gomes pela iniciativa. O projeto também recebeu melhoras por parte do Relator. Considero isso

muito importante. E, mais uma vez, mostra-se que o Estatuto realmente objetiva proteger todos os menores, inclusive os filhos da gente, todos, e que merecem essa proteção. Contudo, às vezes as pessoas não entendem, porque, na maioria das cidades, ele não é aplicado. Como não é aplicado, não produz os efeitos que se esperam dele. Creio que, a partir do momento em que o futuro prefeito, o futuro vereador, o futuro Senador começar a ler na escola o Estatuto, ele vai entender, à medida que for crescendo, que é preciso colocar em vigor o Estatuto.

Se V. Ex^a me permite – é rápido –, hoje será lançado, às 17h30min, na Biblioteca do Senado, um livro contendo a biografia de grandes nomes do Espírito Santo: João Calmon, que foi presidente desta Comissão durante décadas, autor da emenda da Educação; Rubem Braga, que foi um grande cronista brasileiro; Maysa Monjardim, a cantora, mãe do Jayme Monjardim, da Rede Globo; Augusto Ruschi, que foi o primeiro ecologista do Brasil; José Carlos de Oliveira, outro grande colunista; Nara Leão, todos nascidos em Vitória, todos capixabas e que serão hoje apresentados em biografias a serem lançadas pelo escritor Antonio de Pádua Gurgel, filho do Deputado Mário Gurgel, que foi cassado, acusado pelos militares de ter sido o pombo-correio do Jango naquele episódio da tentativa de aproximação para formação da Frente Única pela Redemocratização do Brasil.

É o convite que eu queria trazer aos ilustres membros desta Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)
– Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, voltamos a informar, como fizemos no começo, que, se esta matéria não tivesse recebido nenhuma emenda, automaticamente seria considerada aprovada. Como recebeu as três emendas do Senador José Jorge, vamos colocar em votação, na realidade, o substitutivo, com as emendas apresentadas.

Por essa razão, passo a colher todos os votos novamente, nominalmente.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)
– Aprovado, por unanimidade, o substitutivo com as respectivas emendas.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)
– Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)
– Senador Hélio Costa, infelizmente não sou mais

membro desta Comissão, como gostaria de sê-lo, em razão da multiplicidade de compromissos nesta Casa. Também não tive a oportunidade de estar aqui nesta reunião que considero do maior relevo, em virtude das decisões que foram aqui tomadas. E hoje foi aprovado, como Item nº 1 da pauta, um projeto de minha autoria, cujo Relator foi o nobre Senador Paulo Paim.

Eu queria simplesmente registrar, Sr. Presidente, os meus agradecimentos a V. Exª, pela forma como vem conduzindo os trabalhos desta Comissão, e pelo resultado obtido nesta Comissão ao votar este projeto.

Agradeço também aos meus ilustres pares, Srªs e Srs. Senadores, que aprovaram o projeto que constou como Item nº 1 desta pauta, que confere a condição de financiamento ao filho da família pobre, para que tenha acesso ao ensino superior.

Sabemos que a educação no País está necessitando de uma reformulação total. E confirmamos uma distorção enorme ao percebermos que os filhos de famílias pobres, na sua grande maioria, apesar de, com dificuldade, passarem pelo ensino fundamental, pelo ensino básico, não conseguem a sustentabilidade financeira para realizar o curso superior. Assim, a utilização de parte dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que é o objeto do meu projeto, acaba conferindo aos filhos das famílias mais pobres a oportunidade de ter financiada a sua formação profissional superior.

Por isso, Sr. Presidente, é um dia de muita alegria para mim e, tenho certeza, é um dia de sucesso para esta Comissão e para o Brasil.

Meus agradecimentos mais uma vez e meus cumprimentos a V. Exª e aos demais membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Nós é que agradecemos a V. Exª pela presença e pelos seus comentários, com os nossos parabéns pela aprovação de seu projeto.

Antes de passarmos ao próximo item, quero informar que o Senador Mão Santa, pouco antes de se retirar, havia solicitado a retirada de pauta do Item nº 3, atendendo ao autor do projeto.

Quanto ao Item nº 4, tendo em vista que o Senador Valdir Raupp está em viagem ao exterior, fica também adiado para a próxima reunião.

Estamos aguardando a chegada do Senador Sérgio Cabral para tratarmos do Item nº 5. Enquanto isso, eu queria tornar público que, amanhã, às 10h, teremos aqui uma reunião da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, em audiência pública para discutir a “exibição, distribuição e infra-estrutura da indústria cinematográfica brasileira”.

Os autores do requerimento são os Senadores Leonel Pavan e Valdir Raupp.

Essa audiência pública vem exatamente a calhar, Senador Camata, com a observação que fiz, no início de nossa reunião de hoje, sobre matéria publicada na página da Internet do jornal **O Globo**, dizendo que foi feita a sugestão, durante o Festival de Cinema de Miami, de que filme brasileiro, para fazer sucesso nos Estados Unidos, tem que ser filme de violência – o que não é necessariamente verdade.

Então, essa audiência de amanhã comporta certamente comentário e discussão sobre o assunto ao qual me referi. Estarão presentes a Sílvia Rabello, presidente da Abeica - Associação Brasileira das Empresas de Infra-Estrutura Cinematográfica e Audiovisual; Bruno Wainer, presidente da Abradi - Associação Brasileira de Distribuidores Independentes, e sócio-diretor da Lumière/E.B.A; Edina Fuji, gerente geral da Quanta; Luiz Gonzaga Assis de Luca, diretor-secretário da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas (Feneec) e diretor de relações institucionais do grupo Severiano Ribeiro

Srªs e Srs. Senadores, também quero tornar público um convite que recebo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

Exmo. Sr. Presidente, atendendo a requerimento da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, formulo, com base em pedido do Deputado José Henrique, convite a V. Exª a participar da reunião de audiência pública que se fará realizar no Teatro Atiaia, Av. Brasil, 2.920, Centro, no Município de Governador Valadares, no próximo dia 24 de junho, sexta-feira, às 11 horas.

Informo-lhe que a reunião tem por finalidade debater a criação da Universidade Federal do Vale do Rio Doce. Na oportunidade, solicito-lhe a gentileza de fazer contato pelos telefones [...], com Vanessa e Carla, assessora da Comissão, para confirmação de sua presença ou indicação de representante, caso não seja possível o seu comparecimento.

Em caso de resposta, favor mencionar o número deste ofício.

Nós estamos confirmando a nossa presença. E vou pedir, evidentemente, a aprovação de um requerimento, nos termos deste convite feito pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, para que, como presidente da Comissão de Educação do Senado, eu possa participar dessa audiência pública da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Além disso, pergunto a todos os Sena-

dores desta nossa Comissão se algum deles deseja acompanhar o Senador Hélio Costa nessa audiência pública que tratará do tema que chamo de interiorização das universidades e das instituições de ensino superior federais.

Conforme V. Ex^{as} sabem, na Comissão de Legislação Participativa, aprovamos uma proposta de uma associação comunitária da cidade de Governador Valadares, enviada para a Comissão de Educação, da qual fui escolhido Relator, e o relatório foi favorável. Por essa razão, estamos empenhados nessa ampla discussão sobre a interiorização das universidades.

Tivemos inclusive a oportunidade de apresentar emendas para esse fim na LDO – o Senador Gerson Camata sabe disso –, quando estávamos aqui presentes na semana passada. O Senador Camata e o Senador Hélio Costa apresentaram uma emenda no valor de R\$15 milhões, para a interiorização das universidades.

Tem a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, exatamente aproveitando a oportunidade, gostaria de dizer que ao Espírito Santo interessa muito a interiorização da Universidade Federal de Minas Gerais em Governador Valadares. Temos uma aproximação muito grande com a cidade que é ligada ao Espírito Santo pelas linhas de trem – poucas cidades no Brasil têm ligação ferroviária tão perfeita, tão boa. De modo que representará muito para a região centro-oeste do Espírito Santo a criação dessa universidade em Governador Valadares.

Quero também fazer um comunicado à Comissão, em forma até de agradecimento ao Ministro Tarso Genro e ao Presidente da República, porque, quando há alguma coisa errada, todos falam; quando há coisas boas, as pessoas se esquecem de dizê-las. O Ministro Tarso Genro levou ao Presidente, que por sua vez autorizou, a criação da unidade autônoma da Universidade Federal do Espírito Santo em São Mateus, para onde colocamos parte daquela verba expressa na LDO.

Primeiro, quero agradecer muito ao Ministro, que recebeu a Comissão e encomendou um estudo. Vê-se que é um Ministro realmente ativo. Não é muito de retórica, mas de agir, e está fazendo um grande trabalho para a educação no Brasil. Ele levou o assunto ao Presidente da República, que autorizou a criação da referida unidade autônoma. Houve uma grande festa em São Mateus por esse motivo. Estou até trazendo ao Presidente um jornal que contém uma página inteira de agradecimentos a Sua Excelência por esse ato, que é muito importante para o Estado do Espírito Santo.

Acho que o Ministro e o Presidente ficaram na história do norte do Espírito Santo com esse ato im-

portantíssimo para a educação e que merece o registro desta Comissão. Estou aqui há quarenta anos e nunca vi acontecer isso. Aconteceu no Espírito Santo pela primeira vez.

Ficam os nossos agradecimentos - em nome também do Governador Paulo Hartung e do bispo de São Matheus, Dom Aldo - ao Sr. Ministro e ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem, Senador Camata.

Submeto à aprovação do Plenário o requerimento que fazemos em atenção ao convite da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, para que o Presidente desta Comissão de Educação compareça à audiência pública a ser realizada em Governador Valadares, Minas Gerais.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que forem favoráveis a este requerimento permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) - Sr. Presidente, V. Ex^a sabe do número de reuniões que temos nesta Casa, nas diversas Comissões. Eu estava na Comissão de Assuntos Econômicos, e já está prevista reunião na Comissão de Constituição e Justiça para aprovar a indicação do Procurador-Geral de Justiça. Além disso, há reunião na Comissão de Meio Ambiente.

Então, se V. Ex^a e os demais membros desta Comissão concordassem, eu gostaria de relatar três itens que estão na pauta de hoje. Estou sendo informado de que aqueles referentes às rádios já foram relatados. Agradeço ao Senador que relatou por mim. Contudo, além dos itens relativos às rádios, há na pauta o Item nº 6. Se V. Ex^a, Sr. Presidente, e os demais membros da Comissão estiverem de acordo, eu farei o relato do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador César Borges, como o Senador Sérgio Cabral, que era o Relator do Item nº 5, não se encontra, vamos automaticamente ao Item nº 6, do qual V. Ex^a é o Relator.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Passemos ao Item nº 6, não-terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2005, que institui o Dia Nacional de Combate à Pobreza, de autoria do Deputado

Antônio Carlos Magalhães. Relator: Senador César Borges.

O parecer é favorável.

Com a palavra o Relator, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de autoria do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, que institui o dia 14 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pobreza.

Como justificativa, o autor alega que a data escolhida para esta homenagem é o dia 14 de dezembro de 2001, quando foi promulgada a Emenda Constitucional nº 31, que criou o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

É muito bem-vinda essa iniciativa que possibilitará a realização de eventos simultâneos em todo o País e dará maior visibilidade e eficiência aos diversos trabalhos voltados para essa finalidade.

Com efeito, o Fundo Nacional de Combate à Pobreza vem garantindo os recursos necessários ao financiamento de ações e transferência direta de renda e de apoio às populações mais pobres do País, atendendo assim aos diversos programas assistenciais, inclusive ao Fome Zero, do atual Governo. O Dia Nacional de Combate à Pobreza será a data dedicada a prestar justas homenagens a indivíduos e entidades que se preocupam e se dedicam ao combate à pobreza e às desigualdades sociais existentes em nosso País.

Eu acrescentaria, Sr. Presidente, que após a criação do Fundo Nacional de Combate à Pobreza diversos Estados brasileiros tiveram iniciativa semelhante. Muitos Estados têm hoje um fundo de combate à pobreza.

Na Bahia, também instituímos um Fundo de Combate à Pobreza, criando uma sobretaxa, um aumento de ICMS sobre produtos supérfluos, como bebida e cigarro, que destina aproximadamente 200 milhões por ano para ações de combate à pobreza, de alívio social.

Diante do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador César. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item extrapauta: requerimento de minha autoria, a respeito do PDS nº 563, de 2003, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, sou relator de um projeto de autoria de V. Ex^a, fundamental para a área da ciência e tecnologia em nosso País e que trata da criação da Fundação de Amparo à Pesquisa Universitária no âmbito das instituições de ensino superior privadas, comunitárias, filantrópicas. Isso poderá contribuir muito para o desenvolvimento da ciência e tecnologia em nosso País.

Gostaria de indagar de V. Ex^a. sobre a possibilidade de uma audiência pública com os representantes dessas instituições de ensino para analisarem, discutirem e darem sugestões ao projeto. Indago de V. Ex^a se seria o caso de fazer um requerimento verbal neste momento para a realização de uma audiência pública com as instituições representativas da área para debatermos o projeto de lei de autoria de V. Ex^a., um projeto excelente para o País.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – O procedimento, Senador Flávio Arns, é que a proposta verbal de V. Ex^a seja acompanhada de um requerimento por escrito à Comissão, para que possamos submetê-lo à votação na próxima reunião, terça-feira.

Agradeço a V. Ex^a pela minuta do relatório que apresenta e a sugestão de uma audiência pública, porque, ouvindo os dirigentes dessas instituições de ensino, vamos ter idéia e informação dessa fundação de pesquisa, que reputo da maior importância para o sistema. Todos sabemos da fragilidade do sistema de pesquisa nacional. Infelizmente, as universidades particulares pouco fazem nesse sentido. Toda a carga da pesquisa fica em cima das universidades federais, que não têm os recursos necessários para pesquisas amplas e necessárias. Os centros universitários não têm responsabilidade nenhuma, pela lei, de fazer pesquisa. A proposta que se faz, de se estabelecer um percentual de 2% para as universidades e 3% para os centros universitários para se criarem centros de pesquisas em todo o País, deve ser considerada e, conforme sugeri V. Ex^a, numa audiência pública, tenho certeza de que vamos poder entrar em detalhes na importância deste projeto de lei que V. Ex^a está relatando.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Vou agilizar o processo junto com a assessoria e apresentar a esta Comissão na semana que vem.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Ficaremos aguardando.

Vou aproveitar, ao encerramento desta Comissão, embora não seja pertinente, porque não é do mesmo setor, mas como será amanhã pela manhã, às 9 horas e 30 minutos, e sou eu que estou fazendo a convocação, eu queria pedir a todos os Senadores indicados para fazerem parte da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento 02, para a discussão do problema da diáspora brasileira, da saída dos jovens brasileiros, da imigração ilegal, que vai ser instalada amanhã pela manhã, às 9 horas e 30 minutos, eu queria pedir que estejam presentes todos aqueles Srs. Senadores que vão nos ajudar na instalação da CPMI sobre a imigração ilegal.

Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h35min)

Ata da 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 28 de Junho de 2005.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Edison Lobão, Teotônio Vilela Filho, Geraldo Mesquita, Reginaldo Duarte, Maguito Vilela, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Wirlande da Luz, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, Marco Maciel, Romeu Tuma, Mão Santa, Luiz Otávio, Paulo Paim, Delcídio Amaral, Nezinho Alencar e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Maria do Carmo Alves, Marcelo Crivella, Leonel Pavan, Hélio Costa, Valdir Raupp, José Maranhão, Fátima Cleide, Roberto Saturnino e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta, cujos itens se encontram presentes os senhores relatores. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 090, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que “Introduz modificações na Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Bra-

sileiro de Telecomunicações, para obrigar as emissoras oficiais de televisão a veicular imagens de pessoas desaparecidas”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É concedido vista aos Senadores Flávio Arns e Geraldo Mesquita, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 085 de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Augusto Botelho, que “Autoriza a criação da Universidade Federal Rural de Roraima”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 06: Emenda nº 1 – PLEN**, (ao Projeto de Lei da Câmara nº 091, de 2004), de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que “Denomina Milton Santos o Atlas Nacional do Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer pela rejeição é aprovado. **Item 07: Projeto de Resolução do Senado nº 062, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que “Cria a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal”. O relator designado é o Senador Sérgio Cabral e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido é aprovado. **Item 08: Ofício “S” nº 05, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Conselho de Comunicação Social (CN), que “Encaminha ao Senado Federal, a Recomendação nº 01, de 2004, do Conselho de Comunicação Social, aprovada na 12ª Reunião, realizada no dia 04 de dezembro de 2004”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer pelo retorno do processado ao Conselho de Comunicação Social é aprovado. **Item 09: Adendo, de caráter não terminativo, (ao Projeto de Lei da Câmara nº 007, de 2004** de autoria do Deputado Paes Landim e outro(s) Sr(s) Deputado(s), que “Denomina Presidente Juscelino Kubitschek a rodovia BR-020, Brasília-Fortaleza”). O projeto foi aprovado nesta Comissão na Reunião do dia 08 de junho de 2004, sendo devolvido pela Mesa Diretora para correção do parecer em 14 de abril de 2005. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o parecer pela apresentação de duas (02) emendas, corrigindo as impropriedades constatadas no texto do projeto é aprovado. Em seguida o Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho inicia a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipanema FM de Águas Belas – PE a executar serviço

de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Belas, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Movimento Cultural Pró-Cidadão de Buíque a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buíque, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Diário de Petrópolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária José Gouveia da Silva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amajari, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Educacional de Frei Miguelino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frei Miguelino, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 264, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Manari a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manari, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal do Brasil Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder

Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Santo André a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo André, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Pedregosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Régis, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicações da Paraíba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Areia, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Educativa de Nova Olinda – ACRENO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 285, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Convivência Artística e Cultural de Janiópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Janiópolis, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 296, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Querência do Norte – ACCQN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Querência do Norte, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Pirangiense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirangi, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Edison Lobão e o projeto é

aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Estereosom de Limeira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Limeira, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Vida Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Ferreira, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Taiúva – ARCT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taiúva, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pontal FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pontal, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio e Televisão Dom Bonifácio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza o Movimento Jovem de Assistência Social de São Miguel Arcanjo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cidade AM de Votuporanga Ltda., para ex-

plorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Em seguida, o Senhor Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho inicia a deliberação da **Pauta Extra: Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Fundação Assistencial Educacional e Cultural de Petrolina – FA-EPE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Sapucaia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapucaia, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 254, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Capimense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Domingos do Capim, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 273, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Maria, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação de Telecomunicações do Pará – FUNTELPA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação (Rádio Comunitária Muaná FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muaná, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é apro-

vado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Gurupatuba FM de Monte Alegre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alegre, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Nova Rosalândia – TO – (AMNR) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Rosalândia, Estado do Tocantins”. O relator designado é o Senador Nezinho Alencar e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. O Senhor Senador Flávio Arns pede a palavra, e requer oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento de Audiência Pública, o que é aprovado. **Extra-Pauta: Item 01: Requerimento nº 022, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer “Na qualidade de relator, perante a Comissão de Educação, do Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2003, que ‘Dispõe sobre a constituição da Fundação de Pesquisa Universitária, mantida pelas instituições de ensino superior privadas e destinada a promover o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas’, de autoria do Senador Hélio Costa, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com o intuito de instruir a matéria, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, com a presença dos seguintes convidados: Ministério da Ciência e Tecnologia – **MCT**; Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares – **ANUP**; Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – **ABMES**; Presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários – **ANACEU**; Presidente da Associação Nacional de Mantenedoras das Escolas Católicas do Brasil – **ANAMEC**”. O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2004, Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2004 e Item 04: Projeto de Lei da Câmara nº 021, de 2005**. O Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e vinte e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão**

de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – **Senador Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Declaro aberta a 26ª reunião extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se hoje, terça-feira, às 11 horas.

Submeto à apreciação a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Temos trinta e poucos itens para serem aprovados hoje. Vamos começar pela pauta de projetos de decretos legislativos.

O Senador Marco Maciel, para relatar os **Itens 1 e 2**, página 12.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, em minhas mãos dois projetos de decreto legislativo: o Projeto de Decreto Legislativo nº 245, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipanema FM, de Águas Belas, e o Decreto Legislativo nº 271, também de 2005, ambos aprovados na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que autoriza a Associação do Movimento Cultural Pró-Cidadão de Buíque a executar serviço de radiodifusão comunitária.

Meu parecer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é favorável à aprovação de ambos.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Obrigado.

Em discussão os itens apresentados pelo Senador Marco Maciel. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passamos aos próximos, **Itens 12 e 13**. Designo o Senador Flávio Arns para relatá-los, na página 100.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Item 12 é referente à radiodifusão comunitária na cidade de Janiópolis e o Item 13, à radiodifusão na cidade de Querência do Norte, Estado do Paraná.

Os pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão os pareceres do Relator. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-los, declaro encerrada a discussão.

Como não há mais relator presente para os próximos itens, designo como Relator, no **Item 3**, o Se-

nador Gerson Camata, para relatar pelo Senador Roberto Saturnino.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se do ato que aprova a renovação da permissão outorgada à Rádio Diário de Petrópolis, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada naquela aprazível cidade fluminense. O relatório do Senador Roberto Saturnino é favorável. Apoiamos esse relatório e pedimos o voto favorável dos nossos companheiros.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão o parecer do Senador Gerson Camata. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passamos ao próximo item, do Senador José Jorge. Designo o Senador Marco Maciel como Relator *ad hoc*, por sugestão do próprio Relator, para os **Itens 4 a 6**.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por delegação de V. Ex^a serei Relator *ad hoc* dos Itens 4, 5 e 6, todos relativos à concessão de rádios em Pernambuco, Estado que tenho a honra de representar.

O primeiro item, Projeto de Decreto Legislativo nº 2.000, de 2005, aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária José Gouveia da Silva a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Amaraji, na mata sul do Estado.

O Item 5, Projeto de Decreto Legislativo nº 258, aprova o ato que autoriza a Associação Educacional de Frei Miguelinho a executar radiodifusão comunitária na cidade de Frei Miguelinho, do agreste setentrional.

E o Item 6, Projeto de Decreto Legislativo nº 264, aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Manari, uma cidade do sertão de Pernambuco, a executar serviço de radiodifusão comunitária no referido Município.

O parecer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O parecer favorável do Relator está em discussão.

Tem a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA (P-Sol - AC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresentei uma emenda a este projeto. A proposta original do projeto...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Geraldo Mesquita, é a pauta extra que estamos discutindo, de rádios.

O SR. GERALDO MESQUITA (P-Sol - AC) – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Não havendo quem queira discutir, passamos para o próximo, do Senador Luiz Otávio. São os **Itens 2 a 7**.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro quero pedir desculpas pela força com a qual estou a discutir os projetos nos quais sou Relator. Mesmo com a interferência do Senador Geraldo Mesquita, que tentou criar esse obstáculo, mas já foi retirado.

Item 2, terminativo: Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2005. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Sapucaia a executar serviço de radiodifusão.

A autoria é do Poder Executivo, e o parecer é favorável.

O Item 3, também terminativo: Projeto de Decreto Legislativo nº 254, que aprova ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Capimense a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de São Domingos do Capim, também no Estado do Pará.

O parecer é favorável.

Projeto de Decreto Legislativo nº 273, que aprova ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria, no Estado do Pará.

O parecer também é favorável.

Item 5: Projeto de Decreto Legislativo nº 279, que outorga concessão à Fundação de Telecomunicações do Pará, a Funtelpa, para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, no Estado do Pará.

O parecer também é favorável à Funtelpa para aprovar o Projeto de Decreto Legislativo nº 279.

O Item 6 aprova ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação a executar serviço de radiodifusão na cidade Muaná.

Convenci inclusive o Senador Edison Lobão a me apoiar nesse projeto.

O parecer também é favorável.

Item 7: Projeto de Decreto Legislativo nº 293. Autoriza a Associação de Rádio Comunitária Gurupatuba, em Monte Alegre, também no Estado do Pará.

O parecer é favorável.

Quero agradecer o Senador Lobão pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Encerrada a leitura do parecer do Relator, coloco em discussão o parecer.

Não havendo quem queira discutir, passemos para o próximo item.

O próximo Relator é o Senador Nezinho Alencar. S. Ex^a irá relatar o **Item 8**.

O SR. NEZINHO ALENCAR (PSB – TO) – Pois não, Sr. Presidente.

Trata-se do Projeto do Decreto Legislativo nº 272, de 2005, que aprova ato que autoriza a Associação dos Moradores de Nova Rosalândia, Tocantins, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, no meu querido e promissor Estado do Tocantins, Sr. Presidente.

Somos favoráveis à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Encerrado o relatório favorável do Senador Nezinho Alencar, está em discussão (Pausa).

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Vamos votar todos os projetos que foram relatados na 26ª Reunião. Votação nominal.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Aprovados por unanimidade todos os projetos lidos na 26ª reunião.

Vamos passar à pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 284.

Item 1. Por ausência do Relator, passaremos ao segundo item. O projeto é terminativo. É Relator o Senador Gerson Camata.

Projeto de Lei nº 90/2004. Introduce modificações na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para obrigar as emissoras oficiais de televisão a veicular imagens de pessoas desaparecidas.

Autoria do Senador Rodolpho Tourinho. Relatoria do Senador Gerson Camata.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, o projeto já foi praticamente relatado na última sessão. Apenas introduzi, na emenda do PLS, uma emenda de redação. Ao invés de “emissoras oficiais”, “emissoras de televisão mantidas pelo poder público”, que é mais amplo e enquadra melhor. É como são chamadas no Código de Telecomunicações. É a única emenda de redação. Solicito o apoio dos companheiros ao projeto do Senador Rodolpho Tourinho.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão o relatório do Senador Gerson Camata.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quero dizer que a iniciativa é uma colaboração extraordinária que a Comissão e o Congresso Nacional podem prestar às crianças desaparecidas no Brasil, a todos os mo-

vimentos de família e a outras iniciativas que devem ser tomadas.

Indago ao Senador Gerson Camata, se S. Exª puder informar, por que o objeto deste projeto de lei é somente a televisão mantida pelo poder público. Por que não as televisões que são concessões para a iniciativa privada? Não sei se já existe alguma lei nesse sentido. V. Exª não considera interessante que, além das televisões mantidas pelo poder público, também sejam incluídas nesse esforço as televisões cujas concessões estão nas mãos da iniciativa privada. É a indagação que faço.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – É interessante a preocupação de V. Exª, mas o autor não está presente. S. Exª poderia nos informar porque preferiu apenas as emissoras mantidas pelo poder público. Poderemos aguardar para votar quando S. Exª estiver presente para falar sobre a sua intenção. Parece-me que seria uma interferência pública no domínio particular. S. Exª poderia explicar melhor.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, considero fundamental o projeto de lei. A **TV Senado** e a **TV Câmara** já vêm adotando iniciativas no sentido de aderir a esse esforço nacional de divulgar imagens de crianças, para colaborar na sua localização. É uma ajuda para as famílias que vivem esse drama e uma questão também de polícia. As iniciativas precisam ser mais organizadas, mais estruturadas.

Sr. Presidente, se fosse possível, já que o projeto está em vias de aprovação e poderia haver uma alteração, que poderia haver a inclusão da iniciativa privada, que, na verdade, possui uma concessão. O que é um minuto por dia para as mantenedoras das televisões públicas e da iniciativa privada? Seria uma grande colaboração por parte das empresas que têm essa concessão. Poderiam realmente colaborar bastante com essa iniciativa.

Então pergunto a V. Exª se é possível aguardarmos o autor do projeto para, numa outra ocasião, fazer essa alteração também.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Geraldo Mesquita, com a palavra para discutir.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Caríssimo Senador Augusto Botelho, que preside esta reunião, partilho do entendimento do Senador Flávio Arns. Sugiro, objetivamente, inclusive, Senador, pedir vista do projeto para apresentar emenda nesse sentido.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Concorde com V. Exª!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Então estão feitos os pedidos de vista, meu e do Senador Flávio Arns. Apresentaremos uma emenda nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Então ficam concedidas vistas aos Senadores Flávio Arns e Geraldo Mesquita ao Projeto de Lei nº 090, do Senado, de 2004.

Item 3, o Relator está ausente.

Item 4, ausente.

Item 5 é meu.

Item 6, Senador Flávio Arns, é seu. Emenda nº 1, de Plenário, ao Projeto de Lei da Câmara nº 091, de 2004, que denomina Milton Santos o Atlas Nacional do Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Autoria da Senadora Ideli Salvatti; relatoria do Senador Flávio Arns.

O parecer é pela rejeição.

O parecer favorável ao projeto de autoria do Relator **ad hoc**, Senador Flávio Arns, foi aprovado na reunião do dia 5 de abril.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, só um minutinho!

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Pois não, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É que o Relator do Item 5 está ausente. Mas, na falta dele, V. Ex^a poderia ser o Relator **ad hoc**, já que V. Ex^a é o autor, para podermos discutir e aprovar esse projeto hoje, já que a universidade em Roraima é matéria tão importante para todos.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Se houver a concordância de todos, é claro que quero!

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Primeiro o Item 6, depois retornamos.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. V. Ex^a sempre está ajudando a mim e, agora, ao meu Estado de Roraima. Muito obrigado!

Senador Flávio Arns, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, este projeto, na verdade, já foi relatado. É um projeto oriundo da Câmara dos Deputados, que denomina Milton Santos o Atlas Nacional do Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

Há toda uma fundamentação, ressaltando o papel profissional, científico, de respeito e de credibilidade do cientista para se dar esse nome ao Atlas Nacional do Brasil.

Ao mesmo tempo, houve uma emenda da Senadora Ideli Salvatti, para que não fosse denominado Milton Santos o Atlas, mas que fosse feito um encarte

na edição para o Atlas, ressaltando a obra do cientista Milton Santos. Contudo, pareceu-nos, nos debates que foram feitos, que isso tiraria o objetivo do próprio projeto, porque seria um encarte unicamente numa edição. E o objetivo da autora, Deputada Maninha, era no sentido de fazer com que isso pudesse constar como Atlas, de fato, Milton Santos.

Nesse sentido, rejeitamos a emenda apresentada e ficamos com o parecer que veio, inclusive, da Câmara dos Deputados, no sentido de denominar o Atlas Milton Santos.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão o parecer do Relator Flávio Arns, pela rejeição da emenda. Só vamos discutir a emenda, uma vez que o projeto já foi votado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O parecer é pela aprovação do projeto com a rejeição da emenda. E esse relatório já havia sido lido, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador, o projeto já foi aprovado. Agora só falta votar a emenda. Então vamos votar só a emenda.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Desculpe. De fato, é pela rejeição da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão a emenda do Senador Flávio Arns pela rejeição.

Senador Paulo Paim, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, só para dizer que acompanho o Senador Flávio Arns. Já havia feito a defesa do projeto pela importância de Milton Santos para todo o povo brasileiro, bem como se trata de uma referência muito forte também para a comunidade negra. Não vou repetir toda a sua história.

Então, apenas cumprimentando o autor e o relator, eu manteria o projeto na forma original como havia sido relatado pelo Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O parecer continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem deseje discutir, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Flávio Arns, pela rejeição da Emenda de Plenário nº 1, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer do Senador Flávio Arns pela rejeição da emenda.

Votamos agora ao **Item 5**.

Normalmente, deixamos passarem-se duas sessões quando o Relator não está, mas este projeto é da universidade, o parecer é do Senador Valdir Raupp e eu gostaria de designar o Senador Romeu Tuma como Relator **ad hoc**.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, eu me propus a apresentar, pela ordem, a possibilidade de se discutir e votar esse parecer não só em homenagem a V. Ex^a, que é sempre presente e ativo no Parlamento, inclusive em Plenário, mas porque, lendo um jornal, ainda ontem, considerei muito importante quando se votaram alguns projetos, principalmente na área de informática, Senador Mão Santa. Foi exigida uma parcela percentual para aplicação em pesquisas, e o órgão competente está atuando, porque ninguém está pagando o que é devido, principalmente para a Região Norte, a Região Amazônica, do Senador Mestrinho, abrir mão das discussões da reformulação da Lei de Informática, para beneficiar principalmente as universidades e os centros de pesquisa.

Esse esclarecimento consta do relatório e da justificativa de S. Ex^a, a importância da pesquisa, que não pode ser dissociada do ensino e da extensão, principalmente nas áreas da silvicultura, da agricultura e da pecuária, que são as vocações daquela Região Norte do País. E inclusive um parecer do Senador Josaphat Marinho diz que não é inconstitucional a sugestão ou a autorização para a criação de universidade federal.

O voto do Senador Valdir Raupp é pela aprovação, com o qual nós concordamos e, sem dúvida, significará um benefício para a Região Amazônica, tão destituída de interesse de investimentos em razão da falta de infra-estrutura e de tecnologia que a universidade poderá oferecer.

Então, sou favorável e pediria o voto favorável aos colegas, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão o parecer do Senador Romeu Tuma sobre o Projeto de Lei nº 85, que autoriza a criação da Universidade federal de Roraima.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim para discutir.

O SR. PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero apenas cumprimentar a iniciativa do projeto e, naturalmente, me posicionar favoravelmente a ele, até porque tanto eu como o Senador Sérgio Zambiasi e o Senador Pedro Simon estamos trabalhando muito para que seja federalizada a universidade da chamada Região da Campanha, cujo objetivo é muito parecido com esse.

Então, não há por que não darmos o nosso voto favorável, como tenho certeza também que será o caso da Ucamp.

Muito obrigado. Meus cumprimentos ao nobre Senador Augusto Botelho e ao nobre Senador Valdir Raupp, que é o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero associar-me à manifestação do Relator, Senador Valdir Raupp, e, secundando o que foi dito pelos Senadores que me antecederam, inclusive o Senador Paulo Paim, entendo que este projeto que autoriza a criação da Universidade Federal Rural de Roraima é uma boa iniciativa de S. Ex^a, Sr. Presidente Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho.

V. Ex^a tem desempenhado uma atuação muito competente aqui. É um Senador assíduo e operoso que, a meu ver, identifica bem os problemas do seu Estado quando dá grande prioridade à educação.

Acredito que a criação dessa universidade, que está sendo autorizada pelo Poder Legislativo, certamente vai ajudar, e muito, para que o novo Estado de Roraima possa oferecer melhores condições de vida para a sua população. Só a educação dá a soberania pessoal. Só a educação realmente liberta o cidadão. Por isso, acredito que todo investimento em educação é sempre muito bem-vindo, sobretudo no Estado de V. Ex^a, que tem uma forte vocação agropecuária. Portanto, essa universidade, uma vez criada, vai ajudar muito e produzirá bons resultados – eu poderia dizer, até dar bons frutos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Continua em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu queria louvar, como V. Ex^a fez, a iniciativa do Senador Romeu Tuma, que, com sua experiência, permite que nos debruçemos sobre o projeto, apreciando-o e votando favoravelmente. Tenho certeza absoluta de que se trata de uma matéria importante para o Estado de V. Ex^a, sendo o projeto de sua autoria, inclusive, num País em que diariamente, em cada esquina, é instalado um posto de gasolina ou um botequim.

Quando nos defrontamos com um projeto dessa natureza, para a criação de uma escola federal rural no Estado que V. Ex^a tão bem representa, temos que aplaudir e louvar. A cada dia, no nosso País, deveríamos abrir mais escolas, sejam federais, rurais, seja qual for.

Parabenizo a iniciativa de V. Ex^a. Louvo mais uma vez a dedicação e a atenção do Senador Romeu Tuma, que nos permitiu votar hoje ainda esta matéria que, tenho certeza absoluta, terá a aprovação de todos os membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Agradeço a V. Ex^a.

Continua a discussão.

Posso falar também, não é? Sou autor do projeto.

Eu gostaria de agradecer as palavras dos colegas. Estou lutando para merecer as palavras que V. Ex^{as} me dirigem.

Quero reafirmar que também acredito que a única forma de melhorar a vida da população e acabar com essa desigualdade social vergonhosa do nosso País é através da educação.

Como foi relatado, o meu Estado tem vocação agropecuária; não há outra vocação imediata para o meu Estado, além de se situar entre três países: o Brasil, a Venezuela e a Guiana.

Se nós expandirmos para toda a população da Amazônia, quase 25 milhões de habitantes, mais os 17 milhões da Venezuela e do Caribe, estaremos no centro de uma população muito grande, e o meu Estado tem vocação pecuária e agrícola com as melhores condições. O meu Estado e parte da Venezuela e da Guiana, que têm o mesmo tipo de solo.

Em Roraima, temos a Universidade Federal, com quinze anos de vida. Para criar a rural agora, eu me inspirei na Universidade Rural do Estado do Rio de Janeiro, por onde vários colegas de Roraima passaram, inclusive meu filho, que se formou em Veterinária.

Espero que o Governo funde a nossa universidade e que o povo de Roraima tenha mais oportunidade, não só o povo de Roraima, mas o povo brasileiro do Norte tenha a oportunidade de melhorar a vida.

Com a palavra o Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Presidente Augusto Botelho, eu faria uma referência ao que V. Ex^a menciona: a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mas antes quero parabenizar não a V. Ex^a, mas ao povo de Roraima que trouxe V. Ex^a a esta Casa, pela sua qualidade como político e como homem público. Tenho certeza de que não só as minhas palavras como as dos demais companheiros são verdadeiras. V. Ex^a é um homem que inspira confiança, carinho, e a dedicação pública pelo seu Estado é muito comovente para todos nós. Um Estado pobre, que precisa de infra-estrutura e do saber, como bem disse o Senador Geraldo Mesquita.

O Primeiro Ministro inglês Tony Blair, quando candidato ao governo inglês, perguntado pela imprensa qual seria a sua prioridade, disse: educação, educação, educação! Isso na Grã-Bretanha! Então V. Ex^a está iniciando um processo que, é claro que não termina aqui, de luta pela instalação de uma universidade rural no seu Estado.

Lá no Rio de Janeiro é uma universidade, como V. Ex^a bem disse, que forma alunos no Brasil inteiro. Fica no Município de Seropédica. É uma universidade com excelente quadro de professores, bem instalada num prédio histórico, e que tem prestado grandes serviços à agricultura e à agropecuária brasileira.

Portanto, parabéns pela iniciativa de V. Ex^a. E espero que o Governo seja sensível a essa iniciativa de instalar em Roraima uma universidade rural.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Mão Santa para discutir.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Augusto Botelho, apenas para cumprimentá-lo. Eu estava lendo um livro “Grandes Mestres do Pensamento”. De Friedrich Nietzsche, “Assim falava Zarathustra”, no capítulo “Formação do Super-Homem”, do homem dotado, do homem qualificado: “Mediante felizes intervenções, pode-se educar o grande indivíduo de modo totalmente diferente e mais elevado do que aquele que foi educado até o momento. Ainda existe esperança: a educação importante do homem”.

Então, desde os filósofos até V. Ex^a, o caminho é esse. Parabenizo o projeto. A vitória é apenas a certeza de outras vitórias. E que o povo de seu Estado tenha em mente que vêm eleições aí, e o Estado de V. Ex^a está precisando de um banho de virtudes. V. Ex^a representa isso tudo para Roraima, para o Brasil e para a nossa classe médica.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado Senador Mão Santa.

Com a palavra o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Senador Augusto Botelho, colegas, efetivamente, a iniciativa de V. Ex^a é da maior importância para a região. Roraima é um Estado do extremo norte do País, caracterizado por planuras imensas, região altamente mineralizada e com vocação muito grande, também, para a agricultura e a pecuária.

Tradicionalmente, Roraima produzia o gado que o Amazonas consumia no passado. E Roraima tem sido vítima da incompreensão brasileira, dessa tentativa nacional do Governo e certos núcleos nacionais para criar um *apartheid* no País.

Ainda há pouco, uma das regiões mais ricas de Roraima foi anestesiada, engessada, a região da Raposa Terra do Sol, com a imensa reserva que foi demarcada. Tudo isso faz com que haja necessidade de a população de Roraima se preparar, educar-se, adquirir conhecimento e verificar que não se faz integração nacional com *apartheid*, mas integração nacional com aproximação, dando àqueles índios que vivem nas fron-

teiras as oportunidades que eles efetivamente querem, como desfrutar do progresso, do desenvolvimento, frequentar as universidades, mas que os protetores dos índios, os falsos protetores, não querem permitir. Eles são responsáveis pelo atraso do País, querem transformar este Brasil num país em que se desconheça a nossa origem racial. Somos todos frutos da mescla, da mestiçagem. Se essas teorias, se esses princípios que alguns querem impingir à sociedade brasileira tivessem vigorado desde muito tempo, a sociedade brasileira não existiria ou seria profundamente dividida.

Assim, V. Exª está de parabéns! V. Exª inicia um processo altamente valioso para a Amazônia, para Roraima e até para os países limítrofes, os países lindeiros da Amazônia, que têm características especiais, parecidas, como a Guiana, a Venezuela, naquela região de fronteira.

Parabéns! O povo de Roraima está muito bem representado no Senado Federal por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Mais uma vez, agradeço aos nobres Senadores pelas palavras.

Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação nominal do projeto.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Depois, quero solicitar urgência, se for aprovado. Não pode? (Pausa.) Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Vamos proceder à votação.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Aprovado, por unanimidade.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Tem a palavra o Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, a matéria constante do Item 7 é de autoria da Senadora Fátima Cleide, e tenho a honra de relatá-la. Tenho agora alguns projetos na Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa. Se V. Exª puder-se ir ao Item 7...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Coloco em votação a inversão de pauta, sugerida pelo Senador Sérgio Cabral.

As Srªs e os Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Item 7: Projeto de Resolução do Senado nº 062, de 2003, cria a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal.

Autoria: Senadora Fátima Cleide.

Relatoria: Senador Sérgio Cabral.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se de projeto de resolução de autoria da Senadora Fátima Cleide, criando a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal. A autora argumenta, em sua justificação, que o desenvolvimento científico e tecnológico tornou-se fator determinante do progresso econômico e social de qualquer nação e que o debate das políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico é uma necessidade.

A autora apresenta uma série de razões para se criar a Comissão Permanente.

O projeto foi encaminhado à CCJ, tendo sido apresentado e aprovado o requerimento de autoria do ilustre Senador Osmar Dias. E houve o seu encaminhamento a esta Comissão. Não foram apresentadas emendas.

A iniciativa da Senadora Fátima Cleide merece aplausos, já que está em sintonia com a preocupação atual com um maior debate sobre o desenvolvimento científico e tecnológico. Porém, o Senado Federal acabou de realizar uma reforma em seu Regimento Interno, no que diz respeito às Comissões Permanentes, por meio da Resolução nº 1, de 2005, tendo sido criadas duas novas Comissões: a de Desenvolvimento Regional e Turismo e a de Agricultura e Reforma Agrária.

Além disso, foram alteradas as competências de duas outras Comissões: a da Comissão de Fiscalização e Controle, que passou a ser Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e a da Comissão de Legislação Participativa, que passou a ser Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A competência existente hoje para tratar das matérias objeto desse Projeto de Resolução é desta Comissão de Educação. Há a citação do que compete à Comissão de Educação no que se refere, no inciso V do art. 102 do Regimento Interno, a questões científicas e tecnológicas.

A retirada das matérias contidas no art. 102, inciso V, do Regimento Interno, da competência desta Comissão de Educação, iria esvaziar suas atribuições, sem que houvesse uma justificativa para tanto no que se refere ao volume de trabalho a ela submetido. Além disso, haveria dificuldade para o funcionamento de mais uma comissão neste Senado Federal, além das dez hoje existentes, o que poderia prejudicar o bom andamento dos trabalhos.

Por outro lado, a autora do projeto tem razão sobre a necessidade de se dar maior importância ao Senado Federal à pesquisa científica e tecnológica, o

que poderia ser feito através da alteração da denominação desta Comissão.

Seria de bom tom também que nessa denominação fossem incluídas menções às demais competências, Sr. Presidente, da Comissão de Educação, porque, na verdade, as pessoas não têm noção de todas as suas atribuições.

Se fizéssemos menção, no título da Comissão, facilitaria para o cidadão comum, para os que nos procuram, o entendimento das funções da Comissão de Educação, daí a nossa proposta de estabelecer, no nome da Comissão, as demais competências. Seria Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Comunicação e Esportes, mantendo-se a sigla CE.

Diante do exposto, o parecer é no sentido da aprovação do projeto, de acordo com o seguinte substitutivo: altera o Regimento Interno, passando a se chamar Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Comunicação e Esporte, alterando o inciso V, como propõe a Senadora Fátima Cleide, para acrescentar dados e informações ao papel da ciência e tecnologia.

Ficaria assim:

Art. 102. À Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Comunicação e Esportes compete opinar sobre proposições que versem sobre:

(...)

V – desenvolvimento e criação científica e tecnológica, especialmente nas áreas de informática, robótica, automação, biotecnologia, clonagem, transgenia, bioética, pesquisa aeroespacial, energia nuclear e atividades nucleares de qualquer natureza, assim como transporte e utilização de materiais radioativos, bem como política de incentivo à pesquisa, ao ensino e extensão na área de ciência e tecnologia.

Essa é a nossa proposta, Sr. Presidente, em comum acordo com a autora, Senadora Fátima Cleide.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão o parecer do Relator, Senador Sérgio Cabral.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quero me manifestar favoravelmente ao parecer do Senador Sérgio Cabral, que destaca a importância da ciência e tecnologia, além da dificuldade que teríamos para criar mais uma comissão no Senado.

É importante ressaltar que a Comissão de Educação é também, entre outras, de ciência e tecnologia, o que vai facilitar o trabalho do orçamento.

Existe essa preocupação nacional. Inclusive, temos uma Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia para todo esse debate.

Diria que está perfeito o relatório, com o qual concordo, manifestando-me favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Continua em discussão o parecer do Senador Sérgio Cabral.(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Os Senadores que concordam com o parecer do Senador Sérgio Cabral, relativo ao Projeto de Resolução nº 62, do Senado, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado por unanimidade.

Passamos ao próximo item.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Pela ordem, com a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Estou sendo convidado para a reunião da Comissão de Agricultura, onde está o Presidente do INCRA.

Se o Senador Flávio Arns compreender e aceitar a minha proposta de inversão de pauta, passando para o Item 9, eu agradeceria, porque teria que estar neste momento na outra Comissão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Na verdade, já relatei o meu projeto.

Se o plenário concordar, peço que seja votado o requerimento extrapauta de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Submeto à votação a inversão da pauta.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovada.

Antes de apreciar o projeto do Senador Aelton Freitas, submeto à votação a inclusão na pauta do requerimento do Senador Flávio Arns.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovada.

O Senador Aelton Freitas passa a relatar o **Item 9**: Adendo ao Projeto de Lei da Câmara nº 007, de 2004, que denomina Presidente Juscelino Kubitschek a Rodovia BR-020, Brasília-Fortaleza. Autoria: Deputado Paes Landim e outros Srs. Deputados. Relatoria: Senador Aelton Freitas.

Pela apresentação de duas emendas corrigindo as impropriedades constatadas no texto do projeto, o projeto foi aprovado nesta Comissão no dia 08/06 e devolvido pela Mesa Diretora para correção do Parecer em 14/03.

Com a palavra o Relator, Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, Sr^{as} e Srs. Senadores, no tocante aos requisitos constitucionais, o PLC nº 7, de 2004, encontra abrigo nos arts. 22, XI, e 48, **caput**, da Lei Maior, que estabelecem, respectivamente, a competência da União para legislar sobre a matéria e a do Congresso Nacional para sobre ela dispor. Igualmente inexistente, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, ofensa à reserva de iniciativa nesse campo.

Voto.

Não encontro inconstitucionalidade ou injuridicidade na proposição. No mérito, concordo com os argumentos do autor. Assim, ante as razões já mencionadas, voto pela aprovação do PLC nº 7, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão o parecer do Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra para discutir o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só por uma questão de justiça histórica, não poderia deixar de lembrar aqui a figura de Luiz Carlos Prestes. Quando foi debatido um projeto semelhante a este, propunha eu que a rodovia *freeway* no Rio Grande do Sul se chamasse Luiz Carlos Prestes. Fui derrotado, e a ela foi dado um outro nome.

No particular, pelo que percebo, no projeto estaria havendo uma superposição, porque a Rodovia Juscelino Kubitschek, pelo projeto original, já aprovado, seria de Brasília a Fortaleza, quando a rodovia que liga Brasília a Formosa já tem o nome de Rodovia Luiz Carlos Prestes.

Assim, penso que, com essa adaptação e com o relatório feito pelo eminente Senador Aelton Freitas, fica preservado o espaço entre Brasília e Formosa e se mantém, de Formosa a Fortaleza, o nome de Rodovia Juscelino Kubitschek.

Faço esse comentário cumprimentando a Relatoria que entendeu que não poderíamos ter um nome para uma rodovia que já tinha um nome do cidadão histórico gaúcho que todos sabem, o nosso grande líder daquela oportunidade, Luiz Carlos Prestes.

Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos, agora, ao último item não terminativo da nossa agenda: item 08, cujo relator é o Senador Sérgio Zambiasi.

Trata-se do Ofício S nº 05, de 2005, que encaminha ao Senado Federal a Recomendação nº 01, de 2004, do Conselho de Comunicação Social, aprovada na 12ª Reunião daquele Conselho, realizada em 04 de dezembro de 2004. Autoria: Conselho de Comunicação Social. Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.

O parecer do Senador Sérgio Zambiasi é no sentido de determinar o retorno da proposição ao Conselho de Comunicação Social.

Com a palavra o Relator, Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Recomendação nº 01, de 2004, do Conselho de Comunicação Social, contempla tema de grande relevância; cuida especificamente do Serviço DTH, que é o serviço de distribuição de sinais de televisão e áudio, por assinatura, por satélite – modalidade televisão por assinatura.

Trata-se de questão de evidente complexidade, que exigiu análise em profundidade, e, felizmente, conta o Congresso Nacional com um órgão consultivo talhado para enfrentar tais desafios. O Conselho de Comunicação Social, por sua qualificada composição, é o foro adequado a debater a questão e oferecer ao Parlamento proposta de encaminhamento à semelhança do que ora se dá com a Recomendação nº 01, de 2004.

Desta forma, entendemos que a orientação mais adequada a seguir em relação à matéria é o retorno do processado ao Conselho para que aquele colegiado, com a finalidade de orientar o Senado Federal no exame dessa Recomendação, pronuncie-se a respeito da oportunidade e conveniência de estabelecer legislação específica para o Serviço DTH ante as novas perspectivas legislativas que contemplam todo o setor de comunicação social, de cuja elaboração trata o Decreto de 26 de abril de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão o parecer do Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Não havendo quem pela a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam com o parecer do Senador Sérgio Zambiasi permaneçam sentados.

Aprovado.

Passamos ao último item, que é a discussão do requerimento do Senador Flávio Arns.

Com a palavra, o Senador Flávio Arns, autor do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Trata-se da proposta para a realização de audiência pública para orientar um projeto de grande importância, de autoria do Senador Hélio Costa, que propõe a criação de uma fundação de pesquisa universitária voltada para as instituições de ensino superior particulares, privadas, comunitárias filantrópicas, em que essas instituições destinariam um percentual dos seus recursos para essa fundação de pesquisa universitária. Como implica também destinação de recursos, nada mais importante e, eu diria, necessário ouvir essas instituições sobre a pretendida iniciativa. Para isso, estamos propondo a realização de audiências públicas para essa finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em votação o requerimento do Senador Sérgio Zambiasi.

Os Senadores que concordam com o parecer do Senador Sérgio Zambiasi permaneçam sentados.

Aprovado.

Amanhã teremos uma audiência com o Ministro da Educação, Tarso Genro, às 10h, para discutir a reforma universitária. É a quarta audiência pública sobre o assunto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Permita-me fazer um apelo aos...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ...Srs. Senadores e a V. Ex^a. Tenho aqui um projeto mediante o qual se cria o Programa Nacional de Apoio ao Adolescente Carente, Pronaac – que já foi criado. Mas propus a possibilidade de instituir na Administração Pública Federal, direta e indireta, um estágio para adolescentes carentes que estejam matriculados em rede regular de ensino.

Mas o Senador Delcídio Amaral, a quem faço um apelo, já que não está presente, elaborou o relatório elogiando, mas propondo que fosse anexado a um outro projeto, que nada tem a ver com o estágio. S. Ex^a faz referência a todo o programa e não apenas ao estágio. Refere-se a programas como o Novo Emprego e outros que poderiam criar mais de cem mil vagas na Administração Pública Federal para estudantes carentes que possam estagiar na Administração Pública.

Faço um apelo a S. Ex^a no sentido de que esses projetos não tramitem juntos, porque vai atrasar demais e porque a relação não é perfeitamente adaptável à necessidade de correr junto com outro projeto.

Apelo, repito, para que S. Ex^a analise o apelo. Assim poderá haver a votação da criação do estágio para os estudantes carentes.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Romeu Tuma, a Presidência vai encaminhar ao Senador Delcídio Amaral as notas do apelo de V. Ex^a.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h24min)

Ata da 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 29 de Junho de 2005.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Marcelo Crivella, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Gerson Camata, Wirlande da Luz, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Romeu Tuma, Lúcia Vânia, Paulo Paim, Delcídio Amaral e Nezinho Alencar, reúne-se a Comissão de Educação. O Presidente, Senador Hélio Costa, registra a presença para acompanhar a audiência pública das seguintes personalidades: os Senhores Senadores Eduardo Suplicy (PT/SP) e Pedro Simon (PMDB/RS) não membros da Comissão, o Senhor Fernando Haddad, Secretário-Executivo do Ministério da Educação e o Ex-Senador Eurípedes Camargo. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Teotônio Vilela Filho, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, José Maranhão, Gilberto Mestrinho, Cristovam Buarque e Roberto Saturnino. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 002-CE de 2005, de autoria do Senhor Senador Hélio Costa (com o Aditamento nº 007 de autoria do Senhor Senador Hélio Costa), que tem como objetivo discutir a Reforma Universitária. Comparece à Audiência Pública o Ministro de Estado da Educação, Senhor Tarso Genro. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Hélio Costa, autor do Requerimento e do aditamento, Gerson Camata, Romeu Tuma, Nezinho

Alencar, Reginaldo Duarte, Leonel Pavan, Paulo Paim e os Senhores Senadores não membros da Comissão, Eduardo Suplicy e Pedro Simon. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e um minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Bom-dia, Sr^{as} e Srs. Senadores. Vamos iniciar a 27ª Reunião Extraordinária da 30ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, com a presença do ilustre Ministro da Educação, Tarso Genro, que veio atendendo a um convite da Comissão de Educação do Senado da República para falar sobre a reforma universitária.

Devo acrescentar, Sr. Ministro, nesta nota de abertura, que a Comissão de Educação tem tido a preocupação constante de trazer ao debate a proposta de reforma universitária ou do ensino superior. Em diversas ocasiões, nós trouxemos aqui dirigentes não só das instituições públicas e privadas, como autoridades do próprio Ministério da Educação para expor aos Srs. Senadores o andamento dos trabalhos para a reforma.

Fizemos quatro audiências públicas sobre o assunto. Para a primeira audiência, convidamos, até para poupar V. Ex^a do trabalho inicial, sabendo que a primeira proposta seria reformulada para chegar ao texto que hoje V. Ex^a poderá nos apresentar, o seu ilustre Secretário Executivo Fernando Hadad que, durante quase duas horas, discorreu sobre a primeira proposta de reforma universitária, que foi o suficiente para que pudéssemos embasar todas as discussões que, posteriormente, foram feitas nas outras audiências públicas que realizamos aqui na Comissão de Educação.

Foi por essa razão que insistimos que antes do recesso de julho pudéssemos ouvir do próprio Ministro da Educação o último texto da proposta de reforma universitária que, pelo que vejo das reações nos jornais, das entidades e das pessoas interessadas nesse procedimento, realmente já foi aprimorado, extensamente trabalhado e melhorado ao ponto de, ontem, eu receber algumas informações de que ele está “redondo”, como se diz na boa gíria do Português para

identificar algo que esteja rigorosamente de acordo com o interesse público.

Por essa razão, agradecendo a presença dos ilustres Senadores que estão conosco em nossa comissão, vou passar a palavra ao Ministro de Estado da Educação Tarso Genro, que, pelo nosso Regimento Interno, terá 30 minutos para fazer a sua exposição e, evidentemente, se for necessário, vai continuar durante o tempo que julgar conveniente.

Com a palavra o Sr. Ministro de Estado da Educação, Tarso Genro.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Hélio Costa.

Srs. Senadores, senhoras e senhores que prestigiam o trabalho desta Comissão, é uma honra participar novamente de uma sessão desta Comissão. Creio que é a terceira ou quarta vez que venho a convite para debater e sempre saio daqui muito melhor do que entrei, melhor informado, mais qualificado e ilustrado para cumprir as minhas funções de Ministro de Estado da Educação.

Em primeiro lugar, uma lembrança ainda que rápida do processo que o Ministério da Educação está adotando para a discussão da reforma do ensino superior ou reforma universitária, como transita a marca pública desse debate.

Nós publicamos um documento intitulado “Fundamentos para uma Reforma”, que foi recebido, no primeiro momento, com muita hostilidade, porque se pensava que aqueles fundamentos seriam a base para a extração imediata de um projeto de lei de reforma do ensino superior, e não um documento para o debate. Mas dissemos desde o começo que estamos cumprindo religiosamente o cronograma e a metodologia para a produção do projeto, que é um grande processo constituinte da reforma, um processo constituinte das idéias centrais da reforma, através de um debate capilarizado na sociedade brasileira, que envolveu até agora em torno de 240 entidades e algo em torno de 100 reuniões plenárias, seminários e debates informais sobre a proposta de reforma. Isso envolveu desde o MST até a Confederação Nacional da Indústria, passando pelas instituições que representam as universidades públicas, privadas, comunitárias, formadores de opinião do meio acadêmico das diversas extrações políticas, sem nenhum preconceito, para que nós formulássemos o primeiro texto base, que foi publicado também com o título “Proposta para a Discussão de um Anteprojeto da Reforma do Ensino Superior”.

Esse primeiro texto-base, extraído das discussões e daqueles fundamentos iniciais, foi publicado em dezembro de 2004. E daí foi novamente submetido ao debate por todas as instituições, circulando inclusive

em meios muito mais amplos, inclusive com a presença aqui de especialistas internacionais, como o Professor Martin Carnoy, um ilustre acadêmico americano que sustentou, por exemplo, que as universidades públicas devem ter, para uma determinada camada social, matrículas pagas – para que se veja a amplitude do debate que fizemos –, até o Professor Boaventura de Souza Santos, por exemplo, entre outros, acadêmicos espanhóis, franceses, que defendem uma visão de universidade pública que se contrapõe a essa visão inicial.

Foi um debate muito rico, muito qualificado, e eu digo que constituiu uma agenda política importante para o País nesse período, juntamente com os demais temas que o MEC vinha desenvolvendo e em que esta comissão também já foi envolvida, como, por exemplo, o Fundeb, a reforma da educação técnica, a conexão da alfabetização com inclusão, que é uma agenda, em última análise, sistêmica, já que nós renegamos aquela visão de foco que supõe a ausência. O foco supõe a ausência. É necessário tratar do sistema educacional como um todo, e, portanto, interferir para que haja harmonia e conexão entre as diversas instâncias desse sistema.

Esgotado o debate dessa segunda fase, estamos publicando, então, Fundamentos 1ª versão e 2ª versão, que estão contidos sistematicamente nessa tabela que os Senadores estão recebendo, onde estão registradas as principais características dessa proposta de reforma. E não é a última versão. Nós teremos ainda uma terceira versão, que será extraída de reuniões desse tipo, de debates, da constituição de uma comissão ampla de redação final de uma proposta que pretendemos entregar ao Presidente da República dia 28 de julho.

Essa proposta que entregaremos ao Presidente passa, portanto, para a soberania do Presidente da República, que vai resolver se vai mandá-la ao Congresso integralmente, se vai fazer modificações, ou se vai nos determinar que façamos uma nova rodada de discussões. Mas nós pretendemos entregar ao Presidente essa proposta que consideramos como produto desse grande diálogo público, esse diálogo constituinte da reforma.

Várias universidades fizeram plenárias também, mais ou menos massivas, sobre a questão da reforma, e o Presidente a receberá e resolverá o seu destino. Nós gostaríamos que o Presidente remetesse a proposta de reforma para a soberania do Parlamento logo depois do recesso.

E aqui temos outro âmbito de discussão, porque a discussão não se encerra com o encerramento da discussão pelo MEC, pelo contrário. Nós queremos

oferecer uma peça viva, uma peça qualificada, uma peça avançada, para que, aqui, o Parlamento, pelas suas comissões e pelas suas plenárias, nas duas Casas, faça uma discussão profunda e, soberanamente, vote e decida sobre essa reforma.

Então esse é o processo que construímos até agora. Posso dizer que tenho orgulho de ter coordenado um processo inédito no País. Nunca a discussão do ensino superior foi tão capilarizada, tão aberta, tão democraticamente constituída como nesse período. Se esse projeto não tiver nenhum mérito, e esta Casa vai apreciá-lo, esse mérito ele certamente terá. Ele não é produto de uma visão unilateral de uma pessoa, de um partido, de um Ministro, de um órgão técnico, mas de uma larga e profunda discussão social que gerou um diploma que acho que tem muita consistência para ser apreciado por esta Casa.

Vou explicar rapidamente, já que os senhores têm a tabela em mãos, a situação atual, a proposta de dezembro e a proposta da segunda versão, que saiu agora em maio. Quais são os grandes fundamentos, as grandes linhas dessa proposta de reforma? Vou abordá-las rapidamente.

Primeiro, é necessário um novo sistema regulatório que constitua o ensino superior como uma totalidade harmônica onde as instituições – vou chamá-las a grosso modo de não-estatais, porque nem todas são privadas naquele sentido estrito das relações de Direito Civil ou de Direito Comercial, temos diferenciação entre as instituições não-estatais – não-estatais e as instituições estatais tenham uma relação de integração e complementaridade com base na integração da universidade num projeto nacional, como motor do desenvolvimento regional. Para isso, é necessário que essa universidade tenha uma grande densidade humanística e uma qualidade científica, portanto, um nível de pesquisa e de elaboração superior. Isso envolve não só as instituições estatais, como as não-estatais.

Estamos trabalhando meios através dos quais possamos ter, em 2011, aproximadamente 40% de vagas públicas e gratuitas, originárias das instituições estatais ou das instituições que sejam públicas, mas não rigorosamente estatais. Esse é um modelo que ainda tem que ser desenhado. Na nossa visão, é necessário que internamente haja uma certa flexibilidade de trânsito entre as instituições chamadas privadas não-estatais e as instituições estatais.

Vou citar um exemplo concreto: em várias regiões do País, há instituições comunitárias regidas majoritariamente pelo âmbito do direito privado, fundações ou sociedades ideais que se transformam em mantenedoras de universidades. Estamos dando um tratamento especial para as instituições comunitárias,

por entender que essas pequenas universidades, ou faculdades isoladas, ou centros universitários que surgiram de uma organização interna da comunidade para responder a uma ausência do Estado devem ter um tratamento diferenciado. Mas elas não se confundem com as instituições federais, eventualmente municipais ou estaduais, que têm exigências de qualidade tão fortes quanto quaisquer outras instituições, cujo mantenedor é o Estado, seja no âmbito da União Federal, do Governo do Estado ou do Município.

Segunda questão dessa proposta de reforma: um marco regulatório com maiores exigências. Vocês vão ver que na norma apresentamos a proposta de exigência mínima de mestrados de mestres e doutores, para que as universidades possam ser consideradas como centros ou instituições universitárias. Essas exigências mínimas de qualidade estão compreendidas também dentro de uma larga experimentação que está sendo feita agora, que é o Sistema Nacional de Avaliação, que supõe três tipos de avaliação, as quais, dentro da reforma e mediante discussão desta Casa, têm que ser aperfeiçoadas.

Essa avaliação dos sinais é feita externamente, uma avaliação interna e a avaliação que é feita por fiscalização do MEC. É um sistema superior ao anterior, mas ainda precisa ser aprimorado. Evidentemente a experiência que estamos tendo agora, de um processo de avaliação que dura dois anos, vai fornecer dados, elementos para que o Sistema Nacional de Avaliação seja mais qualificado. Portanto, quando esse projeto chegar a esta Casa, alguma coisa deverá ser aportada já como proposta normativa para dar socorro e mais efetividade para essa experiência do Sistema Nacional de Avaliação, que é altamente positivo.

Estamos fazendo uma nova proposta de financiamento. Essa proposta de financiamento que está contida na proposta de reforma tem uma parte do financiamento que é reservada para o financiamento ordinário da universidade, com repasses previsíveis em duodécimos, e outra parte para que os recursos sejam empregados em processos de qualificação ou de extensão. Ou seja, temos uma margem orçamentária, uma margem de recursos que vai ser utilizada para a expansão e para a qualidade, portanto para a produção da exigência de qualidade. E a comissão que vai fiscalizar a aplicação desses recursos não será uma comissão unilateral do Ministrou ou do Ministério, terá participação das próprias instituições, está previsão está feita dentro dessa proposta de reforma.

Estamos colocando de maneira clara que as instituições privadas e suas mantenedoras, porque obviamente as públicas não poderão mais financiar campanhas eleitorais, portanto, estamos fazendo uma

vedação dessa relação, enquanto não se decidir pelo financiamento público das campanhas, o que me parece que hoje é uma exigência nacional, mas como isso, evidentemente, ainda é um processo lento, que passa pela reforma política, nós estamos colocando como norma a proibição desse financiamento.

Estamos regulamentando as fundações das instituições federais de educação superior. Porque assim como a Gertrudes Stein disse que “rosas são rosas e são rosas”, temos fundações, fundações e fundações e algumas delas são utilizadas para funcionar como mecanismo de privatização de espaços de poder na universidade, não cumprindo as suas finalidades, estamos subordinando as fundações ao reitorado. Portanto as fundações perdem autonomia e estarão enquadradas na própria gestão do reitor e do conselho superior da universidade, ela passa a ser um instrumento, sim, de facilitação de relações com a sociedade civil, mas elas estarão subordinadas ao poder da universidade e não serão uma estrutura autônoma dentro da universidade, permitindo que algumas ou parte delas trabalhe para interesses relacionados com disputa de poder e de recursos no interior da universidade.

Estabelecemos critérios de qualidade não somente para as universidades, mas também para os centros e para as faculdades. E estamos propondo nessa segunda versão que um terço das vagas oferecidas pelas instituições federais sejam vagas noturnas, talvez seja pouco, mas é uma discussão que submetemos à sabedoria e ao debate desta Casa.

Estamos estabelecendo para o Plano de Desenvolvimento Institucional a especificação de campos de saber definidos para esse PDI, portanto, com mais rigor para a destinação do Projeto de Desenvolvimento Institucional da universidade e, por dentro do PDI, exigindo uma integração multidisciplinar, já que sabemos perfeitamente que a separação de campos de saber hoje se torna cada vez mais hábil. Os saberes humanísticos, científicos, tecnológicos são saberes que se integram, em determinado momento. Basta ver o surgimento da bioética e da relação que tem a ética com a pesquisa genética, por exemplo. Portanto, essa multidisciplinaridade, essa integração de saberes tem de estar contida na visão de universidade e passa por dentro do Plano de Desenvolvimento Institucional.

Estamos propondo, como característica – isto é discutível, temos impugnações para esta proposta –, que as instituições qualificadas como de excelência pelo sistema nacional de avaliação possam ter atuação de âmbito nacional. Então, se tivermos uma instituição que tenha sido caracterizada como excelente, que tenha a sua aferição interna e externa, por inspeção, por fiscalização, qualificada como excelente, estamos

abrindo a possibilidade da sua expansão não mais local ou regional, mas a sua expansão nacional.

Criamos um conselho de desenvolvimento social no sistema federal de ensino e um ouvidor nas instituições privadas. Isso criou muito polêmica no debate anterior, porque a crítica que foi feita a esse conselho social, que trocamos de nome, deixando mais clara a sua função consultiva, era a de que ele iria interferir na administração da universidade. Evidentemente, é uma crítica equivocada, porque a autonomia é regida pela Constituição Federal. Também o próprio documento anterior dizia que era de natureza consultiva. Na verdade, a crítica era um pouco preocupada com o tipo de relação que as universidades iriam estabelecer com a sociedade civil. Por dentro disso, passava uma preocupação de que as universidades poderiam ter relações, o MST poderia ter relações com determinadas instituições da sociedade civil, os movimentos sociais. Elas perderiam o seu caráter científico e teriam como consequência um processo de politização. Nós mostramos, ao longo dos debates, que essas relações já existem e que esse conselho social ou de desenvolvimento social – como está apresentado – faz apenas com que essas relações sejam transparentes, porque dezenas de universidades públicas e privadas no País têm relações com os movimentos sociais, com empresas, com instituições privadas de pesquisa, com organizações não-governamentais. Então, é necessário que se tenha um conselho que seja o canal por meio do qual essas relações se realizem de forma transparente para a sociedade e transparente também para o corpo interno da universidade, não permitindo que qualquer instituição tenha um grau de interferência que exorbite das suas funções consultivas ou que essas relações sejam produzidas sem consenso da comunidade universitária. Especificamos que o conselho de desenvolvimento social se reporta ao reitor, portanto com um canal formal, regular, técnico, adequado para o estabelecimento dessa relação consultiva, mas realmente realizando um processo de aproximação da instituição de ensino superior com a sociedade civil.

Tendemos a articular, nessa proposta também, a área da saúde em geral, dos saberes da formação de profissionais da área da saúde, com o Sistema Único de Saúde, SUS, visando com isso não, evidentemente, castrar qualquer potencialidade privada do ensino, porque cada cidadão tem o direito de escolher a sua carreira, isso está no âmbito da sua decisão individual, mas achamos que as instituições federais têm que ter uma atenção especial com o Sistema Único de Saúde, que, em última análise, é uma criação da própria Constituição.

Nós tínhamos colocado na primeira proposta a eleição de um reitor acadêmico pela comunidade das instituições privadas.

Nós modificamos essa posição, porque fomos convencidos no debate de que o que estávamos propondo era uma ouvidoria, com o conteúdo de vice-reitoria acadêmica. Era efetivamente, porque o sentido que estávamos dando para essa vice-reitoria era um sentido de democratização das relações internas das instituições privadas, na medida em que evidentemente, embora sejam instituições não estatais, elas trabalham com um bem público superior, a educação, e têm uma finalidade pública, independentemente de serem empresas, instituições empresariais. Elas lidam com um bem público, a educação, que interessa à Nação e que pode ser exercido, a transmissão do conhecimento, da educação, dentro de um projeto nacional de educação.

Portanto, subordinando, inclusive, nas instituições privadas o lucro ao cumprimento dessa missão, de natureza pública, que é concedida pela Constituição de forma delegada.

Então, nós achamos por bem que se crie uma ouvidoria nas instituições do sistema federal. E o sistema federal é composto pela totalidade das instituições públicas e privadas, o que permite uma democratização dessas relações internas.

Nós estamos apresentando também políticas de democratização, políticas de cotas, acesso, permanência e criando formas de ingresso que permitam uma porosidade social maior na universidade. Isso já está sendo feito nas instituições privadas, eu quero chamar a atenção. O ProUni é um poderoso estímulo a essa porosidade social, a essa transição molecular – como chamamos – de baixo para cima.

O ProUni, apenas para dar um exemplo, na questão étnica, permitiu que se aumente de 24% para 44% nas bolsas a presença do segmento dos afrodescendentes na universidade. O ProUni já tem 44% dos alunos que se declaram como afrodescendentes. Isso é um avanço, que, evidentemente permite uma porosidade maior.

Mas isso não interfere, obviamente, de maneira desigual, na própria absorção que a universidade faz fora do ProUni. Mas como aquele é um programa público, evidentemente destacamos esta política de cotas, por intermédio do ProUni, que teve repercussão excelente, de alta receptividade nos segmentos mais pobres da população brasileira, porque é sabido que aqui no Brasil, não em função do Estado atual e nem de um dirigente político atual, mas de nossa história escravocrata, que temos uma identificação entre pobreza e afrodescendência.

São essas as linhas gerais que estamos propondo para a reforma. Evidentemente, o projeto é muito rico. Ele recupera alguns dispositivos que foram vetados no Plano Nacional de Educação. Ele recupera o objetivo de 40% de vagas públicas gratuitas até 2011. Eu não sei se será possível chegarmos a isso. Mas devemos ter essa meta. Não é fácil chegar a isso, porque isso depende de uma série de condições. Depende desde a aprovação de um financiamento adequado para as universidades até a aprovação do Fundeb, que tem influência no ensino médio e, portanto, na pressão de baixo para cima na obtenção de vagas.

Nós recuperamos o financiamento das instituições federais e incluímos as políticas afirmativas, quero deixar claro, sem exclusão do mérito acadêmico. Um dos combates que foram feitos de maneira mais potente contra o Pró-Uni, por exemplo, foi a extinção do mérito. Quero dizer que a crítica falhou, que foi injusta. Os alunos que entraram pelo ProUni tiveram uma média superior ao alunos do Enem, à média superior do Enem.

Quando um aluno se autodeclara afrodescendente. Por exemplo, se for aprovado o projeto que está aqui ou a proposta da reforma, vai disputar dentro de um espaço menor. Portanto, não está tendo vantagens. Vamos supor, porque só pode ser por afirmação declaratória. Chego no Rio Grande do Sul. Quero abandonar minha formação em Direito e quero fazer Medicina. Chego e apresento-me. Sou afrodescendente. O servidor público que está recebendo minha declaração não pode impugná-la. Só que vou concorrer, lá no Rio Grande do Sul, em um universo de 12% das vagas. É o percentual que o IBGE declara para o número de afrodescendentes na sociedade gaúcha. Quer dizer, qual é a vantagem que terei? Pessoalmente, não há vantagens, mas há garantia de que teremos 12% de afrodescendentes na universidade. Não há como alegar que é uma vantagem. Pode ocorrer, evidentemente, numa ou noutra região, um espaço maior de ingresso. Mas é da natureza das políticas afirmativas, que, aliás, têm que ser muito bem observadas, já que às vezes são citadas como exemplo do que ocorreu com políticas afirmativas, por exemplo, nos Estados Unidos. A Secretária Condoleezza Rice é produto de políticas afirmativas dos Estados Unidos. Não necessariamente podemos citá-la como exemplo. Trata-se de uma pessoa que está no mais alto padrão de poder no estado americano, mas significa que há uma porosidade. Se não me engano, ela é do Arizona, um estado muito conservador. Veio da política de cotas. Demonstra, inclusive, que essa política de cotas não tem uma destinação política de esquerda ou de direita.

São essas as observações gerais. Estou aqui para ouvir críticas e sugestões. Não estou aqui para dar uma aula do que é melhor, mas sim para apresentar o acúmulo que tivemos até agora e ouvir a Comissão. Está em tempo – estamos na terceira versão – de modificarmos algumas instituições ou de esclarecermos eventuais obscuridades que o texto contém.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito obrigado, Sr. Ministro.

Entendo que o texto apresentado hoje por V. Ex^a, conforme nos disse anteriormente na abertura dos trabalhos, já é aprimorado e resolve vários problemas que foram mencionados na discussão inicial, quando apresentada a primeira versão em dezembro de 2004.

Vou fazer, na realidade, a coleta das perguntas dos Senadores, de três em três. Vou fazer rapidamente duas perguntas. Concederei a palavra ao Senador Gerson Camata, o primeiro inscrito, já que o Senador Romeu Tuma não está. O Segundo será o Senador Eduardo Suplicy. Posteriormente, os demais Senadores.

Rapidamente, Sr. Ministro, tenho três dúvidas. É sobre a diferença básica de universidade comunitária, que V. Ex^a disse que será privilegiada, que será diferenciada. Comparando-a com a universidade particular, com aquela que é uma empresa, qual é a diferença de critério que será adotada no caso da universidade comunitária, que é aquela que se forma, que é do interesse de um grupo de professores que querem ajudar uma comunidade, mas não necessariamente tem interesses comerciais?

Em segundo lugar está a subordinação das fundações, das instituições federais de ensino superior, ao reitorado. Com essa subordinação a fundação perde autonomia, não é? Mas perde também a autonomia da pesquisa científica? Ela tem sido um caminho, um veículo de promoção de instrumentos capazes de dar à universidade possibilidades de trabalhar no setor de pesquisa, que lamentavelmente no Brasil já é tão sacrificado.

A quarta pergunta está na página 4 da exposição escrita de V. S^a, que os Senadores também receberam.

A terceira é sobre a possibilidade de, atuando em um nível nacional, as instituições de excelência receberem autorização para expandir para o País inteiro.

Pergunto se aquelas que não atingem esse nível de excelência, ou seja, aquelas que estão inferiores, que são “ruins”, podem expandir pelo estado. Porque a pergunta é que é excelente e pode expandir pelo País inteiro. O que fazemos com as outras que não chegaram à excelência? Essas podem crescer dentro do Estado ou não, ou serão fiscalizadas de tal modo

que, se não atingirem um determinado nível, não podem sequer sair do estágio onde está?

Essas são minhas três perguntas. Passo, então, para o Senador Gerson Camata, que foi o primeiro inscrito ao chegar aqui e que vai certamente fazer suas colocações para o ilustre Ministro Tarso Genro.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, não vou praticamente fazer uma pergunta, mas desejo, primeiro, cumprimentar o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Se V. Exª me permite antes de começar, gostaria de dizer que hoje é uma data importante, porque estamos recebendo nosso Ministro! Mas também é importante devido ao aniversário do Senador Camata. Então desejo cumprimentá-lo!

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Mas não comemoro, não! Muito obrigado, Sr. Presidente! Tinha um professor que dizia que sapo também nasce. Então não é uma data tão importante!

Então não vou fazer uma pergunta, mas desejo, primeiro, cumprimentar o Ministro.

Nós, que andamos pelo interior do Brasil, estamos vendo que o Ministro, em um ano e meio, fez uma revolução no ensino superior que talvez não tenha sido feita nos últimos dez anos. O ProUni foi uma revolução de merecer estátua, Ministro! O senhor pegou a garotada que não tinha condição e colocou 250 mil nas universidades.

Agora, importante no interior, para os mais pobres, aqueles que não conseguiram ir para a capital, estudar na universidade! Foi um marco, uma criatividade impressionante de V. Exª nesse setor. Quando V. Exª vem falar em um terço de vagas noturnas, também é para os menos favorecidos, aquele que foi para a cidade, está estudando, trabalhando de dia e que não tem chance na universidade federal hoje, porque, senão, teria que deixar o emprego e perderia a subsistência.

V. Exª abordou com coragem o problema das cotas, enfrentando, inclusive, os percalços dos meios acadêmicos que diziam que ia baixar o nível da universidade, quando, na verdade, está provando que o ProUni está elevando o nível das universidades que o adotaram.

Então esse movimento representou muito mais para fixação do homem no interior do Brasil do que quase toda a reforma agrária que está sendo feita aí. Parece que não, mas estamos percebendo isso. O estudante de Nova Venécia, de Pinheiros, onde só há uma faculdade particular, agora, está podendo ficar lá. E o Ministro começou esse movimento de interiorizar, por meio de unidades: são 20 unidades já de universidades federais pelo interior, inclusive, no Espírito Santo. É uma revolução nova que está fazendo.

Uma outra coisa interessante. Ouvi a exposição de V. Exª. Quem leu o jornal parece que a imprensa brasileira não percebeu o que está acontecendo. Quer dizer, vemos aqui a verdade e depois vamos ler no jornal, “é uma mudança ditatorial, vai impor”, mas, na realidade, está democratizando o ensino superior, abrindo para o debate, fazendo com que a comunidade participe. Há necessidade de que a imprensa perceba melhor. Há até algumas autoridades que dizem que são autoridades na área da educação e que não estão percebendo ou, então, estão tendo má vontade para observar essa revolução que está sendo feita.

E me lembro aqui de uma das últimas conferências do Papa João Paulo II, quando estive na Alemanha, exortando os jornalistas, dizendo o seguinte: “Lembrem-se de botar as boas notícias nos jornais daqueles que perseveraram, trabalham, criam, produzem, e não só colocar a exceção, daqueles que erram!”

Pois bem, hoje em dia, notamos que a imprensa não dá valor a uma revolução como essa que V. Exª está fazendo no ensino superior brasileiro! E digo, merece uma estátua! V. Exª, um dia, há de merecê-la. Que não seja depois, que seja ainda em vida! (Risos.)

Cumprimentos!

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – V. Exª me permite?

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Cuidado com esse negócio de estátua, porque um erro em bronze é um erro eterno!

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Mas gostaria de convidar o Secretário Executivo Fernando Hadad a participar da mesa, por favor.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – É verdade!

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Passo a palavra, agora, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, Ministro Tarso Genro, também desejo cumprimentá-lo pela maneira como tem conduzido o trabalho no Ministério o trabalho no Ministério de Educação. E quero aqui registrar, Sr. Presidente, os meus cumprimentos ao Sr. Cláudio Hadad. Tenho sido testemunha da disposição do Ministro Tarso Genro de deslocar-se aos institutos brasileiros de ensino superior para dialogar, debater o conteúdo da reforma de educação superior.

Há cerca de um mês, na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, convidado que foi pelo corpo docente e discente, realizou amplo debate a respeito deste

tema, ouviu as mais diversas sugestões e indagações e prestou todo o esclarecimento.

Quero cumprimentá-lo pela iniciativa do ProUni, mencionada pelo Senador Gerson Camata, mas também pela preocupação, por exemplo, com o ensino noturno, que vai abrir mais oportunidades para um grande segmento da população, assim como pela preocupação com a expansão e o aperfeiçoamento do ensino a distância que para muitos é de fundamental importância.

É também muito importante essa preocupação com a participação da comunidade e a sua interação com as instituições de ensino superior, com a criação do desenvolvimento social, que justamente tem esta finalidade.

Eu gostaria de formular uma pergunta: qual é a interação, digamos, entre a congregação? Onde a comunidade interage? Há oportunidade da participação do corpo discente, além do docente, e, muitas vezes, com a representação, além da participação do corpo de servidores da instituição.

Com a instituição do Conselho de Desenvolvimento Social junto com a instituição de ensino, como fica essa interação? Gostaria de saber se se pensou na relação entre as duas em instância de participação mais coletiva da comunidade.

Aproveitando a oportunidade, queria saber se o Ministro tem se preocupado com uma questão relativa ao objetivo constitucional, porque nós já deveríamos ter concluído o processo de erradicação do analfabetismo, pelos propósitos expressos na Constituição de 1988.

Então, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para perguntar ao Ministro Tarso Genro como está o objetivo da erradicação do analfabetismo no Brasil. Como as instituições de ensino superior, de alguma maneira, estão cooperando com este objetivo, na medida em que tem havido o propósito do Governo do Presidente Lula de instar as mais diversas instituições, desde as instituições de ensino básico, até a possibilidade os universitários colaborarem com o propósito de alfabetizar o País.

E, como surgiu hoje uma notícia que imagino tenha sido lida pelo Ministro Tarso Genro, gostaria de perguntar se S. Ex^a tem alguma preocupação com isso. Está na **Folha** que o Prefeito José Serra estaria fechando 313 cursos de alfabetização porque, segundo a Prefeitura, a frequência às salas do Programa Mova era baixa, e as entidades fariam protesto hoje.

Não sei ainda qual é a observação do Prefeito, mas imagino que uma notícia como essa vá direto ao Gabinete do Ministro da Educação, que pelo menos se interessará em saber o que houve. Será que no Muni-

cípio de São Paulo vai brear um pouco o objetivo de alfabetização? Como fazer melhor?

Por isso pergunto: qual é o balanço do processo de alfabetização? Houve alguma interação do Governo Federal com o Governo Municipal para que as coisas sejam bem feitas com respeito ao objetivo, que, eu sei, também é do Prefeito José Serra? Que a notícia causou estranheza, não há dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem.

Passo a palavra ao Ministro Tarso Genro para responder às três primeiras intervenções dos Srs. Senadores.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Primeiro quero fazer duas observações.

Se lermos o projeto, verificaremos que há uma nova tipologia para a constituição de instituições de ensino superior. Por exemplo: a instituição consorciada que já remete à legislação aprovada por esta Casa, introduzida com o conceito também na lei de reforma do ensino superior.

O desenho institucional desse consórcio já pode ser feito agora. Já fizemos, por exemplo, em Volta Redonda, mas ainda de uma forma, vamos dizer assim, juridicamente correta, porque colamos uma série de iniciativas normativas por deliberação administrativa, com os princípios gerais da legalidade.

Com a aprovação da atual legislação dos consórcios públicos e a introdução desse tema na reforma, teremos uma possibilidade muito positiva para fazer essa expansão.

Poderemos, por exemplo, estabelecer um consórcio entre União, Estado e Município, com obrigações correspondentes às funções de manutenção, e criar um sistema de expansão por dentro dessa via também.

Lembro essa questão, porque se relaciona com outro tipo, que é a instituição comunitária que estamos diferenciando, como proposta, no art. 14.

No art. 14, como dizemos na proposta de reforma, as instituições de educação superior classificam-se como pública, comunitária e particular. A pública abriga a possibilidade do consórcio. Então, uma universidade federal estatal será uma universidade federal estatal, como é a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a USP, que é estadual, etc.

Agora nós poderemos ter universidades públicas consorciadas, o que cria uma saída para uma série de situações altamente preocupantes, como ocorre, por exemplo, no Ceará, onde há quatro universidades, se não me equivoco, mantidas pelo Estado. Ao invés de fazermos expansão de federais, nós podemos, por dentro das estaduais, estabelecer relações consor-

ciadas, fazendo uma expansão racional, e ajudar na manutenção das escolas do Estado.

As particulares são aquelas de direito privado, com ou sem fins lucrativos. Temos ainda as comunitárias. Aqui estamos ousando nas comunitárias. Há uma ousadia que, inclusive, deve ser checada pela Comissão de Constituição e Justiça, certamente. O que estamos dizendo? Estamos criando um tipo, trazendo o que existe na vida para a norma, **jus oritur ex facto**, o Direito persegue a objetividade, persegue o fato.

O fato já está constituído: as comunitárias são diferenciadas. Temos que colocar sobre essas comunitárias uma determinada carga normativa, para que elas comecem a se mover no plano da legalidade.

Como é que nós constituímos essa definição?

Instituição cuja mantenedora é constituída na forma de fundação ou associação instituída por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, com ou sem orientação confessional ou filantrópica, que inclui em suas instâncias deliberativas participação da comunidade local ou regional. Por que estamos fazendo isso?

Pergunto o seguinte: se eu tenho recursos para constituir uma extensão federal, uma nova universidade federal lá no interior da Amazônia, por exemplo, uma universidade ecológica, dentro dessa nova concepção mais aberta com que estamos trabalhando, mas eu tenho também necessidade de vagas gratuitas lá em Ijuí, onde tem uma comunitária, ou lá em Santa Catarina.

Onde é que eu vou pegar esses recursos para fazer uma federal? Vai ser lá, em Ijuí ou na Amazônia? Vai ser na Amazônia. E lá em Ijuí, por dentro dessa comunitária, eu posso estabelecer uma relação conveniente não só para introduzir o ProUni, criar mais bolsas, ou até, no limite, estabelecer uma relação conveniente para que cursos federais sejam instituídos e funcionem dentro daquela instituição comunitária, como já ocorre no Rio Grande do Sul, com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, aliás, com a Unijuí.

Então, essa maleabilidade significa, ao contrário do que dizem algumas vozes mais, não vou dizer radicais porque radical é toda pessoa que toma a coisa pela raiz, mas mais sectárias, é uma expansão do público, e não uma privatização de estatal. Expandir o público significa não só criar mais universidades estatais, sejam estaduais, municipais ou federais – predominantemente o nosso caso – mas significa criar mediações jurídicas para desprivatizar aquilo que está no âmbito das instituições de direito privado. O ProUni é um exemplo dessa metodologia. O Senador Gerson Camata falava e muito bem. Eu, por exemplo, presenciei, no Rio Grande do Sul, coisas emocionantes, de pequenas cidades do Estado, que tinham seis universitários, seis estudantes, e que passam a ter quinze,

vinde, triplica o número de estudantes universitários naquela instituição privada por causa do ProUni. O que é isso? É a criação de um espaço público dentro de uma instituição que não é estatal.

Então, nós estamos tentando aqui, com as comunitárias, na verdade, criar uma cunha para alargar o espaço do público. Quem não compreende isso, não compreendeu nada, muito menos os princípios fundamentais do Direito Constitucional. Não sabe que o público não é somente o estatal. Aliás, quem pensa que o público é somente o estatal é o stalinismo e o fascismo, as duas visões do Estado totalitário, totalizante, que, em última análise, compõe uma das vertentes perversas da modernidade.

Então nós estamos definindo e daí nós estamos tentando uma política específica para as comunitárias.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Razão pela qual fiz a pergunta a V. Ex^a.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Exatamente, eu estava respondendo essa primeira observação do nosso Presidente.

Segunda questão, a fundação. A autonomia para pesquisa, autonomia didática, científica, política, é da universidade, não é da fundação. Então, quando nós estamos subordinando a fundação ao reitorado, ao poder do reitorado, nós estamos, na verdade, dizendo que a autonomia constitucional que é outorgada à universidade se estende à fundação, está contida no âmbito da autonomia da universidade.

A expansão. A expansão das instituições que não são de excelência são reguladas pelo sistema ordinário de certificação do MEC, seja através da qualidade aferida pelos sinais, seja pelos meios ordinários de inspeção, quando uma instituição pretende fazer, criar uma nova instituição ou expandi-la para um determinado lugar. O que nós estamos fazendo com essa norma não é, na verdade, obstar, é, na verdade, premiar a excelência. Essa é a proposta que está contida nessa questão, nesse dispositivo.

A congregação com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social estabelece relações através do reitor, porque o Conselho de Desenvolvimento Social é um conselho da sociedade civil, ele é majoritariamente ou integralmente da sociedade civil e das diversas forças que o compõem, mas se comunica com a universidade através do reitor, exatamente para que ele não tenha aquela falsa, aquela equívoca capacidade de interferência sobre os órgãos da universidade que pode deformar a sua função consultiva, porque o reitor sintetiza soberania da universidade, apoiado em todas as instâncias decisórias previstas na lei e na regulamentação interna da instituição.

Nós fizemos uma modificação muito grande na questão da alfabetização. Tenho escutado algumas observações do meu querido companheiro Cristovam Buarque, que tem feito algumas observações sobre a questão da alfabetização muito pertinentes e muito sérias, como todas as observações do Cristovam. Só que ele não está informado sobre o que está acontecendo na alfabetização no projeto Brasil Alfabetizado. Por que ele não está acompanhando? Em primeiro lugar, nós trocamos a visão quantitativa de campanha por uma visão qualitativa de inclusão, quer dizer, alfabetização não é mais campanha que depois se perde, não é mais uma fábrica de criação de analfabetos funcionais, que apenas sabem escrever seu nome. Temos inclusive agora um sistema permanente de avaliação que já foi instalado no ano passado e que este ano trará o resultado dos cursos de alfabetização.

Os cursos de alfabetização estão conectados com o sistema de inclusão social educacional, porque a abordagem sistêmica que fazemos não é mais simplesmente com foco na alfabetização, acabando com alfabetização no Brasil. É acabar efetivamente com a alfabetização no Brasil criando inclusão educacional, permitindo o trânsito para o sistema regular de ensino, para o sistema seriado, permitindo o trânsito para o EJA, permitindo o trânsito para a educação técnica, permitindo o trânsito para o ProUni, para a universidade pública, permitindo o ingresso no Bolsa-Família, para que aquele indivíduo, aquele jovem, aquele adulto que entra num processo de alfabetização entre numa rede de inclusão social educacional e não simplesmente saia escrevendo o seu nome. Isso exige mais tempo, menos anúncio de metas, mais efetividade, mais controle, mais organização interna, mais técnica de relacionamento institucional entre as diversas esferas de formação. Não é simplesmente se anunciar metas, como se alguém fosse conferir. Ficaria até problemático. Então, estamos mudando sim.

Tenho certeza de que se o Senador Cristovam estivesse informado do que está sendo feito ele seria um militante da defesa desse processo do Brasil alfabetizado agora. Inclusive nós invertemos os recursos. Antes, a maioria dos recursos eram para as ONGs, que prestam grandes serviços e nós invertemos. Agora, a maioria dos recursos é para prefeituras e Estados e não para ONGs. As ONGs são importantes mas tem ONGs e ONGs, assim como tem sindicatos e sindicatos, times de futebol e times de futebol. Sou sofredor colorado. Tenho um neto que joga no Grêmio que joga muito bem e vai para o profissional em breve, pena que não tenha influência lá para fazer uma pressão.

Esta visão da alfabetização como primeiro degrau da inclusão é uma coisa nova, revolucionária. Ela

permite abstratamente que qualquer indivíduo que tenha vontade chegue no curso superior. Claro que tem um funil, porque isso está combinado com o Fundeb, aumento da presença de alunos nas escolas médias, de sete a 10 anos. O Fernando é mais otimista e acha possível em cinco anos, mas eu digo de 7 a 10 anos. Ele é mais moço ou então não sofreu tanto com o setor público como a gente.

Então, esse aluno entra e se coloca num universo de possibilidades. A primeira é se não tenho o que comer, bolsa família – e pode-se buscar essa integração. Depois disso, ela sai da alfabetização e pode ir para o EJA; depois do EJA, nós conectamos com a escola técnica, que tem 10% das vagas e 20% no outro ano para alunos que vêm do EJA, para entrar na escola técnica; mas ele não está satisfeito e mora numa região que não tem universidade federal. Então faz o Enen e vai para o ProUni. Então, é uma transgressão dos limites burocráticos que separam as camadas populares da educação e do ensino. Isso é que para nós a alfabetização. Não saímos cantando por aí que vamos alfabetizar 20 milhões, 30 milhões. Queremos chegar lá, mas temos que ter qualidade e inserção educacional e social desses jovens, senão vamos criar uma sociedade profundamente desigual, com aqueles que sabem escrever seus nomes e dizem que são alfabetizados, e uma classe média e média superior elitizada, separada da própria realidade de seu país

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Cláudio Haddad, no avião, voando junto comigo, anteontem, falei “Cláudio, me referindo ao meu amigo Fernando”. Peço perdão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Como o Regimento permite três minutos para réplica e para a tréplica, vou usar apenas um minuto para destacar que fiz a pergunta sobre a universidade ou a instituição comunitária exatamente para que Ministro pudesse ressaltar a importância da instituição, agora com o prestígio evidentemente do próprio Ministério e dentro do contexto da nova versão apresentada da reforma do ensino superior, porque estamos aqui na Comissão de Educação, Sr. Ministro, empenhados em ver a aprovação de uma emenda que a própria Comissão apresentou na LDO, e estamos interessadíssimos que tenha a sua aprovação e de suas equipes técnicas de R\$12 milhões para a interiorização das instituições de ensino superior. Isso permitirá evidentemente que essas instituições comunitárias, as municipais, as es-

taduais sejam beneficiadas com esses recursos, que certamente poderão ajudar no contexto da expansão da universidade pública, conforme V. Exª bem destacou.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Isso significa, Senador, se me permite, praticamente 10% dos recursos que o Presidente me autorizou para expansão ano que vem. Recursos de expansão ano que vem 125 milhões, 12 milhões significam quase 10%. Recebemos muito bem a sua proposta e estamos nos mobilizando para aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Na verdade é uma proposta da Comissão, que assinei juntamente com o Senador Gerson Camata, mas todos os Senadores subscreveram essa proposta.

Passo a palavra ao Senador Romeu Tuma e, em seguida, aos Senadores Nezinho Alencar, Reginaldo Duarte.

Senador Romeu Tuma.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Sr. Presidente, antes do Senador Romeu Tuma tomar a palavra, pergunto se poderíamos encerrar a reunião para 12:30 no máximo, pois viajo amanhã para São Paulo, tenho um grande debate sobre a reforma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço que vá até as 12 horas, porque tem a CPI dos Bingos, e terei que sair e me indicaram como membro. Hoje está algo bastante agitado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Ainda assim queria dizer a V. Exª que o seu prestígio é tamanho, Ministro, que tivemos cancelamento da reunião de quase todas as Comissões temáticas no Senado. Só estamos funcionando com esta CPI, evidentemente que acho que muito injustamente tida como CPI dos Correios, deveria ter outro nome, porque o Correio é uma instituição extraordinária, com 120 mil funcionários maravilhosos, com trabalho reconhecido no mundo inteiro, e que lamentavelmente fica com a pecha de CPMI dos Correios, e esta Comissão que ouve o Ministro da Educação. Então, o quorum que temos aqui, Ministro, é o seu prestígio pessoal.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Passo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Ministro Tarso Genro, é uma honra tê-lo entre nós, permanentemente disposto a aqui vir para discutir, trocar idéias e, sem nenhuma vaidade, corrigir aquilo que realmente possa trazer uma melhora na luta de V. Exª com relação ao ensino.

Sei que V. Exª deu uma notícia política aqui que todos ficaram com a pulga atrás da orelha. Companheiro até agora o Senador Cristovam. Todos estão preocupados.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Mas não é nada relacionado com o Senador Cristovam. É que hoje existe uma crise no meu Partido, e nunca sabemos até quando as pessoas ficam.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É isso mesmo. Vi o Senador Hélio Costa dando uma puxada para trás, assustado.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Não só fico, como me orgulho. Não é em um momento difícil do meu Partido que vou renegá-lo, nem o meu Presidente e o meu Governo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É um bom Senador, sua participação...

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Sem a menor dúvida. Trata-se de um Senador de alta qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Que, aliás, só não está presente nesta reunião – S. Exª justificou para mim ontem – porque é Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e esta Comissão está se reunindo neste exato momento também.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E eu tenho que estar lá para votar para os embaixadores indicados também, o que não é fácil. Vou ser rápido, Ministro, mas é interessante como V. Exª, realmente, evoluiu, pelo menos no meu ponto de vista, não a capacidade de modernização do ensino, da importância que isso traz, porque acho que estava, há algumas dezenas de anos, sem se mexer na capacidade de modernização das universidades. Até há pouco tempo, as universidades só andavam atrás do dinheiro, de verba, porque há dificuldade de manutenção, e não procuravam se modernizar e ter uma atividade maior na área de pesquisa.

Lembro-me, ainda quando Secretário, do Reitor da Universidade de São Paulo, o Professor Goldemberg, que fez uma pesquisa sobre o trabalho dos professores da USP, que é uma das universidades mais importantes do País. Era praticamente zero o trabalho que os professores teriam que produzir em razão da própria projeção da universidade. Acompanho do Hospital das Clínicas, da Universidade de São Paulo, da parte de Medicina, são os estabelecimentos, o Incor e outros, que mais produzem pesquisas no Brasil e praticamente no setor internacional dos congressos que são apresentados.

Então, vejo que V. Exª tem se preocupado, em conversa rápida que tivemos, sobre a importância da pesquisa para a universidade. Isso realmente nos traz uma alegria até de emoção porque quem passou pela universidade sabe da importância da pesquisa e do interesse que a direção tem para com o público interno, que são os estudantes que vão tirar ou não proveito

para o mercado de trabalho. Quando se verifica a massa de reprovação da OAB, assusta-se porque hoje a formação em Direito é a que dá mais oportunidades para a função pública. Há várias carreiras em que o pré-requisito é a formação em Direito. Se for advogar, entra no exame da Ordem; se não for advogar, vai direto para o concurso. Então, como fica realmente o serviço público dentro de uma qualidade de menor capacidade do profissional? Acho que essas reformas que se fazem...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Já ultrapassei o tempo. Vi aqui destaque para as comunitárias, na pág. 3 do documento que V. Ex^a colocou. Realmente não tenho a profundidade e o conhecimento das universidades comunitárias. Temos aprovado aqui várias universidades municipais, que hoje procuram formação de rádios e universidades aqui. Achemos boas porque são públicas e de cultura. Aqui esses três vetos do Plano Nacional de Educação – é isso? – que são recuperáveis. Estamos com a PEC Paralela, que fala sobre aposentados e pensionistas, a equiparação com a atualidade, que deve ser votada ainda hoje. Não sei se isso tem referência à PEC Paralela ou é algum projeto em especial do Plano Nacional de Educação. Fiz algumas anotações, que o senhor já explicou, sobre a pós-graduação, que é tão importante, o curso à distância, que temos aprendido aqui, por meio da própria Interlegis, que tem trabalhado com afinco nessa ligação com as universidades que têm uma especialização maior em ensino à distância, como a do Paraná e outras, com grande resultado naquilo que diz respeito à impossibilidade de estudantes presenciais pelo ensino à distância, que é a educação à distância. Eu penso que isso tem uma importância vital. Eu procurei agora o Professor Walter Pinotti, na Secretaria de Educação, para saber sobre essa informação que o Senador Suplicy trouxe, da **Folha**, se realmente houve ou não... Fechar, eu acho que não fechou. Creio que é algo que está em estudo, e deve-se tentar concentrar pela falta de alunos.

Mas os programas que V. Ex^a explicou aqui vão estimular a presença da alfabetização. Nós instalamos aqui e estávamos tendo algum sucesso, quando eu era Primeiro Secretário. Creio que há uma continuidade nisso e sempre a preocupação de que, se ensinou a ler, se ensinou a assinar o nome, o que fazer para estimular a continuidade de um acultramento maior.

E ainda aqui ontem foi discutido na Comissão de Direitos humanos e legislação participativa um projeto importante de sugestão ao Governo - provavelmente

deve ir a V. Ex^a - toda a fixação do homem no campo, com os movimentos principalmente do Governo de determinadas áreas, para que se crie automaticamente uma creche, uma pré-escola, para que os assentados não tenham que andar quilômetros e quilômetros, às vezes, para conseguir uma pré-escola ou uma creche para que os pais possam trabalhar.

Acho que isso também provavelmente servirá para V. Ex^a e para o Governo tomar uma decisão.

Era isso. Cumprimento V. Ex^a por todo o esforço que tem feito em fazer com que nos conscientizemos da importância dos projetos com que V. Ex^a está trabalhando. Ele já esteve aqui para dar explicação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Na seqüência, o Senador Nezinho Alencar é o próximo inscrito, a quem passo a palavra.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, Sr. Ministro Tarso Genro, nós também temos uma profunda admiração pelo seu trabalho, e vimos a mudança nos rumos do ensino no nosso País depois que V. Ex^a assumiu o Ministério.

Mas, Sr. Ministro, outro dia, eu estive em uma audiência com V. Ex^a, levando uma preocupação de duas Fundações no meu Estado, o Tocantins. V. Ex^a acabou de informar sobre a mudança na autonomia dessas fundações e respondeu parte da minha indagação. Essas fundações, esses centros universitários, no meu Estado, ficam aproximadamente a 300 quilômetros da capital. V. Ex^a informou que seria mais ou menos administrado pela reitoria. Eu lhe perguntaria como a reitoria, administrada em uma escola com trezentos ou quinhentos, e há uma com quase quinhentos quilômetros de distância da capital. Essa é a minha primeira indagação.

O meu segundo questionamento é com relação às cotas. São cotas para alunos oriundos do ensino público; cotas para negros, para índios. Preocupa-me essa questão das cotas, Sr. Ministro, porque entendo que a base fundamental do ensino é o ensino fundamental, pois para a pessoa entrar para a universidade, ela terá de ter um preparo. Este preparo, depois que ele chega na universidade, e para ele se tornar um bom profissional, tem de haver um bom preparo. Eu pergunto a V. Ex^a, bem, se o aluno é oriundo da escola pública; se ele não tem preparo para entrar na universidade, se cursa a universidade sem esse preparo, será que vai ser um bom profissional no nível dos outros que estão aí, em condições de igualdade? Esse é meu segundo questionamento e quero desejar que V. Ex^a faça um bom trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Passo a palavra agora ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr.

Presidente Hélio Costa, Sr. Ministro, Srs. Senadores, serei breve também, porque, a exemplo do Senador Romeu Tuma, tenho que me ausentar, pois vamos instalar agora a CPI dos Bingos. Eu gostaria que V. Ex^a, da maneira mais rápida possível, pudesse responder a meu questionamento.

Como é do conhecimento de V. Ex^a, muitos Governos Estaduais expandiram o ensino superior de uma maneira, assim, muito grande, e agora, por exemplo, essa expansão está causando sérios problemas aos Governadores, haja vista já que V. Ex^a, de uma maneira lépida, falou sobre esse problema. Inclusive em meu Estado, o Ceará, meu Governador está gastando já cerca de 31% de seu Orçamento, quase 32%, no ensino superior. É muito pesado, muito oneroso para um Estado pobre.

Tive aqui a oportunidade, nesta Comissão, de aprovar a criação de uma universidade federal por que eu vinha desde 1998 brigando. Depois as coisas foram evoluindo, evoluindo, e soube que o Ministério da Educação estava criando os centros universitários. Naturalmente estaria incorporando algum ensino superior que existisse naquela região. Por exemplo, em minha região temos uma faculdade, já, de medicina, temos uma escola técnica federal, uma escola de enfermagem, etc. Já temos isso na região. Em nossa região, a área de ação dessa universidade seria de 1,55 mil habitantes. E hoje em nossa região temos 550 mil jovens prontos para entrar na universidade, mas não existe essa possibilidade, porque o ensino superior – temos lá a URCA, que V. Ex^a mencionou aqui, que, só, não atende essa demanda, porque, por exemplo, é mais na área humana. De forma que eu gostaria de saber qual é o pensamento de V. Ex^a sobre esses campos avançados das universidades estaduais, se é pensamento do Governo Federal assumir essa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– V. Ex^a ainda tem tempo para continuar sua pergunta se quiser, Senador Reginaldo Duarte. V. Ex^a terminou sua pergunta? (Pausa)

Senador Leonel Pavan, V. Ex^a é o próximo inscrito. Passo-lhe a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ministro, primeiro quero cumprimentá-lo pelo trabalho que vem desenvolvendo no Ministério da Educação, e dizer que é um orgulho saber que um gaúcho – na realidade represento Santa Catarina, mas nasci no Rio Grande do Sul – vem desenvolvendo um belo trabalho num setor

em que todos os Governos deveriam priorizar seus investimentos, independente de cores partidárias. Infelizmente não consegui participar, desde o início, de sua explanação, de sua colocação referente aos trabalhos que vem exercendo frente ao Ministério. Infelizmente não consegui. E, devido aos inúmeros compromissos que são distribuídos aos Senadores, acaba Senadores perdendo-se nos corredores – porque é compromisso aqui, compromisso ali – e não participando por inteiro de debates de temas tão importantes como este. Daqui a pouco vai faltar Senador para preencher CPIs aqui dentro – é CPI da Terra, da Imigração Ilegal, dos Bingos, dos Correios, das Privatizações, daqui a pouco vem a de Santo André, daqui a pouco uma CPI do Orçamento. É justamente isso que eu queria colocar.

Sou um Senador que tem usado a tribuna, feito minhas críticas, mas sempre votando a favor daquilo que achamos que é importante. Principalmente, aprovando emendas para o próprio Governo, independentemente de enviarem-me pedidos. Há poucos dias aprovei algumas emendas para o Ministério do Turismo sem pedido. Nem recebi também, depois, um telefonema de obrigado ao Senador Leonel Pavan por ter aprovado orçamento para divulgar o turismo no exterior, para divulgar o turismo dentro de nosso País, para a Embratur, para o Ministério do Turismo. Mas nós o aprovamos.

Recentemente, aprovei também uma emenda para o seu Ministério. A emenda pede a inclusão do novo programa e ação. Vou ler como está aqui no espelho da emenda: Programa 1075. Escola moderna. Interiorização de universidades federais.

Justificativa: essa emenda visa à expansão das universidades em campus, de vários cursos oferecidos por estas instituições para outros Municípios do Estado ao sistema público federal de ensino superior.

Recursos devem ser designados para apoiar projetos que visem à melhoria e à extensão de instituições públicas de ensino superior.

Essa emenda foi aceita. Não há valores. É uma janela aberta. Nós a aprovamos e não pedimos para alguém ser...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Ela tem R\$12 milhões, Senador. São R\$12 milhões específicos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nós o fizemos, Sr. Ministro, por conta própria. Certamente, vai ajudar o Ministério. Sabe por quê? Tenho uma preocupação – e creio que é a preocupação de todos que reivindicam – com a interiorização das universidades federais. Ontem, ouvi, também no finalzinho, um pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti falando que a cidade de Camboriú – e sou de Balneário de

Camboriú, a cidade de Camboriú é ao lado – possui uma técnica agrícola. Pedi que fossem criados novos cursos, que fosse aproveitada aquela área toda. São dois milhões de metros quadrados. Há uma construção enorme, funcionários. É no centro da cidade, pode ser aproveitada. É uma região fantástica. Ouvi, no finalmente, S. Ex^a dizendo que o Ministério vai colocar alguns cursos técnicos nessa universidade. Não ouvi direito. Foi ontem.

Encaminhei um Projeto de Lei criando uma universidade federal no oeste de Santa Catarina. Dizem que é inconstitucional, que compete ao Presidente da República. Mas aprovaram algumas outras universidades em vários Estados do Brasil. Se é inconstitucional ou não estamos cumprindo a nossa obrigação e levando ao conhecimento do Ministro e do Presidente a importância de implantarmos universidades no interior. Não fiz apenas um projeto, apenas um pedido, também estou aprovando emendas. Mandei buscar agora há pouco para verificar. Ano passado, aprovei também emendas com valores. Não me recordo dos valores. Minha assessoria demorou um pouco para trazer-me a documentação necessária. Então, estamos reivindicando a instalação de universidades no interior e dando condições para que o Governo tenha recursos para implantar essa universidade.

Se formos olhar o discurso de cada parlamentar, de cada Governador, de cada programa de Governo, veremos o seguinte: temos que acabar com o êxodo rural, temos que investir no homem do campo, temos que criar empregos, que criar condições para que fiquem na terra, para não inchem os centros urbanos. Todos os discursos são iguais: do PSDB, do PT, do PMDB, do PFL e assim por diante. Só que para, realmente, criarmos oportunidades para que o homem do campo fique no interior é preciso, em primeiro lugar, criarmos condições na área educacional, é preciso que possam estudar. Aqui em Brasília mesmo, há mais edifícios de quitinetes do que apartamentos para famílias. Por quê? Por que são todos estudantes que vêm de fora, do interior, para poder estudar, ou até achar um emprego. Eu olho para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, todos procuram Porto Alegre e Florianópolis, o êxodo é enorme. Então, temos de investir no interior.

Sr. Ministro, já o cumprimentei pelo seu trabalho e, tenho certeza, pelo que ouvi no final, de que estamos evoluindo nesse setor. Queria dizer, Sr. Ministro, o que eu posso dizer ao povo de Santa Catarina, do Oeste de Santa Catarina, do Meio-Oeste de Santa Catarina, com referência à possibilidade da construção e instalação de uma universidade para os filhos de agricultores, para filhos de pobres. Não uma universidade que se torne um depósito de carros importados, para

gente que tenha dinheiro; queremos universidade para trabalhadores, para filhos de pobres, para aqueles que não têm condições de trabalhar. Esta é uma indagação que faço ao Ministro. Eu chamei a atenção pelo microfone, então me trouxeram o documento aqui. Esse homem é rápido! Há meia hora estou pedindo, agora veio, ligeirinho... Podiam ter mandado por telefone, mas vieram trazer o documento. Por telefone, já havia respondido. Criação de universidades: R\$30 milhões. Aprovei isso em 2004. Emenda minha, Sr. Ministro. À época, era Cristovam Buarque. Grande Ministro, também um grande homem público a quem admiro muito. Mas também nunca recebi do Ministério... Olha, vem cá, Senador, valeram os R\$30 milhões, temos alguns recursos para os seus municípios ali. Aprovei R\$30 milhões, ajudei um pouco. Acho que ajudei. E, agora, nessa outra emenda, vem R\$12 milhões, segundo nosso Presidente, competente homem público, que é o nosso Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador, apenas um aparte.

A sugestão de V. Ex^a, que foi encaminhada por uma emenda, eventualmente, nas aprovações das emendas da Comissão de Educação à Lei de Diretrizes Orçamentárias, foi absorvida como uma idéia da Comissão, aprovada por todos os Senadores, subscrita pelo Presidente e pelo Senador Gerson Camata como uma emenda da Bancada da Comissão. Então, evidentemente, esse volume de R\$12 milhões está previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias como uma proposta da Comissão de Educação.

O SR. LEONEL PAVAN (PMDB – SC) – Contribuímos um pouco, então. Dentro desse trabalho todo, nós temos uma pequena participação. Portanto, que a Comissão faça ao País o que demonstrou nessa emenda, então, pelo menos na área de educação.

Ministro, sabemos das obrigações que têm os Municípios de investirem 25%; sabemos das obrigações que tem os Estados e o Governo Federal. Eu... Se o senhor puder responder, sei da sua pressa, também temos pressa também... Mas o que podemos encaminhar ao Ministério para buscarmos recursos para os Municípios pobres, onde não têm condições de investir, onde falta dinheiro para investir. E qual é a possibilidade de nós instalarmos essa Universidade Federal no Oeste de Santa Catarina? Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Antes de passar a palavra ao Ministro, um esclarecimento da Presidência.

Em primeiro lugar, as propostas que têm sido aprovadas aqui, pela Comissão de Educação, são, na realidade, propostas autorizativas, que são enviadas ao Presidente da República. Evidentemente, cabe ao

Presidente da República definir a sua prioridade para a criação de Universidades Federais, porque compete, evidentemente, ao Executivo, esse procedimento.

O SR. LEONEL PAVAN (PMDB – SC) – Entendemos perfeitamente...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – O que V. Ex^a fez foi apresentar um projeto de lei que foi enviado daqui para a Comissão de Constituição e Justiça e que já tem o parecer favorável do Senador Arthur Virgílio. Não é isso? Então, são duas coisas totalmente diferentes. Depois de terminada a aprovação, em Plenário, na Comissão e Constituição de Justiça, ele volta aqui em caráter terminativo, como projeto de lei. Evidentemente, se for aprovado, vai para o Presidente da República, passando pelo Plenário do Senado.

O SR. LEONEL PAVAN (PMDB – SC) – Então, é possível, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Agora, passo a palavra ao Ministro, evidentemente, para resposta.

O SR. LEONEL PAVAN (PMDB – SC) – Mas V. Ex^a acabou me explicando o que o Ministro deveria explicar? É importante isso...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Estou explicando o procedimento interno da Comissão e o que está acontecendo, para que o Ministro possa lhe dar a resposta.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Em relação à pergunta, então, do Senador Leonel Pavan, indo da última para a primeira, apresentei ao Presidente da República, para o ano que vem, 28 novas extensões. Não tenho na memória agora, mas devem compor provavelmente, como são 60 mil vagas, ao longo do processo de formação de 4 anos, em torno de 80 a 100 cursos.

Nesse momento, estamos fazendo 10 extensões e 3 novas universidades. Adotamos, agora, o processo de extensão, porque é mais rápido e mais racional, em cima de alguns critérios, como, por exemplo, a capilarização do ensino federal nas regiões, para que a universidade seja um impulso ao desenvolvimento regional, uma vez que há carência de oferta de vagas, tanto públicas como privadas. Então não há problema algum para nós examinados, inclusive para o senhor, quanto a essa proposta do meio oeste, para verificar se podemos agregar nesse planejamento de expansão. Essas 21 extensões para o ano que vem compõem R\$125 milhões de reais. É a autorização que consegui até agora. Depois o Fernando vai ter que conversar com o Palocci, para ver se conseguimos fechar isso aí no Orçamento. Creio que sim, obviamente, porque é uma ordem do Presidente da República. Então estamos à sua disposição para conversarmos com as

comunidades, como tenho feito com seus colegas, que trazem a comunidade para conversarmos e vemos se enquadram nos critérios. Essas 21 extensões que estamos fazendo não são arbitrárias do Ministro, têm critérios mínimos que são obedecidos, daí articulamos com as comunidades regionais, de acordo com as suas demandas para produzir a proposta que depois vai ser chancelada pelo Presidente.

O Senador Reginaldo fala o que poderemos fazer para as universidades estaduais que estão em crise, como no Ceará. O Ceará é um exemplo típico. O Governador Lúcio Alcântara já falou comigo sobre isso várias vezes, e estamos de acordo que é um problema grave. A nossa proposta passa por dentro dessa lei de reforma, que é a institucionalização formal como método de expansão e de absorção de parte dos custos pelo sistema federal, por meio da relação consorciada. É isso o que estamos propondo. Por exemplo, pensamos que é possível estabelecer um consórcio que faça o seguinte: vamos supor que se faça uma extensão para aquela região, ou mesmo uma universidade estadual, o município fica encarregado de dar a manutenção da segurança para aqueles cursos, vigilância, controle, limpeza; o estado entra com o terreno, com o imóvel e com o aparelhamento dos laboratórios; e a União Federal entra com a despesa eterna, todo o planejamento do desenvolvimento e o pagamento dos professores, do corpo docente e do corpo técnico.

Então isso nos facilita, porque, é óbvio, no transcurso do tempo, a despesa vai ser provavelmente 90% da União. Mas não tem problema, facilita-nos, porque o momento constitutivo da nova escola é impulsionado pelos três poderes locais, gerando, assim, uma dinâmica de apoio, uma dinâmica de responsabilidade compartilhada que entranha e integra a própria instituição na comunidade produtiva, na comunidade local, na sociedade civil, e gera, portanto, um ciclo virtuoso de desenvolvimento no ensino superior. Então é isso que pretendemos fazer, agora, não há uma solução imediata. Nesse momento, por exemplo, estamos estudando uma tipologia nova para uma expansão do ensino federal na metade sul do Rio Grande do Sul, que é tipicamente uma zona tão deserta do ponto de vista econômico, como as regiões mais dramáticas do Nordeste. Embora 80% da nossa expansão sejam para o centro-norte do País, há algumas expansões que estamos fazendo em regiões especiais. A metade sul do Rio Grande do Sul, e não é porque sou do Rio Grande do Sul, obviamente, é uma região que, há muitas décadas, precisa de um aporte, de uma agregação de valor para se desenvolver que não é feita nem pelo Estado, nem pela União Federal. É uma região que vive em uma crise dramática, há trinta anos,

aproximadamente, de intensa dificuldade, de empobrecimento galopante, de migração da cidade para o campo e que precisa de um aporte estrutural para o seu desenvolvimento. Então, não vamos colocar lá curso de Direito, evidentemente; vamos colocar curso de zootecnia, de agronomia, de veterinária, cursos que se integrem tipicamente nas necessidades, na formação de professores, que, naquela zona, realmente, são necessários para se criar um impulso virtuoso. Temos a colaboração de vários Parlamentares aqui do meu Estado, inclusive do Senador Paim, que está aqui me prestigiando com a sua presença como meu amigo e meu companheiro.

Os questionamentos feitos pelo Senador Nezinho.

Quando falamos em fundação, estamos falando, na verdade, não nas fundações instituições universitárias, mas nas fundações de direito privado que se colam à universidade e que realizam, por dentro dessas fundações, determinadas atividades características da universidade, como contratação de pesquisa. Aí essa questão da distância na existe, porque ela muito colada. Por exemplo: fundação de pesquisadores da Universidade Federal do Paraná – estou fazendo uma hipótese. É uma fundação que, na verdade, se liga ao corpus da universidade por relações jurídicas tipicamente contratuais, e não de origem legal. A legalidade vai ser colocada agora, subordinando-a ao reitorado.

Então, não há essa questão de distância. São essas fundações que estamos reportando aqui como fundações que ficarão subordinadas ao poder soberano e autônomo da universidade. A universidade não é soberana, ela é autônoma. Soberano é o Estado, a Nação que é soberana. A universidade é autônoma, e a sua autonomia está limitada pela soberania, pela estrutura soberana da federação.

As cotas.

Há um equívoco nessa questão. Quando se reporta a ela, uma parte da imprensa – uma parte só; ainda bem – se reporta a esse assunto como se esses alunos não tivessem que ser aprovados no Ensino Médio. O ideal seria extinguir o vestibular. Todo mundo que for aprovado no Ensino Médio está formalmente preparado para o ensino superior. Não é assim a realidade. Mas o ponto de vista da legalidade estrita, do que isso significa está preparado para entrar na universidade. Mas mais do que isto: esses alunos que entram pela política de cotas têm que ser aprovados no vestibular e têm que ter nota mínima. Portanto, eles estão preparados.

O que estamos fazendo é, na verdade, um processo de coesão social maior com essa reserva, e não de favorecimento populista para essas comuni-

dades, porque o aluno que chega ao ensino superior já foi aprovado em todos os cursos do Ensino Médio, passou no vestibular e teve uma nota mínima, senão ele não entra.

Então, não há essa questão que remeta para o rebaixamento da qualidade.

Essas são as observações que eu queria fazer – não sei se estamos encerrando.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – V. Exª disse que tem tempo até as 12h30.

O último orador inscrito é o nosso ilustre e conterrâneo de V. Exª Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente Hélio Costa, Ministro Tarso Genro, confesso, Ministro, que, quando eu vinha chegando aqui, diversos Senadores já estavam saindo porque o trabalho em outras comissões continua. É interessante, porque eles me diziam que V. Exª estava tendo uma *performance* excelente na exposição que fazia. Então, de pronto, embora eu não tenha participado de toda a audiência pública, percebo que V. Exª, como sempre, demonstra aqui todo o conhecimento, o potencial que tem nesse ministério, que é fundamental para a formação do povo brasileiro, que é o Ministério da Educação.

Quero também elogiar V. Exª quanto às cotas. Poucos ministros assumiram como V. Exª assume esse debate das cotas. Todo mundo fala em inclusão, todos falam que os negros, os pobres, os índios, os alunos da área pública deveriam chegar também na universidade, até porque muitos dizem que a universidade federal só fica ao dispor dos mais ricos.

V. Exª enfrenta o debate e faz uma defesa tranquila, competente, demonstrando o que é uma política de inclusão. Nós queremos ou não incluir os mais pobres? Bom, que os negros estão entre os mais pobres é uma realidade e o corte do IBGE, do IPEA, demonstra isso. É claro que fico feliz que eles sejam contemplados e com a forma como V. Exª tem feito esse debate com o País.

Do próprio ProUni, que V. Exª também estabeleceu e esta Casa aprovou, muitos reclamam. Ora, mas eu sou testemunha de que milhares de pobres, agora, chegaram à universidade e podem ter o sonho de ter o nível superior.

Eu ia falar, mas V. Exª já expôs, também, a questão da Urcamp. V. Exª até citou que inúmeros Deputados e Senadores estão nessa caminhada em que V. Exª tem sido fundamental. Houve, inclusive, um debate na Assembléia Legislativa de Porto Alegre, que V. Exª coordenou, apontando caminhos, soluções para a nossa tão sonhada Universidade da Campanha.

Como V. Exª praticamente expôs...

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – O pessoal está chamando... Há uma disputa sobre o nome, se vai ser Universidade da Campanha ou Universidade do Pampa Gaúcho.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – (Risos) Os dois nomes são bem-vindos.

Quero dizer, também, a V. Exª que aqui, na Comissão, fizemos um entendimento na discussão da LDO e trabalhamos numa emenda positiva sobre o ensino profissionalizante.

V. Exª sabe que sou um apaixonado por essa área. A pouca formação que tenho agradeço ao Senai, que é uma escola técnica. O Presidente Lula veio da mesma matriz também, então, para nós, é muito importante o ensino profissionalizante. Eu sei que V. Exª tem investido nisso.

Li matéria recentemente, nos jornais, em que V. Exª comentava, inclusive, novos investimentos públicos nessa área.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – V. Exª me permite? V. Exª ainda não tinha chegado aqui quando eu mencionei uma nova ação político-administrativa do MEC nessa questão do ensino técnico.

Sabemos os alunos do EJA, realmente, compõem essa média de descendência étnica que tem o povo brasileiro. Provavelmente, há no EJA em torno de 50 a 60%, ou 55%, quem sabe, de afrodescendentes, por exemplo.

Já fizemos um estudo, que apresentamos, coordenado pelo Fernando Haddad – todas as boas idéias que temos, anualmente, vêm do Fernando.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Isso é bom.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Apresentamos ao Presidente da República uma proposta que determinou que, a partir do ano que vem, 10% das escolas técnicas federais ficam reservadas para os alunos que vêm do EJA, da Educação de Jovens e Adultos, e que, no segundo ano, sejam 20%.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Eu percebi isso.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Por quê? Porque as escolas técnicas, atualmente, como estão já com um enorme prestígio e têm um cabedal, um acúmulo didático, científico e técnico extraordinário, têm sido muito tensionadas, o que é positivo também, evidentemente, pela classe média, pela classe média alta, pelos grandes produtores, e o pessoal que vem do campo, o pessoal mais pobre, mais atrasado, no que se refere à hierarquia das relações sociais, não tem tido presença. Então, estamos fazendo reserva para essa comunidade.

Isso aí vai mudar, também, a composição social das escolas técnicas federais do Brasil.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, o Ministro Tarso Genro praticamente respondeu, já, às minhas preocupações e foi além. Eu disse que já havia sido exposto, mas S. Exª teve a gentileza de repetir. Inclusive, porque eu tinha lido pela imprensa, achei muito interessante a iniciativa do Ministro e quero dizer que estou satisfeito com toda a exposição.

Tenho certeza de que estamos no bom caminho, por isso o Presidente Lula, Ministro Tarso Genro, não quer abrir mão de V. Exª, quer que V. Exª fique lá. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem.

Muito embora S. Exª fosse o último Senador inscrito, pergunto ao Senador Pedro Simon, que também é um ilustre conterrâneo do Ministro Tarso Genro, se quer fazer uso da palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, chego meio que com cara-de-pau numa hora dessas, mas, Ministro, são seis reuniões, duas CPIs e mais três projetos que estavam andando.

A gente, aqui no Senado, produzir não produz quase nada, agora, trabalhar, correr, corre.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – De tédio não morre, não é Senador? De tédio não morre.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas eu digo, com toda sinceridade, que eu sou um admirador dos trabalhos de V. Exª. Tenho dito publicamente, lá no Rio Grande do Sul, que o trabalho de V. Exª à frente do Ministério tem sido de muita competência, capacidade, garra e dedicação. E, portanto, salientar que V. Exª já tinha feito o trabalho que lamentavelmente não seguiu o ritmo que V. Exª, durante o seu primeiro tempo... Era realmente algo espetacular. A saída de V. Exª fez com que as coisas não acontecessem como poderiam, mas V. Exª, no Ministério da Educação...

Por exemplo: a sua decisão das escolas particulares fazerem compensação da dívida com várias é um ovo de Colombo, é uma dessas coisas que eu considero emocionante.

Tenho visto algumas críticas que considero ridículas diante da importância do fato, diante do significado da realidade, o que considero muito positivo.

Outra coisa muito positiva, importantíssima: está V. Exª andando por todo o Brasil, discutindo com todos, inclusive com os alunos. Eu soube de várias vezes em que V. Exª, no início, foi recebido com grosseria pelos estudantes universitários com o Ministro da Educação, mas, com muita competência, V. Exª levou adiante.

Vejo também a preocupação que V. Exª está tendo com as universidades federais, que sofreram, e a mágoa que elas tinham em relação ao Governo, ao Ministro anterior, nosso amigo e conterrâneo que

teve uma atuação respeitável, mas elas tinham mágoa do mau tratamento. A Universidade do Rio Grande do Sul, quando eu estive lá, achava que estava à beira do fechamento. Eles diziam: nós estamos perdendo o espírito universitário, nós vamos ficar com os prédios caindo os pedaços. A alma da universidade está desaparecendo, porque nós não estamos conseguindo manter.

Hoje o diálogo é diferente, há um entrosamento. Não sei. Às vezes fico pensando que V. Ex^a deve ter um segredo muito profundo de alguma coisa grave do Ministro da Fazenda, porque V. Ex^a consegue trazer dinheiro de lá e de mais ninguém. O único Ministro que consegue fazer com que o Ministro da Fazenda se dobre é V. Ex^a, em um trabalho muito competente.

Tenho muito carinho, muito respeito por V. Ex^a e me sinto feliz ao ver o Ministério que está aí. Não há quem não diga que entre os que estão fazendo um grande trabalho está V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Antes de passar a palavra para o ilustre Ministro Tarso Genro para as considerações finais, quero, mais uma vez, em nome das Sr^{as} e dos Srs. Senadores da Comissão de Educação, agradecer a presença do Ministro. Para nós foi extremamente importante a sua vinda aqui, Ministro, porque, apresentando esta segunda versão da proposta de reforma do ensino superior, resolve V. Ex^a uma série de questionamentos que tinham sido feitos durante a apresentação da primeira versão.

O que V. Ex^a trouxe hoje já é um texto que pode ser aprovado quase que inteiramente pelo Presidente da República no que vai enviar para o Congresso. E certamente facilita sobremaneira a discussão pelo Congresso da proposta de reforma do ensino superior, que é inovadora, toca as sensibilidades, o que nós tanto esperávamos que acontecesse em ocasiões passadas. Refiro-me especificamente a situações que nós nos discutimos hoje, levantadas pelos Srs. Senadores e discutidas por V. Ex^a, como por exemplo o auxílio noturno, que é uma grande descoberta do ensino público, na medida em que torna possível ao trabalhador freqüentar uma escola pública. A experiência que se fez na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, é vitoriosa, é extraordinária.

Quer dizer, foi um caminho aberto para um segmento da sociedade que ficava impedido de freqüentar uma instituição de ensino superior pública porque os cursos ocorriam durante o dia e as pessoas têm que trabalhar. Então, evidentemente que esta é, sem dúvida, uma das grandes e extraordinárias inovações da proposta que se faz. Da mesma forma, V. Ex^a teve a sensibilidade de rever o que era considerado pelos técnicos como quase que uma intromissão inconsti-

tucional no texto que era apresentado anteriormente no que diz respeito ao tratamento que estava sendo dado às mantenedoras das instituições de ensino superior particulares.

Vejo que a preocupação que V. Ex^a mostrou com a instituição municipal comunitária é de uma validade extraordinária; ela vai abrir um caminho formidável para a expansão do ensino, para a ida do ensino superior público para o interior.

Estivemos, na última sexta-feira, na cidade de Governador Valadares, inclusive para levar aos valadarenses a informação de que aprovamos nesta Comissão um parecer de minha autoria, que veio da Comissão de Participação Legislativa, sugerindo a criação da Universidade do Vale do Rio Doce, que é uma das regiões mais importantes de Minas Gerais e mais esquecidas; é um vale esquecido, na realidade, e que temos a certeza de que a implantação de uma instituição de ensino superior pública naquela região fará uma grande diferença, porque ela fica a 400km da mais próxima instituição de ensino superior de Minas Gerais.

Essas coisas é que nos dão a esperança de que estamos no caminho certo. V. Ex^a está fazendo um trabalho absolutamente excepcional no Ministério, com a ajuda sempre do nosso ilustre companheiro Fernando Haddad, aqui ao nosso lado. E também não posso deixar de citar, ao encerramento de minhas palavras, duas verdadeiras revoluções que foram propostas por V. Ex^a e que têm sido um verdadeiro sucesso em todo País: o ProUni, onde V. Ex^a deixou muito claro, o momento em que o jovem que não tem condições financeiras de entrar em uma universidade particular pode chegar a ter a opção, a oportunidade de fazer também o seu curso superior, e agora, com essa idéia extraordinária da conversão da dívida que o Senador Pedro Simon colocou aqui, principalmente da nossa dívida externa em investimentos na área de educação. Devo até dizer a V. Ex^a que há duas semanas fui representando o Senador Federal participar de uma reunião na Organização das Nações Unidas, com representantes de sete países, inclusive Estados Unidos, Canadá e Austrália, sobre os novos investimentos para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento. E a minha proposta, Sr. Presidente, que foi amplamente discutida por todos esses países, foi exatamente da conversão da dívida externa ou parte do serviço, se possível, da dívida externa em investimentos na área de educação, porque estamos pagando US\$1,4 bilhão/mês só do serviço da dívida externa. Então, se pudermos aprimorar essa proposta, tenho certeza de que vamos dar um grande salto nos investimentos na área de educação.

Passo, portanto, a palavra ao ilustre Ministro, para as suas considerações finais.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Obrigado, Sr. Presidente. Tenho duas palavras a respeito da questão da conversão da dívida.

Fizemos ontem um roteiro, um cronograma de trabalho que desemboca provavelmente em novembro, numa conferência internacional que será feita na Espanha, onde vamos definir as normativas técnicas para essa conversão em função já dos precedentes inclusive que ocorreram no início da década de 90, trocando por investimentos em recuperação ambiental, programas sociais. Na Argentina, houve uma experiência também de troca por educação. Agora, já fruto desse movimento, 68 milhões de euros.

Na Bolívia, parece que não houve um controle correto da aplicação desses recursos, o que determina até a idéia de um fundo de contra-valor que vai ser gerido de acordo com o credor, para verificar a adição ao orçamento originário, e não a substituição dos recursos que já estão orçamentados.

Dessa reunião de ontem, na Bolsa, participaram a Organização dos Estados Ibero-Americanos, a UNESCO, o Jornal **Valor Econômico**, a própria Bolsa de Valores, o MEC e um conjunto de instituições que apóiam o movimento. Foi um momento muito importante das definições técnicas desse processo.

Vejam que há algo de estranho nesse projeto. No primeiro quadrimestre deste ano, nós pagamos R\$53 bilhões de juros. E todo o Fundeb, que está aqui para ser votado, vai gerar, em quatorze anos, o mesmo valor, R\$53 bilhões. Então há algo de errado.

Não se trata de uma questão de política econômica, do Ministro Palocci. Isso é uma força normativa que vem de fora para dentro, que gera essas distorções, e tem que haver um contraponto com a contra-utilização desses recursos da dívida para alavancar o desenvolvimento, no caso concreto, da educação.

Vou revelar o segredo que conheço do Ministro Palocci. O Ministro é um defensor da educação, quase tanto quanto da estabilidade macroeconômica. Ele tem feito um contraponto colaborativo para que as coisas ocorram, o que tem proporcionado esse arbitramento do Presidente, que, em última análise, gerou o ponto de partida para o ensino básico brasileiro que é o Fundeb, agora abrigado nesta Casa.

Não me considero suspeito ao dizer que o Senador Pedro Simon é um quadro político, um cidadão, um Senador que orgulha o meu Estado. Embora seja seu amigo há muito tempo, temos uma relação recíproca de admiração, mas sou testemunha: quando jovem, enquanto era líder do movimento estudantil, depois, como militante na luta contra o Regime Mi-

litar, o Senador Pedro Simon era um paradigma da luta pela democracia no nosso Estado. Foi sempre a grande voz pública da democratização deste País, da luta pela Constituinte.

Então sinto um enorme orgulho das suas referências e sempre as aponto ao meu currículo, Senador Pedro Simon. Muito obrigado pela sua presença. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Agradecendo a todas as Sr^{as} e aos Srs. Senadores presentes e aos convidados, encerramos esta reunião. Pediria aos Srs. Membros da Subcomissão de Ciência e Tecnologia que comparecessem amanhã, para uma reunião, às 10 horas, neste recinto, para a aprovação de agenda da Subcomissão.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 12h31min)

Ata da 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 02 de Agosto de 2005.

Às onze horas e quinze minutos do dia dois de agosto de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Flávio Arns, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, José Agripino, Marco Maciel, Romeu Tuma e Delcídio Amaral, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Wellington Salgado, Maguito Vilela, José Maranhão, Ideli Salvatti e Mozarildo Calvacanti. Justificam a ausência os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Fátima Cleide. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta, cujos itens se encontram presentes os senhores relatores. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que “Adiciona um artigo à Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, para o fim de conceder participação aos Estados e Municípios no resultado da exploração de energia nuclear”. O relator designado é o

Senador Delcídio Amaral e o parecer favorável, com a emenda nº 01-CE oferecida é aprovada. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Duciomar Costa, que “Insere o art. 9º-A na Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre as anuidades escolares, para proibir que as instituições privadas de educação superior, requeiram dos candidatos informações de caráter econômico até a conclusão dos respectivos processos seletivos”. O relator designado é o Senador José Jorge e o parecer favorável, rejeitando a emenda apresentada pelo Senador Geraldo Mesquita é aprovado. **Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº 021, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Celcita Pnheiro, que “Dá nova redação ao inciso II do caput do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (inclui os pais como integrantes das instituições privadas de ensino comunitárias)”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer favorável, com a emenda oferecida é aprovado. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “Cria o Programa Nacional de Apoio ao Adolescente Carente – PRONAAC e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Delcídio Amaral e o parecer é pela apresentação de requerimento de tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003. A matéria é retirada de pauta, atendendo solicitação do relator, acatando sugestão do autor, Senador Romeu Tuma. **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Tião Viana, que “Institui o Dia Nacional da Voz”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Em seguida o Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho inicia a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 297, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Rádio Comunitária – ACRC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Farol do Saber a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zam-

biasi e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 281, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Guaraniaçu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraniaçu, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária ‘Ondas de Paz’ FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imbituva, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Monte Aprazível a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Aprazível, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Romeu Marsico para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 301, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Parapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parapuã, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 307, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Comunidade dos Amigos de Santa Adélia – C.A.S.A. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Adélia, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Atividade de Juquiá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juquiá, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprova-

do por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 316, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Estância de Poá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poá, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Penapolense para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cachoeira Paulista de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural e Artística ‘Padre Victor Coelho de Almeida’ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedrinópolis, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda n.º 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cristã de Formoso – ABCF a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formoso, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 247, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Samambaia, Distrito Federal”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 284, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a As-

sociação Movimento Comunitário Rádio Regional Navegantes FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aripuanã, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador José Agripino e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 292, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária de Cotriguaçu (ARCO) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador José Agripino e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária e Cultural de Nina Rodrigues a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nina Rodrigues, Estado do Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 315, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Vermelho Novo (ACCVN) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vermelho Novo, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 302, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Bonito Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 304, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Arapuá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária – ARC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imaculada, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de**

2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Alagoa Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alagoa Grande, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Fica adiada, em virtude da ausência do relator a seguinte matéria da pauta: **Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2005**. O Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, comunica que está convocada uma reunião extraordinária, para o dia nove de agosto, terça-feira, destinada a eleição do Presidente da Comissão, vaga desde a posse de Senador Hélio Costa como Ministro de Estado das Comunicações. A Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e dez minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª reunião extraordinária da 3ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura, hoje, 2 de agosto, terça-feira.

Ponho em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que forem favoráveis permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Iniciaremos pela pauta de projetos de decreto legislativo das rádios.

Senador Romeu Tuma, V. Exª é relator dos itens 5 a 12. A seguir, Senador Aelton Freitas, com os itens 13 e 14.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – O item 5 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 257?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Sim, senhor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Monte Aprazível a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Aprazível, Estado de São Paulo. O parecer é favorável, Sr. Presidente.

Item nº 6:

Projeto de Decreto Legislativo nº 261, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Romeu Marsico para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaquaretinga, Estado de São Paulo, com parecer favorável.

Item nº 7:

Projeto de Decreto Legislativo nº 301, de 2005, que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Parapuã a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Parapuã, Estado de São Paulo. O parecer é favorável.

Item nº 8:

Aprova o ato que autoriza a Comunidade dos Amigos de Santa Adélia – CASA a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Adélia, Estado de São Paulo. A autoria é do Poder Executivo, e o parecer é favorável.

Item nº 9:

Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2005, que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Atividade de Juquiá a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Juquiá, Estado de São Paulo. O parecer é favorável, Sr. Presidente.

Item nº 10:

Projeto de Decreto Legislativo nº 316, de 2005, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Estância de Poá a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Poá, Estado de São Paulo. O parecer é favorável, Sr. Presidente.

Item nº 11:

Projeto de Decreto Legislativo nº 317, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Penapóense para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo. O parecer é favorável, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

Item nº 12:

Projeto de Decreto Legislativo nº 319, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cachoeira Paulista de Radiodifusão a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo. O parecer é favorável.

Acredito que este seja o último, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão, os itens 5 a 12, relatados pelo Senador Romeu Tuma.

O próximo relator é o Senador Aelton Freitas. Itens 13 e 14.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Beneficente, Cultural e Artística Padre Vítor Coelho de Almeida a executar

serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Pedrinópolis, no Triângulo Mineiro, na forma do projeto de decreto legislativo originado da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

“Fica aprovado o ato a que refere a Portaria nº 853, de 24 de maio de 2002, que autoriza a Associação Beneficente, Cultural e Artística Padre Vítor Coelho de Almeida a executar, por 10 anos, sem direito de exclusividade, os serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Pedrinópolis, Minas Gerais.”

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão, os relatórios do Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

Opinamos também pela aprovação do projeto que autoriza a Associação Beneficente Cristão de Formoso, ABCF, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formoso, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Desculpe-me, Senador.

Em discussão o item 14.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Nos itens 3 e 4, será Relator o Senador Flávio Arns.

O próximo, item 1, terá como Relator **ad hoc** o Senador José Jorge.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, os pareceres dos itens 3 e 4 são ambos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão o item relatado pelo Sr. Flávio Arns.

Não havendo quem peça a palavra, passamos ao item 1, que tem como Relator o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o item 1 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 297, de 2005, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Rádio Comunitária, ACRC, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco. Trata-se de projeto de autoria do Poder Executivo. O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão o item relatado pelo Senador José Jorge, item 1.

Não havendo quem peça a palavra, passamos ao item 2, cujo Relator é o Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, como Relator **ad hoc**.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Item 2, Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2005, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Farol do Saber a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul. O autor é o Poder Executivo. O Relator é o Senador Paulo Paim. O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão o parecer do Senador Zambiasi, **ad hoc**, pelo Senador Paulo Paim.

Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo item.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte, Relator do item 15.

O próximo terá como Relator **ad hoc** pelo Senador José Agripino, itens 16 e 17.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, o Decreto Legislativo nº 247, de 2005, que autoriza a Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular, em Samambaia, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Samambaia, Distrito Federal, recebe o parecer favorável do Relator principal, Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão o item relatado **ad hoc** pelo Senador Reginaldo Duarte.

Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo item.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, itens 16 e 17.

O próximo item será relatado pelo Senador José Jorge, item 18.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 284, de 2005, aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Navegantes FM a executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de Aripuanã, Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão o parecer apresentado pelo Senador José Agripino.

Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo item.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, o item 17 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 292, de 2005, que aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária de Cotriguaçu, Arco, a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Em discussão, o relatório do Senador José Agripino relativo ao item 17. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item nº 18:

Com a palavra, o relator **ad hoc** José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, item 18, terminativo. O Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 2005, aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária e Cultural de Nina Rodrigues a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nina Rodrigues, no Estado do Maranhão. Autoria é do Poder Executivo. O Relator é o Senador Edison Lobão. O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão, o parecer do relator **ad hoc** José Jorge relativo ao item 18. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item nº 19:

Concedo a palavra ao nobre Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS nº 315, de 2005, não evidenciando violação no Legislativo pertinente, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Vermelho Novo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vermelho Novo, no meu Estado de Minas Gerais. Conforme o projeto legislativo originário da Câmara dos Deputados, optamos pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão, o parecer do relator **ad hoc** Aelton Freitas relativo ao item 19. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Itens 20 e 21:

Concedo a palavra ao relator **ad hoc** Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 302, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a concessão a Bonito Comunicação Ltda para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda

média na cidade de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do projeto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao relator **ad hoc** Leonel Pavan para proferir parecer sobre o item 21.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, da mesma forma, não havendo nada que impeça a aprovação do PDS nº 304, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Arapuá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul.

Somos pela aprovação dos itens 20 e 21.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão, os itens 20 e 21, relatados **ad hoc** pelo Senador Leonel Pavan. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos aos últimos itens da pauta relativos a emissoras de rádios, cujo relator **ad hoc** é o Senador Valdir Raupp.

Itens 22 e 23:

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão, o parecer do Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos, agora, à votação de todos os itens que foram relatados.

(Procede-se à votação)

Então, todos os itens relatados foram aprovados.

Em votação, as emendas.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Passamos agora à apreciação dos PLS.

Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2004, não terminativo. Autoria do Senador Sérgio Cabral. Relator: Senador Delcídio Amaral.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Pois não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estava conversando com o Senador Delcídio sobre o Item 4. Há ainda uma perspectiva de aprofundar um pouco os estudos – provavelmente é com relatório negativo. Mas

S. Ex^a quer estudá-lo. Acredito que seria interessante retirá-lo de pauta, para, depois o Senador Delcídio apresentar o relatório, se ele concordar.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – De acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^{as} serão atendidos.

Retirado de pauta o Item 4, que trata do Projeto de Lei nº 161, de 2004.

Com a palavra, o Senador Delcídio Amaral para relatar o projeto de autoria do Senador Sérgio Cabral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Cabral, altera a redação da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre a Política Nacional de Energia Nuclear, cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear e dá outras providências.

A modificação consiste na inclusão de novo artigo à lei e objetiva proporcionar a compensação financeira a Estados e Municípios onde estão localizadas as usinas term nucleares de geração de energia elétrica, bem como aos municípios limítrofes destes.

Oferecida em 15 de dezembro de 2004, a proposição é submetida, primeiramente, à Comissão de Educação e seguirá, posteriormente, à Comissão de Assuntos Econômicos, para a decisão em caráter terminativo.

A proposição não recebeu emendas.

De acordo com a justificação do PLS 367, de 2004, trata-se de proposição formulada com o objetivo de ressarcir Estados e Municípios pelos danos ambientais e pelos riscos para a população residente causados por usinas nucleares.

Ainda, segundo o autor, a proposta se justifica em virtude dos pesados ônus a serem suportados por estes entes federados, decorrentes da necessidade de prevenção de efeitos danosos à população no caso de acidente nuclear, tais como a manutenção de vias de escoamento, treinamento de pessoal para a orientação da população, hospitais bem aparelhados e especializados, investimentos em equipamentos especiais contra a radiação e sistemas de alarme e comunicação.

O PLS nº 367, de 2004, fixa a compensação financeira em 5% do faturamento bruto da exploração de energia nuclear, distribuídos na seguinte proporção: 30% para o Estado, 40% para o Município onde se localiza a usina e 30% para serem divididos igualmente entre os Municípios limítrofes.

Da análise.

A esta Comissão cabe apreciar o mérito do PLS. A análise da matéria remete-nos para a contribuição

que ela trará ao País. Sob esse prisma, a matéria é amplamente meritória. São notórias as fortes reações que a utilização de energia nuclear, para fins de geração de energia, provoca nas comunidades dos Municípios próximos às usinas nucleares.

No Brasil, temos o Complexo Nuclear de Angra dos Reis. Mas às comunidades do Município de Angra dos Reis e vizinhanças não foi dado o direito de questionar a implantação desse complexo, porquanto a implantação ocorreu num período de obscurantismo político, que primou pela falta de liberdade de expressão e de oitiva da sociedade.

Nada mais justo, portanto, que essas comunidades sejam compensadas por ter sido a elas imposta a construção de complexo nuclear que é do interesse do País, mas que vem causando estresse psicológico permanentemente para as pessoas que ali vivem.

A participação sobre o resultado da exploração de energia nuclear, proposta pelo Senador Sérgio Cabral, é uma justa compensação por esse desgaste.

O PLS sob análise poderá ser aplicado também a comunidades que, dentro de um ambiente democrático e de ampla discussão, aceitem a instalação de futuras usinas nucleares em seus territórios.

Esse quadro de aceitação pode se tornar possível, por conta de a tecnologia nuclear, para fins pacíficos, ter evoluído imensamente nos últimos sessenta anos, particularmente no campo da segurança nuclear.

O novo Programa Nuclear Brasileiro, com tecnologia competentemente desenvolvida por técnicos brasileiros, diga-se de passagem, Sr. Presidente, concebida a pedido do Presidente Lula, prevê a possibilidade de construção de novas usinas nucleares no País, num cenário de escassez de energia de origem fóssil e de esgotamento da nossa capacidade hidroelétrica.

É provável que setor energético do Brasil, em futuro não muito distante, não possa prescindir da geração de energia elétrica a partir da fissão nuclear.

Nesse contexto, a participação sobre o resultado da exploração de energia nuclear pode ser um benefício adicional às comunidades que, analisando a relação custo/benefício, podem aceitar livremente receber essas novas usinas nucleares.

Voto

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 367, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Para discussão. Está inscrito o Senador Gerson Camata.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Gerson Camata. Antes, porém, devo dizer que V. Ex^{as} estão convocados para uma próxima reunião na terça-

feira, ocasião em que faremos uma eleição, tendo como nosso candidato Gerson Camata à Presidência.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª vai votar contra ou a favor?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – A favor.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Já estou pedindo votos. Vou fazer uma campanha, contratar uma agência de Belo Horizonte... *(Risos.)*

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Marcos Valério está aí! O senhor quer que chamem? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Estou brincando! O Delcídio vai me chamar para depor na CPI só porque eu falei isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas V. Exª não é de Minas Gerais.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Sr. Presidente, até em respeito ao Senador Sérgio Cabral, nós gostaríamos que este debate fosse centrado em posicionamentos favoráveis.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, primeiro, meu voto é favorável.

Entretanto, acho que a redação está menos concisa do que deveria ser. Ela diz assim: 5% do faturamento bruto da exploração da energia nuclear. Seria da exploração da energia elétrica oriunda da energia nuclear. Por quê? Porque a radioterapia, por exemplo, usa energia nuclear. Há pequenas usinas que produzem isótopos s. Por exemplo, lá em São Paulo, duas usinas como essas estão produzindo energia nuclear. Se um submarino atômico parar no porto de Vitória, o Prefeito vai querer cobrar 5% da energia gerada para movimentar aquele submarino que está produzindo energia nuclear elétrica para se movimentar no mar. O Brasil vai ter, daqui a alguns dias, submarinos nucleares.

Assim, poderíamos colocar uma emenda de redação, se o Senador Delcídio me permitir, dizendo do faturamento bruto da exploração da energia elétrica proveniente. Isso porque não se vai faturar sobre a energia nuclear; vai-se faturar sobre a energia elétrica. Acho que assim ficaria mais conciso, mais exato. Essa emenda de redação é uma sugestão que faço, mas voto a favor. Cumprimento o autor.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Entendo como absolutamente procedente a observação. Acato a sugestão do Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Acatada a emenda de redação do Senador Gerson Camata: energia elétrica proveniente de energia nuclear.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma para discutir.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu não posso dizer que falaria o mesmo que o Senador. Isso porque ele tem uma visão mais profunda por ter sido Governador. Entretanto, no período em que trabalhei no Executivo, discutiam-se muito alguns aspectos na CNEN. V. Exª tem razão. Nada poderia ser feito sem que eles dessem uma opinião, e ela era sempre negativa.

Senador Sérgio Cabral, acho que V. Exª abre uma porta, porque já se discutiu muito aqui a produção de energia nuclear para a área médica. Ela está sendo negada. Isso é muito importante para o segmento que trata do câncer. Esses médicos já estiveram comigo algumas vezes. Eles enviaram pareceres para serem estudados, a fim de que se estude um processo mais rápido para que se permita que alguns laboratórios produzam contraste nuclear para a área médica.

Além de o projeto ser importantíssimo, o relatório é perfeito. Graças a Deus, temos um técnico em energia aqui. Mas eu tive uma dúvida, ou seja, por que esse assunto veio para a Comissão de Educação?

O SR. (orador não identificado) – Por causa da ciência e tecnologia.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Temos que espalhar que aqui também tratamos de ciência e tecnologia. Isso porque só se fala em educação em todos os setores.

Quero cumprimentar o Senador Sérgio Cabral pela iniciativa, e ao Senador Delcídio Amaral pelo brilhante relatório.

Meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu só gostaria, Sr. Presidente, de fazer um adendo à fala do Senador Romeu Tuma, dizendo que nós temos uma Subcomissão de Ciência e Tecnologia nesta Comissão de Educação. Ela foi presidida, nos dois anos anteriores, pelo Senador Hélio Costa, e agora por mim e pela Senadora Lúcia Vânia. Amanhã, às 10 horas, teremos uma audiência pública nessa subcomissão. Aproveito para convidar todos os Senadores e pessoas interessadas para participar dessa audiência pública, às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, primeiro, gostaria de agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Autor do projeto.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Autor do projeto e privilegiado pelo relatório do Senador Delcídio Amaral, que deixa seus afazeres como Presidente da CPI dos Correios, que hoje concentra as atenções do País. Mas tenho certeza de que estou fazendo um bem a ele, porque é um especialista em energia, gosta de falar disso. Então, dou-lhe uma forma de relaxamento por ele estar ali, na bancada, tranquilo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Deixe-o pensar em choque elétrico.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Então, fico feliz de ter sido honrado com esse relatório do Senador Delcídio, que captou, em todos os aspectos, a essência, a índole do projeto.

Primeiro, o Município de Angra dos Reis não foi consultado sobre a instalação da usina nuclear em seu território; o Estado do Rio de Janeiro não foi consultado.

Segundo, o que o Senador Delcídio chama de “terror psicológico” é algo importante e massacra aquela população.

Terceiro, dentro do próprio programa do Governo Federal – eu não diria nem deste Governo –, do programa do Estado brasileiro de ampliação dessa energia, que, como diz o Senador Delcídio hoje, tem tecnologia suficiente de segurança nuclear para oferecer a oportunidade da sua expansão, e pelo esgotamento da ampliação da energia hidroelétrica e da questão do petróleo no mundo, essa é uma energia que tem perspectiva de crescimento, esse projeto, transformado em lei, pode ser um atrativo para que novos municípios e estados tenham interesse em abrigar novas usinas nucleares.

Com isso se beneficiam o Estado do Rio de Janeiro, neste momento, o município-sede de Angra dos Reis e os municípios limítrofes de Parati, de Rio Claro e de Mangaratiba.

Fico feliz com as manifestações. Agradeço o aperfeiçoamento dado, na técnica de redação, pelo eminente Senador Gerson Camata, e, quanto ao título desta nossa Comissão, que levou, com justa razão, o Senador Romeu Tuma a questionar, aprovamos aqui – e já está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – um projeto da Senadora Fátima Cleide, de que fui relator, alterando o nome desta Comissão.

De fato, a Comissão de Educação tem um “guarda-chuva” com tantos assuntos debaixo, que não tem cabimento chamá-la apenas de Comissão de Educação; é educação, ciência e tecnologia, cultura, comunicação,

esportes, e aprovamos um projeto em que ampliamos a denominação, com o que ficará mais fácil – para nós, Senadores, e para a sociedade – acompanharmos as atribuições desta Comissão.

No mais, agradeço aos meus companheiros de Comissão, especialmente ao Senador Delcídio Amaral, por esse belo parecer.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Antes de passar a palavra ao Senador José Jorge, lerei o art. 102, que trata das competências da nossa Comissão.

“Compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem sobre criações científicas e tecnológicas, informática, atividades nucleares de qualquer natureza, transporte e utilização de materiais radioativos, apoio e estímulo à pesquisa e criação de tecnologia.”

Quer dizer, somos bem amplos. Tudo isso passa pela Educação: não temos tecnologia, cultura, lazer e esportes se não tivermos educação.

Com a palavra para discutir, o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, também gostaria de manifestar meu apoio a esse projeto. Acho que essa questão do pagamento dessa espécie de **royalty** já existe, inclusive, para energia gerada pelas hidroelétricas. Portanto, é justo que os estados e municípios onde estão localizadas essas usinas tenham uma receita adicional pelo fato de que a usina, bem ou mal, causa alguma despesa adicional.

Essas usinas, como todos sabemos, dependem de uma segurança muito grande, e certamente o governo dos estados e dos municípios onde as usinas estão instaladas – no caso, Rio de Janeiro – terá uma espécie de incentivo para que tratem melhor a questão das usinas nucleares em seu território.

Portanto, parabenizo o autor, Senador Sérgio Cabral, e o relator, nosso Presidente da CPI, Senador Delcídio, pela aprovação do projeto. Meu voto também é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Alguém mais quer discutir?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Sr. Presidente, eu só gostaria de registrar também o trabalho do Senador Sérgio Cabral, sempre voltado para questões importantes de interesse nacional e – por que também não dizer? – especialmente de interesses do Estado do Rio de Janeiro. S. Ex^a tem sempre se colocado como um representante fundamental, principalmente com relação aos interesses do Estado do Rio de Janeiro.

O projeto é muito pertinente. Como disse muito bem o Senador Sérgio Cabral, esse projeto foi defini-

do sem nenhum tipo de consulta. Leva a população de toda aquela região à necessidade de tomar uma série de providências de escoamento de vias, de aparelhamento de hospitais, enfim, toda uma infra-estrutura necessária para projetos nesse nível.

Então, acho que é mais uma vitória do Senador em função da questão específica do Rio de Janeiro, em função das usinas de Angra I, Angra II e, espero daqui algum tempo, Angra III. Acho que é uma vitória, acima de tudo, com um Senador do Rio de Janeiro, o Senador Sérgio Cabral, uma vitória da população do Rio de Janeiro.

Quero parabenizar o Senador Sérgio Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Parecer com a emenda do relator e de redação. Aprovado.

Item nº 2:

Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2004, com três observações. Foi concedido vista ao Senador Geraldo Mesquita na reunião do dia 26/04, que apresentou uma emenda ao projeto. A matéria constou na pauta da reunião de 28/06 e a matéria é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2004.

Relatório.

Em exame nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2004, apresentado pelo Senador Duciomar Costa, com o fim de incluir o art. 9º, “a”, na Lei 9870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe, entre outras questões, sobre anuidades escolares.

Nos termos do dispositivo proposto, as instituições privadas de educação superior ficam impedidas de investigar, até a conclusão e divulgação do resultado do processo seletivo, as condições econômicas de candidatos a vagas por elas oferecidas.

Na justificação, o autor relembra que o processo seletivo, independentemente do formato adotado pela instituição, deve avaliar a capacidade dos candidatos para prosseguirem estudos em nível superior.

A seu ver, o favorecimento de candidatos que demonstrem melhor condição socioeconômica configura afronta ao princípio da igualdade de condições de acesso.

O projeto foi emendado pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, com o intuito de estender a vedação

a todos os estabelecimentos de ensino privado e à totalidade do período letivo.

Análise.

Historicamente, os processos seletivos foram instituídos para aferição do mérito, especialmente em contextos marcado pela incapacidade de atendimento a toda demanda por educação. De modo que são raras hoje as notícias de seleção de estudantes para escolas de educação básica. Via de regra, toda demanda tem sido acomodada, especialmente no ensino fundamental, ora em via de universalização.

Já em relação à educação superior, estatísticas dão conta de que a oferta de vagas gratuitas tem sido insuficiente para cobrir a demanda. Com isso, as instituições públicas, mais do que nunca, têm lançado mão de processos seletivos, geralmente do tipo vestibular, para escolher os candidatos supostamente “mais capazes”, em maioria, estudantes oriundos de boas escolas de ensino médio pagas, deixando à margem da educação superior pública significativo contingente de estudantes considerados aptos ao prosseguimento dos estudos nesse nível de ensino.

Essa situação que persiste denota ofensa ao princípio da garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino aos estudantes que demonstram capacidade para tanto, inscrito no art. 208, V, da Constituição Federal, e impele aos estudantes socialmente menos favorecidos o recurso à iniciativa privada, onde, ao contrário do setor público, vem ocorrendo, sistematicamente, excedente de vagas em diversos cursos.

A propósito, dados do Inep indicam que as escolas privadas abrigam mais de 70% das matrículas da educação superior. No ensino fundamental, essa participação gira em torno de 10%, alcançando 12% no ensino médio. Portanto, é no ensino superior que a participação da escola privada é importante.

A expansão da rede privada e a ociosidade de vagas apontada soam, a princípio, como garantia de acesso a muitos estudantes alijados da educação superior com capacidade de desembolso compatível com a anuidade das escolas pagas. No entanto, fala-se em indícios de que as escolas do sistema particular vêm adotando processo seletivo que ultrapassa a aferição do método previsto na Constituição com o intuito de se agregar os candidatos mais capazes economicamente e garantir assim a maximização da lucratividade dos estabelecimentos.

Vê-se, pois, nesse caso, o interesse econômico sobrepujar o princípio da igualdade de condições de acesso ao ensino, previsto no art. 206, Item I, da Constituição Federal. A exclusão sumária e prévia, nos moldes aventados, retira dos estudantes socialmente

menos favorecidos qualquer oportunidade de acesso aos programas de bolsa ou de crédito estudantil.

Trata-se de procedimento inaceitável, discriminatório e mais perverso do que o tradicional vestibular aplicado pelas universidades públicas, que enseja medidas corretivas.

Por isso, a iniciativa do Senador Duciomar Costa, inobstante passível de aperfeiçoamento para fins de maior precisão, remanesce no mérito deveras oportuna.

Juridicamente, a Proposta é viável porque é circunscrita à fase específica da seleção de candidatos à educação superior onde estaria ocorrendo a discriminação de estudantes por razões sócio-econômicas em detrimento da primazia da capacidade intelectual.

Desse modo, a inibição da prática suscitada é eficaz para adequar os processos seletivos às normas gerais conformam a educação nacional, aos quais se sujeitam, nos termos do art. 209, item 1, da Constituição Federal, todos os estabelecimentos privados autorizados a ministrar o ensino.

É de se ressaltar, todavia, que a Emenda apresentada pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior desvirtua o propósito da Medida alvitrada pelo autor, pelo PLS nº 284, de 2004.

Ao estender a vedação de exigência de documentos afetos a capacidade de pagamento à escola de educação básica e à integridade do período letivo, a emenda encontra séria dificuldade para prosperar. Em primeiro lugar porque, salvo raríssimas exceções, a escola privada de educação básica já dispensa a realização de processo seletivo. Em segundo porque, a despeito do múnus público envolvido na prestação de serviços educacionais, as escolas de todos os níveis o realizam com amparo na liberdade de iniciativa econômica, conforme o dispositivo do art. 210 da Constituição Federal.

Vale a pena lembrar que a intervenção legislativa na definição de parâmetros para as unidades escolares foi amparada nos princípios da ordem econômica arrolados no art. 170 da Constituição Federal, com vistas a coibir o abuso do poder econômico e o lucro arbitrário e a assegurar a defesa do consumidor. Ademais, os contratos de prestação de serviços educacionais dependerão de adesão dos usuários, a quem cabe decidir, com pouca margem para discussão, não resta dúvida, quanto às oportunidades celebradas em fase das condições arbitradas pelas escolas, entre as quais para fins de matrícula e de comprovação de capacidade financeira compatível com os compromissos assumidos pelos estudantes ou seus representantes.

Nada impede que as escolas, como qualquer outras entidades provedoras de crédito, adotem algum

tipo de cautela essencial à sua sobrevivência, sem que isto caracterize necessariamente abuso, vez que a própria União, que tem um mister de prover a educação superior gratuita, não se permite, na condição de fornecedora de crédito, descurar quanto à adoção de precaução de espécie.

No âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante de Educação Superior, o Fies, por exemplo, exige-se do estudante tomador de crédito a apresentação de fiador e comprovação de renda. Questionado no âmbito desta Casa Legislativa, esta modalidade de garantia poderá ser substituída por outro tipo capaz de assegurar a continuidade do Fies, que depende, em parte, do retorno dos financiamentos concedidos.

A propósito, salvo juízo mais acurado, o intento do Senador Geraldo Mesquita Júnior não guarda consonância com as leis de instituição do próprio Fies e do Programa Universidade para Todos, o Proune, podendo inviabilizar o funcionamento dessas iniciativas governamentais e, conseqüentemente, anular o efeito democratizante da educação superior que eles encerram.

Voto.

Face ao exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 284 e pela rejeição da emenda, conseqüentemente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Em discussão o parecer do Relator. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o parecer e rejeitada a emenda do Senador Geraldo Mesquita.

Passamos ao próximo item da pauta.

Item nº 3:

Relator: Senador Valdir Raupp. Projeto de Lei da Câmara nº 021, de 2005, que dá nova redação ao inciso II do caput do art. 20 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Inclui os pais como integrantes das instituições privadas de ensino comunitárias.

Uma observação: a matéria constou da pauta da reunião do dia 26 de junho.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp, Relator.

O SR. RELATOR (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2005, de iniciativa da Deputada Celcita Pinheiro, altera o art. 20, inciso II da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB, com a finalidade

de de incluir os pais como possíveis instituidores das escolas comunitárias na forma de cooperativas.

O projeto recebeu, na Câmara dos Deputados, pareceres favoráveis da Comissão de Educação e Cultura e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Nesta Comissão, não foram oferecidas emendas à proposição.

Análise

O art. 20 da LDB, com fundamento na referência do art. 213 da Constituição Federal:

As escolas privadas sem fins lucrativos que podem, observadas determinadas condições, receber recursos públicos – classificou as instituições privadas de ensino em quatro categorias:

1 – particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

2 – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua atividade mantenedora representantes da comunidade;

3 – confessionais, assim entendidas as que são instituídas grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional, ideologias específicas e ao disposto no inciso anterior;

4 – filantrópicas, na forma da lei.

Cumprir notar que as definições simples oferecidas pela LDB permitem que uma escola possa enquadrar-se em mais de uma categoria. Assim, por exemplo, muitas escolas confessionais são também entidades filantrópicas ou beneficentes, como as denomina atualmente a legislação da Seguridade Social.

O objetivo do legislador ao conceituar as escolas privadas comunitárias foi de permitir que os cidadãos como pessoas físicas ou mediante a forma de pessoa jurídica tomassem a iniciativa de criar instituições de ensino com a única exigência específica de incluir representantes da comunidade ou sua entidade mantenedora.

A título de exemplificação mas também com a finalidade de incentivar iniciativas nesse campo, a lei explicitou o caso de cooperativas de professores e alunos, duas categorias de indivíduos intimamente ligados ao processo educativo.

Nessa lógica, todavia, a lei omitiu os pais de alunos, grupo de grande importância nesse processo e que desempenha relevante papel na formação de cooperativas de ensino.

O projeto de lei em exame vem sanar essa falha mediante a simples inclusão dos pais entre os parti-

cipantes de cooperativas educacionais passíveis de caracterização como escolas comunitárias.

Por fim, cumpre assinalar que a iniciativa é constitucional, jurídica e observa a boa técnica legislativa. Desse modo, merece ser acolhida por esta Comissão. Apenas deve ser feito um reparo redacional para corrigir lapso do próprio texto atual da LDB repetido no projeto concernente à intercalação sobre as cooperativas: é preciso pôr vírgula após o vocábulo “aluno”, pois a inclusão de representantes da comunidade na entidade mantenedora se refere a todas as escolas comunitárias e não apenas aquelas que assumem a forma de cooperativa de pais, professores e alunos.

Voto.

Ante o exposto, votamos a favor da aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2005, acolhida a seguinte emenda de redação:

“Dê-se ao art. 1º do PLC nº 21, de 2005, a seguinte redação:

Art. 1º, inciso II, do **caput** do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade.”

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão, o parecer do Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer do Senador Valdir Raupp.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 4:

O item 4 foi retirado de pauta.

Item nº 5:

O Relator é o Senador Zambiasi. Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2005, que institui o Dia Nacional da Voz. Autor: Senador Tião Viana.

Com a palavra, o relator do projeto.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive o privilégio de receber a incumbência da relatoria desse projeto, que considero de extrema importância porque se trata da educação de um processo fundamental na comunicação que é a voz.

O Projeto de Lei do Senado nº 122/2005, de autoria do nobre Senador Tião Viana, institui o Dia Nacional

da Voz, a ser celebrado anualmente no dia 16 de abril em todo o País, conforme determina o seu art. 1º.

A vigência da lei, que se originará do Projeto, encontra-se definida para a data de sua publicação, como solicita o art. 2º do PLS em tela.

A proposição foi distribuída somente a esta Comissão de Educação para decisão em caráter terminativo, não tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

A proposição em comento tem como objetivo precípuo abrir espaço no calendário brasileiro de efemérides para ressaltar a importância da função vocal e alertar a população para a necessidade de se ter cuidado com a saúde da voz.

É útil que a sociedade seja alertada para o fato de que rouquidão persistente, dores constantes de garganta, sensação de incômodo ao engolir e perda de voz podem ser sinais de alerta e indicadores da existência de distúrbios vocais.

As pessoas precisam dar mais atenção às alterações da voz, pois a procura de avaliação médica nas fases iniciais do problema pode evitar distúrbios vocais mais graves, tais como laringites, cistos, nódulos, pólipos ou até mesmo câncer.

A iniciativa de instituir essa data também contribui positivamente para chamar a atenção para aspectos referentes aos distúrbios vocais, que acometem significativo número de profissionais que utilizam a voz como importante meio de desempenho no seu trabalho.

Estudos realizados no meio acadêmico demonstram que algumas categorias profissionais, como a dos professores por exemplo, apresentam alto risco de desenvolvimento de distúrbios vocais de ordem ocupacional, por uso inadequado ou abusivo da voz.

Dados divulgados pela Sociedade Brasileira de Laringologia e Voz apontam que enfermidades vocais têm grande impacto social, psicológico, biológico e econômico e que cerca de R\$100 milhões são gastos por ano com licenças, afastamentos e readaptações por disfonia.

Ademais o Brasil está entre os países que têm elevada incidência de câncer de laringite. Cumpre ressaltar que, desde 1999, a supramencionada entidade tomou a iniciativa de promover no Brasil a Semana da Voz. O sucesso dessa campanha motivou outros países a adotar a idéia brasileira. Em 2003, a campanha ganhou reconhecimento internacional e o dia 16 de abril entrou para o calendário como o Dia Mundial da Voz, com adesão de países como Portugal, Espanha, Bélgica, Suíça, Itália, Argentina, Chile, Venezuela, Panamá e Estados Unidos.

A escolha da data é plenamente justificada pois, no dia 16 de abril, são realizados, em diversos Estados da Federação, eventos e campanhas de orientação e prevenção, promovidos por entidades das áreas de laringologia e fonoaudiologia.

Assim sendo, considerando a importância da voz e a necessidade de se conscientizar a população sobre os cuidados a serem tomados para a manutenção de uma voz saudável, recomendamos a aprovação da proposta em análise.

Tendo em vista a competência terminativa desta Comissão, cabe explicitar que não existem impedimentos jurídicos ou constitucionais à aprovação da matéria.

O voto.

Do exposto, nosso voto é pela aprovação do projeto de Lei do Senado nº 122, de 2005, que institui o Dia Nacional da Voz, nos termos em que se apresenta.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão, a matéria.

Com a palavra, para discutir, o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Primeiro, quero dizer que sou favorável ao projeto. O Senador Tião Viana, aliás, tem apresentado excelentes projetos, e este é mais um deles; a importância da voz, a sua importância para a saúde humana e para a comunicação. E foi relatado por um radialista, que é o Senador Sérgio Zambiasi, que conhece a importância da voz.

É necessário dizer aqui uma coisa muito interessante sobre o que é a voz: o Brasil é o único país do mundo, com dimensão continental, em que um brasileiro viaja cinco, seis mil quilômetros dentro do seu território e consegue conversar com outro brasileiro. Os Estados Unidos têm o problema do espanhol, do *creole* e várias línguas que existem dentro do território americano. A China, por exemplo, tem dois mil dialetos. Se o chinês viajar mil quilômetros e não falar inglês com o outro, não consegue se comunicar. O Japão é um país pequeno. Estive lá, e um membro do Parlamento japonês esteve me dizendo que o avanço do Japão se deu quando a Dinastia Meiji mandou a garotada estudar, e eles conseguiram aprender inglês. Assim, um japonês do norte conseguiu falar com outro em inglês porque não conseguiam fazê-lo em japonês até à adaptação do alfabeto. A Índia tem doze mil dialetos. Um indiano viaja quarenta minutos de avião ou de trem e não consegue falar com o outro. Pois bem, o Brasil deve tudo isso ao Imperador D. Pedro II, às ondas curtas da Rádio Nacional do Rio de Janeiro e aos radialistas brasileiros, que conseguiram fazer com

que o português do Brasil fosse praticamente igual em toda parte do Brasil.

Se vamos, por exemplo, a Curitiba, conversamos com as pessoas de lá e percebemos que elas são do Sul, mas, se ouvimos a rádio de Curitiba, o locutor de Curitiba fala igual ao locutor de Manaus; ele não tem sotaque. Hoje, com as redes de televisão, assistimos às correspondentes de Rondônia e de Porto Alegre que falam sem sotaque a mesma Língua Portuguesa, que hoje já está dominando Portugal, país em que já se fala português com sotaque brasileiro, perdendo um pouco o sotaque meio rude dos portugueses, graças à invasão das novelas brasileiras e das músicas brasileiras.

Mas o que tudo isso representa? A importância que exerceu a voz na unidade lingüística e até territorial do Brasil. Enquanto o mundo espanhol se dividiu em quinze países, o Brasil permanece como país único, falando português.

É um belo projeto, muito bem relatado pelo Senador Sérgio Zambiasi. Parabéns aos autores.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Continua em discussão o projeto.

Eu gostaria de lembrar ao Senador Gerson Camata que na Amazônia são faladas mais de vinte línguas por grupos pequenos, mas todos aprendem português também; todos falam português.

Em votação, o projeto.

A votação é nominal, pois o projeto tem caráter terminativo.

(Procede-se à votação.)

Aprovado o projeto.

O relator do último item não está presente. Assim, eu gostaria só de lê-lo, agradecendo a presença de todos os Senadores e convocá-los, mais uma vez, para elegermos o nosso futuro Presidente na terça-feira próxima.

Amanhã haverá uma reunião da Subcomissão de Ciência e Tecnologia sobre fundos setoriais nas áreas de ciência e tecnologia. Os convidados são Odilon Antônio Marcuzzo, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep; Ênio Candotti, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; e Dr. Luiz Delben Leite, Presidente da Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica.

Será uma audiência interessante porque é a ponta do nosso conhecimento sobre tecnologia. Sabemos que neste milênio o produto mais caro do mundo é conhecimento, e amanhã vamos discutir conhecimento nesta Comissão.

Muito obrigado pela presença de todos.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h10min.)

Ata da 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 9 de Agosto de 2005.

ELEIÇÃO DO PRESIDENTE

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia nove de agosto de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Maria do Carmo Alves, Reginaldo Duarte, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Gerson Camata, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Mão Santa, Aloizio Mercadante e Nezinho Alencar, reúne-se a Comissão de Educação. Assinam o livro de reunião, após o encerramento da votação, os senhores Senadores Jorge Bornhausen, José Jorge, Edison Lobão, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Cristovam Buarque, César Borges, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Papaléo Paes, Paulo Paim e Juvêncio da Fonseca. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Maguito Vilela, Sérgio Cabral, José Maranhão e Mozarildo Cavalcanti. Comparece a reunião o Senhor Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB (PMDB/PB), não membro da Comissão. A presente reunião destina-se à eleição do novo Presidente do Colegiado para o biênio 2005/2006. Em função da posse do então Presidente eleito, Senador Hélio Costa, como Ministro de Estado das Comunicações. Distribuídas as cédulas e procedida à votação, o Senhor Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, convida os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi e Reginaldo Duarte para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: Para Presidente – Senador Gerson Camata, dezesseis (16) votos. Prosseguindo, o Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, proclama eleito e empossado o Senador Gerson Camata como Presidente da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores: Marco Maciel, Romeu Tuma e Geraldo Mesquita, que solicitam a inserção em Ata da manifestação de apoio e voto ao Presidente eleito. A seguir, o Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, passa a palavra ao Presidente recém empossado, Senador Gerson Camata. Após o discurso o Presidente eleito, Senador Gerson Camata, encerra a reunião às

dez horas e quarenta e nove minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 29ª sessão da 3ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura.

Proponho aos Srs. Senadores a dispensa da leitura da ata.

Em votação a dispensa da leitura da ata.

Aprovada.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente da Comissão. Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: Senador Gerson Camata para Presidente.

Sobre a mesa encontram-se à disposição dos Srs. Senadores as cédulas de votação, devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal da votação. Será procedida a chamada nominal, obedecidas as composições partidárias.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra, o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, esta Comissão foi muito bem dirigida pelo Senador Hélio Costa, que fez um trabalho primoroso, e o PMDB se sente orgulhoso não só da gestão dele, mas tem certeza que terá muito a se orgulhar com a indicação do nobre Senador Gerson Camata para a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Para começar a votação, vou proceder à chamada nominal dos que estão presentes e depois deixar aberta para os que forem chegando irem votando.

Senador Gerson Camata, PMDB; Senador Aelton Freitas – votação em cédula, Senador; Senadora Fátima Cleide; Senador Roberto Saturnino; Senador Zambiasi; Senador Nezinho Alencar; Senador Wellington Salgado; Senadora Ideli Salvatti; Senador Flávio Arns.

Eu “embolei” um pouco, mas corri com esta votação para aproveitar o quórum.

Senador Valdir Raupp.

Só Presidente, não me vão derrubar. (Risos.)

Senador Reginaldo Duarte.

Só para Presidente, não me vão derrubar aqui, da Vice-Presidência. (Risos.)

Senador Gilberto Mestrinho.

Será que hoje a gente faz o parto, Senador? É só Presidente, não me vai derrubar, hein? É o Gerson Camata.

Júlio, quantos votaram? Estão assinando? Quantos já votaram?

Falto eu votar.

Comunico aos Srs. Senadores que temos uma pauta com quinze itens.

Senador Mão Santa.

Senador Aloizio Mercadante.

Senadora Maria do Carmo Alves.

Senador Gerson Camata. Vice-Presidente, não; só se me derrubarem.

Confere para ver quantos votaram.

Quantos votaram?

Vou declarar encerradas as votações e convidar os Senadores Zambiasi e Reginaldo Duarte para serem os escrutinadores.

Encerrada já a votação

Teremos reunião às 15h, temos quinze itens para discutir.

Com a palavra, o Senador Tuma.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Aliás, Senador Camata, eu queria pedir desculpas porque eu estava na reunião na Bancada do PFL, eu, a Senadora Heloisa Helena, o Senador Marco Maciel. Quando fomos avisados, eu pedi para esperar dois segundos que eu vinha correndo. Eu subi a escada e não tenho condição de fazer maratona, meu coração é pela metade. Então peço desculpas ao senhor, mas fale o meu voto, que o público brasileiro tome conhecimento que eu voto com muita honra e sabendo que o nosso Vice-Presidente dirigiu nesse período com muita dignidade também. Boa sorte aqui. Peço desculpas. Agora a minha presença foi registrada logo cedo, 8:30h.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Finda a apuração de votos, foi verificado o seguinte resultado: 16 votos, unanimidade do Senador Gerson Camata, e mais três votos verbais dos Senadores Tuma, Marco Maciel e Geraldo Mesquita.

Convido o eleito para ocupar o seu lugar e tomar posse, Senador Camata.

Declaro empossado o Senador Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Agradecido. Muito obrigado.

(Palmas.)

Vou ser bem breve, mas quero, primeiro, agradecer aos membros da Comissão pelo gesto da unanimidade, dizer da minha alegria em estar presidindo

esta Comissão, é claro, agradecer aos eleitores do Espírito Santo que me fizeram chegar ao Senado e dizer da importância desta Comissão, que eu considero a mais importante do Senado pela abrangência dos temas de que ela trata. Ela trata do futuro, porque a educação é futuro e porque tecnologia é futuro. Ela trata do futuro, porque é a arte que consolida o futuro de uma Nação. Esta é a principal Comissão desta Casa, do Legislativo.

Esta Comissão foi presidida, há muitos anos, pelo Senador João Calmon, que me pediu, antes de morrer, que sempre tivesse um capixaba aqui. Agora há aqui dois capixabas: o Senador Augusto Botelho, que apesar de ser Senador por Roraima, é capixaba, e eu. Então, dois capixabas presidem a Comissão, o Presidente e o Vice-Presidente, por coincidência.

Agradeço à rádio Super FM do Espírito Santo, que está transmitindo, e ao Prefeito de Cachoeiro, Roberto Valadão, que está conosco; veio participar de outros eventos, mas está aqui. Vamos trabalhar. Não podemos parar.

Encerro esta 29ª reunião. Imediatamente abrirei a próxima reunião, que tratará da pauta normal.

(Levanta-se a reunião às 10h49min.)

Ata da 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 9 de Agosto de 2005.

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia nove de agosto de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, César Borges, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Papaléo Paes, Mão Santa, Paulo Paim, Aloizio Mercadante, Nezinho Alencar e Juvêncio da Fonseca reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Maguito Vilela, José Maranhão e Mozarildo Cavalcanti. Comparece a reunião o Senhor Senador Pedro Simon (PMDB/RS), não membro da Comissão. O Senhor Presidente anuncia a presença do Ministro de Estado das Comunicações, Senador Hélio Costa, em visita de cortesia a Comissão da qual foi recentemente

te Presidente. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta.

Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 575, de 1999, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Hartung, que “Altera a Lei nº 9612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências, para instituir o serviço de televisão comunitária”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. É concedida vista ao Senador Geraldo Mesquita, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 057, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “Dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, Inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Mão Santa e o parecer favorável é aprovado. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 004, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “Altera o Inciso III do artigo 36 da Lei nº 9.394, de 1966, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para inserir o estudo da Filosofia e da Sociologia nos currículos do ensino médio”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator, para reexame da matéria. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 067, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que “Altera a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, para vedar a fixação de teto financeiro para o pagamento de hospitais públicos ou de ensino”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o parecer é pela rejeição. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator. **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Aelton Freitas, que “Denomina ‘Aeroporto de Uberaba – Mário de Almeida Franco’ o aeroporto da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas n.º 01 e 02-CE, aprovadas por quatorze (14) votos. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Esportiva de Manoel Vitorino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manoel Vitorino, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item**

09: Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Esperança de Ruy Barbosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ruy Barbosa, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Divina Providência de Amparo Social e Cristão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brumado, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Prado a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Prado, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 277, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial Camaçariense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itamaraju, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 283, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural dos Comunicadores de Gandu e Região a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gandu, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 294, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Major Izidoro FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Major Izidoro, Estado de Alagoas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes maté-

rias da pauta: **Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 087, de 2004 e Item 06: Projeto de Lei da Câmara nº 033, de 2005**. O Presidente, Senador Gerson Camata, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e cinquenta e um minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Declaro aberta a 30ª reunião extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, que se realiza hoje, terça-feira, às 11 horas.

Item nº 1:

Projeto de lei terminativo que institui o serviço de radiodifusão comunitária e dá outras providências, para instituir o serviço de televisão comunitária. Autor do projeto: Senador Paulo Hartung, atual Governador do Espírito Santo. Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

O parecer do Relator é favorável na forma do substitutivo oferecido.

Observações:

Foi aprovado o substitutivo. A matéria será incluída na pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno.

O projeto foi encaminhado ao Conselho de Comunicação Social em 27 de maio de 2003, retornando à Comissão de Educação no mesmo ano, com parecer do Conselho, que recomenda a reavaliação da proposição, oferecendo subsídios para o debate nesta Comissão. Em 19 de outubro de 2004, foi aprovado o requerimento de informação de autoria do Senador Gerson Camata, dirigido ao Ministério das Comunicações, que encaminhou resposta em 12 de abril de 2005.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Obrigado, Presidente Gerson Camata.

Colegas Senadoras e Senadores, coube a mim a responsabilidade de relatar o Projeto de Lei do Senado nº 575, de 1999, do Senador Paulo Hartung, que tem um parecer relativamente longo.

Passo à análise, para melhor compreensão do substitutivo aqui apresentado.

O principal objetivo do projeto é a instituição do serviço de televisão comunitária. Cuida-se de medida

há muito reclamada pela sociedade. Da mesma forma que as rádios comunitárias atendem demandas não contempladas pelas emissoras comerciais, a televisão comunitária poderá suprir necessidades de comunicação que não figuram nos planos e negócios das grandes redes nacionais. Ademais, a TV comunitária tem potencial para transformar-se em importante veículo para a realização das finalidades expressas no art. 221 da Constituição Federal, especialmente no que tange à regionalização da programação e à divulgação da cultura regional. Cumpre, portanto, ao legislador, estabelecer os marcos jurídicos adequados a fim de que esse serviço possa ser oferecido à população.

Com base em dados fornecidos pela Agência Nacional de Telecomunicações, o Ministério das Comunicações, ao responder ao Requerimento nº 1.329, de 2004, informa que, nos grandes centros, o espectro da faixa de televisão encontra-se esgotado, impossibilitando a oferta de novos canais para emissoras comunitárias. Não obstante, dá conta também de que foram criados, nos Municípios menores do interior do País, 2.770 canais de curto alcance, até dezesseis quilômetros, para o serviço de radiodifusão de sons e imagens.

A grande maioria desses canais encontra-se desocupada, o que pode ser atribuído à falta de uma legislação adequada que permita a exploração de tais recursos por entidades comunitárias. Ainda que os grandes centros não venham a ser contemplados por essas emissoras, há que se reconhecer que é justamente nas comunidades mais remotas que se verifica a maior necessidade de veículos vocais de comunicação.

A população das grandes cidades já se encontra relativamente bem servida de serviços de radiodifusão, seja pelas emissoras de TV, seja pelas de rádio. No interior do País essa realidade é bem distinta, mesmo em cidade já atendida pelo serviço de televisão, a programação exibida é aquela que reflete a realidade das metrópoles, característica que predomina nas emissoras comerciais.

Diante de tais considerações, conclui-se ser de todo pertinente a instituição do serviço de televisão comunitária. De um lado, verifica-se, principalmente nas pequenas cidades, a grande demanda por veículos de comunicação que possam espelhar a cultura local. De outro, as informações prestadas pelo Ministério das Comunicações dão conta de que nos municípios do interior há grande disponibilidade de canais de TV de curto alcance.

Observa-se, portanto, uma janela de oportunidade que pode tornar viável a instituição da TV comunitária, desde que sejam definidos os marcos jurídicos

adequados. É a esta última tarefa que nos dedicamos na análise do Projeto nº 575/99. Como já ressaltado, entendemos louvável o objetivo primário da proposição, o que nos conduz a defender a sua aprovação por este colegiado.

Não obstante, observamos que determinados pontos do projeto podem ser melhorados. Cite-se, por exemplo, a definição de potência máxima do transmissor. De acordo com informações prestadas pela Anatel, a digitalização dos sinais de TV, a ser empreendida nos próximos anos, permitirá a utilização de potências até 20 vezes menores do que as atuais para a mesma cobertura. Além disso, dependendo das condições de relevo e da observância do limite de potência, pode comprometer a cobertura da área pretendida, como já ocorre hoje em diversas rádios comunitárias.

Dessa forma, parece-nos mais adequado definir apenas a finalidade da emissora, qual seja, o alcance local. Os níveis de potência necessários para atingir esse objetivo podem ser mais bem definidos em regulamentação específica, que poderá acomodar situações particulares que não comportariam adequada previsão em texto da lei.

Assim, retiramos do conceito de emissora comunitária o elemento “baixa potência”, preservando apenas a cobertura restrita e deixando as definições técnicas pertinentes para regulamentação posterior. Atualmente, a Lei nº 9.612, de 98, define como cobertura restrita a área necessária para atender a comunidade de um bairro e ouvi-la. Ainda que tal definição, conforme as características do serviço de radiodifusão sonora, parece estritamente restritiva quando se trata de TV.

Nesse sentido, entendemos pertinente estabelecer distinção entre o que se deve entender como cobertura restrita para esses dois serviços. Para tanto, propomos estabelecer que para a TV comunitária cobertura restrita seja a suficiente para atender a localidade sede do município, a exemplo do que hoje se define para os canais classe “c” de televisão.

Além dos tópicos ora abordados, existem também outros aspectos relevantes para o serviço que se pretende estabelecer e que não foram tratados na proposta original. O que primeiro chama a atenção é o prazo de outorga. Atualmente, a Lei nº 9.612, de 98, estabelece que as autorizações para o serviço de radiodifusão comunitária terão prazo de 10 anos, consentâneo com aquele previsto para as rádios comerciais educativas.

Da mesma forma, as outorgas para a TV comunitária deverão ter duração análoga àquelas das TVs comerciais, ou seja, 15 anos. O prazo maior também se justifica em função dos elevados investimentos necessários à estruturação de um canal de televisão.

Este último aspecto nos remete ao ponto que entendemos mais relevante para tornar viável a TV comunitária. Trata-se do financiamento dos investimentos e da operação da emissora, inclusive dos custos de produção ou aquisição e programação. É possível instalar e operar uma emissora de rádio de duplo alcance com poucos recursos. É justamente por esse motivo que a radiodifusão sonora comunitária obteve tanto êxito. O mesmo não se dá com a emissora de TV, cujos custos são significativamente maiores.

Nesse sentido, entendemos que tais emissoras não devem ser proibidas de veicular publicidade, desde que limitada aos estabelecimentos sediados na área atendida pela estação. A possibilidade de veicular publicidade, a nosso ver, não compromete o caráter comunitário do serviço. Tal conclusão decorre, em primeiro lugar, da limitação já imposta pela Lei nº 9.612, de 98, que estabelece que somente as fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos podem executar o serviço. Além disso, os princípios que deverão orientar a programação da emissora serão os mesmos hoje aplicados às rádios comunitárias.

De outra parte, ao limitarmos a publicidade aos estabelecimentos sediados na área atendida pela emissora, procuramos evitar que o novo serviço venha a concorrer com as emissoras comerciais, de modo a preservar a viabilidade financeira destas.

É importante lembrar que a abertura ora considerada pode ser de grande relevância para assegurar a independência das futuras tevês comunitárias. É fundamental que as entidades que vierem a executar esse serviço sejam adotadas de fontes autônomas de financiamento, a fim de que não se tornem reféns de proselitismo político, religioso ou de qualquer outra natureza como lamentavelmente ocorre com numerosas emissoras comunitárias educativas.

Outro ponto que merece ser abordado diz respeito à proteção contra interferências indesejáveis. Não se pode admitir que a TV comunitária venha a ser um pária do espectro eletromagnético, ao operar sem qualquer espécie de proteção contra interferências causadas por outros serviços. Se tal característica já é discutível quando aplicada às rádios comunitárias, torna-se inconcebível quando se trata de emissoras de TV.

Os esforços que a comunidade deverá empreender para estruturar uma estação televisa são demasiadamente vultosos para que sejam expostos ao risco de se tornarem inúteis à primeira interferência por outro operador de telecomunicações.

Além da instituição do serviço de radiodifusão comunitária, o projeto contempla também outros objetivos. Em suma, cuida a proposição de estabelecer procedimentos para manifestação de apoio de pessoas

jurídicas, associações, que se candidatem à autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária. Considera autorização precária pelo prazo de dois anos a todas as emissoras comunitárias que estejam ou estiveram em atividade no período compreendido entre a promulgação da Lei nº 9.602, de 98, e a vigência da proposição em comento.

E conceder anistia as pessoas e entidades que vinham prestando serviço de radiodifusão comunitária sem autorização legal determinando a devolução dos equipamentos eventualmente apreendidos em atividade de fiscalização dessas emissoras.

Quanto a esses aspectos, endossamos a posição adotada pelo Conselho de Comunicação Social expressa no Parecer nº 3, de 2003, daquele colegiado.

Ao avaliar a proposta dos procedimentos para manifestação de apoio das pessoas jurídicas ao pleito de entidades comunitárias, o Conselho defende a seguinte posição: argumenta-se aqui que esta é uma matéria mais adequada para detalhamento na normatização dos procedimentos e análises dos processos do que na lei, onde sofre o risco de cristalizar definições, cujo teste de aplicação é decisivo. Pois podem se revelar como formas pouco adequadas para assegurar o conteúdo que pretendiam afirmar.

Nesse sentido, considera-se mais apropriado que as especificações do critério de representatividade que comandará os procedimentos administrativos para sua caracterização não sejam fixados na lei, restringindo-se a este enunciado do seu princípio geral.

No que tange à regra de transição induzida pelo projeto, que se traduz em delegação de autorização precária para todas as emissoras comunitárias que tenham entrado em funcionamento desde a aprovação da Lei nº 9.612, o Conselho também expressa a preocupação, como se verifica na seguinte passagem: observa-se que, pela regra contida no PLS nº 575, de 99, recebiam automaticamente uma autorização precária pelo prazo de dois anos todos os serviços de radiodifusão sonora que estejam ou estiveram em funcionamento no prazo de 19 de fevereiro de 98 até a data da publicação desta lei.

O projeto, desse modo, não exige qualquer comprovação do funcionamento em curso ou que teria se verificado no período estipulado, dando margem para quê? Para tanto, basta uma alegação dos interessados. O projeto também não estabelece nenhuma exigência para assegurar, na outorga da autorização precária, que as entidades postulantes tenham, efetivamente, um caráter comunitário.

Além da preocupação com a natureza sumária das definições para habilitação das entidades postulantes, agregue-se a liberalidade e a elasticidade do

prazo que confere direito à autorização precária, fixado no Projeto nº 575, de 99, o que certamente estimularia centenas de entidades, senão milhares, inclusive de natureza não-comunitária, a se apressar, até a véspera do prazo a expirar, em iniciar operações para ocupar espaços através da criação de situações de fato.

Tal regra de transição, portanto, do modo como está formulada, acabaria por prejudicar seriamente o serviço de radiodifusão comunitária e mesmo os demais serviços de radiodifusão sonora, por dificultar sobremaneira a gestão democrática do espectro de frequências e também pela real possibilidade que abre para a imposição, de fato, de entidades sem perfil comunitário que, de modo oportunista, visem apenas a obtenção da autorização precária, antes de uma aferição adequada do perfil das entidades habilitadas. A adoção de uma regra de transição nas bases propostas, finalmente, também estimularia a criação de conflitos entre as entidades postulantes, que tenderiam a se impor pela criação de situações de fato, antes de qualquer arbitramento prévio, o que certamente agravaria o quadro atual, tornando-o mais caótico e prejudicial ao desenvolvimento do serviço.

Posicionamento distinto não é adotado em relação à anistia a ser concedida às entidades que tenham prestado o serviço sem autorização. É o que se deduz da leitura do seguinte excerto, também do Conselho de Comunicação Social:

“No contexto propiciado pelo Projeto 575, de 99, considera-se que a idéia da simples concessão de anistia para as entidades, associações e pessoas físicas ou jurídicas que exploravam a radiodifusão comunitária desprovidas de autorização, especialmente em combinação com o dispositivo que estabelece a regra de transição, teria como principal efeito a garantia de impunidade para todas as iniciativas que viessem a ser precipitadas, antes da publicação da lei, permitindo que iniciativas oportunistas, sem perfil comunitário, fossem especialmente estimuladas a se aventurar pela obtenção da autorização precária, já que estariam amparadas pela anistia que o Projeto 575, de 99, se aprovado com tal formulação lhes asseguraria.”

Em face de tais considerações, entendemos pertinente rejeitar as disposições do projeto que tratam de tais temas, de modo que a proposição passe a contemplar apenas o seu objetivo principal, qual seja a instituição do serviço de televisão comunitária.

Nesse sentido, em função da extensão das alterações necessárias, somos levados a propor a aprovação do projeto na forma da proposição substitutiva que apresentamos.

Nosso voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 575, de 99, na forma

da proposição substitutiva já oferecida a todos os colegas Senadores e Senadoras.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Sr. Relator, Sérgio Zambiasi, conclui por um substitutivo.

Em discussão o substitutivo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, ao projeto do ex-Senador Paulo Hartung.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Relator, Senador Zambiasi, pelo excelente trabalho que fez de exame e de relatoria do projeto, à medida que seguindo os conselhos e sugestões sábias do Conselho Nacional de Comunicação, retirou do projeto aqueles itens, aquelas proposições e dispositivos mais polêmicos que poderiam efetivamente criar uma situação generalizada de impunidade ou de oportunismo e aproveitamento, enfim, da proposição em causa para buscar ocupar espaço simplesmente.

O projeto em si é da maior importância. O ex-Senador Paulo Hartung foi muito feliz em sua proposição. O projeto foi estudado com muita cautela, com muito cuidado. Ele foi apresentado em 99 e durante todo esse tempo esteve em exame em sucessivas Comissões do Senado e também no Conselho de Comunicação Social, até que nas mãos sábias do Senador Zambiasi se transformou num substitutivo que mantém aquela proposição fundamental, que é a criação das televisões comunitárias nas cidades interioranas do País. Isso vai disseminando um caminho de democratização dos meios de comunicação, o que é extremamente importante, e abrindo caminho para que, quando houver a transformação da nossa televisão em digital, esse mesmo procedimento, essa mesma via aberta por esse projeto seja adotada também nos grandes centros, nas grandes cidades brasileiras.

Assim, quero cumprimentar o Relator, Senador Zambiasi, e apoiar a sua proposição, o seu substitutivo, chamando a atenção dos nobres colegas para a importância e a necessidade de votarmos isso hoje, dado o tempo de tramitação, já tão longo, em cima de uma questão que é de natureza essencial para o alargamento e a democratização dos meios de comunicação deste país. Era o que queria dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra, para discutir, o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Quero, da mesma forma, louvar o parecer do Senador Zambiasi.

si. Pretendia, inclusive, pedir vista do projeto, Senador, porque uma das questões que sempre ouvi de parte da clientela interessada nas tevês e rádios comunitárias era a questão do financiamento, que V. Ex^a supriu aqui no seu relatório. Eu não havia me apercebido disso, mas o projeto original trazia também um dispositivo que concedia autorização precária, pelo prazo de dois anos, às emissoras comunitárias que estiveram em atividade no período compreendido entre a promulgação da lei e a vigência da promulgação, concedendo anistia às pessoas que vinham prestando um serviço de radiodifusão comunitária. Eu sei de episódios, de casos em que pequenas emissoras comunitárias foram violentamente abordadas, truculentamente fechadas, tendo os seus equipamentos recolhidos, atitude que não se observa com as grandes emissoras. A Anatel é protagonista de atos dessa natureza. Tenho o registro disso, tenho conhecimento disso. Portanto, sei que está claro no seu parecer. V. Ex^a retirou do substitutivo tais dispositivos, mas eu gostaria que V. Ex^a comentasse com mais precisão acerca desses dois dispositivos, Senador, para que a gente espancasse qualquer tipo de dúvida, o que lhe afligiu, o que lhe levou a excluir do projeto tal dispositivo, porque tenho certeza de que viria no sentido de reparar injustiças, inclusive, praticadas, reparar situações que foram objeto mesmo de truculência, de violência contra pequenas emissoras comunitárias que se instalam pelo interior do Brasil e que prestam, que prestaram serviços a pequenas comunidades. Se V. Ex^a me conceder esse privilégio, eu gostaria de ouvir um detalhamento maior acerca do porquê da retirada desse dispositivo que, creio, para que ficasse enxuto nesse projeto, bastaria que fosse secundado por alguns procedimentos adequados para que o dispositivo não abrigasse picaretagem. Então, nesse sentido, gostaria, se V. Ex^a me permitir, de um detalhamento mais concentrado nessa parte do seu projeto para que a gente possa, ao final, decidir aqui acerca da questão.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Senador Geraldo Mesquita, agradeço a sua manifestação. Essa retirada vem ao encontro de sugestão apresentada pelo Conselho de Comunicação Social, que é um órgão, inclusive, indicado por esta Casa. Obedecemos, na elaboração do substitutivo, a muitas sugestões que foram oferecidas pelo Conselho de Comunicação Social, pela preocupação exatamente, como diz aqui, a manifestação do Conselho, a preocupação da garantia da impunidade para todas as iniciativas que viessem a ser precipitadas antes da publicação da lei, permitindo que iniciativas oportunistas, sem o perfil comunitário, essa foi a principal preocupação, a grande preocupação. Concorro que há uma certa... Ao retirar integral-

mente o processo fica a descoberta, aquela iniciativa que tinha princípios comunitários, mas infelizmente não encontramos este meio termos adequado para não deixar o furo protegendo exatamente e permitindo, acobertando as iniciativas oportunistas.

Foi essa a preocupação que nos levou a atender o Conselho de Comunicação Social, retirando essa anistia, porque abriria um flanco extremamente perigoso, que poderia levar ao caos, já está caótica a situação e poderia prejudicar ainda mais as iniciativas que já estão trabalhando sob a luz da lei.

O SR. GERALDO MESQUITA (P-SOL – AP) – Senador, Sr. Presidente, Senador Zambiasi, eu sei da preocupação, da sua dedicação em tentar esgotar o tema, mas eu perguntaria se lhe traria algum constrangimento um pedido de vista para que eu possa sugerir um detalhamento desse dispositivo, que retornaria ao projeto na forma de uma emenda. Gostaria de me dedicar na busca de um detalhamento que pudesse, ao mesmo tempo, acudir as situações de extrema injustiça que foram cometidas contra pequenas rádios comunitárias e, ao mesmo tempo, evitar, como disse aqui uma expressão até chula, que a picaretagem tivesse guarida nessa sua proposição. Então, já que V. Ex^a manifestou que não haveria constrangimento, peço vista do projeto para trazer, na próxima oportunidade, uma sugestão. Vou procurar verificar a possibilidade de encontrar uma forma de suprir essas duas questões, apresentando, na próxima reunião, ou quando o Presidente colocar em pauta, tal projeto.

Nesse sentido, Sr. presidente, peço vista do projeto para que possa me dedicar a essa análise e posteriormente oferecer uma sugestão a esta Comissão.

Agradeço a atenção, Senador Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Entendo que esse projeto já aguardou tanto tempo aqui que pode aguardar mais alguns dias para ser aperfeiçoado. Quero registrar aqui, com a presença do nosso ex-Presidente, hoje Ministro Hélio Costa, a qualidade, a qualificação da Consultoria desta Casa, porque todo o projeto foi construído pelas mãos, inteligência e sensibilidade da consultoria do Senado, especialmente do Dr. Luiz Fernando, que nos deu toda a cobertura e que, ainda ontem à tarde, esteve no meu gabinete discutindo ponto a ponto o projeto, algumas preocupações que ainda tinha com relação ao substitutivo. Entendemos que, com a sensibilidade do Senador Mesquita e com o apoio da nossa Consultoria, vamos encontrar o ponto comum para corrigir as injustiças citadas e também evitar exatamente que oportunistas se aventurem pela obtenção de autorização precária e acabem se beneficiando de projetos, Senador Mesquita.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência, com muita satisfação e orgulho, registra a presença do Sr. Ministro das Comunicações e agradece publicamente o apoio que o Ministro deu ao meu nome dentro do PMDB para a indicação à Presidência da Casa. Quero dizer que vamos fazer aqui uma Comissão muito bem integrada ao Ministério das Comunicações. Eu já vejo as preocupações que o Ministro começa a manifestar. Primeiro, na direção de que as comunicações devem ser facilitadas aos consumidores, depois a TV de alta definição, a chamada G3, a TV (ininteligível), que está na moda agora, é a grande novidade que está chegando agora sem nenhuma regulamentação. Quer dizer, sobre todos esses aspectos das Comunicações o Ministro começa já a manifestar preocupação em torno da sua regulamentação.

Quero também dizer que, com o novo Ministro da Educação, que prossegue no caminho do Ministro Tarso Genro, da interiorização do ensino superior, o Presidente Lula já inaugurou duas universidades numa semana. Também há a reforma universitária. Há necessidade de colocar cursos noturnos nas universidades federais, para que aqueles que trabalham, aqueles mais necessitados, também tenham acesso à universidade federal.

De modo que a Comissão vai ter um amplo trabalho de colaboração nos dois ministérios, aos quais está muito ligada, subsidiando e auxiliando no trabalho desses dois excelentes Ministros que o Presidente Lula acaba de nomear.

Então, aqui é a primeira vez que um Presidente da Comissão chega a Ministro. Espero que haja uma segunda vez, uma terceira. (Risos.)

Mas quero agradecer muito a presença do Ministro, que fez questão de vir aqui nos prestigiar com a sua presença.

Muito obrigado, Sr. Ministro. Sucesso lá e conte com a gente aqui. Felicidades para o senhor.

O SR. HÉLIO COSTA – Muito obrigado.

Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – É obrigado.

O SR. HÉLIO COSTA – Imagina. Fiz absoluta questão de passar aqui hoje para cumprimentar o Senador Gerson Camata e também o Plenário da Comissão de Educação pela sua escolha como Presidente.

Na verdade, o PMDB se sente muito honrado de ter um Senador como Gerson Camata à frente de uma comissão importante como a Comissão de Educação, que é também a Comissão de Comunicações, que é também a Comissão de Cultura, a Comissão de Esportes, de Ciência e Tecnologia.

O Senador Camata sempre demonstrou empenho, sempre esteve presente às nossas reuniões. É um Senador que comparece, que participa de todas as decisões desta Comissão, e notei isso no período em que, brevemente, estive como Presidente da Comissão de Educação.

Então, nós todos do PMDB estamos felizes. E tenho a certeza de que o Plenário da Comissão de Educação deve-se sentir da mesma forma, pelo histórico, pela biografia do Senador Camata e pelo seu trabalho no Senado da República.

Tenho todas as preocupações, Senador Camata, com os assuntos que são discutidos aqui, nesta Comissão. Chego num momento em que se fala em de um deles, que é a TV comunitária. Entendo ser da maior propriedade o pedido de vista do ilustre Senador, porque estamos no limiar de uma nova era da televisão. Estamos para decidir até o dia 31 de dezembro qual é o sistema de TV digital que vamos adotar. E no dia 10 de fevereiro o Presidente da República tem que decidir, junto com uma equipe, que inclui o Ministro das Comunicações, qual o padrão da TV digital que vamos adotar. Até porque, insistentemente, dissemos em entrevistas coletivas – e aqui mesmo, nesta Comissão –, tentando identificar a diferença entre padrão e sistema, mas infelizmente continuamos fazendo uma grande confusão sobre as duas coisas relacionadas com a TV digital.

Quando falamos de padrão, é como se estivéssemos falando de uma peça fundamental da TV digital. E quando falamos do sistema de TV digital, é outra peça com a qual o Brasil pode contribuir, pode participar da sua criatividade, da sua tecnologia, como estamos fazendo com competentes engenheiros, professores, entidades, participando do consórcio que decide o sistema brasileiro de TV digital.

Então, a discussão da TV comunitária está um pouco extemporânea, no momento em que estamos para criar uma nova tecnologia da televisão. Quer dizer, com a TV digital, na realidade, tudo será até muito mais fácil. Você acaba resolvendo a questão da TV comunitária com a TV digital, sem trazer a sobrecarga para os atuais canais de televisão. Se tivermos que ficar contidos dentro do VHF e do UHF, diria que seria uma temeridade estarmos pensando em mais de duas, três mil emissoras de televisão a serem instaladas no Brasil inteiro. Já com a TV digital é perfeitamente normal, possível, tecnicamente viável, sem dúvida alguma.

E, ao mesmo tempo, Senador Camata, se me permite, a preocupação que temos nesse momento, com V. Ex^a estando aqui à frente da Comissão de Educação, é de estarmos também num momento extremamente importante para a educação brasileira. Nós vamos

ter que votar, ainda neste ano, o Fundeb – se Deus quiser. Eu estou saindo do Palácio do Planalto, numa longa entrevista com o Presidente da República, com a preocupação que ele tem de uma agenda mínima que nós temos que ter no Congresso – no Senado e na Câmara dos Deputados – com algumas propostas que precisam ser votadas. Uma delas é a do Fundeb, que passou em discussão por esta Comissão, e, evidentemente, desde setembro de 2003, nós estamos com a possibilidade de votar.

Nós estamos na discussão de uma reforma universitária – de uma proposta de reforma universitária – que, certamente, tem o apoio do Presidente da República na expansão do ensino superior público com as possíveis colocações de extensões universitárias em vários Estados da Federação. Este é o novo modelo de se fazer a universidade pública chegar aos outros Estados, onde ela ainda é acanhada, onde ela anda não tem uma presença firme e forte. Então, eu tenho absoluta convicção de que V. Ex^a, à frente da Comissão de Educação – que, também, é de Comunicações –, foi uma grande escolha do nosso Partido, o PMDB, da base de apoio ao Governo e, certamente, dos seus e dos nossos companheiros de Plenário.

Eu agradeço muitíssimo a oportunidade que V. Ex^a me dá de vir aqui, revendo a minha Casa e, certamente, a minha Comissão, para poder-lhe dar um abraço e, ao abraçar o Presidente, abraçar todos os meus companheiros de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB-ES) – E nós desejamos que volte mais vezes à Comissão – é convidado permanente. É toda semana, às terças-feiras, às 11 horas.

O SR. HÉLIO COSTA – Com certeza. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB-ES) – Está concedido, então, o pedido de vista do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que, oportunamente, apresentará, então, as emendas que sugeriu.

O item nº 2 é relatado pelo Senador Mão Santa.

Eu peço licença ao Senador Mão Santa. Temos as rádios – vamos dar um avançozinho nas rádios. O Relator é um só. De modo que designo o Senador César Borges para relatar os itens referentes às rádios, que vão do 8 ao 14, na página 163.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Pois não, Sr. Presidente. É com muita satisfação que passo a relatar, aqui, essas rádios que estão lá no meu Estado, o querido Estado da Bahia.

Item nº 8:

Aprova o ato que autoriza a sucessão cultural e esportiva de Manuel Vitorino a executar serviços de

radiodifusão comunitária na cidade do mesmo nome, no Estado da Bahia.

O voto, Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Cultural e Esportiva de Manuel Vitorino, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, é este o voto do item nº 8.

Item nº 9:

Projeto de Decreto Legislativo nº 274, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Esperança, de Rui Barbosa, a executar serviço de radiodifusão na cidade do mesmo nome, no Estado da Bahia.

O voto, Sr. Presidente: também, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha esse Projeto, não evidenciou a violação da legislação pertinente e não havendo nenhum reparo nos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação deste ato da aprovação da radiodifusão pela Associação Comunitária Esperança, de Rui Barbosa.

Este é o voto, Sr. Presidente.

Item nº 10:

Decreto Legislativo nº 275, Sr. Presidente, que aprova o ato que autoriza a Associação Divina Providência de Amparo Social e Cristão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brumado, no Estado da Bahia.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 275 não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo qualquer reparo quanto aos diversos aspectos, opinamos pela aprovação do ato que autoriza esse serviço de radiodifusão, Sr. Presidente.

Este é o voto.

Item nº 11:

Decreto Legislativo nº 276, de 2005, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Prado a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de mesmo nome, no Estado da Bahia.

O voto é também de que, após o exame da documentação que acompanha o PDS nº 276, não havendo qualquer óbice e violação à legislação pertinente, não havendo reparos, somos pela aprovação desse serviço de radiodifusão na cidade do Prado, Sr. Presidente.

Item nº 12:

Decreto Legislativo nº 277, que aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial Camaçariense a

executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, no Estado da Bahia.

O voto é que, tendo em vista que o exame da documentação também não evidencia qualquer violação a qualquer dispositivo, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Assistencial Camaçariense a executar serviço de radiodifusão na cidade de Camaçari, no Estado da Bahia, Sr. Presidente.

Item nº 13:

Decreto nº 278, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Alternativa a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Itamaraju, no Estado da Bahia.

O voto é que, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o respectivo PDS não evidenciou violação da legislação pertinente, somos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Alternativa a executar serviço de radiodifusão na cidade de Prado.

Item nº 14:

Referente ao Decreto Legislativo nº 283, que aprova ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural dos Comunicadores de Gandu e região a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gandu, no Estado da Bahia.

O voto também é de que, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o respectivo PDS não evidenciou violação de qualquer item da legislação pertinente, somos pela aprovação do ato autorizando a Associação Comunitária e Cultural dos Comunicadores de Gandu e região a executar serviço de radiodifusão comunitária nessa cidade.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão os itens relatados pelo Senador César Borges. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, vamos ao próximo item.

Item nº 15:

Ato que aprova a autorização da Associação Rádio Comunitária Major Isidoro, na cidade de Major Isidoro, no Estado de Alagoas.

O Relator é o Senador Teotonio Vilela.

Designo o Relator **ad hoc** o Senador Reginaldo Duarte.

Com a palavra S. Exª.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 294, de 2005, não evidenciou violação à legislação pertinente e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Major Isidoro FM a executar serviço de radiodifusão

comunitária nessa cidade de Major Isidoro, Estado de Alagoas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório do Senador Teotonio Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação todos os itens relativos a emissoras de rádio relatados.

A votação deve ser nominal. Os itens são terminativos.

(Procede-se à votação nominal.)

Foram aprovados.

Voltamos à pauta.

Item nº 2:

Projeto de autoria do Senador Pedro Simon, cujo relator é o Senador Mão Santa. Ele dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências.

A matéria é terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Eu sou relator do item 4 da pauta e peço a V. Exª que o retire da pauta de hoje para que eu reveja meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata – PMDB – ES) – Por solicitação de V. Exª, está atendido, para reexame.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata – PMDB – ES) – Com a palavra, o Senador Mão Santa, Relator do item 2.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Presidente Camata, primeiro os nossos cumprimentos pela posse.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata – PMDB – ES) – Obrigado a V. Exª pela generosidade.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quis Deus estar com um livro de provérbios de Salomão. Aqui daria dar um ensinamento, que comentava com esse ser dotado de sabedoria, que é Pedro Simon. Ele diz assim: diz-me com quem andas e dir-te-eis quem és. Por isso que ando com Pedro Simon. Anda com os sábios e será sábio.

Mas quero dar um aconselhamento a V. Exª. Aqui, lendo: um rei perguntou a Voltaire quando deveria começar a educação. Voltaire, que foi Parlamentar

como V. Ex^a, sábio como V. Ex^a, diz: cem anos antes da criança nascer. Quando devemos começar a educar uma criança? Então, Voltaire responde ao rei: cem anos antes de nascer.

Educação vem da família, da origem, e aqui existe uma emenda, que estão começando cem anos depois de nascer. Tem gente que vai se gabar porque tinha mãe analfabeta. Tem é que se orgulhar das virtudes.

Mas, em relação a V. Ex^a, Deus colocou o homem certo no lugar certo e na hora certa. Assim, ele fez com Moisés, com Davi, com o rei Salomão e com V. Ex^a, nessa hora em que se precisa de educação, este País, que está tão mal-educado.

Quero aqui relatar o Projeto de Lei do nosso Senador Pedro Simon. O Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2005, apresentado pelo Senador Pedro Simon, dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero brasileiro, conforme preceitua a Constituição Federal, em seu art. 216.

Papaléo Paes, o autor é ele, vamos homenagear o autor com silêncio. O senhor está falando mais do que o Lula.

Como informa a justificação, o projeto foi originalmente apresentado em 1996, idealizado pelo Senador Lúcio Alcântara, que é médico, foi Senador e é Governador do Estado do Ceará, com o qual me formei em Medicina.

Organizada em seis capítulos, a proposição trata das disposições gerais das definições dos sínteses fossilíferos do acesso ao patrimônio fossilífero e das sanções penais e administrativas relativas aos crimes cometidos contra esse tipo de patrimônio, além das disposições finais.

O projeto foi distribuído inicialmente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo a última decisão terminativa. Porém, antes de ser apreciada nas Comissões referidas, a matéria foi encaminhada ao Plenário, onde foi aprovado o Requerimento nº 181, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que o projeto fosse examinado também pela Comissão de Educação.

Nesta Comissão de Educação, o projeto não recebeu emendas.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar a respeito de proposições que versem sobre normas gerais da educação, da cultura, do ensino e do desporto. O inciso V do art. 216 da Constituição Federal estabelece que os sítios de valor arqueológico e paleontológico, entre outros, constituem patrimônio cultural brasileiros. Em cumprimentos às competências

regimentais, a Comissão de Educação analisa o mérito do PLS nº 57, de 2005. Cabe salientar, conforme dispõe o artigo 1º do projeto, que os depósitos fossilíferos existentes no território nacional, bem como os fósseis coletados nesses sítios são bens da União, além de constituir patrimônio cultural e natural brasileiro.

Se considerarmos o tratamento atualmente dispensado ao patrimônio fossilífero, a proposição é bastante oportuna uma vez que esses bens de grande valor científico, ecológico, além da grande evidência cultural, encontram-se cada vez mais ameaçados particularmente pela coleta predatória e pelo comércio ilegal.

A importância dos sítios arqueológicos vem sendo provada pela seriedade e pelo vulto das pesquisas recentes que apontam o Brasil como um dos mais ricos depósitos fossilíferos do mundo, com especial concentração das ocorrências na região Nordeste, e nela no Piauí.

Situam-se lá o Parque das Sete Cidades, o Parque da Serra da Capivara, onde há o Museu do Homem Americano, cuja pesquisadora Niéde Guidon??, que estudou em Paris, na Sorbonne, diz que o homem habita a região desde 40 mil anos atrás, e o Parque da Serra das Confusões, onde está situada a famosa Guariba, onde o PMDB venceu o PT, mostrando a inteligência, a liberdade e a sabedoria do homem piauiense.

A carência crônica de recursos para manutenção e fiscalização nessas áreas é um dos principais problemas que afetam o setor. Outra questão relevante é a sobreposição de responsabilidades acerca dos sítios identificados, responsabilidades atualmente divididas entre os órgãos de proteção do patrimônio cultural e do meio ambiente e os regulam a exploração das riquezas minerais do País.

Como preceitua a Constituição Federal em seu art. 216, compete ao Poder Público, com a colaboração da sociedade, promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro por intermédio, inclusive, de inventários, registros e vigilância, aspectos contemplados no projeto de lei.

Portanto, no interesse de proteger adequadamente nossas jazidas arqueológicas e os fósseis nela encontrados, consideramos pertinentes a proposição.

Voto.

Nesse sentido, pronunciamo-nos favoravelmente ao mérito do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2005, de autoria do grande Parlamentar Pedro Simon.

Sala da Comissão, Francisco de Moraes Souza, Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão, o parecer do ilustre Relator Mão Santa. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Cumprimento o ilustre autor do projeto aprovado por unanimidade, como quase todos de sua lavra.

Item nº 3:

O Relator é o ilustre Senador Paulo Paim.

O projeto altera o inciso III do art. 36 da Lei nº 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para inserir o estudo da Filosofia e da Sociologia nos currículos do ensino médio.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, se me permite V. Ex^a, interrompo brevemente o transcurso desta sessão para registrar mais uma vez o nosso regozijo com a eleição de V. Ex^a para a Comissão de Educação desta Casa, uma das mais importantes, até pela matéria que trata, porque diz respeito não somente à educação, ciência e tecnologia, etc., mas também dizer que a escolha consensual que houve com relação ao nome de V. Ex^a reflete o conceito de que desfruta V. Ex^a aqui e alhures.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Não apenas aqui no Congresso Nacional, mas também em seu Estado. Conheci V. Ex^a como Governador, um operoso Governador de seu Estado, que hoje é um dos mais dinâmicos do País, o que se deve, portanto, muito ao trabalho de V. Ex^a, e que tem também um desempenho muito bom nos mandatos legislativos aqui no Congresso Nacional. Daí por que quero dizer, secundando o sentimento generalizado da Comissão, que a Comissão está em boas mãos e a causa, certamente, a causa da educação brasileira, da ciência e tecnologia, certamente vai continuar avançando sob sua direção nesta Comissão.

Era o que eu tinha a dizer e cumprimentar, mais uma vez, V. Ex^a pela sua investidura na relevante função. Muito obrigado.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ilustre Senador Marco Maciel, quero agradecer muito a V. Ex^a a generosidade de suas palavras, porque elas vêm também de um homem público que ocupou as mais elevadas funções deste País. Foi três vezes Ministro, Vice-Presidente da República, eu fico muito grato pela

generosidade de suas palavras com relação a minha pessoa. Muito agradecido a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, em relação a esse item III, antes de V. Ex^a dar a palavra ao Relator, Senador Paulo Paim, esse item já foi discutido aqui num determinado momento e o Senador Paulo Paim até retirou esse item e depois até conversamos. Elaborei aqui uma sugestão de modificação que torna a redação melhor do que o projeto original, que foi apresentado, no caso, pelo Senador Alvaro Dias. Por quê? O projeto original – eu vou explicar antes, porque aí, quando o Senador Paulo Paim falar, S. Ex^a já vai ter essa alternativa a mais para discutir, por isso que, se S. Ex^a não fizer questão, eu vou explicar antes a alternativa. Porque aqui é o seguinte: o projeto original – S. Ex^a bota no artigo 36, item III, cuja redação original é a seguinte: “Será incluída uma língua estrangeira moderna como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro da disponibilidade da instituição”. Quer dizer, na realidade, essa é uma questão que fala sobre língua estrangeira. Essa é a redação original da lei atual, da LDB, art. 36, item III. O Senador Alvaro Dias, em seu projeto, incluiu: “Serão incluídas como disciplinas obrigatórias a Filosofia e a Sociologia” – e aí continua: “uma língua estrangeira moderna, escolhida”, etc., etc. Na realidade, como disciplina, não é a forma como a LDB trata esses conteúdos. Então, minha sugestão era que incluíssemos, ao invés de misturar Filosofia e Sociologia com língua estrangeira no item III, incluísse o item IV, que teria, vamos supor a seguinte redação: manteria a idéia... O item IV ficaria da seguinte maneira: “Estruturar-se-á em área de conhecimento, entre as quais a de ciências humanas, que incluirá obrigatoriamente o estudo da Filosofia e Sociologia”. Então, teria duas vantagens essa redação: em primeiro lugar, ela não misturaria essa questão de Filosofia e Sociologia, no item III, com ensino de língua estrangeira, que não tem nada a ver uma coisa com a outra. E em segundo, em vez de falar na palavra “disciplina”, botaria: “Estruturar-se-á em área de conhecimento, entre as quais o de ciências humanas, que incluirá obrigatoriamente o estudo de Filosofia e Sociologia”. Porque aí fica dentro da linguagem para a qual a LDB está sempre estruturada.

Então, se o Senador Paim aceitar essa mudança, aí poderíamos votar hoje. Se não, eu pediria vistas talvez para discutirmos com mais detalhes se S. Ex^a achar melhor.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Com a palavra o ilustre Relator, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, quando fiz o relatório, conversei com o Senador Alvaro Dias e com o setor interessado. Essa mudança proposta pelo Senador José Jorge, com quem já havia conversado, é um fato novo. Vou preferir, se assim o Senador também entender, que V. Exª peça vista e conversáramos...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pronto. Está bom.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – ... com o Senador Alvaro Dias, o setor interessado, eu vejo com simpatia sua proposta. Mas só por uma questão de democratizar a decisão final, concordo com o pedido de vista. Independência, é claro, de eu concordar ou não, mas acho simpático seu encaminhamento. V. Exª pede vista e a gente conversa com as partes interessadas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, eu peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Vista concedida ao Senador José Jorge.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – A Mesa está dizendo que não se pode pedir vista, porque foi pedido uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Já houve pedido de vista.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Concordo da seguinte forma, peço para tirar de pauta, conversamos e votamos na próxima semana, provavelmente, com a redação encaminhada por V. Exª. Só para consultar as partes envolvidas.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Atendida a solicitação do Senador Paulo Paim.

Item nº 4:

Não está presente o Senador Papaléo Paes, que se retirou.

Item nº 5:

O Relator, Senador Cristovam Buarque, também não se encontra presente.

Item nº 7:

Está presente S. Exª o Senador Eduardo Azeredo, o Relator. Denomina o Aeroporto de Uberaba Mário de Almeida?? Franco o aeroporto da cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o ilustre Relator, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Gerson Camata, quero inicialmente também cumprimentar V. Exª pela eleição para Presidente desta Comissão, nosso vizinho do Espírito, Governador.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado, com muita honra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Nós mineiros sempre presentes lá.

O Projeto de Lei do Senado nº 153, de autoria do Senador Aelton Freitas, propõe denominar Aeroporto de Uberaba Mário de Almeida Franco o aeroporto de Uberaba.

O Autor aponta aspectos da biografia do homenageado, que foi um grande pecuarista da região. Seu filho continua sendo hoje um pecuarista também lá. No currículo de Mário Franco está realmente o descortino de ter defendido pioneiramente no Brasil a vacinação de gado contra a febre aftosa, que foi posteriormente incorporada aos programas do Governo Federal. É, ainda, importante lembrar que Mário Franco foi piloto e deu importante contribuição ao setor da aviação ao oferecer seu campo de pouco particular para que outros pilotos pudessem cumprir as horas de vôo necessárias para obtenção do brevê. Além disso, doou a área onde se localiza o aeroporto da cidade, que integrava fazenda de sua propriedade.

Portanto, o voto é favorável com a emenda de redação na qual o aeroporto de Uberaba, no Estado de Minas Gerais, passa a se denominar Aeroporto de Uberaba Mário de Almeida Franco.

Meu voto favorável ao projeto do Senador Aelton Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão o relatório apresentado pelo ilustre Senador Eduardo Azeredo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (Pausa.)

Aprovado.

Segunda votação, solicito aos Srs. Senadores que mantenham o voto inicial.

Terminativo, chamada nominal.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Aprovado o projeto. Segunda votação, solicito que se algum Senador mantém o voto também para as emendas. (Pausa.)

Aprovado.

Nós temos ainda um item. O Relator Sérgio Cabral não está presente. Trata-se de um projeto de interesse do Estado do rio de Janeiro, que coloca o nome no porto de Sepetiba.

A pauta está esgotada.

Declaro encerrada a reunião.

Agradeço a presença de todos.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11h51min.)

Ata da 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 16 de Agosto de 2005.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Geraldo Mesquita, Reginaldo Duarte, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Flávio Arns, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, César Borges, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Mão Santa, Luiz Otávio, Paulo Paim, Delcídio Amaral e Nezinho Alencar reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Teotônio Vilela Filho, Leonel Pavan, Wellington Salgado, Maguito Vilela, José Maranhão, Ideli Salvatti, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que “Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, e a Lei nº 8918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os alimentos e bebidas que contenham cafeína indiquem, em rótulo, a presença e a concentração dessa substância”. O relator designado é o Senador Mão Santa e o parecer é pela rejeição. A matéria é retirada de pauta, atendendo a expediente enviado a esta Comissão pela autora, Senadora Lúcia Vânia, que informa a apresentação junto a Mesa do Sendo Federal de Requerimento retirando a proposição em caráter definitivo. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marco Maciel, que “Institui o ano de 2008 como ‘Ano Nacional Machado de Assis’”. O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo a expediente do relator, encaminhado a secretaria da Comissão, solicitando o reexame do parecer. **Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 033, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Simão Sessim, que

“Altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí”. O relator designado é o Senador Sérgio Cabral e o parecer favorável é aprovado. **Item 06: Projeto de Lei da Câmara nº 044, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Roberto Pessoa, que “Denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o parecer favorável é aprovado. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Caldeirões a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Conselho, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Lagoense – ASCOLAGO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sociedade Salto do Jacuí FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto do Jacuí, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Fundação Pedra Branca para o Desenvolvimento e Assistência Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Branca, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Verdes Mares Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos

favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 322, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural dos Amigos de Mandaguaçu – ACAM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mandaguaçu, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Educacional e Ecológica de Capanema – ‘ACEC’ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capanema, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Cidade do Clima FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duartina, Estado de São Paulo”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 331, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio e TV Educativa COC para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Araucária de Comunicação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 813, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza

a Associação Municipal de Amparo aos sem Casas de Betim – AMUASCAB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 1281, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Melos – ASCOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Dourada, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 067, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Padre Paraíso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Padre Paraíso, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural ‘Rádio FM’ de Mirangaba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirangaba, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 291, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Família Fonte de Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guanambi, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Novo Milênio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irecê, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a ACCI – Associação Comunitária e Cultural Ibititaense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibititá, Estado da Bahia”. O relator

designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis.

Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 310, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Fundação de Rádio de Fusão Comunitária Carlos Pereira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Os Senhores Senadores Gerson Camata, Paulo Paim e Flávio Arns pedem a palavra, e requerem oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta, de Requerimentos, o que é aprovado. **Extra-Pauta: Item 01: Requerimento nº 023, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata, que requer “... nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, no âmbito desta Comissão de Educação, para discutir os Fundos Administrados diretamente pelo Ministério das Comunicações (FUNTELL – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações e FUST – Fundo de Universalização das Telecomunicações) convidando o Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, Hélio Costa, como expositor”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta: Item 02: Requerimento nº 024, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer “... nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, que a audiência pública, aprovada por meio do Requerimento nº 16/05-CE, de autoria dos Senhores Senadores Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, subscrito pelo Senador Pedro Simon, aprovado em 17/05/05, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 154/05, de autoria do Senador Paulo Paim que ‘*autoriza o poder executivo a federalizar a universidade da região da campanha, na cidade de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul*’ seja dispensada para que possamos agilizar a tramitação da matéria”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta: Item 03: Requerimento nº 025, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer “... nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, que a audiência pública, aprovada por meio do Requerimento nº 25/04-CE, de autoria do Senhor Senador Flávio Arns, aprovado em 29/06/05, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 397/03, de autoria do Senador Álvaro Dias que ‘*dispõe sobre o re-*

gistro dos circos perante o ministério da cultura e sobre as medidas de proteção aos animais circenses e dá outras providências’ seja dispensada para que possamos agilizar a tramitação da matéria”. O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2003 e Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº 087, de 2004**. O Presidente, Senador Gerson Camata, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Não havendo quem queira discuti-los, serão submetidos à votação ao final.

O Senador Eduardo Azeredo vai relatar os Itens 18, 19 e 20. O Item 18 é referente à Associação Municipal de Amparo aos Sem-Casa de Betim – rádio comunitária; o 19 aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Melos a executar serviço de rádio comunitária em Lagoa Dourada; o 20 aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Padre Paraíso a executar serviço de radiodifusão comunitária naquela cidade no Estado de Minas Gerais.

Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se, como V. Ex^a mencionou, de projeto de decreto legislativo para autorizar a Associação Municipal de Amparo aos Sem-Casa de Betim a executar serviço de rádio comunitária na cidade de Betim, na Grande Belo Horizonte.

Betim tem espaço para novas rádios comunitárias, tendo em vista as formalidades. O projeto atende os requisitos necessários. O voto é favorável, portanto, à autorização de radiodifusão comunitária para essa associação municipal da cidade de Betim, na Grande Belo Horizonte.

Lembro aos eminentes Senadores que esse projeto tramita há algum tempo. Em maio de 2003, foi aprovado na Câmara dos Deputados.

O Item 19, Sr. Presidente, trata da autorização para a Associação Comunitária dos Melos, na cidade de Lagoa Dourada, no noroeste de Minas Gerais. Da mesma forma, não há nenhum óbice à aprovação

dessa autorização para que na cidade de Lagoa Dourada a Associação Comunitária dos Melos (Ascom) execute serviços de rádio comunitária. Também neste caso, o projeto oriundo da Câmara data de 2003 e foi aprovado em 16 de abril de 2003. Meu voto, portanto, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Item 20. Associação Cultural e Comunitária de Padre Paraíso, na região do vale do Jequitinhonha e do Mucuri, em Minas Gerais. O parecer é favorável a essa autorização.

Portanto, são três projetos de interesse do Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, os projetos serão votados oportunamente.

A Senadora Fátima Cleide deverá relatar os Projetos de nºs 14, 15 e 16, substituindo o Senador Romeu Tuma, que viajou para São Paulo a serviço da CPMI. S. Exª será a relatora **ad hoc**, designada pela Presidência.

S. Exª tem a palavra.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 323, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão os itens relatados pelo Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, serão votados oportunamente.

O Senador Paulo Paim deverá relatar o Item 17, referente à autorização para a Associação Araucária de Comunicação executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Ouro, no Estado do Rio Grande do Sul.

Com a palavra o ilustre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – SP) – Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2005, como V. Exª informou muito bem, aprova o ato que autoriza a Associação Araucária de Comunicação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Ouro, no Estado do Rio Grande do Sul.

A autoria é do Poder Executivo. Nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Paulo Paim. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, será votado oportunamente.

O Senador Sérgio Zambiasi, Relator dos itens 8 e 9, pág. 70, relativos à Associação Comunitária Lagoense, de Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul, e da cidade de Salto do Jacuí, no Estado do Rio Grande do Sul.

Com a palavra, o ilustre Senador Sérgio Zambiasi para relatar os dois projetos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente Gerson Camata, a Comissão de Educação, em parecer de projeto de caráter terminativo – Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2005, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Lagoense – Ascolago a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2005, terminativo, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sociedade Salto do Jacuí FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto do Jacuí, Estado do Rio Grande do Sul.

O parecer também é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão os projetos relatados pelo ilustre Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Os projetos serão votados oportunamente.

O Senador Augusto Botelho é relator **ad hoc** dos itens 21 a 25, cujo relator, Senador César Borges, não pôde comparecer.

Com a palavra, o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, Projeto de Decreto Legislativo nº 067, de 2005, aprova ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Padre Paraíso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Padre Paraíso, no Estado de Minas Gerais.

Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2005, aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural Rádio FM de Mirangaba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirangaba, Estado da Bahia.

O parecer é favorável.

Projeto de decreto legislativo nº 291, de 2005, aprova o ato que autoriza a Associação Família Fonte de Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guanambi, Estado da Bahia.

O parecer do Senador César Borges é favorável.

Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2005, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Novo Milênio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irecê, Estado da Bahia.

O parecer é favorável.

Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2005, aprova o ato que autoriza a ACCI – Associação Comunitária e Cultural Ibititaense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibititá, Estado da Bahia.

Projeto de Decreto Legislativo nº 310, de 2005, aprova o ato que autoriza a Fundação de Radiodifusão Comunitária Carlos Pereira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado da Bahia.

O parecer do Senador César Borges é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão os projetos relativos a emissoras de radiodifusão comunitária relatados na presente reunião.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é nominal, os projetos são terminativos.

Em votação. (Pausa.)

Peço permissão à Comissão. O Senador José Jorge era o relator do item 7 da pauta de decretos de radiodifusão. O Senador Marco Maciel é o relator. Trata-se de emissora do Estado de Pernambuco.

Solicito a V. Exª que apresente o relatório, para que nós possamos votá-los, então, em conjunto.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Senador Gerson Camata, Srªs e Srs. Senadores, em função do impedimento temporário do Senador José Jorge, que está em atividade em outra Comissão, eu relato favoravelmente o ato que aprova e autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Caldeirões a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Conselho, cidade do agreste de Pernambuco.

O meu parecer, Sr. Presidente, tendo em vista a matéria estar bem instruída, é favorável à proposição.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão o projeto relatado pelo ilustre Senador Marco Maciel. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação em conjunto de todos os projetos.

(Procede-se à votação)

Aprovados os pareceres.

Voltamos à pauta normal.

Item 2.

O Relator é o Senador Mão Santa. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2003, que altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, e a lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os alimentos e bebidas que contenham cafeína indiquem, em rótulo, a presença e a concentração dessa substância.

Com a palavra, o ilustre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores:

Relatório.

Encontra-se sob esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2003, de iniciativa da Senadora Lúcia Vânia, que altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, e a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os alimentos e as bebidas que contenham cafeína indiquem, em rótulo, a presença e a concentração dessa substância.

O art. 1º do projeto acrescenta o art. 16-a do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, e determina que o rótulo dos alimentos que contenham cafeína tragam indicação da presença dessa substância e sua concentração.

O art. 2º dá nova redação ao art. 17 do supra mencionado Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que estabelece: “Art. 17. As indicações exigidas pelos arts. 11, 12, 13, 14 e 16-a deste Decreto-lei, bem como as que servirem para mencionar o emprego de aditivos, deverão constar do painel principal do rótulo do produto em forma facilmente legível.”

O art. 3º acrescenta um parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, e estabelece **in verbis**: “Parágrafo único. Independentemente do disposto do caput, o rótulo das bebidas que contenham cafeína deverá trazer a indicação “contém cafeína”, bem como a sua concentração, no painel principal em forma facilmente legível.”

Pelo art. 4º, a vigência da lei em que esse projeto se transformar é prevista para iniciar-se 180 dias após a data da publicação.

A proposição em tela foi encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais para decisão de caráter terminativo.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Em 19 de abril de 2004, o Senador Osmar Dias apresentou requerimento solicitando que a proposição fosse encaminhada à Comissão de Educação para que ele se pronuncie preliminarmente sobre a matéria.

Aprovado o requerimento, cabe, portanto, a esta Comissão de Educação manifestar-se diante da decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais.

Análise.

A proposição legislativa sob análise tem o objetivo precípuo de obrigar que seja dado aos consumidores de forma ostensiva a informação sobre a presença e a concentração de cafeína nos rótulos de alimentos e bebidas produzidos e comercializados no Brasil, em consonância com os princípios orientadores do Código de Defesa do Consumidor em vigor no País.

Com efeito, há estudos e pesquisas que alertam para o fato de que o consumo elevado de cafeína pode provocar problemas de saúde humana. Sabe-se, porém, que em pequenas quantidades essa substância não apresenta risco significativo.

Embora a preocupação da autora do projeto com o risco para a saúde causado pela ingestão elevada de cafeína seja meritória, cumpre ressaltar que não é oportuna a edição de lei ordinária com o objetivo específico de tornar obrigatória a identificação e a quantificação da cafeína nos rótulos dos alimentos e das bebidas do País.

A rotulagem dos alimentos no Brasil é regulada pelo Decreto-Lei nº 986, de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos.

Esse documento legal não traduz qualquer detalhamento sobre as informações nutricionais. A determinação é de que essa normatização seja fixada em regulamento disciplinado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, tendo em vista que a indicação da presença e da concentração de alcalóide específico nos rótulos dos alimentos constitui detalhamento excessivo, convém deixar que seja disciplinada por normas “infralegais”, de competência da Anvisa, as quais muito mais facilmente podem ser atualizadas para acompanhar o desenvolvimento científico e tecnológico. Cumpre ressaltar que somente no ano de 2003 foram baixadas resoluções sobre rotulagem nutricional em agosto e dezembro, tudo sobre os cuidados e supervisão da Anvisa.

Há que se registrar e considerar, por fim, o fato de o Brasil integrar o Mercosul e ser necessária a compatibilização da legislação nacional com base nos

instrumentos relacionados à rotulagem nutricional de alimentos, harmonizados entre os países membros desse bloco econômico. Essa seria uma razão a mais para não haver em nosso país documento legal que trata qualquer detalhamento sobre as informações nutricionais no caso da cafeína.

Sem dúvida, a existência de uma lei com a finalidade da proposição legislativa sobre análise dificultará a necessária atualização das normas referentes à rotulagem nutricional do país.

Voto.

Ante as razões expostas, voto pela rejeição do Projeto nº 257/2003.

Sala das Comissões...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Ilustre Senador Mão Santa, enquanto V. Ex^a relatava, recebemos um e-mail do Assessor da Senadora Lúcia Vânia dizendo que retira o projeto em caráter permanente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ainda bem, porque eu ia suspender o meu café, daqui por diante teríamos que suspender o cafezinho. Então, vou tomar o meu cafezinho e todos também podem tomar. Que tem as contra-indicações tem, uma gastritezinha. Mas dá inteligência. Nos Estados Unidos fizeram uma pesquisa muito interessante – os Estados Unidos pesquisam tudo sobre a cafeína. Então, eles pegaram estudantes, e pela manhã alguns tomavam café e outros iam para as aulas sem o café. O rendimento e o aproveitamento intelectual dos que consumiram cafeína foi sempre superior aos demais. Ele, sobretudo, ativa a inteligência e a sabedoria necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a cafeína, o cientista capixaba Augusto Ruschi – o primeiro ecologista do Brasil – fez uma conferência na Câmara Municipal de Santa Tereza, Município dele, e lá um vereador perguntou: “Dr. Ruschi, é verdade que o café ativa a inteligência?” E ele respondeu: “É, e os vereadores precisam tomar muito café”.

Quanto ao Item nº 3, está ausente o relator, o Senador Cristovam Buarque.

O Item nº 4, o Senador Demóstenes Torres pediu para que fosse retirado para reexaminá-lo.

Vamos, então, para o Item nº 5, cujo relator é o Senador Sérgio Cabral.

Projeto da Câmara dos Deputados de nº 33, que altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.

Com a palavra, o ilustre Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente da Comissão de Educação, trata-se de um Projeto

de Lei de autoria do ilustre Deputado Simão Sessim, que altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.

O autor do projeto justifica a sua iniciativa salientando a relevância que o Porto de Sepetiba tem no desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil. Revela, a seguir, que é uma antiga aspiração da população de Itaguaí, Município que abriga o complexo portuário; a alteração da denominação do porto para Porto de Itaguaí. Tal pleito daria ao nome do porto uma maior representatividade em razão do intenso vínculo dos cidadãos desse município com o porto.

O projeto foi aprovado na Câmara na sua forma original e encaminhado ao Senado. Não foram apresentadas emendas ao projeto. A matéria é de competência da União Federal, já que se trata de alteração da denominação de um porto federal, não sendo matéria de iniciativa reservada do Poder Executivo, sendo, portanto, constitucional.

O projeto sob exame é de autoria de um deputado do Estado do Rio de Janeiro, Deputado Simão Sessim, que é um dos decanos da Câmara dos Deputados e um defensor intransigente do Estado, em especial da Baixada Fluminense e da Costa Sul Fluminense, onde se localiza o porto, hoje denominado Porto de Sepetiba.

O Porto, atualmente, se denomina Porto de Sepetiba porque se situa na baía chamada Baía de Sepetiba. A sede do Porto, porém, fica no Município de Itaguaí. Como temos um bairro na cidade do Rio de Janeiro denominado Bairro de Sepetiba, efetivamente muitas pessoas têm a idéia errônea de que o Porto se situa nesse bairro da cidade do Rio de Janeiro. Daí o justo pleito da população do Município de Itaguaí para que se altere a denominação do Porto, designando o mesmo nome da cidade onde se situa.

Por esses motivos, deve ser aprovada, neste Senado Federal, a alteração proposta pelo ilustre Deputado Simão Sessim.

Pelo exposto, o parecer é no sentido da aprovação do projeto na forma da redação aprovada na Câmara dos Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão o parecer do Senador Sérgio Cabral.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, para discutir.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, eu não tenho nada contra o projeto, tanto que o próprio parecer da nossa assessoria é pela sua aprovação.

Faço aqui, Sr. Presidente, uma consideração sobre a qual eu gostaria que o Senador Sérgio Cabral

ponderasse, já que entendo que a sua argumentação é muito sólida sobre o que nos informa.

Tentarei resumir a minha consideração num único parágrafo.

A alteração proposta contempla efetivamente reivindicação da população local, ao mesmo tempo em que lhe confere maior representatividade, em razão do intenso vínculo dos cidadãos desse Município com o Porto.

Pelo exposto, sugerimos a aprovação da matéria, com a denominação de Porto de Itaguaí Sepetiba, pois o nome Sepetiba já é hoje conhecido internacionalmente, o que manteria o vínculo e contemplaria a vontade da população local.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra o nobre Relator Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – O Senador Paulo Paim subsidiou esse *paper* salomônico, mas, de fato, o Porto não tem muito tempo de vida – justiça seja feita, foi o Presidente Fernando Henrique Cardoso que ampliou o Porto de Sepetiba, o que o fez funcionar. O Porto não funcionava. Na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Vice-Presidente Marco Maciel, é que, de fato, o Porto de Sepetiba veio a funcionar.

Infelizmente, Sr. Presidente, nós tivemos, recentemente, declaração do Ministério do Planejamento, mais uma do PT – do PT não, porque o Senador Paim é do PT e é amigo do Rio de Janeiro, assim como o Senador Flávio Arns e a maioria da Bancada do PT, mais o Senador Roberto Saturnino, que é um brilhante representante do PT no Estado do Rio de Janeiro –, ou melhor, mais uma do Governo Federal do Presidente Lula contra o Rio de Janeiro. Infelizmente, foi anunciado que não é mais prioritária a obra do arco rodoviário, que tem tudo a ver com o Porto de Itaguaí Sepetiba. O arco rodoviário vai permitir, exatamente, a comunicação do Porto com as duas principais vias do Estado, a Washington Luís, que nos liga a Minas Gerais, e a via Dutra, que nos liga a São Paulo. Um projeto fundamental para o Estado, com a Ponte Rio-Niterói.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – E com a BR-101, que os liga ao Espírito Santo.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Exatamente, com a ponte Rio-Niterói, que leva à BR-101 e ao Espírito Santo – *Last but not least*, o nosso Espírito Santo.

Então, vale lembrar e lamentar esse episódio recente, essa declaração do Ministro do Planejamento.

Tem razão, Senador Paulo Paim, quanto a essa preocupação com o nome que já é conhecido inter-

nacionalmente. Não vejo problema – pelo menos de minha parte – em chamá-lo de Porto Itaguaí Sepetiba, como o caso do nosso aeroporto internacional, em que se manteve o nome Galeão e acresceu-se o nome do grande artista Tom Jobim.

Na Câmara, passou com o nome de Porto de Itaguaí. Mas creio que não há problema em se chamar Porto de Itaguaí Sepetiba, até pelo fato de ficar na Baía de Sepetiba. De minha parte não vejo problema.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Se V. Ex^a me permite, tenho uma dúvida quanto à emenda acatada. Será que ela não volta para a Câmara?

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Ah, bom, volta e esse é o problema.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Mudou o nome.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Acho que não há problema, vamos chamar assim, da marca. Mudar o nome para Porto de Itaguaí não fará nenhum navio deixar de aportar em Itaguaí, nenhuma embarcação deixará de ancorar lá, e nenhum produto, nenhum *commodity* brasileiro deixará de ser escoado por isso.

Não vejo problema em ser Porto de Itaguaí. Se o nobre Senador Paulo Paim não se importar, eu preferia manter o relatório original, para não prejudicar...

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, fiz uma ponderação, recomendada pela assessoria, com o intuito de só ajudar o Rio de Janeiro. Mas entendendo a posição do relator também que disse que, se feita a alteração, vai voltar para a Câmara; embora ele não seja contra a emenda, vai dificultar a aprovação que seria de imediato.

Devido a isso, fico com o relator. Apresentei a sugestão como uma colaboração, mas acompanho o relator.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Agradeço, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em votação o parecer do relator.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 6:

Trata-se de projeto de lei da Câmara *que denomina Hospital Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, no Estado do Ceará*. Relator: Senador Reginaldo Duarte.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte para proferir o relatório.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, se o Senador Reginaldo me permite, é para dizer que, em função da observação do Senador Sérgio Cabral com relação ao arco rodoviário e da priorização que não aconteceu dessa obra, por parte do Ministério do Planejamento...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – (Inaudível) ...porque era prioritário.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quer dizer, não passou a ser considerado prioritário na seqüência. Sugiro que seja feita uma audiência com o Ministro do Planejamento, que é uma pessoa sensível, aberta, disposta ao diálogo, para se fazer essas ponderações. E da minha parte também, porque o Ministro Paulo Bernardo é Deputado Federal pelo Paraná. Então, acho que há todo um contexto para se conversar sobre a necessidade e a importância...

Considero fundamental que isso seja feito, ainda mais com toda a justificativa de envolvimento com o arco rodoviário, mencionado pelo Senador e amigo Sérgio Cabral, no sentido de ligar o Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo com toda a necessidade ou esforço que já foi feito no Governo passado; e essa questão de infra-estrutura é algo essencial para o Brasil.

Então, sugiro que isso seja feito e tenho certeza que o Ministro do Planejamento ouvirá, discutirá e abrirá os mecanismos para repensar o assunto.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Agradeço, Sr. Presidente, a oferta do querido Senador Flávio Arns com o seu prestígio, com a sua liderança, sobretudo, no Estado do Paraná e que, possivelmente, vai sensibilizar o Ministro Paulo Bernardo. De fato, era uma prioridade, como lembrou o Senador Saturnino Braga, só que agora nós teremos, já anunciada, uma siderúrgica que será a maior siderúrgica do Brasil, instalada ali em Sepetiba, em Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, mas ao lado do porto... aliás, não é nem no Bairro de Sepetiba, mas no Bairro de Santa Cruz ao lado do Bairro de Sepetiba, na Baía de Sepetiba, a siderúrgica de uma aliança da *ThyssenKrupp AG* com a Vale do Rio Doce, a Siderúrgica do Atlântico. A CSN pensa instalar ali também uma nova siderúrgica, um novo alto-forno. Quer dizer, o arco rodoviário é peça fundamental na infra-estrutura do escoamento dessa produção.

Então, lamentamos profundamente, os Senadores Roberto Saturnino, Marcelo Crivella e eu, que o Governo Federal tenha tirado – e isso foi anunciado

em todos os jornais – e dito que não é mais prioridade do Governo Federal. Lamentável!

Se o Senador Flávio Arns puder fazer uma ação direta junto ao Ministério, eu ficaria muito sensibilizado e agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Essa audiência pública teria que ser na Comissão de Infra-estrutura.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Exato.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não, eu não penso em audiência pública; eu penso em audiência com o Ministro, juntamente com os Senadores do Rio de Janeiro, e certamente essa preocupação tem que ser levado a ele.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – É o que na Justiça chama-se embargo auricular. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra o ilustre Senador Reginaldo Duarte, Relator do item 6.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Encontra-se sob exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (PL nº 5.124, de 2001, na origem), de autoria do Deputado Roberto Pessoa, que tem por objetivo denominar o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará, de Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes.

Ao justificar a homenagem pretendida, o autor elenca inúmeros fatos relevantes da vida do eminente médico, nascido na cidade de Fortaleza no ano de 1917 e morto, na mesma localidade, aos oitenta e um anos.

Segundo o registro biográfico que acompanha o projeto, o tisiologista Carlos Alberto Studart Gomes desempenhou relevante papel na área médica do Estado do Ceará, tendo-se destacado principalmente por sua atuação na reformulação do antigo Sanatório de Messejana, que o transformou em um centro de referência nacional.

Sob sua administração, ao longo de 39 anos, o pequeno sanatório ganhou dimensão modelar e tornou-se Hospital para Doenças Torácicas e Cardiovasculares.

Embora o Hospital de Messejana seja inegavelmente sua grande realização, cumpre destacar também seu trabalho na reestruturação do Hospital Geral de Fortaleza e na transformação do Sanatório de Maracanaú em Hospital Geral. Sua atuação profissional não se limitou à gestão hospitalar. Foi também professor catedrático do Instituto de Ensino do Estado do Ceará, Presidente da Sociedade de Patologia Respiratória e da Sociedade Cearense de Radiologia, Presidente do Centro Médico Cearense e membro da Academia

Cearense de Medicina, e ainda Presidente do Centro de Estudos Professor Manoel de Abreu, do Sanatório de Messejana.

Publicou numerosos trabalhos em revistas científicas e integrou diferentes entidades médicas em nível nacional e internacional, tais como a Associação Internacional contra a Tuberculose, a Sociedade Brasileira de Tuberculose, o *American College of Chest Physicians*, e o *American Trudeau Society*.

Distribuída a esta Comissão para deliberação sobre o mérito, a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa, a proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise.

O projeto em causa encontra abrigo no art. 48 da Constituição Federal, que assegura ao Congresso Nacional a possibilidade de dispor sobre todas as matérias de competência da União. No presente caso, trata-se da atribuição de nova denominação ao Hospital de Messejana, de modo a homenagear o médico Carlos Alberto Studart Gomes, um dos grandes vultos cearenses na área da Medicina, que dirigiu por quase quatro décadas aquele estabelecimento de saúde.

No mérito, nada se apresenta que impeça a aprovação da matéria, haja vista que o homenageado – figura de especial significado para o povo de Fortaleza – é profundamente merecedor da honraria que lhe é concedida. Ainda mais quando ela se materializa em uma instituição cuja história mantém profunda ligação com o homenageado. De fato, o eminente médico contribuiu decisivamente para elevar o nome da instituição no cenário médico da capital cearense. E tudo isso graças a sua determinação, a sua competência profissional e administrativa, a sua dedicação e ao seu humanitarismo.

Verifica-se, ademais, que a proposição observa as restrições impostas pela Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que proíbe, “em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta”.

Dessa forma, o projeto atende perfeitamente aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade, além de estar vazado em boa técnica legislativa.

III – Voto.

Ante as razões expostas, o voto é pela aprovação do PLC nº 44, de 2005. O projeto atende perfeitamente aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade, além de estar vazado em boa técnica legislativa.

Sr. Presidente, o nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão o projeto relatado pelo Senador Reginaldo Duarte. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, gostaria de falar sobre o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Há um requerimento perante a Mesa, encaminhado por mim e pelos Senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi, sobre uma audiência pública acerca da federalização da Urcamp, tema do meu projeto. Como o Presidente já esteve lá na região, na chamada região dos pampas da Campanha, e até participou do ato inaugural dessa proposta de minha autoria, não há motivo mais para a audiência pública, porque sei que a Comissão toda concorda, o Executivo concorda e o Senador Geraldo Mesquita até se propõe a relatar favoravelmente ao projeto.

Portanto, estou pedindo que não façamos mais a audiência pública e que, o mais rápido possível, votemos o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O ilustre Senador Flávio Arns também tem um requerimento aqui, pela dispensa da audiência pública para discussão de projeto de autoria do Senador Alvaro Dias, que dispõe sobre *o registro dos circos perante o Ministério da Cultura e sobre as medidas de proteção aos animais circenses e dá outras providências*.

O objetivo do requerimento é que se possa agilizar a tramitação do projeto.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Exatamente nesse sentido, nos mesmos moldes do Senador Paulo Paim, o projeto já foi até aprovado, na semana passada, na Comissão de Assuntos Sociais. Além disso, já houve um debate grande. Assim, com essa medida, poderíamos agilizar a tramitação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Há um requerimento que manifesta o interesse do Ministro Hélio Costa e também da Comissão e do Brasil, no sentido de que se faça aqui uma exposição sobre o uso dos recursos do Fust, que são aprovados por nós e representam bilhões de reais no caixa do Governo, para universalização da informática e das comunicações. A exposição seria também sobre o Funtel, Fundo para o Desenvolvimento de Tecnologia de Telecomunicações. O Ministro deseja fazer aqui uma exposição sobre o uso desses recursos.

Assim, submeto o requerimento para o convite do Ministro Hélio Costa, à disposição da Comissão.

Em discussão, o requerimento.

Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, considero que é oportuna a vinda do Ministro, porque um dos objetivos do Fust – não é o único – é o de promover a inclusão digital dos estudantes das escolas públicas brasileiras. Isso não vem ocorrendo. O Fust existe há cerca de quatro anos, salvo engano, e, segundo informações, foram arrecadados mais de R\$4 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sim, R\$4 bilhões.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Parte desse montante tem sido utilizado em outros objetivos, mas o objetivo mais importante do Fust, o de promover a inclusão digital, não foi atendido até agora. Está terminando o terceiro ano do Governo, chegou a haver uma primeira licitação ainda no Governo Fernando Henrique, quando era Ministro o Sr. Pimenta da Veiga, ocasião em que houve questionamento acerca da licitação, que acabou sendo suspensa, houve questionamento no Tribunal de Contas, mas isso já acabou e seria importante saber realmente o que se pretende e quando é que vai haver, afinal, a utilização do Fust para o processo de inclusão, que é fundamental.

Estamos aumentando, cada vez mais, a distância entre as crianças com mais necessidades, do ponto de vista financeiro, e aquelas que têm recursos. Quem tem recursos estuda em escola particular, tem computador à vontade, sabe utilizar a Internet, tem computador em casa e assim por diante. Quem está na escola pública não aprende o computador, tem mais dificuldade para obter emprego e vai-se distanciando, cada vez mais, da classe mais abastada, da classe que tem condições.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Tem a palavra o Senador Flávio Arns, para discutir.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu até queria dizer, Sr. Presidente, que ambas as Subcomissões

desta Comissão - a de Ciência e Tecnologia e a de Cinema, Teatro e Comunicação Social - tinham a preocupação grande com a questão do Fust, inclusive já prevendo audiências públicas que, se forem necessárias, serão feitas nas Subcomissões. Mas o assunto é tão relevante, envolve assuntos de tal magnitude, é tão importante e antigo também que é preciso haver uma solução. Assim, é essencial que o Ministro, ex-Presidente de Comissão do Senado, venha aqui na Comissão, dê explicações, forneça detalhes para que possamos inclusive, como Subcomissões, ver se algumas outras iniciativas são necessárias ou não. Mas também sou favorável à realização desse encontro com o Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, quero fazer uma breve observação. Na verdade, o que nós precisamos analisar é a falta de utilização dos recursos. O Fust está sendo utilizado para fazer saldo primário e pagar juros da dívida, assim como os fundos de ciência e tecnologia e os fundos setoriais estão tendo o mesmo destino, o que é um verdadeiro escândalo, Sr. Presidente.

Então é importante que o Ministro tenha tomado essa iniciativa porque eu sei que o Ministro das Telecomunicações, o Ministro da Ciência e Tecnologia, bem como o Ministro da Educação, são todos contrários a essa utilização dos fundos, específicos. Até temos discutido sobre a legalidade dessa utilização que me parece não ser legal.

Enfim, penso que é muito importante que esta comissão tome a iniciativa de ouvir o Ministro da Educação para esclarecer esse aspecto essencial da utilização desse fundo tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Aprovados os três requerimentos.

A Presidência agradece a presença de todos.

É interessante registrar, a TV está transmitindo – ontem um jornalista dizer que o Senado está parado. Apenas hoje 27 proposições foram aprovadas, sendo quinze terminativas. Quer dizer, o Senado não está parado, está funcionando e com alta produtividade, apesar de todas as coisas. É uma injustiça dizer que o Senado está parado. Está funcionando efetivamente. Hoje temos na pauta da sessão plenária cinco emendas constitucionais certamente com uma boa condição

de serem discutidas e votadas. O Senado está trabalhando normalmente.

Agradeço a presença de todos.

(Levanta-se a reunião às 12h08min.)

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, do Dia 18 de Maio de 2005, às 11:30 Horas.

Às doze horas e dois minutos do dia dezoito de maio de dois mil e cinco, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **HERÁCLITO FORTES, CÉSAR BORGES, FLEXA RIBEIRO, NEY SUASSUNA, LUIZ OTÁVIO, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, NEZINHO ALENCAR, SERYS SLHESSARENKO, AUGUSTO BOTELHO, IDELI SALVATTI e FLÁVIO ARNS**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É aprovado também requerimento da Senadora **IDELI SALVATTI** pela inversão da pauta. A Comissão inicia as deliberações pelo **Item 5) Requerimento nº18 de 2005-CMA**, que “requer, nos termos regimentais e constitucionais, que sejam convidados os Senhores **ANDRÉ LUIZ**, ex-deputado federal do Rio de Janeiro e **CARLOS AUGUSTO RAMOS** (Carlinhos Cachoeira), para, em Audiência Pública, prestarem esclarecimentos aos senadores desta Comissão sobre as matérias publicadas nos jornais do último dia 5 de maio, que mostram o ex-deputado insinuando haver outros deputados tentando extorquir dinheiro do Sr. Carlos Augusto Ramos e, também, deputados e jornalistas recebendo propina de uma “grande empresa S/A”. **Autoria: Senador Arthur Virgílio**. Usa da palavra para informar encaminhamento contrário o Senador **NEY SUASSUNA**. **Resultado: Rejeitado**. A seguir, a Comissão passa ao **Item 01) Requerimento nº 16, de 2005-CMA**, que “requer, nos termos do art. 90, inciso V, combinado com o art. 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado para prestar depoimento em Audiência Pública perante esta Comissão, com a finalidade de instruir o PLS 216, de 2003, **PAULO FERNANDO MOREIRA**, Presidente da Associação Brasileira do Segmento de Reforma de Pneus – ABR”. **Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO**. Usam da palavra os Senadores **FLÁVIO ARNS e NEY SUASSUNA**. **Resultado: APROVADO**. **Item 02) Requerimento nº 17, de 2005-CMA**, que “requer, nos termos

regimentais, que seja oficiado o Tribunal de Contas da União para que promova ele próprio a tomada de contas nos convênios firmados entre a União e o Município de Bacabal – MA, para avaliação das irregularidades verificadas e que imponha a devida sanção aos agentes do Poder Executivo que prevaricaram no descumprimento de seu mister”. **Autoria:** Senadores **LEOMAR QUINTANILHA** e **JOÃO ALBERTO SOUZA**. **Resultado:** **APROVADO**. Usa da palavra a Senadora **IDELI SALVATTI**. **Item 03) Aditamento ao Requerimento nº 14, de 2005-CMA**, para requerer “nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 14, de 2005-CMA, aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em 26 de abril último, seja convidado para Audiência Pública visando instruir o PLS 216, de 2003, o Dr. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS, Coordenador Geral de Controle e Qualidade Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)”. **Autoria:** Senadores **DELCIDIO AMARAL** e **AUGUSTO BOTELHO**. **Resultado:** **APROVADO**. **Item 04) Aditamento ao Requerimento nº 10, de 2005-CMA**, para requerer “nos termos regimentais e constitucionais, que seja incluído o nome do Senhor JOSÉ ARMANDO DE FIGUEIREDO CAMPOS, do Instituto Brasileiro de Siderurgia, para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos aos senadores desta Comissão sobre a legalidade do aumento do preço do aço nos contratos assinados pelas companhias siderúrgicas brasileiras no mercado internacional; o impacto do aumento sobre a produção e a inflação; os efeitos das medidas de liberação do imposto de importação sobre os produtos siderúrgicos; e quais as medidas podem ser tomadas para minimizar os efeitos negativos do aumento do preço do aço sobre a economia brasileira, cujo requerimento já foi aprovado nessa Comissão”. **Autoria:** Senador **VALDIR RAUP**. **Resultado:** **APROVADO**. **Extra-pauta, são deliberados: Item 1) Requerimento nº 19, DE 2005-CMA**, que “requer, nos termos do art. 215, *caput*, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de discutir a criação das Unidades de Conservação da Natureza nos Estados do Paraná e Santa Catarina, onde deverão ser convidados as seguintes autoridades: um representante do Ministério da Agricultura, um representante do Ministério do Meio Ambiente e um representante dos municípios afetados”. **Autoria:** Senador **FLÁVIO ARNS**. Usam da palavra a Senado-

ra **ANA JULIA CAREPA** e **NEY SUASSUNA**. **Resultado:** **APROVADO**. **Item 2) Requerimento nº 20, DE 2005-CMA**, que “requer, nos termos do inciso V do art. 90, combinado com o inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado para participar de Audiência Pública perante esta Comissão, o Diretor Geral da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos – ANIP, VILLEN JOSÉ SOARES, com a finalidade de instruir o PLS 216, de 2003”. **Autoria:** Senador **César Borges**. **Resultado:** **APROVADO**. A seguir, o Senador **Ney Suassuna** requer inclusão de matéria na pauta da próxima reunião. O Senhor Presidente anuncia que, em razão da falta de quorum para deliberar, a Comissão adia os itens terminativos. **Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2004, TERMINATIVO**, que “modifica o Artigo 37 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para ampliar as condições de criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica nos rios federais”. **Autoria:** Senador **PAULO OCTÁVIO**. **Relator:** Senador **GERSON CAMATA**. **Parecer:** Pela rejeição. **RESULTADO:** **Adiado**. **Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2003, TERMINATIVO**, que “Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para tornar obrigatória a implantação plena de infra-estrutura básica”. **Autoria:** Senador **RODOLPHO TOURINHO**. **Relator:** Senador **HERÁCLITO FORTES**. **Parecer:** Pela aprovação, nos termos da Emenda que apresenta. **RESULTADO:** **Adiado**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DA CMA DE 18-5-2005

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª reunião extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quero solicitar a inversão da pauta para que o primeiro item a ser votado seja o Requerimento nº 5, tendo em vista que queremos encaminhar contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Em discussão, a proposta apresentada pela Senadora Ideli Salvatti de inversão da pauta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Os que são favoráveis permaneçam sentados (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 5:

Requer, nos termos regimentais e constitucionais, que sejam convidados os Srs. André Luiz, ex-Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, e Carlos Augusto Ramos, Carlinhos Cachoeira, para, em audiência pública, prestarem esclarecimentos aos Senadores desta Comissão sobre as matérias publicadas nos jornais do último dia 5 de maio, que mostram o ex-Deputado insinuando haver outros deputados tentando extorquir dinheiro do Sr. Carlos Augusto Ramos e, também, deputados e jornalistas recebendo propina de uma grande empresa S.A. É autor o eminente Senador Arthur Virgílio.

Em discussão.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Concedo a palavra à eminente Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Queremos fazer um encaminhamento contrário, tendo em vista que se trata de um assunto da Câmara, que não deve ser trazido para o Senado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, é um assunto político da Câmara. Entendemos que não será construtivo, até porque o Sr. Carlinhos Cachoeira já foi ouvido por três CPIs e por várias outras coisas.

Também encaminhamos negativamente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Item nº 1:

Requerimento.

Requer, nos termos do art. 90, inc. V, c/c o art. 93, inc. I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado para prestar depoimento em audiência pública perante esta Comissão, com a finalidade de instruir o PLS nº 216/2003, Paulo Fernando Moreira, Presidente da Associação Brasileira do Segmento de Reforma de Pneus – ABR. O requerimento é de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.

Em discussão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, inclusive, sou o autor do Projeto de Lei. O Senador Antonio Carlos Valadares, na Comissão de Assuntos Sociais, é o Relator. Entendo ser bem interessante que haja uma participação ampla para os esclarecimentos necessários.

Sou favorável, portanto.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, também sou favorável. Creio que se deu oportunidade para que as outras partes, principalmente os ministérios, se manifestassem. É justo que essa área também se manifeste e dê sua opinião.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 2:

Requer, nos termos regimentais, seja oficiado o Tribunal de Contas da União para que promova, ele próprio, a tomada de contas nos convênios firmados entre o município de Bacabal, no Maranhão, para a avaliação das irregularidades verificadas, e que imponha a devida sanção aos agentes do Poder Executivo que prevaricaram no descumprimento do seu mister.

Requerimento de autoria dos Senadores Leomar Quintanilha e João Alberto.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 3:

Aditamento a requerimento.

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, c/c o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 14/2005 desta Comissão, aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em 26 de maio último, seja convidado para audiência pública visando instruir

o PLS nº 216, de 2003, o Dr. Márcio Rosa Rodrigues de Freitas, Coordenador-Geral de Controle e Qualidade Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ibama.

Requerimento de autoria dos Senadores Delcídio Amaral e Augusto Botelho.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 4:

Aditamento a requerimento.

Requer, nos termos regimentais e constitucionais, que seja incluído o nome do Sr. José Armando de Figueiredo Campos, do Instituto Brasileiro de Siderurgia, para, em audiência pública, prestar esclarecimentos aos Senadores desta Comissão sobre a legalidade do aumento do preço do aço nos contratos assinados pelas companhias siderúrgicas brasileiras no mercado internacional, o impacto de aumento sobre a produção e a inflação, os efeitos da medida de liberação do Imposto de Importação sobre os produtos siderúrgicos e quais medidas podem ser tomadas para minimizar os efeitos negativos do aumento do preço do aço sobre a economia brasileira, cujo requerimento já foi aprovado nesta Comissão.

O requerimento é de autoria do eminente Senador Valdir Raupp.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Com a palavra, o eminente Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Gostaria de contar com a concordância de V. Ex^a e dos colegas Parlamentares para um requerimento, se possível, extrapauta, porque, no Estado do Paraná e no Estado de Santa Catarina, estão sendo criadas as Unidades de Conservação da Natureza por meio de uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente.

Para essa iniciativa, audiências públicas têm que ser realizadas – e o foram, com debate. Porém, toda a sociedade do Paraná, em seus vários setores, vem insistindo que as audiências públicas foram insuficientes, que tem que haver um debate maior, uma discussão maior. Ninguém é contra as Unidades de Conservação da Natureza, mas isso implica também

situações de dificuldade para a atividade econômica. E todos consideram, assim, que, se houver entendimento, um tempo maior, isso possa convergir para um resultado positivo para os dois lados. O sentimento é esse lá no Paraná.

Inclusive, já existe um abaixo-assinado de toda a Bancada do Paraná, independentemente de partido político, apelando ao Presidente Lula para que, antes da assinatura, essa busca do entendimento aconteça.

Então, dessa maneira, a proposta é de que as Comissões de Agricultura e a nossa, do Meio Ambiente, façam uma audiência pública, chamando o Ministério da Agricultura, o Ministério do Meio Ambiente e também os municípios envolvidos, para que, assim, possam contribuir no processo de debate e de entendimento.

Nesse sentido, Sr. Presidente, estou requerendo que seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão com a finalidade de discutir a criação das Unidades de Conservação da Natureza nos Estados do Paraná e de Santa Catarina.

Muitos setores da sociedade estão insatisfeitos com a rapidez, a falta de aprofundamento e a ausência de maior diálogo sobre o processo de criação das áreas protegidas, o que vem ocasionando uma série de manifestações nos Estados do Paraná e de Santa Catarina.

Deverão ser convidados para expor na audiência pública as seguintes autoridades: um representante do Ministério da Agricultura, um representante do Ministério do Meio Ambiente e um representante dos municípios afetados.

Enfatizo que na Comissão de Agricultura requerimento semelhante já foi aprovado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Não foi aprovado?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Posso falar?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Pois não.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É o seguinte: o Senador Sibá Machado solicitou um tempo a que ninguém foi contrário, mas só para conversar com a Ministra Marina, porque o Senador Osmar Dias, que apresentou também, solicitou, inclusive, que isso dependeria um pouco de já ter ou não sido assinado, ele não tinha essa informação.

Então, o Senador Sibá solicitou um tempo para verificar essa situação. Por isso é que, embora se estivesse discutindo, foi suspensa a discussão e a votação do requerimento, para que tivéssemos essa informação

e também ver a possibilidade de a Ministra Marina, já que estava doente, participar. Foi só isso.

Então, tínhamos que tentar combinar com a Comissão de Agricultura. Assim, previamente, nós não temos nada em contrário, só devemos combinar isso para fazer junto.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Se V. Ex^a me permite esclarecer à Senadora Ana Júlia, de fato, os decretos não foram assinados ainda. Então, haveria toda possibilidade de discutir essa situação antes da assinatura dos decretos. Porém, eu quero dizer que mesmo os decretos não foram assinados. Mas mesmo que tivessem sido assinados, nada impediria que o debate acontecesse, porque um decreto é algo que pode ser aprimorado também. Mas os decretos não foram assinados. Pena que, em função das várias reuniões que estão acontecendo ao mesmo tempo, eu não estivesse na Comissão de Agricultura para fazer esse esclarecimento.

Mas eu pediria, Sr. Presidente, que esse requerimento fosse colocado para votação extrapauta, para que isso pudesse ser esclarecido, porque existe essa urgência. Inclusive porque está sendo enviado um documento para o Presidente Lula para que Sua Excelência não assine os decretos enquanto não houver esse debate maior com todos os setores das sociedade para que possam subsidiar, inclusive, um entendimento maior entre todos os setores.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, não somos contra a audiência pública. Só precisamos coordenar o tempo porque nós temos já aí várias delas encaminhadas. Então, se V. Ex^a tiver como fazer um cronograma que atenda a todos, nós seremos de posição favorável.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – A Mesa tem dois requerimentos extrapauta, um de autoria do eminente Senador Flávio Arns, que acaba de trazer a fundamentação do seu requerimento, e outro, de autoria do Senador César Borges, que requer, nos termos V, art. 90, c/c o inciso I do art. 93 do Regimento do Senado Federal, seja convidado para participar de audiência pública perante esta Comissão o Diretor-Geral da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos – ANIP, Vilien José Soares, com a finalidade de instruir também o PLS 216, de 2003.

A Mesa submete à consideração do Plenário o acolhimento extrapauta dos dois requerimentos apresentados. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovados ambos os requerimentos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Concedo a palavra à nobre Senadora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, só para esclarecer aquela questão de que o Senador Sibá Machado ia entrar em contato.

Entrei em contato agora com o Senador, ele conseguiu falar com a Ministra, e, inclusive, a Ministra se dispõe a vir.

Eu proponho que até que nós combinemos com a Comissão de Agricultura, já que foi o mesmo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – A Mesa vai cuidar, junto com a Secretaria, de organizar o cronograma para que nós possamos realizar as audiências programadas no mais breve espaço de tempo possível.

Concedo a palavra ao eminente Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, apenas justificando o requerimento. É também porque foi aprovado aqui, no item 3, um aditamento ao requerimento que, na verdade, visa trazer informações aos membros desta Comissão sobre a posição do Governo, a posição da sociedade, de todos, enfim, sobre o PLS 216, que, se não me engano, é de autoria do Senador Flávio Arns.

Então, esse nosso requerimento é para trazer o Diretor da Anip, Associação Nacional de Indústria de Pneumáticos, que acho que tem posição específica nesse caso de importação de pneus para o Brasil, que me parece estar aí bastante palpitante na mídia, na sociedade brasileira. Até publicidade em televisão já assisti sobre esse fato e fiquei meio surpreso ao ver uma posição a favor da importação de pneus sendo veiculada na televisão brasileira. Quer dizer é algo que tem – nós sabemos – grandes interesses por trás.

Portanto, nada melhor do que o esclarecimento perfeito para todos os Srs. Senadores.

Nosso requerimento é no sentido de que, quando houver essa audiência com o Dr. Márcio Rosa Rodrigues de Freitas – e acredito que com outras pessoas que já foram convocadas em outros requerimentos –, possa se trazer também o Sr. Vilien José Soares, da Anip, para que possa colocar a posição dos fabricantes de pneumáticos no País, que me parece de ser divergente em relação ao PLS 216.

Então, para ficar bastante claro, devemos ouvir todas as posições e tomarmos a deliberação que for de maior interesse para o País.

Era essa informação adicional que queria acrescentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Agradecemos ao eminente Senador César Borges a justificativa e os esclarecimentos que fundamentam o requerimento que S. Ex^a apresenta e que já foi acolhido pela Mesa e pelo Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Eu queria, Sr. Presidente, pedir à Mesa que incluísse nas próximas pautas um processo do qual foi pedido vista quando eu era ainda Presidente desta Comissão. Ele está paralisado. Foi o pedido de vista mais longo que já vi: vai completar três ou quatro meses.

Queria que ele voltasse à baila, até porque há fatos novos, e seria importante para a Comissão que a Secretaria o colocasse em pauta, porque, como ele não levou o processo, é só dar continuidade.

A relatora é a nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

O pedido de vista está muito demorado, e acho que já seria possível incluímos em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – A Mesa acolhe a solicitação de V. Ex^a e vai procurar agilizar os processos que estão tramitando nesta Comissão.

Na seqüência da pauta, teríamos mais dois itens de natureza terminativa nesta Comissão. Em razão disso, e não havendo nem a presença dos autores dos projetos, nem número suficiente para deliberação, ficam esses dois itens adiados para a pauta seguinte.

Agradeço a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h07min)

Ata da 9ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, do Dia 24 de Maio de 2005, às 11:30 Horas.

Às doze horas do dia vinte e quatro de maio de dois mil e cinco, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **NEY SUASSUNA, LUIZ OTÁVIO, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, NEZINHO ALENCAR, SERYS SLHESARENKO, AUGUSTO BOTE-LHO e IDELI SALVATTI**. Aberta a reunião, o Senhor

Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É solicitada a inversão de pauta pela Senadora **IDELI SALVATTI**, para que o **item 04** seja o primeiro a ser apreciado nesta reunião, sendo aprovada a inversão pela Comissão: PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 01, DE 2004 – **NÃO TERMINATIVO**, “referente a denúncia apresentada pelo Sr. Floriano Marques da Silva relativa a alegadas irregularidades na condução de contratos administrativos firmados pela empresa pública municipal EMLUR, de João Pessoa”.

Autoria: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA. **Relatora**

Prévia: Senadora ANA JÚLIA CAREPA. **Parecer:** Pela

aprovação do Parecer Prévio e que a Proposta de Fiscalização e Controle nº 1/2004 seja acatada e processada em conformidade com o Plano de Trabalho que apresenta. **RESULTADO: Aprovado.** Usa da palavra a Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**. Passa-se à pauta:

ITEM 1) AVISO Nº 36, DE 2002 – NÃO TERMINATIVO, que “encaminha cópia da Decisão nº 411/2002-TCU-Plenário, referente a auditorias realizadas na Companhia Espírito Santense de Saneamento (SESAN) e na Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas (SETR), do Governo do Estado do Espírito Santo”.

Autoria: Tribunal de Contas da União. **Relator**

“ad hoc”: Senador VALDIR RAUPP. **Parecer:** Pelo

conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **RESULTADO: Aprovado. ITEM 2) AVISO Nº 13, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.049, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria integrada realizada no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e na Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – Dataprev (TC 001.983/98-9)”.

Autoria: Tribunal de Contas da União. **Relatora “ad hoc”:** Senadora

SERYS SLHESARENKO. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **RE-**

SULTADO: Aprovado. Item 03) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO que

“dá nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, e dá outras providências. (Determina o depósito de cópia de toda pesquisa realizada em estação ecológica)”.

Autoria: Deputado ALDO REBELO. **Relator:** Senador

JONAS PINHEIRO. **Parecer:** Pela aprovação, com 3

Emendas que apresenta. **RESULTADO: Adiado. Item**

05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, DE 2005 –

TERMINATIVO, que “acrescenta parágrafo único ao

artigo 33 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990,

para impedir que os fornecedores veiculem publicida-

de ao consumidor que aguarda, na linha telefônica, o

atendimento de suas solicitações. **Autoria:** Deputado **CELSO RUSSOMANO. Relator:** Senador **VALDIR RAUPP. Parecer:** Favorável, nos termos do substitutivo que apresenta. **RESULTADO: Adiado.** É solicitada e aprovada pela Comissão a inclusão extra pauta, dos seguintes requerimentos: **REQUERIMENTO Nº 21, de 2005-CMA** que “Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública a fim de discutir a situação do agravamento do desmatamento da Floresta Amazônica, principalmente no Estado do Mato Grosso, considerado o que mais desmata no Brasil, segundo comunicado conjunto dos Ministérios do Meio Ambiente, Integração Nacional e Ciência e Tecnologia”. **Autoria:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO. RESULTADO: Aprovado.** Usam da palavra as Senadoras **ANA JÚLIA CAREPA, SERYS SLHESSARENKO,** e os Senadores **VALDIR RAUPP e SIBÁ MACHADO. Item 02) REQUERIMENTO Nº 22, de 2005-CMA** que “requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno, a realização de uma Audiência Pública conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para avaliar e debater as consequências dos novos índices de desmatamento na Amazônia divulgados no dia 18 de maio pelo governo federal dando conta que entre 1º de agosto de 2003 e 1º de agosto de 2004 a floresta perdeu 26.130 km2. Solicita que seja convidada para esta audiência a Sra. MARINA SILVA, Ministra do Meio Ambiente e o Governador de Rondônia, Sr. IVO CASSOL”. **Autoria:** Senador **SIBÁ MACHADO. RESULTADO: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha, Presidente.**

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DA CMA DE 24-5-2005

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª reunião ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa ordinária da 52ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Pela ordem, com a palavra a eminente Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu queria pedir uma alteração de ordem da pauta. Eu gostaria de indicar como prioridade o Item 4.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Vamos submeter à apreciação do plenário a proposta de inversão de pauta apresentada pela eminente Senadora Ana Júlia Carepa, passando o Item 4 para o Item 1.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a alteração da ordem da pauta permaneçam como estão.

Aprovada.

Iniciamos a discussão pelo Item 4:

Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2004, referente à denúncia apresentada pelo Sr. Floriano Marques da Silva relativa a alegadas irregularidades na condução de contratos administrativos firmados pela empresa pública municipal Enlur, de João Pessoa. De autoria do eminente Senador João Alberto Souza e de relatoria da Senadora Ana Júlia Carepa.

Em discussão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Na verdade, esse parecer já é conhecido. Proponho à Comissão que anexe esse relatório de ação de controle da Controladoria-Geral da União.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – V. Exª será atendida.

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório prévio.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O parecer faz uma proposta de fiscalização e controle que, inclusive, é confirmada. Por isso estou pedindo...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Houve um voto em separado do eminente Senador Leonel Pavan, que concluiu pelo arquivamento da proposta, matéria de conhecimento dos eminentes Srs. Senadores.

Vamos votar, então, o parecer da Senadora Ana Júlia Carepa.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Para questão de ordem, com a palavra a eminente Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Presidente, protocolamos um requerimento hoje.

Não vou pedir para ser posto em pauta extraordinária, mas apenas anunciar, pela emergência da questão, que foi protocolado e solicitar que, dentro das possibilidades, seja posto em votação na próxima reunião desta Comissão.

Por que se trata de um requerimento emergencial?

Porque trata de uma questão que está incendian-do o mundo. Ontem, ainda foi motivo de amplos, polêmicos e clamorosos debates no Parlamento inglês. O mundo inteiro está discutindo essa questão.

Nesse requerimento, solicito uma audiência pública com a presença do Governador Blairo Maggi, do meu Estado, de Mato Grosso, e da nossa Ministra Marina Silva.

Pelo que fui informada, mas ainda não consegui conversar com o Senador Sibá Machado, S. Ex^a estaria fazendo uma proposta em linha semelhante, mas, se não me engano, em conjunto com a Comissão de Agricultura.

Para mim, Sr. Presidente, não existe restrição alguma que seja entre as duas comissões. A única observação que faço é de que a presença do Governador Blairo Maggi é imprescindível porque toda essa confusão mundial está acontecendo por ter sido Mato Grosso, o meu Estado, o responsável, no ano 2004, por 50% do desmatamento de toda a Região Amazônica, que envolve tantos Estados.

Então queria registrar que protocolei esse requerimento convidando o Governador Blairo Maggi e a nossa Ministra Marina Silva para uma audiência pública, para esclarecer os fatos e apurar de quem são as responsabilidades.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Se V. Ex^a assim o desejar, a Mesa poderá submeter à apreciação do plenário e já incluir como extrapauta, na data de hoje, o requerimento que V. Ex^a apresenta.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Eu não gostaria de abrir o precedente de extrapauta da Comissão. Deixaria que fosse uma decisão do Presidente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Também não tenho nada contra, mas queria lembrar uma questão: aprovamos, na Comissão de Agricultura e de Desenvolvimento Regional, o convite à Ministra Marina e ao Ministro Ciro Gomes para uma discussão sobre o Plano Amazônia Sustentável, que tem uma relação com o assunto.

Então seria prudente que se realizasse o mais rapidamente possível essa discussão, inclusive para pôr em prática aquilo que foi debatido por tantos Ministérios, que é o Plano Amazônia Sustentável.

Precisamos marcar essa audiência para ocorrer o mais rapidamente possível. Queria apenas lembrar que ela já foi aprovada por todas as comissões.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Exatamente por essa razão é que a Mesa, entendendo a urgência do tema proposto, está sugerindo, se for o desejo da requerente, submeter à apreciação do plenário para submeter ainda hoje à votação como extrapauta.

Com a palavra o eminente Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, gostaria de me pronunciar sobre esta questão.

Mato Grosso e Rondônia têm sido manchetes na imprensa. No caso de Rondônia, por outras coisas também, mas sobretudo quanto ao desmatamento. Os dois Estados vêm ocupando as manchetes nacionais e internacionais sobre o meio ambiente. E vejo que os madeireiros estão sofrendo muito toda essa pressão, mas não são eles que agredem o meio ambiente, porque apenas retiram da floresta as árvores maduras para o beneficiamento, e sim o corte raso.

Não sei se isso acontece no Mato Grosso, mas no meu Estado 90% das derrubadas ocorrem clandestinamente, sem que o Ibama fiscalize preventivamente, pois não adianta, depois que são derrubados dois mil, cinco mil hectares, correr atrás disso, mas apenas aplicar multas.

Então o Governo Federal tem que aparelhar o Ibama. Agora temos recursos do Sivan, do Sipan; em tempo real, é possível saber o que está sendo derrubado ou queimado. Que o Ibama tenha mais mobilidade, condições, aparelhagem e eficiência para conter esse desmatamento na Amazônia.

Sei que essas derrubadas não estão ocorrendo com licença ambiental do Ibama ou das secretarias estaduais, mas clandestinamente. As pessoas não têm medo do Ibama, porque sabem que ele está desaparecido, não consegue acompanhar todo o desmatamento.

Para ser um pouco radical, e não sou ambientalista, Sr. Presidente, Srs. Senadores, está no momento de o Governo proibir terminantemente a derrubada, pelo menos por alguns anos, porque, falando pelo meu Estado, o que Rondônia tem derrubado é o suficiente... Se se mecanizarem todas as terras em que já houve derrubadas no meu Estado, seria o suficiente para triplicar a produção tanto de grãos quanto de gado de leite ou de corte.

Então não vejo necessidade, neste momento, de se procederem a grandes derrubadas na Amazônia. A ganância de muitas pessoas está fazendo com que

os nossos Estados se tornem manchetes de nível nacional e internacional.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – V. Exª não apresentou proposição. Se quiser fazê-lo, poderá formalizar a sua proposta ou, quem sabe, dirigir algum expediente aos órgãos responsáveis pela concessão do licenciamento de desmatamento.

Vamos discutir a questão proposta pela eminente Senadora Serys Slhessarenko, para saber se o plenário concorda com a aprovação do requerimento que S. Exª apresenta.

Em discussão.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu cheguei atrasado e gostaria de saber qual é o requerimento que V. Exª está submetendo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – É o requerimento apresentado pela eminente Senadora Serys Slhessarenko, propondo a realização de audiência pública a fim de discutir a situação de agravamento do desmatamento da Floresta Amazônica, principalmente no Estado do Mato Grosso, considerado o que mais desmata no Brasil, segundo comunicado conjunto dos Ministérios do Meio Ambiente, Integração Nacional e Ciência e Tecnologia. A proposição é de que sejam convidados o Sr. Governador do Estado, Sr. Blairo Maggi, e a Ministra do Meio Ambiente, Senadora Marina Silva.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Apresento requerimento na mesma linha, mas separadamente.

Já conversei, inclusive, com a Ministra, que tem total interesse de vir à Casa esclarecer esses dados. Então proponho a vinda da Ministra separadamente de qualquer pessoa.

Diante da situação, sugiro subscrever dois requerimentos: um convidando a Ministra e outro convidando os dois Governadores dos Estados que apresentaram os maiores índices, de Rondônia e Mato Grosso, Ivo Cassol e Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, podemos aprovar o requerimento e fazer o agendamento separadamente.

A SRA. SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT – MT) – O nosso requerimento não propõe que seja junto, mas que eles sejam ouvidos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Continua em discussão a proposta apresentada pela eminente Senadora Serys Slhessarenko.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão.

Aprovada.

Da mesma forma, vamos submeter à apreciação do plenário o requerimento apresentado pelo Senador Sibá Machado, que propõe audiência pública conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para avaliar e debater a consequência dos novos índices de desmatamento na Amazônia, divulgados no dia 18 de maio pelo Governo Federal, dando conta de que entre 1º de agosto de 2003 e 1º de agosto de 2004 a floresta perdeu 26.130 quilômetros quadrados. Solicita que seja convidada para essa audiência a Srª Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente.

Em discussão.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu queria saber se seria possível pensar nesta emenda de que não seria apenas o Governador Blairo Maggi, mas também o Governador Ivo Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – V. Exª está fazendo referência ao requerimento que apresenta ou...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, ao anterior.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – O anterior já foi aprovado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas fiz uma sugestão e não sei se foi acatada.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Ele foi aprovado como foi apresentado.

Nós poderíamos, então, fazer um aditamento neste que V. Exª apresenta...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pode ser neste mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – No requerimento que V. Exª apresenta, para que seja convidada a Ministra Marina Silva, faça o aditamento para que seja convidado também o Governador Ivo Cassol, de Rondônia.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Não havendo quem queira discutir, vamos submeter à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado com o aditamento apresentado pelo Senador Sibá Machado.

Voltamos ao Item 1 da pauta: ^

Aviso nº 36, de 2002, encaminha cópia da Decisão nº 411/2002, do Tribunal de Contas da União, referente à auditoria realizada na Companhia Espírito-santense de Saneamento – Cesan e na Secretaria

de Estado dos Transportes e Obras Públicas – SETR, do Governo do Estado do Espírito Santo.

Trata-se de um aviso de autoria do Tribunal de Contas da União. O Senador Gerson Camata é o Relator. Eu designaria como Relator *ad hoc* o Senador Valdir Raupp para o Item 1 da pauta.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em conformidade com o art. 41, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.443, de 1992, e arts. 204, IV, e 211 do seu Regimento Interno, o Tribunal de Contas da União encaminhou à Presidência do Senado Federal, mediante o Aviso nº 36, de 2002, Aviso 900/SGS/TCU, de 24.04.2002, na origem, cópia da Decisão nº 411, de 2002, TCU-Plenário, referente a auditorias realizadas na Companhia Espírito-santense de Saneamento – Sesan e na Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas do Governo do Estado do Espírito Santo, acompanhada dos respectivos relatório e voto que a fundamentam.

Cópia de igual teor também foi encaminhada à Presidência da Câmara dos Deputados, bem como à sua Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, para o conhecimento de Parlamentares federais interessados na matéria, em especial os que representam o Estado do Espírito Santo, ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo e ao Superior Tribunal de Justiça.

Em parecer aprovado em 24 de abril de 2002, decidiu o Tribunal de Contas que se encaminhasse o processado ao arquivo, itens 8 e 6 da Decisão nº 411, de 2002, TCU-Plenário.

Os documentos encaminhados ao Senado Federal em maio de 2002 foram anexados ao processado de nº 54, de 1994, o qual deu origem à Resolução nº 42, de 1994, do Senado Federal, que aprovou a operação de crédito externo contratada pelo Governo do Estado do Espírito Santo, destinada ao financiamento parcial do Programa de Despoluição dos Ecossistemas Litorâneos do Estado do Espírito Santo, encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, à Comissão de Fiscalização e Controle.

A CAE tomou conhecimento da matéria e encaminhou à CFC em 31 de maio de 2002. Em 20 de dezembro de 2002, o processado foi encaminhado à Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal.

Em atendimento ao disposto no art. 332 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002, que dispõe sobre o arquivamento das proposições ao final da legislatura, em 7 de janeiro de 2003, a matéria retornou à Comissão de Fiscalização e Controle.

Conforme despacho de 13 de maio de 2003, em 24 de fevereiro de 2005, o Senador Gerson Camata foi designado Relator da matéria.

Da Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 97 e 102 do Regimento Interno, estudar os assuntos submetidos ao seu exame e sobre eles emitir parecer, bem como exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Trata-se de auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União na Companhia Espírito-santense de Saneamento, Processo TCU 016527, de 1999, e na Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas, Processo TC 009337, de 2001, do Governo do Estado do Espírito Santo, por determinação da Presidência daquele Tribunal.

Segundo a equipe de auditoria do TCU, o escopo do trabalho, embora autolimitado em aspectos econômico-financeiros e gerenciais, reproduz os resultados mais significativos das auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo sobre os órgãos fiscalizados, que evidenciam e comprovam as principais falhas de regularidade no processo de investimento.

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, decidiu o seguinte...

Este parecer é muito técnico, Sr. Presidente. Tem cinco ou seis páginas, então poderíamos passar diretamente ao voto. O parecer é muito técnico e extenso.

Creio que todos os membros da Comissão têm conhecimento do parecer.

Voto.

Com base no exposto, opino que a Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento da matéria e delibere, nos termos do art. 133, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, pelo arquivamento da matéria.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passamos ao Item 2:

Aviso nº 3, de 2001. Trata-se também de encaminhamento de voto do Tribunal de Contas da União ao arquivo.

Nomeio como Relatora *ad hoc* da matéria a eminente Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSENKO (Bloco/PT – MT) – Relatório.

O Tribunal de Contas da União – TCU enviou a esta Comissão cópia da Decisão nº 1.049, de 2000, TCU-Plenário, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referentes ao levantamento de auditoria realizada no Instituto Nacional do Serviço Social – INSS e na Empresa de Processamento de Dados da Previdência – Dataprev.

A documentação em análise foi encaminhada pelo TCU ao Senado Federal para conhecimento, seguindo o procedimento que vem sendo ultimamente adotado por aquela Corte de enviar cópias de todos os julgamentos atinentes a auditoria a esta Casa.

A auditoria realizada pelo Tribunal de Contas consta dos autos do Processo TC 001983/98-9, cuja tramitação culminou com a Decisão nº 1.049/2000, encaminhada a esta Comissão pelo Aviso nº 8805 SGS/TCU, de 06.02.2000, com diversas determinações de caráter operacional ou administrativo para o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS e para a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – Dataprev, com o Comitê de Tecnologia e Informação para o Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS e para a 4ª Secretaria de Controle Externo – Secex.

Determinou também a juntada dos autos às contas do INSS relativas ao exercício de 1998.

É o relatório, Sr. Presidente.

Voto.

Diante de todo o exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, não exigindo nenhuma providência adicional do Congresso Nacional, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pelo arquivamento do presente processo.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Em discussão o relatório apresentado.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Como os demais itens da pauta se referem a projetos de lei e não estão presentes os seus autores, a Mesa adia a sua discussão, fazendo com que constem da pauta da próxima reunião.

Não havendo mais nada a tratar, agradecendo a presença de todos, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h23min)

Ata da 10ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, do Dia 31 de Maio de 2005, às 11:30 Horas.

Às doze horas e sete minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e cinco, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **HERÁCLITO FORTES, CÉSAR GORGES, JONAS PINHEIRO, FLEXA RIBEIRO, NEY SUASSUNA, LUIZ OTÁVIO, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, NEZINHO ALENCAR, SERYS SLHESSARENKO, AUGUSTO BOTELHO e FLÁVIO ARNS**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à deliberação da pauta: **ITEM 01) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO**, que “dá nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, e dá outras providências. (Determina o depósito de cópia de toda pesquisa realizada em estação ecológica)”. **Autoria:** Deputado **ALDO REBELO**. **Relator:** Senador **JONAS PINHEIRO**. **Parecer:** Pela aprovação, com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. **RESULTADO:** Aprovado. Usam da palavra os Senhores Senadores **SIBÁ MACHADO, JONAS PINHEIRO e ANA JÚLIA CAREPA**. **ITEM 02) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO**, que “acrescenta parágrafo único ao artigo 33 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para impedir que os fornecedores veiculem publicidade ao consumidor que aguarda, na linha telefônica, o atendimento de suas solicitações”. **Autoria:** Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**. **Relator:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **RESULTADO: Concedido vista coletiva**, a pedido dos Senadores **NEY SUASSUNA e FLEXA RIBEIRO**. **Item 03) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2003 -TERMINATIVO** que “modifica o Artigo 37 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para ampliar as condições de criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica nos rios federais”. **Autoria:** Senador **PAULO OCTÁVIO**. **Relator:** Senador **GERSON CAMATA**. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **RESULTADO: Adiado**. **Item 04) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2004– TERMINATIVO**, que “altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para tornar obrigatória a implantação plena de

infra-estrutura básica”. **Autoria:** Senador **RODOLPHO TOURINHO**. **Relator:** Senador **HERÁCLITO FORTES**. **Parecer:** Pela aprovação, nos termos da emenda nº 1 que apresenta. **RESULTADO: Concedido pedido de vista da Senadora ANA JÚLIA CAREPA**. **Extra-Pauta,** é aprovado o ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 19/2005-CMA, para que a Audiência Pública seja realizada em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Senado Federal. **Autoria:** Senador **FLÁVIO ARNS**. **RESULTADO: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DA CMA REALIZADA NO DIA 31-5-2005

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª reunião ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa ordinária da 52ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permanecem como se encontram.

Aprovada.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Pela ordem, o eminente Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Na reunião retrasada, Sr. Presidente, havíamos aprovado um requerimento de audiência pública nesta Comissão a respeito da criação das unidades de conservação da natureza, em função do grande debate que vem causando essa iniciativa no Estado do Paraná e no Estado de Santa Catarina.

O requerimento foi aprovado, solicitando a presença dos Ministros da Agricultura e do Meio Ambiente, além de um representante dos municípios afetados.

Um requerimento semelhante foi aprovado na Comissão de Agricultura, também solicitando a presença do Ministro da Agricultura, da Ministra do Meio

Ambiente e de um representante do Ibama.

Para facilitar a realização dessa audiência, eu queria propor para V. Exª e para os colegas da Comissão que fizéssemos essa audiência em conjunto com a Comissão de Agricultura. Então gostaria de aditar esse aspecto verbalmente, entregando, na seqüência, por escrito também para a Comissão, no sentido de reali-

zar a audiência pública com a presença das mesmas pessoas em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Isso facilitaria para os Ministros, para as comissões, é o mesmo assunto, inclusive dará uma visibilidade e uma objetividade bem maior.

Portanto este é o requerimento verbal que apresento a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – A Mesa considera pertinente a propositura de V. Exª. Solicitaria apenas que V. Exª formalizasse o pleito, para que o submetamos à apreciação da Comissão.

Gostaríamos, então, de submeter à apreciação da Comissão o requerimento apresentado pelo eminente Senador Flávio Arns, de realização de uma audiência pública conjunta com a Comissão de Agricultura.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

A Mesa aguarda a formalização do requerimento de V. Exª.

Passamos ao Item 1 da pauta:

Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2004, não-terminativo, que dá nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e dá outras providências.

De autoria do Deputado Aldo Rebelo e o Relator é o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação.

Com a palavra o eminente Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, este projeto de lei proposto pelo eminente Deputado Aldo Rebelo é anterior a 2004. Em 2004, ele foi refeito. Este projeto pedia mudança na Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981.

O que o eminente Deputado Aldo Rebelo gostaria que fosse aprovado?

Essa medida servirá tanto para o enriquecimento do acervo das estações ecológicas como para o incremento das atividades culturais e turísticas desenvolvidas nessas estações, contribuindo para a preservação da memória nacional e para o aprimoramento cultural de sua população.

Esse é o resumo do que propõe o Deputado Aldo Rebelo, para que o material de televisão, de fotografia, de cópia de impressos ou de audiovisuais, etc., fosse arquivado na própria área da estação ecológica.

Primeiro, Sr. Presidente, fizemos uma mudança, que foi simples. Depois que foi proposto este projeto de lei, já houve uma mudança por meio da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Portanto

essa lei é muito mais abrangente. Então estou fazendo uma emenda para que o que pretende o Deputado Aldo Rebelo, já aprovado na Câmara dos Deputados, seja inserido nessa nova Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

A minha emenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2004, teria a seguinte redação:

Acrescente-se o § 4º do art. 32 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e dá outras providências, para obrigar o depósito na unidade de conservação de cópia de pesquisas nela realizada.

Portanto, apenas modifico a redação, ao transpor daquela lei para esta, mais nova, onde essa proposta ficaria melhor.

Por isso, Sr. Presidente, considero positivo este projeto, que é de grande relevância e peço a aprovação da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vamos submeter o projeto à votação...

Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O projeto é auto-explicativo, Sr. Presidente, porém cabe ressaltar que o olhar clínico do nosso Senador Jonas Pinheiro veio tirar, no meu entendimento, qualquer consideração diferenciada que se possa ter sobre a matéria.

Assim como em muitos lugares em que se trabalha a prospecção científica do meio natural, a comunidade local quase nunca é beneficiada com as informações. Nós convivemos, no Brasil, com uma verdadeira onda de biopirataria, de informações levadas de todas as formas, em muitos casos, até de maneira formal, pelo instituto que financia uma pesquisa, uma tese ou alguém que esteja fazendo uma pós-graduação. Geralmente, a verdadeira e boa informação nem fica no Brasil. Não é esse o caso presente; estou fazendo apenas uma comparação.

Quero dizer que a comunidade local, ao existir um exaustivo trabalho técnico-científico, é merecedora dessas informações. E, quem sabe, se pudesse até melhorar, porque a informação puramente técnica pode ser também ininteligível para uma pessoa de conhecimento mais empírico, mas este é o começo.

Parabenizo o autor da idéia, Deputado Aldo Rebelo, atual Ministro do Governo, e o nosso Senador Jonas Pinheiro, que, no meu entender, corrigiu qualquer distorção que possa haver.

Então peço aos colegas a aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – V. Exª faz comentários, mas não apresenta qualquer alteração ou sugestão.

Gostaria de saber se o eminente Senador Jonas Pinheiro pretende fazer algum comentário a respeito.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – O eminente Senador Sibá Machado mencionou que a minha mudança vai na linha do projeto, melhorando-o, porque retiramos o argumento do Deputado Aldo Rebelo que pertencia impropriamente a um projeto que existia na época, colocando-o num projeto novo, adaptado às atuais condições.

O Senador Sibá foi claro ao dizer que seria um bom começo. A partir deste projeto, poderá haver outras leis e propostas para melhorar ainda mais essa lei de proteção da natureza.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Em discussão.

Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, vou votar favoravelmente ao projeto, até porque considero que ele contribui.

O próprio Ministério do Meio Ambiente já tem uma norma técnica nesse sentido, e o projeto de lei do Deputado Aldo Rebelo não anula o que já existe no Ministério, mas soma.

Por isso vou votar favoravelmente, concordando com o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão. Passamos à votação do projeto de autoria do Deputado Aldo Rebelo, com as emendas aduzidas pelo Relator, Senador Jonas Pinheiro.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto com as emendas apresentadas permaneçam como estão.

Aprovado.

Passamos ao Item 2:

Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2005, de caráter terminativo, que acrescenta parágrafo único ao art. 33 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para impedir que os fornecedores veiculem publicidade ao consumidor que aguarda na linha telefônica o atendimento de suas solicitações.

O projeto é de autoria do Senador João Alberto Souza e o Relator é o Senador Valdir Raupp, que apresenta parecer pela aprovação.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp, para apresentar o seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão,

para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2005, que acrescenta parágrafo único ao art. 33 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para impedir que os fornecedores veiculem publicidade ao consumidor que aguarda na linha telefônica o atendimento das suas solicitações.

De autoria do Senador João Alberto Souza, a proposição tem por objetivo pôr fim ao freqüente abuso praticado por empresas que contam com central de atendimento telefônico. Tal prática consiste em utilizar o tempo em que o consumidor aguarda para ser atendido como uma nova fonte de receita, mediante a apresentação de publicidade.

A inovação legislativa ora considerada apresenta-se na forma de alteração da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Código de Defesa do Consumidor. Cuida-se de acréscimo de parágrafo único ao art. 33, que trata da oferta e da venda de produtos e serviços por telefone ou reembolso postal.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas à proposição.

Da Análise.

De forma preliminar, é mister reconhecer que o projeto se encontra em conformidade com os dispositivos constitucionais referentes à competência legislativa da União. Tampouco fere os limites da iniciativa parlamentar.

No que tange ao mérito, observa-se que a proposição tem como alvo prática condenável adotada por muitas empresas em suas centrais de atendimento.

Não se pode permitir que o tempo de espera do cliente que quer apresentar reclamação ou solicitar informações seja utilizado para aborrecê-lo com publicidade.

Ademais, tal conduta acaba por incentivar as empresas a retardar o atendimento ao consumidor.

Dessa forma, entendemos que o projeto está a merecer o referendo deste colegiado.

Não obstante, Sr. Presidente, cumpre consignar indicação à comissão diretora para que, nos termos do art. 98, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, proceda à adequação de técnica legislativa consistente em acréscimo da anotação NR ao final do dispositivo alterado pelo art. 1º da proposição.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2005.

É o voto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Uma vez apresentado o voto, submetemos à discussão o projeto de lei.

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos submetê-lo à votação.

Como a votação é nominal, vou iniciar a chamada dos Srs. Senadores.

Aprova o projeto quem votar “Sim”, como Relator.

(Procede-se à votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Vamos aguardar o Senador Sibá Machado, que está na Secretaria.

Realmente este projeto tem pertinência, porque o usuário do serviço liga para obter informação ou para cobrar. Naturalmente, ele está pagando a ligação. E ainda fica sujeito, enquanto espera, a ouvir a propaganda da empresa para quem está pagando o serviço.

Então o projeto é pertinente e vem corrigir uma distorção que há nessa relação entre o usuário e a empresa fornecedora do serviço.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, uma indagação.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Já está marcada a audiência pública que foi aprovada na semana passada, da Senadora e Ministra Marina Silva e do Governador Blairo Maggi? Já tem dia e hora marcados?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Ainda não. Estamos diligenciando para acertar a agenda das pessoas convidadas.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, quero reformular o meu voto para pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – O Senador Sibá Machado encontra-se na Secretaria.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Tenho que analisar isso com mais profundidade, porque há muitos serviços especiais que não têm cobrança. Talvez devêssemos trazer na próxima semana com essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Perfeitamente. Vista concedida a V. Ex^a.

O Item 3, terminativo, tem como Relator o Senador Gerson Camata, que não se encontra presente.

Passaríamos para o Item 4.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, peço vista conjunta com o Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Vista coletiva concedida.

Passamos ao Item 4:

Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2004, altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e dá outras providências, para tornar obrigatória a implantação plena de infra-estrutura básica.

Projeto de autoria do Senador Rodolpho Tourinho; o Relator é o Senador Heráclito Fortes, que apresenta parecer pela aprovação, nos termos da Emenda nº 1.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, dialogando com o Senador Rodolpho Tourinho a respeito da importância deste projeto, como entendi que é preciso fazer alguns ajustes, estou pedindo vista.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – É necessário que o Senador Relator leia o seu parecer preliminarmente.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – De autoria do Senador Rodolpho Tourinho, o Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2004, tem o objetivo de tornar obrigatória a plena e prévia implantação das redes de infra-estrutura básica dos loteamentos urbanos.

Para tanto, a proposição altera o caput do art. 2º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e dá outras providências, para incluir a determinação de que o parcelamento, seja na forma de loteamento, seja na forma de desmembramento, seja precedido da implantação de infra-estrutura básica.

Inicialmente distribuída à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e de Assuntos Sociais, o PLS nº 288, de 2004, em virtude da edição da Resolução nº 1, de 22 de dezembro de 2005, foi distribuído a esta Comissão para a deliberação de natureza terminativa.

Este é o relatório.

Guardaria, então, a minha análise e o parecer para depois, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Uma vez conhecido o parecer o eminente Relator, a Mesa concede vistas à eminente Senadora Ana Júlia Carepa por cinco dias.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h31min)

Ata da 11ª Reunião, Conjunta, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, do Dia 8 de Junho de 2005, às 10:32 Horas.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia oito de junho de dois mil e cinco, na Sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores **HERÁCLITO FORTES, CÉSAR BORGES, JONAS PINHEIRO, FLEXA RIBEIRO, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, NEZINHO ALENCAR, AUGUSTO BOTELHO, LEONEL PAVAN, ALVARO DIAS, IDELI SALVATTI, FLÁVIO ARNS e OSMAR DIAS**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à realização de Audiência Pública conforme Requerimentos nºs 15/2005-CRA, de autoria do Senador **OSMAR DIAS**; 17/2005-CRA e 19/2005-CMA, de autoria do Senador **FLÁVIO ARNS**. São convidados a tomar assento à mesa os Senhores: Secretário de Biodiversidades e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO; Pesquisador da Embrapa Florestas, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. ANTÔNIO APARECIDO CARPANEZZI; Coordenador-Geral de Unidades de Conservação do IBAMA, Sr. IVAN BAPTISTON; Vice-Presidente da Federação de Agricultura do Estado de Santa Catarina, Sr. ENORÍ BARBIERI; Diretor da Secretaria de Articulação Nacional do Governo do Estado de Santa Catarina, Sr. VALDIR COLATO; Assessor da Presidência da Federação de Agricultura do Estado do Paraná, Sr. CARLOS AUGUSTO CAVALCANTI ALBUQUERQUE; Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Sr. ÁLVARO LUIZ SCHEFFER. Usam da palavra os Senhores Senadores **OSMAR DIAS, FLÁVIO ARNS, FLEXA RIBEIRO, ÁLVARO DIAS, IDELI SALVATTI e LEONEL PAVAN**. **Extra-pauta**, são deliberados: Item 1) Requerimentos nº 23, de 2005-CMA e nº 20, de 2005-CRA, que “requer nos termos do art. 217, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 22, § 3º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, sejam encaminhados a essas Comissões todos os documentos e informações, inclusive cópia dos contratos com especialistas, organizações, etc, relatórios de vistoria de campo, datas e locais vistoriados, estudos técnicos, em especial dos de variabilidade genética, sócio-econômicos, e

outros especializados, referentes à criação das unidades de conservação ambiental nos Estados do Paraná e Santa Catarina”. **Autoria:** Senador **OSMAR DIAS. Resultado: APROVADO. Item 2) Requerimentos nº 24, de 2005-CMA e nº 21, de 2005-CRA**, que requer “nos termos do art. 217, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 22, § 3º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, sejam encaminhados a essas Comissões todos os documentos e informações, inclusive cópia dos contratos com especialistas, organizações, etc, relatórios de vistoria de campo, datas e locais vistoriados, estudos técnicos, em especial dos de variabilidade genética, sócio-econômicos, e outros especializados, referentes à criação das unidades de conservação ambiental no Estado do Pará”. **Autoria:** Senador **FLEXA RIBEIRO. Resultado: APROVADO.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e treze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DA CMA DE 8-6-2005

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Convido os Srs. Parlamentares a tomarem assento em suas bancadas para que possamos iniciar a reunião.

Há número regimental, declaro aberta a décima terceira reunião conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal e da décima primeira reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que concordam com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam sentados.

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a finalidade de discutir a situação de produtores rurais que estão sendo desapropriados de suas terras para a criação de oito Unidades de Conservação Ambiental, sem terem sido ouvidos na forma da legislação pertinente. E para tratar do Zoneamento Ambiental nos Estados do Paraná e de Santa Catarina, nos termos do Requerimento nº 15/2005, de autoria do Senador Osmar Dias, e do Requerimento nº 17/2005, de autoria do Senador Flávio Arns.

Iniciaremos convidando para compor a mesa o Sr. João Paulo Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Antonio

Carpanese, pesquisador da Embrapa-Florestas; o Sr. Valmir Ortega, Diretor de Ecossistemas do Ibama. Em seu lugar veio o Dr. Ivan Batiston. Chamo, ainda, Enori Barbieri, Vice-Presidente da Federação de Agricultura do Estado de Santa Catarina; Valdir Colatto, Diretor da Secretaria da Estatal de Articulação Nacional do Governo do Estado de Santa Catarina; Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque, Assessor da Presidência da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e Álvaro Luiz Scheffer, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Para um melhor resultado possível nessa reunião, nessa audiência pública, ouviremos efetivamente os argumentos e os subsídios que trazem para o debate com os eminentes Senadores. Vamos conferir a cada um dos participantes o tempo de dez minutos para suas respectivas exposições.

Vamos iniciar com o Sr. João Paulo Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Tem V. Sª a palavra.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Sr. Senador, Presidente da Comissão, demais Senadores presentes, Senhoras e Senhores, inicialmente gostaria de agradecer a oportunidade de trazer ao Senado explicações sobre o processo de criação das Unidades de Conservação que visam proteger as florestas de araucária nos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Faço apenas uma consulta ao Sr. Presidente sobre um problema para o qual gostaria de uma orientação: temos uma apresentação que detalha o processo, e temo que seja um pouco mais longo do que 10 minutos. Pergunto, então, se posso prosseguir na apresentação ou se devo fazer um resumo um pouco apressado talvez. Não sei qual seria o melhor encaminhamento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Sugeriria, já que vem com imagens, e, normalmente, imagem fala mais do que mil palavras, talvez fosse interessante V. Sª fazer apresentação, mas procurando enxugar o que entendesse oportuno.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Está certo! Muito obrigado. Fá-lo-ei o mais rápido possível!

Vamos começar, então, por favor! Não sei quem está operando o equipamento.

Pode passar, por favor, o próximo!

Srªs e Srs Senadores presentes aqui nesta reunião, rapidamente, apenas para nos localizarmos, esta é a área da cobertura original do Estado do Paraná. Podemos verificar ali a área em debate, que chamamos floresta com araucária ou que é classificada pelo IBGE como Floresta Ombrófila Mista, uma grande mancha que originalmente cobria toda a região central, indo até nos limites do Estado com Santa Catarina, uma região

muito importante e dominada, originalmente, por essa formação florestal.

Próximo!

Esse é o de Santa Catarina. A mesma coisa. Observem que temos, na região litorânea, a chamada Floresta Ombrófila Densa, mas, em todo interior, temos extensas áreas originais da Floresta Ombrófila Mista, passando Abelardo Luz até a divisa, inclusive, do Brasil, no seu limite Oeste.

Próximo!

Essa é a situação atual do Estado, da cobertura vegetal no Paraná, em 2000, que se caracteriza por uma intensa preservação na região litorânea. Temos ali, entre a Capital, Curitiba, e o litoral, uma extensa área de cobertura florestal da Floresta Ombrófila Densa, não é a floresta com araucárias. Mais para o interior, temos uma fragmentação muito grande, com remanescentes de pequena dimensão que constituem hoje o que sobrou dessa floresta original.

Próximo!

Esse é o mesmo caso de Santa Catarina. Novamente se repete isso! Temos, na região serrana litorânea, uma densa cobertura, também da Floresta Ombrófila Densa. Mais para o interior, na área de ocorrência original da Floresta Ombrófila Mista, das matas com araucária, temos uma situação bastante preocupante com muitas áreas pequenas e muito pulverizadas.

Próximo!

Esse é um mapeamento que traduz o Decreto nº 5.092, de 2004, do Presidente da República, que definiu em todo o País as chamadas Áreas Prioritárias para a Consideração da Biodiversidade. Esse é um trabalho realizado por mais de 1.200 especialistas no Brasil inteiro, por região, que se reuniram para trabalhar e definir as áreas prioritárias.

Observem ali, na Guarapoava, mais ali no centro-sul do Estado, essa mancha vermelha que vai até Palmas e depois continua em Santa Catarina.

Próximo, por favor!

Santa Catarina, ali, Abelardo Luz, Ponte Serrada. Aquela é uma grande área que foi considerada por todos os especialistas como a grande área importante, do ponto de vista da biodiversidade, para a proteção dessa Floresta Ombrófila Mista, em função de características biológicas e genéticas de ecologia da paisagem.

Próximo!

Chegamos, finalmente, às áreas em estudo. Como podem ver, grande parte das áreas que estão aí assinaladas constavam das Portarias nºs 507 e 508, editadas pelo Governo Federal, pelo Ministro do Meio Ambiente, no final do ano de 2002, portanto na gestão anterior à nossa. Essas portarias foram criadas identificando as

áreas que estão aí assinaladas, que se concentram naquela mancha vermelha que mostrei como áreas prioritárias para a biodiversidade, exceção de Tuneiras do Oeste, que é uma área um pouco mais afastada em direção ao interior do Paraná, que pode ser vista no Noroeste do Paraná.

Essas áreas ali assinaladas, Srs. Senadores, foram definidas como áreas para estudos e criação de novas áreas de concentração ainda no Governo anterior, e elas foram identificadas a partir de um grupo de trabalho criado também no Governo anterior, que identificou essas áreas, como aquelas onde ocorriam ainda remanescentes importantes dessa floresta, que deveriam ser analisadas com mais detalhe para futura criação de Unidade de Conservação.

Ocorreu que as Portarias nºs 507 e 508, por uma questão de redação, geraram uma grande polêmica nas duas regiões nos Estados do Paraná e Santa Catarina e essa foi a primeira grande discussão que nós enfrentamos logo no início do Governo. Recebemos uma delegação de mais de 40 pessoas, incluindo Parlamentares Federais, Estaduais, incluindo Prefeitos, proprietários, associações de produtores, ou seja, uma reunião muito grande para nossa surpresa. Nós não conhecíamos essa polêmica porque aquela portaria definia, como vocês podem ver, a chamada área núcleo e área de entorno e proibia a introdução de qualquer espécie exótica. E como isso houve uma interpretação de que toda a atividade de uma cultura de pinos ou mesmo a atividade de cultura tradicional, milho, arroz, tudo aquilo que não é nativo, estaria proibido em toda essa extensa área provocando corretamente, portanto, uma revolta de todos os produtores.

Então, o que nós fizemos? Em entendimento com a Ministra Marina Silva, com aqueles atores, ela criou um grupo de trabalho chamado GT Araucária Sul, composta por representantes de vários setores da região e do Governo Federal e dos Governos Estaduais para discutir isso. E a primeira proposta deste GT foi aprovar uma mudança na portaria que gerou as Portarias 176 e 178, que corrigiram para esses equívocos, explicitando claramente que as portarias tinham incidências exclusivamente sobre área de vegetação nativa, que se encontrava naquela situação no ato da edição das portarias. Portanto, desonerando qualquer atividade econômica, qualquer atividade produtiva, e eliminando inclusive o chamado entorno dos dez quilômetros que estariam afetados pela portaria. E isso trouxe uma atividade maior ao grupo, evidentemente, que as preocupações permaneceram em vários setores corretamente, mas isso permitiu, um distencionamento e o início do trabalho GT-Araucária Sul de forma mais positiva.

O próximo, por favor.

Uma informação que acho relevante e que temos que ter em mente, é que a floresta com araucárias está hoje restrita a menos de 3% de sua área original, sendo que apenas 0,36% desta área remanescente, que é muito pouco, mas apenas 0,36%, está protegida em Unidades de Conservação, sejam elas federais, sejam estaduais ou reservas particulares do patrimônio cultural.

Então, nós temos pouca área protegida.

O GT-Araucária Sul, criado em março de 2003, pela Ministra Marina Silva, passou a se reunir a partir de março e a missão desse GT, na Portaria, propor ações visando a proteção, conservação e recuperação das florestas araucárias.

O GT tem a participação de mais de 30 instituições, evidentemente que não é perfeito. Há reclamações de instituições que não participaram, de ambos os lados, de todos os setores, mas ele é bastante representativo, embora não seja perfeito como qualquer grupo de trabalho que nós criamos e trabalhamos.

Então, envolvendo níveis de Governo, as universidades, sociedades e organizações do setor agrícola industrial.

O próximo, por favor.

O GT fez quatro reuniões, a primeira em Brasília, aberta pela Ministra, na sequência, Curitiba, Florianópolis, e uma final em Brasília, e o Governo do Estado de Santa Catarina e Paraná participaram intensamente de todo o processo, de todas as reuniões, representados por seus titulares máximos na área ambiental, os Secretários do Meio Ambiente e dos dois Estados.

No âmbito do GT, para dar consequência aos estudos das Unidades de Conservação, foi criado uma força-tarefa de técnicos, coordenados pelo IMA e Ibama, reunindo 16 instituições nos três níveis Governos, universidades e organizações da sociedade civil que tiveram como objetivo justamente fazer os trabalhos técnicos de levantamento, para propor ao GT o encaminhamento para a proteção daquelas áreas que merecessem essa proteção.

Próximo.

Temos aqui um resumo. Esse grupo teve 47 dias de campo, três sobrevôos, foram quarenta técnicos dessas instituições, que percorreram mais de 41 mil e 300 km em seu esforço. Vocês podem ver aqui todo o equipamento. As equipes foram mistas, entre os Governos dos Estados envolvidos e o Governo Federal, e o trabalho todo foi feito de forma integrada.

Próximo.

As diretrizes do grupo, aprovadas pelo GT de Aguarçu foram as seguintes:

Primeiro, incluir o máximo de áreas com cobertura original, portanto Floresta Ombrófila Mista e também as suas ligações com campos naturais;

Manter a integridade dos fragmentos de campos e florestas;

Evitar a inclusão de edificações e atividades primárias;

Incluir nascentes e mananciais.

Próximo.

Foram utilizadas imagens de satélite de alta resolução. Todo o material já foi geo-referenciado e está totalmente disponível. Envolveu doutores e especialistas de relevância nacional e internacional e, no caso do estudo da variabilidade genética, utilizou marcadores moleculares, num processo produzido pela Embrapa, que elaborou esses marcadores, microsatélites, para análise de variabilidade genética das áreas de interesse e proteção.

Próximo.

Foram realizados estudos na área biológica: fauna e flora, ecologia da paisagem, biologia da conservação, variabilidade genética das araucárias, geomorfologia, ideologia, economia, perfil fundiário.

Próximo.

Estudos socioeconômicos: Grau de urbanização dos Municípios, População ocupada por setor econômico, emprego formal por setor econômico, emprego formal para o setor econômico, produção agropecuária, valor da produção agrícola, principais produtos da pauta agrícola, estrutura fundiária, uso da terra, participação no valor adicionado fiscal do Estado e índice de desenvolvimento humano e municipal.

Próximo.

Em termos de perfil fundiário, foram identificados em campo propriedades e proprietários, pesquisa cartorial, matrículas, transcrições e mapas e foi feito um levantamento do valor comercial das terras, utilizando fundamentalmente dados do Brasil, cartórios, imobiliárias e corretores.

Próximo.

Esse é o exemplo de uma área, no caso do Estado do Paraná. Temos ali a cidade de Ponta Grossa e, na área em amarelo, está em estudo a proposta de limite do Parque Nacional de Campos Gerais. Cada marcação dessa equivale a visitas de campo e coleta de dados em campo realizada pela equipe, durante os trabalhos de vistoria nessa região.

Próximo.

Bom o que resultou desse trabalho, Srs. Senadores?

Próximo.

Ao final e ao cabo, depois desses levantamentos, foram propostas a criação de sete Unidades de Con-

servação, sendo cinco no Estado do Paraná e duas no Estado de Santa Catarina.

Dessas Unidades do Paraná, três delas, as três primeiras, o Parque Nacional de Campos Gerais, a Reserva Biológica das Araucárias e a Reserva Biológica das Perobas, são Unidades de Conservação que, pelas suas características, segundo a Lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, são obrigatoriamente áreas que terão que passar para Poder Público, portanto, as áreas terão que ser desapropriadas.

Já as duas outras no Paraná, o Refúgio de Vida Silvestre do Rio Tabagi e o Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas, são áreas que permanecem privadas, portanto não há desapropriação.

No caso de Santa Catarina, temos duas Unidades, uma de Estação Ecológica, a da Mata Preta e o Parque Nacional das Araucárias que, pelas suas características, segundo a Lei, passariam a ser áreas de propriedade do Poder Público, a não ser aquelas áreas, que em entendimentos, isso vale para qualquer uma dessas cinco Unidades, sejam as três do Paraná ou as duas de Santa Catarina, onde houver entendimento, onde os proprietários queiram, prefiram, dar uma destinação de criar na sua área uma reserva particular do patrimônio natural, como tem sido discutido já com vários deles. Portanto, nesse caso não seriam evidentemente desapropriadas.

Próximo.

Entre as Unidades, a primeira, o Parque Nacional dos Campos Gerais, tem uma área de 23.092 hectares, no estágio atual. É importante frisar que esse processo não está encerrado, mas que há discussões sobre limites. Como já disse, um dos critérios é a não-inclusão de atividades produtivas em todo o seu entorno. Mas eu queria chamar a atenção dos Srs. Senadores e de todos os presentes de que, em alguns casos, nós temos, em algumas regiões, como vão aparecer nos próximos mapas, algumas áreas de atividade em produção no meio desse mosaico.

Então, essas áreas que estão no meio da Unidade dificilmente poderão ser excluídas, para que possamos manter o conjunto. No entanto, as áreas de entorno nos limites das Unidades, evidentemente, o objetivo é excluir todas as atividades em produção, toda a infraestrutura existente. Mas esse é o estágio atual, como eu disse, em fase de discussão.

Há, inclusive, nesse caso, uma polêmica em relação àquela área sul, aquela área foi proposta de ser ampliada na audiência pública, ou melhor, na consulta pública realizada em Ponta Grossa, mas há vários questionamentos de proprietários de que a ampliação ali teria incluído uma área de produção, portanto, evidentemente que isso terá que ser visto e analisado,

porque não faria sentido ampliar a área para uma área de produção. Portanto, esse é um mapa que ainda não está fechado.

Próximo.

Vou pular aqui, Senador, as justificativas para a criação, porque eu acho que isso demoraria muito tempo, mas nós temos aqui, nesse *slide* e no próximo – próximo, por favor – o conjunto de justificativas para a criação dessa Unidade de Conservação, que estão disponíveis, nós vamos deixar o material com V. Ex^{as}, esse CD, e vou passar aqui a V. Ex^a também, já, essa apresentação, onde nós temos todas as informações aqui detalhadas, caso os Senadores tenham interesse. Eu também estou à disposição para esclarecer, evidentemente.

Próximo.

Essa Unidade abrange os Municípios de Ponta Grossa, Castro e Carambeí, nessa proporção, como aparece aí. A grande parte, 72%, está no Município de Ponta Grossa, seguido por Castro e Carambeí.

Próximo.

Essa é a área atual, que ainda merece análises e debates. Eu espero que possamos aprimorar isso no curto prazo. Mas, no momento atual, nesse mapa aí exposto, nós teríamos, dentro da área, 17,8% da área, que é destinada a outros usos, atualmente com outros usos, e que merece análises detalhadas no sentido de verificar a viabilidade disso.

Nós temos ali – é interessante, eu queria chamar atenção – ontem, na audiência muito produtiva, que tivemos na Câmara, algumas pessoas da região propuseram, inclusive, a ampliação dessa Unidade ao norte, no sentido de que há uma grande área protegida ali, uma área de mananciais muito importante, propondo, inclusive, que pudesse incluir essa área ao norte, e ajustar em outras áreas onde há áreas de produção.

Portanto, isso mostra que nós temos, ainda, bons ajustes, que vão aprimorar muito a proposta nos próximos dias.

Próximo.

Esse é o levantamento que nós temos sobre a ocorrência de propriedades nesse perímetro. Nós temos aqui dezessete propriedades e na próxima tabela... Próximo, por favor.

Totalizariam 33 propriedades. Há questionamentos sobre isso. Ontem foram apresentadas outras propriedades, e – mais uma vez eu repito – o Grupo de Trabalho que foi criado ontem por Município para discutir isso, nós vamos poder confrontar essas informações, verificar porque que as eventuais propriedades incluídas não estão aqui relacionadas, e corrigir isso, evidentemente, sempre que isso for comprovado.

Próximo.

Esta é a Reserva Biológica das Araucárias. No desenho atual, ela apresenta 16.573 hectares.

Próximo.

Também aqui a caracterização da área, vou pular para ser mais rápido.

Próximo.

Ela abrange três Municípios, conforme aí está delimitado, sendo que a maior área da UC está no Município de Teixeira Soares e inclui também os Municípios de Imituba e Ipiranga.

Próximo.

Esta é a área do desenho atual. No desenho atual, nós temos 18,7% de outros usos e, como eu disse, em análise.

Próximo.

Aqui é o levantamento fundiário, obtido já pelo Ministério, e também aqui surgem algumas dúvidas sobre algumas outras propriedades que, como eu disse, serão, eventualmente, consideradas nas discussões daqui para frente.

Próximo.

Esse seria o Refúgio Silvestre do Rio Tibagi e, como já disse, essa Unidade de Conservação não exige desapropriação, ela permaneceria de propriedade dos proprietários atuais, sendo que não haverá nenhuma restrição à atividade em produção que esteja sendo executada em bases legais. Isso inclusive constará do decreto. Temos ali uma área atual de 31.483 hectares em discussão.

Próximo.

Aqui a caracterização da área e os motivos que levaram a incluí-la.

Próximo.

Como já disse, isso tudo está disponível para os Srs. Senadores.

Próximo.

Os Municípios abrangidos são cinco, sendo que o mais abrangido seria o Município de Ponta Grossa, com 42,9% da Unidade neste Município e nos demais, conforme esse quadro explicita.

Próximo.

Temos nessa área 23% de outros usos e o resto são todas áreas de proteção.

Próximo.

Aqui uma informação importante que é a criação dessa reserva de vida silvestre que, como já disse, é uma área de propriedade privada e permanecerá assim, permitirá a interligação de várias Unidades já existentes e de Unidades a serem criadas. Temos ali o Parque Nacional de Campos Gerais, mais ao norte, proposto e já especificado e se ligará com Parque Estadual de Vila Velha com APA e promoverá a interligação por corredor biológico com a araucária, que

também estamos propondo, e Unidades de Estação Ecológica já existentes naquele lado. Então, teremos aí não apenas a criação de Unidades, mas também a consolidação de um corredor biológico, de altíssima importância, que acreditamos dará uma grande contribuição à proteção da diversidade biológica dessa fisionomia florestal tão ameaçada.

Próximo.

Essa seria a Reserva Biológica das Perobas, com 10.832 hectares propostos.

Próximo.

Essa área está, na sua maior parte, no Município de Tuneiras do Oeste e o restante dela no Município de Cianorte

Próximo.

Hoje, pelo desenho atual, temos 16,9% de áreas que não são de florestas ou de proteção de cultura vegetal natural e, evidentemente, tudo em processo de análise e discussão por todos os participantes.

Próximo.

Essas seriam as propriedades incluídas no perímetro dessa unidade e a soma dessas propriedades é bem maior que a soma da Unidade, mas é porque parte delas está parcialmente na Unidade de Conservação.

Na audiência anterior, foi informada algumas correções na tabela, e vamos verificar a procedência dessas correções para ajustá-las e corrigi-las. A informação de ontem de que no caso da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná seria acima de 15mil hectares e não 40 mil hectares. Vamos verificar e estamos pedindo que esse dado nos chegue com detalhes para checarmos, porque, efetivamente, no Registro de Imóveis obtido pelo Ministério, a área era assinada com 40mil hectares.

Próximo.

Essa seria finalmente a última Unidade no Paraná, o Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas, que inclui uma área de floresta importante e uma área de transição com campos naturais muito bem preservados, talvez uma das últimas ou a última área significativa que encontramos com campos naturais muito bem preservados, seria um refúgio de vida silvestre, onde a atividade econômica em curso permaneceria em atividade, e ela está proposta no momento com 16.272 hectares.

Próximo.

Aí estão as justificativas.

Próximo.

Os Municípios abrangidos. Palmas, 90% da Unidade estaria no Município de Palmas e 9,2% no Município de General Carneiro.

Próximo.

Aqui já no Estado de Santa Catarina temos o Parque Nacional das Araucárias, proposto hoje com 16.035 hectares.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Dr. Capebianco, sugeriria a V. S^a que procurasse agilizar, porque notamos que, embora as imagens sejam importantes como subsídio das discussões que seguirão, há uma certa repetição nas informações das respectivas áreas.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Está certo, entendi.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Como os Srs. Senadores terão um material disponível...

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Está certo. Já estamos no final.

Vamos acelerar, pode passar, são as justificativas, são os Municípios Ponte Cerrado e Passo Maia, abrangidos.

Próximo.

Aqui o uso do solo.

Próximo.

Os proprietários até o momento identificados.

Próximo. Aqui a última a seção ecológica da Mata Preta, com atualmente 7.958 hectares.

Próximo.

Com justificativas.

Próximo.

E aqui o mapa de uso do solo atual.

Próximo.

Aqui a questão fundiária.

Próximo.

Aqui, finalmente, Srs. Senadores, seria o resumo.

Então, os Srs. podem observar, temos as cinco Unidades de Conservação.

E para encerrar, este é o último *slide*, Senador, temos na primeira coluna a primeira proposta elaborada. Na segunda coluna, a proposta pós consultas públicas.

Em Santa Catarina, foram debates ocorridos com vários setores envolvidos. Só para esclarecer, daquelas três primeiras Unidades, temos em vermelho a soma das áreas que teriam que ser ou desapropriadas ou no caso, caso os proprietários queiram transformar em reserva particular de patrimônio natural, poderiam permanecer privadas. Mas, em tese, a área era originalmente de 48.827 e, depois de várias consultas, teria passado a 50.497. Mas, como disse, isso não está fechado ainda. Poderá variar. E as duas, na segunda coluna em vermelho, a área que permanecerá privada, 48 mil originalmente, agora 47.755, portanto, praticamente metade no Paraná exigiria desapropriação.

O total no Paraná, hoje, 98.252. Em Santa Catarina, teríamos 25.830. atualmente, 23.993. E no total, nos dois Estados, teríamos hoje 122.245 hectares.

Para encerrar, Senador, quero esclarecer novamente que essas cifras ainda estão em discussão. Há várias propostas de ajuste, várias já foram consideradas. Há propostas de proprietários que estão reivindicando o direito e a possibilidade, ao invés dessa área ser desapropriada que transformem em reserva particular do patrimônio natural. O Ministério do Meio Ambiente vê isso com muito bons olhos. Acho que esse é um caminho muito bom, mas evidentemente isso depende de uma vontade do proprietário, não pode ser imposto ao proprietário.

Ontem ainda várias discussões foram feitas, e foi aberta a possibilidade de cada Município envolvido criar uma comissão para analisar tecnicamente. Vários Prefeitos que estão aqui vão, inclusive, levar já todo o material detalhado, mapas em grande escala para poder trabalhar e todo o material para que possamos avançar nas discussões.

Obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Presidente Leomar Quintanilha, estamos vendo que teremos vinte oradores, entre Senadores e os expositores. Expositores são oito, a não ser que o digníssimo Senador Flávio que deverá usar. O autor do requerimento é o Senador Osmar Dias, assinado também pelo Senador Flávio. O Senador Osmar Dias também fará uma explanação bem ampla por ser o autor. E depois a réplica e a tréplica. Fora as questões de ordem, teremos aqui umas quatro horas de reunião, falando 10 minutos cada um.

Não sei o que o Presidente tem para nós. É justamente esse o tempo que vai durar? Porque temos outros compromissos que têm de ser seguidos na Casa, para tentarmos encaixar a nossa agenda. E há Comissões que também exigem a presença de alguns Senadores. Ele sai, volta. Tem que saber como será o procedimento. Se serão todos de dez minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, tem a palavra o eminente Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, neste momento está sendo realizada uma reunião dos Líderes. Sou Líder do PDT e deixei de participar da reunião de Líderes para estar aqui. Também está

sendo realizada uma reunião da Executiva do meu Partido, onde não posso estar evidentemente, para discutir a questão da CPI.

Meu requerimento propunha a convocação ou o convite de três pessoas para que pudéssemos ter o contraditório. Houve a opção do Senador Flávio Arns de ampliar essa audiência com a participação de outras pessoas, o que é positivo, mas, para que todos sejam ouvidos, é preciso que todos colaborem com o tempo. É claro que o Dr. Capobianco tinha que apresentar aqui as informações e seu tempo estourou, mas, se continuarmos estourando o tempo dessa forma, não vamos nem almoçar nem participar da sessão do Senado, à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Perfeitamente. Compreendemos, primeiro, os compromissos das Sr^{as} e Srs. Senadores com outras atividades, mas vamos procurar objetivar sem perda da qualidade do conteúdo das exposições que vierem a ser feitas, que são os subsídios importantes para a discussão que vamos tratar. Agradeço o Sr. Capobianco pela primeira participação.

Passo a palavra ao Sr. Antonio Carpanezi, pesquisador da Embrapa, pedindo a sua compreensão para o cumprimento do horário estipulado de dez minutos.

O SR. ANTONIO APARECIDO CARPANEZI – Sou pouco afeito a esse tipo de apresentação, então, peço antecipadamente a compreensão de V. Ex^{as}. Sou pesquisador da Embrapa e, resumidamente, atuo no sul do País há cerca de vinte anos. Trabalho com ecologia florestal voltada tanto à produção quanto à conservação, que é uma tendência dos últimos quinze anos aproximadamente. O meu depoimento e o meu parecer são fundamentados basicamente nessa larga experiência.

Um pequeno detalhe que vejo hoje e que foi muito útil em minha vida é que, em cada viagem que faço nesses últimos vinte anos, não dirijo, mas observo a paisagem por dever profissional. Observo as espécies, a conservação da natureza, não pela conservação em si, exatamente, mas para a tecnologia de silvicultura de espécies nativas. Em suma, tenho acompanhado muito a transformação da paisagem, não somente em toda a Região Sul, como também no Estado do Paraná e em outros Estados, como Rondônia e Pará, para onde tive oportunidade de viajar muito.

Atendo-me aos dizeres da convocação do requerimento, não entrarei nos méritos do processo, que parece ser a grande dúvida que paira sobre toda... Os méritos do processo parecem ser a causa principal dessa convocação. Isso não é de competência da Embrapa ou do Ministério da Agricultura. De qualquer modo, ou acima disso, o nosso parecer é favorável ao

estabelecimento das Unidades de Conservação que estão sendo propostas. Existem dois motivos básicos para isso: o menor, diria, é que somente 0,1% da área dos Estados é área em produção que, efetivamente, seria desativada – 0,1% a 0,2%, dependendo de como se façam os cálculos.

O outro motivo é de ordem maior. É que entendemos que uma agricultura moderna e sustentável não pode prescindir do sistema de Unidades de Conservação que seja condizente com isso. Não existe um País moderno e sustentável, com uma agricultura moderna e sustentável, sem um sistema de unidades de conservação, seja através de unidades de conservação tradicionais, seja de outras formas, como áreas de preservação permanente e reserva legal, que seja condizente com o seu ambiente, com a sua natureza, com o seu povo.

As Unidades de Conservação, a bem da verdade, a nosso ver, ela já vem muito tarde. Os percentuais de Unidades de Conservação em nosso País aproximamos de uma Serra Leoa no sentido de conservação ambiental. Não somente – permitam-me dizer – de Paraná e Santa Catarina ou Rio Grande do Sul. A questão de campos, fala-se muito de floresta. Os campos estão em uma situação hoje muito mais olvidada e muito mais em devastação do que as florestas; e os olhos estão somente para os campos por uma questão cultural. Somente a floresta tem valor. Não existe praticamente hoje um hectare de campo essencialmente nativo, que realmente esteja protegido. Eu não digo campo transformado em pastagem de gado. Isso não é campo protegido; é campo propriamente dito.

Eu quero dizer isso como uma contribuição aos Srs. Senadores, para que realmente olhem o nosso ambiente, porque eu vejo que os campos constituirão, em breve, uma grande embate entre os produtores e os exigidores da lei ambiental. Existe hoje muito mais tecnologia para se fazer reserva legal em florestas, por exemplo. Mas não existe nenhuma tecnologia para se fazer reserva legal em campo.

Por que a Embrapa toma tal posição? A Embrapa toma tal posição, porque ela reconhece como todo na conservação da natureza. Além dos valores éticos, ela reconhece importância direta ao homem, seja através de serviços dos quais o serviço mais evidente, mais divulgado, e mais concentrado, especialmente, é a produção de água, como também a conservação genética.

Eu observei ali, na exposição do Ministério do Meio Ambiente, que existem muitas outras espécies, vamos dizer, a goiaba serrana. A goiaba serrana hoje, em nosso país, é praticamente olvidada. Ela está sendo estudada na Nova Zelândia, na China. É uma planta

nativa de vários ecossistemas, principalmente aqueles próximos a palmas. Todos esses recursos genéticos de goiaba serrana, de pinheiro, de (inaudível), dentro da floresta estacional semidecidual. São espécies de potencial econômico enorme que devem ser preservadas.

Nós precisaremos, em breve, como consta na legislação, de um grande esforço para recompor a Reserva Legal. A Reserva Legal precisa de patrimônio genético. Não se faz Reserva Legal pegando árvores de esquina. Então, precisamos dessas Unidades para contemplar a nossa produção futura, com espécies nativas que até hoje se encontram em estado incipiente.

Bem, finalizando, a Embrapa estará pronta a co-laborar, seja no âmbito de produção madeireira.

Bem, somente isso eu tenho a dizer, por enquanto. Agradeço a atenção.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Os agradecimentos da Mesa ao Sr. Antonio Aparecido Carpanelli pela sua participação.

Nós gostaríamos de registrar as honrosas presenças, nesta audiência pública, do Prefeito de Ponte Serrada, de Santa Catarina, Sandro Luiz Fávero; do Prefeito de Passos Maia, de Santa Catarina, Osmar Toso; do Prefeito de Abelardo Luz, também de Santa Catarina, Nerci Santin; do Presidente da Sociedade Rural dos Campos Gerais, do Paraná, Luiz Eduardo Pilates Rosas; do Dr. Douglas Fonseca, Presidente do Conselho de Desenvolvimento de Ponta Grossa; de Henri Uliano Quaresma, Diretor de Relações Industriais da Fiesp; de Cláudio Caminsk, Presidente da Agência de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro do Paraná; de Celso Kubask, Prefeito de Imbituva, Paraná; de Orides Dalbem, Presidente do Sindicato Rural de Abelardo Luz, Santa Catarina; de Jussara Bittencourt, da Cooperativa Batavo; de Demerval Silvestre, da Associação de Produtores Rurais de Ribeira Concórdia, no Paraná; de Zeli de Oliveira da Luz, Prefeito de Ouro Verde, Santa Catarina e de Gilberto Hullman, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Imbituva, no Paraná.

Passamos a palavra ao Dr. Ivan Baptiston, Coordenador-Geral de Unidades de Conservação do Ibama.

O SR. IVAN BAPTISTON – Sr. Senador que preside esta Mesa; Srs. Senadores; autoridades, senhores e senhoras, bom-dia.

Inicialmente, eu gostaria de justificar a ausência do Dr. Valmir, que não podia se fazer presente e me pediu que o representasse aqui. Ele é Diretor de Ecossistemas, onde a execução da implantação e ingestão das UCs propostas estão afetas.

Como Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, Ibama, que é responsável pela execução da política nacional do meio ambiente, nós executamos, exercemos as atividades no atendimento de compromissos que são assumidos por esta Nação; compromissos assumidos com protocolos internacionais; compromissos constitucionais e por isso éticos e morais, principalmente com as nossas gerações futuras.

Nos compromissos de conservação da biodiversidade, buscando atender a esse compromisso, as unidades de conservação são, segundo o conhecimento de todos os senhores, o principal elemento para que consigamos atingir a conservação de biodiversidade, que é fundamental, como já foi dito, para a busca de qualquer desafio de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável. Há um conjunto de objetivos que são atendidos pelas unidades de conservação, não só principalmente de proteção da biodiversidade, mas também objetivos de desenvolvimento, de alternativas de atividades e econômicas.

Na gestão, na criação, na proposta de unidades de conservação nós temos a legislação brasileira. Principalmente, destaca-se o Snuc, Sistema Nacional de Unidade de Conservação, que abriga todos os passos. Desde as propostas ele está assegurado numa legislação – além de outras autorizações, o Snuc é fundamental – que considera todos os passos para a efetivação das unidades de conservação brasileiras, desde os estudos para criação e a construção das propostas até a implementação e a gestão dessas UCs. E essas UCs, é bom que se diga, têm objetivos de interesse público, de interesse coletivo. E às vezes atingir esses interesses públicos e objetivos se contrapõe, ou chega a ferir e a comprometer alguns interesses privados, ou poucos interesses privados. É importante que tenhamos isso, analisemos e discutamos. As UCs têm interesses públicos e coletivos e são o grande patrimônio desse País.

Especificamente sobre Araucária, não como espécie, mas o ecossistema de araucária, a floresta ombrófila mista, foi apresentado aqui e é de conhecimento de todos que nos resta, hoje, menos de 8%, não de araucária indivíduo, de araucária araucária espécie, mas, de araucária sistema com todo seu dinamismo, todo seu conjunto de espécies e funcionamento, só nos resta menos de 8%. E, destes, menos de 3% estão efetivamente assegurados em unidades de conservação, em patrimônios públicos, em patrimônios coletivos. Esse é um dado importante para contrapor a discussão do que temos hoje já de terras agricultáveis ou de espaços territoriais utilizados para desenvolvimento em nossas mais diversas atividades econômicas que são

importantes nesse país. Mas, a conservação da biodiversidade é muito importante, é fundamental.

Eu, nascido e criado em Chapecó, Santa Catarina, posso falar por experiência própria. Eu me criei na beira do Rio Uruguai, me criei nadando em rios de águas límpidas, me criei convivendo com florestas de araucária, não somente com o pinheiro do Paraná, mas, com florestas inteiras, florestas complexas de araucária. E hoje tenho dúvidas onde levo meu filho. Tenho 45 anos, não consigo levar meu filho para tomar banho no Rio Irani, no Rio Uruguai onde me criei. Não tenho condições, porque ele não tem condições de permitir que meu filho se banhe no Rio Uruguai. Quando terei oportunidade de levar meu filho, o filho do meu filho, o filho do filho do meu filho, para terem a oportunidade de conhecer uma floresta escura de araucária, uma floresta de araucária, não um reflorestamento, não uma área remanejada, mas, um ambiente natural com toda sua complexidade? E isso é abrigado nas unidades de conservação. E o que restou é muito pouco para garantir a essas gerações futuras que tenham o direito de, pelo menos, conhecer um pouco os nossos ambiente naturais. É para isso que se criam as unidades de conservação e para isso que se propõem as unidades de conservação, e para isso que foram propostas esses últimos pequenos fragmentos de domínio da floresta de araucária nessa nação chamada Brasil.

Gostaria de salientar aqui duas questões que também já foram ditas ontem e estão sendo levantadas e que geraram muita polêmica e geram muitas questões. Uma diz respeito à regularização fundiária. A regularização fundiária – é importante que se saiba bem e se tenha isso em mente – não se faz somente com orçamento da União, não se faz regularização fundiária só com recursos do orçamento. Temos a compensação ambiental, que pode ser canalizada, que já é acionada para a compensação, para a regularização fundiária, e também a compensação com reservas legais. Se voltarmos àquela imagem onde vemos o grande vazio que temos, que a Legislação brasileira – e os Senhores sabem muito bem – de 1965, o Código Florestal já previa os 20%, já previa as áreas de preservação permanente. Mas, se olharmos para Santa Catarina, se olharmos para o Paraná, onde estão os 20%? A Legislação brasileira também prevê que pode ser utilizada compensação de reserva legal em Unidade de Conservação.

Então, não são recursos só orçamentários, além dessas três fontes, a regularização fundiária pode ser de vários outros mecanismos que são importantes para isso.

Outra questão que foi abordada ontem e talvez tenha sido esclarecida diz respeito ao entorno de

Unidade de Conservação. A Legislação Snuc é muito clara com relação, não ao entorno, mas, à zona de amortecimento de uma Unidade de Conservação. É a Legislação brasileira. Os 10km que foram apontados são uma resolução do CONAMA que, quando não tem zona anterior ao Snuc, onde não tinha zona de amortecimento se tinha a zona do entorno como área para amortecer as pressões, diminuir as pressões, um gradiente. A zona de amortecimento não é de 10km. Ela é definida em qualquer momento da história de uma Unidade de Conservação. Preferencialmente deveria ser definida após a criação da Unidade de Conservação com o Conselho Gestor da Unidade sendo debatido, onde tem uma ampla representatividade, e aí se define a zona de amortecimento e se define que tipos de uso são possíveis e não possíveis na zona de amortecimento.

Ontem foi, de certa forma, já comprometido que teremos uma zona de amortecimento mínima. O Secretário assumiu ontem que temos uma zona de, no máximo, 500 metros e depois se discute o que podemos... Ela não é uma zona estanque, não é fechada, não é congelada; ela serve para amortizar, para diminuir as pressões.

É importante um último aspecto, e não se colocou – ontem pelo menos não vi – as oportunidades de uma Unidade de Conservação. Se tivermos somente 0,8% de florestas de araucária, será que isso não é uma grande oportunidade para essa nação? Será que isso não representa uma oportunidade de outros tipos de atividade a não ser agricultura e pecuária? A gente reconhece a importância delas neste País, mas temos outros objetivos, como foi dito aqui: material genético, seqüestro de carbono, visitação e conhecimento público. Hoje, somente o Parque Nacional do Iguaçu, é claro, com aquela exuberância, vai receber um milhão de visitantes por ano. Isso é oportunidade de geração de emprego, renda e atividades. Será que não teriam pessoas neste mundo que gostariam de viver com uma floresta, efetivamente, íntegra, de araucária? Senhores, este é o nosso trabalho. Essas são propostas debatidas ontem. A gente está aqui para continuar o debate. O que for importante esclarecer, agradecemos a oportunidade.

O Sr. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Dr. Ivan. Passamos a palavra ao Sr. Enori Barbieri, Vice-Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina.

O Sr. ENORI BARBIERI – Meu bom-dia a todos. Gostaria de saudar o Presidente desta Comissão, Senador Leomar Quintanilha. Cumprimentar e agradecer aos proponentes desta audiência pública, Senador Osmar Dias e Senador Flávio Arns. Em nome da Se-

nadora catarinense, Ideli Salvatti, saudar a todos os Senadores, especialmente os convidados catarinenses que estão aqui.

Nós já discutimos muito isso, mas é importante voltar, desde o início desse processo, onde entendemos que houve um processo autoritário, onde os produtores rurais de Santa Catarina não tiveram a oportunidade de serem ouvidos, principalmente os proprietários dessas áreas propostas. Em Santa Catarina, estão sendo propostas três Unidades, apesar de uma não ter sido mostrada aqui – o mapa. São 420 mil hectares, o que significa em torno de 4% do território catarinense e que foi postergada a sua discussão, e os dois Parques Nacionais. Mas para ser bem objetivo, gostaria de dizer que convivo nessa região há muitos anos. A minha cidade tinha muitas araucárias, e hoje foi trocada por 40 mil habitantes que sobrevivem nessa cidade. Quarenta mil pessoas sobrevivem e trabalham e vivem nessa cidade, pois temos oportunidade de trabalho, senão teríamos o mato e não estaríamos lá. Nós vivemos nessa cidade em função disso. Mas dizer que, o que me estranha nesse processo é a ganância da voracidade de se tomar essas áreas. Primeiro, as áreas de Santa Catarina são agrárias e altamente litigiosas. Ali começaram as invasões. Em 1982, iniciou-se o processo de invasões dessas áreas. Aconteceu isso e muitos assentamentos agrários existem por lá hoje. Após o limite, porque não havia mais, pois a legislação proibiu as invasões pela produtividade e não se conseguiu mais. Buscaram-se essas áreas através de reservas indígenas, um líder sindical foi assassinado, em uma invasão, até hoje sem solução. Após o não conseguir essas áreas, por esses dois processos, surgiu, de uma forma autoritária, ao nosso ver, aterrorizando toda a região, quando se anunciou que estavam sendo criadas essas três Unidades. E nós não tivemos oportunidade de manifestar e opinar. Inclusive, todos os Prefeitos da região não tiveram essa oportunidade. E essa discussão foi bem ativa na Câmara dos Deputados, ontem, em uma audiência pública de mais de seis horas, e conseguimos avançar. Avançar para que fossem, então, formadas essas comissões locais. Agora, o que me deixa indignado é a insistência do Ministério do Meio Ambiente em não protelar as consultas públicas marcadas para essa área. Nós não entendemos o porquê dessa necessidade de fazer as consultas públicas antes de as autoridades locais discutirem, junto com o Ministério do Meio Ambiente, o que lhes interessa e o que é bom. Eu não creio que Unidade de Conservação seja a segurança da perpetuação dessas espécies. Nós temos provas que, após a criação de Parque Nacional, em Santa Catarina, e hoje de responsabilidade do Governo Federal, está abandonado. Tem menos floresta dentro

do Parque Nacional, hoje, que fora do Parque Nacional, porque está abandonado e não tem o devido cuidado e proteção. Então quem garante que, criando essas unidades de conservação, não vamos ter em seguida a invasão dessas áreas porque lá, nessa região, nós temos inúmeros acampamentos de sem-terra localizados nessas áreas? Então entendo necessária a oportunidade, como já foi proposta ontem pelo Ministério do Meio Ambiente, a criação das comissões locais, de se discutir isso mais ativamente. Agora não vejo que dessa forma de pressão, com consulta pública marcada para o local e imediatamente, já que o Governo de Santa Catarina propõe oficialmente ao Governo Lula que está fazendo estudo e quer participar do processo. Agora, dessa forma autoritária – foi falada a palavra ditadura ontem, mas digo ditadura só fala quem não conviveu com ela; eu digo forma autoritária – não vamos chegar a consenso.

Creio que as florestas estão lá porque os proprietários preservaram essas florestas até hoje, senão não estariam lá. E esses proprietários que preservaram hoje estão padecendo, angustiados, porque eles se vêem acuados numa forma de pressão.

Então a proposta que faço, o encaminhamento que faço aos Srs. Senadores é que nos ajudem a convencer, Senadora Ideli, a Ministra Marina Silva de fazermos essas reuniões comunitárias municipais com calma, com tranquilidade, sem essa pressão que tem ser feito até amanhã, porque ontem disse o Deputado Gervásio Silva que já existem ONGs de fundos de quintal esperando a criação para comandarem essas reservas. Então queremos fazer isso com muita tranquilidade. Todos os produtores rurais entendem, primeiro, que existem leis que já protegem mananciais, existem leis que protegem a araucária. Para que essa pressão toda dessa forma se não há dinheiro para a desapropriação? Falou-se claramente que há R\$60 milhões para iniciar um processo de desapropriação. E para que essa pressão toda se não se tem esse dinheiro, se não se pagou os desapropriados do Parque de São Joaquim de 43 anos, e a floresta está acabando porque está abandonada, roubam tudo porque não tem quem cuida?

Então é esse apelo que faço principalmente ao Dr. Capobianco. Vamos voltar, vamos falar com a Ministra Marina, pedir prazo, pedir tempo para que não façamos nada atropelado.

Esse era o meu depoimento.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Dr. Enori Barbieri.

Passamos a palavra ao Dr. Valdir Colatto, Diretor da Secretaria da Estatal de Articulação Nacional do Governo do Estado de Santa Catarina.

O SR. VALDIR COLATTO – Gostaria de cumprimentar o Senador Leomar Quintanilha, Senador Flávio Arns, Srs. Senadores, especialmente cumprimentar a Senadora Ideli Salvatti, de Santa Catarina, e o Senador Pavan, que nos honra; Senador Osmar que também fez esse requerimento, lá, do Paraná. Foram nomeados Prefeitos, representação de Santa Catarina, o qual eu gostaria de cumprimentar, aproveitar meu tempo e não fazê-lo novamente. Na linha de que falou o nosso colega, o Barbieri, que representa a Federação de Agricultura de Santa Catarina, cumprimentar o Sr. Paulo Capobianco, que é o Secretário de Florestas e Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente e rapidamente, Srs. Senadores, pedir o apoio exatamente nessa linha em que o Barbieri falou. Nós ontem tivemos oportunidade de falar na Comissão da Agricultura da Câmara dos Deputados e colocamos bem clara a posição do Governo de Santa Catarina. Na verdade, se falou aqui que apenas 3% das áreas de araucárias são protegidas. Protegidas, conforme o Secretário colocou, Senador Jonas, são aquelas que estão sob a tutela do Governo, tutela pública, e nós, em Santa Catarina, temos bem claro que a preservação da araucária em Santa Catarina se deu porque a iniciativa privada o fez, e não porque é área pública. É só olhar – e eu fui superintendente do Incra em 1985 e 1986 –, os assentamentos de Abelardo Luz, que estão dentro da área da mata preta de Abelardo Luz era floresta de pinheiros plena. Tive oportunidade de ir lá, inclusive, ver os acampados em baixo dos pinheiros. O que vocês vão fazer nessa floresta toda? Vamos criar aqui animais silvestres, cultivar o pinhão.

Hoje não tem mais um pinheiro lá, está zerado.

Nas áreas indígenas também temos quinze mil hectares na Reserva de Ipuçu, Senador Osmar, também não tem um pinheiro mais.

Agora, na questão dos parques, como foi colocado São Joaquim, que realmente há 43 anos foi desapropriado e não foi pago um centavo, e os proprietários não podem fazer mais nada, porque têm que ter licença dos bancos e de todas as áreas para fazer algum trabalho, e o Ibama não se pode medir na posse porque não pagou, esses países estão abandonados, não há estrutura do Governo, não há funcionários e o caos está lá instalado.

O que o Governo de Santa Catarina pensa?

Que temos que inverter o processo, esse processo está errado, temos que premiar quem preserva e não castigar. Temos uma reserva, que cito aqui, do Sr. Alcides Lustoso, que há 65 anos trabalha na área,

ele plantou 1,1 milhão pés de pinheiro. Tem hoje 40, 50 anos e tem 150 mil pinheiros nativos, centenários e onze milhões de pés de pinos. Pois bem, essa área está sendo planejada para ser desapropriada. Diz o Alcides Lustoso: – Bem, porque preservei e mantive, ninguém falou comigo, e agora estou sendo castigado, tenho que entregar as minhas terras. Se eu tivesse cortado os pinheiros e construído um prédio lá em Camboriú hoje estaria bem de vida, tranqüilo; e não estaria tão decepcionado com o Governo brasileiro.

Então estamos castigando aqueles que preservaram. O processo errado.

A Lei nº 9985, os Srs. Senadores sabem disso, o art. 45 diz que: as florestas declaradas em extinção não são passíveis de indenização. Então na verdade estamos fazendo uma desapropriação indireta dos pinheiros daqueles que preservaram. Isso o Governo de Santa Catarina entende que está errado esse processo. Então áreas protegidas, na verdade, hoje, em Santa Catarina, são áreas da iniciativa privada, e que nós temos que premiar e não castigá-los.

Na questão dos valores, também aqui se fala em recurso: recurso de compensação, recursos de orçamento, etc. O orçamento, V. Ex^{as} sabem, dificilmente entra algum recurso para orçamento. Nessas áreas aqui, que foi falado o levantamento imobiliário, não ouvi ninguém falar em valor dos imóveis, o valor da terra, hoje cerca de R\$ 10 mil, por hectare, na região de Abelardo Luz. Ora, 25 mil hectares seria 250 milhões só para as terras, fora as benfeitorias e outras coisas.

Não há esse dinheiro. Como fazer isso?

Vamos tirar os proprietários e não deixar fazer mais atividade nenhuma e deixá-los aonde sem dinheiro, sem qualquer compensação. Vai ter o imbróglio jurídico de novo, porque o Ibama não vai poder se meter na posse porque não pagou e os proprietários vão entrar na Justiça.

Estão de novo aqui, discutir com os proprietários para ver como vamos fazer: é RPPN, é APAs municipais, é outra alternativa? Acho que esse é o caminho.

Também, na questão das áreas aqui. Aqui disse que teve as consultas públicas, lá em Santa Catarina, infelizmente, não deu para fazer, porque a população não quis, não aceitou, e teve dois dados aqui. Antes das consultas públicas: 25.830 hectares e depois 23.933; não entendi bem, gostaria que o Ministério do Meio Ambiente explicasse. Não houve audiência e diminuí 1.837 hectares, por magia aí, não sei como foi acontecer isso.

Na outra questão que eu quero colocar, é que o Estado de Santa Catarina vem fazendo ações importantes na questão do meio ambiente. Está fazendo inventário, Srs. Senadores, florístico florestal de San-

ta Catarina, com recursos federais também, estadual e precisa mais um ano para terminar esse processo. Aqui já temos o levantamento em 170 mil propriedade em que se chegou à conclusão que 37% do território de Santa Catarina é coberto por vegetação nativa, e aí ambrófila densa, outras variedades de florestas, etc. Mas esse dado é concreto, nós temos, embora o Ministério do Meio Ambiente não reconheça esses dados, que está sendo feita tecnicamente com GPS, propriedade por propriedade, e precisamos desse tempo para levantar todas as propriedades do Estado para dizer: – Olha, o mapa florístico florestal do Estado é esse e agora vamos sentar no Zoneamento Econômico e Ecológico, Senador Jonas Pinheiro, porque isso precisa sair do papel. Senadores, ajudem o Brasil a fazer isso. Possamos, nesse Zoneamento, dizer: “Aqui tem de ser reserva, aqui tem de ser floresta, lá tem de ser plantada a agricultura anual, pecuária etc”.

Estamos fazendo esse levantamento, o projeto de conservação e melhoramento genético da araucária, projeto avançado, o programa de recuperação ambiental das microbacias – há mais de 800 microbacias no Estado somente nessas áreas dos 12 Municípios. Sessenta e oito microbacias estão sendo trabalhadas.

Deputado Gervásio Silva, queria cumprimentá-lo pelo que ajudou na Comissão de Agricultura.

Estamos fazendo uma gestão integrada no alto Chapecó e em suas sub-bacias. Também estamos fazendo os corredores ecológicos da bacia hidrográfica do alto rio Chapecó. Temos um projeto de ICMS ecológico, na Assembléia, já em tratativas para a aprovação. Alguns Municípios não têm ICMS, porque a maioria de seu território é reserva. Temos o Parque da Araucária de São Domingos – está aqui o Prefeito Danunzio –, que é um parque estadual de 700 hectares. E outros parques estão sendo criados esta semana. O Estado está fazendo seu dever de casa, mas precisa de um tempo para fazer com que isso aconteça.

Falei com o Governador Luiz Henrique esta manhã – ele está nos Estados Unidos –, e, descrevendo a situação, nos disse que o senhor representante do meio ambiente espera a resposta do Presidente Lula, da Ministra Marina Silva, do Ministro José Dirceu e do Vice-Presidente da República.

As cartas protocoladas que estão comigo deixarei com a Mesa para que, tendo em vista o que falamos, respeite-se a situação de Santa Catarina e não se faça nenhum ato, pelo prazo de um ano, para que se possa fazer esse trabalho. Aí, sim, sentaremos com representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Governo Federal, do Governo Estadual, do Município e da sociedade, a fim de que possamos resolver

a questão e buscar as soluções técnicas, coerentes e concretas para esse processo.

Srs. Senadores, infelizmente não recebemos resposta. Aliás, uma reclamação do Governador que deixo registrada aqui: o Governo não responde não só esses casos, mas outros, quando perguntado. Essa carta que está aqui, pedi resposta ontem, mas não consegui. Talvez hoje eu consiga saber por que o Ministério do Meio Ambiente não responde ao Governador de Santa Catarina, a 6 milhões de catarinenses que precisam saber o que o Estado faz em relação ao meio ambiente e por que não aceita participar das audiências públicas que estão sendo marcadas, por que espera que haja prazo para amadurecimento dessa proposta que levamos por escrito ao Governo do Estado. É claro que é preciso haver discussão com os proprietários, mas a posição do Estado é essa, porque vê o Estado como um todo.

Há também a questão das APAS, que são 419 mil hectares, que terão restrições de atividades, tanto na área da pecuária, como da floresta, da questão dos pinos; onde tiver isso e for cortado; depois, não poderão replantar. Enfim, a indústria madeireira tem grande importância econômica para Santa Catarina, tanto quanto a agropecuária.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradeço a participação do Sr. Valdir Colatto.

Passamos a palavra a Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque, assessor da Presidência da Federação de Agricultura do Estado do Paraná.

O SR. CALOS AUGUSTO CAVALCANTI ALBUQUERQUE – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Federação de Agricultura do Estado do Paraná agradece o convite formulado pela Comissão de Agricultura do Senado, por sugestão do Senador Osmar Dias, para que viéssemos expor a nossa posição em relação à criação das Unidades de Conservação Ambiental do Paraná. A forma como estão sendo criadas essas Unidades tem sido um motivo de revolta de produtores rurais de nosso Estado, Santa Catarina.

Preliminarmente queremos afiançar que a FAEP não é contra a criação de Unidades de Conservação, mas não pode aceitar a forma como o Ministério de Meio Ambiente vem conduzindo o processo. As Unidades de Conservação de Campos Gerais, Tuneiras e Palmas são áreas preservadas e espera-se que continuem sendo.

A força-tarefa instituída informalmente pelo Ministério está atropelando as etapas, sonhando informações aos produtores e à comunidade e, com isso, desrespeitando o art. 22 e seus parágrafos da Lei nº

9.985, de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza.

Diz o art.: a criação de uma Unidade de Conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, dimensão, os limites mais adequados para a Unidade. E mais, no processo de consulta, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e às outras partes interessadas.

Semana passada, o Secretário da Agricultura do Paraná interrompeu uma apresentação da força-tarefa da escolinha do Governador Roberto Requião, protestando que ele, Secretário de Agricultura, nunca havia sido consultado pela força-tarefa. Pois bem, o Ministério do Meio Ambiente anunciou as áreas das Unidades, somente as áreas, que seriam criadas por decreto no dia 15 de abril, uma sexta-feira, na reunião do Grupo de Trabalho da Mata Atlântica em Brasília. Na ocasião, anunciou também as datas das audiências públicas: no dia 18, em Ibituva, na segunda-feira, seguinte, portanto. No dia 19, terça-feira, em Ponta Grossa e no dia 20 de abril em Tuneiras do Oeste.

Pelo que se vê tempo insuficiente para convidar os produtores rurais atingidos e as comunidades para participar de qualquer reunião séria. Aliás, na maioria dos casos, os convites chegaram depois das pretensas audiências públicas e até nem chegaram. Nessas reuniões, além das menções diárias a serem criadas, nenhuma informação importante para muitos produtores e entidades.

Qual foi o embasamento para a definição de cada área escolhida? Quais os proprietários envolvidos na criação de cada área? Como serão indenizados esses proprietários? Os valores? A forma de pagamento? Os prazos? Como fica a condição de uso do solo para os proprietários afetados na criação do refúgio da vida silvestre que são áreas de proteção integral, mas não precisam ser desapropriadas? Qual a dimensão das áreas do entorno que pode chegar a uma extensão de 10 quilômetros, a partir do perímetro da Unidade? Quais as restrições a agropecuária nessas áreas de entorno? Quais os produtores que serão afetados nas áreas de entorno e no interior das unidades? Se houver restrições que signifique renúncias a tecnologias, que implique na redução da produtividade e, em consequência, de renda, como esses produtores rurais serão indenizados pelas perdas a que estarão sujeitos e, em detalhes, até porque é obrigação do Ministério do Meio Ambiente. Qual será o impacto social e econômico nas comunidades onde serão criadas cada uma dessas Unidades?

Todas as informações relevantes, principalmente levando-se em conta o episódio parecido vivido pelo

nosso Paraná em 2003, no apagar das luzes de 2002, o Ministério do Meio Ambiente baixou duas Portarias de nº 507 e 508, criando as Unidades de Conservação de Garapuava, Cândoia, Palmas e Tuneiras do Oeste e proibindo no entorno delas, numa faixa de 10 quilômetros, o cultivo de qualquer planta exótica.

O disparate foi tão absurdo que o Ministério do Meio Ambiente teve que ceder à pressão de Parlamentares, produtores de entidades e foi obrigado a revogar as duas Portarias. Agora, o episódio é semelhante e as áreas de restrições possivelmente maiores.

Gostaria de apresentar aos Srs. os mapas. Podem ver por este mapa da Unidade de Conservação de Campos Gerais, que a Unidade representa 15% do Município de Ponta Grossa, mas se envolver uma área de entorno de 10 quilômetros, toma 80%. De Ibituva, são 7% da Unidade e são 62% do entorno. Teixeira Soares, 24% do seu território, com mais 34% se for total da área.

Esse é o mapa com Ponta Grossa dentro de uma área do entorno possível de 10%.

Esse é o Parque de Campos de Palmas que toma 24% da área total de General Carneiro, que, se for pegar o entorno de 10%, 35%.

Outra, por favor.

Mais adiante.

Esta, enfim, é o Parque das Perobas, que toma, se houver um entorno de 10%, 35% de Cianorte, e, praticamente, 70% da reunião do território de Tuneiras do Oeste. No entorno, vivem e trabalham milhares de proprietários rurais que, certamente, terão prejuízo pelas restrições. Isso, do ponto de vista da Federação da Agricultura, é inaceitável. Queremos, sim, que se conserve o que vem sendo preservado, mas sem que os produtores rurais e a comunidade sejam penalizados. Quero lembrar que a maior reserva de araucária do Paraná, a Fazenda do Rio das Cobras, no sudoeste do Paraná, foi invadida pelo MST e dizimada pelo MST, foi a maior reserva que o Paraná já teve, sem que o Governo Federal ou o Governo do Estado fizessem qualquer menção de evitar. E que o Parque Nacional do Iguaçu, que é o maior parque que o Paraná possui, não tem entorno algum, nunca precisou de entorno para ser preservado.

É isso que nós exigimos discutir nas audiências públicas, feitas com o devido tempo, e não podemos aceitar que o Ministério do Meio Ambiente queira nos empurrar goela abaixo o delírio de alguns ecologistas desvairados.

Muito obrigado.
(Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Nossos agradecimentos ao Dr. Carlos Albuquerque.

Nós registraríamos ainda a presença nesta audiência pública do Sr. Valmir Sanson, Presidente da Câmara de Vereadores de Palmeira, Paraná, Altamir Sanson, Prefeito daquela Cidade, Álvaro Bacila, Vice-Prefeito de Palmeira, do Deputado Federal Luciano Pizato, do Deputado Reno Caramori, Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, do Sr. Airton Modanesi, Presidente da Câmara de Vereadores de Ponte Cerrada, Nelson Rocha, Vereador, Valdomiro Cunha, também Vereador, todos de Ponte Serra.

Ao passar a palavra ao Sr. Álvaro Luiz Scheffer, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, passo também a Presidência ao Senador Flávio Arns para conduzir os trabalhos.

O SR. ÁLVARO LUIZ SCHEFFER – Prezados Senador Leomar Quintanilha, Presidente, Senador Flávio Arns, Senador Osmar Dias, nossos agradecimentos pela oportunidade que nós temos de estar aqui hoje.

Eu vou tentar ser bem breve para poder, depois, passar um pequeno filme sobre as áreas ali.

Durante muitos anos, nós temos trabalhado na região de Ponta Grossa com educação ambiental, tanto é que essa preocupação com as áreas que ainda estão preservadas tanto de araucária como de campos naturais vêm se mantendo, já não é uma coisa de 1 ano, 2 anos, e sim de muitos anos, tanto que elas existem, e, se elas existem no Paraná inteiro e em Santa Catarina é porque algumas pessoas estão preservando essas áreas. Dentro da nossa região onde posso falar com bastante propriedade, eu fui Secretário de Turismo e Meio Ambiente há 2 anos, e nós fizemos um trabalho bastante grande para levar aquelas pessoas que são as pessoas que têm uma ação direta com a área ambiental, são aqueles que trabalham que convivem no dia-a-dia dentro da floresta, dentro da área agrícola, dentro da área de pecuária, nós levamos para ele a seguinte preocupação: preserve tudo aquilo que existe de remanescente natural porque isso pode ser a tua maior riqueza no futuro. Você poderá estar criando fontes alternativas de renda, você pode estar trabalhando com ecoturismo, você vai ter uma nova visão, quer dizer, nós trabalhamos há bastante tempo, isso é um trabalho que iniciou há 11 anos na nossa região, para que você criasse uma consciência ambiental nova. Nós estamos conscientes daquilo que o Dr. Capobianco mostrou, aquele mapa do Paraná, em que o Paraná, hoje, está representado por pequenos fragmentos de áreas preservadas. Porém, também estamos conscien-

tes de que o Paraná hoje está representado por dez milhões e duzentos mil habitantes.

Se no passado fechamos áreas em Unidades de Conservação valia, era a melhor alternativa, hoje, achamos que se trabalharmos exatamente a consciência ambiental desses dez milhões e duzentos mil habitantes podemos ter uma política ambiental de mais sucesso no Brasil do as que têm sido feita até agora.

Agora, mais do que os dez milhões, algumas pessoas são extremamente importantes, são exatamente essas pessoas que vieram preservando essas áreas até hoje. Muita gente podia ter vendido araucária, que hoje está de pé, e investido no sistema financeiro, com juros, com uma Selic de 19,5%, 19,75% ao ano. Mas não fizeram, eles preservaram aquela área, aquela área está lá e hoje essas pessoas estão sendo tratadas como um bandido ambiental em potencial, por quê? Esta sendo tirado exatamente deles, que comprovaram a capacidade de proteção, o direito de continuar na área.

O que acontece no interior daquelas pessoas? Elas vinham, até então, aceitando o discurso de preservação, essas pessoas que hoje são os proprietários dessas áreas. Aí vem de pára-quedas uma audiência pública, encima da hora, sem expor nada às pessoas e onde elas começaram a pensar o seguinte: será que o que eu protegi eu fiz bem ou mal? Será que eu destruí o futuro da minha família? Será que eu estava errado?

Então, o que nós queremos? Já foi falado na audiência pública que, realmente, nós achamos que ela não teve valor, por causa da maneira como ela foi feita. Não preciso bater de novo nessa tecla.

Mas um aspecto importante que tem que ser levado em consideração é que teve uma força tarefa, na nossa opinião com muita força e com pouca tarefa, que levantou em uma área, como a área do Parque Nacional dos Campos Gerais, 33 famílias, 33 propriedades.

Com base nesses dados coube a esses pesquisadores dizer que o melhor modelo de Unidade de Conservação era um parque nacional. Porém, o que estamos fazendo? Estamos com 75% dessa área levantada, prezados Senadores, com o geo-referenciamento propriedade por propriedade. Nesses 75% da área já existem 78 famílias e elas estão ali. E se esta área está sendo preservada até hoje com 108 famílias, é porque essas 108 famílias têm uma função de proteção provavelmente muito maior do que se nós fechamos essa área e deixarmos essa ao Poder Público ou à função de proteger.

Então, o que nós queremos que isso seja revisto. Além de se iniciar um processo novo, primeiro, deixamos claro, em nome dos produtores da região, em nome

da Federação das Indústrias, que estamos cientes da necessidade de criação de unidades de conservação, porém, o modelo de Unidade de Conservação a ser criado deve ser levado em consideração as pessoas, a parte social, porque por acaso o ser humano faz parte do ecossistema. E se essas pessoas que estão ali, muitas vezes simples, de pouco conhecimento, conhecimento científico, mas com um conhecimento empírico muito maior do que muita gente que tem grande conhecimento científico; se nós conseguirmos aliar exatamente o conhecimento desses dois lados, talvez conseguíssemos evoluir num processo de desenvolvimento ambiental e numa economia sustentável no Brasil, que não conseguimos no passado e que provavelmente outros países não conseguiram.

Se conseguirmos trabalhar essas pessoas e dizer: olha, temos dois objetivos claros: as matas ciliares, a região de APP e a reserva legal. A lei está aí, a Lei Ambiental Brasileira é muito interessante, ela é praticamente perfeita. Vamos aplicar essa lei.

Agora, se nós queremos criar Unidades de Conservação com o intuito de proteção, nós devemos nos perguntar: proteger o quê? De quem? E quem vai fazer essa proteção?

Então, será que nós já não estamos com as pessoas que estão ali não são os melhores protetores daquela área. Será que se nós criarmos um sistema de incentivo para que ele venha protegendo cada vez mais essa área não é o melhor caminho que temos para fazer? Criar Unidades de Conservação, de uso sustentável, mais ampla, e, dentro dessas Unidades de Conservação, e aí sim, Unidades de Proteção Integral, como é a RPPN, que não precisa desapropriar. Criaríamos um conceito diferente. Outra, o mapeamento dessa área foi feito pelo Satélite LandSat 7. Não é um satélite de alta resolução. Isso precisa ser refeito, reiniciado. O que pedimos é que chamem aqueles proprietários para que iniciem um processo novo. Vou parar por aqui. É um tema bastante técnico, que precisa ser mais trabalhado, mas gostaria de passar algumas informações das pessoas que realmente moram nessa área e que não foram visitadas.

Obrigado.

DEPOIMENTOS (apresentados pelo Sr. Álvaro L. Scheffer)

A minha propriedade, toda ela, é preservada, mas, de mata fechada mesmo, com araucária, tenho 9 alqueires. Reflorestada em erva mate, dá em torno de 34, 30 hectares, mais ou menos. Com essa implantação, com essa demarcação federal dessa reserva ecológica, acredito que todas essas cem famílias, direta e indiretamente, vão ter de rumar aos centros urbanos. Aí pergunto para as autoridades: o que eles vão fazer

no meio urbano? Vão competir no mercado de trabalho como, sendo que a vida deles é no interior?

A SRA. – A ervadeira dos irmãos Stadler é apenas uma das dezenas de propriedades rurais que podem ser desapropriadas com as três Unidades de Conservação Ambiental que podem ser implantadas pelo Governo Federal em breve na região dos Campos Gerais. O problema é que a maioria desses produtores, grandes ou pequenos, não sabem como nem quando isso vai acontecer. A falta de informações oficiais precisas de uma consulta pública que envolva tanto quem será diretamente afetado, como toda a sociedade da nossa região, revolta quem foi pego de surpresa pela notícia.

A SRA. – Trabalhamos à custa desse aqui, não roubamos, compramos um pedaço de terra. E hoje querem nos tirar da gente? Tirar a gente daqui, que sofremos para construir? Querendo colocar bicho? Os bichos, o leão, o tigre, que eles querem aqui, estão valendo mais do que nós.

A SRA. – Não posso dormir de noite, não posso comer. Depois que isso começou, estou só sofrendo.

O SR. – Estamos acordando de um pesadelo. Isso, para nós, está sendo um pesadelo, porque ninguém nos comunicou nada, não fomos consultados, não houve audiências públicas, ninguém nos visitou. São 4.290 hectares da melhor terra do Município da Palmeira totalmente comprometidos com uma Unidade Ambiental.

O SR. – Fiquei muito abalado com isso. Elas me mostraram no mapa que pega toda a área delas. Então, é mais um que tem de pegar a mala e ir a Brasília pedir cesta básica para o nosso Presidente. Isso deixa a gente muito triste. É só Deus mesmo que pode nos dar força nessa hora para que a gente não se desespere.

O SR. – Não tenho certeza se a minha área vai pegar, não entendo, não está sendo bem explicado. Agora, sou contra porque preservo o meu pinheiro, não derrubo, nem um galho eu corto do pinheiro.

A SRA. – E essa novidade do parque nos pegou de surpresa. A gente achou que fazíamos parte da fauna e vivemos a vida inteira para tratar, para cuidar, para prover, para preservar. Então, como é que de repente nós estamos incomodando, estamos atrapalhando a natureza? Somos parte da bicharada daqui.

O SR. – Não sei como funciona essa questão de satélite, não entendo nada disso. Entendo bem de erva mate. Eles vêm e demarcam uma região. Por que eles não vêm, não pegam o carro e vêm visitar os produtores, os agricultores, conversar com o pessoal? Ver o que está acontecendo na terra?

A SRA. – É por isso que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Ponta Grossa, o CDESPONTA, e outras entidades representativas da região levantam a bandeira de uma maior discussão sobre o assunto com a convocação de outras audiências públicas e redefinição dos limites das reservas. A maior preocupação de nossas lideranças está no impacto econômico e social que pode causar a criação do Parque Nacional dos Campos Gerais, da Reserva Biológica das Araucárias e do Refúgio de Vida Silvestre do Rio Tibaji, um estudo realizado pela Cooperativa Agrícola Batavo, mostra que a região perderia mais de R\$60 milhões por ano em atividades agrícolas, como: a soja, o milho, o trigo e o feijão. Já na pecuária o déficit passaria de R\$44 milhões, entre o gado de leite e de corte, suínos e aves. Nesse caso, seriam afetadas diretamente diversas indústrias importantes à região, como a própria Batavo, a Sadia e a Perdigão.

O Parque Nacional dos Campos Gerais ainda pode inviabilizar mais da metade da mineração na faixa de Itaiacoca, que é responsável pela metade da produção de volume dos carbonatos e talco do Paraná, representa mais de 20% da produção total brasileira, somada com as estimativas de perda da agricultura e da indústria, chegamos a R\$200 milhões por ano. Esse prejuízo aumenta quando consideramos o cálculo da Confederação Nacional da Agricultura, que um real gerado no campo representa cinco reais na economia da cidade. Dessa forma, nossa região perderia praticamente um bilhão de reais.

A SRA. – O desemprego é uma das principais preocupações desse impacto social negativo, estimativa da Secretaria Estadual do Emprego e Promoção Social aponta uma provável perda de mais de 30 mil vagas, com a criação dessas áreas. Diretamente no campo outras milhares de famílias perderiam sua fonte de renda com a desapropriação de suas terras, já que 80% dos proprietários atingidos são micro e pequenos produtores, gente que não possui outra atividade nem outra formação e que provavelmente migraria à periferia dos Municípios em busca de sustento.

A SRA. – Eu tenho dois filhos para criar e eu não quero ir embora para a cidade porque para outro lugar eu não tenho para aonde ir. O pai já faz quinze anos que mora aqui e meu marido é aposentado, e para ir viver de salário mínimo na cidade, não tem como.

O SR. – Essa é a minha família, quatro filhos, minha esposa, agora está para sair o parque, se sair sei lá o que vai ser de nós, aqui. Não temos o que fazer no momento se sair esse parque.

A SRA. – Como essas 206 famílias vão poder tirar seu sustento ou (inaudível) eu digo para vocês sempre fui à luta em busca da proteção do verde,

mas sempre sem excluir o ser humano, que faz parte desse verde.

O SR. – Eu não sou contra a reserva, mas tem que fazer a coisa pelo certo, não pelo errado, porque está prejudicando quem está preservando e daí? Nós vamos ficar na mão nessa história. Nós preservamos para entrarem outros, pegarem e nos mandarem embora daqui, com uma mão na frente e outra atrás?

A SRA. – O CDESPONTA também não é contra a criação das Unidades de Preservação, o que se pede é o debate amplo e restrito, não apenas entre agricultores, mas entre toda a sociedade dos campos gerais.

O SR. – O órgão competente que está atrás dessas instalações deveria, no mínimo, discutir na base. Quem é a base? A base é o produtor, independente do tamanho que ele seja, ele é dono, ele tem uma história em cima da sua área, então ele deve ser respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Estou pedindo a compreensão das pessoas que trouxeram o filme. Eu acho que já se pode ter uma idéia bastante clara das atividades que estão sendo desenvolvidas na região, dos depoimentos, das preocupações das pessoas, dos produtores, dos efeitos econômicos e sociais, porque o filme tem uma duração de ainda algum tempo, mas acho que já cumpriu seu objetivo.

Quero lembrar a todos os presentes que esta é uma reunião conjunta de duas Comissões do Senado Federal, o que dá um valor e uma força especial para esse fato que está acontecendo aqui, reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e também a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, então são duas Comissões do Senado Federal, que aqui estão reunidas.

Passamos à segunda parte dessa audiência pública, que é nesse momento a fala e a arguição das Srs e Srs. Senadores.

Iniciamos com prazer, passando a palavra ao Senador Osmar Dias, que é o autor do requerimento na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para realização dessa audiência pública.

Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Caro Presidente, Senador Flávio Arns, Srs. Convidados, Srs. Senadores, todos aqueles que estão aqui para esta audiência pública, ainda bem que tem Congresso, e tendo congresso tem lei. Porque, com todo respeito a todos os que usaram a palavra aqui, deram as suas posições, ouvi claramente do João Paulo Capobianco que há correções a fazer, inclusive nos limites do Parque ou das Unidades de Conservação. Há correções a fazer no processo, nos procedimentos.

Só que quando fiz o requerimento convocando esta audiência pública estava marcada a data da assinatura do Decreto para o dia 27 de maio. Era a data marcada para a assinatura dos Decretos, criando as Unidades de Conservação.

Vejam se não existisse o Congresso para impedir uma precipitação o que ocorreria, porque a lei, e por que tem Congresso tem lei – se bem que no Paraná têm algumas pessoas que parece que não sabem que existe Congresso. Mesmo tendo estado aqui no Congresso por anos a fio, quando assumem o poder parece que ficam tão poderosos que não precisam respeitar mais ninguém, não precisam respeitar a opinião de ninguém, não precisam ouvir, não precisa ter audiência pública, a lei não existe, podem passar por cima da lei.

Fui agredido esta semana, na imprensa do Paraná, dizendo que estava contra a criação das Unidades de Conservação. Não, estou a favor da criação das Unidades de Conservação, porque penso que precisamos preservar os recursos naturais, essas espécies que estão em extinção, como é o caso da araucária, da peroba.

Inclusive, quando era Secretário da Agricultura, era Governador o Senador Alvaro Dias, que está aqui, compramos pelo Estado um parque para preservar a peroba na região de Londrina, sendo 40 alqueires de terra, 100 hectares. Compramos, indenizamos o proprietário para preservar. Lá está aquela Unidade de Conservação daquela área, onde o produtor, o Sr. Godoy, a chamada Mata do Godoy, preservou aquilo com o dinheiro dele, com o sacrifício da sua família. E entendendo aquilo, fomos lá, compramos e pagamos o valor justo, a avaliação feita, e ninguém reclamou. Muito pelo contrário, foi um ato preservacionista reconhecido no Brasil inteiro. Então, sou a favor.

Penso que temos que respeitar a legislação. Temos que respeitar as pessoas que são as responsáveis pelo fato de estarmos aqui, porque se não existissem essas pessoas não existiriam mais essas áreas preservadas. Essas áreas estão preservadas porque um dia alguém as adquiriu. Instalou-se lá com a sua família. E com sua família, com sacrifício, conservou, preservou aqueles recursos naturais.

Fui, criminosamente, injuriado por um panfleto patrocinado pelo Governo do Estado do Paraná, que gasta hoje R\$15 milhões por mês em propaganda e usa esse dinheiro até para fazer injúria contra pessoas que estão, na verdade, defendendo os mesmos objetivos, porque estou defendendo a criação das Unidades de Conservação.

Então, só me preocupo que elas sejam criadas e não sejam anuladas na Justiça, porque qualquer um

dos moradores dessas áreas, que estão sendo objeto da criação desses parques ou unidades, se entrarem na Justiça vão ganhar, se não for obedecida a lei, que é clara.

Aqui está, vou ler, porque é curto.

Da criação e implantação e gestão das unidades de conservação.

Art. 22: As Unidades de Conservação são criadas por ato do Poder Público.

§ 2º – A criação de uma Unidade de Conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a Unidade, conforme se dispuserem em regulamento.

Mas o § 3º diz uma outra coisa:

No processo de consulta de que trata o § 2º, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.

Aí que está o problema. Fui procurado pelas pessoas que estavam desesperadas, porque ali estava um patrimônio construído durante uma vida inteira, que diziam que não foram convidados para a audiência pública. Não estivemos na presença das autoridades ou do Poder Público para debater quais são as nossas responsabilidades ou os nossos direitos como está na Constituição e como está na lei. Queremos esse direito. Até o Secretário de Agricultura do Paraná que é nosso Vice-Governador se insurgiu, porque ele disse: eu mesmo, como Secretário da Agricultura, não fui chamado para nenhuma reunião. É claro que o Governador deu uma bronca, não queria que ele falasse isso. Mas o Governador não colocou no jornal que está contra a criação das Unidades, porque a posição do Vice-Governador é a mesma que eu expressei e estou apresentando. É preciso tomar cuidado porque essa precipitação, inclusive é a mesma coisa que ocorre no Paraná, vão-se cancelando contratos como se não existissem leis, não existisse Justiça, vai se perdendo tudo depois na Justiça. E deixa um passivo para o Estado e quem vai pagar são as futuras gerações. Do que adianta termos pressa para criarmos as Unidades de Conservação se elas estão lá preservadas, as famílias que estão lá vão continuar preservando, não adianta ter pressa, porque qualquer um pode entrar e anular a criação desses parques. E acho que a nossa posição está contribuindo para que o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama possam fazer a coisa certa. Interceptamos um processo que poderia resultar num decreto inócuo, que seria ali na frente considerado inconstitucional, ilegítimo, ilegal, e o que adiantaria? Uma confusão que se criaria à toa. Então o que queremos é colocar ordem e legitimidade nesse processo.

Primeiro, o próprio João Paulo Capobianco, e aí quero cumprimentá-lo, Dr. João Paulo, pela sinceridade, reconhece que é preciso rever os limites. Vi nos mapas e conheço as pessoas que estão lá dentro e conheço a origem dessas pessoas, a história dessas pessoas, por isso acredito nelas, convivo com essas pessoas há trinta anos, converso com elas pessoalmente e sei quem são essas pessoas. E me procuraram e me disseram: olha, veja o mapa. Por que essa represa que fornece água para a cidade de Ponta Grossa está fora do parque? Por que a fonte de água está fora do parque? E essas propriedades que estão produzindo nessas áreas estão dentro do parque? E por que o parque não inclui a represa e tira aquelas áreas que estão produzindo. Parece-me que são sete mil hectares só naquela Unidade de Ponta Grossa que seriam, vamos dizer assim, restritos, seriam colocados dentro do parque, e essas áreas deixariam de produzir. Os prejuízos que foram colocados no filme aqui são claros. Estou falando do Paraná que conheço, porque sei que a situação de Santa Catarina é a mesma. O que falar do Paraná deve servir para Santa Catarina. Bom, daí tem esse problema de limites. Lá na região de Tunesiras do Oeste, por exemplo, onde não é araucária, é peroba, vamos ter uma situação semelhante, situação em que áreas que estão produzindo estão sendo cortadas e não têm resposta a algumas perguntas, e aí quero colaborar também com o Ministério do Meio Ambiente, porque essa resposta precisa ser dada. Exige-se a preservação para efeito de reserva legal de 20 % da propriedade, mas se dessa propriedade vai ser subtraída aquela reserva que tinha, será que depois vai ter que, além de ceder essa área para as Unidades de Conservação, ainda ter que conservar e fazer reserva legal em mais 20% do que sobrou para ela? Isso é uma pergunta e gostaria de ter a resposta. Uma outra coisa que acho que precisa ficar claro. Todas as vezes que o Ibama, o Ministério do Meio Ambiente valorizam quem quer cumprir a legislação em todas as áreas e em todos os Estados, ele pega essas pessoas de parceiros na preservação, mas todas as vezes que o Ibama ou o Ministério do Meio Ambiente dificulta a vida de quem está cumprindo a legislação acaba nivelando essas pessoas por aqueles que ilegalmente procedem, por aqueles que ilicitamente procedem e aí fica todo mundo igual e desestimula a preservação. É o caso, se você vai simplesmente desconsiderar o fato de que essas famílias preservaram esses recursos e agora fazer Unidade de Conservação sem considerar os direitos, mas os direitos totais plenos dessas famílias você vai desestimular outras regiões, outras famílias a preservar, porque o sujeito vai preservar e vai falar: Mas, daqui a pouco, vem aqui o Estado e faz

uma Unidade de Conservação e me tira isso, então tem que derrubar logo e cumprir logo o desmate de 80%. Então, acho, estou falando sinceramente agora, tentando contribuir, que quando o Ibama e quando o Ministério do Meio Ambiente agem rapidamente, sem dificultar a vida de quem quer cumprir a legislação, está contribuindo de forma muito importante para a preservação, mesmo que seja para autorização, lá no Paraná, de alguém que ainda não conseguiu plantar em 80%, um pequeno desmate, alguma coisa a mais, porque ele está dentro do que a legislação permite. O que não pode, no meu entendimento, é dificultar a vida de quem está querendo cumprir, quem está procurando o Ibama para cumprir a legislação e tem dificuldade, porque aí afugenta, desestimula, amedronta, as pessoas ficam amedrontadas. E penso que o Ibama tem uma função muito importante, que é a da conscientização ambiental, da educação ambiental, antes até da própria punição, fiscalização penso que é a conscientização. E a conscientização, no meu entendimento, admite esse procedimento do Ibama: Olha, vamos agir rápido, vamos atender bem quem cumpre a legislação, para poder punir e ter o apoio de quem cumpre a legislação e daqueles que não cumprem a legislação. Penso que esse é o procedimento que deveria ser a regra no Ibama.

Nesse caso aqui das unidades de conservação eu vejo o seguinte: As famílias estão aí e são pessoas simples, humildes, em alguns casos, e pessoas que tiveram oportunidade de fazer uma universidade, uma faculdade e, portanto, têm informação em outros casos, e das mais humildes até as mais instruídas, vamos dizer assim, ou que tiveram essa oportunidade, todas falam a mesma coisa: Não tivemos a oportunidade de debater, não sabemos o que vai acontecer com a nossa vida daqui para frente, não sabemos se vamos ser indenizados, como vamos ser indenizados, como vai ser essa avaliação, se vamos perder essa área que era de reserva legal e vamos ter que fazer reserva legal no resto da propriedade, se a nossa APP, Área de Preservação Permanente, que está sendo levada para a Unidade de Conservação, vamos ter que compensar essa área de outro jeito. Não sabemos nada. Então, representando aqui o Ministério do Meio Ambiente, a Senadora Marina Silva, a Ministra, o Capobianco poderia responder a essas indagações, e a mais uma indagação: Se estão previstos em orçamento os recursos necessários para indenizar essas famílias, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal exige que se faça uma previsão orçamentária. Está previsto em orçamento? Se não está previsto, como é que vão pagar? Se não vão pagar, as famílias não vão receber? E a outra pergunta: As outras unidades ou parques,

as outras desapropriações que ocorreram em outras regiões do País, o Ministério ou o governo já indenizou? Se não indenizou, porque não indenizou? E se não indenizou porque não tem dinheiro, seria oportuno desapropriar e deixar essas famílias agora sem indenização? São perguntas que faço nessa primeira participação minha.

(Muito bem! Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Gostaria, antes de passar a palavra ao Dr. Capobianco, que ouvíssemos também as indagações do segundo autor do requerimento, Senador Flávio Arns, a quem passo a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar todos os componentes da Mesa. Penso que foram falas muito representativas também, importantes para o encaminhamento que se deseja para esta situação, que é objeto da audiência pública de hoje. E saudar todas as pessoas presentes também, interessadas, que puderam vir à Brasília porque há, certamente, milhares de outras pessoas que não puderam estar aqui e que têm todo o interesse no debate deste assunto.

Colocaria alguns itens: concordo inteiramente com o que o Senador Osmar Dias já colocou, faço as palavras dele minhas também. E gostaria de destacar alguns aspectos: Primeiro deles: Diria que existe uma consciência muito grande da sociedade, Paraná, Santa Catarina e de todas as pessoas, no sentido de dizermos claramente que somos a favor da criação das Unidades de Preservação de iniciativa do meio-ambiente. Acho que a sociedade hoje, o mundo hoje é a favor disso. Então, eu acho que nesse sentido tem que ficar extremamente claro, não é?, porque também as pessoas pelo fato da gente chamar uma audiência pública para debater o assunto às vezes as pessoas confundem o tema dizendo: Não, Flávio é contra, Osmar Dias é contra... Nós somos a favor. A favor de iniciativas do meio-ambiente.

Segundo fato. Se nós estivéssemos lá, morando lá naquela região, se fôssemos nós os proprietários, eu não sou, mas se fosse eu o proprietário, eu gostaria de ter acesso a todas as informações. Se eu estou lá 20 anos, 30 anos, 40 anos, preservei ou não preservei ou não tinha área de preservação, mas se eu tivesse preservado, eu diria: quero ter todas as informações, que isso é a minha vida, é o meu futuro, é a minha família, é a minha renda, é tudo né! Quer dizer, eu estou lá. Então eu preciso saber quanto que vão pagar, quando que vai ser destinado, o que eu vou fazer. Quer dizer, contribuir para preservar. Não posso ser penalizado. Se eu não posso ser penalizado, nós como sociedade

temos que ter o ônus inclusive da preservação dessas áreas. Então ter essa informação é fundamental.

O terceiro aspecto que eu gostaria de levantar. Na verdade, hoje em dia, a gente tem que fazer esse diálogo, esse entendimento porque é a marca dos dias de hoje. Inclusive exigência, como o Senador Osmar Dias colocou, da própria Lei. Nós temos que discutir, temos que dialogar, temos que ver o que está acontecendo, temos que analisar o mapa e pelos depoimentos todos que nós temos colhido lá no Paraná e também pelos relatos de Santa Catarina, isso não aconteceu pelo menos como poderia ter acontecido. E se nós pensarmos no meio-ambiente nós temos que ter a população lá de dentro, a população do entorno, a população do Município como aliados, porque senão nenhuma iniciativa do meio-ambiente dará certo.

Então, nesse sentido a dúvida principal que se coloca, isso foi levado para a Bancada Federal do Paraná, para os três Senadores, Alvaro Dias, Osmar Dias, eu próprio, e para todos os Deputados Federais. E a Bancada Federal do Paraná, Senadores e Deputados, fizeram um manifesto, dizendo: “A Bancada paranaense no Congresso Nacional, abaixo-assinada,” – para o Presidente Lula – “expõe a V. Ex^a a necessidade de aprofundamento nas discussões a respeito da proposta de criação de Unidades de Conservação da Natureza no Paraná, antes da assinatura dos respectivos decretos.” Antes da assinatura. “Ressaltamos que muitos setores da sociedade estão insatisfeitos com a rapidez, a falta de aprofundamento e a ausência de maior diálogo sobre o processo de criação das áreas protegidas o que vem ocasionando uma série de manifestações no Paraná. Acreditamos que o diálogo e o envolvimento da sociedade são fundamentais para que iniciativas desta natureza sejam bem-sucedidas. E nesse sentido contamos com a compreensão de V. Ex^a diante do presente pleito. E praticamente todos, não todos, mas mais de 90% dos Parlamentares do Paraná, de todos os Partidos Políticos, assinaram esse documento.”

E a resposta da Presidência da República, assinada pelo Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República, Gilberto Carvalho, é a seguinte: “Em atenção ao Ofício Tal, de V. Ex^a, o Senhor Presidente da República solicitou-me comunicá-lo que recomendou ao Ministério do Meio-Ambiente a sugestão para que haja a discussão”. Quer dizer, aquele processo todo que foi mencionado.

“Ao mesmo tempo, eu tenho conhecimento do documento do Estado de Santa Catarina, do Governador do Estado, pedindo para que este processo também aconteça sob pena de haver prejuízos, disputas, conflitos com o Governo, com os Ministérios, com a população, o que a gente pode evitar. Nós temos pro-

blemas que podem ser evitados, através do entendimento e do diálogo.”

Então a minha dúvida, a minha questão para o Dr. Capobianco, porque ele já disse inclusive que há coisas que precisam ser discutidas, é nesse sentido.

Quer dizer, qual que é a possibilidade – eu acho que deve haver toda possibilidade – mas, assim, a importância, a necessidade de que haja um debate com calma, com tranquilidade com a população envolvida, dando-se as informações todas, os questionamentos e tendo seu tempo necessário para que haja tomada de decisão posteriormente antes da assinatura dos decretos para que isto tudo possa ser esclarecido, resolvido, orientado, as pessoas prestigiadas e com isso a gente possa ter um processo tranqüilo que atenda o meio ambiente, que atenda a parte econômica e que atenda a parte social.

Obrigado. (Palmas!)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Presidente, eu estou apresentando um requerimento oral, se for preciso eu o transformo em escrito, que é o seguinte:

Tendo em vista o § 3º do art. 22, que diz que o poder público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas, eu considero que a Comissão de Agricultura e de Meio Ambiente do Senado são partes interessadas, eu requeiro que V. Exª coloque em votação este requerimento, para que o Ministério do Meio Ambiente forneça toda a documentação e todas as informações adequadas e inteligíveis que fazem parte do processo que baseou a decisão da criação das Unidades de Conservação e que levaria a assinatura do decreto não houvesse essa decisão de postergar.”

Eu creio que essas informações já estejam disponíveis porque já estava marcada a assinatura do decreto. Então, estou apresentando o requerimento e gostaria que V. Exª o colocasse em votação no momento oportuno para que possamos obter todas as informações adequadas, como sugere a legislação no seu art. 22.

É o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Osmar Dias, nós vamos aguardar a formalização do seu requerimento para que ele seja votado. A Secretaria da Mesa vai auxiliá-lo na sua formalização.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Por escrito?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu gostaria de consultar o eminente Senador Osmar Dias se o requerimento que ele vai apresentar à Mesa diz referência às Unidades de Conservação, objeto dessa audiência pública dos Estados do Paraná e Santa Catarina ou a nível nacional, porque eu gostaria, se o Senador assim o permitir, para mim seria uma honra muito grande, de subscrever junto com ele acrescentando a mesma questão das Unidades de Conservação no Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu entendo que o Senador Osmar Dias apresenta um requerimento relacionado à matéria em discussão no Estado do Paraná e Santa Catarina.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – É objeto determinado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu gostaria, se ele permitir, de ter a honra de subscrever também o requerimento acrescentando as Unidades de Conservação cujo objeto diz respeito ao Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu sugeriria, Senador Flexa, que esse pleito de V. Exª fosse objeto de outro requerimento, ainda que com a assinatura do eminente Senador Osmar Dias, se assim a ele interessar, mas um outro requerimento para não haver essa tramitação...eu acho que agilizaria a tramitação a nível de Governo Federal se fosse separado, se fosse isolado o requerimento que o Senador Osmar Dias está apresentando.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É o mesmo objeto. Quer dizer, é a mesma finalidade: obter as informações.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu sugeriria que fosse outro requerimento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu até pergunto ao Cabobianco quanto tempo seria suficiente para que eu pudesse colocar num requerimento, para que ele pudesse me responder quanto tempo seria suficiente para essa resposta.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu aproveito para passar a palavra ao Dr. Cabobianco para que ele já faça as suas considerações a respeito das ponderações trazidas à Comissão, que os eminentes Senadores Osmar Dias e Flávio Arns.

O SR. PAULO PAULO CABOBIANCO – Sr. Senador, se for a cópia integral dos processos é o tempo de preparar as cópias e os mapas. Isso é alguns dias, só para preparar. Se for isso. Agora, se forem quesitos, aí exige uma preparação de respostas, aí nós teríamos que produzir as respostas, como o Sr. achar melhor..

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu estou interpretando o § 3º : informações inteligentes...

O SR. PAULO PAULO CABOBIANCO – Todo material que foi disponibilizado na consulta?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Exatamente.

O SR. PAULO PAULO CABOBIANCO – Então, é uma questão de material de registro.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Na explanação que o senhor fez, o senhor colocou claramente que foram percorridos 41,5 mil quilômetros, as pessoas foram visitadas, todas as famílias e tudo mais. Então, deve ter um relatório disso.

O SR. PAULO PAULO CABOBIANCO – Tem um relatório completo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu gostaria de receber essa documentação.

O SR. PAULO PAULO CABOBIANCO – Uma semana é mais do que suficiente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Então, vamos colocar dez dias.

O SR. PAULO PAULO CABOBIANCO – Perfeito.

Srs. Senadores...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria também de registrar que vou encaminhar o requerimento, pedindo as mesmas informações a respeito das Unidades de Conservação no Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra, o Dr. Capobianco, para suas considerações a respeito das ponderações do Senador Osmar Dias e do Senador Flávio Arns.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Sr. Senador Osmar Dias, inicialmente, objetivamente em relação às questões pelo senhor apresentadas, primeiro, os 20% da reserva legal. O que a legislação define é que podemos, a partir do Código Florestal, fazer a compensação de reserva legal em Unidades de Conservação governamentais.

Portanto, no caso de uma propriedade em que uma área a ela associada for transformada em uma Unidade de Conservação de Produção Integral, o proprietário tem a opção de que aquela área seja vinculada à sua propriedade como reserva legal, porém não tem o direito à desapropriação.

Caso ele queira a desapropriação daquela área, aí, sim, ele teria que anexar uma outra área de 20%

na sua propriedade, mas ele tem essa opção de que ela fique vinculada à dele, mas, como eu disse, não teria o direito à desapropriação.

No caso APP, não, porque APP, Áreas de Preservação Permanente, independe de percentual, aquelas que permanecerem na propriedade privada continuarão a sua proteção legal; quanto àquelas que passarem para Unidade de Conservação não há maiores consequências em relação a isso.

Com relação a ajuste de limites, esse é um ponto absolutamente fundamental, Sr. Senador, que, para fazer justiça, eu gostaria que registrasse aqui, nesta audiência, que o Governador do Estado do Paraná solicitou formalmente à Ministra Marina Silva que fossem postergadas as assinaturas dos decretos, após o apoio por ele emitido. Na mesma linha do que foi dito aqui: o Governo do Estado apóia, considera fundamental, no entanto, considerando que há demandas localizadas de pessoas de bem, que têm sugestões a fazer, ele interpelou diretamente o Ministério, por telefone, e solicitou que os decretos não fossem assinados até que essas questões fossem esclarecidas, mantendo o apoio.

Portanto, a bem da verdade, gostaria que isso ficasse registrado aqui.

O que ocorre, Srs. Senadores e demais participantes, eu acho que o processo das consultas públicas, e aliás todo o processo de criação de Unidades de Conservação está sendo aprimorado. Nós já passamos de um momento em que não havia nenhuma consulta pública, antes da Lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, aprovada por esta Casa, não se exigia nenhum tipo de consulta. Era um ato discricionário unilateral do Poder Executivo. Nós tivemos a determinação das consultas públicas, já passamos por consultas públicas por Internet, consideradas válidas inclusive, em muitos casos, e chegamos hoje a um momento que considero extremamente positivo. Quer dizer, nós estamos detalhando e aprimorando.

Não basta, e fica evidente, apenas a consulta. Não basta você, num dia e hora marcada, como exige a legislação, apresentar os dados. Isso não basta. Esse caso, em regiões altamente dinâmicas do ponto de vista populacional, como é o caso do Paraná e Santa Catarina, evidentemente não é satisfatório, e isso temos que admitir. Temos que assumir isso, porque, na consulta pública, o que ocorre é que você consegue apresentar a proposta, os dados disponíveis e aquilo que o Governo, com base nos seus dados técnicos, chegou ao entendimento, mas, a partir daí, quando todos os interessados obtêm aquela informação, gera-se uma enorme discussão. Por exemplo, tivemos casos de área em que foi sugerida a ampliação e que, de-

pois, logo na seqüência, nós fomos informados de que a área amplia numa área interessante, mas pega uma outra área de produção. O que acontece? Temos de aprimorar o processo. Isso está claro para nós, está claro para o Ministério do Meio Ambiente.

Ao sair da audiência pública de ontem, disse para a minha equipe que temos uma oportunidade de ouro, literalmente. Por quê? Porque temos duas unanimidades, tanto ontem como hoje. Todos são a favor, desde que bem-feito. Isso é o fundamental, e essa é a posição do Ministério do Meio Ambiente. Nesse sentido, Senador Osmar Dias e demais Senadores, a Ministra determinou e estamos completamente abertos a debater tecnicamente os limites.

Eu gostaria de dizer que houve um pouco de informações que foram divulgadas de forma um pouco aumentadas, digamos assim. Evidentemente, as pessoas ficam preocupadas e comentam, e quem conta um conto aumenta um ponto. De repente, virou aquela coisa de que todo Município iria parar, que toda a produção seria paralisada. Na verdade, isso não pode acontecer. Seria ilegal e, como o senhor mesmo disse, a lei está aí para ser cumprida. Imaginem se o Ministério do Meio Ambiente criasse uma unidade de proteção integral numa área de produção de soja. O Secretário – porque primeiro vão os menores – e, por consequência, o Ministro e até o Presidente da República teriam esse decreto revogado, como o senhor bem disse. Portanto, não há dúvida de que temos que ajustar e estarmos abertos a isso. Vamos fazer.

Qual o encaminhamento que estamos propondo e que discutimos ontem, com a autorização da Ministra Marina da Silva? Que se criem Comissões Técnicas nos Municípios, que se reúnam todos os interessados que têm informações. Vamos checar informação por informação, vamos ajustar e vamos discutir exaustivamente até chegar a uma solução. Agora, evidentemente existe – e como todos aqui concordam que é importante que se crie – entre a discussão técnica para ajustar e a tentativa de protelar, que tenho certeza absoluta não é a intenção de nenhum de nós. Portanto, no momento certo, vamos dar por encerrado. Esperaremos ter agradado a grande maioria, mas certamente alguns se sentirão ainda prejudicados, o que lamentaremos.

Para isso, responderemos a outra pergunta que o senhor fez sobre a indenização. Como a Unidade não foi criada, ela não existe no sistema público. Não temos essa Unidade, não temos essa caixa no Orçamento porque ela não existe. O que ocorria no passado? Criava-se a Unidade e, depois de criada, ela entrava no rol de Unidades de Conservação, no rol das unidades de despesa, e aí poderíamos alocar orçamento.

Portanto, isso aconteceria sempre no próximo ano, a depender das condições financeiras. No entanto, por determinação do Governo, quando se cria a Unidade, obrigatoriamente se informa no processo – essa é uma exigência do Presidente – a disponibilidade de recursos para iniciar o processo.

Nesse ponto, há uma questão que é importante esclarecer. O processo de desapropriação, todos aqui sabem, não é um processo rápido normalmente. Por quê? Porque há uma discussão, primeiro, sobre a titularidade. Infelizmente sabemos e também o nosso Senador do Pará – fato que é menos grave no Paraná e em Santa Catarina, mas grave em outras regiões – que há problemas fundiários de titulação e de propriedades que foram repassadas a herdeiros, cuja titulação ainda não foi registrada em cartório. Esse processo normalmente demora um pouco até que seja ajustado. Quando se cria a Unidade de Conservação, o Presidente da República decreta aquela área de utilidade pública para desapropriação, para fins de criação daquela Unidade de Conservação. Naquele momento, todos os proprietários devem apresentar a sua documentação. As terras que tiverem a documentação correta, com a sua origem garantida, são as primeiras a serem desapropriadas. Qual o critério de preço? Existe uma normatização para isso, e o primeiro critério de preço utilizado pelo Governo Federal são os dados do Banco do Brasil, utilizados mesmo como aval de empréstimo etc. Via de regra, os proprietários não aceitam esse valor e consideram que o valor deveria ser adicional. Temos um outro problema, a legislação nos impede de desapropriar áreas de APP porque são consideradas imunes à atividade econômica. Essas questões geram, via de regra, um debate no âmbito judicial, que leva a um atraso na desapropriação. No entanto, estamos alocando recursos da compensação ambiental para essas unidades de conservação para iniciar o processo. Evidentemente, a partir do orçamento, quando elas se tornam unidades de conservação, elas passam a gozar de recursos orçamentários e aí, sim, evidentemente, nesse caso, inclusive, podemos contar com a colaboração desta Casa e da Câmara na realização de emendas que garantam orçamento para essas unidades. Há aí uma disputa – o senhor sabe bem disso – em que lutamos para aumentar o orçamento. Há outros setores do Governo. Virá uma disputa por aí. O objetivo é fazer a desapropriação no menor tempo possível a preço justo, evidentemente, obedecidos aos parâmetros legais.

Com relação às outras unidades já indenizadas, há um quadro, nas unidades de conservação federais bastante razoável no Brasil. A maioria das unidades de conservação estão resolvidas do ponto de vista da

desapropriação. Há casos históricos que realmente não foram resolvidos, como, por exemplo, o caso, frequentemente citado, do Parque Nacional São Joaquim, aqui lembrado.

O Parque Nacional São Joaquim foi criado há 44 anos, quando não havia a lei atual – seguiu outro procedimento – e não havia qualquer exigência de aporte de recursos no início do processo. Ocorre que esse parque sofre litígio há muitos anos. Há uma proposta de revisão de limites, aprovada no Senado algum tempo atrás e que agora está na Câmara dos Deputados, com o Relator Deputado Isaías Silvestre, que já concluiu o relatório, que deverá ser aprovado em breve. Caso seja aprovado nos termos aprovado pelo Senado, o caso estará encerrado definitivamente e aí, sim, o processo de desapropriação. Já estão, na rubrica de recursos de compensação ambiental, inicialmente, para o Parque Nacional de São Joaquim, mesmo que ele ainda não tenha possibilidade de fazê-lo, R\$21 milhões. Nesse sentido, espero que seja, pelo menos, iniciado o processo para que o caso do Parque Nacional de São Joaquim seja resolvido no melhor prazo possível. Mas a situação das unidades de conservação do Brasil federais é bastante positiva. Nas estaduais, há vários problemas estaduais. Em São Paulo, por exemplo, Estado com maior número de Unidade de Conservação sob sua tutela, apenas 30% estão regularizados. É um caso grave. O Governo do Estado tem trabalhado muito para tentar resolver esse passivo grave que se acumula.

Finalmente, com relação ao Senador Flávio Arns, qual a possibilidade, importância, necessidade e interesse para o debate? Todo, 100%. Como fazer isso? Avançando tecnicamente. Já realizemos algumas consultas, há alguns questionamentos de que as consultas não foram amplas o suficiente. Mas o fato fundamental é que estamos trabalhando para analisar tecnicamente as propostas. Já propusemos ontem e reapresentamos aos Srs. Senadores a proposta da Ministra de que se criem comissões por município. Cada Município reunirá todos os atores que tenham informações relevantes. Estamos entregando aos Prefeitos – já estão aqui – e encaminharemos aos demais prefeitos interessados material completo, com a imagem de satélites, os mapas em tamanho “Azero”, o maior formato temos, para que seja regionalizado. Depois do tempo necessário para a análise das comissões, iremos nos reunir com as comissões, veremos o que pode ser resolvido imediatamente e trabalharemos para que possamos resolver a maioria absoluta das dúvidas, retirar da Unidade de Conservação aquelas Unidades que estiveram no seu entorno e que não devem estar na Unidade de Conser-

vação, minimizando, assim, o impacto que poderiam ter sobre as atividades econômicas em curso.

Muito obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, fiquei satisfeito com a resposta do Capobianco, principalmente quando fez a consideração de que todos somos favoráveis e a outra que ninguém está querendo protelar. Entre fazer com pressa e fazer a coisa certa, estamos tentando fazer a coisa certa. Vamos deixar para lá aqueles que preferem transformar este assunto em assunto político. Vamos tratar deste assunto com a responsabilidade que ele exige.

Restou apenas uma dúvida: se aquela área for de reserva legal daquela propriedade, ela será indenizada, incorporada que foi a Unidade de Conservação?

O SR. PAULO PAULO CABOBIANCO – Senador, procurei esclarecer o seguinte: aquela área é reserva legal de uma propriedade e o proprietário pretende que ela permaneça valendo como reserva legal daquela propriedade, ele não terá o direito à indenização, a não ser no percentual acima do que manda a lei, claro, seus 20% acima ele teria o direito.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas, e se ele abriu mão porque ele já tem os outros 20%?

O SR. PAULO PAULO CABOBIANCO – Aí sim.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Aí ele vai ser indenizado?

O SR. PAULO PAULO CABOBIANCO – Será indenizado, com certeza. Se ele tiver em sua propriedade os 20%, ele será indenizado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Está claro.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só quero dizer que a Bancada Federal do Paraná e, certamente, a de Santa Catarina também representada pelos Senadores e Deputados, gostariam também muito e vamos sugerir de acompanhar esse processo todo, para que possamos até contribuir, estar presente e sugerir também e poder juntos discutir nas próprias comunidades, para ver se toda informação chega de uma maneira adequada e tudo, e contribuir para que tudo transcorra normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Voltamos à lista de oradores. Vamos constituir blocos de três Senadores, que apresentarão suas ponderações e arguições para que os membros da Mesa palestrantes possam responder.

Por permuta com o Senador Flexa Ribeiro, concedemos a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente, embora não sendo titular destas duas Comissões, fiz questão de comparecer, em função da relevância do assunto, especialmente neste

momento, para o Paraná e Santa Catarina. É claro que todos nós entendemos: a presença ambiental é uma manifestação permanente, reiterada, de amor à vida. Ninguém em sã consciência pode combater a preservação ambiental. No entanto, é preciso compatibilizar os interesses do progresso, da prosperidade, com essa necessidade insubstituível da preservação do meio ambiente. E, certamente, é o que nos motiva a debater esse assunto e é o que nos motiva a pedir tempo. Porque, sem dúvida, não estamos preparados para a decisão governamental que se anunciava. Não superamos todas as etapas para o entendimento, afinal o Estado deve refletir as aspirações da sociedade, e a indagação que se faz é: adotando um procedimento sem ampla discussão, sem consenso, sem o entendimento necessário, estaria o Estado cumprindo seu dever de satisfazer as aspirações da sociedade? Creio que não. Não vamos repetir o questionamento sobre as audiências públicas realizadas, se foram abrangentes, se abordaram em profundidade a questão, se todos foram ouvidos, porque eu poderia dizer, por exemplo, que representante da maior importância na discussão desse assunto de criação do Parque Nacional dos Campos Gerais não recebeu o convite: o Prefeito de Ponta Grossa. A Prefeitura de Ponta Grossa não constou da lista dos convidados para a audiência pública que discutiu a criação do Parque Nacional dos Campos Gerais. Portanto, não vamos discutir mais esse assunto, apenas a conclusão é que não estamos preparados para a decisão. Tenho, é claro, algumas ponderações a fazer. Primeiramente, é que o direito adquirido do proprietário tem que ser respeitado de forma absoluta. A outra ponderação é que as estatísticas são “inconfiáveis”. Ouvi que a área de cobertura florestal no Paraná é de 0,8%. Tenho aqui um trabalho da Universidade Federal do Paraná, de respeitabilidade indiscutível, que diz que a cobertura florestal natural do Paraná é de 18%, cerca de 10% com florestas bem conservadas. Na floresta de araucária especificamente, o percentual de cobertura eleva-se para 24%, sendo quase 13% de florestas em bom grau de conservação. E diz aqui o trabalho da Universidade Federal: “Esses são os números atuais sobre a cobertura florestal no Estado, obtidos por levantamentos realizados com fundamentação técnico-científica e desprovidos de distorções e interesses estranhos.

Portanto, esse é um questionamento. As estatísticas devem ser consideradas. Mas, na verdade, temos que verificar quais estatísticas são verdadeiras.

Especificamente, em relação a esse Parque Nacional dos Campos Gerais. Na verdade, não há conhecimento pleno das informações que tem o Governo a respeito dessa Unidade, mas há um levantamento

parcial feito pela comunidade interessada. Área de reserva legal com preservação permanente, chegamos a 33%; área do campo nativo, chegamos a mais 20% e a área de pastagem plantada, de agricultura e com o reflorestamento, chegamos a 45%. Certamente, se formos confrontar com os números oficiais do Governo, teremos também distorções. Ou seja, são elementos para que cheguemos à conclusão de que não estamos preparados para uma decisão de tamanha importância. E, se chegarmos a esta decisão, temos que considerar algumas questões fundamentais. Mas, antes, eu gostaria de dizer, a exemplo do que referiu o Senador Osmar. Durante o nosso Governo, além da Mata dos Godoy, em Londrina, que foi utilizada para preservação ambiental pelo Governo – o Osmar era o Secretário da Agricultura – outros 18 parques foram criados naquela gestão, da forma absolutamente correta, indenizando da forma mais correta possível os proprietários, sem nenhum tipo de constrangimento, de ressentimento ou mesmo que pudesse ensejar qualquer questionamento. Portanto, mediante entendimento das partes. O Paraná realizou também um grande programa ambiental, chamado Paraná Rural, que foi administrado pelo Osmar, como Secretário da Agricultura, que acabou merecendo prêmios internacionais e sendo apontado como referência para outros países, pela FAO, pela ONU, pelo Banco Mundial, enfim, o Paraná tem essa tradição de preservação ambiental, por isso, temos que discutir melhor. O Paraná tem que ser ouvido, Santa Catarina. Quero louvar a iniciativa do Governador Luiz Henrique, de Santa Catarina, que merece os nossos aplausos por essa iniciativa, espero que seja também exemplo para o Governo do Paraná. Essa solicitação no prazo de um ano para um estudo aprofundado dessa questão em cada um dos dois Estados.

É evidente que temos que repelir o radicalismo ambientalista, o fundamentalismo ambientalista em nome do bom senso. O projeto de criação dessas unidades é indispensável, é necessário, não há como combater o Governo por criar essas unidades, de forma alguma, queremos apoiar o Governo nessa sua iniciativa. Mas eu creio que o estabelecimento dessas unidades, que é uma ferramenta importante, não pode ser um fato isolado. Temos que ter uma política de preservação ambiental, consultando as peculiaridades regionais. O que vale para o Pará, obviamente, é complicado executar no Paraná. O Flexa Ribeiro sabe bem disso. Essa questão, portanto, deve ser debatida amplamente.

Quero fazer algumas indagações, a partir do momento em que a decisão for criar essas unidades de conservação. Eventualmente, é possível que, em determinadas áreas, o Governo e a sociedade, em con-

junto, cheguem à conclusão de que não são as áreas indicadas para a criação dessas unidades.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Alvaro Dias...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não, estou demorando muito.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa solicita que V. Ex^a procure objetivar. V. Ex^a teria direito, também, a três minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É que eu estou na linha dos anteriores, os que tiveram mais tempo. Me perdoe, meu caro Presidente.

Mas há algumas questões bem objetivas. Os que preservam áreas ambientais não são bonificados. A indagação que se faz: qual o bônus que tem o preservacionista, aquele que usa sua área, sua propriedade para preservar o ambiente de forma correta. Então, queremos indagar também sobre a indenização sobre essas áreas. As áreas financiadas, longo prazo: DRDE, 20 anos; CNH, 6 anos; Banco do Brasil, para custeio, enfim, essas áreas financiadas. Como será o tratamento a esses financiamentos? A indenização da cobertura florestal, da floresta nativa. Ainda temos um exemplo recente (são contradições), lá em Quedas do Iguaçu, uma área da Araopel, o Incra desapropria e avalia em R\$120 milhões; depois, há uma discussão e vem para R\$75 milhões, 25 alqueires, e a alegação é que se está pagando a floresta plantada. É claro que o Incra diz que aquela é uma área pública, uma área do Estado. Na verdade, o Estado está desapropriando um a área do próprio Estado e se está remunerando alguém. Então, lá vai se pagar a área plantada. Quanto à questão das APPs, já ouvimos que o Supremo já decidiu a questão da própria Araopel, que há que se pagar a cobertura florestal. Essa floresta nativa da mesma forma. Uma outra pergunta: quem cumpre a lei, mantendo a reserva legal, as áreas de preservação, enfim, tem o direito de fazer o manejo na sua propriedade? Mas, ao final, quero, sobretudo, fazer uma sugestão. Ao meu lado esta uma senhora que tem familiar fazendo doutoramento, na Inglaterra, pelo CNPq, e traz a informação de que o seu professor informa que lá é diferente: na Inglaterra; na Floresta Negra, na Alemanha, ou mesmo em Bariloche; enfim, em nações evoluídas. O proprietário que tem uma área escolhida para preservação ambiental é um proprietário feliz e premiado. Na verdade, ele passa a ser subsidiado, permanentemente, para a preservação daquela área escolhida para a criação de uma unidade de preservação ambiental. Por que o Brasil não adota esse modelo? Não seria um bom exemplo a ser escolhido em nosso País? Finalmente, agora atendendo, embora tivesse outras questões, municiado pelos amigos que

aqui vieram. Mas há uma solicitação catarinense aqui, já que o Capobianco afirmou que o interesse é discutir mesmo e dialogar, buscar o entendimento. Por que não suspender as audiências públicas, marcadas para junho nos dias 21, 22 e 24, em Santa Catarina e, me parece, Palmas, também, no Paraná. Não haveria tanta pressa para essas audiências públicas. Poderiam se constituir Comissões Municipais, com representantes da Prefeitura, do Estado, do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente, dos proprietários para discutir preliminarmente e preparar essas audiências públicas. São as questões que eu gostaria de colocar, Sr. Presidente, e – mais uma vez – agradecer a tolerância de V. Ex^a com relação ao tempo. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Sobre a mesa requerimentos que passo a ler.

Requeiro, nos termos do art. 217, do Regimento Interno, do Senado Federal, combinado com art. 22, § 3º da Lei 9985, de 18 de julho de 2000, sejam encaminhados a esta Comissão todos os documentos e informações, inclusive cópias dos contratos com especialistas, organizações, relatório de vistoria de campo, datas e locais vistoriados, estudos técnicos, em especial dos de variabilidade genética, socioeconômicos e outros especializados referentes à criação das Unidades de Conservação Ambiental no Estado do Paraná e Santa Catarina, de autoria do Senador Osmar Dias.

Em discussão o requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, faço uma consideração em relação a estas Comissões. Pode haver a votação nas duas Comissões, porque se trata de uma audiência pública conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Sendo assim, o assunto seria abordado nas duas Comissões.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, farei apenas uma pergunta. Há o prazo de dez dias?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Não há prazo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Então, eu gostaria de aduzir o prazo de dez dias para que essa documentação seja repassada às Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requeiro, nos termos do art. 217, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 22, § 3º, da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, sejam encaminhados a esta Comissão todos os documentos e as informações, inclusive cópia de contratos com especialistas, organizações, relatório de vistoria de campo, dados locais vistoriados, estudo técnico, em especial os de variabilidade genética, socioeconômicos e outros especializados, referentes à criação das unidades de conservação ambiental no Estado do Pará. Não foi também mencionado prazo.

V. Ex^a gostaria de aduzir o prazo de dez dias?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Exatamente, Sr. Presidente. Quero aduzir o prazo de dez dias e também cópia das audiências realizadas, se por acaso ocorreram.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Ex^a também não especifica, em seu requerimento, quais são as unidades de preservação no Pará. São todas?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Todas.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Todas.

Em discussão o requerimento na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em discussão na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Voltamos à lista de inscrição.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Senador Flávio Arns, Sr. Secretário João Paulo Capobianco, Srs. convidados desta audiência pública conjunta da Comissão

de Agricultura e Reforma Agrária e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, primeiramente, quero solidarizar-me com os Senadores e com as Senadoras dos Estados do Paraná e de Santa Catarina e pedir vênica para que eu possa incluir as questões que afligem também o Estado do Paraná relativas à criação das Unidades de Conservação.

Quero cumprimento os autores do requerimento, que nos permite estarmos hoje nesta audiência pública e lamentar a ausência da Ministra Marina Silva, sem demérito algum ao Secretário Capobianco, que, brilhantemente, como os demais depoentes, enriqueceu-nos com as suas informações nesta audiência pública.

A nossa solidariedade com os Parlamentares que representam tão honrosamente, no Senado Federal, os Estados do Paraná e de Santa Catarina se faz porque o Pará também possui Unidades de Conservação e apresenta os mesmos problemas discutidos pelos Oradores e principalmente pelo Senador Osmar Dias, que enfatizou pontos importantes. Ressalto principalmente a questão que ele levantou de uma possível e provável anulação de todos esses decretos de criação dessas áreas na Justiça por não terem sido respeitados os requisitos da lei. O que ocorreu no Paraná existe em Santa Catarina e em nível nacional. Ocorre, lamentavelmente, em nosso querido Estado do Pará.

Srs. Presidentes Leomar Quintanilha e Flávio Arns e Sr. Capobianco, gostaria de fazer uma proposta à Ministra Marina Silva e ao Excelentíssimo Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva: que pudéssemos, Senadores Osmar Dias e Leonel Pavan, fazer um acordo para que fosse possível sustar a criação dessas novas unidades.

Ninguém é contra e isso já foi dito por todos. Não há um único brasileiro que não tenha bom senso e seja contra a conservação ambiental. Nós amazônidas queremos a Amazônia preservada para as gerações futuras que virão, para os nossos filhos e netos. Mas queremos, sim, que aqueles brasileiros que lá habitam sejam também respeitados, porque eles têm direito a uma qualidade de vida digna. Eles devem ser respeitados quando são criadas essas unidades de conservação no papel, pois não é sequer considerado que existem brasileiros que habitam as terras há dezenas de anos, trabalhando, gerando riquezas e empregos, mantendo aquela região como brasileira, que hoje é motivo de cobiça internacional. Eles estão lá, às vezes com qualidade de vida diferente daqueles que habitam as regiões já desenvolvidas do nosso Brasil. Mas todos eles, sem sombra de dúvida, Senadores Leomar Quintanilha e Flávio Arns, têm a clareza de que há necessidade de haver o respeito à questão ambiental.

Ninguém quer devastar ou depredar a Amazônia. Podemos ter pontos de vista diferentes. Queremos, sim, que a Amazônia se desenvolva. Talvez nossas opiniões sejam diferenciadas. Não somos contra o extrativismo, mas entendemos que ele simplesmente não desenvolverá a Amazônia. É preciso haver de fato uma área para manter o extrativismo, porém esse não é o processo que trará esse desenvolvimento.

Não pretendo alongar-me até porque estou aqui por deferência especial dos meus companheiros do Paraná e de Santa Catarina. Farei perguntas objetivas a V. S^a, Dr. Capobianco. Infelizmente, já tivemos vários encontros e, em todos eles, a palavra falada foi esquecida e a palavra escrita não foi cumprida. Aqueles documentos firmados no lamentável incidente da Irmã Dorothy, nenhum deles até hoje foi cumprido pelo Ministério do Meio Ambiente. Nenhum deles, a não ser a aprovação pelo Governo do Estado do Pará, por unanimidade da Assembléia Legislativa, do macrozoneamento econômico-ecológico. E, por incrível que pareça, o Ministério do Meio Ambiente, de forma intervencionista, de forma insensível, faz a intervenção criando áreas de conservação no Estado do Pará que vão de encontro ao Projeto de Macrozoneamento aprovado, pondo em risco esse projeto, que deveria ser discutido.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Flexa Ribeiro, solicitamos objetividade nos questionamentos, pois há ainda outros oradores inscritos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, vou fazer os questionamentos ao nosso deponente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, queria fazer uma questão de ordem, porque, se formos trazer os assuntos ambientais pendentes deste País de todas as regiões do País para esta audiência, que tem um objetivo muito claro, que é discutir a questão das áreas de preservação de araucárias, se formos trazer isso tudo, não vamos terminar hoje. Então, até por uma questão de justiça, porque as pessoas estão aqui para responder sobre este assunto, peço a compreensão, inclusive, do Senador Flexa Ribeiro pois, em primeiro lugar, não é justo com os que estão tratando do assunto da audiência para a qual ela foi convocada e também não considero justo que os que aqui estão tenham que responder sobre assuntos que não estavam inclusive na pauta e não vão poder deixar de responder porque, ao ser provocado o assunto como a questão tão grave da Irmã Dorothy, tenho certeza que o Dr. Capobianco vai ter que responder. Já vamos desviar o foco da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Ex^a tem razão. Eu solicitaria aos Srs. Senadores que restrinjam suas indagações ao objeto desta reunião.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro para suas considerações finais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Se V. Ex^a permitir, vou fazer as indagações. A audiência pública é importante. A questão da Unidade de Conservação é nacional e eu não podia, como Senador da República, representando o Estado do Pará, deixar de fazer este questionamento para obter a resposta do Sr. Capobianco.

Sr. Capobianco, a reserva extrativista Verde para Sempre, que ocupa mais de 80% do território do Município de Porto de Mós, tem uma questão inusitada: 40% da área dessa reserva é constituída de campos naturais de várzea, que é o habitat de búfalos. A Resex não permite a criação de animais de grande porte. Proíbe a criação de animais de grande porte.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Flexa Ribeiro, essa questão que V. Ex^a suscita diz respeito ao Pará. V. Ex^a tem razão. Mas não é pertinente nesta reunião, cujo requerimento é específico para as questões relacionadas com Paraná e Santa Catarina. Se V. Ex^a aceitasse e compreendesse isso, teria outra oportunidade para fazer esse questionamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se V. Ex^a me permite, creio que o Senador Flexa Ribeiro podia apresentar um requerimento para realização de audiência pública para tratar dos assuntos do Pará. Com certeza, tanto a Comissão de Meio Ambiente quanto a da Agricultura teriam o maior interesse. Volto a insistir: vamos tratar do assunto para o qual estamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Além de o assunto não ser pertinente ao requerimento que objetivou a audiência pública, cada Senador tem direito a três minutos de intervenção. V. Ex^a já extrapolou – e muito – esse tempo e está trazendo à discussão um assunto que não diz respeito ao requerimento aprovado pela reunião.

Solicito a compreensão de V. Ex^a ou que apresentasse um requerimento para que realizássemos uma nova audiência pública para tratar das questões relativas ao Pará ou fizesse de outra forma esse questionamento, por escrito, que poderia ser feito inclusive por intermédio da Comissão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agora o Pará já está em maioria aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, vou atender à ponderação do Presidente. Vou encaminhar, por escrito, os questionamentos ao Dr.

Capobianco. Lamento não poder fazê-lo neste instante. Vou fazer o requerimento solicitando uma audiência pública que é repetitiva. Acho que a gente poderia aproveitar esta oportunidade para tratar do mesmo assunto com referência ao Estado do Pará. Lamento que a Senadora Ideli Salvatti não nos conceda cinco minutos, dez minutos dessa audiência pública, mas de forma atendendo ao Regimento e às ponderações da Presidência dou por encerrada a nossa participação.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradecemos a compreensão de V. Ex.^a e apenas para, a bem da verdade, fazer um esclarecimento a V. Ex.^a. A Ministra Marina Silva não foi convidada para esta reunião. O convidado pelo Ministério foi exatamente o Dr. Capobianco.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Uma questão de ordem. Eu quero retirar...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, para esclarecer também. Tem requerimento meu aprovado nesta Comissão e também na Comissão de Agricultura convidando a Ministra Marina e o Ministro Ciro para discutir o Plano da Amazônia Sustentável.

Eu queria então retirar o meu lamento pela ausência porque a informação que tive é que o convite teria sido à Ministra. Gostaria de fazer o lamento da ausência da Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Na minha ordem de inscrição está a Senadora Ideli Salvatti antes de V. Ex.^a. Se a Senadora concordar, V. Ex.^a fala primeiro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não tem problema nenhum para mim. Pela ordem, Sr. Presidente.

Fui o terceiro Senador a entrar nesta Casa e pedir a inscrição. Se não fui escrito, bem mas fui o terceiro Senador. Estavam aqui Osmar Dias e Flávio Arns. Eu estava aqui antes do início da reunião. Assim que senti, pedi a inscrição. Não deve ter ocorrido. Não pedi pelo microfone. Fiz apenas um gesto e não deve ter ocorrido, mas não vai atrapalhar, em hipótese alguma, a explanação que iremos fazer até porque aquilo que a Senadora Ideli Salvatti vai fazer, certamente, tem os mesmos objetivos que são ajudar o meio-oeste e o oeste de Santa Catarina ou ajudar Santa Catarina.

Não tem problema nenhum e falo depois da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradeço a compreensão de V. Ex.^a e sou testemunha de que V. Ex.^a chegou antes mesmo do início da reunião, mas verifico que a lista de inscrição, os três primeiros nomes inscritos não foram feitos com a minha caligrafia, não foram feitos por mim e a sua

inscrição acabou ocorrendo na sexta colocação. Se houve falha da Mesa V. Ex.^a me desculpe.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Houve falha porque assim que iniciou a falação eu requeri a inscrição. Fiz um gesto e pedi. Quando o Dr. João Paulo iniciou eu fiz o pedido até pensei que iria ser o primeiro.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, se o Senador Leonel Pavan está tão ansioso por falar, posso até, cavalheirescamente, ceder a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu não autorizei a Senadora a usar a palavra. Quero respeitar a inscrição, mas o que estou contestando é o sexto colocado.

Em hipótese alguma, estou pedindo para falar na frente de alguém. Eu estou falando com o Presidente, estou contestando a Presidência que eu tinha requerido e vou respeitar a inscrição, mas apenas fica a minha questão de ordem em relação à inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Renovo a informação de que, quando recebi a lista de inscrição, já haviam três pessoas inscritas e não estava V. Ex.^a, mas não tem problema.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, quero cumprimentar a todos os nossos convidados e quero buscar ser o mais objetiva possível.

Em primeiro lugar, queria perguntar ao Dr. Capobianco porque, tivemos um processo com relação a essa questão das araucárias que teve uma data importante que é dezembro de 2002, quando foram baixadas as Portarias nºs 507 e 508 na época ainda do Presidente Fernando Henrique Cardoso definindo áreas prioritárias para a criação de novas Unidades de Conservação no Estado do Paraná e Santa Catarina.

Tivemos uma iniciativa no final do Governo anterior, definindo as Unidades de Conservação nos dois Estados. A primeira pergunta que queria fazer é a seguinte: daquilo que foi definido nas Portarias nºs 507 e 508, quais são as diferenças que existem entre o que o Fernando Henrique assinou, em dezembro de 2002, e o que temos elaborado como proposta – por enquanto ainda é proposta, porque nada está convolidado – depois desses quase dois anos e meio de debates. Essa é a primeira pergunta que quero fazer que acho que é relevante.

A outra questão é a seguinte: por que em março de 2003 a Ministra criou o GT Araucárias do Sul? O que a motivou a tomar essa iniciativa? É importante que fique claro por que o Governo Lula tomou a posição de não executar o que estava decretado no final do Governo do Fernando Henrique e reabriu a dis-

cussão. Por quê? O que motivou a Ministra a tomar essa atitude?

A outra questão é a seguinte: o GT Araucárias foi montado em março de 2003. Tenho aqui a composição, com representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, das secretarias estaduais do meio ambiente dos três Estados, inclusive foi incluído o Rio Grande do Sul, das organizações não governamentais, da federação das indústrias, das federações dos trabalhadores da agricultura familiar dos três Estados, das instituições de pesquisa dos três Estados, das associações de prefeitos dos três Estados, do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, da Embrapa, e havia até um convidado especial. Essa é a composição do GT.

Tenho aqui, depois, um documento que nos foi entregue durante a audiência dos participantes do GT Araucárias Sul. Aqui está a lista de mais de 200 pessoas e 102 instituições que participaram do GT Araucárias. Pelo que pude identificar, das mais de 200 pessoas, um quarto, era de Santa Catarina. Inclusive quero confirmar se a representatividade foi essa mesmo.

Consegui identificar aqui entidades de Santa Catarina extremamente importantes, como o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, o CREA, a Federação da Agricultura do Estado, a Federação das Indústrias, a Fetraf, várias prefeituras, como as de Abelardo Luz, Videira, Irati, instituições de ensino, como a universidade federal, a Furb, e o Governo do Estado. Aqui aparece a questão da Fatma, na pessoa do seu presidente, Sérgio Grando, e várias outras pessoas aqui estão listadas em nome da Fatma, e da Secretaria de Desenvolvimento Social, o Secretário do Estado de Santa Catarina, o Dr. Bráulio, e também vários integrantes da Secretaria. E ainda representantes de órgãos federais no Estado, como o Ibama, o Incra, a Procuradoria da República e várias instituições.

Eu queria entender e gostaria que me fosse aqui explicitado, inclusive pelos que estão aqui presentes, o seguinte: participaram, não participaram, quem estava participando e representando não representava, quem estava atuando no GT Araucárias desde março de 2003 até a última reunião de que tenho conhecimento, na metade de abril, quando se fechou a proposta, as pessoas que estavam lá colocavam o quê? O Governo do Estado colocava o quê? Os representantes do Governo do Estado de Santa Catarina colocavam o quê? O representante da Federação da Agricultura de Santa Catarina colocava o quê nas reuniões do GT?

Isso para termos uma situação de mudança de posição, inclusive de postura e de contestação. Ou seja, as questões que foram levantadas recentemente se manifestaram ao longo do GT Araucárias ou não?

Como foi a representatividade? Estou preocupada com o Estado de Santa Catarina, não sei se isso vale para o Estado do Paraná. Mas o que podemos observar foi que houve, inclusive em termos de determinadas personalidades, de Deputados, por exemplo, de Santa Catarina, que participaram, que, inclusive naquela audiência que tivemos lá, bastante representativa, lá no Centro Administrativo do Governo do Estado, ficou claro, inclusive, que algumas personalidades disseram: não, participei até o dia 15 de abril, e fui para a minha base mobilizar para que não houvesse as audiências, para que as audiências não se realizassem – tivemos inclusive esse depoimento lá.

Então, eu precisaria ter essa clareza: quem estava representando, representava ou não representava; aquilo que está sendo colocado hoje, colocava ou não no GT Araucárias; a mudança de posição se deu porquê. Acho que isso seria importante.

A outra pergunta que eu queria fazer ao Dr. Capobianco é a seguinte: nós fizemos a audiência lá no Centro Administrativo do Governo do Estado e, durante aquela audiência, várias questões colocadas tiveram já modificações da proposição, como por exemplo, aquela área de preservação ambiental já ficou claro que ela não seria – eu pediria, Sr. Presidente, um pouquinho de silêncio...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Peço silêncio, há orador na tribuna. E peço a V. Ex^a também que faça suas considerações finais.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a está percebendo que estou sendo bem objetiva, fazendo perguntas. Então, eu queira um pouquinho de relevância.

Então, naquela audiência, foram feitas alterações, como por exemplo, na Área de Preservação Ambiental – APA, que era talvez uma das maiores polêmicas. Aquilo foi modificado no sentido de não serem implementados de imediato, poder fazer uma...

A outra questão: alguns empresários apresentaram uma proposta de, em vez de ter áreas de preservação pública, pudessem ter RPPNs, áreas de preservação particular. Então, eu queria saber se algum empresário já encaminhou, se evoluiu essa proposta de termos RPPNs.

A questão, por exemplo, setores de papel e celulose, que estavam representados pela Fiesc, inclusive tivemos a oportunidade de poder ter algumas tratativas, se evoluiu alguma discussão já com este setor. Sabemos que inclusive houve discussão, proposta de alteração de perímetro da área.

Se aquele compromisso de encaminhar às Prefeituras o levantamento sócio-econômico, porque havia uma grande discussão: não sabemos, queremos saber

se o Ministério efetivamente mandou para as Prefeituras para disponibilizar para a sociedade como um todo.

Então, essas seriam algumas perguntas que eu gostaria de fazer em função daquelas mudanças e daquelas questões levantadas lá na audiência no Centro Administrativo.

Já tive oportunidade de falar naquela audiência e vou voltar a falar aqui.

Preservação ambiental, todo mundo é a favor, desde que seja feito no quintal do outro. Nesta audiência aqui, parece que todo mundo é a favor de fazer, só não ouvi o quintal do outro. Então, talvez, já tenhamos uma evolução no sentido de que todos são a favor de fazer no nosso quintal, no quintal de todo mundo. Se é isso, acho que já demos um grande passo. Agora, tem uma questão que precisamos decidir, que é o seguinte: o GT Araucárias foi montado em março de 2003. São mais de dois anos de debate e ainda tem gente pedindo para suspender a audiência pública. A audiência pública é o melhor momento para debatermos e socializarmos o máximo possível, *in loco*, as informações.

O SR. ALVARO DIAS (PMDB – PR) – No meu caso, não pedi para suspender, pedi para adiar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois é, mas veja bem: suspender, adiar. Quero fazer uma outra proposta: vamos fazer mais audiências públicas. Vamos fazer essas que estão marcadas e todas as que forem necessárias para debater e fazer com que a sociedade possa dar todas as opiniões e possa fazer todas as correções para fazermos bem feito no quintal de todos nós. Então, sou terminantemente contra suspender as que estão marcadas. Vamos debater com transparência e, da mesma forma que naquela audiência lá no Centro administrativo já mudanças ocorreram, sugestões foram acatadas ou encaminhadas, vamos absorver. Estou achando assim muito contraditório quem não quer realizar audiência pública. Estão temendo o quê? A audiência pública é a melhor oportunidade de podermos fazer como estamos aqui...

O SR. ALVARO DIAS (PMDB – PR) – É ao contrário, Senadora. Estamos pedindo audiência pública para valer. Preparação para audiência pública.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não, não. Já escutei pessoas aqui dizerem que tem desmarcar as já marcadas. Vamos fazer as já marcadas, vamos debater

O SR. ALVARO DIAS (PMDB – PR) – Não, não é desmarcar. É marcar com o tempo de todos participarem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas, oh! Entende? Está marcado, está marcado então vamos realizar essas, vamos realizar todas as que sejam necessárias, porque senão, Senador Quintanilha, ...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Há outros oradores inscritos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou terminar. Porque senão essa proposta de suspender sutilmente é proposta de embarrigar. Então acho que aqui não cabe. E queria concluir com o debate no sentido de aperfeiçoarmos mas preservar, até porque em Santa Catarina já temos quase nada para preservar, então se demorar demais, não sei no Paraná, mas em Santa Catarina é muito pouco.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradeço a compreensão de V. Ex^a.

Senador Leonel Pavan, V. Ex^a certamente pretende questionar o Secretário Capobiano. Se for a ele, aguardaremos um minuto, porque ele precisou se retirar por um minuto da reunião, se não for, já concederia a palavra a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Vou fazer um comentário. Está valendo a...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Seria importante que a ele ouvir?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Como o Senador Flexa Ribeiro não fez perguntas, apenas comentários, ...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Já ouviríamos as ponderações de V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Agora se quer.. Por que tem que esperar?

O SR. SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Não, se V. Ex^a for fazer considerações que ele precisa ouvir.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas é lógico!

O SR. SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Então vamos aguardar por um minuto que ele precisou se retirar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Está bem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas essa já é a intervenção do Senador Leonel Pavan? Não?

Ah! Tá. Mas ele vai fazer essas considerações e depois vai falar novamente?

O SR. SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Não, não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ah! Só para saber.

O SR. SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – É a ordem de inscrição, Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Por que quero usar a mesma prerrogativa.

O SR. SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Não, ele falará na ordem de inscrição e será o próximo. O que a Mesa propôs foi que ele aguardasse alguns minutos, porque o Secretário Capobianco precisou se retirar. É só um minuto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A não ser que possamos aí... Ele saiu para ...?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Olha, lamentavelmente não podemos, embora seja uma audiência pública, apenas os Srs. Senadores e os convidados podem fazer intervenções. Lamentavelmente.

A Mesa agradece.

Com a palavra o eminente Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentá-lo pela forma democrática e pedir escusas referentes a nossa reclamação por não estarmos inscritos, mas fica sendo falha minha. Porque tanto que no início fiz uma intervenção do tempo de cada um e coloquei que iríamos falar também. Então, de repente, por falha nossa, não ter requerido, não ter assinado o requerimento.

Quero aqui cumprimentar o Sr. João Paulo Capobianco, que representa o Governo, os que representam o Estado do Paraná, o Estado de Santa Catarina, na pessoa aqui do Enori, nosso Barbieri, Vice-Prefeito Xanxerê, nosso Valdir Colatto, que representa aqui o Governo do Estado, cumprimentar Osmar Dias que é o autor do requerimento, que tem assinatura também, a adesão do nosso querido amigo, o brilhante Flávio Arns, que é um lutador pelo Estado do Paraná.

Sr. Presidente, sabemos que essa discussão vem vindo há tempo. Porém, das discussões, não conseguimos obter resultados, estamos só conseguindo resultados de discussões do que o Governo quer, entrou de uma forma e saiu com a forma que ele entrou, não houve flexibilização nesse caso. Desde o começo se fala em desapropriação, demarcaram uma área e não se recuou um centímetro. Então não adianta debater se não há uma certa sensibilidade por parte do Governo.

Todos nós somos favoráveis à preservação ambiental. Do nosso quintal e do quintal dos outros, de todo o Brasil. Porém, todos nós somos favoráveis à produção ordenada, favoráveis aos nossos agricultores, favoráveis, principalmente, ao agricultor familiar, somos favoráveis à geração de emprego, somos favoráveis ao fortalecimento da economia dos Estados e Municipais, somos favoráveis à vida ambiental é à vida humana. Só teremos qualidade de vida se tivermos também produção. Alias, o Governo canta, em verso e prosa, volume da nossa produção de exportação.

Estamos atingindo justamente o setor produtivo que produz para exportar.

Eu recebi, Sr. Presidente, aqui, uma manifestação de Ponte Cerrada, de nosso Prefeito Luís Fávero, e que representa inúmeros outros Municípios de nossa região, oeste e meio-oeste de Santa Catarina, pedindo-nos que possamos reabrir o processo de discussão e avaliação no que tange às Unidades de Conservação e Proteção Ambiental. Isso refere-se também ao Paraná e à Santa Catarina. E nós estamos fazendo um requerimento nesse sentido, e depois vamos para lê-lo. Encaminhamos também ofícios à Ministra Marina Silva. Entre esses requerimentos estão indicações de extremo valor para os Estados de Santa Catarina e Paraná, e também o Brasil.

Fiz um pronunciamento, Sr. Presidente, recentemente, fiz um pronunciamento no Senado Federal, no qual falei sobre a questão dos Municípios atingidos Abelardo Luz, Ouro Verde, Ipoaçu, Bom Jesus, São Domingos, Varjeão, a nossa querida Ponte Cerrada, Água Doce, Vargem Bonita, Passos Maia e Macieira, e falava da grande importância socioeconômica da região, que era a criação da Área de Proteção Ambiental das Araucárias e a Estação Ecológica Mata Preta e do Parque Nacional de Proteção no total no Estado de Santa Catarina, cuja área tem 3.940 estabelecimentos agropecuários. Temos 5,9% dessas áreas são de produção de milho; 18,6% de soja; 15,1% de trigo; 15,7% é de batata, além de outros investimentos em fruticultura, silvicultura e agroindústria. Temos que ressaltar também que Santa Catarina é apenas 1,13% do território nacional, e a 5º produtor de alimentos e o 5º exportador justamente em sua função de estrutura fundiária. O Estado é aplaudido e reconhecido como exemplar, onde 85% das 170 mil propriedades agrícolas são de 15 alqueires. A maioria dessas propriedades é de 10, 20, 30 hectares. E todas elas estabelecidas há centenas de anos. O Governo do Estado está executando um inventário florístico/florestal que fornecerá informações científicas balizadas, capazes de indicar as áreas mais apropriadas para a criação de Unidades de Conservação das espécies ameaçadas de extinção.

Eu gostaria de dizer ao Sr. João Paulo Capobianco que teríamos inúmeras informações aqui a dizer por que estamos pedindo uma rediscussão. Por que queremos que os senhores dêem mais tempo para que os Prefeitos, Vereadores, para que as comunidades agrícolas possam rediscutir essa questão, possam buscar mais subsídios para que possam dar maiores esclarecimentos ao Governo, para que não tome uma medida drástica, dura e arbitrária – poderíamos dizer -, de uma hora para outra, sem que haja realmente uma discussão mais ampla? Estamos vivendo num regime

democrático, com um Presidente que batalhou muito por isso, com um Presidente que percorreu este País, defendendo os agricultores, defendendo a geração de emprego, defendendo a agricultura familiar, e que teve a maioria dos seus votos justamente com esses que passaram, agora há pouco, aqui, com as caras manchadas, marcadas, com mãos calejadas, sujeitos que suam 24 horas por dia, para produzir alimentos para sua família, para nosso Estado, para nosso País, para exportar, para gerar economia do nosso País. De repente, poderemos ver aqui o Governo numa atitude drástica e dura, colocando essas pessoas na rua. O dinheiro que será colocado em suas mãos não tem o significado do tamanho que esse povo tem pela sua terra, pela cultura. Gerações e gerações, com bisnetos, já passaram por aquelas terras. Essas pessoas precisam ser respeitadas. Os recursos não são de acordo com que valem as terras. De repente, vão estar nas ruas com lona, de repente, até para invadir a própria terra. Poderá ocorrer isso, na hora em que o Governo tomar... Esses mesmos que irão para a rua, de repente, vão ter de invadir essa terra junto com outros. As áreas que aí estão, estão sendo preservadas. Que se crie uma punição mais dura para manter a preservação daquelas áreas existentes. Mas tirar toda aquela estrutura, tudo aquilo que foi manejado por aqueles agricultores, trabalhadores? Tirar tantos anos apenas por suspeita de que não será mais preservado é uma questão dura e ruim para a sociedade agrícola, para os nossos agricultores familiares.

Ouvi a pergunta da Senadora e entendi o objetivo. Por que Lula tomou as providências? Em função de uma Portaria do final de 2002. Temos de reconhecer isso, mas, se aquela portaria foi dura, o Governo entrou para mudar e, então, mude a portaria! A portaria não demarca a região, não diz o tamanho a ser atingido. Também sabemos que, nos últimos três meses do Governo Fernando Henrique Cardoso, nenhuma posição foi tomada. Nós, mesmos, tínhamos recursos a serem liberados e o Governo não liberou, porque uma equipe de transição já entrou no Governo Fernando Henrique Cardoso e já começou a dar as ordens, dizendo o que devia ou não fazer. Tenho certeza de que essa portaria – e eu fiz uma consulta – foi encaminhada a pedido da equipe de transição. Eu não sei se o Sr. João Paulo Capobianco estava junto naquela equipe de transição. O Governo Fernando Henrique Cardoso não tomou nenhuma posição, na época, sem consultar a equipe de transição, e não disse quantos hectares deveriam ser atingidos.

Eu queria apelar para a sensibilidade deste Governo democrático – pelo menos, essa foi a luta de Lula por toda a sua vida e apelar para a sensibilidade.

Não impor, pois ouvi aqui há pouco o seguinte: estou sabendo que já no dia 21, 22 e 23 os jornais estão dizendo que vão tomar a decisão. Segundo os jornais, V. S^a já haveria tomado a decisão que nos dias 21, 22 e 23 iria anunciar as novas consultas públicas. É isso? Essa é uma pergunta.

E se fizer as consultas públicas antes que a comunidade se reúna, vai reunir 2, 3, 4 ou 5 mil pessoas e não vai acontecer reunião. Vão ter que chamar o Exército porque esse povo vai brigar por suas terras. Vão pegar também as enxadas, os tratores. Vão fazer de tudo para impedir que entrem em suas terras.

Não está sendo invasão dos Sem-Terras, está sendo invasão do Governo.

(Palmas!)

Temos de preservar, mas também ajustar as questões.

Para finalizar, temos de ouvir as comunidades. É o apelo que eu faço. Sou de Balneário Camboriú, na região do litoral de Santa Catarina. Lá não tem terras. Mas sou de Ponte Cerrada. É lá que eu me criei, lá que eu vi a minha vida, é lá que o meu Pai também trabalhou e produziu.

Não é possível que esses que tanto e tanto trabalharam sejam hoje prejudicados justamente por quem governa o Brasil.

Vamos preservar o meio ambiente, mas também a vida e aqueles que projetam, aqueles que estão trabalhando para a agricultura e geram emprego em nossa Nação.

Essas são as minhas palavras, Sr Presidente.

(Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Apesar de ser uma audiência pública com a permissão de assistentes, a galeria não deve se manifestar. Gostaríamos e contar com essa compreensão.

Com a palavra o Dr. João Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – De quanto tempo eu disponho? Eu anotei aqui umas 80 perguntas aproximadamente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Apenas solicito a V. Ex^a que procure responder com objetividade.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Serei o mais rápido possível. Peço desculpas se na rapidez, eu falhar em alguma questão, estão à disposição para esclarecer na seqüência.

A primeira pergunta do senhor é: qual é o bônus de quem o preserva? Infelizmente a nossa legislação foi feita por esta Casa avançou muito na preservação. Acho a nossa legislação muito frágil, muito fraca na conservação e no estímulo.

Os senhores vão receber em breve, se tudo correr bem, o projeto de lei de gestão de florestas públicas, que já é um indício disso. Como usar as florestas, como fomentar o uso das florestas. Acho que será um grande avanço.

E também está aqui nesta Casa o Projeto de Lei da Mata Atlântica. Ele foi elaborado com o apoio de muitas pessoas que estão aqui inclusive. Lá inclusive há prevista uma série de apoios e estímulos àqueles que preservaram a mata Atlântica.

Hoje o que temos na verdade é uma isenção do ITR. Tudo bem, é alguma coisa, mas não é recurso. Temos também a possibilidade também de para quem cria uma RPPN, hoje pode dispor de algum apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente para algumas atividades e outros projetos.

Então, é muito pouco para quem preserva um patrimônio dessa importância. Temos que aprovar a Lei da Mata Atlântica e outros dispositivos que apoiem quem preserva sem duvida.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) - Sr. Capobianco, só para que V. Sª possa orientar o seu tempo, eu já vejo o relógio marcar 13h51min. Nós temos o início da sessão Plenária para as 14h e no Plenário desta Comissão está marcada uma reunião para a CPI às 14h.

Então, temos 09 minutos.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Então, me desculpe mais uma vez se eu falhar em alguma resposta, por favor, em função do tempo.

Eu já falo rápido, agora que eu vou correr mesmo.

Desapropriação de áreas que eventualmente obtiveram financiamento. Essa é uma pergunta, Senador, para a qual informo que eu não tenho resposta agora. Nós vamos verificar. Certamente, o beneficiário de um financiamento não poderá ficar obrigado a ficar sem a terra e ser obrigado a pagar. Teremos de buscar e eu me comprometo a mandar ao senhor por escrito esse esclarecimento, que não tenho no momento.

Pagamento da cobertura vegetal. Existe uma disputa judicial. Hoje a lei nos impede de fazer, mas se há uma decisão e se de fato se confirmar a decisão do Supremo de que isso poderá ser feito. Evidentemente, aquele proprietário terá direito.

Hoje, a lei nos proíbe de fazer, no caso de áreas em que o uso está proibido. É possível fazer o manejo da propriedade em floresta ameaçada de extinção? Não. Na Mata Atlântica não é possível, a não ser em casos especiais onde houve, inclusive, plantio de áreas e fomento de produção de áreas.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Exª me permite um aparte?

É muito importante. É um alerta, inclusive, para que possam tomar providências. A Fazenda Vitória, no Vale do Ribeira, tem 80% da área coberta por florestas, mas deverá ser transformada em assentamento. Pressionado pelo MST o Incra leva a reforma agrária para essa região de Mata Atlântica. Os trabalhadores que irão ocupar a área dizem que vão fazer plantio e explicam como o farão. É uma área muito importante de preservação ambiental. Estou comunicando para que se tome providências.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Sr. Senador, por determinação do Presidente da República e por portaria do Ministro da Reforma Agrária é proibida a instalação de assentamento de rural em área de floresta em todo o Brasil. Agora, evidentemente, ocorrem invasões. Temos que ter agilidade para impedir que se tornem fatos consumados. É proibido. O Incra não autoriza nenhum assentamento em área de floresta, neste Governo.

E com relação ao proprietário que tem uma área sob proteção? Se o proprietário cria uma RPPN, uma Reserva Particular de Patrimônio Natural, tem possibilidades de ser apoiado. Inclusive, Senador, no caso em tela, especificamente, vários proprietários nos procuraram acenando com outra possibilidade. Ao invés de aquela área determinada, que é de sua propriedade, ser uma reserva federal, estão se propondo a transformá-la em uma RPPN que permaneceria privada. Temos apoiador, elogiado, exaltado essa iniciativa. Não podemos impor que alguém faça uma reserva particular, mas podemos apoiar, estimular, quem quer fazê-la. O Governo não tem como objetivo criar reservas, mas de proteger aquelas áreas. Com o apoio dos proprietários é muito melhor.

Por que não suspender as consultas e constituir comissões municipais. Ontem, a Ministra autorizou-me a oferecer aos participantes da audiência pública – o que já fiz – a possibilidade de que os Municípios abrangidos por qualquer uma dessas unidades constituíssem comissões técnicas que recebessem todo o material adequado e pudessem elaborar propostas de ajuste. Está em aberto. A Ministra não irá suspender as consultas, já confirmou-me. Como disse a Senadora Ideli Salvatti, fará quantas consultas forem necessárias. Essas consultas são fruto de um compromisso assumido na reunião, em Florianópolis, a partir de uma demanda dos prefeitos da região. Elas serão feitas. Faremos quantas forem necessárias. Deixo bem claro que a realização da consulta pública marcada para a semana do dia 21 não implica a criação da Área de Unidade de Conservação. Ao contrário, já realizamos consultas no Paraná. Mais de dois meses depois não a criamos ainda. Não vamos criar enquanto

não tivemos um entendimento, um consenso, maior. É evidente que temos que ter um consenso com relação a essa questão.

Senador Flexa Ribeiro? S. Ex^a já se retirou. Gostaria de deixar registrado que, ao contrário do que S. Ex^a disse, todas as vezes em que me encontrei com S. Ex^a foi um prazer. De fato, aprendi muito com o Senador. Inclusive, sou obrigado a dizer que foi graças à participação de S. Ex^a, em uma reunião extremamente complexa que tivemos com os madeireiros do Pará, que saímos com uma solução de consenso. Gostaria de deixar registrado que tenho o maior apreço pelo Senador, bem como o Ministério.

O PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Transmitiremos a S. Ex^a.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Portanto, pularei as respostas de S. Ex^a. Infelizmente, pois teria muito prazer em respondê-las. Pularei em função do tempo e porque S. Ex^a não está presente. Posso pular as de S. Ex^a, não é Senador?

Senadora Ideli Salvatti, entre a portaria do Governo atual qual é a diferença? É brutal. A portaria editada no Governo anterior, por decisão do Governo anterior... Informo a V. Ex^a que não tive o prazer de participar do Governo de transição. Aliás, fui surpreendido quando fui convidado a entregar o governo, na sequência. Não participei da transição. Essa decisão foi tomada a partir de um grupo de trabalho que o Governo anterior criou. Trabalharam durante seis meses. A portaria foi resultado de uma ação do Governo anterior e não do Presidente, que se faça justiça, do Ministro. Não é um decreto, é uma portaria ministerial. Essa portaria não criou nenhuma Unidade de Conservação. Delimitou áreas muito grandes dizendo: “Nesta área que está aqui, serão criadas Unidades de Conservação, a partir de estudos!” E o que foi feito foi exatamente isso. A área abrangida pela portaria anterior é muito maior do que aquelas que estão sendo propostas agora para Unidades de Conservação. Por quê? Porque, ao se verificarem e realizarem o trabalho de campo, verificou-se que, naquela área toda lá delimitada, havia algumas parcelas que justificariam a criação de Unidades de Conservação, e elas que estão agora.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Dentro dessa área, podiam-se criar algumas Unidades de Conservação.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Isso! No âmbito tal.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então a demarcação cabe ao atual governo.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Claro! A criação da Unidade de Conservação é de responsabilidade exclusiva desse governo. O governo anterior

não criou Unidade alguma. Delimitou e disse: “Aqui, nesta área, vamos estudar para criar.” Mas não teve tempo de fazer, fizemos e estamos propondo, nessa área abrangente, algumas áreas.

O Governo anterior não criou as Unidades.

Por que foi criado o GT Careaçu, em março? Justamente porque havia uma polêmica. A portaria anterior, já expliquei isso, congelou a atividade produtiva. A redação da portaria não foi feliz. Fomos procurados por diversos Parlamentares interessados, pedindo a revogação da portaria. A Ministra, então, ofereceu como alternativa criar o GT Careaçu, trazendo todos os interlocutores para buscar uma solução, já que ela não abria mão de conduzir o processo para a proteção das araucárias. Esse GT se reuniu e redigiu a portaria nova que tirou os problemas que foram identificados, mas manteve o objetivo central, que era de estudar as áreas a serem criadas naquelas áreas previamente delimitadas.

Pessoas colocaram nas reuniões questões levantadas aqui e que foram consideradas, ou seja, o GT teve intensa participação, não é perfeito. Várias instituições reclamaram que queriam ser membros, no entanto, todas aquelas que estavam puderam livremente participar, não houve cerceamento. De fato, algumas instituições pediram para fazer parte do grupo formal, e a Ministra informou que poderiam participar das reuniões, mas, se não, seriam formalizadas, porque havia muitos pedidos de ampliação. Mas as reuniões foram abertas. Tivemos mais de 200 participantes nas três reuniões. Evidentemente que questões foram colocadas, questões, inclusive, que vieram aqui, agora. Há pessoas que participaram, que são contra as Unidades de Conservação e que colocaram isso. No entanto, o objetivo maior do GT foi discutir as diferentes possibilidades. E, quanto a essas questões que foram colocadas, não foi dado ao GT o papel de plebiscito, não foi essa a função a ele designada. O papel do GT foi discutir, levantar as questões, para que pudéssemos fazer um trabalho melhor possível. E isso foi feito. Todas as contribuições, mesmo aquelas que levantaram questionamentos, foram positivas e estão sendo refletidas, agora, para nos ajudar a não errar. Penso que esse seja o objetivo de todos aqui.

Algumas modificações já foram acertadas desde a reunião com o Governador no caso de Santa Catarina? Sim, foram. Porque, aquela reunião promovida pelo Governador do Estado, com mais de 300 participantes, foi uma excelente. E, naquela reunião, por exemplo, proprietários apresentaram a proposta: “Queremos criar RPPM. Não podemos? Por que vocês vão criar uma reserva em cima da nossa área, se

queremos.” Queremos, queremos, e os estudos estão sendo elaborados.

V. Ex^a perguntou se a proposta já foi protocolada objetivamente. Já temos um protocolo de intenções, mas há vários proprietários estudando, em detalhes, isso, para se chegar a um desenho e colocá-lo sobre a mesa. E estamos ansiosos por isso. A Área de Proteção Ambiental, inclusive, me permite, Senador Leonel Pavan, já responder a essa questão. V. Ex^a se referiu a uma série de municípios sobre os quais não há preocupação alguma. A Área de Proteção Ambiental já foi, sim, prorrogada. Essa, sim! As duas demais áreas não é necessário rediscutir, não é necessário reabrir, porque estão em discussão, não foi fechado o processo. A APA foi postergada! Não estamos nem mais discutindo a APA. Vamos voltar a discuti-la no futuro. Depois, inclusive, já me comprometi, e a Ministra me autorizou, a fazer previamente uma reunião com todos os prefeitos, para sentarmos e vermos como vamos discutir isso. Mesmo porque, ontem, tive uma sugestão muito importante de uma das lideranças locais propondo que, em vez de criarmos a APA, que criemos corredores, juntando as áreas de APP às áreas de reserva legal, trabalhando para reconstituir aquelas que foram degradadas, ou seja, num outro formato que não a APA. Perfeito! Vamos discutir isso aí!

Então a APA não está em discussão. Portanto, essa área de produção a que V. Ex^a se referiu não está em discussão. Estamos discutindo exclusivamente as Áreas de Produção Integral naquelas duas Unidades, o Parque Nacional e a Estação Ecológica, no seu Estado.

Com relação ao setor de papel de celulose, temos avançado muito. Aliás, esse setor é, sem dúvida nenhuma, no Brasil hoje, um dos setores mais avançados na incorporação das diretrizes ambientais e há um extenso trabalho em discussão e, certamente, vamos nos beneficiar muito ainda nos próximos dias.

Com relação ao material para as Prefeituras, os Prefeitos hoje estão passando no Ministério, já foi acordado com eles, vão levar todo o material, todos os mapas, todos os detalhes, todo o processo completo sobre as unidades de conservação. Aqueles que estão aqui e aqueles que não estão aqui e que requererem receberão todo o material completo.

O Governo, Senador Leonel Pavan, não entrou com uma proposta e está insistindo nela. O desenho que aqui está foi resultado de um processo que tem falhas. Todos nós reconhecemos. Já reconheci isso na minha primeira fala. As falhas têm que ser corrigidas. Então não houve uma proposta inicial. Quando a Ministra Marina Silva convocou o GT, ela não colocou sobre a mesa “essas serão as unidades de conserva-

ção” e ficaram discutindo dois anos e agora, continua na mesma. Não foi isso que aconteceu.

O GT e a força-tarefa, que alguns disseram que foi mais força do tarefa - eu discordo, penso que o grupo trabalhou muito, foi uma injustiça aos técnicos envolvidos em todos os níveis de Governo e de Universidade; trabalharam muito, de graça, inclusive aqueles da universidade - o fato é que a proposta que foi apresentada está em discussão. Não está fechada. Então não entramos com uma proposta e estamos com a mesma até hoje. Ao contrário, já evoluiu muito. Agora está evidente que tem que evoluir mais, está evidente que ainda há equívocos na proposta.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Ex^a tem mais dois minutos para encerrar suas considerações.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Portanto, com relação ao inventário florístico, Senador, posso dizer a V. Ex^a que eu não só conheço o inventário florístico de seu Estado como estou financiando o inventário florístico. Aliás, eu diria mais, o signatário do convênio, que financia o inventário é a Secretaria que tenho o prazer e a honra de provisoriamente dirigir. E digo mais a V. Ex^a, nós tivemos intensas reuniões com os técnicos do Governo do Estado de Santa Catarina na formatação da proposta, porque a proposta original apresentada não era para servir de financiamento. Então tivemos várias reuniões técnicas para discutir os critérios do inventário florístico. No inventário florístico não tem nada, nenhuma correlação entre a criação de unidades de conservação, nenhuma correlação. Ao contrário, nós estamos, sim, premidos por um decreto presidencial, que determinou as áreas em todo o Brasil – não só em Santa Catarina e no Paraná –, onde o Governo deverá criar as Unidades de Conservação, que é o decreto que apresentei na minha exposição.

Finalmente, esclareço, mais uma vez, por ordem da Ministra Marina Silva, que as reuniões marcadas para os dias 21, 22, e 23, publicadas em jornal de grande circulação, serão mantidas e que faremos quantas outras forem necessárias. E mais do que isso, já me referi a esse assunto com o Senador Osmar Dias, autor desse requerimento.

Senador Flávio Arns, a nossa proposta é que, ao final do processo, quando estivermos chegando, ou melhor, quando estivermos achando que estamos chegando ao final do processo, façamos uma nova reunião. Convidaremos V. Ex^a, Senador Leonel Pavan, e todos os Srs. Senadores. Vamos analisar e dizer o seguinte: “Em relação a essa proposta a que chegamos agora, temos “x” a favor e “y” contra.” Como Governo, acreditamos que chegamos ao nosso limite.

Vamos discutir! O processo é esse mesmo. Estamos aprendendo a fazê-lo.

Quero encerrar, desculpe-me Senador, dizendo que, quando cheguei a esta reunião, um dos participantes da audiência de ontem, com quem tive muito prazer de debater, perguntou: “Você dormiu essa noite? Conseguiu dormir? Porque ontem foi um massacre literalmente”. Eu não lhe respondi, porque eu queria responder de público. Eu dormi muito feliz, porque este País é democrático. Muito feliz porque estamos escrevendo a História. A Ministra Marina Silva não quer passar para a história como quem enfiou goela abaixo nenhuma Unidade de Conservação. A Ministra quer passar para a história como quem preservou as araucárias com o apoio da população. Tenho o prazer, o orgulho de fazer parte deste momento, de poder contribuir para o debate, porque, como todos disseram, vamos criar bem-feito e com o apoio de todos.

Muito obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, quero apresentar a V. Ex^a o seguinte requerimento:

Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle solicite a Sr^a Ministra do Meio Ambiente providenciar as seguintes medidas: reabertura da discussão da proposta de criação de Unidades de Conservação em Santa Catarina, com o Paraná, assegurando-se a participação efetiva da sociedade civil e do Poder Público; constituição de uma equipe técnica de estudo para propor e implantar uma agenda ambiental positiva para os Estados; determinação pelo Governo Federal da oficialização do Zoneamento Econômico Ecológico, para que possamos replanejar a ocupação do solo – aqui, falo sempre em Santa Catarina, mas pode incluir o Paraná - com programas a longo prazo, consistentes com recursos e ambientalmente corretos.

Eu queria entregar esse requerimento e colocá-lo em votação.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa aguarda a entrega documento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu queria dizer ao nosso querido amigo Capobianco que as suas explicações realmente são...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a quer se manifestar a respeito do requerimento?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu somente queria fazer uma questão de ordem.

Primeiro, não temos quórum para aprovar. Eu não quero abordar essa questão de quorum, quero apenas fazer uma ponderação.

Não dá para aceitar determinados termos que estão nesse requerimento. Pedir para reabrir a discussão das Unidades? Não está fechada, não está terminado o processo. A fala do Capobianco foi claríssima ao dizer que não está fechado o processo.

Então, para não polemizarmos, até porque tem outra reunião aqui, tem o plenário, eu queria pedir que deixássemos o requerimento para debater posteriormente e para não deliberar nada aqui hoje.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Posso pedir uma coisa?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senão, sou obrigada a pedir verificação de quórum, porque temos apenas dois Senadores apenas.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Antes de tomar uma decisão de ter uma audiência pública para o Governo Federal e a sociedade, podia-se reabrir a discussão para, depois, trazer subsídios para o Governo Federal. Essa é a nossa intenção.

O meu requerimento está colocado. Se V. Ex^a entender que não há quórum para colocar em votação, eu reconheço. Entretanto, como não precisa ser votação nominal, tenho certeza de que a Senadora Ideli Salvatti poderá representar toda a Bancada do PT e da base do Governo e eu, a Oposição.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu só gostaria de dizer o seguinte...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria somente de sugerir...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Os termos do requerimento não conferem com a realidade, até pelo que foi dito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa compreendeu e vai decidir.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu não quero prolongar esse debate aqui. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa entendeu e vai decidir sobre o requerimento.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir um encaminhamento, Senador Leonel Pavan. Ficou extremamente claro na fala do Capobianco que, na verdade - não vamos usar a expressão reabertura -, tem um prosseguimento das

discussões pelo tempo que for necessário. Aliás, essas conclusões, como ele disse, chegarão a uma nova audiência pública, quando tudo estiver encaminhado. Mas, antes disso, até o Presidente...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Aceito sugestão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Como?

(Interferências fora do microfone.)

O Senador Leomar Quintanilha até havia sugerido - achei uma sugestão interessante - que tivéssemos o relatório dessa audiência pública a ser votado na comissão. Ficou extremamente claro que esses pontos constarão do relatório. Até mais forte que o próprio requerimento é a aprovação do relatório. Esse relatório será, depois, enviado à Srª Ministra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Flávio Arns, um aparte.

A consulta encerra o processo. Por isso, eu queria reabrir a discussão.

(Interferências fora do microfone.)

Não encerra? Ela encerra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Não encerra.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Não.

Posso esclarecer isso?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Dr. Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Não, de forma alguma. A consulta é uma etapa do processo, obrigatória por lei. A consulta sempre gera aprimoramentos na proposta. Senão, não haveria motivos para ter consulta. A consulta não é um plebiscito. Não é para dizer quem apóia ou quem não apóia. A consulta é uma etapa essencial para que se levantem os aspectos com todos os envolvidos.

Então, de forma alguma. Tanto não fecha que as consultas do Paraná realizadas não encerraram o processo e as UCs não foram criadas. Estamos discutindo e mantendo a abertura da discussão.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O meu requerimento fica prejudicado, agora? Estou sozinho aqui, para votar?

(Interferências fora do microfone.)

OK, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar o Capobianco pela excelente explanação. Sabemos que é um grande profissional, um homem bastante sensível. Continuamos fazendo um apelo em nome dos dois Estados, Paraná e Santa Catarina – eu, especialmente por Santa Catarina. Confiamos plenamente nas suas palavras de que não vai tomar nenhuma posição radical e nenhu-

ma atitude agora, para que possamos ouvir todos os segmentos da sociedade novamente, para acharmos um denominador comum.

Mas cumprimento a sua explanação.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Informo a V. Exª que estou falando em nome da Ministra Marina Silva. Essa é uma determinação da Ministra que, portanto, vamos cumprir rigorosamente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Estiveram presentes também nesta audiência pública o Sr. Euler Gonçalves, Presidente do Sindicato Rural de Cianorte, o Sr. Demerval Silvestre, da Associação de Produtores da Gleba de Ribeirão Concor dia, do Paraná e o Sr. José Roque Ferreira, também da Associação de Produtores de Cianorte.

Agradecemos a presença do eminente Senador Flávio Arns, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que, nessa reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, realizaram essa reunião.

Meus agradecimentos aos Srs Senadores que também compareceram e aos convidados que propiciaram esse debate que, seguramente, ofereceram subsídios para uma melhor condução da solução dessa questão levantada nos Estados do Paraná e de Santa Catarina.

O Sr. João Paulo Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Antonio Aparecido Carpanezi, Pesquisador da Embrapa/Florestas; o Sr. Ivan Batiston, Coordenador-Geral de Unidades de Conservação do Ibama; o Sr. Enori Barbieri, Vice-Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina; o Sr. Valdir Colatto, Diretor da Secretaria da estatal de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina; o Sr. Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque, Assessor da Presidência da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e o Sr. Álvaro Luiz Scheffer, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 13 minutos.)

Ata da 12ª Reunião, Conjunta, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, do Dia 14 de Junho de 2005, às 10:00 Horas.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia quatorze de junho de dois mil e cinco, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador

LEOMAR QUINTANILHA, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores **HERÁCLITO FORTES, CÉSAR BORGES, JONAS PINHEIRO, FLEXA RIBEIRO, LUIZ OTÁVIO, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, NEZINHO ALENCAR, SERYS SLHESSARENKO, AUGUSTO BOTELHO, LEONEL PAVAN, ALVARO DIAS, ANTONIO LEITE, ANTONIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI e FLÁVIO ARNS**. Comparecem também os Senadores **ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, RODOLPHO TOURINHO e MARCELO CRIVELLA**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente, Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**, coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à realização de Audiência Pública conforme Requerimentos nº 13/2005-CMA, de autoria do Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**; nº 14/2005-CMA, de autoria das Senadoras **IDELI SALVATTI, SERYS SLHESSARENKO e ANA JÚLIA CAREPA**, com aditamento dos Senadores **DELCÍDIO AMARAL e AUGUSTO BOTELHO**, nº 16/2005-CMA, de autoria da Senadora **SERYS SLHESSARENKO**, nº 20/2005-CMA, de autoria do Senador **CÉSAR BORGES** e nº 18/2005-CAS, de autoria do Senador **FLÁVIO ARNS**. São convidados a tomar assento à mesa os seguintes convidados: **ROBERTO REQUIÃO** – Governador do Estado do Paraná; **CLÁUDIO LANGONE** – Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente; **FABIANO GERALDO PIMENTA JÚNIOR** – Diretor de Gestão da Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde; **ELIANE FONTES**, Diretora em exercício do Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e **ALFREDO CARLOS LOBO** – Diretor de Qualidade do INMETRO; **CLÁUDIO PÉRET DIAS** – Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC do Ministério da Justiça; **REGINA HELENA DANTAS SIMÕES CHACUR**, Coordenadora Geral de Produtos Industriais do Ministério da Fazenda; **JOSÉ MANUEL VILLAR GULIN** – Gerente Geral da Unidade de Negócio da Industrialização do Xisto – SIX – PETROBRÁS; **MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS** – Coordenador Geral de Controle e Qualidade Ambiental do IBAMA; **FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO** – Presidente da Associação de Fabricantes de Pneus – ABIP; **PAULO FERNANDO MOREIRA** – Presidente da Associação Brasileira do Segmento da Reforma de Pneus – ABR; **VILIEN JOSÉ SOARES** – Diretor Geral da Associação

Nacional da Indústria de Pneumáticos – ANIP e **EDUARDO MARTINS** – Assessor Técnico. Alternam-se na presidência da reunião os Senhores Senadores **ANTONIO CARLOS VALADARES e LEOMAR QUINTANILHA**. Após a apresentação dos convidados, fazem uso da palavra os Senhores Senadores **AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, HERÁCLITO FORTES, FLEXA RIBEIRO, FLÁVIO ARNS, ANTONIO CARLOS VALADARES, LEOMAR QUINTANILHA, EDUARDO AZEREDO, ALVARO DIAS**, e Senhoras Senadoras **SERYS SLHESSARENKO e ANA JÚLIA CAREPA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO CONJUNTA DA CMA E CAS, EM 14-6-2005

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Declaro aberta a 17ª reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sociais com a 12ª reunião da Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata das reuniões anteriores de ambas as Comissões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública em conjunto das duas Comissões, atendendo ao Requerimento nº 18 de 2005, de autoria do Senador Flávio Arns e aos Requerimentos: nº 13 de 2005 CMA, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares; nº 14 de 2005 CMA das Senadoras Ideli Salvatti, Serys Shlessarenko e Ana Júlia Carepa, com aditamento dos Senadores Delcídio Amaral e Augusto Botelho; nº 16 de 2005 CMA e de nº 20 de 2005 CMA, de autoria do Senador César Borges, com a finalidade de instruir o PLS 216 de 2003 que dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil.

Para esta audiência pública conjunta foram convidadas várias autoridades para instrumentalizar o andamento do PLS 16 de 2003, que dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou de

fabricação nacional. Este projeto é de autoria do nobre Senador Flávio Arns, do Estado do Paraná, PT.

Eu gostaria de convidar para tomar assento à mesa as autoridades convidadas, mas antes, porém, destacaria a presença e co/presidindo esta reunião, o Senador Leomar Quintanilha, que é o Presidente da CMA, que, no decorrer dos trabalhos, irá presidir também esta reunião. S. Ex^a fez questão de que eu assumisse logo de primeira, achando ser eu o mais velho. Vamos olhar a certidão de nascimento para confirmar depois. Nobre Presidente, isso não passou de uma delicadeza e uma bondade do Presidente.

Convido o Governador Roberto Requião e sugiro o nome de nosso Presidente da CMA para fazer o ingresso neste plenário do Governador; o Sr. Cláudio Langoni, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Fabiano Geraldo Pimenta Júnior, Diretor da Gestão da Secretaria da Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde; a Sr^a Eliane Fontes, Diretora em exercício do Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria do Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio; o Sr. Cláudio Dias, Coordenar-Geral de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor; a Sr^a Regina Helena Dantas Simões, Coordenadora-Geral do Produtos Industriais do Ministério da Fazenda; o Sr. José Manoel Villar, Gerente-Geral da Unidade de Negócios da Industrialização do Xisto da Petrobrás; o Sr. Márcio Rosa Rodrigues de Freitas, Coordenador-Geral de Controle e Qualidade Ambiental do IBAMA; o Sr. Francisco Simeão Rodrigues Neto, Presidente da Associação de Fabricantes de Pneus; o Sr. Paulo Fernando Moreira, Presidente da Associação Brasileira do segmento da reforma de Pneus; o Sr. Vilian José Soares, Diretor-Geral da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos.

Srs. Membros da Mesa, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, esta audiência pública, ansiosamente esperada, por todos os segmentos interessados na aprovação ou na rejeição do projeto. Trata-se de uma proposição que nasceu da iniciativa do Senador Flávio Arns, tendo em vista a operação que se faz no Estado do Paraná da contrapartida ambiental, executada, com muito brilho, pelo Governo do Estado, sob o comando do ex-Senador e atual Governador Roberto Requião.

Como primeiro palestrante e convidado, passaremos a palavra, em primeiro lugar, ao Governador Roberto Requião, tendo em vista que S. Ex^a, devido a seus altos afazeres não somente em seu Estado como aqui, em Brasília, tem a necessidade imperiosa de ocupar a palavra em primeiro lugar. Nós o faremos com muito prazer, Governador Roberto Requião. Sabemos da grande administração que V. Ex^a está rea-

lizando no Estado do Paraná. A sua passagem aqui, pelo Senado Federal, o pontificou como um dos mais nobres e eminentes integrantes da política brasileira, pela sua coragem e pelo seu destemor em defender as grandes causas sociais e econômicas do Brasil. Passo a palavra, então, ao Senador e Governador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Senador sempre, não é, Senador Antonio Carlos Valadares?

O meu limite de tempo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, deve-se ao fato de que participarei, depois do almoço, de um debate com o Ministro Nelson Jobim, na sede da OAB nacional, sobre precatórios. O Ministro procura uma solução para o grande problema dos precatórios que carregam e oneram os Estados e os Municípios brasileiros.

Sou Governador de um Estado verde ou, pelo menos, sou chefe de um Governo verde. O Paraná criou uma força verde que se compõe pelos técnicos do Instituto Ambiental do Paraná e pelo Batalhão Ambiental, criado pelo Governo do Estado. Patrulhamos o território do Estado com motoplanadores, um avião Sêneca, dois helicópteros e um avião Skyline.

A luta do Paraná pela preservação ambiental é dura e radical. O Paraná é o único Estado brasileiro que se opôs à proliferação dos transgênicos, colocando-se frontalmente contra o monopólio da Monsanto, na sua tentativa de dominar a agricultura brasileira. O Estado joga pesadamente na produção de orgânicos e tem um número enorme de áreas de preservação - praticamente 96% delas foram criadas na minha administração anterior como Governador de Estado. A nossa preocupação ambiental é conhecida por todo o País e, seguramente, pelo Ministério do Meio Ambiente. Mais recentemente, junto com o Ministério do Meio Ambiente, estamos tentando viabilizar parques nacionais da floresta ombrófila, a floresta de araucárias, porque já temos uma destruição da ordem de 97% das nossas matas.

Então, o que estaria um Governador que tem essa posição nesta reunião de comissões do Senado Federal, falando sobre os pneus remoldados? Acompanho esse processo desde quando era Senador e me opunha, por exemplo, à comercialização de pneus usados, o que ocorria no País com frequência. Principalmente a Europa, com suas delimitações muito claras de verão, de inverno e outono, estradas em excelentes condições, viabilizava uma sobra de pneumáticos, com meia vida, que eram comercializados no Brasil e importados por grupos econômicos que com isso conseguiam viabilizar um lucro razoável.

Eu nunca fui partidário disso. No Senado da República, a minha posição sempre foi muito clara. Mas,

posteriormente, a importação de pneus se prendeu ao seu uso como matéria-prima, matéria-prima para remoldagem completa de pneumáticos. Por que matéria-prima importada? Porque as estradas brasileiras não dão condições de utilização para os nossos pneus usados no sentido do seu reaproveitamento por remoldagem.

Mas vamos fazer uma análise rápida da história dessa batalha entre os fabricantes de pneus e os remoldadores, notadamente a BS Colway no Estado do Paraná.

Quando esse processo iniciou, os pneus brasileiros duravam mais ou menos 20 ou 25 mil quilômetros, e as fábricas não davam nenhuma garantia. O preço dos pneus no monopólio estabelecido pelas fábricas era extraordinariamente alto.

O primeiro resultado da remoldagem foi que a remoldagem, examinada pelos órgãos competentes, garantida pelo Inmetro, passou a dar uma garantia de 80 mil quilômetros.

Essa garantia obrigou os fabricantes tradicionais de pneus a darem para o seu produto garantia também e o preço praticamente desabou no Brasil em função da concorrência.

A grande questão que se coloca, do ponto de vista ambiental, é o que fazer das carcaças. O grupo que se instala no Paraná com uma fábrica modelar, é praticamente uma fábrica jardim, com a assepsia de uma sala de cirurgia, lançou alguns programas em nível nacional para a eliminação de resíduos.

No Paraná, nós iniciamos com um programa que se intitulou “Rodando Limpo”, uma participação do Estado com a BS Colway. Nós passamos a recolher pneus em todo o Estado e junto com o recolhimento de pneus, fizemos um trabalho de prevenção contra o *Aedes Aegypti*, o mosquito da dengue.

Esses pneus eram destinados à Petrobras, que os utilizava na mistura asfáltica, o famoso asfalto com borracha, o famoso asfalto com polímero. Posteriormente, para aumentar a temperatura de autoforos da indústria de cimento, economizando inclusive para o Brasil a importação do carvão, coque de petróleo, que não é encontrado com facilidade em nosso território.

O resultado desse processo no Paraná é que a dengue foi eliminada. Ela não foi eliminada em 10% ou em 20%. Ela foi eliminada em 100%. E esses programas de recolhimento de pneus e sua utilização em processos industriais do asfalto e do processamento do cimento se transformaram em um exemplo para o Brasil.

O meu depoimento pode se resumir nisso. A importação de carcaças para utilização e remoldagem não traz prejuízo ambiental para o Brasil, inclusive

foi o setor de remoldagem que engendrou e propôs essas políticas de utilização, procurando inicialmente a Petrobrás e, posteriormente, as cimenteiras. Essa ação eliminou, no Paraná, o problema do mosquito da dengue e dos resíduos de pneus abandonados. Estende-se hoje para todo o Brasil. Por outro lado, estabeleceu uma concorrência extraordinariamente saudável para o País e para o consumidor em relação aos fabricantes tradicionais de pneus. Foram obrigados, vendo quebrado o seu monopólio, a dar garantia de rodagem – coisa que nunca tinha havido no País – e abaixar sensivelmente o preço. Esses dados seguramente serão mencionados por outros depoentes e pelos membros da Associação dos Remoldadores de Pneus, com muito mais precisão do que eu poderia fazer neste momento.

É com a consciência de um Governo e de um Governo que seguramente é o mais rigoroso no País na proteção do meio ambiente que me dispus, a convite da Comissão, a prestar aqui esse breve, sucinto e enxuto depoimento.

Presidente, por enquanto é o que poderia dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – CE) – Concedo a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Antonio Carlos Valadares, Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Leomar Quintanilha, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senhores convidados, a pergunta é para o eminente Governador Roberto Requião. S. Ex^a falou que o recolhimento das carcaças para aproveitamento, tanto na remoldagem quanto na recapagem, é uma coisa importante. Acredito que seja, concordo plenamente. Mas não vi o Governador falar da importações de pneus usados de outros países. Pelas informações que temos, 40% desses pneus são descartados ao chegarem ao Brasil. Gostaria de saber se o Governador é favorável à importação ou só ao aproveitamento interno dos pneus usados no Brasil.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – O aproveitamento interno é impossível. As condições das estradas brasileiras, que todos nós conhecemos, não fornecem para a indústria de remodelagem carcaças em condição de reaproveitamento. Então, são a favor da importação do insumo da indústria nacional de remoldagem apenas para remoldagem. Agora, o processo de destruição das carcaças que sobram dessa indústria está estabelecido e garantido pela utilização na indústria de asfalto com polímero e no abastecimento dos fornos de cimento.

Senador Valdir Raupp, creio que teremos, inclusive, que aperfeiçoar maneiras para que a seleção fosse estabelecida de uma forma que qualquer excesso não

aproveitável pudesse ser, talvez, afastado já na origem da importação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Passo a palavra ao autor da proposição, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Em primeiro lugar, quero saldar todos os convidados, os Presidentes das duas Comissões, os Senadores que estão aqui presentes. De uma maneira muito particular e com muito respeito saldo o Governador do meu Estado, Roberto Requião, que tem tido posturas, iniciativas, a favor do Brasil, do meio ambiente, do emprego, da renda. S. Ex^a merece, sem dúvida, o respeito de todo o País.

Diria que essa audiência pública – e vou até reservar-me para ao final fazer as indagações necessárias – vai permitir que essa iniciativa voltada à questão dos pneus, de uma maneira geral, contrapartida ambiental para pneu novo, para pneu recauchutado, recapado, remoldado, reformado, para termos uma nova sistemática para o Brasil, em termos de liminares, em termos de acusações que existem por aí. Dessa forma, teríamos novos procedimentos, como o Governador mencionou em relação à vinda de pneus, eventualmente inservíveis, para o objetivo a que se propõe o Projeto de Lei. Então penso que seja um momento muito propício e muito bom.

Creio que seria interessante, Sr. Presidente, só saudar o Governador, dizendo da importância de estar aqui e dizer para o Brasil todo do excelente trabalho econômico, social, de cidadania, desenvolvido em nosso Estado.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Há mais algum orador inscrito?

A Senadora Ana Júlia deseja falar agora ou posteriormente? Também o Senador Jonas Pinheiro.

Tenho o prazer de transferir a Presidência para o Presidente da CMA, Senador Leomar Quintanilha, para dar continuidade aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares! Registramos também os nossos agradecimentos ao Governador Roberto Requião e, praticamente, alteramos um pouco o **modus operandi** da reunião, exatamente para aproveitarmos a oportunidade de termos o depoimento dele, que tem compromissos fora desta Casa e veio contribuir com a sua experiência, com a sua opinião, para esse debate que as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Assuntos Sociais, nesta reunião conjunta, decidem fazer, ouvindo todos os segmentos da sociedade brasileira interessados

no tema, interessados nessa matéria palpitante, para que possamos efetivamente buscar o encaminhamento mais adequado para essa questão relacionada com a importação de pneus ou de carcaças servidas.

Passaremos, agora, a ouvir o depoimento das pessoas convidadas para se manifestarem a respeito. Gostaríamos de tentar intercalar aqueles que tivessem opinião favorável e opinião contrária, exatamente para, nesse estabelecimento do contraditório, oferecermos aos Srs. Senadores, uma visão tão ampla quanto possível, para que cada um depois possa efetivamente manifestar a sua opinião a respeito.

Em razão da quantidade de expositores, e procuramos não cercear segmento ou instituição alguma que desejasse participar do debate, para que fosse o mais amplo possível, procuraremos, então, restringir o tempo das manifestações ao prazo de dez minutos.

Passaremos, então, a palavra ao Dr. Cláudio Langoni, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente.

Com a palavra V. S^a.

O SR. CLÁUDIO LANGONI – Desejo saudar o Senador Leomar Quintanilha, que preside esta reunião, o Senador Valadares, o Governador Requião, que tem sido um parceiro importante do Ministério do Meio Ambiente, em várias discussões, em várias questões ambientais nacionais e no seu Estado, o Senador Flávio Arns, autor desse projeto que motiva esta audiência, todos os convidados que compõem a Mês! Senhoras e Senhores, trago saudações da Ministra Marina Silva, Senadora desta Casa e, em primeiro lugar, gostaria de dizer se trata de um debate complexo. Quem pensar que esse debate pode ser resolvido a partir de uma equação simples está equivocado. É um debate complexo do ponto de vista econômico, político e técnico. Em geral você precisa de um determinado nível padrão de discussão para compreender todos os elementos contidos nesta questão relativos a pneus.

Para o Brasil essa questão está abaixo de uma discussão maior, uma discussão que envolve relação entre comércio e meio ambiente e que tem um grande movimento internacional nos países desenvolvidos, nos fóruns internacionais que participamos, no sentido de tentar viabilizar a comercialização ou a importação entre bens usados de países desenvolvidos para países pobres ou em desenvolvimento, sendo isso considerado às vezes ajudam humanitárias, às vezes, uma destinação ambientalmente correta para a resolução de problemas de países em desenvolvimento, aliás, desenvolvidos, previstos na legislação que a exportação de produtos enfim de um ciclo de vida possam ser vendidas ou doadas para países em desenvolvimento como uma solução ambientalmente correta, principal-

mente para países que têm problemas de espaços para a disposição de resíduos.

O Governo brasileiro tem uma postura já de muitos anos contrária à importação de bens usados e tem discutido isso tem todos os fóruns ambientais de saúde e comerciais, e isso motivou uma série de normativa, tanto do Ministério do Desenvolvimento Indústria e do Comércio que está presente aqui e vai falar sobre isso, quanto do Conama, regulando essa questão da entrada de pneus usados ou inservíveis ou mesmo remoldados no País, e também disciplinando o movimento que o Conama vem fazendo no sentido de disciplinar a destinação pós-consumo no Brasil, onde o Conama já legislou sobre pilhas e baterias, sobre pneus e discute outros elementos antes e se antecipando a uma Lei de Política Nacional de Resíduos que está em tramitação na Câmara dos Deputados e para o qual nós estamos buscando uma saída para o impasse que envolveu o relatório do Deputado Emerson Capaz.

Essa questão dos pneus tem uma novidade no cenário atual que nós temos especificamente uma normativa da União Européia proibindo a disposição de pneus em aterro a partir do ano que vem, na Europa.

Isso significa que um universo de cerca de 80 milhões de pneus ano, que são mais ou menos 26% dos pneus produzidos na Europa, precisarão encontrar outra destinação que não a destinação em aterro que passa a ser proibida. E na verdade as tecnologias utilizadas para a disposição final de pneus usados ou inservíveis, em todo o mundo, são praticamente as mesmas. Esse leque de alternativas tecnológicas que o Brasil adota, e algumas delas foram citadas pelo Governo Roberto Requião, são praticamente as mesmas em todos os lugares. Porque se nós tivéssemos uma solução de destinação final para resíduos de pneus usados em algum país, principalmente nos países desenvolvidos, melhor do que o Brasil, nós não teríamos uma discussão sobre a disposição desses países de enviar esses pneus usados para outros países, principalmente países em desenvolvimento.

Então, há um movimento forte de vários países em desenvolvimento no sentido de agir na OMC e em outras instâncias internacionais para evitar esse fluxo e evitar que os nossos países se transformem em destinatários de resíduos, e destinatário como solução barata para a solução de resíduos nos países em desenvolvimento.

Esta situação fez com que partindo da demanda da associação empresarial que age em oito países europeus, a Organização Mundial do Comércio decidisse, e publicou recentemente no último dia 21 de maio, no **Diário Oficial da União Européia**, entrar com um contencioso na Organização Mundial do Co-

mércio contra o Brasil, pedindo que o Brasil permita a entrada de pneus usados.

O Governo brasileiro discutiu isso no âmbito da Câmara de Comércio Exterior e tomou a decisão de enfrentar esse contencioso e manter a posição brasileira de não permitir a entrada de bens usados ou de pneus usados no Brasil.

Temos uma resolução do Conama que dispõe sobre o conjunto de obrigações dos fabricantes ou importadores de pneus. As quotas foram variando desde o seu início, estabelecendo-se a obrigatoriedade de destinação adequada para os pneus usados, ou para o passivo de pneus, variando e relacionando-se com a entrada de pneus novos.

A estimativa inicial que o Conama utilizou foi de cerca de cem milhões de pneus, de passivo, no Brasil e a entrada de quarenta milhões de pneus/ano, que seriam, digamos, objeto de algumas dessas destinações, desde a remoldagem, ou as diferentes gradações da reforma de pneus, recauchutagem ou recapagem, até a destinação em aterro, passando por queima em forma de cimento, uso em manta asfáltica, etc e tal.

Agora, nenhuma dessas alternativas consegue dar conta de resolver ainda, adequada e plenamente, o problema dos passivos dos pneus no Brasil.

Recentemente, fizemos um questionário dirigido a todos os Governos estaduais brasileiros. A grande conclusão desse questionário é que ainda temos um problema muito grande para a destinação e um passivo muito grande de pneus a ser resolvido no Brasil, embora tenhamos avanços significativos em relação ao tema.

Isso deve nos levar, inclusive, a buscar o aperfeiçoamento das normativas que o Brasil já tem em relação a essa questão, entre elas a resolução do Conama, que neste momento está sendo objeto de uma discussão interna em uma das Câmaras técnicas do Conama. Temos enfrentado uma discussão difícil e polêmica, porque temos tido a entrada de pneus, utilizados como matéria prima para remoldagem, através de liminares judiciais.

Há o reconhecimento, parece-me que consensual, de que um percentual significativo desses pneus chega aqui inservível. Foi uma questão levantada pelo Senador Raupp, que consideramos grave porque, na verdade, a quota que deveria ser utilizada como elemento de reposição, de recolhimento de pneus do ambiente, já vem acompanhada de 30% de pneus inservíveis que são um problema no Brasil.

Por outro lado, consideramos, primeiro, que o Brasil deve ter um elemento que incentive a indústria brasileira de pneus, desde que ela cumpra as quotas, estabelecidas na legislação brasileira, em relação ao

recolhimento. Há desafios importantes, ainda, em relação a superação desse passivo. Por outro lado, nós entendemos que, se o Brasil deve promover o incentivo à remoldagem de pneus, deve fazê-lo a partir dos pneus produzidos no Brasil, de maneira que não tenhamos o aumento do passivo porque não há condições.

Como a exportação de pneus usados, de países desenvolvidos, é considerada uma destinação ambientalmente correta, e é uma destinação mais barata do que a destinação nesses países de origem, não há condições de a indústria de reformas de pneus no Brasil concorrer com a matéria-prima que vem de fora.

Por outro lado, a vantagem que nós temos é que, no caso dos pneus produzidos no Brasil, nós teríamos duas vidas, porque o pneu só pode ser recuperado uma vez. Nós teríamos o pneu novo e depois o pneu que entra para a recuperação e pode ser reaproveitado no mercado, enquanto para o pneu que vem de fora nós só teríamos uma vida. E há divergências técnicas sobre a vida útil desses pneus que vêm de fora e a diferença entre esses pneus que vêm de fora e os do Brasil.

Portanto, consideramos que a grande novidade que temos no projeto de lei apresentado pelo Senador Flávio Arns é a resolução da questão da entrada dos pneus que vêm de fora para remoldagem. Nós consideramos que é legítima essa questão, mas ela choca com a posição do Governo brasileiro em relação ao tema, e, portanto, o Governo brasileiro, consensualmente, tem uma opinião contrária a essa questão, não só pelo significado dela em si, mas também pela repercussão que isso teria para a questão do comércio de bens usados no contexto internacional, para o Brasil e para os países em desenvolvimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradecemos a manifestação do Dr. Cláudio Langone e passamos a palavra ao Dr. Fabiano Geraldo Pimentel Júnior, Diretor de Gestão da Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde.

Tem V. Sª dez minutos.

O SR. FABIANO GERALDO PIMENTEL JÚNIOR – Srs. Senadores Presidentes das Comissões aqui presentes, demais Senadores, Governador Requião, sucintamente, quero apresentar a questão da problemática de pneus relacionada à questão da dengue, que é a questão mais evidente e mais aguda em relação à questão dos pneumáticos.

O Brasil é um País que tem uma dispersão importante para o *aedes aegypti*, que pode ser colocado no *slide*. Nós temos aproximadamente 3.800 Municípios brasileiros infestados pelo principal vetor da dengue.

Pode colocar o próximo.

E, concomitantemente, nós temos, nos 25 Estados brasileiros que têm transmissão ao toque de dengue, circulando mais de um sorotipo, o que significa um risco aumentado para a ocorrência das formas graves da doença, a chamada Febre Hemorrágica da Dengue. Exceto Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nós temos transmissão de dengue em todos os Estados brasileiros, com a identificação de mais de um sorotipo circulando.

Por favor, o próximo.

O Brasil tem um Programa Nacional de Controle da Dengue, que tem três objetivos destacados, que é reduzir a infestação pelo *aedes aegypti*, que é o principal vetor, reduzir a incidência da doença e reduzir o número de óbitos pela Febre Hemorrágica de Dengue, que é a forma mais grave da doença.

O próximo, por favor.

O programa de dengue, acho que é o primeiro ponto a ressaltar, é extremamente complexo. Na verdade o programa tem doze, dez componentes, uma vez que a questão do controle da dengue não se passa unicamente por uma única vertente, ou seja, não é a vertente de aplicar o biolarvicida nos criadouros, não é a vertente de tampar as caixas d'água, ou seja, é um programa multissetorial que envolve desde a questão da legislação, que viabiliza a entrada do agente na casa dos moradores em áreas – e isso, principalmente nas grandes cidades, é extremamente importante – até a questão do acompanhamento e avaliação do programa, ou seja, o enfoque do dengue é um enfoque multissetorial. Não existe, na avaliação do Ministério da Saúde, uma única medida que possa determinar, decisivamente, a redução da transmissão da dengue, passa por uma série de outros aspectos que os dados mais à frente vão procurar demonstrar.

O próximo, por favor.

Com a implantação do Programa Nacional de Controle da Dengue, o País conseguiu uma redução extremamente importante no número de casos de dengue em 2003 em relação a 2002, da mesma forma em 2004 em relação a 2003. Em linhas gerais, nós tivemos 56% de redução em relação a 2002 e 66% em 2004 em relação a 2003. Mas, por ser um problema multissetorial e multifatorial, a sustentabilidade desses resultados é muito difícil – podemos assim colocar – e os dados de 2005 em relação a 2004 demonstrarão isso, principalmente em função de rotatividade de profissionais nos Municípios que mudaram de gestão e uma série de outros fatores.

Pode passar o próximo, por gentileza.

Então vemos que, por exemplo, quando comparamos os dados de janeiro a abril de 2005 com 2004 – e aqui há que se esclarecer que aproximadamente

85% a 90% dos casos de dengue no Brasil ocorrem no período de janeiro a abril, janeiro a maio, pela marcada sazonalidade que nós temos, no nosso País, de temperaturas elevadas e chuvas mais freqüentes nesse período –, nós temos aí, na Região Sudeste, o Estado de São Paulo apresentando um aumento de dengue quando comparado com 2003.

Pode passar o próximo.

Na Região Nordeste, praticamente todos os Estados com acréscimo em 2005 em relação a 2004 – pode passar o próximo – e aí as exceções nesse ano de 2005 são Pernambuco, Alagoas e Sergipe, com reduções. Na média, a Região Nordeste teve um aumento de 32% nesse ano.

Pode passar o próximo.

Na Região Norte, nós temos um aumento de 73%, aí a entrada do Sorotipo 3, o sorotipo que foi introduzido mais recentemente no Brasil se deu de forma mais tardia na Região Norte, aí se tem um encontro de populações susceptíveis, ocasionando epidemias, como nós tivemos em Rondônia, Acre, Roraima, como os dados estão aí apresentados.

Próximo.

Ocasionalmente epidemias como as que tivemos em Rondônia, Acre e Roraima, conforme os dados aí apresentados.

Na Região Sul, em 2005, o Estado do Paraná tem um aumento, assim como o Estado do Rio Grande do Sul, em relação aos dados de 2004. A nossa avaliação nossa é que a questão da dengue passa por sustentabilidade de pessoal nos municípios e por uma multifatorialidade de ações, como já havia mostrado no slide anterior. Assim como a região Centro-Oeste, apenas aqui o Distrito Federal tem redução de dengue no ano de 2005.

A problemática da dengue no nosso País, com a circulação de mais de um sorotipo simultaneamente mostra a evolução, o aumento dos casos de febre hemorrágica de dengue. Nós tivemos o pico em 2002, com 2.714 casos, com 150 óbitos e mostra também que com o agravamento das formas graves da doença, a proporção de internações por dengue aumenta significativamente no nosso Brasil. Tivemos um salto de 2001 para 2002 para 55.000 internações e esse número se manteve em 2003, mesmo que a transmissão da doença e o número de casos da doença tenha se reduzido a cerca de 60%, confirmando uma das teorias que mostram que a circulação de mais de um sorotipo simultaneamente no País é um fator de risco importante para a ocorrência de formas graves.

Aí nós temos um investimento importante na capacitação dos profissionais da área de saúde no sentido de trabalhar corretamente os pacientes com dengue e

um dado importante é que a proporção de óbitos por cada 10mil internações tem reduzido, de 2003 para 2004, para 50%, mostrando o quanto é importante a rede estar preparada para lidar com as formas graves da doença.

Focando na questão dos pneus, na verdade, temos uma série de criadouros chamados preferenciais para *aedes aegypti* no País que migram de acordo com as características sociais, econômicas e demográficas das populações. Por exemplo, nas regiões do Nordeste os tambores para acumular água são um dos principais criadouros, em função de suas próprias características, e alguns outros locais as caixas d'água, pratos dos vasos de plantas e assim sucessivamente.

Mas, enfocando para o assunto colocado, temos um dado, de acordo com o sistema de informação do programa nacional de controle da dengue, na região Norte – vou sintetizar para ser mais rápido – ou seja, em todas as regiões do Brasil nós tivemos, em 2003, duzentos e oitenta e quatro municípios que tiveram os pneus como criadouros predominante para infestação por *aedes aegypti*, sendo o segundo depósito predominante, ou seja, em primeiro lugar pode ser o tonel, o vaso de planta, 491 municípios e como um terceiro depósito 465 municípios, dos 3.800 municípios infestados.

Dados demonstrados enquanto localização geográfica. Nesse primeiro ponto, em marrom, estão os municípios que têm o pneu como criadouro predominante para *aedes aegypti*. Podemos ver que praticamente toda a área infestada do Brasil também tem esse tipo de problema, numa concentração menor do Nordeste porque o problema maior do Nordeste são os tonéis e as tinas para acumular água, que são criadouros favoráveis para *aedes aegypti*. Enquanto que o primeiro, segundo e terceiro criadouro predominante a sistemática de pneus em relação à infestação por *aedes aegypti*.

Mais uma vez, gostaria de enfatizar que não se trata de um problema unilateral, focado num só fator. A questão da dengue é um problema multifatorial dos quais a questão do pneu está inserida, assim como as caixas d'água abertas, os pratos de vaso de planta e assim sucessivamente.

Em relação à importação, o principal ponto a ser discutido é que os ovos de *aedes egypt* entra num processo que chamados de dessecação, entra num fenômeno biológico que chamamos diapausa, que é permanecer viável por mais de um ano a partir do momento em que ele tem um novo contato com a água. Nesse período, a grande possibilidade que ele tem é de ser transferido para outros locais por meio da movimentação, que chamamos de dispersão passiva. Foi o

que aconteceu provavelmente na infestação por *aedes albopictus*, que é um vetor secundário da dengue nas Américas, nos Estados Unidos, e no Brasil não muito bem ovicidado, mas uma das hipóteses poderia ter sido essa. O maior risco, nesse caso seria a importação de uma variedade ou cepa de *aedis aegypti albopictus* com maior capacidade vetorial, maior possibilidade de transmitir a doença ou que seja resistente a inseticidas indicados para seu controle.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – O Governador Requião parece que gostaria de fazer um comentário a respeito da exposição.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – É um aparte sobre a questão de fato. O ilustre representante do Ministério da Saúde deu dados que não conferem com os dados do Estado. E não estou aqui para brincar nesta reunião. Tivemos no Paraná dez mil casos em 2003. Quando entramos com o programa de recolhimento de pneus e outras ações, derrubamos, para 2004, em noventa casos. Em 2005, tivemos um aumento generalizado no Brasil. No Paraná subiu também para cerca de 180 casos. Então, a nossa redução é de dez mil para noventa e cento e oitenta. Aquele dado estatístico que apresentou um crescimento de pouco mais de quinhentos não tem nenhum sentido. Me perdoa o nosso representante, mas o dado não é verdadeiro. E aqui quero deixar clara a minha indignação com o Ministério da Saúde que não viemos aqui brincar, e não posso permitir que uma manipulação estatística desmoralize a política de combate à dengue do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra V. S.

O SR. FABIANO GERALDO PIMENTEL JÚNIOR – Os dados são os que foram informados pelas Secretarias Estaduais de Saúde, encontram-se à disposição de todos. São dados públicos de todos os participantes. E absolutamente o Ministério da Saúde tem a intenção de desmoralizar qualquer Secretaria Estadual de Saúde. Na verdade, gostaria de falar que os dados estão à disposição e que foram informados pelas respectivas Secretarias Estaduais de Saúde. Pode haver o problema da informação das Secretarias.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Pela ordem, por favor. Acho que pode estar havendo divergência. Não sei se a sua estatística é de casos notificados, e a do Governador pode estar falando em casos confirmados.

Pode haver uma divergência estatística. Temos que esclarecer bem isso. O Sr. pode estar apresentando casos notificados, e o Governador pode estar se referindo a casos confirmados.

O SR. FABIANO GERALDO PIMENTEL JÚNIOR – Todos os casos apresentados são casos notificados...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – E quem fala pela Secretaria de Saúde do Paraná é o Governador do Estado.

O SR. FABIANO GERALDO PIMENTEL JÚNIOR – O critério, com todo o respeito, do Acre ao Rio Grande do Sul, é um, casos notificados. E ali, se quiserem voltar à apresentação, lá está colocado como casos notificados de dengue.

Mas os dados, repetindo, são públicos, estão à disposição e só são lançados a partir da notificação das Secretarias Estaduais de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradecemos a manifestação expendida pelo Dr. Fabiano Geraldo Pimentel Júnior, da Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde.

Com a palavra a Srª Eliane de Souza Fontes, Diretora em exercício do Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria do Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A SRA. ELIANE DE SOUZA FONTES – Bom-dia. Agradeço a oportunidade de participar dessa audiência pública a todos os Senadores e a todos os presentes. O nosso Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior terá um depoimento de minha parte, pela Secretaria de Comércio Exterior, que será complementado pelo representante do Immetro, Dr. Alfredo Lobo, que também pertence ao nosso Ministério, é uma agência que trata do assunto.

O nosso depoimento está voltado para a questão de importação de material de consumo usado. O Brasil sempre proibiu a importação de material de consumo usado. Até 1990, a proibição era feita no âmbito da desativada Casex, com normas internas não publicadas em Diário Oficial. Sempre entendemos que material de consumo usado se enquadram os pneus usados e que, dentro de pneus usados, enquadram-se os reformados, os recapados, os recauchutados, os remoldados, os regenerados ou outras formas que possam vir a existir. Isso porque, antes de 1992, a nomenclatura tarifária de todos os países englobava no mesmo código os pneus usados e reformados.

A partir de 1990, com a abertura comercial brasileira, que todos vocês conhecem, o Brasil empreendeu um forte processo de redução das tarifas de importação de forma unilateral e também redução das medidas não tarifárias ou barreiras às importações. Nessa época também foi desativada a Carteira de Comércio Exterior – Cacex, do Banco do Brasil. O então Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, que foi

a junção dos Ministérios da Fazenda, Indústria e Comércio e Planejamento, naquela época, por meio do Departamento de Comércio Exterior – Decex, editou, em março de 1991, a Portaria nº 8/91, deixando claro que o Brasil proibia a importação de bens de consumo usados, quaisquer que fossem. Até hoje não houve nenhuma contestação a essa portaria, que depois de vários julgamentos é considerada hoje como força de lei.

Também é certo que muitas importações de bens usados, no caso pneus usados ou até mesmo reformados, vêm sendo feitas mediante liminares judiciais. Essas liminares têm afetado a indústria de produção de pneus novos instalada no Brasil desde 1936, que hoje se compõe de 15 empresas, 21 fábricas, em 17 Municípios, 8 Estados, gerando cerca de 20 mil empregos diretos.

A preocupação do nosso Ministério é, sim, com a proteção da indústria nacional, instalada no País, e com a geração de renda e emprego e não só com pneus usados, mas com qualquer material de consumo usado. Temos uma arrecadação hoje de ICMS e IPI desse setor da ordem de R\$1,5 bilhão.

Em 2002, houve um forte incremento dessas medidas liminares e decidimos, então, aclarar que aquela proibição de material de consumo usado que se referia a pneus afetava também pneus recauchutados. A Secex publicou a Portaria nº 8, de setembro de 2000, e houve uma reclamação do Uruguai, que fazia exportação de pneus remoldados, no caso, que é uma reforma mais nobre, vamos assim dizer, e entrou em um tribunal arbitral contra o Brasil, no Mercosul. Na época, ainda estávamos operando com base no Protocolo de Brasília, cujo laudo arbitral não era recorível. Hoje, pelo Protocolo de Olivos, já se permite que o laudo seja recorível. Perdemos, mas não por questões ambientais e econômicas, mas simplesmente porque se interpretou que aquela legislação de setembro de 2000 era posterior ao Tratado de Assunção, que era de março de 1991, e, portanto, era uma legislação nova e não poderia se aplicar ao Mercosul. Então, o Brasil foi obrigado, dentro dos seus compromissos no Mercosul, a abrir a importação de pneus remoldados, apenas, originários e procedentes dos países do Mercosul, no caso basicamente Uruguai e Paraguai.

Também lembro a V. Ex^{as} que, no âmbito da política automotiva do Mercosul entre Brasil e Argentina, firmada, há uma proibição expressa de importação e comércio de veículos usados e pneumáticos usados.

Diante desse quadro – e o Inmetro deverá complementar a fala do nosso Ministério –, consideramos que esse projeto de lei, na realidade, ao trazer uma destinação ambientalmente adequada para pneus

que segue um pouco a Resolução do Conama nº 258, 99, inova, ao permitir a importação de pneus usados. Aachamos que é um precedente muito perigoso para a nossa indústria nacional de poder vir, numa série de demais produtos, querer a importação de material de consumo, porque até hoje não teve contestação da medida no Brasil. Muito obrigada.

Gostaria de pedir que o Dr. Alfredo Lobo complementasse aqui, com a visão do Inmetro, na parte da regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Dr. Alfredo Lobo para complementar a exposição da Dr^a Eliane Souza Fontes.

O SR. ALFREDO LOBO – Bom-dia a todos. Gostaria de centrar minha exposição no programa de certificação de pneus reformados que o Inmetro vem desenvolvendo. O Inmetro tem como principal papel propiciar a confiança nas medições e na conformidade de produtos em relação à norma, ou seja, preocupamo-nos com a qualidade dos produtos, principalmente voltados para a proteção do consumidor e proteção da concorrência.

A maneira de propiciarmos confiança na conformidade de um produto em relação a uma norma e a um regulamento é através de um programa de certificação. Nesse sentido, desenvolvemos um programa de certificação de pneus novos, e depois o setor demandou a criação um programa de certificação de pneus reformados.

A certificação é um mecanismo que, através de uma terceira parte, que é uma entidade acreditada pelo Inmetro, faz uma avaliação da conformidade desse produto em um processo absolutamente técnico. Nesse sentido, temos um regulamento que vai entrar em vigor a partir do dia 1º de julho de 2006, tornando obrigatória a certificação de pneus reformados, ou seja, todo pneu reformado, para ser comercializado, à semelhança do pneu novo, para ser comercializado no mercado brasileiro, vai ter de ter passado por um processo de certificação e terá de ter a marca do Inmetro. A razão de termos dado esse prazo dilatado é que existem cerca de 1.250 reformadores no País – muitas vezes, pequenos reformadores – que seriam eventualmente punidos pelo fato de tornarmos obrigatória a certificação, que demanda um investimento.

Então, nesse sentido, nós, em articulação como Sebrae, estamos desenvolvendo um trabalho para facilitar o acesso a esse programa de certificação, por parte de todas essas 1250 reformadoras existentes no Brasil, muitas vezes microempresas, empresas familiares.

A entrada em vigor então do programa, a partir de 1º de julho de 2006, significa dizer que nós pas-

saremos a exercer, através dos estudos estaduais de pesos e medidas, uma fiscalização, e vamos retirar do mercado aqueles pneus que não apresentarem a marca de conformidade.

Eu gostaria de chamar a atenção que esse processo de certificação de pneu reformado tem três etapas. Em uma primeira etapa, nós fazemos uma inspeção da carcaça. Nós avaliamos se a carcaça está em condições de passar pelo processo de reforma. A seguir, nós fazemos uma avaliação do processo de reforma e, em uma terceira etapa, nós fazemos um controle de qualidade do pneu reformado.

Eu queria chamar a atenção para a primeira etapa, ou seja, na medida em que fazemos uma inspeção, e não aceitamos que uma carcaça não adequada passe pelo processo de reforma e, tendo em vista a possibilidade de importação de carcaças usadas, nós teremos um problema que é o descarte dessas carcaças que não se mostraram tecnicamente adequadas para serem submetidas ao processo de reforma.

Eu gostaria de fazer referência, por fim, a uma nota técnica que vem sendo utilizada freqüentemente, inclusive em um folder de que tomei conhecimento aqui, nesta Casa. É uma nota técnica que foi efetivamente elaborada por membros de uma comissão técnica nomeada por profissionais do Inmetro que fala do nosso posicionamento para dizer que a carcaça nacional não é adequada para a reforma de pneu. O fato é que durante o desenvolvimento de um programa de certificação - e um programa de certificação é desenvolvido com uma ampla participação da sociedade, de todas as partes interessadas -, nós elaboramos várias atas de reunião, várias notas técnicas, e efetivamente uma nota técnica manifesta essa posição de que a carcaça nacional não é adequada. Isso tecnicamente não tem fundamento. O posicionamento oficial do Inmetro está consistindo em uma Portaria, ou seja, em um regulamento que foi publicado no Diário Oficial, através de uma Portaria, que não ratifica essa posição dessa nota técnica, que foi elaborada no início do desenvolvimento do programa de certificação.

Os estudos posteriormente desenvolvidos não ratificaram o ponto de vista de que a carcaça nacional não se presta para a reforma. Muito pelo contrário, desde que ela atenda aos requisitos técnicos, ela é absolutamente válida para o processo de reforma. E gostaria, por fim, de manifestar que, no nosso entender, nós confiamos plenamente que um pneu, passado por um processo de reforma e devidamente avaliado, com sua conformidade avaliada de acordo com esse regulamento, é um pneu confiável e seguro, independentemente da forma, do processo de reforma, quer seja remoldagem, recapagem ou a recalchutagem.

É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Nossos agradecimentos ao representante do Inmetro, o Dr. Alfredo Lobo.

O SR. FERNANDO GABEIRA (PV – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente. É só para que o depoimento dele não desapareça rapidamente. Eu gostaria de saber que, se essa nota não é a posição do Inmetro, por que o Inmetro não tomou as providências legais na Justiça, pelo uso inadequado das suas posições? Eu gostaria que ele respondesse.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Deputado, nós vamos aguardar as explanações dos oradores inscritos.

Regimentalmente, V. Exª não poderia se manifestar nesta Comissão.

Com a palavra o Sr. Cláudio Peret Dias, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, DPDC, do Ministério da Justiça.

O SR. FERNANDO GABEIRA (PV – RJ) – Sr. Presidente, eu não posso me manifestar porque não sou do Senado, mas há Senadores para fazer a pergunta aqui.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Se for pelo Senado, eu gostaria de endossar a pergunta do Deputado Fernando Gabeira.

Eu acho que é só, Sr. Presidente, pelo momento em que foi solicitado....

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu somente solicitaria que V. Exª se inscrevesse e eu o considero.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – No momento oportuno V. Exª fará o questionamento.

Com a palavra o Dr. Cláudio Peret Dias.

O SR. CLÁUDIO PERET DIAS – Sr. Presidente Senador Leomar Quintanilha, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Senhoras componentes da Mesa convidadas, Senhoras Convidadas, Senhoras e Senhores, como bem colocou o Secretário Executivo Cláudio Langoni, do Ministério do Meio Ambiente, essa é uma posição intergovernamental de preocupação sobre a questão objeto do projeto de lei em debate nesta reunião e estamos aqui, o órgão técnico de proteção e defesa do consumidor, do Ministério da Justiça, para justamente demonstrar essa posição que é mesmo de órgão de governo, porque a defesa do consumidor, como foi bem colocado por aqueles que me antecederam, é uma questão muito complexa. E por isso estamos

acompanhando desde o início – o órgão técnico de defesa do consumidor. Há questões políticas, comerciais e técnicas. Compete-nos, portanto, a análise das questões técnico-jurídicas em particular.

Como bem sabemos, o Código de Defesa do Consumidor, uma lei aprovada por unanimidade neste Congresso, é uma norma de conceitos abertos, imprecisos, que quando defende o consumidor tem alguma base “principlológica” muito forte, para justamente permitir o preenchimento desses conceitos imprecisos, indeterminados e abertos do Código de Defesa do Consumidor. A própria norma dá o caminho e aponta a direção.

Como diz o atual Ministro do Supremo Tribunal Federal Eros Roberto Grau, é o que se chama tecnicamente de norma-objetivo, que aponta o objetivo. É a norma dizendo o seu objetivo, para a integração de conceitos abertos e imprecisos. Essa norma-objetivo está no art. 4º do Código de Defesa do Consumidor, que é a Lei nº 8.078, de 1990.

Nós estamos, inclusive, comemorando o aniversário de 15 anos do Código de Defesa do Consumidor. E a norma, apontando o objetivo da aplicação do Código de Defesa do Consumidor, mostra o sentido da melhoria da qualidade de vida do consumidor, ou seja, o do consumo sustentável, um tema que está na pauta de todos nós; de todas as nossas preocupações.

O consumo sustentável, portanto, faz com que a preocupação do órgão técnico do Ministério da Justiça não seja apenas e tão somente – não poderia ser diferente – sob a perspectiva do consumo individual ou do consumidor formalmente considerado. É também, com o consumo sustentável, sob a perspectiva difusa da proteção do Código de Defesa do Consumidor; é também com os *bystanders*, que podem eventualmente ser atingidos por acidentes de consumo. Portanto, uma visão difusa, que é também da Lei nº 8.078.

Nesse sentido, percebemos que essa orientação é da melhoria da qualidade de vida, também trazendo como princípio dessa norma-objetivo de aplicação de todo o Código a harmonização, de modo a viabilizar os princípios nos quais se fundamenta a ordem econômica. Esse é um princípio do Código. Portanto, ele cria canais de comunicação interdisciplinar com outras áreas.

O consumo sustentável está intimamente ligado à defesa do meio ambiente. O próprio Código de Defesa do Consumidor trabalha com conceitos ambientais a todo momento. Ele veda a publicidade abusiva, por exemplo, aquela publicidade que desrespeita valores ambientais; considera como abusiva uma cláusula contratual que infrinja ou possibilite a infração das questões ambientais. Portanto, a nossa defesa técnica do

consumidor brasileiro se preocupa, não apenas com o consumo formalmente considerado, como também com base nos princípios nos quais se funda a ordem econômica, que estão previstos no art. 170 da Constituição da República e que trazem a harmonização da defesa do consumidor e da defesa do meio-ambiente. Sobre essa perspectiva essa é a nossa interpretação. O consumo tem que ser defendido como consumo sustentável; ele se comunica com o meio-ambiente e, portanto, também estamos juntos nessa posição de Governo, preocupados com a questão ambiental que se comunica diretamente com a proteção em defesa do consumidor. Estas normas do Código, portanto, abertas, nos indicam claramente uma prática abusiva do fornecedor desrespeitar valores ambientais. Isso está previsto no art. 51 como cláusula abusiva; as práticas abusivas, previstas também no art. 39, estão previstas num elenco exemplificativo; uma alteração que foi feita pela Lei Anti-Trustes nº 8.884; e há na doutrina brasileira uma clara intercomunicação entre os artigos 39 e 51. Portanto, essa leitura é amplamente possível. A base principlológica do Código aponta a defesa do consumidor e a defesa do consumo sustentável. E essas são as razões, portanto, para que o Órgão de Defesa do Consumidor esteja junto também do Ministério da Justiça nesta preocupação em prol da defesa do consumidor sobre a perspectiva difusa, com base nos princípios nos quais se funda o próprio Código de Defesa do Consumidor preocupado, portanto, com as repercussões que a questão ambiental comunica com o Código de Defesa do Consumidor.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradecemos ao Dr. Cláudio Peret Dias, do Ministério da Justiça, pelas suas manifestações.

Concedo a palavra à Drª Regina Helena Dantas Simões Chacur, Coordenadora-Geral de Produtos Industriais do Ministério da Fazenda.

A SRA. REGINA HELENA DANTAS SIMÕES CHACUR – Bom-dia, Sr. Presidente Leomar Quintanilha.

Bom-dia, Senhores e Senhoras Senadoras e aos demais convidados.

A nossa presença aqui, inicialmente o Ministério da Fazenda não estava arrolado como representante nessa audiência pública. E estamos vindo aqui para elogiar o mérito do Projeto de Lei, ele inova a resolução atual do CONAMA. Mas, acreditamos que ele não resolve e persiste a preocupação com o agravamento da questão do passivo ambiental. Há um descompasso claro nas notas que andamos lendo entre a oferta de pneus inservíveis, seja pela produção doméstica, seja

pela importação que atualmente esse Projeto de Lei está trazendo, e a destinação adequada aqui dentro.

Nós do Ministério da Fazenda acreditamos que isso gera custos econômicos e sociais para o país. Além disso, não ficou claro qual o custo de importação de uma carcaça versus o custo de uma coleta de um pneu aqui dentro do mercado nacional. Essa desvantagem associada à proibição que teremos, a partir do ano que vem, dos lixões de pneus inservíveis na União Européia faz com que o custo de importação se torne irrisório ou até inexistente em frente ao custo de coleta do nosso pneu nacional.

Então, essa desvantagem obviamente pode gerar um processo de inibição de geração de empregos com o processo de remoldagem com os pneus fabricados no Brasil. E com todos os processos decorrentes para a saúde, para a fiscalização, e os custos econômicos óbvios.

Essas seriam basicamente as nossas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Drª Regina Helena.

Ouviremos agora o Presidente da Associação de Fabricante de Pneus – ABIP – Dr. Francisco Simeão Neto. Tem V. Sª 10 minutos.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Sr. Presidente, antes de fazer as minhas colocações, queria colocar um argumento. Nós temos aqui, o Governo em peso, oito oradores falando contra o projeto. Temos dois falando a favor e, provavelmente, mais um. Para o esclarecimento dos Srs. Senadores presentes, e para melhor orientar a votação desse projeto de lei tão importante para o País, tão importante e tão controverso, eu gostaria que os senhores avaliassem a possibilidade de nos ampliar um pouco do nosso tempo. Eu, neste momento, apenas apresentaria um vídeo, consumindo esse tempo inicial nosso – de um pouco mais de 10 minutos – e, depois, na sequência, gostaria de trazer algumas informações, abordando o que eu ouvi aqui. Eu ficaria muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Naturalmente, como a Mesa e todo o Plenário pretendem dar oportunidade igual a todos aqueles que queiram se manifestar sobre uma questão tão importante e tão polêmica. V. Sª tem razão quanto à argumentação de que as manifestações contrárias são em número maior. A Mesa vai conceder mais 5 minutos a V. Sª.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Então, eu gostaria de passar o vídeo, por favor...

(PASSA-SE O VÍDEO.)

(Suspende-se a apresentação do vídeo por problemas técnicos.)

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO

– Por favor, está sem imagem. Nós temos de retornar e passar para o som, inclusive.

Enquanto corrige-se o vídeo, eu percebi que toda argumentação colocada contra a importação de matéria-prima, ela traz o argumento do material usado, do bem-de-consumo usado. Bem-de-consumo usado é alguma coisa que é importada e continua sendo utilizada como o mesmo produto. Então, é diferente. Nós não podemos usar esse mesmo argumento, essas mesmas portarias, essas mesmas leis que definem bem-de-consumo usado para decidir se importa ou não importa a matéria-prima, que é algo muito diferente: é algo que vai ser transformado e fabricar-se-á um produto novo. No aspecto do meio ambiente, nós da Abip e da BSCowail*, fomos os únicos no País que, efetivamente, nos preocupamos e trouxemos uma solução para o lixo-pneu no Brasil, que foi a Resolução/Conama 258/99, que é de nossa lavra. Nós levamos esse texto pronto para o Conselho Nacional do Meio Ambiente, em 1998. Conseguimos convencer a Comissão Temática – Defesa do Meio Ambiente – para que criasse um grupo de trabalho e debatesse aquela nossa sugestão que se mostrou vitoriosa depois de 18 meses de luta e de trabalho político junto aos Conselheiros. E o Brasil está dotado de um instrumento mais moderno do mundo, penalizando, ou melhor, responsabilizando quem ganha dinheiro na atividade, começando uma solução para o lixo-pneu no Brasil. Por outro lado, quando se diz aqui: “Pneus em aterro serão proibidos na Europa a partir de 2006”. O fato de se proibir o lançamento de pneus nos aterros na Europa de centenas de milhões de unidades não significa que elas poderão vir para o Brasil, até porque, para trazê-las ao Brasil, precisaríamos primeiro, de acordo com o projeto de lei do ilustre Senador Flávio Arns, antes de liberá-las na aduana, comprovar com documento do Ibama dizendo que coletamos e destruimos quantidade equivalente de pneus aqui, no Brasil. Portanto, para importar os 500 milhões de pneus usados na Europa, teríamos que, primeiro, encontrar outros 500 milhões de pneus aqui, e esses pneus ora parece que não existem, quando se trata do entendimento da Goodyear, Firestone e Pirelli, que não conseguem encontrar os pneus no Brasil, e ora eles vão poluir o meio ambiente, e existem aos montes aqui. Então precisamos decidir primeiro: eles existem no Brasil ou não existem? Se não existem nesse volume, teríamos que coletá-los primeiro para trazer daí esses pneus que iam sobrar na Europa. Portanto, é impossível, é uma situação impossível.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Sr. Francisco, seu vídeo já está no ponto de exibido. Se V. Exª preferir...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem porque há uma dúvida muito grande aqui. O Dr. Simeão disse que, em 1999, foi votada no Conama uma resolução de sua lavra.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Nós elaboramos o texto original, levamos como sugestão; um dos Conselheiros pediu a palavra e nos outorgou; nós, num discurso inflamado à época, exortamos a que se criasse um grupo de trabalho do qual participamos; e, ao final, o Conselho decidiu porque realmente era uma boa sugestão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Era esse registro, só para esclarecer uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito obrigado. V. Sª com a palavra.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Sr. Senador, o vídeo pode ser exibido.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Por favor, o vídeo então.

(PROCEDE-SE À EXIBIÇÃO DE VÍDEO.)

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Vimos que, de um lado, existe um argumento aceitando as considerações da Goodyear, da Fire e da Pirelli, representadas por sua associação de classe que diz que não consegue encontrar pneus velhos no Brasil, por isso não consegue cumprir sua obrigação ambiental.

Apenas em 2004, de acordo com a multa do Ibama, no dia 3 de junho – essa multa foi lavrada depois que fizemos uma representação criminal na Procuradoria-Geral da Justiça –, foi aceita a nossa denúncia e encaminhada à Polícia Federal. Aí, sim, o Presidente do Ibama, não tendo alternativa, multou. O argumento é que tem de reduzir a obrigação.

Seguramente temos mais de 100 milhões de pneus inservíveis no território brasileiro. Esta é a obrigação que as multinacionais ainda têm de saldo: quase 70 milhões de pneus de automóveis – equivalente em quilos, a multa do Ibama é em quilos – e outro tanto em 2005. Isso ultrapassa 100 milhões de pneus. Retirando esses 100 milhões de pneus do território brasileiro, aí, sim, poderíamos rever com tranqüilidade a resolução do Conama ou então outorgar a esse órgão, como está no texto do Senador Flávio Arns, que defina qual a quantidade ideal em relação à produção e à necessidade de coleta. Primeiro temos de cumprir a retirada desses mais de 100 milhões de pneus inservíveis.

Não eram encontrados os pneus. Começamos pelo Nordeste e estamos encontrando todos os pneus do mundo.

Para não abusar do tempo, ainda quero dizer duas coisas: primeiro, constrange-me ouvir do Sr. Lobo, Di-

retor do Inmetro, que a nota técnica não vale mais a partir de hoje. Ela não precisava ser ratificada. Aliás, o caso dessa portaria foi muito interessante. Quando era para publicar a Portaria nº 06201, cujo texto não me interessava, não era do agrado da Goodyear, da Fire e da Pirelli, o Sr. Lobo fazia corpo mole. Estivemos numa reunião em que contamos com a presença do então Senador Roberto Requião, que lembra bem disso. S. Exª questionou ao Sr. Lobo se ele iria ou não publicar a portaria. Ele disse que iria e publicou trinta dias depois. Na sequência, por determinação superior, essa portaria foi modificada para modificar alguns termos da portaria ao gosto de futuras campanhas publicitárias da Goodyear, Firestone e Pirelli. E a portaria, só com essa modificação, se tornou Portaria nº 133, anulando a anterior. Os técnicos que colocaram a verdade neste momento da regulamentação do remoldado, também passaram a ser malvistas no Inmetro porque não atenderam a vontade. Nos constrange até ter que dizer que para resgatar a verdade, talvez tenhamos que iniciar uma ação criminal para restabelecer a verdade dentro do Inmetro. Quero alertar algo muito importante: o Mercosul ganhou por unanimidade contra o Brasil e exporta pneus remoldados para o Brasil, que não é um pneu usado, é um pneu novo fabricado pelo processo da remoldagem. Assim é que é entendido, juridicamente, ele é um processo industrial, um novo produto, com marca, com CGC, com tudo. Ele é então, importado, pelo Decreto nº 4.592 do Presidente Lula.

Esses mesmos argumentos estão sendo levados na OMC e a OMC vai ganhar do Brasil e vai exportar pneu remoldado para o Brasil, e poderemos estar assistindo o fechamento da nossa indústria de pneus remoldados porque imperioso é a utilização de carcaças importadas de excepcional qualidade – teremos que fechar ou transferir a fábrica para o Uruguai, aceitando o convite do governo de lá e daí podemos exportar as mesmas carcaças, os pneus remoldados para o Brasil, mas desempregando 1.026 funcionários da **BS Golway** e admitindo em seu lugar funcionários uruguaios.

Sr. Senadores, queremos matéria-prima, só isso. O texto de consenso hoje entre os Srs. Senadores é proibir o importado para uso tal como meia vida – e somos a favor dessa proibição, mas permitir a matéria-prima. Queremos matéria-prima, queremos ter o direito de trabalhar no nosso país, nós não podemos admitir que empresas venham de fora, a Goodyear, a Firestone e Pirelli e dizer: eu prefiro que você não trabalhe no meu ramo, que você não fabrique pneus, que você não concorra comigo, vá trabalhar em outro lugar que fica tudo bem. Somos brasileiros, queremos o respeito dessa gente, o direito de trabalhar no Brasil, de empregar brasileiros e ser uma indústria-modelo

no mundo como somos. Já convidei muitas e muitas vezes a própria Ministra para ir visitar, para ver se ela mudava o seu entendimento.

Queremos isso, justiça, queremos o direito de manter 1.026 trabalhadores que, em 5 anos, nenhum sequer pediu demissão, felizes que estão na nossa indústria. Alguns Senadores que já nos deram o prazer e o privilégio da visita podem atestar isso. Estou vendo o Senador Flexa Ribeiro que esteve lá, outros Senadores o acompanharam e podem atestar que será uma perda para o país essa postura fundamentalista do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente contra nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito obrigado, Sr. Francisco Simeão Neto.

Vamos ouvir agora o Sr. José Manuel Vilar Golim, Gerente-Geral da Unidade de Negócios da Industrialização do Xisto, na Petrobras.

O SR. JOSÉ MANUEL VILAR GOLIM – Bom-dia a todos. Saúdo a todos os Srs. Senadores, ao Senador Leomar Quintanilha, ao Exmº Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, que tem sido um símbolo na defesa do meio ambiente.

É uma grande honra estar aqui representando a Petrobras uma empresa nacional que considera a atuação com responsabilidade sócio-ambiental como fator determinante para sua sobrevivência. O processo de reciclagem de pneu, o domínio tecnológico desse processo pela Petrobras, na verdade, é um dos exemplos dessa consciência. Saliento que é um processo que temos desenvolvido, é um processo licenciado junto ao Instituto Ambiental do Paraná, cadastrado e acompanhado pelo Ibama que, ao longo de 4 anos, a gente obteve como resultado a reciclagem de aproximadamente de 9 milhões de toneladas de pneus.

Quero dizer também que a gente tem tentado buscar a excelência desse processo. O desenvolvimento dele a gente tem buscado atendimento de aspectos regulamentados e outros que não são, no sentido de obter as melhores referências em termos mundiais de parâmetros e ter uma reciclagem com extrema qualidade. E eu deixo aqui o convite para todos os senhores aí, quem tiver interesse, seria um grande prazer e uma grande honra que nos visitassem em São Mateus do Sul, unidade a qual eu represento para poder apresentar em mais detalhes o processo. É um processo que, no nosso entendimento, contribui com a saúde pública, contribui com o meio ambiente e agrega valor, pois, do pneu, a gente obtém óleo e outros derivados aí que são utilizados aí pela sociedade.

Um grande abraço.

E é só isso que tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito obrigado, Dr. José Manuel. V. Sª colaborou muito com o tempo, aliás, os Srs. Expositores, têm todos contribuído com o tempo, e a reunião tem fluído bem.

Eu passo a palavra ao Dr. Márcio Rosa Rodrigues de Freitas, Coordenador-Geral de Controle e Qualidade Ambiental do Ibama.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Bom-dia a todos. Eu vou ser bastante objetivo, até por que o tempo é curto. Eu tinha uma apresentação, eu pediria que passassem.

Há uma série de citações ao Ibama e, naturalmente, a gente fica motivado para contra-argumentá-las. Eu pediria aos Senadores que, após a apresentação, me argüissem a respeito dos questionamentos que foram feitos pelo Dr. Simeão, mas eu não vou entrar nesse tipo de debate porque há, a gente do Ibama sempre tem entendido isso, há uma componente comercial muito grande nessa chamada guerra dos pneus, e nós não vamos entrar nisso, como órgão regulador, não podemos entrar. Agora, os esclarecimentos, é claro, eu estou à disposição para prestar todos, e tenho todos os esclarecimentos, inclusive, desde o histórico da Resolução do Conama, está aqui o Dr. Roberto Monteiro que coordenou o grupo, que conhece bem esta história, e há uma série de contestações a todas essas argumentações do Dr. Simeão, mas eu prefiro fazê-las depois porque o objetivo aqui é discutir o projeto de lei, eu acho que isso é mais importante do que entrar num debate de posições.

Pode passar, por favor.

Enfim, eu vou ser bastante sintético porque o problema, como já foi dito, é bastante complexo também. Eu acho que não há dúvida nenhuma de que pneu inservível é um problema mundial. A pressão internacional, as soluções de destinação encontradas na Europa não são diferentes das nossas, e, como nós vamos ver mais adiante, as nossas também não são suficientes para resolver a questão ambiental do problema, e nós temos ainda uma agravante, que é a questão de saúde pública.

O problema no Brasil, ele pode ser caracterizado em dois aspectos: nós temos problema de coleta de pneu e nós temos problema de destinação de pneu. Nos países desenvolvidos, o problema da coleta está bem equacionado. Eles equacionaram isso de diversas maneiras, cada país tem uma solução distinta, mas, basicamente, os pontos de troca são o ponto de coleta, é por isso que é fácil exportar pneu inservível, o pneu usado ou carcaça de pneu porque eles têm um sistema de coleta que funciona com bastante economia. E

a questão da destinação, eles enfrentam, como já foi dito, os mesmos problemas que nós.

Em relação ao PL, especificamente, eu diria que os principais méritos do PL é que ele incorpora no texto legal as obrigações pós-consumo, já previstas na Resolução do Conama, tipifica a infração na base do decreto que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais. Essa tipificação não existia e não existe na Resolução 258, aquela que foi citada no vídeo do Dr. Simeão se refere à importação de pneu, e não à ausência de destinação de pneu. Então, há um jogo ali que não está claro. A lei de crimes ambientais não prevê punição por não destinação de pneu, ela prevê o enquadramento como não cumprimento da Resolução, e foi nesse artigo que as empresas foram enquadradas. Em relação aos principais problemas do PL, ele regulamenta a importação de pneus usados, até então proibida, essa importação é feita hoje, como já foi dito, através de liminares, agora, é preciso a gente ter claro que, hoje, nós temos uma quantidade entrando no País de pneus usados muito maior que a produção de pneus remoldados. Então, alguma coisa está acontecendo aí nessa importação que não está bem clara que nós estamos investigando.

Permite a importação de pneus meia vida, isso está colocado no art. 1º, no substitutivo, já há uma mudança nisso, mas no PL original, isso caracterizaria claramente a importação de bens de consumo usado, que até então era proibida também e dificulta o controle ambiental, que essa é a questão que eu pretendo colocar aqui com mais ênfase, porque é a experiência que o Ibama pode trazer para contribuir com esta Comissão.

Temos a experiência de aplicação da Resolução nº 258, desde 2003, desde 2002, quando ela começou a ser implementada e podemos criticá-la com toda a consciência de quem é obrigada a fazê-la cumprir. O grande problema do Ibama é que ele não faz as leis, ele é obrigado a cumpri-las. Só no PL, dos 17 artigos do PL, o Ibama é citado explicitamente em 11. E ninguém perguntou ao Ibama se tem pernas para fazer o que está colocado ali. Então, estou aqui justamente para discutirmos aspectos desse tipo.

Um dos problemas que temos no controle da importação de pneu usado como matéria-prima, que é a proposição original é que não há como distinguir, como matéria-prima, não há como distinguir carcaça de pneu inservível. Se a carcaça tiver impossibilitada de ser remoldada não temos como controlar isso a não ser abrindo o container e olhando, ainda por cima quem olhar tem que ser um especialista em pneus. Não há como controlar isso. A NCM, o Código de Importação é o mesmo para pneu usado e inservível. Então,

é complicado, essas coisas são complicadas quando vão ao campo operacional.

Então, a situação atual da aplicação da resolução e a gente pode falar isso de cadeira é que ela não resolveu os problemas de coleta de pneus, ela apresenta dificuldades de controle, nós praticamente temos hoje o controle por base em certificados. A gente não sabe se esse certificado corresponde efetivamente à destinação. Isso só pode ser feito diante fiscalização, e a fiscalização é cara.

Destinadora, temos problemas com todas as destinadoras, vamos ver depois sob o ponto de vista ambiental e a questão de que hoje estamos, por força da resolução, controlando inclusive a importação e exportação de veículos que vão com pneus dentro.

A estrutura que o Ibama montou para fazer o controle da aplicação da 258 é uma coisa maluca e o resultado avaliamos que é muito aquém da expectativa que se tinha quando se aprovou a Resolução.

Conseguimos aumentar o valor agregado do pneu usado, antes as cimenteiras pagavam para receber pneus, hoje elas cobram e cobram bem para receberem pneus. Conseguimos diminuir a oferta de pneus usado à reforma, essa é uma reivindicação inclusive da ABR, que vai comentar depois, porque a resolução passou a destruir pneus que poderiam ser reformados, por força do cumprimento da meta de destinação.

A necessidade de novos critérios para licenciamento da destinação. Quero esclarecer que o Ibama não licencia as destinações, quem faz esse licenciamento são os órgãos estaduais de meio ambiente, são eles que tem essa competência e autonomia para fazer o licenciamento da destinação. O Ibama simplesmente licencia coisas do nível Federal, da esfera do nível Federal, as coisas que tem impacto estadual são licenciadas pelos órgãos estaduais.

Essa é a situação que temos hoje, o que está em azul são os pontos de coletas de pneus que temos espalhados no País. Esses dados podem não estar exatamente atualizados. Em vermelho os pontos de destinação final que temos no País. Vamos ver que são muito poucos e concentrados na região Sudeste. Essa cor mais escura e clara dos estados mostra a densidade populacional e a densidade de frota.

Pode passar.

Esse é o mapa da saúde que mostra que as endemias, os vetores de Dengue e Febre Amarela estão localizadas em áreas rurais. Com essa concentração de pontos de coleta e destinação no litoral, estamos sujeitos a urbanizar as endemias de Dengue e Febre Amarela, porque há um risco de trazer esses pneus para destinar aqui.

Pode passar.

Essas são as situações de cumprimento da Resolução 258. O que aparece em azul, à esquerda, é a meta de destinação e estão separadas as entidades da Anip, as empresas da Anip e as importadoras de pneus, inclusive as importadoras de pneus usados. Vejam que ninguém cumpriu a Resolução 258, nem as importadoras de pneus usados nem aquela diferença entre o gráfico maior, a barra maior e a menor é a diferença entre meta e cumprimento.

Pode passar.

Esses são os principais destinadores de pneus hoje no Brasil. A maioria não laminadores e fabricantes de artefatos de borracha, cimenteiras e depois vários outros tipos de manufatura e finalmente a extração e tratamento de minerais, que entra a Petrocix, que foi citada pelo Dr. Simeão naqueles cinco por cento.

Pode passar.

Os problemas fundamentais que temos de destinação são os colocados aí, emissões, no caso das cimenteiras e resíduos no caso da extração de minerais. No caso das laminadoras, o grande problema é que é um mercado informal e, portanto, algumas não têm nem licença ambiental para operar. Isso causou, inclusive, toda a questão da discussão do não cumprimento da ANIP. A ANIP apresentou certificados de destinação suficientes para cumprir a meta. O que acontece é que o Ibama rejeitou esses certificados porque alguns deles eram de empresas que não eram licenciadas do ponto de vista ambiental, como destinadoras, e outras não tinham cadastro no Ibama. Então, a razão da discussão, a demora da multa tem a ver com essa discussão que houve no âmbito da legalidade ou não. Posso explicar esse processo depois com mais calma. A proposta do PL, então, é de que a matéria prima da reforma seja o pneu usado importado. Vemos nisso uma série de problemas. Risco para a segurança por dificuldades de controle da origem do número de reformas do pneu porque, como já foi dito, a nossa norma só permite uma reforma para o pneu de passeio. Risco para a saúde por causa do controle epidemiológico de vetores, já foi falado aqui da importação de cepas de mosquito. O problema ambiental por causa da menor vida útil do pneu, que já vem com uma reforma de lá e vai virar resíduo mais rápido, sem falar da quantidade de resíduo que já vem junto com a carga, como já foi comentado aqui, e geração mais rápida de resíduos. Problema comercial por causa da abertura do mercado de bens de consumo usados, problemas operacionais pela dificuldade de controle, que já comentei, entre bem usado e resíduo, e a vantagem principal é o baixo custo da matéria prima porque não necessita de coleta, já chega o container direto na fábrica e a própria seleção já gera o resíduo para ser destinado

e cumprir a meta ambiental da resolução. Então, esse é para nós o fundamento dessa questão. Em síntese, o que o Ibama propõe é que a matéria prima seja o pneu usado. As dificuldades que temos para a reforma de pneus usados é a má qualidade dos nossos pneus pela excessiva rodagem. Não é verdade que o problema sejam as nossas estradas, porque a maior parte dos pneus que se re-moldam no país são pneus de passeio, que rodam dentro do ambiente urbano. A dificuldade de coleta é porque são poucos pontos de coleta, pouco oferta e alto custo de transporte e a vantagem principal é que a reciclagem do pneu nacional dá maior vida útil e menor geração de resíduos.

Passar por favor.

Então, o que propomos, basicamente, é que se trabalhe na inspeção veicular, teríamos aí um aumento da geração de pneus em condições de serem reformados e teríamos, em paralelo, uma redução dos acidentes de trânsito, porque um dos problemas que temos é a falta de inspeção de segurança veicular, que faz com que a gente rode com um pneu além do necessário, que gera todos esses problemas de reforma depois, e uma integração do ciclo de coleta. A proposta que estamos apresentando ao Conama, na revisão da Resolução 258, contempla que o ponto de troca do pneu seja igual, seja o mesmo ponto de coleta e seleção do destino do pneu. Com isso, vamos poder integrar o setor de reforma como o setor que vai receber esse pneu. Então, vamos fazer do uso da reforma um crédito de destinação. Quer dizer, destinar pneu para reforma vai implicar num crédito, uma coleta com menor custo de transporte, um incentivo à reciclagem, uma maior vida útil para o pneu antes de ele virar resíduo e uma menor geração de resíduos. Então, essa seria a nossa proposta para acabar com essa dita guerra de pneus que, para nós, é uma guerra comercial, pura e simplesmente. Teremos maior facilidade de controle e poderemos ter a coleta praticamente regulada pelo mercado porque o valor agregado do pneu usado estaria sendo negociado com as reformadoras até ele virar inservível, quando ficará disponível no ponto de troca para ser destinado. Então, teríamos praticamente reduzido os custos de coleta. Temos pontos de troca em todos os lugares do país, praticamente, e a área ambiental poderia se dedicar à questão da destinação final, que é o nosso problema maior, que é o que requer maiores cuidados ambientais.

Era isso.

Fico à disposição para esclarecer outros pontos que não tenha abordado aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Só gostaria de saber do Sr. Márcio se ele está

deixando cópia do material exibido para a ilustração da discussão dos Srs. Senadores.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES – Já está no computador.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito obrigado. Ouviremos agora o Dr. Vilien José Soares, Diretor-Geral da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos, a ANIP.

O SR. VILIEN JOSÉ SOARES – Senador Leomar, Senador Valadares, prezados Senadores aqui presentes. Agradeço muito a oportunidade de a Associação vir mostrar a sua posição contrária à importação de pneus. Primeiramente, queria explicar que a nossa Associação não só congrega as três maiores empresas citadas aqui, mas também outras onze empresas nacionais de tamanho menor.

Entendemos, então, que esse tema realmente é muito importante é muito oportuna essa discussão nesse momento, porque coincide também com a retomada da proposta conjunta do Governo, do projeto de lei dos resíduos sólidos, consolidando já um total de setenta projetos que estão em tramitação, além do que, com essa proposta que acabamos de ouvir do Ibama, para a adaptação, para a mudança da Resolução 258.

Não temos aqui, não preparamos um vídeo tão completo, como foi mostrado anteriormente, que, aliás, eu entendo que o apresentador Marcos Rúbio talvez tenha que mudar, porque com o depoimento do Sr. Alfredo Lobo aqui, que altera aquele documento, esse vídeo teria já uma alteração já a ser feita.

Mas para explicar melhor a nossa posição contrária ao projeto, eu pediria, Presidente, que o nosso Assessor, Dr. Eduardo Martins, apresentasse então as transparências, que melhor farão a compreensão da nossa defesa.

Por favor.

O SR. EDUARDO MARTINS – Muito obrigado.

Eu queria iniciar dizendo que o setor de pneus novos produzidos no Brasil não tem nenhuma dificuldade nem com a área de remoldagem nem com a questão de reforma de pneus. A nossa posição contrária diz respeito à importação de pneus usados. E vamos tentar apresentar um conjunto de fatos em três linhas.

Primeiro, a importação de pneus usados destrói a cadeia econômica do setor. A segunda questão para nós que é bastante relevante diz respeito à transferência de resíduo de países envolvidos para o Brasil. E a terceira, na nossa opinião, tem a ver com uma promoção de uma concorrência que entendemos desleal e o consumo enganoso.

O próximo.

O que nós temos, simplificando, é o seguinte: eu pego um pneu usado, importo, o custo é muito próxi-

mo de zero, e com as imposições, principalmente na Europa, vão pagar para trazer o pneu, aí eu pego essa carcaça, escarifico essa carcaça, só que resta 70% da carcaça do pneu velho. Boto uma máscara de borracha e transformo isso num pneu remoldado e digo o seguinte: ele é novo, é vendido como novo. E ofereço um desconto de 30% e 40%.

Isso, para nós, é desleal e é a promoção do consumo enganoso. A prova disso são as derrotas sistemáticas que os pneus remoldados vêm sofrendo no âmbito do Conar.

O próximo.

Acreditamos, também, com todo o respeito, Senador, que algumas premissas do PL são falsas.

Primeiro, existem pneus usados para reforma no Brasil. Um trabalho feito pelo IPT em todo o Brasil constatou que existem cerca de dez milhões de pneus usados em condições de reforma.

Apesar do compromisso de destinação ali previsto, a importação de pneus usados aumenta o passivo ambiental. Depois vamos demonstrar e provar isso.

Segundo, a maioria do pneu importado ela, na realidade, não é destinada à reforma. Vamos mostrar como isso está evoluindo, qual é a capacidade do setor e fica uma interrogação enorme.

O próximo.

Acho que o desmentido do Inmetro já foi feito, não é necessário citar.

O próximo.

Esse é um gráfico muito interessante. Se pegarmos de 1999 e analisarmos a evolução da importação de pneus usados, vocês percebem que ela tem uma tendência exponencial. Estamos em 2005 com uma estimativa de que essa importação chegue a onze milhões de pneus.

Se analisamos a capacidade do setor de remoldagem, vamos estar em torno de 2,5 milhões de pneus. Se ainda crescêssemos a capacidade de reforma, no máximo bateríamos em 4,5 milhões. Então, existe uma grande interrogação. Qual a diferença entre 4,5 milhões ou até 6,5 milhões e 11 milhões? Para onde está indo essa quantidade de pneus?

Daí um receio, uma preocupação de algo levantado pelo Governador Requião de que a importação pode, na realidade, estar trazendo. Ou resíduo mesmo. Já não serve para nada. Ou estar trazendo uma coisa, pneu que é vendido na Europa aqui com meia-vida.

O próximo.

Como já foi dito aqui, se o DECEX diz que não pode importar. A própria Resolução, a 258, aqui indicada como da lavra do Dr. Simeão, que proíbe a importação, se é vetado, como importa? Como é que o lixo chega ao Brasil? O lixo chega ao Brasil através de um siste-

ma de liminares. Como é que isso funciona? Fizemos uma amostragem bem ampla, em todas as regiões, desde o Rio Grande do Sul, incrível que também há liminares no Acre, inclusive. Na 1ª Instância eles conseguem cerca de 73% de êxito na liminar. Quando a gente evolui e vê o que chegou para a 2ª Instância, as decisões favoráveis são revogadas em 92%. Só que essa liminar tem aquele caráter que em Direito chama-se “satisfativo”. Satisfativo, eu não sei para quem! Para a sociedade brasileira, certamente não é. É uma situação bem interessante, porque a liminar importa, resolve, inclui, entra no processo, depois revoga. Mas aí o estrago está feito.

Próximo.

O que se identifica como perda para a economia nacional e entendemos que destrói a cadeia econômica brasileira? Fizemos a conta, e para cada 1 milhão de pneus importados usados, de emprego direto corresponde a 430 empregos, de empregos indiretos chega na ordem de 1620 empregos. Se formos pegar o conjunto de insumos pagos à indústria nacional, siderurgia, borracha natural e produtos petroquímicos, porque o pneu é feito disso, chegaríamos para cada 1 milhão de pneus cerca de 104 milhões de reais. E de tributos, a perda é de 52. Estou falando de 1 milhão, lembrem que hoje estamos batendo numa base de 11 milhões de pneus importados.

Próximo.

Aqui há uma outra coisa interessante para analisar como é que a história do custo e como são os impostos. Isso é um pneu comprado, são os dados da nota fiscal. O pneu fica em 144 e tem uma série de impostos, mas a carga tributária sobre o pneu hoje é da ordem de 54.26%.

Próximo.

Aí mostra como é a seqüência do pneu remoldado. O preço ao consumidor é cerca de 125, o tal de 30 a 40% de desconto. E a carga tributária, por incrível que pareça é da ordem de 28%.

Próximo.

Aqui foi dito muito que a NIP vem tentando criar uma série de situações. Queria deixar bem claro o que a NIP representa.

1º – São oito empresas. Existem 13 fábricas distribuídas em 5 Estados. São mais de 20 mil empregos diretos, e cerca de 100 mil indiretos. De tributos, em 2004, ICMS e IPI, a contribuição foi da ordem de 2.7 bilhões. Exportamos 704 milhões contribuindo para a balança comercial do Brasil. Temos cerca de 4.500 pontos de distribuição em todo o País, e tem previsto cerca de 1.2 bilhões de investimentos entre 2003 e 2007, com novas fábricas de expansões. Não só os

produtos, mas uma série de outros aspectos possui certificações de desempenho ambiental.

Próximo.

Aqui falou-se muito de não respeitar, de não atender.

Para os Senhores terem uma idéia, nós já destinamos de forma adequada e aceita pelo IBAMA cerca de 80 milhões de pneus. Não existe nenhum setor que tenha feito um esforço de pós-consumo como o setor de pneus. Isso é suficiente para atender à Resolução? Não é na forma com que a Resolução estabeleceu. E desde março de 2004, informamos a Ministra do Meio Ambiente, por meio de um ofício, dizendo que o setor não tinha condições de cumprir. Portanto, não existe nenhum jogo, nenhum processo de fazer escondido, de não fazer. Nós próprios nos autodenunciamos mostrando as nossas limitações. Agora, o compromisso de pós-consumo é mantido, está sustentado. Temos grande condição de dar um exemplo incrível. Aliás, falando do Paraná, se formos comparar o que destinamos no Paraná, chega, Sr. Governador, chega a 17 milhões de pneus. Espero que isso também signifique uma grande contribuição, não só para a dengue, mas para as questões de tratamento de resíduos no Paraná.

Próximo.

Queremos finalizar, nos colocando à disposição para qualquer esclarecimento. O nosso compromisso com o pós-consumo está mantido. Achamos e entendemos que é necessário rever. Achamos que a iniciativa do Senador Flávio Arns é extremamente interessante. Mas nós não podemos admitir que o Brasil se transforme em lixeira do mundo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concluímos a primeira etapa desta reunião conjunta das duas Comissões.

Perdão, ainda falta um expositor.

Com a palavra o Sr. Paulo Fernando Moreira, Presidente da Associação Brasileira de Segmentos de Reforma de Pneus.

Em seguida, daremos a palavra ao Governador Roberto Requião, que foi citado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Só uma observação, Sr. Presidente. Fiquei fascinado o porte da indústria pneumática no Brasil. Só não sei que com esta grandeza toda, porque que se incomoda com algumas fabriquetas de remoldagem de pneus nacionais. A única observação que posso fazer.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Sr. Paulo Fernando Moreira.

O SR. PAULO FERNANDO MOREIRA – Srs. Presidentes, ilustres Membros Debatedores, Srs. e Srs. Senadores, ilustres Deputados presentes, Se-

nhores convidados, ilustre Platéia, preliminarmente, a nossa exposição relacionada com o Projeto de Lei do Senado de nº 216, gostaríamos de ressaltar que a BR-Associação Brasileira do Segmento da Reforma de Pneus vem a esta audiência pública, na condição de representante de 1.600 empresas. São empresas genuinamente brasileiras, distribuídas em todos os recantos do Território Nacional, obedecendo a uma relação geo-econômica.

Tais empresas atuam na reforma de pneus, independentemente da tecnologia aplicada na reforma, seja ela de recapagem, de recauchagem ou remoldagem de pneus.

A reforma de pneus no Brasil é praticada no espectro amplo de usos, cobrindo todas as modalidades de transporte terrestre e aéreo, tais como:

Reforma de pneus para automóveis;

Reforma de pneus para caminhões e ônibus;

Reforma de pneus para máquinas agrícolas;

Reforma de pneus para terraplenagem agrícola, movimentação e transporte de materiais em todos os tipos de operação.

Reforma de pneus para motocicletas;

Reforma de pneus para aviões de todas as categorias, principalmente, os megaaviões de passageiros.

O setor de reforma de pneus no Brasil proporciona cerca de 80 mil empregos que gerou um faturamento da ordem de 4 bilhões de reais no ano de 2004. Queremos frisar que a reforma de pneus é uma atividade presente do Brasil há mais de 50 anos, sendo umas das mais evoluídas e conceituadas em todo o mundo.

Isso posto, passamos aos comentários.

O Projeto de Lei do Senado nº 216, apresentado pelo Senador Flávio Arns, teve o mérito de trazer para a discussão, num foro nacional, diversos temas inerentes ao setor de pneus e a proteção do meio ambiente. Tem gerado sim debates acirrados sobre aspectos que fogem da essência do problema, algum dos quais, a nosso ver, são centrais no debate, e que deveriam ser objeto de fundamental atenção por essas Comissões.

São eles:

1 – Disponibilidade de pneus no mercado para equipar os veículos de forma a garantir e a assegurar o transporte necessário à viabilização das metas de crescimento sustentado da economia, evitando-se assim o potencial risco de um apagão logístico.

2 – Proteção e preservação do meio ambiente, com solução e gestão eficazes nas disposições de pneus inservíveis, evitando danos ambientais.

Com isso, gostaríamos de pautar a nossa posição, segundo esses dois fatores fundamentais ao interesse

nacional, independentemente dos interesses econômicos dos setores que atuam na área de pneus.

É de conhecimento geral que enfrentamos, num passado recente, ainda em 2004, uma escassez na oferta de pneus de transporte e de passageiros e de automóveis no mercado nacional, seja para o abastecimento de equipamentos originais, seja para o abastecimento do mercado de reposição. O mercado atualmente sustenta-se na importação descontrolada de pneus. Isso é fato.

É de fundamental importância no interesse nacional garantir e normalizar a oferta de pneus, regulamentando a importação de carcaças como matéria-prima para reforma, devido aos riscos iminentes de colapso no sistema de transporte, assim como do risco do não-atingimento das metas nacionais.

Seria realmente embaraçoso restringir o nosso volume de exportações e a movimentação interna de cargas, mesmo dispondo de mercadorias, clientes e contratos. E, ainda assim, deixar de concretizar os negócios por falta de transporte interno.

Do ponto de vista do nosso segmento, essa falta de planejamento seria um desastre. Também do ponto de vista nacional, acreditamos que seria interpretado como falta de planejamento e também um grande desastre.

Conclamam o empenho de todos no sentido de evitar o agravamento desse risco. Existe deficiência de suprimento de pneus no País.

Durante essa audiência, provavelmente, ouvimos ou ouviremos objeções daqueles que são opositores à importação de carcaça de pneus para reforma, calçado nos seguintes quesitos:

Importar pneus usados é transformar o País num depósito de lixo.

A – “Discordamos frontalmente. Necessitamos da importação para a regularizar a oferta de pneus no mercado. O pneu é o elemento fundamental na matriz do transporte e, ao mesmo tempo, um problema potencial no plano ambiental, caso sua disposição, quando inservível, não seja feita da maneira correta. Não buscamos importar pneus usados como lixo, mas sim carcaças de pneus como matéria-prima para o setor de reforma. Do ponto de vista estrutural, a carcaça para a reforma tem de oferecer as mesmas características de um pneu novo. Deveremos, portanto, encontrar soluções que permitam importar sim e que ao mesmo tempo busquem eliminar o risco ambiental.”

B – A importação de pneus usados aumenta o “passivo ambiental”. Discordamos. O que determina a geração de passivo ambiental é o volume de pneus necessários à operação da matriz de transporte, e não o fato do pneu ser novo ou não. Uma carcaça de pneu

importada como matéria-prima para reforma, uma vez processada, proporciona hoje a mesma vida útil de um pneu novo. Não contribui, portanto, para aumentar o passivo ambiental. Por outro lado, este passivo só será aumentado se não encontrarmos um sistema eficaz de reciclagem.

C – “É proibida a importação de bens usados no Brasil, portanto, a importação de pneus usados.” Discordamos parcialmente. Concordamos que não deveremos autorizar a importação de pneus usados como tal, aqueles conhecidos como meia-vida. Porém, defendemos veementemente a importação de pneus como matéria-prima para reforma e para uso exclusivamente comprovado pela empresas reformadoras de pneus. Pelos motivos já expostos, notadamente, os de aspectos econômicos e sociais.

D – O segmento de reforma de pneus deveria usar todos os pneus usados que estão poluindo o meio ambiente antes de pensar em importar “lixo”. Discordamos totalmente. Os pneus para ser reformados têm de obedecer a padrões técnicos e quanto a estado de conservação da carcaça, compatibilidade com o prazo de validade e de diversos outros fatores.

Os pneus dispostos em lixos, fundo de rios e estocados de maneira inadequada, não apresentam a menor possibilidade de reforma. Tais pneus, dispostos aleatoriamente ao relento no meio ambiente podem e devem ser reciclados com vista a outro segmento e para outros usos que não sejam o da reforma. Entretanto, nossa participação nessa Comissão não visa discordar de posições consolidadas, visa, sim, propor soluções para a problemática em discussão. A proposição da ABR é a de que deve ser permitida a importação de pneus usados, qualificados como carcaças, exclusivamente caracterizados como matéria-prima para o setor de reforma de pneus. Tais importações devem ser feitas de forma controlada e através de sistema eficaz. Nesse sentido, fizemos, em 1991, proposta ao DECEX. Se a nossa proposição de controle tivesse sido adotada, teríamos evitado a invasão de pneus inservíveis ou parcialmente servíveis, que ocorreu em nosso País. Tanto importador como fabricante de pneus novos tem igual responsabilidade ambiental, devendo cumprir legislação específica e realista a ser estudada e estabelecida.

Estamos convencidos, e temos competência e disponibilidade para propormos a formação de um grupo de trabalho, composto de representante do Legislativo, do Executivo, de entidades representativas do ramo de produção e reforma de pneus. Tal grupo teria como objetivo buscar uma solução definitiva à questão aqui debatida, que atenda aos interesses do mercado e privilegie os interesses nacionais.

Isso é possível. Pode ser feito em prazo razoavelmente curto, sendo ainda extremamente interessante para o nosso País.

Certamente que essa exposição não esgota nossa possibilidade de contribuir com esses debates. E aqui nos colocamos à disposição da Mesa e dos Srs. Senadores para complementando as nossas informações, oferecer alguns aspectos coadjuvantes de peso nessa formação de opinião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Dr. Paulo.

Srs. Senadores, concluímos a primeira etapa dessa audiência pública, realizada pelas Comissões de Assuntos Sociais e Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle que servirá para instruir a discussão do Projeto de Lei do Senado nº 216 que dispõe sobre a contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno seja ele importado ou fabricado no Brasil.

Passaremos agora a ouvir as intervenções dos eminentes Srs. Senadores, e havendo vários inscritos, nós o faremos em bloco de 3. Ouviremos 3 Srs. Senadores, nos seus questionamentos, e passaremos a palavra aos expositores indicados para as respostas.

Como já se manifestaram o Relator e o autor, nós reservaremos a palavra aos dois ao final para que possam fazer seus questionamentos.

A primeira inscrita seria a Senadora Ana Júlia Carepa, mas por permuta, tem a palavra o Senador César Borges.

Com a palavra V. Ex^a

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, Srs. Convidados e Expositores, sem sobra de dúvida, essa reunião tem uma importância muito grande pelas exposições que foram aqui feitas e trouxeram esclarecimentos dentro do ponto de vista de cada um dos segmentos, mas esclarecimentos para formação da opinião dos Srs. Senadores.

Creio, Sr. Presidente, que acima de tudo, o que temos que decidir aqui nessa Comissão em relação ao projeto do nobre Senador Flávio Arns, é no sentido de preservar, antes de tudo, o interesse nacional. Não teremos nunca uma solução que seja completa e acabada, que possa satisfazer a todos. Mas a solução que melhor seja da razão dos Srs. Senadores, com certeza, deve ser presidida pelo interesse nacional, uma vez que se trata de uma questão efetivamente de amplo alcance e extremamente controversa.

Acho, Sr. Presidente, que não devemos confundir a necessidade de preservar o meio ambiente, de exigir das empresas produtoras de pneumáticos

no País, cumprimento de resoluções que protejam o meio ambiente, como a Resolução Conama 258 com a necessidade de matéria-prima para a indústria dos reformados ou remodelados, como queiram chamar. O importante é que as indústrias de pneumáticos têm sua responsabilidade ambiental, social. Tem a Resolução do Conama que pode ser aperfeiçoada, pode inclusive ser mais exigente. Temos que trabalhar para livrar o País de qualquer tipo lixo que venha prejudicar o meio ambiente, a saúde da população brasileira e o nosso espaço urbano e mesmo rural. Isso aí é inquestionável. Isso é de responsabilidade do Governo Federal através do IBAMA, do Conama, do Ministério do Meio Ambiente.

Outra questão é a necessidade de matéria-prima para o setor industrial, que é o da remodelagem. Pela apresentação feita aqui, nesta manhã, sem sombra de dúvida, acredito que o aproveitamento dessa matéria-prima, produzida internamente no País, leva a ter a possibilidade de funcionar essa indústria de remodelagem, e, por outro lado também, ter assegurado o cumprimento da própria Resolução do Conama, protegendo também o meio ambiente.

Não vejo, Sr. Presidente, como argumentação, no sentido de que importar produtos utilizados, sejam eles para qualquer finalidade, porque aqui o importado parece que tem 3 finalidades. Se tem a finalidade de que teríamos defendido por aqueles que estão aqui propugnando uma matéria-prima para o setor de remodelagem, que seria para a remodelagem. Mas foi visto que vem muito mais, numa quantidade 2 ou 2 vezes e meia a mais da necessidade dessa indústria. E este restante é o quê? Ou é pneu inservível, que vai, de alguma maneira ser descartado, ou para a indústria cimenteira ou para qualquer outra utilização, ou que poderá ser utilizado para rodar em nossas estradas com vida útil bastante curta e depois estar depositado no meio ambiente ou ficar disponível para o seu recolhimento.

Portanto, Sr. presidente, acredito que temos que respaldar. Veja bem, V. Ex^a, que eu tenho uma imensa dificuldade de ver correção, às vezes, na política do atual governo, porque, efetivamente, tenho divergências de fundo com essas políticas. Mas, aqui, vejo o Partido dos Trabalhadores dividido. Perguntava à Senadora Ana Júlia como é que é o PT contra a importação de pneus. Estou ladeado aqui por duas excelentes Senadoras, que me parecem que têm uma posição, e o Senador Flávio Arns, também do PT, que, por ser paranaense, está defendendo uma posição que, sem sobra de dúvida, é de todo interesse do Paraná. Então esta é uma divisão. Neste caso, fico com o PT majoritário, porque estou ladeado pelas duas Senadoras, fico

com o meio ambiente, fico com os interesses nacionais. Vejo uma indústria de pneumáticos, que apesar de ser de multinacionais, e não vejo nada demais, até fico com satisfação que o PT está aliado à multinacionais, porque se formos alijá-las, vamos acabar com a indústria automobilística do País, que ela é toda de multinacionais e que gera riquezas para o País, emprego, renda. Uma renda que é multiplicadora porque eu lutei muito, como Governador da Bahia, para levar uma indústria automobilística como a Ford, estamos lutando, fizemos lá uma indústria da Pirelli com produção de 3 milhões de pneus por ano. Chegará agora a Firestone, vai chegar a Continental. Não vejo mal, não tenho preconceito com o capital internacional, desde que ele gere emprego, renda, tributos para suprir as necessidades dos governos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir, nobre Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Para concluir, Sr. Presidente. É apenas que o interesse nacional prevaleça. É um interesse específico de “a” e de “b” do Estado “a” “b” ou “c”. Está certo? Acho que aqui, o fundamental, é que prevaleça, acima de tudo, o interesse nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu queria apenas cumprimentar essa ação moderadora do Senador César Borges, que o PT crie juízo e retire o veto a ele como Relator, hoje à tarde. O primeiro passo está dado. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Consulto a Senadora Ana Júlia se já está em condições de fazer a sua intervenção.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Se a Senadora Júlia me permitir, só como uma observação, eu vou me manifestar também, mas só para deixar claro de que o Projeto de Lei não é contra, absolutamente, seja reformador, seja remoldados ou seja pneus novos. Não é esse nosso objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Flávio, V. Ex^a terá a oportunidade de se manifestar na hora de sua inscrição.

Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu só desejo fazer o registro, Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, Senador Leomar Quintanilha, Senador Antonio Carlos Valadares, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, nossos Convidados e Convidadas de hoje, Governador do Paraná, que, neste momento, não está presente, hoje ex-Senador, mas como Senador, eu ainda não era Senadora, todos os representantes de Ministérios e de

órgãos governamentais ou não, entidades representativas do setor produtivo, não tenho a menor dúvida, como disse há pouco, conversando com o Deputado Gabeira, que o Senador Flávio Arns é um homem de bem, de muito bem, aliás. É uma pessoa para quem que a gente tem o maior respeito, é nosso companheiro de Bancada. Mas temos visões, muitas vezes, diferentes e isso, aliás, ainda bem existem. Graças a Deus, porque se não tivéssemos posições contrárias, se todos pensassem igual, como já disse Nelson Rodrigues, toda unanimidade é burra. É positivo, eu digo sempre, que é do debate de idéias, inclusive idéias diferenciadas, contrárias, é que surgem as melhores idéias, as melhores propostas. Eu acho que trazer aqui essa questão de que o que fazer, acho que o projeto do Senador Flávio Arns tem muitas coisas positivas, que é a preocupação com a destinação de uma coisa que já é completamente resolvida hoje.

Vou fazer algumas questões tanto para o representante, no caso da indústria, o Presidente da Associação de Fabricantes de Pneus quanto também para o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama, a quem for adequada a resposta. E tem a ver o que o Senador César Borges falou. Como é que vamos controlar, como é que vai ser feita essa seletividade desses pneus para remoldagem, visto que 30% da importação é de pneus inservíveis. Outra coisa, as estatísticas dizem que cerca de 40% dessas carcaças realmente importadas não se prestam a qualquer tipo de processo de reforma e seriam já inservíveis.

O substitutivo apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, na Comissão de Assuntos Sociais, proíbe a importação de pneus usados, mas permite a importação de carcaças apenas. Eu pergunto, como será feita essa distinção? Temos hoje no Brasil mecanismos para controlar isso? O Inmetro poderá falar a respeito, os órgãos dos Ministérios competentes também para controlar a entrada de carcaças sem que os pneus usados entrem no País? É uma outra pergunta. Ou, na verdade, a gente vai acabar nesse bojo, como citou o Senador, fazendo com que tudo entre e parte deles seja inservível mesmo e entre mais lixo, essa é que é a verdade. Não queremos, pelo contrário, somos favoráveis. Acho que a indústria nacional ou.. – não tenho este preconceito, Senador César Borges – se vem de uma empresa multinacional, se ela aqui gera emprego, paga impostos, deixa, inclusive, seu lucro aqui, investe, reinveste aqui. Mas também apoiamos a empresa nacional. Queremos isso. Agora, eu quero dizer que tenho preocupações imensas, porque fico me perguntando, por que que os países mais desenvolvidos do mundo estão pagando para trazer esses pneus? Por quê? Não é possível que isso daí não seja

questionado. Por que que esses países não querem esses pneus? Há que se questionar isso. São países desenvolvidos, tem tecnologias, muitas vezes, mais avançadas do que as nossas, por que que não querem esses pneus? Por que que estão incentivando a vinda desses pneus, que são aqui colocados quase que de graça? Será que eles são bondosos? São bondosos para uma coisa e não são para outras. Porque em outras questões nada disso é real. Eu coloco isso como questionamentos. Acho que temos que garantir sim as nossas empresas nacionais, mas como também temos que garantir sim um controle. Sou de um Estado que já passou por muitas fases de avaliação, hoje faz parte do passado essa história da Amazônia como algo intocável. Isso não existe. Isso faz parte do passado. Como já disseram que era uma região desabitada, há mais de 20 milhões de pessoas na Amazônia. Sou do Estado mais populoso da Amazônia, que é o Pará. E nós defendemos ardorosamente a produção, a exploração dos produtos florestais de forma sustentável. Inclusive, fazer até uma divisão nesse setor. Tem aqueles defendem a exploração de forma sustentável, tem aqueles que defendem inclusive a legalidade, e tem aqueles que preferem a ilegalidade nesse setor florestal. Isso existe. Nós defendemos isso. Somos favoráveis à utilização dos nossos recursos naturais de forma sustentável. Mas nós temos um compromisso, e cada maior. Não apenas conosco, não apenas com esse presente, mas até a noção de Direito contemporânea já permite que gerações futuras possam nos responsabilizar por atos que praticamos ou possamos permitir que sejam praticados. Nós seremos responsabilizados. Ainda bem que o Direito avança como o mundo. Temos de ter, sim, essa preocupação. Por isso, tenho muito preocupação quanto às importações. Fiz essas perguntas que podem nos ajudar a esclarecer esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra à próxima Senadora inscrita, Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Srs. Senadores que presidem as duas Comissões, Senhores representantes dos Ministérios, Senhores representantes de organizações, Sr^{es} e Srs. Senadores, imprensa e todos os presentes, antes de começar meus questionamentos, gostaria de tratar dois pontos.

Primeiro: a Senadora Ana Júlia Carepa já fez uma colocação muito bem– feita quanto ao nosso companheiro Senador Flávio Arns, Parlamentar da maior grandeza. Digo ao companheiro Senador Flávio Arns que seu projeto é 98% perfeito e precisa apenas de uma emenda.

Eu, Senadora Serys Slhessarenko, presido a Frente Parlamentar para o Desenvolvimento Sustentável, que envolve quase 200 Parlamentares, entre Deputadas, Deputados, Senadoras e Senadores. Temos realizado uma luta bastante significativa com relação ao meio ambiente.

Uma das preocupações que estamos trabalhando bastante não é essa aqui, mas é a poluição do meio ambiente de um modo geral, principalmente o resgate do meio ambiente que envolve o comércio do crédito de carbono. É uma história antiga que muitas pessoas nos colocam. Países estrangeiros destruíram suas florestas, deixaram seus rios em situação difícil, etc, etc. Hoje, pessoas querem bancar políticas preservacionistas da natureza no Brasil.

O Brasil tem de preservar sua natureza, mas não por pressão desses que já destruíram. O Protocolo de Kyoto existe. Temos de fazer valer questões atuais, como o comércio de crédito de carbono, e para o meio ambiente de um modo geral. Aqueles que destruíram terão de pagar, sim, para que realmente preservemos o meio ambiente e para que a vida, neste planeta, esteja assegurada. Se eles destruíram, pagarão para a preservação da Amazônia, que está infiltrada de pesquisadores estrangeiros que atuam de forma irregular; para que as populações ribeirinhas, nativas, façam a preservação com condições dignas de vida e não em estado de miserabilidade.

Deixo essas questões bem claras porque, quando ocorre a situação específica... Passo a ler dois parágrafos, Sr. Presidente, e farei as perguntas.

Os países da Comunidade Européia, Estados Unidos e Japão, hoje, os maiores produtores de pneus usados... Aliás, os Estados Unidos são o maior destruidor do meio ambiente. Quando eles brigam com o Afeganistão e o Iraque, eles viram seus mísseis para lá. Quero saber contra quem eles virarão os mísseis quando os furacões atingirem a Flórida. Deve ser contra eles, não é? Falo de Bush.

Esses países, os maiores produtores de pneus usados hoje, também têm dificuldades no manejo adequado desses resíduos. “A solução ambientalmente adequada, encontrada por esses países, foi a transferência do problema para as nações em desenvolvimento sob o pretexto de exportação para reutilização e remoldagem. Em 2004, a União Européia descartou 300 milhões de pneus, dos quais 26% foram destinados a aterros e 12% exportados para países em desenvolvimento. A diretiva européia para resíduos proíbe a partir de 2006 a disposição final de pneus em aterros sanitários, mesmo que triturados, e cada vez mais restritas estão as autorizações para queima. O que eles vão fazer com os pneus deles? – eu pergun-

to. Aí vou tentar formular algumas perguntas aqui, em primeiro lugar,...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Só solicitaria à eminente Senadora que fosse mais objetiva em seus questionamentos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MS) – Sim, vou fazer as perguntas agora. Até agora não fui objetiva, Sr. Presidente, com certeza.

Eu faria ao Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Cláudio Langoni, duas perguntas: uma primeira, que o senhor repetisse o dado do número de pneus que hoje vão para aterro na Europa e a partir de 2006 não poderão mais ir. Para onde irão esses pneus? – é a pergunta. Segunda pergunta também ao Sr. Cláudio Langoni: favor comentar o questionário enviado aos Estados que trata sobre a questão dos pneus, especialmente quanto à capacidade do Estado do Paraná para dar destinação ambiental adequada aos pneus usados. Uma terceira pergunta, ao Sr. Dr. Paulo Fernando Moreira*: por que a preferência por carcaças de pneus estrangeiros para serem remodelados, e não só remodelar, ou também remodelar principalmente pneus brasileiros? E por que são perdidos tantos pneus brasileiros no Brasil, que não chegam ao setor de reforma? O que pode ser feito? – se é que existe solução na opinião do senhor. Ainda dizer que no filme não ficou claro – eu não sei a quem seria destinada essa questão – se a Convenção de Basiléia aborda ou não a questão de pneus usados. Gostaria que...

(Manifestação fora do microfone)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MS) – Quem?

O SR. – (Manifestação fora do microfone)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MS) – Gostaria que o Sr. Francisco Simeão esclarecesse, porque eu, realmente precisei sair, para mim não ficou claro. Se a Convenção de Basiléia aborda ou não a questão de pneus usados. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Antes de passarmos a palavra aos expositores para a resposta aos questionamentos já expendidos pelos três primeiros Senadores inscritos, porque, citados, passamos a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Quanto ao questionamento formulado pela eminente Senadora Ana Júlia Carepa, sobre um parecer que estaria, ou teria sido apresentado, na Comissão de Assuntos Sociais, mudando a expressão “pneu usado” por “carcaça de pneu”, na verdade esse parecer ainda sequer foi apresentado à Comissão de

Assuntos Sociais, notadamente porque vimos que, com o ingresso no Senado Federal de novos Senadores, com a mudança da composição das Comissões, muitos Senadores, tanto da Comissão de Assuntos Sociais como desta Comissão, da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle*, não tinham conhecimento do projeto. Por essa razão, atendendo a uma pretensão que é sempre um princípio do Senado Federal, nós, em comum acordo com o Presidente desta Comissão, achamos melhor que o parecer definitivo só seria apresentado depois de uma nova audiência pública, onde os mais diferentes segmentos da sociedade seriam ouvidos, interessados, na aprovação e rejeição. E, com base nessa pretensão, apresentamos, V. Ex^a também apresentou um requerimento na Comissão de Fiscalização e Controle e apresentei lá, juntamente com o Senador Flávio Arns, um outro requerimento para que houvesse uma reunião conjunta dessas Comissões com este objetivo de discutirmos de forma democrática este assunto tão complexo e tão polêmico, quanto é a importação de pneus usados.

Quanto à mudança da terminologia ou do termo pneu usado ou carcaça, penso que essa mudança tem sentido, porque se você importa um pneu usado, dá a entender que ele pode ser utilizado na estrada, tal como ele veio do exterior. Já, se você tem uma obrigatoriedade de que só pode utilizar-se de uma carcaça de pneu usado com o objetivo de ser utilizado na indústria de transformação, como é a de remoldagem, na prática, você está proibindo que aquele pneu importado seja usado na estrada, o que poderá causar, sem dúvida alguma, sérios perigos a quem utiliza desse pneu. Tanto que essa mudança de terminologia foi com esse objetivo, mas, nós retiramos o parecer, na prática ele não existe, porque só vai existir depois que nós ouvirmos, de forma definitiva, todos os segmentos interessados. Inclusive, nós queremos saber nesta Comissão, não só por meio daqueles que têm interesse em importar, como daqueles que querem proibir, qual a diferença de qualidade entre o pneu usado no Brasil, que poderia ser utilizado na remoldagem e o pneu usado que poderia vir por meio da importação do exterior para ser utilizado com a mesma finalidade. Queremos ouvir isso aqui, porque, já que a questão do meio ambiente está sendo ultrapassada pelo recurso da destruição do pneu, que de cada pneu importado será destruído um outro pneu de forma adequada no meio ambiente, resta, a meu ver, a questão comercial, com base na defesa do interesse nacional. Se, por acaso, quanto à utilização do pneu usado, ficar provado que não há condição nenhuma de utilizar o pneu nacional, isso tem que ficar provado aqui, neste debate, pelo Inmetro, pela Adema.

Os órgãos competentes do Governo Federal têm que demonstrar que o pneu brasileiro pode ser usado para remoldagem, ou os interessados na industrialização têm que provar, por exemplo, que não podem usar o pneu brasileiro com esse objetivo de industrializar. Ao final, se a indústria nacional de pneumáticos pode importar, por exemplo, borracha do exterior, por que não importa para a produção do pneu a borracha, por exemplo, do Acre? É uma questão de qualidade. Se é questão de qualidade, só é válida para as indústrias nacionais de produção de pneumáticos e não é válida para aqueles que produzem o pneu remoldado? São perguntas que devem ser respondidas nesta audiência para que, tanto o Valdir Raupp, que é Relator nesta Comissão, e eu, que sou Relator na Comissão de Assuntos Sociais, cheguemos a uma conclusão. Porque, do contrário, ficam dois times jogando – um de um lado e outro do outro – e o nosso time único e exclusivo é o time brasileiro, é a sociedade brasileira, que defendemos de corpo e alma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra, Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador, minha pergunta, de qualquer forma, não é inválida. Falei exatamente sobre essa diferença, mesmo sendo retirada, existe essa idéia, por isso estamos aqui, para tirar as dúvidas e esclarecer. Como será feita essa distinção. Esse tema é (inaudível)...Não é só uma questão de garantir as carcaças, que serão remoldadas e não serão usadas. Como é que vamos fazer essa distinção e quais os mecanismos. São essas dúvidas que temos. Por isso fiz a pergunta independente do seu relatório ter sido retirado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Vamos ouvir então os eminentes expositores.

Com a palavra Dr. Cláudio Langoni, do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. CLÁUDIO LANGONI – A primeira questão é sobre a nomenclatura.

Você pode chamar o Túlio, que jogava no Gama e agora está no Juventude, de Ronaldinho. E o Ronaldinho de Túlio. Mas o Túlio será sempre o Túlio, e o Ronaldinho sempre será o Ronaldinho.

A proposta de substituir a terminologia bem usado por uma matéria-prima, ela é, do nosso ponto de vista, inviável. Essas nomenclaturas estão dadas por uma padronização internacional. O Brasil pode importar a CFC para reciclar e substituir o gás de geladeira quando se faz a troca do gás de geladeira. Mas a prioridade deve ser o Brasil recolher o gás que está nas geladeiras que ainda usam CFC, reciclar e usar o seu próprio. Achamos que essa questão não tem solução

simples, e ela obedece a lógica de uma nomenclatura internacional onde bem usada, bem usado. Há uma conexão entre essa discussão aqui e o contencioso da União Européia. A comitiva da União Européia a primeira coisa que fez quando veio ao Brasil foi ir ao Paraná. A União Européia está entrando com um contencioso agora, já decidiu, que ela tem um problema a partir do ano que vem. Ela tem que pegar 80 milhões de pneus que iam para o aterro e jogá-los para um lugar. E ela não resolverá isso dentro de seu território. Ela resolverá isso com uma destinação que eles dispõem como ambientalmente adequada que é mandar esses pneus para países pobres. Todos aqui admitem que cerca de 30 a 40% dos pneus que vêm nos contêineres são inservíveis. Agora, se a gente estabelece quota de obrigatoriedade para recolher pneu inservível, e a quota já vem, a matéria-prima e a quota juntas, aí não nos parece que seja razoável essa lógica. Os dados que MDC tem dão conta do seguinte, comparando o número de pneus usados que entraram no Brasil em 2004 versus o preço, temos pneu sendo comercializado custando 73 centavos de dólar por peça. Seria interessante que se colocassem aqui essas comparações entre preço do pneu que chega aqui, porque a destinação ambientalmente adequada reconhecida pelos europeus como mais barata é mandar para países pobres. A grande pergunta que temos é: por que a União Européia não abre seu mercado para a entrada de pneus reformados no Brasil? Nós entramos com um a lógica de reciprocidade de mercado. A União Européia é radicalmente contrária ao ingresso de pneus reformados daqui para lá. E se nós estivéssemos falando então de igualdade de mercado, nós poderemos provocar a União Européia a fazer isso. Temos uma posição contrária a isso. A questão levantada aqui sobre o Uruguai, quero registrar que o Brasil foi contrário ao pleito do Uruguai. O Uruguai hoje manda por ano para o Brasil 65 mil pneus, e o teto permitido ao Uruguai, na decisão do Tribunal Arbitral é 130 mil pneus por ano. Portanto, mesmo que o Dr. Simeão queira se instalar no Uruguai a convite do Governo uruguaio, o Tribunal Arbitral do Mercosul não permite uma quantidade superior a 130 mil pneus/ano. E nós discutindo essa questão no âmbito dos Ministros do Meio Ambiente do Mercosul, porque a Argentina agora tem um contencioso desse tipo e está associada ao Brasil para evitar essa questão, porque a prerrogativa aberta pela decisão do Tribunal Arbitral abre um buraco para a União Européia, e nós estamos falando do seguinte: Temos 65 mil pneus/ano que entram via Uruguai, e temos milhões de pneus que vêm via União Européia. Se a OMC abriu o mercado brasileiro para a entrada de pneus usados da União Européia, como matéria-prima, ou seja, que

nomenclatura for, o Uruguai perderá absolutamente a oportunidade de mercado no Brasil. O Uruguai perde porque não dá para competir com o custo de matéria-prima ou de bem usado como esse, que é a destinação de resíduo mais barata que temos.

Por último, eu gostaria de registrar que esse debate sobre a questão dos pneus em geral, sobre como o Brasil resolverá esse problema, deve ser analisado sob um ponto de vista estratégico. Precisamos considerar que é muito importante envolvermos a sociedade brasileira nesse debate, porque há um contencioso, que o Brasil já decidiu enfrentar na OMC, que gera uma jurisprudência que consideramos muito grave.

Temos depoimentos dos nossos colegas Ministros de Meio Ambiente da África do Sul e de outros países em desenvolvimento sobre pressões de países desenvolvidos para mandar outros materiais que poderiam entrar nessa lógica de matéria-prima **versus** produto. Consideramos perfeitamente possível que tenhamos a resolução dessa questão. Acreditamos que os pneus brasileiros estão aptos a serem utilizados como elemento para remoldagem.

Por último, Sr. Presidente, eu gostaria de informar que procederei à leitura de duas frases sobre o questionário que fizemos aos órgãos estaduais de meio ambiente sobre a sua situação em relação a pneus inservíveis. Todos eles apontam a mesma realidade, inclusive o Paraná, que, respondendo à pergunta “Quais os problemas identificados quanto à coleta, ao armazenamento e à destinação final de pneumáticos inservíveis”, diz o seguinte: “Não dispomos de dados relativos à coleta e ao armazenamento de pneumáticos inservíveis. Com relação à destinação final, tivemos um problema isolado, relativo a um depósito clandestino de pneus a céu aberto em Almirante de Tamandaré. Além desse, continuamos enfrentando o problema de destinação final de pneumáticos inservíveis em aterros sanitários ou mesmo em vazadouros de lixo urbano a céu aberto. Não dispomos de dados relativos à coleta de pneumáticos inservíveis. A princípio, não nos parece ser suficiente, tendo em vista ainda existir o lançamento de pneumáticos inservíveis em locais não adequados”. Assinado pelo Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, janeiro de 2005, com a resposta similar de todos os órgãos ambientais do País. Portanto, pode haver uma discrepância entre a informação prestada aqui e a informação técnica que recebemos do órgão ambiental, mas estamos nos valendo do questionamento formal, feito pelo Governo brasileiro, sobre a capacidade do Governo do Paraná de resolução desse assunto, o que demonstra que a situação no Paraná tem uma similitude em relação a todos os outros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Presidente da Associação de Fabricantes de Pneus, é isso?

O SR. PAULO FERNANDO MOREIRA – Associação Brasileira do Segmento da Reforma de Pneus.

Muito obrigado, Senadora Serys Slhessarenko, pela oportunidade de trazer esclarecimentos a algumas questões potencialmente conflitantes e, principalmente, por poder iluminar um pouco essa questão da importação ou não de pneus para fins de reforma e o porquê da utilização ou não de pneus nacionais.

Devo esclarecer à Mesa, agradecendo o aparte de V. Ex^a, que o Brasil é o maior importador, do ponto de vista relativo, de pneus de cargas do mundo. Quantitativamente, temos uma pequena diferença para os Estados Unidos, que têm uma demanda de pneus três vezes maior que a nossa.

Processamos, no Brasil, a reforma no segmento de pneus de carga prioritariamente e quase totalmente carcaças nacionais. Essa é um questão de cultura e de procedimento econômico. Os nossos transportadores, sejam eles de carga ou de passageiros, há muitos anos, incorporaram em suas planilhas de custo, até por necessidade econômica, a recapagem de pneus ou a recauchutagem de pneus. Isso tem feito com que o custo final do pneu tenha um resultado um pouco maior que 40%, se comparado inicialmente ao custo do pneu novo.

Fazemos isso historicamente e há muitos anos com carcaças nacionais, que reputamos de excelente qualidade para essa finalidade.

De alguns anos até então, um coadjuvante muito importante apareceu nesse mercado, que foi a desastrosa situação das nossas rodovias. Uma quantidade que não sei explicitar, mas é extremamente representativa de acidentalidade, tem impedido que os pneus cheguem em condições técnicas compatíveis com a reforma ao nosso segmento.

(Fala fora do microfone)

Por enquanto estou falando de pneus nacionais.

A indústria de pneus tem destinado ao Brasil, pelo menos pelos números que me constam, um número próximo de quatro milhões de pneus – o Dr. William pode esclarecer melhor essa questão – destinados aos segmentos de transporte e de equipamentos originais bem como ao mercado de reposição.

A demanda de pneus no segmento de reforma, hoje, tem-nos pressionado a volumes muito maiores de 10 milhões. Nós alcançamos atualmente um quantitativo de nove milhões de reformas de pneus para o

setor de transporte, seja ele de transporte de carga ou de passageiros. Evidentemente, uma carcaça de pneus, para ser reformada, deve obedecer às mesmas características estruturais de um pneu novo, porque trabalhará em condições de competitividade com aquele – seja em velocidade, em volume de carga ou em peso por eixo.

Houve em 2004 e até hoje uma deficiência bastante grande no suprimento de pneus no mercado. A imprensa noticiou esse fato, que ocupou, em destaque, as primeiras páginas dos principais veículos nacionais. V. Ex^a, que tem uma convivência muito grande com o segmento de transporte, sabe que os nossos transportadores estão carentes do abastecimento de pneus.

No setor de automóveis, a questão é um pouco mais complexa e passa também por um aspecto cultural e econômico. Não acredito que a carcaça brasileira ofereça deficiência em relação a carcaças de qualquer país fabricadas no mundo, até porque as indústrias que aqui produzem esses pneus o fazem com igual condição e tecnologia de qualquer outro país por mais desenvolvido que ele esteja no mundo. As nossas condições de uso, todavia, tem trazido aos pneus uma extraordinária degeneração durante o seu uso, seja no perímetro urbano ou nas rodovias.

No País, o pneu é, mais ou menos, igual paletó de gente pobre: não tem tamanho nem cor; no verão, é guarda-chuva; no inverno, é cobertor. Ele vai degradando, numa categoria socioeconômica, até ocupar o que o nosso amigo João Arthur, sobrinho do Senador Flávio Arns, chama de “pacheco”, que são os automóveis Passat, Chevette e Corcel. Nessas condições, eles desaparecem sem ter oportunidade de chegar ao segmento de reforma.

Não sendo um porta-voz desse setor especificamente, mas tentando trazer um pouco de luz a esse debate esclarecedor, nos países da Europa, como foi dito aqui, existe uma inclemência muito grande das questões climáticas e ambientais, fazendo com que haja a necessidade imperativa, até por questões econômicas e de insegurança, da troca de pneus até duas vezes por ano. Esses pneus são descartados em condições de carcaças extraordinariamente favoráveis em relação aos pneus brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha (PMBD – TO) – Dr. Paulo, ofereça as suas conclusões.

O SR. PAULO FERNANDO MOREIRA – Não entendemos o porquê do excesso de importação. Se precisamos – disseram aqui – de 2,5 milhões de pneus, pelo menos do ponto de vista de um dos debatedores, para o segmento de remoldagem, a situação deve-se pautar a isso. Se temos uma deficiência de abastecimento de pneus para o setor de transporte que impede

que se possa alcançar potencialmente um milhão de pneus, 500 mil pneus, é uma questão a ser estudada e ela deve-se ater a isso. O resto entendemos que seja uma questão absolutamente de interesse que não atende às necessidades do País. Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Dr. Alfredo Lobo, do Inmetro.

Dr. Alfredo, sente-se aqui.

O SR. ALFREDO LOBO – Obrigado, Senador. Gostaria de fazer um comentário acerca da observação da ilustre Senadora Serys Slhessarenko, particularmente com relação à carcaça. A carcaça nacional tem origem em um pneu novo certificado pelo Inmetro, com base em requisitos, em normas técnicas que adotam requisitos semelhantes aos países pelo mundo afora. Portanto, é uma carcaça semelhante à carcaça importada.

Creio que a questão central não é se a carcaça nacional é melhor ou pior do que a importada. O fato é que, quando a carcaça é nacional o que fizemos, como tivemos a oportunidade de dizer na nossa fala, foi inserir no Regulamento como primeira etapa do processo de certificação do pneu reformado a inspeção técnica da carcaça, envolvendo medições feitas por inspetor especializado.

O fato é que, quando rejeitamos uma carcaça nacional, assumimos o ônus de uma disposição de um produto que é nosso. Mas, quando temos que fazê-lo, para disponibilizar um produto importado, estamos assumindo o ônus dos outros, ou seja, eles estão-se livrando de um grande problema e nós estamos assumindo esse problema. Essa é a questão central. Quer dizer, tanto a carcaça nacional como a importada têm que passar por uma inspeção para verificar se ela presta ou não para reforma. A questão central é esta: quando rejeitamos a carcaça importada, estamos resolvendo um problema de disposição dos outros.

Senador Leomar Quintanilha, se me permitir, queria aproveitar o ensejo para fazer uma observação rápida em relação àquela pergunta do ilustre Deputado Gabeira, ou seja, por que não questionamos a Colway em relação àquela nota técnica que vem sendo usada indevidamente. Demos um tratamento semelhante ao dado em relação a uma informação indevida que também a Colway vinha transmitindo no sentido de usar a mídia para dizer que o pneu Colway é o único de certificação nota 10 pelo Inmetro. Isso é tão inverdadeiro como a afirmativa que fez de que mudamos a resolução por pressão do então Senador Roberto Requião, que realmente compareceu espontaneamente a uma reunião de uma comissão técnica lá no Inmetro, o que foi de nosso agrado. Mas o fato foi que,

quando S. Ex^a lá compareceu, já estávamos em consulta pública para rever a resolução anteriormente em vigor, a portaria anteriormente em vigor, por um fato muito simples: o prazo inicialmente negociado com o setor se estava esgotando sem que o setor de reforma – mais de mil reformadores, muitas vezes pequenas empresas – estivesse preparado, tivesse feito os investimentos necessários inerentes a um processo de certificação. Então, o setor veio ao Inmetro e negociou conosco uma dilatação do prazo. Quando o então Senador Roberto Requião lá compareceu, estávamos em consulta pública para dilatar o prazo, que é esse novo prazo de 1º de julho de 2006. Em absoluto o fizemos por pressão e muito menos mudamos a resolução, que foi no sentido de dilatar prazo. Não houve nenhuma mudança por pressão das multinacionais de pneus, como se afirmou.

O que fizemos foi dar um tratamento da seguinte ordem: antes de remeter à Justiça, tratamos a coisa administrativamente. Fizemos uma notificação tal como fizemos agora no último certificado pelo Inmetro, com nota 10. Fizemos uma notificação administrativa alertando que aquilo era uma informação indevida e pedindo que mudasse a propagando, o que foi feito. Parou de fazer a propaganda. O mesmo tratamento demos em relação à nota. Mas realmente fomos surpreendidos aqui ontem com um *folder* que fala da nota técnica como posição oficial do Inmetro. A posição oficial do Inmetro está espelhada na portaria, no regulamento vigente e, portanto, vamos mais uma vez consultar nossa área jurídica para verificar os tratamentos devidos.

Com relação à ameaça que ele me fez de ir para a Justiça, gostaria de lembrar ao Dr. Simeão que ele já foi à Justiça, fez uma representação criminal contra a minha pessoa que, sem maiores defesas de nossa parte, foi rejeitada pela justiça em primeira instância.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Voltamos à lista de oradores.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, acho que só faltou, não sei qual foi o órgão, em relação a uma resposta... Se há mecanismos de controle para fazer essa separação do que é carcaça tanto na entrada quanto no País.

O SR. ALFREDO LOBO – Eu posso fazer rapidamente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O que é carcaça o que é pneu usado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Solicitaria que fosse bem objetivo.

O SR. ALFREDO LOBO – Isto demanda uma inspeção por um profissional especializado com instrumentos de medição.

O fato é que é possível, mas logisticamente falando você fazer uma inspeção antes disso ser exportado para o Brasil pneu a pneu vai inviabilizar hoje esse pneu usado. O importado está chegando no Brasil a custo zero.

Se tivermos que fazer essa inspeção ela é possível, mas criarmos um mecanismo que obrigue uma inspeção lá com o profissional especializado, com instrumentos devidamente calibrados irá inviabilizar a exportação de pneu usado para o Brasil ou vai, pelo menos, dificultar muito, vai onerar o processo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, para complementar o que disse o representante do meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra V. Ex.^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Gostaria de me referir à Portaria nº 133, de 27 de setembro de 2001 do Inmetro que faz a distinção muito clara entre carcaça, pneu reformado, recapagem, recauchutagem, remoldagem, pneu usado e pneu inservível que são expressões bem distintas, terminologias bem distintas utilizadas por uma portaria do Inmetro.

Por exemplo, o que é carcaça? É uma estrutura resistente do pneu constituída de uma ou mais camadas sobrepostas de lonas.

O que é pneu usado que o representante do meio ambiente não soube explicar? Pneu usado é aquele que foi submetido a qualquer tipo de uso ou desgaste. Significa dizer que ele é usado, mas ele pode ser utilizado na estrada, não é?

O que é pneu inservível? É o pneu que apresenta danos irreparáveis em sua estrutura. Além disso, Sr. Presidente, o pneu reformado é o que passou por um dos seguintes processos: recapagem, recauchutagem ou remoldagem.

Recapagem é diferente de remoldagem e também é diferente de recauchutagem. O pneu reformado, quem diz isso é o órgão técnico através de uma portaria, o Inmetro. Pneu usado é o que passou por um dos seguintes processos para reutilização de sua carcaça: recapagem, recauchutagem ou remoldagem.

Recapagem é o processo pelo qual um pneu é reformado pela substituição de sua banda de rodagens e recauchutagem é o processo pelo qual um pneu é reformado pela substituição de sua banda de rodagem e dos seus ombros. Pneu também tem ombro, segundo o Inmetro e a remoldagem é o processo pelo qual um pneu é reformado pela substituição de sua banda de rodagem, dos seus ombros e de toda a superfície de seus flancos. Daí que é considerado quase um pneu

novo. Esse processo também é conhecido como recauchutagem de talão a talão.

Quero crer que com uma portaria de um órgão técnico como o Inmetro definindo a situação diferenciada de cada um dessas terminologias, espero, Senadora Ana Júlia, que eu tenha satisfeito a V. Ex.^a.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – V. Ex.^a, se me permite, até incluiu as definições no substitutivo ao projeto de lei.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Exatamente, no substitutivo tem alguns: pneus remoldados, pneus recauchutados e pneus recapados fazendo a distinção entre cada um deles baseado justamente em uma portaria do Inmetro.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Dr. Márcio Rosa, do Ibama que quer fazer uma consideração a respeito do que foi colocado.

Em seguida, o Dr. Francisco Simeão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu queria só dizer que não esclareceu, Senador porque não é a dúvida do que cada um significa, mas se há o controle disso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Inmetro é que vai fazer essa distinção.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES – Por favor, a minha intervenção é justamente no sentido de esclarecer essa dúvida. O Ibama, ao longo desses três anos em que vem acompanhando a Resolução nº 258, se obrigou a conhecer um pouco de comércio exterior também. Então, fazemos o controle da importação de pneus no Brasil. E o grande problema que existe, e foi apontado aqui pelo Secretário, é o problema de distinguir.

Temos três nomenclaturas de importação, no caso. Basicamente são três grandes grupos: o pneu novo, o pneu usado e o pneu reformado. Dentro dessa categoria pneu usado cabe tudo. Todas essas definições do Inmetro vêm no mesmo contêiner, sem nenhuma distinção. Então eu não tenho como fazer esse controle prévio da importação. Só posso fazer o controle, como falou o Dr. Lobo, no momento em que o contêiner chega aqui, ou antes de sair, se eu colocar um técnico lá distinguindo carcaça do que é pneu usado. Porque a nomenclatura comum é uma só, a NCM que vem na licença de importação é uma só. Esse é o problema.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Permite-me um aparte?

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra V. Ex.^a.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Porque este debate justamente permite que várias opiniões sejam manifestadas. A preocupação, que é de todo mundo, é no sentido de que essa questão do pneu atenda os interesses nacionais, em geração de emprego, de renda, de preservação do meio ambiente, transparência, todos esses aspectos.

Então, a grande dúvida realmente é pneu usado. Inclusive, no projeto original constava pneu usado com uma contrapartida ambiental muito severa que, teoricamente, inviabilizaria a importação. Nós tiramos isso, em função dos debates todos das comissões, já no ano passado e tudo. Mas existem sugestões, inclusive dos reformadores, para que haja, previamente ao embarque, a raspagem do pneu. Aí não haveria mais dúvida alguma de que estivesse entrando um pneu meia vida para ser comercializado como pneu meia vida, porque aí você eliminaria essa possibilidade. Porque esse é o grande debate.

Tanto que o pessoal colocou o item de que são necessários mais ou menos 4 milhões e vêm 10 milhões. Onde estão os outros 6 milhões. Eu diria que isso vem prejudicando, seis milhões de pneus para a indústria de pneus novos. E, ao mesmo tempo, seis milhões de pneus que provavelmente estarão sendo vendidos como usados, como de meia vida, no caso, e não como matéria prima.

Mas existem mecanismos. Por isso acho que, fruto deste debate, Sr. Relator, Sr. Presidente, ainda existe um espaço para sentarmos, discutirmos, para ver se ainda existem alternativas que dêem essa segurança. Porque ninguém vai querer, no Brasil, que entre pneu meia vida para ser usado como meia vida. Isso já foi abandonado. Não é isso. Até para ajudar o Ibama.

Acho que existem mecanismos. Se nos sentarmos e discutirmos. O que aconteceu foi uma radicalização muito grande, também. E o pneu existe na nossa realidade está aí, está aí o pneu novo, o recauchutado, o reformado. Precisamos achar essas soluções.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES – Não tenho dúvida. Acho que precisamos, efetivamente, debater esse tema. E a única questão é que, efetivamente, se essa raspagem for feita lá, reduz bastante o nosso problema aqui, porque boa parte do resíduo já fica lá e teríamos uma garantia maior de que esse pneu seria matéria-prima.

Agora não podemos esquecer duas coisas. Primeiro, duvido que eles tenham interesse em fazer esse trabalho lá e mandar o pneu para cá já pré-qualificado para a remoldagem. Esse é um primeiro problema. O segundo problema é que não existe essa nomenclatura de carcaça preparada para a remoldagem no sistema

comum de comércio exterior, então, teríamos que criar isso também.

Torno a dizer que entendo que a proposta que nós apresentamos é uma proposta que parece uma alternativa mais interessante, porque nós resolvemos o problema da coleta de pneus, resolvemos o problema da oferta de pneus, que está sendo reclamada pelo setor de remoldagem, e resolvemos o problema da segurança veicular, que é um problema sério neste País.

Então, acho que o Brasil tem plenas condições de ser auto-suficiente inclusive na solução de seus problemas. A Europa faz isso. Por que eles não têm problema de coleta? Por que eles conseguem juntar os pneus usados deles, colocar num *container* e mandar para fora? Se conseguíssemos só reunir os pneus, nesse sentido, o Paraná rodando limpo, e todos os outros programas que foram feitos de coleta têm alto mérito, porque efetivamente reduzimos um problema ambiental, na medida em que acondicionemos os pneus em melhores condições, etc., não tenho dúvida de que o ponto de troca – que, aliás, é o que a Espanha, por exemplo, usa – é o ponto ideal para fazer isso. O ponto de troca seria o ponto de seleção do pneu. Olha, esse pneu aqui está bom para fazer remoldagem, vai para a remoldagem. Esse aqui está bom para fazer recauchutagem, vai para a recauchutagem. Esse aqui é inservível, tem que ser disposto. Pega ele e vai ser disposto. Quer dizer, vamos reduzir o custo de coleta de pneus, vamos gerar pneus para reforma, para re-moldagem, para todas as situações e vamos, se instituímos... Por que os europeus trocam de pneu mais seguido do que nós? Porque eles têm uma preocupação com a segurança. Eles têm uma inspeção veicular que funciona mesmo. E se andarmos de “pacheco”, como foi dito, se verificarmos quais as condições dos Passat, Chevette e Corcel, vamos verificar que efetivamente os pneus andam na lona. Isso coloca em risco até quem tem pneu bom que está andando do lado, na estrada.

Então, acho que temos que trabalhar no sentido de fechar esse círculo dentro do próprio País, resolvendo não só o problema ambiental – e aí eu gostaria só de salientar mais uma pequena questão: ouvimos seguidamente o pessoal dizer a questão ambiental está resolvida com a destruição de pneus. Gente, não tem como resolver problema de resíduo. Resíduo é sempre problema. Se destruímos pneu, está gerando problema ambiental de emissões, como coloquei aqui, ou de resíduos sólidos, como coloquei aqui também, naquela transparência. O problema ambiental não se resolve. Tanto não se resolve, que a Europa quer mandá-lo para outros países, porque eles não conseguem resolver.

É isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Sr. Francisco Simeão, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Primeiro, comentando as observações do representante do Ibama, Dr. Márcio Rosa, tenho que dizer aos senhores que ele não entende do setor de pneus usados, efetivamente, muito menos na Espanha. Não existe na Espanha um sistema de governo, por exemplo, que tenha um ponto básico de seleção dos pneus: vai esse para recauchutagem, vai aquele para reforma, esse outro para um outro tipo de reciclagem, seja o que for. Não existe. O que existe lá é uma atividade empresarial como existe aqui. Aqui no Brasil também existe isso. Existem as lojas de pneus, de mercado de trocas, que já fazem isso. Eles selecionam aqueles que dão para vender para os “carcaceiros”, que levam para a indústria de carcaças e fabricam os pneus recauchutados, de automóvel e de caminhonete. Os pneus de caminhão no Brasil têm excelente qualidade, são pneus muito reforçados, e os próprios donos dos pneus tratam da sua reforma por diversas vezes, para baratear transporte. Então, já existe uma estrutura, que é similar a da Espanha.

Portanto, isso é algo para empresário fazer, algo para aqueles que têm interesse no produto promover a seleção, ter a liberdade. O capitalismo prevê exatamente isso: a liberdade de decisão e o risco de, em realizando um trabalho malfeito, ter prejuízo, em realizando um trabalho bem feito, ter lucro.

O Dr. Langoni faz uma observação aqui que é absolutamente inverídica. Ele propõe inclusive que no Brasil proponhamos, aos países da Europa, aos países do Primeiro-Mundo, exportar para lá pneus remoldados – que ele afirma, é proibido importar. Não é verdade. Quero aqui até dizer: se eu pudesse passar por alguns crivos de prova daquilo que digo em relação àquilo que tenho ouvido aqui, e essa é uma delas, e me servisse para alguma coisa, eu exportaria amanhã para a Europa, eu exportaria um *container* para cada país de pneu remoldado. E por que não exporto? Não exporto porque não há interesse comercial de exportar, o mercado do Brasil é melhor. Tanto é melhor que os europeus querem vender os pneus para cá, e não se desfazer do seu lixo. Então, para que vou disputar lá e onde tenho que vender mais barato? É só por isso. E tem mais uma informação importante – e coloco aqui para o Dr. Langoni: se ele tem alguma dúvida, ele que me diga. Olha, se você provar, vou mudar de idéia. Ou você me prova uma série de tudo o que digo aqui, tudo, nos *folders*, é verdade e posso provar. Não digo nada que não posso provar. Então de que gostaria? De

que o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama, o Senado Federal me colocasse, me prove todos esses fatos e daí você pode trazer a sua matéria-prima. Eu faria. Pois não, Senador. Desculpe

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Desculpe interromper, mas estou inscrito para falar depois. Mas não seria o caso de ...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Senador Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não seria o caso de a empresa fazer. Esse é um assunto que merece que se gaste tempo. Há muita coisa aqui no Senado, no Congresso, que demora muito tempo indevidamente, esse não, esse merece porque a questão é realmente complexa. É razoável que os empregos que se ganham na fábrica de modelação de remoldagem existem, é evidente que sim, mas também perdemos empregos naqueles que fabricam o aço, por exemplo, no caso do meu Estado que fabricam a matéria-prima que é utilizada na confecção do pneu novo. Mas queria apenas uma questão. Não é razoável fazer um teste? Exporte para a Europa mesmo que custe um pouco, mesmo que não tenha interesse comercial. Não seria válido fazer esse teste? O senhor estaria resolvendo a questão.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Se eu ganhar com isso a sua simpatia eu faria isso imediatamente. (Risadas.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O senhor tem a minha simpatia. Estaria me ajudando a decidir.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Na próxima reunião vou lhe trazer os documentos de embarque e a prova de que embarquei pneu remoldado para a Europa. O senhor tem algum país de preferência?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não, não tenho, mas pode ser a França.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Estados Unidos?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Pode, pode, qualquer deles.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Não, um contêiner. Tem que ser um contêiner. Exportar um contêiner para a França, um contêiner para a Europa, um contêiner para a Inglaterra, um para os Estados Unidos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não, é o que estou dizendo, esse assunto não tenho... Ele é polêmico, quero ouvir todas as opiniões, mas esse é um dado importante. Vamos fazer um teste.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Perfeitamente.

Veja o senhor outra informação que é importante. Não há proibição dos Estados Unidos sobre a importação de pneus usados. Os Estados Unidos importam pneus usados da Europa e a Europa importa pneus usados dos Estados Unidos.

Tenho um gráfico aqui. Essa atividade de pneus usados como recapagem, como matéria-prima é enorme, é uma atividade grande no mundo inteiro. Deixei um gráfico para os senhores verem com a fonte na *Internet* que pode ser consultada, mostrando, por exemplo, que a Europa importa mais pneus usados do que exporta. Está demonstrado, importa mais do que exporta pneus usados. Está aí dito. E nos Estados Unidos, mostra também, que 77% são reciclados de diversas formas, depósitos. Enfim, tem o gráfico aí a fonte para consulta.

Nós que conhecemos esse setor muito bem no mundo inteiro temos acompanhado isso. Então essas preocupações todas manifestadas aqui têm um objetivo e sem dúvida é um objetivo comercial. Desassossegadamente, por exemplo, quando vêm me falar em nome da Anip, da *Goodyear*, da *Firestone*, da *Pirelli* e todos os seus demais associados um ex-Presidente do Ibama que está aqui conosco, um ex-Presidente do Ibama. Sempre digo essa proximidade do Ibama com a *Goodyear*, *Firestone*, *Pirelli* é algo que nos desencanta, que nos levou às barras dos Tribunais, até porque não encontramos nenhum ambiente de bom senso para discutir da forma que o senhor coloca para mim. Faça isso, como o senhor está me dizendo, e vou ter simpatia. Pois eu vou fazer. Então essa oportunidade é que tenho pedido há muito tempo ao Ibama e não tem conseguido. E sei que tiver um ex-Presidente trabalhando conosco lá no Ibama seria muito mais fácil. Sem dúvida nenhuma.

Mas respondendo especificamente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedi a palavra a V. Sª.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Vamos aguardar que ele conclua.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Até porque quero estabelecer o debate aqui e não chegamos a uma conclusão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Sr. Simeão.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Aqui foi colocado, por exemplo, que a matéria-prima de lá é muito mais barata do que aqui e que 0,73 é o que consta das guias. É verdade. Mas custa além disso transporte, custos de liberação portuária, tributos, 25% de taxa de renovação da marinha mercante, ou seja,

as carcaças importadas custam mais caro do que as carcaças brasileiras, considerando a qualidade evidentemente. Tem um aspecto que precisava ser dividido. O que é meio ambiente e o que não é meio ambiente. O projeto de lei e a Resolução Conama 258/99 estabelece para liberar a importação de pneus usados é necessário previamente coletar no Brasil e destruir e provar na liberação aduaneira que foram coletados idêntica quantidade no território brasileiro daquele produto e destruído. Portanto, se a importação de 7,5 milhões de pneus no ano passado continuar sendo feita nesse critério, que é a forma melhor de fiscalizar, não se libera mercadoria nenhuma sem que haja contrapartida aqui. Portanto, a preocupação dos 80 milhões da Europa que terão que ter outra destinação no ano que vem, claro que não virão para cá. Porque para que viessem para cá – é uma suposição, uma subjetivação que nos impede de trazer matéria-prima. Não tem lógica. Se a determinação é que para liberar na Aduana pós-importações, tem-se que provar que coletou e destruiu idêntica quantidade, evidente, o passivo ambiental é zero. São 7 milhões que entram e 7 milhões que são coletados, saldo zero para o meio ambiente. Teríamos que primeiro coletar no Brasil. Até não existe este pneu em adicional tanto grande no País para coletar.

Sobre a importação do ano passado de 7,5 milhões, vou me atrever a dar alguma avaliação, já que nunca estudei isso aprofundadamente. Mas a fabricação de 2005, de pneus remoldados deve alcançar 3 milhões de pneus. E as importações do ano passado devem servir para a fabricação desse ano. Nunca se tem a importação e no mesmo minuto nasce o pneu remoldado. Ele vai para o estoque, entra no processo de produção. Temos hoje um estoque estratégico, porque há um litígio permanente com o Ibama, um litígio com o DECEX que é permanente. Nós, empresa, temos que ter um estoque para suportar, às vezes, 3, 4 meses de mercadoria presa no porto. Só a BSColway, do ano passado para cá, estocou 1 milhão de carcaças. Estão lá para qualquer um ver. Então, está justificado pelos 1 milhão de carcaças dessas que estariam faltando. E outras empresas, naturalmente, também fazem o mesmo. Não somos os únicos remoldadores do Brasil. Mas, de qualquer forma, nessa avaliação preliminar, chega-se à conclusão que, efetivamente, tem sim quem esteja trazendo pneu meia-vida, para uso meia-vida. Se formos analisar no aspecto ambiental, isso não tem problema nenhum. Porque, no aspecto ambiental você trouxe 7,5 milhões, e antes disso tirou do meio-ambiente 7,5 milhões, então é zero. Onde pega? É o maior problema do Brasil hoje, chama-se emprego. Esse é o abacaxi. Se vier o pneu meia-vida, é evidente que vai gerar um número de emprego reduzidíssimo em rela-

ção à atividade de fabricação de pneus novos da ANIP, e também, que nos prejudica. Somos contra, por duas razões: uma é em razão do emprego, somos patriotas, temos programas de geração de emprego, e a outra, porque também concorre conosco e nos tira mercado. Pneus usados não tira mercado só das empresas representadas e conduzidas na Associação pelo senhor Villien. Também para nós é um problema sério. E somos contra. Mas existe forma de controlar com muita facilidade, sem esse tipo de coisa de ir lá no exterior, de raspar o pneu, de criar problemas secundários e aumento de custo. É só conferir no faturamento das empresas. Então, como são poucas as empresas, nós deveríamos ter na lei, que faço como sugestão agora, uma obrigação de encaminhar nossas informações com cópia do que foi entregue para a Receita Federal e para o Fisco estadual a prova dos pneus que nós vendemos. Se provarmos os pneus que vendemos, e sobre eles recolhemos tributo, mostrarmos com transparência o que fizemos com o resto das carcaças, ou estão estocadas ou foram destruídas porque houve perda no processo industrial, e nós podemos então dizer isso. Se tiver a perda no processo industrial, podemos então comprovar isso também como atividade industrial e fica resolvida a prova.

Então, no aspecto ambiental, em nenhum momento, desde a importação. E o controle é também bom.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para fazer as suas conclusões.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Pois não, Sr. Presidente.

No pneu remoldado, por exemplo, geram-se quase 4 empregos diretos para cada um gerado na indústria de pneus novos.

Houve um questionamento da senhora sobre Basiléia. Se Basiléia aborda

Pneus usados ou não aborda. Não aborda. Não existe a palavra “pneu” na Convenção de Basiléia.

(Interferências fora do microfone.)

Na língua que for. Seria o caso de “tyres”, mas não existe a palavra “tyres” também lá.

E o interesse nacional. Temos de pensar no meio ambiente. Ninguém fez um trabalho melhor para o meio ambiente do que realizamos aqui, sob o aspecto dos pneus. É só procurar na história e verificar quem fez o trabalho e quem não fez o trabalho.

E a defesa do interesse do consumidor. Ele tem um produto para decidir se ele vai comprar esse ou vai comprar aquele, por um preço mais barato.

Tenho de colocar o fecho aqui, sobre o Inmetro. Quando formos certificados pelo Inmetro, não tivemos uma sequer não-conformidade na primeira auditoria.

Isso nunca aconteceu em inspeções de certificação de qualidade. Sempre ficou uma peninha, alguma coisa mínima, mas ficou. Marketing para nós, claro, que passamos a dizer que éramos nota 10 no Inmetro. Alertados pelo Inmetro de que não tinha pontuação - nós nos demos a nota 10, porque realmente tiramos nota máxima e achamos que a nota máxima podia ser dito como nota 10, mas não foi por má-fé -, passamos a dizer, então, que realmente o Inmetro nos certificou e que somos nota 10 em qualidade. Em qualidade, julgamos que a nossa nota deve ser 10. Daí, ninguém nos incomodou para mudar esse texto.

A Portaria 062/01 do Inmetro, quando o Dr. Lobo disse que estava em estudo para rever, não tinha sido nem publicada. Foi depois que ela foi publicada e, depois, ela foi revista. Ela foi revista para mudar a definição do pneu remoldado. Houve uma encrenca muito grande durante a regulamentação, porque as multinacionais, representadas pela ANIP, queriam que disséssemos que era um pneu usado. Nosso pneu, depois de fabricado, não é um pneu usado. Ele não é usado. Vejo isso aqui ser dito diversas vezes. Ele tanto é usado que Curitiba, na Receita Federal, acha que temos de pagar o IPI do pneu novo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – E não é mesmo.

Na nota técnica, ela foi emitida pela Inmetro. Foi legítima. Nunca ninguém disse que ela não valia.

Esse assunto é tão constrangedor, que não existe outra possibilidade de não trazermos mesmo com uma ação declaratória, para trazer todos os testemunhos de quem participou, na época, dessa regulamentação, para trazer a verdade, que também quero trazer aqui para o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito obrigado.

Ainda há tempo...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente. É que o Sr. Simeão e eu...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem a palavra V. Ex^a pela ordem.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Estou muito tranqüila hoje, não é? Por isso, vou falar com essa tranqüilidade. Algumas vezes, eu não teria essa reação. Hoje, estou muito tranqüila.

O senhor falou aqui que todas as pessoas que questionam ou que possam ser contra têm interesses econômicos. Quero lhe dizer que eu não tenho nenhum tipo de interesse econômico. Portanto, não faça julgamentos, assim como eu não vou prejudicar as pessoas

que estão defendendo. Eu poderia, por ilação, achar que essas também têm interesse econômico.

Conheço o Senador Flávio Arns.

Eu quero lhe dizer que o senhor não pode fazer esse tipo de ilação em relação às pessoas que estão questionando, porque nosso tipo de preocupação não tem absolutamente nada a ver com questão econômica ou interesse econômico.

Então, eu quero lhe dizer isso com uma tranquilidade que, nesses casos, eu não costumo ter.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO

– Não falei, Senadora. Perdoe-me. Eu não falei. Eu me referi a outras pessoas, não... E também me referi às afirmações.

(Manifestações da platéia.)

Eu também me referi às diversas manifestações.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu pediria aos senhores que não se manifestassem.

Senadora Serys Slhessarenko, temos ainda quatro Senadores inscritos. V. Ex^a já falou.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Só meio segundo. Só meio minuto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Vou conceder a palavra a V. Ex^a, mas eu gostaria de mencionar que ainda temos quatro Senadores inscritos que ainda não usaram da palavra e V. Ex^a já. Seria importante que ouvíssemos a manifestação dos Srs. Senadores.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – É somente por causa da Convenção da Basileia.

Quem fez essa pergunta fui eu e ele se dirigiu à Senadora. Então, para mim, não ficou claro. Porque aqui, nas disposições contidas na Convenção da Basileia: embora a convenção não classifique pneus usados como resíduo perigoso, reconhece que qualquer dos países signatários tem o direito soberano de proibir a entrada do depósito de resíduos estrangeiros em seu território.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Antes de conceder a palavra aos Senadores inscritos, porque foi citado, ouviremos o Sr. Eduardo Martins, assessor de meio ambiente da Anip.

Eu pediria que fosse bastante objetivo, por gentileza.

O SR. EDUARDO MARTINS – Eu deixei o Ibama há seis anos e tenho atuado na Anip desde 2003

e temos feito um trabalho bastante positivo e produtivo com o setor.

Desde lá esse esforço chegou a uma destinação de 80 milhões de pneus, que é um volume de material difícil de ser destinado, enfrentando dificuldades, buscando encontrar e estruturar uma logística. Isso me orgulha muito.

Então, entendo que as ilações são desnecessárias, ninguém está fazendo referência a alguém que veio assessorando o outro lado. Portanto, ficar sobre fatos, tentar esclarecer por exemplo que esse número a respeito da Europa, não é importação externa da Europa, mas é movimentação entre países da Europa. Portanto, é uma contabilidade que não faz sentido. Esclarecer o Inmetro, Esclarecer o que significa isso do ponto de vista de valores.

Eu acho isso mais produtivo e significativo para a discussão do que esse tipo de ilação que o Dr. Simeão é contumaz em fazer.

O SR. PRESIDENTE ((Leomar Quintanilha. PMDB – TO)) – Agradecemos os esclarecimentos de V. S^a. Vamos passar aos oradores inscritos.

Com a palavra o eminente Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de saudar todos os convidados da nossa audiência pública e parabenizar o Senador Flávio Arns por trazer um tema extraordinariamente apaixonante, relevante...

O SR. PRESIDENTE ((Leomar Quintanilha. PMDB – TO)) – Um instante, Senador Marcelo Crivella.

Transfiro a Presidência dos trabalhos ao Senador Antonio Carlos Valadares.

(Assume a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Antonio Carlos Valadares, acho que o Senado Federal e esta Comissão estão de parabéns.

Eu tenho me debruçado sobre esse tema, em primeiro lugar, pela simpatia que tenho pelo Sr. Francisco Simeão. Eu tive oportunidade de ver o vídeo e ver o trabalho social que ele faz com os funcionários, com a sua empresa.

É algo bonito. De tal maneira que me interessei pelo tema e comecei a ler a documentação. Hoje assisti com pequenos intervalos a nossa audiência porque sou Líder do meu Partido e, a toda hora, temos de participar de alguma outra reunião, mas o ponto central, que precisamos ver aqui e que foi mencionado pelo Dr Paulo, da Associação Brasileira das Empresas que fazem remoldagem, recauchutagem e recapagem.

O ponto principal é que o Brasil, no seu projeto de desenvolvimento – e nós precisamos muito crescer. Temos 26 milhões de brasileiros que estão desempregados ou subempregados. Penso que se queremos defender o meio ambiente, temos de começar por aí.

O ponto crucial é: hoje somos importadores de milhões de pneus. Importamos milhões de pneus. E se vamos olhar esse pneu agora como matéria-prima, sem sombra de dúvida, amanhã ele será também um dejetto.

Há o que se evitar? Não. Podemos evitar. Nós precisamos de pneus, precisamos crescer. Infelizmente, a nossa matriz de transporte no Brasil é focada no rodoviário. Não temos grandes expressões de transporte ferroviário, e é nesse ponto que eu queria me ater. Se somos importadores de pneus será justo... Somos importadores de pneus ou não somos?

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO (Falando fora do microfone.) - Mas em pequena quantidade, Senador. Ela é insignificante. Somos muito mais exportadores... Trinta por cento da nossa (...) é importados. A importações de pneus novos que fazemos é considerada em o (...) de um milhão, um milhão e meio no máximo de pneus, para complementar determinados pneus específicos para produtos regionais.

Então a importação de pneus novos é insignificante ao volume total...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Duzentos milhões...

Duzentos milhões de dólares não é tão insignificante.

Duzentos milhões de dólares é alguma coisa.

O que eu queria estabelecer aqui, Sr. Presidente, é que ... há uma necessidade na nossa marcha de desenvolvimento de mercado para o pneu remoldado. Hoje adotamos uma política neoliberal, econômica neoliberal, nós permitimos, para dando nosso patrimônio, projeto de privatização extraordinário, fluxo de capitais, pagamos juros altíssimos, exatamente para nos apegarmos à regra de mercado. E existe neste País, Dr. Cláudio Langoni, um mercado para pneu remoldado. Existe e não podemos negar isso, existe, com aquele preço, com aquela especificação, de tal maneira que eu acho, Sr. Presidente, que nós precisamos, diante desses fatos que apresentei, fazermos um grupo de trabalho.

Quem não gostaria de que os pneus usados do Brasil abastecessem nossas fábricas de pneus remoldados? Claro que queremos isso! Acho fundamental, resolveria toda essa questão, garantiríamos uma cadeia de suprimento e produção. Mas até que isso não seja obtido, honestamente, ouvi com muita atenção todos os argumentos brilhantes e plausíveis, mas uma coisa

não impede a outra. Se nós tivéssemos aqui um pneu remoldado que fosse, diria, uma competição, se me dissesse, se ficasse provado hoje aqui que realmente é uma competição desleal, não fiquei convencido, exatamente por causa do volume de importação.

Acho que dentro desse aspecto, precisamos sim estabelecer um grupo de trabalho, chegar a um acordo, a um consenso com o Governo, mas dentro das regras que estamos vivendo hoje no Brasil que são neoliberais, queiramos ou não. Existe um mercado. Se proibirmos vamos ter contrabando, o mercado vai encontrar outra saída, vão burlar a lei e vamos naufragar.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de concluir dizendo que temos um trabalho árduo à frente, quero consultar nossos companheiros a prestar colaboração. Meu gabinete está aberto, quero participar dessas reuniões com a ANIP, com o Ministério do Meio Ambiente, com a indústria e comércio, quero ouvir com bastante detalhe o Inmetro, a associação brasileira desses que dão destino ao pneu fundamental, mas esse grupo de trabalho tem que encontrar uma saída para que esse mercado de pneus remoldados possa ter uma parcela nesse desenvolvimento do País.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente Senador Leomar Quintanilha, Sr. Presidente Antonio Carlos Valadares, Srs. Convidados, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi atentamente a todos os depoimentos, a todos os questionamentos e respostas, e é importante que se diga aqui, porque estamos sendo ouvidos atentamente pela sociedade brasileira, por meio da TV Senado, nós que, representamos esta sociedade no Parlamento brasileiro, a maior preocupação nossa e dever é defendê-los no Congresso Nacional.

O que estamos vendo aqui, senhores depoentes, é uma guerra comercial entre as multinacionais produtoras de pneus e as empresas nacionais, sejam de recapagem, sejam reformadoras. E os órgãos governamentais, que têm a responsabilidade de defender os consumidores, tomando partido, ora a favor de uns, ora a favor de outros.

Foi dito aqui que estive visitando a empresa BS Colway. Realmente estive. E gostaria de receber o convite para visitar a Goodyear, a Firestone, porque teria o maior e imenso prazer de visitar essas indústrias que, com certeza, são de alta tecnologia.

Fui ao Paraná a convite do Senador Alvaro Dias, acompanhado do Senador Arthur Virgílio. E penso que, como disse o Senador Crivella, que todos os Se-

nadores que tiverem oportunidade deveriam visitar o projeto do Paraná, que orgulha a qualquer brasileiro que foi até lá.

Não vou entrar nem fazer juízo de valor, Presidente Leomar Quintanilha. Mas penso, como disse o Senador Crivella, e bem disse, que devemos – e o Senador Antonio Carlos Valadares já fez propostas tentando conciliar esses interesses – encontrar o meio de viabilizar e dar continuidade, porque não é somente a empresa do depoente que nos visita hoje, existem várias empresas, assim me foi informado. Se não me falha a memória, são 16 empresas que usam essa tecnologia de utilização de carcaças importadas.

A verdade é uma só. Dizem que existe a verdade de um, a verdade de outro e a verdade verdadeira. Fiquei tonto aqui. De um lado, dizem uns números; de outro, dizem outros. Estão aqui documentos dizendo que os países do Primeiro Mundo importam pneus usados mais do exportam.

Aí o depoente diz que isso não é verdade, porque é uma troca de pneus entre eles próprios, no caso da Comunidade Européia. Mas é exportação. Se a Inglaterra exporta para Alemanha, é exportação. Está aqui o gráfico mostrando de onde vem, para onde vai.

Fico perplexo e aí vou começar, Presidente Antonio Carlos, a fazer algumas perguntas para saber. Penso que incomoda muito às multinacionais termos empresas nacionais produzindo pneus – deve incomodar. É lógico que incomoda comercialmente. Mas é evidente que incomoda, porque se não incomodasse não estaríamos aqui, às 2 horas e 15 minutos da tarde, numa audiência pública. Estaríamos deixando as empresas produzindo, dando empregos a brasileiros, como os senhores também dão.

A primeira pergunta que gostaria de fazer aos nossos convidados, Sr. Presidente – não vou apontar nenhum deles, aqueles que puderem responder que o façam –, acho que a questão ambiental, que o Ibama tanto defende, e eu também não vou fazer valor de juízo do Ibama porque tenho esse valor de juízo e acho que o Ibama não é defensor do meio ambiente, não é defensor do meio ambiente. Vou repetir isso. E a TV Senado está mostrando para o Brasil inteiro. O Ibama é controlado pelas ONGs internacionais e está a serviço dos países do Primeiro Mundo e não a serviço do Brasil. Estou dizendo isso como Senador da República. E digo isso como amazônida, e é lá que o Ibama age, principalmente na Amazônia, dessa forma, principalmente na Amazônia. E isso vai vir a público. E não vai demorar muito não.

Perguntaria: Está provado que não é a questão ambiental. Quero parabenizar o Senador Flávio Arns pelo seu projeto. Ele procura dar uma solução. Por-

que o problema do pneu inservível é mundial. Todos os países do mundo querem, pelo que vi aqui, dar uma solução para essa questão desse lixo ambiental. A solução...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – A Pergunta, nobre Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já vou perguntar, Sr. Presidente. A solução de triturar e colocar na indústria cimenteira, usar como matéria prima para o clínquer, o representante do Ibama diz que tem a questão residual. Colocou aqui a questão das emulsões, das emissões, melhor dizendo, mas sabemos que têm tecnologias de filtros em que podem ser evitadas essas emulsões.

Mas pergunto: Se não é dessa forma, qual a solução que o Ibama tem para retirar do meio ambiente os pneus usados? Porque é fácil dizer que não pode ser assim, então como será? A segunda pergunta, Sr. Presidente: Qual o percentual de pneus re-moldados no mercado brasileiro? Para saber se há risco. Porque foi dito aqui pelo representante da Anip, vou tentar...: “destrói a produção, a cadeia produtiva brasileira de pneus.” Então deve ser alguma coisa enorme de produção que põe em risco. Não quero de maneira nenhuma colocar em risco a Goodyear, a Firestone, a Continental, muito pelo contrário, quero ser parceiro, as notas taquigráficas podem ser reproduzidas, se eu tiver entendido errado. “Destrói a cadeia produtiva brasileira...”. Referindo-se à produção de pneus.

Bom, a terceira pergunta que ia fazer está respondida aqui. Seria o caso de se os países do Primeiro Mundo também importam pneus usados. Parece-me que isso está reproduzido aqui na documentação que foi distribuída aos Senadores.

Era esses os questionamentos que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – O próximo orador inscrito é o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não vou formular nenhuma indagação, até porque não poderia aguardar a resposta, o Plenário do Senado nos aguarda, mas queria fixar uma posição desde já, e sobretudo dizer que respeito a luta legítima que se trava pelo mercado de pneus no Brasil. Respeito os empresários multinacionais e obviamente tenho que aplaudir a persistência, a resistência e a ousadia do empresário nacional, representado aqui pelo Francisco Simeão. Que até nesta audiência pública vem em desvantagem porque na correlação de força à Mesa ele é minoritário. Evidentemente sem prejuízo para a qualidade da sua exposição e da defesa que faz dos interesses do negócio que, com brilhantismo,

empreende no Brasil, gerando emprego, exercitando na sua plenitude a função social da empresa no capitalismo moderno e, sobretudo, oferecendo lições de preservação ambiental.

Imagino que, realmente só vendo, temos condições de avaliar corretamente o que se faz no Paraná, tanto no que diz respeito ao exercício da função social da empresa, quanto no que diz respeito à necessidade inadiável da preservação ambiental como lição permanente de amor à vida.

É evidente que o projeto do Senador Flávio Arns nos dá essa oportunidade, porque é correto sob o ponto de vista da preservação ambiental. A preocupação maior do seu projeto é a preservação ambiental. A preocupação é também a importação da matéria-prima para o desenvolvimento de um empreendimento industrial importante para o nosso País, mas é, acima de tudo, a preservação ambiental.

Quero crer, Sr. Presidente Antonio Carlos Valares, Relator desse projeto, que é sob esse ponto de vista que deve ser encarado o projeto do Senador Flávio Arns. Eu, que conheço tão bem a sua história, a sua vida, a sua respeitabilidade no meu Estado, a sua credibilidade, a sua formação, não poderia evidentemente entender de outra forma a apresentação desse projeto por S. Ex^a. E não seria respeitoso se fosse encarado de outra maneira e não desta, ou seja, um projeto que se preocupa com a preservação ambiental em nosso País como prioridade indiscutível.

Não vou fazer indagações, mas reflito sobre indagações que podem ser feitas.

Os Estados Unidos, a Alemanha, a Inglaterra, a França, a Itália, a Holanda, a Espanha, a Suécia, a Bélgica e outras dezenas de países avançados vêem a indústria de pneus remoldados em franco crescimento. Os Estados Unidos, como aqui já se falou, têm 77% de pneus reciclados.

É esta a indagação que faço para reflexão e não para resposta: esses países são mais depredadores que o nosso? Ou de forma mais simpática: o nosso País tem condições de oferecer lições de preservação ambiental àqueles?

Faço outra indagação: aqueles países necessitam mais de empregos que o nosso? Ou o nosso não estaria a necessitar de mais empregos do que aqueles?

Por que, então, impedir que uma organização de empresas possa investir nesse setor, compatibilizando – e é necessário compatibilizar – os interesses da preservação ambiental com a necessidade do progresso econômico, com a geração de emprego, de renda e de receita pública para o País? E o que se faz? A proposta do Senador Flávio Arns é exatamente a busca dessa compatibilização. É possível, sim, compatibilizar

os interesses do progresso, da prosperidade, com a necessidade inadiável da preservação ambiental.

Ouvi, aqui, de forma contundente – e o debate sempre exacerba quando os interesses são significativos: o Brasil é o lixo do mundo, o Brasil é a lixeira do universo! Enfim, é preciso considerar que as empresas multinacionais são responsáveis por 90% dos pneus colocados no meio ambiente, conforme afirma o próprio Relator, Presidente Antonio Carlos Valares, corretamente. Não podemos responsabilizar uma incipiente indústria de remoldados por aquilo que consideramos lixo atirado ao meio ambiente. O que há, de novo, na verdade, é a retirada desse lixo, exatamente porque, quem chega, agora, de forma incipiente – porque não é responsável nem por 10% do mercado de pneus no Brasil – e que oferece um preço 40%- inferior mas com a possibilidade de que esses pneus rodem em média mais de 80.000 quilômetros.

Na verdade, o que se introduz é um parâmetro para a definição de preços e, talvez, é isto que preocupa os interesses econômicos localizados. É óbvio que se nós temos à disposição dos usuários um pneu com qualidade semelhante – não quero discutir porque não sou técnico mas a possibilidade de utilização desses pneus remoldados já se comprovou que é extraordinariamente expressiva e nós o colocamos por um preço 40% inferior, nós, obviamente, estamos contendo a evolução dos preços dos pneus novos a favor do brasileiro, a favor do nosso País. Como eu não quero usar e abusar do tempo, nós queremos dizer que este modelo de preservação ambiental me parece ecologicamente correto. É evidente que podem se discutir outras alternativas, mas essa que se ofereceu até agora tem apresentado resultados expressivos, onde é empreendida – e, aí, eu tomo como exemplo o Paraná que eu conheço melhor. Portanto, este é o modelo de preservação ambiental que nos possibilita crescer economicamente e gerar empregos.

Eu vou concluir, Sr. Presidente, fazendo um apelo à reflexão, realmente, para que a decisão não signifique a redução de oportunidades de trabalho, não signifique o desperdício da oportunidade para praticarmos preços mais adequados na comercialização de pneus no nosso País e que possibilite, também, limitar os gastos com importação. Não sei se isto pode ser expressivo para uns e para outros não mas o dado que tenho é de que o País gasta US\$200 milhões/ano com a importação de pneus novos e isto me parece, sim, significativo – então, limitar gastos com a importação, gerar emprego e preservar o meio ambiente.

Eu quero dizer ao Senador Flávio Arns que, não só pelo fato de se paranaense mas por ter amor à vida e por defender uma preservação ambiental correta, é

evidente que, evitando o fundamentalismo ecológico e o radicalismo ambientalista, mas buscando os caminhos para a correta preservação ambiental, exatamente com esta convicção de que sou favorável ao seu Projeto.

E, para concluir de forma mais suave, quero fazer uma brincadeira para “distensionar”, a Senadora Serys Slhessarenko propôs a remoldagem do Projeto do Senador Flávio Arns através de uma Emenda. Mas a única remoldagem que eu estou achando conveniente e aquela que propõe o Senador Antonio Carlos Valadares e, desta forma, nós votaríamos um Projeto que eu considero de interesse do País e não do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.’

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. convidados, este assunto não está maduro – certamente não está – e eu não me convenci, ainda, a votar favoravelmente a ele. O Senador Flávio Arns, evidentemente, é um Senador de grande respeito. Pessoalmente, eu tenho por ele e aos demais uma grande amizade, mas ainda não estou convencido. Existem questão que são graves, aqui, envolvidas. Nós temos questões ambientais, questões econômicas, questões técnicas, questões de segurança. É preciso, portanto, que nós continuemos com essa discussão. Não se vai chegar a um bom termo ainda hoje.

Eu vou discordar aqui do Senador, nosso colega do Pará, Flexa Ribeiro, que colocou em relação ao Ibama. Olha, o Ibama pode ter os seus excessos, mas, de maneira alguma, eu posso concordar com o Flexa. O Ibama é um órgão importante no Brasil, é o órgão de defesa do meio ambiente, é um órgão que tem que ser prestigiado.

A questão ambiental não é uma questão secundária mais. A questão ambiental é uma questão primordial, passou a época em que a gente falava em meio ambiente do ponto de vista setorial. O meio ambiente hoje é uma questão que tem que estar no dia-a-dia de todos nós. Não é brincadeira o que nós temos visto pelo mundo afora e especialmente aqui no Brasil.

Com relação à multinacional, vamos deixar isso de lado também. Essa não é a questão que interessa aqui, não. A Petrobras é multinacional lá na Bolívia, a Embraer é multinacional lá no Salão Le Bourget, está vendendo avião lá em Paris. Então não dá pra gente ficar nessa discussão se é multinacional ou nacional. Isso não vem ao caso. Tem que se discutir é realmente a questão do meio ambiente, a questão dos empregos. Os empregos que são trazidos pela remoldagem

– evidentemente que eu sei que existem, eu sei que são importantes, não só na remoldagem mas na recapagem – mas eles são também em detrimento de outros empregos, parcialmente pelo menos, na cadeia produtiva dos pneus novos.

Então, não há que se dizer, não pode se fazer esse balanceamento dessa maneira, assim.

Outra questão que eu deixaria aqui... eu gostaria de ter realmente uma informação, um esclarecimento é sobre a durabilidade dessas carcaças. Veja bem: a carcaça é feita de **cordoalha**; cordoalha vem de metal, vem do aço. Essa cordoalha, pelas informações que tenho de seus fabricantes, não dura mais do que... ela começa a ter riscos de segurança após duas remoldagens com uma quilometragem média. Existe esse controle? Sabe-se bem se o pneu foi remoldado uma, duas, três vezes? Qual é o controle que existe disso? Nós temos condição de ter esse controle aqui?

Esse é um ponto importante do ponto de vista da segurança. Nós não podemos ficar usando... essa coisa de achar que pela Europa ter menos buraco do que as estradas brasileiras – aliás, as nossas são péssimas e eu da Oposição tenho brigado sempre por isso; não é possível continuar como está –, a questão das estradas não pode ser também uma justificativa. Eu acho que ela... por outro lado, você tem problema de temperatura, frio excessivo que também desgasta a carcaça um pouco. Então, essas coisas têm que ser analisadas de maneira adequada.

Eu termino então, Sr. Presidente, colocando essa questão da durabilidade da cordoalha e fazendo realmente essa solicitação: nós precisamos de mais tempo. É preciso mais explicações, mais esclarecimentos para que nós possamos ter uma decisão de interesse maior do País. Essa questão ambiental é primordial. Os empregos também são primordiais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O que sugere V. Ex^a, então, para maior esclarecimento?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Além dessa grande audiência pública aqui, eu acho que nós temos realmente que ter um grupo de trabalho mesmo, uma discussão menor entre nós, entre os Senadores que são envolvidos na área. Modéstia à parte eu me considero um ambientalista, sim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu aceito a sugestão de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Vamos montar então um grupo de trabalho.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu queria registrar a presença aqui do Deputado do Paraná Ricardo Barros, que veio prestigiar esse evento, muito importante para o Senado e para a sociedade brasileira.

E agora vamos conceder a palavra ao autor da proposta, o nobre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu quero, em primeiro lugar, me solidarizar também com o Senador Eduardo Azeredo nas colocações que fez em relação ao meio ambiente, em relação ao Ibama. É o grande desafio hoje do Brasil e do mundo trabalharmos todos, independentemente de Partidos políticos, a favor do meio ambiente e num processo de diálogo, de entendimento com a sociedade para que os resultados possam ser bons também. Eu acho que isso é fundamental.

Eu só quero dizer em relação ao Projeto de Lei que foi apresentado e depois da apresentação, na Comissão de Assuntos Sociais, que V. Ex^a preside – porque meio ambiente era parte da Comissão de Assuntos Sociais – foram feitas algumas audiências públicas e também fizemos inúmeras reuniões com representantes do setor dos reformados. Não fizemos com a Anip – Associação Nacional, fizemos com os remoldados, fizemos com o Governo, com vários setores do Governo e naturalmente com o projeto de lei vai sendo adequado, adaptado, discutido, melhorado, tanto que já temos inclusive um substitutivo de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, fruto desse debate que aconteceu na época, e, como o Senador Eduardo Azeredo disse, necessitando ainda de um “debruçamento” das pessoas que são interessadas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Esse substitutivo, Senador, está em suspenso até o consenso que queremos obter, envolvendo todas as entidades, envolvendo os Senadores.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Inclusive, lamentando de minha parte as expressões que ouvimos ou nos jornais, nos meios de comunicação, ou nas falas, dizendo que realmente, se o projeto de lei for aprovado, o Brasil vai se tornar a lixeira do mundo. Quer dizer, foi exatamente espírito contrário a esse que motivou a elaboração do projeto de lei. Por que isso? Foi porque pensamos que pneus existem no Brasil.

Sou do Paraná, conheço a fábrica BS Colway, que fica na região metropolitana de Curitiba. Já visitei a fábrica também e conheço todo o trabalho que é desenvolvido. Mas que pneus existem no Brasil? Existem pneus novos, existem pneus com a terminologia geral,

que são os reformados, que, inclusive, nesse sentido mudamos; o Senador Valadares mudou inclusive no substitutivo e, dentro dos reformados, estão os recapados, os recauchutados e remoldados.

Então, temos esses pneus no Brasil, sejam importados, sejam nacionais, como liminares ou sem liminares. Portanto dissemos: para cada tipo de pneu, tem que haver uma contrapartida ambiental, especificada no projeto de lei.

Foi nesse sentido o objetivo principal dessa argumentação toda. Inclusive se olharmos do ponto de vista do consumidor, que também foi abordado hoje, é bom até que as pessoas entendam, porque se pegarmos um pneu de caminhão novo, esse pneu custa R\$ 1.500,00. Se olharmos o recauchutado, com carga nacional, esse pneu está na faixa de R\$ 350,00. Quer dizer, custa 20% do preço do original. Isso para o consumidor é ótimo.

É seguro o pneu? O pneu anda 90 mil quilômetros. Um pneu novo anda 80 mil, 90 mil. Então, é o mesmo prazo de duração. É mais barato, é seguro. E aquelas borrachas que vemos pela estrada volte e meia, sempre dissemos: este é um pneu recauchutado. Era antigamente, porque, hoje em dia, o índice de segurança é 0.3 em mil e, do novo, é 0.8 em mil.

Assim, é algo que também tem que ser pensado, mas existe segurança, existe preço e, se olharmos o remoldado para o consumidor, do ponto de vista de segurança, é a mesma coisa. Também sou da opinião do Eduardo Azeredo: todos são importantes. O novo é importante, o recauchutado é importante, o recapado, o remoldado, todos eles são importantes dentro da nossa realidade. Isso do ponto de vista dos preços.

Agora, se pensarmos do ponto de vista de importados, é uma questão de bom senso. Temos que importar pneus remoldados do Uruguai. Houve uma decisão no Mercosul. Gostando ou não, estamos importando remoldados do Uruguai, e existe o debate na Organização Mundial do Comércio se não deve ser importados também da Europa.

Se isso acontece, pelo menos duas coisas temos que considerar. Esses pneus não podem entrar no Brasil sem a contrapartida ambiental. Tem que haver a contrapartida ambiental para esses pneus que também vêm da Europa, do Paraguai, do Uruguai, Mercosul, seja onde for. E o segundo fato é que não podemos permitir que empresários do Paraguai e do Uruguai fabriquem o pneu, gerem emprego lá, renda lá, imposto lá, e não gere no Brasil. Dizemos para o empresário brasileiro: você não pode fazer, mas se permite a importação dos outros países.

Creio que isso é totalmente contra o senso comum. Agora, existem dúvidas – como foi levantado no

debate com os órgãos do Governo, em que também houve explicação já anterior a esta minha fala – no sentido de se analisar a seguinte situação: se se embarcam mil pneus e somente utilizam-se seiscentos ou setecentos, como ficam os outros trezentos? Do ponto de vista ambiental, como foi dito, até não existe esse problema porque, se a pessoa importa mil, tem de demonstrar, antes do embarque, que destruiu mil. Mas isso não é correto também. Tem de ser discutido isso e, ao mesmo tempo, o fato levantado de que se estão importando dez milhões de pneus, enquanto a produção é de três milhões, com algumas explicações dadas, inclusive da formação de estoque, em função de problemas. Como podemos fazer? Estão deixando de vender seis milhões de pneus novos ou recauchutados ou remoldados, seja qual for. Temos de discutir isso porque significa menos emprego, menos renda, etc.

Nesse projeto de lei, temos de tratar ainda das liminares, que estão conturbando a vida nacional nessa área. Às vezes, uma pessoa sem vocação alguma para a área desiste de ser professor, por exemplo, e monta uma fábrica de recauchutados, remoldados e ganha uma liminar, sem fábrica, sem empregados, sem tecnologia, sem nada nessa área. Temos de amarrar melhor esses aspectos para haver compatibilização – o Simeão já sugeriu outros caminhos a serem buscados – para se ter a certeza de que o que está acontecendo está realmente de acordo com a realidade.

Essa área é assim em todo o mundo. Em todo o mundo, há o pneu novo, remoldado, recauchutado. Cem por cento dos pneus dos aviões são reformados, não são pneus novos. Não digo 100%, mas, pelo menos, 80% a 90% dos pneus de aviões são reformados no sentido de remoldados. Então, há um espaço, uma discussão. Sei que, no caso do pneu de caminhão de R\$350 que mencionei, se fosse uma carcaça importada, iria para R\$700 a R\$800. Seria um pneu mais caro. Por que é mais caro? O consumidor estaria sendo prejudicado porque justamente não existe a regulamentação adequada de acordo com a qual a pessoa tem de pagar pela carcaça também. Existem atravessadores, etc. Esse mercado tem de ser regulado e regulamentado.

Essas são observações e motivações para esse projeto de lei. Naturalmente, tudo começou em função do nosso conhecimento, mas, depois dos remoldados, fizemos contato também com outras áreas do Governo.

Como o Senador Eduardo Azeredo colocou, creio que exista ainda um espaço para sentarmos, discutirmos e ponderarmos. Tem de ficar claro que, em hipótese alguma, nenhum de nós quer fazer algo contrário ao Brasil, seja em termos de meio ambiente, seja em

termos de geração de renda, de emprego, seja em termos de criação de imposto ou o que quer que seja.

Ninguém dirá que a Associação Nacional dos Fabricantes de Pneus não é importante. Eles são fundamentais, assim como os reformadores dos pneus. São 1.600 postos de trabalho e 300 mil empregos no Brasil. Como podemos utilizar essa infra-estrutura para pensarmos numa solução definitiva e, ao mesmo tempo, nos remoldados, que também existem em qualquer país do mundo?

Estamos falando em 5%. No Brasil, há cerca de 55 milhões de pneus, considerando-se os exportados. Estamos falando de dois milhões e meio a três milhões, o que não chega a 5% ou 6% por enquanto. Mas há aquela dúvida que você levantou quanto à importação. Temos de discutir o que está acontecendo.

Senador, o projeto está em boas mãos. Eu acho que temos que discutir bem, não radicalizar, é um problema esse no Brasil, é um problema que tem que ser enfrentado – não é, Senador Eduardo Azeredo? –, e vamos chegar a bom termo nessa discussão, para que possamos nos sentar aí e chegar a uma conclusão que seja fruto desse debate. Já chegamos a conclusões aqui no Congresso Nacional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada por consenso, a reforma do Poder Judiciário, também por consenso, e a reforma tributária, também por consenso. Não é possível que não cheguemos a uma espécie de consenso na questão dos pneus, da mesma maneira, não é?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Senador Flávio Arns, corroborando a intenção de V. Ex^a em estabelecermos uma agenda de consenso para aprovação desta matéria, de minha autoria foram apresentados três requerimentos na Comissão de Assuntos Sociais, buscando esse entendimento, visando ouvir autoridades federais, segmentos industriais ligados à produção de pneumáticos no Brasil, e, nesse tempo, de 2003 até 2004, ouvimos pelo menos 16 pessoas, 16 segmentos, e hoje ouvimos mais 12. É verdade que alguns deles, alguns desses grupos se repetiram nessas audiências, não é? Mas isso demonstra o esforço que estamos fazendo no sentido de proporcionarmos ao Brasil uma lei que venha a atender a todos, porque, como eu disse, nosso único Partido é a sociedade brasileira, nosso único interesse é a defesa do consumidor, é a manutenção do emprego, a preservação do meio ambiente. Então, todos esses fatores têm que ser levados em conta e estão sendo levados em conta, notadamente quando V. Ex^a apresentou, com a melhor das intenções, esse projeto de lei visando resolver um problema que já existe. Quer dizer, há uma fábrica no Estado do Para-

ná, existem outras indústrias com o mesmo objetivo, de remoldagem de pneus. São centenas e centenas de empregos e, se realmente fecharmos esta importação e não permitirmos de forma nenhuma a utilização de pneus pré-moldados no Brasil com a utilização de carcaças vindas do exterior, claro que esses empregos vão desaparecer. Mas como resolver esse problema? Por um lado, há uma legitimidade das empresas produtoras de pneumáticos no Brasil, no sentido de estarem preocupadas com uma possível redução de seus lucros, uma possível redução dos empregos. Tudo isso é legítimo, mas, quem sabe, podemos até, no decorrer das discussões com esse grupo de trabalho que vamos criar, com o apoio do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle* – vamos fazer uma reunião inicial, prévia, V. Ex^a e o Relator já designado pela Comissão, Senador Valdir Raupp, e com minha própria presença, vamos criar esse grupo de trabalho. Quem sabe, uma das alternativas seria, já que estamos na época da fixação de cotas, estabelecermos e fixarmos, com base na realidade do Brasil, a importação, permitindo até um determinado limite à importação de carcaças de pneus usados para a utilização com esse fim. Então, essa é uma saída, vamos dizer assim, democrática, que poderá obter o apoio dos demais segmentos que rejeitem o projeto de V. Ex^a. Então, eu concederia a todos os presentes aqui à Mesa, os debatedores, cinco minutos, para que possam responder, caso queiram, não é obrigado que todos falem. Então, vamos começar aqui pela direita. Aqueles que desejam se habilitar têm cinco minutos para participar do debate e assim estarão terminando essa audiência pública que, tenho certeza, foi da maior utilidade para o andamento desta matéria tão importante do Senador Flávio Arns.

Em primeiro lugar, falará o Sr. Paulo Fernando Moreira.

O SR. PAULO FERNANDO MOREIRA – Senador, Paulo Fernando Moreira, da ABR.

Obrigado, Senador. Em nome da ABR e em nome do segmento da reforma de pneus do Brasil foi dito e eu repito – são 1.600 empresas do segmento de recapagem englobando um universo bastante grande das empresas fabricantes de matéria-prima para reforma de pneus, no total de 13 empresas e, ainda, cerca de 13 empresas também do segmento fabricante de máquinas e equipamentos para o setor da recapagem.

Para deixar registrado o número que considero extremamente interessante, eu gostaria de ressaltar que cada reforma de pneus no Brasil, notadamente as reformas do segmento de transporte, tem um fator gerador de empregos de 7 para 1 se comparado à indústria de pneus novos. Isso, porque trabalhamos em

base absolutamente artesanal contra uma indústria extremamente bem-montada, com altas tecnologias. Mas, do ponto de vista social, esses números não podem ser ignorados.

Temos dados que estão à disposição desta Mesa e do Senado para comprovar essas afirmativas que fazemos. Somos partidários sim de que possamos trabalhar com carcaças de pneus nacionais, tantas quantas seja possível serem coletadas para essa finalidade. Lamentamos profundamente que estejamos perdendo tantas carcaças por acidentalidades em nossas rodovias. Lamentamos profundamente que a nossa situação econômica e social tenha remetido, numa escala de degradação sistemática das carcaças servíveis inicialmente colocadas à disposição num primeiro plano nas lojas, que depois passam para os carcaceiros, não tenham possibilidade de chegar à indústria de pneus remoldados.

Temos certeza absoluta, e já propusemos para a indústria de pneus novos, numa gestão anterior à sua, que a Associação Brasileira do Segmento de Reforma de Pneus dispõe de uma logística próxima de 10 mil caminhões e que esses veículos estariam à disposição para fazerem a coleta e registrarem ecopontos, como a Anip decidiu fazer, para que fizéssemos a seleção e evitássemos que uma grande quantidade de pneus fosse para o descarte, sendo possível ir para o segmento da reforma. Lamentavelmente, a nossa proposição não foi aceita. Isso não quer dizer que ela não esteja de pé. Colocamo-nos com a maior disposição para colaborar nesse sistema.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Próximo.

O SR. VILLIEN JOSÉ SOARES – Eu queria finalizar nossa participação nesse debate extremamente importante, colocando a seguinte questão. Primeiramente, não somos contra o setor de reforma nacional. É um setor legítimo, válido, deve existir e é um setor complementar ao nosso. Portanto, a falsa idéia de que estaríamos querendo acabar com esse setor não é verdade. Desde que haja uma concorrência leal, essa é a questão. Como já foi explicado aqui, estamos colocando a concorrência desleal que está instalada. Estamos dispostos, Senador. A criação do grupo de trabalho é uma excelente idéia, queremos trabalhar e dar nossa experiência no setor. Damos um dado a mais: o número de pneus importados usados que neste ano poderá entrar no Brasil, que é da ordem de 11 milhões, já corresponde, o mercado de reposição é da ordem de 24 milhões de pneus. Ou seja, do montante de pneus que o setor de pneus novos fabrica e vende para o mercado de reposição é de 24 milhões. Se nós

pensarmos que já estão entrando 11 milhões de pneus, é uma proporção significativa e, se essa concorrência não for adequada e leal, teremos sérios problemas para a indústria nacional. Repito que não somos contra o setor de reforma. Entendemos que há possibilidade e pneus nacionais em condições de serem reformados, e estamos abertos a essa discussão e à possibilidade de montarmos um sistema para coletar pneus, para que pneus em condições de serem reformados não sejam destruídos, mas que o Brasil não tenha que despendar energia para destruir ambientalmente aqui um produto que veio de fora, onde gerou emprego, sem essa necessidade. Essa é a nossa posição.

Repito que acho a idéia do trabalho excelente, que estamos dispostos a participar desse grupo de trabalho e que nos oferecemos efetivamente a participar desse grupo de trabalho com a nossa experiência.

Obrigado.

A SRA. ELIANE FONTES – Serei breve. Ouvi vários comentários sobre uma preocupação com o consumidor, que pode ser interesse do consumidor um produto mais adequado, com garantia e com um preço mais barato. Volto a pedir uma reflexão a respeito: se abirmos o precedente para pneus usados, mesmo que seja para reforma no Brasil, estaremos dispostos a abrir a importação de automóveis usados, de máquinas usadas, ferramentas, eletrodomésticos, autopeças, roupas usadas, equipamentos médicos e outros bens de consumo usado para reforma no Brasil? Acho que é preciso refletir sobre isso. Por que só pneus? Por que pneus geram empregos ao remoldar? Esses equipamentos também poderão ser importados usados para eventual reforma no Brasil. Acho que estará aberto um precedente muito perigoso.

Semana passada, em Genebra, na reunião do Grupo de Acesso a Mercados da OMC, que discute exatamente a liberalização de produtos não-agrícolas, houve verdadeiros *shows* hollywoodianos da indústria americana de reforma, principalmente de reforma de maquinárias e de algumas partes e peças de máquinas agrícolas para que seja realmente liberalizada a tarifa de produtos regenerados, reformados ou recauchutados, como queira.

O Brasil hoje permite bens de capital usados, desde que venha acompanhado, máquina por máquina, de um certificado, com vida útil de no mínimo cinco anos, têm que ter garantias e tudo mais e sujeito à valoração aduaneira. É caso a caso. Acho que se realmente formos pensar só na ótica dos pneus, peço uma reflexão porque a portaria do nosso Ministério é muito mais ampla. Ela trata da proibição da importação de qualquer bem de consumo usado, e a nossa separação é bem de capital ou bem de consumo. Não há

essa ótica da matéria-prima porque, na nomenclatura, não podemos colocar uma tarifa diferente ou fazer uma abertura diferente em função da destinação. O nosso Direito objetivo nos obriga a fazer uma descrição do bem. Então, na descrição tarifária da tarifa externa comum que, no caso, é a ANCN, não se tem como destinar se é matéria-prima ou para consumo final. Assim, peço uma reflexão sobre isso porque poderemos abrir um precedente muito perigoso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Com a palavra, o Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Serei breve também. Na verdade, já é a segunda vez que venho para debate aqui e reputo que considero que este debate foi de bem mais alto nível do que o outro de que participei, do ponto de vista do aprofundamento das questões que estão envolvidas aqui.

Tenho a lamentar alguns comentários que foram feitos e que procuramos não enfrentar aqui porque entendemos que era mais importante utilizar o tempo no interesse da discussão do projeto de lei. Mas devo dizer que é com muito pesar que vejo esse tipo de manifestação. O Ibama é um órgão que tem 16 anos de serviços prestados na área ambiental, e vê-lo tratado desta forma é algo que agride a todos nós que trabalhamos na área ambiental. Trabalho na área ambiental desde 1978, e quando estamos em um cargo de direção estamos preparados para qualquer tipo de crítica pessoal e qualquer situação. A gente vem aqui de peito aberto enfrentar qualquer tipo de crítica, mas é um desserviço criticar um órgão que tem essa tradição e que é responsável pela construção do setor do meio ambiente no Brasil, um setor de considero de muito bom nível do ponto de vista técnico e de muita isenção. Não é à toa que apanhamos o tempo todo. Apanhamos porque não nos omitimos em questões sobre as quais temos uma opinião clara, seja ela contrária ou favorável aos interesses do Governo. Somos criticados de ambos os lados. Basta V. Ex^{as} abrirem o jornal para verificarem que apanhamos o tempo todo. Encontra-se nesta reunião o Eduardo, que saiu do Ibama há seis anos e continua sendo citado como Presidente daquele órgão.

Quem trabalha na área ambiental sabe disso. Nós, como dirigentes, estamos preparados para isso, e não tenho problema algum com essa questão. Porém, vamos separar o joio do trigo. Vamos deixar que as instituições e os serviços que elas prestam à comunidade sejam valorizados. Nesse sentido, quero destacar que toda a defesa que fazemos e fizemos o tempo todo foi na busca de soluções. Inclusive, apresentei hoje uma solução que não foi contestada. Continuo acreditando,

por estar convicto disso, que essa é a melhor solução para todos os problemas que encontramos aqui.

Quero responder à pergunta que fez o Senador Flexa Ribeiro no sentido de que não apresentávamos soluções, mas apenas problemas. Não é nada disso. Apresentamos os problemas justamente para dizer que não há destinação de resíduos que não gere outro problema. Todas aquelas soluções são licenciadas pelos órgãos ambientais do Sisnama e são reconhecidas como adequadas na falta de outras melhores. Entretanto, não vamos dizer que com isso o problema ambiental está resolvido, porque não está. Estamos gerando dioxinas, estamos gerando furanos, estamos gerando resíduos, e esse problema precisa ser contabilizado nessa economia. Lamento também que essa discussão esteja sempre centrada na questão comercial. Falamos sempre que isso gera emprego etc. Devo dizer que, na OMC, há apenas uma abertura para se discutir questão de fechamento de comércio ou algo assim: justamente quando o problema afeta questões de saúde pública e de meio ambiente. Nós, da área de Governo, viemos falar das questões de saúde pública e de meio ambiente, mas, o tempo todo, ouvimos dizer que não há problema de saúde pública e de meio ambiente. Estamos dizendo que há problemas de saúde pública e de meio ambiente na importação de pneus, e o Governo brasileiro está convicto disso.

Se precisarem, estamos à disposição para apresentar todos os argumentos necessários para convencê-los daquilo que temos certeza. Não há dificuldade alguma de realizarmos esse papel, porque estamos convictos disso, com base em informações, em dados. Não entrarei nessa questão, pois é sempre fácil manipular os dados, os números. Procuramos fugir disso para trazer uma discussão mais conceitual.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. – Estamos à disposição para essa discussão conceitual e para contribuir com o grupo de trabalho.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. S^a ainda dispõe de 50 segundos.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Abro mão dos meus 50 segundos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao próximo orador, Dr. Cláudio Langoni, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. CLÁUDIO LANGONI – Sr. Presidente, registro que iniciei a minha fala, dizendo que se trata de um tema complexo em todas as suas dimensões e que, portanto, deve ser debatido em profundidade. Essa é a intenção do Senador Flávio Arns ao apresentar esse debate, esse projeto de lei.

Primeiramente, quero criticar as ilações feitas nesta reunião, porque acredito que elas não ajudam no debate. Poderíamos, por exemplo, fazer ilações a respeito da presença do Governador Requião no vídeo da ABS Cover, mas o Governador Requião defende as suas idéias e está participando e dando seu depoimento em virtude de uma convicção. O Governo deve ser considerado assim também.

É importante registrar que a posição do Governo brasileiro sobre esse tema não mudou ao longo das últimas gestões; não se trata de uma posição do Governo do Presidente Lula. Houve alguns avanços e uma formulação mais adequada no sentido de articular a legislação ambiental com as legislações comerciais.

No debate, é correto que todos apresentem seus argumentos, mas não é correto que algum setor se sinta dono da verdade em relação a isso. A afirmação, por exemplo, de que pneus não estão previstos na Convenção da Basileia poderia aqui ser contestada. O Ministério do Meio Ambiente é o ponto focal do Brasil na Convenção da Basileia e temos os elementos que descrevem, nas conferências das partes subsequentes à sua ratificação, a previsão dos pneus na referida Convenção.

Portanto, consideraremos todos os debates legítimos. Ninguém é dono de nenhuma legislação nem de resolução. O proprietário das resoluções do Conama é ele próprio. Esse fato auxilia bastante o debate que devemos fazer, porque nos debruçamos em deixar de lado as ilações e em respeitar a legitimidade dos argumentos que estão aqui colocados.

Objetivamente, o que há é um debate que mostra que todos os países têm problemas para a destinação adequada dos resíduos de pneus. Há uma diferença significativa entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e um movimento internacional daqueles no sentido de considerar adequada ambientalmente a destinação de bens usados para países pobres – não só nos pneus. Esse é o debate maior.

Senador Flávio Arns, gostaria de chamar atenção de V. Ex^a para esse fato. Há um debate maior que o problema dos pneus no Brasil ou que a viabilização das atividades da BS Colway – ou de outras empresas no Paraná. Há um debate que orienta a posição do Brasil e dos países em desenvolvimento nas negociações comerciais, em que a questão ambiental e sanitária nos parece extremamente relevante.

Poderíamos considerar que há uma situação diferenciada no Paraná por todos os elementos apresentados aqui. Mas não é esse relatório que temos de parte do órgão do Governo do Paraná, que foi questionado sobre esse assunto e poderia ser chamado para essas audiências ou para acompanhar o grupo de trabalho eventualmente formado em relação a esse tema.

É verdade que temos que fazer aperfeiçoamentos importantes no tocante ao assunto, mas também é objetivo que há uma questão de interesse comercial sobre os valores dos pneus usados que entram aqui para recuperação e são contaminados – sendo 30% a 40% de pneus inservíveis.

Desse modo, Senador Flávio Arns, essa questão não foi levantada no seu diálogo com o Sr. Márcio. Não se trata apenas de pneu usado para ser utilizado diretamente aqui. É que existe pneu que não é aproveitável para fazer a remoldagem e que está vindo dentro desses containeres, havendo uma diferença no número de pneus que entram e naqueles que são remoldados no Brasil – que deve ser enfrentada e respondida.

No minuto que me resta, gostaria de referir-me também à questão levantada pelo Senador Flexa Ribeiro de que o Ibama não serve ao interesse do País, estando a serviço do Primeiro Mundo. Para não entrarmos no debate sobre a situação do modelo de desenvolvimento no Pará e as opções que ele historicamente fez em relação à questão do desmatamento da Amazônia – porque há, a partir de uma ação fortíssima do Ibama no referido Estado, ao contrário do Mato Grosso e de Rondônia, uma redução significativa dos índices de desenvolvimento, que se deve, sobretudo, ao trabalho que o Ibama está fazendo no local –, nesse debate, pelo menos, há uma situação de inversão. De um lado, há a União Européia, que me parece que se enquadra no bloco dos países desenvolvidos, que tomou a decisão de ingressar com uma reclamação contra o Brasil na OMC com base na motivação de uma associação de empresas de oito países europeus, estando também presente uma empresa inglesa chamada Colway. Tomou-se a decisão de ingressar contra o Brasil com uma reclamação na Organização Mundial do Comércio.

Quando a Comissão da União Européia chegou aqui, a primeira rota que ela fez foi em direção ao Paraná a fim de visitar a fábrica da BS Colway, dizendo: “A partir da verificação que fizemos naquele Estado, constatamos que o Brasil pode receber um número muito maior de pneus usados do que vem recebendo, razão pela qual entraremos com a reclamação na União Européia”.

De outro lado, há a posição do Governo Brasileiro, que também é a do Ibama, que se coaduna com

o posicionamento de um bloco muito significativo de países em desenvolvimento contrário à importação de bens usados e da decisão de que o Brasil brigará na Organização Mundial do Comércio em relação a isso. Portanto, pelo menos aqui, não vale a afirmativa feita pelo Senador Flexa Ribeiro. Se alguém aqui está atendendo a interesses dos países desenvolvidos, não é o bloco que está tomando a decisão de enfrentar o contencioso no âmbito da Organização Mundial do Comércio, que será o maior contencioso envolvendo questões sanitárias e ambientais que a OMC já teve e que será liderado pelo Brasil e vai gerar jurisprudência não só para pneus, mas para vários outros elementos. E aí eu acho que é muito importante que façamos um debate, um diálogo com o Senado Federal, sobretudo com o Senador Flávio Arns e todos os Senadores envolvidos como Relatores neste projeto, porque de fato a diferença mais significativa introduzida pelo projeto é justamente a liberação da entrada de pneus usados no Brasil. E a aprovação do projeto dispensa a União Européia de ingressar com a reclamação na OMC, porque a aprovação do projeto atende à reivindicação que a União Européia está fazendo dentro da Organização Mundial do Comércio e, portanto, estaria resolvido esse contencioso **a priori**. Certamente, sei que o Senador Flávio Arns está disposto a apresentar uma proposta global de gestão de pneumáticos no Brasil que não atenda especificamente nem a um nem a outro setor, e talvez aí haja um grande desafio, Senador Flávio Arns, que seria um diálogo mais efetivo entre as três associações aqui representadas, para ver quais seriam as políticas a ser adotadas, do ponto de vista comercial, que permitiriam que o Dr. Simeão, que gostaria de utilizar pneus fabricados no Brasil para fazer remoldagem, pudesse utilizá-los. Talvez aí pudéssemos ter um conjunto de políticas que viabilizassem, então, o atendimento desse desejo aqui expresso, de que, se eventualmente, tivéssemos pneus fabricados no Brasil em condições de ser matéria-prima para remoldagem pelas empresas vinculadas à Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados (Abip), não estaríamos discutindo a importação de pneus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Concedo a palavra ao Dr. Francisco Simeão Rodrigues Neto, Presidente da Abip.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO – Primeiro, fazer uma observação sobre o comentário da Drª Eliana Fontes, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), sobre a importação da matéria-prima, como não existe essa Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), a norma comum do Mercosul, não existe o código, essa matéria-prima então

é importada formalmente como pneu usado e desta forma estaria abrindo as comportas do País para a importação de todos os tipos de pneus, de produtos usados, o que não é a política brasileira. Bem, quero comentar o seguinte: primeiro, que já importamos, sem oposição do Mdic, sem oposição do Ibama, em várias ocasiões, baterias usadas. Já são importadas baterias usadas. E nem por isso se criou o precedente para se abrirem as comportas brasileiras para qualquer tipo de importação. E me parece muito mais fácil criar um subcódigo, uma nova NCM, um subtítulo, para essa matéria-prima, do que desempregar milhares de pessoas desse setor, que carece de matéria-prima para desenvolver sua atividade industrial. Então, não podemos, por uma razão burocrática – não tem o código; então, não tem o código, não tem atividade. E demite milhares de pessoas, permite que seja produzido então nos países vizinhos ou na Europa, se lograr êxito contra o Brasil, e daí importar todo o produto pronto, empregando gente fora do País em vez de manter nossos empregados onde se encontram.

Depois, em razão da colocação, de novo, de Basiléia. Realmente, não constou do termo, do acordo de Basiléia, não existe proibição de Basiléia contra pneu usado. Tanto é que todos os Países de Primeiro Mundo exportam entre si – da Europa para os Estados Unidos, dos Estados Unidos para a Europa –, pneus usados mesmo, pneus usados como carcaças, pneus usados para uso como meia-vida, que não existe restrição nenhuma nos Estados Unidos, importam pneus meia-vida da Europa para usar como meia-vida nos Estados Unidos. Não existe qualquer tipo de restrição e nunca a Convenção de Basiléia estabeleceu qualquer tipo de proibição e recomendação nesse sentido. Bom, depois ele coloca com propriedade que o Conama é dono de suas resoluções.

Ninguém é dono de uma das resoluções do Conama e nunca foi essa a nossa pretensão, mas ninguém vai apagar a história que se essa resolução existe no Conama muito bem debatida, consensualmente estabelecida em diversos, no grupo de trabalho, por exemplo, no seu texto definitivo, sem dúvida, o mérito do Conama, dos seus conselheiros, titulares, suplentes que participaram também dos debates, do grupo de técnicos, do Dr. Roberto Monteiro que não sei se está aqui, mas que liderou todos os trabalhos e que me viu lá desde o primeiro dia ajudando na confecção das atas, datilografando os textos, isso jamais será apagado da história. Foi efetiva a nossa contribuição? Sim. Não tivéssemos nós tomado a iniciativa, sem dúvida, não teria nascido essa resolução naquele momento.

Finalizando, quero colocar que por mais de seis vezes eu procurei o pessoal da Anip, o pessoal da As-

sociação das Empresas Multinacionais de Fabricantes de Pneus do Brasil até porque eu acho que esse litígio não tem mais razão de ser. Desde a edição da primeira portaria, no dia 13 de maio de 1991, a Portaria 08/91 que foi editada por um trabalho político da Anip no Ministério da Indústria e do Comércio criando a proibição da importação de bens usados em geral, a preocupação maior naquele momento eram os pneus, e se seguiram tantas outras depois e temos aí um litígio que já vai para quatorze anos. Está na hora de acabar porque algumas coisas foram provadas, já foram conquistadas. Há a necessidade de entendimento.

Eu disse ao Dr. Villien que me deu o prazer de uma visita à BS Colway, e eu o visitei umas duas vezes em São Paulo antes disso e cobrei que depois de visitá-lo duas vezes eu merecia uma visita em retribuição e ele o fez muito educadamente e dizia naquela oportunidade “Olha, Dr. Villien...”. Ele me perguntava “por que não usa as nossas carcaças?” “...porque não são boas, mas tem o meu compromisso. Se vocês me garantirem a carcaça, mas sem me manietar, sem prometerem pura e simplesmente, eu deixar de importar, mas se vocês me derem a carcaça ou estabelecerem comigo um contrato com uma multa que realmente me deu o conforto que vocês vão cumprir não quero mais importar, não interessa importar. Eu prefiro nosso produto brasileiro, claro que eu prefiro. É mais barato, é menos desgastante para nós”, mas eles teriam que garantir isso.

No Inmetro eles não garantem as carcaças de automóvel e de caminhonete. Tem documento formalizado ao Inmetro. Eles garantem algumas condições em pneus de caminhão. Tenho colocado isso e é da nossa motivação que isso possa acontecer um dia com as nossas estradas melhores, ruas melhores, que aconteça tudo aquilo que o nobre representante do Ibama coloca como ideal, melhorar as estradas, melhorar as carcaças. Enfim, todo um trabalho que não acontece do dia para a noite. Não dá para fechar a fábrica hoje e só abrir depois que tiver tudo isso realizado. Nós temos um problema hoje e tem que ter o abastecimento da matéria-prima já, mas evidnete que se todos colaborarmos poderemos, quem sabe um dia, não precisar importar mais.

Tem aqui o meu compromisso. Se a *Good-Year* e a *Pirelli* fizerem um compormisso comigo me garantindo a carcaça na qualidade em que preciso, com uma multa grande para que eles não deixem de cumprir e eu possa ficar tranqüilizado e eu também com uma multa grande, com a obrigação de pagá-los o valor que foi estabelecido, eu topo parar de importar, eu preciso mesmo é de matéria-prima. Já fiz essa proposta para o

Dr. Villien, refaço agora, acho que essa briga foi longe demais e está na hora de acabar.

Da nossa parte há toda a boa vontade, senão, também vamos continuar brigando se não tiver outra solução, mas não nos encanta brigar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Por último, vamos ouvir o Dr. Fabiano Geraldo Pimenta Júnior, Diretor de Gestão da Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde.

O SR. FABIANO GERALDO PIMENTA JÚNIOR – Bom, são colocações muito rápidas. Em primeiro lugar, quero registrar que o Senador Flávio Arns sempre foi um parceiro do Ministério, sempre teve e nos deu a abertura necessária para discutir os projetos que têm alguma interface com o setor de saúde. Acho importante isso ficar registrado.

Em segundo lugar, quero colocar que há preocupação do Ministério da Saúde, o que tentei enfatizar na minha apresentação, com a dengue. A questão da dengue é extremamente complexa no nosso País. Talvez esse seja um dos programas de saúde pública que mais requerem recursos públicos. Se somarmos os recursos que Governo Federal, Estados e Municípios despendem no controle da dengue, veremos que estamos beirando de R\$800 milhões a R\$1 bilhão por ano. É uma cifra que, com certeza, sai do imposto que todos nós pagamos.

Precisamos tomar as medidas necessárias para que esse problema seja minorado no nosso País, a partir da perspectiva de que não temos nenhuma evidência científica de poder, com as condições de País tropical, com altas densidades populacionais, erradicar o vetor da dengue, o *Aedes aegypti*, a curto prazo. Isso está muito claro.

Então, qualquer medida que for adotada para diminuir o número de depósitos ou criadouros, ou qualquer nome que se queira dar, para que o *Aedes aegypti* possa se reproduzir é de fundamental importância para que os recursos públicos que são despendidos no controle da dengue sejam otimizados. A preocupação que nós levantamos, e acho que a situação ideal está aqui colocada, era que pudéssemos contribuir para que as carcaças já existentes fossem retiradas. Não teríamos acréscimo de carcaças, porque, por via direta, estamos reduzindo os criadouros de *Aedes aegypti* no Brasil.

Lembramos que isso não resolve o problema da dengue no Brasil, que é um problema muito mais complexo, multifatorial, como a questão do abastecimento de água no Nordeste, e, assim, sucessivamente.

Para finalizar, eu só queria comunicar, registrar, que está nas mãos do Presidente. Que absolutamente

o Sistema Único de Saúde é feito a três mãos. Os sucessos e os insucessos não são atribuídos a nenhuma esfera de Governo, seja ela municipal, estadual ou federal. O nosso sistema de saúde foi conformado dessa forma, com responsabilidade das três esferas de Governo, e a apresentação de dados de Estados não é nada mais do que o reflexo do somatório de trabalhos que são feitos pelos Estados, pelos Municípios, e pelo Ministério da Saúde, sem se eximir qualquer um dos três de responsabilidade.

Os dados que utilizei para todos os Estados são dados que as próprias Secretarias Estaduais de Saúde nos dão, o Ministério da Saúde não tem autonomia para imputar dados a qualquer dos Estados, e os dados que vêm do Estado do Paraná estão nas mãos do Sr. Presidente, porque pedi à minha assessoria que me encaminhasse, para que não ficasse nenhuma dúvida nos presentes. Mais uma vez, ressalto que o objetivo não é desqualificar o trabalho de ninguém, mas apontar os pontos em que nós podemos avançar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Bom, acho que o debate foi altamente construtivo para o que nós queremos, e a questão não vai ser finalizada nesta reunião conjunta. Por sugestão dos Srs. Senadores e do próprio autor, vamos conversar com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e formar um grupo de trabalho para a finalização dessa matéria. Afinal de contas, precisamos chegar a um denominador comum. Espero que isso seja possível, apesar das resistências, das divergências, que achamos, do ponto de vista democrático, totalmente legítimas. Portanto, temos que respeitá-las.

Sendo assim, quero agradecer a todos os participantes desta Mesa, aos debatedores, que compareceram em massa, atendendo ao nosso convite. Que fiquem todos alertas, pois vamos constituir o grupo de trabalho com membros das duas comissões e dos diferentes segmentos que têm interesse no debate construtivo.

Quero também registrar que, apesar de, em determinado momento, ter havido divergências e palavras um tanto duras e enérgicas com relação ao Ibama, não concordamos realmente com elas. Achamos que o Ibama é uma instituição que tem o maior valor para a preservação do meio ambiente em nosso País, tem serviço prestado ao longo de 16 anos de sua existência. Muita destruição que não aconteceu neste País devemos ao Ibama, logicamente que as fragilidades em um ou outro Estado ficam por conta da fragilidade também da nossa estrutura funcional. Mas, no momento em que o Governo se dispuser a colocar à disposição do Ibama mais técnicos, fizer concursos para a inclu-

são... (**Intervenção fora do microfone.**) Está aqui o Secretário nos dizendo que o Ibama vai – e é uma boa notícia – absorver agora, por meio de concurso, mais 900 técnicos. É uma prova evidente de que o Governo está se dispondo a fortalecer o meio ambiente em nosso País para a preservação das nossas florestas, nossos rios.

Está aí o rio São Francisco numa situação muito difícil, no momento em que o Governo propõe a transposição, quando achamos que a revitalização deveria ser a grande preocupação do Governo, em função até de uma emenda constitucional que foi aprovada recentemente pelo Senado Federal, por unanimidade. Já na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara há um parecer favorável, está na Comissão Especial, do Relator Fernando Ferro, onde demonstramos que só por meio da transferência de recursos certos, fixos e determinados, durante 20 anos, poderemos recuperar o Velho Chico, o rio da unidade nacional, o rio que prestou e ainda presta tantos serviços à nossa Região Nordeste. Prova disso é que ali estão as grandes represas hidrelétricas que fornecem energia elétrica para a industrialização e o desenvolvimento da agricultura e demais serviços da Região Nordeste.

Por isso, encerro esta reunião, parabenizando a todos e convocando uma outra, a da Comissão de Assuntos Sociais, para a próxima quinta-feira.

Obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 15h22min)

Ata da 13ª Reunião, Conjunta, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, do Dia 16 de Junho de 2005, às 10:00 Horas.

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e cinco, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores **HERÁCLITO FORTES**, **JONAS PINHEIRO**, **FLEXA RIBEIRO**, **NEY SUASSUNA**, **GERSON CAMATA**, **VALDIR RAUPP**, **AELTON FREITAS**, **ANA JÚLIA CAREPA**, **SIBÁ MACHADO**, **NEZINHO ALENCAR**, **SERYS SLHESARENKO**, **AUGUSTO BOTELHO**, **ANTONIO LEITE**, **ANTONIO CARLOS VALADARES**, **IDELI SALVATTI**, **FLÁVIO ARNS** e **OSMAR DIAS**. Comparecem também os Senadores **JÉFERSON PERES** e **JOÃO CAPIBERIBE**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente,

Senador **SÉRGIO GUERRA**, coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à realização de Audiência Pública com a presença da Ministra **MARINA SILVA**, para avaliar e debater as consequências dos novos índices de desmatamento na Amazônia divulgados no dia 18 de maio pelo governo federal, dando conta que entre dia 1º de agosto de 2003 e dia 1º de maio de 2004, a floresta perdeu 26.130 quilômetros quadrados, segundo os Requerimentos nº 13/2005-CRA, de autoria do Senador **SIBÁ MACHADO** e nº 03/2005-CMA, de autoria do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. Alternam-se na presidência da reunião os Senhores Senadores **SÉRGIO GUERRA** e **LEOMAR QUINTANILHA**. No decorrer da apresentação da Sra. Ministra **MARINA SILVA**, o Senhor Presidente concede a palavra, para explanação, ao Sr. **JOÃO PAULO CAPOBIANCO**, Secretário Executivo da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **SÉRGIO GUERRA**, **LEOMAR QUINTANILHA**, **SIBÁ MACHADO**, **JONAS PINHEIRO**, **JEFFERSON PÉRES**, **ANA JÚLIA CAREPA**, **SERYS SLHESARENKO**, **ANA JÚLIA CAREPA**, **JOÃO CAPIBERIBE**, **FLEXA RIBEIRO** e **ANTONIO LEITE**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO CONJUNTA DA CMA E CAS, EM 16-6-2005

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Havendo número regimental, vamos dar início à reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e 13ª reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Inicialmente, requeiro a dispensa de leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se a ouvir a Ministra de Estado do Meio Ambiente, Srª Marina Silva, para avaliar e debater as consequências dos novos índices de desmatamento na Amazônia, nos termos do Requerimento nº 19, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de autoria do Senador Sibá Machado, e do Requerimento nº 3, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização

e Controle, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que também presidirá esta reunião.

Sem dúvida, trata-se de assunto da maior relevância, cuja discussão é bastante oportuna. Evidentemente, estamos hoje, como ontem, atravessando um período atípico de funcionamento, seja do Senado Federal, seja da Câmara dos Deputados, em face de questões bastante polêmicas, de que todos têm notícia. Tem sido a orientação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, como também da Comissão presidida pelo Senador Leomar Quintanilha, não deixar de dar prosseguimento às tarefas previstas, para que o ritmo da ação parlamentar não seja alterado e para que a instituição cumpra o seu papel. Não existe na nossa atuação nem a mais leve preocupação de subestimar as dificuldades presentes, mas a simples opinião e proposta de que é fundamental que o trabalho do Congresso permaneça, que assuntos de grande relevância sejam discutidos e que, efetivamente, o clima de funcionamento do Congresso e da necessidade de cumprimento do seu papel, no sentido mais amplo, prevaleçam.

Ouviremos hoje um depoimento muito importante, de uma personalidade pública que o Brasil todo conhece, cujo conceito todos reconhecem, cujas qualidades também eu seria absolutamente justo de afirmar que são unanimemente reconhecidas. Trata-se de uma Parlamentar, uma personalidade, uma figura pública que tem ampla responsabilidade, competência e muita consideração, no Senado de maneira especial.

Houve uma série de requerimentos convidando a Ministra e, hoje, reunimos aqui três Comissões: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que tem uma Subcomissão da Amazônia, presidida pelo Senador Jefferson Péres. A Senadora Serys Slhessarenko também é autora de requerimentos. Fizemos aqui uma ordem de apresentação – digamos – sensata, racional, no interesse de um exame tranqüilo, seguro, de uma matéria sobre a qual não cabe demagogia ou ação oportunista, como de fato não deve caber nunca. Deve haver muita prudência no tratamento deste assunto, pela repercussão real que ele tem, pela consequência pública que produz, pelo seu efeito a curto, médio e longo prazos e pela sua relação internacional. Enfim, são componentes demais sobre um assunto polêmico, que é do espírito do Senado, sempre, ajudar a resolver.

Então, presidierei os momentos iniciais desta reunião, que será, depois, presidida pelo Senador Leomar Quintanilha, e espero que todos participem de uma reunião produtiva.

Passo a palavra à Ministra Marina Silva.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Sérgio Guerra, Exmº Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Leomar Quintanilha, Senador Jonas Pinheiro, da Comissão de Infra-Estrutura e Meio Ambiente do Senado, Exmº Sr. Senador da Comissão de Relações Exteriores, Senador Jefferson Péres, meu colega de região, Senadora Ana Júlia, Senador Sibá, Senadora Serys, Senador Nezinho Alencar, lá do Tocantins, Senador Antonio Carlos Valadares, meu colega da primeira Legislatura, estou aqui acompanhada do Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Cláudio Langoni, da Assessoria Parlamentar, Drª Jaura, do Presidente do Ibama, Dr. Marcos Barros e do Secretário de Biodiversidade de Floresta e coordenador do Plano de Combate ao Desmatamento no âmbito do Ministério, Dr. João Paulo Capobianco.

Inicialmente, Sr. Presidente, quero agradecer pelo convite das Comissões na pessoa de seus Presidentes e dos Senadores que fizeram o convite para aqui expor dados de tamanha magnitude, dados relativos às taxas de desmatamento da Amazônia, e para falar sobre o que vem sendo feito desde 2003 para o enfrentamento dessa relevante questão.

Quero também cumprimentar esta Casa e agradecer todos os Senhores Senadores pela votação, ontem, da medida provisória que cria uma figura nova, mas que já vinha sendo debatida desde a época em que foi aprovada a Lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, que diz respeito à limitação temporária administrativa para fins de estudo, visando a criação e destinação de área para proteção ambiental, seja proteção ambiental integral, seja de uso sustentável.

Uma das reclamações freqüentemente feitas por Prefeitos, às vezes por pesquisadores, comunidades locais e até mesmo por Parlamentares diz respeito à necessidade de, diante da situação de ter de preservar determinada área, o governo agir eficazmente. Quando essa área começa a sofrer a ação predatória por qualquer que seja a atividade, às vezes o governo é obrigado a tomar uma atitude imediata, e essa atitude, às vezes, não é compatível com o tempo de fazer as consultas, de fazer as audiências, de fazer os estudos. Quando isso acontece, a tendência é ser sempre mais conservador.

E o que é o mais conservador? Se ainda não tenho todas as informações sobre aquela área, pode ser uma reserva extrativista ou uma floresta nacional em que está previsto o uso sustentável ou um parque que tem limitações em relação ao uso ou uma reserva biológica que apenas a unidade pode ser utilizada

para pesquisa científica, opto sempre pela medida mais conservadora. Com essa figura, nós teremos sete meses para fazer os estudos e, ao final, dar a destinação correta: se será uma área de uso sustentável ou um parque nacional ou uma reserva biológica. Com isso, vamos acabar com aquelas antigas formas de fazer consultas por *Internet* – há comunidades que sequer têm acesso à *Internet*. Vamos ter tempo e, nesse sentido, esta Casa deu uma grande contribuição. Quero aqui fazer este reconhecimento, não só em relação ao bioma Amazônia mas em relação a todos os biomas.

Inicialmente, vou pedir permissão aos Senhores Senadores para que o Secretário João Paulo Capobianco, que é o Coordenador do Plano de Combate ao Desmatamento possa fazer uma apresentação desse plano. Em seguida, farei uma explanação de ordem mais geral. Acredito que serão necessários entre quinze e vinte minutos para essa exposição inicial.

Estamos em acordo, Srs. Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Perfeitamente.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Obrigada.

Passo a palavra ao Dr. João Paulo Capobianco. O Dr. Marcos Barros, se desejar fazer algumas complementações, em seguida ou durante os debates, poderá fazê-lo, mas, neste momento, vamos fazer uma exposição técnica do Plano de Combate ao Desmatamento pelo Secretário de Biodiversidade de Florestas, do Ministério do Meio Ambiente.

Em seguida, farei a minha explanação.

O SR. JOÃO PAULO CAPIBIANCO – Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^a Ministra, agradeço esta oportunidade e vamos, de forma mais objetiva e mais rápida possível, apresentar essas informações.

Há um problema de projeção.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nessa área da Amazônia – e esta informação é fundamental para entender a questão dos números da Amazônia –, cada quadrícula dessas equivale a uma imagem de satélite que é utilizada para analisar o desmatamento.

No ano de 2003, o Inpe trabalhou com 78 imagens de satélites e, nessas imagens, V. Ex^{as} podem observar, aquelas que estão com a cor vermelha concentram – apenas essas – 80% do desmatamento total na região no período de 2003; as restantes – as coloridas – 20%.

Próximo *slide*: no ano de 2004, observem que foi feito um esforço monumental por parte do Governo Federal, por parte do Inpe, que é vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, ampliando para 103 imagens analisadas. Portanto, o número que temos no último dado equivale a 103. Toda essa região que está aí já foi devidamente mapeada pelas imagens de satélite.

Próximo *slide*

Os números são esses, Sr^{as} e Srs. Senadores. Sempre se fala do período entre 2000 e 2001. Por quê? Porque a análise do desmatamento é feita de 1º de agosto de um ano a 1º de agosto do ano seguinte.

Portanto, de 1º de agosto de 2000 a 1º de agosto de 2001, o Inpe identificou 18.165 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia. Logo no período subsequente, de 1º de agosto de 2001 a 1º de agosto de 2002, portanto o último ano medido no Governo anterior, houve um desmatamento de 23.143 quilômetros quadrados, significando um incremento na taxa de 27%.

No período seguinte, de 1º de agosto de 2002 a 1º de agosto de 2003, tivemos 24.597, portanto 6%; e finalmente, o último número estimado – e vou explicar na sequência – o Inpe prevê que, de 1º de agosto de 2003 a 1º de agosto de 2004, foram 26.130, implicando num crescimento de 6%.

Próximo *slide*: este é o gráfico histórico da Amazônia. Observem, Sr^{as} e Srs. Senadores, que no início do gráfico tivemos uma queda consistente até o ano de 1991, quando da pré Conferência do Rio, onde houve queda significativa.

Essa queda significativa foi decorrência do cancelamento do programa de incentivo fiscal que ocorria na Amazônia. O Governo cancelou isso no final da década de 80 e o resultado foi visível. No entanto, a partir de 2002, a Amazônia adquire uma dinâmica própria. E o maior desmatamento registrado na história da Amazônia foi em 1995, quase 30 mil quilômetros quadrados, quando tivemos queda e, a partir daí, este gráfico que é apresentado.

Próximo *slide*: este é um gráfico muito importante e gostaria de chamar a atenção das Sr^{as} e Srs. Senadores. Ele significa o incremento da taxa, o percentual de crescimento do desmatamento. Aí não está a taxa bruta do desmatamento e, sim, a relativa.

Observem V. Ex^{as} que tivemos, em vários períodos, crescimentos significativos em cima da taxa e, em alguns períodos, redução. Conforme mostrei, no início da década de 90, houve redução durante três anos consecutivos, chegando a menor taxa em 1991, mas, a partir daí, tivemos uma variação. Observem V. Ex^{as} que, no ano de 1995, tivemos um incremento na taxa de 95.08%, ou seja, o desmatamento quase dobrou na Amazônia. Depois, temos uma queda, mas gostaria de chamar a atenção de V. Ex^{as} para o fato de que, a partir de 1997, o desmatamento vem crescendo ininterruptamente. Observem: de 1997 a 1998, foi 31,4% de crescimento no desmatamento; em 1999, tivemos uma estabilidade, manteve o mesmo número; em 2000, um novo crescimento de 5,6%; em 2001,

uma estabilidade; em 2002, um pico de 27%; e agora, já nos dois anos do nosso Governo, houve um crescimento na faixa de 6%.

Então, o desmatamento é crescente, porém injustamente tem sido dito que o desmatamento na atual gestão é o maior da história. Não é verdade. Em números absolutos é o maior, evidentemente, porque ele é cumulativo. Se um quilômetro quadrado for desmatado em um ano, ele é maior do que no ano anterior, evidentemente. Ele será o maior da história, porque é cumulativo.

Mas na taxa de crescimento e desmatamento não é verdade. Temos números inferiores aos verificados inclusive na gestão anterior. Isso precisa ficar registrado.

Próximo.

Esse é um dado fundamental. Não podemos mais trabalhar com a Amazônia como se ela fosse uma região homogênea, tudo o que ocorresse nela fosse igual em todas as regiões. Não é verdade. Observe este gráfico, que é fundamental. O Estado do Pará, em 2002, era o campeão de desmatamento, praticamente empatado com o Mato Grosso, mas ligeiramente acima, como V. Ex^{as} podem ver neste gráfico de barras.

Tivemos redução consistente do Pará em 2003 e em 2004. O mesmo ocorreu com o Amazonas, com o Maranhão, com o Tocantins e com o Acre. Nos Estados de Roraima e de Amapá, houve estabilidade no desmatamento.

Onde cresceu o desmatamento? Não foi na Amazônia. Foram nos Estados de Rondônia e do Mato Grosso. Sendo que o Estado de Rondônia, onde está a linha azul – chamo a atenção de V. Ex^{as} –, embora tenha havido crescimento no último período, está praticamente estabilizado. Se V. Ex^{as} olharem 2002, 2003 e 2004, ele está praticamente estabilizado. O grande problema do enorme crescimento, de fato, do desmatamento é no Estado de Mato Grosso, conforme está ali, que disparou na liderança e hoje é responsável por 48,1% do desmatamento.

Próximo.

Portanto, esses dados mostram a contribuição dos Estados. Observem o Estado do Pará, Srs. Senadores, que era responsável por 36,1%, em 2002. Ora, ele era o campeão do desmatamento – em 2003, era 28% e, em 2004, 25% – e está caindo sua contribuição. E assim sucessivamente. É importante analisar esses dados em separado.

O anterior, por favor.

Passo ao último dado importante, para explicar a metodologia utilizada, porque tem gerado um pouco de confusão. Nas duas primeiras colunas, está escrito “verificado” e “confirmado”. Por que isso? Porque, a

cada ano, o Inpe apresenta taxa dizendo o seguinte: no ano anterior, estima-se que o desmatamento foi X, mas ele só confirma esse dado no outro ano, portanto, com dois anos de defasagem. Isso acontece porque a Amazônia envolve um estudo de mais de 200 imagens de satélite, e essa análise é demorada. Então, nas duas primeiras colunas, temos o que foi estimado e agora o que é confirmado, que é certeza de que o desmatamento ali foi aquele.

No entanto, em 2004, até o momento verificado concretamente nas imagens de satélite, é a quarta coluna: são 24.430 quilômetros quadrados. Porém, como o universo analisado não é o total da Amazônia, o Inpe estima que, ao finalizar os estudos, deverá encontrar mais cerca de 1.700 quilômetros quadrados, o que daria a taxa de 26.130 quilômetros quadrados. Portanto, estamos trabalhando com números estimados, que podem variar para menos ou para mais, quando o Inpe concluir seu estudo.

Próximo.

Este é um dado que mostra os Municípios com maior desmatamento. Não vou seguir os números, mas vamos olhar os mapas.

Próximo.

Observem a localização. Os Municípios com maior desmatamento estão bem localizados, bem delimitados, não estão espalhados pela Amazônia como – outro dia ouvi uma pessoa falar – um câncer. Não é verdade. Não é um câncer, não é uma metástase. São áreas muito bem localizadas, onde temos condições de, a partir de políticas afirmativas, reverter o processo.

Este dado é muito importante. Gostaria da atenção de V. Ex^{as}. Observem o segundo Município, São Félix do Xingu. Estes são os Municípios com desmatamentos acima de 300 quilômetros quadrados, os maiores desmatamentos. São Félix do Xingu era o campeão do desmatamento em 2003. Houve um esforço concentrado de decisão e controle, da ação do Governo Federal junto ao Governo do Estado. Caiu, na última coluna, quase em 40% o desmatamento. No entanto, o Município de Aripuanã, que aparece em primeiro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO PAULO CAPIBIANCO – Exatamente, caiu o incremento. A taxa caiu em 38%.

O Município de Aripuanã, que não era o principal e, portanto, não foi objeto de uma ação mais forte, aumentou em 49%. O que isso quer dizer? Que há uma dinâmica na Amazônia, que não nos permite mais trabalhar como se ela fosse uma região estável do ponto de vista da tendência, muito menos com dados de dois anos de defasagem.

Próximo.

O que o Governo fez? O Governo entende, a partir do posicionamento da Ministra Marina Silva e, posteriormente, do Presidente da República, que a questão do desmatamento não é de polícia; é também uma questão de polícia para os casos dos degradadores renitentes e compulsivos. Mas, na realidade, existe uma dinâmica econômica, um modelo de desenvolvimento econômico na região que leva ao desmatamento. Portanto, ele não pode ser resolvido pelo Ministério do Meio Ambiente exclusivamente; tem de ser resolvido pelo Governo como um todo – e não só pelo Governo Federal, mas também pelos Governos Estaduais e Municipais e, mais do que tudo, todos em parceria com a sociedade. Se é verdade que queremos mudar a situação da Amazônia, temos de fazer políticas estruturantes, de longo prazo e persistentes.

Próximo.

O Presidente da República, por decreto, criou uma Comissão de Ministros – não é uma Comissão Ministerial –, com 12 Ministros originalmente e 14 atualmente –, para fazer o Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento. Esse plano foi realizado, apresentado aos Governos dos Estados da Amazônia, em outubro de 2003, e à sociedade civil, em novembro de 2003. O Presidente deu um prazo, para que todos os atores contribuíssem. Eles contribuíram até fevereiro de 2004, e o Presidente lançou esse plano, formalmente, em março de 2004.

O que esse plano prevê? Ação em cinco frentes simultâneas. A primeira é a valorização da floresta. A floresta tem que gerar emprego, renda, economia, se queremos que ela permaneça preservada, em pé; ela tem de ser um ativo econômico e não apenas ambiental. A segunda diz respeito a priorizar um melhor uso das áreas já degradadas. Isso é fundamental. Na Amazônia, já existe hoje desmatado algo em torno de 680 mil quilômetros quadrados, o que significa quase três vezes um Estado como São Paulo e mais que três vezes o Estado do Paraná. No entanto, nessa área desmatada, há 160 mil quilômetros quadrados abandonados ou subutilizados, mais do que Santa Catarina. Esse Estado tem 98 mil quilômetros quadrados; nós temos 160 mil que estão necessitando de uma ação de uso, para que sejam incorporados ao processo produtivo. Portanto, essa é uma prioridade. Podemos aumentar a produção agrícola e agropecuária nessas áreas.

Ordenamento fundiário territorial. Há mais de 23 anos, o Governo Federal não fazia a titulação e a regularização fundiária na Amazônia. Portanto, é preciso haver políticas claras, para definir quem pode, ou não, ocupar as áreas, para dar apoio a quem pode e para retirar quem não pode, ou seja, os grileiros.

Quarto item: planejamento estratégico de obras de infra-estrutura. A Amazônia demanda obras de infra-estrutura. Uma demanda concreta sobre a mesa é a BR-163. Qual era a tendência antes do plano? Rechaçar a BR-163, porque todos diziam que ela seria um vetor de mais desmatamento. O que foi feito? Um esforço com o Governo de Estado, os Governos Municipais e a sociedade civil, para transformar a BR-163 em uma oportunidade. Hoje, há o Plano BR-163 Sustentável, que permitirá o asfaltamento dessa rodovia importante na região, sem impacto ambiental ou com ele minimizado.

Finalmente, o último item: aprimoramento do sistema de monitoramento e controle, a fim de combater a impunidade e permitir que evoluamos, para não termos mais dados com dois anos de defasagem.

Próximo.

Na área de monitoramento e controle, o que já foi feito?

Próximo.

Um resumo rápido: primeiro, a intensificação da ação de fiscalização na Amazônia. Em 2003, houve um aumento de 68% nas operações na Amazônia, um aumento de 54% de infrações cadastradas e a apreensão de 70 mil metros cúbicos de madeira. Em 2004, inauguramos as operações interligadas: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministério do Trabalho e Emprego e Exército, juntamente com o Ibama e o Inkra; aumentamos em 80% as infrações cadastradas; chegamos a 60 mil metros cúbicos de madeira; fizemos a liberação de 300 pessoas em regime de trabalho semi-escravo, houve um investimento de R\$40 milhões no aperfeiçoamento do sistema. E, até o final de março de 2005, já temos 52 mil metros cúbicos de madeira apreendida e dezenas de operações já realizadas. E estamos inovando, porque sempre, na Amazônia, se iniciava a fiscalização em maio, e nós iniciamos nesse ano em fevereiro.

O próximo mostra o esforço do Governo. Observem que os Estados do Mato Grosso, Pará e Rondônia receberam um enorme esforço. São muitas aplicadas e a maior parte foi nos Estados do Mato Grosso, Pará, seguido de Rondônia.

Próximo

Assim como os autos de infração. Rondônia, Mato Grosso e Pará lideraram as ações do Governo. Portanto, houve um esforço de combater a impunidade e controlar, embora os dois Estados de Mato Grosso e Rondônia tenham escapado ao controle.

Próximo

Essa é uma questão fundamental. Sabemos, Sras e Srs. Senadores que a questão na Amazônia não é de crime amador, é crime profissional; há quadrilhas

que estão operando há mais de 15 anos, construíram redes para obter autorizações ilegais para grilar terras. Por isso, um dos pontos mais importantes do plano foi o envolvimento da Polícia Federal na inteligência no sentido de desbaratar as quadrilhas. Resultado: já em setembro de 2003, antes de o plano ser concluído, quando o plano estava em gestação, nós efetivamos a operação Setembro Negro, no Estado de Rondônia, onde havia uma quantidade enorme de denúncias. Qual era o objetivo? Combater esquemas fraudulentos de desmatamentos, de situação ilegal envolvendo servidores do órgão com madeireiros da região. Cinquenta e três policiais federais foram envolvidos e o resultado foi 17 prisões, sendo 4 servidores do órgão e 13 madeireiros. Todos os quatro servidores foram demitidos, todos os madeireiros estão respondendo a processo, sendo que oito deles confessaram o crime e abandonaram a atividade florestal. Isso foi em setembro.

Próximo

Já com o plano em ampla operação, lançamos a Operação Faroeste, que foi a mais importante do ano de 2004. A Polícia Federal desarticulou uma quadrilha de grilagem de terra pública que atuava há mais de 15 anos no Pará. Setenta policiais federais foram envolvidos. Resultado: 18 mandados de prisão. Oito eram servidores do Incra no Pará. Foram todos demitidos, o Incra modificou toda a sua direção. Houve intervenção, hoje tem uma nova direção e houve um desbaratamento total dessa quadrilha no Pará.

Próximo

E, finalmente, a Operação Curupira, que foi lançada recentemente. Todos a acompanharam pela Imprensa, a maior operação da Polícia Federal, 480 policiais federais e que resultou na prisão de 126 pessoas do Ibama, do órgão estadual de controle, da Fema estadual de Mato Grosso e um conjunto enorme de empresários e despachantes. Essa foi a operação mais conhecida.

Próximo

O que é importante destacar, Sr^{as} e Srs. Senadores é que essas operações não ocorrem por acaso, não caíram do céu, elas estão sendo organizadas em nome do plano, de forma estruturante para identificar, dismantlar as quadrilhas e garantir o fim da impunidade. Essa tela mostra a revolução no sistema de controle da Amazônia, que foi oferecida por este Governo no ano passado. Chama-se Deter – Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real. Essa tela que está aí, Sr^{as} e Srs. Senadores, está disponível na Internet para qualquer cidadão brasileiro. Qualquer cidadão pode entrar e identificar desmatamentos ocorrendo em tempo real, com uma defasagem de apenas 15 dias. Aparece ali. Cada polígono desse, cada ponto

na imagem de satélite é um desmatamento identificado. Você clica nesse ponto e ele lhe informa o município, o local preciso da ocorrência, e se você tiver um sistema de mapeamento por computador, você clica no botão e ele lhe envia automaticamente o mapa da área e você pode incluir no seu próprio mapa e fazer todo o seu trabalho de controle e de pressão e de atuação junto ao poder público.

Próximo

Esse sistema permite, pela primeira vez que se resolva dois problemas. Primeiro, saiba o que está ocorrendo em tempo real. Aí está o sistema, como é feito, envolve novos satélites utilizados pelo Inpe, gera aquele dado lá embaixo que é enviado ao Ibama.

Próximo

O que chega ao Ibama? Observem esse mapa. Esse mapa é enviado para as bases de operação do Ibama. Esse mapa mostra onde existe indício de desmatamento, precisamente quais são as suas coordenadas geográficas, quais são as vias de acesso.

Hoje, o fiscal, na ponta, tem um poder discricionário tremendamente reduzido. No passado, na realidade, não havia controle. A fiscalização era feita por quem estava na ponta. Se ele ia ou não à área, não sabíamos. Se ele encontrava ou não desmatamento, não sabíamos. Se ele encontrava desmatamento e autuava ou não, não sabíamos. Hoje, não. Hoje, o sistema, automaticamente, informa onde há ocorrência, e o Ibama, por meio de seu Centro Nacional de Controle e com as bases interligadas, pode ter a certeza de que aquela área foi verificada e de quais as providências adotadas no sentido de punir os responsáveis e de impedir que o desmatamento continue ocorrendo.

Esse controle é preventivo, porque estamos monitorando em tempo real. O desmatamento na Amazônia não ocorre de um dia para o outro, demora meses. Se chegamos em tempo, no início, podemos impedir que ele se propague.

Essas fiscalizações, agora, são integradas, como já falei. Envolvem a Polícia trabalhista, ambiental, fundiária, tributária e rodoviária.

Esse é um exemplo de 2005. Observem que esse sistema já foi capaz de, em abril de 2005, quando ainda havia muitas nuvens que dificultavam o monitoramento, permitir, por exemplo, que o Estado de Mato Grosso inteiro fosse monitorado até o dia 31 de abril. Já foi identificado até o dia 31 de abril, em Mato Grosso, o desmatamento de 3,2 mil quilômetros quadrados, só neste ano, o que mostra a gravidade do problema nesse Estado.

Estou concluindo. Outra frente: fomento de áreas produtivas. Foram feitas alterações nos instrumentos de fomento para apoiar o financiamento público. Primeira-

mente, houve o fundamental: os fundos constitucionais já foram modificados, o Ministro Ciro Gomes já reviu as regras para adequar o manejo ao uso da floresta, e o Protocolo Verde já está sendo transformado em norma do Conselho Monetário Nacional, para se seguir por todo o sistema financeiro. Na Amazônia, por exemplo, o financiamento é o maior do sistema não público, no caso de Mato Grosso e de Rondônia.

Quanto ao Cadastro de Inadimplentes Ambientais, seria o Cadin Verde. Quem tem passivo ambiental não poderia obter crédito do Governo Federal.

Houve a intensificação do Plano de Capacitação. Criamos o Cenaflor, o Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal. Teremos duas bases na região da BR – 163. Isso dará uma capacitação de operação da floresta com muito mais qualidade.

Finalmente, na área de ordenamento territorial, a primeira ação fundamental foi a Portaria conjunta nº 10, do Incra/MDA, que modificou todo o sistema de cadastro de pretensão de posse na Amazônia. Hoje, esse sistema está totalmente vedado à corrupção. Temos o controle da situação daquela região. Graças a esse sistema, já foram inibidos cerca de 10,5 mil CCIRs, Certificados de Cadastro de Imóvel Rural, que eram utilizados para obter financiamento e autorizações de desmatamento em terras públicas de forma ilegal.

Quanto à mudança na estrutura fundiária da Amazônia, o Presidente Lula criou 82 mil quilômetros quadrados de unidades de conservação em zonas de conflito e nas frentes de expansão da fronteira agrícola, homologou 93 mil quilômetros quadrados de terras indígenas, criou 3.760 quilômetros quadrados de projetos de assentamento sustentáveis, envolvendo extrativistas, desenvolvimento sustentável e assentamentos florestais. Também inibiu 10,5 mil CCIRs, como já falei, e, graças ao apoio do Senado, ontem, instituiu uma limitação administrativa provisória em 80 mil quilômetros quadrados na região de influência da BR – 163, onde houve recorde de desmatamento do Pará, no ano passado.

Esse é um mapa, Sr^{as} e Srs. Senadores, que mostra, em destaque, as unidades de conservação e as terras indígenas homologadas. Como V. Ex^{as} podem ver, todas as grandes unidades de conservação estão na frente da expansão da fronteira agrícola. Portanto, diferentemente do passado – em que as unidades de conservação eram criadas em zonas importantes, porém remotas –, as unidades que o Presidente da República criou estão nas zonas de conflito, impedindo que populações locais sejam expulsas de forma ilegal e garantindo a estabilização da fronteira agrícola.

Finalmente, essa é uma tabela que mostra o caso das unidades de conservação. Chamo atenção para o

período que vai de 2003 a 2005, para os dois anos e dois meses de Governo, em que o Presidente Lula já havia criado 7,7 milhões; agora, em maio, completou 8,3 milhões. Portanto, nós já temos uma contribuição, no total na Amazônia, em dois anos de governo, de 13,9%. Mas estão em fase final de estudo mais 16 milhões de hectares. Portanto, no período do Governo do Presidente Lula, nós teremos acrescido na Amazônia, se tudo correr bem e se os processos forem concluídos de forma satisfatória, 24.750.000 hectares de proteção, que será equivalente a 44% de tudo o que foi criado na Amazônia desde as primeiras unidades de conservação, estabilizando a fronteira agrícola e garantindo o uso sustentável da floresta.

Muito obrigado. Era isso, Sr^a Ministra.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Muito obrigada, Dr. João Paulo Capobianco, nosso Coordenador do Plano de Combate ao Desmatamento, no âmbito do Ministério.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, senhores e senhoras presentes nesta Comissão, primeiro, quero dizer que o Presidente Lula, quando me fez o convite para a Pasta do Meio Ambiente, me fez um desafio, que era o de fazer política de governo, e não política de ministério. Eu já sabia que, mais do que política de ministério, nós tínhamos necessariamente que fazer política de país, porque meio ambiente num País como o nosso, que é detentor de 11% da água doce do planeta, 20% das espécies vivas do mundo, e que tem uma responsabilidade enorme no equilíbrio do planeta, é uma tarefa gigantesca e, portanto, não poderia ser tarefa de um único Ministério, de um Ministério setorial. Teria, necessariamente, que ser uma tarefa de governo. E mais do que uma tarefa do Governo Federal, mas uma parceria constante com os governos estaduais, com os governos locais, com a comunidade científica, com as organizações sociais e, principalmente, com a opinião pública nacional. E, como nós não vivemos numa ilha, como muito bem falou o nosso Senador, a opinião pública internacional acompanha o que acontece na Amazônia com muita preocupação, porque esses acontecimentos repercutem na vida do planeta.

De sorte que esse desafio e esse honroso convite teriam que ser necessariamente acompanhados da devida humildade e do reconhecimento de que não poderia ser uma tarefa para a Ministra do Meio Ambiente. A primeira coisa que nós fizemos foi um levantamento da situação da Amazônia, que envolvia desde a problemática do desmatamento à problemática social, às ações de investimento, principalmente as ações de infra-estrutura, e uma análise em cima dessa situação, inclusive dos aspectos do avanço científico e tecnológico na Amazônia, que é uma ferramenta fundamental

para que aquela região consiga se desenvolver com sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e – eu sempre acrescento – política e ética. E, ao fazermos essa análise, chegamos à conclusão de que o problema do desmatamento da Amazônia não poderia mais ser tratado de forma pontual e esporádica; de que deveríamos enfrentá-lo no âmbito de um programa maior, que é o Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia, o PAS, que é coordenado pelo Ministro Ciro Gomes e tem o Ministério do Meio Ambiente na sua Secretaria-Executiva.

Isso aconteceu já no início do Governo, em abril, quando o Presidente Lula foi pela primeira vez à Amazônia, ao Estado do Acre. Nós sabíamos que os Srs. Governadores, inclusive o Governador do meu Estado, iriam apresentar as suas legítimas demandas econômicas, sociais, e, como não podia ser diferente, iriam falar da perspectiva dos seus Estados, mas que caberia ao Governo Federal apresentar uma proposta ampla que comportasse as demandas específicas mas que tivesse um pensamento estratégico para o desenvolvimento regional, e que esse desenvolvimento regional não passaria por ações autoritárias, de cima para baixo, mas que deveria ser um processo inclusivo das diferentes propostas já existentes, dos diferentes olhares, dos diferentes interesses. E, então, o Presidente Lula editou o decreto, estabelecendo que um conjunto de oito Ministérios trabalhasse essa proposta, inicialmente, com a participação dos Governadores. Esse programa, no que concerne à ação governamental, já foi concluído. Já, agora, ele está sendo validado pelo debate com a opinião pública, com os diferentes segmentos da sociedade, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência. Esse programa é o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia.

Muita gente diz: “Ministra, estamos com dois anos e seis meses de governo e cadê o PAS?” Diferentemente dos outros processos de planejamento, onde se cria uma peça literária nos gabinetes de Brasília e, em seguida, tenta-se implementar na realidade concreta aquilo que se imaginou, o PAS é um processo vivo, fruto das experiências já existentes. Por isso, digo que temos de ter uma boa dose de humildade ou, pelo menos, devemos ser obrigados a tê-la em função da realidade que se expressa.

Então, o PAS, na verdade, é um esforço do Governo Federal de transformar em políticas públicas de desenvolvimento sustentável o que já havia de concreto na região, aperfeiçoando e ampliando esse processo. Assim, todo o nosso esforço já se expressa em ações concretas. O PAS já está acontecendo na prática. Onde ele está acontecendo na prática? No Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR-163; na revisão

das obras de infra-estrutura da Amazônia, a partir de cuja análise chegamos à conclusão de que essas ações, em si mesmas, não podem ser consideradas nem boas, nem más. O processo pelo qual elas se efetivam é que leva aos grandes impactos ambientais e sociais, porque não se consideraram determinadas dinâmicas, inclusive a diversidade social, cultural e ambiental que existe na Amazônia.

Então, essas ações estão em curso. O Plano BR-163 Sustentável, como disse o Secretário João Paulo Capobianco quando chegamos, se deu ao ensejo do projeto de asfaltamento de uma estrada. Iria haver uma licitação e um consórcio privado faria o asfaltamento. Nós, do Ministério do Meio Ambiente, analisamos esse investimento, importante para o Mato Grosso, importante para o Estado do Pará, e chegamos à conclusão de que a estrada, se feita da forma como estava prevista no processo, causaria um desastre ambiental. Quando se faz uma estrada, cinquenta quilômetros de um lado e do outro da rodovia são destruídos – e, no coração da Amazônia, isso seria desastroso. O que fizemos? Avaliamos o investimento, qualificamos como de altíssimo impacto ambiental e sugerimos ao Governo que ele só poderia ser feito se tais medidas fossem tomadas. Quais seriam essas medidas? Um plano de desenvolvimento da área de abrangência da BR-163, que abrange 25% da Amazônia. O que esse plano deveria alcançar? Deveria alcançar a valorização do patrimônio sociocultural e ambiental dessa região, a promoção da cidadania e da justiça social, a viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras, o uso sustentável dos recursos naturais, além de ações de ordenamento e regularização fundiária e gestão ambiental estratégica na região, a partir do seu zoneamento ecológico-econômico. Isso é o PAS acontecendo na prática.

Ações de combate ao desmatamento da Amazônia.

Não é fácil você ser da Amazônia; não é fácil você ter uma equipe em que, do Presidente do Ibama ao Secretário de Florestas e Biodiversidade, todos são ambientalistas de “carteirinha”. Economistas, médicos, advogados, engenheiros, geneticistas, agrônomos, as pessoas dessa equipe são ambientalistas e tomar a decisão de que não faríamos pirotecnia nos primeiros anos do governo. Ou seja: como dizia minha avó “dispor o couro para apanhar que só tábua de pisar tabaco, pisar fumo”.

Estando a sociedade em uma situação em que a taxa de crescimento estava na ordem de 27%, o Governo dizer que não iria baixar um decreto, uma medida provisória, uma moratória ou algo que daria boa manchete na mídia internacional e ficaria durante

alguns meses na imprensa nacional, foi a atitude que tomamos. Essas atitudes não teriam sustentabilidade na realidade concreta. Com isso, não estou querendo desqualificar os antecessores que tomaram medidas na base de comando e controle e que foram eficientes. Quero aqui reconhecer que foi corajosa a decisão do Governo anterior quando, em 1995, quando a taxa de desmatamento – a maior da história do desmatamento da Amazônia – foi pra 29 mil Km², editou a medida provisória aumentando a reserva legal de 50% para 80%, com sustentabilidade política quase zero na região. Lembro-me de que, nas audiências públicas que eram feitas para a medida provisória, toda a base de sustentação do Governo era contra. Havia uma pessoa da oposição, que era favorável, a Senadora Marina Silva.

Eu entrava nas audiências públicas no querido irmão, primo, vizinho Estado de Rondônia e participava. Numa delas, realizada em local de rodeio, com milhares e milhares de pessoas gritando, vaiando e querendo minha jugular, eu estava apoiando a medida provisória do Governo, que, acho, foi corajoso. E estou dizendo isso porque quero deixar bem claro que não estou desqualificando as ações de comando e controle do Governo anterior. No entanto, o processo histórico vai se esgotando. O que já fizemos já foi feito, não há como repetir o que já foi feito. O que foi feito já deu o seu resultado e continuará dando.

Coube ao Governo do Presidente Lula uma tarefa gigantesca, que deve ser entendida com essa magnitude: fazer uma ponte entre a dinâmica do desenvolvimento da Amazônia e o processo de preservação, conservação e uso sustentável dos nossos recursos naturais. Decidimos que íamos optar pelo caminho estruturante. Não vamos fazer pirotecnia, não vamos fazer cosmético ambiental na Amazônia. Sugerimos ao Presidente Lula, por meio do Ministro da Casa Civil, que desde o início compreendeu a proposta e militou por ela dentro do Governo, que se deveria envolver treze Ministérios no esforço de combater o desmatamento da Amazônia.

Trabalhamos durante todos os meses que aqui foram referenciados e lançamos o plano em março de 2004. É um conjunto de 140 ações, envolvendo uma cifra de 390 milhões de reais, com recursos, principalmente na fase inicial, para essas ações estruturantes de comando e controle.

O plano de combate ao desmatamento propõe ações no rumo do comando e controle, que são as que estamos promovendo. Aumentamos em 83% as grandes operações de fiscalização na Amazônia, num trabalho integrado do Ibama, Polícia Federal, polícia Rodoviária, Exército, parceiros locais, governos es-

taduais, de modo que o resultado pôde ser sentido, porque nossa posição sempre foi a de não satanizar governo de ninguém. E o Estado do Pará, no esforço conjunto, em que pese ser um Estado problemático, com problemas tanto ou maiores do que – não tenho medo de dizer – o Estado de Mato Grosso, apresentou uma redução, ele, que era o campeão do desmatamento quando assumimos em 2003, de 25% com essas ações integradas, o Estado do Maranhão, o Estado do Amazonas, o Estado do Tocantins e o Estado do Acre. Quem continua numa situação difícil? O Estado do Mato Grosso, como os senhores viram, 48%; o Estado de Rondônia, 15%.

Esse conjunto de 142 ações, um orçamento de R\$390 milhões serão medidos a partir, agora, efetivamente, de 2005. Por que estou dizendo isso? Porque o plano começou a ser implementado em março de 2004, portanto a avaliação do plano só alcançou quatro meses da sua implementação, e nós não podemos jogar esse esforço que é dos governos estaduais, da sociedade civil – e quero valorizar isso aqui –, de pesquisadores, de organizações não-governamentais, de governos locais, do Governo Federal, através da Secretaria da Amazônia, que sempre formulou políticas para a Amazônia, não jogar esse esforço no mato porque tudo o que se queria – e que eu sempre dizia – é que desmatamento tinha que ser tratado de forma estruturante pelos vários setores de Governo, em parceria com os diferentes segmentos da sociedade, incidindo sobre as questões de ordenamento territorial e fundiário, sobre as ações de infra-estrutura e principalmente combatendo uma cadeia corrupta que funciona há décadas na Amazônia. Então esse sempre foi o discurso de todo mundo.

Ora, no momento em que tem um governo que tem a coragem de colocar isso no papel, transformar em políticas públicas, após quatro meses de implementação, as pessoas olham e dizem: o plano fracassou, o plano não deu certo. É uma desconstituição de um esforço de mais de vinte anos de diferentes segmentos da sociedade e que, num determinado momento, isso é sistematizado e transformado em políticas públicas e está sendo implementado. E nós já vimos que deu certo. O esforço endógeno do Ministério do Meio Ambiente em aumentar em 83% as suas operações de fiscalização já deu resultado nos Estados que mencionei. Em 2003, nós apreendemos 73 mil metros cúbicos de madeira; em 2004, apreendemos 60 mil metros cúbicos de madeira; e agora, em abril, no início, nos três primeiros meses de 2005, nós já apreendemos 53 mil metros cúbicos de madeira. Notem que, com a implementação do plano, o cerco vai-se fechando, e as ações estruturantes não podem ser apenas a polí-

cia e o Ibama, o Exército, não, tem que ser política, e política pública com “p” maiúsculo.

Aí nós enviamos para o Congresso Nacional o projeto de lei de acesso aos recursos florestais que estabelece a gestão de florestas públicas, cria o Serviço Florestal Brasileiro e cria o fundo para o fomento às atividades florestais sustentáveis.

Existem duas críticas que são feitas ao projeto de floresta. Uma, altamente considerada e respeitada pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula, é a proposta, a visão crítica daqueles que têm preocupações de que esse projeto não vai estar abrindo para madeireiras asiáticas, de que não vai estar secundando os pequenos, de que não vai estar fazendo a promoção, a legalização da grilagem e outras preocupações que são elencadas, inclusive com a proteção da nossa biodiversidade. Essas pessoas são pessoas que de boa-fé fazem a crítica. Quero separar essas pessoas. Mas existem aqueles de crítica inconfessa, que não põem o rosto fora da toca e que agora tiveram que botar pela ação da Polícia Federal no Mato Grosso e que, no âmbito da Operação Arribação, que estamos transformando a Operação Setembro Negro, a Operação Curupira e a Operação Faroeste, num convênio com a Polícia Federal, que será assinado: Polícia Federal, Ministério do Meio Ambiente, Ibama, Ministério Público, Ministério da Justiça na Operação Arribação. Isso é um sinal claro de que estaremos combatendo a corrupção e esses que tiveram que botar a cara para fora no Mato Grosso, vão botar a cara para fora em outros Estados, com a graça de Deus e o trabalho operoso que está sendo feito pela Polícia Federal junto com o Ibama.

Estou dizendo isso, porque esses criticam o projeto porque sabem que com concessão de floresta pública não haverá mais espaço para grilagem de terra e nós estaremos fazendo isso que falei: vivendo desafio de que nesse momento não é apenas as ações de comando e controle, não é apenas criar o marco legal, é você usar com base na legislação existente, de forma sustentável os recursos naturais, tanto florestais, madeireiros, não madeireiros, os nossos recursos de mineração e os meios que dispomos para desenvolver a Amazônia e o seu 21 milhões de habitantes em bases sustentáveis.

Esse esforço do Plano de Combate ao Desmatamento é dialogar com todas essas dinâmicas. Fiz questão de que o Secretário fizesse a apresentação técnica antes, para que a gente possa separar o joio do trigo sem nenhum preconceito pelo joio porque ambos fazem parte da nossa biodiversidade.

Exatamente para que esta Casa, que tem responsabilidades e que ontem demonstrou isso muito cla-

ramente, no lugar de se colocar numa posição de que o plano fracassou, nos ajude a implementar o plano. Aprovando a medida provisória de ontem: é o Congresso ajudando a implementar o plano; aprovando o PL de gestão de floresta pública, é o Congresso ajudando a implementar o plano; viabilizando recursos para o Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR-163, é o Congresso ajudando a implementar o plano. Uma obra dessa magnitude sair do número, inaceitável de 26 mil quilômetros quadrados, que nós em hipótese alguma queremos minimizar esse impacto, embora tenhamos que dizer aqui que há um desmatamento evitado sim, e que às vezes a gente não valoriza aquilo que a gente fez, porque, muito corretamente a gente fica de olho naquilo que a gente ainda não fez, se não tivesse caído de 27% para 6%, o desmatamento teria sido maior do que 29 mil quilômetros quadrados em 2003.

De sorte, Sr^{as} e Srs. Senadores, que esse plano e esse esforço que está sendo feito, atuando em várias frentes – não tenho medo de dizer – é a ação mais ousada e ambiciosa de um Governo para enfrentar algo que já conseguiu superar as várias fases de freio que foram colocadas. O Secretário colocou: Em 1991, quando tirou o incentivo fiscal: tivemos uma queda. Em 1995, quando baixou a medida provisória e fatores econômicos também incidiram sobre essa dinâmica tivemos uma queda. E agora, temos que utilizar de todas as ferramentas para poder incidir de fato na queda taxas de desmatamento. Como é que vamos conseguir isso?

Exatamente utilizando de forma intensiva com as tecnologias e os estudos já realizados pela Embrapa, as áreas já convertidas de mais de 600 mil quilômetros quadrados, 160 mil quilômetros quadrados de área abandonada e semi abandonada para a produção de grãos, para a pecuária e atividades que podem dobrar os nossos rebanho sem precisar derrubar mais um pé de mato.

No âmbito do plano de combate ao desmatamento, essa é uma responsabilidade do Ministério da Agricultura de apresentar o programa de agricultura sustentável para a Amazônia.

As ações de regularização fundiária: há trinta anos que não se faz regularização fundiária nesse País. O Ministro Miguel Rosseto, com a Portaria nº 10, estabelecendo o recadastramento de todas as propriedades na Amazônia, já tento inibido 10 mil propriedades que não têm acesso a crédito, que não têm condição de fazer transação comercial porque não comprova a origem de boa-fé da sua propriedade e claramente fica claro que é ação criminoso de grilagem, assim é uma forma de combater o desmatamento.

Quando o Ministro dos Transportes pára o processo de feitura da BR-63 e começa a trabalhar o plano de abrangência para 25% da região e o Governo cria Unidade de Conservação, demarca terra de índio, estabelece o Zoneamento Ecológico e Econômico com os Municípios, tudo isso demonstra que estamos fazendo a implementação do plano de forma integrada nas diferentes frentes.

Sr. Presidente, para concluir e depois me colocar à disposição, gostaria de fazer uma menção nesta Casa. A Operação Curupira é um esforço, no âmbito do Plano de Combate ao Desmatamento, que começou há 20 meses. É um esforço do Ibama, que começou as investigações a partir da decisão do seu Presidente, Dr. Marcos Barros, em relação a denúncias que encontramos; é um esforço do Ministério Público, grande parceiro nosso; e da Polícia Federal, que dispõe das ferramentas para alcançar aquilo que não temos legalmente como fazer, e nem queremos, porque não queremos infringir em absolutamente nada a lei ou os direitos de quem quer que seja, mas, para investigar, a Polícia Federal pode.

Descer no Estado do Mato Grosso, no dia 2 deste mês, 480 policiais federais e 32 agentes do Ibama para fazer a Operação Curupira não é algo que acontece de um dia para o outro. As pessoas perguntam: “Por que levaram 2,6 anos para fazer isso, Ministra? Por que não fizeram logo?” Às vezes digo que talvez a pergunta certa fosse como essa quadrilha funcionava há 14 anos e, em 2,6 anos, conseguiram desbaratá-la? Porque ela funciona; o Delegado Lacerda disse que ela funciona desde antes, desde o antigo IBDF.

No dia 2, dia da operação, os oito envolvidos em ilícitos, em casos de corrupção, que são de livre provimento, estavam exonerados no Diário Oficial, inclusive o gerente do Mato Grosso e os 39 funcionários do Ibama envolvidos, lamentavelmente, porque o Ibama é uma instituição séria, que tem profissionais sérios, dedicados, abnegados – o que nós estamos fazendo é dar honra a quem tem honra e limpar aqueles que precisam sair da instituição, porque estão tirando a honra dos que de fato se dedicam à questão ambiental. Fazer com que esses já estivessem afastados, de acordo com o Diário Oficial do dia 2, dia da operação, com processo administrativo disciplinar instaurado, com a equipe que iria substituí-los manejada no Mato Grosso, um interventor nomeado e o Presidente do Ibama, juntamente com a Polícia Federal e com o Ministério Público, no Estado, comandando as operações é uma prova inequívoca de que foi um processo planejado palmo a palmo: Ministério, Ibama, Polícia Federal e, até certa altura, o Ministério Público, porque, na noite da operação, o Ministério Público – não vou questio-

nar suas razões, estou aguardando o relatório desse órgão – incluiu nomes de outras pessoas. E esses eu não tinha como exonerar, porque não recebi antes, como recebi da Polícia Federal e do próprio Ministério Público os nomes que vieram no primeiro relatório da Polícia Federal.

Digo isso porque estamos fazendo um esforço gigantesco para fazer com que essas operações, em vez de ser um prejuízo econômico, social, ambiental e moral para o nosso País, possa se constituir exatamente no seu oposto.

No dia seguinte, liguei para o Governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, e ele me disse: “Ministra, dê-me duas semanas para que eu organize a casa. Já fiz aqui uma intervenção, como a senhora fez no Ibama do Mato Grosso e, após esse momento, sentaremos para conversar”, a exemplo do que fizemos e estamos fazendo com o Governo do Pará. Todo esforço que vem sendo feito, ele teve início em janeiro de 2003 e irá até 31 de dezembro de 2006. Mesmo no caso lamentável do assassinato da Irmã Dorothy, em que as pessoas dizem: agora, vem um pacote. Não foi pacote nenhum, o que estava sendo feito continua a ser feito, as reservas que foram criadas, iam ser criadas no dia 20, 25 por aí, nós antecipamos para o dia 18 porque não tinha festa a fazer com aquele assassinato. Então, nós antecipamos a criação, mas ia ser criada dia 20, não há diferença de data, era só uma questão de manejar a oportunidade, é porque já vinha sendo feito. E essa foi a opção do caminho estruturante que eu acabei de mencionar. Isso tem um custo.

E eu vou concluir.

Porque, quando saiu o índice de desmatamento, e o Mato Grosso configurava com 48%, muitas pessoas perguntavam: o que vai ser feito no Mato Grosso? E agora, Ministra, o Mato Grosso? E eu não podia dizer o que ia ser feito no Mato Grosso nem o Presidente do Ibama podia dizer o que ia ser feito no Mato Grosso porque a Polícia Federal sempre nos orientou que qualquer coisa que nós disséssemos e que nós fizéssemos iria estragar o nosso trabalho, porque não se queria pegar um ou dois, são 400 empresas fantasmas envolvidas, 39 funcionários de carreira. Desses 39 funcionários de carreira, 23 ocuparam cargos de confiança em vários Governos. E eu aqui também não estou fazendo nenhuma acusação. O que eu estou dizendo é que a questão de ser correto não é um problema de ser de carreira ou não de carreira, é um problema de caráter, é um problema de caráter. Existem boas pessoas que contribuem com os governos e que não são do quadro e existem excelentes servidores que contribuem com os governos, inclusive eu convidei vários para participar da gestão do Ministério e que dão boas contribuições,

gente ruim, como dizia a minha avó, tem em todo canto, e gente boa também tem em todo canto. Essa é a lição que nós estamos tirando desse processo. E, quando nos perguntavam, nós não dizíamos o que ia ser feito, mas sabíamos que ia ser feito. E é claro que você tem que pedir muito a Deus serenidade, porque, mesmo tendo sido planejada há 20 meses, ainda as pessoas diziam: após os índices alarmantes, o Governo resolveu fazer a Operação Curupira. Como se isso fosse algo que se conseguisse fazer em um mês, dois meses. É um trabalho estruturante em vários sentidos e, agora, nós estamos transformando numa ação institucional, colocando no papel aquilo que nós já estamos fazendo na prática. E outros aspectos eu gostaria de colocar aqui. Mas, para finalizar mesmo, nós estamos tratando esse problema no âmbito do Programa Amazônia Sustentável, do Programa BR-163 Sustentável, do Plano de Combate ao Desmatamento e do Programa de Desenvolvimento Sustentável para as Populações Tradicionais da Amazônia que têm a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social do Ministro Patrus Ananias. Trabalhar com tantos Ministérios, só na Amazônia, mas hoje nós temos uma agenda com 16 Ministérios num conjunto de 32 grandes ações planejando o meio ambiente nas ações dos outros setores de governo para poder viabilizar uma das nossas diretrizes que é de política ambiental integrada. A nossa política está fulcrada em controle e participação social, em desenvolvimento sustentável, em política ambiental integrada e fortalecimento do sistema nacional de meio ambiente para fazer frente a tudo isso que nós estamos vendo apenas uma parte na questão do desmatamento da Amazônia. E que, se nós formos descer a lente para o cerrado, para a caatinga, para a mata atlântica, para os recursos hídricos, para a biopirataria, que tem um projeto tramitando no Congresso há 13 anos e ainda não foi aprovado, nós vamos ver que o desafio é muito maior do que a Ministra do Meio Ambiente e é uma responsabilidade do País na qual eu não me furto de estar aqui prestando contas das minhas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PPMDB – TO) – Eu queria agradecer a palavra da Ministra pedir ao Senador Leomar Quintanilha que assuma a presidência desta reunião e estou inscrito para debater depois.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – A inscrição de V.Exª será providenciada.

Eu quero agradecer a condução dos trabalhos até então pelo eminente Senador Sérgio Guerra, Pre-

sidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na realização conjunta desta audiência pública em decorrência de requerimentos dos eminentes Srs. Senadores Serys Slhessarenko, Siba Machado, de minha própria autoria, e também com a participação da Comissão de Relações Exteriores com a presença do Presidente da Subcomissão da Amazônia, Senador Jefferson Peres.

Nós vamos passar à segunda parte dessa na audiência pública que contou com a presença da eminente Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, nossa querida colega, Marina Silva, e que conta também com a presença do Dr. Cláudio Langoni, Secretário-Executivo do Ministério, Dr. Marcos Barros, Presidente do Ibama, Dr. João Paulo Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas, e também Coordenador do Plano de Combate ao Desmatamento; do Dr. Carlos Vidente, assessor especial, e da Assessora Parlamentar, Jaura Rodrigues.

Nós passaremos, então, à participação dos Srs. Senadores.

O primeiro inscrito, autor do requerimento, Senador Siba Machado. Tem V.Exª a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Combinação de tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Cinco minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Cinco minutos. O relógio vai avisar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Sem tolerância.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Sem tolerância.

Então, vamos aproveitar bem o tempo.

Em primeiro lugar, eu quero saudar aqui a nossa companheira, Senadora Ministra Marina Silva, o Presidente desta comissão de Meio Ambiente, Senador Leomar Quintanilha, o nosso querido Senador Jefferson Peres, das Relações Exteriores, Presidente da Subcomissão da Amazônia, o Presidente do Ibama, Marcos Barros, ao João Paulo Capobianco, Secretário de Florestas, demais Srsªs e Srs. Senadores, esse debate realmente eu tenho, em primeiro lugar, uma alegria em saber que tantas pessoas se preocupam com a Amazônia, isso – eu acho que isso ajuda – mas, de outro lado, a tristeza de saber que quando é para a Amazônia as atenções são únicas. Quando nós falamos das outras responsabilidades ambientais, infelizmente, o mundo inteiro, o Brasil inteiro, parece que não se importa com o que acontece.

Lembrando que o Ministério do Meio Ambiente, no meu entendimento, tem que trabalhar a vegetação de qualquer natureza, a água, o ar, solos, mineração

e tudo mais, ou seja, qualidade de vida e dos recursos naturais. Olhando para a cobertura florestal pelo que me consta nós temos nove biomas, campos naturais, manguezais, caatingas, araucárias, cerrado, Mata Atlântica, e Amazônia. Mas, infelizmente, apenas esta última traz tanta atenção. Em termos de conversão, os números não são, digamos assim, os mais eficazes, mas para fazer um quadro comparativo de algumas, o cerrado já perdeu 30% da sua cobertura; araucária, as 99% de agressão; a Mata Atlântica, 93%; o cerrado, 57%; e a Amazônia, 18%, sem contar, ainda, com os manguezais, os demais aqui que não me consta aqui os números.

Ministra Marina Silva, é preciso, em primeiro lugar, parabenizar V.Exª porque a cada dia que passa nesses vinte anos que conheço V.Exª, tem surpreendido a cada instante. Assume o Governo em meio a um tiroteio, de polêmicas, de situação ambígua, de posições as mais diferenciadas, as mais apaixonadas possíveis. Em alguns momentos, eu acho até relegando o verdadeiro ponto que deveria ser tratado esse debate muito apaixonante no Brasil, que são as questões ambientais.

Em alguns momentos, a sociedade brasileira fica dizendo que há uma disputa entre o Governo, entre os que defendem o meio ambiente e coisa parecida.

Já ouvi V. Exª dizendo que uma vez foi criticada porque dentro do Ministério do Meio Ambiente está cheio de pessoas ambientalistas. E a resposta de V. Exª foi a de que como também no Ministério da Educação deverá ter educadores, na Ciência e Tecnologia deverá ter pesquisadores e assim por diante.

Então, diante disso, queria saber se é possível trabalharmos aquilo que é, digamos assim, a linguagem que as pessoas gostam de ouvir. Em termos de número, se o principal produto da Amazônia, em termos vegetais, é a produção madeireira, digamos que consta aqui que, para 2004, foram produzidos vinte e sete mil metros cúbicos de madeira, em toras. O consumo nacional absorve 70% disso e 30% é para exportação. Porém, a produção certificada é muito pequena ainda, crescente, mas muito pequena.

A primeira pergunta é: qual é o esforço que o Governo brasileiro poderia fazer, em campanha nacional, para, primeiro, qualquer empresa exportadora deste produto obrigatoriamente só exportar com material certificado? Segundo, campanha para o consumidor brasileiro, que é o maior consumidor deste produto, só consumir, e as principais empresas de transformação e comercialização do produto só trabalharem através do material certificado.

A outra: quais são as oportunidades de negócio que o Brasil pode trabalhar através do Tratado de Kyoto,

tendo em vista que estamos falando de crescimento mesmo. Então, as pessoas ganharem dinheiro através do Protocolo de Kyoto, tratado agora, não é?

Outra pergunta, Ministra, a respeito da legislação. V. Exª falou umas coisas aqui interessantes. Na legislação quais são outras matérias complementares a este tema, que tramitam no Congresso Nacional, e que poderia, quem sabe, essas Comissões aqui reunidas e seus membros atuarem fortemente para verem a cabo a aprovação dessas matérias?

Por último, a preocupação aqui, para não exagerar no tempo, que nos traz aqui também, os programas já foram citados, mas, como membros da CPMI da Terra, hoje tenho um convencimento de que o desmatamento está ligado não só à questão da corrupção, já muito bem lembrada aqui por V. Exª, mas se há o vínculo com a grilagem, com o narcotráfico e se existem mesmo suspeitas de que o aparato de inteligência dessa grilagem, desse desmatamento está levando também a um conhecimento vasto sobre cartórios, atuação de cartórios na região, sobre a situação de uso de laboratórios...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Siba, V. Exª tem um minuto para concluir o seu questionamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E eu agradeço muito a V. Exª, já estou encerrando.

O aparato de inteligência cartórios, a questão de uso de laboratórios de uso de geo-processamento, ou seja, se há pirataria de informações precisas de órgãos como o Impe, o Nasa, ou seja lá quem for, no sentido de fornecimento de informações de imagens de satélites de novas áreas que possam gerar, digamos assim, maior segurança de apropriação indevida e de desmatamento.

Sr. Presidente, para não exagerar no tempo eu gostaria de... Ah! sim, não posso esquecer disso: se V. Exª poderia nos adiantar se o Programa de Amazônia é sustentável, em que pé que anda, em que momento que ele anda e mais ou menos quais os principais que ele se propõe a atuar no desenvolvimento da região?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para dar mais racionalidade ao trabalho, vamos ouvir um bloco de três Srs. Senadores e aí então ouviremos as respostas da Ministra ou a quem for questionado.

Estão inscritos, nesse primeiro bloco, os Senadores Jonas Pinheiro e Jefferson Péres.

Com a palavra então o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srª Ministra, Senadora Marina Silva, agrade-

ço à Senadora Serys Slhessarenko por ter me dado a oportunidade, uma vez que tenho que viajar nesse instante para Luís Eduardo Magalhães, onde estamos participando agrishow.

Srª Ministra, parabéns pela apresentação. Concorro com V. Exª, sobretudo no que se refere ao assunto Ibama/madeireiros. Entendo que foi feita uma limpeza com relação aos madeireiros do Brasil. Falei hoje com o Dr. Marcos, Presidente do Ibama, de disse-lhe: o que faremos com os bons madeireiros, com aqueles que cumpriram a lei, trabalharam conforme determinam as regras do Ibama? Eles estão parados, têm compromissos, têm contratos a cumprir, inclusive contratos de exportação. Eles estão sem condições de trabalhar porque não têm as autorizações devidas.

Esse é o único problema que vejo nessa área dos madeireiros.

Srª Ministra, falam muito no Governador Blairo Maggi. Falam que ele é o estuprador da Amazônia, que ele é o grande vilão da floresta amazônica. A família do Governador Blairo Maggi planta quase 150 mil hectares e nenhum hectare em floresta! Eles plantam tudo em cerrado. É cultura da família plantar em cerrado. Há dez anos que eles não desmatam nada. Hoje eles estão aumentando sua lavoura em cima dessas áreas já desmatadas e sem aproveitamento. O mesmo aconteceu com os 60 mil hectares que arrendou do Sr. Olacyr de Moraes e também, em Tanguro, onde ele comprou uma fazenda que tinha 28 mil hectares de área degradada. Ele usou essa área.

Portanto, não há nenhuma relação do Governo de Mato Grosso com o Governador do Estado de Mato Grosso.

Srª Ministra, antes da Medida Provisória nº 1.511, nós vivíamos sob a égide do Código Florestal de 1956. Muito bem, o Governo Dante de Oliveira, querendo restringir aquilo que se fazia no chamado cerradão ou área de transição (era permitido usar 80% dessas áreas), em 21 de novembro de 1995, portanto anterior à medida provisória, aprovou uma lei, no Estado de Mato Grosso, que permitia que se usasse 50% dessa área, só 50% e não 80%, como autorizava o Ibama com relação ao cerradão ou área de transição.

O problema da (inaudível) no Mato Grosso, salvo algum problema dos maus, como V. Exª disse, existem os bons e os maus, o problema do Ibama é que a Medida Provisória 2.166 também não mudou essa particularidade do cerrado. A medida provisória diz: 80% na propriedade rural situada nas áreas de florestas localizadas na Amazônia Legal.

Portanto, a intenção de manter aquela lei dos 50% foi porque aqui também não se definiu se era floresta ou cerrado, como disse o nosso Senador, que tem 9

tipos de biomas ativados em floresta, que são os 80% de proteção. Por isso, entendo... e Também, Ministro, o Estado de Mato Grosso, durante esse tempo ou durante este ano, o Governo do Estado de Mato Grosso autorizou 400 mil hectares, que estão legalmente autorizados para desmatamento. Tem 490 mil hectares que foram desmatados ilegalmente e esses foram autuados, foram multados. Existe lá a lavratura dessas infrações, o que vai dar em torno de 77 milhões de reais. Com isso, Srª Ministra, quero dizer que não temos condições de trabalhar nessas áreas aproveitáveis de Mato Grosso sem a devida votação da Medida Provisória 2.166. Acho que a próxima empreitada da Senhora, como Ministra, que conhece muito bem aquela Medida Provisória... Qualquer que seja o resultado da votação dessa medida provisória, ela tem de existir, ela tem de ser votada, porque enquanto não for votada, a Medida Provisória 2.166 não há lei sustentável, não há como sustentar legalmente o que precisamos fazer, seja na mata, seja no cerrado, seja nessa área que está em questão, que é a chamada área do cerradão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Jonas, tem V. Exª mais um minuto para concluir suas indagações.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sei que o Senhor está sendo bonzinho comigo, mas queria dizer o seguinte: com exceção de Aripuanã, que tem um desmatamento maior, ali é mais em função dos pequenos produtores, de área de assentamento que se proliferou naquela região, o avanço dos produtores que vieram de Rondônia, que invadiram aquela região, os demais municípios, Tapurá, Maringá, Terência, Brasnorte, todos esses municípios estão nessas áreas de transição. Por isso, vamos dar leis para que isso possa ser usado ou punido conforme a aprovação do Congresso Nacional. No mais, parabéns pelo belíssimo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Na sequência, com a palavra o ilustre Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Bom dia. Estou quase afônico, Sr. Presidente. Minhas saudações à minha Colega Marina e ao Dr. Marcos Barros, meu conterrâneo. Mas, Senadora Marina, como todas as pessoas responsáveis da nossa região, estamos chocados com a continuação do processo de desmatamento. Vinte e seis mil quilômetros quadrados concentrados em Mato Grosso e em Rondônia é algo escandaloso, uma Alagoas inteira. Mesmo o Estado do Amazonas, 39% menos, mais 1.000 quilômetros quadrados, 100 mil hectares no Amazonas, 100 mil campos de futebol do nosso patrimônio genético destruídos num ano. É inaceitável, Senadora! As pessoas que estão no poder, e não é o caso de V. Exª, tendem

a ser ufanistas e triunfalistas. Ao primeiro sinal de êxito, atribuem às suas políticas, ficam satisfeitas e, logo em seguida, vê-se que aquilo não tem continuidade. V. Ex^a disse com muita razão que a política em relação à Amazônia, o conjunto de políticas públicas não deve ser uma política de Ministério, mas de Governo, envolvendo todo o Governo. E eu lhe digo mais: tem de ser mais do que isso, uma política de Estado, para que prossiga em todos os governos. Eu vi há sete, oito anos Ministro do Meio Ambiente triunfalista, atribuindo as suas ações à queda do desmatamento, durante dois anos. Sete anos depois, vinte e seis mil quilômetros quadrados. Não quero passar pelo dissabor de ver V. Ex^a daqui a um ano anunciar que caiu o desmatamento para 24, 23 mil quilômetros quadrados e mais sete anos para ouvir um Ministro anunciar pesaroso que cresceu para 28 mil outra vez. Não pode continuar isso. Ou o Brasil tem um projeto nacional à Amazônia, que seja uma política de estado ou isso vai continuar. Isso é um holocausto ecológico. Temos uma paranóia de que existe uma cobiça dos países ricos que visa a internacionalizar a Amazônia. Mas e a cobiça nacional que está destruindo a Amazônia, Senador. É a cobiça de um pólo de madeiras, de pecuaristas, de sojicultores e num outro pólo a cobiça de funcionários corruptos que está destruindo a Amazônia.

Que coisa paradoxal! Os estrangeiros não tem nada a ver com isso. Daqui a trinta anos de a Amazônia estiver destruída vamos dizer o quê? Que enorme fracasso da Nação brasileira, Ministra. Eu espero, não vou lhe perguntar nada, espero que V. Ex^a consiga – estou sendo chamado à Comissão de Relações Exteriores –, realmente, isso: começar a montar e deixar em prosseguimento uma política de estado de salvação da Amazônia.

Meus cumprimentos, Ministra.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Antes de passar a palavra à Ministra Marina Silva, gostaria de lhe dar uma notícia, que foi autorizado pelo Ministro Roberto Rodrigues, da Agricultura, com quem estive há poucos minutos. Ele dizendo com muita alegria que a Embrapa acaba de desenvolver um estudo, um projeto, que estabelece um consórcio da agricultura com a pecuária na Amazônia e que isso propiciará a redução, em 50%, do desmatamento naquela área. Certamente ele trará esse projeto à apreciação de V. Ex^a.

V. Ex^a tem a palavra para responder aos questionamentos dos Senadores que se inscreveram e se manifestaram.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Bem, em primeiro lugar, as questões levantadas pelo meu colega Senador Sibá Machado, do meu Estado, Senador, eu acho que esse esforço de falar uma linguagem que as pessoas possam entender e, mais do que entender a linguagem, pessoas possam viver essa linguagem. Sempre digo que meio ambiente e desenvolvimento sustentável não é apenas uma teoria, é uma atitude, é um caráter, estou insistindo muito nisso. Já temos uma grande consenso, que chamo às vezes consenso oco, de que todos somos favoráveis à proteção da Amazônia. Isso é um consenso nacional, mas quando vamos decantando esse consenso com ações práticas começamos a verificar que isso ainda não está assimilado nas atitudes, no caráter das pessoas, nos procedimentos dos investidores e até mesmo nos consumidores.

Essa linguagem é um esforço que vem sendo feito ao longo dos últimos vinte anos, mas é também um esforço real que V. Ex^a está dizendo aqui. O que mostrar com números, com fatos que é possível fazer diferente. É um exemplo em três dimensões. Eu posso lhe dar: quando chegamos em janeiro de 2003 tínhamos na Amazônia 300 mil hectares de floresta certificada. Vou repetir, 300 mil hectares de floresta certificada. Hoje, já temos 2,5 milhões hectares de floresta certificada.

Se formos colocar em termos percentuais, fica assim uma coisa abissal. Aumentou, enfim, uma décima periódica por cento, exagerando, a área de floresta certificada. Para o potencial do Brasil ainda é muito pouco. Mas como é que se conseguiu isso?

Existem várias ações que vou mencioná-las aqui. Mas uma, as ações sérias de comando e controle. Têm aumentado as grandes operações de fiscalização em 83%, apreendendo 70 mil metros cúbicos de madeira em 2004, 60 mil em 2003, e só agora, no início de 2005, 53 mil metros cúbicos de madeira.

E todo esse processo, que mencionamos, aqui inibiu a ação dos predadores renitentes que roubam madeira de terra indígena, que fazem grilagem de terra, de unidade de conservação e que, nesse exemplo terrível, inaceitável, que estamos punindo no Estado de Mato Grosso, após esse esforço de 20 meses de trabalho, esses aí ainda não pagam os direitos sociais daqueles que trabalham nas suas “empresas” e praticam o trabalho escravo.

Só em coibir esses, fazemos com que os legais comecem a se estabelecer. Criam-se instrumentos para que eles se estabeleçam, porque eles precisam treinar mão-de-obra. Há custos de produção para fazer manejo, pesquisa, treinar a sua mão-de-obra, contratar com salário decente. Essas pessoas não têm

nenhuma chance de se estabelecerem competindo com os ilegais.

Saímos de 300 mil, em 2002, para 1,5 milhões agora e chegaremos ao final do ano com 2,5 milhões de hectares de floresta certificada.

Mas para não ficar apenas na Amazônia, porque o Ministério do Meio Ambiente é responsável pela política florestal brasileira, queria citar aqui alguns dados, em cima da preocupação justa de V. Ex^a.

Entre 1990 e 2002, a área florestal do Brasil caiu de cerca de 7 milhões de hectares de florestas plantadas para pouco menos de 5 milhões de hectares de florestas plantadas. Em 2002, estávamos colhendo 500 mil hectares de florestas plantadas, pouco mais de 320 mil, o quadro era de um apagão florestal em curso.

Já na primeira semana já da minha posse no Ministério do Meio Ambiente, tive que ir para uma reunião no Palácio do Planalto com o setor florestal, o setor de silvicultura do País, e com o Presidente Lula, falando do apagão florestal que estava em curso no País. E foi nesse quadro que a Secretaria de Biodiversidade e Floresta, através da sua Diretoria de Florestas, o Secretário João Paulo Capobianco e do Diretor Tasso, e as ações do Ibama, da sua Diretoria de Florestas, encontramos, com o desafio de como não permitir um apagão florestal.

Era a Dilma combatendo o apagão de um lado, e eu o apagão florestal do outro.

Definimos uma agenda de trabalho, orientada para atingir a meta de ampliar a área do plantio anual de 320 mil hectares para 500 mil hectares até 2007. Essa foi a meta que nos comprometemos.

Esse processo iria dar ênfase à recuperação de área já degradada e a ampliação da participação de pequenos produtores. Inclusive, foi esse um desafio que o Presidente Lula colocou aos grandes produtores, para que eles envolvessem também os pequenos produtores, a fim de que pudéssemos gerar oportunidade de vida para essas pessoas.

O trabalho que foi feito foi no sentido de criarmos três novas linhas de crédito para atividade florestal e adaptamos as regras das outras duas já existentes. Como resultado, a tomada de crédito subiu de 2 bilhões em 2002, para o setor florestal, para mais de 20 milhões em 2004, e deverá chegar a 50 milhões em 2005, com uma projeção de 100 milhões para 2006. Vou repetir: em 2002, eram 2 milhões destinados ao setor florestal. O setor florestal representa 4% do produto interno bruto do País. Aí, eu quero dizer que, quando nós assumimos também, eu disse: nós não vamos ficar apenas dizendo que não pode, nós vamos construir o “como pode” da forma correta. E o bom de tudo isso é que, quando você tem um grupo de pessoas que sabe

o que quer na agenda ambiental e sabe o que quer na agenda de desenvolvimento sustentável, você não tem medo de fazer os investimentos da forma correta, porque eu tenho certeza de que o setor, quando foi ao Presidente Lula, estava um pouco temeroso: pôxa, o Lula botou agora a Marina para cuidar da gente, né. Vai ser muito difícil, em vez de aumentar o crédito, ela deve é dar um jeitinho de diminuir o crédito. E a gente fez um trabalho dentro do Conselho Nacional do Programa de Floresta, o Conaflor, envolvendo todos os setores, pesquisadores, ONGs, comunitários, empresários, todos os segmentos. Uma coisa importante também é não ter medo de conversar com ninguém, certo, e, claro, aí, você encaminha aquilo que é o correto do ponto de vista do interesse público. Esse dado, ele é relevante porque nós também ampliamos a assistência técnica que, até 2002, não existia, assistência técnica para o setor florestal e, em 2003, nós já atingimos 8 mil produtores, em 2005, chegaremos a 15 mil famílias com assistência técnica. E isso não significou que nós tivemos que contratar técnico, fizemos um trabalho na nossa política ambiental integrada, ou seja, aumentamos o nosso PIB ambiental no Ministério dos colegas, treinando o pessoal do Rosseto, buscando também o pessoal do Ministério da Agricultura, porque, se eles dão assistência técnica para a agricultura, são treinados para a economia florestal e, com isso, a gente consegue otimizar os recursos do Poder Público tanto em termos econômicos quanto dos recursos humanos. E uma série de outras conquistas que nós achamos que o setor florestal brasileiro, com aprovação, agora, do prédio de gestão de floresta pública, a criação do serviço florestal brasileiro e o fundo que também está no projeto para o fomento, a atividade florestal, e para as ações de controle e fiscalização porque o fundo não é apenas destinado para o fomento, mas também para dar condição do Ibama fazer a fiscalização, aprovar corretamente os planos de manejo, controlar isso no âmbito dos programas que nós estamos implementando. Então, essa linguagem, ela está sendo traduzida numa nova atitude, por parte das políticas públicas, por parte dos investidores, que eu quero fazer justiça: quando você se refere ao setor florestal, não se está fazendo generalizações de que todas as pessoas estão na ilegalidade, de que estão fazendo grilagem. Existem aqueles que, graças a Deus, estão na vanguarda do processo, fazendo manejo, pagando direitos trabalhistas, usando mão-de-obra qualificada, investindo em pesquisa, buscando crédito para os seus investimentos, e alguns até com madeira já certificada.

De sorte que o setor florestal brasileiro tem, de um lado, a vanguarda, no meio, uma grande quantidade que fica entre essa vanguarda e a ilegalidade

renitente. Ilegalidade renitente é uma forma generosa de se referir aos 400 ilegais, empresas de fachada que nós acabamos de colocar as mãos, com a Polícia Federal, no Mato Grosso, que vende a TPF, que fraudava processo, esses aí. Mas nós estamos criando um caminho que é da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Em relação ao Protocolo de Kyoto, floresta nativa não faz parte do Protocolo. Então é uma discussão que nós estamos reabrindo agora visando...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Só para tirar uma dúvida. É que me disseram que a se a floresta for manejada aí poderia. Se isso é permitido.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Só o plantio.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Só o plantio. Por enquanto, mas visando, enfim, a segunda fase do Protocolo, não é, nós estamos abrindo uma discussão complexa dentro do Governo, que vem desde o processo anterior, em que os vários setores do MCT, nós e o Ministério das Relações Exteriores estamos fazendo esse debate para que as nossas florestas possam contar também com um mecanismo de desenvolvimento limpo.

Acho que em termos mais de perguntas específicas. O Senador Jonas Pinheiro fez algumas perguntas, mas ele não está aqui, eu não sei se... mas acho que valeria a pena responder.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Acho que seria importante responder, Ministra.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Ah, o Senador Sibá Machado perguntou também, o João Paulo me lembra aqui, quais projetos estão tramitando na Casa.

Nós temos tramitando na Casa um importantíssimo projeto que tem o objetivo de proteger e dar utilização sustentável para o que ainda resta dos 7% da nossa Mata Atlântica. Esse é um projeto de autoria do Deputado Fábio Feldman que está tramitando no Congresso há treze anos. Ele foi aprovado num acordo na Câmara dos Deputados e ele está agora no Senado. E eu sei que esta Casa da mesma forma que aprovou ontem a Medida Provisória que é tão importante para a proteção dos nossos biomas também irá aprovar o Projeto de Lei que protege a Mata Atlântica. E o apelo que faço é de que a gente possa fazê-lo chegar o mais rápido possível à Comissão de Meio-Ambiente, que a gente faça uma audiência pública e que o projeto possa ser votado no mérito no plenário.

E ainda teremos, chegará em breve o Projeto de Gestão de Florestas Públicas que esta Casa também vai estar, enfim, deliberando sobre ele.

O Senador Jonas Pinheiro fez aqui uma afirmação em relação ao Governador Blairo. Não se trata aqui de falar do Governador enquanto proprietário. Como proprietário ele, enfim, está sujeito às leis como qualquer proprietário. O que está em curso e o que eu me referi é o que o Brasil espera e todos nós de que esse processo lamentável do Mato Grosso se constitua num outro paradigma para a dinâmica do desenvolvimento do Mato Grosso. E o que eu posso dizer é que o Governador disse que fez uma intervenção na FEMA, que teve inclusive o seu Secretário de Meio-Ambiente também preso nessa operação Curupira, que ele fez uma intervenção e de que ele daqui a alguns dias, duas semanas, há época ele falou, um pouco mais do que isso, viria para conversar, ara que pudéssemos fazer uma ação conjunta no âmbito do Plano de Combate ao Desmatamento do Governo Federal.

A polêmica em relação aos Municípios tem a ver com a questão da zona de transição, em que o Governo Federal estabelece que é 80% e uma lei estadual dizia que era 50%. Os Estados não podem criar lei flexibilizando a lei maior. Eles podem ser mais rigorosos, mas mais flexíveis não podem. E com isso se entrou com uma ação civil pública contra o Estado do Mato Grosso e não à pessoa, certo é à instituição Estado, além dos outros desdobramentos que teremos nos âmbitos dessas responsabilidades. Mas que isso não nos impeça de uma agenda pró-ativa no que concerne a buscarmos os caminhos da sustentabilidade. Para o setor madeireiro estamos buscando, para a pecuária, no lugar da pecuária extensiva a pecuária intensiva como coloca muito bem a Embrapa. Temos um pesquisador inclusive do Acre, o Judson que acho que uma das maiores autoridades nesse assunto e a produção de grãos, em base sustentáveis também, porque isso é estrategicamente bom para nossa economia agrícola. As pessoas não querem comprar apenas grãos, elas querem comprar valores, elas querem comprar desenvolvimento com qualidade ambiental, social, etc, e é este o esforço que estaremos fazendo conjuntamente.

Senador Jefferson Péres não fez nenhuma pergunta e o número que ele apresentou, que é lamentável, o Governo Federal não minimiza em nada esse número. Perseguir as políticas estruturantes foi a opção do Presidente Lula e que este Ministério tem seguido, em que pese não ser uma decisão fácil, mas não poderia ser diferente, porque é uma oportunidade de estar pensando não a política para um governo, mas a política para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Podemos passar para o próximo bloco de Senadores inscritos, Ministra.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senadores Ana Júlia Carepa, Serys Slhessa-renko e Sérgio Guerra.

Com a palavra, a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Quero cumprimentar a nossa colega, Senadora Ministra Marina, João Paulo Capobianco, pelo trabalho que tem sido feito e a figura admirável que é a nossa Ministra, que faz aqui o reconhecimento, como fez, inclusive, de ações feitas em governos anteriores e da positividade dessas ações, mas também compreendendo que, por serem ações, como foi dito, de ação e controle, elas têm um limite e há a necessidade de ações estruturantes.

Vou, Ministra, dizer o quanto fico impressionada de como um setor da imprensa trata de forma míope essa questão do desmatamento, quer dizer, o próprio Estado do Pará, que aqui foi colocado: o Estado do Pará vem diminuindo ao longo dos últimos anos, quer dizer, só houve, na verdade, um crescimento do desmatamento em dois Estados da Amazônia, mas se faz um estardalhaço em relação a isso, e eu também para ser justa quero dizer, como a Ministra já registrou, que esse é um esforço que tem, sim, a participação do governo do Estado.

Todos sabem que eu faço oposição, mas faço uma oposição responsável e reconheço aquilo que é positivo, e o governo do Estado tem contribuído, com certeza, com essa diminuição do desmatamento no Estado do Pará, como foi apresentado. Era antes o campeão e, hoje, pelo contrário. O próprio governo do Estado enviou para a Assembléia Legislativa um projeto de macrozoneamento econômico-ecológico, que já foi aprovado.

Então, as ações do Estado, com certeza, têm contribuído junto com as ações do Ministério para isso.

Mas quero falar sobre uma questão muito importante. Existe um requerimento meu, que já foi aprovado, que é sobre o Plano Amazônia Sustentável, mas que, na verdade, a Ministra já falou disso aqui e das diversas ações que já estão sendo realidade na prática.

Creio que uma ação estruturante – e aí minha preocupação –, uma das ações estruturantes mais importantes, porque atinge o pequeno produtor principalmente, a agricultura familiar, é Safra Legal. Entre aqueles que a Ministra já aqui apresentou, os de boa-fé, os que se preocupam com projetos como o de gestão de floresta e aqueles que são absolutamente contrários, porque não querem realmente esse ambiente de legalidade, não querem esse ambiente de desenvolvimento sustentável, não querem um ambiente, inclusive,

que façam parceria com a agricultura familiar, preferem como era anteriormente.

Portanto, preocupo-me ao ver ações que têm vindo de algum setor da imprensa para tentar desmoralizar um dos processos mais importantes e mais interessantes, que é o Safra Legal, cuja base legal não foi nem colocada nessa administração, mas é um normativo ainda do ano de 2001 que permitiu.

Tenho em mão – e pretendo falar sobre isso – de um trabalho de pesquisadores da Universidade Federal Rural da Amazônia, do Centro Internacional de Pesquisa Florestal – Cifor, que tem um convênio com a Embrapa, e da Fundação Viver, Produzir, Preservar, que faz uma análise “forjando processos produtivos eqüitativos na Amazônia, lições da iniciativa Safra Legal, um acordo entre movimento social, madeireiros e instituições do governo para a extração de madeiras, diárias de assentamentos na Transamazônica, Pará, Brasil”. E há a tentativa de se acusar de forma irresponsável, inconseqüente, pessoas do PT, em relação ao processo do Safra Legal. Sabemos que o Presidente do Ibama já esteve na CPI da Biopirataria e disse como foi realizado de forma legal, com falhas naturais de ocorrerem.

Vou falar das conclusões desse trabalho, que aponta claramente:

Com razões dos atores envolvidos diretamente na iniciativa Safra Legal, avalio como delicadas as implicações técnicas, jurídicas, éticas e políticas, em um acordo desse tipo. É alto risco da iniciativa ser desvirtuada ao longo do processo ou de não conseguir ter continuidade. No entanto, as dificuldades imediatas – porque foi um plano piloto o de 2004 – não deve impedir que avanços conjunturais sejam reivindicados. São ações estruturantes.

É importante reconhecer o mérito desse ensaio de aproximação entre setores sociais historicamente conflitantes, em busca de estratégias de benefícios partilhados. O Safra Legal é uma articulação localmente estabelecida para manter as atividades do setor madeireiro, enquanto beneficia as famílias assentadas.

A iniciativa conta com o apoio das agências do governo, através de suas estratégias de promover o desenvolvimento local de longo prazo.

Ministra, a minha preocupação é que o Safra Legal é uma iniciativa positiva.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu pediria a V. Ex^a que concluísse suas indagações.

A SRA. ANA JULIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– E eu vi na imprensa – e aí vai uma pergunta – que estaria sendo cortado recurso contingenciado para o Safra Legal neste ano de 2005. Fico muito preocupa-

da com isso porque, até 2002, a prática era o madeireiro trocar por madeira simplesmente por abrir uma estrada. Não havia compromisso de se conservar ou sequer de pagar o assentado. Agora, não. Faz-se uma ação de forma estruturante. Depois vou passar uma cópia desse trabalho.

Concluo dizendo que o Safra Legal foi uma experiência relevante, principalmente como demonstrativa de limites estruturais que dificultam as intenções de se promover a legalidade a curto prazo nesse setor, como primeira iniciativa de organização de uma iniciativa permeada de vícios e irregularidades, o Safra Legal pretende iniciar o controle sobre a relação empresa/assentado, buscando a mediação de suas organizações representativas.

Portanto, isso não é trabalho de um órgão do governo, mas são técnicos, são pesquisadores de entidades não-governamentais e de universidades.

Faço o registro dessas irresponsabilidades em consequência de acusações...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu pediria a V. Exª que concluísse suas indagações.

A SRA. ANA JULIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – ...Gostaria de fazer outra pergunta, Ministra. Tenho como absolutamente injusta a prisão de uma pessoa em relação ao Curupira, que é o Diretor Hummel. Foi uma das maiores injustiças ocorridas. Já tivemos oportunidade de me pronunciar, como a Senadora Serys. A minha preocupação é que uma ação estruturante importante como o Safra Legal esteja sendo combatida exatamente por aqueles setores que foram a audiência pública no Estado do Pará defender idéias contra o projeto de gestão de florestas.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Antes de qualquer saudação, eu gostaria, para aproveitar o tempo, de dizer que ontem eu me manifestei, Srª Ministra, na tribuna do Senado, com apartes da Senadora Ana Júlia, do Presidente Sarney, do Senador Sibá Machado em defesa do Sr. Romeu, que realmente, desde o momento em que ele sofreu a prisão, já me posicionei, como a Senadora Ana Júlia Carepa também. Felizmente, fomos contempladas mesmo. Para mim, é uma contemplação quando a pessoa tem realmente reconhecida sua inocência e já a estávamos defendendo muito antes. Por isso, fazemos questão de fazer esse registro.

Iniciando, saúdo a nossa Ministra, a quem não vou tecer todos os comentários que eu gostaria. Porém, vou usar os cinco minutos ou muito mais, com

certeza. Essa é uma grande mulher, que vem fazendo um trabalho ímpar, como todos achamos, de acordo com o Senador Leomar Quintanilha.

Srª Ministra, eu teria muitas questões a colocar, principalmente sendo Senadora pelo Estado do Mato Grosso, com todas aquelas dificuldades que estamos vivendo. É claro que só temos de louvar a operação que lá aconteceu. Infelizmente, ela pegou, inclusive, pessoas do nosso Partido, no que não vemos nenhum problema. Ao contrário, dissemos, o tempo inteiro, que aqueles que têm culpa têm de ser punidos, seja quem for, da coloração partidária que for.

O Senador Leomar Quintanilha já está me olhando. As mulheres falam pouco, Senador. Há muitos homens aqui.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – São as atribuições da Presidência. Tenho que controlar o tempo, pois há outros Senadores inscritos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Com certeza.

Srª Ministra, V. Exª deixou bem claro – tentei até escrever para ser mais sintética – que a legislação tem de não só existir, como ser implementada – o que todo sabemos ser óbvio – por todas as instâncias de Governo, federal, estadual e municipais. Em Mato Grosso, o Governo estadual tem feito a sua parte?

Há várias declarações de entidades de Mato Grosso, apoiando e dizendo que o Governador não tem culpa no cartório e que o desmatamento autorizado, pelo menos, a parte que compete ao Governo do Estado, a Fema, tem sido feito só em cerrado. V. Exª concorda com isso? O desmatamento não é feito em floresta? Não sei se V. Exª tem esses dados de ponta e de plano. Tenho tido embates muito grandes lá por conta de termos a convicção de que esses desmatamentos estão acontecendo em floresta também. E é dito que não.

Quanto à história também de que o Governador Blairo Maggi planta 150 hectares de terras só em cerrado, não estou preocupada com o quanto ele planta, não estou preocupada por ele ser o maior exportador de soja individual do mundo – não é do Brasil, é do mundo. Também não estou preocupada com isso. Estou preocupada com a política dele de preservação do meio ambiente lá. Gostaria que ele estivesse aqui. Aliás, ele vem aqui para eu lhe perguntar quantas ações ele já fez, no Mato Grosso realmente em defesa do meio ambiente. Essa pergunta é para ele e não para V. Exª.

Srª Ministra, fiquei satisfeita com suas colocações. Infelizmente, tive de sair em alguns momentos. Cer-

tamente, V. Exª até já respondeu a algumas questões que estou colocando.

V. Exª se pronunciou sobre o trabalho integrado entre os vários Ministérios. Isso é fundamental. Uma das questões determinantes – pelo menos, vejo assim no meu Estado do Mato Grosso – são aquelas terras apropriadas de forma absolutamente irregular pelos grileiros, que desmatam para valer, achando que, desmatando, eles asseguram a posse. Mais de três milhões de hectares estão nas mãos de pessoas de forma absolutamente irregular. Agora, estão vendo medidas sérias do nosso Governo, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de retomada dessas terras. Com medo de que essas terras sejam retomadas, eles estão desmatando de qualquer jeito e não o fazem nem para exportar madeira nem para vendê-la, mas para queimar a madeira, para dizer que a terra está sendo produtiva, no sentido de ocupada para valer. Como fazer esse controle? Isso é muito difícil. Quando se está transportando a madeira... Mas, quando se está tentando fazer esse tipo de coisa, fica mais difícil.

Por último, em Mato Grosso, após a faxina – não vou falar dela porque o tempo urge –, que tratamento deve ser dado – e essa pergunta já foi, mais ou menos, feita... que tenho sido muito cobrada dos madeireiros que trabalham dentro da regularidade. Tenho dito que está difícil de fazer essa coisa de imediato, que teve de dar uma pausa, etc., que trabalham dentro da regularidade. Aqueles que então dentro da irregularidade quero mais é que tenham punição de todo jeito e tamanho. Agora, aqueles que estavam dentro da regularidade, principalmente pensando, Srª Ministra, e eu também não quero a resposta agora, porque sei que é uma coisa complexa, difícil, mas que se busque alguma solução para aqueles que estavam dentro da regularidade, com vistas à preocupação que temos do desemprego dos pequeninhos que estão trabalhando lá. Em Mato Grosso, por aquele sertão adentro, aquelas pessoas que estão dentro da regularidade, são milhares e milhares de trabalhadores que estão sem saída, absolutamente, no meio da floresta e vão comer o quê? Porque nosso estômago não agüenta dois, três dias, imagine 30 ou 60 dias. Não sei. Eu até pensava aqui: como temos em Mato Grosso problema da piracema, que tem um salário que segura os pequeninos por uma entressafra, não sei o que pode ser feito nessa entressafra da madeira, preocupada sempre, digo aqui, só com aqueles que estão dentro da regularidade. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Senador João Capiberibe

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
– Sr. Presidente, Srª Ministra, devo dizer que quase

todos aqui temos uma identidade, somos ribeirinhos, não é, desde as cabeceiras do rio e por isso a responsabilidade da Ministra é maior porque S. Exª tem que cuidar bem das cabeceiras para que não soframos aqui na foz. Quero dizer que admiro muito o trabalho que V. Exª desenvolve à frente do Ministério, mas que V. Exª também é vítima das contradições das políticas de Governo. Pedi um levantamento do Banco da Amazônia S/A (Basa) e do Banco do Brasil para que me informassem sobre os créditos realizados de 1998 a 2004, e a surpresa que tive é que foram financiados 1 bilhão e 400 milhões de reais neste período e estes financiamentos foram destinados à conversão de florestas, e tirando Mato Grosso. Foi 1 bilhão e 400 milhões de reais sem o Mato Grosso. Praticamente todo esse recurso foi destinado à conversão de floresta em pasto ou monocultura e desse total apenas 18 milhões de reais foram destinados a manejo de açai, pouco menos para o cultivo de cupuaçu e 12 milhões de reais para reflorestamento.

Essa é uma contradição que precisa ser resolvida, porque o Governo de um lado busca monitorar, fiscalizar e reprimir a destruição do patrimônio ambiental, da floresta e de outro lado, incentiva, e isso é histórico. Isso já vem de muitos anos. Fiz uma proposta, entrei aqui no Senado Federal com um projeto de lei, definindo uma aplicação de 50% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), que é um recurso público, é dinheiro do contribuinte, que se coloca nas mãos do Banco da Amazônia, para que 50% seja destinado à aplicação em projetos que busquem adensar a cadeia produtiva de espécies animal e vegetal da biodiversidade amazônica; financiar a cadeia produtiva da floresta desde o manejo até a produção de móveis, a indústria moveleira; financiar serviços ambientais, enfim, e 10% desse valor deve ser aplicado em pesquisa. Acho que temos pouquíssimos recursos para pesquisa na Amazônia, então 10% seriam aplicados em pesquisa.

Eu gostaria de consultar à Ministra se teríamos apoio para esse projeto, para que ele tramite aqui e possamos enfim destinar algum recurso para outro modelo. Nosso problema é de modelo de desenvolvimento da Amazônia. Então, é necessário que haja crédito, haja pesquisa, haja assistência técnica, como têm outros produtos, como a soja, temos pesquisa, temos crédito, tudo. Agora, para os produtos da Amazônia não há política, então essa é uma questão.

A outra, eu gostaria de sugerir no projeto de concessão florestal, que acho que é importante dar um destino econômico à floresta, que haja a divulgação, Ministra, em tempo real, de todo o processo de manejo, desde o inventário florestal, até o consumidor. Hoje,

temos a informática e a rede mundial de computadores, que pode nos permitir o absoluto acompanhamento desses projetos. Todas as vezes em que for aprovado um projeto, que isso seja divulgado em tempo real.

São essas as sugestões, porque me assusta ver se faz um esforço monumental quando sai que os índices de reflorestamento cresceram. Então, nós temos que realmente mudar o modelo de desenvolvimento, para reduzir essas contradições, tentar, pelo menos, empatar o jogo, destinando algum recurso para isso.

Finalmente, o setor florestal contribui com 4% do PIB, conforme V. Ex^a acabou de nos informar e, em 2002, tinha R\$2 milhões de crédito. O que significa que o destino da floresta era sua completa destruição, pelos dados que estão aqui.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Meus cumprimentos ao Senador Capiberibe pelo cumprimento do tempo regimental.

Com a palavra a Ministra Marina Silva.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Foi preciso, não fez a curva do rio na fala, no discurso. Porque a curva demora, não é Capiberibe? Nós, amazônidas fazemos a curva do rio.

Vou colocar alguns aspectos aqui, depois vou pedir para o Dr. João Paulo colocar como foi a estruturação do processo Safra Legal.

Primeiramente, quero mencionar que o trabalho feito pela Polícia Federal foi operoso e eu o acompanhei. As pessoas que foram incluídas na noite da operação, inclusive o Diretor do Ibama, o que eu fiz foi afastá-lo, ele é um funcionário de carreira convidado pelo Dr. Marcos Barros, pela experiência que tem e pelo testemunho de que gozava e goza de seus colegas e do próprio professor Marcos Barros, que o conhecia de muitos anos e que, e fato, no caso do Dr. Hummel, foi uma surpresa para todo mundo quando ele apareceu na lista. A Polícia Federal não indicou sua prisão pelas investigações que fez, mas o Sr. Juiz colocou o pedido da sua prisão. Como resultado, o próprio Procurador pediu que ele fosse solto. Para não ser injusta nem fazer como Pilatos, lavando a mão com o sangue desse justo, o que eu poderia fazer, mediante meus princípios de justiça, seria afastá-lo e instaurar um processo administrativo disciplinar para que ele possa, no âmbito desse PAD, fazer a sua defesa.

Nós ainda estamos aguardando o relatório que deu base ao Procurador para pedir a prisão do Dr. Hummel. Com isso, não estou acusando nem inocentando, estou aguardando as informações que, segundo consta do meu jurídico, ainda não chegaram às nossas mãos. É possível que possa ter chegado agora.

De sorte que o esforço feito no âmbito da operação, em justiça, tem que ser necessariamente reparada no âmbito da própria Justiça. A operação não se encerra com as prisões temporárias nem é apenas um passo. Ela estabelece uma série de outras conexões, por isso, estamos fazendo o convênio arribação(?). A Polícia Federal trabalha com prioridades e focos. O foco é sempre sistêmico, o que vai atacar as vértebras do processo e não ficar numa costela ou em outra. Esse tem sido o trabalho de inteligência que está se fazendo. É claro que para a instituição pública Ibama não é fácil cortar a própria carne, mas a decisão do Presidente – como infectologista que é – foi de tirar todos os tumores infectados e trabalhar estruturalmente para que novos não surjam. De sorte que é um trabalho que deve ser feito com muito cuidado, para não ocorrer com o Ibama o que ocorreu com a Sudam – jogou-se a criança junto com a água do banho. Nesse caso, tivemos todo o cuidado para que o Ibama, como instituição, e seus servidores de bem sejam tratados adequadamente.

Menciono também que o Ministério do Meio Ambiente vem fazendo um trabalho no âmbito do plano de combate ao desmatamento, e o Governo do Estado do Mato Grosso, até pelos índices, tem problemas estruturantes na implementação das suas ações. Eles dão licença para propriedades acima de 300 hectares, e o Ibama, mesmo com os problemas que hoje são de conhecimento público, dá licença abaixo de 300 hectares. Nas propriedades acima de 300 hectares, houve um aumento significativo do desmatamento. Nas propriedades abaixo de 300 hectares, houve uma diminuição importante do desmatamento. Então, esses dados serão tratados no âmbito dessa intervenção feita pelo Sr. Governador e por nós do Governo Federal, para reposicionar as ações no Mato Grosso, até porque o Estado conta com o maior investimento do Governo Federal para o seu sistema de monitoramento e a estruturação de seu órgão ambiental, o que deveria ser um paradigma para os outros Estados da Amazônia. Toda essa reavaliação está sendo feita pelo Governo Federal e também – tenho certeza – pelo Governo do Estado.

Uma questão é certa: punindo os culpados e continuando as investigações, não há nenhum interesse político do Ministério do Meio Ambiente de satanizar, de “vilanizar” ninguém; e também não há nenhum interesse de sacralizar ninguém. O que estamos fazendo é exatamente esse trabalho em benefício de uma política estruturante para o setor ambiental, fazendo essa ponte entre desenvolvimento e preservação ambiental.

Quanto ao Programa Safra Legal, pedirei ao Secretário de Biodiversidade e Floresta que faça uma

exposição, demonstrando a base legal que o Incra, o Ibama, os produtores florestais e os assentados usaram e sobre a qual construíram esse programa, e que ressalte, nesta Casa, que temos encaminhado à Polícia Federal todas as denúncias que têm circulado nos meios de comunicação e até mesmo as denúncias apócrifas que chegam, para que, nas investigações em curso no País, essas denúncias tenham – digamos assim – uma priorização. Digo “em curso”, porque o trabalho que estamos realizando não iniciou agora, mas no começo desta gestão em relação às regiões mais críticas da Amazônia: no Estado de Rondônia; no Estado do Pará, com a Operação Faroeste; agora no Mato Grosso, com a operação Curupira, que também atingiu novamente o Estado do Pará. Portanto, esse processo vem ao longo do tempo.

Estamos encaminhando todas as providências que podem ser tomadas, inclusive investigação da Polícia Federal, assim como aquelas que tomamos ao recebermos a denúncia, em fevereiro de 2005, de que havia uso de adesivos de produtores optantes. Quando chegou essa denúncia, fizemos todo o acompanhamento de campo. Primeiramente, destinamos uma equipe para verificar a denúncia. Foi constatado que estava havendo irregularidades, e, em seguida, foi feita uma operação que culminou com a apreensão de 37 mil metros cúbicos de madeira.

Sendo assim, o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama agiram com total isenção nesse processo, cumprindo com as suas atribuições, e as denúncias estão sendo investigadas pela Polícia Federal. Porém, pedirei ao Secretário João Paulo Capobianco que faça uma apresentação da estrutura do Programa Safra Legal e explique o motivo pelo qual o Incra, Ibama e os próprios produtores de bem, que não lançaram mão de subterfúgios, e os produtores estão interessados em que o Programa não venha a ser deturpado e que alguns segmentos não venham a criar confusão, fazendo a política do gambá – como dizia o Genoíno.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Só peço ao Dr. João Paulo Capobianco que corte as curvas do rio, ou seja, seja bastante objetivo na sua exposição.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Ele precisará de uma boa licença e de um bom plano de estudo de impacto ambiental para poder cortar as curvas do rio.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Como sou paulista, Srª Senadora, ou seja, de um Estado onde retificaram o Rio Pinheiros e o Rio Tietê, eu vou direto. O duro é que acelera muito e, às vezes, acarreta problema de enchente. Mas espero não causar nenhuma enchente.

Essa questão é muito importante, porque o Safra Legal é a denominação dada a um processo estabelecido em 2004 para viabilizar o aproveitamento legal de madeira proveniente de desmatamentos de até três hectares em projetos de assentamento na região da Altamira.

Portanto, foi um processo no sentido de viabilizar o bom uso de recursos florestais, cuja previsão legal já existia, mas que não vinham sendo tratados de forma adequada. Ele está baseado no Código Florestal, que disciplina o uso desses recursos, numa instrução normativa bem colocada de 2002 – portanto, do Governo anterior –, que determinava como autorizar o aproveitamento, o desmatamento e o uso de madeira em áreas de até três hectares de assentamento, e, ainda, num termo de ajustamento de conduta entre o Incra e o Ibama – um TAC –, regularizando os assentamentos na região de Altamira que poderiam participar desse processo.

Por que esse processo é importante? É algo muito significativo. A região abrangida por esse projeto envolve Santarém, Anapu, Placas, Rurópolis, Uruará, Altamira e Itaituba, que o nosso Senador Flexa Ribeiro conhece tão bem. Nesses Municípios, há 121 empresas madeireiras operando na legalidade – as ilegais foram fechadas e banidas –, gerando 5.957 empregos e produzindo anualmente em torno de 735 mil metros cúbicos de madeira, o que acarreta um faturamento de US\$73 milhões/ano. Portanto, é um setor que vem operando

Esse setor sofreu um impacto muito grande em virtude das medidas adotadas pelo Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento, que, a partir de 2003, cancelou qualquer autorização de manejo em terra pública, que era feito nos Governos anteriores, por não ter base legal, e instalou um processo de fiscalização extremamente ativo na região.

Esse fato gerou um déficit bastante grande na oferta de madeira, porque, de fato, a fiscalização está funcionando. Essa situação provocou um conjunto de problemas na região e o próprio Senador Flexa Ribeiro participou de uma audiência conosco neste ano, extremamente tensa, em que as empresas sérias – que existem, operando na área – diziam que não tinham como operar. O destino seria fechar e mudar-se do local.

Então, como poderíamos, com base na lei em vigor – seria um tipo de uso ilegal de nenhum dispositivo – dar um atendimento a esse setor? O Safra Legal surgiu nesse contexto, porque junta o interesse do poder público de oferecer condições de ofertas de trabalho e renda, o interesse dos assentados, que precisam operar nas suas áreas – e têm amparo legal para isso – e o

do setor madeireiro, correto e legitimamente colocado, que também precisava de oferta de madeira.

Portanto, o Safra Legal foi feito nesse sentido. Ele iniciou a sua operação em abril de 2004, com levantamento de todos os assentamentos passíveis de serem considerados, e concluiu a partir de outubro com as autorizações efetivas para que fossem realizados desmatamentos nessas áreas.

Para se ter uma idéia da complexidade do processo, do ponto de vista de potencial de legalidade, foram identificados, pelo Incra, pelo Ibama e pelos assentados, 3.094 lotes, que poderiam ser beneficiados por essa norma existente desde 2002.

No entanto, em função das análises ambientais e das restrições entre Ibama e Incra, concluiu-se que, desses três mil em 1994, apenas 2.700 poderiam, de fato, dar entrada nos pedidos. Eles deram entrada, mas apenas 1.600 - portanto, apenas metade daquilo que havia de potencialmente passível de obter esse benefício - adquiriram, de fato, a autorização, porque tive de cumprir outras exigências que não estavam devidamente cumpridas. Portanto, o processo de seleção foi extremamente rigoroso e gerou uma oferta de madeira em bases legais que pôde minimizar os impactos na região enquanto não aprovamos o Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas, que deverá solucionar de forma definitiva esse problema na região.

Como o José disse, identificou-se que, no processo de aplicação disso, houve problemas, denúncias, alguns desvios e, então, o Ibama, ao tomar conhecimento disso, imediatamente elaborou um processo de investigação e de autuação que levou à apreensão de 37 mil m³ em Anapu, uma das regiões onde se implementou esse projeto.

Portanto, é um processo totalmente legal, importante, que o Governo manterá, corrigindo eventuais problemas de algumas fugas do sistema de que alguns se utilizaram, porque ele garante o atendimento de interesses dos assentados, do setor de produção de madeira legal e, ao mesmo tempo, sob o controle do Ibama e do Incra, que são os órgãos responsáveis pelo processo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito obrigado, Dr. Capobianco.

A Ministra gostaria de tecer alguma consideração?

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – O Senador João Capiberibe havia feito algumas questões que eu acabei olvidando na minha fala, quando S. Ex^a disse que deveria haver transparência em relação ao plano de manejo. E, como eu sei que é interesse desta Casa, saliento que estamos trabalhando a aprovação

do Projeto de Gestão de Florestas Públicas, o qual vai possibilitar essa transparência.

Uma coisa importante – só um pequeno parêntese – é que às vezes se fala do Projeto de Gestão de Florestas Públicas como se fosse a Amazônia inteira. É para apenas 3% da Amazônia, o que significa 13 milhões de ha disponíveis para o manejo florestal sustentável, mediante concessão florestal, e é um instrumento para dar suprimento de madeira com base legal e sustentável para os produtores florestais.

O arranjo do Safra Legal é um esforço do Governo Federal em dar suprimento de madeira a partir dos pequenos assentados que poderiam legalmente desmatar para suas roças 3 ha e que foi feita toda essa decantação a que se referiu o Secretário ?? e aproveitar essa madeira, conferindo uma forma de renda também para esses agricultores.

Quanto ao desvio no âmbito das apurações que já foram feitas e que já levaram à apreensão desses 37 mil m³ de madeira, esse processo ainda continua em curso dentro do Ibama e, até o final deste mês, medidas administrativas e outros processos estarão em curso. Eu queria deixar isso bem claro, exatamente para evitar qualquer tipo de tergiversação em relação a um esforço inovador. Até pesquisadores, cientistas, como mencionou a Senadora Ana Júlia Carepa, consideram esse processo importante e um programa-piloto.

Um outro aspecto a que o Senador João Capiberibe fez alusão foi o da transparência. Temos hoje o Sistema DT, que é o sistema de detecção em tempo real da dinâmica das atividades predatórias, o que nos ajuda também a dar transparência porque as pessoas podem acesso a essas informações. A partir de 1º de julho, todos os planos de manejo e autorizações de exploração florestal autorizados pelo Ibama estarão na Internet, ou seja, também as pessoas estarão acompanhando, de sorte que às vezes as pessoas pegam uma parte do processo e não entendem que estruturar algo dessa natureza leva certo tempo. Posso dizer que temos também – depois vou mandar para este Senado, um relatório sobre a questão do Sisprof que, ao contrário do que foi dito, havia sido cancelado por uma instrução normativa da Ministra Marina Silva não condiz com os fatos. Ele está sendo implementado, o sistema levou sete anos sendo trabalhado no Ministério do Meio Ambiente na gestão anterior.

Durante esses sete anos foram desenvolvidos três módulos no sistema. Quando assumimos o Governo faltavam ainda três módulos e tínhamos um prazo de cento e vinte dias para implementar o sistema como um todo e, quando ainda faltavam três módulos, e os três que foram feitos na gestão anterior levou sete anos para fazer que era para fazer o todo, mas só foi

feito três. Então, quero mandar um relatório para esta Casa de que não foi cancelado coisa nenhuma. Está sendo implementado.

Os módulos que não haviam sido desenvolvidos, não haviam sido entregues pela instituição contratada à época um trabalho que o Ibama vem fazendo tanto da sua equipe interna quanto de pessoas no âmbito do Programa PPG7 estão desenvolvendo ajustes desse sistema para que ele, de fato, não se constituísse, por ser uma iniciativa boa, quero aqui reconhecer, mas se não tivesse tido os cuidados que tivemos ao início da gestão poderia se transformar em vinho novo em odre velho.

O que estamos fazendo é um esforço gigantesco para deixar vinho novo em odre novo inclusive com esses catorze anos de quadrilhas que funcionavam e estão sendo investigadas na Amazônia desmontar porque não se poderia simplesmente que se estava fazendo marco zero e tudo de irregular que aconteceu para trás está esquecido, não. Não estou dizendo que ninguém estava propondo isso. É que se não tivéssemos tido esse cuidado poderia levar isso, mas faço questão de mandar para o Presidente desta Comissão e das comissões que nos convocaram aqui todas as informações sobre esse processo inclusive também do Safra Legal porque não podemos transformar pessoas de bem, funcionários de bem, gestores de bem, empresários de bem em Barrabás.

Neste momento parece que é assim: se você tiver quem está fazendo certo e alguém que está fazendo errado só para mostrar que todos são errados as pessoas alguns gritam na praça “soltem Barrabás” e é isso que acho que a opinião pública não pode permitir, o Congresso não pode permitir e sei que os formadores de opinião não permitirão porque o que estamos fazendo é passando esse Brasil a limpo. Eu fiquei muito tocada com o trabalho da Polícia Federal que pude acompanhar de perto e, depois dessa convivência com o trabalho que eles fazem, esses jovens concursados, os antigos que lhes dão orientação, é algo emocionante.

Ontem vocês viram a história da operação Cevada e assim é todo dia. No contato comigo eu vi um policial federal emocionado, com lágrimas quase a verter aos olhos dizer “Ministra, é a primeira vez na minha vida que vejo um processo de limpeza, de combate à corrupção em que no lugar do gestor, ficar distante, não acompanhar, eu vejo o gestor empenhado pessoalmente em fazer com que as coisas aconteçam”.

Isso tem um preço. Fica parecendo que é a corrupção, que o problema surgiu agora. É por isso que fizemos questão de trabalhar a gênese desse processo que começou em Rondônia com a operação Setembro

Negro. Não gosto da adjetivação “negro”, mas enfim. Depois foi a operação Faroeste, a operação Curupira e, agora, o convênio Arribação. E por que Arribação? Por que não podemos ficar dizendo onde é que vamos investigar. Certo? Sei que tem gente que gostaria que a Polícia Federal, que a Ministra, o Presidente do Ibama saísse dizendo “olha, agora vai ser aqui, vai ser ali”. É claro que no momento que tem a operação, a cobrança muito grande da sociedade, dos formadores de opinião para que, onde tem problema, se dê uma satisfação.

Mas a Operação Arribação é exatamente para dar a idéia de que a investigação poderá pousar, no momento certo, na hora certa, com o trabalho certo, onde quer que exista corrupção, doa a quem doer, seja quem for. Porque nós ficamos sabendo que existiam pessoas de livre provimento envolvidas, pessoas de carreira envolvidas, procuradores da Advocacia Geral da União envolvidos.

O que dava para exonerar sem comprometer a operação foi exonerado. O que não era aconselhável, para não espantar a mosca, não foi feito, por orientação da Polícia Federal, sob pena de estarmos coniventes com a continuidade da roubalheira, até porque, onde desconfiaram que estava sendo investigado, queimaram o escritório do Ibama, acabando com toda a documentação, para evitar a investigação.

De sorte que eu quero aqui fazer este registro. Como Senadora da República, quero dizer que tenho orgulho do trabalho que vem sendo feito pela Polícia Federal brasileira, passando este País a limpo, em parceria com gestores públicos, com pessoas da sociedade civil, com o Ministério Público, que também fará parte do nosso convênio. E tenho certeza de que esta Casa saberá honrar este momento histórico que estamos vivendo neste País.

Não vamos transformar o Brasil em Barrabás. Vamos fazer com que o Brasil seja aquilo que ele é e merece. Este é o meu entendimento, este é o meu esforço, porque sou Ministra, mas sou também Senadora.

Mas aqui não está falando a Ministra, não está falando a Senadora, aqui está falando alguém que fez empate sozinha, com Chico Mendes, com velho, com criança, combatendo esses mesmos bandidos lá no Acre. E, agora, tenho a felicidade de agradecer a Deus, porque hoje tenho a Polícia Federal, tenho o Exército, tenho a Polícia Rodoviária me ajudando a fazer os empates.

Um dia, eu já me dirigi a um acampamento do Exército, mais ou menos com 6, 7 anos de idade, para trocar galinha por jabá, porque os cassacos enjoavam de comer tanta jabá quando abriam a BR-163. E, para nós, jabá era uma grande novidade. E eu falei para a

minha mãe: Vamos trocar galinha por jabá. E os cassacos fizeram essa troca. Como eles vinham da cidade, sabiam mexer com máquinas, com tratores, eu ficava encantada com aquela coisa, com aquela tecnologia que eu nem entendia.

Mas, hoje, quero agradecer a Deus, pois aquele contato faz com que hoje essa tecnologia de informação do Exército possa dar base logística para as nossas operações. E, no lugar de uma inocente troca de galinha por carne seca, eu tenho a felicidade de ver uma importante parceria para proteger a Amazônia. E isso não pode ser tarefa da Ministra, isso tem que ser uma tarefa deste País – sem fugir às responsabilidades da Ministra –, tem que ser uma tarefa dos consumidores, sem dizer que estamos culpando os consumidores, Senador. Não é isso. Mas quando comprar a sua mesa, vamos verificar se ela vem de madeira certificada, se foi manejada, se não tem trabalho escravo. Quando produzirmos o nosso alimento, vamos produzir para que ele produza vida, e para que dê continuidade à vida já existente, que é a Amazônia.

Então, quero agradecer esta Comissão, pedir desculpas pelo discurso emocionado – talvez não seja o caso –, mas ter sustentado a operação até o dia 2, avisar os meus secretários às 8 horas da noite antes da operação foi algo que gerou uma apreensão muito grande. Quero agradecer a Deus, pois está dando certo, e dizer como disse o profeta: Até aqui tem nos ajudado o Senhor; mas Deus ajuda no impossível, o possível nós temos que fazer.

E ontem esta Casa fez o seu possível aprovando a medida provisória. E há muitos possíveis que devemos fazer, e ousar com o impossível, porque, senão, vamos nos paralisar no possível. Muito obrigada.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Ministra, a avó de V. Exª era sábia. Ela já havia percebida há muito tempo que a sociedade é composta de gene boa e de gente ruim. E que bom que poderemos assistir e participar desse movimento intenso, capitaneado pelo Ministério que V. Exª dirige, de passagem a limpo das nossas instituições. Isso realmente nos deixa felizes e satisfeitos e sabemos que este País pode dar certo, que este País dá certo. É preciso que as pessoas boas não se deixem contaminar pelas pessoas ruins, que as pessoas boas que estão nas instituições não deixem os seus trabalhos serem contaminados pelas pessoas ruins. É um belo exemplo esse que V. Exª está dando.

Ainda temos dois Srs. Senadores inscritos, eminente Ministra, o Senador Flexa Ribeiro, do Pará, e o Senador Antônio Leite, do Maranhão. Eu só gostaria de registrar que, se é verdade que o desmatamento tem uma motivação comercial, seria interessante que de-

envolvêssemos mecanismos para que a preservação e o reflorestamento também tivesse essa conotação de natureza comercial. Acho que assim estaríamos criando uma força de proteção ao ambiente e notadamente aos nossos biomas.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente Leomar, o Senador Antônio Leite está me solicitando a permuta da palavra e, com maior prazer, concedo a S. Exª a preferência da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Então, com a palavra o Senador Antônio Leite.

O SR. ANTÔNIO LEITE (PMDB – MA) – Exª Ministra Marina Silva, boa tarde.

Essa pergunta tem relação com uma obra de grande importância para o Brasil, com especial atenção para o Tocantins e Maranhão. A pergunta é: Como está o estudo de impacto ambiental para a realização do Rima – Relatório de Impacto Ambiental, para que haja a liberação da licença para dar início à construção da Hidrelétrica de Estreito sobre o rio Tocantins no Maranhão?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concluiu?

O SR. ANTÔNIO LEITE (PMDB – MA) – Conclui.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Essa participação realmente foi muito rápida. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Ministra Marina Silva, Secretário Capobianco, Srªs e Srs. Senadores, a curva do Tocantins do Senador Antônio Leite é curta e rápida.

Srª Ministra, é uma alegria tê-la aqui conosco, na sua Casa, e vê-la recuperada, com sua saúde restabelecida. A fragilidade que todos dizem de V. Exª e V. Exª demonstra ser uma guerreira aguerrida. Isso é importante, pela batalha que V. Exª empreende.

Acho que não há um brasileiro ou uma brasileira que não defenda a questão e a bandeira que V. Exª empunha que é a questão do meio ambiente. Todos nós, principalmente nós amazônidas, defendemos a preservação da nossa região, e defendemos a causa ambiental. Talvez, no mérito, estamos de acordo, posamos divergir na forma. Ontem V. Exª disse, ao final da sua exposição, que o Senado aprovou a Medida Provisória 239, e para a qual o meu Partido, o meu Líder, o meu Presidente, me designou como Relator. Fui procurado pela sua Assessoria por várias vezes, e por formação familiar, por formação de caráter, compromisso é para ser cumprido. Em todas as oportunidades de encontro que tive com a sua Assessoria tranqüilizei-a, dizendo que o meu relatório estava pronto, mantendo

a aprovação da forma como veio da Câmara Federal, também por um companheiro do PSDB, companheiro combativo do nosso querido Pará, o Deputado Nisias Ribeiro.

A curva é longa, Senador Presidente Leomar Quintanilha, é do rio Xingu. Dizia que a questão não era técnica, era política. E ontem foi dada uma demonstração no Senado Federal da forma responsável como a Oposição se comporta na sua Casa. A TV Senado que leva para a sociedade brasileira a imagem e o trabalho que todos nós desenvolvemos e prestamos conta a essa sociedade do que fazemos, deu essa demonstração ontem, o Secretário Capobianco presente, como testemunha viva. Quero dizer que a Medida Provisória foi aprovada com o relatório favorável nosso, e pela forma heróica de defesa do Líder Artur Virgílio, S. Exª foi para a tribuna, defendeu de forma destemida a aprovação da Medida Provisória. Os Senadores do PFL, isoladamente, por meio de suas lideranças, defenderam a derrubada da Medida Provisória, e ao final, Ministra, votaram a favor da Medida Provisória. O único voto contrário, do Senador César Borges, por uma questão que quero me solidarizar com S. Exª, por uma violência praticada contra S. Exª, a sua biografia política não merecia a violência feita pelo Governo de vetar o seu nome para a Presidência da CPMI dos Correios.

Quero lhe dizer, Ministra, que a posição dele foi anterior a esse episódio. Isso foi dado conhecimento por meio da sua assessoria parlamentar. Não tem nada a ver com a CPMI. Ele já tinha uma posição de emenda, anterior a isso. Ele apenas manteve a sua postura, que era anterior a essa questão política. O PFL, atendendo ao apelo e à manutenção do Bloco de Oposição, manteve.

V. Exª é Senadora, é política, faça as contas. Veja o número de votos que foi dado no plenário, retire o número de votos da Oposição responsável e veja o que aconteceria com a medida provisória. O Secretário Capobianco acompanhou e viu o andamento do processo.

Então, faça bom uso desse instrumento, Ministra. Quando V. Exª assinar qualquer intervenção em qualquer área do Brasil, porque a medida é nacional, embora as vistas estejam voltadas para a Amazônia, talvez especialmente para o Estado do Pará, não faça uso político - não é seu pensamento, não estou fazendo prejulgamento. Lembre, ao assinar um decreto, que, na área, existem pessoas, seres humanos que vivem, há dezenas de anos, sustentando as suas famílias e que um decreto pode trazer conseqüências graves à sobrevivência dessas famílias. Tenho certeza de que V. Exª fará uso correto desse instrumento que o Con-

gresso Nacional concedeu a V. Exª e ao Governo a partir de ontem.

Estamos vivendo, Senador Leomar Quintanilha, um tempo do bem. Lamento que o nosso profeta, Senador Mão Santa, não esteja aqui, porque o Senador iria fazer citações bíblicas, como a Ministra Marina Silva acabou de fazer. Ontem, o nobre e ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães se referiu à medida provisória do bem, que foi assinada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. S. Exª fez uma citação, Ministra: “Se essa é do bem, quer dizer que todas as outras foram do mal”. Não acredito que tenham sido.

Agradecendo a paciência do Presidente, objetivamente, eu queria fazer dois questionamentos a V. Exª. Acho que essa questão do desmatamento é preocupante para todos nós.

Nobre Senadora Ana Júlia Carepa, penso que o Espírito Santo está nos iluminando aqui. Eu até tomei um susto - fiquei a olhar para o meu povo do Pará, Senador Leomar Quintanilha -: a Senadora Ana Júlia Carepa elogiou o Governador do meu Estado, o Governador Simão Jatene.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – E não é a primeira vez.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A Senadora diz que não é a primeira vez, mas é a primeira vez que eu ouço, de corpo presente, 85% de aprovação.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Quase igual a do Presidente Lula, lá. Do Lula foi (ininteligível).

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Era preciso que a Ministra Marina Silva estivesse aqui, para que o Espírito Santo baixasse e fizesse esse elogio de corpo presente, Senador Francisco Escórcio.

Mas o que eu queria lhe perguntar, objetivamente, Ministra. Acho que temos de ter, eu lhe disse, a forma. No mérito estamos coincidentes, estamos de acordo e a forma e termos um projeto. O projeto é o zoneamento econômico-ecológico. Não podemos ficar atirando a esmo, quando temos pressões externas, a verdade é essa. Toda vez que temos uma pressão externa - e não é agora do Governo Lula. Isso já vem desde governos anteriores -, toda vez que há uma pressão externa, a Amazônia... Vem um decreto. Isso é desde o tempo... Eu me lembro da Eco 92, houve decreto. Outra pressão, vem outro decreto.

Então, por que não fazer de vez um Zoneamento Econômico Ecológico? Tem área de preservação, vamos fazer. Tem área para ser explorada, vamos ter.

Então, o Governo do Estado do Pará aprovou o zoneamento econômico-ecológico por unanimidade na Assembléia Legislativa. Então, o que eu quero pedir de V. Exª é o apoio para que esse Zoneamento Econô-

mico Ecológico seja discutido no seu Ministério, seja alterado, seja melhorado e implementado no Estado do Pará. Aí, sim, vamos ter a definição, de uma vez por todas, de como desenvolver o Estado, de como gerar emprego, de como explorar as riquezas que Deus, na sua sabedoria, deu ao nosso Estado, que são incomensuráveis, do seu solo, da sua cobertura, do seu subsolo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Flexa Ribeiro, vou pedir a V. Exª que conclua, até em consideração à Ministra que já está aqui conosco sentada, atenciosamente, por quase quatro horas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É bíblico: os últimos serão os primeiros.

Sou o último e estou usando um pouco da sua paciência e da Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – V. Exª já excedeu em dez minutos o seu tempo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, o que eu quero é pedir esse apoio para o zoneamento econômico-ecológico. E também gostaria de ter a sua concordância.

Concluindo, apresentei um projeto de lei aqui no Senado e quero lhe pedir o apoio para usar nas áreas alteradas, porque assim como quando se quer gerar emprego, temos de manter os empregos já existentes. Não adianta gerar empregos e perder os existentes.

Então, se a gente quer não desmatar, vamos tentar evitar recuperar o que já está desmatado. Então, o projeto que apresentei, para o qual estou pedindo apoio e que possamos discutir com a área técnica do Ministério de Meio Ambiente, é para as áreas já alteradas. Que possamos fazer uso de plantio de palmáceas e que esse plantio seja considerado como substituição de cobertura florestal nessas áreas alteradas.

Com isso, Ministra, em todo o Brasil poderíamos usar o dendê para produção do biocombustível, ou o babaçu, o açaí ou outro tipo de palmácea.

Então, que lhe pedir esse apoio para esse projeto, já há um pedido de audiência já feito ao seu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Flexa Ribeiro, as suas considerações finais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Por último, quanto a referência que o Secretário Capobianco fez da reunião. Essa reunião foi no dia 04 de fevereiro e dessa reunião, há uma Ata que está registrada em que 120 projetos de manejo sustentado, que seriam reativados, até hoje não foram respondidos.

E vamos ter problemas, Secretário Capobianco, novamente naquela região, com a interdição de estradas, que foi o que motivou essa reunião do dia

04 de fevereiro, e já estamos em junho. Terminamos a época invernal.

Eu gostaria que se pudéssemos rever a Ata e ver de que forma poderíamos responder aos empresários da região, que estão cobrando uma resposta do Ministério do Meio Ambiente da Ata que foi formalizada no dia 04 de fevereiro.

Encerro e agradeço à Ministra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Apenas um registro. É que o Senador Flexa Ribeiro, primeiro, comprovou que nós fazemos oposição responsável. Votou por unanimidade o Macrozoneamento. Ele deu uma curva no Xingu e foi lá pelo Guamá, por isso demorou um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – O Senador Flexa Ribeiro tem razão quando afirma que os Partidos de Oposição tiveram uma participação decisiva na aprovação de uma medida provisória tão importante ontem à noite, no Senado.

Ministra Marina Silva, esteve conosco no início de nossa reunião. O Senador Osmar Dias, que é um dos combativos Parlamentares desta Casa. S. Exª pediu-me que deixasse um registro para ser feito a V. Exª com relação à exposição que foi feito pelo Dr. Capobianco sobre o volume de desmatamento existente. S. Exª afirmou que nesse volume de desmatamento apresentado na Região Amazônica estão incluídos os desmatamentos que estão legalmente licenciados. Não foi separado o que há de desmatamento legalmente licenciados. A burocracia hoje existente para a obtenção do licenciamento cria uma dificuldade adicional grande a ser vencida para aqueles que querem trabalhar dentro da legalidade e da lei. Entende que se houvesse uma ação por parte do Ministério do Meio Ambiente com vistas a facilitar a legalização, a aprovação dos licenciamentos propostos, o Ministério teria como aliado aqueles que querem trabalhar dentro da legalidade contra aqueles que estão desmatando de forma ilegal. De sorte, Ministra, que com esse registro do Senador Osmar Dias, passo a V. Exª a palavra para a resposta dos questionamentos levantados.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Antes de falar, o Secretário João Paulo pediu-me para esclarecer a questão dos números que não foram separados e também para explicar a reunião que o Senador Flexa acaba de mencionar. Depois, farei as minhas colocações finais.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Senador Flexa Ribeiro, na ata da reunião de fevereiro, que V. Exª mencionou corretamente, temos 27 planos de manejo que estavam suspensos. Na reunião foi informado que 9 desses planos não poderiam ser reativados porque estavam dentro da reserva extrativista Verde para

Sempre. Portanto, temos um saldo de dezoito planos. Há uma dúvida, certamente, com relação ao número de planos que deveriam ser reativados.

O Ibama, o Incra, sob a coordenação da Casa Civil, está ultimando a questão. De fato, reconhecemos que tem sido demorado. Há um esforço para resolver a questão mais rapidamente. Há interesse do Governo de resolver mais rapidamente. Existem restrições legais muito complexas que dependem de o Ministério Público concordar com essa reativação. O fato é que o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama, o Incra e a Casa Civil têm se reunido permanentemente. Nossa expectativa é a de que essa resposta seja dada o mais rapidamente possível, ainda nas próximas semanas, V. Exª tem razão, está correto. Houve um compromisso, mas existem restrições que só serão superadas definitivamente com o projeto de lei de gestão das finanças públicas. A legislação brasileira não permite. Está sendo resolvido.

Quero dizer a V. Exª que no caso da área de influência da BR 163 a própria lei, que já foi aprovada na Comissão Especial do Congresso, dispõe de um artigo de transição para resolver imediatamente o problema naquela região. V. Exª tem razão ao dizer que o problema é muito grave e tem que ser resolvido. O esforço é esse.

Levei ao seu gabinete e levarei as últimas informações da Casa Civil, juntamente com as do Incra e do Ibama. Darei a V. Exª a posição. Tenho a expectativa de que seja resolvido muito em breve.

Com relação ao desmatamento...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Gostaria de acrescentar que temos acompanhado a questão no sentido de buscar uma solução. Creio que a solução do Ministério Público Federal, com o fato de concordar em um termo de ajustamento de conduta, deve ser uma solução rápida.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Claro. Se-

não depois pararemos na frente. O Ministério Público autoriza junto com o Incra e, na sequência, a ação civil pública paralisa. V. Exª tem razão, tem que ser rápido porque o processo lá é intenso.

Com relação aos números do desmatamento, o fato é que o levantamento sobre as áreas autorizadas na Amazônia apontam para em torno de 4 mil km². Portanto, lamentavelmente, num universo de 26.130 km², apenas em torno de 4 mil km² foram efetivamente autorizados pelo Governo de Mato Grosso, pelo Ibama e pelo Governo do Acre. Então, embora o Senador Osmar Dias tenha razão, temos que separar isso. Aliás esta é a idéia: de que, no próximo número, já venha tudo separado. Lamentavelmente, a informação não é van-

tajosa, no sentido de que a maior parte seria legal. Ao contrário, a grande parte é ilegal, lamentavelmente!

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra a Srª Ministra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ministra, sobre o assunto, por favor! Diria ao Secretário Capobianco que não há necessidade de V. Sª ir ao meu gabinete. Vou estar no Ministério, na terça-feira, numa reunião com V. Sª e, se a Ministra me permitir, gostaria de retomar aquela reunião do dia 4 de fevereiro, já ainda na próxima semana, porque a minha preocupação é que, como amazônida assim como a Ministra o é, temos o inverno, que está terminando, e iniciando o verão. Se não resolvermos, vamos criar uma dificuldade e perderemos esse verão. Estamos criando um processo de expectativa que gera um conflito que pode vir. Então vamos evitar isso! Vamos dar uma resposta de que não dá para esperar essa brevidade, porque tem que ser de imediato.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador. Interrompi, para ser mais rápida. Só gostaria de dizer que faltou uma questão só a ser respondida. Havia lido na imprensa que os recursos do Safra Legal estariam suspensos. Então, como é uma proposta muito importante, independente de ter tido um percentual pequeno de falhas, é fundamental, inclusive para contribuir para resolver esses conflitos. Aliás, veio também muito em decorrência disso, antes até desse agora, houve um conflito no final de 2003, lembra, que fechou a Transamazônica, sitiou Altamira. Quer dizer, o Safra Legal começou, em 2004, até em função dessa conflito que aconteceu no final de 2003. Então os recursos do Safra Legal estão garantidos para o Safra Legal 2005? É isso que desejaria saber. Não houve suspensão alguma?

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – O programa não envolve recursos, apoio e investimento, foi um arranjo institucional, de acordo com a legislação vigente, que envolveu o Incra, o Ibama, os produtores, sindicatos de trabalhadores rurais, os vários sindicatos de produtores, empresários, para viabilizar suprimento de madeira do corte que era possível para o desmate, até 3 hectares, nos projetos de assentamento. Mas não é um programa que envolve recursos em termos de apoio financeiro. O que envolve é um trabalho operoso no que concerne às licenças, às fiscalizações, aos problemas ligados à questão da reposição florestal que serve de base para se poderem conseguir as ATPFs. Enfim, há um conjunto de ações que é muito mais um trabalho institucional mesmo, envolvendo Incra, Ibama

e os produtores e compradores da madeira. Mas não é um programa para cuja implementação há recursos.

Desejo, em primeiro lugar, agradecer muito o convite desta Comissão e também parabenizar o Senador Leomar Quintanilha, por essa dinâmica que está dando à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Penso que, no início, quando disseram que Meio Ambiente estava saindo da CAS, fiquei triste: Poxa, vão tirar Meio Ambiente da CAS? Mas estou vendo que foi muito bom, porque, agora, temos um foco maior para as questões de meio ambiente, e creio que V. Ex^a esteja sabendo fazer isso como ninguém. Espero que logo estejamos aqui na audiência da Mata Atlântica, depois em outras questões ligadas ao meio ambiente, porque estamos na agenda certa, não é meio ambiente, desenvolvimento, controle, enfim defesa do consumidor. Dizer ao Senador Flexa que agradeço o seu esforço, o relatório, o trabalho que foi feito mais uma vez, quero dizer aqui, por todas as lideranças partidárias e aprovamos essa importante medida provisória.

Acho que é que quando existe uma causa que é maior do que a gente, a gente fica tão pequeno na frente dela, que todos nós somos obrigados a nos juntar para poder nos enxergarmos. E eu acho que é isso que a Amazônia suscita em cada um de nós.

Eu sempre pensei assim quando estava aqui. Graças a Deus nunca fizemos oposição por oposição na agenda ambiental. Nos oito anos do Governo que nos antecedeu, quando eram temas importantes estávamos juntos, mesmo o comungando em algumas coisas. E eu sempre digo que em cima de princípios éticos e morais duradouros é possível fazer a alianças pontuais.

A gente não precisa fazer a política do queixada o ano todo. O queixada anda sempre de bando, não é? E se o queixada-chefe entrar errado, entrar no fogo, entra todo mundo na labareda. Não é? Quem conhece a Amazônia sabe.

A gente pode fazer alianças pontuais e isso só se consegue em cima de propósitos, de conceitos, de princípios e de valores. Eu acho que é isso que a gente fez ontem nesta Casa e a gente já fez isso várias vezes. Eu sempre me lembro do Senador Josaphat Marinho que sempre conseguia esses grandes feitos.

De sorte que hoje, como Senadora, de quando nós estávamos falando das pilastras do Plano de Combate ao Desmatamento, se não tivéssemos aprovado ontem a MP, teríamos cortado uma dessas pilastras. E eu fiquei muito feliz de vir a esta Casa no dia seguinte e poder falar do Plano por inteiro. Não do Plano faltando uma das suas pilastras. Então, quero fazer esse registro.

E quando ao uso, Senador, com certeza estaremos sendo muito cuidadosos. Até porque esse instrumento é uma espécie de Microzoneamento Ecológico Econômico antes de criar a Unidade de Conservação. Às vezes, quando você está ali exacerbado pelo tempo ou você cria, ou vai ser destruído, você sempre vai pelo caminho mais conservador. Quando você tem oportunidade de estudar, de baixar a lente, de debater com os Prefeitos, com os locais, com os pesquisadores, com os outros agentes públicos, você constrói uma melhor solução. Então, acho que o uso tem que ser exatamente como o Senhor está preocupado: cuidadoso. E ele não deve ser uma preocupação do Governo que está agora, do Governo que virá, eu acho que são processos estruturantes, foram feitos ajustes na Câmara, ficou sete meses, mesmo que tenhamos que acelerar os estudos para não ficar estudando **ad infinitum**, protelando, acho que foram ajustes importantes.

Quanto ao Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Pará, sei que foi um grande passo que aquele Estado deu. Todos os problemas, a agenda que não enfrentamos e que ainda enfrentaremos no Pará, vai requerer de todos nós esse espírito de grandeza, de reconhecer as coisas boas que estão sendo feitas de ambas as partes. E eu acho que a autoria desse grande feito virá no reconhecimento não apenas das futuras gerações, mas já está sendo reconhecido agora.

Então, eu quero mais uma vez reconhecer e fazer aqui uma paródia de um poema muito conhecido.

Ah. Estreito o nosso Senador perguntou. Desculpe-me Senador Antônio, é o Senhor perguntou sobre a licença de Estreito. O meu secretário-executivo me informou ainda há pouco, que já foi dada a licença prévia há 1 mês. Certo. Nós temos prévia, temos licença de instalação e a licença de operação.

A primeira fase nós já cumprimos, não é isso, Longoni? Já foi dada a licença prévia. Certo? E foi um esforço também do Ibama, a Diretoria de Licenciamento do Ministério, dos empreendedores, do Ministério de Minas e Energia, nesta agenda integrada que dá muito trabalho, mas que conseguimos resultados mais duradouros para o meio ambiente e para os investidores.

Por último. Eu que talvez essa paródia não fique mal. Já no final, com tanta fome, há um momento em que passa a saturação e que se entra num estado de excelência. O jejum faz isso. Existem aqueles que se preocupam com a Amazônia sempre que sai o índice de desmatamento. Essas são pessoas e instituições boas. Existem aqueles que se preocupam várias vezes por ano; esses são muito bons. Mas existem aqueles que se preocupam e agem todos os dias, tanto nos formadores de opinião, quanto dentro das instituições públicas, dentro do Parlamento, enfim, das organiza-

ções sociais, que todos os dias militam nessa causa. Esses são imprescindíveis. Com um sistema de detecção em tempo real, todos poderão atuar todos os dias, porque a sociedade é alavancada, num determinado momento, quando sai o índice. Quem puder acompanhar, poderá dar a sua contribuição todo dia.

O SR. JOÃO LEITE (PMDB – MA) – Ministra, complementando, a senhora se referiu à licença prévia?

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Isso.

O SR. JOÃO LEITE (PMDB – MA) – Para uma questão de melhor esclarecimento, eu diria, a quem fez o questionamento para nós, quando será a liberação dessa duas próximas licenças?

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Eu posso pedir para o senhor entrar em contato com o pessoal do setor de licenciamento? Está aqui o Basileu, meu assessor. Não sei se o Basileu ainda está presente, mas o Dr. Cláudio Langoni está aqui, exatamente para que possa explicar, didaticamente, quais as etapas e quando elas podem ser concedidas.

A licença prévia é importante, porque assim você vai iniciar o processo, o que significa que o estudo de impacto ambiental já foi realizado, que o Ibama já concedeu, em cima do estudo de impacto ambiental, essa licença. A licença de instalação vem nas fases seguintes e a de operação quando o investimento já está concluído e você tem que fechar as comportas e, a partir daí, começar a encher o barramento.

Isso se dá de acordo com as etapas em que vão sendo cumpridos os investimentos. E cada uma delas passa por vistoria e por avaliação.

O SR. JOÃO LEITE (PMDB – MA) – Muito obrigado pela sua atenção.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, por um minuto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A fome da Ministra é igual à minha e a de todos os Senadores que estão aqui e corresponde à fome de todos os brasileiros que querem ver este País em desenvolvimento, a Amazônia, o povo do Pará, com geração de emprego e renda.

Quero ouvir a sua opinião, Ministra, sobre o projeto de uso nas áreas alteradas de palmácias como substituição de floresta.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Ainda não conheço o projeto, mas peço a V. Ex^a que possa discutir com o meu pessoal da área técnica. Depois podemos discutir. Inclusive eu e a Ministra Dilma Rousseff estamos trabalhando também um projeto exatamente para a recuperação de área degradada, utilizando oleaginosas

para a produção do biodiesel e de outras alternativas de energia para comunidades isoladas.

Penso que, no mérito, há uma confluência de propósito, todavia temos que entrar nos detalhes para aproximar mais o nosso interesse de recuperar a área e dar atividade produtiva sustentável para os nossos pequenos produtores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Fico feliz porque novamente estamos coincidentes no mérito.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Esta audiência pública conjunta chega ao seu final, com um resultado altamente positivo, em razão da exposição sucinta e apropriada da Ministra e todos os seus auxiliares, oferecendo aos Srs. Senadores o conhecimento das ações oportunas que o Governo vem desenvolvendo com vistas à proteção ambiental e num momento em que o Senado, através de seus membros, dá um exemplo de elevado espírito público, ao se juntarem oposição e situação e oferecerem ao Governo um mecanismo complementar para a execução de suas ações de proteção ao meio-ambiente do nosso País.

Gostaria de agradecer a presença da Ministra Marina Silva, sempre brilhante nesta Comissão, do Dr. Cláudio Langoni, Secretário Executivo do Ministério, do Dr. Marcos Barros, Presidente do IBAMA, do Dr. João Paulo Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas, do Dr. Carlos Vicente, Assessor Especial e da Dr^a Jaura Rodrigues, Assessora Parlamentar.

Antes de encerrar, passo a dar conhecimento aos membros desta Comissão sobre o recebimento dos Avisos nºs 273, 296, 328, 379, 765 e 1.770, todos de 2005, oriundos do Tribunal de Contas da União, contendo cópia do acórdão acompanhado do relatório e voto que os fundamentam.

Comunico também o recebimento da Proposta de Fiscalização e Controle nº 2 de 2005, de autoria do Senador João Batista Motta, relativa aos atos do Poder Executivo do Estado do Maranhão, na condução de convênios firmados com o Governo Federal. Designo o Senador Aelton Freitas como relator prévio da matéria.

Recebemos também a Proposta de Fiscalização e Controle nº 3, de 2005, de autoria do Senador João Batista Motta, relativa à condução, pelo Poder Executivo Municipal dos convênios federais firmados entre o Município de Imperatriz, no Maranhão e o Governo Federal. Designo o Senador Aelton Freitas como relator prévio da matéria.

Agradeço a eminente Ministra e seus auxiliares e os Srs. Senadores pela presença nesta audiência pública.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h04min)

Ata da 14ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, do Dia 21 de Junho de 2005, às 11:30 Horas.

Às doze horas e trinta minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e cinco, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **HERÁCLITO FORTES, CÉSAR BORGES, FLEXA RIBEIRO, NEY SUASSUNA, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, NEZINHO ALENCAR, SERYS SLHESSARENKO, ÁLVARO DIAS, ANTONIO LEITE, CRISTOVAM BUARQUE, ANTONIO CARLOS VALADARES, FLÁVIO ARNS e IDELI SALVATTI**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à pauta: **ITEM 1) AVISO Nº 111, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 412, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria operacional realizada no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, relacionado com as políticas e prioridades operacionais da instituição, em especial o cumprimento das diretrizes estabelecidas no capítulo VI da Lei nº 9.473, de 1997 (LDO-98), bem como a análise dos contratos de financiamento deferidos a beneficiários de incentivos fiscais (TC nº 015.203/99-9).” **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator “ad hoc”:** Senador **AELTON FREITAS**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **RESULTADO:** Aprovado. **ITEM 2) AVISO Nº 25, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 904 de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre levantamento de auditoria no Programa de Trabalho PT 12.364.0041.0048.0150 – Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais – Brasília-DF (Faculdade de Medicina), TC – 010.228/2003-0.” **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator “ad hoc”:** Senador **ANTONIO LEITE**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **RE-**

SULTADO: Aprovado. Item 03) REQUERIMENTO Nº 1.060, DE 1996 – NÃO TERMINATIVO, que “requer nos termos regimentais, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria para verificar os procedimentos adotados pelo Banco Central do Brasil para registro das letras financeiras cujas emissões foram autorizadas pelas resoluções nºs 12, 16, 39, 40, 61, 65 e 76 de 1996, do Senado Federal”. **Autoria:** Senador **JOSÉ EDUARDO DUTRA**. **Relator “ad hoc”:** Senador **FLEXA RIBEIRO**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **RESULTADO:** Aprovado. **ITEM 4) AVISO Nº 112, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 163, de 2001 e da Decisão nº 423, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, sobre Tomada de Contas Especial constituída em decorrência de desdobramentos resultantes de solicitação formulada pela Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, com vistas à instrução de Inquérito Civil Público objeto de investigação de irregularidades nas obras do Fórum Trabalhista de Primeira Instância da Cidade de São Paulo (TC nº 001.025/98-8).” **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatora “ad hoc”:** Senadora **ANA JÚLICA CAREPA**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **RESULTADO:** Aprovado. **Item 05) AVISO Nº 4, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1932/2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre relatório anual de acompanhamento da aplicação dos recursos repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), por força da Lei 10264/2001, no período de agosto de 2001 a dezembro de 2002 (TC – 012.684/2003-0)..” **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **GERSON CAMATA**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **RESULTADO:** Aprovado. **Item 06) AVISO Nº 39, DE 2002 – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 454, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao Relatório de Auditoria Operacional realizada no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, Secretaria de Educação Média e Tecnológica – Semtec/MEC, Secretaria de Educação Fundamental – SEF/MEC e Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/MEC, no período de 15.10.2001 a 14.12.2001, abrangendo os exercícios de 1996 a 2001, com a finalidade de avaliar a qualidade das obras executadas em escolas públicas com recursos federais (TC – 013.337/2001-2).” **Autoria:** Tribunal de Contas

da União. **Relator:** Senador **GERSON CAMATA. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **RESULTADO: Aprovado. ITEM 7) AVISO Nº 6, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 357, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada em superintendências estaduais do Banco do Brasil, na área de concessão de empréstimos e renegociação de dívidas, em vários Estados (TC– nº 009.579/2001-7).” **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator “ad hoc”:** Senador **LUIZ OTÁVIO. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **RESULTADO: Aprovado. ITEM 8) OFÍCIO “S” Nº 3, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO**, que “Encaminha ao Senado Federal o Relatório de atividades da Corregedoria-Geral da União, referente ao exercício de 2002.” **Autoria:** Corregedoria-Geral da União. **Relator:** Senador **LUIZ OTÁVIO. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **RESULTADO: Aprovado. ITEM 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO**, que “acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.” **Autoria:** Deputado **CELSO RUSSOMANO. Relator:** Senador **VALDIR RAUPP. Parecer:** Favorável, nos termos do substitutivo que apresenta. **RESULTADO: Adiado. ITEM 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO**, que “acrescenta parágrafo ao art. 39 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir representantes da Fundação Palmares e de comunidades remanescentes de quilombos nos Comitês de Bacia Hidrográfica”. **Autoria:** Deputado **LUIZ ALBERTO. Relator:** Senador **AUGUSTO BOTELHO. Parecer:** Favorável, nos termos da Emenda nº 1 que apresenta. **RESULTADO: Adiado. ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, DE 2005 – TERMINATIVO** que “acrescenta parágrafo único ao artigo 33 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para impedir que os fornecedores veiculem publicidade ao consumidor que aguarda, na linha telefônica, o atendimento de suas solicitações”. **Autoria:** Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA. Relator:** Senador **VALDIR RAUPP. Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **RESULTADO: Adiado. ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2003 – TERMINATIVO**, que “modifica o Artigo 37 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para ampliar as condições de criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica nos rios federais”. **Autoria:** Senador **PAULO OCTÁVIO. Relator:** Senador **GERSON CAMATA. Parecer:** Pela rejeição do Proje-

to. **RESULTADO: Adiado. ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2004 – TERMINATIVO**, que “altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para tornar obrigatória a implantação plena de infra-estrutura básica”. **Autoria:** Senador **RODOLPHO TOURINHO. Relator:** Senador **HERÁCLITO FORTES. Parecer:** Pela aprovação, nos termos da Emenda nº 1 que apresenta. **RESULTADO: Adiado. Extra Pauta**, a Comissão aprova a apreciação das seguintes matérias: **ITEM 1) REQUERIMENTO Nº 25, DE 2005-CMA**, que requer “nos termos Regimentais, o comparecimento nesta Comissão, dos prefeitos dos municípios de PALMAS, PORTO NACIONAL, BREJINHO DE NAZARÉ, IPUEIRAS, MIRACEMA DO TOCANTINS e TOCANTÍNIA, do Estado do Tocantins, para, em Audiência Pública, apresentar documentação sobre os impactos causados pela implantação da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães em Lajeado-Tocantins” **Autoria:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA. RESULTADO: Aprovado. ITEM 2) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 2, de 2005-CMA**, que “propõe, nos termos do artigo 102-B, do Regimento Interno do Senado Federal, seja instaurado Procedimento de Fiscalização e Controle dos atos do Poder Executivo no Estado do Maranhão praticadas na gestão de 2003 a 2005, relativamente à execução orçamentária com recursos federais, especialmente os decorrentes de convênios firmados com a União Federal e de gastos com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE – incidente sobre a comercialização de petróleo e derivados”. **Autoria:** Senador **JOÃO BATISTA MOTTA. Relator:** Senador **AELTON FREITAS. Parecer:** Pela aprovação do **Relatório-Prévio** e do Plano de Trabalho que apresenta. **RESULTADO: Aprovado. ITEM 3) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 3, de 2005-CMA** que “propõe, nos termos do artigo 102-B, do Regimento Interno do Senado Federal, seja instaurado Procedimento de Fiscalização e Controle dos atos do Poder Executivo no Município de Imperatriz-MA, praticados na gestão de 2001 a 2004, destinado a verificar existência de possíveis irregularidades nos processos licitatórios de convênios firmados entre a União e o Município”. **Relator:** Senador **AELTON FREITAS. Parecer:** Pela aprovação do **Relatório-Prévio** e do Plano de Trabalho que apresenta. **RESULTADO: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra

dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DA CFC EM 21-6-2005

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª reunião ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 3ª sessão legislativa ordinária, da 52ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que concordam com a dispensa da leitura da ata da sessão anterior permaneçam sentados.

Aprovado.

Item nº 1:

Aviso nº 111/2001. Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 412/2001, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam – sobre auditoria operacional realizada no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, relacionados com as políticas e prioridades operacionais da instituição, em especial do cumprimento das diretrizes assumidas no capítulo VI, da Lei 9.473, de 1997.

É relator **ad hoc** o Senador Aelton Freitas, a quem passo a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES é a principal agência financeira oficial de fomento administrativo de recursos orçamentários e, consoante o art. 165 da CF, é submetido aos mandamentos prescritos na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, detalhada no capítulo concernente à política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento.

Parte relevante do passivo da instituição inclui os valores repassados anualmente ao Fundo de Amparo do Trabalho – FAT. Trata-se de empréstimos para aplicações em projetos de desenvolvimento econômico cujo montante, em 31 de dezembro de 1999, segundo relatório anual do FAT, era de R\$28,3 bilhões, cerca de 62% do total do patrimônio do Fundo.

De outro modo, conforme os dados do balanço, em 31 de dezembro de 2000, ou seja, um ano após, dos R\$88,8 bilhões que constituem o passivo total do BNDES, 67% ou R\$59,2 bilhões, são recursos do PIS/Pasep e do FAT. Como as transferências anuais do Banco provenientes do FAT transitam uma única vez no Orçamento da União, resta apenas a vigilância no Congresso Nacional para avaliação e controle dos resultados das aplicações dos recursos públicos.

Com isso, a conclusão da auditoria do Tribunal diagnosticou satisfatoriamente a atuação do BNDES para a promoção do desenvolvimento nacional e para a geração de empregos, adotando a Decisão nº 412/2001, cujos aspectos mais relevantes são os que estão a seguir transcritos: recomendar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES que reexamine os critérios empregados na alocação de recurso disponíveis no tocante à seleção de projetos que mereçam financiamentos, levando-se em conta os objetivos da instituição, especialmente o de fomentar o desenvolvimento nacional, contribuindo para a geração e para a manutenção de empregos; procurar identificar os setores ou atividades onde se vem verificando a tendência crescente de postos de trabalhos que ajudem a definir políticas públicas em incremento de empregos ou na redução do desemprego; que reexamine os critérios empregados na avaliação e no relacionamento do risco, o *haetinger*, *versus* a garantia, envolvendo empreendimentos de grande porte em razão da preferência por fiança da matriz de grandes grupos econômicos, classificada como risco zero ou praticamente zero, principalmente com relação com as matrizes sediadas no exterior em detrimento das garantias.

Determinar, também, que a Cesec inclua, em sua próxima programação, auditorias junto ao BNDES e sistemas de análise sob os seguintes temas: a) critérios que são empregados pela entidade na alocação de recursos financeiros, levando-se em conta objetivos institucionais do sistema, do BNDES, de fomentar o desenvolvimento nacional contribuindo para a geração e manutenção de empregos; b) metodologia utilizada na avaliação de risco do *haetinger* *versus* a garantia envolvendo o empreendimento.

Ou seja, segundo o voto do Relator, que temos o prazer de relatar **ad hoc**, Sr. Presidente, tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito de competência do Tribunal de Contas da União, não exigindo nenhuma providência adicional do Congresso Nacional, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere para o arquivamento do processo.

É o voto do Senador Cristovam Buarque, que temos o prazer de relatar **ad hoc**.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Muito obrigado, Senador Aelton Freitas.

Em discussão, o parecer.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Digamos que até o Item nº 10 as matérias são todas não-terminativas. A partir do Item nº 11 a matéria é terminativa. Há necessidade de votação nominal. Não temos quorum. Gostaria de fazer uma solicitação ao Presidente. Que não colocássemos em votação esses projetos que hoje estão em caráter terminativo e que, portanto, exigem votação nominal. Há até um com uma emenda de minha autoria. Que possamos discuti-lo no momento em que tenhamos um quorum maior, em uma outra reunião. Que possamos votar os outros itens da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – V. Exª tem razão. Os projetos terminativos constarão, se não houver a quorum até a hora de sua apreciação, da pauta da reunião seguinte.

Item nº 2:

Aviso nº 5/2003. Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão 904 do Tribunal de Contas da União. É Relator o Senador Luiz Otávio. Designo Relator ad hoc o Senador Antonio Leite. Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ANTÔNIO LEITE (PMDB – MA) – Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Aviso nº 25, 2003, nº 1.551/2003 na origem. Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 904/2003, plenário, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam sobre levantamento de auditoria no Programa de Trabalho – PT nº 1.236.400.400.481.015.0 de apoio a entidades de ensino superior não federais.

Brasília – DF. Faculdade de Medicina – TC 010228/2003-0.

Vamos à análise.

Dado que o programa de trabalho em tela não havia sido elaborado e a respectiva verba encontrava-se contingenciada, o TCU avaliou que não se configura irregularidade no objeto de sua auditoria. Manifestou-se, assim, pela remessa de cópias do relatório, voto e acordo, em apressado ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 2º, do Decreto-Legislativo nº 61/2002 e pelo arquivamento dos autos em questão.

Em decorrência do exposto, cabe a esta Comissão tomar conhecimento dos procedimentos do TCU e encaminhar a matéria ao arquivo.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo arquivamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-

TO) – Em discussão, o parecer.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Item nº 3:

Requerimento nº 1.060/1996. Requer, nos termos regimentais, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria para verificar os procedimentos adotados pelo Banco Central do Brasil para registro das letras financeiras cujas emissões foram autorizadas pelas Resoluções nºs 12, 16, 39, 40, 61, 65, 76/1996 – SF. É autor o Senador José Eduardo Dutra. É Relator o Senador Nezinho Alencar. Designo Relator **ad hoc** o eminente Senador Flexa Ribeiro, a quem concedo a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Srªs e Srs. Senadores, o relatório da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle sobre os Avisos nº 24 e 208/1997, nº 886/1998, nº 2.739/2003, nº 536/2005, do Presidente do Tribunal de Contas da União encaminhando ao Senado Federal cópia das decisões de nºs 32 e 185/1997 e nº 857/1998, dos Acórdãos de nº 1.592/2003 e de nº 540/2005, em resposta ao Requerimento nº 1.060/1996, do Senado Federal.

É Relator o Senador Nezinho Alencar.

Em 06 de novembro de 1996, o então Senador José Eduardo Dutra apresentou requerimento de nº 1.060 (fls. 1 e 2), que solicitava a realização, pelo Tribunal de Contas da União – TCU, de auditoria para verificar os procedimentos adotados pelo Banco Central do Brasil no registro das letras financeiras emitidas, conforme autorizado pelas Resoluções do Senado Federal nºs 12, 16, 39, 40, 61, 65, 76. Todas de 1996, fls. de 3 a 11.

Essas resoluções autorizavam o Município de Campinas e Osasco, o Estado do Pernambuco, os Municípios de Guarulhos e Goiânia e os Estados de São Paulo e Santa Catarina, respectivamente, a emitir letras financeiras para pagar parcelas de precatórios judiciais.

Aprovado em 20 de novembro de 1996, o Requerimento de nº 1.060/1996 foi encaminhado ao Presidente do TCU por intermédio do Ofício nº 1.581, da Secretaria da Fazenda, de 22 de novembro de 1996, às fls. 17.

Em resposta foram enviados os seguintes documentos: Aviso nº 24, SGS – TCU, de 13 de fevereiro de 1997, que encaminha cópia da Decisão nº 32, de 1997, e dos respectivos relatório e voto que o fundamentam (fls. 18 a 21); Aviso nº 208, SGS – TCU, de 18

de abril de 1997, que encaminha cópia da Decisão nº 185, de 1997, dos respectivos relatório e voto que o fundamentam (fls. 25 a 33); Aviso nº 886, SGS – TCU, de 4 de dezembro de 1998, que encaminha cópia da Decisão nº 857, de 1998, e dos respectivos relatório e voto que o fundamentam (fls. 40 a 65); Aviso nº 275, CGS – TCU, de 22 de outubro de 2003, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.092/2003 e dos respectivos relatório e voto que o fundamentam (fls. 71 a 85); Aviso nº 536, SGS – TCU, plenário, de 11 de maio de 2005, encaminha cópia do Acórdão nº 540/2005 e dos respectivos relatório e voto que o fundamentam (fls. 87 a 94).

Em face do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada no âmbito das competências do TCU, voto para que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, dela tome conhecimento com subsequente encaminhamento ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – É o parecer.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 4:

Aviso nº 112/2001. Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 163/2001 e da Decisão nº 423/2001 do TCU, bem como dos relatórios e do voto que o fundamentam.

A autoria é do Tribunal de Contas da União. O Relator é o Senador Antonio Carlos Valadares. A Relatora **ad hoc** é a eminente Senadora Ana Júlia Carepa, a quem concedo a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Trata-se do Aviso nº 112, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 163/2001 relativa à tomada de contas especial constituída em razão do requerimento do Ministério Público Federal, em São Paulo, sobre as obras do TRT – 2ª Região.

Serei breve, mas faço questão de ler, por tratar-se de um assunto que, digamos assim, foi divulgado amplamente pela imprensa e do qual a sociedade tomou conhecimento.

Aqui, o exame oriundo do Tribunal de Contas da União desse aviso tem como objetivo cumprir a praxe daquele Tribunal de demonstrar ao Congresso o resultado de determinados processos que lá se originaram, notadamente o presente caso, que foi amplamente investigado pela CPI do Poder Judiciário, que exauriu

a matéria no âmbito das competências do Poder Legislativo. Ele cita aqui que foi distribuído pelo eminente Senador César Borges, que fez um brilhante relatório, que não foi votado, por requerimento de autoria do Senador Antonio Carlos, que o analisou profundamente, concluindo pelo encaminhamento do processado ao arquivo. Mas ele coloca: “Na oportunidade, lembro que o requerimento por mim apresentado e dirigido ao Ministério Público Federal e Tribunal de Contas da União sobrestou a tramitação da matéria por buscar escolher informações sobre: “o andamento dos processos de ressarcimento aos cofres públicos da União e se houve o efetivo ressarcimento e, em tendo havido, qual o montante dos valores devolvidos.” Em resposta, o TCU informou que não há registro de ressarcimento aos cofres públicos, enquanto que o Ministério Público Federal confeccionou um bem elaborado e esclarecedor relatório informando detalhadamente todos os passos travados para a recuperação dos recursos públicos e punição.

Ele define aqui:

a) A Confederação Suíça decretou o bloqueio de cerca de quatro milhões de dólares existentes na conta de Nicolau dos Santos Neto, no âmbito de cooperação internacional formulado pelo Brasil, bem como no bojo do processo criminal instaurado naquele país;

b) A justiça norte-americana do condado de Miami, Flórida, após sentença judicial contrária a Nicolau dos Santos Neto, vendeu imóvel no valor de 835 mil dólares, que já ingressaram na conta do Tesouro Nacional, em novembro de 2002 e junho de 2003, bem como em fevereiro de 2003, foram também depositados na conta única do Tesouro Nacional o valor de 10 mil dólares, relativos à venda dos bens que guarneciam o imóvel. No que tange às ações judiciais pendentes no Brasil, em linhas gerais o Ministério Público Federal nos informa sobre todas as ações e nos mostra as que estão mais avançadas e outras ainda mais atrasadas, inclusive de todos os réus envolvidos, como, por exemplo, de Nicolau dos Santos Neto e de Luiz Estevão de Oliveira Neto, ou ainda das empresas envolvidas, como, por exemplo, da construtora Incal e do Grupo OK. Mas enfatizando que todos os bens encontram-se indisponíveis por decisão judicial, para garantia das condenações pecuniárias então requeridas.

Assim, ratifico o alentado relatório opinando pelo arquivamento da referida proposição. É o meu voto e quero corroborar aqui com o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 5:

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Exª.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Antes de passarmos ao item 05, gostaria de pedir a V. Exª a inclusão, extrapauta, de duas propostas de fiscalização, ao final desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Perfeitamente. Submeteremos à apreciação do Plenário a proposta de V. Exª.

Item nº 5:

Aviso nº 04, de 2004. Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1932 de 2003, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, sobre o relatório anual de acompanhamento da aplicação dos recursos repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro, COB, por força da Lei 10.264, de 2001, no período de agosto de 2001 a dezembro de 2002. Relator, o eminente Senador Gerson Camata, a quem passo a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, trata-se da apreciação feita pelo Tribunal de Contas da União, relativa a acompanhamento da aplicação de recursos repassados ao COB, o Comitê Olímpico Brasileiro. A conclusão, de acordo com aquilo que o Plenário do Tribunal de Contas também determinou, é no sentido de que a matéria está no âmbito das competências do TCU e, portanto, tomamos conhecimento e solicitamos que o processado seja arquivado com as anotações feitas pelo Tribunal de Contas e com as advertências dirigidas pelo Tribunal de Contas daquele organismo.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Expedido o parecer.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Item nº 6:

Também de relatoria do eminente Senador Gerson Camata, Aviso nº 39, de 2002, encaminha ao Senado Federal cópia da Adição nº 454 de 2002, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos rela-

tório e voto que a fundamentam, referente ao relatório de auditoria operacional realizado no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, FNDE, Secretaria da Educação Média e Tecnológica, Semtec, do MEC, Secretaria de Educação Fundamental, SEF, do MEC, e Subsecretaria de Assuntos Administrativos, ESAA, do MEC, no período de 15 de outubro de 2001 a 14 de dezembro de 2001.

Passo a palavra ao Senador Gerson Camata para expender seu voto.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, aqui o Tribunal de Contas apresenta uma severa admoestação no seu relatório, de autoria do Ministro Guilherme Palmeira, naquilo que ele classificou de deficiências graves no controle das obras executadas pelo FNDE, fiscalização precária, baixa qualificação de pessoal, desorganização no registro de dados e apresentação do maior número de problemas nas instalações das escolas custeadas com esses recursos.

O Ministro recomenda determinação para que mantenha a documentação relativa aos convênios arquivada em boa ordem e determinação para que, ao firmar convênios para execução de obras, exija que o plano de trabalho identifique e descreva completamente o objeto do contrato, inclusive o projeto básico e a localização da obra.

Dentro dessas advertências, o parecer é pelo arquivamento do processado, que é competência do TCU.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão, o voto do eminente Senador Gerson Camata.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 7:

Aviso nº 06, de 2003. Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 357 de 2003, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada em superintendências estaduais do Banco do Brasil, na área de concessão de empréstimos de renegociação de dívidas em vários Estados.

Relator: Senador Jonas Pinheiro. Designo como relator **ad hoc** o eminente Senador Luiz Otávio, a quem passo a palavra.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – O voto do Ministro relator do processo, ainda lá no Tribunal de Contas da União, define a viabilidade do exercício do

controle externo, nos termos expressos na Constituição Federal. Entre essas atribuições, o TCU entendeu que o Banco do Brasil não tem atendido as suas requisições em formas e prazos fixados. Assim mesmo, sob império dos fatos, entretanto, o Tribunal decidiu determinar que o Banco do Brasil envie esforços para o atendimento das solicitações do TCU.

O voto, em face da análise efetuada, propõe que a Comissão tome conhecimento das informações e, considerando que não há providências há serem tomadas, delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 8:

Também de relatoria do eminente Senador Luiz Otávio. Ofício-S nº 03, de 2003. Encaminha ao Senado Federal o relatório de atividades da Corregedoria-Geral da União referente ao exercício de 2002. Tem V. Exª a palavra.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, à vista da Corregedoria-Geral da União, da Ministra de Estado que apresentou o relatório, na reformulação e na disponibilização de servidores, inclusive para instalação de vários processos disciplinares no INSS, no DNER, na Sudene e na própria Sudam, à vista do exposto, o voto é pela aplicação do disposto no art. 143 do Regimento Interno do Senado Federal, com o objetivo de encaminhar ao arquivo o Ofício-S nº 03, de 2003, da Srª Ministra de Estado Corregedora-Geral da União ao Presidente do Senado Federal, com relatório anual de suas atividades da Corregedoria-Geral da União no ano de 2002 e comunicar decisão à Mesa.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É o nº 09, Sr. Presidente? Penso que, pelo mérito,...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Não, ainda é o item 8.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão o item 08, relatado pelo eminente Senador Luiz Otávio.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Quanto aos itens 09 e 10, por se tratarem de projetos de lei, e não se encontrarem presentes os senhores eminentes relatores, sugerimos deixar a discussão para a próxima reunião, com a presença dos relatores.

Concedo a palavra, pela ordem, ao eminente Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Gostaria de pedir vista do projeto constante do item 09 da pauta.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não foi colocado, portanto não pode pedir vista ainda.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – O relator ainda não leu o relatório, portanto, sugerimos a V. Exª que pedisse vista na próxima reunião, quando for apresentado o relatório à Comissão.

Da mesma forma, os itens 11, 12 e 13, por tratar-se de matéria terminativa, não há quorum para deliberar e ficam automaticamente adiados para a próxima reunião.

Gostaríamos de submeter à consideração do Plenário, um requerimento de nossa autoria, extrapauta. O requerimento refere-se a uma propositura apresentada por prefeitos dos Estados do Tocantins, dos municípios de Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré, Ipueiras, Miracema do Tocantins e Tocantínia. São municípios que sofreram impactação com a implantação da Usina Hidrelétrica de Lajeado, e gostariam S. Exªs de trazer ao conhecimento da Comissão um requerimento com informações e subsídios sobre os impactos sócio-econômicos que a implantação dessa usina tem causado aos seus municípios.

Submeto o requerimento à apreciação do Plenário.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Senador Aelton Freitas, V. Exª teria uma proposta de inclusão de extrapauta, a Mesa gostaria de tomar conhecimento do tema.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

A primeira é uma Proposta de Fiscalização e Controle nº 02 de 2005, que se refere à denúncia apresentada pelo Senador João Batista Motta, relativa aos atos de Poder Executivo do Estado do Maranhão, na condução de convênios firmados do Governo federal com a CID. O nosso relatório está pronto e, se V. Exª permitir, já poderíamos encerrar, porque pediram o arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Submetemos ao Plenário a inclusão, conforme extrapauta.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

O segundo, que queria fazer em conjunto, é relativo à condução, pelo Poder Executivo municipal, de convênios federais firmados entre o município de Imperatriz, Maranhão, e o Governo federal, onde o nosso parecer também é pelo arquivamento, e queria, com a aprovação do Plenário, deixar esses dois assuntos resolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Senador Aelton Freitas, por gentileza, promova a leitura.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – O primeiro, o nº 02, de 2005, a Comissão de Fiscalização e Controle não pode se eximir de seu dever de examinar, sempre que provocada.

A denúncia formulada apresenta todas as exigências regimentais para aprovação. Não está prescrita e trata-se de recursos federais, possui evidências de irregularidades e foi instruída com documentos que demonstram fortes indícios. A matéria rege-se pelo art. 102, b, do Regimento Interno do Senado Federal, que determina o procedimento a ser adotado na espécie, que consiste na execução de um programa de trabalho. Por tais motivos, como relator, opino no sentido de que seja aprovado o presente parecer prévio, que a Proposta de Fiscalização e Controle de nº 01 de 2005 seja acatada e processada em conformidade com o plano de trabalho aqui anexo, com abrangência sobre aplicação de recurso da CID, transferido para o Estado do Maranhão, bem como sobre os convênios

de maior relevância, firmados entre os órgãos federais e aquela unidade da federação.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório prévio queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – O de nº 03 de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – A Comissão de Fiscalização e Controle não pode se eximir de seu dever de investigar, sempre que provocada. Com isso, a denúncia formulada apresenta todas as exigências regimentais para a aprovação. Não está prescrita e trata-se de recursos federais. Possui evidências de irregularidades e foi instruída com documentos que demonstram fortes indícios. A matéria rege-se pelo art. 102, b, do Regimento Interno do Senado Federal, que determina o procedimento a ser adotado na espécie, que consiste de execução de um programa de trabalho. Por tais motivos, opino no sentido de que seja aprovado o presente parecer prévio e que a proposta de Fiscalização e Controle seja acatada e processada em conformidade com o plano de trabalho aqui anexo, e aplicável sobre os convênios de maior relevância firmados entre os órgãos federais e aquela municipalidade.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, é mais um esclarecimento que gostaria de V. Exª, com relação a esse polêmico problema que hoje enfrentamos, que diz respeito à defesa do nosso meio ambiente, que é a importação de pneus. O tema foi

motivo de uma ampla discussão desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, onde todos puderam externar suas posições, contrárias ou favoráveis. Ficou deliberado que vai se constituir uma comissão para apresentar um relato.

A minha preocupação, Sr. Presidente, é exatamente saber a composição dessa comissão, para que possa haver, nesta Comissão, um balanceamento de pessoas que são a favor e que também não concordem com a importação de pneus. Pergunto a V. Exª se já foi constituída a comissão e se esses critérios serão mantidos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª tem razão e essa é a preocupação que norteará a decisão da Presidência desta Comissão, que a tomará em conjunto com a decisão da Comissão de Assuntos Sociais. Haverá realmente um balanceamento entre as posições divergentes na constituição dessa comissão, que, posteriormente, trará o seu relatório para a decisão final da Comissão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sem sombra de dúvida, e sem querer ser impertinente, quero colocar-me à disposição, Sr. Presidente. Se houver oportunidade de V. Exª me indicar para a comissão, coloco-me à disposição para discutir esse assunto, que me diz muito respeito, inclusive pelo meu Estado, a Bahia, que hoje é um grande produtor de pneus. Temos hoje, na Bahia, três grandes indústrias de pneumáticos, e gostaria de acompanhar, mas é claro que me coloco, desde já, em posição contrária à importação de pneus. A coisa é aberta, é clara, essa é a minha posição. É a importação de carcaça, não são pneus prontos, é o que chamam de matéria-prima para recuperar, para recauchutagem. Tenho uma posição contrária e me colocaria à disposição, mas isso fica a critério de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Estou seguro de que a opinião de V. Exª será ouvida e considerada pela Comissão, quando deliberará sobre a matéria.

A Presidência informa que chegou à Secretaria desta Comissão o Aviso nº 6.235, oriundo do Tribunal de Contas da União, do gabinete da Presidência. O Acórdão nº 724, de 2005, e o relatório e pareceres sobre as contas do Governo da República, exercício de 2004. Os mesmos encontram-se na Secretaria da Comissão, à disposição dos Srs. Senadores.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h03min.)

Ata da 15ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, do Dia 28 de Junho de 2005, às 11:30 horas.

Às doze horas e vinte e nove minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e cinco, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **CÉSAR BORGES, TEOTÔNIO VILELA FILHO, FLEXA RIBEIRO, GERSON CAMATA, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, NEZINHO ALENCAR, AUGUSTO BOTELHO, ANTONIO LEITE e OSMAR DIAS**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a reunião tem como objetivo, na primeira parte, a realização de audiência pública “para apresentação de documentos sobre os impactos causados pela implantação da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães em Lajeado-Tocantins,” com os seguintes convidados: Sr. RAUL DE JESUS LUSTOSDA FILHO, Prefeito Municipal de Palmas-TO; Sr. PAULO SARDINHA MOURÃO, Prefeito Municipal de Porto Nacional-TO; Sra. MIYUKI HYASHIDA, Prefeita Municipal de Brejinho Nazaré-TO; Sra. TEREZINHA POINCARE ANDRADE COSTA, Prefeita Municipal de Ipueiras-TO; Sr. ANTONIO EVANGELISTA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Miracema de Tocantins-TO; Sr. MANOEL SILVINO GOMES, Prefeito Municipal de Tocantínia-TO; Sr. ANTONIO LUIZ B. JÚNIOR, Prefeito Municipal de Lajeado-TO, conforme o Requerimento nº 25/2005-CMA, de autoria do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. O Senhor Presidente registra a presença dos Deputados Federais pelo Estado do Tocantins, Senhores **RONALDO DIMAS e EVERALDO BARROS**, dentre outras autoridades. Após a explanação dos convidados, usam da palavra os Senadores **TEOTÔNIO VILELA FILHO, FLEXA RIBEIRO, NEZINHO ALENCAR e ANA JÚLIA CAREPA**. A seguir, o Senhor Presidente anuncia que, em razão da exigüidade do tempo, é adiada a deliberação da pauta, que consta: **ITEM 1) AVISO Nº 6, DE 2002 – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.105/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam e, ainda, cópia da Decisão Normativa nº 44/2001, sobre cálculo das quotas de distribuição dos Fundos de que trata o inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para o exercício de 2002 (TC – nº 015.247/2001-2).” **Autoria:** Tri-

bunal de Contas da União. **Relator:** Senador **TEOTONIO VILELA FILHO**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **RESULTADO: ADIADO. ITEM 2)** AVISOS Nº 16, 27 e 36, DE 2004 e Nº 7, de 2005 – **NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal os Relatórios das Atividades do Tribunal de Contas da União, referentes, respectivamente, ao 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 2004.” **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **TEOTONIO VILELA FILHO**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **RESULTADO: ADIADO ITEM 03)** AVISO Nº 182, DE 2000 – **NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal encaminhando cópia da Decisão nº 778, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, nas Obras da Barragem do Açude Público Castanhão, Município de Alto Santo/CE (TC nº 008.615/2000-2).” **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **NEY SUASSUNA**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **RESULTADO: ADIADO ITEM 4)** AVISO Nº 187, DE 2000 – **NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 815, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes a representação acerca do descumprimento, por órgãos e entidades estaduais e municipais da Lei nº 9.755, de 1998, que dispõe sobre a homepage Contas Públicas, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TC – 011.784/99-7).” **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **LUIZ OTÁVIO**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **RESULTADO: ADIADO. ITEM 05)** AVISO Nº 12, DE 2003 – **NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 473, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins-BR-235-Divisa TO/MA, trecho Pedro Afonso (TC – 003.798/2003-2).” **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **FLEXA RIBEIRO**. **Parecer:** pelo conhecimento do Parecer pelo Tribunal de Contas da União e se manifeste sobre os contratos mencionados e que esta Comissão faça o reexame da matéria tão logo sejam prestados os esclarecimentos necessários. **RESULTADO: ADIADO. ITEM 06)** PETIÇÃO Nº 17, DE 2001 – **NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), mediante expediente datado de 29 de outubro de 2001 e anexos, denúncias de irregularidades em processo licitatório realizado entre

a antiga Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) e a empresa White Martins S/A e de extravio do processo na atual Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).” **Autoria:** JOÃO BATISTA PEREIRA VINHOSA. **Relator:** Senador **FLEXA RIBEIRO**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **RESULTADO: ADIADO.** Observação: Matéria encaminhada a esta Comissão, conforme despacho do Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), Senador JEFFERSON PERES, nos termos do art. 409 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 7)** AVISO Nº 14, DE 2002 – **NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 12/2002 – TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria realizado nas obras de complementação e melhoramento do Porto de Suape – PE (TC – 003.553/2001-3).” **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **FLEXA RIBEIRO**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria, ciência dele à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização do Congresso Nacional e remessa do processado ao arquivo. **RESULTADO: ADIADO. ITEM 8)** PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004 – **NÃO TERMINATIVO**, que “acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra” **Autoria:** Deputado **CELSO RUSSOMANO**. **Relator:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Parecer:** Favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.. **RESULTADO: ADIADO. ITEM 9)** PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2005 – **NÃO TERMINATIVO**, que “acrescenta parágrafo ao art. 39 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir representantes da Fundação Palmares e de comunidades remanescentes de quilombos nos Comitês de Bacia Hidrográfica.” **Autoria:** Deputado **LUIZ ALBERTO**. **Relator:** Senador **AUGUSTO BOTELHO**. **Parecer:** Favorável, nos termos da Emenda nº 1 que apresenta. **RESULTADO: ADIADO. ITEM 10)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, DE 2005 – **TERMINATIVO** que “acrescenta parágrafo único ao artigo 33 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para impedir que os fornecedores veiculem publicidade ao consumidor que aguarda, na linha telefônica, o atendimento de suas solicitações”. **Autoria:** Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**. **Relator:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **RESULTADO: ADIADO. ITEM 11)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2003 – **TERMINATIVO**, que “modifica o Artigo 37 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para ampliar as condições de criação dos

Comitês de Bacia Hidrográfica nos rios federais”. **Autoria:** Senador **PAULO OCTÁVIO**. **Relator:** Senador **GERSON CAMATA**. **Parecer:** Pela rejeição do Projeto. **RESULTADO: ADIADO. ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2004 – TERMINATIVO**, que “altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para tornar obrigatória a implantação plena de infra-estrutura básica.” **Autoria:** Senador **RODOLPHO TOURINHO**. **Relator:** Senador **HERÁCLITO FORTES**. **Parecer:** Pela aprovação, nos termos da Emenda nº 1 que apresenta. **RESULTADO: ADIADO. Extra Pauta**, a Comissão aprova a apreciação da seguinte matéria: **ITEM 1) REQUERIMENTO Nº 26, DE 2005-CMA**, que requer “nos termos regimentais, seja criada uma Comissão para a realização de Audiência Pública na região da Represa de LAJEADO-TO, no sentido de examinar as questões ambientais que estão sendo debatidas por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.” **Autoria:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **RESULTADO: Aprovado**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DO DIA 28-6-2005

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª reunião ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Promoveremos, na primeira parte desta reunião, uma audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 25, de 2005-CMA, de nossa autoria, aprovado em 21 de junho do corrente, para apresentação de documentos sobre os impactos causados pela implantação da Usina Hidrelétrica Magalhães em Lajeado, Tocantins, com os seguintes convidados, a quem gostaria de convidar para compor a mesa conosco: Sr. Raul de Jesus Lustosa Filho, Prefeito Municipal de Palmas; Sr. Paulo Sardinha Mourão, Prefeito Municipal de Porto Nacional; Sr^a Miyuki Hyashida, Prefeita Municipal de Brejinho de Nazaré; Sr^a Terezinha Poincaré Andra-

de Costa, Prefeita Municipal de Ipueiras; Sr. Antônio Evangelista Júnior, Prefeito Municipal de Miracema do Tocantins; Sr. Manoel Silvino Gomes, Prefeito Municipal de Tocantínia; Sr. Antônio Luiz Bandeira Júnior, Prefeito Municipal de Lageado; e o Sr. Stalin Bucar, Prefeito de Miranorte.

Há, sobre a mesa, um ofício de autoria do Prefeito Municipal de Miracema do Tocantins, vazado nos seguintes termos:

Sr. Presidente,

Acusamos o recebimento do Ofício nº 38/2005, da Comissão de Meio Ambiente, que requer o nosso comparecimento nessa conceituada Comissão, e agradecemos pelo convite feito por V. Ex^a, mas infelizmente não poderei comparecer à audiência pública do dia 28 deste por ter firmado compromisso inadiável em Palmas para resolver questões jurídicas do Município de Miracema do Tocantins.

Antônio Evangelista Júnior.

Prefeito de Miracema do Tocantins. (Pausa.)

Esta audiência pública destina-se a dar conhecimento à Comissão e a seus ilustres membros dos impactos ambientais causados pela implantação da Usina Hidrelétrica Magalhães no Lajeado, no Estado do Tocantins. Estão aqui os eminentes Prefeitos dos Municípios que recorrem a esta Comissão em busca do cumprimento de acordos firmados quando da implantação e, naturalmente, buscando também compensações para os seus respectivos Municípios em decorrência da implantação e da geração de energia dessa importante indústria.

Nós ouviremos, então, as manifestações, em primeiro plano, do Prefeito de Porto Nacional, Prefeito Paulo Mourão.

Desejamos ouvir todos os Srs. Prefeitos. Por isso daremos um tempo de dez minutos para cada um, para sua exposição.

Sr. Prefeito Paulo Mourão, com a palavra.

O SR. PAULO MOURÃO – Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, Srs. Senadores, para mim é uma grande honra retornar ao Congresso Nacional, onde servi com muita determinação e amor ao Brasil por quatro mandatos como Deputado Federal, representando a minha terra, o Estado do Tocantins. Pude aqui conviver com mulheres e homens da mais alta estirpe, servindo ao País, e tenho como patrimônio a amizade e a confiança de muitos deles, e muito me honra poder revê-los, como V. Ex^a, Senador Teotônio Vilela Filho, que é uma das

histórias vivas do Congresso Nacional, representando tão bem o nosso País. A sua amizade é um dos patrimônios que carrego comigo. Assim também, também com esta Casa, agradecendo ao Senador Nezinho Alencar pela presença e também ao caro amigo Senador Flexa Ribeiro.

Estamos aqui – Raul Filho, Prefeito de Palmas; Prefeita Terezinha, de Ipueiras; Prefeita Miyuki, de Brejinho de Nazaré; Prefeito Silvino, de Tocantínia; Prefeito Júnior Bandeira, de Lajeado; Stalin Bucar, de Miranorte – todos muito preocupados com o processo de ocupação e de exploração do grande tesouro que o mundo tem: as águas doces.

Entendemos que é preciso fazer uma reavaliação de como podemos utilizar esse tesouro. Sabemos que, da água que banha o mundo, 97,5% é salgada, água oceânica. Dos 2,5% restantes, 68,9% são compostos de águas polares, as calotas polares ou geleiras; 28,9% são de águas profundas, os aquíferos; 0,9% são águas represadas; e somente 0,3% são as águas doces de rios. O Rio Tocantins é um dos tesouros do Brasil, é a terceira bacia hidrográfica do País – a primeira é a Amazônica, a segunda é a do Paraná, a terceira é a bacia hidrográfica do rio Tocantins. E o Governo Federal está projetando para os próximos vinte anos a construção de várias usinas hidrelétricas. Assim como Serra da Mesa, no rio Tocantins, no Estado de Goiás, é a maior represa da América do Sul – não é Tucuruí, não é Itaipu. A Usina da Serra da Mesa represa algo em torno de 54,4 mil metros cúbicos de água.

Temos o Lajeado, que também representa uma grande represa, a quarta, com 630 Km² de área inundada, ocupando áreas de vários Municípios. E o que entendemos que é preciso ser revisto é justamente essa ocupação, porque todos os nossos Municípios têm sido afetados, e a maquiagem que fizeram nos PBAs (Programas Básicos Ambientais), nos EIA/Rimas que foram estudados não refletem a realidade do que hoje vivemos.

Se o País precisa estimular o crescimento industrial – e todos nós apoiamos isso e aprovamos – por que não discutir conosco, que somos os doadores desse processo de estímulo à riqueza e crescimento industrial, o fato de não haver investimentos nas nossas regiões ou pelo menos não impedir que essas regiões possam ter seu desenvolvimento sustentado? As hidrelétricas que lá estão sendo construídas estão justamente criando uma situação que antigamente, Srs. Senadores e Sr. Presidente Leomar Quintanilha, não tínhamos, tal como o surgimento do calazar e da dengue. Na cidade de Palmas tivemos uma infestação de mais de 800 casos de dengue, e isso veio com o

advento das hidrelétricas. Entendemos que isso precisa ser revisto.

Vemos a fragilidade do sistema público federal; compreendemos que desejam ter energia e estimular o processo industrial no País, mas, ao mesmo tempo, é necessário rever a forma pela qual essas hidrelétricas estão sendo construídas. Essa gama de Prefeitos que hoje representa esse sentimento do Tocantins reporta que não somos contrários à construção de hidrelétricas; apenas queremos que elas venham, mas promovendo o desenvolvimento sustentado.

A Hidrelétrica do Lajeado foi determinada, em seu projeto básico, para funcionar em “fio d’água”, ou seja, a capacidade de geração de energia se daria com a própria força motriz da água, e não haveria oscilação brusca do represamento de água. Esse é um dos grandes componentes na compensação financeira dos Municípios inundados. Retiram a compensação financeira dos Municípios. Porto Nacional, por exemplo, dos 630 Km² inundados, representa 49,8% dessa área, e recebe, em média, R\$160 mil de compensação financeira. É um Município que assentou 986 famílias, onde colocaram pessoas que precisam de educação, saúde, emprego, de ação social, de geração de desenvolvimento para essas famílias e como isso é possível com 160 mil reais? A oscilação que esse represamento faz na água no período noturno, que é onde vende mais energia, é o pico de venda de energia, cujos impostos não são pagos no Tocantins mas onde são consumidos e exportados para outros Estados. Nós nos sentimos bem honrados podendo ajudar o processo do desenvolvimento. Mas é preciso ter a atenção que o Tocantins merece. E esses Municípios...porque na hora que essa água é represada e é soltada para gerar mais energia, ocorre o problema da erosão, ocorre o problema nos rios tributários que deságuam no lago, isto ocasiona o desbarrancamento, há um processo de assoreamento muito sério, que provoca um processo de descontrole ambiental seriíssimo. É um impacto ambiental. Levamos isso ao conhecimento do Ministério do Meio Ambiente, e há uma determinação do Ministério de não entrar nessas discussões, por ser um problema do Ministério de Minas e Energia. O Ministério de Minas e Energia, na pessoa que muito respeitamos, a Ministra Dilma Rousseff não promoveu ainda um encontro para essas discussões. Nós não encontramos ninguém que represente esse grupo para discutir. Então apelamos para a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, porque é preciso identificar o quê? O problema que vai acontecer já na Hidrelétrica São Salvador, que vai ser construída, na Hidrelétrica do peixe, que já com 60% dela concluída, na Hidrelétrica de Impueiras, que vai afetar os Municípios de Impueira, cuja Prefeita é a

Terezinha Costa, e Brejinho, da Prefeita Miuki, e Porto Nacional, que é a cidade mais próxima, que vai dar sustentação para a construção desse grande evento. Tem a Hidrelétrica de Tupiratins, e a Hidrelétrica do Peixe, que já foi dada a licença. E todas essas hidrelétricas, Srs. Senadores, não têm a previsão da construção de suas eclusas. Isso é um problema gravíssimo que o Governo federal tem evitado enfrentar. E para que os Senhores tenham uma idéia, a construção da eclusa do Lago de Lajeado, o Lago do nosso saudoso Luís Eduardo Magalhães, que tem esse nome, que também muito nos honra. A previsão do investimento para a construção dessa eclusa era algo em torno de 160 milhões quando construíram a hidrelétrica. Hoje, com 600 milhões não é possível fazer a eclusa. A de Estreito está dessa forma, Senador Chiquinho. É preciso que discutamos isso com muita transparência, pensando no futuro do país, pois o tesouro que o Rio Tocantins tem é sim, para fortalecer o Brasil, mas de uma forma sustentável. Não podemos ceder o que há de melhor para nós, não podemos doar o nosso tesouro e ficarmos à mercê dos problemas que hoje enfrentamos, como o desequilíbrio socioeconômico, ambientais e sem a discussão de um projeto sustentável para o Rio Tocantins.

Só para concluir, Sr. Presidente, porque também se diz que nas transposições da água do Rio São Francisco, que nós queremos ser sim, os parceiros para melhorar a vida dos irmãos nordestinos, mas precisamos antes, discutir como o Tocantins vai doar essas águas, em que proporções, se afetará a vazão do rio, algo estimado em 11.300 metros cúbicos por segundo, como que serão feitos esses investimentos, e nós, que vínhamos, Sr. Presidente, o Governo Federal há mais ou menos 28/30 anos querendo investir para concluir a Ferrovia Norte/Sul, está a cada dia com o pires na mão dizendo que só pode liberar migalhas do orçamento. São os brasis da exclusão, são os brasis do fosso social profundo, que ainda não conseguiram se integrar ao processo de desenvolvimento sustentável ao projeto do grande Brasil desenvolvido.

Então, apelamos a esta Comissão, Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, encaminhando ao Senhor um ofício, assinado pelos Prefeitos que concordaram com esses termos aqui colocados, encaminhando-lhe um estudo técnico, feito pelos técnicos da mais alta competência, qualidade e seriedade, representados aqui por Dr. Heleno Costa, Geólogo, e outros técnicos, Dr. Hélio, Dr. Marcos e Dr. Joaquim Cardoso.

Quero transferir-lhe, Dr. Arpuin, esse documento, para que a Comissão do Senado possa, **in loco**, averiguar os desmandos, os desrespeitos e a forma

com que estão tratando o grande tesouro do Mundo, que é a água potável.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Comissão recebe das mãos do Prefeito Paulo Mourão um documento firmado pelos Prefeitos dos Municípios impactados pela implantação da usina hidrelétrica; documento este a que a Presidência dará as conseqüências e providências necessárias.

Com a palavra a Prefeita de Ipueiras, Sr^a Terezinha Poincaré Andrade Costa.

A SRA. TEREZINHA POINCARÉ ANDRADE COSTA – Gostaria de, cumprimentando a todos na pessoa do Presidente da Comissão, Senador Leomar Quintanilha, e dizer que estou Prefeita de Ipueiras e não tenho o vasto conhecimento que o Prefeito Paulo Mourão diz ter, de vez que é o meu primeiro mandato. Contudo, quero dizer que tenho, sim, preocupação e compromisso, não só com o meu Município, mas com o Estado do Tocantins e com o nosso grande tesouro, o rio que banha o nosso Estado.

Quero dizer que a minha maior preocupação é com os momentos que estamos vivendo. Vivemos, num primeiro momento, a construção da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, que trouxe muitos benefícios, mas também inúmeros problemas, os quais, embora constem dos Termos de Ajuste de Conduta, até hoje, muitos não foram concluídos e sobre isso não foi tomada nenhuma providência.

Já num segundo momento, temos a Usina de Peixe – e aí já temos um outro Município sendo afetado –, que também traz consigo diversos problemas. E nós não queremos isso quando da construção da nossa hidrelétrica em Ipueiras. Por isso, nós já estamos tomando providências para que possamos, cada dia mais, ampliando os conhecimentos, trabalhar com a consciência de que não desejamos promover apenas o crescimento do nosso Município, mas sim o seu desenvolvimento, pois crescimento é uma coisa muito simples, mas desenvolvimento com qualidade de vida é outra coisa bem diferente. Isso nós queremos para o nosso Município, ou seja, desenvolvimento com qualidade de vida.

Com o apoio do Senador Leomar Quintanilha e dos demais que se encontram aqui, eu gostaria de dizer que isso é de suma importância para nós. Se tivermos o apoio de vocês, nos ajudando a fazer com que as ações possam se concretizar, para que possam sair daqui ações concretas, ações que venham a beneficiar o Município, que venham a desenvolver o Município, nós estaremos trabalhando em prol do nosso Estado e do nosso Município.

Para finalizar, quero dizer que estamos buscando aqui a solução desse problema e que possamos sair de cabeça erguida, sabendo que o nosso dever foi cumprido legalmente, com relação ao cumprimento de todas as ações propostas. Isso nós ainda não temos, porque não foram cumpridas as ações.

Tenho, no meu Município, diversos problemas com o reassentamento que foi feito. Tenho uma igreja tombada pelo Patrimônio Histórico e que está lá largada, deixada de lado. Tenho problemas com o cemitério, que foi comprometido com o lençol freático, e quanto a isso não foi tomada qualquer providência; não foi construído um outro cemitério. Apesar dessas coisas, que ficaram para trás, já vem a construção de uma outra usina sem serem resolvidos os problemas criados pela antiga. São coisas que vão se acumulando, e nós queremos, a qualquer custo, resolver.

Então, estamos aqui para pedir melhorias e reafirmar, a cada dia, com os nossos colegas que compõem a Mesa, que não estamos buscando nada em causa própria, mas benefícios para os nossos Municípios, para a melhoria não apenas de um deles, mas de todos. Então, é uma busca de melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes. É isso que quero deixar aqui registrado; é isso que Ipueiras, com a sua pequena contribuição, vem colocar com a sua voz aqui no Senado, esperando que vocês possam nos ajudar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Prefeita Terezinha. Todos os Municípios são importantes. Nós reconhecemos a relevância da questão que V. Exª traz à apreciação nesta Comissão.

Passamos a palavra agora ao eminente Prefeito Júnior Bandeira, da cidade de Lajeado.

O SR. JÚNIOR BANDEIRA – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, Prefeitas e Prefeitos, em aditamento às preocupações já demonstradas e reveladas pelo Prefeito Paulo e pela Prefeita Terezinha, nós gostaríamos de fazer uma consideração de que os Prefeitos do Tocantins, há mais de três anos, se organizaram e estão preocupados com essa questão da multiplicidade de barragens e hidrelétricas em nosso Rio Tocantins, e os Prefeitos vêm-se associando à política estadual de recursos hídricos, aos grupos de trabalho que formam um comitê de bacias, que faz um estudo circunstanciado desses impactos; associando-se também à política de educação ambiental. Enfim, já há um trabalho desenvolvido no Estado, mas é preciso que essa preocupação de avaliar o crescimento do Estado, os investimentos que as empresas concessionárias de exploração de energia elétrica, de geração de energia elétrica no Estado tenham esse comprometimento

com o crescimento econômico sustentável do Estado do Tocantins.

Portanto, é importante esta reunião.

Mas eu gostaria de deixar aqui, Sr. Presidente, um registro de que é preciso que esta Comissão apresente uma sugestão, eu diria, de alternativa para a partilha dos *royalties*. Há um critério objetivo que distancia, e me refiro ao Município de Lajeado. A cidade de Lajeado, a pequena Lajeado, sedia o empreendimento, o eixo da barragem está no perímetro urbano da cidade. Portanto, pelo fato de que nós só temos 2,8% do lago, da área inundada, o critério de compensação financeira, que é um critério objetivo estabelecido pela Aneel, é injusto em relação ao Município de Lajeado. E acredito que outras cidades no Brasil devem ter esse mesmo problema, porque o impacto é direto no centro urbano do Município e não há uma compensação subjetiva que avalie o aspecto social, o aspecto humano, o aspecto histórico, mas simplesmente o critério objetivo de área alagada.

Eu gostaria muito que esta Comissão pudesse encontrar uma forma mais justa, que equiparasse, que reparasse essas cidades, cujo impacto do barramento é direto na zona urbana, e não só na área rural alagada.

Portanto, parabeno os Prefeitos que estão aqui, parabeno o Sr. Presidente e Srs. Senadores que nos dão essa atenção para discutir tema tão importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª tem razão, Prefeito Júnior Bandeira. O critério de distribuição requer realmente um reexame, uma re-análise em razão exatamente dessa distribuição. Quem tem a compensação maior não é quem está produzindo, mas quem está consumindo.

O SR. JÚNIOR BANDEIRA – Só para conhecimento da Comissão: Lajeado sedia o empreendimento e recebe uma média mensal de R\$8 mil de compensação financeira, enquanto que outros Municípios recebem muito mais, e essa proporção de área alagada é que é o critério que digo objetivo.

Senador, perdoe-me a intervenção. Só para uma informação complementar.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – É a compensação financeira de uma obra que custou R\$1,6 bilhão e que gera 950 mil megawatts. Essa compensação é insignificante.

Com a palavra o eminente Prefeito de Miranorte, Stalin Bucar.

O SR. STALIN BUCAR – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Srs. Senadores, meus colegas Prefeitos, é tão importante esse tema que se está discutindo hoje, pois a questão do meio ambiente afeta

o ser humano, os animais e as plantas. A coisa feita sem critérios técnicos bem discutidos, bem definidos, com certeza, comprometerá o futuro da fauna, da flora e do ser humano.

A minha cidade de Miranorte não tem sofrido muito impacto em relação à construção do lago, mas trata-se de uma discussão onde tudo o que acontece na natureza é preciso que tenhamos uma atenção redobrada e com muita consciência das decisões e das definições a serem tomadas.

Por isso, reputo que esta audiência pública é de grande relevância e sei perfeitamente que os Prefeitos, a própria população e os Srs. Senadores que têm toda a responsabilidade de conduzir essa questão da melhor forma possível, haverão de, juntos, encontrar a melhor solução para a melhor qualidade de vida e menos impacto ambiental em nossa região.

Portanto, Srs. Senadores, ficamos agradecidos pela iniciativa e espero que os Municípios envolvidos nessa questão achem a solução de consenso para que o objetivo seja realmente o de encontrar a compensação e, conseqüentemente, a diminuição da questão do impacto ambiental do nosso Estado de Tocantins.

Como disse o Deputado Paulo Mourão, hoje Prefeito de Porto Nacional, quando da criação do lago não havia calazar e outras epidemias, outras doenças; na época não existia nem o Estado do Tocantins. Então, hoje temos o Estado e precisamos cuidar dele para que os malefícios de outros Estados não nos atinjam, naquela ânsia e na ganância de se obter lucro, pois deixaram de ver uma parte interessante que é a qualidade de vida das pessoas.

Era isso que eu queria colocar à Comissão.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Prefeito Stalin. Apesar de o Município de V. Exª não estar hoje banhado pelo lago, mas pela proximidade, pelos ribeirões que são afluentes do rio Tocantins, já sofreu indiretamente esse impacto. Ainda teremos a Usina de Tupiratins, já programada, que vai afetar diretamente o Município que hoje V. Exª dirige.

Concedo a palavra à Prefeita Miyuki Hyashida, de Brejinho de Nazaré.

A SRA. MIYUKI HYASHIDA – Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, Senador Leomar Quintanilha, do nosso Estado, Srªs e Srs. Senadores, Prefeitos amigos presentes, em nome da nossa população de Brejinho de Nazaré, pedimos o apoio do Senado nessas ações de proteção das nossas cidades, fazendo cumprir os Programas Básicos Ambientais e os sociais, já que as usinas construídas se beneficiam grandemente com a geração de energia, e as nossas cidades perdem áreas produtivas, pontos turísticos, a

geração de renda em cima da pesca, dos quiosques de beira rio e outros mais.

Por tudo isso, sabemos que merecemos compensações reais para as nossas populações, inclusive a compensação financeira, que sejam compatíveis com o desenvolvimento e o progresso que a energia traz.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado pela contribuição, eminente Prefeita Miyuki, da nossa cidade de Brejinho. Naturalmente, V. Sª comunga com os demais Prefeitos a preocupação com os impactos causados pela usina hidrelétrica de Lajeado.

Com a palavra o Prefeito de Tocantínea, Manoel Silvino Gomes.

O SR. MANOEL SILVINO GOMES – Ilustre Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Srs. Senadores, permitam-me cumprimentar o Senador Nezinho Alencar – ao fazê-lo, espero que todos se sintam também cumprimentados –, Srs. Prefeitos, colegas de ofício do Tocantins, demais presentes, em primeira mão, agradeço a esta Comissão a oportunidade que nos propicia de estar aqui a reivindicar a solução para os problemas que afetam o nosso Município. Como disse o Prefeito de Lajeado, há muito, vimos nos organizando e lutando na busca da solução desses problemas, mas muitos persistem. A razão que nos trouxe aqui é pedir a ajuda de que hoje precisamos.

Cobra-se aqui o cumprimento dos PBAs lá feitos e não só isso, mas também a possibilidade de estar revendo esses PBAs, porque muitas ações de impactação não foram previstas neles. Alguns Municípios, como o que represento, Tocantínea, sofreu prejuízos com isso e o nosso povo reclama a compensação pela impactação que sofreu o nosso Município.

Ademais, não podemos ficar somente a reclamar dos impactos que sofremos. Temos de reconhecer que as usinas também trazem benefícios. Como disse o Senador Leomar Quintanilha e como o Júnior Bandeira reivindicou, pedimos uma revisão nos **royalties** que os Municípios recebem.

Corroboro o que disse o Senador Leomar Quintanilha, penso que realmente deve haver uma revisão na forma de arrecadação dos tributos cobrados na energia. O Estado do Tocantins, com o número de usinas que lá serão instaladas, mudará completamente sua forma natural. Os impactos que os Municípios sofrerão serão de grande relevância e, com certeza, os tributos que serão cobrados ficarão em São Paulo e em outras grandes cidades que consumirão a energia. Aquele

que está produzindo esse bem precioso, a energia, pouco lucro terá.

Então, neste momento, deixo registrado o nosso pedido para que esta Comissão possa rever a forma, tributando no Município que gera, e não naquele que recebe o benefício, a energia já produzida, pois, da forma como está, quem produz nada recebe.

Era isso que queria registrar.

Mais uma vez, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Prefeito Silvino.

Passo a palavra ao último inscrito, o Prefeito da capital, Palmas, Raul de Jesus Lustosa Filho.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Caro Presidente desta Comissão, Senador Leomar Quintanilha; caro amigo tocantinense, Senador Nezinho Alencar; caro Senador e particular amigo Teotônio Vilela Filho, popular téo; Senador Antônio Leite; cara Senadora, companheira Ana Júlia Carepa; Deputado tocantinense Ronaldo Dimas, colegas Prefeitas e Prefeitos, as conseqüências da Usina Magalhães, na verdade, são menores do que os benefícios causados àquele Estado. Nós não viemos discutir ou punir a realização daquele grande empreendimento. Das grandes riquezas que nós temos no nosso Estado, essa bacia hidrográfica que, com certeza, estará produzindo para o nosso País o que mais hoje nos falta para implementar as indústrias, que é a energia. Hoje temos essa usina e caminhando para a construção de mais 5. O que nós buscamos, na verdade, são as compensações que entendemos ser justas e que, no entanto, elas deixaram de ser cumpridas pelos seus PBAs. A exemplo de Palmas, nós temos 33 PBAs, dos quais 18 apresentam várias pendências e, por não terem esses investimentos realizados, hoje, a nossa Capital padece de algumas conseqüências originadas dessa hidrelétrica. Não podemos negar que a sua produção como também a formação do seu lago trouxe para nós grandes conquistas, sobretudo, na área turística, que é, ainda, muito primária, mas que caminha para ser uma fonte geradora de renda, muito em breve dependendo da infra-estrutura. Agora, ficaram conseqüências: nós temos problemas sérios de epidemias, Palmas bateu recorde, eu creio que, na sua proporcionalidade, no País, com o problema da dengue, muito bem colocado aqui pelo Deputado, hoje, Prefeito, da nossa vizinha Cidade de Porto Nacional, quase 900 casos para uma população de 190 mil habitantes. É preocupante. E nos ficou mesmo essas conseqüências que, hoje, ela traz problema sério, o lençol freático de Palmas. Recentemente, buscando a realização da drenagem em algumas quadras, conseqüentemente a sua pavimentação, já sabíamos disso e pudemos testar agora

na prática o problema da elevação do lençol freático que está implicando em altos custos extras ao projeto original que nós tínhamos, e nós precisamos saber como o consórcio poderá buscar as compensações para esses municípios. Dos 33 projetos, como muito bem colocamos, nós temos 18 que ainda nos trazem pendências sérias, e algumas deles, na área social. Restou na Capital os recursos que, hoje, a Capital recebe pela produção de energia. Não representam praticamente nada pelas conseqüências os investimentos que a Prefeitura tenha obrigatoriamente que fazer no dia-a-dia, a exemplo de alguns assentamentos de ribeirinhos que moravam às margens do rio Tocantins, problemas de saúde, como o Calazar, que também é um grande problema hoje, em nossa Capital.

Então, o que nós buscamos, Senador, Presidente desta Comissão, meus caros Senadores, é que esta Comissão de Defesa do Consumidor possa nos dar aí caminhos de sentar à mesa com o consórcio que construiu essa hidrelétrica e reparar esses danos que deixaram de ser cumpridos. Entendemos que esta Casa e esta Comissão é o foro apropriado para que a gente possa buscar aqui esses instrumentos que possam fazer com que os nossos municípios, que reconhecem o empreendimento, mas que padecem de conseqüências, eu diria até por falta de responsabilidade, e o não cumprimento do que se estabeleceu em cima dos PBAs.

Eu agradeço, Senador Leomar, e creio que nós teremos aqui as ações necessárias para que possamos fazer com que a Usina Hidrelétrica Magalhães não venha a trazer as conseqüências para as demais que já estão em fase de construção, a exemplo de Peixe e Angical, que aquela comunidade não viva os problemas que hoje temos. Deixamos a critério da Comissão os encaminhamentos necessários para que esses Municípios impactados possam rever o que é de direito, direito esse que foram negados às nossas comunidades.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha PMDB – TO) – Nós registramos a presença do Deputado Ronaldo Dimas, do Estado do Tocantins, Deputado Everaldo Barros, que vêm com suas presenças enriquecer esta audiência pública.

Os Prefeitos que se manifestaram naturalmente não desconhecem a importância da implantação das usinas hidrelétricas no nosso Estado, cujos aspectos positivos passam, primeiro, pelo uso múltiplo das águas, pela geração da energia elétrica, da força que o Estado e o rio têm em benefícios das necessidades, das demandas da população do Tocantins e do País. Haja vista, a implantação dessa usina, gerando 920 mil *megawatts*, quando o consumo, hoje, do Estado do

Tocantins gira em torno de 150 mil *megawatts*. Quer dizer, o Tocantins está contribuindo para a demanda reprimida que já existe em outras regiões.

Então, a par desses aspectos positivos da implantação da usina hidrelétrica Magalhães, que vem com a geração de empregos, que vem com o estímulo ao turismo, com estímulo à pesca, com a facilitação da navegação, com o transporte, com a ambientação adequada para a implantação de projetos de irrigação e práticas das mais diversas modalidades esportivas, nós estaríamos elencando, seguramente, a maioria dos aspectos positivos com a implantação das usinas hidrelétricas, particularmente, da usina hidrelétrica do Lajeado.

É claro que os Prefeitos estão felizes com esse aspecto positivo da implantação. Mas vem exatamente registrar o seu inconformismo em nome das populações que representam pelos danos que a impactação tem causado e que foram por eles aqui, de forma muito apropriada, colocado com relação à brutal alteração na vida social e econômica do ribeirinho que tinha uma maneira de viver, de sobreviver, de criar sua família à margem do rio, de repente, é transferido para uma região diferente, distante do seu habitat natural com todas as conseqüências que essa mudança à sua revelia acaba causando as doenças e essa movimentação na flora e na fauna trazem realmente essas conseqüências danosas que efetivamente precisam ser reexaminadas, apesar dos programas ambientais que foram discutidos quando da organização do estudo do projeto, é claro, que percebe-se agora depois da implantação que alguns não foram totalmente implementados e outros não foram contemplados quando da implantação.

Portanto, essa manifestação que fazem os eminentes Prefeitos nesta Comissão nos remete ao compromisso que a Comissão tem de fiscalizar as obras públicas neste País e de proteger a população desses Municípios de eventuais danos que essas obras venham a causar.

Nós passaremos, agora, à segunda parte desta audiência pública ouvindo a manifestação dos Srs. Senadores.

E passamos à lista dos inscritos em primeiro lugar, o Senador Teotônio Vilela a quem concedo a palavra.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB-AL)

– Sr. Presidente, Leomar Quintanilha, quero parabenizá-lo pela iniciativa desta audiência pública que considero da maior importância. Fiz questão, embora com compromisso marcado para este exato momento, de ficar presente na sala, porque creio ter um depoimento a dar sobre essa questão da maior importância,

que são as conseqüências de hidroelétricas junto às comunidades.

Quero aqui também saudar os prefeitos do Tocantins, que dão uma demonstração de responsabilidade para com o mandato que lhes foi confiado pelo povo dos seus respectivos municípios, quando vêm ao Senado trazer essa preocupação, porque, realmente, isto diz respeito à missão que lhes foi confiada pelo povo dos seus municípios. Se não tomarem cuidado, se providências não forem tomadas, essas conseqüências vão perdurar para sempre e são conseqüências danosas, muito danosas.

A energia é a mola do mundo. Sem energia não se faz nada. A energia é vida. A história da humanidade coincide com a história da energia. A humanidade se desenvolveu na medida em que o homem passou a melhor aproveitar a energia disponível na natureza. A energia é fundamental para tudo.

E o Brasil tem entre tantas outras fontes de energia, um potencial inigualável, sem paralelo no mundo. Talvez alguns países da Escandinávia utilizem a energia hidráulica como o Brasil utiliza. É uma benção de Deus a disponibilidade hídrica que nós possuímos.

E a energia hidráulica é uma energia relativamente barata em comparação às outras, é uma energia limpa, mas ela poderá trazer, se providências não forem tomadas, seriíssimos impactos ambientais, com conseqüências danosas para as populações também, não somente o meio ambiente, mas às populações, à montante e a jusante das barragens.

Sou nordestino, sou das Alagoas, o Raul Filho aqui sabe disso, meu velho amigo, como também o Paulo Mourão, outro velho amigo. No nordeste, a primeira Usina de Paulo Afonso foi construída ainda na década de 40, chegando à década de 50. Ficamos tão embevecidos, tão orgulhosos com a hidrelétrica de Paulo Afonso, porque iria nos trazer, inicialmente Paulo Afonso I, depois II, III, depois Xingo, Itaparica e hoje se geram 13 mil megawatts ali no Nordeste, em todo o complexo Paulo Afonso. Nós, nordestinos, ficamos tão satisfeitos com a capacidade de produzir a nossa própria energia, para gerar emprego, gerar renda, desenvolver, que nos descuidamos de fazer isso que os senhores e as senhoras estão fazendo, não cuidamos das possibilidades de danos que as hidrelétricas poderiam causar. Não procuramos trabalhar em relação à legislação. Não procuramos reivindicar, apenas nos contentamos com a energia, que foi importantíssima e é ainda hoje para o Nordeste, porque, como eu disse, a energia é a mola de tudo, ela gera emprego, gera renda, desenvolve a Região. Mas o Rio São Francisco, sobretudo a jusante das barragens, morreu. Morreu! O rio como não poderia, depois das barragens, mais

haver enchentes, porque o rio estava contido, então em todo o baixo São Francisco os peixes desapareceram, porque eles se reproduziam ou nas lagoas marginais, que apareciam na época das enchentes, ou então com a piracema. As lagoas deixaram de aparecer porque não houve mais enchente, e a piracema também, porque não se tomou o cuidado de, ao construir a barragem, fazer aquela escadinha para que os peixes que se reproduzem através da piracema pudessem dar continuidade a sua espécie.

O mesmo ocorre com a agricultura. Ou seja, praticamente acabou toda a agricultura no baixo São Francisco, porque as enchentes fertilizavam as margens dos rios e também irrigavam essas margens. Isso foi um dano terrível. A legislação até hoje não prevê uma forma de reparar esses danos causados a jusante. Há um projeto, de minha autoria, tramitando aqui no Senado. Segundo esse projeto, as hidrelétricas construídas, a partir da agora, lá já não temos mais condições, sejam elas particulares ou estatais, devem se responsabilizar pelos prejuízos que possam causar às populações, tanto a montante quanto a jusante. A montante, a legislação ampara mais, no que se refere a áreas inundadas e tal. Mas há outros problemas que foram citados aqui por alguns dos senhores e que não estão previstos na lei.

Assim, é fundamental que nos debruçemos sobre a legislação e procuremos corrigir essas distorções, para que as hidrelétricas construídas de agora em diante... Repito aqui, a energia proveniente das hidrelétricas ainda é, no mundo inteiro, a mais barata, a mais limpa. O Brasil precisa aproveitar o seu potencial, mas, infelizmente, precisamos tomar...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha PMDB – TO) – Conclua, por favor, Senador.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Concluirei já, Presidente.

Precisamos tomar providências para que erros que foram cometidos, no passado, não venham a acontecer no futuro.

Parabéns a vocês, do Tocantins, pela iniciativa. O Tocantins pode, assim como vários outros Estados, ainda há tempo, cuidar para não vir a ter os prejuízos que nós sofremos lá no Nordeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PMDB – TO) – Obrigado ao Senador Teotônio Vilela pela sua valiosa contribuição.

Concedo a palavra ao Senador Nezinho Alencar, do Tocantins.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO) – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, eu quero iniciar a minha

fala parabenizando os ilustres prefeitos aqui presentes. Eles se deslocaram de suas cidades para vir a esta Comissão lutar por uma das mais justas causas que considero.

Meu caro Prefeito Raul, eu nasci lá nas barrancas do Tocantins. Fui criado ali pescando mandi. Eu tenho amor por aquele rio. Nós já temos ali a usina do Lajeado, produzindo e exportando energia para fora do nosso Estado, e outras fontes de energia também. Temos a energia da usina do Peixe, que está em fase de conclusão e que, salvo melhor juízo, vai gerar algo em torno de 452 megahertz. Já projetadas, temos a usina de Tupiratins – também na faixa de mais ou menos 400 megahertz –, a usina do Estreito, com mais ou menos 1000 megahertz, e outra lá no rio Tocantins, no Estado do Pará, da nossa querida Senadora Ana Júlia, na cidade de Marabá, 2.160 megahertz.

Nós estamos vendo a preocupação de todos os Parlamentares com este assunto. Tenho participado efetivamente dos trabalhos desta Comissão e acompanhado a preocupação dos Parlamentares de todos os Estados. Outro dia, vimos que os Estados do Paraná e de Santa Catarina criando parques de preservação ambiental, preocupação de preservação ambiental, preocupação de preservação ambiental em seus estados. Vimos aqui outro dia uma discussão, numa audiência pública também...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha)

O SR. NEZINHO ALENCAR (PSB – TO) – O meu tempo já está esgotado, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa compreende que não policiou o tempo do primeiro orador, mas V. Ex^a tem mais um minuto para concluir.

O SR. NEZINHO ALENCAR (PSB – TO) – Sr. Presidente, queria expor mais, mas tudo bem. O tempo é limitado, mas vou concluir rápido. Mas, a preocupação de todos nesta Comissão é de preservar o meio ambiente. Quero encerrar dizendo que a nossa preocupação também se prende à preocupação de todos vocês, todos os Srs. Prefeitos, e acredito ser de todos os beiradeiros do Rio Tocantins, do Tocantins e do Brasil, de uma forma geral, porque temos aí o **Kyoto**, em que o Governo Federal teve de ter umas certas precauções para poder participar. De forma que somos defensores intransigentes da preservação ambiental, associando-nos à preocupação de todos os Srs. Prefeitos. Queremos parabenizá-los mais uma vez pela brilhante iniciativa, principalmente do Senador Leomar Quintanilha, que tomou essa iniciativa de convocá-los até aqui, de solicitar a presença de todos vocês aqui para que a

gente pudesse iniciar essa empreitada de preservação ambiental do nosso Tocantins, principalmente de salvar o nosso rio Tocantins. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Essa preocupação com os nossos rios é de todos nós, Senador Nezinho Alencar. Sabemos da história de V. Ex^a, da história da sua família toda e a identidade que a sua família toda tem em relação ao rio Tocantins, o que é muito importante para nós e para o Brasil. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, eminente representante do Pará, nosso estado irmão e vizinho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Prefeitos do querido vizinho estado de Tocantins. É uma alegria muito grande recebê-los hoje na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e tratar de um assunto tão importante quanto o que versa hoje esta audiência pública, em tão boa hora requerida pelo nosso Presidente, Senador Leomar Quintanilha, sobre a questão dos impactos causados pela implantação da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães, em Lajeado, Tocantins. O Estado do Pará, que, assim como o estado de Tocantins, também é um estado exportador em potencial, exportador de energia hídrica pela Hidrelétrica de Tucuruí, conhece e sofre com esses impactos causados já há bastante tempo. Compartilha e é solidário com os irmãos tocaninenses que estão hoje vivenciando aquilo que já conhecemos há décadas. Então, quero aqui louvar a Bancada no Senado por essa iniciativa do Senador Leomar Quintanilha, a iniciativa dos prefeitos dos municípios que sofrem o impacto da implantação da Hidrelétrica de Lajeado. Os impactos positivos, que já foram aqui ressaltados, não pudemos deixar de ressaltá-los nesta audiência pública, e também, como aqui foi colocado, lamento não ter podido assistir à explanação dos Srs. Prefeitos porque tinha de estar presente em outra Comissão, mas, como vivencio o mesmo problema no estado do Pará, tenho certeza de que sou solidário a tudo aquilo que foi exposto por V. Sas. aqui. Quero dizer, como já me referi anteriormente, da solidariedade a essa questão e é importante que vocês estejam levantando no momento oportuno para que não tenham o mesmo efeito de cobrar ações que sejam reativas, como temos tido no Estado do Pará, na questão da hidrelétrica de Tucuruí. Uma delas, que lamentavelmente vocês terão lá com relação à hidrelétrica de Lajeado, é a navegabilidade do rio com a questão das eclusas. Há vinte anos, lutamos pelas eclusas de Tucuruí e até hoje não conseguimos vê-las concluídas. No orçamento da União para este ano de 2005, temos R\$200 milhões

em números redondos, mas estamos iniciando julho e até hoje não temos empenhado R\$700 mil e não foi liberado nenhum real para as eclusas; as obras estão suspensas e os seus canteiros estão tomados pelas famílias atingidas pelas áreas alagadas.

Neste instante em que presto minha solidariedade aos prefeitos dos municípios atingidos pelo Lago de Lajeado, quero dizer que vocês aqui, aproveitando a iniciativa do Senador Leomar Quintanilha de fazer essa audiência pública, estão se antecipando na questão ambiental, e que também, com certeza absoluta, vão lutar para que as eclusas de Lajeado não fiquem no mesmo compasso que temos vivenciado no Estado do Pará. Contem com este Senador pelo Pará, para que possamos lutar, de uma vez por todas, para que qualquer hidrelétrica que se faça no território nacional seja imediatamente acompanhada pelas eclusas, para que os rios mantenham a navegabilidade. Que se gere energia sim, mas que se mantenha, principalmente na Amazônia, a navegabilidade dos rios, porque, como dizia o poeta, esse rio é minha rua. Não podemos fazer a implantação do sistema hidroviário e manter o escoamento da produção nacional sobre rodas, diminuindo a competitividade do produto seja para o consumo interno seja para exportação.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradeço a contribuição, Senador Flexa Ribeiro.

Eu quero registrar as presenças, nesta audiência pública, do Dr. Heleno Costa, geólogo, que tem acompanhado de perto os problemas relacionados à implantação da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, e do jornalista Jales Marinho.

Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos os prefeitos e prefeitas e cumprimentar o Senador Leomar Quintanilha pela idéia de trazer este tema importante no Brasil e não só no Brasil, no mundo.

Temos em discussão, em relação à hidrelétrica, dois momentos: o momento como foi feita a hidrelétrica de Tucuruí, sem planejamento, sem qualquer mitigação dos impactos, sem pensar na população ao redor, com o objetivo de atender a uma empresa, no caso, ter energia firme para a Albras, que é uma empresa eletro-intensiva. Sou até favorável que tenha. A questão é: não podemos atender apenas os interesses de uma empresa e não atender o interesse de milhares de pessoas.

O erro aconteceu de forma muito grande lá atrás. Agora, temos que reconhecer que hoje é importante a

hidrelétrica de Tucuruí. Com todos os problemas que têm as hidrelétricas, elas ainda são uma forma de energia mais limpa.

Conheço, por exemplo, o projeto de Belo Monte, que foi feito para diminuir os impactos. O tamanho do lago diminuiu, está muito menor, por exemplo, que o lago de Tucuruí. Também foi uma falha, na época em foi feito isso, quando havia recursos suficientes naquele momento no Brasil, não terem sido feitas as eclusas.

Hoje foram retomadas as obras das eclusas de Tucuruí, no Pará. Quero informar a todos que estamos pedindo um audiência com a Ministra Dilma – aproveitando o momento em que a Ministra comanda o Ministério de Minas e Energia e também a Casa Civil –, para discutirmos a questão da continuidade das obras das eclusas.

Temos que combinar as obras importantes para o nosso País com a questão dos impactos. Não podemos jamais abrir mão da energia, porque sabemos o quanto a energia é importante. Mas não podemos mais fazer hidrelétrica como se fazia antes. Temos que começar com obras que atendam à sociedade. Temos que nos preocupar com o meio ambiente, mas sempre haverá algum impacto. Por exemplo, usina termoelétrica, o impacto de queima de óleo diesel é cruel, além do custo/país. É imenso o custo/país, o que se gasta de óleo diesel. Essa é a verdade.

Temos que fazer projetos que atendam às necessidades de energia da nossa região, temos que garantir as eclusas; precisamos, por exemplo, para a navegabilidade da hidrovia Araguaia/Tocantins, fazer as duas eclusas. Não tem hidrovia. Sabemos que o transporte mais barato que existe é o transporte hidroviário, que é quatro vezes menor do que o ferroviário e oito vezes menor que o rodoviário.

E vivemos na Amazônia, onde as nossas vias naturais são os rios. Então, temos que combinar. Tem razão os prefeitos estarem preocupados em ter energia, mas também temos que nos preocupar com os impactos e como fazer para que esses impactos não atinjam de forma negativa a população. É importante a energia elétrica, é importante a eclusa, é fundamental para a população.

Costumo dizer que as eclusas não são importantes para o Pará apenas, mas para o Brasil. Assim como as eclusas de Lajeado não são importantes só para o Tocantins e para a região, são importantes para o Brasil. A hidrovia Araguaia/Tocantins é uma solução para o Brasil, porque vai tornar o nosso produto muito mais barato e com competitividade incomparável mundialmente.

Isso é fundamental e essa deve ser uma luta não só de todos da região amazônica, mas de todos os brasileiros e brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Vamos continuar fazendo usinas hidrelétricas, mas não como se fazia antigamente. V. Exª tem razão.

Eu perguntaria aos eminentes prefeitos se algum deles gostaria de fazer alguma consideração.

O SR. RONALDO DIMAS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, não sei se é regimental, gostaria de fazer algumas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Tem V. Exª cinco minutos.

O SR. RONALDO DIMAS (PSDB – TO) – Obrigada, Sr. Presidente Senador Leomar Quintanilha. Como deputado do Tocantins, representando uma vasta região banhada pelo rio Tocantins, primeiro, quero parabenizar todos por estarem aqui, colocarem os seus pontos de vista, que são as mesmas preocupações que temos.

Agora, quero me dirigir a todos e fazer uma pergunta clara e direta: onde está o Ministério Público Federal nessa história? Porque a responsabilidade do Ministério Público não se resume simplesmente ao período de execução da obra, mas ao acompanhamento dos PBAs, na sua totalidade. O órgão mais adequado para ser acionado é exatamente o Ministério Público Federal, que tem que solucionar todos os problemas relativos ao PBA, junto com o empreendedor e junto com a comunidade. O PBA não é um instrumento fixo, nem tudo que está escrito ali tem que ser acompanhado. Ele pode sofrer modificações, sim, acompanhadas pelos interessados, tanto a comunidade quanto o empreendedor. Uma outra situação está relacionada ao que a Senadora Ana Júlia colocou e também o Senador Flexa, ou seja, o grande interesse do Estado do Tocantins no rio, e não só do Estado, mas de toda a região Norte, não é a geração de energia, porque nós já temos energia, o Pará tem energia suficiente, nós somos exportadores de energia, o Tocantins tem energia, mas sim a navegabilidade do rio. E do jeito, infelizmente, como hoje é tratado pelo Governo Federal, nós temos uma separação clara. Energia: Ministério de Minas e Energia. Hidrovia: Ministério dos Transportes. Como se o rio fosse dividido em duas águas: uma água para geração de energia e outra que é interrompida, e deixamos sem navegação. Então, uma questão crucial, que eu deixaria como sugestão à Comissão, Senador, é, em primeiro lugar, não separar as duas coisas, porque as duas coisas têm que caminhar juntas, e, do meu ponto de vista, é de obrigação do empreendedor garantir a navegabilidade. Mas, para algumas situações, e já

começamos um trabalho nesse sentido, principalmente para o barramento que vai ser construído lá no extremo norte, que é no Estreito, divisa com o Maranhão, para que o Governo faça ali uma parceria público-privada. É do conhecimento de todos, só para citar o exemplo claro da hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, que, se fosse feita pelo mesmo empreendedor em conjunto com a obra, ela custaria a metade do preço, além de demorar, claro, 2 ou 3 anos, como demorou a construção. Então, acho totalmente viável que seja utilizado esse instrumento novo que aprovamos no final do ano passado, que são as parcerias público-privadas, para que tenhamos sim a execução de todas as novas eclusas que serão realizadas nos barramentos do rio Tocantins, e não são poucas.

Eram essas as minhas palavras, Senador.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Agradecemos a intervenção do Deputado Ronaldo Dimas, que representa com raro brilho o Estado do Tocantins e faz ponderações oportunas e apropriadas sobre a implantação dos projetos de usina hidrelétrica no Estado.

Eu complementar e esclareceria V. Exª que a Comissão tem também competência constitucional para fiscalizar a implantação dessas obras. Por isso os prefeitos estão recorrendo a mais uma fonte, a mais uma contribuição para a mitigação dos males causados pela implantação das usinas hidrelétricas.

Volto a palavra aos prefeitos que quiserem fazer suas considerações finais.

Prefeito Paulo Mourão, tem V. Exª 2 minutos.

O SR. PAULO MOURÃO – Sr. Presidente, gostaria de agradecer a atenção, a acolhida à nossa proposta e todo este documento, com os signatários aqui presentes.

Quero lembrar o eminente Deputado Ronaldo Dimas de que o Ministério Público Federal em Tocantins é uma das instituições mais atuantes. Houve uma intervenção fortíssima no Estado do então Procurador-Geral na época, Dr. Mário Lúcio Avelar, logo em seguida continuada pelo Dr. Álvaro Manzano e atualmente pelo competente Procurador Gilmar Drumond, que tem sido sempre presente em todos os debates.

Gostaria de, finalizando, não só agradecer a atenção e a acolhida, mas deixar dois encaminhamentos: um, à querida companheira Ana Júlia, que tão bem representa o nosso Estado vizinho do Pará e o Brasil, e dizer que, quem sabe, com o nosso companheiro Senador Leomar Quintanilha, poderíamos fazer uma ação conjunta do Pará e Tocantins, porque o processo de cadeias de hidrelétricas que está se formando no rio Tocantins passa, agora, para um novo sistema,

que é a gestão dessas hidrelétricas. Eu deixaria como sugestão que V. Exª pudesse também criar lá o Consórcio do Baixo Tocantins e incentivasse cada município a montar o seu comitê de gestão porque, no futuro, o que vai nos determinar é a gestão desta hidrelétrica e desses represamentos.

Gostaria também de deixar ao meu querido companheiro Senador Leomar Quintanilha a seguinte proposição: que a Comissão forme uma Subcomissão de Senadores para, **in loco**, avaliar este documento tão bem elaborado por nossa Comissão Técnica e que depois nós pudéssemos, através da Ministra Dilma Rousseff ou do Ministro que haverá de substituí-la, juntamente com a Comissão de Fiscalização do Senado, que entendo e imputo neste momento como o órgão da mais alta relevância para promover a discussão administrativa, porque os encaminhamentos jurídicos são praticamente **ad aeternum**, a discussão nunca finaliza e, obviamente, os problemas nunca terão soluções, porque as empresas sempre buscam os investimentos e os lucros, e muitos deles amparados por leis federais. E as leis federais, geralmente, não conseguem visualizar o problema da devastação, o problema da desagregação social, econômica e ambiental. Em consequência, o que vemos é o sintoma de uma terra arrasada, que é o que temos hoje nas áreas alagadas. É bem verdade que, no futuro, muitas coisas boas acontecerão, mas se a Comissão de Fiscalização e Controle puder abrir uma nova discussão, buscaremos as compensações devidas.

Finalizo, agradecendo aos Srs. e às Srªs. Senadoras o apoio a nós aqui dado e a V. Exª, Sr. Presidente. Está em suas mãos o debate do futuro do Brasil, que é uma rediscussão do processo da utilização do maior patrimônio que o Brasil tem, que é uma fonte esgotável, a água potável, e é da nossa responsabilidade cuidar bem dela.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Obrigado, Sr. Prefeito Paulo Mourão.

Mais algum outro Prefeito deseja falar?

Com a palavra o Prefeito Raul Filho.

O SR. RAUL FILHO – Sr. Presidente Leomar Quintanilha, quero agradecer a acolhida a esta Presidência bem como aos demais membros desta Comissão. Com esta audiência pública, pudemos perceber que outros Estados, como Alagoas e Pará, sofrem, ainda hoje, essas consequências, e que dessa audiência possa, num somatório de forças, resultar para nós ações positivas que venham erradicar situações que já ocorreram e outras que eventualmente possam advir com as construções de novas hidrelétricas.

Obrigado pela acolhida da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Com a palavra o eminente Prefeito Stalin Bucar.

O SR. STALIN BUCAR – Sr. Presidente, eu queria reafirmar a nossa preocupação e dizer da sensibilidade dos Srs. Senadores e da Sr^a. Senadora Ana Júlia, que muito bem colocou... Se nós continuarmos com essa sensibilidade, discutindo essas grandes questões, esses grandes problemas que afetam as gerações futuras, nós, com certeza, teremos um País melhor para todos e para as futuras gerações. Sabemos, e é bom que não nos esqueçamos disto, que a água é a única energia renovável do mundo, e é preciso que a tratemos com cuidado e com seriedade para que ela possa nos abastecer para a nossa sobrevivência. E eu tenho a honra, também, aqui, em nome da Prefeita Teresinha, de agradecer a receptividade, a colaboração e a sensibilidade do eminente Presidente desta Comissão, o nosso querido Senador do Estado de Tocantins, Senador Leomar Quintanilha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Mais algum Sr. Prefeito gostaria de se manifestar?

Prefeito Silvino.

O SR. SILVINO – Eu gostaria de deixar aqui nossos agradecimentos à Comissão, em nome da população de Tocantins. Com certeza, daqui vão sair grandes frutos e soluções para os problemas que afetam aquele povo que tanto confia e espera de seus representantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Entendendo que a proposta do eminente Prefeito Paulo Mourão é que esta Comissão realize uma audiência pública no Estado de Tocantins, nós apresentamos um requerimento para que isso ocorra e vamos submeter à apreciação desta Comissão a realização de uma audiência pública da Comissão de Fiscalização e Controle, Meio Ambiente e Defesa do Consumidor no Estado de Tocantins, na Capital Palmas.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

(Palmas!)

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Questão de ordem.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu queria solicitar de V. Ex^a que me informasse a data prevista para essa audiência pública, se possível antes do recesso parlamentar, porque estou vexado para participar dela.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Nós vamos procurar adequar, ajustar os compromissos que a Comissão já tem para definirmos a data.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Levaremos em consideração o apelo de V. Ex^a para tentar realizar antes do recesso. Mas será impossível antes do recesso, que já começa agora sexta-feira.

Em razão do adiantado da hora, Senadora Ana Júlia, e para permitir o funcionamento da subcomissão destinada a fiscalizar as agências reguladoras, esta Presidência vai adiar os itens da segunda parte desta reunião de hoje para a próxima reunião.

A Presidência agradece aos eminentes prefeitos que trazem a esta Comissão a oportunidade de discutir tema da maior relevância e de nos permitir buscar de forma conjunta a solução para os problemas que afligem sobretudo as populações dos municípios impactados – e de abrir espaço para o debate, a exemplo do que aqui representa a Prefeita Teresinha –, dos municípios que serão impactados com a implantação das outras usinas hidrelétricas previstas para o Estado de Tocantins.

Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 52 minutos.)

Ata da 16ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em Conjunto, com as Comissões: de Assuntos Econômicos-SF; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio-CD; Finanças e Tributações-CD; Fiscalização Financeira e Controle-CD; e com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização-CN, do Dia 30 de Junho de 2005, às 15:00 horas, no Plenário nº 2, Anexo II da Câmara dos Deputados.

Às quinze horas e vinte e seis minutos do dia trinta de junho do ano dois mil e cinco, no Plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Gilberto Mestrinho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e

Fiscalização do Congresso Nacional, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal (CMA/SF); Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação, da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), com a presença dos Senadores César Borges, titular da CAE/SF e CMA/SF, Romeu Tuma, titular da CAE/SF, titular da CMO/CN, Lúcia Vânia, titular da CAE/SF, titular da CMO/CN, Tasso Jereissati, titular CAE/SF, Heráclito Fortes, titular CMA/SF, suplente CAE/SF, titular CMO/CN, Ramez Tebet, titular CAE/SF, Luiz Otávio, titular da CAE/SF, titular CMA/SF, Mão Santa, suplente CMA/SF, titular da CAE/SF, Gilberto Mestrinho, titular da CAE/SF, titular da CMO/CN, Antônio Carlos Valadares, suplente da CAE/SF, suplente da CMA/SF e Osmar Dias, titular da CAE/SF, suplente da CMA/SF; e dos Deputados Alexandre Cardoso, titular da CFFC/CD, Antonio Cambraia, suplente da CFT/CD, Assis Miguel do Couto, suplente da CMO/CN, Barbosa Neto, suplente da CFFC/CD, Carlito Merss, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD, Carlos Alberto Leréia, titular da CMO/CN, Coriolano Sales, titular da CFT/CD, Eduardo Cunha, titular da CFT/CD, Eduardo Sciarra, titular da CMO/CN, Eduardo Valverde, suplente da CMO/CN, suplente da CFFC/CD, Fernando de Fabinho, suplente da CMO/CN, titular da CDEIC/CD, Gilmar Machado, titular da CMO/CN, Humberto Michiles, titular da CMO/CN, Ildeu Araújo, titular da CDEIC, Inácio Arruda, suplente da CMO/CN, Jackson Barreto, titular da CMO/CN, João Leão, titular da CMO/CN, João Tota, suplente da CMO/CN, Jorge Alberto, suplente da CMO/CN, José Pimentel, titular da CFT/CD, Jovair Arantes, titular da CMO/CN, Leodegar Tiscoski, suplente da CMO/CN, Leonardo Monteiro, suplente da CMO/CN, Luiz Bittencourt, titular da CMO/CN, Manato, titular da CMO/CN, Marcelo Castro, titular da CMO/CN, Nazareno Fonteles, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD, Paulo Afonso, suplente da CMO/CN, Paulo Bauer, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD, Paulo Rubem Santiago, suplente da CMO/CN, suplente da CFT/CD, Pedro Canedo, titular da CMO/CN, Pedro Chaves, titular da CMO/CN, Pedro Novais, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD, Ricardo Barros, suplente da CMO/CN, Ronaldo Dimas, titular da CMO/CN, titular da CDEIC, Sérgio Miranda, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD, Silvio Torres, titular da CFT/CD, Welinton Fagundes, titular da CMO/CN e Zé Geraldo, suplente da CMO/CN. Deixam de comparecer os

Senadores Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Almeida Lima, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra, Garibaldi Alves Filho, Sérgio Cabral, Valdir Raupp, José Maranhão, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, João Capiberibe e Patrícia Saboya Gomes. A reunião foi convocada para receber o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema “avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços” – 2º semestre de 2004, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Havendo número regimental, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, declara aberta a reunião, convidando para tomarem assento à mesa o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Deputado Eduardo Cunha, Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Ildeu Araújo, Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; e o Deputado Alexandre Cardoso, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. O Presidente informa que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser apartado. Conforme o estipulado no § 5º do mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente anuncia a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles inicia sua apresentação em *datashow* sobre o tema em referência, finalizando sua exposição às dezesseis horas e treze minutos. Usam da palavra para interpelar o expositor como integrantes do primeiro bloco de debatedores, os Deputados Sérgio Miranda, Eduardo Cunha e o Senador Tasso Jereissati. A seguir, o palestrante responde aos questionamentos efetuados pelo primeiro bloco de debatedores. É assegurada a réplica ao Deputado Sérgio Miranda. O expositor responde à réplica. O Deputado Ildeu Araújo, assumindo a condução dos trabalhos, solicita brevidade no prazo para uso da palavra, tendo em vista a existência de dez oradores inscritos para o debate. Compõem o segundo grupo de debatedores os Deputados Gilmar Machado, Ricardo Barros, Na-

zareno Fontelles, Paulo Rubem Santiago e Ronaldo Dimas. O palestrante responde aos questionamentos do segundo bloco. A seguir, o Senador Gilberto Mestrinho reassume a direção dos trabalhos. É assegurada a réplica ao Deputado Paulo Rubem Santiago, que é respondido pelo palestrante. O terceiro bloco é integrado pelos Deputados Fernando de Fabinho, Eduardo Valverde, Carlito Merss, Assis Miguel do Couto e Barbosa Neto. O Presidente formula ao palestrante indagação feita por um cidadão através do telefone. O expositor responde ao terceiro bloco de debatedores e apresenta as considerações finais sobre o tema em apreço. Agradecendo a presença do Dr. Henrique Meirelles, o Presidente encerra os trabalhos, às dezenove horas e sete minutos. Para constar, eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, Secretário, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO CONJUNTA REALIZADA EM 30-6-2005

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Declaro instalada e iniciada a primeira reunião conjunta de audiência pública de 2005, com a participação das seguintes Comissões: Câmara dos Deputados – Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Senado Federal – Comissão de Assuntos Econômicos; Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Congresso Nacional – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada para fazermos uma avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços no segundo semestre de 2004, em atendimento ao estabelecido no art. 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nosso convidado é o Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central.

O Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados está representado pelo Deputado Eduardo Cunha; e o Deputado Ildeu Araújo representa a Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Diz o art. 256, §§ 2º e 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados:

“Art. 256

§ 2º O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá, para tanto, de vinte minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado.

.....

§ 5º Os Deputados inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes”.

A lista de inscrição está aberta.

Com a palavra o Sr. Ministro Henrique Meirelles.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Senador Gilberto Mestrinho, Presidente desta reunião, obrigado pela oportunidade; Srs. Deputados Eduardo Cunha e Ildeu Araújo, demais Parlamentares presentes, é um momento muito importante para o Banco Central o de fazer a sua prestação de contas semestral ao Congresso Nacional. Aliás, é um momento importante para qualquer Banco Central, em qualquer país do mundo, pois é quando temos a oportunidade de prestar contas das nossas ações, particularmente as que envolvem diretamente não só as operações do Banco Central, mas os seus reflexos diretos e indiretos.

Vamos, basicamente, começar nossa apresentação com o resultado contábil do Banco Central no segundo semestre de 2004. Em segundo lugar, trataremos dos objetivos do Banco Central no que diz respeito à inflação, ao crédito, à política cambial e às decisões sobre política monetária e possíveis efeitos fiscais. Em seguida, falaremos sobre a retomada da atividade econômica no período.

Vamos começar falando do resultado contábil do Banco Central no segundo semestre de 2004, mencionando o art. 9º, § 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que define exatamente o que deve ser feito:

“§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços”.

Vamos começar com os resultados dos balanços.

O resultado do ano de 2004 do Banco Central do Brasil foi positivo, de 2,5 bilhões de reais, transferidos para o Tesouro Nacional. O resultado, especificamente, do segundo semestre de 2004 foi negativo em 258 milhões de reais.

(Segue-se exibição de imagens.)

Fazemos aqui uma projeção que mostra os resultados de 3 anos, portanto, 6 semestres, do Banco Central – desde 2002, quando o Banco Central teve perdas importantes, até 2003, quando teve ganhos importantes. Em 2004, houve ganho no primeiro semestre e uma pequena perda no segundo semestre.

É importante mencionar – e vamos deixar isso claro nos passos seguintes – que o objetivo do Banco Central, certamente, não é demonstrar lucro, mas fazer administração de política monetária e cambial. Como resultado desses aspectos existem alguns reflexos contábeis que iremos deixar claros no balanço do Banco Central do Brasil.

Iniciaremos pelo resultado consolidado. Em primeiro lugar, os resultados de juros foram positivos em 5 bilhões, 704 milhões de reais. A correção cambial foi negativa em 12.280. Por quê? Porque, pelas características do Banco Central, as reservas são denominadas em dólares e têm pequena parte de ativos, que são denominados em direitos especiais de saque, que é exatamente a parte que está no Fundo Monetário Internacional, capital do Fundo. Portanto, temos um grande ativo, que são as reservas internacionais brasileiras, que são em dólares. A contrapartida dessa reserva, que é a dívida externa do País, não está contabilizada no balanço do Banco Central, mas, sim, no Tesouro Nacional.

No momento em que há um certo movimento de câmbio, no qual o dólar se aprecia, existe ganho na conta. Quando o real se aprecia, o movimento é contrário, mas é compensado pelo movimento da evolução do valor em reais da dívida do Tesouro Nacional. Esse é o dado de correção cambial.

A operação reversa ocorreu nas operações de *swap* cambial. O Banco Central vendia em dólar, os mercados eram comprados em dólar. No líquido, com a desvalorização do dólar, há um ganho. Explicarei o que é marcação a mercado e outros resultados. O total do resultado é de 258 milhões de reais negativos.

Resultado de juros. Primeiramente, vamos demonstrar esse aspecto. Juros em moeda estrangeira: tivemos um resultado positivo de 154 milhões de reais, dos quais os juros de 1 bilhão e 185 milhões de

reais e depósito de 709. São os títulos representados pelas reservas.

Empréstimos a pagar: 1 bilhão e 749 milhões de reais, representados principalmente pelas obrigações junto ao Fundo Monetário Internacional; outros, dão um total de 9. Em moeda nacional: 5 bilhões e 550 milhões, dos quais os títulos são 15 milhões, aproximadamente. A Conta Única do Tesouro é uma despesa de 6 bilhões e 400 milhões. Os depósitos compulsórios remunerados totalizam 3 bilhões e 500 milhões. Há repasses da CENTRUS e de instituições em liquidação etc., que totalizam 535. Portanto, no item juros, o resultado é positivo de 5 bilhões e 704 milhões de reais.

Em relação ao resultado da correção cambial, ele foi positivo para os direitos especiais de saque, que está no meio, e negativo para o dólar. Por quê? Porque houve desvalorização do dólar frente ao real. Como temos um ativo de reservas em dólar, principalmente, com a desvalorização do real, isso vira despesa. No caso de direitos especiais de saque, ocorre o contrário. Vou mostrar o resultado em termos líquidos. Como se trata de item de passivo, houve desvalorização de direitos especiais de saque. Portanto, houve ganho. Vice-versa com o euro e outros etc.

Para demonstrar o que acabei de dizer, notamos que o dólar desvalorizou no semestre, em relação ao real, 14,6%. Os direitos especiais de saque, que é a moeda que denomina as obrigações e as operações com o Fundo Monetário Internacional, desvalorizou frente ao real 9,8% e o euro, 4,6% no semestre.

Portanto, se olharmos a coluna da esquerda, veremos que há algum passivo em dólar, mas a maior parte das nossas transações em dólar são contas de ativo. Quanto aos direitos especiais de saque, é o contrário. Há uma pequena parte, principalmente a nossa contribuição ao Fundo Monetário Internacional e as nossas obrigações com o Fundo, como item de passivo, em azul. O euro também é uma parte de reserva, pequena parte de passivo e outras moedas também em outros itens, principalmente o de reservas.

Em relação ao resultado das operações com *swap*, como mencionei, é favorecido pela desvalorização do dólar frente ao real. Neste caso, mostramos o resultado mês a mês, um resultado positivo, mostrando onde, em alguns meses, houve maior valorização do real. No caso, houve ganho maior nos meses de agosto e novembro. Em resumo, essa é uma conta de resultado favorável para o Banco Central de 8 bilhões de reais no total.

Quanto à questão da marcação a mercado – esse é um dado estritamente técnico –, houve mudança em algumas normas internacionais, que passaram a considerar ou sugerir que alguns títulos que não estavam

sujeitos a uma possível venda ou compra freqüente deveriam ser classificadas no item de investimento, portanto, não sujeitos à variação de mercado. Como eram títulos que geraram ganhos na sua valorização de acordo com a marcação a mercado, portanto, que geraram apropriação de ganhos para o Banco Central em períodos anteriores, foi feita uma reversão de resultado, mas, ao mesmo tempo, um impacto positivo no patrimônio.

Em resumo, esse é um dado eminentemente técnico, e não vou gastar muito tempo nele, mas estarei certamente disposto a responder maiores perguntas caso haja interesse.

Outras receitas e despesas. Numa reversão líquida de provisões, de novo, é a avaliação que os auditores do Banco Central fazem a cada semestre, julgando o seu montante e sua adequação. No caso, houve reversão positiva pela melhora de alguns ativos, despesas administrativas; fabricação de cédulas e moedas, 192 milhões; despesas administrativas, 560; repasse do Tesouro Nacional, de acordo com normas regulamentares, outros 32. Portanto, um resultado de 250 milhões de reais.

Passaremos agora para a Lei de Diretrizes Orçamentárias e falaremos sobre os objetivos do Banco Central. Os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial são os objetos da nossa apresentação agora, bem como as metas de inflação estimadas para o exercício de 2004.

Vamos partir, portanto, para os objetivos do Banco Central no ano de 2004.

Política monetária. Cumprimento da meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional em 5,5% para 2004, com tolerância de mais ou menos 2,5%, condição necessária para o crescimento sustentável de médio prazo.

Política creditícia. Ampliação da oferta e do acesso da população ao crédito. Não há metas formais para a política creditícia.

Política cambial. Aperfeiçoamento do regime de câmbio flutuante. Também na política cambial não existem metas formais, mas metas qualitativas.

Vamos falar sobre objetivos do Banco Central no que diz respeito à inflação.

Política monetária. O objetivo do Banco Central em relação à política monetária foi o cumprimento da meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional, em 5,5% para 2004, com tolerância de mais ou menos 2,5%.

Se olharmos o comportamento mensal da inflação desde janeiro de 2002, vamos ver um aumento da inflação, principalmente na segunda metade do ano de 2002. A política monetária sendo aplicada pelo Ban-

co Central, sem inflação, tem, portanto, uma convergência em direção às metas fixadas. Inflação do ano de 2002, de 12,5%, e convergindo. Os senhores e as senhoras podem ter, portanto, uma visão da evolução mensal da inflação.

Se mostrarmos agora, no entanto, de uma maneira anualizada, em termos do ano fiscal e da inflação acumulada no ano, vamos notar que, no ano de 2002, a inflação foi de 12,5%; em 2003, 9,3%; e em 2004, 7,6%. Pelo segundo ano consecutivo, portanto, a taxa de inflação caiu. A meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional foi cumprida pelo Banco Central no ano de 2004.

Essa é a parte mais importante da comunicação e da prestação de contas do Banco Central no que diz respeito aos seus objetivos. E o objetivo principal do Banco Central é o cumprimento das metas de inflação. Poderemos ter a satisfação de anunciar, fato já conhecido, mas é importante enfatizar na prestação de contas: a meta de inflação do ano de 2004 foi cumprida.

Gostaria de chamar a atenção para um fato interessante: a meta de inflação em 2004 foi atingida, a despeito da pressão dos preços administrados, que tiveram um aumento médio de 10,2% no ano de 2004. Os preços livres sofreram um reajuste médio de 6,5%. Se olharmos a projeção, vamos ver a evolução dos preços livres, dos preços administrados, do IPCA de 2003, 2004 e 2005. Vamos notar que em 2003 houve maior distanciamento dos preços administrados em relação aos preços livres e ao IPCA. Isso convergiu em 2004, converge um pouco mais em 2005. Os números de 2005 que aqui são mostrados são de acordo com a projeção do mercado para o IPCA, para os preços livres e para os preços administrados.

É importante mencionar que a convergência da inflação em direção às metas não se dá apenas em relação à questão dos preços livres, mas há uma convergência entre os diversos segmentos de preço na economia.

Vamos falar agora sobre preços no atacado. Esse é outro dado muito importante. Vamos notar que os preços no atacado sofreram uma forte pressão no ano de 2004, em função, entre outros fatores, do aumento no preço das *commodities*, inclusive petróleo, no mercado internacional, além de outros aspectos, como já mencionei.

Portanto, é importante enfatizar que a meta foi cumprida, apesar dessa forte pressão também nos preços de atacado, além dos preços administrados.

Vamos agora partir para uma análise da evolução prospectiva da inflação. E vamos olhar aqui a expectativa de inflação pelo mercado 12 meses à frente, desde julho de 2004. Vamos notar que a perspectiva

de inflação manteve comportamento consistente com a trajetória das metas de inflação de longo prazo, isto é, vemos, Sr. Presidente, uma trajetória cadente das expectativas de inflação, particularmente – é importante se notar – uma queda pronunciada nos últimos 2 meses.

Portanto, gostaria de enfatizar novamente o compromisso do Banco Central do Brasil com o cumprimento deste objetivo: as metas de inflação.

Passamos agora aos objetivos do Banco Central no que diz respeito a crédito: política creditícia, ampliação da oferta e do acesso da população ao crédito.

Não há metas formais. Então, vamos olhar, de novo, qual é a evolução do crédito na economia. Vamos nos concentrar no crédito livre. Em resumo, vamos retirar daqui os créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, crédito agrícola etc. Vamo-nos concentrar nos créditos livres.

A oferta de crédito do segmento livre passou a crescer, significativamente, a partir do 3º trimestre de 2003, subindo 21% em 2004, e mantendo a tendência em 2005. Portanto, esse é um objetivo importante do Banco Central. Estamos avaliando como esse objetivo está sendo cumprindo, isto é, como o Banco Central está observando o aumento do segmento de crédito livre na economia.

Passamos agora à análise do crédito livre para pessoas físicas e empresas em volume. Vamos ver que se pode destacar o crescimento da oferta de crédito para os consumidores, com avanço de 28,6% em 2004, comparativamente ao crescimento de 16,2% do crédito para as empresas. Então, estamos vendo como o crédito, principalmente para as pessoas físicas, tem crescido a taxas substanciais. Isso é muito importante.

Olharemos um dado importante, que é a questão do crédito consignado, isto é, o crédito com a consignação de folha de pagamento, portanto, crédito dirigido ao trabalhador. Esse tipo de crédito foi aprovado pelo Congresso no final de 2003 e cresceu 94,3% em 2004, muito acima do crédito livre, em função da menor taxa de juros e do menor risco para o agente financeiro.

Não há dúvida, portanto, de que essa foi uma medida, proposta pelo Presidente da República e aprovada pelo Congresso Nacional, da maior importância para facilitar o acesso ao crédito. Posso comunicar aos Srs. Parlamentares que é uma medida com sucesso comprovado.

Vamos dar uma rápida visão nos *spreads*. Os **spreads** das operações de crédito pessoal caíram 12 pontos percentuais em 2004 e mantiveram-se estáveis em 2005. O crédito consignado, no entanto, que tem

um patamar de taxas bem mais baixo, continua a cair de forma consistente.

Vamos falar um pouco sobre inadimplência em operações de crédito. A inadimplência dos empréstimos para pessoa física tem recuado de forma paulatina. Quanto a pessoas jurídicas, também houve uma pequena recuperação no último trimestre, mas, de novo, uma tendência também de queda.

Vamos passar, agora, aos objetivos do Banco Central no que diz respeito à política cambial. O objetivo do Banco Central na política cambial é o aperfeiçoamento do regime de câmbio flutuante, portanto, não existem metas para taxa de câmbio. É muito importante mencionar este aspecto: o aperfeiçoamento do câmbio flutuante.

Aqui mostramos a evolução do real, desde julho de 1994, frente a uma cesta de moedas, que são as cestas das moedas mais importantes para o comércio brasileiro. A apreciação do real frente ao dólar, durante esse período longo, tem sido parcialmente compensada pela depreciação do dólar frente às demais moedas. A taxa de câmbio real efetiva nesta projeção construída com base numa cesta de 15 moedas manteve-se depreciada, se comparada à média do período 1994 a 2004. Vemos que houve uma depreciação grande do real. O real, depois, se apreciou, mas se manteve ainda depreciado em relação à média desses 10 anos.

Vamos olhar agora o que realmente é importante na questão cambial, que é a balança comercial. Vamos ver que este quadro favoreceu a balança comercial brasileira, que superou mês a mês sucessivos recordes históricos, fechando 2004 com o superávit de 33,7 bilhões de dólares e mantendo a tendência de resultados positivos, em 2005, sendo que nos últimos 12 meses temos o resultado acumulado de 38,1 bilhões de dólares até o mês de maio. Portanto, o Brasil tem uma balança comercial que mostra resultados expressivos, positivos e cada vez mais fortes.

Vamos olhar agora a balança comercial. De novo resultados acumulados nos últimos 12 meses, mas abrindo a parte as exportações das importações. Vamos novamente observar que a melhora no saldo comercial é explicada pelo desempenho das exportações. Isso é muito importante, estamos aumentando o saldo não por um decréscimo de importações, mas pelo aumento das exportações. Essas exportações, em 2004, se aproximaram de 100 bilhões de dólares, valor já superado no acumulado de 12 meses, que até o mês de maio atingiram 106 bilhões de dólares. A diferença mostra o saldo comercial.

Se observarmos a balança comercial, abrindo a questão de preços para uma visão de preços de volumes de exportações e importações, veremos que o

incremento das exportações é explicado não só pela melhora de preços de nossas mercadorias, mas principalmente pelo aumento das quantidades. Veremos que durante o ano de 2004 o aumento das quantidades foi responsável por aumento de valor de 19,2%. Isso mostra que temos aqui um dado da maior importância, isto é, o Brasil está cada vez mais competitivo, sendo capaz de aumentar as suas quantidades exportadas.

Passamos agora à conta corrente. O saldo das transações correntes brasileiras foi fortemente negativo até o ano de 2002; fechou o ano de 2004 com um saldo positivo, 11,6 bilhões de dólares, 1,9% do PIB, e mantém-se positivo em 2005, sendo que até abril de 2005 com um valor de 2,2% do produto positivo. Esse é um dado da maior importância, porque demonstra o Brasil não só está crescendo, mas está crescendo com saldo de conta corrente. Isso faz com que esse crescimento seja mais sólido.

Essa é uma das razões, não a única. Várias delas fazem com que o Brasil tenha hoje condições de enfrentar turbulências externas, aversão a riscos de mercado internacional, mudança de política monetária de outros países e, eventualmente, preocupações internas. Temos hoje uma economia que continua a mostrar resultados satisfatórios e não ameaça o País com crises econômicas, como ocorria no passado.

Outro dado importante que tem preocupado muito os analistas é a questão do investimento estrangeiro direto. O investimento estrangeiro direto também mostrou uma recuperação, alcançando 18,2 bilhões de dólares, em 2004, e já acumula mais de 21 bilhões de dólares nos últimos 12 meses, encerrados em abril deste ano. De novo, o investimento estrangeiro direto reflete a melhoria estrutural da economia brasileira.

Refiro-me agora à recomposição de reserva. Estávamos falando sobre os diversos fatores que têm justificado o fato de que a economia brasileira tem sido capaz de enfrentar problemas externos ou internos sem ser diretamente afetada de forma importante. Por quê? Porque a economia brasileira está hoje não só com um saldo comercial, como mostramos, saldo em conta corrente, mas também há diversos outros fatores, como a inflação com o comportamento que já mencionamos.

No item reservas internacionais, por exemplo, veremos que o Banco Central adquiriu, em 2004, em função de um quadro de liquidez no mercado de câmbio, reservas internacionais do País, aproximadamente, de 5,3 bilhões de dólares no ano de 2004, 2,6 bilhões de reais em cada semestre.

Em 2005, o total adquirido até maio somava 10,2 bilhões de dólares. A atuação do Banco Central foi pautada pelas condições de mercado, procurando

não se adicionar volatilidade à taxa de câmbio e não interferindo na sua tendência de flutuação, a exemplo dos objetivos do Banco Central de não-interferência.

Se olharmos as reservas internacionais, veremos que elas fecharam 2004 em 52,9 bilhões de dólares com crescimento de 3,1 bilhões de dólares no semestre e 3,6 bilhões de dólares no ano. Em 2005, esse crescimento vem sendo muito significativo.

Outro dado da maior importância: estávamos tratando da diminuição e da eliminação das vulnerabilidades econômicas do País. Uma delas dizia respeito à dívida cambial. Tínhamos grande percentual da nossa dívida doméstica indexada ao dólar, o que, de novo, está sendo resolvido. Deve-se destacar, portanto, a redução das rolagens da dívida cambial doméstica que foram limitadas em 2004 a 5,1% da dívida que venceu em dólar e zero no ano de 2005.

Em consequência, a dívida cambial doméstica, percentual da dívida mobiliária total, caiu para 9,9% no final de 2004, após alcançar mais de 40% na segunda metade de 2002. Esse também é um dado da maior importância para dar maior consistência à política econômica do País e torná-la menos vulnerável às turbulências que possam surgir de outras áreas, inclusive internacionais, como, por exemplo, o aumento da aversão a risco de mercados internacionais.

Objetivos do Banco Central. Decisões de política monetária e possíveis efeitos fiscais. Esse tema tem sido objeto de discussão muito profunda e profícua nos últimos anos. Gostaria de endereçar este assunto da forma que julgamos ser a mais objetiva e clara possível. O impacto direto da taxa de juros de curto prazo nas contas públicas é apenas parte do efeito macroeconômico da política monetária. A fixação da política monetária pelo COPOM e pelo Banco Central tem impacto direto nas taxas de juros pagas pelos títulos públicos, mas isso é apenas uma parte da equação.

A política monetária tem impactos fiscais indiretos fundamentais por meio de seus efeitos sobre as expectativas, a inflação, a taxa de câmbio e o crescimento econômico de longo prazo, fatores da maior importância.

Uma maneira de se avaliar o efeito fiscal da política macroeconômica é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público em proporção ao PIB. Portanto, isso sumariza uma série de fatores.

Olhando, portanto, a relação dívida líquida do setor público sobre o PIB podemos ver, por exemplo, que a relação dívida líquida sobre o PIB vem decrescendo desde 2002 em razão do crescimento do PIB e do superávit primário do setor público. Veremos que em setembro de 2002 era de 61,6 % a dívida pública total líquida em relação ao produto, 57,2% em dezem-

bro de 2003, 51,6% em dezembro de 2004, 50,1% em abril de 2005.

Fatores condicionantes da dívida líquida do setor público. Trata-se de um gráfico demonstrativo, ao qual poderemos voltar mais tarde caso haja interesse dos Srs. Parlamentares, mas é importante mencionar que, se olharmos, por exemplo, para 2004, veremos que a dívida teve um decréscimo de 5,6% em relação ao produto, quando houve uma necessidade de financiamento do setor público de 2,5%. Houve o superávit primário, juros reais da dívida, atualização monetária, mas, por outro lado, houve o crescimento do produto. Em resumo, tivemos um efeito líquido de 5,6% do PIB e, até abril de 2005, tivemos um decréscimo de 1,5% equivalente ao produto.

Se analisarmos uma demonstração de tendências, veremos que houve uma tendência de crescimento dessa relação até 2002 e, depois, uma tendência de decréscimo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Messtrinho) – Convido o Deputado Alexandre Cardoso, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, para tomar assento à mesa.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Em verde, mostramos as expectativas do mercado, em junho de 2005, referente a uma evolução futura da relação dívida líquida do setor público sobre o produto.

Nesse aspecto, é necessário deixar claro que o superávit primário foi muito importante, evidentemente. Mostramos, portanto, um mapa da evolução do superávit primário desde 1998.

Passando à retomada a atividade econômica no segundo semestre de 2004, falaremos sobre o crescimento. O crescimento do produto, em 2004, de 4,9%, representou a taxa mais elevada desde 1995. Comparativamente à média dos últimos 10 anos, o PIB de 2004 foi 2,5% superior, isto é, nós tivemos, nos últimos 10 anos, uma média de crescimento do produto de 2,4%.

Se fizermos uma decomposição da demanda externa **versus** demanda doméstica, veremos que, apesar de importante, as exportações contribuíram com 1,3 pontos percentuais para esse crescimento enquanto a contribuição da demanda doméstica foi de 3,6 pontos percentuais.

Se abrirmos isso de outra maneira, mostraremos que o crescimento do produto, em 2004, foi disseminado pelos vários setores em atividade, com destaque para a indústria, que cresceu 6,2%, a agropecuária, 5,3%, e os serviços, 3,3%. Portanto, é necessário mostrar

que o crescimento foi fortemente puxado pelo crescimento industrial, apesar do importante crescimento da agricultura.

Se olharmos o crescimento do produto desde 1999, mas incluindo o primeiro trimestre de 2005, notaremos que houve momentos de crescimento da economia, e houve momentos de contração de produtos na economia, isto é, momentos em que o produto decresceu.

Dentro dos ciclos de crescimento e de contração da economia, veremos que esses ciclos foram relativamente pronunciados no Brasil. É importante mencionar que depois de um ano de forte crescimento, muito acima do da média dos últimos 10 anos no Brasil, houve pequena acomodação no início de 2005. E esse gráfico mostra, com clareza, que esta acomodação se dá, mas com dado muito importante: não é que o País parou de crescer, mas, sim, que ainda está crescendo, um pouco menos do que no ritmo muito forte do ano passado, por uma questão de acomodação.

Poderemos voltar a esse tema posteriormente, mas os 2 grandes fatores importantes que geraram esta acomodação são, em primeiro lugar, a quebra da safra, com seus efeitos sobre a demanda interna e sobre a demanda por investimentos no mercado interno, e, também e principalmente, um aumento da inflação no primeiro trimestre, já contido, que levou a um decréscimo do poder de compra do trabalhador e a uma diminuição da previsibilidade do crescimento econômico. Em consequência tivemos uma diminuição do ritmo de investimento. Com a queda da inflação, com uma maior previsibilidade do crescimento econômico e do comportamento dos indicadores para o futuro, teremos condições de presenciar uma retomada ainda mais pronunciada da atividade econômica.

Passaremos agora à análise da produção industrial, que acumulou crescimento de 8,3%, em 2004, e vem-se mantendo em níveis próximos ao seu pico histórico. É importante notar este aspecto da maior importância. A produção industrial cresceu fortemente e está em um pequeno patamar de acomodação muito próximo ao seu pico histórico.

É importante mencionar que o crescimento industrial foi puxado pelos setores sensíveis ao crédito. Com a consolidação da retomada, no segundo semestre de 2004, os setores mais sensíveis à renda e ao emprego, os bens semi-não-duráveis, também foram favorecidos e começaram uma trajetória de recuperação.

Tivemos um momento muito importante da capacidade utilizada durante o ano de 2004, que atingiu um pico histórico, criando, portanto, algumas dificuldades de expansão em virtude de a capacidade de muitos setores estarem sendo usadas no limite. Houve aco-

modação a que me referi, o que deu certo tempo à maturação dos investimentos e permitiu, portanto, uma acomodação em um grau de capacidade utilizada, o que certamente nos dará melhores condições para o crescimento econômico no segundo semestre.

O grande desafio da política econômica continua sendo o de assegurar a sustentabilidade do crescimento a longo prazo, estimulando aumento da capacidade produtiva. Para isso, é necessário garantir a estabilidade macroeconômica e o cumprimento das metas de inflação. Sendo elas cumpridas, haverá estabilidade e previsibilidade na economia e os investimentos poderão aumentar.

A produção de bens de capital respondeu ao quadro de estabilidade econômica, à melhora da confiança em relação à economia, avançando 19,7% em 2004 e superando largamente seu pico histórico anterior de 2001. Em 2005, há estabilidade, com tendência ao crescimento.

Passaremos a um dado da maior importância: os empregos formais criados e o crescimento do produto. Mostramos o total de vagas criadas anualmente nos últimos anos. No ano de 2004 foram criadas 1,5 milhão de novas vagas no mercado de trabalho, o que mostra o resultado desta política econômica. Este é um dado importante para ser mostrado no relatório do Banco Central.

Entre janeiro e maio, comparando 1994 até 2005, veremos que, em 2004, foram criados 1,5 milhão de empregos. Se considerarmos de janeiro a maio, veremos que 2005 ainda mostra um patamar historicamente muito elevado de criação de empregos. Houve uma pequena acomodação, mas ainda com grande criação de empregos, em termos relativos, o que dá fortes condições para uma retomada ainda maior, puxada pelo fator renda.

Em dezembro de 2004, o desemprego foi de 9,6%, o melhor resultado da série, desde o início da pesquisa com a atual metodologia. Os níveis apresentados nos primeiros meses de 2005 são ainda historicamente baixos para o período. Se olharmos as diversas cores, veremos que há sempre uma tendência de aumento do desemprego no começo do ano, questão sazonal, e uma diminuição do desemprego durante o correr do ano. Se considerarmos o segundo semestre, veremos que houve aumento em 2003, em 2004 baixou para o nível inferior a 2002 e em 2005 ocorreu o nível mais baixo da série. Enfatizamos que o desemprego é do nível mais baixo da série.

O emprego industrial vem repetidamente batendo recordes. Em dezembro de 2004, registrou-se a expansão de 7% em relação a dezembro de 2003. Vemos aqui uma demonstração importante do aumento do

emprego no Brasil; mês a mês, são batidos recordes de criação de empregos na indústria brasileira.

Passando ao final da apresentação, terminaremos mostrando a massa salarial real na indústria, que vem apresentando crescimentos importantes, refletindo aumento do emprego e dos rendimentos médios, mantendo-se em patamar elevado em 2005.

Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, concluímos a primeira parte da nossa apresentação. Estamos preparados para responder as perguntas e questionamentos das Sras. e Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Darei início aos debates de acordo com a ordem de inscrição.

Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, meus colegas das várias Comissões presentes a esta audiência pública, saúdo o Presidente e os diretores do Banco Central.

Vindo ao Congresso Nacional apresentar este relatório de prestação de contas, o Banco Central se dirige ao povo brasileiro, o que faz com que esta reunião tenha grande importância. Podemos realizar um debate profícuo, esclarecer dúvidas e apontar soluções para alguns problemas.

Temos uma divergência em relação ao formato dessa apresentação do Banco Central. Seria possível passar o diapositivo 43?

A grande questão que se apresenta é a discussão do efetivo cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece que o Banco Central deve vir ao Congresso Nacional fazer prestação de contas do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados no balanço.

No relatório apresentado ao Congresso Nacional, o Banco Central considera que o impacto e o custo fiscal das suas operações são o seu resultado. Isso está escrito no relatório, o que não é possível aceitar.

O custo fiscal da política monetária dirigida pelo Banco Central foi amplamente superavitário, em torno de 2 bilhões de reais? É evidente que isso não é aceitável.

O impacto e o custo fiscal das políticas monetária, creditícia e cambial deveriam ser analisados sob o enfoque mais amplo. Na apresentação, no último ponto, foi dito que uma maneira de se avaliar os efeitos fiscais da política macroeconômica é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público em proporção ao PIB. Essa frase, na minha opinião, é um contra-senso. Quando se diz que o impacto direto da taxa de juros

de curto prazo nas contas públicas é apenas parte do efeito macroeconômico e se justifica que efetivamente o custo fiscal da política monetária seja minimizada porque houve queda na relação dívida/PIB, não se leva em conta que a política macroeconômica é composta de políticas fiscal e monetária. Houve superávit primário expressivo, houve crescimento expressivo do País, com 4,9% do PIB, o que levou a uma queda na relação dívida/PIB.

Estamos dispostos a solucionar essa divergência, essa diferença. Apresentamos na LDO, do ano passado, proposta que mostrava exatamente o que pretendíamos. O que era? Que no relatório referente ao inciso II fossem avaliados especialmente os custos para a União da execução da política de meta inflacionária, de juros, de intervenção no mercado de câmbio, de manutenção de reservas do PROER, das operações com derivativos e outros fatores do endividamento público. Relatórios, mínimos relatórios, que tenho plena consciência de que a equipe de técnicos de alto gabarito do Banco Central do Brasil teriam todas as condições de viabilizar e trazer para debate.

Existe um custo fiscal da política monetária. Não temos condição de aceitar a afirmação de que esse custo fiscal se reduz ao cálculo do resultado contábil do Banco Central do Brasil. Esse artigo foi vetado pelo Presidente da República. As razões do veto são risíveis: “Em relação ao § 1º não é possível avaliar inequivocamente, *a priori*, tais custos”. Não estamos fazendo avaliação *a priori*, mas *a posteriori*. V.Exa. vem aqui prestar contas do ano passado, de 2004. Utilizar como razão do veto o fato de que não podemos fazer cálculos *a priori* quando do que se trata não é *a priori*, mas *a posteriori*, é inaceitável. O Congresso Nacional não derruba veto. Repetimos a proposta este ano. Vamos esperar que seja aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O tempo de V.Exa. já está esgotado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, deixe-me fazer outras perguntas, rapidamente.

Considero que esse ponto deveria ser mais esclarecido. De certa forma, a questão política não é de falta de competência, é tão-somente uma questão política. Procura-se transformar a ação do Banco Central do Brasil num fenômeno da natureza, e nós, pobres mortais, temos que suportar as conseqüências. Não podemos qualificar nem analisar aquelas atividades.

Sr. Presidente, na análise que fazemos da dívida, apesar dos resultados positivos do ano de 2004, há algumas questões que, de certa forma, merecem uma explicação. Por que no programa, no Plano Anual de Financiamento, o prazo médio da dívida pública

não cumpriu as metas? Ficou aquém: 28,1, quando a meta mínima era de 34 a 38 meses. A parte vincenda da dívida era prevista de 30 a 35 meses; em 12 meses, ficou em 46.

E mais, o fenômeno que mais me chama atenção, nesse debate, é o crescimento da dívida pública mobiliária em poder do público, um efeito direto da política monetária. Ela representava, em 2002, 60% da dívida líquida do setor público. Em 2003, passou para 74%; em 2004, 80,3%; em 2005, até maio, 88,5%. Então, a dívida líquida mobiliária em poder do público, aquela que conta mesmo – não é a relação entre o Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil, título do Tesouro Nacional no Banco Central do Brasil –, o que está em poder do público é algo, assim, que espanta esse crescimento.

O comentário é que isso se deve ao chamado colchão de liquidez, na verdade, um mistério. Temos na conta única, agora em maio, quase que um orçamento completo da União: mais de 200 bilhões de reais. Se tirarmos a Previdência Social e o superávit é praticamente igual ao Orçamento na conta única.

Sobre o colchão de liquidez, fiz a conta, para evitar a sazonalidade, em determinados meses se emitem mais títulos. Em um ano, o resultado positivo, mais do que as necessidades de financiamento – refinanciar dívidas, pagar juros –, é de 40 bilhões a mais. Qual a interpretação que o Banco Central dá ao colchão de liquidez? Dizem que é para se preparar para algum efeito, algum momento em que o mercado não quer trocar títulos. Se pensa em monetizar dívida, é por isso que se faz um colchão desse tamanho? Qual a lógica? Eu não quero especular, quero entender: qual a lógica desse colchão de liquidez de mais de 200 milhões?

Uma pergunta bem objetiva: o Tesouro incluiu no relatório da dívida consolidada deste ano, aplicando a Lei de Responsabilidade Fiscal, os precatórios inscritos e não pagos. Acho que isso é uma grande transparência para os passivos públicos. Por quê? Esses passivos de Estados e Municípios não estão incluídos naquela relação da dívida líquida, necessidade de financiamentos no setor público. O argumento que se usa: mas aquilo é dívida financeira. Mas não encobre passivos públicos, precatórios. Há uma proposta do Ministro Jobim nesse sentido. Precatórios já somam 60 bilhões não pagos, decisão judicial. Isso não é um passivo? É evidente que é um passivo público. Ao não se incorporar à dívida, se encobre e se trata a dívida apenas do ponto de vista financeiro. Restos a pagar também. Por que não é incluído? Não são uma dívida líquida e certa? Restos a pagar não são despesas liquidadas? Então, por que não se incorporam?

Recentemente, vários Municípios, não apenas um, cancelaram empenhos liquidados. Na minha opinião, isso é um calote. Quero saber a opinião de V.Exa. A obra foi feita, o serviço foi prestado, então, cancelar o empenho liquidado e depois propor a essas empresas para renegociar a dívida com deságio! Não sei qual a opinião do Banco Central sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Em que pese a importância, peço a V.Exa. que encerre.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Vou encerrar, Sr. Presidente. Só farei uma pergunta sobre a vulnerabilidade. V.Exa. apresentou, na sua exposição, o crescimento do nosso saldo comercial, o aumento das nossas reservas, mostrando que caiu a nossa vulnerabilidade em relação ao setor externo.

Considero que o mais grave da vulnerabilidade é a possibilidade de ativos nominados em real transformarem-se em passivos em dólar. Isso se deve a quê? Aumentou a liberalidade cambial no Brasil, principalmente quando se unificou os mercados de câmbio de taxa livre e de taxa flutuante. Antes se definia o que era possível; tudo que estava fora precisava ser justificado. Hoje, não. Os limites podem ser ampliados, o que dá enorme vulnerabilidade ao nosso País, ainda mais se levarmos em conta o montante de recursos que estão no **open market**, títulos com cláusula de recompra. O montante da dívida é uma enorme vulnerabilidade que temos.

Tinha outras perguntas para fazer, mas, infelizmente, o meu tempo está esgotado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Obrigado, Deputado Sérgio Miranda.

Com a palavra o segundo inscrito, Deputado Eduardo Cunha.

Está presente o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que será o terceiro orador.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Presidente do Banco Central, em nome da Comissão de Finanças e Tributação, cumprimento V.Exa e agradeço a presença.

Vou fazer alguns comentários e questionamentos.

Em primeiro lugar, preocupa-nos muito a análise que fazemos mensalmente, junto com a equipe do Tesouro Nacional e da Receita Federal, onde pudemos verificar que, no primeiro trimestre deste ano de 2005, a despesa com juros foi superior a toda a arrecadação de IPI e Imposto de Renda no País. É um dado real, não é ilação.

V.Exa não falou, na sua exposição, sobre a expectativa da política de juros para o País. O crescimento dessa despesa está tornando praticamente inviável qualquer outra medida, com a necessidade de infraestrutura, de investimento. Além disso, as formações de superávit primário são feitas à custa de contingenciamentos e de outros itens relevantes – por exemplo, a CIDE.

Como contradição, observamos o excesso de crédito no Brasil. No momento em que há inflação gerada na sua maioria, como demonstrou V.Exa., com preços administrados, há excesso de crédito e juros elevados – excesso de créditos concentrados em pessoas físicas, longe de ser somente o crédito consignado ao trabalhador. Verificamos a expansão de créditos de aposentados, que se está transformando em sorteio de casas, de televisão etc. A família pressiona os aposentados idosos para tomarem créditos em seu nome, a fim de que sejam utilizados por seus membros.

Nós, que somos políticos e andamos pelo País, verificamos muitas reclamações pela facilidade de obtenção de crédito de aposentado, que nem sempre vem sendo gerado para investimento, desenvolvimento e aplicação no País. A questão é preocupante, porque o aposentado, muitas vezes, não tem muita noção disso, mas, pressionado pela família, acaba aceitando tomar créditos. Quando vemos os preços administrados sendo fator e formador de inflação, não verificamos o porquê de os juros terem influência na baixa da inflação. Essa contradição é o primeiro ponto que exponho a V.Exa

Segundo ponto: disse V.Exa, na sua exposição, que não há política cambial definida. Contudo, verificamos, desde o início da gestão do Presidente Lula, que houve uma política clara, explicitada várias vezes e publicamente pelo Banco Central, de redução da dívida cambial. Observamos o aumento das reservas cambiais. Só não podemos esquecer que a remuneração dessas reservas cambiais é subsidiada à custa do Tesouro Nacional, porque substituímos os títulos cambiais por títulos que têm outras modalidades de remuneração. À medida que compramos reserva, também expandimos títulos públicos custeados à taxa SELIC.

Quanto à remuneração das reservas cambiais, sabemos que existe um percentual ínfimo. Quando observamos a reserva de 60 bilhões de dólares, verificamos 2 problemas – V.Exa fez referência a eles na sua exposição: primeiro, a queda do dólar, a perda de ativo do Banco Central pelo valor em real daquilo que foi comprado anteriormente; segundo, o subsídio obtido pelas diferenças de taxas de juros da remuneração da reserva cambial e o que pagamos na taxa SELIC.

Então, existe política cambial. Ao mesmo tempo em que o Banco Central enxugou os títulos cambiais, de certa forma contribuiu para a redução da taxa cambial. Só não se refletiu nas balanças – como explicitou V.Exa. –, porque houve aumento de outras moedas, em relação ao dólar, e aumento de preços de importantes itens da importação brasileira.

Terceiro ponto: a não-compreensão do motivo de o Banco Central aceitar os depósitos compulsórios colocados como títulos de dívida pública. Se os depósitos compulsórios se compõem de depósitos à vista da população, não tem sentido o Banco Central aceitar título da dívida pública e nós termos de pagar por esses depósitos compulsórios. Vou mais além. Muitos gerentes de bancos de fundos de investimentos dizem-nos informalmente que o Banco Central oferece todo dia o *overnight* e a taxa SELIC, porque é muito mais cômodo para todos. Se não houvesse essa oferta, muitos desses recursos baixariam normalmente no mercado, na taxa de juros, ou simplesmente haveria uma busca por títulos de longo prazo, pela falta de opção do que fazer com o dinheiro.

Citou V.Ex^a também dados sobre empregos formais. Solicito uma explicitação sobre a forma desse cálculo. Por exemplo, em 1994, o crescimento do PIB foi de 5,9% e gerou 274 mil vagas de emprego; em 1995, houve 4,2% de crescimento do PIB e perda de 412 mil vagas de emprego; em 2000, 4,4% de crescimento do PIB e geração de 657 mil vagas. Por que, em 2004, com 4,9%, geraram-se 1 milhão e 523 mil vagas? Quero saber a fórmula desse cálculo, porque não tem muita lógica. Não estou duvidando dos números que V.Exa. apresentou, mas quero entender a razão de disparidade tão grande em relação aos anos anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional.

O SR. SENADOR TASSO JEREISSATI – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Presidente Henrique Meireles, primeiramente apresento as escusas do Senado. Está havendo votação importante – da PEC paralela – no plenário daquela Casa. Além disso, estão sendo iniciados os trabalhos da CPI e a Senadora Lúcia Vânia está especificamente envolvida em uma tratativa muito tensa de negociação com os agricultores.

Há uma dúvida que, a meu ver, está levando a essa política contraditória em si mesma. O Banco Central, na tentativa de segurar a inflação – e tem conseguido fazê-lo com sucesso –, aumenta os juros sistematicamente. Por outro lado, o Governo promove uma intensa política de expansão do crédito ao consumidor, principalmente o chamado consumidor em con-

signação, que tem possibilitado o maior crescimento de crédito dos últimos anos – significa, na verdade, medida oposta ao aumento dos juros para cumprir tal demanda. Ou seja, uma das duas vai ter de ceder. A política de juros terá de se acomodar a uma inflação maior ou a política de expansão de crédito ao consumidor consignado terá de ser modificada. Como são do mesmo Governo, quem vai ganhar?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Presidente Meireles.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, vou responder as questões do Deputado Sérgio Miranda.

Não só nessa gestão – parece-me que também na gestão anterior –, temos levado muito a sério este diálogo, este debate, as questões formuladas, bem como as sugestões apresentadas.

Deputado Sérgio Miranda, não tenha dúvida de que, caso venha a ser aprovado o substitutivo de V.Exa. ou a sua proposta para a LDO, certamente o Banco Central irá cumpri-los imediatamente, nos termos definidos por V.Exa. Dito isso, temos de seguir, segundo nossa interpretação, a redação da LDO em vigor, que se refere ao impacto fiscal e aos resultados das operações do Banco Central.

No nosso entendimento, existe uma definição muito clara do que seja operação do Banco Central. São as operações diretas do mercado aberto e de gestão de reserva, além dos impactos fiscais – o Banco Central persegue seus objetivos. Aqui é um pouco diferente, porque uma decisão sobre juros, por exemplo, não é necessariamente uma operação do Banco Central. Trata-se de decisão de política monetária, quando o Banco Central fixa uma taxa para operações nos mercados.

Portanto, é muito importante dizer que, de fato, a política monetária não atua sozinha. V.Exa. tem toda razão, ela atua em conjunto com a política fiscal. Não há dúvida em relação a isso. Exatamente por isso torna-se bastante complexa a avaliação sobre o resultado da política monetária e os seus impactos fiscais finais.

Vamos supor que o Banco Central erre na dose e fixe taxas de juros muito abaixo do adequado. Isso poderá causar um primeiro impacto aparentemente favorável, na medida em que diminui, em tese, o custo da dívida. Por outro lado, pode haver aumento da inflação pela imprevisibilidade da economia e, logo, na colocação dos prêmios de risco dos títulos do Tesouro. Isso pode custar muito mais ao Tesouro.

Respeitamos os argumentos de V.Exa. e os levamos muito a sério, mas realmente temos nossa opinião sobre a maneira de analisar essa situação. Devemos

mencionar nosso esforço nos últimos anos, no sentido de endereçar essa questão para que se aproxime o máximo possível das preocupações de V.Exa., dos demais Parlamentares e da sociedade e, assim, mostrar exatamente que a política monetária tem a função de manter a inflação dentro da sua trajetória de meta, estabilizar a economia, o que causa diversos impactos na dívida pública. Um deles é o impacto direto da taxa nominal. Existem outros impactos, como, por exemplo, o prêmio de risco dos títulos públicos, conforme mencionei anteriormente.

Em alguns momentos da história brasileira, o risco do papel público era de tal magnitude que as taxas de desconto eram muito altas, o que gerava também enorme custo fiscal.

Continuamos à disposição de V.Ex.^a para discutir a matéria, não necessariamente no âmbito desse relatório da LDO. Talvez devêssemos promover um diálogo mais direto e até fornecer relatórios específicos, a que V.Exa. se referiu. Não vejo nenhum problema na emissão desses relatórios com o custo das diversas operações. Queremos apenas enfatizar nossa interpretação sobre a LDO e o impacto final da política monetária para a gestão da dívida pública.

Em relação às questões seguintes, abordadas por S.Exa., referentes a programações do Tesouro, cumprimento das metas, aumento da dívida mobiliária, colchão de liquidez, acredito que o mais adequado seja programar uma apresentação do Secretário do Tesouro Nacional para que S.Sa. possa discutir esses detalhes, que são de competência exclusiva daquela instituição. Não acredito que seja adequado discutirmos aspectos específicos da gestão fiscal por parte do Tesouro Nacional.

Em relação aos precatórios e à sua não-inclusão, tem V.Exa. absoluta razão. O § 7º do art. 30 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu que os precatórios judiciais não pagos durante a execução do Orçamento em que tenham sido incluídos devem integrar a dívida consolidada para fins de aplicação de limites. Foi uma medida positiva. Em observância a essa determinação, os valores dos precatórios orçados são devidamente informados nos relatórios de gestão fiscal produzidos pela Secretária do Tesouro Nacional, órgão responsável pela divulgação das informações previstas em lei.

Quanto à dívida do Banco Central, essa questão tem de ser examinada com muito cuidado, porque há uma sistemática de publicação desses objetivos, com a finalidade de avaliar o impacto econômico das operações do setor público pela ótica do financiamento. Essa é a ótica do Banco Central. Ele analisa a questão pela ótica do financiamento – ou seja, qual o montante

da dívida que vem sendo financiado a cada momento. E aqui não se trata de precatório, porque ele não está sendo financiado, apesar de constar da dívida e dos relatórios da Secretaria do Tesouro Nacional. Portanto, é totalmente transparente e divulgado.

O enfoque do Banco Central é mais específico, pois visa mostrar a dívida financiada nos mercados. É a que tem mais impacto sobre a gestão administrada pelo Banco Central nos mercados e nos mercados de dívida.

Mudar esses critérios criaria, primeiro, problemas de consistência intertemporal importantes. E todos, no Banco Central, olham a questão com muito cuidado. Isso também poderia causar impactos complicados, em termos de avaliação da economia brasileira.

Novamente, posso lhe assegurar que examinamos o assunto com toda atenção. De fato, os nossos órgãos técnicos têm analisado a situação. Então, há sólidas razões para o Banco Central atuar dessa maneira. Reafirmo: teremos muito prazer em continuar esse diálogo com V.Exa.

Em relação à vulnerabilidade cambial, devo fazer duas observações importantes. Em primeiro lugar, a unificação cambial aprovada pelo Conselho Monetário Nacional ordenou o mercado cambial, organizou-o mais objetivamente e com maior solidez normativa, mas não necessariamente aumentou a liberdade cambial, na medida em que foi introduzido pelas operações de transferência internacional de reais existentes o que já era conhecido como CC5, que, na prática, mantinha o mesmo nível de liberdade da presente unificação cambial. Antes, havia menos controle do Banco Central e grande insegurança normativa pela existência de 2 mercados separados, mas concomitantemente comunicantes, digamos assim. Isso gerava problema normativo e insegurança jurídica. Portanto, foi muito importante a unificação dos mercados, porque hoje todos os contratos de câmbio são registrados no Banco Central, que, por meio do SISBACEN, faz todo o monitoramento. Não existe esse risco mencionado por V.Exa., porque o Governo e o Conselho Monetário Nacional continuam com o controle total dos mercados de câmbio. Portanto, não se abdicou de nenhum dos poderes assegurados por lei.

Além do mais, os passivos externos, tanto públicos, quanto privados, têm-se reduzido progressivamente desde a introdução do regime de câmbio flutuante no Brasil, o que vem confirmar que maior liberdade de flutuação de remessa não leva necessariamente a maior estabilidade – muito pelo contrário –, desde que bem normatizada, regulada e controlada pelo Banco Central. O novo regime unificado de câmbio permite que isso seja feito.

Passo agora às perguntas do Deputado Eduardo Cunha. Em primeiro lugar, em relação aos juros. É importante dizer que as decisões de política monetária levam em conta um cenário prospectivo para a inflação. Não é possível antecipar as decisões relativas à fixação da taxa SELIC, uma vez que elas são determinadas nas reuniões do COPOM, após exaustiva análise do cenário macroeconômico naquele dia, naquele momento. O que podemos dizer, no entanto, é que o cenário de médio prazo para a inflação, no Brasil, tem-se tornado mais favorável no período recente. Em resumo, é isso que podemos lhe assegurar, a respeito do processo decisório do COPOM e do seu interesse justo, legítimo e correto.

Todos nós, brasileiros – até eu, que participo do COPOM –, temos grande curiosidade de saber, muitas vezes, quais serão as próximas decisões. Gostaria muito que os meus colegas dissessem quais serão. Aliás, o Dr. Gustavo, que está ali, concorda comigo. Como é que se poderia saber qual seria a decisão do COPOM para o mês de dezembro? Infelizmente, precisamos ter em mente que a decisão do COPOM é tomada mês a mês, analisados os dados macroeconômicos daquele momento.

Asseguro a V.Exa., Deputado, que nós, do COPOM, mais do que ninguém neste País, temos consciência do custo dos juros. Mais do que ninguém neste País, sentimos isso no dia-a-dia, na medida em que somos objeto das demandas da sociedade, em relação ao assunto. Podemos dizer a V.Exa. que o nosso desejo é assegurar que o Brasil tenha, no futuro, a menor taxa de juros possível. Acreditamos fortemente que, para isso, seja importante ter uma inflação convergindo para as metas, ter inflações consistentemente nas metas. Isso, sim, vai permitir que os juros caiam e que também diminua o risco de inflação, diminuindo, portanto, os prêmios de risco.

O Deputado mencionou – corrija-me, Deputado, se eu tiver entendido mal, por favor – que eu teria afirmado que não há uma política cambial definida. Se de fato eu disse isso, foi um engano. Existe uma política cambial muito bem definida. Nós temos uma política de câmbio flutuante absolutamente definida, um objetivo de gerência de reservas muito bem definido, um objetivo de diminuição da dívida cambial muito bem definido. O que eu disse, com clareza, foi que não temos uma meta de taxa de câmbio. De fato, não temos. E isso faz parte da nossa definição de política cambial – de que, em câmbio flutuante, não cabe a existência de meta de taxa de câmbio.

Quanto à remuneração das reservas e à queda do dólar, afirmo a V.Exa., Deputado, que são duas coisas diferentes. Em primeiro lugar, não há dúvida

de que a remuneração das reservas é menor do que o custo de captação do Governo. Portanto, a reserva jamais deveria ser igual ou superior à dívida, porque não faria sentido. O que é a reserva? É um custo, não há dúvida, mas ela existe exatamente para evitar crises. Quando um país não tem reserva e tem premência cambial, pode entrar em crise. E a crise custa muito mais – como já vimos no Brasil, em passado recente – do que o custo das reservas. É a mesma coisa de uma família que tem certa prudência e mantém um pouco de dinheiro em conta. Isso custa. Seria melhor se nós pudéssemos ter zero na poupança, nada na caderneta, nada no banco. Mas o fato é que o País precisa ter um pouco de reserva.

V.Exa. menciona que a queda do dólar diminui o valor, em reais, da reserva; portanto, seria esse um outro custo da reserva. É verdade, V.Exa. tem toda razão. Mas é importante mencionar que a queda do dólar também diminui o custo da dívida, em dólares, do Governo Federal, que é muito maior do que as reservas. Portanto, a queda do dólar, do ponto de vista líquido (dívida total menos reserva), diminui sensivelmente o custo do Governo Federal, na medida em que a dívida líquida (dívida total menos reserva) cai, em reais. Isso tem ajudado, numa certa parcela, a diminuição da dívida líquida com percentual do produto, como mencionei.

Quanto ao compulsório, a observação do Deputado, de fato, faz sentido. Se existisse depósito à vista, em que o banco recebe, e todo ele fosse colocado em depósito compulsório e fosse remunerado, certamente teríamos esse efeito mencionado pelo Deputado. Mas não é exatamente assim a norma. É importante esclarecer – nossa função é deixar isso claro – que uma parte do compulsório é em títulos, como foi mencionado por V.Exa. Mas essa parte vem principalmente dos compulsórios sobre depósitos a prazo – e uma parte deles, de poupança; isto é, são remunerados também nos passivos das instituições. Mas existe uma parte importante dos compulsórios em espécie – aliás, é a maior parte –, sem remuneração. Portanto, o depósito à vista é em espécie.

Do total de compulsórios, temos 29 bilhões, 469 milhões em títulos e 65 bilhões, 750 milhões em espécie – portanto, sem remuneração. A exigibilidade adicional é de 34 e a de poupança é de 21, do total de 95 bilhões.

V.Exa. fez uma outra pergunta muito interessante. Afirmou o nobre Deputado que, aparentemente, não há muita lógica em dizer que houve maior criação de emprego em 2004, em relação a outros anos, que tiveram também grande crescimento. V.Exa. não entendeu a lógica desse cálculo. Gostaria de lhe dizer que

não há uma lógica para o cálculo desses dados. Esses cálculos são feitos pelo CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego. São mera compilação do número de carteiras assinadas no País. Quer dizer, não se obedece a uma lógica. Portanto, foram criados no Brasil um milhão e meio de empregos formais simplesmente pelo fato de um milhão e meio de novas carteiras de trabalho terem sido assinadas, deduzidas aquelas que deixaram de existir.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Esse número é absoluto ou líquido? Porque há carteiras que deixam de ser assinadas no período das demissões. Apenas as novas carteiras assinadas formam o resultado líquido?

Para não atrapalhar os companheiros, na primeira pergunta, quando falei sobre o problema dos juros, também fiz menção ao crédito consignado, à expansão do crédito e à inflação por preço administrado. Esses componentes não seriam contraditórios?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Deixei para responder essa questão junto com a pergunta do Senador Tasso Jereissati, porque elas englobam o mesmo ponto.

Quanto ao número de empregos, gostaria de lhe informar, Deputado, que esse é o número líquido – isto é, a diferença entre o total de novas carteiras de trabalho assinadas e o total de carteiras que deixaram de existir. Portanto, esse não é um dado passível de discussão. É um dado real, apurado pelo Ministério do Trabalho.

Em relação a preços administrados *versus* aumento do crédito, a pergunta feita enquadra-se também no universo de questões apresentadas pelo Senador Tasso Jereissati, a que o Senador chamou de contradição: o Banco Central está aumentando os juros de um lado, visando contrair crédito; de outro lado, o crédito consignado e outros créditos aumentam na economia, inclusive os créditos livres.

Há importante debate sobre política econômica. O nível de crédito na economia brasileira é baixo, historicamente. Isso é negativo para a economia e inclusive para a política monetária, porque os canais de transmissão da política monetária ficam menos eficazes com menor valor de crédito com percentual do produto. A longo prazo, com maior volume de crédito na economia, ela vai ter maior capacidade de crescimento e também a própria política monetária tornar-se-á mais eficaz. A curto prazo, V.Exa. tem toda razão, o aumento do crédito é fator expansionista e pode, portanto, contrapor-se a outros fatores contracionistas.

Existem diversos outros fatores na economia, não apenas esses fatores contracionistas e expansionistas. O que o Banco Central faz, na realidade, é observar,

a cada momento, a cada decisão do COPOM, todo o conjunto de fatores econômicos; aqueles fatores expansionistas e contracionistas e, principalmente, o efeito disso tudo na perspectiva de inflação. A partir daí, o Banco Central toma a sua medida.

Em resumo, seria um pouco difícil que o Banco Central se pronunciasse contra algo que é intrinsecamente positivo para a economia: a expansão do crédito. E positivo principalmente, a longo prazo, por um objetivo de curto prazo de controle da inflação.

Então, o que o Banco Central faz é simplesmente não interferir na evolução normal da economia, principalmente quando a evolução é positiva, procurar avaliar os diversos fatores e tomar uma decisão técnica baseada na situação daquele momento.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, posso ter direito a rápidos minutos para uma réplica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo) – O próximo orador é o Sr. Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, pretendo apenas dar uma explicação. O Deputado Eduardo Cunha saiu, mas metade dessas vagas que o CAGED está divulgando, segundo dados do próprio Ministério do Trabalho, dizem respeito a formalizações, porque a fiscalização do Ministério do Trabalho avançou e está registrando trabalhadores sem carteira.

Uma pergunta técnica: que indexador de atualização monetária o Banco Central usa? V.Exa. tem de cabeça? O IGP? O IPCA? Qual é o indexador da dívida?

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Da dívida. É o Quadro 45: atualização monetária. Qual é o indexador? Alguém sabe? É o IGP?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELES – Vamos terminar as perguntas, Deputado, e V.Exa. terá todas as respostas.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Pois não. Mas se trata de questão técnica apenas.

No debate sobre a LDO, o Banco Central se dispunha a apresentar esses relatórios, sem nenhum problema, porque nós tomamos conhecimento de pressões para não viabilizar esse tipo de relatório. Mas o Relator da LDO está presente, e acho que manter essas informações sempre ajuda.

Quanto à questão da dívida, quando fiz as perguntas, não pretendi contrapor o Banco Central ao Tesouro. Era questão mesmo de esclarecimento sobre esse colchão de liquidez. Um dia ele vai passar de

virtual para real, vai se tornar líquido. Quando penso nesse colchão de liquidez, lembro de colchão de água: se furar, inunda o mercado com moedas.

Em relação aos precatórios, V.Exa. leva em conta que, no relatório do Banco Central, a base monetária entra como dívida, como passivo, e os precatórios, direitos líquidos e certos transitados em julgado, não entram. O Ministro Nelson Jobim está propondo a securitização dos precatórios. Quando isso ocorrer, vão ter de entrar. Não haverá jeito de não entrarem.

São esses os comentários gerais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo)

– Sr. Deputado, há 10 inscritos ainda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Pois não, vou encerrar.

Divirjo de V.Sa. no tocante às mudanças do câmbio. Elas, além de simplificadoras, agilizaram a remessa, a transformação do CC5 de instituição em transferência direta, inclusive por meio de TEDs. Acho que houve agilidade na transferência de recursos em reais para recursos passivos em dólar. E chamo a atenção de V.Sa.: o resultado disso é político. A pressão de quem tem real sobre o Banco Central, sobre o Tesouro, com essa possibilidade de ir para o dólar, é muito maior. Vários países da América Latina estão limitando o fluxo de capitais externos, como Argentina, Colômbia e Venezuela.

Essas as questões que queria levantar. Peço desculpas aos companheiros que ainda vão fazer perguntas.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELES – Muito obrigado, Deputado.

Em deferência aos demais Parlamentares, vou procurar responder rapidamente às perguntas.

Em primeiro lugar, Deputado, existe correlação positiva entre a pesquisa mensal de emprego do IBGE, que captura todos os empregos criados, inclusive os informais, e do CAGED, nas regiões metropolitanas, porque o IBGE só pesquisa as metropolitanas. Certamente, no universo pesquisado pelo IBGE, existe essa correlação positiva. Na nossa visão, não seria adequado concluir que o total de empregos está caindo, está subindo menos ou que existe queda do emprego em função de uma formalização, e que isso seria meramente uma transferência. Poderemos, inclusive, colocar à disposição de V.Exa. essa correlação positiva entre os dados do CAGED e os da pesquisa mensal do IBGE.

Respondo à sua pergunta sobre a atualização da dívida: o IGP-DI.

Quanto ao colchão de liquidez do Tesouro, levaremos as suas observações ao Secretário do Tesouro Nacional para uma avaliação.

A respeito da securitização, em primeiro lugar, a dívida líquida do setor público, divulgada pelo Banco Central, serve de base para o cálculo das necessidades de financiamento do setor público. Esse é o conceito básico que estamos apresentando. Dessa forma, inclui-se a base monetária para avaliar o financiamento por emissão monetária, o que é considerado por todas as autoridades monetárias do mundo como forma de financiamento – financiamento por meio da emissão, mas é uma forma de financiamento público. Caso exista securitização dos precatórios, temos de ver de que forma isso será regulado. Certamente, vamos analisar o assunto da maneira mais precisa possível.

Em relação à flexibilidade das normas de câmbio, chamo a atenção de V.Exa. para o seguinte: quando houve a unificação das taxas de câmbio, se isso tivesse, naquele momento, aumentado a pressão dos detentores de real e o risco de eles correrem todos para o dólar, teríamos, possivelmente, aumento do dólar, como houve em outros momentos, inclusive no Brasil. Entretanto, isso não ocorreu, mas sim o fenômeno contrário. Quer dizer, não existe essa corrida para o dólar. Muito pelo contrário. Aliás, Deputado, é a experiência de muitos países do mundo. Países de economia estável, países de política monetária com inflação convergindo para metas, países com política fiscal responsável, países que têm saldos comerciais como os do Brasil etc. tendem a ter exatamente o fenômeno contrário.

Em resumo, felizmente é esta a situação no Brasil: temos uma economia cada vez mais sólida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo)

– Antes de passar a palavra ao próximo orador, pedimos a todos que assinem a lista de presença e também que se restrinjam aos 3 minutos, porque temos uma relação de 10 inscritos.

Muito obrigado.

Com a palavra ao Sr. Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, inicialmente, na qualidade de Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias – e todos os membros da Comissão Mista de Orçamento sabem do esforço que estamos fazendo para aprovar a LDO –, comunico que estamos cancelado a reunião marcada para hoje às 21h. Não queremos trazer para esta Comissão o confronto que estamos vendo no plenário. Queremos votar com tranquilidade, queremos dialogar, como fizemos durante todo o processo.

Fica transferida para terça-feira, às 19h, a reunião destinada a examinar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. É o comunicado que faço. Espero que até terça-feira o clima seja de maior tranquilidade. Vamos dialogar,

vamos discutir o assunto. É a melhor forma de agir. É exatamente isso que tenho aprendido em Minas Gerais, desde que iniciei minha carreira política.

Antes de passar aos questionamentos, agradeço ao Presidente do Banco Central as contribuições apresentadas.

Vou incluir em minhas perguntas a questão do Deputado Sérgio Miranda, com o consentimento de S.Exa., sabendo que não teremos, depois, problemas com o veto.

Quero saber a respeito da decisão que o Conselho Monetário tomou, já que estamos discutindo o semestre anterior. O Conselho Monetário baixou a Resolução nº 3.204 em 18 de junho de 2004. Ela restringiu o crédito para o setor público, trazendo-nos uma série de dificuldades, em especial para investimentos na área de saneamento. O Banco Central vai manter essa política restritiva ao setor público, em especial na área de saneamento, que é extremamente importante, já que ela não consta do projeto piloto, orçado em 3 bilhões, que prevê a redução de 0,15% para investimentos? Estamos trabalhando em infra-estrutura, mas principalmente com estradas e irrigações. Não consta saneamento, algo de que Municípios e Estados precisam muito – investindo em saneamento diminuem os gastos com saúde. Não adianta o Banco Central segurar o gasto em saneamento, porque depois vai ter de gastar com saúde. Todos sabem que é mais fácil e mais barato gastar na prevenção da doença do que com hospitais – os custos são maiores. Essa é a primeira pergunta.

Em segundo lugar, penso que o Governo está fazendo uma política correta, mantendo os gastos da União em 17% do PIB, incluídos os gastos sociais. Mas essa austeridade não pode existir somente na área social. Ela tem de estender-se à área fiscal e aos juros. Se continuarmos com essa política de juros extremamente elevados, vamos ter de sacrificar o social.

Na condição de Relator da LDO, estou vivendo essa contradição. Gostaria de saber a posição do Banco Central. Não só o social tem de dar a sua cota, mas também a política de juros. Do contrário, não vamos conseguir resolver o problema.

Finalmente, a última pergunta. Estamos apresentando no relatório substitutivo a inclusão de uma política anticíclica, em relação ao superávit primário. O Banco Central estabeleceu, e estou mantendo no meu relatório, a inflação em 4,5%, com banda flexível, e o superávit fixo. Mas todos sabem que superávit não é fixo realmente. Por isso, queremos criar um dispositivo anticíclico: se crescermos acima do PIB, poderemos fazer um superávit um pouco maior; se não crescermos acima do PIB, poderemos ter uma redução de supe-

ravit, para que possamos induzir o investimento. Qual a sua visão em relação a essa proposta?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo) – Vamos passar às perguntas do Sr. Deputado Ricardo Barros. Logo após o Ministro dará as respostas.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Ministro, concordo com a afirmação feita pelo Deputado Sérgio Miranda, mas vou transformá-la em pergunta. O aumento de empregos dá-se pela formalização? A informação que temos é de que metade desses novos empregos, na verdade, não é fruto de crescimento econômico nem de aquecimento da economia, mas de pressão da fiscalização do Ministério do Trabalho. Ou seja, o Ministério do Trabalho obriga o empresário a formalizar a pessoa que já estava empregada mas que não tinha registro. Então, agora estou perguntando: sim ou não?

A respeito das tarifas públicas, força motriz da inflação – elas é que puxam a inflação para cima –, V.Sa. consideraria a possibilidade de o BNDES comprar a dívida das concessionárias e refinanciá-la a custo mais baixo – 3%, 4% ao ano, ou que seja de 8,75% –, como o da agricultura, de modo que a dívida das concessionárias não pressione o aumento das tarifas? Não seria mais lógico, em vez de transferir para o povo o custo dos juros, que o próprio Governo decreta tão elevado, criarmos no BNDES uma linha de compra e refinanciamento da dívida em patamares que não pressionassem a inflação pelo próprio custo da dívida das concessionárias de serviço público?

Outra pergunta. Sobre o crescimento do Brasil, V.Sa. apresentou um índice médio de 2,4%, desde 1995, que é baixo. Mas, especialmente nesse último período, estamos muito abaixo dos países emergentes que concorrem com o Brasil na atração de investimentos. Por quê? Qual é a sua visão sobre essa diferença? Por que o Brasil não consegue acompanhar os demais países emergentes, que têm taxas consistentes de 7%, 8% ao ano, em anos seguidos?

Quero também aproveitar a oportunidade de estarmos sendo filmados pela **TV Câmara e pela TV Senado** e pedir a V.Sa. que diga ao Brasil em “populês”, não em “economês”, por que temos taxas de juros tão altas. Por que o Brasil precisa cobrar as mais altas taxas de juros reais do mundo? Essa explicação será muito útil, se feita em linguagem que as pessoas comuns entendam.

Também gostaria que V.Sa. comentasse o déficit zero, de que estão falando alguns membros do Governo – déficit zero, com superávit primário de 7,5%. De novo, o componente juros. Superávit primário significa a diferença entre o que o Brasil arrecada menos o

que ele gasta, fora os juros. Se os juros fossem menores, talvez tivéssemos mais facilidade de chegar ao déficit zero.

Gostaria que V.Sa. nos explicasse, de preferência em “populês”, como o Brasil pensa chegar em déficit zero, com a dívida alta que temos e os juros que estamos pagando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo)

– Com a palavra o Sr. Deputado Nazareno Fonteles.

O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES – Sr.

Presidente do Banco Central, ontem, José Antônio Moroni, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – o Conselho é consultivo, ajuda à Presidência –, escreveu um artigo sobre a decisão de se alterar o Conselho Monetário Nacional, a fim de que não façam parte dele apenas o Presidente do Banco Central, o Ministro do Planejamento e o Ministro da Fazenda. Oitenta conselheiros aprovaram essa alteração. Apenas 8 a rejeitaram – exatamente os que eram ligados aos banqueiros.

O que V.Sa. pensa da alteração da composição do Conselho Monetário Nacional sugerida pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, do ponto de vista do seu impacto na política do Brasil?

Segunda questão: por que o Banco Central não trabalha com metas de crédito? Sabemos – V.Exa. mesmo reconheceu – que, em comparação com países do mesmo nível, o volume de crédito, no Brasil, é muito pequeno. Por que não estabelecer metas e, conseqüentemente, medidas para o mercado com o objetivo de aumentar o volume de crédito, anualmente? Assim como há meta para superávit, teríamos também para crédito.

Outra pergunta na mesma linha: tendo juros altos e, principalmente, **spread** bancário altíssimo – um dos maiores do mundo –, por que não haver metas para redução gradativa do **spread** bancário, considerando os altos lucros recentes obtidos pelos bancos? É mais uma razão para termos essa meta.

Finalmente, a meta do emprego. Na própria Comissão de Finanças e Tributação tramita um projeto – era para ter sido votado esta semana – em que se prevê que o Banco Central deve assumir a responsabilidade por essa meta, em semelhança ao que ocorre nos Estados Unidos. O que V.Exa. acha disso, tendo em vista a dificuldade que o País atravessa, devido ao altíssimo índice de desemprego?

Considero calamidade pública estarmos beirando 11% de desemprego. Talvez o mais grave para uma família seja ter o pai ou a mãe desempregados. Quem lida com o dinheiro – portanto, com a política, que realmente afeta a vida das pessoas – deveria ter responsabilidade em relação a isso, mesmo que não fosse

legal. Que dificuldade há para que se assumam metas de redução progressiva da taxa de desemprego?

V.Exa., que ocupa cargo de grande importância política e tem experiência, pois foi eleito Deputado Federal na últimas eleições, não acha que é muito o poder dado ao presidente do Banco Central, do ponto de vista político e de responsabilidade, quando se compara aos poderes desta Casa? Que medidas poderíamos sugerir para democratizar o poder, tão concentrado na autoridade monetária, a fim de que a população tenha maiores benefícios sociais?

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo)

– Com a palavra o Sr. Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO

– Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, da última vez em que V.Sa. esteve aqui – se não me falha a memória, no mês de novembro –, eu estava sentado do outro lado desta mesa. Comecei minha intervenção dizendo que, diante dos números que V.Exa. nos trazia, não seriam prudentes nem a euforia nem a depressão. Talvez V.Exa. se lembre disso. Eu até dei risada aqui.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELES –

Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO

– Desta vez, usarei mais duas expressões: nem a superficialidade nem o maniqueísmo.

Vou me cingir diretamente a essa danada fraçãozinha – o assunto já foi, em parte, abordado pelo Deputado Sérgio Miranda – expressa pela relação dívida líquida do setor público/PIB. Acho que é a fração mais famosa dos últimos meses, ou anos, na macroeconomia brasileira. Em torno dela tudo se encaixa, mas nem tudo se explica.

Observei atentamente os quadros apresentados por V.Exa. Um deles nos preocupa: exatamente a tentativa de se explicarem os efeitos fiscais da política macroeconômica, observando-se a relação da fração dívida líquida/PIB. Evidentemente, no agregado dessa fração, observamos redução e até relação de 1 para 2, de 50%, em relação ao PIB. Mas, quando nos demos o trabalho de destrinchar a composição interna da dívida líquida do setor público e a componente externa, observamos que as conseqüências fiscais da política macroeconômica não reduzem a relação dívida/PIB. Ela tem aumentado. Os dados são oficiais. Acesso frequentemente as notas do Banco Central, da Secretaria do Tesouro Nacional. Por exemplo, passaram de 22,9% do PIB para 26,7%. Cinjo-me ao plano da União Federal. Não falo dos Estados nem dos Municípios.

Em relação à componente externa, evidentemente houve queda de 12,5% para 4,8%, embora não nos detenhamos aqui nestes pontos: qual foi a variação cambial, qual foi o crescimento do PIB, qual foi a variação das reservas, que também concorreriam para que houvesse redução, melhor capacidade de pagamento dessa dívida. Esse elemento está subjacente à pergunta do Deputado Ricardo Barros.

Nos últimos 10 dias – parece-me até que V.Exa. já teve oportunidade de participar de uma das reuniões em que o Deputado Delfim Netto fez a apresentação da sua proposta econômica –, temos observado que há forte enfoque na necessidade de reduzir essa relação. Só que os aspectos que são importantes e que podem variar essa relação não são necessariamente tratados.

Por exemplo, por que não se dá ênfase – como considerou o Deputado Nazareno Fonteles – à administração da capacidade de arrecadação do Estado para se prover maior meta de crédito no sentido indutor, a fim de que façamos variar o PIB, que é o denominador da fração?

Por que há uma incidência quase monotonal para que se mude a relação alterando-se o numerador? Mesmo que se trate da mudança do numerador da fração, que é o montante da dívida líquida, não se trata de componente que incide sobre o crescimento dessa dívida, que são as taxas de juros. Vai-se diretamente na sociedade. Tudo o que fazemos – inclusive nós, que fazemos as leis, que fiscalizamos os atos do Executivo, as atividades do Banco Central, as atividades administrativas, as funções-meio do Estado – é nos referir ao encargo tributário desigual, elevadíssimo, que a sociedade paga para financiar as competências do Estado.

Então, por que a insistência quase monotonal de que as metas de mudanças da relação dívida líquida/PIB não dão ênfase à necessidade de crescimento do PIB, metas de emprego, metas de crédito? Elas não dão ênfase a metas para que os juros possam, também, ser administrados. Há outras metas, e não há qualquer preconceito contra elas. As metas são importantes para que se possa, periodicamente, administrar o conjunto das variáveis da política macroeconômica, da política fiscal, da política tributária, da política de crédito.

Sr. Presidente, tenho um exemplo disso: 3 extras do SIAFI, de 3 Ministérios importantes.

O primeiro deles refere-se ao Ministério dos Transportes. Todos sabemos da situação crítica da infra-estrutura, da pouca capacidade de investimentos do Estado com recursos do Tesouro Nacional. Para isso criaram-se as propostas de parcerias público-privadas.

Vou fornecer-lhe um dado do atual quadro de contingenciamento orçamentário, em função da necessidade de atingirmos as metas de superávit: adequação de rodovias federais no Estado de Minas Gerais – em homenagem ao Deputado Gilmar Machado. Dotação orçamentária autorizada: 24 milhões e 184 mil reais. Dotação empenhada até o mês de maio: 209 mil reais. Há outras aqui; todas elas nesse mesmo patamar de disparidade.

Construção de trechos rodoviários na BR-364, aquele célebre corredor de transporte do Centro-Oeste, no Estado de Mato Grosso. Dotação orçamentária autorizada: 18 milhões. Dotação empenhada: apenas 5 milhões. E estamos quase na metade do ano.

Ministério das Cidades – vai bater no que disse o Deputado Gilmar Machado. Apoio à implantação ou melhoria de obras de infra-estrutura urbana. Dotação orçamentária: 704 milhões e 928 mil. Dotação empenhada: 250 mil reais.

Obras de infra-estrutura urbana em Municípios de médio e grande portes. Dotação orçamentária: 383 milhões e 683 mil. Despesa empenhada: 4 milhões e 800 mil reais.

Ministério do Desenvolvimento Agrário, cuja diferença é a estruturação de assentamentos e investimentos comunitários. Dotação orçamentária: 120 milhões. Dotação empenhada: 30 milhões. Despesa liquidada até maio: apenas 5 milhões de reais.

Por que razão, portanto, não são estabelecidas metas para o crescimento do PIB, metas de crédito e também metas de limite à expansão das taxas de juros?

Se não houver uma atuação consistente em todas essas variáveis, não poderemos dizer que a forma como se administra a política monetária creditícia e o impacto fiscal para a sociedade privilegia um componente do gasto público.

É lamentável que, ao nos referirmos a investimentos ou à administração das contas públicas, sempre que se fala em gasto público, continuemos, ou por ingenuidade ou por opção, a excluir do gasto público a despesa financeira. Segundo o plano de administração federal da dívida, relatório da Secretaria do Tesouro Nacional, trata-se de montante concentrado numa parcela muito minoritária da sociedade.

Por isso, nós, Parlamentares de vários partidos, já estamos nos movimentando fora da Câmara e do Senado para criarmos um contraponto a essa proposta que o Deputado Delfim Netto começa a vender – “vender o peixe”, no bom sentido. Ela não é nova, é cheia de vícios, trata privilegiadamente um setor do gasto público em detrimento de outros segmentos

importantes para a sociedade. Se não olharmos para isso, vamos ver o quê?

Para concluir, Sr. Presidente, vou apresentar outro dado de tabela oficial. A dívida interna líquida do setor público, Governo Federal e Banco Central, em 1994 e 2004. Em 1994, 6,5% do PIB; em 2004, 25,8% do PIB. Em valores: 33 bilhões e 400 mil para 477 bilhões e 400 mil. Isso significa processo progressivo de transferência de renda, transferência da carga tributária, que a maioria da sociedade paga e que deveria ser equilibradamente administrada para crédito ou investimento, para financiamento da infra-estrutura, para aparelhamento adequado do Estado brasileiro, a fim de prover serviços adequados à sociedade, transferência de carga tributária de 40% do PIB. Também não se fala em reduzir a carga tributária, ora porque a lei de responsabilidade quer compensações ora porque não se quer mexer na carga tributária, em função dos encargos que o Estado tem de honrar.

Então, por que há essa ênfase monotonal, exclusiva, até com certo viés de interesse? Ao se fazer referência a gasto público, fala-se apenas em pessoal, encargos sociais, custeio, administração, despesas correntes, deixando-se de fora despesas de natureza financeira. E são elas que vêm sendo privilegiadas nesse sentido.

Encerro lembrando o que V.Exa. nos disse em novembro: um Estado e um país que convivem com inflação alta perdem perspectivas no futuro, perdem a visão do rumo. E eu respondi a V.Exa. que um Estado “sobreendividado” também não tem capacidade de investimento. Esta é a situação: estamos numa eminente insustentabilidade fiscal. Por isso, prospera agora a tese de superar o superávit primário para que engula o déficit nominal, aumentando de 20% para 40% a desvinculação de recursos, revendo a Emenda Constitucional nº 29, de financiamento para a saúde. Mas ninguém aparece para dizer que temos de estabelecer limites para os encargos financeiros, limites para as taxas de juros. É como se isso fosse uma despesa blindada. Já que a palavra está tão em moda, blindou-se a despesa financeira. Ela é intocável. Congelou? Nem tanto, porque, se pusermos um fogueiro embaixo, ela derrete.

Essa é a questão central. Afirmam que uma das formas de se ver o impacto fiscal da política macroeconômica é a relação da dívida líquida. Não se trata somente disso. Quando nos debruçamos sobre ela para verificar a sua componente interna, vemos que, ao contrário, o que fez cair a relação dívida líquida/PIB não foi o impacto da política monetária sobre a dívida líquida interna, mas sim a apreciação do real frente ao dólar; foi o aumento das reservas cambiais; foi o

próprio crescimento do PIB, em 2004. O componente interno não os reduziu. Pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo) – Encerre, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Essa questão tem de ser tratada de forma transparente, não pode ser vista como um dogma. Como nos parece, continua tendo hegemonia sobre as demais concepções de tratamento das contas nacionais, da política monetária, creditícia e do impacto fiscal para o conjunto da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo) – Vamos ter mais um bloco. Então, para fechar o bloco atual, vamos ouvir o Sr. Deputado Ronaldo Dimas.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Henrique Meirelles – agora, Ministro –, V.Exa. é uma pessoa de muita sorte, não só em relação ao Banco Central, mas à vida também, por seu trabalho, por ser uma pessoa respeitada, com muito crédito, que traz muito orgulho a Goiás e também ao Brasil, uma vez que alçou o banco posição tão importante em âmbito mundial.

V.Exa. é uma pessoa de muita sorte, porque vivemos uma grande abonação econômica, em termos mundiais, embora não tenhamos, infelizmente, nestes últimos 2 anos, acompanhado o nível de crescimento de muitos países do Terceiro Mundo. Estamos muito longe de alguns países, como a China e a Índia, que têm a mesma capacidade de investimento do Brasil. Essa é uma das questões que apresento.

A outra questão, também relacionada a esse tema, é que não houve neste período nenhuma crise. Dois pontos são importantes para segurar uma crise, de acordo com meu ponto de vista, e eles foram utilizados duas ou três vezes, pelo menos, no Governo passado, que enfrentou crises mundiais. Um deles é a taxa de juros. Se há uma crise, automaticamente eleva-se a taxa de juros. No entanto, estamos vivendo um patamar elevadíssimo de juros, que dificilmente deixa brechas para que haja elevação momentânea, caso seja necessário. A outra estratégia é o superávit primário, a liquidez do País, basicamente. Mais uma vez, a política implementada foi de elevar esse superávit. Por incrível que pareça, a própria base do Governo está lhe fazendo críticas, porque não existe dinheiro para investimento, para políticas sociais, para infra-estrutura e para outras atividades do País. Tudo está indo para o ralo econômico, a fim de segurar uma inflação. Não sei se esse é o caminho adequado.

Um terceiro ponto, eminentemente político, é que V.Exa. ocupa um cargo de confiança e é um dos nomes cotados para o Governo de Goiás. Enquanto isso, está

na imprensa de Goiás – vejo muitos goianos passeando por aqui, sinal de seu prestígio –, que o Presidente Lula está falando em fazer a reforma ministerial, e todos os candidatos ou pré-candidatos estarão dando lugar a não candidatos. V.Sa. vai permanecer no Banco Central ou será realmente candidato por Goiás?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ildeu Araújo) – Passamos a palavra ao Sr. Ministro, para suas considerações finais.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Vamos começar, portanto, pelas perguntas do Deputado Gilmar Machado.

Deputado, gostaria de deixar bastante claro um ponto, em relação à minha resposta ao Deputado Sérgio Miranda. Não compete ao Banco Central, evidentemente, influenciar ou determinar o que deve ou não constar da LDO. Eu disse exclusivamente que – frente a um pedido específico do Deputado, a respeito de determinadas informações – as áreas técnicas do Banco Central, dentro de um critério de transparência, farão, como sempre o fizeram, todo o esforço necessário para fornecer essas informações. Em nenhum momento disse que isso deve entrar na LDO, porque o Banco Central acha isso ou aquilo. O Banco Central entende que a LDO é uma prerrogativa do Congresso Nacional e, depois, do Sr. Presidente da República. Eu disse apenas que, evidentemente, proclamamos a nossa absoluta aderência às determinações. De maneira que, diante de qualquer mudança na LDO, estaremos prontos a segui-la, como sempre ocorreu em outras circunstâncias.

Quanto à questão da política restritiva ao setor público – a primeira pergunta de V.Exa. –, essa não é uma decisão do Banco Central, mas do Conselho Monetário Nacional. Sou membro votante, evidentemente, do Conselho Monetário Nacional, mas não é o Banco Central que determina isso. O Banco Central simplesmente controla os limites, sob determinação do Conselho Monetário Nacional.

Os limites de endividamento do setor público estão incluídos claramente na questão geral que está sendo discutida aqui: da dívida pública no Brasil, dos juros etc. À medida que aumente cada item de endividamento, teremos mais expansão da despesa pública naquele setor e maior aumento da dívida.

Em resumo, como V.Exa. disse, com muita clareza, o grande desafio de governar é escolher as prioridades: vai-se investir numa estrada nesse Estado, ou num posto de saúde, ou num hospital noutro Estado; em infra-estrutura ou em Previdência Social; vai-se diminuir gastos e carga tributária ou aumentar gastos e carga tributária, aumentando-se a dívida?

Não compete ao Banco Central opinar sobre todos esses fatores. Essa decisão cabe à sociedade, por intermédio dos seus órgãos de representação, Congresso Nacional e Executivo, de que faz parte o Conselho Monetário Nacional.

Portanto, o que posso fazer é levar ao Conselho Monetário Nacional a observação de V.Exa. sobre esse item específico – os limites de endividamento do setor público – e seu pleito no sentido de que esses limites sejam revistos. Certamente, ela será levada à próxima reunião do Conselho.

Em relação à política anticíclica, é importante mencionar, Deputado, que se trata de política discutida em diversos países. É algo que realmente tem sido seriamente pensado. Sugerimos cuidado quanto à sua interferência em aspectos mais gerais, inclusive a famosa relação dívida/produto.

Em suma, discutir a questão anticíclica é válido, mas é muito importante ter em mente que em momentos de crescimento da economia é que se pode pagar maior parcela da dívida – é o que V.Exa. sugere – e não em momentos de crescimento menor. É preciso tomar um pouco de cuidado em momentos de menor crescimento, porque, dependendo do tamanho do componente anticíclico, pode haver elevação da dívida. Isso poderá ter outras consequências, que precisam ser analisadas com muito cuidado.

Uma coisa é o conceito, outra coisa é a situação. Quando a economia está crescendo, poupa-se um pouco mais e paga-se mais dívida. Quando cresce menos, temos de expandir para contrabalançar. Mas isso pode ter como efeito uma perigosa elevação do endividamento.

Deputado, não estou aqui, de maneira nenhuma, emitindo juízo de valor. Estou apenas respondendo à pergunta de V.Exa., manifestando o que temos observado em diversos países do mundo.

Os juros aparecem em várias perguntas dos senhores – é absolutamente normal que isso ocorra. V.Exa. pergunta se há limite para despesas da União (17%), por que não se estabelece limite para os juros. O Deputado Ricardo Barros pede-me que explique em “populês” – ou seja, com muita clareza – a questão dos juros altos no Brasil, do déficit zero, do componente juros. O Deputado Nazareno Fonteles pergunta por que não há metas de crédito, metas para *spread* bancário, metas de emprego etc., além de metas de inflação. O Deputado Paulo Rubem pergunta: por que não aumentar as metas de crédito, para que isso possa gerar mais crescimento e fazer crescer mais o produto? Por que não dar mais ênfase ao crescimento na questão da relação dívida/PIB? Por que não fixar limites para juros?

E o Deputado Ronaldo Dimas menciona o risco de a crise ser aguçada por um nível elevado de juros.

Há uma série de perguntas referentes aos juros. Seria interessante falar sobre a questão como um todo, em vez de ficar respondendo pedaço por pedaço.

Assim, em primeiro lugar, diria que, de fato, os juros reais são altos no Brasil em comparação com outros países, mas eles têm caído progressivamente ao longo dos últimos anos. De 1999 para cá, os juros reais médios caíram pela metade, quando comparados ao período entre 1994 e 1999. Os juros reais médios de 1994 a 1999 eram aproximadamente o dobro dos praticados de 1999 para cá. E, no período de 2004 a 2005, eles caíram a dois terços do valor médio do período de 1999 a 2003.

Portanto, os juros reais têm caído consistentemente no Brasil, em resposta à melhora progressiva nos fundamentos macroeconômicos brasileiros. E é nossa expectativa que esse processo continue nos próximos anos. Então, é muito importante que levemos esse aspecto em conta.

Como já mencionei, não há dúvida de que nós, do Banco Central, temos grande interesse em que as taxas de juros caiam – e para isso nos empenhamos. O que não podemos fazer, pois a nossa responsabilidade nos impede, é adotar medidas artificiais, como se fez em diversos países e mesmo no Brasil, medidas que podem causar alívio momentâneo e depois gerar desastre, a crise que mencionamos.

Voltando à pergunta do Deputado Ricardo Barros sobre o porquê de os juros no Brasil serem altos, acredito que para responder tenho de deixar o papel de Presidente do Banco Central e me colocar no papel de analista, porque a questão dos juros altos extrapola em muito a competência do Banco Central, que é fixar a taxa base, a Taxa SELIC. O que influencia, de fato, a atividade da economia são os juros de mercado, principalmente os de médio prazo – e esses não são controlados pelo Banco Central.

Aliás, no passado, em alguns momentos o Banco Central forçou um pouco a taxa de juros para baixo – mais do que o mercado entendia ser adequado para o País naquele momento –, e as taxas de juro de médio prazo do mercado subiram, prejudicando o crescimento econômico. Portanto, o Banco Central não tem, como se imagina, controle absoluto sobre a taxa de juros. Para definir a taxa de juros adequada, o BC considera diversos fatores, como meta de inflação a cumprir e outros. O Banco Central faz a sua avaliação.

Voltando à sua pergunta, Deputado – e não estou definindo o porquê de o Banco Central fazer isso ou aquilo; faço meramente uma análise –, há de se considerar vários aspectos. Primeiro, durante muito

tempo, o Brasil teve hiperinflação. Isso tem uma história e envolve certo risco. Segundo, mesmo depois da estabilização, o Brasil tem enfrentado crises periódicas, por vulnerabilidades diversas. Em 2002, tivemos uma crise cambial que levou à depreciação do real. Em consequência, a inflação subiu muito, e rapidamente, o que gerou instabilidade e criou o que se chama de “prêmio de risco de inflação”, quer dizer, fez com que as pessoas que estavam investindo tivessem receio da inflação no futuro. Isso é uma coisa mais recente que se soma ao histórico de hiperinflação do passado.

Esta é uma das razões por que a taxa de juros média real está caindo nos últimos anos: o País está ficando mais estável, a parte fiscal está melhorando, a Lei de Responsabilidade Fiscal está sendo aplicada, a relação dívida/PIB está caindo, o regime de metas de inflação foi estabelecido, e o Brasil hoje já tem mais crédito nesse aspecto. Então, esse prêmio está caindo.

Com o devido respeito, alguns Parlamentares dão excessiva ênfase à relação dívida/PIB, o que é muito importante, porque a relação Dívida/PIB é que mede a capacidade de pagamento do setor público de qualquer país. Se a dívida é muito grande quando comparada ao produto, claramente ela será mais difícil de ser paga, claramente as taxas de juros tenderão a ser maiores. O mesmo acontece com uma empresa que está em grande dificuldade: ela normalmente pagará taxas de juros maiores do que uma outra empresa que está bem.

Portanto, o Brasil está indo no caminho certo. As taxas de juros reais vêm caindo paulatinamente e está diminuindo o endividamento do País. Ao mesmo tempo, isso aumenta a resistência do País aos choques internos e externos, com reconstituição de reservas e saldo comercial, o que envolve outro tipo de risco – já falei do risco de inflação e do risco da dívida e estou falando agora do risco externo.

Houve períodos, Deputado, em que o Brasil precisava, a cada ano, ir ao mercado internacional financiar mais de 6% do seu produto. Era o déficit em conta corrente. Para um país como o Brasil financiar 6% do seu produto nos mercados internacionais é muito. Ficávamos sujeitos aos humores dos mercados internacionais, aos chamados fatores de aversão ao risco. Quando o fator de aversão ao risco subia, o Brasil tinha crise, tinha problemas, tinha dificuldades.

Portanto, é muito importante toda essa profunda transformação da economia brasileira. O Brasil hoje tem um superávit comercial elevado e tem saldo em conta corrente, o que significa que não está tendo necessariamente de financiar determinado valor. As necessidades de financiamento caíram em função disso.

O Brasil diminuiu outras vulnerabilidades, como a dívida indexada ao câmbio, um problema terrível. A qualquer receio, saía recurso do País, o dólar subia, a dívida era indexada ao câmbio em grande parte – quase 40% –, subia a dívida como um todo, as pessoas se preocupavam com a dívida, corriam para o dólar, que subia ainda mais. Esse círculo vicioso foi quebrado. Hoje, pouco mais de 4% da dívida doméstica estão indexados ao dólar. Esse fator dá credibilidade do País.

Em resumo, a alta de juros é fruto de uma série de grandes, profundos e complexos fatores.

Tenho visto com otimismo a opinião de alguns analistas, inclusive alguns críticos do Banco Central. E, com satisfação, li artigo de um grande analista, que, com muita clareza, diz que, de fato, pela primeira vez em muitos anos, estamos conseguindo vencer a inflação no Brasil e termina o artigo com uma frase interessante. Diz ele que deveríamos gastar “um minuto para elogiar o Banco Central e o resto do ano para discutir por que os juros são tão altos no Brasil”. Trata-se de boa sugestão, porque a discussão sobre os juros altos não cabe simplesmente ao Banco Central. Por ser uma questão complexa, merece ser discutida por toda a sociedade brasileira.

Pergunta também o Deputado Ricardo Barros se o aumento de empregos se dá pela formalização.

Deputado, não há relação direta entre uma coisa e outra, na medida em que não temos registro do trabalho informal em razão da própria definição da informalidade. Não tenho como afirmar com certeza se o trabalho informal cresceu, se o trabalho formal cresceu e quantos trabalhadores hoje de carteira assinada são provenientes do trabalho informal. Não disponho desses números. O que posso fazer é repetir algo que já mencionei.

Existe uma pesquisa mensal de emprego do IBGE que nos dá uma visão do emprego como um todo nas regiões metropolitanas, formal e informal, e existem os números do CAGED, do Ministério do Trabalho, sobre a evolução do trabalho formal no País inteiro – não se trata de pesquisa, mas de dados reais sobre os registros em carteira assinada. Segundo essas fontes, cresce o emprego formal e cresce o emprego total nas regiões metropolitanas, formal e informal. Isso, portanto, indica que não está ocorrendo mera transferência de emprego informal para emprego formal em função de melhor fiscalização do Ministério do Trabalho.

Dados do IBGE mostram que, nos últimos 12 meses, houve uma elevação de 4,46% no emprego com carteira assinada e de 5,86% nos empregos sem carteira nas regiões metropolitanas.

Como disse, os dados do CAGED são nacionais, são dados efetivos, e os dados do IBGE se referem

apenas às regiões metropolitanas. Mas vemos que, nas regiões metropolitanas, há claramente essa correlação. Tanto que aí o emprego sem carteira cresceu 5,8%, contra um crescimento de 4,46% com carteira assinada. Mas as indicações são de que o emprego como um todo está crescendo.

Quanto a saber se seríamos favoráveis a uma troca das dívidas das concessionárias por uma dívida com custo mais barato, por meio, por exemplo, de empréstimo do BNDES, não sendo o custo desse empréstimo transferido para tarifa e, portanto, permitindo uma tarifa mais baixa, devo dizer, Deputado, que isso se enquadra exatamente no tipo de questão que se está discutindo no exame da LDO. E tenho certeza de que é discussão recorrente no Congresso Nacional a alocação de recursos. Teríamos, claramente, frente à sua proposta, parte dos recursos disponíveis da União transformando-se em subsídio para as concessionárias, pressupondo que elas repassariam o subsídio para o consumidor. É importante mencionar apenas que isso compete diretamente com outras necessidades de recursos da União – saúde, educação, infraestrutura, transporte.

Não me caberia, apesar de me sentir honrado com que os Deputados expressam a respeito do poder do Banco Central – e vou me referir a isso em algum momento –, opinar sobre algo cuja definição é prerrogativa expressa do Congresso Nacional: as prioridades na alocação do recurso público.

A terceira pergunta do Deputado é: por que motivo o Brasil cresce menos do que outros emergentes? Essa é uma pergunta importante, Deputado – como as demais aqui feitas.

Aliás, gostaria de dizer, com toda sinceridade, que este talvez seja um dos momentos mais importantes do ano para o Presidente do Banco Central. Vir a esta Casa para responder às questões feitas pelos Parlamentares é, de fato, muito importante.

Por que alguns emergentes crescem mais do que o Brasil? Vamos tomar como exemplo a China. Ela tem uma taxa de poupança enorme em relação ao seu produto interno. Os números informais – digamos assim, porque às vezes se discute muito as estatísticas da China – mostram uma taxa de poupança e investimento substancialmente superior à brasileira.

Então, o que ocorre? Na China os trabalhadores têm muito menos direitos sociais do que há no Brasil. Além disso, têm muito menos direitos trabalhistas, uma segurança social muito mais frágil do que a brasileira e uma despesa com previdência social também muito mais baixa. Tudo isso se reflete em alta taxa de poupança que gera elevada taxa de investimento no país. Muitos chineses reclamam disso, acham que a China

deveria fazer coisas similares ao que já fez o Brasil, como dar maior segurança para o trabalhador. Na China se trabalha 6 dias por semana. Lá, para muitos trabalhadores, a semana de trabalho é de 72 horas. De fato, o nível de trabalho é muito intenso, e os direitos sociais são muito baixos. Isso leva a elevado nível de poupança.

Eu diria que a questão fundamental é esta: escolha da sociedade. Mas existem diversos outros aspectos. Posso citar a questão populacional – a China controla o fluxo populacional – e os investimentos históricos em educação, como a Índia fez durante muitos anos, além de série de outros fatores. O setor público, por exemplo, em alguns desses países, é muito menor. No Chile, o total de gastos do setor público é de cerca de 17% do produto interno do país, portanto, muito menor do que o brasileiro. Em consequência, sobram mais recursos para investimento.

O que quero dizer é o seguinte: existem diversas questões a discutir, mas o importante é que as taxas de crescimento no Brasil estão aumentando. Crescemos 4,9% no ano passado – a taxa média de crescimento foi muito menor no passado. Para este ano, as previsões de crescimento estão muito acima da taxa média. Prevemos crescimentos superiores nos próximos anos. Esse o primeiro ponto.

Segundo: não se pode esquecer, quando se fala em menor crescimento do Brasil, das crises periódicas decorrentes de todas essas vulnerabilidades que já mencionamos. Isso está sendo equacionado. O Brasil está saindo desse padrão de crises periódicas.

Em resumo, esses são os fatores que fazem com que as taxas de risco venham caindo. Como mencionei, as taxas de juros reais vêm caindo, e tendem a continuar caindo. O importante é seguirmos trabalhando para que as taxas de crescimento no Brasil aumentem muito nos próximos anos.

O Deputado Nazareno Fonteles pede opinião sobre o aumento da composição do Conselho Monetário Nacional. Evidentemente, essa decisão não cabe ao Banco Central.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, faltou falar sobre o déficit zero.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Desculpe, V.Exa. tem razão.

O déficit zero é, de fato, uma proposta que tem diversos componentes, e não vou entrar no mérito de cada um deles. Direi apenas que, como proposta de diminuição do déficit nominal que vise dar maior flexibilidade de gestão ao Governo, ao próprio Congresso Nacional e ao Executivo, ano a ano, com uma desvinculação maior de receitas e despesas, à medida que isso possa gerar queda de novo na relação dívida/PIB

e diminuir o fator de risco, certamente será favorável para a política monetária de médio e longo prazos, será favorável para o País. Medidas que viabilizem, em última análise, a diminuição do endividamento público parecem-me positivas.

Alguns Deputados já mencionaram, com muita clareza, pontos específicos e, portanto, não vou entrar nesse debate. Também não me cabe fazê-lo, porque esse debate será feito pelas duas Casas do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Quero agradecer, Sr. Presidente, e transferir o tempo que me é destinado à réplica ao Deputado Paulo Rubem Santiago, que certamente está mais bem preparado para o debate sobre execução orçamentária.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Modéstia sua, Deputado, suas perguntas foram excelentes, independentemente dos méritos do Deputado Paulo Rubem Santiago.

Respondendo ao Deputado Nazareno Fonteles, volto ao assunto do Conselho Monetário Nacional. Não sou membro do Conselho Monetário Nacional, portanto, não me compete dizer se o Conselho deve ou não ser aumentado. Essa decisão extrapola as competências do Banco Central.

Existem vantagens e desvantagens. Uma grande ampliação do Conselho, com a inserção de representantes de diversos segmentos da sociedade precisa ser analisada com relativo cuidado, porque, em última análise, quem representa a sociedade é o Congresso Nacional. Ele, sim, faz o julgamento do Governo como um todo.

Tentar replicar a representação da sociedade no Conselho Monetário Nacional é algo sem precedente na democracia, inclusive porque há desafios importantes. Quem será representado? A indústria? O comércio? Os trabalhadores? De que setor é representado por que federação? E os serviços? E os militares? E os funcionários públicos? É muito complicado.

Não estou opinando, mas apenas levantando pontos cujo debate é muito importante. Sou mero membro votante – os Presidentes do Banco Central o são –, e estarei, obviamente, preparado para participar ou não de qualquer órgão, segundo a determinação do Executivo. Mas é evidente que os membros do Conselho são apontados pelo Presidente da República, que, em última análise, é eleito pelo povo brasileiro. Menciono esse aspecto, mas não vou me estender muito sobre algo que não é da minha esfera de decisão.

Agora a pergunta: por que não há metas de crédito, metas de *spread* bancário, metas de emprego, metas de redução de desemprego etc.?

Devo dizer, Srs. Parlamentares, que fico muito honrado com essa visão que se tem do poder do Banco Central, do poder que temos de controlar todos os diversos setores da economia. Infelizmente, devo-lhes dar uma má notícia: não temos esse poder todo. Esse poder é mais percebido do que real. Não controlamos, por exemplo, a criação de empregos, não controlamos o crédito concedido por instituições oficiais e privadas. Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e demais bancos públicos e privados concedem créditos ao seu melhor julgamento.

Uma série de fatores levam ao aumento do crédito. A estabilidade da economia, por exemplo. O trabalhador hoje sente mais confiança em tomar dinheiro emprestado.

Um dos senhores mencionou, até com preocupação, o fato de que o crédito para aposentados está aumentando muito, que as famílias estão insistindo com os aposentados para tomarem empréstimo. É importante que o Banco Central não se arrogue o papel de impor aumentos de crédito à população, primeiro porque não tem esse poder e, segundo, porque seria antidemocrático, autoritário. O aumento do crédito depende da disposição dos cidadãos e cidadãs de se endividarem, de quererem tomar empréstimo ou não, da decisão das empresas de quererem tomar empréstimo ou não e da decisão dos bancos de emprestarem ou não. Os maiores bancos do País são oficiais, e eles decidem, baseados no seu melhor critério de julgamento, pelo interesse público.

O caminho para o crescimento do emprego e para o crescimento do crédito são medidas que estão sendo tomadas na perseguição das metas de inflação, de disciplina fiscal, de estabilidade da economia, etc.

O mesmo digo em relação à meta de emprego. O Banco Central não tem poder para criar emprego, mas, certamente, tem grande satisfação em ressaltar que o emprego no Brasil está crescendo a taxas sem precedentes. E isso é resultado da política econômica, independentemente de o trabalho do Banco Central ter influenciado pouco ou muito nesse aspecto.

A última pergunta do Deputado Nazareno Fonteles se refere ao grande poder dado ao Presidente do Banco Central. Questiona o Deputado como se pode diminuir esse poder.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que fico muito honrado, muito enaltecido pelo fato de o Deputado julgar que tenho tanto poder assim. Na realidade, não tenho. Limito-me a fixar algumas variáveis básicas, como metas de taxa de juros, SELIC, taxa base.

Como já mencionei, sequer temos tanta liberdade assim. Em alguns momentos, não só no Brasil como em outros países, quando o Banco Central tentou to-

mar medidas tecnicamente inadequadas, o resultado foi muito negativo. Estamos sujeitos a rígida disciplina: as metas de inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional. Na realidade, temos obrigações muito claras, e todas as vezes que o Banco Central não cumpre a meta o seu Presidente tem de escrever – como fiz no início de 2003, explicando 2002 – uma carta ao Ministro da Fazenda explicando por que não cumpriu as metas de inflação. Isso mostra com muita clareza as limitações de poder do Banco Central.

Evidentemente, se compararmos o Banco Central do Brasil com bancos centrais de outros países, eu diria até que o nosso tem muito menos poder do que os de outros países, principalmente porque a maioria deles hoje são independentes juridicamente. Por exemplo, os diretores do Banco Central do Chile e os membros do Conselho de Política Monetária têm mandatos de 10 anos, e só são demissíveis por fatores muito específicos. Nos Estados Unidos, o mandato é ainda mais longo. Na Itália, o Presidente do Banco Central tem cargo vitalício. Não estou propondo que seja vitalício no Brasil, absolutamente. E, independentemente de eu não querer, acho que não deveria.

O fato é que o Banco Central do Brasil não tem tanto poder assim. Estamos sujeitos à disciplina da sociedade, às metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional, e todos os cargos ficam absolutamente à disposição do Sr. Presidente da República. Todos são demissíveis *ad nutum*.

Passo agora às perguntas do Deputado Paulo Rubem Santiago. Primeiro, a relação dívida/PIB. Indaga o Deputado se em vez de nos concentrarmos no numerador não deveríamos nos concentrar no denominador, aumentando mais o produto, por exemplo, aumentando mais o crédito.

Falando novamente na questão das metas de crédito, por que não dar mais ênfase ao crescimento? Vai na mesma direção.

Em última análise, Deputado, o objetivo de qualquer política econômica é o maior crescimento econômico. O que se discute não é se devemos crescer ou não, se temos ou não o objetivo de crescer. É claro que temos o objetivo de crescer. Qualquer política econômica, particularmente a brasileira, tem o objetivo de crescer o máximo possível. O que se discute é como crescer, o que fazer para crescer.

Uma das conclusões a que chegamos, após análise de experiências, é a de que a diminuição do endividamento público – esse, sim, um fator fundamental – e a inversão da trajetória de crescimento do endividamento público, que existiu no Brasil durante muito tempo, levam à diminuição das taxas de risco, o que leva, a médio prazo, à diminuição das taxas de

juros – está acontecendo no Brasil, como disse, a longo prazo – e gera maior disponibilidade de recursos para investimento pelo setor privado, além de maior estabilidade da economia e maior capacidade de financiamento do setor público.

O que existe é uma conclusão empírica, não só a partir da realidade brasileira, mas de diversos países, de que a diminuição do endividamento público favorece o crescimento do País, ao contrário do que se pensou durante muitos anos.

Não existe essa decisão de esquecer um pouco a dívida pública e apenas concentrar em crescer um pouco mais. Não. Estamos nos concentrando em crescer, mas, para crescer, temos de diminuir o endividamento público, diminuir o fator de risco e, com isso, diminuir, a longo prazo, a taxa de juros, ter mais recursos disponíveis para investimento no setor privado. Portanto, ter mais recursos disponíveis para o crescimento.

Em função disso, podemos ter também outras discussões. Por exemplo, a relativa à pergunta seguinte de V.Exa: por que não estipular um limite para a taxa de juros? Por uma razão muito simples, Deputado. A inflação já foi combatida de diversas maneiras no mundo. No Brasil já fizemos tablita, congelamento, enfim, inúmeras coisas para combater a inflação. Infelizmente, fracassamos muito. Tivemos também o controle da taxa de câmbio, que gerou problema mais na frente. Muitos países tentaram isso. Muitos tentaram, durante muito tempo, com relativo sucesso, o controle dos agregados monetários, meta de agregado monetário. Não vou entrar nessas tecnicidades, mas o fato concreto é que isso foi superado pela evolução da economia. E a experiência mostra que a taxa de juros é o instrumento de política monetária mais eficaz para o controle de inflação. E o sistema de metas de inflação é o mais eficaz para coordenar as expectativas da sociedade, aplicando-se o instrumento de política monetária para maior controle da inflação.

Portanto, o risco de se estabelecer limite constitucional, legal, jurídico ou pelo Conselho Monetário para taxa de juros daria uma sinalização de que o Banco Central não tem todas as condições de combater a inflação. Isso poderia levar a inflação a subir, o que seria negativo para o País, e poderíamos perder o controle da inflação.

Portanto, é muito importante deixar claro que queremos a menor taxa de juros possível. Todos queremos que isso aconteça com o correr do tempo, mas temos de tomar as medidas necessárias. Para tanto é necessário que a inflação, durante vários anos, esteja de acordo com as metas a fim de que todos confiem na economia do País, na política monetária e no Banco Central, como acontece em outros países.

Agora as perguntas do Deputado Ronaldo Dimas. A primeira, relativa à taxa de crescimento menor do que os emergentes, já respondi. A questão da alta taxa de juros também já foi respondida. A última pergunta do Deputado é, considerando-se a homenagem e o prestígio que me passam os meus colegas de Goiás, se eu serei candidato a Governador de Goiás no ano que vem. A minha resposta é não.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – O PSDB lá já estava satisfeito, Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, apelo para V.Exa. no sentido de que me deixe fazer uma brevíssima réplica em relação à resposta do Dr. Henrique Meirelles.

Observei, Dr. Henrique Meirelles, que V.Exa. recorreu várias vezes às mesmas expressões. Todos nós, por vício ou por dever de ofício, contentamo-nos, às vezes, em responder dessa forma. V.Exa. foi muito hábil ao responder algumas questões – não lhe estou faltando com a gentileza, nem sendo agressivo –, mas, se eu lhe devolver as mesmas expressões, faltará resposta.

Perguntei por que não há ênfase em reduzir a relação dívida/PIB com foco centrado no crescimento do PIB, V.Exa. respondeu que não há discordância quanto a isso, que o problema está em como promover esse crescimento. E V.Exa. insistiu que é preciso reduzir a dívida, mas não disse como. Há contradição nisso.

Disse V.Exa. ainda que todos queremos o menor juro. Não é verdade. Não digo que V.Exa. ou o Banco Central não queiram, mas que nem toda a sociedade quer. Afinal, há uma parcela que ganha com isso – essa é a regra da macroeconomia –, porque financia o déficit público. Uma parcela da sociedade não quer o menor juro, como se vê, de uma forma ou de outra, em notícias de jornal.

Ainda ontem li notícia da **Agência Estado** que começava dizendo: “Analistas do mercado estão preocupados com a proposta do Relator”. Nunca pensei que o Deputado tivesse tanto poder. Quem são os analistas do mercado? Eles não têm cara, não têm nome, não têm CPF, não têm e-mail. Essa é uma forma cínica de alterar a formação da opinião pública e de manipular informações.

Não é, portanto, verdade que todos queremos juros baixos. Pequena parcela da atividade econômica privada quer maiores taxas de juros, porque isso lhes permitirá maior rentabilidade em seus investimentos.

V.Exa. disse mais, que a questão dos juros não pode ser tratada mediante parâmetros ou limites. Temos a Agência Nacional de Telecomunicações que estabelece, de acordo com os contratos, o reajuste das tarifas de telecomunicações. Temos a Agência Na-

cional de Energia que estabelece, de acordo com os contratos e o marco regulatório, o reajuste das tarifas. Temos a Agência Nacional de Saúde e outras tantas Agências que estabelecem reajustes. Por que não há um mecanismo de estabelecimento do preço do crédito no Brasil? É o único setor da atividade econômica que não tem eira nem beira, não tem, de parte do Estado nem de parte da sociedade, parâmetro algum.

Por que essa desigualdade no setor econômico, na esfera financeira que vende crédito? Não é pecado, não é crime; é legítimo, é democrático e necessário, mas não há parâmetro. Por que não, se há para todos outros segmentos? Alguns têm até algumas benfeitorias. Se os contratos de energia tivessem outros indicadores, a tarifa do setor energético seria muito menor no Brasil.

Então, devolvo-lhe a pergunta. Diz V.Exa. que é preciso reduzir a dívida. Mas por que o mecanismo de redução da dívida não interfere nos fatores que fazem com que a dívida cresça?

Insistimos nessa lógica de que a taxa de juro é o instrumento mais eficaz para promover a redução da inflação – e há nisso componente real, verdadeiro –, mas ela não incide sobre preços administrados, não incide sobre preços agrícolas sazonalizados, não incide sobre preços tributados, como o preço dos combustíveis, cuja metade é representada pela CIDE e pelos impostos. Juro não incide sobre isso. Combustível é insumo. Energia é insumo.

Não é totalmente verdadeiro, do ponto de vista da eficácia, que a taxa de juros é o remédio ideal, até porque tem brutal efeito colateral na dívida e, segundo V.Exa. disse, todos a queremos reduzir.

Sinto alergia quando, em debate econômico, ouço dizer que somos populistas, que queremos a volta da inflação. Não é verdade. Ninguém no País quer isso, até porque, quem ganhava antes com a inflação elevada, continua ganhando hoje com o financiamento da dívida pública. A grande maioria continua nadando de braçada.

Concluo, Sr. Presidente, pedindo ao Presidente do Banco Central que destrinche um pouco mais essa afirmação, que a passe por Raios X para vermos além da parte externa, para vermos a musculatura, o sistema venoso, a ossada, enfim, os órgãos desse sistema de redução da dívida. Tem de haver equilíbrio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Antes de passar a palavra ao Presidente Henrique Meirelles, quero dizer que estamos aqui há 3 horas exatamente, e ainda há vários oradores inscritos, mais precisamente 7.

Peço, então, aos Srs. Parlamentares que sejam econômicos em suas considerações, o que também peço ao Presidente do Banco Central, uma vez que a maior parte dos assuntos já está bastante esclarecida.

Como se sabe, Economia não é uma ciência exata e, portanto, suas questões podem ser discutidas infinitamente, por dias e dias. Os economistas se baseiam num axioma de estatística que diz: “o que é constante no passado é provável no futuro” – e, na realidade, não é assim.

Por tudo isso, peço também ao Presidente Meirelles que seja econômico nas suas respostas.

Com a palavra S.Exa.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Atendendo à determinação do Sr. Presidente desta Comissão, serei extremamente curto na resposta.

Em relação à redução da dívida, portanto, Deputado, o meio mais eficaz é por intermédio de superávits primários consistentes e persistentes no tempo. Tentativas anteriores de primeiro fazer crescer geraram deterioração nos índices e acabaram surtindo efeitos contrários. Foi o que aconteceu na década de 50, quando o Brasil tentou expandir a base monetária – meu avô chamava de tocar a viola à emissão de moedas. O Brasil expandiu a base monetária esperando que fosse crescer e compensar, mas, na realidade, só obteve inflação.

Não vou entrar em detalhes sobre como o superávit primário pode se conseguir, até porque essa é uma definição do Executivo e de V.Exas. – o Banco Central não tem ingerência nesse aspecto.

V.Exa. observa com muita clareza que juros não são o remédio ideal e têm brutais efeitos colaterais. Concorro. Esclareço que não disse serem o remédio ideal, apenas o mais eficaz para se combater a inflação, segundo a experiência dos diversos bancos centrais nos últimos anos, inclusive do Brasil. Outros remédios tentados, como correção, congelamento, tablita, controle da taxa de câmbio ou de agregados monetários etc. foram muito piores.

Em resumo, é o remédio mais eficaz e – de novo –, sendo aplicado consistentemente, com a inflação convergindo para as metas de forma consistente em vários anos e com a disciplina fiscal etc., etc., etc. – novamente não me estenderei atendendo à determinação do Sr. Presidente –, faz com que as taxas de juros reais e as taxas de prêmio de risco tendam a cair ao longo do tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente Henrique Meirelles, sei que é um incômodo para V.Exa. vir a esta Casa, pois acaba recebendo críticas sinceras à esquerda e críticas oportunistas à direita, e evidentemente não consegue contemplar todos os companheiros.

Faço um elogio: apóio a linha adotada pelo Banco Central. Embora não seja economista, entendo que uma das razões que levou o País a atual situação foi o endividamento causado por políticas populistas ao longo de algumas décadas. É óbvio que não há mágicas na economia, mas renúncias e opções a serem feitas, e muitas vezes, para superar as dificuldades, opções duras. Não há facilidades. A riqueza não aparece do nada, ela tem de ser construída e tem de ser dividida.

Experiências do passado eu vivi. Fui sindicalista e fiz várias greves contra Plano Real, Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Collor, tentando recuperar a perda salarial dos trabalhadores, e vi que era coisa de momento: depois que passava aquela fase, estava novamente nas ruas. E acabei aprendendo que não se faz populismo com o Erário, não se faz populismo com política estruturante – depois de implementada, tem-se de dar tempo para ela se consolidar. Defendo isso com tranquilidade, mesmo que haja divergência na nossa bancada.

Sr. Presidente, sabemos que a taxa de juros é influenciada pela meta de inflação e que, muitas vezes, temos inflação de demanda, provocada por preços administrados – preços de contrato, tarifas de telefone e de energia elétrica, que muitas vezes as Agências Reguladoras são obrigadas a conceder, ou outros preços administrados, como é o caso do petróleo –, em cujo controle a taxa de juros não teria muita eficácia.

Pergunto: é adequada aquela proposta de retirar do núcleo da inflação esses preços administrados, para que se possa tão-somente aquilatar a inflação de demanda, sensível à taxa de juros? Pronunciar-se sobre isso não é competência do Banco Central, mas do Conselho Monetário Nacional. Portanto, pergunto se V.Exa., na qualidade de membro votante do Conselho, tomaria essa atitude.

E qual seria a condição do País hoje se as ações do Banco Central, as decisões de política macroeconômica do Governo tivessem sido tomadas em 1994? Se em 1994, em vez do Plano Real, tomássemos essa atitude, qual seria o cenário macroeconômico do País?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Fernando de Fabinho.

O SR. DEPUTADO FERNANDO DE FABINHO – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero registrar minha

alegria e satisfação em poder participar desta brilhante explanação a respeito da situação econômica do País. Acho que quem tem uma base aliada como esta, que não está satisfeita com a situação econômica do País —e muitos dos seus membros já tiveram oportunidade de falar isso –, tem muito pouco a fazer.

Desejo fazer breves comentários, porque a sessão plenária está começando agora. Em abril, o CAGED deu a seguinte informação: 1 milhão, 250 mil novos contratos em carteira assinada; 250 mil demissões entre os que ganham acima de 2 salários mínimos, 400 mil novas contratações entre os que recebem menos de 2 salários mínimos. Com isso, sentimos que a folha de pagamento diminuiu.

Afirmou V.Exa. que a taxa real de juros vem caindo. De setembro de 2004 a junho de 2005, saímos de uma Taxa SELIC de 16,25% para 19,75%. De um IPCA esperado de 6,18%, chegamos em junho a 4,96%; de uma taxa real de 9,48% em setembro de 2004, chegamos em junho de 2005 com cerca de 14,9%. Mas vou pular esses outros pontos, V.Exa. já teve oportunidade de explicar a questão dos juros.

Afirmou também que não havia uma corrida para o dólar. O investidor internacional que aplicou recursos em títulos públicos brasileiros, desde o início de setembro de 2004, auferiu retorno de 41% em dólares, no período 10 meses, em decorrência da taxa de juros e da valorização cambial. Essa taxa corresponde a um retorno mensal de 3,5% em dólares, o que pode ser comparado com uma taxa anual de 3,1% nos Estados Unidos.

Esse extraordinário ônus financeiro pago pela economia brasileira é resultado de um regime de câmbio flutuante e da política monetária restritiva. Não vamos criticar uma nem outra. Mas faço a seguinte pergunta: o que deveria ter sido feito para que o País não tivesse pago ônus tão elevado? Seria um resultado primário mais elevado? Se a resposta for “sim”, V.Exa. discorda da política fiscal do Ministro Palocci. Se a resposta for “não”, V.Exa. não vê problema de o País pagar um ônus para sustentar a política de gastos do Governo.

Estou tecendo comentário antecipado porque não terei o prazer de ouvir a explicação de V.Exa.

Agradeço a oportunidade e peço desculpas por ter de me retirar, mas, como disse, está se iniciando a sessão em que será votada medida provisória e, na qualidade de Líder, tenho de estar presente ao plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Sr. Presidente, Sr. Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Um momento, Deputado, é a vez do Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Não, o Deputado Luiz Carlos Hauly foi embora. A Oposição foi embora, disse estar sem argumentos. O último representante da Oposição elogiou o Banco Central e foi embora. *(Risos.)*

Sr. Presidente, fico feliz por ver que uma das coisas que o Governo Lula tem mudado no Brasil é o fato de se chegar a um local qualquer e ver as pessoas falando de Taxa SELIC – “Você viu? Aumentou de novo! Esse Banco Central é inflexível, aumentou de novo a Taxa SELIC!” Acho muito bom isso. De certa forma, estamos angustiados por ver a Oposição, de qualquer jeito, tentar tecer críticas, algumas justas, outras não, mas estamos conseguindo, pelo menos, popularizar essas questões.

É claro que, se fizermos um levantamento nesta sala, verificaremos que a maioria das pessoas não sabe o que significa SELIC. Mas já entenderam: “Ôpa, essa taxa é básica, é ela que remunera os títulos e tal”. Assim, estamos conseguindo implementar outra discussão, isto é, separar esse tema da taxa diária que incide no cheque especial do pobre mortal, que sempre está arrebitado e que nunca sai do negativo. Quando vemos aqueles dados, além da CPMF, dá-nos até um arrepio.

Participei do grupo que discutiu durante um ano e meio a Lei de Falências e lembro que, quando iniciamos o Governo, a média de *spread* bancário estava na faixa dos 150% ao ano, hoje parece estar entre 140%, 146%, conforme a última informação. Os bancos alegavam que o problema estava na nossa Lei de Falências. Inclusive, na Comissão de Finanças, tivemos um grupo de trabalho que analisou durante mais de um ano os motivos do *spread*. Ficava impressionado com aquilo. Os bancos alegavam – e diversos de seus representantes estiveram aqui – que o principal motivo do *spread* era a Lei de Falências, que era muito antiga, arcaica, não dava segurança etc.

Como essa lei foi sancionada recentemente e está vigorando há uns 2 meses, gostaria de saber se o Banco Central já tem algum estudo em relação à redução do *spread*, algum mecanismo para baixá-lo, ou esse é um argumento fraco que, como sempre, os bancos acabam utilizando para ter mais lucros do que já têm?

Não sei quem é o atual representante ou coordenador das cooperativas de crédito no Banco Central. O Presidente Lula, há alguns meses, com sua simplicidade, disse que temos de começar a brigar com os bancos para que realmente reduzam as taxas. É óbvio

que, quando os bancos oficiais começam a reduzir as taxas, mesmo a contragosto, diversos bancos privados fazem o mesmo.

Não tenho dúvida de que uma das principais ferramentas é o crédito consignado. A Oposição pensa que os genros e noras estão obrigando seus sogros e sogras a emprestar dinheiro para comprar carro e pagar cartão, o que está trazendo outro tipo de endividamento. Esse é o argumento da Oposição, que até pode ter certa lógica.

O Banco Central, ou o Governo, não sei, resolveu fazer o levantamento das graves denúncias sobre as arapucas de algumas entidades que se denominam bancos. Segundo as denúncias, esses bancos estavam prometendo uma coisa e vendendo outra. Apresentadoras diziam na televisão: “Olha, vem aposentado”, mas, depois, além de emprestar dinheiro, queriam vender outros produtos.

Sr. Presidente, o que aconteceu neste último período em relação especificamente às cooperativas de crédito? Não preciso dessa resposta hoje, mas gostaria de tê-la daqui no máximo duas semanas. Quantas cooperativas de crédito foram instaladas e quantas estão ainda sendo analisadas no Conselho? Qual o principal óbice? São os sindicatos, as corporações? Há alguma legislação que dê mais segurança ao Banco Central a esse respeito?

Além disso, quero confirmar algo que realmente nos angustia. É óbvio que esse aumento da taxa básica trouxe problemas, conforme disse o Deputado que me antecedeu. Claro que os que ganham sempre, não sei quantos mil, mas provavelmente aqueles que freqüentam as lojas Daslu, ganham muito com a taxa alta. Ganham. O Deputado tem razão: há quem queira que os juros sejam o dobro do que são. O que esses que colocam notas editoriais nos jornais podem esperar, até o final do ano, a permanecer do jeito que está a economia, sem que haja nenhuma grande crise internacional? É possível claramente, dada essa conjuntura, que haja redução da taxa básica até o final do ano?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Assis Miguel.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Sr. Presidente, serei breve. Cumprimento V.Exa., Senador Gilberto Mestrinho, e o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Também não sou economista, mas todos temos de ter algumas noções básicas de economia.

Fui dirigente de cooperativa de crédito por algum tempo. Portanto, entendo um pouco do assunto, e conheço bastante o Dr. Sérgio Darcy, diretor da área no Banco Central.

Reforçando importante ponto levantado pelo Deputado Carlito Merss, creio que o debate sobre **spread** bancário realmente tem muito a ver com nosso sistema financeiro e bancário: sua pouca capilaridade e a concentração dos sistemas dos bancos nos últimos anos. Também vejo não como único caminho, mas um dos caminhos para resolvermos parte dos problemas deste nosso Brasil continental, que possui enormes diferenças regionais, o cooperativismo de crédito de base comunitária, como aconteceu na Europa há 100 anos. Nosso País precisa investir muito nisso. E o Presidente Lula tem a clareza, o entusiasmo, a vontade de fazer esse projeto caminhar. E V.Exa. conhece bem isso.

Nesse sentido, temos algumas inquietações em relação ao desempenho do cooperativismo de crédito, não por responsabilidade do Banco Central, mas talvez por deficiência estrutural da instituição. O art. 192, alterado por esta Casa por meio de uma PEC, foi desmantelado em favor de uma regulamentação do cooperativismo de crédito, mas até agora não fizemos movimento nesse sentido.

Por iniciativa própria, apresentei projeto de lei específica para o cooperativismo de crédito. Essa proposta está tramitando atualmente na Câmara dos Deputados, apensada a outro projeto. Qual a preocupação do Banco Central e do Governo nesse sentido? Ao longo dos mais de 10 anos em que acompanho essa questão, tenho sentido que essa tarefa é difícil, por mais vontade que tenha e esforço que faça o Banco Central. Parece que fica um pouco no acelerador e um pouco no freio, porque há realmente preocupação quando se trata do crescimento do cooperativismo de crédito quanto à sustentabilidade, à solidez e à segurança.

A minha proposta com esse projeto de lei era, em princípio, retirar do Banco Central a responsabilidade de autorizar e fiscalizar o surgimento das cooperativas de crédito. Depois caminhamos para uma outra idéia: criar no Banco Central uma diretoria específica para essa área. Foi isso que ficou no projeto que aqui apresentei. Então, queria saber qual a discussão travada no Banco Central sobre o assunto?

Além disso, há mais dois pontos que considero importante frisar. O primeiro é relativo ao BNDES. O BNDES precisa flexibilizar mais o investimento público. Não sei o quanto o Presidente do Banco Central pode influir sobre isso, sei que responsabilidade direta não tem. Segundo, a forma como o BNDES trata as cooperativas de crédito. O banco poderia ser uma espécie de segundo piso para as cooperativas, mas não há internamente no BNDES uma estrutura preparada.

Por último, abordo a questão dos empregos. Mesmo que haja crescimento do número de trabalhadores que passaram do emprego informal para o formal com

a assinatura de suas carteiras, a pergunta é: por que eles eram informais? Por hipótese, se 500 mil desses empregos saíram da informalidade para formalidade, quais fatores levaram a isso? Considero esse dado extremamente positivo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO – Sr. Presidente, inicialmente, cumprimento o Presidente do Banco Central por tudo o que disse até agora e, em particular, manifesto minha satisfação de ter à frente do Banco Central um conterrâneo da população goiana.

Dr. Henrique, percebi em todas as demonstrações apresentadas por V.Exa., que do ponto de vista macroeconômico os dados são satisfatórios, seja em relação ao crescimento do nosso produto interno bruto seja em relação à queda do processo inflacionário nos últimos anos. Há a flutuação do câmbio, mas, apesar da perda de reserva, há a melhoria da *performance* em relação à dívida total. O saldo da balança não se dá apenas pelo crescimento da exportação, ou seja, estamos exportando mais, com apenas 2% de diferença, de 32% para 30%, entre aquilo que exportamos e o que importamos. Além do mais, cresceram os investimentos estrangeiros e há saldo entre perda e geração de novos empregos, com curva crescente em relação à massa salarial.

Infelizmente a taxa de juros ainda não é a ideal, mas não tenho dúvidas de que com todas essas curvas positivas, crescentes ou decrescentes, num futuro próximo, caso não haja pirotecnia ou alguma medida do Governo, teremos a taxa de juros que a sociedade merece.

Ontem, na Comissão de Desenvolvimento Urbano, da qual sou integrante, vi a apresentação da demanda de investimentos na área de saneamento, algo em torno de 100 bilhões. Devido à capacidade de execução, não temos como investir mais de 8 ou 10 bilhões. Além disso, há a questão das estradas e das ferrovias e a apresentação dos objetivos do milênio, hoje a grande referência para o índice de desenvolvimento humano não só no Brasil, mas em todos os países do mundo.

Objetivamente, devemos reconhecer a competência e a dedicação do Banco Central e da área econômica do Governo, grande sustentáculo neste momento de dificuldades por que passamos. Por outro lado, o volume de investimentos nos dá clareza de que a presença do setor público na área macroeconômica é pequena. Ou seja, todos esses dados são positivos, apesar do volume de investimento em todas as áreas

sociais estar bem aquém do que necessita a sociedade brasileira.

Os dados me tranqüilizam. E quando vejo o Banco Central ser presidido pelo Deputado Federal mais votado do meu Estado e conterrâneos do Deputado Carlito Merss falarem sobre Taxa SELIC, tenho a certeza de que estamos fazendo com que a atividade política e a participação da sociedade fiquem num eixo que não represente risco.

Faço a minha pergunta, Sr. Presidente, levando em conta justamente a sensibilidade política adquirida por V.Exa. no processo político-eleitoral, consolidada agora ao dirigir uma instituição financeira no setor público. Qual a mensagem de V.Exa.? V.Exa. disse que o Banco Central tem a função de dar sustentação à possibilidade de reversão de todos esses quadros que temos. Não tenho dúvida de que o remédio é fundamental, porque outras cirurgias feitas de forma brilhante no passado trouxeram as conseqüências que conhecemos.

Talvez V.Exa. possa se desnudar do papel de Presidente do Banco Central e de analista econômico e conhecedor das demandas sociais para nos dizer qual será o momento em que o Brasil sofrerá esse *upgrade*, no sentido de mostrar ao mundo não só esses dados macroeconômicos, mas também aquilo que é referência para o mundo hoje. Como e quando vamos iniciar a inserção do Brasil na área social de forma positiva atendendo aos objetivos do milênio?

Parabenizo mais uma vez V.Exa. por sua atuação à frente do Banco Central. Pessoalmente, tenho o maior respeito e admiração por V.Exa. E espero que as afirmações aqui feitas por V.Exa. sejam todas verdadeiras. Talvez uma ou duas não sejam tão concretas quanto as outras, nenhuma, entretanto, pode ser contestada do ponto de vista econômico, mas da sua influência no desenvolvimento de Goiás e do Brasil.

Muito obrigado a V.Exa. e a todos os Parlamentares pela presença nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Sr. Presidente Henrique Meirelles, um telespectador fez uma pergunta. Não se trata de matéria da competência do Banco Central, embora seja ligada a matéria bancária.

V.Exa. não é obrigado a respondê-la, mas poderá comentá-la se quiser.

Pergunta Walter César, de Brasília:

“Se os bancos prestam serviços, por que as agências não recolhem junto às Prefeituras imposto sobre serviços, já que esses serviços são o lucro dos bancos?”

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Em primeiro lugar, vou responder a pergunta do Deputado Haully sobre a razão de não se adotar o modelo de núcleo por exclusão. Temos no Brasil uma medida de inflação: exclusão dos preços administrados e dos alimentos no domicílio. A maior parte dos países usam a taxa de inflação cheia ou a taxa de inflação equivalente ao nosso IPCA. Poucos países usam alguma medida de núcleo. Mas é importante mencionar que a meta já leva em consideração que parcela dos preços é administrada. Na fixação da meta já se leva esse aspecto em consideração. Não é algo que se descobre durante o ano. No momento em que o Conselho Monetário Nacional se reúne para fixar a meta, já se sabe que uma parte dos preços é administrada, e já se leva isso em consideração na fixação da meta.

Há outro aspecto importante a ser mencionado: em 2004, o núcleo por exclusão, que retira preços administrados e produtos destinados à alimentação, fechou acima do IPCA de 2004, o chamado IPCA pleno, que estava chamando de núcleo cheio.

Experiência de outros bancos centrais mostram que a inflação cheia, portanto o IPCA pleno, coordena melhor as expectativas. Mesmo entre os bancos centrais que começaram com núcleos, muitos mudaram para o índice cheio. Isso é: na medida em que o índice de inflação cheio é aquele mais percebido pela população e pelos agentes de maneira geral, então a medida da inflação pelo índice IPCA pleno tende a gerar experiência de melhor coordenação de expectativas.

Isso não quer dizer que não se use o núcleo por exclusão ou não se use outras medidas de núcleo. Elas podem perfeitamente ser usadas. E isso faz parte do debate. Estou apenas dizendo que essas são as razões pelas quais se usa o IPCA pleno no Brasil e na maioria dos países.

Em função desse fato, é importante dizer que, se olharmos os resultados que mostramos até aqui, o regime de metas de inflação no Brasil tem sido uma experiência bem-sucedida.

Passo à segunda pergunta formulada pelo Deputado Haully: qual seria a situação se medidas desse tipo tivessem sido tomadas desde 1994. É sempre difícil dizer o que teria acontecido. É difícil fazer uma análise macroeconômica. Não tenho dúvida de que, por exemplo, se tivéssemos superávit primário há mais tempo, se tivéssemos mantido, por diversas razões, uma relação dívida/PIB mais baixa, se tivéssemos um regime de metas de inflação há mais tempo, possivelmente a situação no Brasil poderia estar um pouco melhor.

Mas, de qualquer maneira, é bom considerar que a política macroeconômica está melhorando. Por exemplo, o regime de meta de inflação só foi implan-

tado em 1990 pela Nova Zelândia. Já se pensava nisso antes, mas muitos países só a adotaram muito tempo depois.

Responder à hipótese levantada por V.Exa. seria o mesmo que responder sobre o que teria acontecido se na década de 60 os Estados Unidos já tivessem essa visão de inflação de hoje, ou, melhor ainda, sobre como seria se, no final da década de 20, o FED americano já tivesse conhecimento de que não deveria, no momento de um estouro da bolsa, contrair a base monetária. Teria sido muito melhor, sem dúvida, mas evidentemente isso faz parte da aprendizagem do País e do progresso da ciência econômica.

O Deputado Fernando de Fabinho faz perguntas na mesma linha, ou seja, o que deveria ter sido feito a esse respeito. A melhor resposta é dizer que estamos fazendo aquilo que acreditamos que deve ser feito, que deveria ter sido feito e que deverá continuar a ser feito. Evidentemente, a ciência econômica progredindo, quem sabe, daqui a 10 anos, concluíamos que existem sistemas ainda mais avançados para lidar com todos esses aspectos, não só na economia mas na ciência.

Passemos às perguntas do Deputado Carlito Merss. A Lei de Falências vai fazer baixar o **spread**? Nossa expectativa é que sim. Explico o porquê. A experiência do crédito consignado nos mostra que essa modalidade de crédito permite algumas coisas interessantes. Primeiro, melhor garantia; segundo, melhor previsibilidade de pagamento; terceiro, e muito importante, maior transparência, na medida em que há participação não só dos funcionários mas também dos representantes das centrais, dos bancos, da empresa. Esse é um debate público. Então, existe maior competição; e, na medida em que há maior competição e maior garantia, os *spreads* caem.

Existe algo semelhante no arrendamento mercantil, cujo nome técnico é **leasing**, no Brasil. Nele as taxas são mais baixas do que taxas normais de financiamento, e novamente por uma questão de garantia e outras similares.

Portanto, nossa expectativa é de que a nova Lei de Falências permita uma queda consistente no **spread** para pessoa jurídica. Estou falando como analista. Ou seja, essa é uma expectativa, e não quer dizer que o Banco Central está afirmando que isso vai acontecer.

Em relação às cooperativas de crédito, Deputado, agradeço a generosidade de V.Exa. ao dizer que poderemos trazer esse número, na próxima semana. Nossa equipe, que está presente, está levando muito a sério tudo isso. Como já foi observado, fez questão de mostrar serviço e reagir rapidamente. Aprovamos nessa administração, a partir de janeiro de 2003, 144

cooperativas. Existem, hoje, 203 pedidos em análise. O total de ativos das cooperativas no Brasil é de 21 bilhões de reais, e as operações de crédito são 8,9 bilhões de reais.

Damos a maior importância às cooperativas no Brasil. Temos de fato dedicado-lhes enorme esforço. E, antecipando-nos a uma sugestão, embora não tenhamos chegado ainda à criação de uma diretoria, podemos dizer que estamos promovendo algumas modificações estruturais, como, por exemplo, a criação de uma área especializada em cooperativa, na área de fiscalização.

Qual é o principal óbice ao crescimento? Eu diria ser uma questão de esclarecimento, de capacitação técnica. Celebramos um convênio com o SEBRAE e o Banco Central para a criação de um sistema de treinamento de cooperativas. O grande óbice é que o sistema, futuramente, não leve a problemas como perda de crédito, prejuízo para os cooperados, etc. Esse é de fato um trabalho duro, realizado no dia-a-dia.

Gostaríamos muito de manter esse diálogo e, eventualmente, nos reunir para tratar especificamente desse assunto, usando a experiência dos senhores. Realmente é algo que também interessa ao Banco Central. Disse, em outras oportunidades, que é muito importante a descentralização do crédito no Brasil e que cooperativa é muito importante para que isso aconteça.

Passemos à última pergunta.

Em última análise, como vai se dar a evolução da taxa de juros até o final do ano e se o COPOM poderá baixar as taxas de juros etc. As decisões, no tocante a políticas monetárias, levam em conta o cenário prospectivo para a inflação. Não é possível antecipar as decisões relativas à fixação da taxa SELIC, uma vez que elas são determinadas nas reuniões do COPOM, após exaustiva análise do cenário macroeconômico. No entanto, podemos dizer de importante, Deputado, que o cenário de médio prazo para a inflação tem se tornado mais favorável no período recente. Diria apenas que precisamos tomar muito cuidado com essas respostas, porque há implicações de mercado, e não cabe aqui muita improvisação.

Já respondi a pergunta feita pelo Deputado Miguel sobre a criação da diretoria do cooperativismo. De fato, já criamos uma área especializada no Banco Central. Quem sabe, um dia, ela possa evoluir para uma diretoria; alguns companheiros podem até pensar em se candidatar para a função de diretor.

Abordemos agora a questão dos empregos. Por que trabalhadores saíram da informalidade para a formalidade? É importante dizer que não dispomos desse número. Portanto, não temos como dar essa

explicação. Mencionei apenas um estudo feito pelo IBGE nas regiões metropolitanas sobre o crescimento dos mercados formal e informal. Tal estudo demonstra uma correlação. Em alguns momentos o trabalho informal cresce mais do que o formal. Portanto, devemos entender isso como crescimento do nível de emprego de maneira geral e não necessariamente como uma transferência apenas.

Deputado Barbosa Neto, em primeiro lugar, quero agradecer pelas palavras de incentivo.

Em relação à inserção do País nos objetivos de milênio, é importante deixar claro que o Brasil precisa criar empregos e, depois, crescer. Em consequência, deve haver aumento da arrecadação pública e de recursos para investimento na área social, com foco na qualidade da gestão do gasto público, e não apenas aumentar a parcela da arrecadação pública por meio do crescimento da economia. Considero importante termos em mente a diminuição do total da arrecadação tributária em relação ao produto, visando todos esses ganhos que inspecionamos. Discute-se sobre o déficit nominal, etc. Mas quero dizer basicamente que o importante é o crescimento do País, a estabilidade e a queda da inflação. A inflação pune as classes menos favorecidas e impede o crescimento.

Devo dizer, ainda, que a alocação dos gastos públicos no Orçamento é prerrogativa do Congresso Nacional.

Enfatizo minha satisfação por ter participado, mais uma vez nesta Casa, da discussão sobre política monetária e econômica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Nós é que agradecemos a V.Exa.

Declaro encerrada a presente reunião.

Ata da 1ª Reunião (De Instalação) da Subcomissão Permanente de Igualdade Racial e Inclusão, no Âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, Convocada para o Dia 7 de Abril de 2005, quinta-feira, às 11:30 horas.

Às onze horas e trinta minutos do dia sete de abril de dois mil e cinco, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **JUVÊNIO DA FONSECA**, reúne-se a **SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO** com a presença dos membros, os Senhores Senadores: **ROMEU TUMA, REGINALDO DUARTE, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM** e dos não membros; **GARIBALDI ALVES FILHO, FÁTIMA CLEIDE, JOÃO CAPIBERIBE SIBÁ MACHADO**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A

presente reunião tem como objetivo a **INSTALAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO**. Os Senhores Senadores são convidados a votar, em cédulas, rubricadas pelo Presidente, e depois depositá-las na urna. Após a votação o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores Garibaldi Alves Filho e João Capiberibe para procederem a escrutinação. O Senhor Presidente proclama o resultado: a eleição, por unanimidade, dos Senhores Senadores Paulo Paim, como Presidente e Mão Santa, como Vice-Presidente. Concluída a instalação da comissão, encerra-se a reunião, às onze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Juvêncio da Fonseca**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Havendo número legal, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Ordinária da 52ª Legislatura.

A Ata anterior encontra-se sobre a mesa, e solicito aos Senadores a sua aprovação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Passamos, então, à realização de audiência pública e a instalação e eleição da Presidência e da Vice-Presidência da Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão. Na medida do possível, vamos cumprir toda a pauta e, se possível, intercalar as pessoas que estão sendo ouvidas.

Hoje temos dois convidados: o Dr. Alexandre Padilha, Diretor do Departamento de Saúde da Funasa, e o Sr. Adair Gonçalves Sanches, índio de Mato Grosso do Sul, residente em Amambaí.

Esta audiência é o seguimento de várias outras que já realizamos e tem por objetivo, principalmente, a questão dos direitos humanos relacionada com a morte de criança indígena nas aldeias de Mato Grosso Sul, mormente na aldeia da cidade de Dourados, naquele Estado.

Encontra-se presente hoje o Dr. Alexandre Padilha, da Funasa, o que entendemos ser de grande importância para os esclarecimentos de fatos ligados àqueles acontecimentos. Agradecemos ao Dr. Alexandre a sua presteza e o seu pronto atendimento a esse nosso pedido.

Concedo a palavra ao Dr. Alexandre Padilha para os esclarecimentos sobre a mortalidade infantil não só na aldeia de Dourados, mas em Mato Grosso do Sul e em todo o Brasil.

Fica V. S^a com toda a liberdade para abordar este assunto na amplitude que entender pertinente.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Senador Juvêncio e aos membros da Comissão o convite. Agradeço aos assessores, ao setor da imprensa, às pessoas ligadas às organizações não governamentais que atuam na defesa dos direitos dos povos indígenas. Trata-se de um agradecimento não só pelo convite, mas pela própria instalação da Comissão, pelo esforço do Senador Juvêncio em trazer esse debate para o Senado. Já existe uma comissão externa na Câmara, o que propicia que o debate venha para toda a sociedade por meio dos setores da imprensa. É também oportunidade de qualificá-lo e, mais do que isso, de envolver todos os setores da sociedade, do Governo, do Parlamento, da sociedade civil, para podermos enfrentar essa questão da defesa dos direitos dos povos indígenas, em particular do acesso à assistência à saúde e da garantia de produção de alimentos e da segurança alimentar.

É fundamental, porque se não houver o envolvimento de todos os setores da sociedade, não vamos conseguir enfrentar uma situação que é histórica, que é secular, de exclusão dos povos indígenas em todo o Brasil e, particularmente, em algumas regiões deste País onde a pressão da sociedade envolvente faz com que o direito à terra, o direito à produção de alimentos, o direito à defesa da sua cultura, o direito à preservação dos seus hábitos estejam o tempo todo em risco no nosso País.

É verdade que avançamos muito ao longo dos anos, depois da nossa Constituição Federal, na defesa dos direitos dos povos indígenas, inclusive etnias que estavam em risco de extinção, depois que o Ministério da Saúde assumiu a responsabilidade da saúde indígena, a partir de 1999, reverteram a tendência de redução da população de números muito elevados da mortalidade infantil.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Esqueci-me de lhe dizer qual o tempo de que dispõe: são aproximadamente 20 minutos.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – V. Ex^a me disse que eu estava muito à vontade. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Aproximadamente.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – É o suficiente, Senador.

Muito avançamos, mas muito há de se avançar não só em relação aos direitos com um todo, mas também em relação à saúde.

Quando o Ministério da Saúde assumiu a responsabilidade da saúde indígena, a mortalidade infantil entre os povos indígenas, em todo o Brasil, era de 112 por mil nascidos vivos. No ano de 2004, atingimos a menor taxa de mortalidade infantil: 47 por mil nascidos vivos. Esse indicador é, em parte, um motivo de comemoração, mas, em parte, um motivo de reafirmar o compromisso porque 47 por mil nascidos vivos significam duas vezes mais do que o restante da população.

Em todo o País, a vulnerabilidade social e epidemiológica das populações indígenas, o acesso que têm ao serviço de saúde nos Municípios onde vivem, como a rede hospitalar e a organização de seus serviços, e mesmo a forma com que esses povos ocupam seu território fazem com que eles estejam, permanentemente, em risco. Tal situação, exige de todos nós esforços mais continuados para poder reduzir, cada vez mais, esse indicador de mortalidade infantil, que é um deles.

No caso do Mato Grosso do Sul, a Fundação Nacional de Saúde, por ter uma preocupação muito grande com a situação da insegurança alimentar que acomete aqueles povos indígenas – naquele Estado, há 56 mil índios cadastrados que vivem dentro de aldeias –, desde 2002, começou a desenvolver um programa de vigilância nutricional, que acompanha, mensalmente, todas as crianças menores de cinco anos. Temos a maior taxa de cobertura de um programa de vigilância nutricional. Noventa por cento das crianças menores de cinco anos são acompanhadas mensalmente. A totalidade delas é acompanhada, pelo menos, quatro vezes por ano.

Ainda em 2002, instituímos o Centro de Recuperação Nutricional em Dourados, que utiliza um equipamento que, até 2003, era utilizado para controle e tratamento de crianças tuberculosas. O fato de termos reduzido a incidência de tuberculose, permanentemente, naquela região, fez, inclusive, com que aquele equipamento não tivesse mais utilidade para o controle da tuberculose e, assim, o transformamos no Centro de Recuperação Nutricional.

Em 2004, detectamos a necessidade de revitalização do Centro de Recuperação Nutricional e contamos com o apoio não só das ações da Funasa, da própria organização não-governamental que existe lá, mas também do Programa Fome Zero. Todo esse trabalho de vigilância nutricional, desde 2002, detecta algumas questões importantes a serem percebidas por todos para podermos qualificar o debate.

Primeiro, ainda hoje, há altíssimos índices de desnutrição e de risco nutricional entre os povos indígenas, particularmente da etnia guarani-kaiowá. É importante todos saberem que, em 2004 – o menor índice de crianças desnutridas encontradas nessa etnia –, havia ainda 12% das crianças menores de cinco anos classificadas como desnutridas e 15% das crianças dentro do que chamamos de risco nutricional, ou seja, quando a criança já começa a mostrar redução do peso com risco de chegar à desnutrição.

É importante que todos saibam que essa distribuição de desnutrição é desigual no Mato Grosso do Sul. Nas etnias terena e kadiwéu*, que vivem na região central e norte do Estado, há índices de 2% ou 3%, o que é menor do que a média da população brasileira, particularmente na região Centro-Oeste do Brasil. No sul do Mato Grosso do Sul, há índices como esse. Nos guarani-kaiowás, o índice chega a 15% das crianças desnutridas em 2004. Então, se procurarmos entender quais são as causas da desnutrição, temos que entender quais são as diferenças de direito à terra, à preservação e à produção de alimentos entre as etnias que vivem no centro e no norte de Mato Grosso do Sul em comparação com as etnias do sul do Mato Grosso do Sul.

Não terei tempo aqui para falar da história da instalação dos guarani-kaiowás naquela região. Todos sabem que a situação vivida por esses índios em relação à garantia da sua terra, ao quase confinamento em duas aldeias, no caso do Município de Dourados, e à criação de outras reservas no sul do Mato Grosso do Sul, limita muito a capacidade e a possibilidade de essa etnia garantir a segurança alimentar. Isso tem um impacto direto na saúde.

É do conhecimento de todos que, neste ano, houve uma série de óbitos de crianças em diversas patologias – é importante todos saberem disso. Uma parte importante com acometimentos neurológicos, congênitos ou decorrentes logo no seu nascimento, como a paralisia cerebral; crianças que foram internadas por outras causas, doenças infecciosas ou doenças crônicas. Mas houve um número expressivo de óbitos de crianças por desnutrição. Com certeza, a desnutrição, a fome que as acomete teve influência na evolução clínica e, com certeza, contribuiu para o óbito.

Ano passado, ao detectarmos essa situação de desnutrição, todos os esforços mostravam a redução de internações por desnutrição e o que chamamos de uma redução na recaída de crianças internadas por desnutrição no Centro de Recuperação Nutricional – crianças que recebiam alimento e tratamento, iam para a aldeia e voltavam. Em 2002, esse índice era de 60%; em 2003, 35%; 2004, 10%. Mesmo assim, vimos

a necessidade de assumir algumas ações da Fundação Nacional de Saúde para aquela região.

A primeira delas, em relação à atenção primária, prestada na aldeia pela equipe multiprofissional. Temos permanentemente quatro médicos compondo quatro equipes completas com médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e 33 agentes indígenas de saúde nas aldeias de Dourados. Além de essas equipes profissionais acompanharem as crianças, necessariamente teriam que começar a acompanhar as gestantes, tanto na parte nutricional, quanto na parte do pré-natal – que já faziam, mas que deveria ser reforçado –, para podermos detectar mais precocemente o risco de a criança que nascer da gestante desnutrida estar também desnutrida.

Segunda delas, em relação à atenção primária ainda, tratava da necessidade de chegarmos com saneamento, com água potável a 100% das famílias nessas aldeias de Dourados. Em 2004, atingimos a meta: chegar a 100% de microsistemas de água em todas as aldeias de Mato Grosso do Sul. Todas as aldeias de Mato Grosso do Sul, hoje, possuem microsistemas de água. Contudo, pela própria explosão demográfica e pelo aumento da população, migração e mudança da composição familiar, não temos ainda 100% das famílias com água potável. Esta foi nossa meta para este ano: atingir, nessas aldeias de Dourados, um microsistema que dê 100% de água potável às famílias em casa.

Uma terceira ação, ainda em relação à atenção primária, diz respeito à ampliação da vigilância às gestantes, tentando prevenir a desnutrição. Além disso, tínhamos que, juntamente com outras ações, reforçar o pré-natal e principalmente o acompanhamento do parto. Estamos identificando vários nascimentos que, por má assistência ao parto, provocou alterações neurológicas nas crianças, o que pode contribuir para a manutenção de sua desnutrição.

Além da atenção primária, já havíamos planejado algumas alterações em relação àquilo que chamamos de atenção de média complexidade, ou seja, quando o atendimento e acompanhamento dentro da aldeia requerem o deslocamento ou a internação em algum serviço de média complexidade.

Nós tínhamos um centro de recuperação nutricional. Em 2004, investimos na revitalização desse centro, o que proporcionou, de forma muito importante, primeiramente, a redução de óbitos que tiveram a desnutrição como causa única e primária, de 2003 para 2004. Em 2002, quando foi criado esse centro, havia 17 óbitos cuja única causa era a desnutrição, diferentemente dos óbitos de hoje. Em 2004 houve quatro óbitos e neste ano estamos observando um número importante de

crianças indo a óbito, o que preocupa e escandaliza a todos. Elas estão indo a óbito por doenças associadas à desnutrição, mas não por desnutrição como causa primária. Em 2004, os investimentos todos foram concentrados nesse centro de recuperação nutricional. Para 2005, já estava em nosso planejamento instalar nos municípios daquela região referências de recuperação nutricional para atendimento mais próximo das aldeias de onde vêm as crianças.

É importante que todos saibam que 87% das crianças internadas hoje no Centro de Recuperação Nutricional não são de Dourados. Elas vêm dos municípios da região sul do Mato Grosso do Sul e de outras aldeias. Então essa decisão da Funasa, de instituir unidades de recuperação nutricional em outros quatro municípios, é muito importante para aproximar as aldeias onde há procedência de crianças. Isso vai facilitar a reintegração, a internação mais precocemente e até o envolvimento de toda a comunidade no combate a essa situação.

Essas são as ações para a área de média complexidade. Para as ações de alta complexidade, a internação hospitalar, é importante que todos saibam que um componente importante na ocorrência dos óbitos existe pelo não preparo adequado ainda da assistência hospitalar em toda a região. A condução de uma criança desnutrida, em estado grave, ao hospital exige conhecimentos específicos. Já no começo do ano fechamos parceria com o Instituto Materno Infantil de Pernambuco, que é a principal instituição brasileira a oferecer cuidado ao desnutrido grave. É o responsável pela formulação do protocolo da Organização Pan-Americana de Saúde para o tratamento do desnutrido grave, para que esse instituto faça qualificação da assistência hospitalar, primeiramente nos hospitais de Dourados, mas também nos hospitais de Amambai e de Iguatemi, os principais hospitais de referência para toda aquela região. Atualmente, essa qualificação está sendo feita por meio de uma assessoria desse Instituto, que encaminhou profissionais médicos. E nós da Fundação Nacional da Saúde, desde fevereiro, encaminhamos também para aquela região médicos que já têm experiência não só na saúde indígena, mas também no cuidado aos desnutridos, para desenvolverem essas ações.

Então, isso já estava planejado desde o começo do ano. Com a ocorrência de uma série de óbitos no mês de janeiro, o que reforçou a nossa preocupação, a Fundação Nacional de Saúde tomou a decisão de montar um escritório do departamento de saúde indígena no próprio município de Dourados. Vocês sabem que eu me transferi por um tempo para Dourados a fim de dar início à intensificação das ações emergenciais,

que devem ser permanentes. Fiquei por lá durante uma semana e meia e transferimos várias pessoas do nosso gabinete aqui de Brasília para Dourados. Criamos uma força-tarefa, instalada a partir do dia 25 de fevereiro, que desenvolveu uma série de ações de intensificação com a prefeitura, com organizações não-governamentais, com a Pastoral da Criança e com os clubes de serviço. Há uma mobilização muito importante da sociedade como um todo neste momento, com o Unicef, com a própria Secretaria Estadual, juntamente com o apoio dos parlamentares municipais, estaduais e federais, com o auxílio de todos, conseguimos desenvolver uma série de ações emergenciais que estão tendo um impacto importante na redução de internações e de óbitos que têm como causa primária a desnutrição. No mês de março, também houve uma redução de óbitos, em números gerais, no pólo de Dourados.

Em que consistiram essas ações emergenciais? Primeiramente, instituímos oito equipes de profissionais para aquelas duas aldeias de Dourados, com o apoio da Prefeitura, com o deslocamento para aquela região de técnicos, médicos, enfermeiros e profissionais da Fundação Nacional de Saúde que desenvolveram aquilo que chamamos de um grande arrastão de intensificação da avaliação dessas crianças. Avaliamos, nesse período da força-tarefa, a totalidade das crianças que estavam em situação de desnutrição ou risco nutricional – cerca de 534 crianças –; classificamos todas em razão de seu estado de risco e fizemos um acompanhamento permanente dessas crianças.

Pudemos detectar, na primeira avaliação, que 26% das crianças que, no corte, na avaliação de janeiro, estavam desnutridas subiram, em fevereiro, em relação à curva, saindo do estado de desnutrição e subindo ou para a situação de risco nutricional ou para a normalidade no seu peso. Outro fato que percebemos nessa avaliação foi a redução do número de internações. No mês de janeiro, houve 16 internações hospitalares; no mês de fevereiro, 21; no mês de março, 8. Outro ponto que pudemos notar foi a necessidade de constituirmos equipes permanentes, além das quatro já existentes na região, e outra equipe multiprofissional para atuar não apenas nas duas aldeias, mas nos assentamentos que exigem esse grupo de profissionais, como Panambizinho*, e em outros locais, fora de terras indígenas, onde moram os índios, como no caso da Fazenda Viveiros Mudás, e em outros lugares onde os índios são contratados para trabalhar em fazendas. Sendo assim, mais uma equipe foi contratada para ficar permanentemente na região, independentemente da força-tarefa, e constituímos três equipes para acompanhamento específico das gestantes e das crianças para atuar nas aldeias também. Portan-

to, além das quatro equipes permanentes, compostas de médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes de saúde, três equipes que ficarão na região permanentemente já foram contratadas para fazer o acompanhamento adicional e específico das gestantes e das crianças.

Essas foram as ações na atenção primária. Fizemos uma ação emergencial em relação ao saneamento. Enquanto não está concluído o projeto de extensão para 100% dos domicílios, instalamos, emergencialmente, caixas-d'água, contamos com o apoio da Prefeitura, da Secretaria Estadual de Saúde, da Sanesul* e do próprio Exército Brasileiro para abastecer essas caixas-d'água com caminhões-pipa. Amanhã, dia 8, apresentaremos para toda a sociedade de Dourados a finalização do projeto. Foi feito um estudo topográfico dos domicílios para extensão de 100% da água potável para todas as famílias naquelas aldeias, não apenas para Dourados, quanto para Amambai, e faremos isso este ano. A Unicef participará dessas ações conosco e está, inclusive, colaborando na parte de educação e saúde e dispôs-se a cooperar para agilizar a aquisição de insumos para manter ações emergenciais de saneamento neste momento.

Além disso, mandamos equipes diretamente da Funasa para ficarem permanentemente no hospital, juntamente com esse técnico do Instituto Materno-Infantil de Pernambuco, e supervisionarem o atendimento hospitalar. Detectamos, junto com as direções desses hospitais, a necessidade de qualificarmos a atenção. O Ministério da Saúde repassa, mensalmente, um incentivo para atenção aos povos indígenas nos hospitais. Discutimos com as direções hospitalares. Foi solicitado o aumento desse incentivo, que já será editado mediante portaria, a fim de que eles possam qualificar a sua atenção.

Detectamos hospitais onde não havia nutricionistas específicos para os pacientes tampouco UTI pediátrica. Nós do Ministério da Saúde abrimos, em 14 de março, 15 leitos pediátricos, tanto de enfermaria quanto de UTI, no Hospital Universitário em Dourados, para que possamos qualificar a atenção hospitalar naquela região.

Essas ações da força-tarefa foram capazes de reduzir as internações, reforçar o acompanhamento das crianças no interior da aldeia e reduzir o número de óbitos nesse período. Mas, atualmente, ainda existem algumas crianças que têm outras causas que as levam à internação e as colocam em risco de morte. De todo modo, com certeza, a desnutrição, de alguma forma, colaborou para a complicação do caso clínico.

É fundamental, além das ações de saúde que estão sendo desenvolvidas, haver medidas articuladas

para enfrentar a questão da insegurança alimentar e do combate à fome, a fim de que ocorra melhoria da qualidade de vida daqueles povos. É importante saber que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a própria Funai estão sensíveis a esse problema, realizando ações emergenciais. Neste momento, discutindo já com as comunidades indígenas projetos estruturantes, porque o essencial não são apenas ações emergenciais, mas fundamentalmente atos adaptados à cultura daquele povo, ao meio onde vive e aos seus hábitos. Assim, esses projetos estruturantes poderão possibilitar mais segurança alimentar.

Há outra questão que demanda um debate importante para o qual serão chamados a participar o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. Trata-se do assunto referente à terra. Precisamos resolver esse problema para os índios Guarani-Kaiowá, uma vez que todas as ações na área da saúde, da educação e da assistência social têm um limite em relação a essa capacidade de impacto. A questão da terra – não só a da sua ampliação, mas também a da sua distribuição no próprio interior da aldeia – é fundamental. Sem acesso à terra, essas populações não poderão produzir seus alimentos, defender sua cultura, preservar sua identidade cultural e incluir-se na sociedade de forma autônoma e ativa. É necessário compreender a necessidade de inclusão dessas populações na própria sociedade e seu acesso ao ensino – inclusive ao ensino superior –, ao mercado de trabalho e aos projetos de geração de renda, respeitando-se suas características. Sem essas medidas, não conseguiremos enfrentar como devemos a situação de insegurança alimentar e de fome desses povos.

Então, inicialmente, Sr. Presidente, estou, juntamente com a Fundação Nacional de Saúde, à disposição para qualquer questionamento ou dúvida – sabemos que devem existir muitas em relação às ações não só deste momento, mas dos tempos anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Agradecendo os seus esclarecimentos, faço de pronto uma pergunta: por que só chega agora toda essa estrutura, colocada à disposição das aldeias indígenas de Mato Grosso do Sul, quando estamos num processo de desnutrição, de falta de atendimento e de crescente índice de mortalidade infantil? Trata-se de evidente descaso completo e total – todos proclamam esse fato – das instituições responsáveis pela qualidade de vida dos indígenas, que, denunciado até em nível internacional, provocou essa mobilização e o estabelecimento desses programas que V. S^a está trazendo ao nosso conhecimento e que poderiam ter sido implantados muito antes.

Temos dito nesta Comissão que o indígena, realmente, não possui uma política permanente, concreta, adequada e inteira para o atendimento das suas necessidades. Nunca teve! Não apenas este Governo, mas também o anterior, de qualquer Partido. Pouco importa!

Há muita gente filosofando sobre o indígena, falando bonito, doutrinando o que seja a nossa dívida social e cultural para com o indígena, mas medida não chega, não chega nada.

Veja bem que a questão da água potável foi, desde a primeira hora, comentada aqui. Havia até ponto de água potável para a aldeia que estava simplesmente não sendo utilizado. Havia água, mas não se fazia sua distribuição. E os índios tinham que se dirigir a uma fonte poluída. Todo o mundo sabe que era assim. Quanto às misturadeiras de alimentos que podiam matar um pouco a fome dos indígenas, estavam abandonadas, apesar de doadas.

Então, esse descaso foi evidente. Na nossa interpretação e no ponto de vista daquelas pessoas que estão mais envolvidas com a questão, foi justamente esse descaso, essa negligência que fez crescer a mortalidade infantil.

Como V. S^a mesmo diz, não é só a região de Dourados, mas todas as aldeias do Estado, porque ali converge o atendimento para essas questões extremas. O grande pronto-socorro para a criança indígena em Mato Grosso do Sul é Dourados. Então, o nome Dourados cresce nesse escândalo todo, mas sabemos que é o Estado inteiro. Sabemos também que no Brasil acontece isso. No novembro último, em Javari, no Amazonas, houve 15 mortes infantis, não por questão de terra, pois são 93 mil m² para apenas três mil índios. Em São Paulo e em outros Estados também está ocorrendo a mesma coisa. É como se fosse um período de descaso com a referência política de assistência aos indígenas.

Em razão disso, pergunto a V. S^a quais os investimentos que estão à disposição de Mato Grosso do Sul para a Funasa e desde quando existem? Houve algum contingenciamento ou crescimento desses recursos de forma que tenha havido a inteira negligência apesar de os recursos estarem à disposição, ou que tenham vindo esses recursos só depois que houve o escândalo das mortes das crianças?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Muito obrigado, Senador. É importante que todos saibam que as ações não vêm sendo realizadas somente agora, mas desde 2003, com elevação constante de investimentos no Estado de Mato Grosso do Sul.

Em 2004, investimos, tanto no convênio que temos para contratação das equipes quanto com recursos

para ação direta, que é a execução direta pela própria Fundação Nacional de Saúde, para ações de saúde indígena, cerca de R\$12,6 milhões. Todos devem saber da dificuldade que existe para garantir equipes, locomoção, meios de transporte, atenção continuada.

Tradicionalmente, nós é que fazemos o deslocamento da população indígena quando precisa de alguma atenção, independentemente dos recursos repassados aos Municípios e aos Estados, o que faz com que tenhamos um aporte significativo de recursos, embora precisamos ter mais para contratar as equipes já definidas no ano passado para descentralizar a recuperação nutricional e constituir uma equipe de supervisão hospitalar. Essa é uma decisão deste ano, na medida em que nos transferimos para lá e observamos a necessidade de qualificar a atenção hospitalar. Vamos investir mais! Estamos fechando os valores do novo convênio de contratação de recursos humanos. Já repassamos para ações de saneamento de saúde indígena cerca de R\$2 milhões para o Mato Grosso do Sul, este ano, e consideramos que, para levar água potável a 100% das famílias, tanto de Dourados quanto de Amambai, vamos fazer um recurso adicional que já está reservado, estamos só aguardando a definição do projeto para estabelecer o valor. Acreditamos que vai ficar em torno de R\$3 milhões para levar água potável para 100% das famílias nessas duas áreas, tanto de Amambai quanto de Dourados.

Esses recursos são permanentemente acompanhados pelo Conselho Distrital de Saúde. No caso de Mato Grosso do Sul, eles se reúnem de dois em dois meses, composição de 50% de representantes de usuários, 25% de representantes dos trabalhadores, uma parte grande dos trabalhadores são indígenas, todos auxiliares de enfermagem. Por exemplo, no Mato Grosso do Sul são indígenas que foram capacitados e treinados pela Funasa junto com a Secretaria Estadual de Saúde, além dos agentes indígenas de saúde, que todos são indígenas e indicados pela própria comunidade. Esse conselho distrital acompanha o uso desses recursos, desses gastos. Estamos, inclusive, à disposição, se for interesse dessa Comissão, para prover os meios do acompanhamento por parte dessa Comissão também do uso desses recursos.

Existem nesse momento novas ações, mas é importante saber que, nos últimos dois anos, ações e investimentos crescentes vêm sendo feitos naquela região, que mostra essa redução dos indicadores, mas admitimos que não foi suficiente. E, ao admitir isso do ponto de vista da área da saúde, nós fizemos essa intensificação das ações nesse ano.

A situação da insegurança alimentar é presente nas várias etnias que vivem muito próximas da so-

cidade envolvente, que não têm o seu direito à terra totalmente garantido. Quando me refiro à terra, não à demarcação só da terra, mas uma terra não degradada ambientalmente, com possibilidades de garantir não só a produção de alimentos, mas seu próprio desenvolvimento enquanto povo, enquanto etnia.

Então, nós temos uma situação em regiões que vão do sul do País – os dois distritos que são interior sul e litoral sul –, que vão do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro. Temos situações no Mato Grosso, em Minas Gerais, que preocupam muito. É fundamental que possamos construir projetos de desenvolvimento sustentável para as etnias para que se revertam. Diferentes de situações como no Vale do Javari, Senador, onde houve o óbito de nove crianças no ano passado, por causa de outras doenças, mas onde a desnutrição teve um papel fundamental nesse óbito. Naquele caso, era uma etnia que tinha o hábito migratório, o povo canamari, e um grupo havia se deslocado durante três a quatro meses de viagem de uma certa região do Amazonas, no meio da mata, e nove crianças menores foram a óbito, inclusive, como eu disse, por desnutrição.

Não acreditamos que a desnutrição seja um problema grave lá, permanente, mas temos outros problemas lá graves, o principal deles é a coexistência de hepatite B e hepatite delta que existe desde 93 naquela região. No ano passado nós conseguimos fazer a maior ampliação de cobertura vacinal e durante este ano lançamos, com a presença do Ministro Humberto Costa, no dia 5, terça-feira, em Manaus, a campanha de vacinação nas Américas, uma ação feita pela Organização Pan-Americana de Saúde. Em novembro do ano passado, o Ministério da Saúde (a Funasa) solicitou à Opas que a população indígena fosse a população-alvo dessa campanha, por reconhecer, em função das dificuldades de acesso, as limitações de acesso aos serviços de imunização.

Há novas ações agora, mas há a intensificação das ações anteriores e várias das ações estão sendo feitas anteriormente e a nossa intenção é desenvolver ações permanentes. E é lógico que essa reação surtiu no envolvimento da sociedade, da imprensa em uma detecção precoce que nós já havíamos feito em dezembro do ano passado e acreditamos que possa ter um impacto importante.

Em relação à máquina da multimistura, isso também foi resolvido. Não era um problema da Funasa especificamente, era uma máquina de multimistura da Pastoral da Criança. Existia uma divergência sobre ela. A Funasa defendia que ela ficasse dentro da aldeia e que a capacitação dos agentes fosse feita na aldeia. Existia a intenção de colocá-la fora da aldeia, mas isso

foi resolvido no começo deste ano e desde fevereiro a Pastoral da Criança voltou a atuar com a máquina dentro da aldeia, o que vai contribuir, senão nutricionalmente, pelo menos na capacidade de mobilização da comunidade, no envolvimento da comunidade, devido às visitas afetivas que a Pastoral faz para reforçar o cuidado à criança.

No combate à desnutrição, há um papel que é do Governo, há um papel que é da sociedade, há um papel que é de toda a comunidade, mas há um papel fundamental – e não só nos povos indígenas, mas também em outros povos – que é da própria família, dos núcleos familiares, de reforçar o cuidado à criança.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Dr. Alexandre, o senhor poderia sintetizar um pouco mais a resposta, sem prejuízo do bom esclarecimento, porque ainda há outra pessoa a ser ouvida?

Foi noticiada nesta semana a transmissão de doenças por cães, na aldeia de Dourados, com fotografia dos cães misturados com crianças, e a leishmaniose também como causa das mortes. Não há nenhuma preocupação no sentido de observar esse fato, de ter algum projeto a respeito, sobre o que fazer com esses cães, de vacinação dos cães, para proteger as crianças?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – O Mato Grosso do Sul é um Estado que, nos últimos três anos, vem mostrando indicadores importantes da leishmaniose visceral. Algumas cidades, o próprio município de Campo Grande, o município de Três Lagoas e outros municípios têm. Os casos de leishmaniose visceral não são no município de Dourados, mas ocorrem em crianças que vivem próximo à fronteira com o Paraguai, no pólo base de Antônio João, próximo ao município de Antônio João, e elas foram infectadas naquela região, onde há, sim, casos de leishmaniose visceral.

No começo deste ano, em janeiro, com a preocupação com os níveis de desnutrição – isso é feito permanentemente –, foi realizado um novo inquérito, não só de cães, mas também de mosquitos – que é um inquérito entomológico –, em Dourados, pegando o município e a aldeia. Os inquéritos anteriores, inclusive de cães, na aldeia, e de mosquitos não mostravam transmissão dentro da aldeia. Existiam alguns cães, na cidade de Dourados, que estavam positivos, e o inquérito que foi feito em janeiro confirmou isso. No começo do mês de março foi refeito o inquérito, e a análise laboratorial dos resultados do inquérito canino ainda não tem resposta.

Naquelas aldeias das quais veio a transmissão de leishmaniose visceral é feito permanentemente esse inquérito, e o cuidado dos cães, e a Secretaria Estadual de Saúde encaminhou, nesta semana, uma equipe para

lá para refazer, com possibilidade de retirar os cães e de, inclusive, eliminar os cães que estão infectados, que é a conduta que normalmente é seguida.

A situação da leishmaniose visceral nos preocupa muito, porque ela anda junto com a desnutrição, que é um fator que favorece e facilita a expressão clínica daquelas pessoas que podem ser acometidas pela leishmaniose visceral. É fundamental desenvolver um bloqueio nas aldeias onde possa existir transmissão, que ficam na fronteira com o Paraguai, não em Dourados, para que possamos evitar óbitos como esses.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Dr. Alexandre, foi dito aqui em uma das audiências, com documentação, etc., não sei quem afirmou, se antropólogo, se sociólogo, ou o que seja, que uma das dificuldades da assistência às crianças indígenas acontece naquelas áreas onde ocorrerem invasões de terras e onde, desordenadamente, a família fica instalada, o que traria dificuldade de atendimento. Isso é verdade?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – A Fundação Nacional da Saúde é responsável pela atenção à saúde das comunidades indígenas, dos povos que estão aldeados, nas terras indígenas. Temos alguns exemplos de populações ou que saíram da terra indígena, ou que não viviam na própria terra, viviam na cidade, algumas constituíram comunidades, outras vivem isoladas dentro de uma cidade onde o acesso ao serviço saúde tem que ser o acesso ao próprio Sistema Único de Saúde, atenção primária feita pelos municípios.

Há alguns municípios onde isso é um problema.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Estou perguntando só sobre as áreas de invasão lá.

O senhor sabe que, em 2003, houve 15 invasões; em 2004, 17 invasões, de índios em terras não-índias. Dizem que essas invasões trazem também um sério problema de estratégia de atendimento dessas famílias e dessas crianças. Isso é verdade? Especificamente sobre isso.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Sim, qualquer deslocamento das comunidades. Porque nossa atenção à saúde é feita a partir das comunidades; os agentes indígenas de saúde são indicados pelas comunidades, as equipes estão ligadas àquelas famílias dentro das aldeias. Qualquer momento de retomada de áreas, deslocamento de áreas, ou para a cidade, ou para o meio rural, exige uma reorganização das equipes de saúde, de equipamentos, de carros.

Onde não é uma terra demarcada, nós não podemos, enquanto Fundação Nacional de Saúde, construir equipamentos federais lá, não podemos construir

um posto de saúde, um projeto de saneamento. Então, um dos fatores que vêm contribuindo e contribuíram, por exemplo, para o aumento da mortalidade infantil, quando detectamos os pólos básicos onde se aumentou, naqueles onde houve conflitos de terra mais importantes, isso contribuiu para o aumento, para a desassistência da saúde.

Então, com certeza, isso gera um impacto, algumas dessas ações não podem nem ser resolvidas pela Funasa, como, por exemplo, construção em uma terra onde não está definida a posse dela. Isso gera, sim, um impacto possível em relação à organização do serviço de saúde.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador Capiberibe, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Pelo que entendi, a Funasa dispõe de R\$12,6 milhões...

O SR. ALEXANDRE PADILHA – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Só Mato Grosso do Sul.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Era isto que eu gostaria de saber: como é gerido esse recurso, quais são os parceiros, como funciona o distrito sanitário indígena.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Temos, no Brasil inteiro, 34 distritos sanitários especiais indígenas. Isso é uma criação de 1999, na Lei Sérgio Arouca, que compreendeu a necessidade de, dentro do Sistema Único de Saúde, ter um segmento próprio para atenção aos povos indígenas que vivem em terras indígenas. Porque o território ocupado por esses povos, cultural, histórica e antropológicamente, inclusive o acesso aos serviços de saúde, é diferente dos Municípios e Estados.

Há, por exemplo, populações, como no caso do Amapá, V. Exª sabe, que vivem no Norte do Pará, no Parque do Tumucumaque, mas têm uma ligação histórica maior inclusive com a região do Amapá. A etnia Yanomami ocupa dois Estados do Brasil. Há etnias que ocupam uma série de Municípios.

Então, os distritos tentam expressar esse padrão de ocupação territorial das populações indígenas. Então, deve-se ter os distritos como órgão gestor e não uma Secretaria Municipal, uma Secretaria de Saúde, porque o território ocupado por eles é diferente.

O distrito tem também o conselho distrital, que tem a expressão dos usuários. Ele tem que ser diferente de um conselho municipal de saúde até para compreen-

der os hábitos culturais dos usuários, a própria língua. No conselho distrital deve-se falar a língua de origem. Então, há as questões culturais, históricas e antropológicas que exigem a construção dos distritos.

Como é feita a execução dos serviços nesses distritos? A Fundação Nacional de Saúde tem um certo número de servidores estáveis contratados pela própria Fundação e que se comprometeram a fazer a saúde indígena na medida em que isso veio como responsabilidade da Fundação. Mas, pela experiência que tivemos, há necessidade de agregar a esses servidores – servidores que historicamente já atuavam na área indígena –, os agentes indígenas de saúde, auxiliares de enfermagem indígena, porque isso agrega...

COMISSÃO Igualdade Racial 14/04/05

Número da comissão: 117 Número da fita:

695

Taquígrafo: Shirlei **Arquivo :** C:\TRABALHO\Ac117695.doc

... os agentes indígenas de saúde, auxiliares de enfermagem indígena, porque isso agrega tanto um valor técnico, mas também um compromisso e um vínculo com aquela comunidade indígena.

Como que é a forma de contratação disso? Na medida em que não é a Fundação Nacional de Saúde que faz essa contratação, ela repassa recursos ou para convênios, com Organizações Não-Governamentais e universidades, ou para prefeituras, repassadas pelo recurso do Ministério da Saúde, via fundo a fundo. É importante todos saberem que desde o ano passado a Fundação Nacional de Saúde, esse modelo de repasse para Organizações Não-Governamentais existe desde 1999, a Fundação Nacional de Saúde tomou medidas para melhorar a gestão dos recursos que eram repassados para Organizações Não-Governamentais. Inclusive com descredenciamento de sete Organizações Não-Governamentais de 2003 para 2004 e o recrutamento e a inclusão de instituições mais estáveis gestão desse recurso, como universidades. Nós, no ano passado, fechamos convênios com a UNB, com Universidade Federal do Mato Grosso, com a Universidade Federal do Pará, além da Unifesp, que é a Universidade Federal Paulista, que já temos um convênio há cerca de trinta anos.

Então, a parte importante dos profissionais que atuam nas aldeias são contratados pelas Organizações Não-Governamentais. No ano passado, esse recurso de repasse para Organizações Não-Governamentais, Universidades Federais e Municípios, através de convênios, foi de cerca de 124.6 milhões de repasses de recursos, inclusive com uma elevação no repasse dos recursos em relação ao ano de 2003. No ano de 2003, haviam sido repassados 116 milhões e no ano de 2004

repassamos 124.6 milhões para convênios. Para 2005, o orçamento da Fundação Nacional de Saúde é de 202 milhões e agrega-se a esse orçamento uma parte que o Ministério da Saúde repassa direto para prefeituras e para unidades hospitalares. No ano passado, esse repasse foi de cerca de 256 milhões do Ministério do Saúde para a prefeituras. Porque uma parte da execução, como eu estava falando, Senador, é feita através de convênios com organizações governamentais e universidades e uma parte são aquelas prefeituras que se comprometem a organizar a atenção à saúde indígena daqueles municípios. Temos, no país inteiro, trezentos e setenta e três municípios com povos indígenas morando no seu interior. Comprometemos algumas prefeituras com atenção à saúde. Então, o Ministério da Saúde repassa o recurso fundo a fundo. Foi o total de 55 milhões no ano passado.

O SR. – Só um esclarecimento, Dr. Alexandre. Desses 124.6 milhões, tem parte do SUS, que é o atendimento oferecido pelo SUS?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Não. Esses 124.6 milhões são recursos repassados para Organizações Não-Governamentais, universidades ou Municípios com os quais a Funasa tem convênio.

O SR. – Quais são as principais Organizações Não-Governamentais de Mato Grosso do Sul que recebem recursos para esse fim?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Só tem uma organização, que é a missão Kaiowá, apenas a Organização Não-Governamental Missão Kaiowá recebe recursos, e isso desde 1999, para esse fim. Inclusive todas essas informações podemos repassar ao senhor.

Temos, em todo o País, cinquenta e cinco convênios. Desses cinquenta e cinco convênios, seis são com universidades e os demais com organizações não-governamentais, que eram organizações que já tinham tradição de atuação na área indígena. E uma parte deles, como eu estava falando, são repassados direto para prefeituras, através de recursos fundo a fundo. Aí as próprias prefeituras contratam equipes para atuarem na atenção primária. Isso independente dos recursos para hospitais. A população indígena tem um subsistema próprio na atenção dentro da aldeia, mas quando é encaminhada para a unidade hospitalar ela entra na própria rede normal do SUS. Não existiu nenhum contingenciamento no ano passado, inclusive no ano passado o que existiu foi um atraso na aprovação de um crédito suplementar. Solicitamos um crédito suplementar em agosto do ano passado. Aquilo que foi possível fazer por decreto-lei foi feito pelo Presidente e aquilo que ficou na dependência da aprovação do Congresso só foi aprovado, como os senhores sabem, no dia 29 de dezembro. Tivemos um atraso em função

desse crédito suplementar, porque a própria Funasa ofereceu outras rubricas como bloqueio para poder aprovar esse crédito suplementar. E para esse ano não existiu contingenciamento. Esse é o valor do orçamento da Funasa, 202. Temos a previsão do orçamento do Ministério da Saúde, que repassa às prefeituras...

COMISSÃO Igualdade racial 07/04/05

Número da comissão: 117 Número da fita:

696

Taquígrafo: Leila **Arquivo :** C:\TRABALHO\Ac117696.doc

Continua o Sr.

Nós temos a previsão do Orçamento do Ministério da Saúde, que repassa as Prefeituras, uma previsão inicial de que possa se agregar a isso até 90 milhões este ano.

(Inaudível)

Temos, no Amapá, a PIU??? e há mais uma, que é dos ??? que agora esqueci a sigla, Senador.

O SR. – Apina??

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Apina. Isso. Podemos repassar para o senhor.

O SR. – Você notícia de algum problema com a execução financeira desses recursos?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Temos um acompanhamento permanente pelo Conselho. Não temos nenhuma notícia de problema na execução financeira. O que tivemos, no ano passado, foi um período em que essa organização não-governamental encerrou o convênio até assinar um novo convênio por falta de uma documentação ??? ficou um período sem cobertura por ela. E, então, a Fundação Nacional de Saúde teve que assumir as ações nesse período. Mas não tivemos nenhum problema. A Funasa, desde 2003, vem fazendo uma ação preventiva de auditoria nas organizações não-governamentais. Para vocês terem idéia, esse é um modelo que existe desde 1999, nenhuma auditoria havia sido feita anteriormente. A partir de 2003, começamos a fazer auditorias permanentes tanto nas organizações não-governamentais quanto na própria gestão da Funasa, nas coordenações regionais, em Mato Grosso do Sul, foi feita uma auditoria ano passado, Senador. Isso pode ser repassado para o senhor para que possamos ter um controle permanente desses recursos.

Este ano, fechamos um convênio com a Escola Nacional de Administração Pública, a Enap, porque um dos grandes problemas que temos é de capacitação dos próprios administradores das organizações não-governamentais na gestão dos recursos: entender o que é um processo licitatório, aprender como fazê-lo sob as normas e regras que existem na legislação brasileira. Fechamos um convênio com a Enap para

capacitar não só as organizações, as universidades, os próprios distritos e fundações regionais da Funasa e ter um instrumento que seja um indicador não só de execução financeira mas também de alcance das metas existenciais de melhoria da qualidade da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Dr. Alexandre...

O SR. – Há algumas denúncias, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Pois não.

O SR. – Denúncia de precariedade no atendimento da saúde indígena no Estado do Amapá. Eu vou fazer uma visita à Casa do Índio, neste final de semana, para levantar a situação, porque eu vi no jornal de que não há medicamentos nas aldeias e eles estão indo a Macapá, e Macapá não tem atendimento, a situação é precária. Já morreu uma índia na Casa do Índio. Houve um óbito, e vou fazer uma visita para fazer um relatório para lhe apresentar atendendo essa denúncia que foi veiculada na imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Senador João Capiberibe, colocamos também à disposição a comissão porque vamos nos reunir só no dia 28, parece-me. Até lá V. Ex^a terá esses dados na mão e pode, perfeitamente, a Comissão, nessa audiência do dia 28, também já ter alguém explicando isso. Se houver interesse de sua parte a respeito.

Sr. Alexandre, agradecemos muito. Seus esclarecimentos foram úteis para o encaminhamento de toda essa questão. E, ao agradecer, V. S^a pode permanecer conosco, ou se tiver atividade, que sei que V. S^a é muito ocupado, também poderia se ausentar se assim quiser, porque vamos continuar a nossa audiência pública ouvindo o Sr. Adair, que é um índio de Mato Grosso do Sul.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Muito obrigado, Senador. Eu gostaria de deixar para esta Comissão uma nota, diante dos vários questionamentos em relação ao Orçamento, descrevendo toda a descentralização de recursos orçamentários, o montante repassado pelos convênios, montante repassado para todas as ações, o que foi gasto em medicamentos e outras ações.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, no caso, a casais. Senador, considero importante a visita do senhor. Temos um convênio de construção de uma nova casa de apoio à saúde do índio lá e que é um convênio com o Governo do Estado, que já existe há um certo tempo, e estamos pressionando para ter agilidade na execução do convênio. Queremos mudar para um novo lugar, discutirmos com os índios (Segue

Número da comissão: 117 Número da fita:

697

Revisor: Sonia

COMISSÃO CLP Subcomissão Permanente de Igualdade Racial e Inclusão 07/04/05

Número da comissão: 117 **Número da fita:** 697

Taquígrafo: Ludmila Aires **Arquivo :** C:\TRABA-LHO\Ac117697.doc

(Continua o Sr.)

queremos inclusive nos mudar para um novo lugar. Isso foi discutido com os índios. Por pressão da população indígena e da própria Funasa, fizemos vários requerimentos nesse sentido.

Daí a importância de sua visita à Macapá.

Estaremos à disposição para quaisquer esclarecimentos e também para buscarmos soluções.

Infelizmente, tenho que me retirar. Outras atividades estão pendentes. Pensávamos que a reunião começaria às 9h30min e, por isso, fizemos nossa agenda. No entanto, estaremos permanentemente à disposição. Enviaremos quaisquer documentos que nos forem requisitados.

Aproveito a oportunidade para fazer um convite a todos para participarem dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena, já que esse é o momento em que os índios apresentam suas críticas, suas reclamações, seus problemas, enfim, é o momento da prestação de contas e também do acompanhamento da execução orçamentária.

Com a certeza da importância da ação de V. Ex^a, Senador, em convocar essas reuniões e da importância desta comissão, meus agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Muito obrigado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em uma audiência anterior, chegou a esta Comissão um documento enviado pela Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma Escritura Pública de Declaração, à qual já lemos, lavrada pelo Sr. Adair Gonçalves Sanches, indígena, lavrador, domiciliado em Amambaí. O documento contém afirmativas muito fortes sobre toda a questão indígena relacionada a Mato Grosso do Sul.

Entretanto, entendemos que não basta que isso fique apenas na letra do Cartório. É preciso que o autor dessas declarações venha aqui, de viva voz, para confirmar ou não essas declarações, ou seja, ratificar ou acrescentar algo mais. Procuramos localizar o Sr. Adair, um indígena que já foi até Vereador em Amambaí, o qual se dispôs a vir aqui para prestar esses esclarecimentos.

É importante lermos novamente a Escritura para nos situarmos quanto à extensão do problema. Portan-

to, teremos que ter paciência, pois são quatro páginas, que passo a ler:

Tabelião Albuquerque.

Amambaí – Mato Grosso do Sul.

Declaração, por Escritura Pública, que faz Adair Gonçalves Sanches, como abaixo declara:

Perante mim, Tabelião, compareceu em pessoa, Adair Gonçalves Sanches, indígena, lavrador, capaz, residente e domiciliado no Posto Indígena Amambaí, neste Distrito, portador do RG: 2320, Posto ADR, Amambaí, MS; CPF: 408.038.561-72, reconhecido por mim, Tabelião.

Por ele, foi-me dito que vinha, de sua livre e espontânea vontade, sem constrangimento de quem quer que seja, prestar a seguinte declaração, cujo teor transcrevo a seguir:

Que é índio da Tribo Guarani, nascido em 1959, na Aldeia Amambaí; Vereador eleito em Amambaí, MS, com o voto dos índios da Aldeia de Amambaí; ex-Presidente do Conselho da Aldeia de Amambaí; ex-representante da União das Nações Indígenas do Mato Grosso do Sul; ex-companheiro do antropólogo japonês Celso Aoki e Paulo Pepe, chefe de uma entidade que se chama PKN, Projeto Kaiowá-Ñandeva, entidade criada em nome do índio Kaiowá-Guarani, em Amambaí. O PKN, o CIMI – Conselho Indigenista Missionário e o Partido dos Trabalhadores – PT são entidades ligadas entre si. Essas entidades, usando de – são as expressões que estão na escritura – “ma-landragem e safadagem”, fazem montagens aqui em Mato Grosso do Sul, coisas que ninguém nunca imagina e que eu, que fui companheiro e conhecedor, sei que eles fazem no Mato Grosso do Sul, o PKÑ recebe verba do exterior, Holanda, Canadá e Suíça, em nome do povo indígena do Mato Grosso do Sul, do Kaiuá e Guarani.

Dizem que é para ajudar esses povos. Só que esses dólares que vêm do exterior, o indígena nem sabe, usa o nome do índio e usa o índio também da seguinte forma: todos os problemas de terras que estão ocorrendo no Mato Grosso do Sul, na fronteira do Paraguai, são mandados pelo Sr. Celso Aoki e Paulo Pepe, antropólogos e chefes do PKÑ.

Eu fui companheiro dessa entidade e do Partido do PT por três anos, na época do Presidente José Sarney e do Ministro Ronaldo Costa Couto. Essa escritura é de 1992, ou seja, há treze anos. Nós fazíamos assim: procurávamos onde o índio estava trabalhando e há quantos anos estava morando naquela fazenda. Se eles falavam que estavam há cinco, seis ou dez anos, nós perguntávamos se não tinham familiares que faleceram naquele local e nós já falávamos para

esse índio dar entrevista dizendo que ali era terra indígena antigamente.

Se tivesse algum cemitério de alguém da família ou parente, era para falar que eles já haviam nascido ali, se criaram ali, seus pais, avós, bisavós e netos, e assim por diante. Já nós pegávamos o pai daquela família para ser líder naquele lugar.

Os antropólogos Celso Aoki e Paulo Pepe são agitadores que pegam rios de dinheiro em troca desse tipo trabalho. Já mandam elaborar documentos naquele lugar, naquela fazenda, já fazem um mapa baseado em mais ou menos quantos hectares, dizendo que a área é indígena e que só falta a demarcação; já colocam o nome de como se chamava antigamente aquele lugar ou trocam o nome ou colocam o nome da fazenda mesmo. Se tiver três ou quatro famílias trabalhando lá, colocam como se tivessem 80 ou 90 famílias naquela área, dizendo que a aldeia e o pessoal do PKN já vão comprar mercadorias baratas refugadas, gradil de gado, banha podre e já sai nas aldeias grandes, que são demarcadas, que têm segurança, juntas as lideranças em todas as aldeias que são dominadas por eles e fazem uma reunião com todos os capitães do Mato Grosso do Sul.

Eles fazem o documento daquele lugar, dizendo que o índio mora naquela fazenda, mesmo que o índio seja só peão. Já o indicam de capitão e mandam todos assinarem o documento, mandando para o Presidente da Funai em Brasília, dizendo que ali tem área indígena que falta demarcação, com 80 ou 90 famílias, e o Presidente, que não sai do gabinete, não sabe se é verdade ou mentira. Só que nessa hora, o Celso Aoki e o Paulo Pepe já tiram o corpo fora, só ficando os índios e a Funai, e por traz eles orientando e cutucando as lideranças indígenas, fazendo reuniões e documentos para pressionar o administrador ou o Presidente da Funai.

Com a pressão, o Presidente da Funai assina o documento e manda para o Ministério da Reforma Agrária. Depois, passa para o grupão, depois para o Ministro do Interior. Na época, nós fazíamos assim. Hoje é Ministério da Justiça.

Eu não sou contra a demarcação de terras. Só que sou contra esses elementos que vocês não conhecem. Eu descobri porque eles não compram as terras. Com os dólares que pegam no exterior, em nome do índio, só ficam jogando os índios contra os proprietários de terras e proprietários de terras contra os índios.

Enquanto isso estão comendo e bebendo do melhor, e as aldeias antigas e a comunidade dessas aldeias ficam sem recursos nas áreas de saúde, educação e agricultura.

Eles não querem ver o indígena se civilizar, melhorar. Para eles continuarem a usar e manipular. Se o índio se sensibilizar e estudar vai descobrir o que eles fazem, e eles não vão ter mais como sobreviver à custa dos povos indígenas.

Só que na administração regional de Amambai, a Funai tinha um administrador José Liberato Itamar, que não apoiava esse grupo de malandro. E esse grupo, fazendo reunião todos os meses e todo ano, conseguiu jogar todas as lideranças contra o administrador José Liberato Itamar, para colocar Manoel Hélio Alves de Paula, que é da mesma panela e fez convênio da Funai com essas entidades: Cimi, PKN, IPT e outras. O índio encontra-se inocente. Eles, bem como a Funai, encontram-se cada vez mais ricos.

Depois do administrador Manuel Hélio Alves de Paula no ano passado, em 1991, começou a jogar o indígena inocentemente nas fazendas. Usou índios, sacrificou-os e fez com que fossem expostos a todos os tipos de doença, cansaço e até fome. O índio não agüentou. Teve de ir embora, na miséria, com problemas de todos os tipos. Celso Aoki e Paulo Pepe estão aqui sempre em Amambai*, ao lado do pessoal da Funai. Já montaram a malandragem juntos. Agora, a armação está na área indígena Guassuty, como falam.

Só onde tem a Fazenda Santa Rita e outras... – e já falei tudo isso na entrevista que dei à Rádio Jornal de Amambai, em fevereiro de 1992. Só que ninguém ligou. Tudo isso é coisa montada. O Guassuty era a Companhia Mate (*inaudível*) e havia muita gente trabalhando lá, de toda cor: índio, paraguaio, brasileiro, branco, preto. O finado meu avô, Florentino Gonçalves, ao lado de Ramon Gonçalves e de meu pai, trabalhou muito tempo nessa Companhia Mate. Eu me lembro, pois eu era guri.

Depois que o antropólogo Celso Aoki e seu companheiro descobriram que muitos índios trabalhavam lá, juntaram essas pessoas para montar o esquema de sempre.

Somente gostaria de deixar bem claro que esses grupos dessas entidades, os antropólogos Celso Aoki e Paulo Pepe, o Cimi e o IPT estão metidos nisso. Estou pronto para fazer qualquer declaração ou debate, para ir perante o juiz com Celso Aoki e Paulo Pepe mostrar a realidade. As pessoas dessas entidades não querem que eu fale, e os administradores da Funai não querem que eu fale nada com os brancos. O novo administrador da Funai, José Antônio Martins Flores, pediu, pelo amor de Deus, para não fazer esse tipo de entrevista para os brancos e para a Justiça porque podem perder na Justiça as questões de terras.

Uma vez já estive na rádio esclarecendo uma parte do trabalho sujo que eles estavam armando. Desde

então, o administrador Antônio Martins Flores queria que eu guardasse segredo sobre isso. E de como assim disse e dou fé, me pediu e lavrei essa escritura.

Esse é o inteiro teor da escritura de declaração feita em 1992. Localizamos o Sr. Adair, índio e ex-vereador, autor dessa declaração. Não podemos, simplesmente porque há uma declaração pública, dar a ela fé de seu conteúdo depois de 12, 13 anos.

Portanto, o Sr. Adair foi localizado e está aqui presente. Agradecemos a sua presença.

Gostaríamos de saber do Adair se confirma essa declaração e se tem retificações a fazer. Tem alguma questão a acrescentar? Suas declarações são bastante fortes e importantes para que possamos, na verdade, levantar o véu que paira sobre essa questão que está acontecendo em Mato Grosso do Sul, ou seja, uma série de invasões.

Em 2002, houve apenas uma invasão; em 2003, houve 15 invasões; em 2004, houve 17 invasões. Já estão ocorrendo invasões neste ano. É muito importante que o Adair nos esclareça sobre isso.

Coloco a questão no âmbito da Comissão de Direitos Humanos porque essa grande movimentação dos índios está vinculada a isso e dificulta a estrutura de atendimento à família indígena. Isso foi colocado por um dos antropólogos como uma das razões dessa falta de assistência plena aos índios. Portanto, creio que é bem pertinente para a Comissão de Direitos Humanos a questão colocada pelo Adair.

Adair, está com você a palavra. Você está no Senado Federal, na Comissão de Direitos humanos e tem plena liberdade. Não há coerção, nem preocupação com qualquer forma de proibir ou de violentar o seu desejo de dizer a verdade.

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Bom dia a todos que se encontram presentes. Agradeço, em primeiro lugar, o convite do Dr. Cícero, do Deputado José Teixeira e do Senador.

Isso que está escrito no cartório, que deixei lavrado em 1992, é verdadeiro. Chega de os brancos e entidades filantrópicas se beneficiarem em nome do índio. Não concordo jamais, porque, em minha aldeia e em áreas maiores, vemos o atendimento... Não misturando as coisas dessa declaração, acabei de ouvir o chefe da saúde, mas não falei nada. É assim que os brancos fazem discursos aqui em Brasília, mas na prática, lá na fronteira, é outra coisa, o contrário. Todos os chefes aqui fazem discurso bonito, mas, na prática, é o contrário.

Acompanha lá no hospital, mas não! Comigo aconteceu isso, no mês passado ainda: passei mal, aí o pessoal da saúde pegou índia, criança. Tem agente de saúde dentro da reserva, mas pega, encaminha,

entrega para o motorista, e o motorista vai e joga lá no hospital, sem nenhum acompanhamento. E ele está falando bonito aqui, querendo se aparecer com vocês. É assim o trabalho do branco. É por isso que, toda vez, quando vemos as coisas erradas, eu falo.

Muitas vezes, em Amambai, o povo fala assim. Brigo muito com o presidente do rádio de lá também, mas a realidade é doída mesmo. A realidade é doída mesmo!

Agora, estava escutando ele falar da desnutrição. Por quê? Quem é o culpado? Cimi? PKN? Alguma outra entidade que se encontra junto, que pegam essas invasões de terra... Não sou contra, não sou contra ganharmos terra, mais terra, mas as invasões acontecem assim: elas reúnem o PKN e o Cimi e pegam de cada área um pouco. Pegam 10, 15 famílias de Amambai, de Pirajuí e de Dourados para formar um grupo e falar que é de lá. Aí, é quando ele vai, filma, grava, fotografia e manda para o exterior. E ele usa a índia, ainda, para levar o projeto em mão, só que a verba já vem na conta deles direto.

Então, por isso, não tenho medo, porque a realidade tem de ser esclarecida. Um amigo meu, que é lá de Pirajuí, está lá no Marangatu agora, naquela terra de conflito. Eu e ele cansamos de vir aqui em Brasília – pagava passagem e tudo –, tinha mais outros companheiros dele, e mandava para o exterior com o projeto na mão, o índio levando o projeto na mão. Mas só que, quando vem o dinheiro, já vem na conta dessa entidade, já vem na conta deles. E cadê o PKN, o Cimi e as outras entidades filantrópicas que ajudam o índio? Quando há uma invasão de terra, ela compra aquela mercadoria de terceira, aquele arroz que era farelo para distribuir na feijoada, um sabão preto daquele lá. Joga o índio lá e sai fora! Aí, vem a briga para a Funai.

Então, por isso, sou contra essas entidades, não a minha comunidade e nem as lideranças e nem o fazendeiro. Esses são os formadores de conflito, essas entidades. E até agora continuam. Enquanto continuarem essas entidades assim, nunca vai acabar conflito com fazendeiro e índio.

Então, por isso, Senador, aceitei o convite e estou aqui plenamente confirmando e colocando mais coisa que a gente sente no caso da saúde, que, agora, o chefe de saúde acabou de falar. Mas muitas coisas ele falou mentira, já de novo. Na prática, não é assim, não, Senador! Lá nas minhas aldeias, não! Na fronteira, não! Ele só fala de Dourados e Lambar. E cadê as outras áreas que ficam mais distanciadas? No caso, o Jaguari, ele lembrou bem. Lá, tem uma filha minha dando aulas. Lá, eles mandam o agente de saúde, só que o agente de saúde não fica lá. Quarenta e cinco...

COMISSÃO CLP Sub de Igualdade 08/04/05**Número da comissão: 117 Número da fita:**

701

Taquígrafo: Magda

Mandam agentes de saúde, só que eles não ficam lá. São 45 km de Amambaí. Não há nenhuma viatura da Funasa. Quando precisamos, imaginem se for à noite, já aconteceu várias vezes, é preciso passar rádio, se tiver carro de plantão vai, se não tiver, não.

Até ir e voltar numa situação de emergência, cem quilômetros, para dizer bem a verdade é ida e volta, as crianças já estarão mortas. Então, é o contrário do que eles falam. Por isso, agradeço a oportunidade do convite do Dr. Cícero. Pelo menos essa parte, Dr. Cícero, estão vendo agora mais uma mentira do branco aqui, ainda do órgão federal, que é a Funasa, querendo fazer gracinha aqui, mas não é assim não. Muito pelo contrário. Na prática não é assim a questão de saúde lá. E essa desnutrição das crianças que acontece lá, como é que funciona?

Ele pega esses patrícios que vão lá para a invasão de terra e joga os índios lá. É claro que as crianças ficarão desnutridas. Lá não tem comida. Jogam arroz de terceira lá e aí voltam para a aldeia desnutridas, falam que é da aldeia Amambai. Então, por isso, estou aqui para dar mais um esclarecimento sobre esse documento.

Doutor não vou me prolongar muito, pelo menos até aqui. Agradeço a oportunidade de estar aqui. Meu muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – O Dr. Eurídice agradece o seu esclarecimento.

Queria que você me respondesse algumas perguntas.

Onde você mora e de que trabalho você sobrevive?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Sou nascido e criado na Aldeia Amambaí.

Eu vivo do plantio de lavoura: rama, milho, batata, banana. A área grande, áreas antigas, precisam de mais apoio de maquinário da agricultura. É mais trator. São 1.260 famílias que atingem quase seis mil índios por tudo.

Nós só temos quatro tratores velhos lá.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Qual é essa aldeia?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Aldeia Amambai.

Esse maquinário não é suficiente. Nós necessitamos, no mínimo, de mais dois tratores com implementos.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Qual é a extensão da terra onde vive 1.200 famílias?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – É de 2.640. São 1260 famílias.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Odair(?), o PKN(?) Sime(?), continuam atuando nas aldeias da mesma maneira que você colocou aqui na escritura pública?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Continua. Continua mesmo.

Eu tenho aqui da reunião da minha aldeia, só aparece o pessoal do Sime(?) e os antropólogos, está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Que documento é esse?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Esse é um jornal que tivemos numa reunião da Aty Guasu(*) na Aldeia Amambaí, dia 5, está aqui a data dele.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – O que é Aty Guasu?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Aty Guasu é uma assembléia dos índios, onde as lideranças são convocadas.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Atiguaçu Kaiowá Guarani. Está aqui o início dele. Do dia 02 a 05.

O SR. – De dezembro de 2004.

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – O que você quer dizer com isso?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Eu gostaria de esclarecer que nessa reunião só tem uma tarde Dr. Charles e os demais companheiros dele lá de Campo Grande e o pessoal do Sime(?).

Então, quem banca a despesa para fazer esse tipo de reunião, o Aty Guasu é o Sime(?). Ele que dá as mercadorias, transporte e tudo, para convocar esse tipo de reunião. Aqui eles tratam o dia, onde vai, como vai ser, qual o mês, o ano...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Mas nesses 02 a 05, qual o assunto que eles tratam nesses três dias?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Questão de terra.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Só questão de terra?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Só questão de terra.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Tratam nessa hora de invasão?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Digamos, na região da aldeia Amambai ainda tem quatro

que vai ser invadida na região. Então aqui eles já tratam, falam tal dia é fulano, tal mês é fulano.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Me explica melhor, atualmente tem uma preparação para quatro invasões? Não entendi.

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Sim senhor. Vão acontecer mais quatro na região de Amambai.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Isso em razão desse Aty Guasu?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Foi discutido. Exato.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Você sabe o dia?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Não, vai haver outro Aty Guasu ainda para definir...

Número da comissão: 117 Número da fita: 702

Revisor: Lígia Arquivo : C:\TRABALHO\RC117702.doc

COMISSÃO CLP/Igualdade Racial 12/04/05

(Cont. o Sr. Adair Sanchez) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – E você sabe o dia?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Não, mas vai ter mais outra aqui em Iguaçu (?) para definir ainda.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Vai ter outra aqui em Iguaçu (?) para definir?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Isso, três vezes por ano nós (*inaudível*). Isso aqui...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Tenho aqui, Adair, uma notícia bem recente do Correio do Estado, de Campo Grande, se não me engano é de 6 de abril deste ano:

Indígenas invadem fazenda na fronteira. Um grupo de indígenas guaranis e kaiowás invadiu no domingo à noite uma fazenda localizada a cerca de 50 quilômetros de Ponta Porã. Mesmo não existindo nenhum estudo antropológico da área, as famílias montaram barracos e querem reivindicá-la como terra indígena. O proprietário deve entrar ainda hoje com pedido de reintegração de posse.

Segundo informações do presidente do Sindicato Rural de Ponta Porã, Ronei Fuchs, cerca de 40 indígenas estão dentro da Fazenda Cambará, de propriedade do produtor rural Carlos Alberto Freire. Eles estão numa área onde o produtor recentemente colheu soja. O ruralista diz que a invasão ocorreu provavelmente na noite de domingo ou madrugada de segunda-feira.

Ontem, Fuchs (?) e o proprietário da fazenda foram até o escritório regional da

Funai em Amambai para saber a procedência dos índios. Eles mantiveram reunião com o administrador do órgão – a Funai –, William Rodrigues, que afirmou não haver nenhum estudo antropológico da área que justifique essa invasão.

Você conhece esse movimento dessa área?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – De perto, não.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – E de ouvir dizer?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – O que você sabe a respeito?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Dos antropólogos. Têm envolvimento com isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Você ouviu, alguém te falou?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Não, que o Dr. Charles que vai ser para...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – O Dr. Charles é antropólogo?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – É antropólogo.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Ele que está mobilizando?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Sim, exatamente. É que o William está escondendo o leite aí.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Sei. Estou satisfeito.

Com a palavra os Senadores, havendo desejo de perquirir.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Adair, eu queria fazer uma pergunta. Essa declaração foi feita em 1992.

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Noventa e dois.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Quem lhe acompanhou ao cartório?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Ninguém. Eu e o proprietário da fazenda.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Como?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Eu e o proprietário da fazenda que eu fiz para...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Como é o nome do proprietário da fazenda?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – É Bruno. Egídio Bruno.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Como?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Egídio Bruno.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
– Egídio Bruno. Ele lhe acompanhou, então. O senhor foi no carro dele?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Sim.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – E me diga uma coisa: a propósito de quê, qual a razão que o senhor teve para fazer essas declarações?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – É porque a gente conhecia, a gente trabalhou na fazenda dele, era na região dele, o cara dá muito emprego para todo mundo, na época de erva-mate.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
– O senhor era empregado, então, dele?

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Meu pai e meu avô.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
– Seu pai e seu avô eram empregados do Sr. Bruno.

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Todos eles. E muito mais, não só eles. Porque é gente que sabe, que não é, não é coisa realidade...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
– Sr. Presidente, existem algumas acusações que são feitas em relação ao Cime (Conselho Indigenista Missionário) e a essa ONG. Solicito que ouçamos um representante. Quem é o representante do Cime em Mato Grosso que a gente possa...

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Cime?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
– Do Cime.

O SR. ADAIR GONÇALVES SANCHES – Cime, lá no Mato Grosso do Sul, na época era o Dr... Esqueci agora.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
– Egon. Alguém me falou que... Egon Reck. Conhece? Então, poderíamos convidá-lo para se defender e também essas duas pessoas citadas...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Senador, faça o requerimento para oficializarmos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
– ...para que possamos ouvi-las e chegar a alguma conclusão, porque estamos ouvindo uma acusação, e cabe direito às pessoas que foram acusadas de pelo menos se defender. Então, apresentarei um requerimento solicitando que ouçamos essas pessoas que foram citadas aqui, são o representante do Cime e as duas pessoas citadas da ONG.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Apenas para esclarecer: semana que vem não haverá reunião da Comissão, na outra semana será dia 21, feriado nacional. Só dia 28 que teremos reunião, e já há três pessoas arroladas. Vamos ver se

aproveitamos, até nesse dia 28, e conseguimos ouvir os depoentes. E esse compasso de espera nosso é, um pouco também, para fazer uma avaliação de toda a documentação que já temos, talvez um relatório parcial, para podermos continuar trabalhando com uma agenda de trabalho que seja positiva.

Algum outro Senador deseja usar da palavra? (Pausa.)

Desta forma, encerramos aqui a audiência pública, mas temos a instalação da Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão, só que temos que fazer a instalação e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. O Presidente será o requerente da Subcomissão, que é o Senador Paulo Paim, que está numa audiência pública requerida por ele próprio. Quais são os membros desta Subcomissão? Como titulares, temos os Senadores Romeu Tuma, Reginaldo Duarte, Leomar Quintanilha, Mão Santa, Paulo Paim, Mozarildo Cavalcanti e Flexa Ribeiro; suplentes, os Srs. Senadores Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Alvaro Dias, Luiz Otávio, José Maranhão, Cristovam Buarque e Marcelo Crivella.

Já estiveram presentes e votaram os Senadores Romeu Tuma, Reginaldo Duarte, Paulo Paim e Marcelo Crivella. Como a Subcomissão é composta de 7 membros, quatro votos são suficientes para definir a Presidência e Vice-Presidência. Como esses votos já foram colocados na urna, nomeio os Senadores Garibaldi Alves Filho e João Capiberibe para que façam o papel de escrutinadores. Libero o Adair Sanches, agradecendo a sua presença aqui, esperando encontrá-lo mais vezes em paz e tranquilidade.

Também esclareço ao Plenário que a única chapa registrada foi para Presidente o Senador Paulo Paim e para Vice-Presidente o Senador Mão Santa, que está viajando hoje, razão por que não está presente.

Portanto, declaramos eleitos para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão os Senadores Paulo Paim e Mão Santa, respectivamente. Será feita a comunicação a ambos e, na próxima reunião, será instalada a Subcomissão.

Agradeço a presença de todos e convoco a Comissão para o dia 28 para a nossa próxima reunião, atendendo os requerimentos já existentes. Ou melhor, eu teria que aprovar alguns requerimentos.

O Senador Romeu Tuma requer, nos termos regimentais, seja realizada nesta Comissão audiência pública com o Sr. Subprocurador-Geral da República e membro da 6ª Câmara do Ministério Público – Índios e Minorias –, Dr. Eugênio José Guilherme de Aragão, sobre o tema “A questão indígena no Brasil”, em data a ser oportunamente marcada.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento de nossa autoria, para que seja ouvido, na próxima reunião, o Sr. Mércio Pereira Gomes, Presidente da Funai, que não foi ouvido ainda, e o Exm^o Sr. Nilmário Miranda, Ministro Chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Recebi do Senador Cristovam Buarque, que muito gentilmente sempre justifica sua ausência, a informação de que está ausente em virtude de desempenho de missão política e cultural de interesse parlamentar no exterior.

Também recebi da ONG Ecoa – Ecologia e Ação uma carta datada de 24 de fevereiro último, relacionada com a preocupação com os direitos dos cidadãos que habitam a bacia do Alto Paraguai, no Município de Corumbá – MS, que estão arriscados a perder o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, diante do fato de que o Governo Federal pretende transformar a região do pantanal em complexo industrial. Requer essa entidade a realização de audiência pública nesta Comissão, para conhecer os investidores e seus projetos para a região.

Submeto esse requerimento ao Plenário, mas digo que a questão ambiental não está no âmbito de atuação desta Comissão. Há a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Fiz um despacho, remetendo esse pedido àquela Comissão, porque não temos competência para realizar essa audiência pública, razão por que peço a aprovação dos meus Pares.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Tenho a impressão de que, com isso, esgotamos os requerimentos.

Aliás, o Senador João Capiberibe entrou com um requerimento: “Requeiro que sejam convidados para prestar esclarecimentos nesta Comissão um representante do Cimi de Mato Grosso do Sul e representantes da ONG PKN*.

Temos por norma, Senador, que o requerente nomeie a pessoa que deve ser ouvida. Pode haver dois, três, quatro representantes dessa entidade, e talvez V. Ex^a tenha preferência por um.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
– Sr. Presidente, encaminho os nomes até o final da tarde, até porque não os conheço.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca)
– Perfeito. Vou só mudar de MT para MS, Mato Grosso do Sul.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo com o requerimento do Senador João Capiberibe permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos ver se conseguimos ouvi-los. Acumularam-se muitas pessoas para serem ouvidas; já são sete. Ouvir mais de quatro pessoas não é bom; o ideal seria ouvirmos de quatro em quatro. Isso é importante.

Não havendo mais nada a ser tratado, dou por encerrada esta reunião.

Obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11h55min.)

Ata da 2ª Reunião (Ordinária) da Subcomissão Permanente de Igualdade Racial e Inclusão, no Âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, Convocada Para o Dia 14 de Abril de 2005, Quinta-feira, às 10:00 Horas.

Às dez horas e quinze minutos do dia quatorze de abril de dois mil e cinco, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **PAULO PAIM**, reúne-se a **SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO** com a presença dos Senhores Senadores: **ROMEUTUMA, REGINALDO DUARTE, LEOMAR QUINTANILHA E MARCELO CRIVELLA**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente reunião tem como objetivo o item único da pauta, o Requerimento nº 01-IRI, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, de audiência pública, com autoridades representantes do governo e de entidades civis organizadas, para tratar das “questões raciais”, no dia 13 de maio de 2005. O Senhor Presidente passa, interinamente, a direção dos trabalhos ao Senador Romeu Tuma. Lido o Requerimento nº 01-IRI, de 2005, pelo autor, o mesmo é colocado em votação e em seguida aprovado. Usaram da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e Romeu Tuma. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e quarenta e nove minutos, lavrando, eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente será publicada no Diário do Senado Federal com a íntegra das notas taquigráficas, dando-se por encerrada a reunião, às dez horas e trinta e nove minutos. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Subcomissão da Igualdade Racial e Inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS)
– Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Igualdade

Racial e Inclusão, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à apreciação do item único – requerimento de uma audiência pública com vistas a tratar das questões raciais – no dia 13 de maio próximo, ou seja, o dia da assim entendida, oficialmente, Abolição da Escravatura. Embora todos saibamos que o verdadeiro debate sobre a questão racial é no dia 20 de novembro, o dia 13 de maio se usa para fazer uma grande reflexão.

Convidaríamos, naturalmente, para essa reunião representantes do Governo e de entidades civis organizadas, entre outras que a Comissão assim vier a definir.

Em razão de ser o requerimento de minha autoria, passo a Presidência ao Senador Romeu Tuma, que já foi um dos grandes representantes da Mesa Diretora desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Senador Paulo Paim, V. Exª já leu o requerimento de audiência. Como está sobre a mesa, eu pediria licença para ler o requerimento de V. Exª, para que a sociedade tome conhecimento das suas preocupações com esse grave problema, que hoje acredito que não se limita às nossas fronteiras.

Sr. Presidente da Subcomissão Permanente de Igualdade Racial e Inclusão da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, requeiro a realização de audiência pública com vistas a tratar das questões raciais no dia 13 de maio de 2005, às 10 horas da manhã.

Para tanto, gostaríamos que fossem convidados representantes do Governo, representantes de entidades civis organizadas e outros a serem definidos pela própria Subcomissão.

V. Exª prefere ler a justificativa e dar suas explicações antes da votação, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Como V. Exª entender melhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Então, passo a palavra a V. Exª, em seguida votaremos sua solicitação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Romeu Tuma, Senador Reginaldo Duarte, primeiro a minha alegria de, neste momento, estarmos na primeira reunião oficial da Subcomissão de Igualdade Racial e Inclusão. Quero dizer que 13 de maio, de fato, é uma data histórica, porque oficialmente significa a data em que foi assinada, por obra inclusive deste Congresso

Nacional, com a participação, naturalmente, da Princesa Isabel, na época...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Abolição física.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Abolição física. Por isso é que até hoje a comunidade negra, principalmente, tem a grande referência do verdadeiro dia da liberdade na data de 20 de novembro. Mas essa data é importante, o Brasil todo reflete.

Então, o que queremos com esse requerimento é que no dia 13 de maio convidemos aqui o Governo, via Ministra Matilde Ribeiro, por exemplo, a Fundação Palmares – Professor Ubiratan Castro de Araújo –, que possamos convidar alguém do mundo do esporte para debatermos, por exemplo, esse infeliz incidente acontecido em São Paulo, sua terra – e, a propósito, quero aqui cumprimentar, em primeiro lugar, a direção do São Paulo Futebol Clube, que deu todo apoio ao atleta Grafite, que fez a denúncia da agressão que ele sofreu do jogador do clube argentino Quilmes, num jogo de futebol, torneio Libertadores da América.

Faço essa reflexão neste momento porque isso não é somente aqui, no Brasil. Nós, infelizmente, temos visto nos estádios europeus, por exemplo, jogadores brasileiros sendo chamados de macacos só porque têm a cor preta, ou seja, porque são negros. Estamos vendo Ronaldinho e outros jogadores fazendo verdadeiras campanhas, em nível mundial, contra o racismo e o preconceito.

Então, nesse 13 de maio – e essa é a justificativa do requerimento da audiência pública – teríamos artistas, jogadores, pessoas do mundo do esporte, e inclusive tenho um depoimento que recebi da mãe da Dayane sobre como ela foi discriminada. Poderíamos trazer alguém da área sindical, política, das associações, enfim, é nossa intenção fazer um grande fórum de debate no dia 13...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Tem o Ministro do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT-RS) – Supremo Tribunal Federal, nosso gaúcho Nelson Jobim será convidado para esse dia. Enfim, quero sintetizar que esse requerimento é de suma importância, e, naturalmente, num segundo momento, teria um outro requerimento que estou trazendo agora e gostaria do aval da Comissão. Se V. Exª assim entender, e o Senador Reginaldo desejar falar sobre essa iniciativa, votaríamos esse e entrariamos no segundo ponto, que será muito rápido porque hoje é só para aprovação de requerimentos.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, com muito prazer estou aqui fazendo parte desta Comissão ao lado de V. Exª, que é um batalhador pela causa. O meu Estado se identifica muito com

essa data de 13 de maio por ser o primeiro Estado a abolir a escravidão no País.

De forma que parabeno V. Ex^a e solicito que se ampliasse mais o debate para que, no dia 13 de maio, fizéssemos uma reunião com um debate mais elástico, amplo, chamando outras etnias, como os indígenas, porque a função desta Comissão é exatamente esta.

Muito obrigado pela idéia.

Acredito que no dia 13 de maio estaremos todos aqui reunidos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP)

– Antes de colocar em votação, gostaria de cumprimentar V. Ex^a, pois, mesmo estando na Presidência, não poderia me calar diante dos fatos que vêm ocorrendo ultimamente.

O que sempre pareceu que iria praticamente desaparecer do conceito de convivência humana começa a ter um retrocesso com essas agressões, que me parece que vêm de fora para dentro, com uma reação inexplicável.

Ontem mesmo, se V. Ex^a permitir, gostaria de cumprimentar o delegado de polícia, que não teve a mínima dúvida de atuar em flagrante o ofensor, que era um estrangeiro, que estava aqui profissionalmente como jogador de futebol e agrediu com ofensas um jogador que é respeitado não só pelas qualidades, como pelo seu comportamento.

Então, acredito que V. Ex^a está no caminho certo para discutirmos, não necessariamente mostrando que existe o racismo, mas que é importante a convivência humana. O Papa João Paulo II viajou para vários países, buscando sempre a paz e a interação entre a Humanidade, o respeito entre homens e mulheres e que não houvesse nem cor nem condição econômica, que todos seriam iguais perante os semelhantes.

Assim, cumprimento V. Ex^a e coloco o requerimento em votação.

Senador, estamos votando um requerimento do Senador Paulo Paim para que, no dia 13 de maio, tenhamos, ao invés de uma festa, uma audiência pública na qual se discutam as últimas agressões, as divergências raciais que têm surgido. Então, ele elencou alguns nomes, e depois, se V. Ex^a quiser, poderá, em combinação com o Senador Paulo Paim, elencar pessoas que podem vir, talvez até Dom Paulo Evaristo Arns, que deve estar sentindo saudades de conversar com o povo.

Vou colocar em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Repasso a Presidência ao Senador Paulo Paim. Ou V. Ex^a quer ler outro requerimento?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se V. Ex^a me permitir, trouxe um outro requerimento que encaminharei ao plenário. Seria importante que não fosse uma iniciativa somente minha, mas desta Comissão, com a assinatura, inclusive, dos Srs. Senadores. Se me permitir, faço uma leitura rápida do requerimento que proponho à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Requerimento. Nos termos do art. 222 do Regimento da Casa, requeiro voto de solidariedade e moção de apoio ao atleta Grafite e ao São Paulo Futebol Clube pelo ato de coragem diante do incidente de racismo ocorrido na partida de futebol entre o clube brasileiro São Paulo e o clube argentino Quilmes, na noite do dia 13 de abril de 2005, pelo torneio de futebol Libertadores da América, acontecimento este de alta significação nacional e internacional, quando posiciona o Brasil como expoente de luta contra as discriminações raciais.

Justificação.

No momento em que vemos uma onda crescente de atos de racismo no mundo todo e com agravantes desses incidentes ocorrerem no meio esportivo, onde se tem sempre um alto sentimento de relação patriótica pessoal e humana, não podemos deixar de enaltecer a atitude desse atleta e desse clube, que corajosamente se pôs contra a discriminação e a injúria do racismo. A lei que hoje proporcionou e sustentou a posição do atleta e da nossa polícia, via delegado federal, em São Paulo, felizmente, Srs. Senadores, é de minha autoria, quando, ainda Deputado Federal – e hoje sou Senador da República –, aprovamos a Lei nº 7.719, de 1989. Foi aprovada por unanimidade na Câmara e no Senado.

Essa lei diz que todo crime de injúria quando se liga à questão racial é crime que não prescreve e é inafiançável. Sabemos que não só no Brasil, mas, como V. Ex^a disse, Senador Romeu Tuma, cresce no mundo todo a onda do nazismo e do racismo. Tenho visto na televisão, nos estádios europeus, infelizmente, a bandeira nazista exposta frente à torcida, e jogador brasileiro sendo chamado de macaco. Isso é inaceitável. Portanto, o exemplo do jogador Grafite merece toda a nossa solidariedade. Por isso, estou encaminhando, baseado no art. 222, um requerimento de solidariedade à postura do jogador agredido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Senador Paulo Paim, desculpe-me. Tenho a impressão de que foi um delegado da Polícia Civil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Foi da Polícia de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP)

– E tem um detalhe que V. Exª esclarece, e é bom que a opinião pública tome conhecimento. Na entrevista com o delegado, a repórter e o entrevistador do estúdio mandaram perguntar: “Se for afiançável, ele pode viajar?”. E V. Exª esclarece que tornou inafiançável o crime. Então, agora ficou difícil para o juiz ter uma solução.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A lei diz

que o crime não prescreve e é inafiançável. Está lá no processo. Uma vez confirmado que ele cometeu o crime, ele não poderá somente com uma fiança resolver o problema: terá que responder à pena de reclusão. Aqui ou lá. Terá que haver entendimento entre o Governo brasileiro e o argentino.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP)

– Era esse o problema que surgiu. Ainda me pareceu que era inafiançável.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É inafiançável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP)

– Fiquei na dúvida e iria pedir a lei.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou dizer. É a Lei 7.716.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP)

– É bom V. Exª se dirigir à televisão para que haja uma consulta dos juristas porque sempre fica essa dúvida, porque essa lei é recém-editada e praticamente ainda não aplicada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É uma

lei de 1989, Lei 7.716. Eu alterei, porque, no passado, tínhamos no Brasil a Lei Afonso Arinos. Depois, por uma questão até de justiça, e quero aqui fazer justiça, nós, quando fomos constituintes, assegurávamos na Constituição que todo crime de racismo é inafiançável e não prescreve.

Daí, o ex-Deputado Federal Kao, assim chamado. Eu fui relator da Lei que regulamentou, e lá nos colocamos que “Todo de crime de racismo, etc, etc, etc” Aí vêm todas as penalidades, que, neste caso, é de um a três anos de prisão. Depois eu alterei, por meio de uma iniciativa própria, a Lei Kao, incluindo e condenando todo crime de nazismo, porque aqueles que são preconceituosos estavam fugindo da força da justiça, alegando “Não, foi uma injúria”.

Eu coloquei na lei que, mesmo no caso de injúria, quando se refere à questão racial e religiosa, é também imprescritível e inafiançável. Ele poderá até ser liberto. O processo é instalado, e, uma vez condenado, ele vai ter de cumprir a prisão, como se chama?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP)

– Reclusão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Reclusão.

Esse é o termo que eu estava à procura, como lembrou o nosso Senador e comandante nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP)

– Ele foi autuado em flagrante. Não é um processo de denúncia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) –

Ele foi preso no momento da ofensa, da agressão moral. Então, acredito que já deve ter sido encaminhado hoje o relatório ao juiz para uma decisão, porque ele teria de ser transferido para uma unidade prisional.

Pela manhã, eu acompanhei isso, porque é um assunto jurídico importante, inclusive socialmente falando. E há essa luta de V. Exª, desde que vi V. Exª sentado na cadeira do Senado, pela postura de defesa dos interesses daqueles que não têm uma defesa correta, dos idosos, dos jovens, das crianças, dos discriminados pela cor ou pela religiosidade. Então, acabamos nos motivando também a acompanhar a sua luta por ser ela correta e de interesse moral e humanístico.

Pergunto aos Srs. Senadores se V. Exªs concordam em endossar esse requerimento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT-RS) – Nós vamos encaminhá-lo ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP)

– ..., que é de autoria do Senador Paulo Paim, para, em nome da Comissão, pedir que ele seja apreciado.

Creio que ninguém é contrário.

Se V. Exª desejar falar algo, esteja à vontade.

O nosso sempre Senador Eurípedes acho que está interessado no assunto e nos honra com a sua presença aqui, pelo que agradecemos.

A Comissão respalda, o que não seria necessário, mas é para uma satisfação pessoal nossa. Eu penso que isso é importante. E V. Exª tem a Presidência à disposição agora, para reassumi-la e encerrar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS)

– Eu encerro a presente reunião, registrando a minha alegria de, na nossa primeira atividade nesta Comissão, termos aprovado um grande debate sobre a questão racial, que vai envolver também o mundo dos esportes, no dia 13 de maio, data em que se fazem neste País muitos atos de homenagem. Precisamos debater e quem sabe até alterar a lei que trata dessa matéria no mundo dos esportes, mediante o fato denunciado pela imprensa que aconteceu ontem, à noite.

Ainda comunico que o Presidente da República em exercício, José Alencar, receberá agora, às 11 horas, pois estão aqui em Brasília cerca de cinco mil líderes aposentados de todos os Estados – eu fiz con-

tato com S. Ex^a agora, pela manhã, e quero de público dar esse depoimento a ele, eu lhe pedi hoje pela manhã e ele confirmou –, uma Comissão de aposentados composta de um representante de cada Estado, junto com os Deputados e Senadores que puderem acompanhar. Com mais esse depoimento, mais uma informação, encerro a reunião.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 10h39min.)

Ata da 3ª Reunião (Ordinária) da Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão, no Âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, Convocada Para o Dia 13 de Maio de 2005, Sexta-feira, às 10:00 Horas, no Plenário do Senado Federal.

Às dez horas e quinze minutos do dia quatorze de abril de dois mil e cinco, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência do Senador **PAULO PAIM**, reúne-se a **SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO** com a presença dos Senhores Senadores: **MÃO SANTA E CRISTOVAM BUARQUE**. Justificou ausência o Senador Romeu Tuma. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente reunião tem como objetivo o item único da pauta, o Requerimento nº 01, de autoria do Senador Paulo Paim, de audiência pública, com autoridades representantes do governo e de entidades civis organizadas, para tratar das “questões raciais”. Usaram da palavra os Senhores Senadores membros da Comissão: Paulo Paim e , Cristovam Buarque e Mão Santa; os Senhores Senadores não membros Tião Viana e Rodolpho Tourinho; Os Ex-Senadores Eurípedes Miranda e Abdias do Nascimento. O Vice-Presidente do Senado, Senador Tião Viana convida o atleta do São Paulo Futebol Clube, Edinaldo Batista Libânio (Grafite), para, de pé, receber o voto do Senado Federal de solidariedade e moção de apoio pelo ato de coragem diante do incidente de racismo ocorrido na partida de futebol entre o clube brasileiro São Paulo e o clube argentino Quilmes, na noite do dia 13 de abril de 2005, pelo torneio de futebol, Libertadores da América, nos termos do Requerimento nº 274, de 2005, do Senado Federal. Compareceram os seguintes convidados: A Senhora Matilde Ribeiro (Ministra da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial), Deputado Federal Reginaldo Germano, a Senhora Edna Roland, Senhor Ubiratan Castro de Araújo, Senhora Conceição Lourenço (da revista Raça Brasil), Senhor Ubiratan de Oliveira (da CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil), Senhor José Vicente

(da Afrobras), Senhora Teresa Ferreira da Silva, Carlos Moura, Professor Nelson Olocofá Inocêncio, Senhor João Lima (da Cobap), os Senhores Mário e Fabiano (Consultores Legislativos do Senado), o Embaixador do Equador, Exmo. Sr. Diego Ribadeneira Espinosa e a Senhora Conselheira Lourdes, o Senhor Embaixador da Rússia Vladimir Tyurdenev, Senhora Teresa Ferreira da Silva (Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro – CDN do DF), Senhora Deuselina de Souza (Presidente da Associação Kalunga, de Cavalcante/GO), Professor Ivair Augusto Alves dos Santos – representante do Ministro Nilmário Miranda, Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Senhor Carlos Moura (Secretário-Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz, da CNBB) e Senhor Tico (representante dos calungas), entre outros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às quatorze horas e trinta minutos minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Subcomissão da Igualdade Racial e Inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Peço aos senhores convidados que tomem seus lugares no plenário do Senado Federal.

Declaro aberta a reunião da Subcomissão da Igualdade Racial e Inclusão da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A presente reunião destina-se a tratar das questões raciais por ocasião desta data 13 de maio, data em que foi abolida a escravidão no Brasil

O Presidente da Subcomissão de Igualdade Racial e Inclusão convidou Ministros de Estados, ex-Senadores, Embaixadores, artistas e personalidades ligadas às questões raciais.

Convido para comporem a Mesa o eminente Senador Paulo Paim, Presidente da Subcomissão de Igualdade Racial e Inclusão. (Palmas.)

Eminente Senador Mão Santa, Vice-Presidente da Subcomissão de Igualdade Racial e Inclusão. (Palmas.)

Sr. Edinaldo Batista Libânio, carinhosamente conhecido pela torcida brasileiro como Grafite. (Palmas.)

Com muita honra, um símbolo da luta pela igualdade racial e contra a discriminação, o eminente ex-Senador Abdias do Nascimento. (Palmas.)

Convido ainda a Exm^a Sr^a Ministra de Estado Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. (Palmas.)

Ouviremos, agora, de pé, o Hino Nacional, na voz da cantora Luciana Oliveira, acompanhada do violinista João Ferreira.

(Procede-se à execução do Hino Nacional)

(Palmas.)

A SRª LUCIANA OLIVEIRA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Vamos dar início aos trabalhos homenageando, inicialmente, o profissional do futebol Edinaldo Batista Libânio, o Grafite, atendendo a um requerimento que gerou um voto de solidariedade do Senado Federal brasileiro, e de cujo teor passo a fazer a leitura:

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade e moção de apoio ao atleta Grafite, do São Paulo Futebol Clube, pelo ato de coragem diante do incidente de racismo ocorrido na partida de futebol entre o clube brasileiro São Paulo e o clube argentino Quilmes, na noite do dia 13 de abril de 2005, pelo torneio de futebol Libertadores das Américas, acontecimento esse de alta significação nacional e internacional, quando posiciona o Brasil como expoente da luta contra a discriminação racial.

Justificação

No momento em que vemos uma onda crescente de atos de racismo no mundo todo, e com o agravante desses incidentes ocorrerem no meio esportivo, onde se tem o mais alto sentimento de realização patriótica e pessoal, não podemos deixar de enaltecer a atitude desse atleta, que corajosamente se pôs contra a discriminação e a injúria do racismo.

Muito tenho lutado para que fatos como esse não mais ocorram em nosso País. A Lei nº 7.716, de 1989, de minha autoria, quando no mandato de Deputado Federal, é que hoje propiciou e sustentou a posição do atleta Grafite, do São Paulo Futebol Clube.

Sabemos que não só no Brasil, mas em todo o mundo, cresce a onda do neonazismo e do racismo, razão por que devemos manifestar solidariedade e conduzir moção de apoio ao ato desse atleta que, com coragem, mostrou que, no Brasil, atos como esse são reprováveis.

Por tudo, entendemos que é de crucial importância a aprovação deste requerimento.

Emitiu tal requerimento, na sala de sessões, no dia 14 de abril de 2005, com a aprovação, sendo transformado num voto de solidariedade do Senado Federal, o eminente Senador Paulo Paim.

Convido nosso atleta Grafite, para, de pé, receber o voto de solidariedade do Senado Federal. (Palmas.)

Srªs e Srs. Senadores, neste momento, damos início de fato à presente reunião.

Srªs e Srs. convidados, Ministros de Estado, representantes diplomáticos, autoridades, deixo apenas como mensagem, em nome do eminente Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, e em meu próprio, a satisfação que tem o Senado Federal em contribuir na luta pela igualdade racial, contra toda e qualquer forma de discriminação. Externo, com absoluta emoção, a certeza de que o nosso País tem dado passos significativos. Graças à coragem dos representantes públicos do movimento social organizado, estamos caminhando, tendo como horizonte a efetiva consolidação da democracia racial, que se deve impor sempre como um desafio moral de nosso tempo. Não tenho dúvida de que nenhum flagelo da humanidade envergonhou mais todas as civilizações do que a discriminação racial, seja contra os irmãos africanos, seja na perseguição nazista aos judeus ou qualquer outra forma. Graças a Deus, temos um País com a coragem de se afirmar na luta efetiva contra a discriminação racial. Que sejamos capazes de acreditar sempre na autodeterminação do povo brasileiro de fazer com que as suas instituições públicas sejam um instrumento efetivo da construção de um amanhã em que se afirme, de fato, o amor pela pessoa humana; em que se afirme, de fato, aquele dizer bíblico de que sejamos capazes de amar o próximo como a nós mesmos. Assim, teremos um horizonte muito melhor.

Que as marcas deixadas pelo racismo, pela discriminação racial, estejam também contempladas naquele momento dos mais bonitos da história republicana em que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, numa viagem ao continente africano, ao visitar a saída dos portos que levavam os escravos para a América – trouxeram mais de 12 milhões de escravos para a América –, na porta chamada “Nunca Mais”, teve a coragem, num gesto tão grande e tão nobre, como o do Papa João Paulo II, que pediu perdão pelos atos da inquisição, de pedir perdão pelo passado da escravidão que vigorou diante de muitos povos americanos.

Então, na hora em que prestamos homenagem ao jogador Grafite e a toda a sociedade brasileira, lembremo-nos daquilo que disse o apóstolo Paulo: “Não há ferida que não cicatrize”. Toda ferida cicatriza. Então, que as feridas abertas pela discriminação racial sejam fechadas, no dizer de Gilberto Freire, “num país da democracia racial”.

Muito obrigado.

Passo a Presidência dos trabalhos, com muita alegria, satisfação e justo reconhecimento ao Presidente da Subcomissão, nobre Senador Paulo Paim.

(Palmas.)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR TIÃO VIANA.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim – Bloco/PT – RS) – Sr^{as} e Srs. Ministros, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, Ministra Matilde Ribeiro, que faz parte da Mesa, meu querido vice-Presidente, Senador Mão Santa, nosso sempre Senador Abdias do Nascimento, prezado Grafite, é com muito orgulho que abro este debate em uma audiência pública. Ao mesmo tempo, fazemos aqui, neste 13 de maio, uma reflexão sobre a caminhada do povo negro.

É nossa intenção desenvolver esta audiência da seguinte forma: passaremos, num primeiro momento, a palavra à Mesa; em seguida, falarão os dois Relatores manifestando o seu entendimento sobre o Estatuto da Igualdade Racial, que está em debate na Câmara e no Senado. Logo após, falarão os Senadores e, depois, franquearemos a palavra aos convidados, para que dêem o seu depoimento não só sobre o Estatuto, mas também sobre tudo que esteja ligado à nossa história, à caminhada na luta permanente contra o preconceito e o racismo.

De imediato, iniciamos nossa audiência pública e também de homenagem – por que não dizer? – à caminhada daqueles que dedicaram a sua vida, a sua luta, a sua história à defesa permanente daqueles que são discriminados.

Com muita satisfação, concedo a palavra ao primeiro orador que usará da tribuna, o Grafite, companheiro de luta, que foi muito bem homenageado pelo Presidente Tião Viana.

O SR. EDINALDO BATISTA LIBÂNIO – Bom-dia a todos. Agradeço a todos os presentes, aos que compõem a Mesa e, também, aos que não puderam estar presentes o apoio e a solidariedade demonstrados nas manifestações que recebi esses dias, depois do fato que ocorreu comigo numa partida de futebol.

Gostaria de que todas as pessoas que sofrem preconceito de cor, de sexo, de raça, ou qualquer tipo de preconceito recebessem o mesmo tratamento, a mesma solidariedade e o mesmo respaldo que recebi de todos aqui presentes, do pessoal do São Paulo, da Justiça, da própria Polícia, que me ajudou. Sabemos que a Polícia socorre as pessoas todos os dias e a toda hora no Brasil e no mundo, mas nem todas as pessoas têm a visibilidade que eu tenho, pelo que eu faço, pelo dom que Deus me deu, que é jogar futebol.

Então, em nome dessas pessoas, peço que todos recebam o respaldo que eu tive nessa luta que estou iniciando junto com vocês. Eu não fazia parte dessa luta, devido à falta de tempo, à minha agenda, mas, a partir de hoje, tentarei conciliar meu tempo, minha agenda para continuar nessa luta com vocês.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É com satisfação que, neste momento, passamos a palavra à Exm^a Sr^a Matilde Ribeiro, Ministra da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial. (Palmas.)

A SR^a MATILDE RIBEIRO (Ministra da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial) – Muito bom-dia a todos e a todas aqui presentes, aos componentes da Mesa e um grande abraço, pela iniciativa, ao Senador Paulo Paim, que não apenas traz o debate num dia como o 13 de Maio, mas que também traz aqui para dentro desta Casa, cotidianamente, as reflexões, junto com as demais autoridades do Senado Federal. A superação do racismo é uma tarefa árdua que deve ser executada diariamente não apenas pelas pessoas que exercem cargos públicos, mas por todo cidadão e por toda cidadã que têm a sensibilidade de se indignar com a injustiça.

Quero começar dizendo ao Grafite que seja bem-vindo. Todos nós tivemos o dia em que algo aconteceu nas nossas vidas que nos fez mudar de rota, que nos fez agregar um componente, o componente militante, no nosso cotidiano. E nós podemos fazer isso de todas as formas. Não é preciso ficar horas e horas em reunião, como muitos de nós ficamos – reuniões sem fim –, nem é preciso subir em palanques. A forma de reação às injustiças que nos acometem, ou a cada cidadão ou cidadã brasileira, a forma de reagir a isso pode ser simples, mas tem que ser firme. Parabenizo-o, Grafite, pela sua firmeza e pela sua coragem. (Palmas.)

O Brasil merece que pessoas que atuem nos mais variados espaços coloquem-se à disposição da maneira mais simples que puderem, mas que se coloquem à disposição.

E eu quero dizer a você, Grafite, que tantos outros não tiveram a mesma sorte. Quero aqui lembrar o caso ocorrido lá em São Paulo, no nosso Estado. Flávio Santana, um jovem dentista de 29 anos, foi morto quando voltava do aeroporto. Flávio, certamente, poderia ser mais um de nós nesta trilha que não sabemos qual será o final. Mas ele se foi. E a família de Flávio, também num ato de indignação, tornou-se militante. O pai do Flávio é encontrado nos mais variados lugares não apenas contando o que aconteceu com seu filho, mas também se colocando à disposição para atuar

cotidianamente em memória do seu filho, em nome da justiça e da igualdade em nosso País.

Então, que bom que o seu caso teve visibilidade! Cada um de nós acaba virando um caso quando acontece uma visibilidade para a ação cotidiana que ocorre com todos – no ponto de ônibus, nos locais de trabalho, nos locais de diversão. Mas quando um de nós que está mais visível se coloca publicamente a partir da sua indignação, nós nos tornamos um caso. E que este caso seja para o bem.

Parabéns! (Palmas.)

Quero também dividir com vocês a minha grande admiração pelo nosso mestre Abdias – não é, mestre? Abdias é uma pessoa que, freqüentemente, tem participado de atividades aqui em Brasília nos seus 91 anos de idade. Mas Abdias tem um histórico. A partir de um dado momento da sua vida – ele certamente poderá falar qual –, ele foi iluminado para se colocar a serviço desta luta tão valiosa para o Brasil e para o mundo.

Obrigada por você existir, Abdias. (Palmas.)

Divido aqui com vocês algumas informações e também algumas reflexões e vou começar fazendo coro com o Senador Tião Viana, quando fala da última viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à África. Tenho, repetidas vezes, resgatado essa emoção que nós vivemos ali. Reginaldo Germano estava conosco, bem como Ubiratan Castro, da Fundação Cultural Palmares.

Tenho dito, em lugares públicos, o quão emocionante foi estar na Ilha de Gorée, naquele espaço que, séculos atrás, foi um divisor de águas para muitos dos nossos antepassados e que deixou marcas na história que nós não conhecemos. O Brasil não conhece essa história que nós pudemos viver um pedacinho. Acho extremamente importante que o Brasil a conheça, porque, de lá para cá, nós tivemos o desenvolvimento de uma história contra a qual devemos, como brasileiros, ter indignação, mas ao mesmo tempo ter uma proposição para mudança.

Na Ilha de Gorée, existe hoje um museu. Séculos atrás, era um entreposto, um depósito, por onde passavam os africanos capturados, homens e mulheres, e num momento da vida perderam o que há de mais precioso, que é a liberdade. Quando entravam naquele depósito, naquele entreposto, o destino estava traçado. O Senador Tião Viana citou a simbologia da Porta do Nunca Mais: do lado de dentro da porta, desesperança, descrença, desespero. Porque os africanos, nossos antepassados, aprenderam que, depois daquela porta, o destino lhes reservava o navio negreiro. Ao entrarem no navio negreiro, duas alternativas: uma delas, que poderia ser um basta, seria se jogarem no oceano; a outra, serem distribuídos para as Américas – América

do Norte, Cuba, Haiti, Brasil – e cheguem aqui como um instrumento de trabalho, como mais uma ferramenta a serviço de uma escravidão que durou séculos e que simbolicamente no dia 13 de maio de 1888 deixou de existir, mas deixou de existir apenas formalmente.

A Porta do Nunca Mais passou a ter para mim um significado de reflexão, que devemos absorver em nosso cotidiano, um divisor de águas, como eu já disse: do lado de dentro, a desesperança; do lado de fora, a escravidão. E de lá para cá, aqui no Brasil, o tempo passou, séculos passaram, sem que esses nossos antepassados tivessem a sorte que hoje temos de bradar publicamente pela liberdade e pela justiça. Mas eles lutaram com as armas que tinham. E a sua resistência, a resistência de tantos, de milhares, possibilitou-nos hoje, 117 anos após a abolição da escravidão, estar aqui, num espaço como este, fazendo uma reflexão, demonstrando a nossa indignação e também a nossa proposição para mudança.

Dizem que a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea a lápis. Esta é uma simbologia também, considerando que, após o dia 13 de maio de 1888, no dia 14 de maio, os nossos antepassados tinham, sim, motivos para comemorar. Eles não tinham mais a marca de ser apenas uma ferramenta para o trabalho. Mas não tinham a alegria de poderem se ver fazendo parte de uma sociedade a partir da sua capacidade de trabalho e de luta.

Não lhes foi dada a condição de ingressar na sociedade como homens e mulheres livres. Não lhes foi dada a condição de trabalho, de moradia, de educação. E é muito fácil chegar ao fim de uma equação que, para os dias de hoje, pode ser facilmente identificada pelos nossos dados de pesquisa. As instituições públicas e também particulares dizem a mesma coisa. Nós somos cerca de 50% da população brasileira e esses 50% de negros, de afrodescendentes, são os mais pobres entre os pobres e são os que têm maiores dificuldades para acesso a bens e serviços. E é justamente diante desta realidade que nós devemos – vou dizer mais uma vez – nos indignar e ter ações concretas.

O Governo Federal, na figura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao criar, em 2003 – em 21 de março de 2003 – a Secretaria Especial de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial, deu mais um passo na construção desta tão almejada igualdade. O Presidente, primeiro, reconheceu, mais uma vez – e não foi o único –, que o racismo existe em nosso País, mas, além disso, reconheceu que é papel dos governos, que é papel do Governo Federal, contribuir para a superação do racismo. O Governo Federal não é o único ente responsável por traçar esses caminhos para a superação do racismo, mas é um ente importante

e, assim, há dois anos e alguns meses, nós estamos construindo a política nacional de promoção da igualdade racial. Pela primeira vez na história, nós temos um organismo com **status** de Ministério. Anteriormente, em 1988, foi criada a Fundação Cultural Palmares, presidida por Ubiratan Castro, com o papel de tratar da Agenda Cultural, da Valorização e Fomento da Cultura Negra no Brasil.

Esta Secretaria, cuja sigla é SEPPIR, tem o papel de coordenar as políticas de Governo visando à promoção da igualdade racial. A nossa principal prioridade, delegada a mim pelo Presidente Lula, é a coordenação das políticas de quilombo. Para quem não sabe, quilombo é um território em que vive uma comunidade que tem sua resistência, persistência e convívio a partir das marcas da escravidão, mas com o componente central de resistência. As comunidades remanescentes de quilombo no Brasil são muitas. Estão mapeadas cerca de 1.800 comunidades, mas sabemos que o número é muito maior do que este. São territórios desconhecidos por grande parte da população brasileira. E cabe ao Governo atender às demandas históricas dessa comunidade e à sociedade civil, por intermédio de suas diversas instituições, somar-se a essa iniciativa do Governo.

Mas também devemos tratar diretamente de educação, trabalho, saúde, moradia, cultura, valorização da religiosidade de matriz africana, segurança pública. Em todas as áreas da política pública deste País, cabe a inclusão das políticas de promoção da igualdade racial, como uma forma de sermos realistas e de sermos construtores de uma nova história. Digo realistas justamente porque, no Brasil, aconteceu um fenômeno durante muitos séculos. Durante muitos dias de nossas vidas, não se podia falar em racismo, não se podia falar em escravidão. Havia uma intenção de apagar esse passado da nossa história. E nós reafirmamos que esse passado de escravidão, por mais nefasto que tenha sido, tem que ser lembrado, tem que ser tratado justamente para que possamos superar o resultado, que é a desigualdade racial, que é a não inclusão que acomete os nossos dias, durante todos esses séculos.

O ano de 2005 foi instituído pelo Presidente da República como o Ano Nacional da Promoção da Igualdade Racial. Esse é um fato novo na nossa história. Temos o ano todo para debater o tema, para colocar o tema nas nossas pautas de trabalho, mas também para avançar em resultados concretos visando à inclusão da população negra e à superação do racismo.

O ano de 2005, portanto, deve se uma marca na agenda do Brasil, considerando que não é apenas papel dos negros e das negras colocarem-se a

serviço para a superação do racismo. Essa deve ser responsabilidade de todas as pessoas que acreditam que o mundo pode ser justo e igualitário e que não há democracia com racismo.

É justamente com base nessas idéias e formulações que estamos trabalhando para construir a política nacional de promoção da igualdade racial. Estamos chegando perto do período referente a 30 de junho a 2 de julho, quando da realização da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que reunirá mil delegados e delegadas de todo o Brasil.

Estão ocorrendo as conferências estaduais preparatórias. Acabo de voltar de uma, em Belém do Pará, onde estava anteontem. Já houve 12 conferências estaduais e no mês de maio serão mais 15, para completar os 27 Estados do País. Além dessas conferências estaduais, haverá também duas consultas: uma indígena e outra quilombola, considerando a importância de esses temas serem destacados além da vida e da proposição de cada Estado.

Convido todos, então, que possam fazer parte da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, fazendo um convite especial ao Grafite, que se colocou à disposição para estar conosco nessa empreitada. Essa conferência ocorrerá em Brasília e será um marco de debate – não é o primeiro nacional nem a primeira atividade que haverá em Brasília. Mas é a primeira atividade com esse caráter de uma conferência pública chamada pelo Governo Federal. Portanto, será um momento de demonstração das nossas ações e também das nossas dificuldades, mas será o momento de demonstrarmos mais uma vez para o Brasil que o Governo deve se comprometer com a superação do racismo e que deve fazer isso de mãos dadas com a sociedade civil, fazendo jus ao perdão que o Presidente pediu na África e a sua formulação de que devemos, sim, pagar uma dívida histórica para com a população negra que foi escravizada durante séculos neste País. E para isso devemos estar juntos.

Parabenizo a iniciativa mais uma vez e entendo que o Governo Federal pode e deve estar aliado ao Senado e ao Congresso Nacional principalmente para fazer tramitar aqui dentro dois projetos de lei que nos dizem respeito diretamente, que é o projeto de lei que prevê a reserva de vagas para alunos oriundos das escolas públicas, considerando negros e indígenas, a reserva de vagas nas universidades públicas e o Estatuto da Igualdade Racial que poderá contribuir para que o Estado se comprometa também com esse intuito histórico de superar o racismo e que os governos executem a partir de uma definição de Estado.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Registramos a presença entre nós do Embaixador da República do Cameroun, Martin Mbarga Nguele, e também do Embaixador do Irã, Seyed Jafar. É também com alegria que registro, aqui no nosso plenário, a presença dos seguintes Senadores: Eduardo Suplicy, Tião Viana, Heráclito Fortes, Pedro Simon, Mão Santa, Rodolpho Tourinho, que é Relator do Estatuto, aqui no Senado, Cristovam Buarque e do Deputado Reginaldo Germano. Todos os demais participantes que têm convites serão citados no desenrolar dos trabalhos.

Com muita satisfação, passo a palavra ao nosso sempre Senador e Líder, diria, tomara que por muito mais de um século, Abdias. Falamos com essa liberdade, porque, como foi feliz a Ministra ao dizer, o Abdias é o nosso mestre.

Então, com a palavra, o nosso Abdias, e, em seguida, falarão os Senadores e Deputados. (Palmas.)

O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO – Sr. Presidente, a minha voz já está rouca, cansada, enferma, mas será sempre indignada, será sempre uma voz de combate, se possível fosse, uma voz de labaredas de fogo, em cujas lavas incandescentes poderíamos torrar essa sobra de racismo e de colonialismo que ainda há do tempo da escravidão, apesar da Lei Áurea, apesar da República.

Os negros e os afrodescendentes estão se levantando não para mendigar justiça, não para mendigar piedade, não para mendigar um pedacinho do pão que sobra da mesa dos afortunados, desses eternos herdeiros daquilo que o nosso sangue, daquilo que os nossos antepassados criaram, que foi a riqueza do Brasil.

Ninguém aponta que a base dessa economia da qual o Brasil tanto se orgulha – aliás, já houve alguém que apontou, como Joaquim Nabuco – foi o esforço, foi o sangue, foi o sacrifício de todo o povo que veio para cá debaixo de correntes, debaixo de chicotes.

A minha voz não é nunca essa de acalmar os ânimos e pedir paciência, de pedir que os nossos irmãos sejam mais caridosos e esperem mais um pouco, que o tempo vai resolver esse problema no país. Não vim trazer esse tipo de palavra de paz; vim aqui, muito pelo contrário, trazer a palavra indignada de rebelião, trazer a palavra incitadora de todo gesto de desobediência civil, de recusa, de rejeição a todo ato, a todo pensamento, a toda pretensão que às vezes reponta no mapa da nossa sociedade, daqueles que ainda querem reproduzir em pleno século XXI as mesmas características de tratamento dos séculos XIV, XV e XVI, sei lá. Enfim, venho aqui, sou partidário, sou solidário, são meus irmãos aqueles que querem a rebelião. (Palmas.)

Não temos de pedir licença, não temos de mendigar caridade, não temos de falar de cabeça baixa. Temos que olhar nos olhos desses que se julgam donos da vida, que se julgam donos do Brasil, que possuem os latifúndios e as indústrias de todo tipo, agrária e maquinária, que possuem o poder econômico, o poder político e o Poder Judiciário, que possuem tudo na mão.

Temos que rejeitar esse tipo de canga, de submissão à classe dominante, herdeira de toda a classe dominante dos séculos passados, que ainda desfrutava disso e se julga a única proprietária. Temos que reagir com desassombro, porque para isso implantamos uma democracia. A democracia não tem que ser somente um nome ou uma legenda. Ela tem que funcionar na vida cotidiana dos brasileiros. Vamos todos fazer com que a democracia seja um ente, seja algo vivo, seja um instrumento diário da transformação do País.

O Brasil não gosta muito de ouvir essas verdades.

Durante o meu mandato de Deputado Federal e de Senador da República, apresentei projetos, todos eles tentando mudar alguma coisa. Todos esses projetos estão publicados. Não se trata de nenhum documento secreto. Na Câmara dos Deputados, publiquei seis volumes dedicados ao combate ao racismo. Este aqui é o primeiro volume. No Senado, eu também publiquei outros seis volumes de discursos e de projetos de lei, todos eles referentes ao problema das relações de raça e da existência penosa e sofrida dessa multidão de afrodescendentes que até hoje não conseguiu fazer com que a lei de 13 de maio de 1888 seja realmente para valer.

Até hoje somos surrados, baleados, assassinados e tudo fica por isso mesmo. Parece que matar negro não é crime neste País, porque se mata negro como se mata cachorro e fica tudo por isso mesmo. Os inquéritos ficam nas gavetas. É esse o País que nós construímos, que o negro construiu, que o africano escravizado construiu.

Nesse primeiro volume, que trata do combate ao racismo, publicado pela Câmara dos Deputados em 1983, estão publicados vários projetos de lei, sobretudo o que define o racismo como crime de lesa-humanidade e outros que compõem o que se costuma chamar de políticas públicas para os afrodescendentes.

Não trouxe esses livros para enfeitar a minha biografia, mas para oferecer à Subcomissão como elementos para suas pesquisas.

Outro que ofereço é **O Quilombismo**, uma proposta de organização social e política do País. Trata-se de uma proposta para afrodescendentes mas também para todo o Brasil democrático. A obra foi republicada

recentemente, graças à iniciativa do professor Ubiratan Castro e da Fundação Palmares. (Palmas.)

Há aqui também uma peça de teatro que até hoje não foi à cena. Claro que fazer teatro no Brasil sempre é uma aventura difícil e cara, mas em se tratando de teatro desse tipo, as dificuldades triplicam. Mas um dia a nossa comunidade vai colocá-la em cena e vai enfrentar, com toda a certeza, a ira de uma platéia que não vai concordar com as idéias dos personagens. Mas isso é assim mesmo. Se o teatro não conseguir uma reação à altura é porque também a peça não funcionou.

Este é um livro de poesias com base nos elementos da cultura africana, da nossa história de tráfico, de escravidão e de vítimas da discriminação e do preconceito. Também se faz poesia com lágrimas, com choro, com sangue. (Palmas.)

Esta aqui é a última obra que fiz. Aliás, ainda, estou fazendo, porque ainda não se encerrou. Não se trata bem de uma exposição de quadros, mas de uma exposição de vida, de existência, que estava até ontem no Arquivo Nacional, na antiga Casa da Moeda. Ela se realizou pela magia, pela dedicação, pelo amor da minha esposa, Elisa Larkin, que está presente. (Palmas.) Ela organizou essa exposição e conseguiu reunir documentos, fotos e muitos acontecimentos da minha vida, de que eu nem me lembrava mais de ter sido protagonista. Ela fez essa exposição que é todo o retrato de 91 anos de existência. Está tudo lá documentado. O que tenho em mãos pretende ser um catálogo da exposição, mas não chega a isso porque a exposição é muito ampla, é preciso muito material para se fazer uma exposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos torcer para que a exposição venha para Brasília.

O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO – Não vou repetir minha indignação contra o racismo porque ela já está mais que sabida, pelos vários livros publicados, por 91 anos gritando, falando e apostrofando. Assim, vou deixar de falar nisso.

Agora, eu queria reiterar essa mensagem do nosso grande Senador Paulo Paim, porque S. Ex^a tem uma proposta muito séria e devemos todos serrar fileiras para que ela se torne realidade. Refiro-me à Carta da Igualdade Racial. Considero essa iniciativa muito importante. (Palmas.) É assim que vamos vencendo as etapas. Em cada etapa da nossa história, há sempre algo que fica e vai cimentando. Já houve, por exemplo, a etapa da luta pelos territórios quilombolas. E vejo que está presente no plenário um campeão daquele tempo, o craque daquela época, Carlos Moura. (Palmas.) Espero que essa etapa do nosso Senador Paulo Paim também seja muito proveitosa – aliás, já está sendo.

Mas se nos unirmos em torno dos objetivos, das propostas de S. Ex^a, creio que vamos alavancar nossa história e conquistar novos avanços.

Há alguém de São Paulo aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A serviço da raça.

O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO – Também sou, mas não sei se estão em dia com os fatos de São Paulo. Recebi uma notícia hoje que me deixou muito feliz, alegre, contente da vida: o nosso Hédio Silva Júnior é Secretário de Justiça do Estado de São Paulo. (Palmas.) Essa é uma notícia muito boa, porque o Hédio é um advogado competente, que tem feito pesquisas muito importantes nesse campo de nossa busca de justiça social, e é também uma pessoa dedicada ao nosso povo, à nossa gente. Assim, ele terá oportunidade de fazer coisas muito boas, muito positivas para nossa comunidade.

Sabemos das dificuldades de quem assume esses cargos no Governo, porque há tantas forças que se chocam que às vezes o titular tem toda a boa vontade, mas não consegue realizar, por causa dessa luta que há na sociedade. Uma sociedade que não está morta é assim mesmo, tem que lutar por seus ideais. Mas espero que o Hédio possa realmente fazer algo de muito bom lá na Secretaria. Em um Estado poderoso uma Secretaria desse tipo é muito importante. Quero, desde já, felicitá-lo e desejar muito boa sorte para nosso companheiro Hédio, que é uma pessoa muito digna, estará em um posto que dignificará e também será honrado fazendo uma boa administração.

Estou aqui para trazer a minha solidariedade às iniciativas do Senador Paulo Paim, e solidariedade à nossa luta, porque isso aqui é também uma trincheira da nossa luta, e eu viria até aqui, mesmo que fosse de rastos. (Palmas.) Penso que a nossa luta não só pede, mas exige e convoca a todos nós para estarmos presentes nos atos importantes da luta – nos importantes e nos menos importantes, porque, no fim, somando, tudo fica importante.

Quero reiterar a minha disposição de luta, a minha solidariedade e o meu afeto ao Senador Paulo Paim. E passo às mãos de S. Ex^a estes livros. (Palmas.)

Para terminar, quero dizer aos meus companheiros que precisamos, agora, afiar as nossas armas, os nossos instrumentos de luta, porque o momento decisivo está chegando. Haverá o momento em que o Brasil terá que se definir melhor. Não poderá ficar toda a vida nessa embromação, fazendo que é mas não é. O momento chegará. E esse momento dependerá de nós. Quem sabe faz a hora, e temos de fazer a nossa hora, que não será a hora de D. Isabel, não será a

hora do neoliberalismo, não serão essas horas, assim, molengas. Será mesmo a hora da verdade.

Precisamos estar bem espertos e bem conscientes, porque somos a maioria. Não esqueçamos isto: os afrodescendentes são a maioria neste País, e uma democracia tem que obedecer à maioria. A maioria, até agora, tem sido submetida e subjugada, uma maioria que quase não fala. Precisamos falar mais. Precisamos agredir mais para que não pensem que todo negro é Pai João – pensam que negro é Pai João, porque estão aí, há tanto tempo, e nada acontece, não fazem, não modificam nada. Temos que atuar mesmo para mudar. Vamos mudar, gente! Vamos fazer um País feliz para todos, não apenas para o afrodescendente, mas para todo o povo brasileiro. É isso que temos que fazer. Temos que libertar o nosso povo da canga imposta desde que o Brasil foi descoberto.

Atenção, meus amigos, vamos dar um grito! Pelo menos um grito aqui podemos dar. Vamos dar um grito, um axé daqueles bem fortes para ecoar por este Brasil afora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos lá, então, agora, dar um grito em homenagem.

O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO – Afrodescendentes!

TODOS – Axé!

O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO – Afrodescendentes!

TODOS – Axé!

O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO – Afrodescendentes!

TODOS – Axé!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Registro também a presença, representando o Exmº Sr. Ministro Nilmário Miranda, do companheiro Ivair Augusto Alves dos Santos, que convido a fazer parte da Mesa, já que a Ministra terá que sair, e o Governo tem que estar aqui representado.

Pela ordem de inscrição, fará uso da palavra, em primeiro lugar, o Senador Rodolpho Tourinho, Relator do Estatuto no Senado Federal, que terá que viajar. Em seguida, o Deputado Reginaldo Germano, Relator da matéria na Câmara dos Deputados. A fim de que o Plenário entenda, quando eu era Deputado, apresentei o projeto do Estatuto naquela Casa. O Deputado Reginaldo Germano foi Relator. Ao ingressar nesta Casa, também apresentei a matéria, conforme entendimento, para agilizar o debate também no Senado Federal. A matéria está sendo debatida nas duas Casas, o que vai agilizar a votação final, que pretendemos que ocorra antes de 20 de novembro.

Senador Rodolpho Tourinho, sei que o seu parecer de V. Exª é favorável e, de imediato, peço uma salva de palmas pelo parecer do relatório, que é muito bom. (Palmas.)

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; Senador Abdias do Nascimento; Senador Mão Santa e demais componentes da Mesa; Grafite, a quem presto minha homenagem especial; cumprimento também o Deputado Reginaldo Germano, Relator do projeto na Câmara dos Deputados; eu, como baiano, cidadão de Salvador, tenho como um dos compromissos de meu mandato a luta pela afirmação da raça e da cultura negra no Brasil. É por essa razão que me senti honrado com o convite que recebi no eminente Senador Paulo Paim para que participasse desta audiência pública.

Devo registrar que o Senado Federal tem atuado de forma decisiva no que se refere à prioridade, que, entendo, o Estado deva imprimir na adoção de políticas públicas para a questão racial.

Em termos de iniciativas legislativas, destaco a importante contribuição que representa o Projeto de Lei do Senado nº 309, de autoria do Senador Paulo Paim, definindo os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem, que está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ainda não foi aprovado simplesmente por uma questão de tempo. Será certamente aprovado na primeira ou na segunda reunião próxima, sendo a votação em caráter terminativo.

Entendo que o aprimoramento da lei é importante, porque temos que encarar o fato verdadeiro de que o racismo existe. Esse é o ponto principal – daí a grande importância do projeto de autoria do Senador Paulo Paim.

O referido projeto aperfeiçoa a famosa Lei Afonso Arinos, dando nova redação jurídica aos crimes de racismo, substituindo a Lei nº 7.716, em vigor e muito bem feita, mas que, hoje, possui algumas brechas que possibilitam um conflito de normas, inclusive com o Código Penal.

Então, o Projeto de Lei nº 309 vem exatamente para fechar essas brechas e não permitir que fique na cabeça de um juiz, por exemplo, determinar se um crime de racismo é decorrente realmente de racismo ou de uma ação contra uma pessoa ou se é possível interpretar segundo outra tipificação, como lesões corporais. O grande mérito do projeto é deixar muito clara a questão. E não vamos depender do que o juiz pode pensar, o que gera, muitas vezes, tenho certeza,

o angustiante sentimento de impotência e impunidade para as vítimas.

Com a aprovação desse projeto de lei, não restará dúvidas para o enquadramento penal, pois ele define de forma muito clara o tipo penal de “discriminação resultante de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem”, e faz derivar, a partir desse tipo genérico, outras condutas objeto de pena. Por exemplo, se praticada contra menor de 18 anos, tem outro tipo de procedimento, se praticada por funcionário público ou se, ainda, atentar contra os direitos ao lazer, educação, cultura, saúde e liberdade de consumo de bens e serviços.

O projeto pretende também – e vai conseguir – agravar a pena se a discriminação consistir na prática de lesões corporais, maus-tratos, ameaça ou abuso de autoridade. As penas já previstas no Código Penal para homicídio qualificado, lesões corporais e lesão corporal seguida de morte também serão aumentadas se forem cometidas por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

Finalmente, o projeto teve ainda o cuidado de tipificar os crimes de injúria resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem; apologia ao racismo; de atentado contra a identidade étnica, religiosa ou regional; e de associação criminosa para o fim de cometer crimes raciais.

Registro, desde logo, Senador Paulo Paim, que meu parecer é inteiramente favorável. Acrescenta, ainda, que, além das penas já previstas, deve também atingir o patrimônio pessoal de quem comete tais crimes.

(Palmas.)

Atinge o patrimônio pessoal das pessoas por meio de multas, a fim de agravar ainda mais a situação de quem os comete!

Outro projeto de lei extremamente importante, aqui referido por todos, pela Srª Ministra, pelo Senador Abdias do Nascimento, também de autoria do Senador Paulo Paim e do qual tenho a imensa honra de ser Relator, é o que versa sobre o Estatuto da Igualdade Racial, já aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, e que no momento se encontra na Comissão de Assuntos Sociais, onde também tenho a honra de ser Relator.

Entendo que, quando aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, além de significar um emblemático resgate histórico dos afro-brasileiros em relação à violência de que foram vítimas desde o descobrimento do País, representará ainda uma maior sinalização de que o Senado Federal tem um compromisso de honra com a raça negra do País.

O aspecto mais relevante do Estatuto é justamente o foco numa população que, a despeito de sua pujança, jamais mereceu atenção efetiva por parte do Estado brasileiro. Os números são contundentes e mostram que, no Brasil, a situação da população afro-brasileira é, de fato, preocupante.

De acordo com os dados do IPEA, apesar de representarem grande parte da população, entre os brasileiros mais pobres, o percentual da população negra atinge mais do que o dobro do verificado na população branca; e, entre os indigentes, esse percentual chega a três vezes. Em média, os negros têm dois anos a menos de estudo do que a população branca, sendo ainda os mais afetados pelo desemprego, pelo subemprego e pela informalidade.

A condição de maior precariedade que atinge, de modo geral, a existência dos afro-brasileiros se verifica em todas as dimensões da vida nacional. Essa desigualdade tem origem no racismo e na discriminação racial, traços, infelizmente, constitutivos e também presentes na nossa realidade social.

Com efeito, o objetivo primordial do Estatuto da Igualdade Racial é a inclusão da dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado. E creio que aquilo que foi colocado aqui hoje, claramente, pela Ministra, não tentar apagar o passado, não tentar simplesmente esquecer o passado, mas trazê-lo de volta sempre, como estamos trazendo hoje aqui, é a única forma que levará, seguramente, a políticas de reparação.

E, quando vejo a juventude aqui presente, digo que é preciso que todos se lembrem disso sempre. Temos toda uma juventude aqui que deve saber como essas coisas existiram. Não podemos apagar os fatos, como se tentou fazer em algum momento da nossa história. As palavras da Ministra foram muito próprias, a descrição da ilha de Gorée é uma coisa extremamente importante, para que todos tenhamos presente, a cada momento de nossas vidas, que essas coisas efetivamente aconteceram, porque, repito, é a única forma de conseguirmos a necessária reparação.

Em relação ainda ao Estatuto, entende o autor, Senador Paulo Paim, e eu também, que o projeto do Estatuto é muito bom, mas deve ainda ser aperfeiçoado. E a função do Poder Legislativo é discutir esse assunto sempre nas Comissões, pessoalmente ou aqui no plenário, para que ele possa ser aperfeiçoado. Ele já é bom, mas deve ser aperfeiçoado em dois aspectos. O primeiro deles, a intolerância religiosa; o segundo, a questão da mulher negra.

(Palmas.)

Anima-me muito dizer isso ao ver aqui tantas mulheres e por entender que essa é uma questão também fundamental.

No campo da religião, preocupa-me muito o fato de constataremos aqui e ali, inclusive na Bahia, na minha terra, o ressurgimento de movimentos religiosos contra os símbolos do candomblé.

(Palmas.)

Isso faz recrudescer, Sr. Presidente, ódios e agressões passadas, não admissíveis, que não podem mais acontecer. Essa agressão contra a religião afro-brasileira aconteceu no fim do século XIX, no início do século XX, ocasião em que tiveram de lutar, com toda força, para que pudessem ser respeitados. Mas ela volta a ocorrer agora, não diretamente contra a religião, mas contra os seus símbolos, o que, no meu entendimento, representa a mesma coisa. É o mesmo tipo de agressão, mas de forma disfarçada, usando meios de comunicação que não existiam naquelas épocas a que me referi. Mas é muito ruim que isso volte a acontecer.

Não podemos consentir com essa violação hedionda dos mais legítimos princípios da democracia, que é o regime baseado na tolerância e no respeito ao outro. Não é demais lembrar que a Lei Afonso Arinos já prevê punições severas para toda e qualquer discriminação, entre elas a religiosa.

Mas, certamente, Senador Paulo Paim, tenho certeza de que essa intolerância não pode receber de volta a tolerância. Esse é um ponto contra o qual temos que lutar, ou seja, a intolerância não pode mais ser tolerada como foi no passado.

E, quanto à questão da mulher negra, já para encerrar, apesar de todos os avanços sociais, as mulheres negras continuam enfrentando toda sorte de barreiras na sociedade. São vítimas da exclusão social em função ou da baixa escolaridade ou de dificuldades de ingressarem no mercado de trabalho, muito competitivo. É preciso adotar políticas claras, definidas, para maior inserção nas universidades e para o incentivo na educação, como a inclusão digital, programas de emprego e de renda, maior participação política e valorização do conhecimento científico.

Para concluir, Sr. Presidente, quero lembrar, desta tribuna, que Salvador é a segunda cidade negra do mundo – comentávamos isso antes com o nobre Deputado Reginaldo Germano –, perdendo apenas para Lagos, na Nigéria. É por isso, representando ela e o meu Estado, que quero aqui reafirmar o meu compromisso com o movimento negro, não só da minha terra, mas também do Brasil. Meu Estado é de maioria afrodescendente.

(Palmas.)

Quero agradecer o honroso convite para participar desta audiência. Quero também me colocar à disposição com relação ao que foi dito aqui pela Srª Ministra; ou seja, coloco-me a serviço dessa causa. Repito: não podemos esquecer o que aconteceu. Não podemos esquecer que existiu a porta do nunca mais. Não podemos perder nunca o que foi muito bem exposto aqui pelo Senador Abdias do Nascimento, ou seja, a nossa capacidade de indignação.

Com isso, teremos todo o Senado, Senador Paulo Paim, ao seu lado, à sua disposição, a serviço da sua luta, a serviço da sua causa. Tenho certeza de que V. Exª, com a competência que tem, transformará essa luta em uma luta de todos nós neste Senado.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Vamos passar a palavra agora ao Deputado Federal Reginaldo Germano.

Foi lá na Câmara, Deputado Reginaldo Germano, que construímos juntos a primeira versão do Estatuto da Igualdade Racional. V. Exª foi o Relator da matéria. Depois, após entendimento com V. Exª, já estamos debatendo esse Estatuto aqui no Senado.

V. Exª tem a palavra.

O SR. REGINALDO GERMANO (PP – BA) – Ex^{mo}
Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; Senador Mão Santa; eterno Senador e grande líder dessa luta que mantemos, Senador Abdias do Nascimento, que talvez tenha sido um dos que iniciaram essa luta, e nós somos um dos que ajudam a manter esse grito de revolta; corajoso companheiro Grafite; companheiro Ivair, das viagens, daquela conferência na África do Sul; José Vicente, da Afrobras, a quem saúdo; Coronel Jorge, hoje estava participando de um programa na Câmara no momento em que estava sendo veiculada uma matéria do Coronel Braz. Eu dizia, naquela oportunidade, que o Rio de Janeiro teve dois comandantes-gerais de Polícia Militar negros, por causas específicas: o primeiro, por causa do Governador Leonel Brizola, cujo partido tem uma questão com a causa racial; o outro, o Coronel Braz, por causa da ex-Governadora Benedita da Silva. Daí para cá, não temos mais esperanças, a não ser que outro negro assuma o Governo do Rio de Janeiro e resolva nomear um negro para comandante-geral da Polícia Militar. Está aqui diante de nós o Coronel Jorge, uma das pessoas mais capacitadas em segurança pública que já conheci.

(Palmas.)

Senador Paulo Paim, companheiras e companheiros, o Estatuto da Igualdade Racial faz nascer em nós uma força para lutar contra o racismo no País, que tem sempre alguém tentando desacreditar. Este ano,

que o Presidente Lula determinou o ano de combate ao racismo, a Rede Globo de Televisão saiu com uma série de reportagens falando de vários tipos de etnias: morenos, pardos e tal, dividindo o que, na verdade, é um contingente de negros. A história conta dos mulatos, fala quem são os mulatos, qual a origem dos mulatos; todos nós conhecemos. Não entendo a questão de ser moreno; somos negros, não precisamos nos ocultar atrás de outra idéia. Somos negros. É bonito ser negro, é bom ser negro, é bom. (Palmas.) E não precisamos ser chamados de moreninho, de mulatinho, de clarinho, de não sei o quê. Não, somos negros e assim somos nesta Casa.

Não chorei na África. Eu estava lá com o Presidente Lula, mas não chorei lá, guardei as minhas lágrimas para chorar aqui. Infelizmente, por aqueles que estiveram lá, que passaram na Ilha de Gorrae e que foram enviados para o Brasil, para outros continentes, escravizados, por esses, infelizmente, não podemos mais chorar. Mas as minhas lágrimas aqui no País são pelos descendentes, os que descendiram daqueles que foram escravizados no passado, porque esses continuam escravizados nesta Nação, continuam escravizados neste País. O IBGE, o Ipea fazem pesquisas que comprovam não politicamente, mas cientificamente – as pesquisas são científicas e elas não mentem –, a respeito do salário do negro, do quesito educação, saúde.

Senador Paulo Paim e amigos que aqui estão: a anemia falciforme pode não estar só nos negros, não. Neste momento, ela pode ter se espalhado e estar infectando muitos brancos. Por quê? Porque nós não temos um programa de pesquisa, de divulgação, de prevenção. Nós não temos isso. Então a escravidão é hoje.

Vou mexer um pouquinho com o Governo, tenho que mexer. Sua Excelência chorou na África, pediu perdão na África. Mas nós temos Salvador, uma cidade de 90% de negros que, infelizmente, o nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, politicamente, impede de se movimentarem melhor. Como? Contingenciando as verbas do metrô de Salvador, que vão baratear o custo das passagens, que vão possibilitar que haja uma maior locomoção dentro da cidade de Salvador. Por isso que eu tenho que chorar. Eu tenho que chorar quando pego o jornal no Rio de Janeiro, minha cidade – eu nasci no Rio de Janeiro, sou carioca –, ou qualquer outro jornal, e vemos assassinatos de negros. A Polícia, no Rio de Janeiro, não identifica; ela mata primeiro, e ela mata negros, são negros que ela assassina. E é isso que nos faz chorar. É isso que nos leva às lágrimas. (Palmas.)

Não escondo a minha origem; nunca escondi. Eu vim de lá. Sei como é ser criado dentro de uma favela. Hoje tenho 50 anos de idade. Deus me livrou, amém, mas vim de lá, fui criado lá, sei o que é empunhar uma arma, sei o que é dar tiro, levar tiro, correr, dar tiro em Polícia, dar tiro em bandido, sei o que é isso, eu vim de lá.

Hoje, a nossa indignação é com essas crianças que não têm oportunidade. Senador Paulo Paim, quando V. Ex^a era Deputado, reuniu essas leis que aqui tramitavam, nos chamou e falou: “vamos fazer um estatuto para que possamos exigir do Governo uma ação maior”, nós mergulhamos nisso de corpo e alma. Estamos lutando. A criação daquele fundo será como uma forma de reparação, porque não pensamos em indenização individual; pensamos numa reparação coletiva com que pudéssemos chegar até a sociedade excluída do convívio de uma sociedade normal. Chegamos à criação desse fundo. Não fosse por esse fundo, a discussão maior, esse estatuto já estaria aprovado.

O Senador Rodolpho Tourinho disse uma coisa boa: a cada ano, temos que ir revendo o estatuto, modificando e melhorando de acordo com a necessidade. Isso é certo, temos que fazer isso. Não existe lei que seja eterna, que seja para sempre. Da maneira que a sociedade vai mudando, vamos ter também que ir mudando o estatuto. Eu gostaria até de pegar as emendas modificativas e supressivas, mas eu não vou gastar todo esse tempo. Vou deixar essa discussão e este meu pensamento: as minhas lágrimas são para hoje.

Um dia, no Rio de Janeiro, eu e um amigo escrevemos uma letra para uma música que dizia: “Sinto dilacerar meu coração quando vejo um pivete de arma na mão. A guerra tribal não justa, irmão matando irmão”. “Ou no zumbido da bala, morre na maior traição”. Ela fala dessa sociedade que nos escraviza, que enriqueceu com o sangue dos nossos ancestrais: “Quem tem muito quer ter muito, quem não tem, nunca terá. Filho de pobre sobrevive só por teimosia, pode acreditar”. E quando falamos em filho de pobre, pegamos a pesquisa do Ipea e vemos onde estão os pobres. Em toda pesquisa negativa deste País, a maior parte – 70%, 80%, 90% – é de negros, de afrodescendentes.

Eu parabeno, por essa atitude de hoje, o jogador Grafite por sua coragem. Eu estava lendo umas matérias na revista da Afrobras ainda há pouco: uma da Míriam Leitão e outra que falava da sua atitude de coragem. Eu ouvi muitas pilhérias e deboches, mas você foi homem macho! E deve ser assim. Nós temos que fazer assim! (Palmas.)

Senhores, o estatuto combate a criminalidade e o tráfico de drogas, porque a partir do momento em que nós damos condições para que os pais possam educar

os filhos, nós, automaticamente, estamos combatendo o tráfico de drogas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gostaria de registrar a presença entre nós do Embaixador do Equador, Ex^{mo} Sr. Diego Ribadeneira Espinosa, da Conselheira Lourdes e ainda do Embaixador da Rússia Vladimir Tyurdenev.

Gostaria de comunicar a todos que o Ex^{mo} Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti, convida a nós que estamos aqui para uma sessão de homenagem à comunidade negra hoje, 13 de maio, às 15 horas, na Câmara dos Deputados.

Eu queria também, de forma simbólica, que todos cumprimentássemos, com uma grande salva de palmas, os jovens que estão na galeria, da instituição Ser Negro, aqui do Distrito Federal. É essa juventude que vai dirigir o País, com certeza, mais hoje, mais amanhã. (Palmas.)

Gostaria de cumprimentar a Teresa Ferreira da Silva, Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro (CDN) do DF, e Deuselina de Souza, Presidente da Associação Kalunga de Cavalcante, aqui presentes. (Palmas.)

De imediato, para ganharmos tempo, convidaremos para fazer uso da palavra o nosso Senador Cristovam Buarque, que está sempre aqui em atividades como esta, de movimento social.

V. Ex^a dispõe da palavra.

Confesso que não estou marcando tempo, mas percebo que todos estão ajudando. As falas têm ficado em torno de 10 minutos, com tolerância. Então estamos indo bem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT-DF) – Sr. Presidente, Sr. Senador Abdias do Nascimento, figura heróica da história brasileira, senhores membros da Mesa, quero, primeiro, cumprimentar V. Ex^a, Sr. Presidente, pelo título dado a esta reunião. Nada de uma data comemorativa, mas sim uma data, como está escrito no painel, de discussão e busca de caminhos para eliminação do racismo e do preconceito. (Palmas) A abolição ainda não foi completada.

Cento e dezessete anos atrás, Sr. Presidente, esta Casa, que ainda funcionava no Rio de Janeiro, ficou coberta de flores. Foram jogadas flores nos Senadores naquele dia, como vi nos jornais da época, quando preparava esta fala. Era um domingo, mas o Senado se reuniu para discutir um único assunto: a proposta enviada pela Coroa para a abolição do regime de escravidão no Brasil.

Desde então, embora não esteja ainda completada a abolição, esta Casa não fez nenhum gesto tão forte em relação aos pobres e não apenas em relação

aos negros brasileiros. Por isso, creio que, de lá para cá, nunca mais se jogou flores. Era a continuação de um longo e vergonhoso processo que durava 400 anos, durante os quais o nosso País participou da mais brutal e mais longa de todas as barbáries da história da humanidade. Nenhuma outra durou tanto, nenhuma outra atingiu tantas pessoas. A barbárie da prisão de dezenas de milhões de africanos, o seu transporte forçado pelo Atlântico e a condenação deles ao trabalho por toda a vida, tudo isso em condições desumanas, como eles eram tratados então, como se não fossem seres humanos. E alguns se atreviam a dizer que, de fato, não eram seres humanos. Lembro-me de um intelectual americano – é até bom não me lembrar do nome dele nem ter ido buscá-lo nos livros – que chegou a dizer que os negros escravos da América não eram descendentes de Adão e Eva. Chegou a dizer que a palavra “negro” em hebraico se parece com a palavra “cobra” e que Eva teria sido tentada por um jardineiro negro do Éden. (Risos.) Hoje rimos dessas coisas, mas, naquela época, acreditava-se nelas.

Apesar da revolta constante de escravos, apesar de este País dizer-se cristão, católico, foram necessários 400 anos de espera para começarmos a falar em proibir a escravidão. A palavra “abolição” só apareceu no século XIX. Mesmo os que defendiam o término da escravidão não falavam em abolição; falavam em compra de escravos para libertá-los, dando-lhes alforria, falavam em esperar que o tempo passasse. “Abolição” foi uma palavra que esperou 400 anos para aparecer no Brasil e, mesmo assim, era muito pouco usada.

Em 1850, proíbe-se o tráfico de escravos por pressão da Inglaterra, não por uma decisão soberana dos brasileiros católicos e brancos. E foi uma lei para inglês ver, porque não foi cumprida.

Em 1870, fez-se a Lei do Ventre Livre, mas o filho de escravo só ficava livre depois de completar 21 anos. Não bastava nascer para ser livre.

Em 1885, fez-se a Lei dos Sexagenários, mas eles teriam de esperar mais cinco anos para se tornarem livres. Eu, por exemplo, teria de esperar ainda três anos e meio.

Só em 1888, chega-se ao que parecia a ousadia, que é abolir o absurdo. Mesmo assim, Sr. Presidente, naquele 13 de maio, houve vozes discordantes. E, com todo respeito aos mortos, quero ler aqui parte da Ata da sessão do Senado para lembrar o que disseram alguns Senadores. Por exemplo, um tal Sr. Paulino de Souza defendia a abolição, porque achava absurda a escravidão, mas quando o momento propício chegasse, porque fazê-lo naquele momento seria arriscadíssimo para a ordem social e econômica da Nação.

O Sr. João Alfredo, então Senador, dizia:

Hão de ser medonhas as deslocações das fortunas, ao serem as transformações rápidas da situação em uma engrenagem forçada, eu pergunto: durante quantos anos aflitivos de transição, iremos buscar meios que bastem para cobrir os custos da abolição?

Como esses, houve um que disse que Abraham Lincoln tinha jogado a nação americana em um banho de sangue injustificado e gerado o caos na economia americana. Houve aquele que dissesse que “se iludem os que querem e acreditam que é possível eliminar o que eles chamavam eufemisticamente “o elemento servil”. Pelo contrário, agora crescerá a desorganização do trabalho. E, com a entrada de 700 mil indivíduos não preparados pela educação e pelos hábitos da liberdade anterior para a vida civil, as contingências previstas para a ordem econômica e social serão infringidas”.

O debate não conseguiu impedir a aprovação daquela lei. E eles próprios sabiam que já não havia condições de impedir a aprovação. Houve um que disse: “Dou-me por vencido, mas deixo a minha palavra em defesa da Nação, que precisa da escravidão”.

Apesar de tudo isso, Sr. Presidente, o projeto foi aprovado e, naquela mesma tarde, a Chefe de Estado, que era uma princesa, sancionou a lei. Talvez tenha sido a última vez que fizemos um gesto desse tipo. Mas nós não completamos a tarefa.

A partir do 13 de maio de 1888, os escravos ficaram livres do trabalho forçado e foram condenados ao desemprego. Saíram das favelas para viver nas ruas. Seus filhos já não eram proibidos de estudar, mas não receberam escolas. A abolição não foi completada.

Cento e dezessete anos depois, o que talvez seja mais grave, Sr. Presidente, o debate não foi concluído. Há ainda muitos paulinos de souza e joões alfredos como os daquele tempo.

O Brasil continua com medo de completar a abolição. Em nome de quê? Mudar o orçamento e destinar mais recursos à educação pode trazer desorganização social, pode trazer caos financeiro. Todos dizem que são a favor da educação, mas, na hora de assegurar os recursos necessários, todos dizem que é preciso ter paciência para quando chegar o tempo. Ninguém quer tocar nos privilégios adquiridos.

Para nós, parece absurdo hoje que alguns Senadores, naquele domingo, tenham dito que a libertação dos escravos feriria um direito inalienável do dono do escravo, que por ele havia pago. Isso parece incrível para nós. Mas, hoje, quantos privilégios toleramos, como se não fossem absurdos, e, por causa deles, não fazemos os necessários gestos para completar a abolição?

A abolição está incompleta. Entretanto, Sr. Presidente, não seria fácil completá-la. Atualmente, não se trata de elaborar mais uma lei apenas, nem tampouco de libertar o trabalhador, mas de educar cada um de nós, brasileiros, para um novo tempo. O caminho para completar a Lei do Ventre Livre é a educação das crianças. Dissemos que eram livres as crianças filhas dos escravos, mas a liberdade de uma criança não começa no dia em que ela nasce. É um fenômeno permanente que tem que ser construído e que só será completado quando, além de nascer sem ser escrava, é bem cuidada desde o nascimento e recebe educação até a vida adulta. Nós não estamos fazendo isso. A Lei do Ventre Livre não está ainda em pleno vigor no Brasil, porque não cuidamos bem das nossas crianças e porque não colocamos cada uma delas em uma escola de qualidade.

Esta Casa – onde jogaram flores cento e dezessete anos atrás – e o meu Governo continuamos com discursos parecidos aos de antes da abolição, como se o ciclo da escravidão ainda não tivesse terminado, como se a abolição da escravatura não tivesse abolido a escravidão.

Nessas últimas semanas, apenas para dar um exemplo, tivemos dificuldade de votar aqui uma emenda constitucional que garantia a cada criança o direito ao atendimento público desde o seu nascimento. Em nome de quê? De que poderia desorganizar a economia, poderia ferir as finanças das prefeituras colocar as crianças em creches públicas. Não é diferente o discurso que fazemos do discurso que antes faziam, com medo da abolição. Hoje, temos tanto medo da abolição quanto há cento e dezessete anos. Apenas a abolição, hoje, é colocar mais recursos para atender a população pobre deste País.

O ciclo da escravidão foi substituído pelo ciclo da exclusão. Os escravos foram substituídos por cativos do desemprego, prisioneiros do analfabetismo, enjaulados pela falta de educação, submetidos pelo preconceito. Eles não foram ainda liberados plenamente, Sr. Presidente.

Por isso, felicito a discussão em busca de caminhos para a eliminação do racismo e do preconceito, e não a comemoração de uma abolição que não está completa. O ciclo da escravidão continua de forma diferente e exige um novo abolicionismo, um movimento nosso daqueles de hoje, pela erradicação do analfabetismo, pela federalização da educação básica, pela valorização dos verdadeiros abolicionistas, que são os professores das nossas crianças; um movimento pelo salário mínimo, como o senhor defende tão bem. O movimento abolicionista, hoje, significa eliminar a exclusão social. Este é o desafio do abolicionismo hoje:

quebrar o ciclo – que parece eterno neste País – da exclusão, do preconceito e da pobreza.

Que as flores que encheram esta sala naquele domingo 13 de maio de 1988 voltem a encher esta sala, no dia em que completarmos a tarefa iniciada há tanto tempo. Hoje, não merecemos aquelas flores.

Mas não esperem que parta daqui de dentro, nem dos governos, pelas amarras que sentem, ainda que eleitos pelo povo, como somos, a luta para acabar os privilégios de hoje. O abolicionismo do século XIX começou nas ruas, nas senzalas, não foi no Congresso, não foi no Parlamento da época, não foi na casa do Imperador. Eles se submeteram à realidade, quando já não havia mais forma de manter a escravidão.

O novo abolicionismo terá que vir de vocês, de nós todos, daqueles jovens sobretudo, nas ruas, mobilizados, forçando esta Casa a completar aquilo que os que antes de nós que aqui estavam não fizeram. (Palmas.)

De nada adianta, Sr. Presidente, comemorar o que não foi completado, mesmo que tenha sido um passo importante, como não podemos negar. Por isso, para finalizar, digo que não vim aqui para comemorar. Nem vim aqui apenas para discutir. Vim aqui para desafiar cada um de vocês a que participem do novo abolicionismo, que vai ser julgado nas próximas semanas e meses.

O abolicionismo, hoje, se dá na aprovação do Orçamento dos recursos públicos em âmbito municipal, estadual e federal. O nosso Orçamento é um orçamento de antes da libertação dos escravos, porque os recursos vão quase todos para beneficiar os privilégios e quase nada para dar respostas às necessidades do nosso povo.

Nossa tarefa é quebrar o ciclo eterno, como parece, da escravidão. Nós temos os recursos, nós temos a democracia. O Brasil do século XXI conta com o povo para completar o que nossos antepassados se negaram a fazer.

O Senador Abdias Nascimento, para mim, foi muito claro quando disse que não ia trazer a voz da passividade, mas, sim, a voz da rebeldia. Peço a cada um de vocês que não se contentem, que não comemorem, que assumam a rebeldia que Abdias Nascimento pediu para completarmos a abolição. E o caminho é um Orçamento que permita federalizar a educação pública básica das crianças brasileiras, que permita libertar aquilo que até hoje nós não fizemos às crianças do Brasil, sejam negras, sejam brancas, sejam índias.

Essa é a minha palavra, Sr. Presidente, neste dia que, para mim, é tão simbólico e tão incompleto. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A partir deste momento, vamos encaminhar a palavra ao Plenário. Já recebi aqui na mesa 15 inscrições. Eu faria uma consulta ao Plenário: os próximos vão se inscrevendo, e, dentro do possível, cada um use o tempo de 5 minutos, com a devida tolerância que a Mesa terá com quem precisar de um tempo maior. No encerramento, fará uso da palavra o meu vice-Presidente, Senador Mão Santa, e eu farei, então, o pronunciamento de encerramento, falando deste momento tão importante.

A primeira inscrita é a Srª Edna Roland, sempre lembrada, se me permitir, como a grande relatora do encontro de Durban, na África do Sul, e que publicou aquele documento histórico. V. Sª está com a palavra. Pode usar a tribuna. Os que quiserem, podem usar também o microfone que está à frente dos senhores.

A SRª EDNA ROLAND – Eu queria, inicialmente, agradecer gentileza do convite que me foi feito pelo Senador Paulo Paim e saudar a todos os presentes, aos companheiros integrantes da Mesa e, especialmente, ao Senador Paulo Paim pela iniciativa de realização desta sessão especial.

A data de hoje, 13 de Maio, nos evoca imediatamente o tema das reparações. No último quartel do século XX, atingimos no Brasil alguns consensos importantes: o consenso do reconhecimento de que o Brasil é um País extraordinário e paradoxal; o consenso de que o Brasil não é um país pobre, mas é um país extremamente injusto. Alcançamos também um grande consenso em relação ao reconhecimento de que os quatro séculos de história vividos sob o sistema escravista se constituíram numa inominável experiência histórica que não pode ser esquecida jamais.

A Conferência Mundial de Durban contra o Racismo declarou a escravidão e o tráfico de escravos como um crime contra a humanidade – crime, portanto, imprescritível.

É necessário que esta Casa faça esse reconhecimento formal e, em nome do Poder Legislativo, tome as medidas decorrentes do reconhecimento desse fato. Primeiro, é necessário que esta Casa faça um pedido formal de desculpas aos descendentes das vítimas pelos danos causados pelos quatro séculos de escravidão e pelas conseqüências sociais e históricas sobre a vida dos descendentes das vítimas da escravidão e do tráfico de escravos. (Palmas)

Segundo, é necessário que esta Casa tome a iniciativa de propor a criação de um memorial às vítimas da escravidão e do tráfico de escravos.

No final de semana e no início desta semana, assistimos, pela mídia mundial, à celebração de todas as lembranças e recordações daqueles que morreram

durante a Segunda Guerra Mundial, fato que demorou quatro anos. Nós tivemos quatro séculos de escravidão, durante os quais, cerca de quatro mil africanos foram trazidos para o Brasil e aqui deixaram, inicialmente, cerca de quarenta milhões de descendentes que foram também escravizados. Temos, portanto, cerca de quarenta e cinco milhões de vítimas que foram absolutamente esquecidas formalmente e que não são lembradas no cotidiano da vida deste País. É preciso que essas vítimas sejam recordadas e que este País celebre a sua memória.

Terceiro, é necessário que esta Casa aloque recursos para superar os danos que são sofridos pelos descendentes das vítimas da escravidão e do tráfico de escravos.

É preciso que esta Casa reconheça o racismo institucional, aquele racismo que tem um efeito muito mais danoso nas nossas vidas do que os incidentes cotidianos, aquele racismo em que eventualmente a nossa humanidade não é reconhecida e é violada por qualquer indivíduo com os quais nos encontramos na nossa vida cotidiana.

É preciso que esta Casa reconheça que mais profundo é o racismo institucional, por meio do qual as instituições deste País, independentemente da intencionalidade de quem pratica, acabam renovando a cada dia a situação de marginalização e de discriminação que os descendentes sofrem.

Finalmente gostaria de lembrar que precisamos agora, no início do século XXI, avançar para um novo consenso, que é aquele acerca do fato de que é absolutamente inaceitável continuarmos a conviver com os efeitos da escravidão sobre os cerca de 80 milhões de descendentes. Todos no Brasil estão de acordo com o fato de que temos no Brasil uma inaceitável distribuição e concentração de renda. É consenso nacional isso. Todavia não temos ainda um consenso, sendo isso inaceitável, acerca de como fazer a redistribuição. Não há como redistribuir sem mexer no **status quo**. Não é possível fazer omelete sem quebrar os ovos.

O Ministro Antônio Palocci que me perdoe, mas não é possível fazer justiça social sem onerar os recursos públicos, sem onerar o Tesouro. Se queremos fazer reparação aos afrodescendentes, aos descendentes das vítimas da escravidão e do tráfico de escravos, teremos de alocar recursos no orçamento público.

O fundo previsto no Estatuto da Igualdade Racial, cujo autor é o Sr. Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim, tem como elemento fundamental a necessidade da alocação de recursos. Esse é um ponto essencial do qual não podemos abrir mão.

Além do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que está previsto no Estatuto da Igualdade

Racial – e conto aqui com a presença do Relator do Estatuto e espero que essa questão seja mantida de forma absoluta, pois ela é inegociável do ponto de vista dos afro-descendentes – é preciso também que comecemos a pensar na necessidade de vincular recursos no orçamento público, vincular recursos que estejam destinados à superação do racismo e à superação da desigualdade racial no Brasil. Sem isso, a abolição continuará não tendo sido feita, porque a continuidade da escravidão, como já disse aqui o Senador Cristovam Buarque, hoje tem a face da pobreza, a face da marginalidade, a face do absoluto desrespeito e da absoluta violação de todos os direitos humanos da grande maioria da população negra deste País.

Muito obrigada, Sr. Presidente, obrigada a todos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência agradece. Ficou dentro de sete minutos.

Só para orientar o Plenário sobre a ordem do uso da palavra, foi agora a Srª Edna Roland; em seguida, Ubiratan Castro de Araújo, que já pode ir se dirigindo, se quiser, à tribuna; Conceição Lourenço, da revista **Raça Brasil**; Ubiratan de Oliveira, da CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil; José Vicente, da Afrobras; Teresa Ferreira da Silva; e, em seguida, Carlos Moura; professor Nelson; João Lima, da Cobap; Dr. Mário, que é consultor do Senado; Dr. Fabiano, também do Senado, que ajudou a elaborar as leis; ainda o Sr. Edno Bonzap; Eurípedes Camargo, nosso Senador; Marco Antonio Zito Alvarenga, representando a OAB-São Paulo. Em seguida, eu anuncio mais dois.

Está com a palavra o nosso querido Ubiratan Castro de Araújo, que preside a nossa Fundação Palmares

O SR. UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO – Exmº Sr. Senador Paulo Paim, que preside a reunião e é seu proponente, membros da Mesa, dos quais eu destaco, com toda veneração, o nosso orixá vivo, Abdias do Nascimento*, minhas senhoras e meus senhores, quando se convida historiador, é preciso que se ouça um pouquinho de História para fundamentar o que tenho a dizer.

Há 117 anos, festejava-se em todo o Brasil fim do estatuto da escravidão. No dia 14 de maio, iniciava-se uma outra etapa na história da exclusão do povo brasileiro.

Um ano depois, em 1889, o advento da República trouxe consigo o regime das portas fechadas do Estado para a população negra.

Nos corações e nas mentes continuou a reproduzir-se o desprezo por todos os descendentes de afri-

canos, como nos tempos da escravidão. Recitava-se, à época, na Bahia, uma quadrinha muito ilustrativa:

“Nasceu periquito,
morreu papagaio,
não quero conversa
com treze de maio”.

Não livres, mas apenas libertos, todos os negros viraram trezes-de-maio. E assim consolidou-se na República uma cultura de desigualdade racial. Impôs-se a toda população negra, porque vista como inferior, a restrição ao exercício pleno da cidadania. Na Constituição de 1891, negou-se o direito de voto aos analfabetos, privando assim a maioria negra de expressar-se dentro das instituições republicanas, para alterar a sua condição de vida.

Fora do poder, essa população não pôde impedir as políticas de exclusão econômica e social. O exemplo mais grave foi a política de imigração européia, praticada como forma de “civilizar” o Brasil – de fato, branqueá-lo.

O negro que durante três séculos construiu o Brasil não era mais considerado apto para as tarefas da construção do Brasil de liberdade.

Este foi um círculo vicioso da desigualdade racial. Assim a pobreza, que não é marca dos negros – e jamais aceitarei que se confunda a questão da pobreza com a questão do negro; resolvendo e atacando a pobreza não se trata da questão do negro – resultante da exclusão política e da discriminação cultural era apresentada como uma prova da inferioridade e da incapacidade para tomada de decisões. É excluído porque é pobre, é pobre porque é negro, é negro porque é pobre e esse é um círculo que se autojustifica e temos que romper com ele.

Em 2003, com 114 anos de atraso, a eleição do Presidente Lula inaugurou o primeiro governo que para nós negros é plenamente republicano. A República até hoje não funcionou para nós e começa a funcionar agora. Este Governo colocou no centro de suas prioridades a ruptura desse círculo vicioso da desigualdade racial. Não foi apenas adotar mais algumas medidas, inclusive de caráter eleitoral; pelo contrário, quando o Presidente chorou em Gorée, chorou lá, mas aqui ele está trabalhando. Aqui estamos construindo no Poder Executivo alternativas para romper esse círculo vicioso como um todo, e não adotar políticas pontuais.

Para desmontar a cultura da desigualdade, nomeou um ministro negro – isso é fundamental no Brasil, a cultura sempre foi o domínio das elites, o domínio do nariz torcido e do europeísmo –, Gilberto Gil, para desenvolver um projeto de cultura para todos, de cultura popular, respeitada a diversidade cultural brasileira,

na qual destaca-se a cultura negra, tendo como órgão responsável a Fundação cultural Palmares, que está sob minha responsabilidade.

Também nesse domínio sancionou a Lei nº 10.639, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira em todos os sistemas educacionais brasileiros, públicos e privados, de modo que todos os nossos cidadãos percebam e reconheçam, desde a mais tenra idade, a importância do negro na formação do Brasil. Isso é tão importante quanto mais verba no Orçamento. Mas verba no Orçamento para continuar atuando o ensino europeu e discriminatório de nada adianta. Eu quero orçamento para fazer isso. (Palmas.)

No plano das desigualdades socioeconômicas, o Governo Lula mobilizou todos os seus ministérios para a implementação de ações afirmativas em benefício da população negra e criou uma secretaria especial ligada à Presidência, a Seppir, cuja Ministra aqui esteve, com a missão de articular todas as ações setoriais dos ministérios do Governo. Por isso é importante dizer que todo Governo está mobilizado e é a primeira vez que acontece isso.

Nesse processo de combate ao racismo e de ruptura e um círculo vicioso de desigualdade racial, falta ainda a consolidação dos plenos direitos de cidadania. E neste ponto, venho a oferecer a minha participação, como cidadão, a esta Casa Legislativa.

O Parlamento e a sociedade brasileira mobilizaram-se para a elaboração de um projeto de lei que dispõe sobre o conjunto de medidas de proteção e de promoção da igualdade da cidadania no plano racial, o Estatuto da Igualdade Racial, que neste momento tramita nas casas legislativas da República.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO – Termino. O Poder Executivo está fazendo a sua parte na superação desse círculo vicioso da desigualdade. Que o Poder legislativo se integre com vigor nesse processo de verdadeira abolição das escravidões, antigas e atuais, do povo negro no Brasil, votando, sem delongas, o Estatuto da Igualdade Racial.

Estatuto já! (Palmas.)

E deixo para o Senador Paulo Paim, como um presente da Fundação Palmares, de sua ação cultural contra o racismo, dois programas e mais cinco vinhetas, inclusive com a Ministra Matilde Ribeiro, o Deputado Luiz Alberto da Silva, artistas, intelectuais e quilombolas, sobre o 13 de Maio, que eu gostaria de, se S. Ex^a pudesse, encaminhar à Rádio Senado, para que todo o povo brasileiro pudesse ouvi-los. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passamos, com muita satisfação, de imediato, a palavra à Srª Conceição Lourenço, da revista **Raça Brasil**, que, sem sombra de dúvida, tem demarcado politicamente a caminhada da comunidade negra em todo o Brasil, pela importância dessa publicação. (Palmas.)

A SRª CONCEIÇÃO LOURENÇO – Boa-tarde a todos, especialmente ao Senador Paulo Paim, pelo convite. Muito obrigada. Senador Abdias do Nascimento, Grafite, Ivair Augusto Alves dos Santos, vou voltar no tempo, rapidinho, oito anos, para contar um pouquinho de como é que fizemos essa revista lá em São Paulo. Lançamos a **Raça Brasil** no dia 1º de setembro de 1996. Contarei rapidamente o que aconteceu no dia 2 de setembro, no dia seguinte.

Estamos no dia 2 de setembro de 1996. Vista de longe, a Avenida Paulista parece a mesma de sempre: fim de tarde, luz difusa, passos apressados disputam lugar nas estações do metrô. Tudo parece normal. Mas ali naquelas calçadas algo muito importante estava acontecendo. Um fato inédito, surpreendente, fantástico.

A alguns metros dali, da avenida mais famosa do País, a redação da **Raça Brasil** estava apreensiva, aguardando os primeiros resultados da venda da nº 1. Nunca tive dúvidas sobre o sucesso dessa revista, desde que começamos a criá-la. Sempre soube que somos a grande maioria deste País. Que somos bonitos, inteligentes, consumidores exigentes. Mas as opiniões dominantes no mundo da comunicação eram opostas: “negro brasileiro não tem orgulho”; “negro na capa na vende revista”; “negro não tem poder aquisitivo”. Durante anos a fio, foi isso que ouvi.

A primeira notícia chega como uma explosão: “A **Raça Brasil** esgotou em todas as bancas. Vamos ter que imprimir mais!” As pessoas se abraçam, gritam, riem. Colegas das outras redações aparecem para comemorar juntos. Alguém providencia uma garrafa de champanhe. Um outro decreta: “É o maior fenômeno editorial da história. Nunca uma revista mensal vendeu tanto em tão pouco tempo”. No meio da euforia, atendo o telefone. Uma leitora fala freneticamente, tenta dizer que adorou a revista, que esperava por isso a vida toda e desata a chorar, por mais de 5 minutos. Um choro de gratidão, de alívio e de vitória.

A resposta imediata e entusiasmada dos negros brasileiros ao lançamento da **Raça Brasil** mostrou que estamos diante de algo muito maior do que o sucesso de uma revista. Você que foi às bancas, que mostrou a revista aos amigos e parentes, que a exibiu como se fosse um troféu merecido e conquistado deu início a uma mudança de verdade na consciência de todos os negros.

Perante toda essa alegria, só nos resta fazer a **Raça** cada vez melhor. Cada vez com mais qualidade, de ponta a ponta, do início ao fim. Porque a **Raça Brasil** não foi criada para negros que lamentam sua condição. Foi concebida, isso sim, para os negros que têm orgulho e consciência de saber que pertencemos a uma raça que nunca perdeu a sua dignidade. (Palmas.)

Obrigada.

Cada página da **Raça Brasil** foi pensada para você vibrar de emoção. A mesma emoção que sentimos ao escrever cada linha, ao tirar cada foto. A emoção de saber que a razão sempre esteve ao nosso lado.

Depois daquele 2 de setembro, o País nunca mais será o mesmo. Ali, naquela tarde fria da Avenida Paulista e nas bancas do Rio, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador, o Brasil limpou o espelho para ver o próprio rosto e descobriu que era negro e descobriu que era lindo!

Bom-dia e muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Assessoria lembra que é importante informar ao Plenário que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo, desde às 10 horas para todo o Brasil. Uma salva de palmas à TV Senado porque são parceiros na luta contra os preconceitos. (Palmas.)

Passo a palavra para o Líder sindical Ubiraci de Oliveira, da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, CGTB, e representando, também, o Congresso Nacional Afro-brasileiro.

O SR. UBIRACI DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, parabênz V. Exª por esta iniciativa tão importante; saúdo e parabênz também a atitude corajosa, firme e decidida do companheiro – se me permite assim dizer – Edinaldo Batista Libânio, o Grafite. Eu sou corintiano, mas é o seguinte: você é do São Paulo mas orgulha a nossa raça pela sua atitude e por esta homenagem que o Senado faz, mas não apenas para você. Aqueles que não puderam estar aqui, certamente, estão com a auto-estima mais elevada em função dessa sua atitude. Não foi qualquer atitude, não. Foi uma atitude nobre e digna de um legítimo integrante da nossa raça e que, certamente, vai servir de exemplo para várias pessoas deste Brasil afora.

Por outro lado, saúdo e trago um abraço também do Professor Eduardo de Oliveira, Presidente do Congresso Nacional Afro-brasileiro, que represento, como Secretário de Relações Internacionais, a este grande cidadão e brasileiro, Senador Abdias do Nascimento, que não poupou esforço nenhum durante a sua vida para defender o Brasil, os brasileiros e os negros que aqui residem.

Prefiro lembrar, senhores, o significado desta data 13 de maio ao citar João Cândido, Zumbi, Pixim-

guinha, Luíza, Anastácia, esses negros de fé que se levantaram e quebraram os grilhões da escravidão, que jogaram pesado, não se submeteram e lutaram contra aquelas injustiças. Hoje, aqui, temos pessoas que seguem essa luta contra o racismo e o preconceito, a discriminação racial, como este querido amigo, este grande líder para mim, que é o Senador Paulo Paim, que tem levado esta luta adiante, com muita firmeza, e tenho acompanhado isso. (Palmas.)

Refiro-me também a este homem que está aqui pedindo a nós que nos rebelamos. Pode contar comigo, Senador Abdias, porque vamos rebelar-nos contra essas injustiças.

Portanto, para que possamos levar mais adiante essa luta, é muito importante que as instituições e todos os setores da nossa sociedade que lutam contra o racismo, para tirar da alma, do seio da humanidade essa chaga que é o racismo, a discriminação racial, possam, paralelamente, lutar por um Brasil melhor, pelo desenvolvimento da Pátria. Por quê? Não adianta virmos aqui pedir verba, pedir descontingenciamento de recursos, se continuarem essas taxas de juros que estão sufocando o desenvolvimento e o crescimento do nosso País. É necessário parar com esse negócio de superávit primário e de altas taxas de juros. Pagar R\$150 bilhões como foi feito no ano passado! É necessário pegar esse recurso e aplicar aqui em nosso País para gerar empregos, porque, na hora em que a pobreza bate fundo, quem mais sofre são os negros e as negras. Quem fica primeiro sem escola são os negros e as negras. Por isso, é muito importante termos um país que dê oportunidade para todos. Ao proporcionar oportunidade para todos, também o fará para nós. Para isso, precisamos ter um país soberano, sem dependência externa, com desenvolvimento e crescimento econômico.

Por outro lado, quero dizer que essa iniciativa será levada, certamente, para os rincões de nosso Brasil, porque estamos em um momento em que houve objetivamente uma virada em nosso Brasil. Saiu um governo que tinha como objetivo destruir a Pátria, na minha opinião, e, agora, temos um que tem a esperança de o povo poder desenvolver-se e crescer. Vamos ajudá-lo no desenvolvimento, no crescimento, porém, mostrando quais são os caminhos melhores, na nossa opinião.

Por último, Sr. Presidente, eu gostaria de entregar esta revista para esse amigo, esse companheiro que se inicia concretamente na luta, como ele mesmo disse, em nome do Professor Eduardo de Oliveira, do Congresso Nacional Afro-Brasileiro. A revista tem algumas sugestões e idéias de luta contra o racismo. Tem também um hino que o Professor Eduardo Oliveira

fez quando tinha 12 anos de idade, com uma simples frase: “Ergue a tocha no alto da glória quem herói nos combates se fez, pois que as páginas da história são galardões aos negros de altivez”.

Parabéns, companheiro Grafite! Felicidades, Senador Paulo Paim, por essa grande batalha que V. Ex^a está conduzindo.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu passaria a palavra, neste momento, a um Consultor do Senado que também estudou o projeto. Mas ele diz que se sente contemplado pela fala dos Relatores.

Concedo, então, a palavra ao Sr. Jorge da Silva, Secretário de Estado do Rio de Janeiro.

O SR. JORGE DA SILVA – Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Paim, a quem há anos admiro pela luta contra o racismo em nosso País, parabeno-o não só por este momento, mas pelo fato de, por sua iniciativa, ter sido incluído o art. 20 na Lei Caó, que acrescentou o crime de injúria qualificada pelo racismo.

Sr. Abdias do Nascimento, V. S^a possibilitou que eu desse aquela virada que todo negro deve dar. Quando eu era major no Rio de Janeiro, recebi um livro com a foto do então Senador, concitando os negros a lutarem. Foi o Sr. José Roberto que me levou a referida obra. A partir de então, comecei não a lutar – porque era major da Polícia Militar e, se falasse algo, não chegaria a coronel –, mas a conscientizar-me, Sr. Abdias, por seu intermédio.

Sr. Edinaldo Batista Libânio, é assim que devemos fazer. Muito bem. Todo negro sabe o que é o racismo. Normalmente as pessoas brancas não sabem muito bem e até dizem que ele não existe. Não há um negro que, no fundo, não tenha a certeza de que o racismo existe no Brasil. Ele sabe disso, mesmo que diga o contrário. E foi muito bom que você, com a visibilidade pública que tem, adotasse o gesto que adotou.

Cumprimento também o meu amigo Ivair, o Senador Mão Santa e os demais presentes neste plenário.

O Deputado Reginaldo mencionou o tempo em que começamos com essas políticas de ação afirmativa no Brasil e que o Presidente Lula, em boa hora, pediu desculpas aos negros pelo que aconteceu no Brasil, pela escravidão e pela situação que temos até hoje. Embora eu concorde com o Reginaldo que isso precisa ser mais enfatizado, lembrei-me de algo muito triste quando ele mencionou a Rede Globo. No momento em que o Presidente adotou aquele discurso, que me tocou muito pessoalmente, em um artigo raivoso, no jornal **O Globo**, um colunista criticou o Presidente e disse que ninguém tem de pedir desculpas ao negro, não. Essa

é uma reação que me deixa muito triste. Precisamos nos posicionar contra esse tipo de atitude.

Há outro ponto que me deixou também muito triste. Diante dessa luta, da posição do Governo no sentido de tornar realizável a abolição, o meu admirado João Ubaldo Ribeiro escreve **Viva o Povo Brasileiro**, em que ele, baiano, diz que aqui não há diferenças, que só há brasileiros no Brasil. Então, seria preciso convidar o eminente escritor João Ubaldo Ribeiro para visitar uma casa de internação de jovens infratores no Rio de Janeiro, para ver os brasileiros que estão lá. Talvez fosse necessário pedir ao Senador que procurasse ver, nas estatísticas do Rio de Janeiro, quais são os brasileiros que estão sendo assassinados, como mencionou aqui, e quais são os brasileiros que estão sendo assassinados por esses brasis afora. Acredito que esses brasileiros sejam diferentes de outros brasileiros.

Na Rede Globo, o Diretor Executivo Nacional de Jornalismo, o grande jornalista Ali Kamel, independentemente de sua atuação na emissora, resolveu escrever artigos negando a necessidade de se emancipar a população negra do Brasil. Uma pessoa com essa posição e com tanta disposição para, além dos seus afazeres, escrever copiosamente artigos reiterados condenando qualquer ato nessa direção é realmente algo que nos deixa muito triste. Mas nem tudo está perdido. Uma voz quase que isolada naquele jornal se faz ouvir, a da jornalista Miriam Leitão.

(Palmas.)

Não me quero prolongar, mas não posso deixar de mencionar aqui algo importante. Normalmente as pessoas falam do racismo individual, da pessoa que foi discriminada aqui, que foi discriminada ali, mas creio que a grande e principal luta, independentemente do racismo individual, é contra o racismo estrutural. E precisamos enfatizar mais isso. Agora nós temos muita pesquisa, nós temos muito conhecimento disponível para que possamos lutar.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JORGE DA SILVA – Sr. Presidente, não vou me estender. Mas quero dizer a V. Ex^a, mais uma vez,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. S^a dispõe de mais um minuto ainda.

O SR. JORGE DA SILVA – ...que não é de hoje que o admiro. E julgo que V. Ex^a deve prosseguir nessa luta, porque muita gente no Brasil depende de pessoas como V. Ex^a, e as pessoas todas que estão aqui, com certeza, estão também lutando por isso.

Senador Abdias, o senhor sabe que estou na revolta há muito tempo.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Vamos passar a palavra agora ao Professor José Vicente, que preside a Afrobras e também é Presidente da Universidade Zumbi dos Palmares, em São Paulo.

(Palmas.)

Em seguida, falará o Ivair Augusto Alves, representando o Ministro Nilmário Miranda.

O SR. JOSÉ VICENTE – Sr. Presidente, na pessoa de V. Ex^a, cumprimento os integrantes da Mesa e quero transmitir um abraço fraterno e muito pessoal ao meu mestre Abdias do Nascimento.

Cumprimento os presentes, cumprimento os demais colegas de São Paulo que aqui estão e todas as demais autoridades.

Nós sabemos de tudo. Todos nós sabemos de tudo e sabemos que as mudanças que precisam ser feitas terão de ser feitas por nós. Ninguém vai fazer a nossa lição de casa. Eu, menos do que o Senador Abdias do Nascimento e menos do que o Senador Paulo Paim, sei quantas legislações foram produzidas nesta e nas demais Casas do País para que a situação do negro pudesse ser encaminhada de outra forma. Lembro que um decreto do Presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu o Plano Nacional de Políticas Afirmativas, que, se fosse implementado – isso é de 2002 –, já teria solucionado 80% dos problemas dos negros.

Cotas para negros no serviço público. As empresas, para participarem de licitação, precisam ter 30% de trabalhadores negros em seus quadros, e as empresas de comunicação do Governo teriam de ter 30% de negros em seus quadros.

No meu Estado, em São Paulo, há dez anos, temos um Plano Estadual de Políticas Afirmativas. Está tudo escrito lá, é só implementar.

Acredito que o trabalho legislativo é imprescindível, e eu sou um rebelde, tanto quanto o nosso querido Abdias. Na nossa rebeldia, tivemos a capacidade de reunir grandes personalidades para fazer um encaminhamento diferente em relação às necessidades do negro em São Paulo. De tudo que encaminhei nesses últimos dez anos, o que eu poderia fazer seria assinar embaixo das palavras do Senador Abdias do Nascimento.

Digo mais: Paulo Paim, você precisa ser o nosso Senador Abdias do Nascimento da atualidade. Você precisa, ao mesmo tempo em que produz essas legislações importantes para o negro dentro do Senado, ir para as ruas conosco, porque o que estamos precisando, a bem da verdade, é de um grande general, porque o nosso está cansado. (Palmas.)

O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO – Estou cansado, mas não estou morto!

O SR. JOSÉ VICENTE – Justamente, está cansado, não está morto. E não está morto porque, em todas as discussões sobre negros neste País, Abdias do Nascimento é o primeiro a chegar, ainda que de cadeira de rodas ou no colo. Na semana que passou, o nosso querido amigo, o advogado Humberto Adami, carregou Abdias nos braços para que fosse ao Supremo e à Procuradoria-Geral pedir que os direitos dos negros fossem assegurados. (Palmas.)

Nesse ato de rebeldia, há dez anos, o Senador Abdias do Nascimento deu o primeiro autógrafo dizendo que era importante um trabalho que se iniciava, que era a Faculdade Zumbi dos Palmares. Foi nesta Casa do Senado, em seu gabinete, que ele escreveu duas laudas para todo o Brasil para dizer que esse trabalho é importante e que todos precisam ajudar a torná-lo realidade.

Quero dizer aos senhores que hoje, em São Paulo, com o inestimável apoio de tantos negros de todas as cores, como dizemos, temos a primeira instituição de ensino superior pensada, gerenciada, implementada e dirigida por negros. A primeira instituição de ensino superior que tem 700 jovens negros no curso de Administração; a primeira instituição de ensino superior que tem 70% de mestres e doutores negros no seu quadro docente. Isso é um avanço para o tema do negro e é a resposta da capacidade de rebeldia do negro paulista e brasileiro.

Então, Senador Paulo Paim, não nos deixe só. Venha para a rua fazer com que a marcha em defesa e pela consolidação das nossas futuras gerações se torne uma realidade, como fez Abdias do Nascimento, há sessenta anos, na Frente Negra Brasileira.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza, aceitarei o desafio.

Digo aqui para o meu líder e mestre Abdias que só o fato de eu ser comparado a você, no passado, e de chegar perto de você, no presente, já é motivo de muito orgulho para mim. Por isso a minha alegria com a fala do José Vicente.

Concedo a palavra agora ao Professor Ivair Augusto Alves dos Santos, representante do Ministro Nilmário Miranda, Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. (Palmas.)

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – Sr. Presidente Paulo Paim, Senador Mão Santa, do Piauí, caro Edinaldo, caro Professor Abdias do Nascimento, eu estava tentando me lembrar da primeira vez em que estive com o Abdias. Dei-me conta de que foi no final dos anos 60 a primeira vez em que depa-

rei com ele. Jovem ainda, fiquei impressionado com o discurso dele, que trazia novidades e rebeldia. Já se vão quase quarenta anos, e a rebeldia continua viva, continua presente. Ele nos convoca sempre à ação, sempre a refletir: até que ponto nos demos, em nossa totalidade, na luta contra o racismo, contra a discriminação racial?

Este 13 de maio, pelas várias falas que ouvimos, apresenta algumas novidades em relação aos anos passados. Primeiro, o horizonte muito concreto do Estatuto da Igualdade, que representa uma consolidação de todos os esforços realizados desde os anos 50 ou 60, que visavam a um programa no Governo que pudesse incorporar várias políticas no campo da ação afirmativa. E é na ação afirmativa que gostaria de concentrar meu discurso.

Conseguimos hoje, no Brasil, a implantação de um programa de ação afirmativa em mais ou menos 15 universidades públicas. Estimo que atualmente tenhamos mais de 10 mil alunos negros freqüentando as escolas, graças aos programas de ação afirmativa.

A batalha das ações afirmativas ainda não conseguiu sensibilizar alguns Estados, especialmente os do Sul. No Rio Grande do Sul, ainda não temos nenhum programa; no Paraná, há apenas um, na Universidade Federal de Londrina; em São Paulo, ainda há uma resistência muito grande em relação a esses programas. Aos colegas paulistas digo que precisamos concentrar nossos esforços. Apenas a Universidade Federal de São Paulo adota o programa de ação afirmativa em seu curso de Medicina. A USP, a Universidade Federal de São Carlos e a Unesp ainda estão devendo esse trabalho em relação à ação afirmativa.

Na última conversa que tive com o saudoso professor Milton Santos, ele me disse algo que quero compartilhar com os senhores: não é mais suficiente fazermos diagnósticos das desigualdades raciais. Todos somos competentes e capazes de discorrer sobre vários diagnósticos que apontam desigualdades. É preciso casar isso com ações concretas em relação ao que fazer. E nesses anos todos, em tudo o que conseguimos trabalhar, a ação afirmativa de fato tem mudado a realidade das pessoas no Brasil, ou seja, não podemos deixar de registrar isso. Alguns imaginam que essa luta já acabou. Pelo contrário, essa luta exige que nos enchamos da rebeldia do Professor Abdias do Nascimento, que nos enchamos de um certo grau de paciência, porque é necessário, todos os dias, de alguma forma, fazer algum tipo de ação afirmativa.

Gostaria de citar um novo exemplo de ação afirmativa que aconteceu na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, onde a Presidência da Casa assumiu um programa de ação afirmativa no interior da

Assembleia Legislativa. Como? Contratando jovens negros como estagiários. Trata-se de um programa concreto. (Palmas.)

Senador Paulo Paim, fico imaginando a possibilidade de o Grupo Ser Negro – eles estão ali, são jovens negros que hoje vieram a Brasília, mas não vivem no Plano Piloto, vivem na periferia de Brasília – vir aqui não mais como visitantes, mas como trabalhadores, como pessoas que viessem trabalhar aqui no Senado. (Palmas.)

Ou seja, por que não podemos, de maneira concreta, fazer com que esses jovens façam parte de um programa de ação afirmativa no Senado? Algo muito concreto, muito objetivo. Como podemos trazer esses meninos e essas meninas para fazerem um trabalho, para trabalharem como estagiários aqui? Bastaria uma posição clara do Presidente do Senado em relação a isso. Conseguimos implementar uma ação afirmativa no Supremo Tribunal Federal, em que há cotas para serviços terceirizados. Não poderíamos também pensar em uma ação afirmativa em relação ao Senado brasileiro?

Ao finalizar, gostaria de dizer: Edinaldo Batista Libânio, você não faz idéia da importância que foi o seu gesto de manter a ação. A discriminação é cotidiana, ou seja, todo dia recebo centenas de casos. Mas as pessoas, passado aquele momento de ódio, de raiva, abandonam o caso, não levam adiante. Seu gesto é considerado importante porque você manteve a dignidade, fez com que nos sentíssemos orgulhosos e manteve a ação pública, que é o que espero que grande parte dos brasileiros faça em relação à ação afirmativa.

Ressalto que a ação afirmativa é uma bandeira que temos que levantar todos os dias, em todos os espaços, brigar para que ela possa acontecer, para que nossa juventude, como a do Ser Negro, possa ter um futuro, de fato, concreto, que não possamos fazer balanços de cem anos atrás sem vislumbrar um futuro concreto. E a ação afirmativa exige não apenas discurso, mas ações concretas para, de fato, modificar a realidade da população negra.

Portanto, Sr. Abdias do Nascimento, conte com mais um rebelde.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra a Srª Tereza Ferreira da Silva, Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro do Distrito Federal. (Palmas.)

A SRª TEREZA FERREIRA DA SILVA – Peço permissão à Presidência desta audiência pública para cumprimentar a Mesa na pessoa que é um símbolo nacional da luta pela igualdade racial, que é o ex-Senador Abdias do Nascimento. Gostaria também de registrar

nossa satisfação ao ver neste plenário várias pessoas de organizações não-governamentais e governamentais do Distrito Federal, que prestigiam este momento de grande importância.

Senador Paulo Paim, o Conselho de Defesa dos Direitos do Negro trabalha essa questão no dia-a-dia junto à população e às escolas de Brasília. Não poderíamos deixar de lembrar que, desde quando foi instalada na Câmara dos Deputados a Comissão destinada a discutir o Estatuto da Igualdade Racial, de que participavam V. Exª e o Deputado Reginaldo Germano, sempre estivemos presentes, manifestando nosso apoio pela aprovação do Estatuto, que é o respaldo para a luta de todos os brasileiros.

Gostaria também de dizer ao Grafite que o ato vivenciado por ele foi lamentável, mas a atitude que tomou foi diferente da de outros jogadores que, no dia-a-dia, vivenciam a discriminação e se calam. Você não se calou. Sua atitude foi digna da admiração de todos nós, não apenas de negros afrodescendentes como de toda a sociedade brasileira.

Parabéns! Para nós, você foi e é um herói, pois não se preocupou com o fato de estar se expondo. Você não tem noção de quanto essa atitude tem sido importante para nós. Da mesma forma como você foi discriminado naquele momento, no dia-a-dia, pessoas anônimas são discriminadas e têm medo de se manifestar. E você acreditou que naquele momento estaria mudando um quadro. Parabéns! Foi o maior gol de placa que você marcou em toda a sua vida. (Palmas.)

Senador Paulo Paim, eu e todos os que estão comprometidos com essa causa, de forma diferente de meu antecessor, não o convidamos para a rua, mas dizemos: V. Exª não está sozinho, Senador. Nós estamos com V. Exª para aprovar o Estatuto da Igualdade Racial, tão importante para todos os brasileiros.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gostaria também de registrar a presença entre nós da Federação do Sindicato das Universidades, na figura do Sr. Ricardo, Diretor, e da Srª Márcia, Diretora.

O Senador Romeu Tuma remeteu um documento registrando sua ausência por motivos de saúde, mas está conosco nessa caminhada.

Passo a palavra ao Dr. Carlos Moura, Secretário-Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz, da CNBB, que recentemente foi convidado a representar os países de língua portuguesa em uma missão de paz na Guiné-Bissau, se não me engano. Uma salva de palmas porque foi lembrado um dos nossos. (Palmas.)

O SR. CARLOS ALVES MOURA – Senador Paulo Paim, que em boa hora decidiu patrocinar a discussão em busca de caminhos para a eliminação do racismo

e preconceito nesta Casa, meu companheiro e amigo ex-Senador Abdias do Nascimento, Edinaldo Batista Libânio, Senador Mão Santa e companheiro Ivair Augusto Alves dos Santos, com quem venho aprendendo a transitar neste corredor polonês que vai da Catedral à Praça dos Três Poderes, eu imaginava o quanto é difícil resistir no Brasil ao preconceito, à discriminação, ao racismo. O Sr. Abdias do Nascimento, com a sabedoria que lhe é peculiar, traz a resposta: estamos aqui e resistimos em função do fogo abençoado de sua santa ira.

Fogo abençoado de sua santa ira que não nos permite compactuar com o racismo, o preconceito e a discriminação.

Fogo abençoado que faz com que o Senador Paulo Paim, desde a Câmara dos Deputados, venha construindo uma legislação, assim como outros parlamentares, no sentido do combate ao racismo e de medidas de ação afirmativa.

Fogo abençoado que conduz também os passos do Deputado Reginaldo Germano.

Fogo abençoado que faz com que nesta galeria estejam os jovens do Ser Negro e, neste plenário, muitos militantes do Movimento Negro do Distrito Federal.

Fogo abençoado que faz com que pela força e pela luta do movimento negro têm sido aprovadas leis neste Parlamento.

Mas é esse fogo abençoado, Sr. Presidente, que fará com que esta Casa do Congresso Nacional aprove o Estatuto da Igualdade Racial. Esse fogo abençoado que fará com que todos os ministérios assumam medidas de ação afirmativa.

Eu não queria estender-me mais, Sr. Presidente, porque não seria lícito, da minha parte, não dividir, não repartir esse tempo com o Tico, que é representante dos calungas. Portanto, peço a V. Ex^a que permita que Tico, o Quilombola, venha a esta tribuna.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. TICO – Cumprimento toda a Mesa dos Srs. Senadores em nome do Senador Paulo Paim; cumprimento também todos os presentes neste plenário. Quero deixar só um recado ao nosso Presidente Lula. Ele esteve na nossa comunidade calunga no dia 12 de março de 2004, ocasião em que fui orador. E o nosso Presidente, juntamente com o Governador de Goiás, disse que as ações na comunidade calunga, principalmente as de regularização das nossas terras, seria concluída até novembro daquele ano. E estamos vendo os esforços da nossa Ministra Matilde Ribeiro mas não sabemos o que está travando essas ações, porque, até hoje, nunca se começou nada. Já estamos hoje, no dia 13 de maio de 2005, e nada foi começado.

Então, quero deixar esse recado ao nosso Presidente Lula, que os Srs. Senadores repassem para ele, para que tome conhecimento do que está acontecendo.

É esse o meu recado.

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Posso assegurar ao representante da comunidade calunga que recebi uma carta pelas mãos do nosso amigo Moura e que a farei chegar às mãos do Presidente, pois se trata de justa cobrança, num pronunciamento tranqüilo e equilibrado, ao compromisso assumido.

Passamos a palavra, de imediato, ao Professor Nelson, que aprendi a respeitar nos debates que tive com ele na UnB. (Palmas.)

O SR. NELSON OLOCOFÁ INOCÊNCIO – Boa tarde. Eu gostaria de saudar a Mesa: Senador Paulo Paim, agradeço pelo convite, que me deixou lisonjeado pela oportunidade e pelo reconhecimento; Senador Mão Santa; Sr. Ivair Augusto dos Santos, companheiro de algumas décadas de ativismo negro; Sr. Edinaldo Batista Libânio, seu gesto já foi sobremaneira aqui citado. Lembro que atitudes como essa nos remetem sempre às relações entre política e esporte.

Em 1968, nas Olimpíadas do México, dois atletas negros estadunidenses ganharam medalhas de ouro e de bronze. Naquela Olimpíada, eles subiram ao pódio, estenderam o braço, o punho, em reconhecimento à necessidade de superação do racismo nos Estados Unidos e em apoio à luta, ao poder negro. Essas são referências importantes. Edinaldo, você é hoje, inegavelmente, uma referência para o povo negro e para a juventude negra também.

Senador Abdias do Nascimento, não há mais o que dizer. Só quero lembrar que nosso Senador não apenas é um ativista mas um artista, que tem uma obra sólida, densa e que precisa ser reconhecida pelas galerias, pelos curadores, enfim, pelo espaço em que a arte se processa neste País. Senador, lembrei-me muito que, no início dos seus discursos nesta Casa, V. Ex^a sempre iniciava saudando os orixás. Isso foi, para mim, extremamente impactante; não consigo esquecer.

Eu falo hoje na condição de representante da Universidade de Brasília, especificamente representando a Vice-Reitoria, uma vez que o Professor Timothy Mulholland não pode comparecer.

Venho narrar, mais uma vez, embora as pessoas já tenham conhecimento da importância que foi o avanço, dentro da Universidade de Brasília, a implementação de políticas de ação afirmativa no contexto dessa universidade. É a primeira instituição federal de ensino superior a implementar ações afirmativas e espero que esse exemplo seja apropriado pelas demais

instituições federais de ensino superior e também as estaduais – por que não dizer?

Estamos conscientes de que é apenas o começo. Temos um projeto de 10 anos e, ainda, 18 edições de vestibulares. É fundamental que não esmoreçamos e possamos dar continuidade a esse processo.

Muitas vezes, ficamo-nos perguntando de que tem medo a universidade, porque foi uma decisão da sua administração, o que não significa que o corpo docente da UnB esteja plenamente de acordo ou que os corpos docentes e discentes das universidades em geral tenham convicção. O que me preocupa é que mesmo a juventude estudantil muitas vezes apresente-se como transgressora, mas chega a um limite ao falarmos da superação do racismo, inclusive no espaço acadêmico.

Então, parece-me que o grande medo que existe... porque os nossos colegas docentes, muitas vezes, não conseguem dar-se conta de que, ao falar de racismo, não são acadêmicos. Geralmente, tendem para o senso comum, o que é absolutamente terrível.

Mas acreditamos que o avanço seja possível e creio também que as ações afirmativas nas universidades resgatem uma dívida histórica não apenas com o povo negro, mas sobretudo com a intelectualidade.

Também faço parte do Conselho Executivo da **Revista Palmares**, a convite do Professor Ubiratan Castro. Sou um imenso interessado no resgate de vários autores que passaram incógnitos por este País. Muitos já não estão mais entre nós e foram para o Orum, que, na língua yorubana, significa “o outro lado” – intelectuais como Clóvis Moura, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Hamilton Cardoso, além de tantos outros que tiveram seus textos minimamente transitando entre a militância negra. Então, é fundamental que isso seja recuperado em um momento privilegiado, que é este que estamos vivendo, de ter uma literatura sobre a temática racial. É fundamental que resgatemos aqueles que foram sem que pudessem tornar mais públicas as suas reflexões.

Acredito piamente que esse dia é preciso que realmente seja entendido conforme o movimento negro construiu, numa visão contra-hegemônica, que não é de comemoração. Muitos talvez não saibam, mas no Centenário da Abolição, o País foi marcado por protestos anticomemorativos. Todos sabemos da passeata histórica do Rio de Janeiro, como o Senador Abdias e outras pessoas.

Então, é fundamental que entendamos que, se este dia é para ser marcado, na perspectiva do movimento negro, este é o dia nacional de denúncia contra o racismo. É efetivamente importante que façamos desta

uma data que pode ser entendida para a superação do racismo e a superação das desigualdades raciais.

Saúdo às malungas e aos malungos aqui presentes. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos e minhas amigas, faltam só cinco oradores. Cada um dispõe de cinco minutos, por isso, acho que vamos terminar bem a nossa reunião. A intenção é a de terminar no máximo às 14 horas.

Neste momento, o nosso convidado especial, o Grafite, juntamente com o Abdias, tem que viajar. O Grafite fez um esforço enorme para estar conosco neste momento. Mas, agora, tem quer retornar às suas atividades, em São Paulo. Pediria que déssemos uma salva de palmas, de pé, no momento em que está se retirando porque ele merece. (Palmas.)

De imediato, passo a palavra ao João Lima, Presidente da Cobap, Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos, representando aqui 22 milhões de idosos, entre os quais, brancos e negros, naturalmente.

O SR. JOÃO LIMA – Boa-tarde a todos; à Mesa, presidida pelo nobre Senador Paulo Paim; ao nobre Senador Mão Santa, contrerrâneo nordestino; ao Professor Elias. Saúdo também a coragem do Grafite nessa luta incansável contra a discriminação!

Desafios contra a discriminação e busca de caminhos para eliminação do racismo e do preconceito.

Peço licença ao nobre Senador e ao professor para inserir, nesta reunião, a discriminação contra os aposentados e pensionistas deste País.

Em nome dos princípios, valores e conceitos essenciais que regem a humanidade, inicio este pronunciamento citando o lema que a Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos – Cobap – tem levado a todos os cantos da Nação: justiça, equidade e paz social são os nossos compromissos, em respeito absoluto ao ser humano. Ele é o sujeito da história, o princípio, o centro e o fim de tudo, condicionado ao desenvolvimento integral de cada um, de todos, o bem comum.

Todos somos iguais. Esse é um dos fundamentos da Constituição, assim como a dignidade da pessoa humana, construída a cada dia. Portanto, devemos ter os mesmos direitos e responsabilidades sociais, jurídicas, políticas, religiosas, econômicas, culturais, científicas e tecnológicas, independentemente de privilégios e injustiças.

Louvo a iniciativa do nobre e sempre leal Senador Paulo Paim. Deixo aqui consignado total e irrestrito apoio da Cobap a todos aqueles que lutam contra todas as formas de violações ou omissões com relação aos direitos fundamentais e qualquer forma de dis-

criminação ao ser humano, o que, sistematicamente, ajudaremos a denunciar, combater e eliminar, entre elas a economia.

Com esse propósito, manifesto, em nome dos 9 milhões de trabalhadores aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência, que percebem benefícios superiores ao piso de um salário mínimo, a indignação, o repúdio e o protesto do segmento contra o ínfimo reajustamento dos benefícios acima do mínimo mantido pela Previdência, a partir de 1º de maio de 2005, de apenas 6,355%.

De qualquer forma que seja escrito, numérica ou por extenso, esse índice traduz uma só palavra: miséria e decorrente discriminação e exclusão econômica.

Questiono, ainda, a justificativa do Governo de que o reajuste de 6,355% foi concedido em face da inflação medida a partir do INPC, até por que essa foi de 6,61% no período de maio de 2004 a abril de 2005. Com mais essa minoração, as perdas dos aposentados e pensionistas em relação à isonomia com o salário mínimo atingem o patamar inaceitável de 60,18%!

A Carta Magna, no seu art. 58 – das Disposições Transitórias –, definiu que os aposentados e pensionistas, quando da concessão do benefício, perceberiam de acordo com a quantidade de salários mínimos que detinham na data de sua concessão.

Se o Governo continua adotando essa política perversa e anti-social àqueles que contribuíram sobre 20, sobre 15, sobre 10 salários mínimos, sem dúvida, no prazo exíguo não maior do que seis anos estarão com o benefício reduzido ao piso salarial mínimo.

A alteração do teto, de R\$300,00 a R\$2.668,15, já induz ao achatamento e ao caminho de transformar a Previdência em mera assistência social, eis que o próprio teto máximo já se afasta de dez salários mínimos. Sem um único golpe, há substancial perda para os futuros benefícios, defasagem essa de 12,44%.

Imputamos a quem a culpa pelo processo que nos leva a constatar que querem privatizar ou torná-la mera assistência social? Ao projeto da esperança, vergado na imagem do nosso dirigente máximo da Nação, ou seria essa uma ação isolada e de interesse de alguns de seus técnicos e assessores diretos?

Inúmeras foram as ações da Cobap e suas entidades filiadas, com o apoio de técnicos e Parlamentares – com destaque para a atuação do nobre Senador Paulo Paim e do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O índice concedido é ínfimo, injusto e inaceitável frente às promessas de campanha e dos compromissos sociais firmados pelo atual Governo que, dentro de suas linhas gerais de conduta, pretendia estabelecer um tratamento justo e equânime aos agentes econômicos e sociais, honrando os contratos e acordos fir-

mados com pessoas jurídicas e respeitando os direitos adquiridos e ato jurídico perfeito das pessoas físicas que têm relação de trabalho com o Estado.

Os contratos internacionais são cumpridos à risca. Isso tudo de forma gradativa e continuada, sem surpresas. Obviamente isso não aconteceu. Até então, assistimos, incrédulos, perplexos e realmente surpresos a exclusão que permanece e impera no País – aquela que não tem raça, cor, nem sexo. Atinge todos e se reflete na mesa do trabalhador e do aposentado brasileiro. Reflete na constatação de que, cada vez mais, caminhamos para a construção de um país de miseráveis –sem teto, sem comida e, quem sabe, se continuar assim, sem previdência –, retirando da sociedade condições mínimas para que se possa viver com dignidade.

Peço desculpas por ter inserido nesta reunião também a discriminação contra os aposentados, os pensionistas e contra os próprios negros que, dentro da Previdência Social, são uma minoria e os que menos ganham.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

SEGUE NA INTEGRA O DISCURSO DO SR. JOÃO LIMA

(inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebe, na íntegra, o seu pronunciamento e fará com que ele chegue ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Concedo a palavra ao Dr. Mário, Consultor do Senado, que nos tem ajudado muito na elaboração das políticas de combate ao racismo e ao preconceito. (Palmas.)

O SR. MÁRIO TEODORO – Boa-tarde, vou falar do plenário mesmo, até porque, como consultor e funcionário da Casa, eu me sinto melhor assim.

Na verdade, eu queria fazer um informe com relação ao fundo; a necessidade de uma fonte segura de recursos, como Edna Roland colocou, para a política de igualdade racial. Todas as políticas que têm dado certo no Brasil dispõem de um fundo ou de algum tipo de vinculação. A educação e a saúde são dois grandes exemplos. Sem esse fundo não vamos conseguir estabelecer uma política de igualdade racial. Hoje temos algo em torno de R\$10 milhões anuais ou um pouco mais para a questão da igualdade racial no Brasil. Fazendo uma comparação com qualquer outro tipo de política, que está sempre na casa dos bilhões, R\$10 milhões é muito pouco. Assim, o esforço maior para a consecução de um fundo, a partir do Estatuto da Igualdade, é também o esforço para as condições

mínimas de uma política para a igualdade racial com recursos. Atualmente, na Consultoria Legislativa, esse esforço é no sentido de discutir, a partir da iniciativa do Senador Paim, com o Executivo uma forma de viabilizar tecnicamente a consecução de um fundo que de fato venha a trazer recursos para a igualdade racial no Brasil.

Hoje existe um discurso, que está presente na fala do próprio Presidente, mas efetivamente, em termos de recursos, ainda está por se consolidar. A idéia é, a partir do grande arcabouço que é o Estatuto da Igualdade Racial, consolidar o fundo com recursos suficientes para dar o aporte a uma política de igualdade racial.

Nós da Consultoria, por iniciativa do Presidente e em conjunto com técnicos do Ministério da Fazenda e da Seppir, estamos buscando uma forma de viabilizar esse fundo e de trazer recursos, que são fundamentais para a consecução de uma política efetiva de igualdade.

Era esse o informe técnico que gostaria de trazer, para ressaltar a importância do fundo. Estamos tentando consolidar isso da melhor forma possível.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS)

– Concedo a palavra ao Sr. Edison Guilherme, representante do Mosap – Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas –, que também quer dar seu depoimento contra o racismo e os preconceitos.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; caro Senador Mão Santa, Senador Abdias do Nascimento, Senador Eurípedes Camargo, senhores dirigentes de entidades, senhoras e senhores, o Instituto Mosap – Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas – apresenta-se nesta tribuna apenas para se congratular com aqueles que, nesta manhã, manifestaram-se no sentido de buscar novas fórmulas e novos caminhos para a eliminação do racismo e do preconceito.

Não temos muita coisa a acrescentar ao que já foi dito. Nós no solidarizamos com todos os que aqui se pronunciaram, sobretudo com o Senador Rodolpho Tourinho e o Senador Cristovam Buarque, que, com muita propriedade, expuseram seus pontos de vista, que coincidem com os nossos. Queremos nos solidarizar com S. Ex^{as}, repito, e trazer um abraço ao jogador Grafite, que, em nosso entendimento, merece a solidariedade de todos os servidores públicos do País.

Queremos dizer também ao Senador Paulo Paim que os servidores públicos do Brasil têm muito a agra-

decer a S. Ex^a. Ainda temos muito a esperar até que a famosa PEC paralela se torne realidade.

(Palmas.)

Queremos dizer também ao Senador Mão Santa que os servidores públicos brasileiros muito têm a agradecer a S. Ex^a pelo seu voto na reforma da Previdência.

(Palmas.)

Os servidores públicos são muito agradecidos a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Queremos ainda lembrar uma forma de preconceito contra o servidor público. Ouso citar o projeto de revisão salarial do servidor público federal, encaminhado ao Congresso Nacional, que prevê o reajuste de 0,01%. Isso me parece uma forma de preconceito. Esse reajuste de apenas 0,01% não pode ser confirmado, porque é, repito, uma forma de preconceito que nós, servidores públicos, não podemos aceitar.

Também há preconceito contra servidores aposentados e pensionistas. Já houve a redução das pensões em cerca de 30%. Agora, infelizmente, a Câmara dos Deputados não confirmou o que a PEC paralela aprovada pelo Senado Federal assegurava, isto é, paridade plena também para pensionistas. É outro preconceito que nós, servidores públicos, não podemos aceitar, principalmente eu, presidente desse Movimento e também Diretor de Aposentados do Sindilegis (Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU) e Vice-Presidente da Assisefe (Associação dos Servidores Inativos e Pensionistas do Senado Federal), órgãos do Congresso Nacional. Repito: de forma nenhuma poderemos aceitar que isso venha a se concretizar.

Portanto, encerro minha fala, congratulando-me com todos os Senadores que aqui se pronunciaram, de modo especial com o Senador Paulo Paim, que tão gentilmente nos convidou. Aqui estamos para agradecer a S. Ex^a. Aos demais também, nossas congratulações, e que tenhamos sorte daqui para frente.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS)

– Estamos concluindo. Há apenas mais dois oradores.

Passo a palavra, com muita satisfação, ao Dr. Marco Antonio Zito Alvarenga, representante da OAB de São Paulo, onde realizamos belíssima audiência pública para discutir o Estatuto da Igualdade Racial.

O SR. MARCO ANTONIO ZITO ALVARENGA

– Senhoras e senhores, boa tarde!

Sr. Presidente, é um prazer estar nesta Casa, neste dia de reflexão, retribuindo a visita de V. Ex^a à Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo. Senador Mão

Santa, quanto ao que já foi dito sobre sua pessoa, só tenho que endossar e assinar embaixo.

Abdias do Nascimento, figura que me traz à memória um fato histórico ocorrido dentro da PUC, quando V. Ex^a e sua esposa, nos idos de 1982, promoveram o primeiro debate sobre o preconceito racial. Naquele época, na verdade, nós estruturávamos o primeiro grupo negro universitário.

O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO – Foi um pouco antes.

O SR. MARCO ANTONIO ZITO ALVARENGA – É verdade. Eu entrei na faculdade em 1977. O referido debate deve ter ocorrido por volta de 1978.

Aquele fato foi histórico. Se hoje o número de estudantes negros em uma faculdade é restrito, imagine naquela época! E conseguimos montar um grupo reduzido de pessoas, com uma nova proposta. Então, a sua figura realmente nos traz boas lembranças.

Senhoras e senhores, o tema de hoje é importante porque traz ao debate a inclusão social do negro, muitas vezes considerado um cidadão de segunda categoria.

Os movimentos de afirmação positiva mostram-se cada vez mais necessários e bem-vindos para tentar diminuir os efeitos maléficos da discriminação racial, assumida pela sociedade como questão histórica e social a ser resolvida como forma de promoção da igualdade racial.

Nessa direção, eventos como esses, com o aval do Poder Público e das autoridades constituídas em todas as esferas, representam um marco histórico na luta pela igualdade de oportunidade de todo o povo brasileiro.

Devo chamar a atenção dos presentes para o fato de que a discussão não é mais de responsabilidade de parte desse segmento, ou seja, somente dos negros, mas de todo o povo brasileiro, pois a inclusão social vai proporcionar o crescimento econômico e a consequente inclusão do Brasil no rol das grandes economias. Senhores, com a exclusão social, não há inclusão do Brasil entre os países com grande economia.

Devo lembrar um nome que, de certa forma, é questionado em nossa história, em especial na história dos negros, porque queimaram os arquivos e os assentamentos das origens de nossos descendentes. Refiro-me a Rui Barbosa, que é lembrado como jurista competente. O choque entre algumas idéias dele e a sua atuação como advogado me faz trazer o seu lado, não tão bem reconhecido, até por nós como negros, mas que faz também ressaltar alguns pontos positivos quanto a sua atuação como advogado.

Dizia Rui Barbosa que “justiça tardia não é justiça, senão injustiça qualificada”. Em nosso caso, justiça

social atrasada é injustiça social com agravantes e se configura um verdadeiro *apartheid* social.

Então, senhores, a demora na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial só cria essa situação, um verdadeiro *apartheid* social. Por quê? O Brasil assinou, na conferência mundial promovida pela ONU em Durban, como bem disse Edna Roland, alguns compromissos que até hoje não são colocados no dia-a-dia, e, por isso, nos encaminhamentos, na busca da igualdade racial, não encontramos a verdadeira solução para os casos. Decorridos mais de quatro anos, somos ainda criticados por organismos internacionais, que dizem que nosso Judiciário é despreparado, que alguns segmentos, mesmo dentro do Legislativo, são preconceituosos e que há um retardo na implantação das políticas públicas.

Assim, volto a dizer: precisamos aprimorar. A advertência é feita no seguinte sentido: “as leis para coibir a discriminação raramente são aplicadas”. Não há reparação justa às vítimas e não são apenas eventuais autores dos crimes de racismo. Volto historicamente a uma colocação de Abdias do Nascimento, que dizia, nos anos 50, que a polícia criou um tipo penal diferente, ou seja, o negro é, na verdade, sempre um suspeito. A chamada boa aparência é uma forma velada da prática de racismo.

Como não bastasse, devo fazer o seguinte esclarecimento: por força das apurações feitas pelos institutos, somos 47%, levando em consideração o fenótipo, e 70%, levando em consideração o genótipo (fenótipo: a cor, a expressão, a quantidade de melanina, o que não dá para dizer que não sou negro; e genótipo: aqueles que, na verdade, apesar da pele clara, têm na sua história o gene de um negro.)

Então, hoje poucos podem dizer que não têm, na sua família, a origem negra. Essa questão repassa pelo dia-a-dia. E vamos caminhando, de forma muito lenta, em busca de uma solução.

É certo que a discriminação racial é uma doença que mata, que agride, que deixa marcas psicológicas e físicas em suas vítimas, chegando a ser justificativa da prática de crimes de homicídio, e, assim, deve ser banida do meio social.

Devemos lembrar, Senador Paulo Paim, da questão do dentista Flávio Ferreira Santana, muito bem saudado por V. Ex^a naquela oportunidade. Voltamos hoje, quase um ano depois, a outro fato. A vítima, Edinaldo, só não perdeu a vida, mas foi agredido no seu eu, no seu íntimo, só por ser negro. Para tanto, devemos invocar os preceitos de nossa Constituição, advindos da Organização das Nações Unidas, desde 1945, e que, até o presente momento, não foram alcançados.

O racismo é forte e violento. Podemos ver isso no nosso dia-a-dia. Ao entrarmos em um shopping, em uma grande loja, em um grande magazine....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Lembro que o senhor tem mais um minuto para concluir.

O SR. NELSON OLOCOFÁ INOCÊNCIO – ... e pensamos que estamos em um país nórdico.

Decorrido esse tempo, só tenho a dizer o seguinte: a Ordem dos Advogados do Brasil e a nossa Comissão, a Conad, são parceiros de todas as lutas em prol da igualdade racial e quer estar presente não só em eventos como esse, mas também quer estar ao lado de V. Exª na luta no dia-a-dia, nas ruas, pela busca da igualdade racial.

Meu muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Eu queria agradecer aos representantes da comunidade indígena, que, entendendo o adiantado da hora, indicaram para fazer uso da palavra, neste momento tão importante, o Sr. Jairo Mozart Potiguar.

Convidado a vir a tribuna, V. Sª disporá do mesmo tempo assegurado aos outros oradores. Mas, desde já, eu agradeço à comunidade, que entendeu O problema da exigüidade do tempo e inscreveu um único representante.

(Palmas.)

O SR. JAIR MOZART POTIGUARA – Em nome do Senador Paulo Paim, saúdo os membros da Mesa e a Plenária.

Eu serei breve, devido ao avançado do tempo. Eu sou Mozart, da etnia potiguar, e estou aqui como representante do Movimento Indígena do DF. Somos quase 14 mil índios residentes, descendentes diretos, por parte de pai e mãe, ou só pai ou só mãe.

Quero agradecer também ao Senador pelo desenvolvimento desse projeto contra o racismo e o preconceito, que acho que é importante neste País, porque entendemos que somos um país multiétnico. E quero deixar um lembrete para o nosso Presidente, por intermédio de V. Exª, Senador Paulo Paim: no último encontro, ainda em campanha, o Presidente Lula nos prometeu rever a política indigenista deste País. Até agora, nada foi feito, e o nosso povo está morrendo de fome e de opressão. Os que ficam na aldeia morrem de fome e de opressão, e os que estão nas cidades são discriminados como os negros.

É só esse o lembrete. Agradeço a oportunidade.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado. Farei o encaminhamento devido, conforme solicitado, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Quero registrar a presença de Raul Ferreira Júnior, que esteve conosco e está nos acompanhando.

Passo a palavra, com muita satisfação, ao meu Vice-Presidente desta Subcomissão, Senador Mão Santa. Em seguida, encerraremos. Comprometo-me a fazer uma fala bem rápida. Depois, ouviremos a nossa cantora, que encerrará o evento.

Senador Mão Santa, V. Exª está com a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, que preside esta reunião, eu pediria permissão para saudar todas as autoridades, na pessoa do Senador Abdias do Nascimento, porque eu poderia esquecer alguns nomes, o que, mesmo involuntariamente, seria imperdoável.

Brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Abdias do Nascimento, a Itália deu a Norberto Bobbio o diploma de Senador vitalício. Se eu e o Senador Paulo Paim pudéssemos, V. Exª seria Senador vitalício do nosso Brasil. Mas quero lhe tirar este bastão aqui, com todo o respeito. E, para essa comparação, eu buscaria um líder que considero o mais grandioso, porque ungido de Deus: Moisés. Ele buscou, com muita coragem, a sua missão de libertar o seu povo. E ele não quis saber se havia faraó, se faraó tinha exército, se havia mar, se havia deserto, se havia fome, seca, bezerro de ouro. Ele só parou para receber as leis. Atentai bem: leis.

E Rui Barbosa disse: “a salvação é a lei, a justiça”. Aí ele parou.

Mas ele chegou aos 40 anos! V. Exª não perde para Moisés, não. V. Exª tem mais de 40 anos.

O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO – Noventa e um.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então! Com todo o respeito, o nosso brasileiro, Senador vitalício, Abdias do Nascimento, tem mais luta do que Moisés. A luta de Moisés durou 40 anos. Mas teve uma hora em que ele chegou e passou o bastão. Olhou: muitas vitórias e perspectivas. E disse: Josué, continue. E Josué é Paulo Paim. Que os meus aplausos se somem aos seus a este ícone do Senado pela luta pela igualdade racial. (Palmas.)

Quis Deus estar presente o Professor Cristovam Buarque. Não estão aqui os empresários, os banqueiros, os políticos, os laureados, o Presidente. Mas está aquele que representa aquela classe, que a humanidade pára e chama de mestre, igual a Cristo.

Ele é simbolizado aqui pelo nosso Senador, Mestre Cristovam Buarque.

Queria dizer que estou aqui. Nesse negócio de cor, cada um tem a sua concepção. Segundo Shakespeare, o que vale é a interpretação. Não há bem nem mal. Não sei. É uma cor. Quanta gente gosta! É uma cor tão bela! Isso é verdade. Não vem de fora para dentro. A maioria das minhas roupas são pretas, como se vê aqui. E daí? É concepção. Mas que houve, houve. Esta é a humanidade, e ninguém pode negar.

Vamos reviver. Senador Paulo Paim. Não vou cansá-los com Navio Negreiro, mas vou repetir um pedacinho:

Senhor Deus dos desgraçados!
Dizei-me vós, Senhor Deus!
Se é loucura... se é verdade
Tanto horror perante os céus?!

Vou dizer por que estou aqui e para onde a gente vai a gente leva a nossa pátria. A minha pátria é o Piauí, Cristovam Buarque, e eu queria dizer da nossa participação.

Atentai bem o que é paradigma. Uma verdade que é mudada. Estudamos, como todos nós, Professor. Que bela professora de História eu tinha, a Maria da Penha, e também o Professor Benedito. Olha, eu não tenho mais esse conceito. Vou citar o fato. Professor Cristovam Buarque, este homem que está aqui, está aqui porque plantei no Piauí a maior semente, a da educação.

Quando governei o Piauí, foi o maior desenvolvimento universitário, Paulo Paim. Não foi do Piauí, não. Não foi do Brasil, não. Foi do mundo. Eu quis ser responsável e fui buscar uma Harvard para tomar conta, a Fundação Getúlio Vargas. Quando desse convênio, alguns piauienses ilustres foram convidados, como João Paulo dos Reis Veloso; Alberto da Costa e Silva, como Embaixador, dominou no almoço a conversa, e eu perguntei então ao Embaixador: “Embaixador, o que foi que o influenciou a ir para o Itamaraty? Aí ele parou e disse: “Governador, vingança!” É mais do que rebelião, vingança! Fiquei perplexo! Como é que o sujeito vai para o Itamaraty por vingança? “Olha, sou filho do poeta da Costa e Silva!” Eu sei, porque foi ele que fez o Hino do Piauí, que diz: “Piauí, terra querida, filha do sol do Equador. Na luta, é o primeiro que chega!” Ele disse: “Se a terra tiver um céu, esse céu, com certeza, é a minha cidade, Amarante! E meu pai, o poeta do Piauí, fez concurso para o Itamaraty!” Passou em primeiro lugar! É a gente do Piauí!

Mas o Barão do Rio Branco, Professor Cristovam, na hora da entrevista, disse: “Não vou lhe nomear, não!

Você é preto, parece um macaco, e eu não vou fazê-lo embaixador!”

Esse Barão do Rio Branco, para mim, não está mais com nada! Essa é a verdade da história!

Mas é a genética do piauiense, e disse: “Governador, é a vingança! E eu me vingo bem!” Aprendei, está com idade, mas ainda é idade de aprender! Não é só rebeldia, não! Ele disse: “Eu fui por isso, e entrei, e a vingança foi maior, porque eu deixei dois filhos no Itamaraty!”

Essa foi a realidade que superamos!

E gostaria de lhe falar aqui da grandeza do Piauí nessa luta! Nós somos diferentes.

Abdias da Silva... É que da Silva tem um piauiense, jornalista, e sou lá do Piauí. Desculpe-me. Abdias do Nascimento, aqui quero trazer a mulher. É sempre a mulher. A mulher tem mais valia, é grandiosa. E quanto à discriminação, atentai bem, a mulher foi discriminada. Quando os mestres, os filósofos ficavam estudando a noite toda, havia vinho, as mulheres não eram chamadas, não participavam. E eles ficavam quase todos homossexuais. Essa é a história.

Então, o mundo melhorou, com a liberdade, com a participação da mulher. Que venham.

E está aqui uma mulher dizendo isso, uma mulher do Piauí. Abdias do Nascimento, este documento é de 06/09/1770. Paulo Paim, hoje estamos em 13 de maio de 2005. Esperança Garcia, mulher piauiense escrava, primeira escrava a fazer uma petição no País. Está aqui o original, em português da época, e vou ler, em homenagem. Está aqui a luta, Professor Cristovam:

Eu sou uma escrava de Vossa Senhoria, da administração do Capitão Antonio Vieira de Couto, casada. Desde o Capitão por lá foi administrar que me tirou da fazenda de algodões, onde vivia com marido para ser cozinheira da sua casa, onde nela passo muito mal.

Vejam a coragem!

Olha a coragem! A coragem da mulher de Pilatos, a coragem de Verônica, a coragem das Três Marias, reproduzindo-se aqui na coragem da mulher negra do Piauí.

A primeira é que há grande trovoadas de pancadas em um filho meu, sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancada, tanto que caí uma vez de sobrado a baixo peiada; por misericórdia de deus escapei.

A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar há 3 anos, que uma criança e duas mais por batizar pelo que peço a Vossa Senhoria pelo amor de Deus e do valimento ponha os olhos em mim ordenando, digo, mandar ao procurador que mande para a fazenda de onde me tirou para eu viver com

meu marido e batizar minha filha de sua escrava Esperança Garcia.

Ela era da Fazenda Nacional, do sul do Piauí, que, naquela época, tinha cinco a seis províncias. Data: 6 de setembro de 1770.

Então, queria apenas dizer isso. Estou lendo o livro, Professor Cristovam Buarque, **Minha Luta**, de Bill Clinton. Ele diz que o discurso mais bonito que ele viu foi o que ele assistiu pela televisão, de Martin Luther King, o sonho, e aí a inspiração. Acho que daí nasceram as inspirações de Kennedy. De Abraham Lincoln, que, baseado no Livro de Deus, disse: “A casa dividida é facilmente derrubada. Este país não pode ser metade livre, metade escravo”. Mas é assim.

E estamos aqui, Senador Paulo Paim, porque acreditamos na democracia, a democracia é nossa, do povo. Abdias Nascimento, tudo se sintetiza no líbido do povo na rua, sacrificado, decepcionado com os governos absolutistas. E ele gritou: “Liberdade, igualdade e fraternidade”. E esta é a festa que o Senador Paulo Paim faz. É esse grito que volta, é essa sabedoria e as conquistas.

E posso falar, porque quero lhe dizer outra coisa, Professor Cristovam Buarque: o Piauí deu um ministro, talvez o melhor, João Paulo dos Reis Velloso. Na ditadura, ele foi à luz, o farol e trouxe o desenvolvimento. Vinte anos de mando e nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade, nenhuma corrupção; virtudes de homens e mulheres do Piauí.

E ele chegou na nossa cidadezinha, Professor Cristovam Buarque. Eu era Deputado Estadual, o Governador era Lucídio Portella, e eu conversando, toda a cidade, o filho, o ministro, Evandro Lins e Silva... Mas, e aquela passeata para o filho ilustre, o Ministro. Eu estava lá. De repente, com o sol a pino – ele ia inaugurar a ponte que une ao Maranhão, em Jandira –, ele disse: “Pára, pára!” Eu era o anfitrião, um filho da cidade. Ele era de lá, mas muito ausente. Os carros foram parando e o Ministro foi chegando. Era a casa do Prof. José Rodrigues, meu professor. Paim, ele era de cor preta. O Ministro saltou do carro e ficou conversando com ele. Ele foi meu professor. Confesso aqui que estudei muito – Deus me permitiu isso –, mas o Prof. José Rodrigues, da sua cor, Paim, foi o melhor professor de toda a minha vida e foi também o melhor professor do Ministro João Paulo dos Reis Velloso e de todos esses Velloso. Agora está na moda o Raul Velloso.

Esse era o testemunho que queria dar.

Agora minhas últimas palavras. Refiro-me àquilo que aprendi na infância. Um escritor da nossa região, de cor preta. “Não chores tu”, dizia o Maranhão, “Não chore, meu filho, que a vida é luta renhida. Viver é lutar. A vida é um combate que aos fracos abate, que

aos fortes, aos bravos só pode exaltar.” Forte e bravo é Paulo Paim, que nos lidera. Abdias do Nascimento, Leonardo da Vinci – está aí o **Código da Vinci** –, que disse que mau discípulo é aquele que não suplanta o mestre.

Em minhas últimas palavras, um pedido: que nossos aplausos se somem em homenagem ao nosso ícone e Presidente desta Subcomissão, Paulo Paim. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A reunião teve início às 10 horas, por isso entendo que esse aplauso de pé significa: fale pouco e veja se encerra.

Cometi um lapso. Não poderia deixar que uma pessoa que está no plenário não falasse. Senador Cristovam Buarque, sei que essa fala será também uma homenagem a V. Ex^a, pois poderia escolher muitos suplentes, mas, no espaço do seu e do nosso Partido, escolheu um Senador negro. No período em que V. Ex^a foi Ministro, tive grande alegria de participar com ele, o amigo Eurípedes Miranda, suplente do Senador Cristovam Buarque, a quem concedo a palavra.

O SR. EURÍPEDES MIRANDA – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, em nome de V. Ex^a, cumprimento o Plenário e a Mesa. Agradeço pela oportunidade de, neste momento, usar a tribuna, como fiz outras vezes aqui, para discutir as questões sociais da discriminação e da igualdade.

Percebo que todo esse processo que desenvolvemos nesta reunião, nesta oportunidade em que foi relatada uma série de fatos que aconteceram ao longo da existência, dessa luta do nosso País, hoje, podemos ver a busca dos vários caminhos colocados, que foram apresentados por vários oradores que me antecederam nessa reunião. Só por tudo isso já se justifica o êxito desse propósito.

Estamos aqui com pessoas ilustres, como o eterno Senador Abdias do Nascimento, e outros companheiros que, ao longo das suas vidas, se dedicaram e continuam se dedicando a essa causa.

Vejo a importância disso, pois, em todos os momentos da nossa vida, há várias formas de se colocar nessa luta, como foi dito aqui. Percebo que nas nossas comunidades, ouvindo esta reunião, ou fato de que saíram daqui várias pessoas que vão buscar no seu dia-a-dia reproduzir, que o gesto vale por um tratado de um processo como esse. A atitude do Grafite representou também a questão do esporte. Às vezes perguntamos: o que é que é mais político? Acho que tudo pode ser mais ou menos político; depende da forma como se encara a atitude e o gesto que se pratica no dia-a-dia das pessoas.

Portanto, aqui podemos observar que existem várias formas de expressar essa luta e construir essa solidariedade, essa cidadania.

Muito obrigado pela importância desse fato. E ficamos agradecidos por esse momento.

Obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senhoras e senhores, vou fazer o pronunciamento de encerramento desta grande reunião, um momento histórico para mim aqui, no Senado da República, e, em seguida, vamos ouvir um poema musicado pela artista Luciana Oliveira, que está pacientemente aqui aguardando, mostrando também toda a sua força militante, pois nos acompanha e espera o momento de encerrar esse evento.

Meus amigos e minhas amigas, desejo cumprimentar a todos que aqui estão ou estiveram conosco. Desejo agradecer a presença de todos, independente da entidade, do movimento que representa. Para mim, é um momento importante. O Senado da República pára, suspende a sua sessão e debate políticas de combate ao preconceito e ao racismo. Por isso, não há como eu não iniciar agradecendo ao Presidente desta Casa, Renan Calheiros, e ao Vice-Presidente, Tião Viana, que articularam com os Líderes a suspensão da sessão no dia de hoje para que esta audiência pública, que seria numa Comissão, fosse transportada para o plenário do Senado Federal, com cobertura direta para todo o Brasil pela nossa TV Senado. Eu pediria uma salva de palmas aos Senadores Renan Calheiros e Tião Viana porque S. Ex^{as} colaboraram muito para este momento acontecer. (Palmas.)

Aqui na Mesa, meu amigo, Senador Mão Santa, e eu fico com a palavra mestre aqui para o nosso Abdias. O Abdias eu vou homenagear no encerramento do meu discurso, portanto eu gostaria de falar rapidamente para vocês.

Há mais de um século, precisamente no dia 13 de maio de 1888, negros e negras – está escrito, mas dá emoção! – corriam pelas ruas, dançavam, gritavam. Era o grito de liberdade: “Enfim, meus irmãos, é o fim da escravidão!”

Esta festa celebrava o fim da humilhação, da vergonha, da dor, do preconceito. Era a alma aquecida pela paz tão esperada. Lá estavam também brancos que tinham compromisso com a liberdade. E eles diziam pelas ruas: “Nós lutamos, nós vencemos, nós somos livres. Chega da chibata, dos troncos, do ferros! Estamos livres da tortura!”

Mas chega a noite, a luz do dia também, os dias seguem e nada, na prática, havia mudado.

Passaram-se, então, Senador Cristovam, 117 anos. Os negros ocupam os estratos mais pobres da

população. São os que têm menos escola, recebem os menores salários, quando empregados. Aqueles que não são negros ocupam 95% dos chamados cargos executivos do nosso País. Nós ocupamos pouco mais de 4,5% e somos praticamente 50% da população.

A taxa de analfabetos negros é ainda o dobro daqueles que não são negros.

A invisibilidade do negro no cinema, no teatro, na televisão, na literatura, enfim, no mundo artístico e no jornalismo, ainda é um fato. Faço uma homenagem a minha querida cantora e lutadora contra os preconceitos, Leci Brandão, como se ela aqui estivesse.

O fim da escravidão, infelizmente, não foi o fim da desigualdade, do desrespeito, das injustiças. É claro que algumas mudanças aconteceram, graças a homens e mulheres, negros e negras que ergueram suas vozes contra o sofrimento que lhes era imposto. Mas nós ainda esperamos e lutamos até hoje pelo fim do preconceito.

Senhoras e senhores, a partir da Constituição de 1988 – eu estava lá –, o racismo foi considerado crime inafiançável. Mas, na verdade, o que mudou ao longo desses 17 anos? Muito pouco.

Hoje são 13 de maio. Nós estamos aqui, com certeza, para fortalecer, meu companheiro Abdias, a coragem daqueles que lutaram e lutam para tornar o fim da escravidão uma realidade. Palmas a você, Abdias, que representa esses lutadores. Palmas, Abdias, porque você representa, neste momento, esses lutadores que nunca desistiram da peleia permanente na busca de um futuro de igualdade. (Palmas.)

Nós somos da raça negra. Nossa pele é negra e pode não estar marcada pela chibata ou pela corrente, mas e nossos corações? Que marca carregam? Como feriram a nossa auto-estima!

A perplexidade ainda hoje toma conta de nós quando o racismo expõe suas garras e não permite a entrada de jovens negros em bailes. Quantas denúncias recebo em meu gabinete sobre o que estou aqui depondo! Quando jovens negros, correndo na rua, na busca de não perder o vestibular, são confundidos com assaltantes. Ou ainda, quando o negro se dirige ao Banco 24 horas para sacar seu dinheiro e é abordado porque é suspeito. A indignação toma conta de nós, quando, de forma explícita, nos esportes, alguns se permitem o direito de ofender atletas negros, referindo-se com desprezo à cor de sua pele.

Meus amigos, nós nos orgulhamos de ser negros. Vergonha é ser preconceituoso, é ter a alma seca, a alma morta, desprovida do senso de justiça, de respeito e da capacidade de amar. Vergonha é repassar a sujeira que existe em um coração preconceituoso para o coração de uma criança, ensinando-lhe a odiar outra

criança pela cor da pele, como denúncia que recebi recentemente, de um Estado onde a diretora me dizia: “Senador, me ajuda, criança X, branca, tem dificuldade de pegar na mão de uma criança negra”. Precisamos é de coragem. Coragem é nossa luta. Precisamos ser corajosos e enfrentar a discriminação. Cada um de nós pode e deve olhar de frente, sem medo, para aqueles que são os incapazes da alma, porque o racista, para mim, não tem alma e não tem coração. É assim que vejo aqueles que desprezam os seus semelhantes. Eles nada mais são de que incapazes de alma.

Coragem é a palavra que nos cabe. E somos corajosos, nossa história prova isso. Nossa raça lutou em nome da liberdade nos navios negreiros. Construímos quilombos. Por isso, 20 de novembro é a data da igualdade, dia em que morreu o nosso líder maior, Zumbi dos Palmares. Vida longa a Zumbi dos Palmares! Zumbi não é um morto vivo! Zumbi está aqui junto de nós! (Palmas.)

Nossa raça lutou pelo reconhecimento dos Lancieiros Negros no Rio Grande do Sul, conforme texto aprovado aqui no Senado. Eles foram os heróis da Revolução Farroupilha. Morreram em nome da liberdade. Quando propuseram um acordo, os negros disseram: “Não, nós não faremos o acordo. Vamos pelear até o último momento, a não ser que seja decretada a abolição da escravidão em todo o País”.

Por tudo isso e muito mais, estaremos com uma marcha Zumbi+10. Coragem foi, com certeza, Ministra Matilde Ribeiro, que não está presente, a criação da Sepir. Coragem foi o Senado aprovar, recentemente, e enviar à Câmara projeto da lavra do Senador Abdias e da Senadora Benedita da Silva, determinando que 20 de novembro, data da morte de Zumbi, seja feriado nacional. Com certeza inúmeras capitais já decretaram o feriado. Perdemos em algumas instâncias da Justiça porque dizem ser necessária uma lei federal. Pois bem, se é preciso uma lei federal, homenagear a comunidade negra é fazer com que a Câmara aprove de uma vez por todas que o dia 20 de novembro seja feriado nacional para debatermos essa questão do racismo.

Racismo e preconceito, infelizmente, fazem parte da cultura de diversos países. São vários os casos de jogadores vítimas de preconceito. Existem registros de racismo, infelizmente, nos cinco continentes. Enfim, os casos não são isolados.

Esses fatos lamentáveis geraram uma campanha internacional que, no Brasil, chamamos de “Levante-se e fale”. Foi isso que fez Grafite.

É de coragem que estão imbuídos os atletas engajados nessa campanha pela compreensão, pelo respeito, pela tolerância e pelo fim do racismo. Foi a

coragem que moveu o jogador Grafite, que já não está aqui porque precisou retornar a São Paulo. Mas é como se aqui estivesse. Eu diria: Grafite, você não se calou diante do insulto do argentino Leandro Desábato, durante o jogo entre seu time e o Quilmes da Argentina. Se ele saísse daquele jogo livre, mais uma vez a lei não seria cumprida. Mas, felizmente, quero aqui cumprimentar a 34ª Delegacia de Polícia da Zona Oeste de São Paulo e o Delegado que disse: “Cumpra-se a lei. Agrediu, vai para cadeia”. Parabéns, Polícia de São Paulo! Tomara que toda a nossa polícia faça da mesma forma quando um negro for atingido neste País.

Grafite, você está de parabéns, e a Diretoria do São Paulo também. O Voto de Louvor e de Solidariedade que recebe do Senado da República significa que você, Grafite, é um exemplo a ser seguido.

Senhoras e senhores, quero lembrar também que a juventude negra foi à luta. Lembro-me aqui de um debate sobre as quotas ocorrido na Bahia, quando lá estive. De repente, entra no auditório um grupo de negros batendo tambor. A batida do tambor, é claro, nos emociona, mas o que gostei de ouvir não foi só a batida. Eles diziam: “Nós, negros, não queremos só bater tambor. Viva as quotas! Nós queremos também é ser doutor!”

Não é demais lembrar, em 1992, o Congresso da UNE, em que jovens negros falaram alto e em bom som, que a juventude negra também pintou a cara no *impeachment* de um Presidente! E exigiram que o Congresso da UNE pautasse a questão racial. Isso foi um ato de coragem da juventude negra, meu líder Abdias.

O nosso *rap*, um movimento musical, no final dos anos 80, invadiu os espaços jovens, em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, com um estilo diferente, reivindicando e exigindo direitos e denunciando a violência. Essa juventude nos encoraja. Podem ter certeza de que essa juventude, indo para as ruas – como a mim foi provocado –, encoraja-nos a estar do lado deles e também de homens e mulheres de cabelos brancos, meu Abdias.

Senhores e senhoras, falam muito do Estatuto da Igualdade Racial. Esse documento não é do Paulo Paim nem do Deputado Germano ou do Relator Rodolpho Tourinho. O Estatuto da Igualdade Racial foi construído graças à coragem do movimento negro, que idealizou o projeto que o institui – que, hoje, felizmente, é unanimidade em todo o País. (Palmas.)

Abdias, quantos projetos seus, como militante, estão inseridos no Estatuto? Ele foi construído pelos verdadeiros militantes; eu apenas reuni as peças e as encaminhei para debate e votação.

Abdias e meu amigo Mão Santa, que me acompanha, tenho dito e reafirmo que o Estatuto da Igualdade Racial será a verdadeira carta de alforria da nação negra, que não veio em 13 de maio de 1888. Este ano é 2005 e há um decreto do Presidente Lula sobre a igualdade racial. Só há sentido em ser este o Ano da Igualdade Racial se for aprovado o Estatuto da Igualdade Racial. Senão, não o será! (Palmas.)

Não falarei do projeto. Já foi mencionado que os direitos fundamentais são garantidos à população afro-brasileira, enfim. Mas gosto muito da política de quotas e afirmo que coragem é o sistema de quotas, que busca corrigir as desigualdades dentro da realidade brasileira. Por isso, digo: parabéns, Universidade de Brasília! Parabéns, Universidade Estadual do Rio de Janeiro! Parabéns, Universidade Estadual da Bahia! Parabéns, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul! Parabéns, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, onde o debate sobre as quotas avança! Parabéns Instituto Rio Branco por ter adotado a política de quotas!

Esperamos, Ministro Celso Amorim, que o Brasil rapidamente tenha embaixadores negros. A nossa cara tem que ser mostrada também no exterior. Tenho certeza de que, a partir dessa iniciativa, em breve, meu Abdias, você, que seria com certeza absoluta um grande embaixador do nosso País, ainda verá um embaixador negro. E, com certeza, não terá que ser um; que sejam muitos embaixadores negros, já que somos a metade da população deste País.

Coragem é você, aluno cotista, que conquistou o seu espaço e mostrou ser tão competente quanto qualquer outro estudante.

Tive uma notícia muito boa ontem, que recebi com alegria muito grande. Sou natural de Caxias do Sul, uma cidade tipicamente italiana do Rio Grande do Sul. Senador Mão Santa, no momento mais difícil de minha campanha, muito difícil, olhei para Caxias e recebi quase cem mil votos, que me ajudaram a chegar ao Senado da República, com praticamente a metade da votação daquela cidade. Isso mostra que estamos avançando lentamente, mas estamos avançando. E a notícia boa não foi essa. A notícia boa foi de que, ontem, a Câmara Municipal de Caxias do Sul aprovou a política de quotas para a Prefeitura daquele Município. (Palmas.)

Isso é muito importante. Sei que muitas cidades já o fizeram, mas, para mim, tem uma simbologia especial, pois é o reconhecimento de brancos e negros que lutam pela igualdade.

Meus amigos remanescentes dos quilombos, o Estatuto contempla a titularidade definitiva. Há mais de cinco mil quilombos! E está aqui o meu Carlos Moura,

muito bem lembrado pelo meu Abdias. Um mestre sempre antecede o pupilo, é claro. E eu estava aqui para elogiar o Moura, mas o Abdias o elogiou antes! Então, Abdias, plageando-o, eu pediria palmas ao Moura, que trouxe aqui o Movimento dos Quilombolas, representando essa luta permanente de todos nós.

O Estatuto assegura também a liberdade aos cultos afro-brasileiros. É inadmissível que, em um País como o nosso, ainda haja preconceito contra as religiões de matriz africana! É esse Estatuto que garante o fundo, Mário, tão bem explicado por você.

Gostaria de dizer a todos vocês, neste encerramento, que ato de coragem é isso que nós todos estamos fazendo. Coragem, tenho certeza, terão todos os Senadores e Deputados, pois votarão por unanimidade a favor do Estatuto da Igualdade Racial; coragem é a ferramenta de luta de todos aqueles que combatem a discriminação; coragem é o seu nome. Coragem, repito, é o seu nome, meu amigo, meu irmão Abdias do Nascimento. (Palmas.)

Você agiu com coragem, Abdias – e neste momento temos de dizer –, quando mostrou indignação diante da exclusão dos negros da Guarda Municipal de São Paulo, quando ajudou a organizar o Congresso Afro-Campineiro, quando fundou o Teatro Experimental do Negro, no Rio de Janeiro. Foi a sua coragem que trouxe aos palcos do nosso País a nossa raça, o nosso povo, a nossa gente.

Professor emérito da Universidade do Estado de Nova Iorque, Doutor **Honoris Causa** pela Universidade do Rio de Janeiro e pela Universidade Federal da Bahia, você, certamente, Abdias, nos presenteou com sua coragem, sua bravura, sua determinação em defender a raça negra.

Por tudo isso você continua sendo aquele que este País jamais esquecerá. Você será o nosso eterno Senador da República.

Ao encerrar este pronunciamento, na figura do Abdias, quero homenagear todos os que estiveram aqui, que estão aqui, e mesmo aqueles que não puderam vir neste momento, mas que comungam com a luta pela liberdade e pela igualdade.

E me desculpe, Abdias – você até conhece –, mas na minha intenção ou na minha ousadia de escrever algumas poesias, escrevi uma e enviei a ele. Resumi a poesia e vou terminar com ela. É uma poesia que fala de você, que fiz de coração e, em um evento internacional, eu a declarei na íntegra, e fiquei muito orgulhoso quando fui muito aplaudido, pois falava de você, Abdias. Você, que representa a história, a caminhada da comunidade negra:

Abdias, um homem à frente do seu tempo.

Tua vida, Abdias, foi dedicada a essa causa, à nossa causa, à causa da nação negra.

Abdias, meu velho e querido Abdias, o nosso povo há de contar em versos e prosa a tua história. A história de um guerreiro, a história de um lutador. Os poetas falarão de um homem negro, de cabelos brancos, de barba prateada que, independente do tempo, nunca parou.

Fez da sua guerra a nossa batalha, como

ninguém. Nunca tombou. Foi dele e é nossa a bandeira da igualdade, da justiça

e da liberdade.

Abdias, tu és um homem que viveu à frente do teu tempo.

Vida longa ao gigante Abdias do Nascimento!

Vida longa a vocês, lutadores da liberdade, da igualdade e da justiça!

Viva Zumbi dos Palmares!

Viva a nação negra!

Axé, minha gente!

Coragem é liberdade! Coragem é Abdias!

Muito obrigado a todos.

(Palmas.)

Convido, agora, para a declamação do poema e da música, a artista Luciana de Oliveira.

(Procede-se à apresentação musical.)

(Palmas.)

A SRª LUCIANA DE OLIVEIRA – Muito obrigada. Gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim por nos permitir fazer esta apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Encerro a presente audiência pública agradecendo a todos os artistas brasileiros, na figura de Luciana de Oliveira. Muitos podem pensar que ela foi contratada, mão não foi. (Palmas.)

Luciana não foi contratada. Luciana é uma militante da causa da liberdade e da igualdade. Por isso, encerro a audiência pública pedindo palmas a Luciana.

(Palmas.)

Está encerrada a presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 14 horas e 30 minutos.)

Ata da 5ª Reunião (Ordinária) da Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão, no Âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, Convocada Para o Dia 16 de Junho de 2005, Sexta-feira, às 10:00 Horas, no Plenário da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Às dez horas e quinze minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e cinco, no Plenário da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, sob a Presidência do Senador **PAULO PAIM**, reúne-se a **SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO**, com a presença dos Senhores Senadores: **MÃO SANTA E PAULO PAIM**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente reunião tem como objetivo o item único da pauta, a Audiência Pública, com vistas a tratar da ação de despejo impetrada em face do 1º Quilombo Urbano reconhecido no Brasil, localizado no Bairro Três Figueiras, na cidade de Porto Alegre/RS. Usam da palavra os Senhores Senadores membros da Comissão: Paulo Paim e Mão Santa. O anfitrião, Deputado Estadual Dionilson Marcon, convida para comporem a mesa o Senhor Presidente da Subcomissão, Senador Paulo Paim e o vice-Presidente da Subcomissão, o Senador Mão Santa, e demais convidados. Em ato contínuo, passa a palavra para o Senhor Presidente que abre os trabalhos e conjuntamente com o anfitrião o Senhor Deputado Estadual Kionilson Marcon passam a palavra aos convidados. Comparecem os seguintes convidados: o Senhor Ivan Conceição Brás, representante da Senhora Matilde Ribeiro (Ministra da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial); o Deputado Estadual Edson Portilho; a Senhora vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do RS, Miriam Marroni, Deputada Estadual do PT; o Deputado Estadual, Líder do Governo na Assembléia, Adão Villaverde; a Senhora Rita de Cássia Silva, representante da família Silva, residentes no quilombo Silva; a Senhora Maria Bernadete Lopes, representante da Fundação Cultural Palmares; a Senhora Terezinha Campanello, representante da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Pública; o Senhor Carlos César D'lia, representante da Procuradoria-Geral do Estado; o Dr. Mauro Silva de Souza, representante da Procuradoria-Geral da Justiça; o Senhor Flávio de Souza, Presidente do Codene; a Dra. Miriam Villamil Balestro Floriano, do Ministério Público estadual; o Senhor Mozart, representante do Ministério de Desenvolvimento Agrário; o Senhor Paráclito Braseiro, Superintendente-Adjunto do Incra, no RS; a Senhora Carmem

Else, Sub-Procuradora-Geral da União; entre outros. Documentos são entregues em mãos ao Presidente da Subcomissão anexados a esta ata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, por volta das quatorze horas, lavrando eu, **Christiano de Oliveira Emery**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Subcomissão da Igualdade Racial e Inclusão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Dionilson Marcon. PT-RS) – Iniciando os trabalhos, convidamos as pessoas que ainda se encontram em pé para se sentarem, porque ainda há alguns bancos à nossa esquerda. Se ainda houver cadeiras lá atrás, os companheiros podem ir se ajeitando.

Convidamos para fazer parte da Mesa de trabalhos o companheiro das lutas sociais e da questão racial, Presidente da Comissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão, Senador Paulo Paim, e o vice-Presidente da mesma Comissão, Senador Mão Santa, do Piauí. Damos as boas-vindas a S. Ex^a e desejamos que se sinta gaúcho, enquanto permanecer no Estado.

Convidamos também o Sr. Edson Portilho, companheiro negro que tem defendido essa questão nesta Casa.

Convidamos, ainda, a vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, companheira Miriam Marroni, Deputada Estadual do PT.

Queremos registrar a presença do Deputado e companheiro, Líder do Governo na Assembléia, Adão Villaverde. S. Ex^a está participando de outra reunião na Casa e só veio até aqui para registrar sua presença.

Convidamos para fazer parte da Mesa desta audiência pública, e não poderia ser diferente, em nome da família Silva, a Sr^a Rita de Cássia Silva, representante do quilombo Silva.

Convidamos a Sr^a Maria Bernadete Lopes, representante da Fundação Cultural Palmares. Ela já se tornou quase gaúcha em nosso Estado, nos últimos dias. Trata-se de uma companheira incansável nessa luta. Queremos agradecer-lhe por isso.

Convidamos a representante da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Pública, Te rezinha Campanello.

Convidamos Carlos Alberto Lian, representante da Procuradoria-Geral do Estado; o Dr. Mauro Silva de Souza, representante da Procuradoria-Geral da

Justiça; Flávio de Souza, Presidente do Codene; a Dr^a Miriam Balestro, do Ministério Público Estadual; o companheiro Mozart, representante do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Convidamos e registramos a presença do companheiro Paráclito Braseiro, Superintendente-Adjunto do Incra, no Rio Grande do Sul. E uma grande parceira nessa luta, Carmem Else, Procuradora-Geral da União, que tem feito uma grande parceria nessa questão do Ministério Público Federal. (Palmas.)

Queremos registrar, e peço que vão se ajeitando, o vereador Comasseto e o vereador Raul Carriel, que estavam junto conosco, não sei se estão aqui. (Palmas.)

Vereador Todeschini e Vereadora Sofia Cavedon, que, dentre esses quatro vereadores e vereadoras, têm conseguido um grande apoio da maioria dos vereadores de Porto Alegre nessa luta, nessa causa. (Palmas.)

Então, queremos aqui desejar, em nome da Comissão de Direitos Humanos, em nome da Assembléia Legislativa, do presidente e do vice-presidente desta Comissão do Congresso Nacional, e não era diferente esperar do nosso Senador, companheiro Paulo Paim, que tem brigado muito por essa questão racial e pelo fim da discriminação do nosso povo brasileiro e do mundo inteiro, desde essa luta do Quilombo Silva e demais lutas, sempre teve à disposição. Esta semana, tivemos diversas vezes em contato telefônico, falando sobre como estava a questão da luta do Quilombo Silva – do nosso gabinete, do gabinete do Edson Portilho, na Comissão de Direitos Humanos – e ele tem se colocado à disposição para fazer esta audiência pública. Tivemos hoje pela manhã um grande café em comemoração por todas as vitórias que tivemos até este momento, porque o despejo era para ter acontecido na semana passada. Então, tivemos um grande café, uma grande recepção para a família Silva, no Quilombo Silva, hoje, pela parte da manhã. Fomos recebidos aqui pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa e agora temos aqui também essa audiência pública. Peço desculpas por só ter visto agora entre nós o companheiro do Ministério ao Combate ao Racismo, o companheiro Ivan, que convidamos para estar aqui na Mesa. Desculpe-me não ter anunciado antes.

Passo a palavra neste momento ao Presidente da Comissão no Congresso contra o Racismo, o combate à questão do racismo, que vai presidir os trabalhos dessa Audiência Pública, o companheiro gaúcho, o Senador Paulo Paim.

O SR. Presidente (Senador Paulo Paim. PT-RS) – Meus amigos e minhas amigas, o nosso presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Marcon, já citou todas as autoridades aqui presentes.

Quero primeiro dizer da minha alegria em estar aqui no nosso Rio Grande num momento tão importante como este e dizer também da minha satisfação de perceber que esse movimento da família Silva, que é um exemplo que, tenho certeza, vai ter uma enorme repercussão em todo o país, está sendo debatido em cima do interesse do nosso povo e da nossa gente.

Dizer, Marcon, Edson, Deputado Marrone, Mão Santa, enfim, todos que estão aqui e já foram citados, que percebo, com muita satisfação, que essa disputa não é partidária. Diziam-me eles, aqui, que todos os partidos estão apoiando, que o Governo do Estado está apoiando, que a Assembléia Legislativa está apoiando, que a prefeitura de Porto Alegre está apoiando, que o Governo Federal, aqui representado por três órgãos, está apoiando, que a gente construa, Senador Mão Santa, de forma coletiva a saída que todos esperam.

Quero dizer a vocês que é com muita alegria que estou aqui ao lado do Senador Mão Santa. Quando aprovamos o requerimento desta audiência pública em Brasília havia a vontade de quatro Senadores de estarem aqui conosco: o Senador Romeu Tuma, do PFL, o Senador Marcelo Crivella, do PL, o Senador Mão Santa, do PMDB.

Infelizmente, houve um conflito em Mato Grosso do Sul e dois Senadores da nossa Comissão tiveram que se deslocar para lá. Quero também dizer que o Senador Mão Santa, quando foi convidado, após explicarmos o fato a S. Ex^a e discutirmos o requerimento na Comissão, de imediato, disse que não abria mão de vir ao Rio Grande do Sul para ajudar numa saída concreta à situação da Família Silva.

Senador Mão Santa, V. Ex^a tem sido na tribuna um adversário muitas vezes contundente, real, com posições, quando discorda de alguma questão do Governo Federal, mas, nas questões de interesse do nosso povo, da nossa gente, estamos sempre juntos. Por isso, queria que o Rio Grande do Sul desse uma grande salva de palmas ao Senador Mão Santa e ao seu Piauí, pela forma correta, adequada, grande e generosa de suas atitudes. O Senador Mão Santa deixou até o debate da CPI para vir aqui, porque entendeu que este é um grande momento para o povo brasileiro e está aqui à nossa disposição.

Presidente desta Comissão, companheiro Marcon, perguntaram-me quem iria presidir esta reunião. Claro que estamos aqui numa audiência pública oficial do Senado da República, mas em parceria com a Assembléia Legislativa. Digo a todos que vamos dividir essa unidade e vamos presidir juntos. Uma salva de palmas ao Marcon, à Comissão de Direitos Humanos, à Assembléia, enfim, a todos os Deputados, Vereadores, a todas as entidades presentes. Vamos encami-

nhar de forma tranqüila; vamos dividir a Presidência e a coordenação. Tenham certeza de que estamos aqui para ouvi-los, para levar para Brasília os encaminhamentos que aqui vocês fizerem. Vamos nos somar para que, efetivamente, a Família Silva, personagem principal desse processo, que terá repercussão em todo o País, haverá de ter a solução adequada, que permita que essa luta – para mim, secular – seja consolidada com a assinatura definitiva da titularidade da terra a que vocês têm direito.

Deixamos claro que vamos ouvir, mas tanto eu como o Senador Mão Santa e toda esta Comissão, nesta situação, temos posição, temos lado: estamos ao lado da Família Silva. Podem ter certeza absoluta disso.

Com essa pequena introdução, devido à formalidade, passo a encaminhar audiência da seguinte forma:

Declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão, do âmbito da Comissão dos Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura do Senado Federal.

Assim, vamos dar início aos trabalhos, atendendo ao Requerimento nº 2, de 2005, da Subcomissão de Igualdade Racial e Inclusão, de minha autoria, que solicitou a realização da presente audiência pública, com a finalidade de debater a ação impetrada de despejo em face da situação do 1º Quilombo Urbano reconhecido no Brasil, localizado no Bairro Três Figueiras, em Porto Alegre, cujo teor passo a fazer a leitura:

Sr. Presidente da Subcomissão Permanente de Igualdade Racial e Inclusão, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública com vistas a tratar sobre ação impetrada em face do 1º Quilombo Urbano reconhecido no Brasil, localizado no Bairro Três Figueiras, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados representantes... [cito todos eles: Incra, Quilombolas, Movimento Negro, Fundação Palmares, Píer, Direitos Humanos, Ministério Público, enfim, faço toda a citação dos convidados que estão aqui na Mesa]

O tal requerimento foi aprovado, por unanimidade, e publicado pelo Senado da República.

Com essa leitura formal, esses procedimentos, a partir do Senado, declaramos aberta esta importan-

te audiência pública do Senado Federal em parceria com a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e, especificamente, Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo nosso Deputado Marcon.

A partir deste momento, nessa parceria de encaminhamentos, eu e o Senador Mão Santa vamos dar o direito de fazer a nossa fala no final e vamos passar a ouvir os depoentes.

Convido já o nosso colega Deputado Marcon para fazer, então, os encaminhamentos, para que cada um possa fazer o seu depoimento. E vamos, de mãos dadas, encaminhar a coordenação deste importante debate.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Dionilson Marcon. PT-RS) – Obrigado, Senador e Companheiro Paulo Paim, queremos pedir desculpas e convidar para a Mesa Onir Araújo, representando o Movimento Negro Unificado, e registrar a presença do Deputado Estadual Elvino Bohn Gass, do Partido dos Trabalhadores. (Palmas.)

Vamos agora abrir as falas, ouvindo a família Silva. Depois, queremos ouvir os representantes aqui da Mesa, do Governo, do Ministério Público Estadual, Federal – o advogado Onir, além de ser do Movimento Negro Unificado, é assessor jurídico –, e da Prefeitura Municipal. Depois vamos ouvir os movimentos que estão aqui, associações, entidades e pessoas que querem fazer perguntas ou debater sobre algum assunto que têm interesse. Em seguida, vamos ouvir os Deputados e para fechar, com chave de ouro, os dois Senadores.

Está bem assim, meu Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Excelente comandante, por isso que você preside a Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Dionilson Marcon. PT-RS) – Todo mundo tem direito aqui.

Queremos ouvir a companheira Rita, que pode falar por um tempo de cinco minutos.

A SRª RITA (PT-RS) – Saúdo o pessoal da Mesa, os presentes aqui, a grande família que luta por essa resistência que estamos passando, por esse momento difícil. Vou ser bem breve.

Quero falar sobre duas coisas importantes, já que o nosso Senador veio de Brasília especialmente para ver essa situação difícil, então, que não seja um apelo, mas já que S. Exª tem esse cargo importantíssimo, para nós, lá, que faça um encaminhamento, não sei, ou pressione, digamos que seja assim, o Governo. O

Governo tem que estar junto com a gente. Ele tem que tomar uma posição nesse sentido.

Está certo, o Incra agora já está com todos esses processos. São 100 dias de espera, são 100 dias de angústia. E penso que, de repente, um diálogo entre os senhores fará com que isso seja mais rápido. Acredito que tenha outras formas, outros caminhos. Então, vou entregar ao senhor também esta ata que foi da comunidade, no quilombo, com o pessoal todo que esteve lá, Direitos Humanos, o pessoal do Movimento Negro, o Deputado Edson Portilho, todo esse pessoal que vem acompanhando a gente nessa luta. E o que a gente quer é titulação já. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Dionilson Marcon. PT-RS) – Obrigado, companheira Rita.

Queremos ouvir agora o companheiro Onir Araújo, que, representando o Movimento Negro Unificado, é também assessor jurídico dessa questão, por cinco minutos.

O SR. ONIR ARAÚJO – Srs. Senadores, Srs. Parlamentares, representantes do Ministério Público, da Fundação Palmares, da Sepir, da Prefeitura, em especial os quilombolas, representados pela quilombola Rita.

Seria fundamental, primeiro, que se fizesse um breve relato da história do Quilombo dos Silva. Essas doze famílias estão resistindo há mais de 70 anos numa região que hoje é o metro quadrado mais caro do Rio Grande do Sul, resistindo bravamente. Com a tentativa de despejo da quinta-feira da semana retrasada houve uma resistência muito grande, tanto da família, como do conjunto do Movimento Negro, Parlamentares solidários, e o resultado concreto, hoje, é que a medida de imissão de posse ou de despejo, está suspensa, através de um agravo de instrumento que foi distribuído pela Assessoria Jurídica do Movimento Negro Unificado em nome da família, suspensão essa que está dando fôlego para que sigamos com resistência e com a mobilização. São vários sindicatos, entidades do movimento negro, as duas entidades nacionais do movimento negro estão presentes, tanto o MNU como a CONEM. Ou seja, existe uma unidade muito grande do movimento social com a presença de sindicatos junto com os Quilombolas do Silva. Quero registrar também a comissão provisória pela formação da Associação Estadual dos Quilombolas, no sentido de se garantir aquilo que é de direito do nosso povo. Seria importante lembrar – e essa é uma comissão tão importante para nós, do movimento social – inclusive está expresso na Ata, que temos um prazo burocrático para as tramitações, em que pesem os questionamentos

em relação ao prazo para a titulação. O que a família Silva e o movimento social junto com a família Silva quer é uma grande articulação nacional para que garanta, durante esse período da titulação, no prazo que for necessário, que esperamos que seja o mais breve possível, a garantia da permanência da família Silva, na sua integralidade, no Quilombo dos Silva.

Portanto, essa subcomissão pode, junto com uma comissão que está sendo articulada com a SEPIR, Fundação Palmares, Ministério da Cultura, Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Já que o Ministério do Desenvolvimento Agrário coloca que é necessário esse prazo de mais ou menos cento e vinte dias para se dar o título, que haja uma grande articulação nacional no sentido da garantia de que essas famílias permaneçam lá. E, além disso, é que essa situação da família Silva sirva para sensibilizar, em conjunto, o Movimento Social Nacional, na medida em que são dois mil, duzentos e oitenta áreas remanescentes de quilombos no País. E essa dívida não é uma dívida só de quatro anos, é uma dívida de quinhentos e cinco anos, para que se dê concretude ao art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no sentido da titulação imediata de todas as áreas de remanescentes de quilombos, sejam os quilombolas estarem em áreas públicas ou em áreas privadas.

Então, é muito importante essa vinda da comissão do Senado da República aqui no Rio Grande do Sul, no sentido de que essa resistência da família Silva, símbolo para todos nós do Movimento Negro e do Movimento Quilombola Nacional, sirva para criar uma grande unidade em torno da questão da titulação imediata das áreas de remanescentes de quilombo. Nós, do lugar que viemos, que é do movimento social, estaremos desempenhando o nosso papel, na resistência, na luta. E é muito importante que os agentes institucionais estejam nessa parceria, como estiveram aqui no quilombo dos Silva, no sentido de que essa vitória do quilombo dos Silva seja uma vitória de conjunto, do nosso povo, do povo negro, em nível nacional, numa caminhada pela titulação imediata das duas mil e duzentas áreas de remanescentes de quilombo no País.

Costumamos dizer o seguinte: Que a política não deve estar a serviço da burocracia, mas a burocracia deve estar a serviço da política e das necessidades do povo negro, que há quinhentos e cinco anos, com o seu sangue, com o suor dos nossos antepassados, iluminados por nossos Orixás vimos resistindo. E estamos aqui agradecendo, concluindo, a presença dessa subcomissão. Que oxalá ela sirva para levar esta campanha nacional pela titulação imediata das terras de quilombolas do País e pela manutenção da família

Silva, que é a legítima proprietária daquele quilombo situado ali em Três Figueiras.

Obrigado. Em nome do MNU, quero agradecer ao Presidente da Comissão, Deputado Marcon. Quero agradecer, em nome de todos, e fazer um chamado a todos aqueles do movimento social e do movimento social negro: somem-se a essa luta da família Silva, que esse é o caminho que nós temos que trilhar pela libertação do nosso povo e pela construção de uma verdadeira democracia racial neste País.

Um aché para todos, e vamos à luta companheiros!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Dionilson Marcon. PT-RS) – Obrigado, Onir Araújo.

Nós queremos convidar, para tomar assento à Mesa, a representante da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Sr^a Neusa Zoch, que depois poderá fazer uso da palavra também.

(Palmas.)

Vamos ouvir agora, por cinco minutos, Flávio de Souza, Presidente do Codene - Conselho Estadual da Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra.

O SR. FLÁVIO DE SOUZA – Quero desejar um bom-dia a todos. Cumprimento a Mesa, pelo nosso Senador Paulo Paim, nosso Senador Mão Santa, Deputado Marcon, Deputado Edson Portilho, Mozart, enfim, todos os membros dessa Mesa, uma Mesa qualificada, de peso, devido a importância dessa atividade de hoje que é garantir a permanência da família Silva na sua terra, o que significará um marco importante para todas as lutas da comunidade negra deste País.

Aqui hoje se instala um marco histórico para todas as nossas lutas, porque tudo isso que acontece com a família Silva demonstra, junto com outras ações, que neste País o racismo marcha conosco diariamente. Aqui no Rio Grande do Sul, por exemplo, houve o seqüestro da religião de matriz africana. As religiões de matriz africana foram prejudicadas e perseguidas. Mas existem ferramentas que a comunidade negra tem para utilizar. Cito, em especial, o Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, um órgão institucional, uma ferramenta da comunidade negra que diariamente sofre dificuldade para o cumprimento do seu papel, sofre engessamento, é obstruído e poderia ser mais uma ferramenta para trabalhar com muito mais força, com a força que merece essa luta.

As estruturas que o Estado tem são muito maiores do que demonstrou nesse episódio. O Estado do Rio

Grande do Sul pode, sim, ter uma ação mais efetiva. E é esta defesa que o Conselho Estadual da Comunidade Negra tem feito dentro do Governo do Estado: uma ação mais efetiva. Se não consegue trabalhar na titulação de terras, então tem que trabalhar na questão da qualidade de vida desse quilombo que está lá, cercado por uma burguesia, sem a assistência necessária que lhe dê o direito de vida e cidadania.

Por isso, quero cumprimentar aqui todos os militantes do Movimento Negro. Quero fazer um cumprimento especial ao MNU, que tomou a vanguarda dessa luta, que está lá formando barricada e garantindo que esses negros tenham direito de permanecer na sua terra. Não basta nós sermos seqüestrados, raptados da África. Aqui no nosso País, ainda tentam tirar nosso direito de culto afro, ainda tentam nos raptar novamente na nossa terra e nos levar para além da periferia, porque, na periferia, nós já estamos. Essa também é uma questão política, Senadores.

A Comunidade Negra, felizmente, tem suas representações à altura que merece. Temos o Senador Paim, temos Deputado na Assembléia aqui no Rio Grande do Sul, que nos representa muito bem, Deputado Edson Portilho, Deputado Collares. Mas nós precisamos ampliar nosso espaço político também, porque, na verdade, muitas ações de racismo ainda acontecem dentro das instituições, praticadas por pessoas que detêm poderes públicos dentro do Estado e que fazem o papel de capitão do mato. Isso tem acontecido diariamente; por isso esse desabafo.

Eu queria que este Conselho tivesse com muito mais ferramentas e estrutura, para dar qualidade e a condição necessária para que a família Silva possa realmente ser reconhecida e ter seu título de terra. Isso é muito significativo. Isso nos mostra e nos direciona para a questão de Morro Alto e de tantos quilombos que ainda não têm o seu título de terra. Nós conseguimos, às vezes, aplicar política pública, mas não conseguimos aplicar mais, porque não tem nem mesmo o título da terra para que se possa aplicar mais políticas públicas para essas comunidades.

E onde é que estão os governantes? Em alguns segmentos do Estado, estão lá obstruindo o papel das ferramentas que essa comunidade negra tem. E isso é muito grave.

Então, quero saudar a todos. Durante esta reunião, tenho certeza de que sairemos daqui conscientes do nosso papel.

Quero registrar que também fiz contato aqui no Rio Grande do Sul com alguns membros do Partido da Frente Liberal, para que revejam essa ação de inconstitucionalidade que tramita contra a titularização, contra os títulos dos decretos de titularização de terra. Acho

que temos que fazer um trabalho também. Não basta apenas esperar pela consciência das pessoas, porque há pessoas do Partido da Frente Liberal que dizem que desconhecem essa ação. Então, que o PFL discuta internamente e retire esse documento, porque também ajuda a atrapalhar as nossas ações. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Dionilson Marcon. PT-RS) – Obrigado, Flávio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Queria só informar à Plenária, por uma questão de justiça, que ainda ontem fiz contato com o Deputado Alceu Collares sobre esta audiência pública no Rio Grande do Sul, e ele pediu que eu informasse, mediante uma posição da Bancada dos Deputados Federais, que eles não estão aqui porque esta é uma audiência do Senado e eles não poderiam se deslocar, mas que os Deputados Federais de toda a Bancada gaúcha estão apoiando este movimento, como é também a posição dos três Senadores: Paulo Paim, Sérgio Zambiasi e Pedro Simon.

Então, uma salva de palmas a todos os Parlamentares gaúchos, que estão apoiando esta iniciativa.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Dionilson Marcon. PT-RS) – Obrigado, Senador Paim.

Queremos ouvir, neste momento, representando a Prefeitura de Porto Alegre, a Srª Terezinha.

A SRª TEREZINHA CAMPANELL – Bom dia a todos e a todas. Nossos cumprimentos à Mesa, ao Senador Paim, por estar aqui presente, integrando-se a esta luta, mostrando o quanto nós temos para oferecer à família Silva.

Estamos, neste momento, representando a Secretaria de Segurança Urbana e Direitos Humanos. No caso nós, como Direitos Humanos, desde o primeiro momento, estamos sem medir esforços para garantir, sim, os direitos da família Silva, valorizando tudo aquilo que já foi construído, conforme a nossa responsabilidade como representantes do Núcleo de Políticas Públicas para o Povo Negro. É também nossa responsabilidade garantir que realmente aconteça tudo aquilo que foi, de anos e anos, de resistências e resistências, elaborado pelo movimento negro.

E, neste instante, queremos dizer que, como Secretaria, estamos articulando todas as outras Secretarias para que, em noventa dias, caso aconteça algo desfavorável, estejamos lado a lado, passo a passo, trabalhando no sentido de que aconteçam todos os passos para a titulação da família Silva.

É nesse sentido que queremos registrar que estamos aqui, desde o primeiro momento. Não vamos sair dessa luta, porque é solidariamente que temos que trabalhar as políticas públicas, principalmente para o povo negro, que tanto foi massacrado. E, apesar de estarmos num século moderno, aquele mais avançado, estamos aqui em auditório, numa assembléia, ainda lutando pelos direitos. Nós temos de mostrar que, juntos, somos maiores do que a política. Toda a sociedade tem de estar envolvida. Precisamos, sim, não só termos garantidos os direitos da Família Silva, mas, juntos, trabalharmos para que todas as políticas sejam valorizadas, sejam passadas não só por lei, mas que respeitem o ser humano em primeiro lugar. Tudo está na lei. Mas parece que a lei não tem valor para nós. É resistência, resistência e resistência.

Por isso, estamos aqui, enquanto prefeitura, ajudando, sim, a garantir, mais uma vez, os direitos do povo negro. A Família Silva, com certeza, sairá com essa vitória porque, se ela sair com essa vitória, nós, enquanto unidade, seremos todos vitoriosos na sociedade. É um passo que temos de dar, juntos, solidariamente, na construção da unidade, principalmente, do movimento negro. Não podemos deixar que aconteçam leis, leis e leis, decretos, decretos e decretos. Já estamos cansados.

Queremos, verdadeiramente, que as políticas públicas se concretizem. Esse é o nosso grande mote no Município: políticas públicas se fazem e não precisam mais ser apenas por decretos. Precisamos colocar as verdadeiras ações da unidade, da sociedade. Estamos aqui unidos para isso. É o que quero deixar registrado. Quero que realmente o nosso Senador Paim coloque isso. Há um monte de leis. Ela está quase, quase, quase, vai, não vai, vai, não vai. Vejam o quanto é difícil. Mas nossa resistência vai até o último porque os nossos direitos têm de ser garantidos.

Parabéns à Família Silva por ter feito esse grande movimento e por ter feito essa nossa integração. A vitória realmente é para o povo negro.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Dionilson Marcon. PT-RS) – Obrigado à Srª Terezinha, representando a Prefeitura de Porto Alegre.

Convidamos a sentar conosco o companheiro Delmar Joel Eich, Superintendente do INSS do Rio Grande do Sul. (Palmas.)

Obrigado pela sua presença.

Representando a Secretaria Estadual da Reforma Agrária, está presente Valdenir do Santos, que convidamos para se sentar nesta cadeira e fazer parte

da Mesa. Não há importância maior de uma ou outra Mesa, não é Senador? As duas Mesas têm a mesma importância. (Palmas.)

Registramos também a representação do Gabinete da Deputada Federal Maria do Rosário e a representação da Vereadora Maristela Maffei. (Palmas.)

Convidamos para usar da palavra, representando a Secretaria Estadual de Cidadania e Trabalho, Neuza Zoch, por cinco minutos.

A SRª NEUZA ZOCH – Senhoras e senhores, muito bom-dia. Sr. Presidente da Mesa, Sr. Senador Paim, todos os presentes, Família Silva, com grande satisfação, neste dia, encontramos-nos aqui, eu, enquanto mulher negra, representando uma Secretaria. Sou Diretora da Secretaria do Trabalho.

Acredito que este é um momento de muita reflexão, de muito pensar e de ver com o que cada um de nós pode contribuir para que situações como essas não venham novamente a acontecer no Rio Grande do Sul, em qualquer outra área, em qualquer outro Estado, que tenhamos a firmeza e a certeza do nosso compromisso.

Estão aqui outros representantes de outras comunidades, que, provavelmente, também, em algum outro momento, passarão pela mesma situação. Vejo aqui a representante do Areal da Baronesa, e são situações que não gostaríamos de estar ainda discutindo, mas que infelizmente, como disse nosso colega Flávio, do Codene, e nossa colega Teresinha, da Prefeitura, nós nos vemos obrigados a parar e a pensar.

A Secretaria do Trabalho, dentro daquilo a que se dispõe, dentro dos decretos que existem, e que também foi em parte ali tomado porque o Ministério do Desenvolvimento, o MDAS tomou para si a responsabilidade, cabia ao Estado, junto com a Secretaria da Reforma Agrária fazer todo o trabalho e, após isso, termos todos os laudos juntamente com a Fundação Palmares. Queremos que essa situação realmente venha a acontecer, que todos nós paremos e pensemos onde está a lei, como cumprir a lei e de que forma cumpri-la. Queremos a multipluralidade de todas as pessoas, de todas as áreas, de todas as raças, de todas as cores e de todos os Partidos, Senador Paulo Paim. Estamos aqui abertos ao debate, às discussões e encaminhar, da melhor forma possível, como se possa, todos os processos a que temos os direitos a ver a dar parecer. Estamos nos colocando enquanto direção de cidadania, onde temos também o Conselho Codene, com Flávio de Souza, à disposição, para tudo aquilo que se possa fazer, se possa pensar. Um bom dia a todos. Era isso que eu tinha a dizer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Dionilson Marcon. PT-RS) – Convidamos a fazer uso da palavra neste momento, representando o Ministério Pluriestadual, Míriam Balestro.

A SRª MÍRIAM BALESTRO – Srs. Senadores, Srs. Deputados, comunidade negra, Vereadores, enfim todos os presentes, o caso dos remanescentes do Quilombo Silva é emblemático. Afeta não somente a família Silva, mas a Nação e toda uma política nacional de reconhecimento dos quilombos. Ele afeta não só os afrodescendentes, mas todos aqueles que lutam pela defesa dos direitos humanos neste País. O Ministério Público Federal e Estadual tem trabalhado dia e noite no sentido de revertermos essa situação. A nossa consciência universal do justo, do correto, da defesa da dignidade da pessoa humana e dos afrodescendentes não vai esmorecer, porque o nosso empenho de Ministério Público não é um empenho que tenha valor econômico, é o empenho da convicção, o empenho do seu mister constitucional de defesa da sociedade e da transformação social.

Analisando esse processo que gerou a emissão de posse, eu e a Drª Carmem, do Ministério Público Federal, já verificamos várias questões possíveis de serem enfrentadas em um processo judicial. E se não fosse – não é, Drª Carmem? – ontem à noite a informática ter nos traído, hoje já teríamos na primeira hora da manhã aforado uma ação que objetiva reverter essa situação.

A mensagem do Ministério Público que eu gostaria de dizer é a seguinte: somos, pela Constituição Federal, guardiães da Lei, e a Constituição Federal assegura aos remanescentes de quilombo a titulação de terras. É por isso que aqui, nesta terra farroupilha, estamos tão empenhados nesta luta como fiscais da lei. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Faço questão de enfatizar o trabalho de nosso Ministério Público, uma posição muito firme, de defesa sempre dos interesses do povo breiro.

Drª Miriam, tenho muita alegria de dizer que a parte, digamos, mais forte, mais firme, do Estatuto do Idoso e também do Estatuto da Igualdade Racial foi escrita em parceria com aqueles profissionais do Ministério Público que sempre estiveram de nosso lado para que pudéssemos elaborar uma lei correta e justa. Por isso, o Ministério Público brasileiro merece as nossas homenagens.

Chamo agora, representando o Ministério Público Federal, a Drª Carmem Hessel.

A SRª CARMEM HESSEL – Bom dia, Senador Paulo Paim, demais Parlamentares, demais integrantes da Mesa, bom dia a todos que se encontram nesta

audiência pública, num momento tão especial e tão importante para a discussão das questões que envolvem as comunidades remanescentes de quilombos.

Em nome do Ministério Público Federal, gostaria de assinalar que as questões envolvendo a família Silva vêm sendo acompanhadas atentamente pelo Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles, também pela Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público, Drª Deborah Duprat.

No Rio Grande do Sul, estamos em conjunto, em parceria diuturna, como ressaltou a Drª Miriam, com o Ministério Público Estadual, que gostaria de homenagear neste momento. Estamos diuturnamente envolvidos na análise das questões jurídicas que envolvem a família Silva, buscando, de fato, uma solução perene, que possibilite o resgate da terra, da dignidade dessa comunidade remanescente de quilombo.

Na realidade, vemos que o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias outorga a propriedade da terra às comunidades remanescentes de quilombos. É importante que se diga que essa propriedade não é a propriedade da terra, como se vê em outras situações, da terra como um valor econômico. Para as comunidades remanescentes de quilombo, a terra, na realidade, é o seu território, é o seu suporte de vida, é o local onde são exercidas as suas manifestações culturais, onde são exercidas suas tradições, suas manifestações religiosas, enfim, todo aquele suporte imanente necessário à sua perpetuação, como comunidade, com as suas tradições específicas.

Por isso, o art. 68 é sempre interpretado em conjunto com os dispositivos constitucionais que tratam do patrimônio cultural brasileiro. Por isso, então, o Ministério Público Federal tem se empenhado, juntamente com o Ministério Público Estadual e demais órgãos envolvidos nessa questão, na realização e concretização desse direito constitucional das comunidades. Aqui, no Rio Grande do Sul, estamos acompanhando de perto essa situação da família Silva.

Gostaria de parabenizar quem convocou esta audiência, porque é necessário que a sociedade brasileira se conscientize da importância, da relevância e da urgência de medidas necessárias à efetivação desses direitos constitucionais.

Muito obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Agradeço à Assembléia Legislativa, que está filmando todo este evento, por meio da TV da Assembléia, e que vai, depois, nos conceder a fita para que, via TV Senado, retransmitamos esta audiência pública, por, no mínimo, quatro vezes para todo o Brasil. Meus cumprimentos à equipe que está nos dando essa mão.

Chamamos, de imediato, representando a Procuradoria-Geral do Estado, Dr. Carlos Lyra.

O SR. CARLOS LYRA – Bom dia, Senador, em nome de quem cumprimento os demais integrantes da Mesa, bom dia a todos e a todas, serei breve, pois creio que existem outras vozes com mais legitimidade para fazer uso deste espaço.

Venho aqui apenas dizer que a Procuradoria-Geral do Estado, por meio da sua Comissão de Direitos Humanos, naquilo que estiver no âmbito da sua competência, está solidária a essa questão, estará presente em todas as articulações institucionais que se fizerem necessárias. Essa questão é histórica, emblemática, porque, na verdade, estabelece uma contradição e propõe uma reflexão importante. Evidentemente, nessa disputa, existe um interesse econômico por parte daqueles que desejam se apropriar dessas terras.

Por isto, trago o assunto à reflexão de todos: questões como essa têm de se fazer sempre presentes. Se há valor econômico a ser considerado neste País, não esqueçamos que faz 500 anos que o povo negro efetivamente dá conteúdo a qualquer valor econômico deste País. É isso que deve ser considerado. Essas terras equivalem à identidade cultural e à possibilidade de afirmação do povo negro. Mais do que isso, é fundamental resgatar o significado efetivo do valor econômico e o significado de propriedade estabelecido pela Constituição. Nesse sentido, manifesto o comprometimento da Comissão de Direitos Humanos da PGA, em relação às demais instituições, naquilo que for necessário, naquilo que for possível, fazendo as articulações e o trabalho suficiente para tanto.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Chamo, para fazer uso da palavra, representando a Procuradoria-Geral de Justiça, o Dr. Mauro Souza. Em seguida, passo ao companheiro Marcon para chamar outro bloco.

O SR. MAURO SOUZA – Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Paim, Presidente desta solenidade, Sr. Senador Mão Santa, Sr. Deputado Marcon, demais Deputados e autoridades que compõem a Mesa, Srs. Deputados, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, venho a esta solenidade para trazer a solidariedade do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público estadual, Dr. Roberto Bandeira Pereira, que, durante os seus mandatos à frente da Procuradoria-Geral de Justiça, tem desfraldado a bandeira – não faço aqui qualquer trocadilho – dos direitos humanos e da luta pelos direitos humanos e pelos mais necessitados no nosso Estado.

Essa bandeira institucional do Ministério Público tem feito com que a instituição aparelhe e mantenha azeitadas aquelas engrenagens do nosso órgão que

buscam justamente fazer frente a demandas como essas propostas aqui. Pode-se perceber com isso que, onde houver qualquer possibilidade de ameaça a direitos humanos, lá estará o representante do Ministério Público, buscando e fazendo todos os esforços jurídicos e extrajurídicos possíveis para reverter esse estado de coisas.

Confesso aos senhores que não teria muito mais a acrescentar; aliás, não tenho nada a acrescentar aquilo que foi dito pela colega que me antecedeu, Míriam Balestro. Confesso que tenho certa dificuldade de falar em igualdade racial. Porque para falar em igualdade racial, deveríamos pressupor certa desigualdade, e quero crer que não haja qualquer desigualdade entre seres humanos, notadamente para nós que lidamos com direitos humanos. (Palmas.) Há, sim, determinadas peculiaridades que nos fazem diferentes de qualquer outro ser humano e peculiaridades outras que nos aproximam de determinados grupos. Por isso, o Ministério Público deste Estado, assim como vem sendo feito pelo Ministério Público Federal, estará sempre na busca desses direitos maiores estabelecidos na nossa Carta Constitucional de 1988, ou seja, a busca de direitos humanos.

Quero agradecer aos senhores o espaço e dizer, mais uma vez, que são eventos como este que podem fazer com que esses direitos e essa igualdade de cada um de nós efetivamente saiam do papel. Por isso, secundando o Vereador Todeschini na reunião anterior, devemos, sim, ao final de cada reunião como esta, obter propostas concretas de atuação para o equacionamento dessas nossas demandas. Muito obrigado, mais uma vez.

Trago novamente os parabéns ofertados pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. Roberto Bandeira Pereira, aos Promotores desse evento.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Obrigado, Dr. Mauro.

Anuncio a presença também do Sr. Ubirajara Cabeleira, da Coordenação Política da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, do companheiro José Milton, Secretário da Cultura da Prefeitura de Esteio e da Sr^a Adriana Perdomo, da Delegacia Regional do Trabalho. No prosseguimento da audiência, citaremos as entidades que estão presentes. Há também o representante do gabinete da Vereadora Clênia Maranhão, de Porto Alegre.

Concedo a palavra, representando a Secretaria da Reforma Agrária do Estado do Rio Grande do Sul, ao Sr. Valtemir dos Santos.

O SR. VALTE MIR DOS SANTOS – Bom dia a todos! Bom dia, Deputado Marcon. Saúdo os Senadores Paulo Paim e Mão Santa.

No Gabinete da Reforma Agrária, responsável por várias funções voltadas à colonização e a atos de reforma agrária, temos uma atribuição específica que seria a devolução das áreas indígenas que existem, e que o Deputado Marcon conhece muito bem, tanto na região da Serrinha como da de Nonoai. Essas ações são voltadas especificamente para o Gabinete da Reforma Agrária. Temos avaliado, indenizado e desalojado os colonos, devolvendo essas terras às comunidades indígenas. Praticamente estamos resolvendo o caso de Planalto e ainda há o da Serrinha.

No tocante especialmente ao caso dos Quilombos, havia uma legislação anterior, em 2002 – corrija-me se eu estiver errado –, que atribuía ao Gabinete da Reforma Agrária essas ações. Em 2003, houve revogação desse decreto, repassando ao Incra – e, por sua vez, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – essas atribuições.

Mas esses fatos não fogem às nossas responsabilidades de Estado. Colocamo-nos sempre à disposição no sentido de contribuir até porque temos um corpo técnico e trabalhamos em sintonia com o Incra nas questões de reforma agrária, na compra de terras, na desapropriação ou mesmo na parte de indenizações.

Então, o Estado hoje coloca-se à disposição para contribuir sempre nessas ações, usando o seu corpo técnico. Não é uma atribuição específica por legislação, mas somos gaúchos e responsáveis por essas ações. Colocamo-nos à disposição.

O Secretário Vilmar Leite não se encontra no momento, envolvido com as ações da Expointer, tendo vindo representá-lo o Sr. Secretário Executivo do Fundo de Terras, responsável por essas indenizações das áreas indígenas. O Deputado Marcon, que acompanha diariamente as questões indígenas, sabe o quanto temos conseguido evoluir lá.

No tocante ao assunto referente a Quilombos de outras áreas – Palmares e Mostarda –, tendentes a vir para nós, com certeza, colocaremos à disposição toda a nossa equipe técnica para, o quanto antes, conseguirmos equacionar esse problema.

Agradeço a todos. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Obrigado, Sr. Valtemir dos Santos.

Peço a todos os companheiros e companheiras que estão aqui nessa audiência pública que controlem as reuniões paralelas, porque a imprensa está pedindo isso. Há diversos órgãos da imprensa aqui presentes e eles estão fazendo os registros. É um fator importante

para nós que a imprensa noticie este evento relevante que está sendo realizado na Assembléia Legislativa juntamente com o Congresso, o Senado, em nível nacional. Solicito aos companheiros que contribuam.

Aqui está a companheira Márcia, que anotará as inscrições. O interessado só precisa erguer a mão e ela fará a anotação do nome. Desse modo, logo após a fala das autoridades, concederemos a palavra às entidades e às pessoas que estão aqui. Peço que as pessoas que desejam inscrever-se falem em nomes das entidades e da Família Silva. Eles estão presentes.

Convido, para fazer uso da palavra, em nome da Fundação Palmares, a companheira Maria Bernadete.

A SRª MARIA BERNADETE – Bom-dia à Mesa, bom-dia a cada um dos senhores.

Início minha fala agradecendo primeiramente aos orixás, por me permitirem estar aqui junto com os senhores, para, daqui a algum tempo, comemorarmos essa vitória, e depois ao Senador Paulo Paim, pela compreensão, pois eu ligava para S. Exª no fim de semana, à noite e de madrugada, dizendo-lhe que estava entrando em desespero, ao Deputado Marcon, ao Edson, a todos que, junto comigo, nestes 15 dias, estavam lá na família Silva, abrindo mão do lazer, de sair no Dia dos Namorados, para ir lá e pensar em como garantir essa permanência da família Silva lá no seu terreno.

Reafirmo aqui que é deles porque, quanto mais nos aprofundamos nas pesquisas, mais conseguimos provas de que essa terra pertence à família Silva.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, é nossa obrigação, se não pudermos diminuir esse tempo para que o título chegue, garantir que não haja mais sequer a ameaça de despejo nesse tempo.

Agradeço a todos e registro que o Ministério Público Estadual e o Federal têm tido conosco um comportamento muito melhor do que aquele que a lei lhes obriga ter, um comportamento de irmãos, de protetores. (Palmas.)

Ressalto aos meus companheiros do Movimento Negro que a luta aqui dos Silva é só o começo. Lá no Morro Alto, já houve cinco mandados de segurança para derrubar a certidão de reconhecimento, não é nem o título, mas a certidão de reconhecimento.

Uma imobiliária chamada Mostarda diz que é dona de um pedaço e não podemos nem vamos abrir mão disso. Vamos garantir os direitos de esses quilombolas permanecerem na terra. Tenho dito que a Fundação Cultural Palmares tem a missão – tenho convicção disso – de defender os nossos direitos, de fazer valer os nossos direitos e a luta dos nossos antepassados.

Por fim, agradeço muito aos gaúchos pelo carinho e pela compreensão que têm tido sempre comigo. Saliento, nas palavras do Prof. Ubiratan e do Ministro Gilberto Gil, que estaremos aqui até o dia da vitória. Já pedi ao Édson licença para ir a minha casa ver meus filhos e o meu neto, mas, se for preciso, voltaremos.

Um abraço a cada um dos senhores. Tenham certeza de que estou com os senhores para o que der e vier.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Obrigado, companheira Maria Bernadete, aqui representando a nossa Fundação Palmares. Suas palavras fazem com que, cada vez mais, cada cidadão gaúcho se engaje nesta luta em defesa dos quilombos, a começar pelo Quilombo Silva.

Chamamos o Vereador Raul Carrion Júnior para fazer uso da palavra, representando a Câmara Municipal de Porto Alegre.

O SR. RAUL CARRION JÚNIOR – Serei breve.

Primeiramente, faço uma saudação à companheira Rita Cássia da Silva, representando a família nesta Mesa; aos Senadores Paulo Paim e Mão Santa, do Piauí; aos Deputados Edson Portilho e Marcon, que têm sido campeões nessa luta; a nossa Deputada Mirian Marrone também; os colegas Vereadores que nos acompanham; o Vereador Todeschini; o Vereador Comasseto; a Vereadora Sofia, – não a vi, mas tem sido constante; e outros Vereadores que não se encontram no momento, como a Vereadora Manuela, a Vereadora Maffei, que expressam a participação constante da Câmara Municipal nesta luta.

Quero saudar os representantes do Ministério Público Estadual; do Federal; da PGE; companheira Bernadete, que tem sido uma lutadora; companheira Terezinha; Flávio; em suma, todos aqui presentes.

Vou ser muito breve porque sei que muitas pessoas querem falar. Para nós, é inadmissível que a família Silva, dona da terra, sofra qualquer despejo ou ameaça de despejo. Se isso viesse a ocorrer – e não ocorrerá –, a nossa Constituição estaria sendo rasgada, os direitos legais por leis estaduais estariam sendo ignorados, seria um retrocesso inadmissível. Portanto, creio que se formou um grande movimento. Creio, Deputado Marcon, Deputado Edson, que a vitória está assegurada, é uma questão de tempo. Mas a mobilização não pode cessar e a base dessa mobilização tem sido o povo negro, a comunidade negra, as entidades da comunidade negra.

Queria, para concluir, dizer que na Câmara Municipal de Porto Alegre temos uma moção que já conta com vinte e sete assinaturas de onze partidos. Só não foi votada ontem porque a sessão não ingressou na or-

dem do dia. Temos hoje uma nova sessão. Esperamos poder votar essa moção. Aliás, na tribuna popular, que ocorreu nessa segunda-feira, todas as bancadas manifestaram esse apoio, e na próxima terça-feira, dia 21, às catorze horas, estaremos realizando uma audiência na Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação, a qual eu presido, que trata de todos os problemas de despejo, tentativa de despejo nessa cidade. Todos que estão aqui presentes estão convidados para estarem lá no plenário Ana Terra, às catorze horas.

Parabenizo todos que aqui estão, parabenizo a Subcomissão do Senado, que aqui realiza a sua audiência pública. Tenho certeza de que esse direito da família Silva será assegurado pela luta do povo, porque só a lei não tem bastado neste País quando se trata dos direitos do povo negro. Muito obrigado. (Palmas.)

Passo à Comissão, oficialmente, esse trabalho sobre os Lanceiros Negros na Revolução Farroupilha, que foi outra luta do negro, massacrado depois de dar a sua vida para que os ideais da República e os ideais da liberdade neste Estado vicejassem. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Companheiro Carrion, já que você tocou na questão dos lanceiros negros, gostaria de informar ao Plenário que já aprovamos no Congresso Nacional, no Senado da República, que no dia 14 de novembro entreguemos aos lutadores pela causa da comunidade negra, enfim, de todos os que são discriminados, o Troféu Lanceiros Negros, espelhado, claro, na história dos valorosos guerreiros do Rio Grande do Sul, que tombaram mesmo quando foi feito o tal de acordo na Revolução de Farrapos, mas que não foi assegurada a liberdade para os negros.

O Troféu Lanceiros Negros será entregue no dia 14 de novembro, no Plenário do Senado da República. E eu, de antemão, falei com o Senador Mão Santa. Nós vamos indicar a Família Silva para receber o Troféu Lanceiros Negros, no Senado da República. Será indicação desses Senadores, mas fruto desta audiência pública.

Chamamos, para fazer uso da palavra, o Superintendente do INSS, Dr. Delmar Joel.

O SR. DELMAR JOEL – Gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim, o Senador Mão Santa, o Deputado Marcon, o Deputado Portilho, em nome dos quais eu cumprimento todas as autoridades e todas as pessoas aqui presentes.

Vimos trazer a nossa solidariedade à Família Silva na luta pela propriedade da terra e também falar aqui para os representantes do Senado Federal, da Assembleia Legislativa e da Câmara de Vereadores.

O INSS dispõe, no País, de em torno de 3 mil e 500 áreas de terra chamadas de não utilização, não operacionais, e muitas dessas terras, inclusive aqui na Capital, são ocupadas por pessoas, por moradores sem teto.

E essas terras, Senador, devem também ser regularizadas para essas pessoas que as ocupam. Nós temos, aqui na Capital, quatro áreas de terra. Há uma área de 136 mil metros quadrados, na Vila Camacua. Houve decisão da Justiça de reintegração de posse ao INSS, o que ocorreu anteriormente à nossa entrada na Superintendência Estadual do INSS.

Todas essas questões envolvendo os direitos da propriedade de terra, Senador, devem ser analisadas, avaliadas, por toda a sociedade, na busca de resguardar os direitos das pessoas que ocupam essas áreas, para que não tenhamos problemas como esse por que a Família Silva está passando agora, de estar diante da possibilidade de uma situação de despejo.

Nesse sentido, a nossa solidariedade. Trazemos aqui às autoridades para buscar, juntamente com os poderes públicos municipais, estaduais e também federal, por meio até do Ministério das Cidades, que dispõe de recursos, que haja a regularização da terra.

Então, o nosso apoio, o nosso abraço à Família Silva. Estamos, na Superintendência do INSS, buscando também a regularização das áreas que foram invadidas no passado, pertencentes ao INSS, que têm uma situação especial. A Constituição as diferencia das demais áreas de propriedade da União, para que elas possam ser regularizadas com os recursos disponíveis no Orçamento da União e repassada a propriedade às pessoas que ocupam essas áreas.

Então, o nosso abraço e o nosso apoio à Família Silva. (Palmas.)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Vou passar a palavra para o representante da Sepir, o nosso companheiro Ivan Conceição, aqui do Estado.

Mas, Ivan, ainda ontem falei com a Ministra, e ela fez questão que eu registrasse que você, aqui, oficialmente, representa o Ministério, que ela gostaria muito de estar aqui, mas tem certeza de que a luta será vitoriosa.

Então, é com muita alegria, Ivan, que passo a palavra para você, representando a nossa Ministra negra, o primeiro Ministério que, na história do Brasil, assume, via Sepir, essa caminhada da construção de uma política definitiva contra todo tipo de preconceito.

Meus cumprimentos a você e à Ministra Matilde.

O SR. IVAN CONCEIÇÃO – Obrigado. Bom dia a todos e a todas, quero saudar aqui o Deputado Marcon

e o Deputado Edson Portilho, essa dobrada da Comissão de Direitos Humanos. Não poderia ser diferente, esta mobilização é em defesa dessa causa.

Quero saudar o Senador Paulo Paim pelas palavras e pelo recado da Ministra.

Está checando se estou trabalhando ou não, não é?

O Senador Mão Santa, o Senado envolvido nessa questão.

Em nome da companheira de trabalho também do Governo, a companheira Bernadete Lopes, da Fundação Cultural Palmares, quero saudar todos os gestores aqui presentes dos Municípios, Estados e Governo Federal. Por que em nome dela? Porque não é só uma questão de compromisso de trabalho. E ela já reiterou aqui, é um compromisso ético e moral que está trazendo à frente inclusive de seus interesses pessoais e familiares para estar junto conosco, nesta causa em que acredita, e não poderíamos deixar de nos solidarizar com ela nesse sentido.

Saúdo também os representantes do Judiciário. Costumamos dizer que sem a Justiça presente, cada vez mais presente – a Sr. Bernadete Lopes, em sua exposição, falou da importância que está tendo o Ministério Público e todos os envolvidos –, dificilmente estaríamos dando passos um pouco mais a frente para a promoção da igualdade racial.

Por último, em nome da Sr^a Rita, representante da família Silva, saúdo todos os representantes do movimento social e a família Silva. Não podemos jamais pensar que iríamos perder isso, até porque essa família é parente do Presidente. Os Silva são parente do Presidente. E não só pelo sobrenome, a história de vida da família Silva se confunde com a história de vida do Presidente. Se Sua Excelência não foi expulso porque estavam brigando pela terra, foi expulso de seu habitat natural pela miséria, não é verdade? E foi buscar em São Paulo e na organização social uma condição de vida que pudesse expressar o sentimento do povo brasileiro. Então, a família Silva é a que mais representa o símbolo do Governo que hoje está instaurado.

Quero citar também, para que não reste dúvida do compromisso do Presidente e deste Governo com essa causa, algumas ações, de imediato, de quando o Presidente assumiu seu posto em direção à promoção da igualdade racial. Em nove dias de posse, o Presidente sancionou a Lei nº 10.639. Costumo dizer que, em médio e em longo prazo, é mais do que uma alforria, porque um povo que não conhece sua história, o presente fica confuso, e não tem futuro. O Presidente assegura, com a sanção da lei que obriga nos currículos de ensino médio e fundamental, a história e cultura

afro-brasileira. Isso já foi um ganho. Nove dias de governo! Portanto, demonstrando seu compromisso.

Na continuação disso, em março, a criação da Secretaria, de que temos muita honra de fazer parte, por meio da indicação de uma companheira do Movimento Negro, a Ministra Matilde Ribeiro. O Presidente lhe confere o *status* de Ministra em 21 de março, a fim de que, ao sabor do Estado, que não reconhecia nossos direitos, alguém possa articular as políticas por dentro do Governo. E confere o *status* de Ministra para que não haja qualquer dúvida do poder e do compromisso que o Governo assumiu quando das eleições, do programa de Governo, e a ação efetiva criando essa Secretaria, que tem sido muito antipática do ponto de vista da sociedade, de estar efetivamente cobrando os direitos do povo negro, fazendo e articulando uma resistência tremenda. E na qualidade de também ex-militante que sabia da importância de ter uma mulher representando essa Secretaria, o Senador Paulo Paim disse: “Olha, ela está checando se você está trabalhando ou não”. Ela é firme e determinada. E desde que soube, não é de agora, do caso da família Silva, ela disse: “Vamos acompanhar **pari passu** isso”. Também não abro mão. Não pude ficar aqui, a exemplo da Srª Bernadete Lopes, o tempo todo, por outras atribuições, mas estamos acompanhando.

E há a mobilização inclusive dos órgãos federais, em uma parceria, assim como a Srª Bernadete Lopes ligou para o Senador Paulo Paim, no dia que estava vindo para cá, e disse: “Olha, façam o que puderem por aí, divulguem a todos os órgãos do Governo Federal, nós não podemos perder essa batalha”. E assim agimos. Isso tem alcançado uma dimensão que não podemos mensurar aqui. Ganhou o Brasil. Essa família é símbolo do Brasil. Com muita propriedade, o Senador Paulo Paim colocou aqui que vai agradecer com o troféu Lanceiros Negros.

A vitória do povo negro está se iniciando e ela só vai ser concluída na medida em que efetivamente conseguirmos diminuir o trâmite burocrático, os prazos para que a titulação efetivamente aconteça. Não podemos ficar à mercê, conforme foi dito, e fico muito tranquilo, concluindo, de ser um militante no Governo, estou no Governo porque sou um militante para que consigamos vencer essa burocracia e não para nos adequarmos a ela.

De modo que a família Silva está dando um exemplo de cidadania para o povo brasileiro e quicá para o mundo. Um abraço a todos vocês e continuamos na luta! (Palmas.)

O SR. IVAM BRÁS – Eu sou da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, gerente de projetos para as comunidades tradicionais do Sul, Sudeste e

Centro-Oeste. Essa luta perpassa todo o Brasil. Ivam Brás.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Vou passar a palavra ao nosso assessor. Esta Mesa está muito bem. Temos o direito de ter um deputado como assessor dos dois presidentes aqui. Então, é com muita alegria que passo a palavra ao Edson, para que ele anuncie a presença de uma série de entidades; o Edson que também tem ligado quase diariamente para Brasília e não só para mim em nome desta Casa, essa humildade como a que o Edson demonstra aqui na Mesa nos assessorando, mostra à família Silva que essa luta vai dar certo. Parabéns, Edson. Parabéns a todos.

O SR. EDSON PORTILHO – Gostaríamos de registrar as presenças das APNs, Agentes Pastorais Negras do Rio Grande do Sul, a CANE, o Instituto de Pesquisa e Assessoria dos Direitos Humanos; o MNU, o Movimento Negro Unificado; a Conen, Coordenação Nacional de Entidades Negras; Maria Mulher; a Organização de Mulheres Negras; a Articulação Nacional de Organizações de Mulheres Negras do Rio Grande do Sul; a Associação de Mulheres Solidárias da Vila Cruzeiro; a Angola Janga; a Unegro; a ONG Palmares; o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a CNPIR; a Comissão de Combate à Discriminação Racial da CUT, a Central Única dos Trabalhadores; o Conselho Municipal de Direitos Humanos de Porto Alegre; a UGN Sindicato, que representa os policiais civis; o Sindisprev; a Federação dos Trabalhadores dos Correios; a Africanamente Ilê-Axé e Iemanjá; Cedrab; o Conselho Estadual de Segurança Alimentar; a Organização Beneficente de Recuperação de Aditos; o Centro Cultural Cândido Velho, Ceper Sindicato; RS Rural, Antonio Martins; Comunidade Quilombola de Morro Alto; Comunidade Quilombola dos Alpes, aqui de Porto Alegre; Comunidade Quilombola Arraial do Guarânia, também de Porto Alegre; Sindicato dos Servidores da Justiça; Secretaria Regional do Movimento Negro do PDT. E gostaria de, com muito carinho, saudar aqui o nome de quatro pessoas que representam toda essa unidade, essa força espiritual que está nos conduzindo: a Mãe Rose de Alvorada, a Vera Soares, o Babadiba, e a Mãe Norinha. (Palmas.) Elas têm sido incansáveis e que os orixás nos protejam e irradiem muita luz.

Muito obrigado pelas presenças e pelos apoios. Momentaneamente é isso.

Passo a coordenação ao Deputado Dionísio Marcon.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Vamos chamar então, rapidamente, antes de passar ao Marcon, o representante do Incra, Peráclito de Deus, e, em seguida, ele vai chamar o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Sr. Mozart.

O SR. PERÁCLITO DE DEUS – Senador Paulo Paim, Senador Mão Santa, Deputado estadual Marcon, Deputado estadual Portilho e demais componentes da Mesa, a família Silva e todo esse público que nos ouve neste momento, estamos aqui, Senador Paulo Paim, na representação também do Presidente do Incra, Dr. Rolf Hackbart, que não pôde se fazer presente em virtude de outros compromissos assumidos e que me pediu que lhe transmitisse pessoalmente esta comunicação.

Vou fazer aqui um rápido relato das ações que o Incra tem tomado no sentido de fazer com que a Constituição Federal, no seu art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, seja cumprida.

Penso que esses processos – mais ou menos cinco ou seis processos – que redundaram na ameaça iminente de despejo da Família Silva têm, além das diversas irregularidades que já foram constatadas pelo Ministério Público Estadual e pelo Ministério Público Federal, uma conotação também de que a questão estava sendo encaminhada como se os componentes da Família Silva fossem pessoas físicas simplesmente, sem a conotação de quilombolas. Nesse sentido, estava se aplicando o direito de propriedade simplesmente, sem considerar a proteção especial que as comunidades quilombolas gozam no momento.

No dia 13 de maio, ingressou o Incra, perante a 13ª Vara Cível do Estado, com um pedido de deslocamento de competência, na medida em que a Família Silva já havia sido reconhecida pela Fundação Palmares como uma comunidade remanescente de quilombos e o Incra estava iniciando o trabalho que vai culminar com a titulação definitiva dessa família. O Juiz da 13ª Vara não atendeu ao pedido do Incra e abriu vista à parte autora. Fomos obrigados, em função da ameaça de despejo, de impetrar um mandado de segurança contra esse ato lesivo, pois é um direito líquido e certo que estava sendo perpetrado. Esse mandado de segurança foi indeferido. Nós o embargamos, embargo de declaração, e ainda não houve julgamento no tribunal. Paralelamente a isso, na última sexta-feira, ingressamos com uma ação, desta feita perante a Justiça Federal, requerendo, junto à Vara Ambiental, Agrária e Residual, a manutenção de posse da Família Silva. Penso que esse é um ponto principal da ação, porque, paralelo a isso, com a manutenção da família onde se encontra por mais de 60 anos, o Incra, o Município e o Estado do Rio Grande do Sul terão condições de levar adiante esse processo de titulação definitiva dos direitos da Família Silva.

Chamo a atenção também – neste sentido, é muito importante a presença aqui dos nossos representantes do Congresso Nacional, Senador Mão Santa e Senador

Paulo Paim – para a importância que assume, neste momento em que o Governo Federal começa ações no sentido de regularizar as comunidades quilombolas por todo este País, a aprovação do nosso Estatuto da Igualdade Racial, Senador Paulo Paim. Vejam só os senhores: diante dessa situação que enfrentamos com relação à Família Silva, o art. 34 do Estatuto da Igualdade Racial, no seu inciso III, diz simplesmente o seguinte:

Concluído o relatório técnico e sendo o parecer favorável, deverá ser publicado no **Diário Oficial da União** o decreto de reconhecimento das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, que produzirá os seguintes efeitos legais:

(...)

Inciso III – Veda qualquer tipo de remoção dos remanescentes das comunidades dos quilombos, salvo catástrofe, epidemia ou relevante interesse nacional devidamente comprovado, desde que ouvidas as comunidades atingidas e autorizado pelo Congresso Nacional.

Então, apenas esse detalhe do Estatuto da Igualdade Racial que nos fala também da possibilidade de desapropriação para fins étnicos, especializando uma legislação com essa finalidade. Nesse sentido é que pedimos que os Congressistas aqui presentes e toda a comunidade deste País façam um esforço para que esse prazo, que já se prolonga por seis anos de tramitação, seja reduzido e que seja realmente aprovado esse Estatuto para a garantia desses direitos históricos.

Eu apenas gostaria de finalizar, rapidamente, porque me parece muito importante e muito proposital que se coloque aqui algumas palavras de uma pessoa que estimo muito, que se chama Frei Beto, e que há algum tempo escreveu as seguintes palavras:

Trago no sangue uma África, o reboar de tambores, a ponta afiada de lanças, os riscos coloridos realçando a pele e na boca o gosto atávico dos frutos do Jardim do Éden. Na alma, as cicatrizes abertas de tantos açoites, o grito imperial dos caçadores de gente, os filhos apartados de seus pais e os maridos de suas mulheres. O balanço agônico da travessia do Atlântico e, nos porões, a morte ceifando corpos engolidos pelo mar e triturados pelos dentes afiados dos peixes.

Sou filho de Ogum e Oxalá, devoto de Iemanjá, a quem elevo as oferendas de todas as dores e cores, lágrimas e sabores. O choro inconsolável das senzalas, a carne lanhada de cordas. Os pulsos e tornozelos a ferros. A solidão da raça. O ventre rasgado e engravidado pela feroz pulsão dos senhores da casa grande.

Sou liberto e, no fundo das matas, recrio um espaço de liberdade. Defendo com espírito guerreiro o meu reduto de paz. No quilombo, volto à África, resgatando

a força “mística” do meu idioma. Celebro reizados e congadas, o canto livre ecoando no coro com a passarada. As águas das cachoeiras expurgando-me de todo temor. As árvores, em sentinela, cobertas de mil olhos vigilantes.

Cidadão brasileiro, ainda luto por alforria, empenhado em abolir preconceitos e discriminações. Grilhões forjados da inconsistência e da inconsciência dos que insistem em fazer da diferença divergência e ignoram que Deus também é negro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Dionilson Marcon. PT-RS) – Obrigado, companheiro Peráclito.

Nós gostaríamos de pedir a atenção de todos e de todas. Antes de ouvir o próximo, eu quero registrar a presença de Miguel Vieira, representando o programa Luz para Todos. Quero aqui dizer, Senador Paim, que é um programa que está levando luz, energia elétrica para todos os cidadãos carentes neste Estado e neste País.

Vamos ouvir agora o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, companheiro que está desde esta semana aqui discutindo esse assunto. É o companheiro Mozart.

O SR. MOZART DIETRICH – Inicialmente, um bom-dia para todos e todas aqui presentes. Quero, em nome do Senador Paim, saudar e elogiar a iniciativa desta reunião feita pelo Senado Federal.

Quero, em nome de S. Ex^a, saudar todos os Srs Parlamentares, Deputados e Vereadores aqui presentes. E, em nome da companheira Bernadete, do Governo Federal, saudar a todos os companheiros de vários órgãos do Governo Federal, já nominados aqui. Outros, talvez, ainda não. Quero, especialmente, saudar a família Silva. Quero fazê-lo pelo seguinte: ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao Incra cabe, em função do Decreto nº 4.887, da Instrução Normativa nº 16, a incumbência de regularizar e titular as terras de quilombos em todo o Brasil.

Em função disso, temos recebido, nas últimas semanas, uma pressão enorme de vários Ministérios, inclusive da Casa Civil. Foi transmitido, diretamente para o Ministro Miguel Rosseto, que deveríamos dar atenção especial, devendo cobrar do Ministério porque essa questão estava tendo essa repercussão, esse problema. Com isso, significa que a luta de vocês, que já foi muito bem explicitada aqui, já tem repercussão nacional. A importância dessa luta já foi, suficientemente, dita aqui.

Quero, nesse curto espaço de tempo, trazer duas boas notícias. Creio que nesse tempo que passaram,

de tantas agruras, boas notícias caem bem. A primeira notícia é que o Governo Lula, desde a edição do Decreto 4.887, está iniciando – e em algumas fases está bastante adiantada no Brasil inteiro – esse procedimento de regularização e titulação das áreas de quilombo em todo o Brasil. Nós, por determinação do Ministro Miguel Rosseto e do Presidente Rolf Hackbart, do Incra, estamos constituindo uma estrutura específica, dentro do Incra, que é a Coordenação Geral Nacional de regularização de áreas remanescentes de quilombos em todo o Brasil, que também terá instâncias específicas nas superintendências regionais do Incra em todo o Brasil, nas trinta superintendências regionais. Nós, até o fim do mês de junho, estaremos publicando um edital para a contratação de 1.300 novos servidores para o Incra, no Brasil inteiro. Estamos, especialmente para constituir essa coordenação geral e as sessões de regularização fundiária em todos os Estados, contratando cem técnicos específicos para trabalhar nessa questão. (Palmas.)

Iniciamos, no ano passado, com 32 áreas prioritárias no Brasil inteiro, que já foram estendidas para 122 áreas. Agora, já estamos com quase 130 áreas trabalhando prioritariamente no Brasil inteiro. Tínhamos, inicialmente, um número de 750 comunidades remanescentes. Atualmente – e estamos trabalhando com dados oficiais do MDA do Incra – temos mais de 2.200 comunidades. Portanto, o poder público tem que dar uma resposta à altura. No momento, entendemos que a criação dessa coordenação, a contratação específica de servidores e a alocação de recursos, é uma resposta no momento. No entanto, já temos a noção de que é insuficiente, dada a grandiosidade, o número de comunidades que, cada vez mais, estão reivindicando.

A segunda boa notícia que quero dar é que desde julho do ano passado a Superintendência Regional do Incra, aqui no Rio Grande do Sul, abriu um procedimento administrativo com vista à regularização fundiária e a titulação do Quilombo Família Silva, aqui de Porto Alegre. Já estamos concluindo, no dia de hoje e de amanhã, toda a primeira fase do procedimento que visa à titulação dessa área. De acordo com o Decreto nº 4.887 esse procedimento tem fases. A próxima fase que estamos concluindo – e faremos a publicação amanhã no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado e na Prefeitura de Porto Alegre, de acordo com o que determinam os arts. 10 e 11 da instrução normativa – é o instrumento de reconhecimento do Governo brasileiro, que é dado através do Incra, da comunidade quilombola Família Silva, o quilombo Família Silva, como uma área de terras de comunidades remanescentes de quilombo. É um ato de extrema importância,

grandiosidade e complexidade. Com isso, esperamos que as instâncias judiciais, que também estão tratando no Poder Judiciário dessa questão, atentem para o detalhe de que o Governo Federal, em função de uma legislação que foi aprovada pela sociedade como um todo, está encaminhando essa determinação. Isso tem que ser considerado nas decisões judiciais.

O Governo, então, está assim abrindo esse caminho, e o objetivo é, como já foi dito aqui, transcorrido o prazo - que também é legal, de 90 dias -, que já possamos estar em condições de encaminhar os procedimentos finais de desapropriação e de titulação dessa área.

Então, inicialmente, era isso! Agradeço ao Senador Paulo Paim, mais uma vez, e o parabeno, assim como parabeno todos que estão aqui presentes, especialmente a família Silva. Continue nessa luta, que, de fato, já é um símbolo para todo o movimento negro quilombola do Brasil e o será mais ainda para o mundo inteiro!

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Se vocês me permitirem, gostaria de dizer que recebi dois telefonemas há alguns minutos.

O primeiro era do Senador Suplicy, que está em Berlim e fez questão de nos ligar - porque sabia que estaríamos aqui -, para dizer que também está apoiando este movimento. Também me perguntou se eu não estaria hoje na audiência com o Presidente, às 15 horas, para discutir a conjuntura nacional. Mas, quando saí de Brasília, eu disse que não abriria mão de jeito nenhum desta audiência pública que teríamos aqui hoje. E, numa atitude de sensibilidade do nosso Governo, sabendo que estaríamos aqui, também com V. Ex^a, Senador Mão Santa, transferiram a audiência com o Presidente para a próxima semana, para que possamos todos estar presentes.

O segundo telefonema era do Ministro Miguel Rossetto, que há pouco me ligou, mas caiu a ligação e ele não conseguiu falar um pouco sobre isso a que o Mozart se referiu. Desejo dizer que estou muito feliz com essa decisão anunciada pelo Mozart. Sem sombra de dúvidas, muitos criticam o nosso Governo, mas esses anúncios aqui colocados, com muita precisão, por parte do Mozart sobre o trabalho do Ministério da Reforma Agrária e do Ministro Miguel Rossetto merecem as nossas palmas.

Palmas para o Ministro Miguel Rossetto! Esperamos concluir agora, nestes cem dias, com a regulamentação definitiva! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Dionilson

Marcon. PT-RS) – Obrigado, companheiro Senador Paulo Paim. Desejo registrar a presença aqui do representante do Movimento dos Sem-Terra; da companheira Stela Farias, ex-Prefeita de Alvorada, neste ato representando o Ministro das Cidades, o companheiro Olívio Dutra; desejo também saudar o funcionário do Incra Sebastião Henrique, que deve ter chegado do trabalho agora, terminando a medição da área, a quem peço também uma salva de palmas.

Quero dizer que ninguém aqui tem mais ou menos importância, mas vamos reduzir o tempo de cada um, dado o avançado da hora, pois já são 12 horas, e já tivemos várias representações, de movimentos populares, de entidades, representantes do Ministério Público Estadual e Federal, dos órgãos estaduais, federais e municipais, tamanha é a dimensão dessa luta dos Quilombos Silva e de todos os quilombolas deste País. Agora temos mais 14 inscrições. Isso é bom, porque há pessoas que desejam contribuir, como contribuíram neste mês que passou. Como abrimos as falas com a Rita, representando os Quilombos Silva, vamos abrir agora a palavra também para outra representante do Quilombo Silva, que é a Lígia, a pessoa mais adulta que se encontra hoje lá. Então, ela terá três minutos, pois vamos reduzir agora a fala de cada companheiro e de cada companheira.

A SR^a LÍGIA MARIA DA SILVA – Meu nome é Lígia Maria da Silva, sou a moradora mais velha do Quilombo Silva. Desejo agradecer a todos aqui que nos estão ajudando, incansavelmente, porque somos os donos daquela terra, somos os verdadeiros donos daquela terra! Quando meus avós chegaram lá, aquilo era tudo mato. Não havia casa, a única casinha que havia era a do meu avô. Aquilo tudo era mato enrolado ali. Meu avô criava, meu avô plantava. E, depois que foram fazendo as casas dos moradores ricos, aí nos foram incomodando. Mas antigamente, quando meu avô chegou ali, ninguém nos incomodava. Naquela terra, era tudo mato, era tudo campo. E somos os verdadeiros donos da terra!

A única coisa que desejamos é titulação, porque, com o título na mão, aí vamos ser reconhecidos. A Dr^a Bernadete já nos reconheceu como remanescentes de quilombo, e a gente quer continuar naquela terra. Nós somos os verdadeiros donos daquela terra. Moramos eu e os meus irmãos ali. E meus irmãos estão todos aqui, minhas filhas estão aqui, meus netos estão aqui. Aquela terra é nossa, por direito, por lei. Os meus avós sacrificaram tanto lá em cima daquela terra, sofreram tanto lá em cima... (Palmas.) E, onde meus pais estão hoje, onde os meus avós estão hoje, eles estão vendo que a luta deles não foi em vão. E lá nós vamos continuar, com a graça de Deus e de todos vocês.

Obrigada por tudo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Dionilson Marcon. PT-RS) – Obrigado, companheira Lígia.

Nós queremos passar a palavra ao Sr. Emir, da Coordenação Nacional do Movimento Negro Unificado, e queremos já chamar à frente o Sr. José Antônio.

O SR. EMIR DA SILVA – Em nome do Senador Paulo Paim, quero saudar a Mesa; em nome da Coordenação Provisória dos Remanescentes dos Quilombos, eu quero saudar toda a Plenária e saudar o povo brasileiro que está acompanhando conosco esta audiência.

Nós do MNU queremos colocar que o fato que está acontecendo na família Silva reflete o resultado de todo o processo de escravidão, de espoliação desumana do nosso povo negro e do racismo, que está confundido com a História do Brasil.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão. E hoje nós sabemos que a desigualdade racial está totalmente relacionada com o escravismo neste País. O povo negro que está fora das escolas, do acesso ao saneamento básico, da habitação, dos direitos básicos tem uma relação direta com o compromisso do Estado brasileiro em resgatar, em reparar todo esse processo desumano ocorrido aqui no Brasil. E nós não podemos desassociar tudo isso do que acontece hoje no quilombo da família Silva, que é uma situação muito grave, além do que representou a fala da companheira Lígia, a emoção e a resistência da companheira Rita, no café da manhã com Senadores e com os companheiros hoje pela manhã. Isso representa muito para nós.

E, com isso, nós do MNU queremos dizer que, neste momento, o Estado brasileiro, as instituições que o representam e a sociedade do nosso País têm o dever imediato de tomar uma posição, porque, de uma das instituições que representa o Estado, que é o Judiciário, nós temos, por uma parte, um avanço significativo no que tange à postura do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal; mas, do ponto de vista da justiça, nós estamos passando por um processo extremamente de pressão e de opressão.

Então, eu gostaria de colocar que, neste momento, Senador Paulo Paim, Senador Mão Santa, o Senado tem a incumbência de passar ao nosso Governo que o Governo Federal deve tratar dessa questão como uma questão política. E é assim que deve ser feito, porque o Governo brasileiro já se pronunciou em relação à responsabilidade do Estado em função do escravismo. Só que, neste momento, nós precisamos também que essa questão seja encarada como uma responsabilidade imediata do nosso Governo, em função da

titulação. E sabemos que, em vários momentos, vários setores corporativos, pressões de outros segmentos da sociedade brasileira tiveram êxito nas suas reivindicações com o Estado.

Este é o momento crucial para que o Governo brasileiro tenha uma posição firme em relação à titulação imediata, e que, a partir do que o companheiro Mozart informa, dessa coordenação geral que vai tratar das comunidades remanescentes do quilombo, que também o Governo apresente uma meta com o objetivo de demonstrar para o povo brasileiro que, até o final deste Governo, nós teremos um bom número de quilombos titulados no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Dionilson Marcon. PT-RS) – Muito obrigado, Emir.

Gostaria que cada orador dissesse seu nome, para que ficasse gravado, em razão da elaboração da Ata.

Vamos ouvir agora o Sr. José Antônio Negro; logo após, o Sr. Eriberto Bacchi.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO NEGRO – Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar, na pessoa do nosso companheiro Senador Paulo Paim e do Deputado Dionilson Marcon, a todos os Parlamentares aqui presentes, homens e mulheres, brancos e negros, que estão se somando aqui nesta luta do Movimento Social Negro.

Gostaria de cumprimentar também, na pessoa da companheira Bernadete e da companheira Terezinha Campanella, todas as mulheres aqui presentes, brancas e negras, que também estão imbuídas dessa luta e dessa importância.

Gostaria de fazer um cumprimento especial, traçando um paralelo, à companheira Rita, da família Silva, e ao Babadiba, que representa aqui todos os religiosos de matriz africana, em razão de um fato que para nós é muito importante, principalmente nós da União de Negros pela Igualdade. Nós tivemos uma preocupação com a questão da intolerância religiosa, que nos unificou no processo do Movimento Negro, em razão do caso da companheira Gisele, da casa da Mãe Graça de Oxu, da cidade de Rio Grande. Temos hoje a família Silva aqui e todo o Movimento Negro. Não gostaria de citar o nome de entidades “a” ou “b”, porque acho que todas as entidades do Movimento Negro gaúcho estão fazendo a vitória e a diferença nesse processo. Então, gostaria de falar para vocês da importância da vitória da família Silva e da vitória da companheira Gisele lá

no Município de Rio Grande, que representou a luta dos religiosos e que agora é a luta dos quilombolas.

E que nós também passemos a nos preocupar com a questão política do Movimento Negro, quando discutimos hoje a Segunda Conferência Nacional das Cidades, e também com a questão dos Planos Diretores do Estado do Rio Grande do Sul e a nível nacional. Nós do Movimento Negro também temos que nos incorporar nessa luta política, porque, quando começarmos a discutir reforma urbana e o parcelamento do solo, vamos começar a reivindicar aquilo que nos é de direito.

Não posso deixar, no final deste meu pronunciamento, de fazer uma pequena crítica, que é muito preocupante. Quando olhamos um símbolo, uma mão branca segurando uma mão negra, parece que não fomos nós que construímos a riqueza deste País. Acho que temos que inverter esses símbolos que são criados para dizer que nós negros estamos sempre na tutela da população branca deste País.

Então, penso que a União de Negros pela Igualdade e de todas as entidades do Movimento Negro têm que fazer o diferencial e mostrar que quem construiu a riqueza, que os verdadeiros donos desta terra são os índios e os quilombolas, que construíram o futuro deste País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Dionilson Marcon. PT-RS) – Obrigado, companheiro.

Vamos ouvir Eriberto Bacchi e depois a Mana.

O SR. ERIBERTO BACCHI – Vou dispensar as saudações, que já foram feitas. Quero dizer para vocês algumas coisas que considero importante e que ouvi aqui no plenário quando cheguei.

Eu estive, durante muitos anos - e não está muito longe isso -, à frente de muita ação de despejo neste Rio Grande, como advogado da Fracap. E preocupou-me muito o que ouvi aqui hoje. Ouvi uma pessoa dizer: “Se não fosse o Deputado Fulano de Tal, a ação de despejo tinha saído. Se não fosse o outro Deputado, não tinha saído. Se não fosse o Vereador Tal, teria saído o despejo”. Penso que esse despejo não saiu até agora por uma ação conjunta.

Eu acrescentaria aqui uma coisa que não foi citada por ninguém, nem chamada como autoridade da Mesa. Eu queria fazer uma homenagem aqui à companheira Janja, quilombola da estrada dos Alpes. (Palmas.)

Quando foram derrubar lá aquele monumento do quilombo, vieram com motosserra, com toda brutalidade, o povo enfrentou no pau. E eles correram na briga. Então, lá no dia do despejo - eu não estava lá, mas

vi as fotos -, vi os pneus queimando e a companheira Janja, verdadeira lanceira negra, comandando a solidariedade do Quilombo dos Alpes à família Silva.

Então, eu quero dizer que, em primeiro lugar, só existe solução se o próprio povo tomar, em suas mãos, o seu próprio destino.

Depois vêm as autoridades. Eu diria que as autoridades aqui presentes – e a Promotora deu uma dica... Eu, pelo cheiro de velho advogado, já senti o que a senhora vai fazer. Tem solução jurídica para tudo, quando o povo está há muito tempo em luta; se tiverem promotores decentes, juízes decentes, políticos decentes, e não apenas uns sobreviventes, como eu vejo aqui na mesa, sobreviventes de instituições falidas. Ou o povo acredita em si mesmo ou não teremos solução neste País. (Palmas.) Ou o povo acredita em si mesmo, porque a solução deste País não está naqueles belos edifícios todos que estão rodeando lá o quilombo. A humanidade não terá futuro se o futuro for aquele. O futuro está em vocês, companheira, na companheira Jane e em todo o movimento.

É isso que eu queria dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Dionilson Marcon. PT-RS) – Obrigado, Dr. Liberto.

Agora estão inscritos a Mana e depois o Vilson. A Mana, que representa a comissão provisória da Associação Estadual dos Quilombolas.

A SRª MANA – Iniciando, bom-dia a todos. Saudando a Rita de Cássia eu saúdo as mulheres quilombolas presentes na mesa, saudando a Bernadete saúdo as mulheres presentes nesta audiência pública, e saudando o Senador estou saudando todos os homens.

Para nós, da comissão estadual, dessa comissão provisória estadual dos quilombos do Estado do Rio Grande do Sul, é inaceitável (**falha no som**) 117 anos, gente, após a escravidão, que ainda continuamos sendo julgados e injustiçados pela mesma sociedade burguesa que nos escravizou, porque nada mudou nesses 117 anos, continuamos buscando a nossa cidadania, continuamos lutando pelo nosso direito e de sair da senzala, porque essas favelas onde estamos morando é a senzala. Nós sabemos qual é a cara do pessoal que não tem moradia. Essas mesmas pessoas foram expulsas das suas fazendas, onde ali construiu toda a sua riqueza e para ele não ficou nem o direito à moradia, nem o direito ao teto. Isso que aconteceu, que ia acontecer com a Família Silva – que, graças a Deus, não vai acontecer – aconteceu muitas e muitas vezes em muitas e muitas partes deste País, gente.

Quantos de nós, quilombolas, negros, não estamos sendo despejados agora, neste momento, em cada ponto? E a nossa religião, a nossa cultura, ficam onde? Porque é de negro? Porque fomos tratados sempre como? Fomos tratados como aqueles... Deixa pra lá, negro não tem alma, negro não é gente.

Então, essa resistência, sim, que teve na Família Silva, mostrou quem a gente é na verdade, que nós somos um povo forte, que nós somos um povo guerreiro, e estamos aí, sim, para dar uma resposta para essa sociedade burguesa, sim, que acabou.

E isso que o Mozart colocou agora para nós não me... Assim, contemplou, mas não nos contemplou assim de dar mais um conselho que possa ser criado para trabalhar junto às comunidades quilombolas. Porque o que nós sabemos de fato, o que nós precisamos agora, nós precisamos de titulação já. Percebemos que todo o País, não só no Rio Grande do Sul, mas os nossos irmãos, sim, das outras partes do País, têm esses títulos na mão. Porque para nós que sentido vai ter essa luta, gente? São 117 anos esperando o quê? Muitos de nós estamos fora do quilombo, não porque nós queremos, porque não tivemos oportunidade pra sobreviver lá. E aí, como é que fica o Estado que nos escravizou? Como é que fica o Governo, nos dizendo “espera mais um pouquinho, vamos criar mais um conselho”? Não, queremos título sim, queremos título já, queremos dignidade, queremos humanidade nos nossos processos e mais atenção, sim, ao povo negro, porque isso está faltando. Não adianta nós virmos à audiência e não se tomar nenhum providência.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Dionilson Marcon. PT-RS) – Obrigado, Mana.

Quero registrar aqui a presença do ex-Presidente desta Comissão de Direitos Humanos, o companheiro Deputado Estadual Estilac Xavier.

Obrigado pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Passamos a palavra, de imediato, ao companheiro Vilson, representante do quilombo do Morro Alto e, em seguida, ao Dantas, do Sindijus.

O SR. VILSON – Bom-dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim, a Mesa, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. A comunidade de Morro Alto é pelo direito constitucional. Nós queremos o cumprimento do art. 68. Sabemos que os fazendeiros são fortes e quem os representa, assim como os posseiros daquela região é um advogado que é ligado à Farsul, que tem força no Congresso Nacional porque era aliada da UDR.

Então, é momento de o Governo Federal, de o Presidente Lula, de os Ministérios que são responsáveis por essa questão, pelo cumprimento do art. 68, não se dobrarem, não deixarem dobrar a espinha.

Passo a palavra, de imediato, ao nosso Presidente de Honra, Manoel Chico, um lutador que enfrentou a mesma questão que a família Silva enfrenta aqui em Porto Alegre. Isso foi na década de 60, no Morro Alto. O Estado brasileiro, o Estado gaúcho, pelo Judiciário, tirava nossas terras, com o apoio da polícia, da brigada militar. Isso não foi uma vez e nem duas.

Passo a palavra ao Manoel Chico. (Palmas.)

O SR. MANOEL CHICO – Agradeço o Senador Paim, os deputados que não conheço porque sou analfabeto e não sei falar.

Agradeço a Drª Bernadete. Esperamos que seja tudo como queremos, que o nosso território é nosso (Falha na gravação) ...o Denit está lá com todas as estradas, fazendo o que querem e o negro nunca foi reconhecido dentro do nosso Estado do Rio Grande do Sul ou em qualquer lugar. Agradeço a vocês e que seja da vontade de vocês porque queremos o que é nosso lá. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Passamos a palavra ao Sr. Dantas, representante do Sindijus. Em seguida, Eni Canarim, secretaria regional do movimento negro do PDT do Rio Grande do Sul.

O SR. JORGE DANTAS – Bom-dia a todos. Sou Jorge Dantas, do Sindicato dos Servidores da Justiça do Rio Grande do Sul e estamos lá direto no Quilombo do Silva apoiando a luta.

Quero também lembrar que falaram da companheira Janja, da comissão de segurança, do Quilombo dos Alpes, pessoal do Quilombo de Gravataí dizendo que as autoridades estão aí em várias manifestações, no Senado, Procuradoria do Estado, Procuradoria Federal, Fundação Palmares. O pessoal do Silva quer nada mais do que a titulação já. Acompanhamos todo o sofrimento da família Silva que é o de milhares de negros deste País, da juventude negra que luta por emprego e dos trabalhadores. Hoje, por incrível que pareça, temos a sensação e a percepção e estamos chegando à convicção de que todo o sofrimento deste País, de toda essa população dos Quilombola, da juventude negra e dos trabalhadores, anda a passo de tartaruga, porque temos um operário governando para a burguesia, porque a reforma que esse operário, na tutela do Estado, governando para a burguesia, prepara neste País não aponta para solução nenhuma, haja vista a reforma da Previdência. Saúde para o povo, como vai ficar a saúde dos Quilombolas e dos trabalhadores? Foi contra nós. E as outras reformas...

O quilombo Silva que está aqui, se não me engano, está na quarta geração. Ele espera o quê? Titulação já. O Movimento Negro, estaremos juntos, com o Sindijus, em novembro na Marcha Zumbi dos Palmares: “reparação já para o povo negro”. E não à reforma. Que o Lula mude a sua política e pare de governar para a burguesia e passe a governar para os trabalhadores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Vou chamar a Srª Eni Canarim, Secretária Regional do PDT, e, em seguida, o Vereador Comasseto. Na verdade, eu iria chamá-lo no bloco dos Vereadores e Deputados, mas como S. Exª tem um compromisso urgente, como me informou a Mesa, falará em seguida.

A SRª ENI CANARIM – Senador Paim, Senador do Piauí, nosso companheiro guerreiro Deputado Edson Portilho, nossa negra guerreira Bernadete, que desde o primeiro momento está na nossa luta junto com a família Silva, senhores representantes do Ministro da Reforma Agrária, Mosart, que também, desde a luta da família de Maquiné Morro Alto, vem lutando com o movimento negro, senhoras e senhores presentes, gostaria de parabenizar a família Silva por essa caminhada.

A minha participação aqui, Senador Paulo Paim, é para fazer uma pergunta que me aflige, como representante da Secretaria do Movimento Negro do PDT, sobre a ausência de um negro Alceu Colares, o primeiro negro Prefeito de Porto Alegre, Governador do Estado do Rio Grande do Sul, da sua ausência na participação dessa luta, dessa caminhada do Movimento Negro junto à família Silva. Gostaria que V. Exª explicasse o porquê da sua ausência nessa nossa caminhada, num Estado que, culturalmente, tem uma identificação de racista, preconceituoso e conservador, o Rio Grande do Sul. Por que da sua ausência nessa nossa luta de resistência na nossa caminhada?

Quero parabenizar a Bernadete, representando as mulheres negras de todo o Estado do Rio Grande do Sul. Faço uma homenagem à Bernadete, que representa a luta das mulheres negras nessa nossa caminhada junto à família Silva.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Antes de passar a palavra para o Vereador Comasseto, digo rapidamente que o Deputado Alceu Colares conversou conosco em Brasília, tivemos duas reuniões, e justificou a sua ausência aqui. Esta é uma audiência pública promovida pelo Senado da República. Eu e o Senador Mão Santa saímos ontem de Brasília, e ele tinha votação ontem na Câmara e uma reunião da bancada gaúcha. Mas posso assegurar-lhes que o Deputado Alceu Colares esteve sempre conosco,

faz parte da frente parlamentar que envolve os Parlamentares negros e tem tido uma atuação em defesa da comunidade negra sempre na linha de frente. Faço este depoimento, não tenho procuração alguma para defendê-lo. Ainda hoje, eu estava no Quilombo Silva, e ele me ligou lá e fez questão de dizer: “Paim, justifique para mim que eu não estarei aí porque estou aqui no processo de votação”. Então eu queria dizer para vocês que o Deputado Collares está junto conosco em defesa da família Silva. (Palmas.)

Passo a palavra a V. Exª.

O SR. (Orador não identificado) – Obrigado pela gentileza. Cumprimento a Rita, todo o movimento e todos os lutadores desta vitória que, podemos dizer aqui, já está conquistada. Cumprimento a Bernadete, a Miriam e todos os órgãos públicos aqui representados. Cumprimento o Portilho, todos os colegas Parlamentares e um abraço especial ao nosso visitante, Senador Mão Santa, e ao nosso grande Senador da República Paulo Paim.

Rapidamente, queria dizer que, esse exemplo de união de esforços entre as instituições e o movimento popular organizado, a resistência faz com que as instituições andem mais rápido e se conquistem os direitos que já são assegurados. Porém, precisamos ainda qualificar muito mais. É nesse sentido que venho rapidamente fazer uma proposição bem objetiva. No caso específico aqui, Senador Paulo Paim, como o colega Vereador Carrião já disse, nós imediatamente construímos alguns instrumentos de base legal no Município. Nós realizamos dois projetos de lei que protocolamos para emendar o plano diretor e demarcar essas áreas como áreas especiais de interesse cultural dos quilombos. Com isso, tira-se o valor imobiliário e se acrescenta o real valor que se tem que é o valor cultural histórico. Quero lhe passar esses documentos.

Sugiro duas questões: o Ministério das Cidades está conduzindo, até o ano que vem, a elaboração de todos os planos diretores das cidades. Hoje há 2.280 comunidades localizadas. A proposição é que os Srs. Senadores venham a determinar que o Ministério das Cidades exija que todos os planos diretores trabalhem o tema da identificação cultural e territorial dos quilombos nos Municípios porque isso, com certeza, vai dobrar o número de identificação de comunidades existentes. Queria que o senhor falasse com o nosso companheiro Olívio Dutra e, se for necessário, determinasse, via legislação federal, que isso seja cumprido até outubro do próximo ano, quando terão que ser feitos todos os planos diretores das cidades brasileiras com mais de 20 mil habitantes, com recursos do Ministério das Cidades.

A segunda questão: particularmente, nós aqui em Porto Alegre vamos avançar agora na revisão do plano diretor. Esse não é o único conflito. Há o conflito que todos sabem a respeito da ocupação dos espaços das cidades com as casas de religiões e locais para serem oferecidos. Esse é um conflito grande que não está resolvido. Portanto, eu, o Vereador Carrião e os demais que estão aqui convidamos para continuar este debate na cidade porque vai ser importante. É isso. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Com certeza, levaremos essa recomendação para o nosso companheiro Ministro das Cidades, Olívio Dutra. Queria dizer, Vereador, que concordo com V. Ex^a. Hoje temos em torno de 2.500 quilombos, pelos dados oficiais, mas, se encaminharmos pela via que os dois Vereadores colocam, as informações que tenho do movimento negro é que podemos chegar a 5 mil quilombos. Então procede essa questão de analisar Município por Município a realidade dos nossos quilombolas.

Passamos a palavra, representando a DRT, à companheira Adriana Perdomo e, em seguida, à Mãe Norinha, Presidente da Sebrabe.

A SR^a ADRIANA PERDOMO – Bom dia a todos presentes. Quero aqui cumprimentar o Senador Paulo Paim e o Senador Mão Santa pela iniciativa e parabenizá-los. Cumprimento o Deputado Edson Portilho pelo trabalho que está desenvolvendo junto às comunidades, principalmente, a comunidade do Quilombo Silva, ao Ministério Público, todos os representantes ao Ministério Público, a todos os representantes, mulheres e homens à mesa; cumprimentar o companheiro Ivan Braz, da Cepir; o companheiro Mozart, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Quero fazer aqui, digamos, um cumprimento especial e um reconhecimento que já foi citado, como também acho necessário citar tudo o que é bom e tudo o que nos desafia; um reconhecimento às mulheres da Comunidade do Quilombo Silva; um reconhecimento da garra, da força e da determinação que essas mulheres, a Rita, a Lígia, que estiveram à frente com a companheira Janja, que já foi citada, à frente desta batalha, e que, com outras mulheres e homens, representantes do Movimento Negro, representantes das religiões de matriz africana. Quero saudar aqui a mãe Norinha. Axé, mãe Norinha; axé, Babá Diba, Vera, dizer que o Babá Diba na primeira ação que teve, quando estávamos na Comunidade Silva tocou os tambores, e os tambores ecoaram; eles ecoaram e tivemos resposta inclusive de Berlim, não é Paim?

E o Mozart nos traz hoje aqui, que há muito tempo vem atuando com a questão das comunidades tradicionais, essas notícias. E quero dizer que não devemos parar de tocar os tambores nessa luta, o TRT e o

Conselho Gestor de Alta Sustentabilidade das Comunidades Quilombolas está nessa luta com vocês. Muito obrigada. (Palmas.)

Também quero parabenizar o EMNU, ao Unegro e a Conen, que são entidades nacionais do movimento negro, que também estiveram à frente desta batalha. E juntos nós, todas e todos juntos, com as nossas representações do Governo federal, do Governo estadual, do Governo municipal, está aí a companheira Terezinha, também esteve à frente desta batalha, conseguiremos trancar muito mais, muito mais ações de despejo e que venham a desconstituir a nossa luta do Movimento Negro das religiões com matriz africana.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Quero registrar a presença entre nós do ex-Deputado Federal, ex-Prefeito da Capital, e Deputado Estadual Raul Pontes, na alegria, aqui, conosco, apoiando esse movimento.

Uma salva de palmas ao Raul. Alegria, Raul, saber que você, como sempre, está conosco. (Palmas.)

Passo a palavra, então, à mãe Norinha, Presidente da Cdrab.

A SR. MÃE NORINHA DE OXALÁ - Sou conhecida como mãe Norinha de Oxalá, conhecida como, Presidente da Congregação em defesa das religiões afrobrasileiras do Rio Grande do Sul.

Cumprimento primeiro toda a mesa, os Senadores Paulo Paim e Mão Santa, o Deputado Portilho, que é o nosso grande defensor, a Bernadete, que está sempre conosco, e todos esses que estão na mesa e estão nos apoiando. Muito Axé. Que os Orixás abençoem a todos.

Quero dizer ao Sr. Senador Mão Santa que a nossa luta no Rio Grande do Sul é grande. A nossa luta dos religiosos foi imensa. Lutamos muito na Assembleia Legislativa, pedindo auxílio ao Governo do Estado, indo ao TJ duas vezes. Fomos sacrificados, crucificados; disseram-nos horrores, mas o Rio Grande do Sul, o gaúcho, Senador Mão Santa, temos essa força de luta, de resistência, os religiosos resistiram, batalharam e vencemos aqui, no município, três etapas difíceis.

Então, quero dizer assim, a religiosidade, os Orixás, todos os Babalorixás do Rio Grande do Sul estamos com a família Silva, sim, estamos lutando. Nossos tambores estão tocando dia e noite. Estamos fazendo trabalhos, rezas, promessas, tudo, em favor da Família Silva, porque jamais a família Silva pode perder. Veja bem, que Deus o livre isso acontecesse, que o grande Pai não permita, como é que ficam todos os quilombolas? Então, isso aí serve, agora, de alerta a todos os quilombolas. É lutar para o encaminhamento já. Terem

a documentação já. Todos os quilombolas têm que se unir. Atrás da Família Silva todos têm que lutar, batalhar e ir atrás dos nossos representantes legais, das nossas autoridades, porque estão aqui todos juntos.

É grande essa força, esse axé de todos que estão aqui, porque todos nós temos o nosso orixá, ou o nosso santo, ou o nosso deus de bondade dentro de nós. E todos aqui estão com um pensamento só: ajudar a Família Silva a vencer essa batalha. Ajudar a vencer o poderio daqueles ricos que tem lá, daquelas grandes mansões que querem enxotar a Família Silva.

Toda essa resistência a que nós todos assistimos, que vocês e nós todos conseguimos, é uma vitória nossa, do Rio Grande do Sul. Agora contamos com a ajuda do Senado, do Senador Paulo Paim, do Senador Mão Santa e de outros Senadores que foram citados aqui.

Eu tenho a certeza de que nossos orixás vão dar muita força, muito axé e nós vamos vencer essa luta. Depois, Senador Paulo Paim, há os outros quilombolas que também precisam da sua titulação de terra. O meu muito obrigado. Um axé muito grande. Que o Pai Oxalá abençoe e ilumine a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Passamos a palavra para a Srª Oscarlina, representando o Conem.

Enquanto ela se aproxima, lembro à Srª Magali Bittencourt que ela será a próxima, como Coordenadora-Geral do Sindjus.

A SRª OSCARLINA – Peço agô a todos, na figura da iniciada Maria Bernardete Lopes, que se juntou a nós na resistência junto aos quilombolas gaúchos.

A causa da Família Silva é emblemática no momento em que unificou o movimento negro nacional, já que a resistência ancestral perpassa as cores partidárias e os nomes e siglas e nos remete à nossa ancestralidade, já que naquela terra existe um iroco, que é uma árvore sagrada para os praticantes dos cultos afro-brasileiros. E fora o iroco que existe ali, existe toda uma vibração de paz e de tranqüilidade.

Ainda bem que escolheram aquele local para fazer o efeito dominó em cima dos quilombos, porque no momento em que escolheram o solo sagrado, fica bem mais difícil eles derrubarem. Então, eu acho que nós devemos agradecer aos orixás, até porque quando eles fizeram uma coisa ruim, escolheram um lugar que era bom e nós tínhamos toda uma correspondência com o astral naquele momento.

Em nome da Conem eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Muito bem.

Srª Magali Bittencourt representando o Sindjus. É coordenadora.

A SRª MAGALI BITTENCOURT – Bom dia a todos e a todas. Bom dia à Rita de Cássia; ao Senador Paulo Paim e ao Senador Mão Santa; a todos os presentes e muito especialmente aos bravos lutadores da Família Silva, que têm demonstrado resistência à burguesia e aos poderosos.

Em nome do Sindicato dos Servidores da Justiça e da Coordenação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário, atentos à opressão e aos ataques aos trabalhadores na luta contra o capitalismo, o preconceito e a discriminação, queremos trazer a nossa solidariedade aos quilombolas. Por isso, o Sindjus do Rio Grande do Sul destacou o companheiro Jorge Dantas, que há uma semana está fazendo parte do comitê da resistência dentro do quilombo.

A luta pela promoção da igualdade é muito antiga. Por isso também o Sindjus tem incorporado na sua pauta de reivindicações a questão da raça. Discutimos, há poucos dias, no 2º Congresso dos Servidores da Justiça, a questão de raça, de gênero e de orientação sexual, porque entendemos que essa também é uma bandeira nossa. Nesse sentido, ainda vamos debater no 5º Encontro Nacional dos Trabalhadores do Judiciário, que vai acontecer em São Paulo, que queremos discutir mais perto com a família Silva para poder fazer essa contribuição aos trabalhadores do Judiciário.

Em novembro também o Sindicato participa de uma marcha na caravana à Brasília, na Marcha Zumbi +10.

Gostaríamos de repudiar qualquer forma de oportunismo na defesa de direitos, assim como repudiamos também o encastelamento, em seus gabinetes, dos juizes, que, na maioria das vezes, julgam apenas embasados na lei e se esquecem da justiça.

Eu gostaria de salientar que, se depender desta audiência pública, o título da terra é da família Silva. Mas sabemos muito bem que não é só desta audiência pública que sairemos vitoriosos. Temos gigantes para enfrentar, companheiros e companheiras.

Por isso, o Sindjus reafirma a nossa solidariedade. Queremos deixar o nosso abraço, o nosso reconhecimento, o nosso respeito, porque esta luta é nossa também, porque somos todos iguais.

Um grande abraço e boa luta. (Palmas.)

Só para encerrar, Senador, eu gostaria de entregar aos Senadores e aos dois Deputados uma cartilha de debates do 4º Encontro Nacional dos Trabalhadores do Judiciário, que debateu também a questão do preconceito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Passamos a palavra à companheira Reginete. Em seguida, falarão os Deputados e Deputadas.

A SRª REGINETE – Bom-dia a todos, bom-dia à Mesa, através do nosso companheiro e amigo Senador Paulo Paim.

Minha fala será bastante breve. Eu gostaria de enfatizar aqui, neste momento, a necessidade – embora muitos já tenham colocado – a necessidade de acelerar, de agilizar os processos de limitação e de titulação das terras de quilombo no Brasil. Acho que o Mozart anunciou algumas medidas importantes para esse processo, mas é importante que sobretudo nós do Movimento Negro, do movimento social, que estamos empenhados nesta causa, mantenhamos esta mobilização, esta discussão junto com as diferentes instituições públicas, para que se acelere...

Também acho importante pedirmos à Mesa, através das diferentes instituições aqui representadas, que, durante o processo, estes noventa ou cem dias, durante o processo de delimitação e titulação da área da família Silva, que se mantenha e se garanta que a família não será removida do local, mesmo que isso implique sair e depois voltar. É importante que estabeleçamos garantias para que a família permaneça no local.

Eu gostaria de dizer, também, para o Movimento Social Negro aqui presente que, hoje, se a família Silva está no local,; se a partir da família Silva se tornou um caso emblemático nacionalmente em relação às comunidades remanescentes de quilombo, foi porque o Movimento Social Negro e, fundamentalmente, as duas comunidades quilombolas, os quilombos urbanos aqui de Porto Alegre, no momento exato, se mobilizaram, foram lá e fizeram uma resistência. Porque existem formas e formas de resistência, e nesse processo essas diferentes formas se manifestaram, que foram os processos de negociação com as autoridades, enfim. Mas acho que o fundamental foi o que garantiu que a família permanecesse lá – caso contrário, hoje não estaria lá. Foi no momento em que a Polícia chegou e a comunidade se colocou em frente, as comunidades quilombolas se colocaram em frente, com o apoio do Movimento Social Negro e das instituições que estavam lá, e impediram que a ação de despejo fosse executada. E, a partir dali, sim. Então, o fato, a resistência, as barricadas que foram armadas lá trouxeram o fato a público. E hoje nós temos isto: todas as organizações, as instituições mobilizadas, a nível local e nacional, fazendo a defesa da Família Silva e de todas as comunidades quilombolas do País.

É fundamental que o Movimento Negro mantenha essa unidade, que começamos, a partir daqui, a manter uma unidade na luta por todas as comunidades quilombolas negras do Brasil. Não existe maternidade nem paternidade nesse processo. Aqui é a resistência, a nossa centralidade presente que garantiu todo esse

processo. Se a Mesa me permite, vou ler um pedacinho de uma poesia de um poeta negro que trabalha com a juventude e que diz assim:

Eu não sou preso a nada, mas tenho fé,
não nego

O peso de minha cruz é o das asas que
carrego

Não me venha com sua simpatia fajuta
Respeita nossa crença, nossa história,
nossa luta

Água benta para mim é o suor do meu
trabalho

História negra, indígena, povo revolu-
cionário

O que sua TV não mostra, só mostra
seu artista

O demônio, tão famoso, dá até entre-
vista

Assista! Me diga como ficar calado
Ao ver a estupidez dizer que Exu é o
diabo

Falam tanto em demônio,
Criaram tanta dependência que,
Se ela for embora,
Vocês vão à falência
Que inocência, meu Deus!
Se tua riqueza está além,
Quem fez o mundo precisa de grana de
alguém?

Olorum, afasta de mim esse encosto!
O Ebó está sendo preparado com toca
disco e spray
Moinho de vento, arrasta o mal
Ao som do DJ.

É uma homenagem às nossas iás e babás que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Eles, inclusive os dois Senadores, que falarão ao final, fiquem no prazo de três minutos.

Deputado, V. Exª dispõe da palavra por três minutos. Em seguida, o Deputado Raul Pont. Em seguida, a Deputada Mirian.

O SR. (Orador não identificado) – Bom-dia a todos, ao Senador Paim, Senador Mão Santa; Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Dionísio Marcon, todos os que estão aqui representando suas entidades, a Promotoria, o Ministério Público, a Família Silva, a minha manifestação é rápida. Eu estava retornando de Pelotas, quando soube que a audiência ainda continuava. Tinha sido informado, ontem, pelo meu colega e meu Presidente, Deputado Dionísio Marcon – e saúdo também o Deputado Edson

Portilho – de que haveria esta audiência pública. Ele foi ao meu gabinete e eu verifiquei que continuava a audiência. Fui informado pelo Vereador Carlos Todeschini para acompanhar. Só estou aqui para dizer da minha solidariedade, da justiça do Movimento, e colocar, dentro daquilo que for possível, o meu mandato à disposição da família e daqueles (*falha na gravação*). Era isso o que eu queria dizer. Obrigado. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Deputado Raul Pont.

O Sr. RAUL PONT (PT-RS) – Queria saudar a todos e a todas e, ao cumprimentar o Senador Paulo Paim, saúdo todos os membros da Mesa.

Quero também, muito rapidamente, reafirmar o nosso compromisso e a nossa solidariedade a essa luta que, aqui em Porto Alegre, já se arrasta há muito tempo, no caso específico do Quilombo do Silva.

A nossa Prefeitura, no Governo do companheiro Verle e até mesmo antes, tinha um relacionamento com a Fundação Palmares para estabelecer todo o processo de legitimação desse histórico domínio que a família e a comunidade têm daquela região. Os Deputados da nossa Bancada estão reafirmando o nosso compromisso de fazer com que essa luta seja vitoriosa. Todos os encaminhamentos feitos no Inkra e nos demais órgãos responsáveis dão conta de que o caminho está sendo percorrido. Todos sabemos como é difícil enfrentar decisões judiciais como a que vivemos neste caso. Normalmente a Justiça se cinge à letra dos processos e considera pouco a realidade da vida e as condições que as pessoas e as comunidades passam no dia-a-dia.

Nesse caso, a ação pronta, a solidariedade, o apoio que um grande número de entidades e representantes parlamentares da Câmara, da Assembléia e do Congresso Nacional vêm dando fortalecem isso. E tivemos aliados importantíssimos do Ministério Público, o compromisso de um conjunto de pessoas comprometidas com essa luta. Esta é a maior garantia de termos uma vitória.

Parabéns a vocês todos! Vamos manter essa unidade e essa resistência.

Obrigado, Paim. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Paulo Paim. PT-RS) – Passamos a palavra a nossa Deputada Miriam Marrone, que está aqui conosco desde a madrugada.

A SRª MIRIAM MARRONE (PT-RS) – Quero cumprimentar a todos em nome do Euclides, que é uma mãezona, pois está aqui cuidando das crianças todo o tempo, da forma mais paciente que eu já vi.

Que bom! Talvez tenha sido muito bom, e não poderia deixar o nosso grande líder nesse tema da

Bancada, que é o Edson. Acompanhamos, mas, na verdade, o Deputado que encaminha e está à frente de tudo nessa luta da questão da discriminação racial é o meu companheiro Edson Portilho, que admiro muito, pelo coração, sensibilidade e carinho. E ele faz aniversário hoje, por isso queria pedir uma salva de palmas para ele. (Palmas.)

São 44 anos, não parece.

Eu dizia ao Edson, nesses dias, que achava que o movimento negro e toda a nossa ação está muito adormecida, um pouco desarticulada. Conversando com ele no plenário, perguntava o que nós íamos fazer, pois não consigo acompanhar isso. Eu trabalho muito com a questão da violência infantil, de mulheres de todas as raças, e ainda queria conversar com ele, pois há muito tempo, na minha cidade de Pelotas – a cidade mais negra do Estado, 48% da população é negra –, temos uma dificuldade, como em todo o País, porque o Brasil tem uma cultura racista. Este é um país de negros, mas extremamente racista. Se não assumirmos isso, será muito difícil mudar de comportamento. Está impregnada nos brancos a idéia de desconsiderar aquele que é negro, tratado sempre como inferior. Se não reconhecemos isso, somos hipócritas.

Então, temos que saber disso para fazer um esforço e remodelar nosso espírito, que foi educado para isso. É como odiar os homossexuais. Fomos educados para dizer que eles têm desvio de conduta, que são doentes. Então, debochamos deles. E isso não é verdade, isso não é de Deus, nem da biologia. Foi o poder que inventou o modelo cultural para nos educar.

Quando sabemos disso, que os poderes, ao longo dos séculos, criaram um modelo de educação que diz que as mulheres têm que ser submissas aos homens... Até hoje! Não pensem que a modernidade, a tal evolução tecnológica e a civilidade mudaram as coisas. Nós vivemos uma situação de animalidade ainda, de relações de poder em cima de poder, dos que são brancos, dos que têm dinheiro, e temos que saber disso para parar de dizer que todo mundo é igual. Não é. Continuarmos fingindo que a sociedade é moderna, que existe civilidade e sociabilidade, que o mundo não é mais antigo, mas é.

Quarenta e dois por cento das mulheres sofrem violência dentro de casa. Metade das famílias. Dois por cento só de negros estão na universidade. Os senhores sabem disso, estou só repetindo porque temos que lembrar a toda hora. E digo isso mais para os brancos. Para os negros também, porque precisamos parar de achar que o Brasil é do samba, que existem as religiões afro, que tudo é bonito, existe o maior carnaval do mundo, e que aqui não tem racismo. Cada vez que observamos os dados, temos que comparar e devemos corrigir.

Começar realmente a fazer, Senado Paulo Paim, com que a Lei nº 10.690, que o Presidente Lula introduziu ao currículo, funcione. Porque a lei é importante, ela é o primeiro passo. Agora, o modelo cultural é o de que a justiça não respeita a lei, porque ela age muito mais pelo modelo de poder e arruma argumento para tudo, tese para tudo. Ela está constituída para defender um modelo de poder e uma parte da sociedade.

Em relação à família Silva, não estive lá. O Edison estava lá, ligamos para o gabinete dele acompanhando. O Ivan me ligou, estava lá. Eu estava em uma outra atividade. Na verdade, percebemos a importância que os senhores estão tendo para o resto do Brasil e do Estado.

Em minha cidade, existe um quilombo, que é o Maciel. E o – esqueço o nome – chamado Alto do Caião. Temos dois. E eles vão depender do sucesso do movimento que pudermos articular. Isso está reacendendo o movimento todo contra o preconceito. É muito mais do que a terra. A terra é o primeiro momento, a terra é o direito, a dignidade e a justiça, mas acho que, a partir dessa luta, deve-se manter acesa essa organização, Senador, porque a situação é grave, ainda, e existe muita luta pela frente. Eles ainda vão pagar. Nós, adultos, estamos sobrevivendo. Agora, temos o dever de rearticular o movimento negro de forma unitária, pouca disputa. Existe tanta disputa em nossas organizações!

Acho que é um bom momento para se reacender a luta, por exemplo, de se defender as cotas. Os senhores sabem que está sendo organizada uma luta para derrubar a lei de cotas. O Brasil está vivendo um momento de retrocesso. Ato médico é um retrocesso – para quem sabe o que é, porque não vou entrar em detalhes. Estamos vivendo essa situação toda de ataque ao Governo Lula porque nunca houve tanta lei para avançar em todas as questões sociais. Então, isso está muito perigoso para as elites.

Acho que a Magali tem razão: ganhar o Governo não é ganhar o poder. É o povo que vai para as ruas e é ele que pode garantir as mudanças.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Passamos a palavra neste momento a esse que é um militante do movimento negro, das causas sociais, e é Deputado Estadual. Ele foi o autor da primeira política de cotas do Rio Grande, e para que o negro pudesse ser também contemplado em 40% de toda a propaganda.

Passo a palavra com alegria a ele, que, desde o primeiro minuto, fez contato com Brasília – e eu diria com o mundo – a respeito do Quilombo Silva: Deputado Edson Portilho. (Palmas.)

O SR. EDSON PORTILHO (PT-RS) – Bom-dia a todos e a todas, saudando o Senador Paim, o Senador Mão Santa, o meu companheiro, Deputado Marcon, todos os companheiros e companheiras que fazem parte da Mesa e a companheira Rita, saúdo toda a família Silva e os militantes que estão aqui, nesta luta e caminhada de resistência. Com certeza, seremos vitoriosos.

Quero lembrar que a Lei nº 11.731, de 09 de janeiro de 2002, dispõe sobre a regularização fundiária de áreas ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos no Estado do Rio Grande do Sul. Ela é de nossa autoria, que representamos todo o conjunto do movimento negro gaúcho, e teve, no Decreto nº 41.498, de 25 de março de 2002, a sua regulamentação, assinando-o o então Governador Olívio Dutra. Esse decreto está vigorando no nosso Estado, portanto, ultrapassa Partidos e Governos. É um compromisso de Estado, assim, o Governador Rigotto também está comprometido com o cumprimento desse decreto e com o auxílio a essa luta e disposição de resistência.

Quero também lembrar aos dois Senadores que temos um convênio entre a Fundação Palmares e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, de junho de 2003, que também perpassa Partidos e Governos. É um convênio da Prefeitura com o Governo Federal, que trabalha pelo reconhecimento desse primeiro quilombo urbano do nosso País.

Cito essas leis e esses convênios para que possamos informar ao restante do País que estamos lutando, sim, pelas vias institucional e política, pela resistência e também buscando todas as redes de solidariedade.

Estivemos com o Prefeito Fogaça, que reafirmou esse convênio. Temos apoio dos Vereadores de Porto Alegre e da Secretaria Estadual de Segurança, que, no momento oportuno, impediu que lá fôssemos dizimados e que a violência campeasse naquele quilombo, porque fizemos pressão, porque telefonamos, todos nós, e mostramos ao Governo do Estado que se tratava de uma injustiça e de uma violência.

Também temos que registrar que procuramos o Juiz Lacerda. Depois de duas semanas de tentativas, conseguimos conversar com o Juiz e mostrar-lhe a importância desse quilombo urbano para Porto Alegre, para o Rio Grande do Sul e para o País. Pedimos a ele, Senadores Paim e Mão Santa, caso o processo retornasse às suas mãos, que repensasse e chamasse as partes antes de tomar qualquer atitude.

Procuramos, no Tribunal de Justiça, o Dr. Stefanelo, que nos ajudou por meio de um telefonema, naquela grande audiência, dizendo que o Tribunal de Justiça, respeitando o parecer do Juiz, tomasse uma posição como Poder e órgão público, e que nos aproximasse

do Juiz, fazendo as tratativas importantes para que pudéssemos comunicar, informar e dialogar.

Quero também registrar que pressionamos o Incra, que tivemos parcerias, que a Fundação Palmares e a Sepir foram fundamentais nesse processo e que conseguimos, por intermédio da pressão, da negociação e do diálogo, essa proposta concreta dos 100 dias que são necessários para que tenhamos a titulação. Mas, para que isso aconteça, precisamos desses 100 dias.

Pedimos aos Senadores Paulo Paim e Mão Santa que nos auxiliem no sentido de marcar uma audiência rapidamente, em Brasília, com o Ministro Miguel Rosseto, do Ministério do Desenvolvimento Agrário; com a Ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial; com o Ministro Gilberto Gil, do Ministério da Cultura e com o Ministro-Chefe da Casa Civil do Governo Lula para que possamos, juntos também com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, do Ministério da Justiça, ter o prazo necessário garantido, ou seja, para que, nesses 100 dias, nenhuma ação de despejo ocorra neste Quilombo; que nesses 100 dias possamos ter a tranquilidade para articular a mobilização, esclarecer e informar à opinião pública tanto deste Estado como do nosso País. Que possamos ter como exemplo o ano da igualdade racial, o ano em que aprovaremos o Estatuto da Igualdade Racial, elaborado pelo companheiro Paulo Paim, nosso Senador, o ano em que marcharemos até Brasília na Marcha Zumbi Mais Dez, enfim, o ano em que estaremos, sim, definitivamente lutando pelas quotas, lutando contra a anemia falsiforme, trabalhando para sua prevenção, e também trabalhando os currículos nas escolas municipais, estaduais e particulares deste País com o intuito de reafirmar a verdadeira história e a contribuição do negro. Além disso, temos também a religiosidade, que, há pouco tempo, sofreu um enfrentamento sério no Rio Grande do Sul de disputa, sim, com setores atrasados da nossa sociedade. Fomos vitoriosos, por causa da nossa mobilização e disposição de luta.

Queremos dizer aos Senadores Paulo Paim e Mão Santa que temos o compromisso com as quotas nas universidades, nos concursos públicos, na iniciativa privada, que farão com que esse abismo, essa distância ainda existente no País entre a comunidade negra e outras etnias possa diminuir. Para isso, as quotas são necessárias, por se tratarem de ações afirmativas, mecanismo que, agora, está sendo usado em nosso País, assim como o foi na Europa e em países desenvolvidos. Por isso não podemos dispensá-lo como importante contribuição e reafirmação.

Tenho a certeza de que sairemos desta audiência pública vitoriosos. Na próxima semana – e aqui vai mais

uma boa notícia –, na quarta-feira, às 17 horas, temos uma audiência marcada com o Governador Germano Rigotto. Portanto, gostaríamos de levar para essa audiência com o Governador um documento assinado pelos Ministros da República do Governo Lula, que pedirão apoio também da Brigada Militar e ação efetiva, enérgica e decisiva do Governador Germano Rigotto para que nenhuma força policial retire o sossego da Família Silva durante esses 100 dias.

Eram essas as minhas considerações.

Vamos continuar mobilizados! Só a mobilização vai conseguir a nossa vitória!

Muito axé! Titulação já! E até a vitória! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – É com muita honra que passo a palavra a este lutador e guerreiro, mostrando que a caminhada contra o preconceito é de brancos e de negros. Por isso, tive a alegria de dividir a presidência dos trabalhos do Senado da República e da Assembléia com o Deputado Dionilson Marcon.

Saiba, Deputado Marcon, que é com muito respeito e satisfação que passo a palavra a V. Ex^a, que é um daqueles que não deixam ninguém para trás. V. Ex^a está sempre do nosso lado em todos os momentos.

Com a palavra, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Dionilson Marcon. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Dionilson Marcon. PT-RS) – Obrigado, companheiro Senador Paulo Paim. Para nós é um grande orgulho ter em V. Ex^a um Senador sindicalista, negro e que representa o povo gaúcho e também o povo brasileiro, no que diz respeito às questões de discriminação racial, dos portadores de deficiências físicas, dos idosos, das crianças, enfim, de todos aqueles que precisam de um representante em Brasília.

Saúdo o Senador Mão Santa, saudar o companheiro Edson Portilho, companheiro que tem na sua face, no seu rosto, na sua cor, na sua raça a defesa do povo negro.

Quero aqui, companheira Miriam Marrone, em nome da Comissão de Direitos Humanos – não poderia ser diferente –, não só agradecer por essa ação como também pela parceria que a esta Comissão tem com o Ministério Público Estadual, com o Ministério Público Federal nessa ação de fazer ciúme a qualquer órgão federal, e aqui a representação dos órgãos federais e estaduais, mais do que esses órgãos.

E estamos aqui, Senador Paim, hoje nesta audiência – e fomos tomar café na Família Silva, com a companheira Rita – porque teve resistência. Essa luta

que envolve a questão da religião, a questão que a senhora disse muito bem, numa terra santa, para mim, igreja, terra santa só existe porque tem um povo que tem fé, que tem crença, que tem luta e mobilização.

Sou da Igreja Católica, companheiro Senador Paulo Paim. Outro dia, quando um padre da minha religião, que é um dos degraus da hierarquia, disse que temos que respeitar a Igreja. Eu respondi que respeito a Igreja primeiro respeitando o povo que entra na sua Igreja, e não só para respeitar o padre. (Palmas.) Então, só podemos ter fé e ter crença nesse momento em que o povo se organiza.

O companheiro Edson Portilho, incansável, disse que temos que mobilizar a Comissão de Direitos Humanos, mobilizar o povo dos sem-terra para vir aqui. Sou testemunha dessa articulação, podem ter certeza de que com o apoio e a luta... Quando fui lá e vi os pneus hoje de manhã, quinta-feira, amontoados, para se tentar escapar dessa luta, desse dragão que são os burgueses que estão lá, que são as imobiliárias, é uma luta de classe, companheiro. Não é pouca coisa que estamos enfrentando nesse momento. Não é brincar de casinha, como dizem as crianças muitas vezes. Estamos brigando contra o latifúndio urbano, contra as imobiliárias, contra aqueles que sempre oprimiram os trabalhadores do campo e da cidade, e vamos lá festejar o lugar da terra santa. E os 100 dias que o companheiro Edson Portilho pediu aqui são os 100 dias que o Governo Federal pediu para tentar dar o título já dessa área. E estamos pedindo para a Justiça bom senso: não botem os trabalhadores da segurança pública contra a Família Silva.

Obrigado. Até à vitória. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Meus amigos, estamos indo para o encerramento. É com muita alegria que passo a palavra a este meu companheiro de plenário, de caminhada, de jornada, nos debates da Previdência, do salário mínimo, enfim, principalmente no campo social, e que fez questão de me acompanhar, saindo de Brasília com a sua esposa, que também está presente, para participar desta audiência pública. Outro dia, eu dizia ao Mão Santa: Senador, quanto mais o conheço mais o respeito. No momento da divisão dos quatro Senadores desta Comissão, da qual ele é vice-Presidente, que queriam que ele fosse a outro Estado, ele disse: “Não, tenho compromisso com os quilombolas; tenho compromisso com os negros deste País, que são praticamente 50% da população. Desculpem-me, mas estou indo em direção ao Rio Grande com o Senador Paim”.

Mão Santa, sabe como foi importante para mim você ter vindo conosco, porque se você não viesse a audiência pública não seria realizada. Eram necessá-

rias as presenças do Presidente e de um outro Senador desta Comissão tão importante. Você está aqui e o Rio Grande te recebe de braços abertos. Tenha a certeza de quando você me chamar para uma audiência no Piauí, como você já sinalizou, para dialogar com a comunidade negra, com o movimento sindical, com os idosos, com os aposentados ou não, você sabe que lá também eu estarei.

Com vocês, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Peço permissão para saudar as autoridades, já que são tantas e importantes e eu poderia esquecer alguns nomes – ainda que involuntariamente, seria imperdoável –, na pessoa de uma mulher que encantou a todos nós pela firmeza de sua oratória: do Ministério Público Estadual, a Drª Miriam Balestro. E, da família Silva, saúdo todos na pessoa encantadora, companheira à minha direita: a Rita.

Meus senhores, encantadoras senhoras e adoradas crianças, estou aqui por dois motivos. O primeiro deles é para acompanhar o Senador Paulo Paim, figura extraordinária, de grandes conquistas. Resumiria: o salário-mínimo só atingiu os cem dólares pelo Paim. Ele é o pai dessa luta. É admirável a beleza do seu comportamento nas reformas, em defesa do idoso, dos aposentados. Além disso, fazemos parte da Subcomissão de Igualdade Racial.

O outro motivo foi vir ao Rio Grande do Sul, Estado muito importante na nossa história. Eu estava aqui atentamente ouvindo e pensando nessa história tão bela – há tantas coisas, mas ficaríamos apenas na Revolução Farroupilha: os gaúchos foram os primeiros a pensar numa república, o governo do povo, para o povo e pelo povo; Bento Gonçalves, com o compromisso de libertar os negros. Essa é a grande vergonha do Brasil: fomos o último país do mundo a dar-lhes a liberdade.

Depois de dez anos, com a luta do negro pelo ideal da liberdade, o pacto não foi obedecido. Essa é a verdade. Os negros mostraram que “a vida é luta renhida, viver é lutar, a vida é um combate que os fracos abate e os fortes e bravos só pode exaltar”. E eles foram esses bravos que deram o exemplo.

Essa história tão bonita, não bastasse essa guerra toda, trouxe Getúlio, João Goulart, Brizola, Alberto Pasqualini, Pinheiro Machado e, no presente, Paim, Pedro Simon, do meu partido, Zambiasi.

Olhem, o que vi ali é ridículo. Olhem a grandeza do mapa do Brasil! Atentai bem: menos de meio hectare para resgatar a nossa dívida com os negros que engrandeceram este País? Bastaria relembrar Castro Alves e o “Navio Negreiro”: onde estais, meu senhor, que não vês? Aquilo é ridículo, aquela faixa de terra.

Quantas mansões desses poderosos, ambiciosos, pecadores há neste País? Aquilo é ridículo.

Eu sou do Piauí. Fui prefeitinho e governei aquele Estado. É por isso que estou aqui: nunca permiti. Esses confrontos existem, e a Justiça tem de aprender. A justiça é divina! Não é de juízes aí, de quem não sei os interesses. A justiça é aquela que se referiu Cristo: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. Nós somos os bem-aventurados. Essa democracia nasceu por abuso dos absolutistas. O povo, decepcionado, foi às ruas e gritou: “liberdade, igualdade e fraternidade”. No Rio Grande do Sul, esse negócio... a democracia é contra poder mesmo. É para ser contra, para ter o equilíbrio: um erra, o outro freia. Nós estamos aqui para frear. É assim no Executivo. Eu fui freado pelo Poder Judiciário. É o equilíbrio. Essa ação é desequilibrada. Isso não é equilíbrio. É a vergonha. Isso é ridículo! Pela história, pela tradição e pelo simbolismo. O resto é conversa. Respeito todas as religiões – todas são boas –, mas, na minha, tem um mistério: três pessoas em uma só. Mas isso é ridículo para o presidente da República, para o governador e para o prefeito. Três pessoas numa só? Eles têm de estar aqui, para garantir a família – a família Silva, a família dos negros, a família dos brasileiros. Por isso, eu a escolhi. Não há coisa mais bonita do que o que disse um presidente branco, inspirado no livro de Deus: “A casa dividida é facilmente derrubada; este país não pode ser metade livre e metade escravo”. Outro, branco, John Fitzgerald Kennedy, o que disse? Estamos aqui com igual amor, igual, somos irmãos! Se nós, que somos autoridades, privilegiados, não olharmos por muitos que sofrem, esta sociedade livre perecerá. É esse quem sofre com uma família dessas. Angústia, estresse, indignidade, trauma! Que sociedade! Então, os três, o presidente da República, o governador do Estado e o prefeito... Isso não é um problema. É um exercício. É ridículo, uma área pequena... Um dinheiro dividido por essas três instituições, que pode negociar e dividir por um valor que está lá. Eu fiz muito isso. Fui prefeitinho e fui governador. Por isso, estou aqui. Valor que está lá inscrito, porque eu conheço todos esses pecadores, esses que especulam as terras. Os valores que eles atestam na prefeitura são ínfimos, para não pagar imposto, para reduzir. Então, já tem lei aí. Eu vou ao governador do Estado, que é do meu Partido... Está aí o prefeito (Palmas)... Façam um depósito e não permitam um momento de intranquilidade e infelicidade a esse povo. Simboliza essa independência que nós queremos.

É o seguinte: o Rio Grande do Sul, com essa história bela, tem uma. Olha, estou lendo um livro do Bill Clinton, onde ele afirma que o momento mais fe-

liz, que inspirou toda a sua luta, foi quando viu, pela televisão, Martin Luther King, o sonho. Lutou e teve muitas conquistas. E nós somos felizes porque o Rio Grande do Sul deu ao Brasil o nosso Martin Luther King. (Palmas.)

O nosso sonho é esse. E o que diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos? Diz que somos iguais, temos direitos inalienáveis à vida, à liberdade e à felicidade. À felicidade! É um direito deles e dessa família, e não vai ser o Rio Grande do Sul, que escreveu tanta coisa bonita, que vai permitir essa nódoa.

Então, queria dizer e atestar aqui, e acredito, pois sou um homem de fé... E sabem por quê? Porque, quando sentei aqui, vi muitas mulheres e contei: têm mais mulheres do que homens – gostei muito do seu discurso, você foi brilhante, advogada... Cristo se sentava com homens. Só homens na ceia! Deu o que deu. Todos fraquejaram. Todos fraquejaram. Anás, Cai-fás, Pedro, que era forte, os amigos. Todos, todos se banquetearam, discursavam, como nós, davam vinho para ele – não era chimarrão –, mas todos os homens fraquejaram. As mulheres, não! A mulher de Pilatos. A minha está ali: Adalgizinha. Pilatos era bom, mas fraquejou. Todos fraquejaram. Verônica venceu os militares. Maria! E teve um homem só – Cireneu – que ajudou Cristo.

Eu quero ser o Cireneu do Paulo Paim nesta vitória. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Dionilson Marcon. PT-RS) – Para fazer o encerramento desta grande audiência pública, organizada pelo Senado da República e pelo nosso companheiro, Presidente desta Comissão contra o Racismo, Senador Paulo Paim, quero informar que após a fala do Senador Paulo Paim teremos a cantora que vai cantar o hino riograndense. Depois, a Márcia vai dar dois avisos para encerrarmos esta audiência pública.

Como gaúchos, temos muito orgulho do nosso companheiro metalúrgico, que foi Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, foi o criador da Central Única dos Trabalhadores em nível nacional, do PT, o Deputado Federal mais votado do Rio Grande do Sul, e hoje é nosso Senador e companheiro, Paulo Paim. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT-RS) – Meus amigos e minhas amigas da Mesa e do Plenário – todos já foram citados aqui por diversas vezes –saio muito satisfeito desta audiência pública por tudo o que foi colocado e pelos encaminhamentos que foram feitos. Também quero informar, companheiro Edson Portilho, que sobre a proposta que aqui configurou, que liguei

para Brasília e consegui falar com dois ministros, e já está amarrado que, na semana que vem, teremos uma audiência em Brasília. Assunto: Quilombo Silva. (Palmas.)

Essa é a primeira proposta e vamos tentar colocar na mesa, pelo menos, quatro ministros.

Em segundo lugar, não tenho como não falar do Senador Mão Santa, pois ele é um patrimônio nosso. Já falei inúmeras vezes que não falarei mais dele. Poderia, neste momento, dizer para vocês que o símbolo desta caminhada, em primeiro lugar, Senador Mão Santa, sem sombra de dúvida, é a Família Silva.

A família Silva consegue essa unidade tão sonhada por todos nós: que os partidos políticos deixem de lado as divergências, quando a causa é maior; que as instituições também deixem de lado divergências que possam ter, quando a causa efetivamente é justa.

Estão aqui o Movimento Sindical brasileiro, as entidades, as ONGs, advogados, Deputados Federais e Estaduais, Vereadores. A prefeitura quer uma coligação, o Governo do Estado quer outra, o Governo quer outra, unidos pelo interesse da família Silva.

Por isso, a família Silva é um símbolo de que é possível acertarmos neste País, quando deixarmos de lado as questões pequenas e pensarmos no interesse da população deste querido Brasil.

Ouvi algumas críticas. Não pensem que não estamos sofrendo, por exemplo, com o debate em Brasília sobre as CPIs. Foi duro, mas entendo que a vontade popular prevaleceu. E, no nosso entendimento, com relação à CPI dos Correios ou do Mensalão, doa a quem doer, doa em que partido for, o Governo Lula irá até o fim nessa questão. Podem ter certeza absoluta: doa a quem doer, o Governo Lula vai até o fim!

Claro que é correto mobilizar. Eu vim do movimento sindical. Não me esqueço da caminhada que fizemos de Porto Alegre, não é, companheiro Adão? Gostaria que você se levantasse e que a platéia desse uma salva de palmas ao guerreiro Adão. Você lembra aqueles momentos daquela caminhada. E há muitos outros aqui. Nós lutamos para construir o processo democrático. Foi duro! Aqueles que exploraram este País e que nos escravizaram por mais de 500 anos, por favor, não queiram que o Presidente Lula, em dois anos e meio, resolva tudo o que vocês não fizeram. Não queiram, porque é impossível que isso aconteça.

Para mim, não tem governo perfeito. Nós fizemos muito e há muito o que fazer. E a mobilização popular tem que acontecer. Mas o Governo Lula não iria conseguir, em dois anos e meio, fazer o que essa elite não fez e destruiu, mantendo, inclusive, a população negra sob regime de escravidão por cerca de 400 anos e, por

que não dizer, até por 500 anos! É só ver a realidade hoje do povo negro.

Não vou repetir aqui os dados. Quem continua na base da pirâmide em todas as áreas? É o povo negro. Quem está sendo escoraçado, expulso de sua legítima terra, onde seus familiares moram há mais de 100 anos? É o povo negro! (Palmas.) Claro que todos nós temos uma dívida enorme com negros e brancos que ficaram marginalizados por séculos e séculos. Temos de construir este novo momento, e a família Silva, aqui presente, está dando esse sinal.

Ao olhar para a família Silva, poderia pedir a qualquer uma que se levantasse, para eu fazer uma homenagem. Mas quero fazê-la a uma pessoa que não é do Rio Grande e que se chama – já aprendi a pronunciar seu nome, por tantas vezes em que o Senador a cita da tribuna – Srª Adalgisa.

Adalgisa, gostaria que se levantasse. A senhora representa aqui as mulheres brancas e negras. Pediria que a representante da família Silva se levantasse também e que a senhora ficasse de pé, Adalgisa. E vamos dar uma salva de palmas coletivas às mulheres brancas e negras que lutam pela liberdade, pela igualdade, pela justiça.

Pediria que toda a família Silva se levantasse. Penso que a melhor forma de encerrar esta reunião é dizer que haveremos de levar a Brasília tudo que aqui for dito. Vamos interagir, como disse o Senador Mão Santa, para que esse pequeno sonho, perto da realidade brasileira, torne-se realidade.

O Quilombo Silva passará a ser exemplo para o resto do Brasil. Vem, então, um pouco de orgulho, Senador Mão Santa. Como é bom estar aqui, no nosso Rio Grande, e dizer que estamos caminhando com a família Silva nessa grande cruzada nacional, para que, em cerca de cinco mil quilombos, seja efetivamente garantida a titularidade da terra aos remanescentes do grande Zumbi dos Palmares.

Oxalá, oxalá, no dia 20 de novembro, data de Zumbi dos Palmares, já tenhamos o Estatuto da Igualdade Racial, que garante a titularidade aprovada.

Concluo, dizendo: não vamos dividir-nos. Vocês sabem o que estou falando. Sei que existem duas datas para a Marcha Zumbi + 10. Não vamos permitir – não temos esse direito, é uma irresponsabilidade – duas datas da Marcha Zumbi + 10. Zumbi + 10 é uma data somente. Nós estaremos todos em Brasília. Vamos seguir o exemplo da família Silva, que conseguiu unificar todos, ultrapassando as siglas, como eu dizia.

Se a Marcha Zumbi + 10 tiver de ser no dia 16, que o seja. O que não pode acontecer é nos dividirmos. Sei que não compete a mim, aqui, fazer a defesa do dia. Sei que existe o dia 16 e, parece-me, outro

dia. Mas, se a marcha tiver de ser no dia 16, vamos ter humildade.

Edson, olho para você. Sei que você foi fundamental em todo esse processo. Você é que ficou secretariando-nos. Sabe quem tem humildade? Os grandes homens. Aquele que não tem humildade e que não é generoso nas suas posições não é um grande homem.

Grande homem, grandes mulheres, grande família, família Silva, negros e brancos aqui representados na Mesa e que têm compromisso com essa caminhada em nome de tantos quirombolas, em nome de negros e brancos que sonham transformar este País em outro: no país da justiça, da liberdade, da igualdade, sem corrupção. Não temos o direito de dividir-nos.

Vivam brancos e negros! Viva a família Silva! Viva o Brasil sem corrupção!

Um abraço a todos vocês. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Dionilson Marcon. PT-RS) – Obrigado, companheiro Senador Paulo Paim. Gostaria de pedir a permissão dos companheiros para ouvirmos o hino riograndense cantado pela companheira Cláudia Quadros.

Peço que fiquem todos de pé para cantarmos o hino riograndense.

A SRª CLÁUDIA QUADROS – Antes de fazer a interpretação, gostaria de dizer que fizemos uma pequena alteração, como Movimento Negro, na letra do hino do Rio Grande, que executo com o maior orgulho. Começamos a reparação pelo nosso hino que entendemos ter um trecho equivocado.

(Procede-se à execução do Hino do Rio Grande do Sul.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Dionilson Marcon. PT-RS) – Obrigado, companheira Cláudia.

Agora, um minuto para os avisos da companheira Márcia.

A SRª MÁRCIA – Companheiros, estamos com uma coordenação de mobilização do movimento que intitulamos de Comitê de Apoio ao Quilombo da Família Silva. Estamos pedindo apoio dos companheiros para que passem lá no quilombo e nos visitem. Estaremos de plantão durante todo o dia. Estamos pedindo uma colaboração financeira também, porque gera um custo a manutenção desse nosso comitê de resistência. Pedimos, então, aos gabinetes, aos Parlamentares,

ao movimento social, contribuição financeira para a nossa manutenção.

Domingo, às 16 horas, estaremos fazendo a nossa plenária popular. A ata que foi entregue ao nosso Senador foi em virtude da nossa plenária popular e estaremos realizando outra no domingo, às 16 horas, no quilombo.

Queremos deixar bem claro que este movimento não é de um, nem de dois, não é de Parlamentar, não tem nome. O nosso movimento tem apoio ao Quilombo da família Silva. A família Silva é e será sempre o centro da nossa ação. Não é promoção pessoal para ninguém e para nenhum movimento. É da família Silva.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Dionilson Marcon. PT-RS) – Obrigado, companheira Márcia.

Queremos agradecer, em nome da Comissão de Direitos Humanos, a presença do Senador Mão Santa, do Piauí, que está aqui, e ao nosso Senador Paulo Paim, e em nome dele, agradecer a todos e a todas que estiveram aqui no dia de hoje.

Um bom dia a todos.

Muito obrigado. Até a vitória. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião.)

Ata da 6ª Reunião (Ordinária) da Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão, no Âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, Convocada Para o Dia 23 de Junho de 2005, Quinta-feira, às 10:00 Horas, na Sala nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e três de junho de dois mil e cinco, na sala nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **PAULO PAIM**, reúne-se a **SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO** com a presença dos Senhores Senadores: **ROMEUTUMA, REGINALDO DUARTE, FLEXA RIBEIRO E CRISTOVAM BUARQUE**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente reunião tem como objetivo o item único da pauta, o **Requerimento nº 03, de 2005-IRI**, de autoria do Senador Paulo Paim, de Audiência Pública, com vistas a tratar das questões raciais atinentes ao “negro na mídia”, “dia da consciência negra” e do “estatuto da igualdade racial”, a ser realizada no dia 30 de junho de 2005, às 10 horas, com a participação da Ministra da Secretaria Especial para Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPIR, Senhora Matilde Ribeiro; do Presidente da Fundação Palmares, Senhor Ubiratan

Castro; de Deputados Federais e Estaduais e especialistas a serem definidos. Passa-se a Presidência ao Senador Flexa Ribeiro, e passa a usar a palavra o Senador Paulo Paim. Não havendo mais quem queira usar da palavra o Senhor Presidente coloca em votação o Requerimento que é aprovado. Reassume a presidência o Senador Paulo Paim. Usaram da palavra os Senhores Senadores: Paulo Paim e Flexa Ribeiro; Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e quarenta minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Subcomissão da Igualdade Racial e Inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Declaro aberta a 6ª reunião ordinária da Subcomissão da Igualdade Racial e Inclusão, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Item único. Requerimento de autoria deste Presidente, Senador Paulo Paim, que requer realização de audiência pública com vistas a tratar de questões raciais atinentes ao negro na mídia, Dia da Consciência Negra, Estatuto da Igualdade Racial, no dia 30 de junho de 2005, às onze horas.

Sugerimos uma série de convidados como a Ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Ubiratan Castro, Presidente da Fundação Palmares, Deputados Federais, Senadores, Deputados Estaduais, Vereadores e outras Lideranças a serem definidas pela própria Comissão.

Passo a Presidência ao Senador Flexa Ribeiro para que eu possa defender o requerimento que ora citei e que está em debate.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro, primeiro quero dizer da nossa alegria de estar aqui com V. Exª, presidindo mais uma reunião da Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão.

Ressalto ainda que foi muito importante o apoio de V. Exª para que fosse realizada, em Porto Alegre, em nome do Senado da República, via esta Comissão, uma audiência pública para debater a questão dos quilombolas no Brasil, principalmente do Quilombo Silva, na capital. Representantes do seu partido estiveram na audiência e manifestaram todo apoio; o Senador Mão Santa falou em nome de todos os Senadores. V. Exª não pôde estar presente – todos sabemos – porque deveria relatar uma medida provisória importantíssima

para o Governo, para a Oposição e para a sociedade brasileira. Quero, contudo, que fique assegurado aqui, de público, que aceito o convite de V. Exª para continuarmos, no seu Estado, esse belo debate sobre a titularidade dos quilombolas.

Senador Flexa Ribeiro, requeiro que esta Subcomissão, que V. Exª no momento preside, realize uma audiência pública, aqui, no Senado da República, para discutir o Estatuto da Igualdade Racial – as outras duas matérias citadas no requerimento estão no Estatuto.

O Senador Rodolpho Tourinho, Relator da matéria no Senado, também será convidado.

Por que sugeri o dia 30 de junho? Porque do dia 30 de junho a 2 de julho se realizará aqui em Brasília a 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, para debater questões relacionadas à igualdade e aos preconceitos, e um dos temas será o Estatuto da Igualdade Racial, que é de nossa autoria e que V. Exª tem ajudado no debate para a formulação final. Estarão presentes nesta Conferência Ministros, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Vereadores, Lideranças do movimento negro e organizado e outros especialistas, brancos e negros, no assunto. Em sendo assim, as lideranças interessadas já estarão em Brasília e teremos praticamente custo zero, se aprovarmos o requerimento para realizarmos essa reunião no dia 30 de junho. Já falei com a Ministra Matilde, com o Sr. Ubiratan Castro, com representantes de Ministérios que correspondem a esse tema e todos se dispõem a vir aqui e discutir conosco a importância da aprovação nesse ano do Estatuto da Igualdade Racial.

O Presidente Lula decretou este ano o Ano da Igualdade Racial e devemos aprovar o Estatuto da Igualdade Racial, mas V. Exª sabe que depende muito da vontade da Base do Governo. Sou da Base do Governo. V. Exª não é, mas tem compromisso com essa causa, e posso atestar isso por todas as vezes que estivemos juntos. Se a Base do Governo quiser – a Oposição também tem se mostrado favorável –, aprovaremos o Estatuto e poderemos sancioná-lo ainda este ano, como aconteceu com o Estatuto do Idoso, em que todos trabalhamos, Situação e Oposição, e o Presidente Lula sancionou há mais ou menos um ano e meio.

Então o requerimento de que ora peço aprovação é no sentido de que seja realizada audiência pública aqui no Senado da República com todas as lideranças, aproveitando, assim, a oportunidade da 1ª Conferência Nacional de todos aqueles que têm compromisso na luta contra os preconceitos, que, no meu entendimento, vão alavancar, vão incentivar a Casa a aprovar rapidamente o Estatuto da Igualdade Racial.

Era essa a minha análise do Estatuto, que trata de todos os temas voltados à comunidade negra. Sempre digo, e V. Ex^a é testemunha, negros e brancos, porque a aprovação de uma política dessa interessa a todos.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Senador Paulo Paim, é uma honra presidir, neste instante, a Subcomissão da Igualdade Racial em substituição a V. Ex^a e também ter o privilégio de colocar em votação o seu requerimento para que se faça essa audiência pública da maior importância. A nação brasileira é testemunha da sua luta, da batalha, que V. Ex^a desenvolve diuturnamente para que a desigualdade seja diminuída e extinta de uma vez por todas. Tenho certeza absoluta de que essa audiência pública se realizará neste dia 30 de junho, proposto por V. Ex^a, com a presença de todas as autoridades convidadas, e será da maior importância para que se possa ver aprovado, no menor prazo possível, o Estatuto pelo qual V. Ex^a tanto se empenha no Congresso Nacional.

V. Ex^a colocou aqui que a vontade política para aprovação depende da base do governo, depende da oposição. Desejo dizer que pode contar com a oposição para que se tenham os votos necessários pela aprovação no menor tempo possível. Tenho absoluta certeza de que os seus pares, no Senado Federal, que fazem essa oposição construtiva não lhe faltarão com os votos para que essa aprovação tão importante do Estatuto se faça rapidamente, com uma posterior sanção do Presidente e uma promulgação por lei. Dessa forma, teremos um instrumento para que essas desigualdades sejam extintas e essa sua luta seja reconhecida por toda a nação brasileira.

Lamento, e desejo que fique aqui registrado, não ter podido estar presente na audiência que ocorreu em Porto Alegre, porque, como V. Ex^a bem ressaltou, estava relatando a Medida Provisória nº239. Mas renovo aqui o convite para a visita ao Estado do Pará, que, para nós, será muito honrosa.

Em votação o requerimento para audiência pública a realizar-se no dia 30 de junho de 2005, às onze horas, com vistas a tratar de questões raciais atinentes ao negro na mídia.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Retorno a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro, se V. Ex^a me permitir, ainda desejaria que permanecesse na Presidência!

Agradeço as suas palavras generosas, e diria que não pelo meu trabalho, mas pelo nosso trabalho que estamos fazendo aqui no Congresso Nacional.

Sou testemunha da posição de V. Ex^a em relação à Oposição. Pode ter certeza, Senador Flexa Ribeiro, que não sou daqueles que diz que a Oposição joga no time do quanto pior, melhor. Entendo de modo diferente. A Oposição tem que cumprir o seu papel de fiscalizador, de aprovar os projetos que a Oposição entender adequados e de ser contra os que, no entendimento da Oposição, não sejam adequados ao País. Respeito a Oposição, agora como a Situação, do mesmo modo de que fui respeitado quando era Oposição. Por diversas vezes fui recebido pelo Presidente da República e pelos Ministros, que ouviam as minhas ponderações. Posso dizer que em todas as vezes que solicitei audiência nunca deixei de ser atendido nem pelo Presidente da República nem pelos Ministros de Estado. Dou esse depoimento para ratificar minha relação muito respeitosa com a Oposição. Penso que isso faz parte do jogo democrático. Pobre do país que não tem uma oposição qualificada e competente, e que faça o bom debate, porque é assim que o país cresce!

No que diz respeito à questão das duas CPIs, desde o primeiro momento – V. Ex^a é testemunha – sempre fui a favor delas. Uma denúncia, com a feita contra os Correios, mostrando aquela imagem, que está gravada na mente de todo o País tem que ser apurada! Há também a denúncia do mensalão, que é grave, e for verídica, tem que ser investigada pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, e, sobretudo, pelo Parlamento, porque envolve Partidos e, conseqüentemente, Parlamentares!

Faço esse depoimento como reconhecimento do caminho percorrido por V. Ex^a, que é um Parlamentar tranqüilo, um Parlamentar do diálogo e do entendimento. V. Ex^a, eu sei, é o melhor para o País! Ainda nessa semana V. Ex^a dizia-me, quando fui conversar com V. Ex^a, que iria se encontrar com Líderes da Situação e da Oposição – não vou citar nomes – com o intuito de buscar uma pauta positiva. Dou esse depoimento com muita tranqüilidade. O País, de fato, está em um momento delicado da vida política nacional, mas haveremos, dentro dos parâmetros legais e na defesa do processo democrático – sei que essa é também a posição de V. Ex^a –, de encontrarmos o caminho. Doa a quem doer, vai ter que ser investigado! Quem cometeu algum delito em detrimento da questão pública e do interesse da população, vai ter que responder, com a seriedade e com a responsabilidade, o que a lei exige.

Por isso, sendo eu um Parlamentar da Base do Governo e V. Ex^a da Oposição, aqui estou demonstrando que o diálogo é muito bom! E é isso que estamos fazendo nesse momento.

Parabéns a V. Exª pela conduta e a forma como V. Exª tem conduzido essa busca do entendimento para o que for melhor para o País!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senador Paulo Paim, agradeço as palavras de V. Exª. Quero registrar que muito me honra esse diálogo respeitoso que fazemos de forma construtiva e também a posição respeitosa e construtiva que V. Exª exerce na Base do Governo.

A alternância do poder é democrática, porque faz com que haja crescimento e melhoria nas condições de vida da sociedade. É isso que todos nós buscamos; é isso o que o povo brasileiro, ao nos eleger como seus representantes no Congresso Nacional, espera de todos nós.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode ter a certeza de que, de nossa parte, e sei que o mesmo acontece com os nossos companheiros que fazem, aqui, a Oposição, que – repito – é construtiva, terá o nosso apoio para a sustentação do regime democrático e do mandato de Sua Excelência. Em nenhum momento se cogitou qualquer tipo de processo de interrupção no Governo. Pelo contrário. Sempre defendemos, no discurso e na prática, a manutenção e a continuidade pacífica e construtiva, porque todos nós queremos o melhor para a Nação brasileira. Sua Excelência pode contar com a Oposição, com bem disse V. Exª, naquilo que visa à melhoria para o País e para a qualidade de vida da sociedade brasileira. E V. Exª tem, no plenário, nas Comissões e no dia-a-dia em seu gabinete, desenvolvido esse diálogo construtivo que conduz, com certeza absoluta, para o consenso, para a construção de melhores dias para o futuro desta Nação e para todos aqueles que aqui representamos no Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Após as palavras do Senador Flexa Ribeiro, e mediante o entendimento pela aprovação, por unanimidade, desse requerimento, que entendo fundamental, encerraremos esta reunião.

Tenho certeza do bom debate a que todos assistiram por intermédio da TV Senado, diria melhor, a essa conversa, a esse diálogo travado entre dois Parlamentares – um da Oposição e o outro da Situação –, que têm compromissos com o Brasil.

Senador Flexa Ribeiro, quero dizer que tanto a posição de V. Exª quanto à do seu Partido não seria outra, a não ser a expressada por V. Exª. Talvez alguns não a tenham entendido; mas eu a entendi. Ou seja: V. Exª expressa o mesmo que os movimentos sociais, hoje, nas ruas, estão pedindo: ética na política e que não haja corrupção. Tudo isso em defesa da democracia e da governabilidade, diria até da própria democra-

tização da economia. Ao dizer essa frase, assumindo a responsabilidade sobre ela, digo que é necessário interagirmos mais com a sociedade e que não tenhamos uma administração tão centralizada.

Agradeço, uma vez mais, a V. Exª.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 40 minutos.)

Ata da Décima Segunda Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada no Dia Dezesseis de Junho do Ano de Dois Mil Ee-Cinco, às 10:00 Horas.

Às dez horas do dia dezesseis de junho do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **JEFFERSON PÉRES, ROMEU TUMA, EDISON LOBÃO, EDUARDO AZEREDO, JOSÉ AGRI-PINO, HERÁCLITO FORTES, JOSÉ JORGE, SERYS SLHESSARENKO, SERGIO ZAMBIASI, ROBERTO SATURNINO, ÁLVARO DIAS, PEDRO SIMON, HÉLIO COSTA, MARCO MACIEL, RODOLPHO TOURINHO, FLEXA RIBEIRO, LÚCIA VÂNIA e ARTHUR VIRGÍLIO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Presença também do Senador **JOSÉ SARNEY**, não-membro da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada e passa a presidência para o Senador Eduardo Azeredo. **Item 1:** Mensagem (SF) nº 114, de 2005, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular”. O Senhor Presidente passa a palavra ao relator, Senador **CRISTOVAM BUARQUE**. Faz uso da palavra o Senador **HERÁCLITO FORTES**. **Item 3:** Mensagem (SF) nº 154, de 2005, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, Ministro de primeira classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha”. O relator, Senador **HERÁCLITO FORTES**

faz a leitura de seu relatório. **Item 02:** Mensagem (SF) nº 153, de 2005, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor CLODOALDO HUGUENEY FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de delegado Permanente do Brasil em Genebra”. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador **CRISTOVAM BUARQUE** para fazer a leitura de seu relatório. Os Senadores **HERÁCLITO FORTES** e **JOSÉ SARNEY** fazem uso da palavra. O Senhor Presidente, em exercício, Senador Eduardo Azeredo, passa a presidência ao Senador Cristovam Buarque. Fazem uso da palavra os Embaixadores **SÉRGIO FRANÇA DANESE**, **CLODOALDO HUGUENEY FILHO** e **LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA** para suas exposições de motivos. O Senhor Presidente passa a palavra aos Senadores **HÉLIO COSTA** e **ROMEU TUMA**. A Reunião torna-se secreta. Reaberta a Sessão, o Senhor Presidente informa terem sido aprovados os Embaixadores pela unanimidade de quatorze votos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA DÉCIMA SEGUNDA
REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA
SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO
DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL, REALIZADA NO DIA DEZESSEIS
DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO,
ÀS DEZ HORAS.**

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura.

Submeto à Comissão da dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Dispensada.

Antes de passar à apreciação da pauta, passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, tendo em vista que sou o relator de duas mensagens.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Isso é um privilégio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB-MG) – **Item 1:**

Mensagem nº 114, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Sérgio França Danese, Ministro de Segunda classe da carreira de Diplomata da carreira do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Cristovam Buarque, nosso Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT-DF) – Sr. Presidente, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Sérgio França Danese, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira Diplomática para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

Considerando o adiantado da hora em que nós começamos a reunião hoje, eu vou “enxugar” ao máximo o meu parecer, dizendo apenas que o Sr. Sérgio França Danese bacharelou-se em Letras Modernas pela Faculdade de Letras e Ciências Humanas da universidade de São Paulo; que em 1984 foi Segundo Secretário; na burocracia do Itamaraty, serviu na Divisão das Américas – Meridional, no Departamento das Américas, na Divisão de Fronteira, na Secretaria-Geral das Relações Exteriores, no gabinete do Ministro das Relações Exteriores, foi Subchefe e porta-voz do Ministro e, no Instituto Rio Branco, na qualidade de professor.

Serviu missões diplomáticas brasileiras em Washington (de 1987 a 1989), no México (em 1990), em Paris (em 1998), em Buenos Aires (em 2003) e foi laureado, no Grau de Comendador, com a Ordem Nacional do Bernardo O’Higgins, do Chile, com a Ordem Nacional do Suriname, com a Ordem Nacional da Itália, com a Ordem do Rio Branco, com a Ordem do Infante D. Henrique, de Portugal. No grau de oficial, recebeu a Ordem Nacional da Águia Asteca, do México; a Ordem Nacional do Mérito, da França; a Ordem do Mérito da Aeronáutica; a Cruz do Mérito da Alemanha; a Ordem do Mérito Simon Bolívar, da Venezuela; a Ordem Nacional do Cedro, do Líbano; a Legião da Honra, da França; a Legião do Libertador San Martín, da Argentina.

Eu vou evitar as referências à importância da República Argelina Democrática e Popular nas relações com o Brasil, até porque o próprio Embaixador Danese pode falar sobre isso. Quero apenas dizer que, diante do exposto, em cumprimento ao que dispõe o art. 52, IV, da Constituição Federal, que é submetida a escolha do Senador Sergio França a esta Comissão, que dou o meu parecer favorável com muito prazer. Pedi para ser o relator porque eu tenho a honra – não sei se é

honra ou um constrangimento etário, porque mostra a minha idade – de que é o primeiro ex-aluno meu do Instituto Rio Branco que vai ao posto de Embaixador. Significa que eu estou ficando velho, mas significa também que vejo coroados o trabalho que fiz naquele Instituto muito (inaudível).

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ou, então, que o Itamaraty está escolhendo embaixadores jovens.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT-DF) – Pode ser também.

Então, diante disso, o parecer, Sr. Presidente, é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB-MG) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Indago de V. Exª se quer fazer ou outro relatório ou se nós passamos a palavra para o Embaixador.

Antes de passar a palavra para o Sr. Sérgio França Danese, peço ao Senador Cristovam Buarque que, como Relator, também possa relatar o **item 02**, a Mensagem nº 153, de 2005, que submete à apreciação do Sr. Clodoaldo Huguene Filho, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT-DF) – Sr. Presidente, o Senador Heráclito Fortes tinha pedido para que ele pudesse dar o seu parecer anterior, ao que cedo, em primeiro lugar, pelo meu respeito e amizade, mas também porque ele deve ter saído daqui para trabalhar na CPI, e, se eu não fizer isso, vão dizer que eu já estou tentando manipular a CPI, que eu já estão chamando de chapa branca.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Tenho certeza de que a cor da chapa de V. Exª é outra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Ainda mais depois da reunião secreta que fizeram hoje com três membros do PT.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL - PI) – Na realidade, Sr. Presidente, além de hoje ser um dia de congestionamento muito grande de comissões em funcionamento, nós temos, eu e o Senador Romeu Tuma, um evento, promovido pelo nosso partido, o PFL, que nos tomará o dia inteiro. E cada um de nós tem tarefas nesse evento que tratará da refundação do PFL. É recriar sem criar de novo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT - DF) – Para dar o exemplo ao PT.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB-MG) – Com a palavra, V. Exª, então, Senador Heráclito Fortes, para relatar o **item 03**, a Mensagem nº 154,

que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr Luiz Felipe.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL - PI) – Na realidade, o PFL está fazendo hoje o que o Senador Pedro Simon gostaria muito, de refundar o PMDB, para se livrar de alguns contrapesos que tem lá. Um dia ele chegará a isso.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, evidentemente, o meu relatório sobre a indicação do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, encontra-se sobre a bancada e cada um já deve ter tido acesso ao seu teor.

Portanto, Sr. Presidente, peço permissão para deixar a burocracia formal, que evidentemente fará parte dos anais da Casa, até porque se não tivéssemos a formalidade a cumprir, o Embaixador Seixas Corrêa dispensaria um relatório.

É uma das maiores figuras que o Itamaraty tem na atualidade, possui um currículo exemplar, uma carreira que honra a todos nós, que orgulha o Brasil e que orgulhou por onde passou. Foi embaixador competente no México, na Espanha, na Argentina e, ultimamente, desempenhou como poucos a sua missão em Genebra.

Eu acho que a carreira ganha muito com a indicação do Embaixador para a Alemanha, que é um País que hoje desponta com uma grande possibilidade de parceria com o Brasil. E precisamos, acima de tudo, de um negociador sereno mais firme. Tenho certeza que a nossa embaixada estará muito bem entregue ao Embaixador Seixas Corrêa.

Portanto, eu me dispensaria de fazer maiores comentários porque a sua história, a sua biografia, por si só, fala sobre esse nome que se encontra aqui para a aprovação do Senado Federal que, tenho certeza, receberá carinhosamente a acolhida de todos.

Por fim, quero me congratular com o Embaixador Sérgio Danese e com o Embaixador Clodoaldo, que também vão desempenhar missões da mesma maneira fascinante.

O Embaixador Clodoaldo substituirá o Embaixador Seixas Corrêa e o Embaixador Sérgio irá ocupar a Embaixada da República da Argélia, o que é um desafio. Tenho certeza também, pela competência que os dois possuem, que estarão desempenhando muito bem o papel de representar o Brasil por aí fora.

Termo dizendo que o Itamaraty está de parabéns em mandar, nesta manhã, uma trilha de diplomatas que honram o Brasil e a diplomacia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB-MG) – Feita a inversão de pauta e concluída a exposição do relator, vamos dar continuidade, antes de ouvir

os Embaixadores, concedendo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para o relatório sobre o Embaixador Clodoaldo Hugueney Filho.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT - DF) – Tenho a mesma idéia de apressar o relatório, até porque temos hoje aqui, além do Sérgio Danese, dois embaixadores relacionados com a OMC e pedi a cada um dos dois que, na hora posterior à exposição, que será sigilosa, não apenas se referissem aos aspectos dos cargos para onde vão, um para a OMC e o outro para a Alemanha, pedi, especialmente ao Embaixador Seixas Corrêa, que nos fale um pouco sobre como foi a sua experiência, durante a sua candidatura, para a Presidência da OMC.

Penso que será uma oportunidade que nós Senadores teremos de saber como se deu esse trabalho e o que aconteceu.

Ao mesmo tempo, os dois vão falar sobre as relações nossas no futuro, que passam pela OMC.

No que se refere, Sr. Presidente, ao relatório, que eu passo a ler, diz respeito à nomeação do Sr. Clodoaldo Hugueney Filho, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer...

Presidente José Sarney, é um prazer tê-lo nesta Casa, que V. Exª já presidiu.

Passo a ler, então, Presidente José Sarney, o relatório sobre a indicação, pelo Senhor Presidente da República, do nome do Embaixador Clodoaldo Hugueney Filho, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra.

A Constituição, como todos sabem, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar essa nomeação.

A leitura do currículo do Embaixador indica que S. Exª é Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ingressou no curso preparatório do Instituto Rio Branco em 1963 e ascendeu ao nível de Ministro de Primeira Classe em 1990. Entre as divisões a que serviu no Itamaraty esteve a de Secretaria-Geral para Assuntos da Europa Ocidental, Departamento Econômico, Divisão de Política Comercial, Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos e a Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração Econômica e Comércio Exterior.

Foi Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral de Santiago, Conselheiro na Embaixada de Londres, Embaixador Brasileiro na Venezuela. Ainda chefiou delegações brasileiras em importantes negociações internacionais, como a reunião de peritos governamentais do Sistema Econômico Latino-Americano (Sela), a segunda rodada de negociações sobre o acordo têxtil Brasil-

Estados Unidos, 21ª Reunião do Conselho Latino-Americano do Sela, a Quarta Reunião do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço, a Oitava Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica, a Terceira Reunião de Países Doadores para o Timor Leste, 11ª e 12ª Reuniões do Comitê de Negociações Comerciais da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a 9ª Reunião do Comitê de Negociações Bi-Regionais, a Reunião de Altos Funcionários de Grupos e Reunião do Conselho-Geral da Organização Mundial do Comércio.

Acho que se pode ver que é um Embaixador preparado para negociar, que é a principal tarefa de quem vai ficar como nosso Delegado em Genebra. Seu alto desempenho diplomático fez com que fosse laureado com a Ordem de Rio Branco, com a Ordem do Libertador, da Venezuela; com a Ordem ao Mérito, na Colômbia; com a Ordem da Águia Asteca, no México, no grau de Banda.

Em razão de todos os temas importantes e desafios a serem enfrentados pelo Brasil em todos esses fóruns que estão em Genebra, como a Conferência em Armamento, a Comissão de Direitos Humanos, o Alto Comissariado das Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde, a Organização Internacional do Trabalho, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual e também – mas não... É por acaso que está em último – a Organização Mundial do Comércio, que é um dos setores que mais toma conta da agenda da política externa de qualquer País, hoje, do mundo.

Por tudo isso e pelo seu passado de negociador é que seu nome foi indicado e, tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, nós acreditamos – é o nosso parecer – que o Embaixador Clodoaldo tem todas as condições para ser o nosso Delegado em Genebra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Se possível, sugeriria a V. Exª que autorizasse o início da votação, uma vez que estamos aqui com tempo para compromisso...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – A Presidência ainda está com o Senador Eduardo Azeredo.

Meu parecer é favorável.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Presidente Eduardo Azeredo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB-MG) – De acordo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Apelando para o espírito mineiro de V. Exª de sempre ser conciliador e sempre compreender a agonia dos outros, que autorize o início da votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB-MG) – Concedo a palavra ao Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB-AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, sei perfeitamente que agora a Comissão vai passar à segunda parte de seus trabalhos. É uma parte que deve ser secreta mas, se V. Ex^a permitir, queria fazer apenas uma declaração que não é de voto - porque não pertenço à Comissão, mas sobretudo que é do meu dever de consciência.

Estamos hoje no Senado recebendo três grandes expressões da diplomacia brasileira: o Embaixador Clodoaldo tem uma grande tradição de trabalho e de colaboração com as relações diplomáticas do Brasil, cujo currículo acabou de ser lido e conhecido pela Comissão, mas tenho, sobretudo, um dever de consciência – como disse, afetivo – diante dos dois outros que estão sendo aqui inquiridos. O Embaixador Sérgio Danese comigo trabalhou durante muito tempo e presto o testemunho do seu talento, da sua cultura, da sua dedicação ao trabalho, do seu conhecimento já consagrado em muitos livros que escreveu. Estamos tendo a certeza de que o Brasil continua na tradição do Itamaraty, Instituto Rio Branco, a mandar para o exterior homens de grande expressão e de grande capacidade.

Quanto ao Embaixador Luís Felipe de Seixas Corrêa, tenho a suspeição, não digo da amizade, mas da profunda admiração que tenho por ele. É um homem que, na história do Itamaraty, poucas vezes temos um profissional do seu quilate e da sua capacidade, como ele tem demonstrado nos vários postos que tem exercido, como Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador no México e agora mesmo no excelente trabalho que ele fez na Delegação Permanente em Genebra e na OMC. Portanto, fico feliz de que agora ele tenha um novo posto, que mantém a continuidade da sua carreira, certo de que sempre teremos no Embaixador Seixas Corrêa um dos homens mais competentes deste País não somente no setor da diplomacia, mas também no conhecimento da história do Brasil, no conhecimento dos problemas nacionais, no seu conhecimento de literatura, no seu conhecimento humanístico. Portanto, fico muito feliz de ter essa oportunidade de, de público, dizer isso que me senti no dever de dizer em relação ao Embaixador Clodoaldo, ao Embaixador Sérgio Danese e ao Embaixador Seixas Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB-MG) – Presidente José Sarney, agradecemos muito a presença de V. Ex^a nesta Comissão, comissão da qual V. Ex^a já foi Presidente, será sempre muito bem-vindo.

Agradecemos também suas palavras.

Senador Heráclito Fortes, a votação já está iniciada, já pode ser feita a votação dos três Embaixadores.

Concluída a relatoria, devolvo a Presidência ao Senador Cristovam Buarque para que possamos ouvir os Srs. Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Concedo a palavra ao Sr. Sérgio França Danese para fazer sua exposição – obviamente, não limitamos o tempo, é o tempo que julgar necessário, mas lembrando que queremos ter tempo para uma argüição. Por isso, se o Embaixador puder ser o mais sintético, mas não haverá controle de tempo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, a minuta que aqui veio da Embaixada é vasta. Já marquei para levar para casa para realmente tomar conhecimento de toda essa relação.

Acho que V. Ex^a tem razão: se o Embaixador puder dar uma resumida... Porque gostaríamos de permanecer aqui até o fim, inclusive pela brilhante exposição do currículo de cada um feita pelo Presidente José Sarney, que conhece profundamente a Casa de Rio Branco.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Lembro que a nossa reunião de hoje está sendo transmitida.

O SR. SÉRGIO FRANÇA DANESE – Sr. Presidente, muito obrigado pela sua exposição, por ter avocado a relatoria da minha mensagem. Para mim é uma honra muito grande, entrei para o Itamaraty muito pelas suas mãos como professor já se vão muitos anos.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente Sarney, com quem tive a imensa honra e o privilégio de trabalhar em sua assessoria internacional no início de seu Governo, tenho uma honra muito grande de me submeter a este exame para, caso aprovado por V. Ex^{as}, ser o nosso representante brasileiro em Argel. V. Ex^{as} podem imaginar a hora que isso significa para alguém que ainda não chegou ao último patamar, ao último degrau da carreira.

Queria agradecer ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao Ministro Celso Amorim, ao Secretário-Geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, pela confiança que depositaram em mim para desempenhar essa missão. Obviamente, caso aprovado, procurarei desempenhar da forma mais dedicada possível.

Estou submetendo à Presidência e à Secretaria da Comissão um texto longo, denso, que procurei fazer com reflexões sobre a Argélia, sobre as relações com

o Brasil, sobre a natureza e a forma como encaro a minha missão. Portanto, vou procurar ser muito breve nesta apresentação, depois me dispondo, evidentemente, a qualquer esclarecimento que os Srs. Senadores desejem solicitar.

Acho que a Argélia pode ser resumida de uma maneira muito sucinta. A Argélia é uma grande referência na história das relações internacionais. É um dos poucos países em desenvolvimento que comparece numa história das relações internacionais em um lugar de destaque pelo vigor da sua luta pela independência e pela sua grande presença, sua grande atuação internacional, desde aquele momento.

É um país que tem uma grande tradição de protagonismo, tem uma tripla dimensão, uma tripla identidade como país mediterrâneo, como país árabe, como país africano. Ele sabe projetar essas três dimensões na sua atuação externa. E tem, por isso, para nós um interesse muito especial. É também um país que passou por um período político interno muito conturbado, de extraordinária violência política, de violência terrorista, e está virtualmente renascendo desse período. Infelizmente, a Argélia um país tão ativo nas relações internacionais nos anos sessenta, setenta, início dos anos oitenta, se submergiu virtualmente durante um período bastante longo. Acho que foi uma perda para o mundo em desenvolvimento. E a Argélia agora, felizmente, tendo feito uma pacificação interna, tendo começado importantes reformas econômicas que vão atualizar, substituir o modelo econômico anterior, e tendo consolidado um processo de democratização plena do país, está perfeitamente habilitada a voltar a figurar como um grande interlocutor no mundo em desenvolvimento e, portanto, como um grande parceiro não só do Brasil como de muitos países que têm cada vez mais voltada a sua atenção para a Argélia.

Chamo a atenção para o fato de que a Argélia hoje é um país com um grande desempenho econômico, tem crescido a taxa de 6% ao ano, desde 2002, tem uma boa situação fiscal, tem uma boa situação, digamos, econômica em função inclusive do extraordinário desempenho do seu setor petrolífero, está começando a implementar um plano quinquenal, 2005/2009, que traz investimentos da ordem de US\$ 60 bilhões nos próximos cinco anos, que obviamente criará grandes oportunidades no país. É um país que tem grandes desafios. Cito apenas um dado que é extraordinário: a Argélia tem 70% de sua população com menos de 30 anos de idade. Isso dá a V. Ex^{as} a idéia do tamanho do desafio em matéria da criação de emprego, de criação de uma rede de proteção social e de investimento na área social, que o país enfrenta.

É um país, portanto, que está transitando, portanto, para uma economia de mercado, está fazendo reformas econômicas, está procurando se abrir, e está basicamente fazendo um grande, um extraordinário esforço de reinserção externa no qual a diplomacia presidencial, de que temos aqui um exemplo eloquente na história brasileira, a diplomacia presidencial argelina tem tido um papel fundamental neste trabalho de reinserção externa do país, de promoção de uma nova imagem, de uma imagem renascida, renovada, do País. Há pouco tempo, tivemos no Brasil a visita do Presidente Bouteflika, que, logo depois de co-presidir, com o Presidente Lula, a cúpula árabe/sul-americana, realizou uma visita de Estado, longamente esperada. A última havia sido do Presidente Chadli Bendjedid, em 1987, ainda na época em que era Presidente o Senador Sarney. Acho que esse é o ponto básico. É um País que está se recuperando, como um grande e importante parceiro nas relações internacionais.

Para o Brasil, a Argélia responde a dois grandes paradigmas da nossa política externa: a nossa política africana e a nossa política árabe. É um País que gera para nós uma grande oportunidade, embora seja uma relação comercialmente muito desequilibrada, por uma questão estrutural. É um grande fornecedor de petróleo. O Brasil é o nosso segundo maior fornecedor de petróleo. A nossa relação com a Argélia tem, agora, condições de ingressar numa etapa de renovação que deriva da renovação da própria Argélia e de uma renovação, uma grande oxigenação da nossa política africana e da nossa política árabe, que vem sendo feita pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com grande participação da sociedade e dos setores empresariais brasileiros. Portanto, há um grande interesse intrínseco nosso pela Argélia como parceiro político, como parceiro econômico-comercial, como interlocutor no mundo em desenvolvimento, como uma ponte, ao mesmo tempo, para o mundo africano e para o mundo árabe. Portanto, um país que merece estar no horizonte mais próximo da nossa diplomacia.

Para o Brasil, é surpreendente analisarmos o comércio com a Argélia. A Argélia apresenta alguns dados, que vou citar rapidamente: o comércio, em 2004, foi de US\$2,3 bilhões. É o dobro do comércio que temos com o Uruguai ou com o Paraguai. É o nosso 17º parceiro comercial geral, ficando à frente do Canadá. É o nosso 2º parceiro na África, depois da Nigéria. É o nosso primeiro parceiro no mundo árabe. É o nosso 7º parceiro no mundo em desenvolvimento. O Brasil, por seu lado, é o 7º cliente da Argélia e o primeiro parceiro da Argélia no mundo em desenvolvimento, à frente da China, com a qual temos uma disputa que começa a ser bastante acentuada. É um comércio es-

truturalmente desequilibrado por causa da questão do petróleo, mas tem um grande espaço para crescimento do nosso lado. Exportamos uma variedade imensa de produtos, basicamente manufaturas de origem industrial e agropecuária, com grande valor agregado. Acho que a tarefa, neste momento, é procurar ampliar a nossa participação nesse mercado, que é crescente, afluyente e tem grandes necessidades em matérias de bens, serviços, investimentos e assim por diante.

Com esses dados, parte do meu programa de trabalho à frente da Embaixada em Argel, caso conte com a aprovação de V. Ex^{as} e, posteriormente, do Plenário do Senado, vai ser basicamente intensificar os esforços que já estão em curso para aproximar a demanda crescente argelina por bens e serviços da oferta brasileira. Deveríamos trabalhar para neutralizar, dentro do possível, a influência que tem, às vezes, a volatilidade do mercado petrolífero em relação com países como a Argélia, buscar parcerias. A Sonatrach, a grande empresa estatal argelina, tem muito interesse numa parceria privilegiada com a Petrobrás. Temos que ampliar a nossa presença no interior do País. E basicamente acho que uma meta síntese que poderíamos colocar no horizonte mais ou menos plausível é tentar negociar com a Argélia um acordo-quadro para chegar, através de um acordo de preferências fixas, a um acordo de livre comércio, que seria extremamente benéfico para nós. A partir de 1º de julho, entra em vigor um acordo de associação da Argélia com a União Européia. Isso representa um desafio para os demais parceiros da Argélia, obviamente. Acho que temos que, por meio desse tipo de exercício, criar o hábito de negociar com um país como a Argélia. É um país extremamente sério, de uma diplomacia extremamente capaz, com grandes interesses na relação com o Brasil e, portanto, representa para nós, neste momento, uma realidade que já é muito palpável e uma potencialidade que é muito apreciável. Acho que a nossa diplomacia está muito engajada numa política africana e árabe, que de forma alguma tem um sentido de excluir outras opções ou outras áreas em que temos que trabalhar. Acho que o Governo tem demonstrado uma compreensão para a necessidade de aprofundarmos os laços com vários desses países. A própria diplomacia brasileira tem procurado fortalecer a sua musculatura na África e nos países árabes em geral. Eu penso que a Argélia, como um posto estratégico, tem contado com esse apoio. E é com isso que eu contarei para poder desenvolver ali o meu trabalho, caso eu conte com a aprovação de V. Ex^{as}.

Muito obrigado. Espero ter sido breve o suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT - DF) – Obrigado, Embaixador. Eu concedo a palavra

ao Embaixador Clodoaldo, para fazer sua exposição. Insisto que S. Ex^a dispõe de todo o tempo que quiser; mas que nós queremos explorá-lo durante a arguição. Então, reserve tempo para esse período que virá depois.

O SR. CLODOALDO HUGUENEY – Com prazer. E muito obrigado, Sr. Presidente. É um prazer estar aqui de novo perante a comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. É a terceira vez que compareço a esta Comissão. Eu queria começar agradecendo a confiança que em mim depositaram o Sr. Presidente da República, o Sr. Ministro de Estado, o Sr. Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, ao apresentarem o meu nome para delegado do Brasil em Genebra, para substituir o embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, que, como indicou o Presidente Sarney, é uma das grandes figuras do Itamaraty, além de ser também meu amigo pessoal.

Então é para mim uma grande honra realmente ser indicado para este cargo e uma responsabilidade enorme, a qual eu poderei corresponder com a minha dedicação ao trabalho e com a minha experiência de negociador que foi por V. Ex^a ressaltado.

Eu queria, nesse contexto, agradecer também o fato de V. Ex^a ter se avocado o direito de ser o meu Relator nesta matéria; os elogios que a mim teceu, e o fato de que eu posso explicar esses elogios pela amizade que também nos une e pela admiração que tenho pelo trabalho de V. Ex^a, que conheço, e do qual participei desde a sua época de Reitor na Universidade de Brasília.

Sr. Presidente, eu não poderia fazer justiça, em uma breve exposição, à multiplicidade de organismos que existem em Genebra e à grande variedade de interesses brasileiros que temos de defender, ocupando a delegação permanente em Genebra. São quase vinte organismos que estão naquela cidade, nos setores mais diversos, passando pela segurança e o desarmamento, pelo trabalho e saúde, pelo comércio, o desenvolvimento, as organizações específicas no campo meteorológico, no campo das telecomunicações; a Organização Mundial de Propriedade Intelectual.

Então, há uma grande quantidade de organismos nos quais o Brasil tem interesses extremamente importantes. O que eu me proponho a fazer na minha exposição inicial é tratar de três grandes temas, nos quais poderíamos talvez abarcar o conjunto desses organismos tão díspares. Primeiro, é a importância do multilateralismo para o Brasil; segundo, é o processo de transformação por que estão passando as instituições multilaterais à luz das transformações por que está passando o cenário internacional; e terceiro, a

projeção do Brasil no mundo e a importância do Brasil como ator global em todas essas organizações.

Eu penso que se fizermos um enfoque dessa natureza, vai ser possível, talvez, rapidamente, dar alguns elementos importantes para compreender o significado da delegação em Genebra e da atuação do Brasil em Genebra junto aos organismos que lá estão.

O multilateralismo, eu creio que é uma dimensão fundamental da diplomacia brasileira; sempre foi uma dimensão fundamental da diplomacia brasileira, uma diplomacia comprometida com a solução diplomática de conflitos, com a busca da evolução de um direito internacional estável, com obrigações que sejam cumpridas por todos os países; com a busca de solução de controvérsias pelos meios diplomáticos e baseada em regras transparentes e estáveis; com a busca do consenso através da negociação e da construção de um sistema internacional que realmente reflita o interesse de todos os seus membros.

Então, Genebra é um local, por excelência, junto com Nova Iorque, de expressão, pela via negociadora, da dimensão do multilateralismo na diplomacia brasileira.

O multilateralismo, em todas as suas grandes dimensões, na dimensão da segurança, por meio da Conferência do Desarmamento, do Tratado de Não-Proliferação e das conferências de controles de armas, tem seus comitês sediados em Genebra. Então, essa é uma dimensão extremamente importante: a dimensão econômica e comercial, por meio da dimensão do desenvolvimento, pela Unctad, pela presença da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento; o Centro do Sul; o Grupo dos Quinze. Então, essa dimensão desenvolvimentista também está presente no trabalho de Genebra e da Organização Mundial de Comércio, que está no meio de uma rodada do desenvolvimento.

O multilateralismo comercial é essencial para um País como o Brasil, não somente porque ele é a garantia de que evitaremos soluções unilaterais, imposições de medidas, etc., e teremos um relacionamento comercial baseado em regras, mas porque o multilateralismo representa a forma de evitar um mundo dividido em blocos, em sistemas estanques organizados em torno de grandes potências regionais. Então, eu acho que a dimensão do multilateralismo em todos os campos é extremamente importante e na parte comercial é extremamente significativa.

Um outro campo fundamental da expressão do multilateralismo em Genebra é a Comissão de Direitos Humanos. Esse garante a dimensão que nós vimos aqui exposta hoje, está presente e é o fio condutor, talvez, de toda a visão moderna de desenvolvimento:

a visão humanista de desenvolvimento e a visão da integração do econômico com o social e da necessidade de responder aos grandes desafios da pobreza, da fome, da miséria, da falta de habitação, etc.

Esses direitos são todos, hoje, incorporados em convenções internacionais, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos até as convenções que tratam de racismo, direitos da mulher, direitos da criança, etc, e se trata agora de transformá-los em realidade. Então, o trabalho na área de direitos humanos, em Genebra, é fundamental e uma expressão central do multilateralismo.

Se nós olharmos o relatório do Secretário-Geral da ONU sobre as transformações do multilateralismo, vamos ver que essas três dimensões: da segurança, dos direitos humanos e a econômica e de desenvolvimento são os três pilares por meio dos quais nós podemos construir um milênio diferente do que tivemos, do que se concluiu no ano 2000. Isso tem a ver diretamente com todas as metas do milênio.

O segundo tópico que eu pretendo tratar é o da reforma do multilateralismo, que com o fim da guerra fria não somente ganhou expressão e importância, uma vez que superou a divisão do mundo em dois blocos estanques e o sistema de alianças que vigorava em torno das duas grandes superpotências, mas abriu espaço para uma expressão muito mais autêntica e para uma democratização do processo decisório internacional, ao mesmo tempo em que convive com as tensões derivadas de um mundo unipolar, onde existe somente uma superpotência. E isso fez com que todas as organizações internacionais, hoje, passassem por um processo de reflexão, o qual perpassa as Nações Unidas, onde se discute e se discutirá, na próxima Assembleia Geral da ONU, a reforma do Conselho de Segurança e Assembleia Geral. E essa reforma não é apenas uma reforma institucional, mas também uma reforma de substância que tenta projetar uma nova agenda para um mundo e para o sistema multilateral por intermédio das metas do milênio. Isso se reflete também diretamente em Genebra.

Há uma crise clara da Conferência do Desarmamento, que está paralisada há vários anos e não consegue sequer aprovar um programa de trabalho. A última conferência, em Nova York, de exame do TNP, a Sétima Conferência de Exame do Tratado, concluiu sem qualquer resultado, presidida pelo Embaixador Sérgio Duarte.

Então, a própria Comissão de Direitos Humanos tem sido, muitas vezes, objeto de utilização para fins políticos em debates de questionamento da política de direitos humanos de certos países e existe um enfraquecimento da própria Comissão de Direitos Huma-

nos. No relatório do Secretário-Geral, por exemplo, há a idéia de substituir a Comissão de Direitos Humanos por um Conselho de Direitos Humanos que dê maior peso e maior independência à área de direitos humanos, e isso também ocorre na área econômica, onde um....se transformou hoje, como grande organização que era, inspiradora de todo o debate do desenvolvimento no plano internacional, numa organização que hoje é uma organização quase acadêmica, onde não se negocia mais, mas que ainda preserva uma função importante de promoção do pensamento, do desenvolvimento no plano internacional.

E a própria OMC é hoje crescentemente questionada. As dificuldades por que está passando a rodada de dor para avançar, uma rodada que foi lançada com o objetivo de trazer o desenvolvimento para o centro das negociações na OMC e que deveria ter sido concluída no final de 2004. Talvez possa se concluir no final de 2006, mas, nada garante que isso ocorra porque a rodada está passando por dificuldades. Mostram que o processo de construção do consenso dentro da OMC está se tornando cada vez mais difícil. Hoje, é uma organização com 148 membros, a grande maioria dos quais são países em desenvolvimento e esses países sentem que seus interesses se refletem adequadamente na agenda da rodada e nos trabalhos da Organização.

Então, há um exercício também de repensar a Organização Mundial de Comércio. E estou seguro de que se o Embaixador Sérgio Correa tiver sido escolhido Diretor-Geral da OMC, uma das grandes contribuições que ele daria seria realmente reformular a OMC, repensar a OMC, construir uma organização a partir do consenso e de um processo democrático e transparente de decisão e transformar uma organização realmente comprometida com os interesses dos países em desenvolvimento.

Então, o multilateralismo hoje está passando por uma contradição, ao mesmo tempo em que há um espaço para o crescimento, como se revela na agenda do milênio. Nas propostas de reforma do Secretário-Geral, há uma certa crise do sistema multilateral e uma necessidade de repensar todo o sistema e repensar cada uma de suas partes.

Queria concluir com algumas observações sobre o Brasil como ator global no cenário internacional. Acho que o peso do nosso país vem crescendo e hoje o Brasil é um ator realmente global em todas essas áreas de atuação em Genebra. Na Conferência do Desarmamento, por exemplo, o Brasil é parte do grupo da Nova Agenda e as suas teses sobre o equilíbrio entre os três pilares do TNP, o desarmamento, o uso

pacífico da energia nuclear e a não-proliferação são contribuições apreciadas por todos.

O Ministro Celso Amorim, quando à frente da Delegação em Genebra, propôs uma agenda de trabalho para a conferência que até hoje é apresentado como modelo de como isso poderia avançar nos trabalhos da Conferência.

Na área de direitos humanos, no Brasil democrático, transparente, com participação da sociedade civil em todas as decisões nessa área, se apresenta como um ator extremamente relevante, porque, ao mesmo tempo em que mantemos uma posição equilibrada na consideração de resoluções sobre países, buscando que as resoluções reflitam claramente a situação dos direitos humanos com equilíbrio e não questões políticas, temos mostrado uma abertura imensa ao processo de relatoria sobre temas brasileiros na área de direitos humanos. Recebemos já 11 peritos, no período recente, na área de direitos humanos, para produzirem relatórios dos mais diversos sobre o Brasil, muitos deles com críticas que são absorvidas pelo Governo, são apreciadas, porque são consideradas contribuições para o aprimoramento do exercício dos direitos humanos no Brasil.

Então, acho que essa é a nossa projeção na área de direitos humanos é reconhecida por todos. O Brasil tem muitas contribuições nessa área como, por exemplo, a idéia de que deve haver um relatório global sobre direitos humanos no mundo e que seja um relatório equilibrado e independente, produzido pela alta Comissaria de Direitos Humanos, idéia endossada pelo painel de alto nível sobre Reforma do Sistema de Direitos Humanos, e pelo Secretário-Geral das Nações Unidas em suas propostas.

Na OMC, o Brasil tem uma projeção, hoje, eu diria, extraordinária. E, no período recente, essa projeção se deve muito ao trabalho do Embaixador Seixas Correa que foi, inclusive, um dos responsáveis pela criação do G-20, um grupo de países em desenvolvimento, que hoje está no cerne das negociações agrícolas e está no cerne, portanto, de toda a Rodada de Doha onde o tema de agricultura seja um tema central. As nossas lideranças no mundo em desenvolvimento nos liga também à Unctad. 11ª Unctad foi realizada em São Paulo. E, no contexto dessa 11ª Conferência da Unctad, nós lançamos a 3ª Rodada de Negociação do Sistema Global de Preferência entre Países em Desenvolvimento. Foi uma idéia importante para promover o comércio Sul-Sul, uma dimensão, hoje, cada vez mais significativa do comércio mundial, uma vez que os países em desenvolvimento respondem por uma parcela crescente do comércio internacional. Então, eu acho que, em todos os campos, nas áreas

de refugiados, nas áreas meteorológicas, mesmo em áreas altamente técnicas e específicas, o Brasil tem dado uma contribuição extremamente importante e construtiva. Eu mencionaria, nesse contexto, a Organização Mundial de Propriedade Intelectual, e as contradições entre Sistema de Propriedade Intelectual e a questão da saúde pública que foram aqui mencionadas em um debate na manhã de hoje. O Brasil esteve à frente da Declaração de Doha sobre as relações entre o Acordo de Propriedade Intelectual e da Área de Saúde Pública. E foi quem batalhou, justamente com base na experiência do nosso programa de luta contra a Aids, para que o direito de propriedade intelectual estivesse subordinado às considerações de saúde pública, vida humana e necessidade de acesso, por todos, a medicamentos a custos baratos. Então, nessa Organização de Propriedade Intelectual, o Brasil lançou, neste ano, na Organização, uma grande iniciativa chamada “Agenda para o Desenvolvimento”, onde nós procuramos, justamente aproveitando essa experiência da área de saúde, trazer algumas dessas preocupações do desenvolvimento para o debate sobre os direitos de propriedade intelectual. Eu concluiria, Sr. Presidente, esta exposição, que já se estende além do que talvez devesse, apenas com uma consideração final sobre um tema que eu sei que é do interesse de V. Ex^a. É sobre a coerência e harmonização no plano das relações internacionais. Isso é um tema que eu acho permite hoje dar uma nova visão à questão do desenvolvimento. O que está faltando no sistema multilateral e sistema internacional é um pouco mais de coerência e um pouco mais de harmonização entre as diferentes instâncias que existem nesse sistema. Coerências no sentido de estabelecer vinculações entre decisões que são tomadas em uma área e outra. Vou dar um exemplo da Organização Mundial de Comércio. Os países se esforçam para atingir uma meta de ajuda para o desenvolvimento e que foi fixada, em 1964, na 1ª Unctad. A meta é de 0.7% do produto bruto. É uma meta que tem, portanto, quase 50 anos de existência, e até hoje estamos nos esforçando...

Ao lado disso, os países adotam, por exemplo, os países desenvolvidos, políticas de subsídios, na área agrícola, que provocam prejuízos gigantescos aos países em desenvolvimento. Não existe nenhuma coerência entre tentar expandir, por exemplo, ajuda para a África, em matéria de desenvolvimento, e deprimir, profundamente, os preços do algodão no mercado internacional, provocando prejuízos enormes a alguns dos países mais pobres do mundo, que são os países centro-africanos, produtores de algodão. Eu acho que o tema da coerência é cada vez mais importante no plano do debate multilateral. Essa coerência tem inú-

meras dimensões. Não poderia aqui entrar em uma análise desse tema. Eu acho que a coerência traz, no plano institucional, e tomando como base as sugestões que estão hoje sobre a mesa de reforma institucional das Nações Unidas e em outros organismos internacionais, o tema da harmonização. É preciso encontrar instâncias que permitam harmonizar as concepções de desenvolvimento, de crescimento, as preocupações na área social numa visão mais harmônica de relações internacionais e para que o processo decisório em cada um desses organismos possa estar contido num todo mais harmônico, que contribua efetivamente para um sistema internacional mais justo e mais duradouro e que reflita mais corretamente os interesses de todos os seus membros, em especial dos países em desenvolvimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Concedo a palavra agora ao Embaixador Luiz Felipe de Seixas para fazer sua exposição.

O SR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA – Sr. Presidente, muito obrigado por suas palavras; muito obrigado, Srs. Senadores, pela atenção e pelo privilégio que é retornar a esta Comissão para essa interação tão importante para o nosso sistema democrático, para representatividade dos agentes diplomáticos do Brasil no exterior, que é a legitimidade que nos é dada pela aprovação do Senado.

É com uma ponta de emoção sempre que venho a esta Comissão e me submeto à aprovação do Senado. Um agradecimento muito especial ao Ministro Celso Amorim e ao Presidente Lula da Silva pela confiança em me indicar para posto tão importante como o de Embaixador na Alemanha. Um agradecimento muito especial ao Senador Sarney, que acabou de nos deixar, pelas suas palavras mais que generosas, que refletem mais de trinta anos de convivência afetuosa e de trabalho conjunto. Fico profundamente sensibilizado.

Queria também fazer uma pequena reflexão. Hoje o destino nos trouxe a essa mesa, a três colegas. Eu sou o último, pela ordem, a falar, mas enquanto ouvia o Sérgio Danese e Clodoaldo Hugueney, me lembrava daquilo que talvez seja uma das características mais fortes, mais importantes da nossa instituição que é a sabedoria em combinar a renovação com a continuidade.

No Sérgio, vemos uma jovem geração, já não tão jovem, mas jovem ainda assim, subir, ascender e ocupar a sua primeira chefia de missão. Como o Presidente disse, ele é o primeiro aluno no Rio Branco que vai ser nomeado embaixador e o meu primeiro segundo-secretário que vai ser nomeado embaixador. Muitos dos postos que foram citados no currículo do

Sérgio Danese ele o fez em colaboração comigo aqui, em Brasília, na Presidência da República, na Embaixada do Brasil no México e na Secretaria-Geral do Itamaraty. É um grande nome, é um grande amigo, e uma honra para a carreira diplomática brasileira e um prazer enorme estar sentado à mesma mesa que o Sérgio no momento em que ele se submete a sua primeira sabatina no Senado.

O Clodoaldo é um amigo de quarenta anos. Frequentamos juntos o curso Rio Branco, trabalhamos e tivemos carreiras paralelas que se uniram muito fortemente nos últimos quinze anos, desde que Clodoaldo exerceu brilhantemente as funções na Embaixada em Caracas, na missão junto às comunidades européias, em Bruxelas, e agora, nesses últimos três anos e meio, quando trabalhamos numa parceria extraordinária. Com o Sérgio temos a renovação; com o Clodoaldo, estou seguro, a continuidade. Acho que isso, para nós, se insere na nossa melhor tradição diplomática. Portanto, fico feliz de poder partilhar desta mesa com tão queridos amigos.

Não vou falar muito sobre a Alemanha; sei que o nosso Presidente quer falar sobre a OMC. De maneira que vou resumir em pouquíssimas palavras, além destas palavras de natureza pessoal que peço licença para expressar.

A Alemanha é uma das grandes matrizes da civilização européia, é a maior economia da Europa, tem um PIB de quase US\$3 trilhões, é a terceira maior economia do mundo, é o maior parceiro econômico e comercial do Brasil na Europa, temos um intercâmbio razoavelmente equilibrado de cerca de US\$9,2 a 9,3 bilhões anuais, é uma importantíssima fonte de investimento no Brasil. Os dados do Banco Central e os da iniciativa privada são discrepantes; oscilam de uma forma muito grande, que até tenho receio de citá-los, tão discrepantes são os volumes. Mas estão entre o terceiro e o sétimo investidor estrangeiro no Brasil em estoque de capital. As empresas alemãs no Brasil geram cerca de 500 mil empregos diretos, com grande concentração em São Paulo. Há algum tempo, dizia-se que era a maior cidade industrial alemã no mundo, inclusive na Alemanha. Nos últimos anos, criou-se, inclusive, com a translação da política exterior alemã no sentido de uma maior afirmação política no mundo, uma convergência também política, que se expressa, sobretudo no momento atual, nessa cruzada conjunta que estamos fazendo com a Alemanha, o Japão e a Índia para a obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Trata-se, portanto, de uma relação singular de grande importância para a inserção internacional do Brasil e que se expressa numa vertebração muito específica, que

singulariza muito a relação entre Brasil e Alemanha. Entre a interação dos meios governamentais, os meios da sociedade civil e a iniciativa privada, há um imenso volume de cooperação técnico-financeira, os números que tenho são de que, desde 1963, quando se lançou o programa de cooperação financeira, a Alemanha já investiu nesse programa no Brasil US\$1,6 bilhão, ultimamente concentrado, sobretudo, em programas ligados à proteção ambiental e de natureza social.

Há um fluxo muito grande cooperação científica e tecnológica, e o que é muito singular é a convergência. A administração da relação se faz pela interação permanente desses três setores, mas também de um ponto de vista institucional: uma grande comissão econômica, que hoje em dia se ampliou. Foi criada desde 1974, mas que nos últimos anos se ampliou para refletir justamente essas diferentes vertentes da relação e engloba a sociedade civil e os meios empresariais. É um encontro anual que se faz alternadamente no Brasil – nunca se perdeu um ano nesse encontro desde 1974 – ou na Alemanha, presidida, do lado brasileiro, pelo Vice-Ministro das Relações Exteriores, pelo Secretário-Geral do Itamaraty – eu, portanto, tive, durante três anos, entre 1999 e 2001, o privilégio de ter sido o Presidente da seção brasileira dessa Comissão –, e o Vice-Ministro da Economia e do Trabalho da Alemanha. Esse grupo se reúne em nível governamental, se reúne paralelamente em nível empresarial, com uma agenda preparada com grande antecedência e com muito cuidado, e agora passou a se reunir também, não tão formalmente, mas também de uma forma conjunta, com o chamado diálogo entre sociedades criado neste Governo.

O Brasil participou da primeira reunião em Stuttgart, ano passado, e participará da segunda, que se reunirá de 3 a 5 de julho em Fortaleza, onde se realizará o encontro econômico deste ano, com a presença prevista do Ministro da Economia da Alemanha. A representação do Brasil ficará a cargo do Ministro Luiz Fernando Furlan. A Comissão brasileira é presidida pelo Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

Qual é o desafio? Cheguei a Berlim proxima-mente, se contar com a aprovação do Senado Federal, e encontrarei um país numa fase de grande transformação. Estão previstas eleições gerais na Alemanha para o mês de setembro. Há um pedido do Chanceler Schroeder de antecipação das eleições que deveriam ocorrer em 2006 e a expectativa de que o Governo possa tentar se redefinir e encontrar uma nova base, uma nova plataforma ou ceder o posto à Oposição Cristã Democrática.

Embora a Alemanha esteja passando por uma prosperidade excepcional, o país se transformou, nos últimos dois anos, no maior exportador mundial – é um país que se beneficiou extraordinariamente do processo de globalização: as empresas alemãs estão espalhadas pelo mundo, relocalizando seus fatores de produção, concentrando no país a inovação tecnológica e a inovação científica –, de uma certa forma, é uma vítima da globalização. Do lado dos países desenvolvidos, é um grande vencedor no processo da globalização, porque conseguiu crescer e se transformar na maior potência exportadora do mundo, mas, ao mesmo tempo, luta com problemas graves de desemprego e com uma pressão muito grande, agravada, é claro, pela unificação, além da enorme pressão orçamentária, com problemas de endividamento externo e endividamento interno altíssimos. Portanto, é um País que se vai redefinir proximamente. O grande desafio será encontrar, na relação com o Brasil, uma nova matriz que responda a esses desafios.

Meu desafio principal será, se for aprovado pelo Senado, buscar redefinir esse processo e criar uma nova matriz para essa relação. Temos três tópicos muito presentes na agenda atualmente e entre eles estão a renegociação do acordo nuclear de 1975 e um novo acordo de tributação, dado que a Alemanha, em função das características da sua economia, está revendo esse tipo de acordo com todos os países.

Talvez o maior desafio imediato com o qual terei de conviver será ajudar o Brasil a ganhar a Copa do Mundo de 2006, que será realizada na Alemanha. Naturalmente, a Embaixada tem de dar todo o apoio. E eu estarei mobilizando todos os nossos recursos para isso. Traremos de volta o hexacampeonato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Agradeço ao embaixador Luiz Felipe Corrêa.

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno, transformo a reunião da Comissão em secreta, a fim de que os embaixadores...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, tem sido quase que praxe nas reuniões, não desta Comissão, como de outras comissões, que todas as vezes que está implícito – evidentemente nas indicações que podemos e devemos fazer as reuniões a portas fechadas – fazer uma pergunta aos senhores convidados: se eles têm o que dizer a portas fecha-

das. Se não têm, podemos continuar com a **TV Senado** mostrando a qualidade dos nossos Embaixadores, a competência dos nossos indicados. Acho isso da maior importância. Se fecharmos a reunião, automaticamente não estaremos deixando o telespectador da **TV Senado** verificar a qualidade e a competência dos nossos indicados.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Senador Hélio Costa, considero extremamente sábias suas palavras. De fato, é muito importante levar tudo isso à opinião pública. Há um Regimento a ser cumprido, e, se não o cumprirmos, amanhã podem ser levantadas suspeições sobre a própria escolha dos Embaixadores. Além disso, creio que, neste caso, eles ficariam mais à vontade, sobretudo no que se refere à relação do Brasil com os demais países, nas relações comerciais, de como foi o processo de candidatura do Embaixador Seixas Corrêa à Presidência da OMC.

Acho que nos sentimos obrigados a fazer algo que não é sábio, que seria manter a sessão secreta. Realmente, reconheço que seria muito mais produtivo para o Brasil. Mas, de qualquer maneira, fizeram as exposições deles e me sinto obrigado a manter a sessão em caráter secreto, para que os Senadores possam fazer suas perguntas, e os Embaixadores possam colocar aspectos que não puseram até aqui nos seus pronunciamentos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, V. Exª já tem uma lista de inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Ainda não temos, mas se V. Exª quiser...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Então, me inscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Então, já tenho inscritos dois ou três.

Já está secreta.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, infelizmente, estou sendo chamado para outra reunião que está cuidando do caso de Rondônia. Se bem que lá há Senadores que conhecem profundamente até o texto das gravações que foram apreendidas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Não seria pela ordem, seria uma questão de cortesia do Senador Hélio Costa ceder o lugar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não sabia que o Senador iria falar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF)

– É que a ordem de inscrição é a seguinte: Senador Hélio Costa, Senador Roberto Saturnino...

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, eu sou o terceiro? Pensei que fosse depois da exposição secreta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF)

– Não, não, já estão abertas as perguntas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, está bem, eu sou o terceiro. Desculpe-me, Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF)

– Comunico que os três Embaixadores foram aprovados por unanimidade. Desejo aos três um bom trabalho representando o nosso País em cada posto que cada um vai assumir a partir de agora.

Um grande abraço. Parabéns para vocês e ao Brasil, que terá grandes Embaixadores.

Não havendo nada mais a tratar, encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h36min.)

Ata da Quinta Reunião Extraordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada no Dia Vinte e Dois de Junho do Ano de Dois Mil e Cinco, às Onze Horas.

Às onze horas do dia vinte e dois de junho do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **EDUARDO AZEREDO, SERGIO ZAMBIASI, RODOLPHO TOURINHO, JEFFERSON PÉRES, GERSON CAMATA, HÉLIO COSTA, JOSÉ AGRIPINO, JOSÉ JORGE, ROBERTO SATURNINO, MOZARILDO CAVALCANTI, HERÁCLITO FORTES, MÃO SANTA, CÉSAR BORGES, ANTONIO LEITE, FLEXA RIBEIRO e SERYS SLHESSARENKO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Com inversão de ordem, passa-se à apreciação da pauta. **Item 3:** Mensagem (SF) nº 159, de 2005, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão”. O Senhor

Presidente passa a palavra para o relator, Senador **GERSON CAMATA**. Faz uso da palavra o Embaixador **ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO** para sua exposição de motivos. **Item 1:** Mensagem (SF) nº 121, de 2005, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **FLÁVIO ROBERTO BONZANINI**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo”. O Senhor Presidente concede a palavra ao Embaixador **FLÁVIO ROBERTO BONZANINI** para fazer sua exposição de motivos. O Senhor Presidente convida o Senador Eduardo Azeredo, Vice-Presidente da Comissão para sentar-se à Mesa. **Item 02:** Mensagem (SF) nº 139, de 2005, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **JOÃO BATISTA CRUZ**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Guiné-Bissau”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**. Faz uso da palavra o Embaixador **JOÃO BATISTA CRUZ** para sua exposição de motivos. A reunião torna-se secreta. Reaberta a sessão, o Senhor Presidente informa terem sido aprovados os Embaixadores por unanimidade de quinze votos. **Extra-Pauta - Item 01:** Requerimento nº 27, de 2005 - CRE, de autoria do Senador Hélio Costa, que “Requer nos termos do inciso V do §2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para expor perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Desempenho das Tropas Brasileiras atualmente servindo à Missão das Nações Unidas para estabilização no Haiti (MINUSTAH): Vice-Presidente da República **JOSÉ ALENCAR** – Ministro da Defesa; Embaixador **CELSO AMORIM** – Ministro das Relações Exteriores; e General **AUGUSTO HELENO RIBEIRO** – Comandante da Força de Paz da ONU no Haiti”. Adiado. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, **MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA QUINTA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA
SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO
DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS
DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO,
ÀS ONZE HORAS.**

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª sessão legislativa ordinária da 52ª Legislatura.

Submeto à apreciação da Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Está dispensada a leitura da Ata.

Passamos agora à apreciação da pauta.

Vamos fazer uma inversão da ordem dos itens da pauta para aproveitar a presença do Senador Gerson Camata. É preciso explicar aos que hoje estão aqui que hoje é um desses dias difíceis. Primeiro, porque esta é uma reunião extraordinária; temos hoje e amanhã reunião desta Comissão. Segundo, porque o Senado está em ebulição tantas são as atividades. Eu mesmo deveria estar em duas Comissões; já estive em uma, mas na outra não fui. É por isso que estamos com poucos Senadores presentes, mas alguns Senadores ainda vão chegar.

Vou começar pelo item 3 da pauta, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. André Matoso Maia Amado, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Gerson Camata, Relator da mensagem, para ler seu relatório.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do art. 52 da Constituição Federal, a Mensagem do Senhor Presidente da República que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Embaixador André Matoso Maia Amado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.

Após a conclusão do curso de preparação para a carreira diplomática no Instituto Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário em 1970, e, subseqüentemente, por merecimento, Segundo Secretário em 1973; Primeiro Secretário, por merecimento, em 1979; Conselheiro, também por merecimento, em 1982; e Ministro de Segunda Classe em 1989; Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1997.

Dentre os cargos e missões que exerceu, cumpre destacar: Assistente do Chefe da Secretaria-Geral-Adjunta para Assuntos da Europa Oriental e Ásia em 1970; Assistente do Chefe da Divisão da Ásia e Oceania em 1971; Subchefe da Divisão da Ásia e Oceania em 1973; Assistente do Chefe do Cerimonial em 1980; Assessor do Chefe do Cerimonial em 1981; Chefe da Divisão de Protocolo em 1983; Representante Plenipotenciário da Conferência de Plenipotenciários sobre o Protocolo da Convenção Internacional para a Conservação do Atum no Atlântico, em Paris, em 1984; Chefe da Divisão do Oriente Próximo 1 em 1988; Chefe-Substituto do Oriente Próximo em 1989; Coordenador Executivo do Ministro de Estado em 1990; Chefe da Divisão Especial de Pesquisas e Estudos Econômicos em 1992; Secretário Especial da Subsecretaria de Planejamento Econômico em 1992; Diretor do Instituto Rio Branco em 1995; Presidente Interino da Fundação Alexandre Gusmão em 2001; Embaixador do Brasil junto à República do Peru de 2001 até a presente data.

Além da exitosa carreira, marcada pela eficiente atuação em importantes cargos e missões que desempenhou, foi no exercício da direção do Instituto Rio Branco, de 1995 a 2001, que o Embaixador André Amado imprimiu novo ímpeto à história da formação diplomática brasileira, porquanto ousou introduzir modificações no processo de seleção e recrutamento dos candidatos, com o escopo de diversificar e democratizar a carreira. Paralelamente, empenhou esforços na obtenção de sede própria para a Escola Diplomática Brasileira, conduzindo a construção de um prédio moderno, equipado e à altura do prestígio e da eficiência ostentadas pelo Instituto Rio Branco.

Como representante do Brasil junto à República do Peru, o Embaixador Amado tem realizado um ingente trabalho em prol da integração sul-americana, atuando com grande empenho para a recente consecução do Acordo Peru– Mercosul, por intermédio do qual aquele país andino associou-se ao livre comércio em nosso bloco sub-regional.

Cumpre destacar ainda que o Embaixador Amado possui laureada produção literária, tradutor em prosa de facetas de um Brasil múltiplo e variado e da qual cumpre referir as seguintes obras: *A Casa de Dona Iolanda*, Editora Maltez, em 1996; *Desde os Tempos da Esquina*, Editora Record, em 1999; *Exílio Nacional*, Editora Top Books, em 2001, sendo este vencedor do Prêmio Pen Club do mesmo ano. Dessa forma, sua atuação literária complementa adequadamente os mistérios da atuação como embaixador, na medida em que ambos se propõem a compreender e bem retratar o País.

No curso de sua carreira, o Embaixador André Amado recebeu significativas condecorações internacionais e estrangeiras, dentre as quais incumbe destacar: a Ordem do Rio Branco, a Ordem Isabel Católica, da Espanha, a Ordem Águia Asteca, do México, a Ordem do Mérito da Ordem Soberana de Malta, e a Ordem do Mérito de Portugal.

Na relação Brasil/Japão, sobressaem as parcerias comerciais e a base cultural do diálogo bilateral, haja vista a expressiva colônia nipônica estabelecida em nosso País e o constante fluxo de brasileiros que se destinam ao Japão em busca de novas oportunidades de trabalho e melhores condições de vida.

Nas décadas de 60 e 70, o Governo japonês investiu maciçamente em projetos de infra-estrutura no cerrado brasileiro, o que gerou a expansão do cultivo da soja e um melhor aperfeiçoamento do solo.

Nas décadas seguintes, entretanto, o intercâmbio econômico nipo-brasileiro se arrefeceu, e os investimentos japoneses, hoje, ocupam tímida 11ª posição na totalidade das inversões estrangeiras no Brasil.

A recente viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Japão aponta para um novo processo de dinamização das relações entre os dois países. No campo da política externa, o Brasil e o Japão, junto à Índia e a Alemanha, propugnam por mudanças na composição do Conselho de Segurança da ONU, exigindo maior representatividade e legitimidade na comunidade internacional.

Na área científica e cultural, destacam-se os programas de intercâmbio entre as universidades brasileiras e japonesas, o que contribui para a aproximação e para o adensamento do conhecimento mútuo. A dimensão econômica, por sua vez, é de enorme relevo, visto que o crescimento tanto do Japão quanto do Brasil estão vinculados, em grande parte, a parcerias bem-estruturadas e com objetivos francamente definidos. Há claramente uma imensa fronteira de interesses comuns a ser explorada pelo Brasil e pelo Japão, a depender da vontade política e da ação coordenada de ambos os Governos. Para isso poderá colaborar proficuamente o Embaixador André Matoso Maia Amado.

Nós somos, então, Sr. Presidente, pelo aceitamento da indicação do Senhor Presidente da República.

Eu queria também ressaltar que é com muita honra que faço este relatório porque o Embaixador André Amado é filho do grande brasileiro Gildásio Amado. No Espírito Santo, está a Fundação Gildásio Amado na cidade de Colatina. Trata-se de uma universidade muito importante no norte do Estado do Espírito Santo, uma homenagem ao seu saudoso e querido pai.

Assim, ele tem ligações com o Brasil, com o Japão e com o Estado do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF)

– Concedo a palavra ao Embaixador André Matoso Maia Amado para a sua exposição.

Embaixador, não controlamos o tempo aqui, mas, diante do adiantado da hora, gostaria que V. Exª fosse conciso para que tenhamos tempo para a sabatina já em caráter reservado. Mas não vou controlar o tempo.

O SR. ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Controlarei eu o tempo, em respeito a esta Casa.

Sr. Senador Gerson Camata, Relator da minha mensagem, Srs. Senadores, senhoras e senhores, renovo a honra de comparecer a esta Comissão ao se aproximar o término de minha missão à frente da Embaixada do Brasil em Lima, diante da indicação do meu nome para chefiar a Embaixada do Brasil em Tóquio.

Muito agradeço a generosidade da apresentação do Senador Gerson Camata, cujo Estado já homenageou minha família de várias maneiras. Suas palavras me estimulam a seguir pautando minha atuação como diplomata pelo compromisso maior de servir ao interesse nacional brasileiro.

Sou particularmente reconhecido a esta Casa pela possibilidade de chefiar a Embaixada do Brasil em Lima. Há poucas semanas, V. Exªs tiveram oportunidade de ouvir do Embaixador Luiz Augusto Araújo Castro, meu sucessor no cargo, a visão do atual estágio das relações entre o Brasil e o Peru, que, segundo analistas, estaria no seu melhor momento.

Recordo que amanhã poderá estar sendo aprovada a licitação de US\$840 milhões para a construção da maior obra de infra-estrutura hoje na América do Sul: a construção de uma estrada que vai ligar o Estado do Acre a Três Portos, no Pacífico peruano.

O desafio que agora se apresenta para mim é a chefia do Brasil em Tóquio. Brasil e Japão mantêm relacionamento que data de fins do século XIX e se tem desenvolvido de maneira dinâmica e mutuamente proveitosa. Não me refiro apenas às dimensões econômicas e comerciais em si mesmas extraordinárias, como se patenteou nos anos 60 e 70 pela presença importante de investimentos japoneses nos grandes projetos econômicos nacionais. Destaco a vertente humana dessa relação, simbolizada pelo intenso fluxo migratório do Japão para o Brasil, desde a histórica chegada a Santos do Kasato Maru, com 158 famílias e 781 pessoas. Depois de 97 anos, completados coincidentemente há quatro dias atrás, o Brasil orgulha-se de abrigar hoje cerca de 72 mil nacionais japoneses, a segunda maior concentração fora do Arquipélago, depois da dos Estados Unidos, bem como o maior contingente de nipo-descendentes do mundo, mais de 1

milhão e 300 mil pessoas, 80% das quais residindo no estado de São Paulo. Estreitamente vinculados a esse aporte a tantos títulos ricos para a formação do nosso Brasil, muitos de nossos compatriotas migraram para o Japão. Em verdade, em apenas 15 anos, emigraram para aquele país 287 mil brasileiros descendentes de japoneses, volume superior ao total de emigração nipônica para o Brasil ao longo de 80 anos. São os dekassegais, que constituem atualmente a terceira maior população de estrangeiros no Japão, depois da coreana e chinesa. Assentada sobre essas bases, as relações entre o Brasil e o Japão evoluíram de maneira extraordinária, inclusive no plano multilateral, como revela a participação conjunta nossa na preparação e na conclusão do Protocolo de Kyoto e, mais recentemente, nas articulações para a reforma do Conselho de Segurança. A crise dos 80 na América Latina, para muitos conhecida como a década perdida, de um lado, e a recessão da economia japonesa de outro, abateram, no entanto, o dinamismo das relações nipo-brasileiras. O intercâmbio comercial entre o Brasil e o Japão multiplicou-se por três entre 1985 e 2004, e a cooperação financeira ao amparo da GIBIC não se interrompeu, mas o fluxo de investimentos japoneses no Brasil caiu, queda ainda mais acentuada se comparamos com os investimentos europeus da mesma época, sobretudo espanhóis e portugueses. Os japoneses não participaram praticamente do processo de privatização e de desregulamentação da economia brasileira. Nos últimos anos, vinha-se verificando alguma alteração nesse quadro, como a participação da Mitsui na composição do capital da Vale do Rio Doce e a aquisição, pela Tokio Marine and Fire Insurance, da ABN Amro do Brasil. Para analistas, porém, trata-se de exemplos episódicos, sendo prematuro antecipar-se reversão expressiva do quadro anterior. Os investimentos japoneses no Brasil traziam a marca dos consolidados na década de 70: ferro, alumínio, papel, celulose, soja. À medida que a economia brasileira voltou a exibir sinais inequívocos de recuperação, na esteira de políticas públicas que afastavam o risco de moratórias, disciplinavam a política cambial e asseguravam regras mais estáveis de regulação de setores como infra-estrutura, reativaram-se as relações econômico-financeiras entre o Brasil e o Japão, como servem de exemplo, entre outros, a participação de empresa japonesa em consórcio formado com a Petrobrás para aumentar a produção de petróleo na Bacia de Campos e os empréstimos concedidos à Telesp e à Telemar, isso sem mencionar os resultados muito positivos das visitas ao Japão dos Ministros das Relações Exteriores e da Fazenda e de governadores, esses liderando missões empresariais. O ambiente estava maduro para um novo

salto de qualidade nas relações entre o Brasil e o Japão, esforço que naturalmente demandava articulações e impulsos no mais alto nível. Em setembro de 2004, a convite do Governo brasileiro, visitou-nos o Primeiro Ministro Junichiro Koizumi, e, há poucas semanas, o Presidente Lula da Silva viajou ao Japão. Caso V. Exas. assim me autorizem, chegarei a Tóquio na alvorada de uma nova fase, iluminada, nas relações bilaterais. As visitas do Primeiro Ministro e do Presidente pautaram a minha agenda de trabalho com amplitude, densidade e precisão impressionante. Os interesses do Brasil e da gente brasileira estão claramente amparados, como se pode depreender dos onze documentos assinados durante a visita, dos quais destaco a revitalização das relações econômicas, a reativação da cooperação técnica, a re-intensificação da cooperação em ciência e tecnologia, a ampliação do programa de intercâmbio cultural e educacional, incluindo âmbitos acadêmico e esportivo, e de muito interesse para nós os avanços extraordinários nas áreas de Previdência Social e educação, beneficiando diretamente a comunidade nipo-brasileira residente em Tóquio para ajudá-la na integração à sociedade japonesa. Estabeleceu-se, também, o Conselho Brasil/Japão para o Século XXI, integrado por seis reconhecidas personalidades de cada país – do Congresso estará presente o Deputado Paulo Delgado – para apresentar sugestões sobre oportunidades futuras de aprofundamento das relações bilaterais. À margem desses documentos extraordinários, acrescente-se toda uma programação organizada paralelamente à visita de encontros empresariais, um dos quais, o seminário sobre oportunidades de investimentos, gerou 12 acordos, num total de 2 bilhões de dólares. Sr. Presidente, estimados Senadores, a abrangência e a complexidade da nova agenda entre o Brasil e o Japão exigirá de minha parte trabalho intenso de leitura e de conversas com os inúmeros agentes desse re-lançamento das relações bilaterais. As leituras já comecei e os contatos iniciarei tão logo receba a honrosa aprovação de V. Exas. à indicação de meu nome para chefiar a Embaixada do Brasil no Japão. Pretendo cumprir amplo programa de visitas, tanto a ministros e autoridades de Governo, como aos muitos empresários mais diretamente envolvidos com as múltiplas oportunidades que se abrem para o Brasil e o Japão. Pretendo, igualmente, reservar atenção especial a contatos com representantes da comunidade nipo-brasileira para deles colher contribuição importante ao reforço da dimensão humana das relações entre os dois países. Conto, ainda, com V. Exas para também reativar a Liga Parlamentar de Amizade Brasil/Japão, suporte essencial ao Executivo dos dois países na tarefa de definição e execução das ações prioritárias

que haverão de dinamizar ainda mais as relações bilaterais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Obrigado, Embaixador. Vamos seguir com a apresentação dos Embaixadores para fazer a sabatina, no final, de todos juntos. Aproveito a chegada do Senador José Agripino e passo ao Item nº 1, a Mensagem nº 121, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Embaixador Flávio Roberto Bonzanini, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo. Para a leitura da nossa relatoria, em função do ato da Mensagem do Presidente da República, passo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL -RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Mensagem nº 121, de 2005, do Senhor Presidente da República, submete à apreciação do Senado o nome do Sr. Flávio Roberto Bonzanini, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo. O Sr. Flávio Roberto Bonzanini, é bom que se faça o registro, ascendeu ao posto que hoje ocupa, de Ministro de Segunda, sempre por merecimento, o que é um dado que enobrece a sua carreira. No MRE exerceu os cargos de assistente da Divisão da Alalc, em 73, assistente da Divisão de Cooperação Intelectual em 84, foi chefe de gabinete da Subsecretaria Geral de Administração e Comunicações em 85, foi assessor da Secretaria Geral de Relações Exteriores em 86, foi secretário interino de Modernização e Informática em 87, foi subsecretário de acompanhamento, avaliação, orientação, coordenação e controle financeiro da Secretaria de Controle Interno, chefe da Divisão de Assistência Consular e chefe substituto da Direção Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior em 95. Em postos no exterior, nas missões diplomáticas, exerceu as funções de Conselheiro em Santiago, em 88; igualmente Conselheiro e Chefe de Chancelaria na Colômbia, em Bogotá, em 92; foi Ministro Conselheiro em Bruxelas, em 98; encarregado de negócios junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo, em 98; foi agraciado com a Ordem ao Mérito da República Italiana no Grau de Oficial, em 82; e com a Ordem do Mérito Aeronáutico no Grau de Comendador, em 95. Está indicado para exercer as funções de Embaixador na República do Congo, que tem hoje particular importância nas relações do Brasil com a África pela prioridade dada por S. Ex^a o Presidente Lula por razões diversas, mas também pela identidade que temos com o continente africano. Para lá vai uma

pessoa, na minha opinião, qualificada para a função, com méritos e, estou seguro, será capaz de fazer um bom trabalho. A ele desejo todo o êxito na missão. Essas são as considerações que tenho para o momento. Desde já, manifesto-me favorável à sua indicação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Agradeço ao Senador José Agripino e concedo a palavra ao Embaixador Flávio Roberto Bonzanini para fazer a sua exposição pelo tempo que julgar necessário, com muita satisfação, porque sei da importância desse cargo para as relações do Brasil no mundo. O Congo é, sem dúvida alguma, um dos maiores países da África e estreitar as nossas relações com o Congo é uma das tarefas, Embaixador, das mais importantes que temos. Passo a palavra ao Senhor.

O SR. FLÁVIO ROBERTO BONZANINI – Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Sr. Relator por suas amáveis palavras, Srs. Senadores, Senhores e Senhoras. Eu queria, em primeiro lugar, agradecer ao Presidente Lula e ao Ministro Celso Amorim por terem escolhido o meu nome para ser submetido a V. Exas, tendo em vista, caso aprovado, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo. Queria também agradecer esta oportunidade que me é dada por V. Ex^{as} de lhes falar, em grandes linhas, sobre aspectos geográficos, históricos e políticos da República Democrática do Congo, bem como sobre as relações bilaterais do Brasil com o Congo e algo ainda sobre as perspectivas de atuação da Embaixada em Kinshasa, caso venha a contar com a honrosa aprovação de V. Exas. A República Democrática do Congo, também conhecida como Congo-Kinshasa, possui uma extensão territorial de 2 milhões, 345 mil quilômetros quadrados. É o terceiro maior país africano, com superfície menor apenas do que a do Sudão e da Argélia, mas, ao contrário desses dois países, o Congo-Kinshasa não possui áreas desérticas e, portanto, o seu território e a sua integridade são aproveitáveis economicamente. Em termos mundiais, é o 12º país do mundo. Em sua área caberiam juntos, com folga, seis grandes países europeus, como a França, a Espanha, a Alemanha, a Polônia, a Itália e o Reino Unido. O Congo-Kinshasa integra a região conhecida como África Central e confina com nada menos do que nove países e o Oceano Atlântico. Tem no leste Uganda, Ruanda, Burundi, Tanzânia. No oeste, o Oceano Atlântico, a República do Congo, que também é conhecida como Congo Brazaville, e o Enclave de Cabinda, que faz parte de Angola. No norte, a República Centro Africana e o Sudão; no sul, confina com a Zâmbia e com Angola – com Angola em mais de 2.500 quilômetros. É por esses dados que muitos autores classificam o Congo-Kinshasa como um ver-

dadeiro subcontinente. Além de ser de longe o maior país dessa região da África, o seu território também se projeta em direção à África oriental. Inclusive, porções do país estão relativamente próximas ao Oceano Índico e a portos como o Dar-es-Salaam, na Tanzânia, e o Mombasa, no Quênia, e também em direção à África Austral, que é o caso da rica província de Katanga. A população do Congo está em torno de 55 milhões de habitantes. Os números não são muito precisos por causa da situação política, das guerras por que passou o país. Há também quem diga que a população é de 58 milhões, mas, em termos africanos, é o quarto país mais populoso, atrás apenas da Nigéria, do Egito e da Etiópia. O País possui uma alta taxa de crescimento populacional, em torno de quase 3% ao ano e calcula-se que em 2010 a população do Congo-Kinshasa irá superar os 60 milhões de habitantes, tornando-se o maior país francófilo do mundo. Portanto, com população superior a da França.

O Congo-Kinshasa conta com uma das maiores reservas minerais de todo o mundo, possui em quantidades expressivas, isto é, exploráveis economicamente: cobalto, cobre e diamantes, ouro, prata e zinco, nióbio, tantalita, tungstênio, cassiterita, estanho, manganês, urânio e petróleo. O país já foi chamado de um verdadeiro escândalo geológico.

Dispõe também de uma extensa malha fluvial, em grande parte navegável, possui enorme potencial hidrelétrico, e ainda abundância de terras agricultáveis, que se beneficiam de chuvas fartas e regulares.

Em termos de história, como se trata de um país bastante desconhecido, vou me deter rapidamente, os primeiros habitantes da região foram os pigmeus cujos descendentes até hoje compõem a população do Congo como uma pequena minoria. No leste do país o território foi ocupado por povos do rio Nilo, chamados nilóticos, mas, sobretudo, o país foi ocupado por povos bantos, vindos do leste da Nigéria e povos que fugiam há dois mil anos em crescente expansão do deserto do Saara, em direção ao sul. Quando os portugueses chegaram a Foz do Rio Congo, em 1482, já encontraram uma civilização bastante desenvolvida, o rei do Congo, que foi fundado no século XIV.

Os seus habitantes, além da produção de obras artísticas de grande qualidade, já trabalhavam o ferro, o cobre e o chumbo. Os portugueses ficariam no Congo quase 200 anos e, infelizmente, seriam os grandes incentivadores do tráfico de escravos, que assolou toda essa região durante vários séculos, até praticamente no final do Século XIX, na parte Oriental do país.

De 1885 a 1908, o Congo, com o nome de Estado Independente do Congo, constituiu propriedade particular do Rei Leopoldo II da Bélgica. Leopoldo II

legalizou o trabalho forçado e obteve grandes lucros com a exploração de borracha e de marfim.

Em 1908, o chamado Estado Independente do Congo tornou-se o Congo Belga, o que permaneceria até 1960, quando houve a proclamação negociada da independência. Depois de séculos sofrendo a terrível sangria de tráfico de escravos, o país ainda passou por uma colonização muito dura durante de mais de 75 anos. Ao tornar-se independente, em 1960, portanto, há 45 anos, o Congo-Kinshasa estava muito pouco preparado para a independência. Praticamente não havia quadros dirigentes. Calcula-se que em 1960 havia apenas 39 ou 40 congoleses com curso universitário.

Os primeiros cursos universitários do Congo foram fundados em 1954, apenas seis anos antes da independência. Nos primeiros anos da independência, de 1960 a 65 foram marcados por lutas internas e tentativas de secessão de várias províncias, inclusive a Província de Katanga, a mais rica do país.

Em 1965 ocorreu um golpe militar, liderado pelo Coronel Nobuto, que instaurou o regime ditatorial, que perduraria até 1997, isto é, uma ditadura de 32 anos. Em 97 esse regime foi posto abaixo por rebelião chefiada pelo Loran Desireé Kabila. Em 1998, em função de problemas com vizinhos, principalmente com Ruanda e Uganda, começou uma terrível guerra que é muito pouco conhecida no mundo Ocidental, que os autores chamam a primeira grande guerra africana, que envolveu nada menos do que oito países, sobretudo em território do Congo e essa guerra vitimou cerca de três milhões e meio de pessoas, de 400 a 500 mil para conseqüências diretas para o conflito e três milhões, em função de problemas de doenças, má alimentação e outras conseqüências da guerra. Essa guerra é considerada o conflito mais devastador que houve no mundo depois da 2ª Guerra Mundial. Esse conflito somente veio a terminar há pouco tempo, em dezembro de 2002. Em função dessa gravidade que a ONU mantém no Congo a maior força de paz em todo o mundo, com 17 mil homens.

Em janeiro de 2001, portanto, há pouco mais de quatro anos, o Presidente Loran Desireé Kabila, chefiou o golpe militar que derrubou o regime de Nobuto, foi assassinado num golpe palaciano, por um dos seus guarda-costas. Foi sucedido por Joseph Kabila, que até hoje ocupa a presidência e tem apenas 33 anos de idade – assumiu com 29 anos.

A presente situação política. Ao terminar a guerra, em dezembro de 2002, foi assinado um acordo de paz, chamado Acordo Global Inclusivo, envolvendo os antigos beligerantes congoleses. Em decorrência desse acordo, foi promulgada uma constituição transitória em abril de 2003, que está em vigor. Essa constituição

prevê um presidente da república, que é o Joseph Kabila, filho do líder assassinado e mais quatro vice-presidentes, numa tentativa de acomodar antigos líderes rebeldes e uma parte da Oposição política.

Essa constituição prevê um parlamento bicameral, composto de senado e assembléia nacional, e também prevê que esse 30 de junho – semana que vem, portanto – terminaria esse período de transição e deveriam ter sido realizadas eleições presidenciais, legislativas e ainda um referendun para aprovação da nova constituição que já foi terminada, digamos assim, num nível parlamentar, mas houve um atrasado nesse processo eleitoral, então, essa transição terminaria no dia 30 de junho. Teve de ser prorrogada por mais seis meses, estabelecido em função da prorrogação da transição, um calendário de eleições, que prevê para dia 27 de novembro deste ano um referendun para aprovar a nova constituição, que prevê, basicamente, um presidente, o primeiro ministro, o parlamento bicameral, uma descentralização administrativa, uma vez que as atuais 11 províncias divididas. Haveria 26 províncias, se uma tentativa de uma descentralização, mas sem chegar ao federalismo, porque se teme que o federalismo poderia levantar novamente o fantasma da secessão de parte do território.

Para 20 de março do ano que vem, haveria eleições legislativas e o primeiro turno eleições presidenciais, e para 30 de abril o segundo turno das eleições presidenciais.

O problema neste momento é que a Oposição política, que tem como Líder Étienne Tshisekedi, líder socialista histórico e moderado entende que a partir da quinta-feira da semana que vem terminaria a transição negociada em 2002 e 2003 e que o atual governo perderia a legitimidade. Então, a oposição está ameaçando levar o povo à rua na semana que vem e existe uma grande possibilidade, realmente, que volte a haver conflitos no país.

Naturalmente, o Governo também está se preparando para essa eventualidade e o que a oposição alega é que o atraso do calendário eleitoral é uma responsabilidade basicamente do atual governo, que estariam usando esse pretexto para prorrogar a transição por mais seis meses e depois, novamente, mais seis meses. É um momento difícil.

Enfim, eu mesmo tive a oportunidade de lá... na Bélgica de contatar por razões de conhecimento histórico que a Bélgica tem por sua presença durante quase um século, então a própria Bélgica já ofereceu uma colaboração ao Brasil no caso de fazer-se necessária a evacuação de brasileiros, que há de 30 a 40, na próxima semana. Podem ocorrer problemas e

pode não ocorrer, mas essa eventualidade existe efetivamente.

Enfim, quanto à economia do país baseia-se, sobretudo, na exploração de recursos minerais, como dizia antes e, sobretudo, cobalto, cobre e diamantes. Há também uma exploração de café para a exportação, uma agricultura basicamente subsistência e uma indústria de alimentos bastante modesta. Em geral há muitas atividades de economia informal.

Em 2004 a economia, que saiu de um longo período de guerra, de uma grande derrocada econômica deu algumas amostras de recuperação e o crescimento do PIB em 2004 foi em torno de 7%, embora as estatísticas não sejam confiáveis.

A taxa de desemprego situa-se em torno de 70% e a inflação está sob relativo controle, por volta de 8% em 2004. O PIB do país é de apenas 9 bilhões de dólares e a renda **per capita** não supera 170 dólares, é baixíssima.

A expectativa de vida é de apenas 50 anos de idade. O comércio exterior é modesto, em torno de 1,5 bilhão de dólares de exportações, e importações em torno de 1 bilhão de dólares.

Relações bilaterais. Diante desse quadro, naturalmente essa conclusão é quase obvio que as relações bilaterais são bastante modestas do Brasil com a República Democrática do Congo. Desde 1998 o Brasil não mantém embaixador no Congo, portanto, há 17 anos. Nossa Embaixada foi desativada em 1997 com o grande agravamento da situação política interna e justamente em 2004 houve a decisão de reativar a Embaixada, dentro desse quadro de renovada prioridade atribuída à África pelo Governo do Presidente Lula, que decidiu reabrir a Embaixada em Kinshasa e em outras embaixadas no continente africano, mas levando-se em conta, no caso específico do Congo, o grande peso desse país na África, um país, como eu dizia antes, muito extenso, subcontinente, população grande, 600 milhões de habitantes praticamente, e com grande peso regional, confina, como dizia, com nove países e um Congo estável vai influenciar naturalmente, positivamente, vários outros países dessa área.

Apenas de um fator digno de nota mais recentemente, um dos vice-Presidentes Jean-Pierre Bemba visitou o Brasil em março deste ano, que foi uma sinalização importante que é o desejo do Congo-Kinshasa de retomar contatos de alto nível com o Brasil.

O nosso comércio bilateral é muito modesto também. Em 2004 o Brasil exportou 13 milhões de dólares e importou apenas 367 mil dólares. Nossas exportações mais importantes são de carne e frango congelada, confeitos de chocolate em geral, reboques para

transporte de mercadorias, açúcar de cana e ferramentas manuais.

Nas nossas importações do Congo apenas três produtos se destacam: o cobalto bruto, válvulas para transmissões e sucos e extratos vegetais.

Se eu tiver a honra de ter a aprovação de V. Ex^{as}, procurarei desenvolver o trabalho principalmente em torno da articulação de visitas e contatos bilaterais nos dois sentidos. Por exemplo, visitas comerciais econômicas, missões culturais. E uma outra parte importante do trabalho será o acompanhamento do quadro político local e da situação política da África Central em geral.

Também procurarei examinar as possibilidades que o Brasil tem de colaborar para encontrar soluções para a situação de instabilidade quase crônica do País. Inclusive, em 2003 o Brasil enviou dois aviões da nossa força aérea para transporte de tropas da ONU. E também há a possibilidade de colaboração na área institucional. Outras possibilidades existem também no setor hidrelétrico congolês. Poder-se-ia cogitar, por exemplo, de enviar missão do Ministério de Minas e Energia para estudar a possibilidade de cooperação nessa área, uma vez que o Rio Congo tem uma capacidade hidrelétrica de cerca de 40 mil megawatts, seria mais ou menos quatro Itaipus, ou duas ou três gargantas da China.

Também pretendemos colaborar para a organização de uma missão empresarial congoleza ao Brasil para difundir oportunidades de negócios na República Democrática do Congo. Ainda outras possibilidades são no dia-a-dia, prestar apoio a ações pontuais de empresários brasileiros. Em termos de cooperação técnica haveria duas áreas principais, seria a agricultura, através, por exemplo, da Embrapa. Uma das áreas que me ocorre seria a de aprimoramento de sementes, que a Embrapa poderia fornecer, em cooperação. E ainda outras áreas que surgem são de cooperação na área de manejos de recursos hídricos, porque há uma grande semelhança entre a Bacia Amazônica e Rio Amazonas com o Rio Congo e a Bacia do Rio Congo. O Rio Congo é o segundo maior rio do mundo em volume d'água e a bacia do Rio Congo, por sua vez, tem uma área florestal no Congo de mais de um milhão de quilômetros quadrados. Então é uma cooperação entre o Brasil e o Congo nessas duas áreas. O manejo de recursos hídricos e o manejo de recursos naturais em geral são muito promissores.

Na área cultural, também teriam projetos com uma galeria de artes especializada em assuntos africanos, de São Paulo, que justamente aproveitaria essa herança cultural africana do Brasil. E também

uma segunda área seria a organização de cursos de português gratuitos.

Ainda outros projetos poderão ser desenvolvidos, mas creio que uma parte do meu trabalho, se contar com a aprovação dos senhores, seria justamente no início avaliar que áreas o governo congolês melhor funciona. Porque na verdade o País sai de uma situação de guerra, está numa situação de pós-conflito, há ameaças ainda de uma volta a uma situação de guerra. E há ministérios, pude verificar, como o da Saúde, que conta com um orçamento mensal operativo de apenas US\$ 2 mil mensais. Então, há que se estudar que áreas que apresentam mais possibilidades de levar adiante a cooperação.

Finalmente, gostaria de ressaltar que a decisão do Brasil de reabrir a embaixada no Congo, em Kinshasa, num momento de sérias dificuldades, constitui uma forte e positiva sinalização da vontade brasileira em estabelecer laços duradouros e sólidos com esse grande e promissor país que é a República Democrática do Congo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Sr. Relator, muito obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF)
– Obrigado, Embaixador.

Passo agora ao item 2 da nossa pauta. Mensagem 139, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. João Batista Cruz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República de Guiné-Bissau.

Na ausência do Senador José Jorge, eu peço ao Senador Mozarildo que seja um Relator **ad hoc**.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB - RR)
– Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, em cumprimento ao art. 52, inc. IV, da Constituição, o Presidente da República submete à prévia apreciação do Senado a indicação do Sr. João Batista da Cruz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Guiné-Bissau, por meio da Mensagem em epígrafe.

Atendendo a preceito regimental, a mensagem presidencial se faz acompanhar da exposição de motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores e do **currículum vitae** do Diplomata indicado.

Do informe preparado por aquele Ministério, recolhemos os dados abaixo para este relatório, que servirá de subsídios para decisão desta Comissão.

O Sr. João Batista da Cruz é brasileiro, nascido em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 24 de junho de

1944. Filho de João da Cruz Gonçalves e Sebastiana Maria. Ingressou no Quadro do Ministério das Relações Exteriores como 3º Secretário em 1976, ascendeu a Conselheiro em 1994 e alcançou o posto de Ministro de Segunda Classe em 2001, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: Chefe da Divisão de Instituições de Ensino e Pesquisa, em 1993, Assessor do Departamento de África e Oriente Próximo, em 2002, e Co-Editor da Revista Diplomacia Estratégia e Política, em 2005. Em 2001, concluiu o curso de altos estudos no Instituto Rio Branco, defendendo a tese “O Paraguai pós-Stroessner, autoritarismo e democracia” e publicou, em 2002, a obra CPLP, Oportunidades e Perspectivas.

No exterior, ressaltam-se os postos de Encarregado de Negócios, da Embaixada em Port of Spain, em 977, Encarregado de Negócios na ausência do Titular da Embaixada em Atenas, em 78, Encarregado de Negócios na Embaixada de Trípoli, em 79, Encarregado de Negócios na Embaixada em Beirute, Cônsul-Geral Adjunto em Montevidéu, em 87, Encarregado de Negócios na Embaixada de La Paz, em 91, Conselheiro em Roma, em 95, Encarregado de Negócios na Embaixada em Jacarta, em 95, Cônsul-Geral Adjunto em Assunção, em 98, e Encarregado de Negócios na Embaixada da Guatemala, em 2003, e Encarregado de Negócios da Embaixada em Dakar, em 2004.

O Diplomata João Batista da Cruz participou ainda de diversas missões temporárias representando o Governo brasileiro. Sobre o país para o qual se pretende a nomeação como Embaixador do referido Diplomata, a República de Guiné-Bissau, aduzimos aqui algumas considerações, sempre no intuito de subsidiar o debate e a decisão a cargo desta Comissão e com base no informe preparado pelo Ministério das Relações Exteriores.

A República de Guiné-Bissau situa-se na África Ocidental confinando com o Oceano Atlântico, com o Senegal e com a Guiné. Sua Capital é a Cidade de Bissau. O País tem uma área de 36.125.000 km², população de 1.400.000 habitantes, um PIB de 1,16 bilhão e renda **per capita** em torno de US\$900, dados de 2003.

Desde sua independência de Portugal, em 74, o País tem enfrentado diversas crises institucionais, a principal delas tendo sido a guerra civil que eclodiu em 98. O capítulo mais recente em outubro de 2004 representou um sério golpe na expectativa que vinha sendo depositada no processo de transição iniciado um ano antes. Esta crise militar demonstrou a precariedade do esforço de estabilização em vista da fragilidade das instituições e da estagnação da economia,

fatores de discórdia numa sociedade habitualmente fragmentada.

Essa crise evidenciou a necessidade de se atribuir prioridade máxima à reestruturação das Forças Armadas e de retirar-lhes o papel que vêm desempenhando, de árbitro da vida política. Como defende o Brasil, juntamente com outros países, a crise atual demonstra a necessidade de que se identifique o apoio internacional à estabilização e à retomada do desenvolvimento do País, interrompido com a guerra civil de 1998.

A Guiné-Bissau é fortemente dependente de ajuda externa. 55% do seu orçamento vêm de assistência oficial de outros governos. A agricultura é o setor mais dinâmico da economia e que emprega mais de 80% da força de trabalho. Grande parte da produção volta-se para a subsistência. Ainda assim, a Guiné-Bissau é um dos poucos países da África em condições de exportar produtos primários, como peixe, castanha de caju e algodão.

O atual governo de transição vem obtendo bons resultados no plano econômico, tendo preenchido os requisitos necessários para retomada do diálogo com os principais organismos financeiros internacionais e com os representantes da comunidade doadora.

As relações do Brasil com a Guiné-Bissau são amistosas e cooperativas, embora ainda não muito expressivas, inclusive pelas dificuldades de interlocução com as autoridades e instituições locais. O governo brasileiro, ciente da necessidade de apoiar os esforços da democratização e estabilização do país, aprovou, em 2001, o estabelecimento da parceria com a Guiné-Bissau, buscando priorizar programa de cooperação com o País. O intercâmbio comercial bilateral é bastante modesto, atingindo, em 2003, a cifra de US\$ 257,52 mil, composta exclusivamente de exportações brasileiras.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta comissão possuem, portanto, os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Embaixador João Batista Cruz para fazer a sua exposição.

O SR. JOÃO BATISTA CRUZ – Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senhoras e senhores, inicialmente gostaria de agradecer ao Senador Mozarildo Cavalcanti pelas referências a minha pessoa. E tomo a liberdade também de agradecer a

presença da minha mulher, Maria, e da minha filha, que vieram me dar uma força.

Quero dizer que me sinto muito honrado em comparecer a esta comissão nessas circunstâncias. E gostaria de registrar o meu agradecimento ao Senhor Presidente da República, ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, ao Sr. Secretário-Geral das Relações Exteriores pela deferência que me é concedida de, caso vir a ser aprovado por esta Casa, assumir o cargo de embaixador junto à República da Guiné-Bissau.

O Senador já deu alguns dados sobre o País, então vou direto aqui, apenas gostaria de completar dizendo que se trata de, segundo o índice das Nações Unidas, um dos dez países mais pobres do mundo, sendo que apenas 36% da população adulta consegue ler e escrever, e a expectativa de vida é de quarenta e cinco anos e uma taxa de mortalidade infantil de 124/1000, o que caracteriza essa condição de país muito pobre.

A história recente da Guiné-Bissau é marcada por uma profunda crise sócio-econômica, atribuída, em grande parte, à instabilidade crônica que o país vive desde a sua independência de Portugal. A luta armada pela independência teve início em 1961, comandada pelo herói nacional Amílcar Cabral. Em 1973, Amílcar foi assassinado, e os guineenses proclamaram a sua independência de maneira unilateralmente de Portugal. Assumiu como primeiro Presidente o irmão de Amílcar Cabral, Luiz Cabral.

Da independência até hoje, a Guiné-Bissau teve cinco presidentes, três dos quais, Luiz Cabral, João Bernardo Nino Vieira e Kumba Yala, foram depostos por golpes militares. E os outros dois foram presidentes interinos que assumiram com um mandato de convocar eleições e dar posse ao novo presidente constitucional.

Em 1980, Luiz Cabral, o primeiro Presidente, foi deposto por um golpe militar comandado pelo General João Bernardo Nino Vieira, que também era herói da guerra de independência.

Nino Vieira foi o que governou o país por mais tempo, por cerca de dezoito anos, de 1980 a 1998, sendo os últimos quatro anos como Presidente Constitucional eleito em um pleito por ele próprio convocado. Mas seu mandato caracterizou-se por uma grave crise econômica e social e provocou a sua queda em 1998, após um ano de sangrentos combates que deixaram muitas vítimas e um país totalmente arrasado.

O último Presidente Constitucional, eleito em 2002, Kumba Yala, foi também derrubado por um levante militar em 2004. Desde então o país vem sendo governado por um presidente de transição, de nome

Henrique Rosa, que deverá transmitir o cargo ao presidente que será escolhido no processo eleitoral ora em andamento. O primeiro turno foi realizado no domingo passado e hoje de manhã eu liguei para a Embaixada e obtive os resultados desse primeiro turno, que foram publicados hoje pela manhã, e o candidato do Governo, Malan Bacai Sanhá, teve 35% dos votos, o General Nino Vieira, também candidato independente, teve 29%, e Kumba Yala teve 25%. Todos três são ex-Presidentes que estão como candidatos agora. E nessas condições haverá um segundo turno, que estaria previsto para o próximo dia 17.

Com referência à economia o país, a Guiné-Bissau é fortemente dependente da ajuda externa: 50% do seu orçamento vêm da assistência social de outros Governos.

A instabilidade política observada nos últimos anos, sobretudo após essa guerra civil de 1998 e os conseqüentes enormes prejuízos em todos os setores, levou os organismos internacionais, assim como os potenciais investidores e doadores, a diminuírem e, em muitos casos, até mesmo congelarem os investimentos ou a ajuda ao país. Nessas condições a Guiné-Bissau entrou numa acentuada recessão da atividade econômica e em 2002 o PIB chegou ao índice de menos 7,2%.

O Estado nas atuais condições não dispõe de recursos para pagar os salários dos funcionários públicos e depende da ajuda externa até mesmo para o pagamento do soldo dos militares. Mas essa situação extremamente negativa que eu descrevi até agora contrasta com o potencial do país. Com 200 quilômetros de costa marítima a Guiné-Bissau dispõe de uma zona econômica das mais ricas da África Ocidental.

O setor primário concentra a atividade econômica do país empregando 83% da população ativa e ele é o responsável por 93% das exportações. Que, na verdade, essas exportações são basicamente castanhas de caju que são exportadas unicamente para a Índia. E os analistas estão muito preocupados porque a Índia está num trabalho de depuração dessa cultura e espera ser auto-suficiente a partir de 2007, o que poderá causar um novo problema dentro do país, não é?

Além disso, também em termos positivos, deve ser mencionado o potencial do subsolo, onde já foram identificados importantes reservas ainda não exploradas de fosfato, calculada em cerca de 100 milhões de toneladas, e bauxita cerca de 110 milhões.

Recentemente, há uns dez dias, em conversa com um executivo da Petrobrás ele me adiantou que a empresa desta em negociações e sobre a possibilidade de vir a participar da exploração de petróleo na bacia comum entre o Senegal e a Guiné-Bissau. Mas muito

provavelmente será a agricultura que desempenhará um papel decisivo na diversificação das exportações, sobretudo se o setor conseguir atrair os investimentos estrangeiros.

A ação externa da Guiné-Bissau está voltada essencialmente para os objetivos básicos de obter e diversificar a ajuda internacional e promover a integração regional. Por quê? Porque como país pequeno e pobre a Guiné-Bissau vê no sistema multilateral a oportunidade para obtenção de ajuda externa de que tanto necessita. É nesse sentido que o país demonstra um grande interesse no fortalecimento do sistema de integração regional africano, particularmente a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental - CDAO, a União Africana, bem como a CPLP e o sistema das Nações Unidas. A União Européia é o mais importante parceiro da Guiné-Bissau, tanto pela cooperação econômica e técnica diretamente prestada, como também pelo apoio que a União Européia dá ao país no sentido de obtenção de financiamentos, empréstimos e doações de organismos multilaterais, como o FMI, o Banco Mundial. O Banco Africano de Desenvolvimento e outros.

Ainda no aspecto internacional, em 2006, a Guiné-Bissau deverá sediar a Cúpula dos Chefes de Governos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Isso representa muito em termo de visibilidade internacional, mas também em termos de movimentação na preparação da estrutura física necessária à organização de um evento do qual deverão participar pelo menos oito Chefes de Estados com suas comitivas.

No que diz respeito às relações com o Brasil, no seu discurso de posse o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu a política para a África como uma das prioridades da política externa do seu Governo. E, de fato, no início deste ano tanto o Chanceler Celso Amorim como o Presidente visitaram o país numa demonstração da importância que o Brasil atribui à Guiné-Bissau. As relações bilaterais são amistosas e cooperativas muito embora ainda pouco expressivas em função das dificuldades de interlocução com as autoridades e com as instituições locais e da própria instabilidade do país.

A Guiné-Bissau é um dos principais beneficiários do Programa de Estudantes, convênio do Brasil, que só neste ano matriculou em universidades brasileiras 186 alunos da Guiné-Bissau. É um número expressivo porque o total de vagas dirigidas ao continente africano está na ordem de 650. Então foi cerca de 30% dessas vagas ocupadas por estudantes da Guiné-Bissau.

Na área de cooperação técnica, está em fase de instalação, em fase final de instalação o Centro de Formação Profissional, o CENAI, que trará uma significativa

contribuição à formação de mão-de-obra fundamental nesse início de processo de recuperação do país.

Na área da saúde o Brasil desenvolve um projeto de iniciativa do Ministério da Saúde para o combate ao HIV, Aids, fornecendo medicamentos e assistências no atendimento e na formação de técnico no setor. Além desses projetos, encontra-se em fase de estudos a implantação de programas nas áreas de alfabetização e formação de professores e técnicos de ensino.

As eleições presidenciais que tiveram início no domingo passado foram consideradas pelos observadores internacionais que aí se encontram, cerca de 300, como democráticas, justas e transparentes, tendo sido amplamente comentado o civismo e a tranquilidade com que foram realizadas. Aliás, encontra-se na Guiné-Bissau nesse momento seis técnicos do Tribunal Regional de Minas Gerais, inclusive o Diretor-Geral do Tribunal, Dr. Levindo Coelho, que estão trabalhando e dando apoio à realização desse pleito, sobretudo na área de informática. São técnicos nesse aspecto de informatização das eleições.

Esse processo eleitoral em curso poderá representar um marco na história da Guiné-Bissau. Ele poderá dar início ao tão esperado processo de estabilização político-sócio-econômico que colocará o país definitivamente no rumo da prosperidade. Mas a paz e estabilidade na Guiné-Bissau são conceitos extremamente frágeis e requerem o envolvimento de todos os atores nacionais e internacionais para a sua consolidação. O país na situação em que se encontra constitui ser um grande desafio. Um desafio para o seu povo, um desafio para os seus governantes, estadistas, políticos, militares, civis ou não, um enorme desafio para a comunidade internacional de cujas ações dependem até mesmo a sobrevivência da Guiné-Bissau como Estado. E é também um desafio para o Brasil enquanto idealizador e grande estimulador da comunidade dos países de língua portuguesa e que tem grande interesse na estabilidade e no progresso de cada um dos seus oito membros.

Eu devo dizer que caso venha a ser aprovado por esta Casa será para mim uma grande honra poder também participar de alguma maneira desse desafio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF)

– Antes de passar à parte seguinte dessa sabatina, eu queria convidar o vice-Presidente a sentar à Mesa conosco. Foi uma falha, deveria ter chamado desde o primeiro momento, Senador Azeredo.

Bem, terminada a leitura dos relatórios e as apresentações dos Srs. Embaixadores, de acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do

Regimento Interno eu devo transformar esta reunião em caráter, a partir de agora, secreto afim de que nós possamos ter as arguições a serem feitas pelos Srs. Senadores. Nesse sentido, eu peço a cada um dos que nos assistem que nos deixem por alguns momentos enquanto fazemos as arguições, depois a votação e no final convidaremos todos para que outra vez venham assistir ao resultado. (Pausa.)

(Converte-se a reunião em secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF)

– Eu quero comunicar que, feita a apuração, todos os três candidatos a Embaixador, cada um deles, teve a unanimidade dos votos.

Portanto, eu tenho o prazer de dizer que vamos ter esses novos Embaixadores nesses países, aos quais eu desejo, em nome da nossa Comissão, toda sorte, que também será sorte para nós, o Brasil. Vamos pedir que essas mensagens aprovadas sigam imediatamente para o Plenário e que no plenário seja aprovada logo que houver uma desobstrução da pauta e pudermos votar.

Então, boa sorte a cada um e muito obrigado pela presença dos Srs. Senadores, pelos familiares.

Adio, portanto, o Requerimento nº 27, porque o Senador Hélio Costa não está presente.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h55min.)

Ata da Sexta Reunião Extraordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada no Dia Vinte e Nove de Junho do Ano de Dois Mil e Cinco, às Onze Horas.

Às onze horas do dia vinte e nove de junho do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO AZEREDO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, JOSÉ JORGE, ROMEU TUMA, MOZARILDO CAVALCANTI, ÁLVARO DIAS, TASSO JEREISSATI, ROBERTO SATURNINO, HERÁCLITO FORTES, JOÃO BATISTA MOTTA, ARTHUR VIRGÍLIO, MARCO MACIEL, CÉSAR BORGES, FLEXA RIBEIRO, RODOLPHO TOURINHO, SÉRGIO ZAMBIASI, LÚCIA VÂNIA, MARCELO CRIVELLA, PEDRO SIMON, HÉLIO COSTA e CRISTOVAM BUARQUE**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Havendo inversão de ordem, passa-se à apreciação da pauta. **Extra Pau-**

ta – Item 04: Requerimento nº 28, de 2005 - CRE, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Requer nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam encaminhados Votos de Aplauso em nome do Senado Federal, por intermédio desta Comissão de Relações Exteriores, ao Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, senhor KOICHIRO MATSUURA, em face do brilhante trabalho desenvolvido pela UNESCO no Brasil, e especialmente pelo seu representante Doutor JORGE WERTJHEIN”. Fazem uso da palavra os Senadores **SÉRGIO ZAMBIASI**, para justificar seu Requerimento, e o Senador **MARCO MACIEL**. Aprovado.

Item 01: Mensagem (SF) nº 149, de 2005, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora KÁTIA GODINHO GILABERTE, ministra de segunda classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal, exercer o de Embaixadora do Brasil junto à República de Gâmbia”. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**, para fazer a leitura de seu relatório. **Item 02:** Mensagem (SF) nº 155, de 2005, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Edmundo Sussumu Fujita, Ministro de primeira classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **MARCO MACIEL**. Fazem uso da palavra o Embaixador **EDMUNDO SUSSUMU FUJITA**, para fazer sua exposição de motivos, e o Senador **EDUARDO SUPLICY**. **Item 03:** Mensagem (SF) nº 158, de 2005, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Maria Celina de Azevedo Rodrigues, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Comunidades Européias”. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador **MARCO MACIEL**, para fazer a leitura de seu relatório. Fazem uso da palavra a Embaixadora **MARIA CELINA DE AZEVEDO RODRIGUES**, para sua exposição de motivos, e os Senadores **EDUARDO SUPLICY** e **ARTHUR VIRGÍLIO**. O Senador Eduardo Azeredo passa a Presidência ao Senador Cristovam Buarque. **Extra Pauta – Item 01:** Requerimento nº 34, de 2004 - CRE, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (SF), para dar conhecimento à Comissão sobre “Cópia do Ofício Nº 05/2005, do Ministro de Estado das

Relações Exteriores, encaminhando informações em resposta ao Requerimento Nº 1.588, de 2004, relativo aos gastos das missões de paz sob a égide da ONU”. Dado conhecimento à Comissão. **Extra Pauta – Item 02:** Requerimento nº 04, de 2005 - CRE, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (SF), para dar conhecimento à Comissão sobre “Cópia do Ofício Nº 11/2005, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 175, de 2005, relativo ao seqüestro do cidadão brasileiro João José Vasconcellos Júnior”. Dado conhecimento à Comissão. **Extra Pauta – Item 03:** Requerimento nº 27, de 2005 – CRE, de autoria do Senador Hélio Costa, que “Requer nos termos do inciso V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para expor perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o desempenho das tropas brasileiras atualmente servindo à Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH): Vice-Presidente da República José Alencar – Ministro da Defesa; Embaixador Celso Amorim – Ministro das Relações Exteriores; General Augusto Heleno Ribeiro - Comandante da Força de Paz da ONU no Haiti”. Adiado. A Reunião torna-se secreta. Reaberta a sessão, o Senhor Presidente informa a aprovação dos Embaixadores por unanimidade. Tendo designado para escrutinadores os Senadores **PEDRO SIMON** e **MARCO MACIEL**. O Senhor Presidente e o Senador Eduardo Suplicy apresentam Requerimento de Urgência na tramitação das Mensagens Nº 149, 155 e 158, de 2005. Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO SUP LICY**. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião, às treze horas, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SEXTA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA
SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO
DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE
DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO,
ÀS ONZE HORAS.**

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações

e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Dispensada.

Antes de passar à pauta, quero trazer ao conhecimento dos Srs. Senadores dois comunicados.

Primeiro, o comunicado do Senador Sérgio Zambiasi, como Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, dando ciência do Seminário que será realizado em 18 de agosto do corrente ano, abordando o tema “O Parlamento e o Mercosul”, conforme requerimento do Deputado Dr. Rosinha. A reunião será realizada aqui em Brasília, e os Senadores que mostrarem interesse em participar desse evento deverão procurar a nossa Secretaria.

Segundo, o comunicado que diz respeito a um convite da Embaixada da Espanha para o evento a ser realizado no dia 15 de julho, o I Fórum Parlamentar Ibero-Americano. A reunião será realizada inicialmente em São Paulo, no Instituto Cervantes, e a delegação espanhola será composta pelo presidente da Comissão de Assuntos Exteriores e Cooperação e mais sete membros dos grupos parlamentares do Senado. A delegação brasileira deverá estar composta de forma similar.

Para que possamos organizar a viagem da delegação espanhola, precisaremos da disponibilidade dos parlamentares brasileiros para esta data.

O Fórum Parlamentar Ibero-Americano também será realizado de 30 de setembro a 1º de outubro na cidade de Bilbao, na Espanha. Portanto, teremos a primeira reunião aqui no Brasil, com a delegação espanhola, e, no segundo semestre, a reunião na Espanha.

É interessante lembrar que este Fórum acontecerá por ocasião da 15ª Reunião Ibero-Americana de Salamanca, organizado também pelo Senado espanhol, e o Presidente Lula estará presente.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, solicito inversão de pauta para votação do item 1.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Nada havendo a obstar, está aprovado o requerimento do Senador Sérgio Zambiasi para inversão da pauta, para depois ouvirmos os Embaixadores e a Embaixadora.

Extra-Pauta - Item 01, Requerimento nº 28, de 2005, requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, que seja encaminhado voto de aplauso, em nome do Senado Federal, por intermédio da Comissão de Relações Exteriores, ao Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, Sr. Koichiro Matsuura, em

face do brilhante trabalho desenvolvido pela Unesco no Brasil, especialmente pelo seu representante, Dr. Jorge Werthein.

O requerimento é de autoria do Senado Sérgio Zambiasi, a quem passo a palavra.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, este requerimento refere-se ao trabalho que a Unesco faz no Brasil, sob a orientação do Dr. Jorge Werthein, um grande idealista que transformou o escritório brasileiro da Unesco no mais importante do mundo. Durante sua gestão, iniciada em 1996, o Dr. Jorge Werthein aumentou de 25 para 250 o número de funcionários e aumentou o volume de recursos captados cerca de 25 vezes, perfazendo 30% do volume de operações da Unesco em todo o mundo. Os investimentos saltaram de R\$12 milhões para R\$300 milhões por ano. Nos dias de hoje, a Unesco conta com escritórios-antena em várias capitais brasileiras, como Porto Alegre, Natal, Cuiabá, Recife, Salvador, Rio e São Paulo. Posso dizer com segurança que a ampliação das atividades desta Organização nos últimos anos é impressionante. Muitos são os projetos de abrangência nacional que contam com a participação ou com o assessoramento técnico da Unesco mediante parcerias com o governo e com entidades da sociedade civil. Podemos citar, entre tantos, o caso desta semana, quando foi lançado nesta Casa o estudo “Mortes matadas por armas de fogo no Brasil (1979-2003)”, comparando a situação do Brasil com outros países e que é importante documento de pesquisa para nossa reflexão quanto à campanha do desarmamento.

São exemplos que revelam a extraordinária contribuição da Unesco ao Brasil e que justificam essa manifestação, destacando o trabalho de seus servidores e especialmente do seu representante, Dr. Jorge Werthein, pelos relevantes serviços prestados ao País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Em rápidas palavras, quero-me solidarizar com a manifestação do Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – As palavras do Senador Marco Maciel aprovam também o requerimento.

O requerimento, então, está aprovado.

Passamos ao Item 1 da pauta, Mensagem nº 149, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª Kátia Godinho Gilaberte, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para que, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal

– ela esteve recentemente nesta Comissão aprovada para a República do Senegal –, possa também exercer o de Embaixadora do Brasil junto à República da Gâmbia.

O Relator é o Senador Sérgio Zambiasi, a quem peço que dê início à leitura do seu relatório.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Presidente, Senador Eduardo Azeredo, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz da Srª Kátia Godinho Gilaberte, Ministra de Segunda Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal, exercer o de Embaixadora do Brasil junto à República da Gâmbia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática do Quadro Permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o **curriculum vitae** da diplomata indicada, do qual extraímos para este relatório as informações que seguem e já distribuídas às Srªs e aos Srs. Senadores componentes desta Comissão.

O nosso voto é favorável e, diante do relatório, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Zambiasi.

Passo então para o Item 2, Mensagem nº 155, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Edmundo Sussumu Fujita, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.

Autoria da Presidência da República. O Relator é o Senador Arthur Virgílio, que aqui já esteve presente, mas está neste momento numa reunião de Líderes. Peço então ao Senador Marco Maciel que possa relatar **ad hoc**.

Com a palavra, o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por designação do Sr. Presidente, passo a relatar como Relator **ad hoc** a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Ministro de Primeira Classe Edmundo Fujita para exercer as funções de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.

Acho que é desnecessário lembrar que o envio desta mensagem ao Senado Federal decorre de uma exigência constitucional alojada no art. 52, inciso IV, da Carta Magna brasileira.

Sem querer descer a apreciações meramente curriculares, eu não gostaria, todavia, de deixar de fazer uma referência que o Ministro de Primeira Classe Edmundo Fujita ingressou na carreira diplomática em 1976 e ascendeu aos diferentes postos, sempre por merecimento. Desempenhou relevantes funções tanto na casa, no Itamaraty, quanto no Exterior e tendo participado também da missão brasileira junto à ONU em diferentes oportunidades, além de seu trabalho ser reconhecido de diferentes formas, o que podemos aferir pelo reconhecimento que teve por condecorações que recebeu ao longo da sua vida diplomática.

Fico muito à vontade para relatar a sua indicação, posto que já o conheço há bastante tempo e aprecio muito o trabalho que ele realiza com profissionalismo, que é a característica do Itamaraty, mas também com seu discernimento, com sua inteligência e, sobretudo, com sua dedicação ao trabalho.

Daí por que, Sr. Presidente, o meu parecer é no sentido do acolhimento da indicação do Presidente da República. Reservo-me a fazer quaisquer considerações finais após a exposição que S. Ex^a vier a fazer.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao Sr. Edmundo Sussumu Fujita para fazer sua exposição pelo tempo que julgar necessário, sendo o mais objetivo possível para que possamos dar prosseguimento a esta reunião.

O SR. EDMUNDO SUSSUMU FUJITA – Exm^o Sr. Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Exm^o Sr. Senador Marco Maciel, Relator **ad hoc**, nobres membros da Comissão de Relações Exteriores – queria notar também a presença do Ministro Flávio Bierrenbach, do Superior Tribunal Militar, cuja presença muito me honra aqui –, senhoras e senhores, caros amigos, a minha indicação para representar o Brasil na República da Indonésia constitui um desafio e uma oportunidade para mim. Desafio porque estarei atuando numa área em que a presença brasileira ainda é relativamente nova, e uma oportunidade justamente por ter a ocasião de poder aprofundar essa presença brasileira numa área que certamente é a última grande fronteira diplomática para o Brasil.

Colocando em um contexto maior, amplo, a Ásia, onde se insere a Indonésia, é uma das regiões claramente mais dinâmicas do mundo atualmente. Ali coexistem civilizações milenares com espaços econômicos

ultra-avançados. É uma região de extremo dinamismo, que vem servindo praticamente como a locomotiva da economia mundial hoje em dia. Ali existem alguns grandes atores que interagem e que influenciam os acontecimentos não só na região como também fora dela. Eu mencionaria, apenas a título de exemplo, a China, obviamente, a Índia, o Japão e a Associação de Nações do Sudeste Asiático, conhecida pela sigla de Asean.

A Asean, como os senhores sabem, é uma associação muito importante na região, que congrega dez países, contendo uma população de 550 milhões de habitantes, tem um PIB conjunto de US\$686 bilhões e uma taxa média de crescimento de 5% a 6% ao ano. O comércio internacional da Asean é da ordem de US\$800 bilhões e tem atraído grandes investimentos internacionais, quer da Europa, quer dos Estados Unidos, quer do Japão, isto é, dos grandes centros investidores. No âmbito da Asean, a Indonésia é um dos países mais importantes. Possui a maior economia da Associação, com um PIB de US\$257 bilhões, que equivale a mais de um terço do PIB conjunto da Asean, contém a quarta maior população do globo e é o maior país muçulmano do planeta, praticando a religião muçulmana da linha moderada. Então é um país que tem um perfil muito peculiar e que tem grande potencialidade, devendo se tornar um grande centro político, econômico e cultural.

A taxa média de crescimento da Indonésia nos últimos dez anos, antes da crise asiática, era da ordem de 7,5% a 8% ao ano. Com a crise, obviamente ela sofreu um baque, mas já se está recuperando, e este ano a taxa de crescimento já alcança 5,6%. A meta é voltar aos níveis de 7% ao ano nos próximos anos.

A Indonésia tem sido inclusive citada com muita frequência na literatura internacional como sendo um país de grande atrativo, de grande potencialidade. Por exemplo, um relatório do Banco Mundial, de 1997, listou as cinco maiores economias em desenvolvimento, que eles chamam de *Big Five*, como sendo economias que poderiam vir a alterar o equilíbrio econômico do mundo. Essas cinco eram a China, a Índia, o Brasil, a Indonésia e a Rússia.

Ainda no mesmo ano, o Sr. Jeffrey Garten, que foi o Subsecretário de Comércio Internacional dos Estados Unidos e atualmente é Diretor de Yale, também escreveu e publicou um livro que apontava os dez maiores mercados emergentes no mundo, e, entre esses dez, estavam obviamente esses cinco que mencionei: China, Índia, Brasil, Indonésia e a então União Soviética, hoje Rússia.

Em outro livro, de Paul Kennedy, que falava dos países mais influentes em cada região, novamente a

Indonésia é citada, juntamente com o Brasil, como um dos grandes países pivôs, países de influência regional que podem influenciar os acontecimentos no seu entorno.

E, finalmente, no final do ano passado, o Conselho Nacional de Inteligência do Governo dos Estados Unidos citou que, entre 2020 e 2050, quatro grandes países podem vir a alterar o equilíbrio global em termos políticos e econômicos, e esses quatro seriam a China, a Índia, o Brasil e a Indonésia.

Então, como os senhores podem ver, a Indonésia é um país de grande potencialidade, e acho que será muito importante para o Brasil que venhamos a estreitar o nosso diálogo, o nosso relacionamento, aproveitar as complementaridades e as sinergias existentes.

Para descrever a Indonésia de uma forma breve, eu citaria a seguinte descrição lapidar que está numa obra: “Imagine-se o desafio de fazer um país com 210 milhões de pessoas, falando mais de duzentas línguas, vivendo em catorze mil ilhas e praticando pelo menos quatro grandes religiões. Esse país existe; é a Indonésia”. É uma citação do livro do Senador Cristovam Buarque, que ele escreveu sobre sua viagem à Ásia, chamado **Os Tigres Assustados**, publicado em 1999.

De qualquer maneira, a Indonésia, em sua forma atual, só começou a ter realmente um formato mais definido na virada do século XIX para o século XX, porque até então era um grande arquipélago de milhares de ilhas, colonizadas pelos holandeses e que, depois, durante a II Guerra, com a ocupação japonesa que expulsou os holandeses daquele arquipélago, passou a se identificar mais como um conjunto de convergência de vontades nacionais.

Então, já na primeira metade do século XX, os líderes indonésios tomaram uma decisão muito importante que foi adotar uma língua única, língua franca, para todo o arquipélago. Evidentemente, a língua dominante na região era o javanês – há inclusive aquele famoso conto do Lima Barreto, “O homem que sabia javanês” –, mas, sabiamente, os líderes optaram em não impor o javanês como língua única, uma vez que daria a impressão de uma hegemonia da cultura javanesa sobre as demais ilhas. Eles então adotaram uma língua franca da região, que era de raiz malaia, que passou a se chamar bahasa-indonésio.

Com a declaração de independência pelo Presidente Sukarno, em 1945, logo após a retirada dos japoneses, os novos fundadores adotaram também uma segunda decisão importante, que foi a de instituir um conjunto de cinco princípios como as linhas orientadoras da Constituição nacional e do comportamento político nacional, que ficou conhecido como Pancasila.

Esses princípios eram: fé e um só deus; crença numa humanidade justa e civilizada; crença na unidade da Indonésia; justiça social para todo o povo indonésio e democracia baseada no consenso. Esses cinco princípios do Pancasila são seguidos até hoje e servem como amalgama para a unidade daquele país.

Muito rapidamente, o Presidente Sukarno governou a Indonésia de 1949 a 1965. Ele esteve inclusive no Brasil durante esse período, uma vez que era muito amigo do Presidente Juscelino Kubitschek. Depois, em 1965, houve um golpe militar em que ocorreu uma reviravolta de forças, e o General Suharto, que era o chefe das Forças Armadas, assumiu o poder. Então, de 1965 até 1998, o General Suharto governou o país com mão de ferro, por assim dizer.

Nesse período, o país desenvolveu-se bastante. Realmente a Indonésia passou a ser um dos Tigres Asiáticos. Mas, em 1997, por causa da crise asiática, também a era Suharto chegou ao fim. Ele, por sua vez, perdeu o poder e teve de passá-lo ao seu sucessor, o Vice-Presidente Habib, que também ficou só alguns meses no poder, até passá-lo para um novo presidente eleito.

O novo presidente eleito foi o Sr. Abdurrahman Wahid, conhecido como Gus Dur, que inclusive esteve no Brasil, em 2000, fazendo uma visita de trabalho e demonstrando interesse em reavivar as relações entre a Indonésia e o Brasil que havia na época do Presidente Sukarno.

Sucedeu o Presidente Gus Dur – ele ficou apenas um ano no poder, porque depois sofreu um processo de impeachment – a Vice-Presidente Megawati Soekarnoputri. Ela completou o período eleitoral, que foi até em 2004. Em 2004, pela primeira vez, ocorreram eleições diretas para a Presidência da República na Indonésia, saindo eleito o atual Presidente Susilo Bambang Yudhoyono.

A característica atual da Indonésia é de que ela está se consolidando efetivamente com uma importante democracia. Não só ela tem uma economia bastante complexa, diversificada e rica, mas agora também está se afirmando como uma grande democracia. Os políticos indonésios até se orgulham em dizer que é a terceira maior democracia do mundo.

Ocorre que, em 2004, o povo indonésio realizou três eleições sucessivas: a primeira para o Parlamento; a segunda para a Presidência da República, no primeiro turno, e a terceira para o segundo turno da Presidência. E nesses três turnos de eleição houve um comparecimento maciço às urnas, da ordem de 80% da população. Na Indonésia a votação não é obrigatória, então isso demonstra conscientização daquela

sociedade sobre a importância de exercer a suas prerrogativas cívicas para a condução do país.

Outra característica interessante da Indonésia é que, apesar de ser um país de absoluta maioria muçulmana, lá os partidos religiosos não são maioria. E os partidos religiosos da Indonésia são da linha mais moderada. Não existe um islamismo fundamentalista ou extremado na estrutura política do país.

O principal partido é o Golkar, que é ainda uma herança do regime do General Suharto. Mas atualmente tem como Presidente o Vice-Presidente corrente do país, Jusuf Kalla, o que torna o atual governo bastante estável.

O segundo partido importante é o Partido Democrático da Indonésia, da Sr^a Megawati Soekarnoputri. E há dois ou três outros partidos já de cunho mais religioso, mas sem nenhuma militância radical, por assim dizer. Basta lembrar que o Presidente Gus Dur era o líder da maior congregação muçulmana do país, que se chama Nahdlatul Ulama. Esse partido ou agremiação, apesar de o Presidente Gus Dur ter sido impedido depois no seu mandato, não tomou as ruas para fazer demonstrações violentas contra o Governo, contra a ordem estabelecida, o que demonstra realmente já a maturidade do povo indonésio.

Estamos verificando agora uma retomada do clima de confiança internacional no ambiente econômico na Indonésia. Os investimentos diretos estão voltando. A Indonésia novamente pode vir a se tornar a locomotiva do sudeste asiático. Será importante, então, estarmos presentes nessa região, acompanhando de perto as oportunidades que certamente se abrirão para países como o Brasil.

Concluindo com o que temos de relações entre a Indonésia e o Brasil, diria que o comércio bilateral ainda não reflete as potencialidades das duas economias, da ordem de 750 milhões, estando razoavelmente equilibrado com aproximadamente 300 milhões para cada lado.

O Brasil exporta para a Indonésia resíduos de soja, algodão, fumo, minério de ferro, pasta de madeira, e a Indonésia exporta ao Brasil borracha, poliéster, cacau, hulha e óleo de palmeira. Como vêem ainda é uma pauta bastante primária, simples, que mereceria ser mais sofisticada, incluir itens com maior valor agregado, de lado a lado. Tanto o Brasil quanto a Indonésia já têm estruturas industriais e de serviços bastante avançados e há claramente uma oportunidade para que os dois países se conheçam melhor e travem mais iniciativas conjuntas.

Como possível oportunidade de negócio identificado por estudos do Ministério das Relações Exteriores, vemos a perspectiva de poder exportar aviões para

aquele mercado, uma vez que, sendo um gigantesco arquipélago de milhares ilhas, o tipo de aviação regional seria extremamente útil e oportuno para funcionamento naquele país. Outra área que também tem sido citada é a de equipamentos de defesa. A Indonésia, durante muito tempo, ficou sem fornecedores novos, uma vez que os Estados Unidos aplicaram um embargo de venda de armamentos ao país na década de 90. Estão com equipamento razoavelmente já ultrapassados e têm manifestado aqui e ali interesse em adquirir novos equipamentos de novos fornecedores. Não querem ficar dependendo de um só fornecedor que a qualquer hora pode declarar um embargo.

A questão da ocupação do Timor Leste pela Indonésia em 1975, que durou até o referendo de 1999, era um ponto de irritação nas relações bilaterais entre o Brasil e a Indonésia. Como o Brasil sempre buscou apoiar o Timor, nunca reconheceu a anexação, isso constituía um fator de irritação do governo indonésio. Finalmente, com a independência do Timor em 2002 e a presença brasileira tanto na área de cooperação quanto na área de segurança, esse episódio já está superado. Gradualmente a Indonésia tem demonstrado interesse em cooperar com o Brasil inclusive no Timor.

Um dos entendimentos sobre o qual se tem falado seria no sentido de que o Brasil e a Indonésia poderiam realizar programas de cooperação técnica no Timor Leste, de forma a permitir uma inserção mais rápida do país na sociedade internacional.

Atualmente, há dois pontos negativos muito pontuais. Um é o atentado de Bali, em 2002, que vitimou dois brasileiros. E no momento temos dois brasileiros presos e condenados à morte por tráfico de drogas. O Governo tem acompanhado com bastante atenção ambos episódios e tem procurado dar toda a assistência possível. No primeiro caso, o Marco Archer Moreira já foi condenado em instância final, mas o Presidente Lula enviou uma carta ao Presidente da Indonésia pedindo clemência para o cidadão brasileiro, para que não executem o culpado, alegando que no Brasil não existe a pena de morte e que teríamos interesse em buscar uma forma de leniência que permitisse não chocar a sociedade brasileira com a morte de um cidadão compatriota nosso naquele país. O outro brasileiro, Rodrigo Goulart, ainda está em fase de julgamento, mas já foi condenado à morte em primeira instância. Cabe ainda recurso, e a Embaixada e o Setor Consular estão acompanhando também com bastante atenção o caso.

Em conclusão, diria que atualmente o relacionamento do Brasil com a Indonésia é bastante fluido, cordial e tende a se adensar crescentemente. Necessitamos claramente de uma presença bem mais con-

sistente naquela região, no sudeste asiático, uma vez que constitui, como disse no começo, uma das grandes fronteiras diplomáticas em que caberia ao Brasil firmar a sua presença para complementar o seu perfil de ator global.

Neste sentido, é minha intenção me esforçar para levar essa disposição brasileira àquela região e espero poder contar com o apoio do Congresso Nacional para essa minha tarefa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Agradeço ao Embaixador Edmundo Sussumu Fujita.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Supply pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Sr. Presidente, como o Embaixador Edmundo Sussumu Fujita mencionou o apelo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acredito que esse assunto seja de tamanho interesse, que talvez ele possa responder mesmo na sessão aberta se houve resposta do Governo da Indonésia ao apelo feito pelo Presidente Lula sobre o caso. Gostaria que ele completasse essa informação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Senador, acredito que sim. Podemos deixar apenas as questões confidenciais para a fase secreta. Podemos fazer aqui alguns questionamentos, apesar de que, regimentalmente, nós deveríamos aguardar. Não vejo problema algum, desde que todos estejam de acordo, em ouvir o embaixador sobre essa questão. (Pausa).

Concedo a palavra ao Embaixador Edmundo Sussumu Fujita.

O SR. EDMUNDO SUSSUMU FUJITA – Pois não, Sr. Presidente.

A carta do Presidente Lula ao Presidente Susilo foi entregue no mês de março, e até agora não tivemos uma reação formal do Governo Indonésio. Mas, pelos antecedentes, parece que o Governo Indonésio não costuma responder a esse tipo de apelo. Acontece que, na prática, na maioria das vezes, eles simplesmente postergam a execução da sentença, e muitos presos acabam ficando décadas na cadeia sem serem executados. Mas o procedimento deles é não responder a esse tipo de carta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Em prosseguimento à pauta, vamos ao item 3, passando da Indonésia para a Comunidade Européia.

Quero inclusive anunciar que a nossa secretária, Maria Lúcia, durante esse recesso, vai providenciar um mapa-múndi maior para termos mais facilidade de localização de todos os países para os quais temos de discutir indicações.

Item 3, Mensagem nº 158, de 2005.

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª Maria Celina de Azevedo Rodrigues, Ministra de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto às comunidades européias. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra novamente ao Senador Marco Maciel, nosso ex-Vice-Presidente, para que faça a leitura do seu relatório.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Srªs e Srs. Senadores, por designação da Presidência desta Comissão, fui incumbido de dar parecer sobre a indicação que o Presidente da República faz, com base em dispositivo constitucional, da Ministra de Primeira Classe Maria Celina de Azevedo Rodrigues para exercer a função de Embaixadora do Brasil junto às comunidades européias.

Sr. Presidente, creio desnecessário dizer que a Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues tem excelente currículo, o que pode ser constatado compulsando a informação que o Itamaraty encaminhou a esta Casa – grande parte consta do meu parecer. Também gostaria de lembrar que ela, desde o seu ingresso no Itamaraty, ocorrido nas proximidades da década de 70, teve todas as suas promoções por merecimento e exerceu importantes tarefas no Brasil e no exterior.

Devo também destacar um fato que a recomenda especialmente para as funções que vai exercer: é o fato de ela estar há muito tempo trabalhando nessas questões de organismos multinacionais, de que é o exemplo talvez mais bem tecido a União Européia. Devo dizer que, inclusive, a sua tese no Rio Branco, que data de 1988, foi justamente uma política brasileira para as organizações das Nações Unidas para o desenvolvimento industrial.

Além disso, gostaria de destacar que a Embaixadora cujo nome agora estamos apreciando é uma pessoa reconhecida no Itamaraty e fora dele como uma profissional extremamente preparada, competente e que tem oferecido excelentes respostas das funções que lhe são conferidas.

Sr. Presidente, sem querer me alongar em considerações, mais uma vez, desejo dizer que estou,

por antecipação, certo de que ela se desincumbirá muito bem da missão que exercerá por designação do Presidente da República. Daí por que o meu voto é favorável.

Quero também dizer que já a conheço há muito tempo e sei que, por isso mesmo, podemos todos esperar um excelente desempenho no exercício das funções.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra à Srª Maria Celina de Azevedo Rodrigues para fazer sua exposição pelo tempo que julgar necessário.

A SRª MARIA CELINA DE AZEVEDO RODRIGUES – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado; muito obrigada, Senador Marco Maciel, que tive a honra de conhecer há vários anos, quando era Vice-Presidente.

Nobres Senadores, estava pensando agora, enquanto o meu colega fazia sua exposição, nas coincidências. Ele tem o desafio de marcar a presença do Brasil no mundo novo e o meu desafio é o contrário, é o de marcar a presença do Brasil no velho mundo.

O velho mundo, neste momento, evidentemente, se encontra numa crise muito séria, numa crise de identidade – não é a primeira que eles têm –, mas uma crise que os governos de cada País terão de encontrar fórmulas para resolver, para aproximá-los da população local.

Como V. Exªs certamente viram, a União Europeia, neste momento, deu o que poderíamos chamar de uma parada. Ela está tentando avaliar de novo o seu papel, suas políticas, seu modelo.

A rejeição da constituição europeia pela França e pelos Países Baixos provocou, inclusive, o que eu chamaria de uma disputa de poder, porque o Reino Unido, que estava um pouco aliado, completamente afastado do eixo que tomava as decisões – as decisões da França e da Alemanha pesavam muito –, de repente, viu na fraqueza do Schröder e do Presidente Chirac – o Schröder por outras razões, e o Presidente Chirac pela rejeição da Constituição na França – oportunidade ímpar de voltar a ser um ator influente e decisivo no cenário europeu e de ter peso numa mudança de visão da Europa. Se vai conseguir, não sabemos, mas vai tentar, sobretudo tendo a vantagem, o privilégio de, a partir de 1º de julho, exercer a Presidência do Conselho Europeu, que caberá, nos próximos seis meses, ao Reino Unido.

Blair, evidentemente, é possuidor de uma visão que chamaríamos de “atlanticista”, de maiores vínculos

com os Estados Unidos. E a observação que se faz na Europa no momento é de que ele vai tentar vender essa sua visão, em contraposição ao que se poderia chamar de uma visão “eurocêntrica” – a Europa como um contrapeso aos Estados Unidos e quase em pé de igualdade.

Por que cito essa crise como algo importante? Porque, obviamente, se a Europa tem uma crise, ela olhará menos para os outros países. Ela já olha pouco para a América Latina – e esse é um dos grandes desafios que temos de enfrentar.

A prioridade europeia, neste momento, é a ampliação: resolver a crise e procurar integrar os dez países que acabaram de aderir à União Europeia ao seu núcleo central, inclusive, elevando o nível de vida desses países, que é baixíssimo. Esse é o primeiro círculo de preocupações da Europa neste momento.

Depois disso, em relações internacionais, vem a preocupação com os parceiros do outro lado do Atlântico, particularmente os Estados Unidos. As relações transatlânticas são as mais importantes nesse contexto.

Logo em seguida, viriam as relações com os países limítrofes, sobretudo em função de esses países terem se alterado agora. As fronteiras se expandiram e eles, que não eram limítrofes com a Rússia, passaram a ter limites físicos e geográficos com esse país. E esse círculo, depois, abrange os países árabes. O terceiro nível é entre os países árabes.

No quarto nível, a importância principal é atribuída aos países africanos, ao continente africano, pelas razões conhecidas de que são antigas colônias e eles têm uma dívida moral muito grande e relações privilegiadas no plano político e comercial com esses países.

Mais abaixo, finalmente, vem a América Latina. Entre os latino-americanos, felizmente, o Brasil ocupa uma posição privilegiada. Mesmo assim, estamos enfrentando algumas dificuldades, porque, obviamente, eles estão se reduzindo em termos de abertura para as outras regiões. Eles têm problemas para resolver e têm também privilégios comerciais que têm de ser renegociados com os países afetados pela ampliação. É uma questão de compensações, porque as tarifas que estavam consolidadas na OMC agora têm de ser renegociadas – já vimos que vários produtores brasileiros, vários exportadores obviamente poderão ser prejudicados. O prejuízo não será extraordinário em termos de tamanho porque o nosso volume de comércio com os dez novos membros da comunidade europeia é relativamente pequeno.

Nesse contexto de crise e de dificuldades os governos terão de voltar a conversar com suas popu-

lações, que se sentem completamente alienadas do processo de integração europeu. Suas populações passaram a ver nos seus governos meros repetidores de decisões tomadas em Bruxelas. Quando alguém conversa sobre qualquer artigo, a população francesa sente que são os “eurocratas” que mandam no país, que determinam absolutamente tudo, desde o tamanho das frutas, dos tomates etc. – porque há regras e modelos para isso –, até, evidentemente, a política de emprego. E foi justamente na política de emprego a questão mais impactante.

Todos certamente já ouviram falar do encanador polonês, que constituiu uma ameaça extraordinária, na mente da população francesa, ao futuro deles como seguro de emprego. O encanador polonês representa simplesmente uma solução mais econômica para a resolução de problemas. O que estava acontecendo, e continua, com a mobilidade que existe em termos de mão-de-obra, é que os franceses ou alemães decidiam construir uma casa, contratavam uma equipe polonesa, vinham com engenheiro, arquiteto e tudo e construíam a casa por um terço do preço. Essa era a diretiva de serviço de Bocketstein, que, quando saiu e voltou a ser levada ao primeiro plano, assustou os franceses com relação à sua segurança de emprego e com relação ao poder. Evidentemente que a comissão passava diretivas de serviços e outras diretivas comerciais que poderiam ter sobre eles.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Como é o termo polonês que a senhora usou?

A SRª MARIA CELINA DE AZEVEDO RODRIGUES – Encanador.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Encanador, que era um grupo de pessoas?

A SRª MARIA CELINA DE AZEVEDO RODRIGUES – É. Bombeiro-encanador passou a ser a palavra utilizada para designar, mas, na verdade, o encanador era todo o grupo de pessoas que vinham à Alemanha e construíam casas.

Há casos concretos sobre o caso, Senador. Por isso, passou a ser um pesadelo para a Europa a figura do encanador polonês, que poderia ser também um simples encanador que chegava, telefonava e fazia o mesmo serviço de outro encanador por um terço do preço sempre.

A mão-de-obra dos países do antigo leste europeu se deixava contratar por preços muito abaixo. Era normalmente clandestina. Evidentemente, não estava filiada a nenhum sindicato, a nenhuma organização, então, podia vender seus serviços mais barato. É popular e conhecida a figura das governantas polonesas. Na minha segunda estada lá, há pouco tempo, vi que os europeus as contratavam, traziam

para cuidar, para ser babás de seus filhos. Elas aprendiam outros idiomas e havia uma vantagem mútua de parte a parte. E eram muito freqüentes. Tenho várias amigas que tinham governantas ou babás polonesas. A questão lingüística não era para as crianças uma barreira. Elas arranhavam mais ou menos o idioma e depois iam aprendendo francês, inglês, o que fosse. Era realmente muito mais barato trazê-las, porque elas tinham todo o interesse em obter trabalho quando, no seu país, estavam desempregadas ou tinham salários mais baixos. Então, ficava um meio termo entre o salário baixo que elas recebiam e o salário alto que se teria de pagar, nas mesmas condições, a uma cidadã belga ou inglesa. Ficava no meio termo. Todo o mundo ganhava, mas, evidentemente, o desemprego era um efeito colateral disso.

Uma das dificuldades que a Europa terá agora é justamente aproximar essa população. Uma expressão que ouvi e achei muito curiosa é que era preciso devolver a propriedade da Europa às populações européias que as constituem, porque elas se sentem despossuídas dessa propriedade, sentem como se não pesassem mais. Uma das dificuldades que talvez tenha de ser resolvida é o fato de que não existem, na Europa, no Parlamento Europeu, que cresce em termos de poder, partidos europeus; existem partidos nacionais. Então, a ausência desse partido europeu não dá uma certa sensação de – o que os espanhóis chamam de **per-tenencia** –, justamente, o francês se identificar com o mesmo cidadão alemão ou italiano porque elegeu um parlamentar do mesmo partido. Não existe isso. São partidos evidentemente nacionais que constituem, e as frentes, dentro do Parlamento Europeu, são, digamos, as maiorias ou as minorias, são justamente coligações. Mas os Verdes alemães não são os Verdes italianos e não são os Verdes franceses. Então, essa falta de, digamos, homogeneidade também agrava essa sensação da população européia em geral de estar-se vendo alijada do processo decisório e da tomada das grandes decisões.

Eu não quero me estender, obviamente, excessivamente sobre o assunto, mas é preciso ressaltar a importância que a Europa tem. De qualquer forma, do ponto de vista de relações comerciais, ela absorve quase que 31% das nossas exportações, para o total das nossas exportações. Nós temos uma pauta com eles da ordem de 24 bilhões, nós importamos apenas 16 bilhões, então, nós temos um superávit que poderá diminuir um pouco à medida que, obviamente, o euro perder o seu alto valor, ele tem decaído um pouco em função dessa crise, então, possivelmente, as exportações européias se tornarão mais competitivas, e isso deverá afetar nossa balança comercial, mas o nosso

superávit, neste momento, é de 8 bilhões, 16 contra 24 bilhões que nós exportamos. Uma pauta essencialmente agrícola ou de produtos da agroindústria. Os produtos mais sofisticados, de maior valor agregado não são justamente muito importantes na nossa pauta, e eu acho que nós teríamos que trabalhar muito nesse sentido de melhorar um pouco. Tem muito a ver, não tanto com tarifas, evidentemente, mas sim com, talvez, métodos de comercialização, que nós vamos ter que analisar e ver se interessamos aos nossos, digamos, vendedores de produtos de valor agregado num outro tipo de comercialização que, na Europa, essencialmente, é feita através de **trading**, não é feita diretamente. Então, acho que nós temos um campo aí para trabalhar.

No geral, os problemas das nossas relações comerciais com a Europa continuam quase que idênticos. Eu, inclusive, pedi uma lista à missão das autoridades do setor privado que eu deveria visitar e deparo-me mais ou menos com os mesmos “clientes” – o setor de frangos, o setor de carnes – ou seja, nós temos recorrentes alguns temas que não se conseguem resolver. Agora, eu acabo de ler um telegrama da missão em Bruxelas sobre um produto que foi encontrado, um resíduo, na verdade, na carne de frango. E eu olhei, eu disse: não é possível. Nós continuamos exatamente onde nós estávamos, porque aqueles resíduos que vêm por meio do uso de medicamento, ou de elementos para engordar o frango mais depressa etc, eram problemas recorrentes, quando eu estava de Ministra-Conselheira, em Bruxelas. E, agora, continua exatamente na mesma pauta. Todos os problemas parecem café solúvel, faz desaparecer a cota que nós tínhamos agora negociado com a União Européia, que favorecia o café solúvel. E eu já pude verificar que vai desaparecer essa cota, e nós vamos voltar a ter tarifas, em contraposição a países como a Colômbia, onde eu estou atualmente, que não paga tarifa sobre café solúvel. Então, dentro do sistema geral de preferências.

Infelizmente, eu vejo que as coisas mudam relativamente pouco, porque a maquinaria da Comissão, os interesses são tão amplos e tão variados que, obviamente, é muito difícil movê-los na direção que nós queremos. Mas eu tenho a esperança de que nós consigamos, evidentemente, trabalhando com afinco, mudar essa visão de que a América Latina passa por trás, passa em último, passa quase em último lugar, e que possamos dar à América Latina, e especialmente ao Brasil, evidentemente, um papel mais importante. Eu acho que os europeus não perceberam a importância que tem o Brasil como mercado para eles, como local para investimentos. Ainda que seja, hoje em dia, muito bom, o fato é que poderia ser melhor explorado. E

essa relação é benéfica para os dois lados, tanto para o Brasil quanto para a União Européia. E eu acho que temos é que passar essa mensagem, convencê-los dessa realidade, para que nós não venhamos a desaparecer do que eu chamaria a telinha de radar deles. Estamos ali na borda, quase que desaparecendo, e é o tempo que nós temos agora que realmente nos concentrar em levar o nosso sinal na tela de radar mais para o centro, que nos prestem mais atenção. Um dos elementos importantes nisso vai ser a negociação do acordo Mercosul/União Européia, que, neste momento, está parado, está estagnado, e que nós pretendemos voltar a ver se conseguimos ativar agora, passadas as férias européias.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Agradeço à Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues.

Antes de passar à fase secreta, eu indagaria aos Srs. Senadores que querem fazer alguma observação que não tenha o caráter secreto, que possam se manifestar.

Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – A indagação não tem caráter secreto, se dirige à Embaixadora Maria Celina e é mais uma pergunta aí voltada para um exercício de futurologia, com relação a essa questão da União Européia. Dizem que a intuição é muito importante na política e dizem que as mulheres são muito intuitivas. Então, a pergunta que eu lançaria é a seguinte: como vê a sorte da nova constituição da União Européia? Eu tenho acompanhado isso um pouco e verifico que, com as rejeições a que a Senhora se reportou, tanto no caso francês quanto no caso holandês, parece que avultaram as críticas ao modelo da constituição européia. Aliás, ela padece de um vício que, infelizmente, nós registramos na nossa Constituição de 88. Ela é extremamente longa, analítica e, conseqüentemente, quando ela entra em atrito com a realidade social, ela tende a sofrer rejeições, embargos etc, e que parece que ficou evidente isso nesse processo ratificador que ainda se desenvolve. Então, a pergunta que eu faria é se a Constituição conseguirá sobreviver ou se ela tende a ser descartada, ficando a União Européia continuando a trabalhar com o Tratado de Nice e até que se elabore um novo texto que, talvez por ser menos analítico, possa atender esse crescente e, acho, justificado desejo de institucionalização da União Européia. Eu considero o que se passa na Europa – é certo que é resultado de um processo muito longo, e a senhora conhece muito melhor do que eu, obviamente – um modelo assim muito bem-sucedido; acho até que, freqüentemente, tenho falado que isso

poderia servir de inspiração até para nós aqui, com relação ao Mercosul etc, acho um modelo bem-sucedido, talvez o mais bem-sucedido modelo de integração que eu pelo menos conheço. Então, eu torço para que tudo dê certo. Mas eu verifico que cresceram as críticas ao texto constitucional, cresceram as reações também por problemas internos de cada país, e há de se compreender também isso. Mas o que eu gostaria de ver é se V. Ex^a teria condições de já dar uma projeção com relação ao futuro, se realmente a constituição será esse projeto que estava dependente de ratificação ele tem alguma possibilidade de ter uma sobrevida ou ele será descartado; se haverá um novo procedimento de institucionalização para que realmente eles se convertam numa união que seria quase uma federação, uma confederação ou quase uma federação.

A SR^a MARIA CELINA DE AZEVEDO RODRIGUES – Obrigada, Senador. É realmente um exercício de futurologia, mas, em todo caso, vamos tentar.

Em princípio, a Constituição teria um prazo previsto, evidentemente, para entrar em vigor em 2009; alguns dispositivos, inclusive, em 2014. Até este momento, dez países aprovaram, ratificaram a Constituição, e dois rejeitaram; alguns suspenderam temporariamente sua apreciação, como é o caso dos ingleses, para ver o que vai acontecer. Acho difícil neste momento, neste exercício, prever exatamente o que vai acontecer em termos de futuro pelo seguinte: a rigor, eles já poderiam apresentar de novo a Constituição para referendado. Mas, para poder apresentar de novo, eles vão ter que esperar, isso é óbvio, as eleições alemãs com Schröder, uma coisa, para ver a tendência geral do que está acontecendo; as eleições italianas, que vão acontecer; e as eleições francesas, num mais largo prazo, que é em 2007. Se, digamos, a balança do poder político na Alemanha mudar, se, por exemplo, a Angela Merkel for eleita, isso pode representar uma mudança de ótica na Europa, evidentemente, que poderá levar a duas coisas: ou submetem ao referendado na França, também quando Chirac sair, ou, então, mudam. Uma das opções para mudar é fazer uma assembléia constituinte. Em vez de ter o grupo da Constituição que foi formado, evidentemente com a liderança do Valérie Giscard D'Estang, o fato é que eles podem eleger – essa seria uma opção, e já se fala muito nela – os seus constituintes digamos. Em que universo eles seriam escolhidos, não sabemos ainda porque a idéia ainda está muito crua. Uma vez eleitos os constituintes refazerem a Constituição. Enquanto isso não acontecer, o que prevalece é o Tratado de Nice, que é insuficiente no contexto, sobretudo da ampliação de mais dez novos membros e pesa muito em termos de processo de tomada de decisão.

Isso é que vai ser mais afetado. Agora, tem partes da Constituição Européia que podem entrar em vigor por decisão do Conselho Europeu, que é o conselho dos Presidentes, evidentemente, que podem, por exemplo, constituir um serviço exterior europeu. Isso pode ser constituído sem ter que estar na Constituição. Então, pode ser desmembrada essa Constituição de maneira a reduzi-la, realmente, a sua essência maior e aqueles temas que não possam ser objeto de uma decisão em nível dos outros órgãos comunitários, começando pelo próprio conselho europeu. O que se vai fazer, eu acho que é prematuro. Eu não tentaria entrar nesse exercício porque, neste momento, o abalo... o Primeiro Ministro de Luxemburgo disse a Europa não está em crise, ela está numa profunda crise. Então, realmente, foi um terremoto, pegou toda a estrutura comunitária, e os países de surpresa, por incrível que pareça, apesar dos sinais visíveis que isso vinha dando há algum tempo, o fato é que agora que decantar um pouco as primeiras reações, inclusive, que, num determinado momento, assinalaram, pelo menos na imprensa, na Colômbia, que a Itália saíria do euro, e já abalou evidentemente a credibilidade da moeda única, não sei o que iria fazer, iriam suspender. Os boatos foram sucessivos e extremamente alarmistas. Então, creio que eles optaram primeiro por um trabalho de explicação maior, porque nem os franceses nem os holandeses se voltaram contra a Constituição.

Uma das ironias era ver as pessoas dizendo que votou contra, mas que era europeísta, defensor total do projeto europeu. Então, mas se era defensor do projeto por que votou contra? Era uma das contradições.

É claro, votou contra, primeiro, para protestar contra o seu Governo, com o qual não estava satisfeito. O que os franceses e os holandeses maciçamente fizeram foi dar um voto de desconfiança ao Governo. Eles não responderam à pergunta do **referendado**. Eles responderam a uma situação econômica e social diferente que eles, evidentemente, não estavam acolhendo de bom grado e temiam que a aprovação da Constituição pudesse agravar essa situação.

Então, primeiro, há o trabalho de devolver a Europa aos europeus. Fazê-lo mais partícipes desse processo de integração que os assusta também. Então, afora o encanador polonês, evidentemente, assusta todo o quadro do que se está trazendo para dentro da Europa como cultura, porque, até agora, o projeto europeu era extremamente homogêneo. Ele agora deixou de ser homogêneo. São culturas diferentes. Incorporar a Turquia, então, que vai ser colocada no que eles chamam de *stand-by*, em espera, seria uma coisa completamente diferente. E há uma polêmica enorme. Essa perspectiva de aceitarem esses dez abre a por-

ta para a Turquia, na opinião dos europeus, e a maior parte não está interessada nisso, pois considera que são civilizações diferentes e que a Europa já foi muito além do que deveria ir.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Muito obrigado, Embaixadora.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Também gostaria de fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Também não secreta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não secreta, para a preocupação da nossa Secretária Lúcia Melo. Mas tenho certeza de que a minha questão, que guarda relação com as preocupações do Senador Marco Maciel, merece ser do conhecimento público.

A Srª Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues está concluindo missão na Colômbia, conforme S. Exª disse. Há intenção expressa de nós, brasileiros, do Governo brasileiro, em acelerar o entendimento para que possamos ter o Mercosul ou a Comunidade das Nações da América do Sul. V. Exª está indo, Embaixadora, para a Comunidade Européia, que está bastante integrada em relação a nós, Países da América do Sul – inclusive V. Exª mencionou essa preocupação ilustrando-a com o exemplo do encanador polonês. Mas o fato é que hoje, na Europa, em comparação ao que ocorria há 30, 40 anos, há uma extraordinária liberdade de locomoção, digamos, dos gregos, portugueses, espanhóis, pessoas da antiga Iugoslávia, etc, que estão vivendo nos países mais desenvolvidos, como Itália, Alemanha, França e já com liberdade de movimentação no que diz respeito à livre circulação dos seres humanos de poderem escolher onde viver, estudar, trabalhar e assim por diante.

Gostaria de formular uma pergunta a V. Exª, Embaixadora, devido ao seu conhecimento da Colômbia. No aeroporto de Bogotá, notei que para os cidadãos da Comunidade Andina não é preciso mostrar o passaporte, basta a Carteira de Identidade. Ou seja, facilita-se a circulação de pessoas das comunidades andinas. Isso ainda não há – pelo que eu saiba, a não ser que tenha uma informação diferente – com respeito, por exemplo, aos brasileiros e aos colombianos. Mas este é um objetivo a que se quer chegar: que tenhamos essa livre circulação. Então, eu gostaria que V. Exª pudesse fazer um balanço de sua visão para nós da perspectiva de caminharmos nessa direção – a América do Sul. E que V. Exª completasse a sua informação relativa a esse objetivo da integração mais completa, na ampliação da União Européia com mais 10 países, da possibilidade de todos os fatores, não apenas o capital,

os bens e serviços, poderem circular, mas inclusive os seres humanos.

E aproveitaria também para perguntar ao Embaixador Edmundo Sussumu Fujita em que estágio está a integração dos países da Ásia. Porque eles também estão na direção de formar uma comunidade de nações, estão gradualmente se integrando mais e mais. Mas ali os países têm, por exemplo, densidade demográfica muito maior.

Mas, no que diz respeito a esse mesmo aspecto que perguntei à Embaixadora, como está o desenvolvimento dessa possibilidade, até, por exemplo, o caso de a Indonésia, o Japão, a China, a Coreia e outros países integrarem-se mais completamente até chegar ao ponto da livre circulação não apenas de bens, serviços e do capital, mas também dos seres humanos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Com a palavra, a Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues.

A SRª MARIA CELINA DE AZEVEDO RODRIGUES – Muito obrigada.

Senador Suplicy, a minha experiência na Europa de ter, inclusive, vivido lá durante um longo período como Ministra-Conselheira em Bruxelas mostrou vários lados dessa política de liberdade de circulação de pessoas, bens e serviços. Curiosamente, as pessoas circulam livremente dentro dos países schengen, evidentemente. Porque a área schengen tem um controle maior. Mas se contrapõem a essa liberdade algumas coisas curiosíssimas tais como, dificuldades de receber aposentadoria em outro país; o trâmite é muito mais complexo, por exemplo, para a pessoa que se aposenta na Bélgica ou na França e quer morar na Espanha, na Itália ou na Grécia. E particularmente curioso é o fato de que brasileiros que se aposentam lá pelo serviço de seguro social não conseguem voltar para o Brasil porque deixariam de receber aposentadoria se parassem de residir, por exemplo, na Bélgica, o que é curioso.

O modelo europeu talvez seja, conforme disse o Senador Marco Maciel, um dos mais perfeitos de integração, efetivamente. A crise que eles têm no momento não é a primeira; eles já tiveram várias. E continuarão tendo na medida em que são crises de crescimento, evidentemente.

Nós faríamos bem de nos pautarmos por aquilo que eles fizeram em termos de livre circulação, porque é um estímulo muito grande para uma melhor integração começar por deixar grande liberdade e movimento aos habitantes da região. Para a Casa – a futura Comunidade Sul-Americana –, ela pode começar até em países limítrofes. E estamos trabalhando, obviamente, Mercosul e Can para procurar essa integração.

Agora, na Colômbia, quando da visita do Presidente Lula, nós estamos procurando instituir, por exemplo, o que já existe no Uruguai com o Brasil: carteira de fronteira, de moradores fronteiriços. Porque é um primeiro passo nessa integração. Seria importante também podermos suprimir as necessidades de visto, o que não existe para a Colômbia da parte do Brasil, mas, por exemplo, venezuelanos exigem vistos para colombianos. O Equador, em função dos problemas que vêm sendo experimentados na região da fronteira, que têm estado na primeira página, com as mortes de soldados, etc., instituiu um controle de passagem de fronteira para colombianos. Um controle bastante falho porque a guerrilha das FARC tem atravessado a fronteira com uma facilidade enorme, evidentemente, não pelos postos de polícia, mas eles atravessam.

Mas a essência da integração de qualquer região se baseia nas pessoas. Se nós não conseguimos integrar as pessoas, dar a elas mobilidade, liberdade de circulação e, eventualmente, de exercício de suas profissões em nossos respectivos países, então, a integração se baseará num modelo extremamente frágil. Foi justamente quando a Europa perdeu o contato com a sua população, que deixou de passar as mensagens de que estava integrando para melhorar, que a população se sentiu alijada dos processos decisórios e que se deu o “não” francês e o “não” neerlandês. Se não for pautado, se não for inspirado pelas populações, isso se dá. E eu tive a oportunidade de fazer essa menção quando fomos chamados para uma reunião de embaixadores em Assunção. E não sendo dona de nenhuma bola de cristal, eu fiz a observação de que os trabalhos do grupo Mercado Comum deveriam ter maior difusão e deveriam se reportar mais à realidade, ao cotidiano da população do Mercosul. Porque, se não fosse assim, iriam enfrentar, eventualmente, uma crise enorme, que a Europa estava à beira de ter, por causa da alienação da população com relação ao processo de integração. Porque, se isso não acontece, é muito complicado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigada, Embaixadora.

Senador Arthur Virgílio, justifiquei a ausência de V. Ex^a como Relator por estar na reunião de Líderes. O Senador Marco Maciel foi, então, Relator **ad hoc**, no lugar de V. Ex^a, na relatoria do Embaixador Edmundo Sussumu Fujita, indicado para a Indonésia.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, essa é a maior demonstração de que nós vivemos num país que não tem crise.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues, prezado Embaixador Edmundo Sussumu Fujita, é claro que relatório de minha lavra lido pelo Senador Marco Maciel enche-me de orgulho, até porque se trata de figura afeita às questões da política externa brasileira e trata-se de um homem público de correção admirável a toda prova.

Mas aproveito esta oportunidade para relatar toda a minha admiração pela Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues, desejando a S. Ex^a que tenha, neste novo posto tão relevante, exatamente um desdobramento da sua carreira vitoriosa, da sua carreira justa, correta, meritória.

Devo dizer algumas palavras muito especiais a respeito do Embaixador Edmundo Sussumu Fujita.

O Embaixador Edmundo Sussumu Fujita foi meu colega de vestibular para o Instituto Rio Branco.

O SR. EDMUNDO SUSSUMU FUJITA – V. Ex^a, Senador, teria ido para a Indonésia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho a impressão de que V. Ex^a, Embaixador, está me substituindo com muita vantagem para o povo da Indonésia, para aquele Governo. Mas, em qualquer lugar, V. Ex^a representaria bem o Governo brasileiro, com o seu profissionalismo, com a sua competência e com o seu brilhantismo.

E digo algo muito fácil de entender. O exame vestibular para o Instituto Rio Branco, na minha época, era muito elitizado – hoje talvez seja menos, não sei, pois estou muito afastado. Eu não chego ao extremo de dizer que devamos desaprender o inglês. Mas era muito elitizado. As aulas particulares eram caríssimas. Dificilmente, alguém passava naquele exame se não estivesse ou tarimbado por uma derrota inicial ou muito bem lastreado em aulas particulares muito caras. Não bastava sequer o famoso Curso Alfa, que preparava diplomatas; era preciso aulas particulares muito detidas. Era um exame que se poderia comparar às exigências do ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica – se quiséssemos fazer um paralelo em disciplinas que não se encontram, a não ser, talvez, no infinito.

O Embaixador Fujita veio de São Paulo sem essa preparação toda, lastreado apenas nele mesmo, nos cursos que havia feito ao longo da sua trajetória muito normal de estudante, e foi o primeiro colocado no concurso, um concurso duro. A nossa foi a última turma a se formar no Rio de Janeiro. E Edmundo Fujita foi o primeiro de uma turma de 300 ou 400 que tentaram e de 12 – talvez, não me lembro do número exatamente – que passaram. O Edmundo foi o primeiro, repito.

Depois, cursou conosco o primeiro ano do Rio Branco e optou por fazer um exame direto – aquele

que lhe permitiria o acesso à carreira de Diplomata sem o Rio Branco. Não sei se repetiu o primeiro lugar, repetiu? (Pausa.)

O segundo lugar – é sempre aquela coisa do *photochart*. E sua carreira é muito respeitada dentro do Itamaraty.

Aqui está conosco, acompanhando o Edmundo, um outro colega nosso muito brilhante, o Ministro José Carlos Leitão, que pode perfeitamente atestar o que digo.

O Edmundo tem uma carreira respeitada. Seria vitorioso na iniciativa privada. Seria vitorioso como profissional liberal. Optou por ser vitorioso no serviço público como Embaixador de escol que é.

Portanto, tenho certeza absoluta, Senador Pedro Simon, de que o povo da Indonésia sai ganhando mesmo. Deixo de conhecer um país intimamente – e essa é a pena que pago –, mas sentirão o lastro de alguém que se preparou para ser um servidor público, que cumpre, com honra, com decência e com talento, o seu dever.

Cumprir o dever é uma obrigação que todos neste País têm que aprender a executar. Cumprir o dever com brilho já é uma outra história. É algo que envolve a figura do dom e a figura da determinação. Que envolve a figura do talento e a figura da obstinação, da aplicação.

Vejo esses predicados todos na figura do Embaixador Fujita. Por isso, fiz questão de pedir ao Presidente Cristovam Buarque que me deixasse relatar esta indicação, por entender que o Governo, que acerta em cheio ao indicar a figura brilhante e correta da Embaixadora Maria Celina, acerta em cheio também ao indicar o Embaixador Edmundo Fujita para representá-lo junto à República da Indonésia. Poderia ser qualquer outro país. Poderia ser Estados Unidos; poderia ser Rússia; poderia ser Argentina; poderia ser qualquer posto dos mais exigentes – todos são exigentes; essa é uma carreira cheia de sacrifícios em qualquer posto – que o Embaixador Fujita se desincumbiria muito bem dessa missão. Portanto, uma vantagem a mais.

Tenho sido, até por uma questão ideológica mesmo, um crítico bastante ácido de certos rumos da política externa do País. Estou aqui para isso. Estou aqui para apoiar o que aprovo e repudiar o que recuso, o que meu cérebro recusa.

A indicação de dois diplomatas desse nível para postos como as comunidades européias e como a República da Indonésia estabelece até uma certa trégua. Neste momento, devo dar os meus parabéns ao Ministro Celso Amorim por ter indicado pessoas certas para os lugares certos, imaginando que a Indonésia é um teste no qual se sairá muito bem o Embaixador

Fujita, ele que está fadado a outros momentos, momentos de muita relevância. E quanto mais lucidez tenha a Administração do Itamaraty, esta ou outra, mais se aproximará de talentos desse porte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio.

Srs. Senadores, Srª Embaixadora e Sr. Embaixador, eu vinha presidindo esta Comissão, como Vice-Presidente que sou, mas, com a chegada do Presidente de fato, Senador Cristovam Buarque, passo a palavra e a Presidência a S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Em primeiro lugar, peço desculpas aos demais membros da Comissão, ao Sr. Embaixador e à Srª Embaixadora, mas eu me encontrava numa atividade acadêmica da minha universidade – defesa de tese – e agradeço ao Senador Eduardo Azeredo.

Aproveito para, imediatamente, fazer comunicação sobre itens extrapauta.

Dou conhecimento, a respeito do **Item 1, Extra-Pauta**:

Requerimento nº 34, de 2004, de cópia do Ofício 05, de 2005, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em resposta ao Requerimento nº 1588, de 2004, relativo aos gastos das missões de paz sob a égide da ONU.

Dou conhecimento também, a respeito do item 2, Extra-Pauta, Requerimento 04, de 2005, de cópia do Ofício 011, de 2005, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 175, de 2005, relativo ao seqüestro do cidadão brasileiro João José Vasconcelos Júnior, no Iraque.

Quanto ao Item 3, Extra-Pauta, Requerimento nº 27, de 2005, do Senador Hélio Costa, este fica adiado.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Sr. Presidente, é apenas relacionado à resposta do Ministro de Relações Exteriores, no caso o Ministro interino, Samuel Pinheiro Guimarães, sobre os esforços do Governo brasileiro para saber a respeito do Engenheiro João José Vasconcelos Júnior. A título de informação e cooperação, Sr. Presidente, faço o registro da carta que enviei, na semana passada, ao Presidente Lula, encaminhando um apelo da Srª Isabel Vasconcelos el Khouri, a irmã de João José Vasconcelos, ao Presidente. Inclusive, ela solicita também uma audiência junto ao Presidente, pois considera que o esforço pessoal

de Sua Excelência importante, a exemplo do que ocorreu em relação a reféns de outras nacionalidade. No caso da jornalista francesa e da jornalista italiana, os esforços dos Chefes de Estado para poder conseguir a libertação dessas cidadãs daqueles respectivos países, como se deu também em casos do Japão e da Austrália, foram muito importantes.

Fiz o registro deste documento da tribuna do Senado, mas gostaria também de fazê-lo nesta Comissão.

Por isso, Sr. Presidente, encaminho a V. Exª este documento.

Sr. Presidente, eu também tinha feito uma pergunta ao Embaixador Fujita, que ainda não foi respondida. A Embaixadora Maria Celina já o fez.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Antes de abrir a parte da sabatina, passo a palavra ao Embaixador Fujita, que a solicitou para dar uma pequena mensagem, respondendo à fala do Senador Arthur Virgílio.

O SR. EDMUNDO SUSSUMU FUJITA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nobre Senador Arthur Virgílio, agradeço as palavras generosas de V. Exª em relação à minha pessoa, palavras essas que foram evidentemente exageradas pela amizade que temos de longa data.

Queria dizer também que, igualmente, tenho acompanhado a trajetória de V. Exª, Senador Arthur Virgílio, ao longo de sua brilhante carreira política, desde que nos deixou, deixou a nossa turma lá no Itamaraty, para se dedicar, de corpo e alma, a essa carreira política.

Manifesto o orgulho que a nossa turma sente pela figura do Senador Arthur Virgílio, inclusive pelo fato de ter sido o primeiro Ministro de Estado da nossa turma. No governo passado, S. Exª foi Ministro-Chefe da Casa Civil.

Agradeço, mais uma vez, as palavras generosas de V. Exª, Senador Arthur Virgílio, a honra que me deu por ter sido o Relator na indicação do meu nome. Continuarei à sua disposição no Itamaraty para, enfim, continuarmos a dialogar, a cooperar. E convido V. Exª, desde logo, a ir me visitar em Bali, talvez.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Recomendo que vá também a Bandung, para baixar o espírito das alternativas à globalização, numa outra fase, obviamente.

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno, transformo agora a reunião da Comissão em secreta, a fim de que os Embaixadores possam ser ouvidos na arguição.

Solicito aos que nos dão a honra de assistirem a esta reunião, à TV Senado e aos Srs. funcionários as providências necessárias, a fim de que seja respeitado o dispositivo regimental.

(A Reunião torna-se secreta)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Está reaberta a reunião.

Comunico, com muita satisfação, que foram aprovadas as indicações da Srª Maria Celina de Azevedo Rodrigues e do Sr. Edmundo Sussumu Fujita, por unanimidade. Dessa forma, enviaremos imediatamente o resultado desta Comissão à Secretaria-Geral da Mesa, esperando que possamos aprovar os dois nomes no plenário, se não for possível ainda nestes dias – se a LDO não for votada hoje ou amanhã –, na semana seguinte.

Desejo-lhes muita sorte.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Isso poderia ser hoje, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Vamos tentar hoje ainda.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Podemos pedir urgência para hoje e, se for necessário, eu já requeiro de pronto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Está bem, Senador Supply, vamos fazer o requerimento de urgência.

Srª Marina Celina e Sr. Edmundo Fujita, desejo muito boa sorte a V. Exªs, com a certeza de que vão representar muito bem o nosso País.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Tem V. Exª a palavra, Senador Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de informar que o Embaixador da Espanha no Brasil, Sr. Pedro, tentou falar com V. Exª, mas falou comigo, a respeito do convite que está sendo formulado a todos os membros desta Comissão, mas especialmente a V. Exª, pois haverá um encontro da Comissão de Relações Exteriores do Congresso espanhol com a nossa Comissão de Relações Exteriores, previsto para o dia 15 de julho, em São Paulo. Ele gostaria, inclusive, de conversar com V. Exª, mas pediu-me que o convite fosse transmitido a todos os membros da CRE.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Obrigado. Vou entrar em contato com o Sr. Embaixador.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h.)

Ata da Décima Terceira Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada no Dia Sete de Julho do Ano de Dois Mil e Cinco, às Dez Horas.

Às dez horas do dia sete de julho do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos senhores Senadores **AELTON FREITAS, JOSÉ JORGE, EDISON LOBÃO, PEDRO SIMON, FLEXA RIBEIRO, ROBERTO SATURNINO, MÃO SANTA, EDUARDO SUPLYC e GERSON CAMATA**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente procede à apreciação da pauta, de **Item único**: Sugestão nº 01, de 2005 – CRE, de autoria do Senador Pedro Simon, “Para discutir o tema: “*Paraguai recebe Militares dos EUA com garantia de imunidade*”, do artigo publicado no dia 01/07/2005 no site www.agenciartamajior.com.br, por Verena Glass. A Ministra das Relações Exteriores do Paraguai, Leila Rachid, abre o território nacional para tropas americanas e garante imunidade e status diplomático a soldados. A decisão visa criação de base militar americana na região da tríplice fronteira, com previsão de permanência até o final de 2006, podendo ser prorrogado. Novas tropas norte-americanas na América do Sul poderia deixar o Brasil em situação desconfortável”. Fazem uso da palavra os Senadores **PEDRO SIMON, ROBERTO SATURNINO e FLEXA RIBEIRO**. O Senhor Presidente recebe o Embaixador da China, Senhor Jiang Yuande. Em seguida, designa os Senadores membros da Subcomissão Permanente da Amazônia e Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião, às dez e trinta e cinco minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA SETE DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO, ÀS DEZ HORAS.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores

e Defesa Nacional da 3ª sessão legislativa ordinária de 52ª legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Fica dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Esta reunião não vai ter necessidade de qualquer votação.

Por isso, acho que nós podemos começar para discutir um assunto especificamente sugerido pelo Senador Pedro Simon que me alegro muito que ele tenha sugerido. Lamento que eu não tenha tomado a iniciativa antes de convocar essa reunião.

O Senador, para quem eu vou passar a palavra, me pediu para convocar, tendo em vista notícias nos jornais, ou em um jornal, da figura respeitabilíssima no Brasil que é o jornalista Mauro Santayana, relacionado com acordos militares entre o Paraguai e os Estados Unidos na fronteira, portanto, do Brasil. Eu tenho a nota que foi preparada pelo Ministério das Relações Exteriores, que me foi entregue pelo Embaixador Pedro, que representa o Ministério aqui. Mas vou deixar para ler depois, ou até mesmo pedir que circule aqui entre os Senadores para que leiam, enquanto o Senador Pedro Simon usa da palavra para dizer o porquê da convocação e tirarmos alguma sugestão de ação desta Comissão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu fui surpreendido, ontem, por um noticiário do jornal, noticiário esse que dava como praticamente definitivo que o Congresso paraguaio já tinha aprovado. E falava na instalação de uma base americana na região das três fronteiras. Falava já, de início, que já estariam chegando 400 militares norte-americanos. E outros jornais também comentaram essa matéria. Falo, com sinceridade, que eu nunca tinha ouvido falar nesse assunto. E a notícia falava que, consultando fontes do Itamaraty, eles teriam dito que isso era normal, que o Brasil também tinha acordos com os americanos, que não tinha nada demais e que fontes da Embaixada do Paraguai em Brasília também tinham dado a questão como normal.

Chegando aqui hoje, vi a nota que V. Exª e o ilustre Embaixador apresentaram. A única dúvida que eu tenho é com relação a consolidarmos essas informações. Porque tanto o que nós sabemos que essa chamada tríplice fronteira – Brasil–Paraguai–Argentina – é realmente uma região para nós mesmos complicada. Nós estamos agora na CPI do Banestado, e por ali é que as contas CC-5... Enfim, numa agência que

só existia para isso em Foz do Iguaçu. E nós sabemos que o problema da droga, do contrabando e o da fuga de carros brasileiros por ali é intenso. Só não...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Peço um minuto aos Senadores, que estou recebendo a visita do Embaixador da China, que tinha marcado uma conversa comigo às 10h30min por conta da extraordinária reunião. S. Ex^a veio e vou convidá-lo para que assista à nossa reunião. Como não se trata de uma reunião secreta, não vejo nenhum problema que o Embaixador, se tem tempo, nos honre com a sua presença.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O que, na verdade, eu acho, Sr. Presidente, é que temos de nos informar e, se for o caso, agir. Não tem nada melhor. Agora, temos de ter... A análise que faço é sobre, independente de qualquer outra questão, o problema do Mercosul. Sei que os países que assinaram o Mercosul têm compromissos, entre os quais o de fazerem consultas recíprocas. Uma coisa dessa natureza sem que haja uma consulta ao Mercosul, uma comunicação, digamos assim, ao Mercosul... Por isso que não sei se seria o caso de, primeiro, V. Ex^a conversar com o nosso Ministro das Relações Exteriores, ver o que ele está fazendo, se é de oficializar ou não uma providência, mas acho que tudo deve começar, em primeiro lugar, com a Comissão tomando conhecimento.

Em segundo lugar, uma palavra sua como nosso chanceler para ver, para fazer chegarem a ele as nossas preocupações. Só pelo tom das informações que já saíram em nível de Mercosul, acho que seria interessante um sistema de consultas nesse sentido. Também acho que o nosso Embaixador em Assunção deve ter informações, o que o Congresso votou ou não votou. Não quero avançar muito, Sr. Presidente, porque acho que o assunto... Para mim, seria uma tragédia ter uma base americana aqui na América do Sul, aqui na nossa fronteira. Tenho um medo permanente porque sei que eles estão loucos para entrar lá, mas acho que uma ação nossa positiva é tomarmos essas providências a que estou me referindo junto ao Chanceler, via Chanceler, ao nosso Embaixador no Paraguai, e via Chanceler é o caso típico de consultas ao Mercosul – quer dizer, Brasil com a Argentina, Uruguai com o Paraguai –, para saber o que houve, o que não houve, o que está havendo, o que não está havendo. Se não há nada, melhor. Se a informação é essa, de que é um acordo como o que o Brasil já tem, de instrução, que esses americanos estão fazendo um acordo de instrução com os paraguaios e que é uma rotina, tudo bem, mas é bom saber.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Senador Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Não tenho o que acrescentar. Acho que o Senador Simon colocou muito bem a questão. O que precisamos é ter uma idéia um pouco mais detalhada. A nota aqui já descreve bem, razoavelmente bem, mas, enfim, acho que deveríamos nos informar a respeito do significado, se é realmente a instalação de uma base, o que isso implica e também as implicações desse acordo do Paraguai e dos Estados Unidos com o Mercosul. Quer dizer, o tratado do Mercosul prevê algum tipo de consulta obrigatória para essas iniciativas ou ele é absolutamente omissivo? As relações desse acordo entre Estados Unidos e Paraguai com respeito à ótica, enfim, à perspectiva do Mercosul. Acho que isso seria o fundamental para nos informarmos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Srs. Senadores. Como o Senador Saturnino bem colocou, há pouco a acrescentar. Apenas para ressaltar a lucidez do Senador Pedro Simon, reconhecida por todos no Senado, de alertar e trazer a esta Comissão assuntos de tal gravidade. O Senador Simon traz a esta reunião da Comissão de Relações Exteriores o artigo do jornalista Mauro Santayana, que nos desperta para uma gravidade bastante importante, Senador, porque a nota do Ministério das Relações Exteriores não dissipa a preocupação; ela, pelo menos ao nosso juízo, realça essa preocupação, porque ao final ela diz que a entrada das tropas americanas, com imunidades no acordo aprovado pelo governo paraguaio, abre uma possibilidade – Deus queira que isso não ocorra – de a vontade do governo de Washington, tomado pelo combate ao terrorismo islâmico, que já foi tentando no fatídico 11 de setembro, de uma ação na tríplice fronteira, de uma ação beligerante nessa região.

Então, quero novamente louvar a iniciativa do Senador Pedro Simon e dizer, como colocou o nosso Presidente Senador Cristovam Buarque, que tanto esta Comissão como o Governo brasileiro têm de voltar a sua atenção de forma redobrada, e devemos estar atentos para a evolução desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Quero compartilhar das preocupações na qualidade de Presidente e lembrar que as informações que vieram do Paraguai surpreendem que não falam em terrorismo, quando os Estados Unidos têm falado sempre que aquela é uma região extremamente perigosa.

O fato de não ter sido incluído levanta uma suspeita para nós de por que não foi incluído. Mas o que

eu tenho aqui dos Senadores é que a idéia seria fazer uma carta ao Ministro das Relações Exteriores com duas perguntas: quais as implicações ao Brasil? E se o acordo do Mercosul prevê esse tipo de convênios. É isso? Uma pergunta: apenas ao Ministro das Relações Exteriores ou também ao Ministro da Defesa?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, só das Relações Exteriores. Eu diria o seguinte: eu acho que V. Ex^a deveria levar a carta em mãos, ter um contato com ele, uma conversa com ele, seria interessante, fica protocolado, ele fala, vem com a resposta em linguagem diplomática. Eu acho que V. Ex^a deveria falar com ele. Eu acho que seria bem interessante. Pode ter a carta, mas a visita pessoal é uma boa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Nesse sentido poderíamos ir eu e mais alguns Senadores da Comissão. Ele diz o dia que pode, e os Senadores que tiverem agenda disponível no momento iriam junto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concorro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Só esse assunto, então.

Eu queria aproveitar, então. Vou fazer isso imediatamente. Pedirei. Se for em julho e não tiver um grupo de Senadores aqui, iremos os que estiverem. Senão, eu irei. Senão, em agosto iremos.

Quero aproveitar para dizer que finalmente nós conseguimos concluir as duas subcomissões: a da Amazônia e a da proteção dos cidadãos brasileiros no exterior. Vou ler os nomes dos Senadores que estão.

Titulares da Subcomissão Permanente Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior: Senador Heráclito Fortes e Senador Eduardo Azeredo pelo Bloco da maioria; Senador Hélio Costa e Senador Mão Santa pelo PMDB; pelo Bloco de apoio ao Governo, Senador Roberto Saturnino e Senador Marcelo Crivella. Esses são os Senadores titulares da Subcomissão Permanente Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior. E mais o Senador Jefferson Péres.

Os Suplentes são: Senador César Borges, Senador Álvaro Dias, Senador João Batista Motta, Senador Gerson Camata, Senador Sérgio Zambiasi, Senador Aelton Freitas, Senador Osmar Dias.

Na Subcomissão Permanente da Amazônia os titulares são: Senador Romeu Tuma e Senador Arthur Virgílio pelo Bloco do PFL/PSDB; Senadores Valdir Raupp e Pedro Simon pelo PMDB; pelo Bloco de apoio ao Governo, a Senadora Ana Júlia Carepa e o Senador Mozarildo Cavalcanti; e também Senador Jefferson Péres. Os suplentes são os Senadores Marco Maciel, Flexa Ribeiro, Ney Suassuna, Antonio Leite, eu pró-

prio, Aelton Freitas e Osmar Dias. Os que estão aqui estão de acordo.

Informo que em agosto faremos a instalação de cada uma dessas duas subcomissões. Só há essas duas.

Sem outro assunto, agradeço ao Senador Pedro Simon, agradeço a presença dos Srs. Senadores e vou cumprir as tarefas que me foram colocadas.

Queria lembrar apenas que a nota técnica que a Relações Exteriores distribuiu é um documento interno que não seja divulgado pela imprensa.

(Levanta-se a reunião às 10h35min.)

Ata da Décima Quarta Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada no Dia Quatro de Agosto do Ano de Dois Mil e Cinco, às Dez Horas.

Às dez horas do dia quatro de agosto do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos senhores Senadores **MARCELO CRIVELLA, JEFFERSON PÉRES, CÉSAR BORGES, JOSÉ JORGE, HERÁCLITO FORTES, EDUARDO SUPLICY, NEY SUASSUNA, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO BATISTA MOTTA, AELTON FREITAS, FLEXA RIBEIRO, SÉRGIO ZAMBIASI, MÃO SANTA, MARCO MACIEL, ROMEU TUMA, GERSON CAMATA, FERNANDO BEZERRA, PEDRO SIMON e ARTHUR VIRGÍLIO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. **Item 01:** Mensagem (SF) nº 157, de 2005, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ JERONIMO MOSCARDO DE SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo”. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador **JOÃO BATISTA MOTTA** para fazer a leitura do seu relatório. **Item 02:** Mensagem (SF) nº 163, de 2005, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para,

cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **JOÃO BATISTA MOTTA**. **Item 03:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 131, de 1997, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o texto do acordo de parceria e de cooperação em matéria de segurança pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **JEFFERSON PÉRES**. Aprovado. **Item 04:** Projeto de Lei do Senado (SF) nº 56, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel e dá outras providências”. Adiado. **Item 05:** Indicação (SF) nº 02, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Propõe, nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal, a adoção das necessárias providências pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no sentido de que seja estudada a possibilidade de articular com a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério das Relações Exteriores, a inclusão, ainda neste ano de 2004, na programação das visitas de autoridades ao nosso País, a do Presidente da República da Costa do Marfim, Senhor Laurent Gbagbo”. Adiado. **Item 06:** Requerimento (SF) nº 1601, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao povo da Costa do Marfim e ao seu Presidente Laurent Gbagbo pelos graves incidentes havidos no mês de dezembro de 2004”. Adiado. **Item 07:** Requerimento (SF) nº 182, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que “Requer, nos termos do artigo 223, do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de censura aos atos, inclusive decretos e leis recentes, editadas pelo Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez, criando restrições e estabelecendo punições, inclusive de prisão, à liberdade de imprensa que ameaçam a democracia”. Adiado. **Item 08:** Requerimento (SF) nº 756, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outro (s), que “Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Solidariedade ao povo britânico, diante do atentado terrorista em Londres, vitimando população ordeira e pacífica”. O Senhor Presidente designa relator “ad Hoc”, Senador **FLEXA RIBEIRO**, para fazer a leitura do parecer. Aprovado. O Senhor Presidente passa à apreciação da **Extra-Pauta – Item 01:** Requerimento (SF) nº 757, de 2005, de autoria do Senador JOSÉ JORGE, que “Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de

solidariedade ao governo Inglês pelo atentado ocorrido em 07 de julho de 2005”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **FLEXA RIBEIRO**, para fazer a leitura do parecer. Aprovado. **Extra-Pauta – Item 02:** Requerimento (SF) nº 758, de 2005, de autoria do Senador Aloízio Mercadante, que “Requer, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de censura e veemente repúdio contra os bárbaros atentados cometidos contra a população civil de Londres, capital do Reino Unido da Grã-Bretanha”. A palavra é passada para o relator, Senador **JOÃO BATISTA MOTTA** para ler o seu parecer. Aprovado. **Extra-Pauta – Item 03:** Requerimento (SF) nº 34, de 2005, - CRE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “Requer nos termos do Regimento Interno do Senado Federal e Câmara dos Deputados, a convocação do Ministro Celso Amorim para, numa reunião conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas, prestar esclarecimentos acerca: Das providências que o governo está implementando junto ao Reino Unido visando solucionar o episódio relativo à morte, pela polícia londrina, do brasileiro Jean Charles de Menezes; das medidas que o Ministério das Relações Exteriores vem adotando em defesa dos brasileiros residentes e/ou em trânsito no exterior; do estágio atual das negociações para a libertação do engenheiro brasileiro João José Vasconcelos Jr. Seqüestrado no Iraque”. Prejudicado. **Extra-Pauta – Item 04:** Requerimento (SF) nº 35, de 2005, - CRE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “Requer nos termos do artigo 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com a presença do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Senhor Celso Amorim, o Embaixador da República do Paraguai no Brasil, Senhor Luis González Arias e os professores Hélio Jaguaribe e Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira, para debater o “Acordo por Notas Recíprocas entre El Gobierno da República do Paraguai e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Exercícios e Intercâmbios Militares Bilaterais”, subscrito em Assunção, em 31 de março de 2005”. Adiado. Terminada a votação, o Senhor Presidente informa que os Embaixadores foram aprovados pela unanimidade de onze votos, tendo sido os escrutinadores os Senadores Gerson Camata e Mão Santa. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA DÉCIMA QUARTA
REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA
SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO
DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL, REALIZADA NO DIA QUATRO
DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO,
ÀS DEZ HORAS.**

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da terceira sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, pelo visto dispensada, e passamos à apreciação da pauta. Quero, em primeiro lugar, dizer que nas circunstâncias atuais do ativismo do nosso Senado, nesse momento, certamente será uma sessão um tanto atípica.

Vou começar pelas duas Mensagens e vou pedir que os Senadores que tiverem que sair para outras Comissões não esqueçam de votar os dois itens da pauta, que dizem respeito à votação nominal. Trata-se do **item 01**, Mensagem nº 157, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. José Jerônimo Moscardo de Souza, Ministro de primeira classe da carreira de diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo.

O autor é obviamente a Presidência da República e o relator é o Senador João Batista Motta, a quem peço um resumo enxuto do relatório, para que os Senadores fiquem em condições de votar logo depois.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB - ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 157, de 2005, do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. José Jerônimo Moscardo de Souza, Ministro de primeira classe da carreira de diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo.

Vamos ao relatório.

Essa Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. José Jerônimo Moscardo de Souza, Ministro de primeira classe da carreira de diplomata

do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo.

De acordo com o **curriculum vitae** elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o Sr. José Jerônimo Moscardo de Souza ingressou no curso preparatório para a carreira diplomática em 1963, dois anos antes de concluir seu bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e ascendeu à carreira sempre por merecimento.

Diante das divisões aqui, serviu na burocracia do Itamaraty, citamos a Divisão Jurídica, a Divisão de América Meridional II, a Divisão de Fronteiras, a Divisão da Europa II, o Departamento da Europa e a assessoria parlamentar do Ministério das Relações Exteriores. Serviu nas seguintes missões diplomáticas e permanentes brasileiras como: missão brasileira junto às Nações Unidas, em Nova Iorque; delegação brasileira junto à Associação Latino-Americana e Livre Comércio, Alalc; delegação brasileira junto à Organização dos Estados Americanos, na condição de ministro-conselheiro e encarregado da Embaixada de São José, Costa Rica, em 1987. Chefiou as delegações brasileiras nas seguintes negociações e fóruns internacionais: 14ª reunião do grupo **ad hoc** de Comércio sobre barreiras alfandegárias e não-alfandegárias, Iccom; Quito – Centenário de Desenvolvimento da América; 11ª sessão do Comitê Coordenador da Codex – Alimentário para a América Latina e o Caribe; reunião preparatória e 8º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes e outras tantas homenagens.

Foi laureado com a ordem da Coroa, grau de cavaleiro, pelo Governo belga em 1966; com a ordem do mérito militar; a ordem do mérito aeronáutico; a ordem do mérito naval; a ordem do mérito das forças armadas; grau de comendador pelo Governo brasileiro nos anos de 1985 e 1986; e com a ordem do Rio Branco Grã-Cruz pelo Governo brasileiro em 1990. O principal investidor luxemburguês do Brasil é o Grupo Arcelor, segundo maior grupo siderúrgico do mundo, o qual controla o conjunto belgo-mineiro, Acesita, além da Vega do Sul. O Presidente do Conselho de Administração do Arcelor, o Sr. Joseph Kinsch, exerce função de cônsul honorário do Brasil em Luxemburgo no triênio 2005-2007, e pretende a Arcelor investir três bilhões no Brasil.

Nos últimos anos, a pauta de exportação brasileira para Luxemburgo foi capitaneada em valores absolutos pela venda de dez jatos regionais da Embraer para a

companhia LuxAir. Segundo a classificação luxemburguesa, as exportações brasileiras estão centradas em máquinas e aparelhos, metais e obras trabalhadas em metal e produtos químicos, ao passo que as exportações luxemburguesas para o Brasil estariam focadas em metais e outros trabalhos em metal, máquinas e aparelhos e matérias plásticas. No contexto da densificação das relações econômicas de grande préstimo, será já instaurada a ligação aérea direta entre os países para o transporte de cargas. Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala de reuniões. Assinado pelo relator.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Se não há nenhum comentário, quero passar ao **item 02**, Mensagem (SF) nº 163, de 2005, pedindo ao Senador João Batista Motta que pegue o embalo do relato e seja relator **ad hoc**, em substituição ao Senador Mão Santa.

Trata-se da apreciação, pelo Senado Federal, do nome do Sr. José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de primeira classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT - AM) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Pois não, Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT - AM) - Sr. Presidente, sugeriria que como não se trata de matéria polêmica a indicação de embaixadores, sobretudo para exercer o cargo cumulativamente, e como os pareceres estão a nossa disposição, que fosse lida apenas a conclusão favorável ou desfavorável, porque a leitura, neste caso, parece-me desnecessária.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – A Mesa considera absolutamente pertinente, até porque, não faz muito, tivemos a sabatina do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, que a todos foi relatada. Portanto, peço que seja lida apenas a parte final do relatório.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB - ES) - Sr. Presidente, dentro do que foi proposto, queria dizer o seguinte: Trata-se da aglomeração do Sr. José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de primeira classe de carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à

República Popular de Bangladesh. Conforme foi dito, o que temos a acrescentar é que, segundo os dados fornecidos pelo documento em pauta, o intercâmbio comercial entre o Brasil e Bangladesh aumentou de 83 milhões de dólares, em 2001, para 213 milhões de dólares, em 2004, com expressivo saldo favorável ao Brasil, na Balança Comercial, da ordem de 191 milhões de dólares, em 2004. Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações também no âmbito desse relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Não havendo nenhum pronunciamento, peço que os Senadores não se esqueçam de fazer a votação, no momento oportuno.

Passo ao **item nº 03**.

Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997, que aprova o texto de acordo de parceria de cooperação em matéria de segurança pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa.

O relator desse assunto é o Senador Romeu Tuma, mas peço ao Senador Jefferson Péres, se estiver de acordo, para fazer a leitura, **ad hoc**, do relatório.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT - AM) - Esta matéria refere-se a um acordo que foi assinado há oito anos, Sr. Presidente, em 1997. Mas como a matéria era muito polêmica, à época foram levantadas algumas objeções ao acordo. Isto demorou algum tempo, houve manifestação de vários órgãos, mas, ao final, as dúvidas foram dirimidas, os óbices sanados, e, por isso, o Senador Romeu Tuma opina favoravelmente à sua aprovação.

Voto:

Por todo o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997, com o qual concordo também.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Ponho em debate o assunto. Peço que aqueles que estiverem contrários se manifestem. Não havendo nenhuma manifestação, está aprovado.

Passo ao **item nº 04**, Projeto de Lei do Senado (SF) nº 56, de 2005, que dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel e dá outras providências. O Senador Arthur Virgílio tem um interesse especial em estar presente no dia de relatar esse parecer, por isso o retiro de pauta hoje e peço que seja colocado na próxima pauta.

Passo ao **item nº 05**, Indicação (SF) nº 02, de 2004, que propõe, nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal, a adoção das necessárias providências pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no sentido de que seja

estudada a possibilidade de articular com a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério das Relações Exteriores a inclusão, ainda neste ano de 2004, na programação da visita de autoridades ao nosso País, do Presidente da República da Costa do Marfim, Sr. Laurent Gbagbo. A autoria é do Senador Marcelo Crivella e a relatoria é do Senador Roberto Saturnino. Ambos estão impedidos de estar nesse momento. O Senador Marcelo Crivella disse-me que tentará voltar aqui e prefiro esperar até a volta dele.

O mesmo para o **item nº 06**, Requerimento (SF) nº 1601, de 2004.

O voto de solidariedade ao povo da Costa Rica do Marfim ao Sr. Presidente Laurent de Gbagbo, pelos graves incidentes havidos no mês de dezembro de 2004. O Senador Marcelo Crivella não está, sou o relator, por uma série de problemas que ocorreram, e prefiro fazer o relato com a presença do Senador Crivella.

Passo ao **item nº 07**, Requerimento (SF) nº 182, de 2005, que requer, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerado voto de censura os atos, inclusive decretos e leis recentes, editados pelo Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez, criando restrições e estabelecendo punições, inclusive de prisão, à liberdade de imprensa, em ameaça à democracia.

A autoria é do Senador Arthur Virgílio e o relator é o Senador Eduardo Suplicy. Penso que esse é um assunto de muita sensibilidade e relevância, que não aceitaria ser discutido sem a presença de ambos, mesmo que fosse um só.

Passo, por isso, ao **item nº 08**, Requerimento (SF) nº 756, de 2005, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao povo britânico, diante do atentado terrorista em Londres, vitimando a população ordeira e pacífica.

A autoria é do Senador Arthur Virgílio e outros e a relatoria é do Senador Pedro Simon. Creio que este é um assunto que tem urgência, é tranqüilo, e pergunto se algum dos Senadores presentes quer fazer o relato **ad hoc**.

Senador, quer ser o relator **ad hoc**, no lugar do Senador Pedro Simon?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto encaminhado à Comissão de Relações Exteriores sobre o Requerimento nº 756, de 2005, requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao povo britânico diante do atentado terrorista em Londres, vitimando população ordeira e pacífica.

Relatoria **ad hoc**. O relator é o Senador Pedro Simon.

O relatório, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é favorável ao voto de solidariedade pela tragédia que todos nós, lamentavelmente, acompanhamos no atentado terrorista no metrô de Londres, e, conforme estabelece o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, o requerimento de voto de aplauso, regozijo, louvor, solidariedade e congratulações ao semelhante só será admitido quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional. A iniciativa em exame é meritória, oportuna e relevante e se enquadra nos critérios regimentais, pois se reporta a acontecimento de enorme significado internacional e nacional, pois o Brasil, além de repelir veementemente a prática de atos terroristas, é solidário às vítimas dessas práticas em qualquer parte do mundo.

Desse modo, voto pela aprovação do Requerimento nº 756, de 2005.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF)

– Quer se pronunciar? Nem é preciso. Penso que há aclamação e queria dizer que temos mais dois itens da Extra-pauta, **Item 01**: Requerimento (SF) nº 757, de 2005 e **Item 02**: Requerimento (SF) nº 758, de 2005, que dizem respeito ao mesmo assunto, mudando apenas a autoria. São dos Senadores José Jorge e Aloizio Mercadante. Creio que não precisa fazer nenhuma discussão, podemos considerar os três aprovados e se transformam em um só, com a unidade de todos.

Podemos passar para outro item.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) - Sr. Presidente, sobre o assunto do atentado terrorista no metrô de Londres, não sei se poderia aduzir aqui um voto de pêsames à família do brasileiro que foi brutalmente assassinado pela polícia inglesa, que é consequência lamentável deste atentado ao qual estamos aprovando agora um voto de solidariedade ao povo inglês, mais do que justo. Mas não sei se poderia aduzir também um voto de pesar à família do brasileiro que foi vitimado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF)

– Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT - AM) - Seria mais uma razão, não apenas para nos solidarizarmos com o povo inglês, como para repudiar o terrorismo. Acabou sobrando para um inocente brasileiro que vivia em Londres.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Considero perfeitamente correto, Senador. Se os demais Senadores estiverem de acordo, depois veremos, do ponto de vista regulamentar, se ficará dentro ou se será feito um aparte, por proposta sua.

Pode ser até melhor. Façamos um requerimento à parte, feito aqui no momento, pelo senhor, com aprovação unânime de todos.

O SR. AELTON FREITAS (PL - MG) – Queria, em tempo, Sr. Presidente, fazer a mesma coisa, se pudessemos ser como proposta do Senador Flexa e apoio meu e do Senador Jefferson, porque, além de tudo, é um mineiro de Gonzaga, no norte de Minas, do meu Estado, e que, apesar da dor da família e de todos nós, tenho o maior prazer em fazer também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) - Sr. Presidente, terei a maior honra se o requerimento fosse de autoria de todos os Senadores que estão aqui presentes ou participantes da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Muito bem. O item seguinte, **Item 03** - Requerimento (SF) nº 34, de 2005, - CRE, requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal e Câmara dos Deputados, a convocação do Ministro Celso Amorim para, numa reunião conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas, prestar esclarecimento acerca de diversas providências que o Governo está implementando junto ao Reino Unido, visando solucionar a morte desse jovem mineiro e outras medidas. É de autoria do Senador Eduardo Suplicy. Prefiro adiar também, está prejudicado, absolutamente.

O outro item, **Item 04** - Requerimento (SF) nº 35, de 2005, - CRE, que, requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno, a realização de audiência pública nesta Comissão, com a presença do Ministro das Relações Exteriores e o Embaixador da República do Brasil no Paraguai, professores Hélio Jaguaribe e Luiz Alberto Viana Muniz, para debater acordo por notas recíprocas entre o Governo da República do Paraguai e o Governo dos Estados Unidos sobre os exercícios e intercâmbios militares bilaterais.

Isso diz respeito, quero lembrar, a um assunto que aqui já foi tratado e foi enviada uma nota ao Ministro, estou esperando a resposta. É uma proposta do Senador Eduardo Suplicy, que diz respeito a algo extremamente grave, conforme a opinião de outros Senadores aqui, e que tem uma certa urgência.

Consulto os Senadores se não debatemos ou se avançamos, apesar de o autor não estar presente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT - AM) - Sr. Presidente, preferiria debater com a presença do autor. Não sei se é apropriado debatermos o que um país vizinho vai fazer de sua vida, das suas relações com terceiros países. Não sei se parece apropriado. Podemos dar palpite sobre acordos que o Paraguai vai fazer com a China, com o Japão ou com os Estados

Unidos? Não sei, tenho minhas dúvidas se não é uma atitude arrogante do Brasil tratar o Paraguai como um país-satélite.

Não sei, Sr. Presidente, há vários aspectos aí.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Penso que merecia de fato ser debatido. Não como o anterior, que fica prejudicado, em relação ao jovem mineiro, mas este aqui tem a necessidade de deixarmos para debater com a presença do Senador, porque embora seja um Estado soberano, como vizinho isso pode gerar consequências para o Brasil. Não podemos discutir se eles devem assinar ou não, mas devemos estar preparados para o que pode acontecer, quais as repercussões no Brasil.

Portanto, deixamos para quando houver aqui uma sessão com a presença do Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) - Sr. Presidente, sobre o assunto, concordo com a proposta de V. Exª de deixarmos para discutir o requerimento com a presença do Senador Suplicy, que é o autor do mesmo, mas gostaria de indagar a V. Exª, porque este assunto já foi objeto de uma votação aqui na Comissão em que ficou definido que V. Exª faria um contato com o Ministro, e me parece até que ele já deu uma resposta. Ou o Governo ou o Embaixador do Paraguai encaminhou um documento que foi distribuído aqui. Não sei se já atenderia à indagação do Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Então, vamos esperar a presença dele na próxima sessão, que espero que seja com mais tempo, embora a previsão é de que essa crise geral ainda vá demorar muito tempo.

Não tendo outro assunto para debater na pauta, libero os Srs. Senadores, mas não vou encerrar a sessão. Peço que votem e ficarei aqui esperando outros Senadores que possam comparecer para votar, mas a presença fica superada.

O SR. (orador não identificado) – Agradeço a compreensão, Sr. Presidente, e peço desculpas por ter que sair, mas na Comissão de Infra-Estrutura também há a votação da nova diretoria da Agência Nacional de Transportes Aeroviários.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT-DF) – Entendo perfeitamente e obrigado pela presença de todos.

(Procede-se à votação)

Apurados os votos, confirmo a aprovação dos dois Embaixadores para os seus cargos, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo e na República de Bangladesh.

Com essa aprovação, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h25min.)

Ata da Décima Sexta Reunião Extraordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada no Dia Dezoito de Agosto do Ano de Dois Mil e Cinco, às Nove Horas e Trinta Minutos.

Às nove horas e trinta minutos do dia dezoito de agosto do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **RODOLPHO TOURINHO**, **MOZARILDO CAVALCANTI**, **FLEXA RIBEIRO**, **JEFFERSON PÉRES**, **VALDIR RAUPP**, **SERYS SLHESARENKO**, **ROMEU TUMA**, **EDUARDO AZEREDO**, **ÁLVARO DIAS**, **ROBERTO SATURNINO**, **EDUARDO SUPICY**, **NEY SUASSUNA**, **SÉRGIO ZAMBIASI**, **PEDRO SIMON**, **MÃO SANTA**, **MARCO MACIEL**, **JOSÉ JORGE**, **EDISON LOBÃO**, **GÉRSO CAMATA**. Comparece também o Senador **LUIZ OTÁVIO**, não membro da Comissão. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. **Item 1:** Mensagem (SF) nº 206, de 2005, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor MÁRCIO PAULO BUZANELLI, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – Abin.”. O Senhor Presidente passa a palavra ao relator da Mensagem, Senador **ROMEU TUMA**. Faz uso da palavra o senhor **MÁRCIO PAULO BUZANELLI** para exposição de motivos. A reunião torna-se secreta. Reaberta a sessão, o Senhor Presidente informa ter sido aprovado o nome do indicado, tendo sido escrutinador o Senador Roberto Saturnino. O Senador Romeu Tuma apresenta Requerimento de Urgência para a Mensagem. **Item 02:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 351, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados – CREDN, que “Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo, celebrado em Moscou, em 9 de abril de 2002”. Adiado. **Item 3:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 357, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados – CREDN, que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Sófia, em 10 de abril de 2003.” Faz uso da palavra

o Senador **FLEXA RIBEIRO**, para leitura de seu parecer. Aprovado. **Item 4:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 367, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados – CREDN, que “Aprova o texto do Acordo sobre Dispensa de Tradução para Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.” O senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **ROBERTO SATURNINO**. Aprovado. **Item 5:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 369, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados – CREDN, que “Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Cooperação nos Setores de Pesca e da Aquicultura, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.” O senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **MÃO SANTA**. Faz uso da palavra o Senador **ROMEU TUMA**. Aprovado. **Item 6:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 371, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados – CREDN, que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Praga, em 29 de abril de 2004.” O senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **MÃO SANTA**. Aprovado. **Item 7:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 373, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados – CREDN, que “Aprova o texto da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada em Barbados, em 3 de junho de 2002.” Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO AZEREDO**. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador **ROMEU TUMA**, para leitura de seu parecer. Aprovado. **Item 8:** Projeto de Lei do Senado (SF) nº 56, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel e dá outras providências.” Adiado. O Senhor Presidente faz comunicado aos membros da Comissão. Fazem uso da palavra os Senadores **GÉRSO CAMATA** e **FLEXA RIBEIRO**. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e quarenta minutos, lavrando eu, **MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA DÉCIMA SEXTA
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA TERCEIRA
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA
DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA
DEZOITO DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL
E CINCO, ÀS NOVE HORAS E TRINTA MINUTOS.**

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Bom dia. Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Sendo dispensada, passamos agora à apreciação da pauta.

O **Item 1** é a Mensagem nº 206, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Márcio Paulo Buzanelli para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – Abin.

Passo a palavra ao Senador Romeu Tuma, que é o Relator da Mensagem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Vice-Presidente, a Mensagem nº 0514, de 22 de agosto de 2005, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Márcio Paulo Buzanelli para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – Abin.

Por ser decisão de Governo, é encaminhada a esta Comissão a apreciação e sabatina do Sr. Márcio Paulo Buzanelli.

Pediria permissão, Sr. Presidente, para dispensar a leitura do currículo do Dr. Márcio, porque ele, por si só, demonstra o acerto da decisão de escolher um homem que fez toda a sua carreira dentro da profissão de Inteligência, que é o principal papel da Agência Brasileira de Informações. O seu currículo está sobre a mesa de todos os Srs. Parlamentares.

S. Ex^a tem todos os requisitos para ser aprovado. É um homem de confiança do principal cliente da Agência Brasileira de Inteligência, que é o Presidente da República. Acompanhou o General Félix nas visitas que fez a vários gabinetes desta Casa, recomendando a sua aprovação.

Fui Relator do projeto que criou a Abin e regulamentou a sua existência, aperfeiçoando a sua atividade, inclusive criando nesta Comissão, que V. Ex^a tão bem preside, o setor de fiscalização permanente da Agência Brasileira de Inteligência, feito a quatro mãos, como dizia ontem ao General Félix, sem contradições, para que ela fosse realmente respeitada e exercesse

a sua função dentro dos parâmetros do setor de Inteligência, que é tão importante para o País.

Levantei alguns dados, como consta do relatório, sobre o canal competente de informações, Dr. Buzanelli, não para tecer críticas, mas porque anteriormente houve alguns desvios não de conduta, mas de política correta e de ação no que diz respeito ao setor de Inteligência, ignorando o principal elemento de ligação com o Presidente.

Com o estouro dessas confusões políticas, ficou clara a possibilidade de o Presidente ter tomado conhecimento de alguns fatos importantes, porque havia às vezes despachos diretos entre o Diretor e o Presidente da República, ultrapassando o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

Então faço esse alerta aqui não como uma crítica, mas apenas para nos lembrar que o Governo não pode alegar ignorância do que a Abin toma conhecimento, porque ela passou a investigar os Correios antes do escândalo. Correto seria que o Presidente tomasse conhecimento e providências para evitar uma série de fatos. Provavelmente, isso não ocorreu, porque o ex-Diretor, com todo o respeito ao meu colega, tomou decisões próprias, mandando investigar, sem levar ao conhecimento superior, querendo, talvez, esperar o seu resultado para comunicar. Isso trouxe consequências graves, indicando a necessidade de se apurar o que houve nos Correios. E V. Ex^a é testemunha e participe da defesa da moralidade e da dignidade da administração pública; V. Ex^a tem sido um baluarte nesse sentido. Então talvez pudesse, nesse canal correto...

Peço desculpas por me estender, Sr. Presidente, mas estou expressando um sentimento. Conheci todo o sistema do SNI, as deficiências que surgiram ao final, por terem tentado participar diretamente de eleição de Presidente, movimentando-se com o objetivo em interesses pessoais, apesar de muita gente boa que deve estar à disposição do novo Diretor, que espero que seja aprovado. Mas temos que nos acautelar para que não se desmilingue um setor tão importante para a administração pública.

Este é o meu relatório. Peço perdão por ter abusado do tempo de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Absolutamente, não houve qualquer abuso, mas, pelo contrário, um alerta importante. Talvez seja o caso de o candidato fazer algumas referências, devido à sua experiência e ao que se propõe.

Passo a palavra, então, ao Dr. Márcio Paulo para fazer a sua apresentação, lembrando que posteriormente haverá a sabatina e, neste momento, por razões regulamentares, teremos que realizar sessão fechada.

O SR. MÁRCIO PAULO BUZANELLI – Bom dia a todos.

Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque, muito digno Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Exmº Sr. Senador Romeu Tuma, digníssimo Relator, Exmº Sr. Senador Flexa Ribeiro, Exmº Sr. Senador Roberto Saturnino, senhoras e senhores, começaria dizendo que o destino, aliado à confiança em mim depositada pelos meus chefes no serviço público, fez com que eu estivesse hoje diante desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Vejo este momento como um prêmio. Para a mente e o coração de quem dedicou toda uma vida profissional a serviço do Estado, trata-se de verdadeira honra, no sentido mais completo da palavra, ser considerado candidato para um dos raros cargos no Governo brasileiro que demandam não apenas a indicação do Poder Executivo, mas também o endosso do Poder Legislativo.

Nesses termos, que as minhas primeiras palavras sejam de agradecimento a todos, presentes ou não nesta sala, que fizeram, ou estão fazendo, acontecer este momento.

Consignado este primeiro agradecimento, cabe indagar por onde começar algumas breves palavras sobre a atividade de Inteligência e o órgão que a desempenha no Estado brasileiro.

Creio que acertarei se começar tratando da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Essa lei, como todos os senhores sabem, criou o Sistema Brasileiro de Inteligência e instituiu a Agência Brasileira de Inteligência.

Cumpra recordar que a mesma, depois de cerca de 25 meses de estudos no âmbito do Executivo, tramitou durante 27 meses pelo Congresso Nacional, cujo projeto inicial foi muito enriquecido pela contribuição sábia e generosa dos Srs. Parlamentares, alguns dos quais aqui presentes. E cito de modo especial o Sr. Relator, o Exmº Sr. Senador Romeu Tuma, de quem esta lei recolheu toda a sua amplitude e foco.

Como bem evidencia o texto legal, o Sistema Brasileiro de Inteligência e, por extensão, o seu órgão central, a Agência Brasileira de Inteligência têm como fundamentos a preservação da soberania nacional, a defesa do estado democrático de direito e a dignidade da pessoa humana, devendo ainda cumprir e preservar os direitos e garantias individuais e demais dispositivos da Constituição Federal e de leis ordinárias.

Para os efeitos dessa lei, não nos parece ocioso frisar que Inteligência é atividade que objetiva a obtenção, a análise e a disseminação de conhecimentos sobre fatos e situações de imediata ou potencial

influência sobre o processo decisório, a ação governamental e a salvaguarda e segurança da sociedade e do Estado. Ameaças e oportunidades para o Estado brasileiro e interesses nacionais são, portanto, o seu principal escopo.

É, por conseguinte, um instrumento do Estado à disposição dos sucessivos governos e, assim, sobrepára a interesses de grupos, pessoas e partidos políticos.

A preocupação intransigente com a preservação dos valores democráticos torna-se evidente pelas inovações introduzidas pela citada Lei básica. Nesse contexto, podemos afirmar com muita convicção que poucos são os serviços de Inteligência de democracias próximas, em nosso Subcontinente ou no Velho Continente, que tenham, ainda em suas fases preliminares, leis constitutivas tão amplamente discutidas, que tenham a indicação do seu Diretor-Geral, como hoje ocorre submetida à prévia aprovação do Senado da República, inicialmente por esta soberana Comissão e depois pelo Plenário do Senado; cujos servidores de carreira – acrescentaria – sejam admitidos por concurso público e submetidos a tantos controles institucionais. Destacam-se entre eles, no âmbito do Executivo, os controles efetuados por intermédio da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo sobre a Política Nacional de Inteligência, da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República e do Tribunal de Contas da União sobre a aplicação dos seus recursos; no âmbito do Legislativo, por esta soberana Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e por uma comissão mista, bicameral, portanto, composta por membros do Senado e da Câmara, que é a nossa Comissão de Controle das Atividades de Inteligência, que tem por encargo, entre outros, o exame dos atos decorrentes da execução da Política Nacional de Inteligência.

O resultado, nesses quase seis anos do que preceitua o texto legal citado, é muito bom, mas todos entendemos que precisa ser aperfeiçoado. São necessários ajustes, principalmente sob a forma de instrumentos legais que propiciem à Inteligência melhor atuação, bem como iniciativas que amparem o exercício profissional, entre esses o muito necessário plano de carreira para os oficiais de Inteligência e demais servidores do órgão, para cuja consecução muito necessitaremos do decisivo apoio dos Srs. Parlamentares.

Entendo que legislar sobre matéria de Inteligência exige redobrado cuidado, Sr. Presidente. Cabe recordar, a propósito, uma frase sempre citada, de autoria de Rui Barbosa, o qual, no distante ano de 1892, observava que “esquadras não se improvisam”.

Neste Senado Federal, onde estão refletidas a nação e a federação, tampouco – tenho certeza – existe dúvida sobre o fato de que não se improvisa em matéria de serviço de Inteligência, entre outras atividades típicas de Estado.

Instituições de Estado, além de cumprir com as obrigações do dia-a-dia previsível, devem estar em condições de responder aos desafios que o futuro incerto poderá lançar à nação.

Nesse contexto, é oportuno observar que o Brasil talvez seja uma das poucas nações de maior porte que ainda têm a sua idade de ouro por acontecer. Vou me explicar melhor e buscar alguns exemplos na história.

O povo português certamente verá o seu momento áureo no período dos descobrimentos, nos Séculos XV e XVI; o povo espanhol, certamente, no Século XVI; o povo francês, na virada entre os Séculos XVIII e XIX, desde a Queda da Bastilha até, talvez, a Batalha de Waterloo; e o povo inglês, o período vitoriano, que foi o auge. O longo reinado da Rainha Vitória foi o momento de ouro do Reino Unido. No Brasil, por outro lado, no nosso Hino Nacional, continuamos a ver como verdade a idéia “se teu futuro espelha essa grandeza”.

Essa perspectiva de nos aproximarmos de um tempo áureo parece dar um vigor todo especial à vida nacional, em todos os seus aspectos. Talvez estejamos, de fato, nos aproximando desse momento de grandeza, inclusive porque agora já podemos visualizá-lo não mais como uma ingênua panacéia, mas sim como um estágio de vida que demanda uma mudança de qualidade nas instituições. Em outras palavras, quero voltar à idéia de que nós não podemos improvisar na forma como pisaremos no terreno incerto do futuro.

Na Abin, conforme tenho observado, e os companheiros aqui presentes, também, já se nota uma clara consciência de que devemos buscar a excelência não apenas no nível nacional, mas também no plano internacional.

Em suma, gostaria que recebessem as minhas primeiras observações sobre Inteligência nesta manhã no sentido de que a Abin esteja adequadamente presente no grande encontro com o futuro que já se delineia para o País.

É nossa intenção, caso, naturalmente, sejamos aprovados por esta egrégia Comissão e, posteriormente, pelo Plenário do Senado, aprestar a Abin de uma adequada estrutura nacional, sobretudo – e friso com muita ênfase – na Amazônia, e internacional, de forma que a sua estrutura lhe permita melhor cumprir os interesses impostos pelo Estado brasileiro.

Neste ponto, gostaria de encerrar os meus primeiros comentários, o intróito do nosso encontro desta

manhã, sublinhando a idéia de que o futuro é uma entidade impaciente e talvez não espere pelo encontro com a grandeza de um país como o nosso, que marcha para a sua idade do ouro.

No meu cotidiano, no serviço de Inteligência, tenho contatos freqüentes com outros servidores do Estado: militares, policiais, funcionários do Itamaraty. Em todos eles e nos meus companheiros da Abin vejo a inquietação de um porvir que se aproxima mais rapidamente do que a nossa capacidade de entendê-lo.

É inevitável recordar neste contexto o proverbial aviso daquele que foi considerado a Águia de Haia, Rui Barbosa: “Esquadras não se improvisam”.

Com essas palavras, Sr. Presidente, finalizo a minha primeira apresentação, ficando à disposição dos Srs. Parlamentares para eventuais esclarecimentos de dúvidas que possam ter a respeito da atividade de Inteligência e da Agência Brasileira de Inteligência.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Não há Senador inscrito para a interpelação, então concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não teria dúvidas no momento, mas alguns fatos...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Senador, um momento. Não por vontade minha, mas por força do Regimento, peço aos que nos assistem que deixem os Senadores e o candidato livres para uma interpelação franca, aberta, sem qualquer constrangimento entre nós no que se refere aos assuntos que serão discutidos.

(Torna-se secreta a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Tenho o prazer de comunicar a aprovação do nome do Sr. Márcio Paulo Buzanelli para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – Abin por esta Comissão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pediria urgência no seu encaminhamento ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Hoje mesmo será encaminhado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Houve o compromisso do Presidente Renan Calheiros nesse sentido se fosse aprovado o nome do indicado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Pediremos que seja aprovado ainda hoje pelo Plenário.

Ao mesmo tempo em que lhe dou os parabéns, digo-lhe que o Brasil espera o seu trabalho na Abin, a serviço do nosso País.

O SR. MÁRCIO PAULO BUZANELLI – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Dando continuidade à pauta, quanto ao **Item 2**, Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2005, o Senador Marco Maciel, que é o seu Relator, pediu para adiar. Então passo ao **Item 3**, Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2005, referente ao texto de acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária sobre isenção parcial de vistos, celebrado em Sofia, em 10 de abril de 2003, cujo Relator é o Senador Flexa Ribeiro, a quem concedo a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Serei breve, Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Sr. Vice-Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Srs. Senadores.

O objeto do acordo já foi, inclusive, muito bem apresentado aqui pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, que diz que o referido acordo reflete os interesses dos dois governos em desenvolver relacionamento bilateral que se encontra em franca intensificação, facilitando mutuamente o deslocamento de nacionais brasileiros e búlgaros entre os territórios de ambos os países.

Análise.

A isenção parcial de visto encontra-se no rol dos poderes discricionários do Estado, na esfera internacional, e demonstra o interesse do Brasil e da Bulgária em aprofundar os seus laços de amizade, realçando que a Bulgária brevemente será membro da União Européia.

A ratificação do acordo pelo Brasil e a sua implementação no Direito interno serão bastante positivas para as relações internacionais do País e para a sua imagem junto a seus pares da comunidade internacional.

Voto.

Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucionais e legais e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2005.

Este é o Voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Está em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Está aprovado.

Passo ao **Item 4**, Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2005, que aprova o texto do acordo sobre dispensa de tradução para documentos administrativos, para efeitos de migração entre os Estados-partes do Mercosul. Foi celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro do ano 2000. O Relator é o Senador Sér-

gio Zambiasi, que não está presente. Então solicito ao Senador Roberto Saturnino que seja Relator *ad hoc*, abreviando ao máximo o seu parecer.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 367, que aprova o texto do acordo sobre dispensa de tradução para documentos administrativos, para efeitos de migração entre os Estados-partes do Mercosul.

Um dos objetos centrais para a consecução do mercado comum regional é o livre trânsito de pessoas entre os países partícipes da integração. E o acordo em discussão, ao dispensar traduções juramentadas na solicitação de visto, prazo de estada e concessão de permanência, simboliza um passo importante na desburocratização dos procedimentos migratórios estabelecidos entre os países do Mercosul.

Assim sendo, Sr. Presidente, o voto do Senador Sérgio Zambiasi, que encampo inteiramente, é pela aprovação do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Passo à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Está aprovado.

Item 5: Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2005, que aprova o texto do memorando de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, para a cooperação nos setores de pesca e de aquicultura, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003. O Relator é o Senador Jefferson Peres, mas peço ao Senador Mão Santa que faça o relatório *ad hoc*.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, atendendo à determinação de V. Ex^a, passamos a ler o relatório do Senador Jefferson Peres.

Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto de memorando de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, para a cooperação nos setores de pesca e de aquicultura, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, concorrente com o art. 4º, inciso VIII, todos da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados, em 23 de abril de 2004, por intermédio da Mensagem nº 159, de 2004, tendo sido analisado e aprovado pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e de Constituição, Justiça e Cidadania

daquela Casa, sendo, conseqüentemente, remetido ao Senado Federal.

Nesta Casa, este ato internacional foi encaminhado tão-somente à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Acompanha a proposição, além da mensagem do Poder Executivo ao Congresso, exposição de motivos do Sr. Ministro de Relações Exteriores, o qual destaca a importância do diploma para o incremento do setor pesqueiro em ambos os países.

O memorando estabelece, conforme sumariza a exposição de motivos do Itamaraty, quadro-referência para programas de cooperação bilateral no setor pesqueiro e agrícola; prevê, dentre as iniciativas bilaterais, o aproveitamento sustentável dos recursos, a promoção e o melhoramento da produção pesqueira e aquícola mediante a transferência de tecnologias e intercâmbio de experiências, a formação e a capacitação de especialistas e técnicos pelo intercâmbio comercial no setor, sobre bases mutuamente vantajosas.

As modalidades de cooperação estabelecidas no memorando são:

1. a pesquisa sobre as populações de lagosta, com a finalidade de conseguir aproveitamento ótimo em bases sustentáveis;

2. intercâmbio de experiências de formação e capacitação acerca da criação do camarão, sobre o qual o Brasil possui notória experiência;

3. assistência técnica e capacitação de pescadores promovidos pela parte cubana para treinar pescadores brasileiros;

4. desenvolvimento conjunto de iniciativas no cultivo de águas inferiores, baseado na experiência já adquirida pelos países;

5. estudo das possibilidades de estabelecer parcerias econômicas internacionais nas atividades de interesse mútuo;

6. intercâmbio científico, por meio de convênios de cooperação entre centros de pesquisa de ambos os países.

São responsáveis pela implementação do memorando a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República pela República Federativa do Brasil e o Ministério da Pesca pela República de Cuba.

Análise.

Segundo o relatório da Organização para a Alimentação e Agricultura de 2004, o mercado mundial de pescados é altamente competitivo, sendo liderado pela China, o maior produtor e extrator de peixes e frutos do mar. O Brasil figura como o décimo maior extrator de organismos aquáticos do mundo.

De acordo com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, o Brasil apresenta grande potencial para o desenvolvimento da aquicultura, em razão de possuir 8.400 quilômetros de costa marítima, 5.500 hectares de reservatórios de água doce e aproximadamente 12% da água doce disponível no Planeta, clima extremamente favorável para o crescimento dos organismos cultivados, terras disponíveis e ainda relativamente baratas na maior parte do País, mão-de-obra abundante e crescente, demanda por pescado no mercado interno.

Apesar das condições favoráveis, a aquicultura comercial brasileira tardou a se firmar como atividade econômica no cenário nacional da produção de alimentos, o que ocorreu somente no início dos anos 90.

Em Cuba, o grande desafio é tornar acessível o pescado à população nacional. A indústria pesqueira cubana é monopolizada por cinco grupos empresariais, o que dificulta a redução dos preços para os consumidores internos. No entanto, como o potencial do setor naquele país é altamente promissor, uma vez que a ilha é cercada de extensos corais, o estímulo à pesca artesanal promete popularizar o consumo desses organismos, melhorando os padrões nutricionais da população.

O memorando de entendimento sob análise tem como seus maiores méritos a busca pela otimização dos recursos técnicos e humanos da aquicultura e da pesca de ambos os países, notadamente a capacitação dos pescadores; conjuga harmonicamente objetivos de ordem econômica e social, contemplando o incremento das atividades dos setores de aquicultura e pesca, vis-à-vis os mercados internos brasileiro e cubano e internacional, bem como facultando a significativa parcela da população de ambos os países que sobrevive da pesca e da aquicultura artesanais mais recursos para a sustentação e expansão de suas atividades.

Voto.

Por tudo quanto explicitado, por julgá-lo oportuno e conveniente, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo.

Este é o voto do Senador Jefferson Peres.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente, posso fazer apenas uma referência?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Por favor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Como V. Ex^a, ao falar com o Diretor da Abin, mencionou as dificuldades das Forças Armadas e a falta de uma política direcionada para o seu emprego, eu vi aqui um acordo que coloca a Marinha na fiscalização das 150 mil milhas, se não me engano, do mar brasileiro e que eles chamam a Aeronáutica, quando aprovarmos a compra

dos aviões de vigilância, aqui nesta Comissão, os P-10, à qual todos fomos favoráveis, de Amazônia Azul, pela importância que representam esses oito mil quilômetros de costa marítima.

O Brasil faz parte de um acordo internacional e, na última convenção de Portugal, ficou decidido que quem não tiver projeto para a exploração das respectivas milhas marítimas poderá perdê-las para algum país concorrente que venha a explorá-las.

A Marinha reclama, como tomei conhecimento, e ultimamente tenho conversado com os seus adidos militares, da falta de condições de patrulhamento de toda essa região, que terá que colaborar com os aviões, assim que eles chegarem ao País, porque temos convênio de salvamento e de proteção. E a economia depende do mar. O nosso petróleo está todo ali.

Então considero o acordo bom, mas tem outra dimensão na conjuntura nacional.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Já que o Senador Romeu Tuma aparentemente saiu do tema ao falar sobre isso, eu queria sair um pouquinho mais.

Valeria a pena termos uma audiência aqui sobre o estado das Forças Armadas brasileiras.

Não é nosso papel dizer quanto aportar em termos de recursos para as Forças Armadas, como elas devem ser, isso é papel do Executivo, mas devemos estar alertas à situação que atravessam as Forças Armadas. Essa é uma obrigação nossa, até para chamar a atenção da sociedade brasileira.

Talvez valesse a pena que algum Senador...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – O estado das Forças Armadas brasileiras e as suas exigências para o futuro. Chamaríamos o Ministro.

Podemos considerar aprovado oralmente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não adianta vir apenas o Ministro da Defesa; terão que vir os chefes de cada arma.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O mais importante é o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não existe mais o Chefe. Agora é o Ministério da Defesa. A chefia do Estado-Maior das Forças Armadas foi substituída pelo Ministério. Existem chefes do Estado-Maior do Exército...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – De cada arma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então viam os comandantes em chefe de cada força, por-

que agora o Ministério da Defesa tomou o lugar do Estado-Maior.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Então consideramos aprovado o assunto.

Passo à votação do projeto relatado pelo Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quero fazer uma observação.

É interessante o Governo brasileiro firmar esse convênio de pesca, mas ele deve reconhecer a sua decadência, principalmente na pesca e na aquicultura. A pesca é uma vergonha, é muito precária, antiga. E a grande perspectiva no mundo é a cultura de peixe e de camarão.

Aproveito esta oportunidade para dizer que essa é simplesmente aquela tendência de paixão do Brasil por Cuba, que não tem nada a nos ensinar em termos de pescado.

Vou contar um fato: o sol nasce não é para a pesca marítima, mas para a piscicultura e carcinicultura.

O maior exportador de carcinicultura do mundo, na década de 90, era o Equador, a região do litoral de Manta, próxima a Guayaquil, onde houve uma peste na carcinicultura. Como na Inglaterra, com a vaca, houve no Equador uma patologia no camarão, que se tornou anêmico.

Sabendo disso, trouxe muitos técnicos e os levei ao Piauí e ao Nordeste, que têm as mesmas condições climáticas e geográficas, comparando-se o litoral do Equador e do Nordeste.

Então, o Piauí chegou a ter 19,6% da produção de carcinicultura, mas esse percentual abaixou, no Governo do PT, para 2,6%. Os outros floresceram, porque têm um litoral maior, como o Rio Grande do Norte e o Ceará, principalmente, mas no Piauí a produção caiu de 1.200 toneladas para 500, demonstrando a incompetência e o atraso dos homens que estão no Governo. Caiu, em 1999, último ano em que governei o Piauí, de 1.200 para 500 toneladas. E isso significa tanto para o nosso Estado, Professor. Daí por que afirmo que a ignorância é sempre audaciosa. Não sei se o pior problema é a corrupção ou a ignorância, qual deles produz mal maior.

O que significa isso para o Piauí? Significa, Professor Cristovam Buarque, que este País não tem nada assinar. Esse é um amor velho, um caso mal resolvido entre José Dirceu e Fidel Castro, que não tem nada.

O Equador resolveu a patologia e os técnicos que nós trouxemos para o Nordeste voltaram. Por quê? Pela dificuldade do meio ambiente, Ibama, que, além de não trabalhar, não deixa o povo produzir, mostrando ignorância, Professor Cristovam Buarque.

Temos que buscar o saber que V. Exª representa. Sófocles disse: “Muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano”.

O ser humano está desempregado e faminto. E o que significa isso? Só no Piauí, para que V. Exª tenha a noção exata, a cera de carnaúba, que é milenar e decadente, porque surgiu a sintética, era a maior fonte de exportação do Piauí; a carcinicultura chegou a empatar. E a sua produção caiu de 1.200 toneladas para 500 toneladas. Todo o Nordeste diminuiu. O Equador avançou tecnicamente, debelou a praga que havia lá, e os nossos técnicos estão voltando.

Então nós não temos nada... Esse é apenas um amor mal resolvido entre José Dirceu e Fidel Castro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Está aprovado.

Peço ao Senador Mão Santa que mais uma vez substitua o Senador Jefferson Peres ao relatar o **Item 06**, Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2005, acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre isenção parcial de vistos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Primeiro, a minha satisfação em obedecer-lhe, porque V. Exª aqui é o mestre, é o professor. Se eles não quiseram fazê-lo, perderam a luz do saber. Trata-se do **Item 6**, da relatoria do Senador Jefferson Peres.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Se V. Exª gosta de obedecer, sugiro apenas, em nome dos outros Senadores, que resuma ao máximo o voto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Senador foi sintético. No outro caso, fiz a minha análise quando tomei conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Não, a análise foi boa. Estou falando...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A verdade é que nós somos muito fracos em termos de indústria de pesca. Posso dizê-lo porque o Piauí tem apenas 66 quilômetros de mar, mas possui o Rio Parnaíba, com 1.458 quilômetros. É um Estado que tem 18 rios, 6 rios perenes e 100 lagoas. Então mostramos a nossa experiência na aqüicultura, na qual o País está bem atrasado, decadente, conforme os números que eu trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Mas, para a sua análise, V. Exª terá todo o tempo que quiser, porque fala em nome do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Além do fato de Cuba não ter nada a ensinar, vemos os países que estão evoluindo tanto na pesca artesanal quanto na aqüicultura. A carcinicultura é ouro. Nós decaímos. No Piauí, a produção caiu pela metade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Senador, vamos ao voto sobre a República Tcheca.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 468, de 9 de agosto de 2004, submete ao Congresso Nacional o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre a isenção parcial de vistos, celebrado em Praga, em 29 de abril de 2004.

Na Câmara dos Deputados, o acordo foi apreciado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, tendo sido aprovado pelo Plenário daquela Casa em julho de 2005.

Análise.

Trata-se de instrumento internacional que visa a concessão de isenção parcial de vistos que irá facilitar o fluxo de pessoas entre os países signatários, contribuindo de maneira significativa para o incremento das relações bilaterais.

Nesse sentido, permite aos nacionais da República Federativa do Brasil, portadores de passaportes nacionais válidos, ingressar na República Tcheca para estada que não exceda o período de três meses, desde que a mesma não seja usada para o engajamento em atividade lucrativa, sendo a mesma prerrogativa aplicável a nacionais da República Tcheca que vêm ao Brasil.

O art. 5º prevê limites ao benefício outorgado, ao reservar aos Estados-partes o direito de negar a entrada ou encurtar a estada em seu território a *persona* não grata ou a pessoas que não cumpram as condições estipuladas para a entrada ou estada pela respectiva legislação nacional.

O art. 6º garante às partes contratantes o direito de suspender temporariamente a implementação do acordo por razões de segurança, ordem pública ou proteção à saúde, entre outras.

Cumprе lembrar que a República Tcheca foi recentemente admitida na União Européia, depois do tratado de adesão celebrado em Atenas, em 16 de dezembro de 2003, condição que lhe confere nova importância estratégica no contexto de relações internacionais do Brasil.

Voto.

Com base no exposto, voto pela aprovação do projeto que aprova o texto de acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre isenção parcial de vistos, celebrado em Praga, em 2004.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Encerro a discussão e passo à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Passo ao **Item 7**, Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2005, cujo Relator é o Senador Romeu Tuma, que trata da Convenção Interamericana Contra o Terrorismo.

Gostaria de consultar os Srs. Senadores, antes de passar a palavra ao Senador Romeu Tuma, se um assunto como este poderia ser discutido com pequeno quorum ou se o adiaríamos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Presidente, sugiro o adiamento desta matéria, que é de uma importância muito grande e mereceria uma discussão mais ampla entre todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Consulto o Senador Tuma se há urgência...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Urgência há, porque, tudo o que temos visto agora, na quebra de sigilos, em acordos internacionais com o Coaf, está embutido no acordo internacional, principalmente na busca sobre lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos e valores, prevenção da utilização do sistema financeiro para ilícitos previstos nesta lei que foi acordada.

Foi apreciado aqui; não sei quem foi o Relator, porque não colocamos no relatório.

Se o Senador quiser adiar, não haverá problema, porque essa medida não é nova. Ela foi assinada em Barbados, em 3 de junho de 2002. E o Brasil já se utiliza desse acordo. Mas, se V. Exª quiser analisar melhor...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não, retire a minha sugestão, porque realmente, como esclarece V. Exª, a convenção é de 2002.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Podemos votá-la, porque ela está bem explicitada no relatório, contei com a colaboração de todos, inclusive ela foi apreciada até pela Comissão de Segurança Pública que combate o crime organizado, violência e narcotráfico, além da nossa Comissão. A primeira designação foi para cá, depois a Comissão Especial de Segurança pediu para apreciá-la e este é o resultado de todas as conversas que houve.

Segundo a exposição do Ministro de Relações Exteriores, ela pretende dotar o sistema interamericano de uma estrutura jurídico-institucional que oriente ações concertadas no combate ao terrorismo, em respeito aos direitos humanos, a que V. Exª fez referência com o Diretor da Abin, e às instituições democráticas, com sucedâneo nos ordenamentos jurídicos nacionais.

Trata-se de uma adaptação da legislação nacional, para que ela possa realmente ser aplicada no contexto internacional. A matéria tem importância por causa dos crimes transfronteiriços que temos visto e enfrentado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Então vamos em frente, Senador. Peço que leia o seu relatório. O Senador Eduardo já retirou a sua sugestão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sou pela aprovação do decreto legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Está em discussão o parecer.

V. Exª quer fazer mais algum comentário?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Então, está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Está em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

O **Item 8**, Projeto de Lei do Senado nº 569, de 2005, já foi adiado diversas vezes, mas não estão presentes nem o autor nem o relator. Por isso permanece adiado, até porque exige votação nominal e teríamos dificuldades de quorum.

Concluo fazendo um comunicado.

Houve um requerimento, de autoria do Senador Pedro Simon, de que realizássemos uma audiência pública para discutir a relação entre pobreza e defesa nacional.

Temos três audiências previstas: uma sobre cidades e defesa nacional, do Senador Romeu Tuma; uma sobre por que, em 1970, o Brasil era o mais promissor país do terceiro mundo, e hoje ficou para trás em relação a praticamente 15 países; e este, sobre defesa e pobreza.

Estamos marcando para o dia 1º de setembro, convidando o Sr. Eliezer Batista e o Almirante Mário César Flores, duas grandes personalidades da área da defesa, porque não se trata de analisar o problema da pobreza, mas da defesa nacional.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Eliezer cuida de logística e infra-estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – São um civil e um militar, ambos com muita experiência em estratégica, para audiência pública no dia 1º de setembro. Seria muito interessante contar com o quorum. De qualquer maneira, só de trazer essa discussão para o Senado, divulgá-la na televisão e publicar o relatório será uma contribuição.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Para publicar em 7 de setembro.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – V. Exª permite uma comunicação?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Sim, Senador Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, abordei este assunto no Plenário.

Há dois meses, uma moça do interior do Espírito Santo, casada com um capixaba, na cidade de Loule, em Portugal, desapareceu. Durante 20 dias, a família a procurou, entrou em contato comigo e telefonei para o Embaixador do Brasil em Portugal e para o Cônsul do Brasil em Portugal, e as autoridades consulares e diplomáticas brasileiras não tomaram providência alguma.

Diante das dificuldades, contatei o Chefe de Polícia da Cidade de Loule e o Diretor da Polícia Judiciária da província onde fica a cidade de Loule.

Pois bem. O Chefe de Polícia disse que não se tratava de seqüestro, embora ela tivesse dito ao marido que quando ia para o serviço estivesse sendo abordada por um indivíduo. E ele possuía a descrição do indivíduo. Ele queria dizer isso à polícia.

Telefonei para o Chefe de Polícia, que disse que não se tratava de um seqüestro, mas de um desaparecimento. Retruquei que o desaparecimento poderia ser um seqüestro... E ele disse: “Ah, já estamos investigando”.

Entrei em contato com a televisão de lá, para suscitar o assunto na imprensa e 20 dias depois, perto da casa dela, no local onde era abordada, foi encontrado um cadáver. O marido viu, pelos pertences, que era a mulher dele, de 23 anos.

Pois bem, até hoje as autoridades portuguesas não liberaram o corpo, as autoridades consulares e diplomáticas brasileiras não se interessaram em fazê-lo, o pai dessa moça, que é um homem pobre, saiu do Brasil e foi a Portugal, para fornecer material para o teste de DNA, gastou dinheiro que não tinha, pediu emprestado aos vizinhos, voltou, e até hoje, nada.

Seria um apelo da Comissão ao Cônsul do Brasil em Lisboa, no sentido de um telefonema para alguma autoridade portuguesa, porque a família sofre com o desaparecimento, demora um mês para encontrar, depois, mais 60 dias para ter o direito de sepultar?

Nós nunca tratamos portugueses dessa maneira aqui no Brasil.

Falei com o próprio Embaixador, com o próprio Cônsul, dei o telefone do marido dela, e ele me disse que ninguém telefonou para ele. Pedi que o fizessem, para lhe dar um certo conforto.

Aliás, Sr. Presidente, isso é costumeiro por parte das autoridades diplomáticas e consulares brasileiras. Lembro que, há quatro ou cinco anos, explodiram uma bomba em Jerusalém e mataram um brasileiro. Na mesma noite, fui ao Itamaraty, e o representante da Palestina no Brasil está lá, banquetando-se com as autoridades brasileiras, sem tomar providência alguma. Seria o caso de retirarem aquele homem da recepção e dizer: expliquem-se, vocês, palestinos, que mataram um brasileiro que não tem envolvimento com o conflito de vocês. Quem foi? Expliquem à autoridade brasileira!

Outro dia, morreu uma capixaba, todo dia morrem goianos na fronteira o México, mas é como a morte de um cão. As autoridades brasileiras não se interessam, não cobram do México.

Presidente, eu era Governador. No interior do Espírito Santo, mataram um americano. Antes de eu acordar, o Cônsul dos Estados Unidos estava telefonando para o Governador, mandaram detetives para lá, até prender o pessoal. Por isso eles são respeitados.

Quanto a nós, expulsam os brasiguaios do Paraguai, roubam os nossos carros e levam para o Paraguai, trocam os nossos carros por maconha, enchem o Brasil de cocaína, e nós não reagimos. E o povo brasileiro paga as Forças Armadas mais volumosas, mais caras e melhor aparelhadas da América Latina, mas não tem defesa contra os traficantes e maconheiros e não se respeita o cidadão brasileiro.

No orçamento, vou retirar todas as verbas de coquetel, recepção, festa do Itamaraty e botar verba de assistência social para os brasileiros que saem daqui e perecem nos outros países, quase sem dignidade.

Esta era a queixa que eu queria fazer, e o foro é exatamente este, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Senador, recebo o seu pronunciamento, vou tomar as providências que puder e lembro que temos aqui a Ministra Gladys, representando o Itamaraty. Então já lhe peço para levar essa preocupação, que não é mais do Senador Camata, mas de toda a Comissão.

Na medida em que um Senador da Comissão apresenta a sua preocupação, ela passa a ser de toda a Comissão. Adoto a sua preocupação. Certamente, com outras palavras, outros comentários, e não retirando dinheiro do Itamaraty, mas adoto, sim, a sua preocupação. É preciso tomar uma providência.

A Ministra fica encarregada de me trazer uma resposta que comunicarei ao Plenário e a V. Ex^a, pessoalmente, na próxima quinta-feira.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Solicito que o Decreto Legislativo nº 357, que relatei, fosse encaminhado com pedido de urgência, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PT – DF) – Vamos encaminhar todos os que foram analisados hoje com pedido de urgência.

Agradeço-lhe, Senador.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h40min)

Ata da 14ª Reunião (Ordinária) da Comissão de Serviços de Infra-estrutura na 3ª Sessão Ordinária Legislativa da 52ª Legislatura, Realizada em 22 de Junho de 2005 às 14:30 Horas.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, presentes os Senhores(as) Senadores(as) José Jorge, Marco Maciel, Rodolpho Tourinho, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Delcídio Amaral, Magno Malta, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Alberto Silva, Antônio Leite, Gilberto Mestrinho, Mão Santa, Eduardo Azeredo, Maria do Carmo Alves, Augusto Botelho, Jorge Bornhausen, César Borges, Antonio Carlos Magalhães e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os senhores Senadores Demóstenes Torres, Teotônio Vilela Filho, João Capiberibe, Sérgio Zambiasi, Aelton Freitas, Gérson Camata e Valdir Raupp. A presente reunião destina-se a deliberações de matérias. Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002. Terminativo. Ementa: “Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado”. Autor: Senador Ricardo Santos. Relator: Senador Valdir Raupp. Adiado. Observação: A matéria encontra-se em fase de discussão. Item 02 – Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2004. Terminativo. Ementa: “Institui o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás.” Autor: Senador Marcelo Crivella. Relator: Sena-

dor Augusto Botelho. Parecer: Favorável a aprovação da matéria com 3 Emendas que apresenta: Adiado. Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004. Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul. Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Leonel Pavan. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item 04 – Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2004. Terminativo. Ementa: “Institui o Programa do Gás (Progás). Autor: Senador Marcelo Crivella. Relator: Senador Valdir Raupp. Parecer: Favorável a aprovação do projeto com 2 Emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do autor da matéria. Item 05 – Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2005. Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001, que “dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de políticas de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências”, para modificar atribuições do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).” Autor: Senador Francisco Pereira. Relator: Senador Paulo Paim. Parecer: Favorável a aprovação do projeto com 2 Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item nº 06 – Requerimento nº 16, de 2005. Assunto: Requeiro nos termos do artigo 58 da Constituição Federal combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública na Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado de nº 63, de 2004 o qual permite a venda e recarga de botijões de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP e Gás Natural nos postos de gasolina e dá outras providências, ouvindo, com esse intuito, os representantes de tais instituições. Convidados: 1- FENAGÁS (Federação Nacional das Associações do Comércio Varejista Transportador Revendedor de Gás Liquefeito de Petróleo), Dr. Jorge Lúcio da Silva (Presidente). 2- SINDICOM (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes). Dr. Alísio Jacques Mendes Vaz (Vice Presidente Executivo). 3 – ANP (Agência Nacional do Petróleo), Dr. Haroldo Borges Rodrigues Lima (Diretor Geral). 4 – MME (Ministério de Minas e Energia), Maria das Graças da Silva Foster (Secretaria de Petróleo e Gás). 5- FECOMBUSTÍVEIS (Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Combustíveis e Lubrifi-

cantes), Luiz Gil Siuffo Pereira (Presidente). 6- SINDIGÁS (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo) Jonathan Saul Benchimol (Presidente). Autor: Senador Sérgio Guerra. Resultado: Aprovado. Não havendo oradores para discutir a matéria, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Item nº 07- Requerimento nº 17 de 2005- CI. Assunto: Requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que sejam convidados o Presidente da Petrobrás, José Eduardo Dutra e o Diretor de Gás e Energia, Ildo Sauer, para, em Audiência Pública, prestarem esclarecimentos aos Senadores dessa Comissão sobre prejuízos causados à Empresa conforme matéria publicada no jornal “O Estado de São Paulo de 2005. Autor: Senador Heráclito Fortes e outros Senhores Senadores. Resultado: Aprovado. Não havendo oradores para discutir a matéria, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Item nº 08 – Requerimento nº 18 de 2005. Assunto: Requeiro nos termos do Artigo 90, Inciso V, do REGIMENTO Interno do Senado Federal, Audiência Pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, com Dr. Joaquim Levy, Secretário do Tesouro Nacional, em data a ser posteriormente marcada, a fim de prestar esclarecimentos e informações sobre a liberação de recursos por parte do Tesouro Nacional, em data a ser posteriormente marcada, a fim de prestar esclarecimentos e informações sobre a liberação de recursos por parte do Tesouro Nacional Para o Projeto Piloto, que o governo negociou com o Fundo Monetário Internacional – FMI. Autor: Senador Heráclito Fortes. Resultado: Aprovado. Não havendo oradores para discutir a matéria, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Item nº 09 – Requerimento nº 19, de 2005. Assunto: Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno, que esta Casa solicite ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Eletrosul Dr. Milton Mendes, que compareça à Comissão de Serviços de Infra- Estrutura do Senado Federal, para expor sobre a situação, financeira e administrativa da empresa e seus planos de ação e expansão e distribuição de energia de 2005 a 2207. Autor: Senador Leonel Pavan. Resultado: Aprovado. Não havendo oradores para discutir a matéria, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Item nº 10 – Requerimento nº 20, de 2005. Assunto: Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão para tratar dos problemas envolvendo a liberação de recursos financeiros

para a construção do metrô de Salvador e demais metrô no País, com a participação do Ministro de Estado das Cidades, Olívio Dutra. Autor: Senador César Borges. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra para tecerem comentário sobre o assunto abordado os senhores Senadores César Borges e Flexa Ribeiro. Item nº 11 – Requerimento nº 21, de 2005. Assunto: Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, convidado o Ilmo Sr. Nestor Cerveró, Diretor da Área Internacional da Petrobrás, conforme matéria publicada no “Jornal Estado de São Paulo” do dia 17 do corrente mês, bem como exposição sobre os projetos na área de gás e energia desenvolvidos pela Empresa nos últimos dez anos e as perspectivas para o setor. Autor: Senador Delcídio Amaral. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra para tecerem comentário sobre o assunto abordado os senhores Senadores Delcídio Amaral e César Borges Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às dezesseis horas, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Antes de mais nada, cumprindo o Regimento, o Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Nós temos alguns itens que não poderão ser votados uns porque os relatores retiraram para um melhor estudo da matéria, outros porque não há número para deliberação. Nós temos aqui um entendimento com o Senador Delcídio Amaral, nós temos alguns requerimentos para aprovação que vamos ler.

O primeiro deles é de autoria do Senador Sérgio Guerra, que requer a convocação do Presidente da Federação Nacional do Comércio Varejista e Transportadoras de Gás Liquefeito de Petróleo, Jorge Lúcio da Silva; do Sindicom, Sr. Aloísio Jacques Mendes Vaz; da ANP, Sr. Haroldo Borges de Lima.

A proposta do Líder Delcídio Amaral – aquele convite feito ao Presidente da ANP está marcado para o dia 30 próximo, já confirmaram a presença – é para discutir aqui a questão do contingenciamento orçamentário.

Da Secretária de Petróleo e Gás do Ministério da Minas Energia, Maria da Graça da Silva Costa, da

Federação Nacional do Comércio de Combustíveis, o Sr. Luiz Gil Siuffo Pereira, e do Sindigás, Jonathan Saul Benchimol.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Item 07:

Requerimento conjunto.

“Requeiro, nos termos regimentais e constitucionais, que sejam convidados o Presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, e o Diretor de Gás e Energia, Hildo Sauer, para audiência pública a fim de prestar esclarecimentos aos Senadores desta Comissão sobre os prejuízos causados à empresa conforme matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**.”

Desse requerimento consta um aditivo, solicitado pelo Senador Delcídio Amaral, que convoca para a mesma audiência o Sr. Nestor Severo, Diretor da Área Internacional da Petrobras.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento e o aditivo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

De autoria deste Presidente, requerimento de convocação do Sr. Joaquim Levy para que, nesta Comissão, preste esclarecimentos sobre os recursos aplicados pelo Governo Federal no projeto-piloto conhecido como Acordo Brasil – FMI.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Pois não.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Eu vou apresentar um requerimento, Sr. Presidente. Já faz algum tempo que eu, pessoalmente, participei de vários seminários, vários debates nesse sentido. Trata-se da questão de um projeto... É uma discussão ampla sobre GLP. Já existe na pauta aí aquela convocação. Já há um convite para tratar, entre outras coisas, desse assunto também, mas eu acho importante fazer um debate no setor como um todo, até porque esta Comissão poderia até criar alternativas, sugestões, olhando a questão do preço do botijão do gás, olhando a questão de se isso poderia ou não ser incluído na cesta básica, porque é um avanço importante. E existe um projeto do Senador Sérgio Cabral que fala também sobre a distribuição de gás liquefeito de petróleo em postos de gasolina.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Esse projeto está distribuído aqui, salvo engano, para o Senador Tasso Jereissati.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Então, eu acho que seria muito importante um amplo debate

sobre essas questões, porque eu acho que é um setor fundamental para o País. Vou apresentar um requerimento, se V. Ex^a assim o permitir, para a reunião da próxima semana na Comissão de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – A Mesa aguarda a manifestação de V. Ex^a.

Requerimento de autoria do Senador Leonel Pavan que convida para comparecer a esta Comissão o Presidente da Eletrosul, Dr. Milton Mendes, para expor sobre a situação financeira e administrativa da empresa e seus planos de expansão.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Requerimento do Senador César Borges que convida para comparecer a esta Comissão o Ministro Olívio Dutra para prestar esclarecimentos sobre problemas envolvendo a liberação de recursos para o metrô da Cidade de Salvador e outras cidades que estão vivendo o mesmo drama e enfrentando o mesmo problema.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Recebi correspondência do Senador Antonio Carlos Magalhães, membro desta Comissão, mandei uma cópia para cada um dos Srs. Senadores, que infelizmente só está sendo distribuída agora. Passo a ler.

“Encaminhei a essa Comissão de Infra-Estrutura denúncia que fiz do Plenário do Senado Federal sobre o uso indevido de recursos da Petrobras no patrocínio de festas populares no interior de vários estados, em especial na Região Nordeste.

Na Bahia, por exemplo, a Petrobras está patrocinando festa de São João em 23 municípios, oito deles administrados pelo Partido dos Trabalhadores e dez pelos demais partidos da base governista.

A Petrobras liberou verba até para municípios que não produzem petróleo, como é o caso de Tororó, não por acaso terra natal do Coordenador Regional de Comunicação da Petrobrás, que, aliás, é candidato do PT a Deputado Estadual, além de ter um irmão Vice-Prefeito da cidade.

Instada a dar explicações, a Petrobras informou tratar-se de *marketing* institucional e que o critério de escolha dos municípios fora de ordem técnica, baseado em informações do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia que destacariam as melhores festas de São João do Estado.

Esclareço a V. Ex^{as} que o Tribunal de Contas dos Municípios, em dura nota oficial, afirmou serem absolutamente improcedentes as declarações da Petrobras. Consta – e o jornal **O Estado de S. Paulo** registra – que esse **marketing** político serviria de fato para

tentar dar impulso à campanha do PT na Bahia, em especial ao Secretário de Desenvolvimento Social do Governo Federal, Sr. Jacques Wagner, que pretende ser candidato ao Governo baiano em 2006.

A Petrobras não informa quanto gastou nesse patrocínio.

Assim, com o objetivo de defender os interesses dos acionistas da Petrobras, dentre os quais me incluo e, em síntese, todo o povo brasileiro, solicito a V. Ex^a oficial à Comissão de Valores Mobiliários com o objetivo de a Casa ser informada sobre que punições restam aos dirigentes da Petrobras em face do ilícito praticado e que providências poderão ser tomadas.

Atenciosamente, Senador Antonio Carlos Magalhães.”

Simplemente, estamos recebendo esta correspondência, estamos encaminhando à Comissão de Valores Mobiliários e apenas gostaria de que a Comissão tomasse conhecimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Senador-Presidente Heráclito Fortes, é por atos assim que Antonio Carlos Magalhães mantém a sua liderança, porque ser líder é meio complicado e difícil, mas manter ao longo dos anos só pessoas assim.

Quero dizer o seguinte que essa Petrobrás... Eu faria só um quadro para que cada brasileira e brasileiro refletissem.

Senador Flexa Ribeiro, de cada cem reais neste instante que cada brasileiro ou brasileira, moto-táxi, gasta de combustível, 59,8% é de impostos, 60%.

Senador Heráclito Fortes, Getúlio Vargas deve estar “pulando na sepultura”. Ele iniciou em 1953 – Senador Delcídio Amaral, talvez V. Ex^a não tivesse nascido, e o Lula não sei onde estava – a campanha “O petróleo é nosso”. Que petróleo é nosso?! De cada R\$100,00, R\$60,00 são de imposto. Agora, a indagação: nos Estados Unidos, só é 25, tem imposto, o imposto é velho, é bíblico. Todo mundo se lembra quando chegou Cristo no mundo, aqueles que queriam jogar contra o Governo, “é justo pagar imposto a César?” Quem está na moeda é César. Dai a César o que é de César e de Deus o que é de Deus. Mas é justo?

Agora, Senador Heráclito Fortes, quando Getúlio Vargas começou essa Petrobrás... Eu não sei... O núcleo duro já caiu. A quem a gente tem que recorrer? Pensei que o Delcídio ia ser lá, da Casa Civil, para ver essas coisas. Ora, quando Getúlio Vargas começou isso, ele não andava viajando; era homem trabalhador. Eu estou lendo aqueles diários dele, são dois volumes, agora que eu terminei um. Ô homem trabalhador, Delcídio Amaral! Era domingo, terminava o 7 de setembro, ele

ia e trabalhava. Mas Getúlio Vargas criou isto: “O petróleo é nosso”. Eram 4,8% de imposto. Aí era nosso. Agora são 59,2%. Mas por quê? Você vai à televisão, e é só propaganda, propaganda, propaganda... Para que fazer propaganda de petróleo? Eu sou médico e sei o que é propaganda. Os laboratórios, quando começa o produto, faz. Depois que ele se consolida, boa noite, vai à farmácia e paga. Para quê? Todo mundo vai comprar gasolina, óleo diesel e gás. Não precisa. Você já ouviu fazer propaganda de oxigênio, de água? É uma propaganda...! Por isso, o preço: são 60% que você paga de imposto. Nos Estados Unidos é menos de 25. Não é só nos Estados Unidos não. Bem ali, no Caribe, em todos os países é menos de 25% de impostos.

Então, o Presidente Lula deveria agora tomar uma atitude. Fala, fala, fala, palavras, palavras, palavras, não tem ação nenhuma. Chegava, então, e reduzia isso para 30%, aí baixava. Senador Heráclito Fortes, com isso ele estaria baixando o custo de vida não é só de quem tem carro, mas de quem paga passagem de ônibus. É o transporte, é a mercadoria, e a Petrobrás gasta indevidamente, imoralmente, e tudo nessas promoções politiqueras. Já está aqui sendo denunciado um candidato que já aborda, porque o povo não aceita isso mais aqui, esse candidato já nasceu morto. Eu sou médico, ginecologista e obstetra. É candidato a Governador, nascendo no mar da corrupção do petróleo, já não tem fim.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Mas isso já tem duas semanas, (inaudível).

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Pois é, deve ter muito dinheiro mesmo. Para distribuir esse mensalão, ele é uma pessoa com bastantes critérios para exercer.

Então, são esses os nossos protestos.

E quero lhe dizer o seguinte, Senador: tem uma Ministra aí... Está certo. Desmataram o Amazonas, o Mato Grosso. E o nosso Nordeste, Senador Heráclito Fortes, que tem pouca vegetação, está diminuindo porque os pobres estão tirando aqueles gravetos para fazer carvão, torram debaixo do solo porque não podem comprar o gás de botijão. Na Venezuela do Chavez, o botijão é dez reais, e eu andei lá recentemente, lá na Margarita, naquela ilha.

Senador Heráclito Fortes, eu sou muito prático. Quando eu comecei a campanha para Senador eu tinha Tracker, aquele carrinho, colocava “cinquenta pau” enchia um tanque. Agora eu coloco “cinquenta pau”, é 1/3. Quer dizer, sobe por causa dessas propagandas indevidas. Estão desmatando, e o nosso pobre não está comendo porque não pode comer gás. Lá, no Nordeste, é quarenta paus o botijão de gás. Bem

aí, na Venezuela, é dez reais. Então, vamos buscar o Chavez, que é melhor que o Lula, para cá.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Sr. Líder Delcídio Amaral, quanto à proposta da convocação do Dr. Sauer aqui, o motivo específico eu gostaria, com a devida permissão de V. Ex^a, de também lhe dar os esclarecimentos sobre declarações dele – ou atribuídas a ele – a respeito da suspensão do gasoduto do Nordeste.

É um compromisso de Governo, esse assunto foi votado no Plenário do Senado da República, e começam a surgir notícias de que o diretor da Petrobrás não tem esse projeto como prioridade.

De forma que eu queria pedir permissão a V. Ex^a para que entrasse na “carona” dessa presença dele aqui para que pudéssemos abordar o assunto.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Inclusive, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, no próprio requerimento apresentado, requerimento que eu apresentei em adição ao primeiro requerimento, ele define, inclusive, uma exposição sobre essa questão do gás, principalmente sobre esses projetos, entre eles o Gasene. Porque correm informações, não confirmadas ainda, de que esse projeto poderia ser abortado e é um projeto fundamental para a interligação das malhas de gás natural do Nordeste e do Sudeste.

Então, penso que teremos uma oportunidade muito boa de discutir esse assunto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL - BA) – Quais são as razões (inaudível)?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Não sabemos oficialmente, Senador César Borges, mas penso que o Senado tem que se empenhar, como disse o Presidente, Senador Heráclito Fortes, de uma forma absolutamente determinada, porque discutimos esse assunto aqui, e esse projeto é importantíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL - PI) – Foi aprovado. Há recurso liberado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL - BA) – Foi assinado esse protocolo com os chineses?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL - PI) – Não sei se o protocolo chegou a ser assinado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Foi assinado. Era um financiamento japonês, depois passou por um financiamento chinês, e, aparentemente, existem dificuldades na implementação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL - PI) – Nós, inclusive, aprovamos recursos orçamentários no ano passado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Aquele, Senador, é o famoso gasoduto da unificação nacional, que aprovamos, inclusive, pela Medida Provisória nº 127. Mas este outro é um projeto que tem muito tem-

po, já é um projeto da época do ex-Ministro Rodolpho Tourinho. É um projeto que já estava definido, e, aparentemente, as informações é de que estariam reavaliando a sua implementação.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL - PI) – Pois é, esse gasoduto é exatamente o que vai fazer a interligação entre Ceará, Piauí e Maranhão.

Esses recursos encontram-se lá, e há declarações, atribuídas ao Dr. Sauer, de que não é prioridade do Ministério.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Sr. Presidente, só complementando, esse gasoduto sairia do Espírito Santo, chegaria à Bahia, se interligaria com a malha baiana e a malha nordestina e seria o reforço principal para o Ceará, que, junto com esse gasoduto que V. Ex^a acabou de relatar, fruto daquela discussão no Senado Federal – aliás, muito bem relatado à época pelo Senador César Borges, que foi o relator da medida provisória –, isso, sim, criaria e traria a confiabilidade para a malha de gás que atende essa região toda.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL - PI) – Numa época em que o PT ainda não vetava o Senador César Borges para grandes relatórios.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – O Senador César Borges é muito querido, meu caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL - PI) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, quero-me solidarizar com todos os nossos irmãos nordestinos.

A dificuldade por que passa essa região ainda em desenvolvimento é a mesma por que passa a região amazônica e o Centro-Oeste brasileiro.

Quero deixar aqui o meu apoio ao pleito justo dos nordestinos em relação ao gasoduto aqui mencionado, ao pleito do Senador César Borges, com relação aos recursos para a complementação do metrô de Salvador e a vários outros projetos que afligem e são necessários para o desenvolvimento dessa tão querida e sofrida região do nosso querido Brasil.

Presidente, Heráclito Fortes, quero aproveitar aqui a presença do nosso líder, Senador Delcídio Amaral, que já se ausentou...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL - PI) – O Senador Delcídio ausentou-se para um telefonema urgente. Deve estar retornando.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Quero também fazer um apelo a ele e dizer ao nosso Presidente que vou encaminhar um requerimento solicitando uma audiência pública para que se possa discutir nesta Comissão, tão bem presidida por V. Ex^a, Senador

Heráclito Fortes, a questão da implantação do sistema hidroviário nacional.

Essa é uma questão que penso aflige o sistema produtivo nacional, para que aumente a competitividade e que permita o acesso ao mercado globalizado dos nossos produtos.

Faço um apelo ao nosso líder do Governo, porque os recursos para a eclusa de Tucuruí, Presidente Heráclito Fortes, que barrou o rio Tocantins, que era navegável há vinte anos, e que nós, do Pará, lutamos para a complementação dessa eclusa, esses recursos estão no orçamento do OGU, mas a obra está paralisada e tínhamos a esperança de que, a partir do próximo ano, pudéssemos ter o trecho de Marabá até Vila do Conde navegável. Lamentavelmente, até agora esses recursos estão contingenciados, e as obras, paralisadas.

Faço o apelo ao líder Delcídio Amaral para que possamos ter pelo menos a obra retomada e esses recursos liberados pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL -PI) – Senador Flexa Ribeiro, eu tenho uma informação que talvez atenda a V. Ex^a. Esses recursos estão entre aqueles que eu falo sempre para o Senador Delcídio: são considerados recursos sagrados porque decorrem do acordo Brasil/FMI. Esse dinheiro, realmente, está contingenciado, mas é um dinheiro que terá que sair até dezembro.

Seria uma oportunidade de tratar desse assunto aqui com o Dr. Joaquim Levy, que foi convidado para falar sobre essa matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, lamentavelmente, na nossa região, nós só temos seis meses para trabalharmos e os recursos precisam ser liberados agora, não adianta liberar em dezembro porque vamos perder o prazo e não teremos o rio navegável, a partir do próximo ano, o que foi uma promessa do Presidente Lula quando candidato.

Eu pediria ao Líder Delcídio Amaral para dar prioridade à liberação dos recursos das eclusas de Tucuruí que estão com as obras paralisadas e ocupadas por famílias no canteiro de obras.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL -PI) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB - SC) – Existe aqui um relatório e um parecer nosso referente ao Projeto de Lei nº 133.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL -PI) – Nós suspendemos os relatórios de hoje porque não há número para deliberação. Nesse caso, parece-me que é terminativo. Então, ficaria para a próxima ter-

ça-feira. V. Ex^a guarde a inspiração do seu relatório porque terça-feira terá a oportunidade de anunciá-lo a todo o Brasil

O SR. CÉSAR BORGES (PFL - BA) – Sr. presidente eu poderia fazer o uso da palavra

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL -PI) – Tem V. Ex^a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL - BA) – Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade da presença dos Srs. Senadores para falar um pouco da urgência que o Governo Federal tem de tomar uma deliberação com relação a essa questão do metrô de Salvador.

Sr. Presidente o que temos assistido, o País inteiro, está aqui o Líder Delcídio Amaral, líder do Partido dos Trabalhadores, é que este não é um Governo comprometido com a infra-estrutura brasileira. Não conheço um setor de infra-estrutura, Senador Delcídio Amaral, em que este Governo esteja investindo para cumprir seus compromissos com FMI. E não venha com a desculpa de que já não tem negociação com banco, que não precisa mais do banco, porque o Governo está atendendo mais do que se tivesse negociação com o banco. O superávit primário chegou a 8% do PIB no mês passado.

Então, estamos paralisados em termos de investimento em infra-estrutura, seja uma eclusa, seja uma hidrovia, seja a recuperação de estradas, sejam os programas de irrigação ao longo do rio São Francisco, como existe no Estado de Minas Gerais, da Bahia e de Pernambuco, e os nossos portos não estão sendo ampliados.

Agora veja bem qual o drama desse metrô de Salvador. O projeto do metrô de Salvador está orçado em 350 milhões de dólares. Dessa quantia, foram viabilizados 150 milhões pelo Banco Mundial - Bird. Desse 150 milhões, foram utilizados 60 milhões. Então, estavam disponibilizados 90 milhões, e o Bird querendo internalizar esses recursos, e o Governo Federal não querendo aceitar a internalização desses recursos para poder cumprir o superávit primário.

O que faz o Governo Federal? Não dá a contrapartida para que os recursos sejam internalizados e, o que é pior, há um ano pediu ao Banco para cancelar 32 milhões de dólares de um empréstimo já assegurado, com o contrato assinado, via CBTU, para o metrô de Salvador.

Pois bem, esta semana, na segunda-feira, o Ministro Olívio Dutra, para atender a uma determinação provavelmente do Ministério da Fazenda, anuncia, lá em Salvador – não teve sequer a cortesia de fazer isso aqui de Brasília: olha, nós não vamos precisar do restante. Era aproximadamente 90 milhões, que, diminuindo 32 milhões, restavam aproximadamente 58

milhões de dólares. O Governo Federal não vai querer mais os 58 milhões de dólares. Nós não vamos renovar o contrato com o Banco Mundial porque o País não quer se endividar mais. Está cancelando, então, 90 milhões de dólares. Tinha cancelado 32 milhões e cancela o restante agora. E disse que complementar e concluiria o metrô com recursos da União, ou seja, do Orçamento Geral da União, do OGU, e nós sabemos que esses recursos não existem. Ou seja, é condenar à paralisação essa obra. Mas não é só Salvador que sofre com isso. Recife e Fortaleza também têm uma situação parecida.

O Presidente Lula disse que a prioridade seria Belo Horizonte, talvez porque tenha um Prefeito do PT, mas não sei também se o metrô de Belo Horizonte está andando. Em resumo, Sr. Presidente, é uma situação dramática. E ontem, aqui, na CAE, o Governo Federal mandava projetos – o Senador Delcídio lá estava, na Comissão de Assuntos Econômicos – para aprovar 33 milhões de dólares de empréstimo para um programa junto com a Embrapa, 33 milhões de dólares junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento; 22 milhões de dólares também junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para reformular a atuação do Fisco federal e estadual em diversos Estados brasileiros. Aprovamos cem milhões de dólares no ano passado para a Prefeitura de São Paulo, no governo do PT, Marta Suplicy.

Então, é uma situação inaceitável, é uma coisa odiosa, dolorosa, porque prejudica uma cidade do porte de Salvador, que tem 2 milhões e 700 mil habitantes, é a terceira maior cidade do nosso país em termos de população e que ainda não tem o seu sistema metropolitano, o sistema rápido de transporte.

É por isso que estamos convocando o Ministro Olívio Dutra, para que possa vir aqui rapidamente informar por que o Governo Federal está tomando uma atitude deliberadamente prejudicial à cidade de Salvador.

Era isso, Sr. Presidente. Gostaria de agradecer. A presença do Senador Delcídio enriquece.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – O Senador Delcídio pede a palavra.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – A Comissão de Infra-Estrutura, Sr. Presidente, está caminhando de uma maneira muito coerente com as preocupações manifestadas pelo Senador Flexa e pelo Senador César Borges.

Penso que duas audiências públicas serão muito importantes aqui, duas convocações – uma com o ministro Olívio Dutra e a outra com o Secretário do Tesouro, Joaquim Levy. Penso que será uma discussão

bem mais aberta, e, além do acordo com FMI, teremos a oportunidade de discutir também essa questão do superávit e essa não-viabilização de recursos para obras importantíssimas não só nas grandes cidades, mas também em vários estados brasileiros.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E os contratos, não é, Senador?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – E no meu caso específico, Senador Flexa – eu vivi no Pará muitos anos, no interior do Pará, na construção da usina hidrelétrica de Tucuruí –, pude atestar a importância que vai representar para Estado do Pará a conclusão da eclusa de Tucuruí. É muito importante. Na minha época havia só o encabeçamento da eclusa com o **stop log** lá em cima.

Considero essa obra fundamental porque cria essa vocação hidroviária que, sem dúvida nenhuma, o Pará tem. Então, acho que essas duas audiências, entre outras que aprovamos aqui, serão fundamentais e, evidentemente, contarão com o meu empenho no sentido de buscar alternativas e soluções através da Comissão de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Sr^{as} e Srs. Senadores, finalizando, eu gostaria de propor à Comissão, casos todos concordem – ou então, se tiver iniciativa individual –, que nós enviássemos uma correspondência constando um voto de confiança à Ministra Dilma Rousseff que assumiu ontem a Casa Civil.

Explico por quê. Durante pelo menos o período em que eu presidi esta Comissão tivemos uma relação formal, que é o que cabe a um Parlamentar de um partido diferente da do Ministro, que lhe faz Oposição, mas sempre recebendo, por parte do Ministério e, muitas vezes, por ordem pessoal da Ministra, todas as respostas e todas as informações de que a Comissão precisou.

A minha opinião pessoal é de que a Ministra Dilma poderá restabelecer, neste momento grave que nós vivemos, que o País vive, na Casa Civil, uma temporada de credibilidade e, acima de tudo, de um relacionamento que não seja tão íntimo com o Parlamento, mas que seja pelo menos de respeito.

Diante disso é que eu proponho que esta Comissão envie a ela pelo menos um voto de confiança em nome da Comissão, na esperança de que o Brasil encontre a tranquilidade necessária neste momento, tendo a primeira mulher que assume a Casa Civil, que é a Ministra Dilma Rousseff, com essa tarefa tão difícil e espinhosa neste momento.

Não havendo quem queira se manifestar contra-riamente, está, então, aprovado.

Determino à Secretaria da Mesa que tome as providências com relação ao que aqui foi aprovado, ou seja, às convocações e convites aqui aprovados e também à correspondência, em nome da Comissão, para a Ministra Dilma Roussef.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h59min.)

Ata da 15ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Serviços de Infra-estrutura na 3ª Sessão Ordinária Legislativa da 52ª Legislatura, Realizada em 29 de Junho de 2005 às 11:00 Horas.

Às onze horas do dia vinte e nove de junho de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, presentes os Senhores Senadores José Jorge, Rodolpho Tourinho, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Teotônio Vilela Filho, Delcídio Amaral, Aelton Freitas, Gérson Camata, Juvêncio da Fonseca, César Borges, Jorge Bornhausen, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti, João Batista Motta e Augusto Botelho. Deixam de comparecer os senhores Senadores Demóstenes Torres, Marco Maciel, Magno Malta, João Capiberibe, Sérgio Zambiasi, Serys Shessarenko, Sibá Machado, Alberto Silva, Gilberto Mestrinho e Mão Santa. A presente reunião destina-se a deliberações de matérias. Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002. Terminativo. Ementa: “Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado”. Autor: Senador Ricardo Santos. Relator: Senador Valdir Raupp. Resultado: Adiado. Observação: A matéria encontra-se em fase de discussão. Item 02 – Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2004. Terminativo. Ementa: “Institui o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás.” Autor: Senador Marcelo Crivella. Relator: Senador Augusto Botelho. Parecer: Favorável a aprovação da matéria com 3 Emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para atender Requerimento de Tramitação Conjunta com o PLS nº 226 de 2005. A Presidência comunica que em virtude de requerimento de tramitação conjunta, apresentado no plenário do Senado Federal, pelo Senador César Borges, a matéria foi retirada de pauta para atender o referido requerimento. Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004. Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Re-

lação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul. Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Leonel Pavan. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item 04 – Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2005. Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001, que ‘dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviários e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de políticas de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências’, para modificar atribuições do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT)”. Autor: Senador Francisco Pereira. Relator: Senador Paulo Paim. Parecer: Favorável a aprovação do projeto com 2 Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Por solicitação do Secretário-Geral da Mesa, e atendendo a requerimento do Senador César Borges, se requer a apensação do PLS 101/2004 aos PLS 226/2005 para que o mesmo tramite conjuntamente, pois os dois projetos regulam a mesma matéria, gás natural.

Retiramos da pauta, portanto, o PLS 101/2004, item 2 da presente pauta.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Infelizmente, o número para deliberação não existe, o que compreendemos tendo em vista a movimentação das CPIs.

Amanhã, às 10h, teremos aqui um depoimento do Diretor-Geral da ANP. Está confirmado. Ele vem discutir a questão do contingenciamento orçamentário, que vem prejudicando tremendamente as agências reguladoras.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Quem atualmente está ocupando o cargo de Diretor da ANP?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Quem virá será o Dr. Haroldo Lima...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Que está em exercício no caso, porque não houve aprovação, ainda, pela Comissão, de um novo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Tem um nome aí vago.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h26min.)

Ata da 16ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Serviços de Infra-estrutura na 3ª Sessão Ordinária Legislativa da 52ª Legislatura, Realizada em 2 de Agosto de 2005 às 11:00 Horas.

Às onze horas do dia dois de agosto de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, presentes os Senhores Senadores José Jorge, Marco Maciel, Leonel Pavan, Magno Malta, Sérgio Zambiasi, Delcídio Amaral, Aelton Freitas, Gérson Camata, Valdir Raupp, Gilberto Mestrinho, Juvêncio da Fonseca, Flexa Ribeiro, Roberto Saturnino, Flávio Arns, Luiz Otávio e Augusto Botelho. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Demóstenes Torres, Rodolpho Tourinho, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Teotônio Vilela Filho, João Capiberibe, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Mão Santa e Alberto Silva. Reúne-se extraordinariamente a Comissão Permanente de Infra-Estrutura. A presente reunião destina-se a deliberações de matérias. Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002. Terminativo. Ementa: “Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado”. Autor: Senador Ricardo Santos. Relator: Senador Valdir Raupp. Resultado: Adiado. Observação: A matéria encontra-se em fase de discussão. Item 02 – Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2005. Terminativo. Ementa: “Dispõe sobre o aproveitamento do asbesto/amianto e dos minérios e rochas que contenham silicatos hidratados.” Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Teotônio Vilela Filho. Parecer: Pela rejeição da matéria. Resultado: Adiado. Item nº 03 – Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004. Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema

Rodoviário Nacional, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul. Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Leonel Pavan. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item 04 – Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2005. Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001, que “dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviários e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de políticas de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências”, para modificar atribuições do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT)”. Autor: Senador Francisco Pereira. Relator: Senador Paulo Paim. Parecer: Favorável a aprovação do projeto com 2 Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item nº 05 – Projeto de Lei da Câmara nº 24 de 2005. Não Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 5.917 de setembro de 1973. (inclui novo trecho na Relação Descritiva das Rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)”. Autor: Deputado João Magalhães e outro(s) Sr(s). Deputados. Relator Senador Jonas Pinheiro. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item nº 06 – Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2002. Terminativo. Ementa: “Dispõe sobre a instalação de aparelho para a medição de pulsos telefônicos no Serviço Telefônico Fixo Comutado e do Serviço Móvel Celular”. Autor: Senador Arlindo Porto. Relator: Senador Rodolpho Tourinho. Parecer: Favorável a aprovação, na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Item nº 07, - Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2004. Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, trecho rodoviário que contorna a cidade de Serra, situado entre o Km 249 e o Km 275 da BR-101, no Estado do Espírito Santo”. Autor: Senador Magno Malta. Relator: Senador Sibá Machado. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item nº 08 – Requerimento nº 22, de 2005. Assunto: “Nos termos do art. 90, III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com a presença do Ministro de Minas e Energia, Exmo Sr. Silas Rondeau Cavalcante Silva, para prestar esclarecimentos sobre as seguintes questões: 1- As dificuldades energéticas da região Nordeste; 2- A suposta interrupção das obras de construção do Gasoduto de interligação das regiões Sudeste e Nordeste, o GASENE; 3- As alternativas energéticas para a região Nordeste, tais como o GNL”. Autoria: Senador

Rodolpho Tourinho. Resultado: Aprovado. Faz uso da palavra para tecer comentário sobre o assunto abordado o senhor Senador José Jorge. Extra-Pauta: Item nº 01: Requerimento nº 23, de 2005. Assunto: “Nos termos do art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de reunião conjunta da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para o estudo do PLC 62, de 2004 que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Aviação Civil. Autor: Senador Tasso Jereissati. Resultado: Aprovado. Faz uso da palavra para tecer comentário sobre o assunto abordado o senhor Senador José Jorge. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às doze horas e treze minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pediria a V. Exª prioridade para a votação do Requerimento nº 22, de 2005, Item 8 da pauta, nos seguintes termos:

“Nos termos do art. 90, 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro audiência pública, nesta Comissão, com a presença do Ministro das Minas e Energia, Sr. Silas Rondeau, para prestar esclarecimentos sobre as dificuldades energéticas da Região Nordeste, o Gasene e as alternativas energéticas para o Nordeste.”

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Está em discussão o requerimento do Senador Rodolpho Tourinho, que:

“Nos termos do art. 90, III, do Regimento Interno do Senado, requeiro audiência pública, no âmbito desta Comissão, com a presença do Ministro de Minas

e Energia, Exmº Sr. Silas Rondeau Cavalcante Silva, para prestar esclarecimento sobre as seguintes questões: 1) as dificuldades energéticas da Região Nordeste; 2) a suposta interrupção das obras de construção do gasoduto de interligação das Regiões Sudeste e Nordeste, o Gasene; e 3) alternativas energéticas para a Região Nordeste, tais como o GNL.

Sala das Comissões, 6 de julho, Senador Rodolpho Tourinho.”

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Temos sobre a Mesa requerimento de urgência, de autoria do Senador Tasso Jereissati, nos seguintes termos:

“Nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de reunião conjunta da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para o estudo do PLC nº 62, de 2004, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Aviação Civil.”

A justificativa é a seguinte:

“O processo de criação da Anac, em substituição ao Departamento de Aviação Civil – DAC, tem provocado o natural esvaziamento deste último, com consequências tais como desde a desmotivação dos profissionais do órgão em vias de extinção até a possibilidade de rebaixamento dos aeroportos, serviços e produtos da indústria aeronáutica nacional no ranqueamento das agências internacionais de regulação do setor. O estudo em conjunto da matéria pelas duas comissões dará celeridade à tramitação da matéria, amenizando os riscos da demora na criação do novo órgão.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2005, Senador Tasso Jereissati.”

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

A urgência desse requerimento, Senador José Jorge, leva em consideração a exigüidade do prazo a ser cumprido para a criação da Anac. Portanto fica marcada essa reunião conjunta para a leitura do relatório na próxima quinta-feira, às 11 horas da manhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h13min)



EDIÇÃO DE HOJE: 718 PÁGINAS